ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 217

Brasília - DF, sexta-feira, 13 de novembro de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 9
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 11
Ministério da Educação 11
Ministério da Fazenda 20
Ministério da Integração Nacional 24
Ministério da Justiça 25
Ministério da Saúde 33
Ministério das Cidades 60
Ministério das Comunicações 60
Ministério de Minas e Energia 62
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 71
Ministério do Esporte 72
Ministério do Meio Ambiente 72
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 73
Ministério do Trabalho e Previdência Social 75
Ministério do Turismo 79
Ministério dos Transportes 79
Tribunal de Contas da União 80
Poder Judiciário 172
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 333

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.404 (1)
ORIGEM : ADI - 11890 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO PTB
ADV.(A/S) : PAULA ANDREA FORGIONI
ADV.(A/S) : MÁRCIA LYRA BERGAMO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO - ABERT
ADV.(A/S) : GUSTAVO BINENBOJM E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA - ANDI
AM. CURIAE. : INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - INESC
ADV.(A/S) : TAMARA AMOROSO GONÇALVES
AM. CURIAE. : CONECTAS DIREITOS HUMANOS
ADV.(A/S) : FLÁVIA XAVIER ANNENBERG
AM. CURIAE. : INSTITUTO ALANA
ADV.(A/S) : EKATERINE SOUZA KARAGEORGIADIS E OUTRO(A/S)

Decisão: Após os votos dos Senhores Ministros Dias Toffoli (Relator), Luiz Fux, Cármen Lúcia e Ayres Britto, julgando procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da expressão "em horário diverso do autorizado", contida no art. 254 da Lei nº 8.069/90, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT, o Dr. Gustavo Binenbojm; pelos *amici curiae*, Agência de Notícias dos Direitos da Infância-ANDI, Instituto de Estudos Socioeconômicos-INESC, Conectas Direitos Humanos e Instituto Alana, a Dra. Eloisa Machado de Almeida, e, pelo Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 30.11.2011.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Edson Fachin, julgando procedente a ação direta, dando interpretação conforme, sem redução de texto, à expressão "em horário diverso do autorizado", contida no art. 254 da Lei nº 8.069/1990, de modo a reconhecer a nulidade de qualquer sentido ou interpretação que condicione a veiculação de espetáculos públicos, por radiodifusão, ao juízo censório da administração, admitindo apenas, como juiz indicativo, a classificação de programas para sua exibição nos horários recomendados ao público infantil, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Ausentes, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia, participando como palestrante do *XVI Encuentro de Magistradas de los más Altos Órganos de Justicia de Iberoamerica*, em Havana, Cuba, e o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.11.2015.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.567, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai e a República do Peru, em Montevidéu, em 30 de novembro de 2005.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai e a República do Peru firmaram, em Montevidéu, em 30 de novembro de 2005, o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58 por meio do Decreto Legislativo nº 590, de 27 de agosto de 2009;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto à Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração - Aladi em 16 de outubro de 2009; e

Considerando que o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58 entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 16 de outubro de 2009;

D E C R E T A :

Art. 1º O Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai e a República do Peru, em 30 de novembro de 2005, anexo a este Decreto, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Protocolo Adicional e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Mauro Luiz Iecker Vieira

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA ASSINADO ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA ARGENTINA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DA REPÚBLICA DO PARAGUAI E DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU

Primeiro Protocolo Adicional

REGIME DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

CAPÍTULO I
PARTES E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Artigo 1.- A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e a República do Peru, serão denominados Partes Signatárias. As Partes Contratantes do presente Protocolo são o MERCOSUL e a República do Peru.

Artigo 2.- As controvérsias que surjam em relação à interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições contidas no Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica, celebrado entre o MERCOSUL e a República do Peru, doravante denominado "Acordo", e dos instrumentos e protocolos assinados ou que venham a ser assinados no âmbito do mesmo, serão submetidas ao Procedimento de Solução de Controvérsias estabelecido no presente Protocolo.

Artigo 3.- Não obstante o disposto no artigo anterior, as controvérsias que surjam com relação ao disposto neste Acordo, nas matérias reguladas pelo Acordo de Marraqueche, pelo qual foi criada a Organização Mundial do Comércio, (doravante "Acordo OMC") e nos convênios negociados conforme o mesmo, poderão ser resolvidos em qualquer dos dois foros, a escolha da parte reclamante.

Uma vez iniciado o procedimento de solução de controvérsias, seja em conformidade com o presente Protocolo, seja em conformidade com o Acordo OMC, o foro selecionado será excludente do outro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Para os efeitos deste Artigo, considerar-se-ão iniciados os procedimentos de solução de controvérsias em conformidade com o Acordo OMC quando a parte reclamante solicitar a integração de um painel de acordo com o Artigo 6º do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos pelos quais se rege a Solução de Diferenças que faz parte do Acordo OMC.

Igualmente, considerar-se-ão iniciados os procedimentos de solução de controvérsias conforme o presente Protocolo, uma vez convocada a Comissão Administradora, de acordo com o disposto no Artigo 8.

Artigo 4.- Para efeito do presente Protocolo, poderão ser partes na controvérsia, doravante denominadas "partes", ambas as Partes Contratantes, isto é, o MERCOSUL e a República do Peru, assim como um ou mais Estados Partes do MERCOSUL e a República do Peru, em sua qualidade de Partes Signatárias.

CAPÍTULO II
NEGOCIAÇÕES DIRETAS

Artigo 5.- As partes procurarão resolver as controvérsias a que se refere o Artigo 2 mediante a realização de negociações diretas, que permitam alcançar uma solução mutuamente satisfatória.

As negociações diretas serão conduzidas, no caso do MERCOSUL, pela Presidência *Pro Tempore* ou pelos Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum, conforme o caso, e, no caso do Peru, pelo Vice-Ministro de Comércio Exterior do Ministério de Comércio Exterior e Turismo.

As negociações diretas poderão ser precedidas por consultas recíprocas entre as partes.

Artigo 6.- Para iniciar o procedimento, qualquer uma das partes solicitará, por escrito, à outra parte, a realização de negociações diretas, especificando os motivos das mesmas, as circunstâncias de fato e os fundamentos jurídicos relacionados com a controvérsia.

Artigo 7.- A parte que receber a solicitação de realização de negociações diretas deverá respondê-la dentro dos10 (dez) dias posteriores à data do seu recebimento.

As partes intercambiarão as informações necessárias para facilitar as negociações diretas e conferirão a essas informações tratamento reservado.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Essas negociações não poderão ser prolongadas por mais de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da solicitação formal para iniciá-las, salvo quando as partes decidirem estender esse prazo até o máximo de 15 (quinze) dias adicionais.

CAPÍTULO III
INTERVENÇÃO DA COMISSÃO ADMINISTRADORA

Artigo 8.- Se no prazo indicado no terceiro parágrafo do Artigo 7 não for possível alcançar uma solução mutuamente satisfatória ou se a controvérsia for resolvida somente de forma parcial, qualquer uma das partes poderá solicitar, por escrito, que a Comissão Administradora, doravante "Comissão", se reúna para discutir o assunto.

Essa solicitação escrita deverá incluir, além das circunstâncias de fato e dos fundamentos jurídicos relacionados com a controvérsia, as disposições pertinentes do Acordo, Protocolos Adicionais e instrumentos assinados no âmbito do mesmo, que se considerem violadas.

Artigo 9.- A Comissão deverá se reunir dentro dos 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento por todas as Partes Signatárias da solicitação a que se refere o Artigo anterior.

Para fins de cômputo do prazo assinalado no parágrafo anterior, as Partes Signatárias, de forma imediata, acusarão recebimento da referida solicitação.

Se dentro do prazo estabelecido neste Artigo não for possível realizar a reunião da Comissão, a parte reclamante poderá dar por superada esta etapa, devendo notificar esse fato às Partes Signatárias.

Artigo 10.- A Comissão poderá acumular, por consenso, dois ou mais procedimentos relativos aos casos que conhecer, somente quando por sua natureza ou eventual vinculação temática, considerar conveniente examiná-los conjuntamente.

Artigo 11.- A Comissão avaliará a controvérsia e dará oportunidade às partes para que exponham as suas posições e, caso necessário, forneçam informação adicional, com vistas a alcançar uma solução mutuamente satisfatória.

A Comissão formulará as recomendações que considerar pertinentes, para cujo efeito disporá de um prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da sua primeira reunião.

Caso não se chegue na Comissão a uma solução mutuamente satisfatória no prazo antes mencionado, a etapa prevista no presente Capítulo dar-se-á imediatamente por concluída.

Quando a Comissão estimar necessária a assessoria de Especialistas para formular suas recomendações, determinará, no prazo de até 30 (trinta) dias, a conformação de um Grupo de Especialistas.

CAPÍTULO IV
PROCEDIMENTO ARBITRAL

Artigo 12.- Quando não for possível solucionar a controvérsia mediante a aplicação dos procedimentos previstos nos Capítulos II e III, ou quando as partes não tiverem exercido os direitos estabelecidos em seu favor ou quando os prazos previstos nos referidos capítulos tiverem vencido sem que tenham sido cumpridos os trâmites correspondentes, qualquer uma das Partes Contratantes poderá decidir submetê-la ao procedimento arbitral contemplado no presente Capítulo, devendo, para esse fim, comunicar tal decisão à outra parte e à Secretaria Geral da ALADI.

Artigo 13.- As partes declaram reconhecer como obrigatória, *ipso facto*, e sem necessidade de acordo especial, a jurisdição do Tribunal Arbitral que se constituir em cada caso para conhecer e resolver as controvérsias às quais se refere o presente Protocolo.

Artigo 14.- No prazo de 30 (trinta) dias a partir da entrada em vigor do Acordo, cada uma das Partes Signatárias designará 10 (dez) árbitros, 2 (dois) dos quais não serão nacionais de qualquer uma das Partes Signatárias, para integrar a lista de árbitros. A lista de árbitros e suas sucessivas modificações deverão ser comunicadas à outra Parte Contratante e à Secretaria-Geral da ALADI, para seu depósito.

Os árbitros que integrem a lista a que se refere o parágrafo anterior deverão ser juristas de reconhecida competência nas matérias que possam ser objeto de controvérsia.

A partir do momento em que uma parte comunicar à outra sua intenção de recorrer ao Tribunal Arbitral de acordo com o disposto no Artigo 12 do presente Protocolo, não poderá modificar, para esse caso, a lista a que se refere o parágrafo primeiro deste Artigo.

Artigo 15.- O Tribunal Arbitral perante o qual tramitará o procedimento estará composto por 3 (três) árbitros e conformar-se-á da seguinte maneira:

a) Dentro dos 15 (quinze) dias posteriores à comunicação à outra parte a que se refere o Artigo 12, cada parte designará um árbitro e seu suplente, escolhidos dentre as pessoas que essa parte tenha proposto para a lista mencionada no Artigo 14.

b) Dentro desse mesmo prazo, as partes designarão, de comum acordo, um terceiro árbitro, da referida lista do Artigo 14, o qual presidirá o Tribunal Arbitral. Esta designação deverá recair em pessoas que não sejam nacionais das partes.

c) Se as designações às quais se refere o inciso a) não se realizarem dentro do prazo previsto, elas serão efetuadas por sorteio pela Secretaria-Geral da ALADI, a pedido de qualquer uma das partes, dentre os árbitros designados pelas partes que integram a mencionada lista.

d) Se a designação a que se refere o inciso b) não se realizar dentro do prazo previsto, ela será efetuada por sorteio pela Secretaria Geral da ALADI, a pedido de qualquer das partes, dentre os árbitros não nacionais das Partes Signatárias que integram a lista do Artigo 14.

As designações previstas nos incisos a), b), c) e d) do presente Artigo deverão ser comunicadas às Partes Contratantes e, se for o caso, à Secretaria-Geral da ALADI.

Os membros suplentes substituirão o titular em caso de incapacidade ou escusa deste para integrar o Tribunal Arbitral, seja no momento de sua conformação, seja durante o curso do procedimento.

Artigo 16.- Os integrantes do Tribunal Arbitral atuarão a título pessoal e não na qualidade de representante das partes ou de um Governo. Por conseguinte, as partes abster-se-ão de lhes dar instruções e de exercer sobre eles qualquer tipo de influência em relação aos assuntos submetidos ao Tribunal Arbitral.

Após aceitar sua designação, e antes de iniciar sua atuação, os árbitros assinarão uma declaração juramentada que lhes será apresentada pelo Secretário Geral da ALADI.

Artigo 17.- O Tribunal Arbitral fixará sua sede, em cada caso, no território de alguma das Partes Signatárias.

O Tribunal Arbitral deverá adotar suas próprias regras de procedimento, levando em consideração os seguintes princípios:

a) O procedimento garantirá, no mínimo, o direito à uma audiência perante o Tribunal Arbitral, assim como a oportunidade de apresentar alegações e réplicas ou respostas por escrito;

b) As audiências perante o Tribunal, as deliberações e conclusões, assim como todos os escritos e comunicações com o mesmo terão caráter confidencial; e

c) O procedimento do Tribunal deverá prever a flexibilidade suficiente para garantir a qualidade dos seus trabalhos sem atrasar indevidamente os mesmos.

Além disso, as regras e diretrizes gerais garantirão que cada uma das partes tenha plena oportunidade de ser ouvida, assegurando, ademais, que os processos se realizem de forma expedita.

Artigo 18.- As partes informarão o Tribunal Arbitral sobre as instâncias cumpridas anteriormente ao procedimento arbitral e apresentarão os fundamentos de fato e de direito de suas respectivas posições.

As partes poderão designar seus representantes e assessores perante o Tribunal Arbitral para a defesa de seus direitos.

Artigo 19.- Por solicitação de uma das partes e na medida em que existirem presunções fundamentadas para acreditar que a manutenção da situação ocasionaria danos graves e irreparáveis a uma das partes, o Tribunal poderá adotar as medidas provisórias que considere apropriadas, de acordo com as circunstâncias e nas condições que o próprio Tribunal estabeleça, para prevenir tais danos.

As partes cumprirão imediatamente, ou no prazo que o Tribunal determinar, qualquer medida provisória, até que seja ditado o Laudo ao qual se refere o Artigo 22.

Artigo 20.- O Tribunal Arbitral decidirá a controvérsia com base nas disposições do Acordo, seus Protocolos Adicionais e os instrumentos assinados no âmbito do mesmo e nos princípios e disposições do direito internacional aplicáveis à matéria.

O estabelecido no presente artigo não restringe a faculdade do Tribunal Arbitral de decidir a controvérsia *ex aequo et bono*, se as partes assim acordarem.

Artigo 21.- O Tribunal Arbitral levará em consideração os argumentos apresentados pelas partes, as provas produzidas e os relatos recebidos, sem prejuízo de outros elementos que considerar convenientes.

Artigo 22.- O Tribunal Arbitral emitirá seu laudo por escrito em um prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua constituição, que se formalizará 15 (quinze) dias após a designação do seu Presidente.

O prazo antes indicado poderá ser prorrogado por um máximo de 30 (trinta) dias, o qual será notificado às partes.

O Laudo Arbitral será adotado por maioria, será fundamentado e assinado pelos membros do Tribunal. Este não poderá fundamentar votos em dissidência e deverá manter a confidencialidade da votação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

Artigo 23.- O Laudo Arbitral deverá conter necessariamente os seguintes elementos, sem prejuízo de outros que o Tribunal Arbitral considerar conveniente incluir:

1. Indicação das partes na controvérsia;
2. O nome e a nacionalidade de cada um dos membros do Tribunal Arbitral e a data da conformação do mesmo;
3. Os nomes dos representantes das partes;
4. O objeto da controvérsia;
5. Um relatório do desenvolvimento do procedimento arbitral, incluindo um resumo dos atos praticados e das alegações de cada uma das partes;
6. A decisão alcançada em relação à controvérsia, consignando os fundamentos de fato e de direito;
7. A proporção de custos do procedimento arbitral que corresponderá a cada parte cobrir, conforme o estabelecido no Artigo 28.
8. A data o lugar no qual foi emitido; e
9. A assinatura de todos os membros do Tribunal Arbitral.

Artigo 24.- Os laudos arbitrais são inapeláveis, obrigatórios para as partes a partir do recebimento da respectiva notificação e terão, em relação às mesmas, força de coisa julgada.

Os laudos deverão ser cumpridos em um prazo de sessenta (60) dias, a menos que o Tribunal Arbitral estabeleça um prazo diferente.

Artigo 25.- Qualquer uma das partes poderá solicitar, dentro dos quinze (15) dias seguintes à data de notificação do Laudo, o esclarecimento do mesmo ou interpretação sobre a forma em que deverá ser cumprido. O Tribunal Arbitral se pronunciará sobre o esclarecimento dentro dos quinze (15) dias após sua interposição.

Se o Tribunal Arbitral considerar que as circunstâncias o exigem, poderá suspender o cumprimento do Laudo até que decida sobre a solicitação apresentada.

Artigo 26.- Se no prazo estabelecido no Artigo 24 não se houver cumprido o Laudo Arbitral ou este houver sido cumprido somente parcialmente, a parte reclamante poderá comunicar, por escrito, à parte reclamada sua decisão de suspender temporariamente concessões ou outras obrigações equivalentes, com vistas a obter o cumprimento do laudo.

Caso a parte reclamada considerar excessiva a suspensão de concessões ou obrigações adotadas pela parte reclamante, comunicará as suas objeções à outra parte e poderá solicitar que o Tribunal Arbitral que emitiu o Laudo se pronuncie sobre se a medida adotada é equivalente ao grau de prejuízo sofrido. O Tribunal disporá de um prazo de 30 (trinta) dias para o seu pronunciamento, contados a partir da data de sua constituição para essa finalidade.

Artigo 27.- As situações a que se referem os Artigos 25 e 26 deverão ser resolvidas pelo mesmo Tribunal Arbitral que ditou o Laudo, porém se este não puder ser constituído com todos os membros titulares originais, para completar a integração aplicar-se-á o procedimento previsto no Artigo 15.

Artigo 28.- Os gastos do Tribunal Arbitral compreendem os honorários do Presidente e dos demais árbitros, assim como os gastos de passagens, custos de translado, diárias, cujos valores de referência serão estabelecidos pela Comissão, notificações e demais providências que demandar a arbitragem.

Os gastos do Tribunal Arbitral, nos termos definidos no primeiro parágrafo deste Artigo, serão distribuídos em quantias iguais entre as partes.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 29.- As comunicações entre o MERCOSUL ou os seus Estados Partes e a República do Peru, deverão ser encaminhadas, no caso do Peru, ao Vice-Ministro de Comércio Exterior do Ministério de Comércio Exterior e Turismo e, no caso do MERCOSUL, à Presidência *Pro Tempore* ou aos Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum, conforme o caso.

Artigo 30.- Os prazos aos quais se refere este Protocolo estão expressos em dias corridos e serão contados a partir do dia seguinte ao ato ou fato ao qual se referem. Quando o prazo se iniciar ou vencer em dia não útil, começará a contar ou vencerá no dia útil seguinte.

Artigo 31.- Os integrantes do Tribunal Arbitral, ao aceitarem sua designação, assumirão, por escrito, o compromisso de atuarem conforme as disposições deste Protocolo.

Tal compromisso escrito será dirigido ao Secretário-Geral da ALADI e nele se manifestará independência em relação aos interesses objeto da controvérsia e a obrigação de atuar com imparcialidade, não aceitando sugestões de terceiros nem das partes.

Artigo 32.- Toda a documentação e trâmites vinculados ao procedimento estabelecido neste Protocolo, assim como as sessões do Tribunal Arbitral, terão caráter reservado, com exceção dos laudos do Tribunal Arbitral.

Artigo 33.- Em qualquer etapa do procedimento, a parte que apresentou a reclamação poderá desistir da mesma. Além disso, as partes poderão chegar a um acordo, dando-se por concluída a controvérsia em ambos os casos. As desistências ou os acordos deverão ser comunicados ao Tribunal Arbitral, se for o caso, para que se adotem as medidas destinadas a seu cumprimento.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas às Partes Signatárias.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e cinco nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Argentina: Juan Carlos Olima; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Bernardo Pericás Neto; Pelo Governo da República do Paraguai: Juan Carlos Ramírez Montalbetti; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Gonzalo Rodríguez Gigena; Pelo Governo da República do Peru: William Belevan Mc Bride.

DECRETO Nº 8.568, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução do Nonagésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (91PA-ACE18), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, em 12 de outubro de 2011.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, firmado pela República Federativa do Brasil em 12 de agosto de 1980 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê a modalidade de Acordo de Complementação Econômica;

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 29 de novembro de 1991, em Montevidéu, o Acordo de Complementação Econômica nº 18, promulgado pelo Decreto n° 550, de 27 de maio de 1992; e

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 12 de outubro de 2011, em Montevidéu, o Nonagésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18;

D E C R E T A :

Art. 1º O Nonagésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, de 12 de outubro de 2011, anexo a este Decreto, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Mauro Luiz Iecker Vieira
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Armando Monteiro

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 18 CELEBRADO ENTRE ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI E URUGUAI

Nonagésimo Primeiro Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI),

TENDO EM VISTA o Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao ACE-18 e a Resolução GMC Nº 43/03,

CONVÊM EM:

Artigo 1° - Incorporar ao Acordo de Complementação Econômica N° 18 a Diretriz Nº 05/11 da Comissão de Comércio do MERCOSUL relativa a "Regimes Especiais de Importação", que consta como anexo e integra o presente Protocolo.

Artigo 2º - O presente Protocolo entrará em vigor trinta dias após a notificação da Secretaria-Geral da ALADI aos países signatários de que recebeu a comunicação da Secretaria do MERCOSUL informando a incorporação da norma MERCOSUL e de seu correspondente Protocolo Adicional aos ordenamentos jurídicos dos quatro Estados Partes do MERCOSUL.

A Secretaria-Geral da ALADI deverá efetuar tal notificação, na medida do possível, no mesmo dia em que receba a comunicação da Secretaria do MERCOSUL.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos países signatários e à Secretaria do MERCOSUL.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos doze dias do mês de outubro de dois mil e onze, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Argentina: Daniel Raimondi; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Otávio Brandelli; Pelo Governo da República do Paraguai: Alejandro Hamed Franco; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Gonzalo Rodríguez Gigena.

ANEXO

MERCOSUL/CMC/DIR. Nº 05/11

REGIMES ESPECIAIS DE IMPORTAÇÃO

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões Nº 69/00, 33/05, 03/06, 14/07 e 57/08 do Conselho do Mercado Comum e as Diretrizes N° 12/06 e 31/09 da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

CONSIDERANDO:

Que o artigo 4º da Decisão CMC N° 33/05 encomendou a elaboração de uma lista que contenha os regimes nacionais de importação que poderão permanecer vigentes por razões tais como seu impacto econômico limitado ou sua finalidade não comercial.

Que no Anexo da Decisão CMC Nº 03/06 foram listados os Regimes Especiais de Importação adotados unilateralmente pelos Estados Partes do MERCOSUL com anterioridade a 30 de junho de 2000 e que cumprem com as condições estabelecidas no artigo 4º da Decisão CMC Nº 33/05.

Que o artigo 6º da Decisão CMC Nº 03/06 determinou que os Estados Partes deverão informar à CCM, na segunda reunião do ano os dados de comércio das importações (com discriminação da posição tarifária, volume, valor FOB/CIF e origem) efetuadas ao amparo dos regimes listados no Anexo da mencionada Decisão, correspondentes ao ano anterior.

Que para tal fim, instruiu-se o CT Nº 2 a apresentar uma proposta que permita obter a referida informação através da entrada dos dados correspondentes a tais importações nos sistemas informáticos aduaneiros de cada Estado Parte.

Que o CT N° 2 elaborou uma classificação dos regimes em questão, distinguindo três grupos segundo a maior ou menor possibilidade de obter a informação comercial indicada na Decisão CMC N° 03/06, conforme o grau de informatização atualmente existente e a natureza de cada regime especial.

Que em virtude de tal classificação, resulta necessário estabelecer um critério para o cumprimento da instrução contida no artigo 6º da Decisão CMC N° 03/06.

A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL APROVA A SEGUINTE DIRETRIZ:

Art. 1° - Adota-se para os Regimes Especiais de Importação compreendidos no Anexo da Decisão CMC N° 03/06, incluindo aqueles incorporados pelas Diretrizes CCM N° 12/06 e 31/09, a classificação que consta no Anexo e faz parte da presente Diretriz.

Art. 2° - Os Estados Partes que, na data de entrada em vigor da presente Diretriz, não tiverem informatizados os regimes classificados dentro dos Subgrupos B e C do Anexo, ficarão excetuados da exigência do Artigo 6° da Decisão CMC N° 03/06. No caso dos regimes classificados como B, será possível apresentar aqueles dados que resultem viáveis e se encontrem disponíveis através dos sistemas aduaneiros atualmente vigentes.

Art. 3° - Na medida dos avanços que puderem vir a acontecer na informatização dos regimes citados precedentemente, os Estados Partes deverão informá-los na última Reunião Anual Ordinária da CCM de cada ano. Os Estados Partes deverão informar, na última Reunião Anual Ordinária da CCM de cada ano, os avanços que vierem a ser obtidos na informatização dos regimes citados precedentemente

Art. 4° - Os Estados Partes deverão instruir suas respectivas Representações junto à Associação Latino-americana de Integração (ALADI) para fins da protocolização da presente Diretriz no âmbito do Acordo de Complementação Econômica Nº 18, nos termos estabelecidos na Resolução GMC Nº 43/03.

Art. 5° - Esta Diretriz deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 01/VIII/11.

ANEXO

Classificação dos Regimes Especiais de Importação incluídos no Anexo da Decisão CMC N° 03/06, incluindo aqueles incorporados pelas Diretrizes CCM N° 12/06 e 31/09

☐ Subgrupo A: Regimes que se encontram informatizados e a respeito dos quais é possível oferecer a informação referida no art. 6° da Dec. CMC N° 03/06.

☐ Subgrupo B: Regimes que se encontram informatizados mas, pela sua natureza não comercial, não permitem obter a totalidade dos dados solicitados.

☐ Subgrupo C: Regimes que não se encontram informatizados atualmente e a respeito dos quais, por não estarem registrados através de sistemas informáticos, é complexo se obter qualquer tipo de dado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

REGIMES ESPECIALES	SUBGRUPO		
Argentina	**A**	**B**	**C**
Regime de envio de assistência e salvamento Arts. 581 a 584 (CAA)		X	
Regime de franquias diplomáticas Arts. 529 a 549 (CAA)		X	
Meios de transporte de guerra, segurança e polícia Arts. 472 a 484 (CAA)		X	
Envios de mercadoria com defeitos Arts. 573 a 577 (CAA)	X		
Regime de remessas postais Arts. 550 a 559 (CAA)		X	X
Regime de amostras Arts. 560 a 565 (CAA)	X		
Despacho de ofício - Arts.429 a 436 (CAA)		X	
Regime de tráfico fronteiriço Arts. 578 a 580 (CAA)		X	
Obras de arte feitas à mão - Art. 4 da Lei Nº 24.633	X	X	
Mercadorias importadas no âmbito dos acordos internacionais de Cooperação Técnica.		X	
Isenção de direitos de importação para os clubes - Lei N° 16.774 (revogado pela Lei Nº 20.545 isenção por direitos de importação)	X		
Partidos políticos - Lei Nº 25.600 (revogado pela Lei Nº 26.215)		X	
Isenção de direitos de importação para feiras e missões comerciais.- Lei Nº 20.545 (revogado pela Lei Nº 22.792)		X	
Bens - ensino, pesquisa e salubridade. Decreto Nº 732/72		X	
Reimportação de mercadoria exportada para consumo. Arts.566 a 572. Decreto Nº 1001/82.	X		
Veículos automotores para pessoas portadoras de necessidades especiais.		X	
Lei Nº 24.805, referente à construção de aquedutos na Província de La Pampa	X		
Regime de importação destinado à reabilitação, ao tratamento e à capacitação das pessoas portadoras de necessidades especiais, estabelecido pela Resolução do ex-Ministério da Economia e Obras e Serviços Públicos N° 1388/97, e sua modificatória		X	
Brasil	**A**	**B**	**C**
Regime de envio de assistência e salvamento		X	
Mercadoria estrangeira idêntica, em igual quantidade e valor, e que se destine a reposição de outra anteriormente importada que se tenha revelado, após o desembaraço aduaneiro, defeituosa ou imprestável para o fim a que se destinava.		X	
Remessas postais e encomendas aéreas internacionais, destinadas a pessoa física.			X
Mercadoria estrangeira que tenha sido objeto da pena de perdimento, exceto na hipótese em que não seja localizada, tenha sido consumida ou revendida. (Lei Nº 10.833/03 art. 77 e regulamento aduaneiro art. 73, inc III).		X	
Bens trazidos do exterior, no comércio característico de cidades situadas nas fronteiras terrestres (com terceiros países exclusivamente)			X
Objetos de arte recebidos em doação, por museus (a importar-se por entidades públicas autorizadas)		X	
Bens importados ao amparo de Acordos Internacionais de cooperação técnica, com tratamento tributário neles previstos	X		
Partidos políticos e instituições de educação ou de assistência social	X		
Mercadorias destinadas a consumo no recinto de congressos, de feiras, de exposições internacionais e de outros eventos internacionais assemelhados			X
Livros, Jornais, Periódicos e o papel destinado à sua impressão	X	X	X
União, Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e respectivas autarquias e fundações	X		
Bens destinados a fabricar coletores eletrônicos de votos	X		
Equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento de atletas e às competições desportivas relacionados com a preparação das equipes brasileiras para jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos e mundiais	X		
Mercadoria nacional ou nacionalizada exportada que retorne ao País: a) enviadas em consignação e não vendidas nos prazos autorizados; b) devolvida por motivo de defeito técnico, para reparo ou para substituição; c) por motivo de modificações na sistemática de importação por parte do país importador; d) por motivo de guerra ou de calamidade pública e e) por outros fatores alheios à vontade do exportador	X		
Amostras e remessas postais internacionais, sem valor comercial (Lei Nº 8.032, de 1990, art. 2o, inciso II, alínea "b", e Lei Nº 8.402, de 1992, art. 1o, inciso IV; artigo 15, DL 37/66)			X
Embarcações construídas no Brasil e transferidas por matriz de empresa brasileira de navegação para subsidiária integral no exterior, que retornem ao registro brasileiro, como propriedade da mesma empresa nacional de origem (Lei Nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, art. 11, § 10)	X		
Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e representações de organismos internacionais, de caráter permanente, inclusive os de âmbito regional, de que o Brasil seja membro, e aos bens de seus integrantes, inclusive automóveis (Lei Nº 8.032, de 1990, art. 2o, inciso I, alínea "c", e Lei Nº 8.402, de 1992, art. 1o, inciso IV e art. 140 do R. A. de Franquias Diplomaticas			X
Paraguai	**A**	**B**	**C**
Tráfico Fronteiriço. Seção 8. Art. 234, 235 e 236. Código Aduaneiro. Lei N°2.422/04 (com terceiros países exclusivamente)			X
Acordo de alcance parcial de cooperação e intercâmbio de bens nas áreas cultural, educacional e científica. Lei Nº 367/94			X
Exoneração de tributos à importação e comercialização de livros, jornais e revistas. Modifica-se e amplia-se a Lei N° 22 de 6 de agosto de 1992. Lei Nº 94/92	X		
Reembarque. Artigo 93 Lei Nº 2.422/04			X
Isenção de pagamento do tributo por destruição total ou perda de mercadorias. Art. 267. Código Aduaneiro. Lei N° 2.422/04			X
Exonera do pagamento de tributos as doações outorgadas em favor do Estado e outras Instituições e modifica o Art. 184 da Lei N° 1.173/5. Lei N° 302/93. Decreto N° 6.359/05		X	
Lei Nº 1.095/84 Art. 8 imigrantes repatriados			X
Regime de envio de assistência e salvamento. Seção 10. Art. 239 e 240. Código Aduaneiro. Lei N° 2.422/04			X
Franquia diplomática. Seção 9. Art. 237 e 238. Código Aduaneiro. Revogado pela Lei N° 2.422/04 que determina o regime das franquias de caráter diplomático e consular. Lei N° 110/92	X		
Substituição de mercadorias. Seção 11. Art. 241. Código Aduaneiro. Lei N° 2.422/04			X
Remessa postal internacional. Seção 2. Art. 218 e 219. Código Aduaneiro. Lei N° 2.422/04			X
Remessa expressa. Seção 3. Art. 222 e 223. Código Aduaneiro. Lei N° 2.422/04	X		
Amostra. Seção 4. Art. 224. Código Aduaneiro. Lei N° 2.422/04	X		X
Mercadorias gerais em situação de serem comercializadas. Art. 300. Código Aduaneiro. Lei Nº 2.422/04	X		X
Uruguai	**A**	**B**	**C**
Franquias diplomáticas e exonerações outorgadas a aposentados e pensionistas estrangeiros que se radiquem no país (589/986 e 27/002; 99/986 e 511/990;; 260/00 e Lei Nº 16.340)			X
Regimes de importação ou de exportação para compensar envios de mercadorias com defeitos (CAU)			X
Regime de encomendas (CAU)			X
Regime de amostras comerciais (CAU)			X
Despacho de ofício - Mercadoria que tenha sido objeto de pena de perdimento ou abandono. (CAU)	X		X
Regime de tráfico fronteiriço(CAU) (com terceiros países exclusivamente)			X
Mercadorias importadas no âmbito dos acordos internacionais de cooperação técnica, na medida em que se destinem exclusivamente às finalidades previstas nos acordos (Leis Nº 16.187; 16.174; 15.135 e Decretos Nº 235/00; 530/91;75/90; 309/90; 334/93 e Decreto-Lei Nº 15.642)	X		X
Clubes desportivos e associações sem fins lucrativos que realizem importações que tenham como único destino a construção, o conserto, a modificação ou transformação de embarcações ou navios de propriedade da associação ou clube, os quais não poderão ser alienados, arrendados ou cedidos a qualquer título pelo prazo de dez anos contados a partir da data de sua inscrição nos registros da Prefeitura Naval. Decreto-Lei Nº 15.657 art. 6º.	X		
Partidos políticos permanentes ou as frações dos mesmos com direito a uso de lema partidário com personalidade jurídica (Lei Nº 14.057 art. 91)	X		
Instituições de assistência social: asilos para idosos, sem fins lucrativos (Lei Nº 16.226 art. 465), associações de aposentados e pensionistas (Lei Nº 15.851 art. 200), comissão honorária para a erradicação da habitação rural insalubre (Lei Nº 13.640 arts 473 e 476)	X		
Lei do Livro Nº 15.913 Artigo 8	X		X
Lei Nº 16.226 Artigo 463 (Imunidade impositiva do Estado) e 395 (Educação pública)	X		X
Exonerações no âmbito do Art. 69 da Constituição: "As instituições de ensino privado e as culturais da mesma natureza estarão exoneradas de impostos nacionais e municipais, como subvenção pelos seus serviços". Conforme interpretação dada pela Lei Nº 16.226 Arts 448 a 450	X		
Institutos culturais: Lei Nº 12.802 Art.134 Lei Nº 14.057 Art.27, Lei Nº 16.297 , Lei Nº 16.320 Art. 441, Lei Nº 16.624	X		
Associações de profissionais universitários com personalidade jurídica: Lei Nº 13892 Art. 517	X		
Acordos de doação subscritos entre Uruguai e outros Estados Partes: Decreto Lei Nº 14.189 art. 562, Decreto Lei Nº 14.416 art. 390, Lei Nº 16.226 art. 220	X		X
Automóveis para inválidos (Lei Nº 13.102). Pessoas portadoras de necessidades especiais (Lei Nº 16.095)	X		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECRETO Nº 8.569, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução do Octogésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (89PA-ACE18), firmando entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, em 12 de outubro de 2011.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, firmado pela República Federativa do Brasil em 12 de agosto de 1980 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê a modalidade de Acordo de Complementação Econômica;

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 29 de novembro de 1991, em Montevidéu, o Acordo de Complementação Econômica nº 18, promulgado pelo Decreto nº 550, de 27 de maio de 1992; e

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 12 de outubro de 2011, em Montevidéu, o Octogésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18;

D E C R E T A :

Art. 1º O Octogésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, de 12 de outubro de 2011, anexo a este Decreto, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Mauro Luiz Iecker Vieira
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Armando Monteiro

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 18, CELEBRADO ENTRE ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI E URUGUAI

Octogésimo Nono Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI),

TENDO EM VISTA o Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao ACE-18 e a Resolução GMC Nº 43/03,

CONVÊM EM:

Artigo 1° - Incorporar ao Acordo de Complementação Econômica N° 18 a Diretriz Nº 16/11 da Comissão de Comércio do MERCOSUL relativa à "Adequação dos requisitos específicos de origem", que consta como anexo e integra o presente Protocolo.

Artigo 2º - O presente Protocolo entrará em vigor trinta dias após a notificação da Secretaria-Geral da ALADI aos países signatários de que recebeu a comunicação da Secretaria do MERCOSUL informando a incorporação da norma MERCOSUL e de seu correspondente Protocolo Adicional aos ordenamentos jurídicos dos quatro Estados Partes do MERCOSUL.

A Secretaria-Geral da ALADI deverá efetuar tal notificação, na medida do possível, no mesmo dia em que receba a comunicação da Secretaria do MERCOSUL.

Artigo 3° - Uma vez em vigor, o presente Protocolo modificará o Anexo ao Septuagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao ACE N° 18 - Apêndice I da Decisão CMC Nº 01/09.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos países signatários e à Secretaria do MERCOSUL.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos doze dias do mês de outubro de dois mil e onze, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Argentina: Daniel Raimondi; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Otávio Brandelli; Pelo Governo da República do Paraguai: Alejandro Hamed Franco; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Gonzalo Rodríguez Gigena.

_____

ANEXO

SECRETARIA DO MERCOSUL

RESOLUÇÃO GMC Nº 26/01 - ARTIGO 10

FÉ DE ERRATAS - ORIGINAL - 11/08/11

Agustín Colombo Sierra

Diretor

MERCOSUL/CCM/DIR. Nº 16/11

ADEQUAÇÃO DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE ORIGEM

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões Nº 16/07 e 01/09 do Conselho do Mercado Comum, e a Diretriz Nº 07/11 da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

CONSIDERANDO:

Que é necessário eliminar as situações onde o Regime de Origem do MERCOSUL gera condições de acesso aos mercados dos Estados Partes mais exigentes que as que o MERCOSUL outorga a terceiros países.

A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL

APROVA A SEGUINTE DIRETRIZ:

Art. 1º - Modifica-se o Apêndice I da Decisão CMC Nº 01/09 conforme consta no Anexo que faz parte da presente Diretriz.

Art. 2º - Solicita-se aos Estados Partes que instruam suas respectivas Representações junto à Associação Latino-americana de Integração (ALADI) a protocolizar a presente Diretriz no marco do Acordo de Complementação Econômica Nº 18, nos termos estabelecidos na Resolução GMC Nº 43/03.

Art. 3º - Esta Diretriz deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 30/VIII/2011.

XV CCM EXT. - Assunção, 10/VI/11.

SECRETARIA DO MERCOSUL

RESOLUÇÃO GMC Nº 26/01 - ARTIGO 10

FÉ DE ERRATAS - ORIGINAL - 20/10/11

Agustín Colombo Sierra

Diretor

ANEXO I

a) Eliminar da lista:

NCM 2007	ONDE DIZ:
0408.11.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
0408.91.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
1302.13.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
1511.90.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
1513.11.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
1513.29.10	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
1601.00.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
1602.10.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
1602.20.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
1602.50.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
1702.40.10	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2002.10.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2002.90.90	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2004.10.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2004.90.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2005.20.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2005.40.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2005.91.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2005.99.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2006.00.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2007.91.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2007.99.10	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2007.99.90	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2102.10.10	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2102.10.90	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2102.20.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2106.10.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2106.90.10	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2309.90.10	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2309.90.50	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2309.90.60	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
2309.90.90	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional
7017.90.00	Mudança de posição tarifária e 60% de valor agregado regional

DECRETO Nº 8.570, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução do Sexagésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (68PA-ACE18), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, em 7 de julho de 2009.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, firmado pela República Federativa do Brasil em 12 de agosto de 1980 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê a modalidade de Acordo de Complementação Econômica;

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 29 de novembro de 1991, em Montevidéu, o Acordo de Complementação Econômica nº 18, promulgado pelo Decreto nº 550, de 27 de maio de 1992; e

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 7 de julho de 2009, em Montevidéu, o Sexagésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18;

D E C R E T A :

Art. 1º O Sexagésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, de 7 de julho de 2009, anexo a este Decreto, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Mauro Luiz Iecker Vieira
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Armando Monteiro

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA N° 18, CELEBRADO ENTRE ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI E URUGUAI

Sexagésimo Oitavo Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TENDO EM VISTA o Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao ACE-18 e a Resolução GMC Nº 43/03.

CONVÊM:

Artigo 1° - Incorporar ao Acordo de Complementação Econômica N° 18 a Decisão N° 62/07 do Conselho do Mercado Comum relativa a "Regime de certificação de mercadorias originárias de Israel armazenadas em depósitos aduaneiros dos Estados Partes do MERCOSUL", que consta como anexo e integra o presente Protocolo

Artigo 2º - O presente Protocolo entrará em vigor 30 dias após a notificação da Secretaria-Geral da ALADI aos países signatários de que recebeu a comunicação da Secretaria do MERCOSUL informando a incorporação da Norma MERCOSUL e de seu correspondente Protocolo Adicional aos ordenamentos jurídicos dos quatro Estados Partes do MERCOSUL.

A Secretaria-Geral da ALADI deverá efetuar tal notificação, na medida do possível, no mesmo dia em que receba a comunicação da Secretaria do MERCOSUL.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos países signatários e à Secretaria do MERCOSUL.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos sete dias do mês de julho de dois mil e nove, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Argentina: Juan Carlos Olima; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Regis Percy Arslanian; Pelo Governo da República do Paraguai: Emilio Giménez; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Gonzalo Rodríguez Gigena;

ANEXO

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 62/07

REGIME DE CERTIFICAÇÃO DE MERCADORIAS ORIGINÁRIAS DE ISRAEL ARMAZENADAS EM DEPÓSITOS ADUANEIROS DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Decisão N° 17/03 do Conselho do Mercado Comum e a Resolução Nº 43/03 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que o objetivo do aperfeiçoamento da união aduaneira supõe avançar na livre circulação de mercadorias no mercado ampliado.

Que a Decisão CMC Nº 17/03 estabeleceu um regime para a circulação de mercadorias originárias do MERCOSUL armazenadas em depósitos aduaneiros de um de seus Estados Partes.

Que corresponde estender este regime às mercadorias originárias de Israel importadas sob as normas do Tratado de Livre Comércio entre MERCOSUL e Israel, a ser assinado em 18 de dezembro de 2007.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM

DECIDE:

Art. 1 - Aplicar o regime estabelecido na Decisão CMC Nº 17/03 às mercadorias originárias de Israel, de acordo com o Regime de Origem do Tratado de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Israel, a ser assinado em 18 de dezembro de 2007, importadas sob as normas do mencionado Tratado.

Além disso, as regulamentações dos Estados Partes que decidam emitir Certificados Derivados no âmbito do Tratado de Livre Comércio entre MERCOSUL e Israel, deverão cumprir com o estabelecido no Anexo à presente Decisão.

Art. 2 - Quando um Estado Parte entenda que Certificados Derivados emitidos por outro Estado Parte lhe causam um prejuízo resultante da modalidade operativa de sua regulamentação nacional, poderá manifestar ao Estado Parte emissor, de forma fundamentada, os motivos do mencionado prejuízo.

Nesse caso, o Estado Parte emissor deverá, em um prazo de até 10 dias, pronunciar-se sobre a consulta correspondente, outorgando ao Estado Parte receptor todas as garantias do devido processo.

Se o Estado Parte emissor não cumprir com o disposto no parágrafo anterior, o Estado Parte receptor poderá recusar os Certificados Derivados objeto da consulta.

Art. 3 - As disposições da presente Decisão deverão ser revisadas no mais tardar ao cumprir-se um ano de sua entrada em vigência, a fim de que, uma vez avaliados seu funcionamento e efeitos, decida-se sobre sua continuidade.

Art. 4 - Solicitar aos Estados Partes que instruam suas respectivas Representações junto à Associação Latino-americana de Integração (ALADI) para que protocolizem a presente Decisão no âmbito do Acordo de Complementação Econômica Nº 18, nos termos estabelecidos na Resolução GMC Nº 43/03.

Art. 5 - Os Estados Partes deverão incorporar a presente Decisão a seus ordenamentos jurídicos internos com anterioridade à data de entrada em vigor, para cada Estado Parte, do Tratado de Livre Comércio entre MERCOSUL e Israel.

ANEXO

REGIME DE CERTIFICAÇAO DE MERCADORIAS ORIGINÁRIAS DE ISRAEL ARMAZENADAS EM DEPÓSITOS ADUANEIROS DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Art. 1 - A Administração Aduaneira emissora dos Certificados Derivados assegurará aos demais Estados Partes do MERCOSUL que efetuará controles adequados, em forma informática, sobre as quantidades, saldos e destinos das mercadorias que ingressam sob um regime de depósito aduaneiro com Certificado de Origem do Tratado de Livre Comércio entre MERCOSUL e Israel.

Esses controles deverão assegurar que as quantidades de mercadorias amparadas nos Certificados Derivados, tendo em conta todos os destinos (mercado interno, mercados dos demais Estados Partes ou terceiros mercados), em nenhum caso supere a quantidade amparada pelo Certificado de Origem original.

Art. 2 - A Administração Aduaneira emissora dos Certificados Derivados estabelecerá os procedimentos necessários para cumprir com o disposto no artigo anterior e assegurar que a Administração Aduaneira do Estado Parte de destino final possa verificar a autenticidade do Certificado Derivado, preferentemente de forma informática.

Art. 3 - Os Certificados Derivados deverão especificar, entre outros, as seguintes informações do Certificado de Origem original:

- Entidade Emissora
- Nº de Certificado
- Nº de Fatura

No caso de haver dúvida fundamentada a respeito da valoração da mercadoria, a Administração Aduaneira do Estado Parte de destino final poderá solicitar à Aduana emissora do Certificado Derivado, informação adicional sobre a fatura original, sem prejuízo dos procedimentos em matéria de valoração aduaneira vigentes no âmbito do MERCOSUL.

Art. 4 - No caso de abertura de um processo de investigação do Certificado Derivado (critérios de qualificação de origem), o intercâmbio de informação se realizará diretamente com a entidade emissora do Certificado de Origem original, seguindo os procedimentos para verificação e controle de origem previstos no Tratado de Livre Comércio entre MERCOSUL e Israel.

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Institui o Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas ao desastre ocorrido nas barragens do Fundão e de Santarém no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, e suas repercussões na bacia do Rio Doce, atingindo o Estado do Espírito Santo.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas ao desastre ocorrido nas barragens do Fundão e de Santarém no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, e suas repercussões na bacia do Rio Doce, atingindo o Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. O objetivo do Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas será acompanhar as ações de socorro, de assistência, de reestabelecimento de serviços essenciais afetados, de recuperação de ecossistemas e de reconstrução decorrentes do desastre a que se refere o **caput**.

Art. 2º O Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério da Integração Nacional;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Defesa;

V - Ministério de Minas e Energia;

VI - Ministério do Meio Ambiente;

VII - Ministério da Cultura; e

VIII - Advocacia-Geral da União.

§ 1º O Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas poderá ser integrado por representantes convidados de outros órgãos federais, dos governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público Federal.

§ 2º Os representantes de que trata este artigo serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a VIII do **caput** e designados em ato do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 3º Para atingir os objetivos de que trata o art. 1º, o Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas deverá:

I - monitorar os procedimentos adotados para solucionar as demandas da população atingida;

II - acompanhar as medidas de recuperação e de restauração;

III - coordenar a ação dos órgãos federais, estaduais e municipais e dos entes privados envolvidos;

IV - monitorar a ação fiscalizatória das entidades envolvidas;

V - propor aos órgãos competentes estudos ou medidas para alcançar o objetivo definido no parágrafo único do art. 1º; e

VI - apoiar a atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, de que trata a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Gilberto Magalhães Occhi

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Rota do Oeste S.A., o imóvel que menciona, localizado no Município de Nobres, Estado do Mato Grosso.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.188719/2015-95,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Rota do Oeste S.A., o imóvel situado às margens da Rodovia BR-163/MT, localizado no Município de Nobres, Estado do Mato Grosso, necessário à execução das obras de implantação do posto de pesagem veicular - PPV 05 no km 502+200m, cujas delimitações e coordenadas topográficas foram descritas na Deliberação nº 252/2015, da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2015.

Art. 2º Fica a concessionária Rota do Oeste S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antônio Carlos Rodrigues

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nºs 479 e 480, de 12 de novembro de 2015. Comunica à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, respectivamente, que se ausentará do país nos dias 13 a 16 de novembro de 2015, em visita a Antália, República da Turquia, por ocasião da Cúpula dos Líderes do G20.

Nº 481, de 12 de novembro de 2015.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 5.732, de 2013 (nº 67/11 no Senado Federal), que "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braile".

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, do Trabalho e Previdência Social e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei pelas seguintes razões:

"A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer dano à sociedade. Além disso, há dispositivo no projeto que, se sancionado, resultaria em violação às liberdades previstas nos incisos IV e IX do art. 5º, bem como ao que dispõe o art. 220, todos da Constituição. Por fim, em razão da importância das profissões tratadas pela proposta, o Governo tomará medidas necessárias para garantir seu devido reconhecimento."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 482, de 12 de novembro de 2015.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 6.299, de 2009 (nº 304/08 no Senado Federal), que "Altera o **caput** do art. 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir o período sem registro na junta comercial que caracteriza a inatividade do empresário ou da sociedade empresária".

Ouvidos, os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Secretaria de Governo da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei pelas seguintes razões:

"A redução do período de obrigatoriedade da declaração de atividade da empresa perante a junta comercial seria contrária aos princípios da eficiência administrativa e da economicidade, norteadores dos esforços de simplificação da relação entre entidades e órgãos públicos e o setor privado."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 10 de novembro de 2015

Entidade: AR ARPENSP, vinculda à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000126/2008-11

Acolhem-se as Notas nºs 938/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 909/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de Autorização de Funcionamento de nova IT MEREGE'S da AR MEREGES vinculada à AC SINCOR e AC BR RFB, localizada na Rua Doutor Campos, nº 1236, Bairro Nossa Senhora de Loudes, Cerquilhos/SP, para as Políticas de Certificados crendenciadas.

Entidade: Autoridade Certificadora DOCCLOUD RFB, vinculada à AC RFB
Processo nº: 00100.000177/2015-72

Acolhe-se o Parecer Resumo nº 064/2015, apresentado pela Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização que manifesta a sua concordância com os termos do Relatório de Auditoria Pré-operacional da AC DOCCLOUD RFB 064/2015 e DEFERE o pedido de credenciamento da Autoridade Certificadora DOCCLOUD RFB (AC DOCCLOUD RFB), subordinada à AC RFB, a AR DOCCLOUD e o PSS SAFEWEB para emissão dos certificados digitais dos tipos A1 e A3. Aprova a versão 1.0 das DPC, PC A1 e PC A3 da AC DOCCLOUD RFB. Ficam atribuídos os OID conforme abaixo identificados.

DOCUMENTOS	OID
DPC da AC DOCCLOUD RFB	2.16.76.1.1.71
PC A1 da AC DOCCLOUD RFB	2.16.76.1.2.1.58
PC A3 da AC DOCCLOUD RFB	2.16.76.1.2.3.55

Em 11 de novembro de 2015

Entidade: AR LEOMAR, vinculada à AC SINCOR RIO RFB
Processo nº: 00100.000219/2015-75

Nos termos do Parecer da CGAF/DAFN/ITI 89/2015 e consoante Parecer nº 168/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR LEOMAR vinculada à AC SINCOR RIO RFB, com instalação técnica situada na Avenida Comendador Teles, nº2416, loja 1, piso 1, Vilar dos Teles, São João do Meriti-RJ, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR MARRAF, vinculada à AC SINCOR RFB
Processo nº: 00100.000220/2015-08

Nos termos do Parecer da CGAF/DAFN/ITI 90/2015 e consoante Parecer nº 154/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR MARRAF vinculada à AC SINCOR RFB, com instalação técnica situada na Rua São Paulo, 325, Jardim Planalto, Arujá-SP, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Em 12 de novembro de 2015

Entidade: AR DIGIFORT para AR A DIGIFORT, vinculada à AC VALID RFB e AC VALID BRASIL.
Processo nº: 00100.000298/2012-71 e 00100.000297/2012-27

Acolhem-se as Notas nºs 670/2015/APG/PFE/ITI/PGF/AGU, 713/2015/APG/PFE/ITI/PGF/AGU, que opina pelo deferimento do pedido de Alteração do nome da instalação técnica da AR DIGIFORT para AR A DIGIFORT, vinculada à AC VALID RFB e AC VALID BRASIL.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
UNIDADE REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO DA CHEFE
Em 25 de setembro de 2015

Processo nº 50305.000597/2015-21.
Nº 98 - Empresa penalizada: I P Gonçalves Navegação - ME, CNPJ nº 11.053.457/0001-80. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 165,00, pela prática da infração tipificada no inciso I do art. 20 da norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, de 23/11/2007.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO

DESPACHO DO CHEFE
Em 16 de outubro de 2015

Processo nº 50302.001296/2015-44.
Nº 53 - Empresa penalizada: Ecosorb S/A - Tecnologia de Proteção Ambiental, CNPJ nº 02.941.454/0001-92. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 10.560,00, pela prática da infração tipificada no inciso I do art. 21 da norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19/6/2012.

GUILHERME DA COSTA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO Nº 11, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 27 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.001268/2009-07, resolve:

Autorizar a empresa PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.310.839/0001-38, com sede na Rua Félix Lopes Coelho, nº 222, Ilha da Madeira, Itaguaí/RJ, CEP 23826-580, a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.310.839/0002-19, localizado no mesmo endereço da sede, compreendendo as linhas transportadoras nos 1, 2, 3 e 4, as linhas transportadoras de ligação com os píeres A e B e os Pátios 06 e 32, com observância às normas e regulamentos da ANTAQ e, especificamente, ao Contrato de Adesão nº 52/2014-ANTAQ, de 1º de dezembro de 2014.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente.

Fica revogado o Termo de Liberação de Operação nº 12, de 14 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial da União - DOU, em 15 de outubro de 2014.

RIVALDO PINHEIRO DANTAS

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 318, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo CDP nº 1686/2015, de 27.05.2015, que versa a respeito de apuração de responsabilidade do escritório de Advocacia NELSON WILLIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ n° 03.584.647/0001-04, face possível descumprimento de obrigações decorrentes do Contrato nº 22/2014 - Serviços profissionais de advocacia preventiva e contenciosa nas áreas cível, trabalhista, administrativa, ambiental, comercial, tributária e previdenciária, com atuação em defesa dos interesses da CDP em qualquer Juízo, instância, foro ou Tribunal; CONSIDERANDO ter sido assegurada à aludida empresa o direito ao contraditório e à ampla defesa, na forma da Lei, por meio da CARTA DIRPRE nº 358/2015, de 09.06.2015; CONSIDERANDO o Parecer Jurídico SUPARR, às fls. 371 a 381 dos autos do Processo Administrativo nº 1686/2015, acolhido pela GERJUR e por esta Presidência, por seus próprios fundamentos; CONSIDERANDO o dever-poder da Administração de gerir a res publica, bem como o dever de zelar pela legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência administrativa, no uso das prerrogativas conferidas especialmente pela Lei nº 8.666/93, resolve: I - aplicar ao Escritório de Advocacia NELSON WILLIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS a penalidade de suspensão de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, com base na Cláusula Nona do Contrato n° 22/2014 e inciso III do art. 87 da Lei n° 8.666/93; II - aplicar, ao referido Escritório de Advocacia, multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor mensal do Contrato, que corresponde a R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais), conforme prescrito na Cláusula Nona do Contrato n° 22/2014 e inciso II do art. 87 da Lei n° 8.666/93; III - determinar, ainda, com fundamento na alínea "i" da Cláusula Quinta do Contrato n° 22/2014, o ressarcimento de dano no valor de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais); IV - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União - D.O.U.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 3.018, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43, incisos VII e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00065.141053/2015-10, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 91-004, Revisão A (IS nº 91-004A), intitulada "Instruções e procedimentos para autorização de operações de aproximação de precisão ILS categorias II e III por operadores aéreos regidos pelo RBHA 91".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 3.019 - Autorizar o funcionamento, por 5 (cinco) anos, da ATP FLIGHT SCHOOL ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, com sede administrativa situada à Rua Dr. Viotti, 190 Sl. 111, Centro, Caxambu - MG e base operacional no aeródromo de Caxambu (SNXB) e homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos práticos de Piloto Privado de Avião, Piloto Comercial de Avião, Instrutor de Voo de Avião e Voo por Instrumentosda ATP FLIGHT SCHOOL ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL. Processo nº 00065.009832/2015-21.

Nº 3.020 - Homologar os cursos teóricos de Piloto Privado de Avião, Piloto Comercial de Avião e Instrutor de Voo Avião do AEROCLUBE DE CANELA, por 5 (cinco) anos, situada à Avenida José Luiz Correa Pinto, nº 1000 - São José, na cidade de Canela, RS - CEP: 95680-000. Processos nº 00065.111582/2014-16 e 00065.163876/2015-15.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 244, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, INTERINA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 1º do Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, e o que consta no Processo nº 21000.003977/2015-43, resolve:

Art. 1º Ficam abrangidos pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba - PDA-Matopiba, os municípios dos Estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, constantes do Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EMÍLIA JABER

ANEXO

Estado do Bahia

Angical	Cocos	Luís Eduardo Magalhães	São Félix do Coribe
Baianópolis	Coribe	Mansidão	Serra do Ramalho
Barreiras	Correntina	Paratinga	Serra Dourada
Bom Jesus da Lapa	Cotegipe	Riachão das Neves	Sítio do Mato
Brejolândia	Cristópolis	Santa Maria da Vitória	Tabocas do Brejo Velho
Canápolis	Feira da Mata	Santana	Wanderley
Carinhanha	Formosa do Rio Preto	Santa Rita de Cássia	
Catolândia	Jaborandi	São Desidério	

Estado do Maranhão

Açailândia	Davinópolis	Magalhães de Almeida	São Benedito do Rio Preto
Afonso Cunha	Dom Pedro	Mata Roma	São Bernardo
Água Doce do Maranhão	Duque Bacelar	Matões	São Domingos do Azeitão
Aldeias Altas	Esperantinópolis	Matões do Norte	São Domingos do Maranhão
Alto Alegre do Maranhão	Estreito	Milagres do Maranhão	São Félix de Balsas
Alto Parnaíba	Feira Nova do Maranhão	Mirador	São Francisco do Brejão
Amarante do Maranhão	Fernando Falcão	Miranda do Norte	São Francisco do Maranhão
Anapurus	Formosa da Serra Negra	Montes Altos	São João do Paraíso
Araioses	Fortaleza dos Nogueiras	Nina Rodrigues	São João do Soter
Arame	Fortuna	Nova Colinas	São João dos Patos
Bacabal	Gonçalves Dias	Nova Iorque	São José dos Basílios
Balsas	Governador Archer	Olho d'Água das Cunhãs	São Luís Gonzaga do Maranhão
Barão de Grajaú	Governador Edison Lobão	Paraibano	São Mateus do Maranhão
Barra do Corda	Governador Eugênio Barros	Parnarama	São Pedro da Água Branca
Barreirinhas	Governador Luiz Rocha	Passagem Franca	São Pedro dos Crentes
Belágua	Graça Aranha	Pastos Bons	São Raimundo das Mangabeiras
Benedito Leite	Grajaú	Paulino Neves	São Raimundo do Doca Bezerra
Bernardo do Mearim	Humberto de Campos	Pedreiras	São Roberto
Bom Lugar	Igarapé Grande	Peritoró	Satubinha
Brejo	Imperatriz	Pio XII	Senador Alexandre Costa
Buriti	Itaipava do Grajaú	Pirapemas	Senador La Rocque
Buriti Bravo	Itapecuru Mirim	Poção de Pedras	Sítio Novo
Buritirana	Itinga do Maranhão	Porto Franco	Sucupira do Norte
Campestre do Maranhão	Jatobá	Presidente Dutra	Sucupira do Riachão
Cantanhede	Jenipapo dos Vieiras	Presidente Vargas	Tasso Fragoso
Capinzal do Norte	João Lisboa	Primeira Cruz	Timbiras
Carolina	Joselândia	Riachão	Timon
Caxias	Lago do Junco	Ribamar Fiquene	Trizidela do Vale
Chapadinha	Lago Verde	Sambaíba	Tuntum
Cidelândia	Lagoa do Mato	Santa Filomena do Maranhão	Tutóia
Codó	Lago dos Rodrigues	Santa Quitéria do Maranhão	Urbano Santos
Coelho Neto	Lajeado Novo	Santana do Maranhão	Vargem Grande
Colinas	Lima Campos	Santo Amaro do Maranhão	Vila Nova dos Martírios
Coroatá	Loreto	Santo Antônio dos Lopes	

Estado do Piauí

Alvorada do Gurguéia	Cristalândia do Piauí	Marcos Parente	Santa Filomena
Antônio Almeida	Cristino Castro	Monte Alegre do Piauí	Santa Luz
Avelino Lopes	Curimatá	Morro Cabeça no Tempo	São Gonçalo do Gurguéia
Baixa Grande do Ribeiro	Currais	Palmeira do Piauí	Sebastião Barros
Barreiras do Piauí	Eliseu Martins	Parnaguá	Sebastião Leal
Bertolínia	Gilbués	Porto Alegre do Piauí	Uruçuí
Bom Jesus	Júlio Borges	Redenção do Gurguéia	
Colônia do Gurguéia	Landri Sales	Riacho Frio	
Corrente	Manoel Emídio	Ribeiro Gonçalves	

Estado do Tocantins

Abreulândia	Chapada de Areia	Luzinópolis	Presidente Kennedy
Aguiarnópolis	Chapada da Natividade	Marianópolis do Tocantins	Pugmil
Aliança do Tocantins	Colinas do Tocantins	Mateiros	Recursolândia
Almas	Combinado	Maurilândia do Tocantins	Riachinho
Alvorada	Conceição do Tocantins	Miracema do Tocantins	Rio da Conceição
Ananás	Couto Magalhães	Miranorte	Rio dos Bois
Angico	Cristalândia	Monte do Carmo	Rio Sono
Aparecida do Rio Negro	Crixás do Tocantins	Monte Santo do Tocantins	Sampaio
Aragominas	Darcinópolis	Palmeiras do Tocantins	Sandolândia
Araguacema	Dianópolis	Muricilândia	Santa Fé do Araguaia
Araguaçu	Divinópolis do Tocantins	Natividade	Santa Maria do Tocantins
Araguaína	Dois Irmãos do Tocantins	Nazaré	Santa Rita do Tocantins
Araguanã	Dueré	Nova Olinda	Santa Rosa do Tocantins
Araguatins	Esperantina	Nova Rosalândia	Santa Tereza do Tocantins
Arapoema	Fátima	Novo Acordo	Santa Terezinha do Tocantins
Arraias	Figueirópolis	Novo Alegre	São Bento do Tocantins
Augustinópolis	Filadélfia	Novo Jardim	São Félix do Tocantins
Aurora do Tocantins	Formoso do Araguaia	Oliveira de Fátima	São Miguel do Tocantins
Axixá do Tocantins	Fortaleza do Tabocão	Palmeirante	São Salvador do Tocantins
Babaçulândia	Goianorte	Palmeirópolis	São Sebastião do Tocantins
Bandeirantes do Tocantins	Goiatins	Paraíso do Tocantins	São Valério da Natividade
Barra do Ouro	Guaraí	Paranã	Silvanópolis
Barrolândia	Gurupi	Pau D'Arco	Sítio Novo do Tocantins
Bernardo Sayão	Ipueiras	Pedro Afonso	Sucupira
Bom Jesus do Tocantins	Itacajá	Peixe	Taguatinga
Brasilândia do Tocantins	Itaguatins	Pequizeiro	Taipas do Tocantins
Brejinho de Nazaré	Itapiratins	Colméia	Talismã
Buriti do Tocantins	Itaporã do Tocantins	Pindorama do Tocantins	Palmas
Cachoeirinha	Jaú do Tocantins	Piraquê	Tocantínia
Campos Lindos	Juarina	Pium	Tocantinópolis
Cariri do Tocantins	Lagoa da Confusão	Ponte Alta do Bom Jesus	Tupirama
Carmolândia	Lagoa do Tocantins	Ponte Alta do Tocantins	Tupiratins
Carrasco Bonito	Lajeado	Porto Alegre do Tocantins	Wanderlândia
Caseara	Lavandeira	Porto Nacional	Xambioá
Centenário	Lizarda	Praia Norte	

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 89, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 e 45 do Anexo I do Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e o que consta do Processo nº 21000.006545/2015-94, resolve:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA a Comissão Técnica de Gestão de Riscos Biológicos e Biossegurança - CTGRB em estabelecimentos que fabricam ou realizam controle da qualidade de vacinas, antígenos e soros hiperimunes de uso veterinário.

Art. 2º A CTGRB atuará em caráter consultivo para assessorar o DFIP/SDA nas ações de fiscalização dos estabelecimentos previstos no art. 1º desta Portaria, nos seguintes aspectos:

I - análise e acompanhamento de projetos de construção, de adequação da estrutura física e da operacionalização das atividades de fabricação e controle da qualidade;

II - avaliação técnica relacionada à gestão dos riscos biológicos e biossegurança na manipulação de agentes biológicos e classificação do nível de biossegurança e bioproteção dos estabelecimentos; e

III - revisão e atualização de normas técnicas específicas.

Art. 3º A CTGRB será composta por representantes, titular e respectivo suplente, dos seguintes órgãos:

I - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA;

II - Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA; e

III - Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA.

§ 1º Os representantes titulares e suplentes serão indicados pelos dirigentes dos órgãos de suas lotações.

§ 2º A CTGRB será coordenada pelo representante do DFIP/SDA, e, em sua ausência, pelo respectivo suplente.

Art. 4º O Diretor do DFIP/SDA poderá convidar especialistas vinculados a entidades públicas nacionais e a organismos internacionais para assessorar a CTGRB nas atividades de que trata o art. 2º desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na da sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 45, de 1º de abril de 2014.

DÉCIO COUTINHO

SECRETARIA DO PRODUTOR RURAL E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÂO Nº 108, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456/97, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de proteção da cultivar de eucalipto (Eucalyptus spp.), denominada EUCA 422, protocolo n° 21806.000127/2015-18, apresentado pela empresa Novo Prisma Agro florestal, do Brasil.

O pedido de proteção foi arquivado de acordo com o disposto no § 5º do art.18 da Lei nº 9.456, de 1997.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

RESOLUÇÃO Nº 191, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), criada pela Lei n° 4.118, de 27 de agosto de 1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei n° 6.189, de 16 de dezembro de 1974, com as alterações introduzidas pela Lei n° 7.781, de 17 de junho de 1989 e pelo Decreto n° 5.667, publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2006, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 623ª Sessão, realizada em 11 de novembro de 2015, e considerando que:

a) O Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI), integrante da Unidade de Enriquecimento de Urânio Almirante Álvaro Alberto (UEAAA), de responsabilidade da Marinha do Brasil, através do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é uma instalação de pequeno porte e regime laboratorial que visa desenvolver tecnologia de enriquecimento de urânio no isótopo U-235;

b) o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) encaminhou à CNEN a revisão, datada de setembro de 2012, do Questionário Técnico (QT) para a instalação "Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI)", e que esta revisão ainda é válida; e

c) que a inspeção regulatória para Verificação de Inventário Físico, realizada em agosto de 2015, confirmou a declaração de inventário de material nuclear dessa Instalação, bem como sua operação, no que tange especificamente à contabilidade e controle de material nuclear, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Norma CNEN NN 2.02, "Controle de Materiais Nucleares", Resolução CNEN 11/99 (Publicação no DOU de 21.09.1999), resolve:

Art. 1º Conceder a Autorização para Utilização de Material Nuclear (AUMAN), para o Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI), do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), até a data de 19 de novembro de 2016, observadas as seguintes condições:

I - O CTMSP continua autorizado a processar urânio no LEI, sob a forma de hexafluoreto de urânio (UF6), visando seu enriquecimento isotópico em urânio U-235;

II - O inventário máximo de hexafluoreto de urânio no LEI será de 5.000 quilogramas, dos quais até o máximo de 100 quilogramas poderá ultrapassar o teor de enriquecimento de 5%, porém ficando limitado a um teor menor que 20%; e

III - O CTMSP deverá comunicar previamente à CNEN qualquer modificação nas instalações do LEI que possam impactar na contabilidade e controle de material nuclear, nacional e/ou internacionalmente, submetendo em tempo hábil revisão atualizada do Questionário Técnico dessa Instalação. A falta de observância desta condição acarretará a imediata suspensão da AUMAN.

Art. 2º O CTMSP deverá atender a quaisquer exigências estabelecidas pela CNEN relativas ao controle de material nuclear dessa Instalação, estando o LEI operacional ou não, inclusive cumprindo todas as determinações decorrentes de Relatórios de Fiscalização (Inspeções/Auditorias).

Art. 3º A CNEN poderá, a qualquer tempo, acrescentar requisitos que considerar pertinentes ou cancelar a presente autorização, sempre que julgar necessário para assegurar o adequado controle do material nuclear no LEI.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANGELO FERNANDO PADILHA
Presidente da Comissão

REX NAZARÉ ALVES
Membro

PAULO FERNANDO LAVALLE HEILBRON FILHO
Membro

CRISTOVÃO ARARIPE MARINHO
Membro

ISAAC JOSÉ OBADIA
Membro

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4817/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 187ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de novembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79
Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP
CQB: 046/98
Próton: 16455/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4543/15 publicado em 24/04/15
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Integração de Sistemas Biológicos NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4818/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 187ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de novembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79
Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP
CQB: 046/98
Próton: 47382/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4781/15 publicado em 14/09/15
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Biotério do Departamento de Anatomia, de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4819/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 187ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de novembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR
CQB: 313/10
Próton: 12692/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 4487/15 publicado em 24/03/15
Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Caracterização molecular e funcional da síntese e do transporte intracelular de nucleotídeos-açúcares". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 12 de novembro de 2015

614ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

Entidade	Credenciamento	CNPJ
Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP-FUNCAMP	900.0083/1990	49.607.336/0001-06
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	900.0029/1990	01.263.896/0005-98

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 103, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0300 - Como se Tornar o Pior Aluno da Escola
Processo: 01580.052384/2014-39
Proponente: Clubtv Produções e Entretenimento Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.276.440/0001-15
Valor total aprovado: de R$ 7.619.886,50 para R$ 7.553.886,50
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.739.886,50 para R$ 1.676.192,18
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 19.682-7
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.600.000,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 19.108-6
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 19.683-5
Aprovado na Reunião da Diretoria Colegiada nº 587, realizada em 16/10/2015.
Prazo de captação: 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o projeto relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através do InvestImage1 - Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINE, nos termos do inciso III do art. 41 da MP 2.228-1/01.

15-0600 - INVESTIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES DA OCA FILMES
Processo: 01580.084814/2014-81
Proponente: OCA Content Produções S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 17.205.861/0001-09
Valor aprovado no artigo 41 da MP nº. 2.228-1/01: R$ 2.000.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ba•nco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23.284-X

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 590, realizada em 03/11/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 104, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0410 - Os Penetras 2

Processo: 01580.056706/2014-19

Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 09.180.984/0001-04

Valor total aprovado: de R$ 9.000.000,00 para R$ 9.031.193,81

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 2.194.000,00

Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.087-5

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 1.806.000,00

Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.092-1

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.112-X

Aprovado na Reunião da Diretoria Colegiada nº 591, realizada em 10/11/2015.

Prazo de captação: 31/12/2016.

15-0433 - Os Transgressores

Processo: 01580.052831/2015-31

Proponente: Cinética Filmes e Produções Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 01.946.155/0001-88

Valor total aprovado: R$ 464.568,16

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00

Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 46.276-4

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 29.716,67

Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 46.277-2

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00

Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 46.278-0

Aprovado na Reunião da Diretoria Colegiada nº 591, realizada em 10/11/2015.

Prazo de captação: 31/12/2016.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 11 de novembro de 2015

Nº 264 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar na forma prevista nos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0007 - BATE CORAÇÃO

Processo: 01580.000098/2012-16

Proponente: Luz Produções Cinematográficas Ltda.

Cidade/UF: Fortaleza / CE

CNPJ: 00.975.333/0001-36

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos do artigo indicado.

11-0417 - MAIS AMOR

Processo: 01580.036988/2011-95

Proponente: Catalisadora Áudio Visual Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 05.306.875/0001-30

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 424.286,50 para R$ 406.686,50

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 403.071,50 para R$ 386.352,18

Banco: 001- agência: 1189-4 conta corrente: 43.805-7

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DECISÃO Nº 87, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto n° 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2014, decide:

Art.1° Alterar o resultado da II Reunião de Avaliação do Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior Nº 1/2015, publicado no D.O.U. em 09/11/2015, Seção 1, fl. 8, após análise dos recursos apresentados, de modo que a relação de Projetos Classificados passe a ser configurada da seguinte forma:

Projetos classificados

1 Editora De Arbeiderspers, Livro "A descoberta do mundo", Autora Clarice Lispector, País Países Baixos, Idioma holandês, Pontuação total 7,7, Bolsa aprovada no valor de US$ 4.000,00.

2.Editora Hentrich & Hentrich, Livro "A rede de amigos de Stefan Zweig: sua última agenda (1940-1942)", Autores Alberto Dines, Kristina Michahelles e Israel Beloch, País Alemanha, Idioma alemão, Pontuação total 7,6, Bolsa aprovada no valor de US$ 2.000,00.

3.Editora Ombra GVG, Livro "Um sopro de vida / A paixão segundo G.H.", Autora Clarice Lispector, País Albânia, Idioma albanês, Pontuação total 7,5, Bolsa aprovada no valor de US$ 3.000,00.

4.Editora Transit Books, Livro "Todos nós adorávamos caubóis", Autora Carol Bensimon, País EUA, Idioma inglês, Pontuação total 7, Bolsa aprovada no valor de US$ 2.000,00.

Art. 2º. Esta Decisão Executiva entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO LESSA

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 122, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 598, de 20 de março de 2015 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO VIEIRA RIBEIRO

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)

154706 - Cidades Sustentáveis - Entre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

JP Filmes Arte e Entretenimento Eireli

CNPJ/CPF: 19.086.454/0001-55

Processo: 01400057546201587

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 427.100,00

Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Produção de um documentário com o título ?Cidades Sustentáveis - Entre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento? com aproximadamente 40 minutos que visa abordar um tema muito relevante e atual que mostra a maneira eficiente em que cidades estão se tornando sustentáveis nos dias de hoje, a saber Petrópolis, Curitiba, Sorocaba, Bertioga e Londrina. Finalização em HD Digital.

154696 - João

THT Entretenimento e Inovação Eireli

CNPJ/CPF: 20.881.630/0001-20

Processo: 01400057512201592

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 412.387,12

Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Realização de um filme de média-metragem (aproximadamente 20 minutos), do gênero ficção científica, filmado e finalizado em formato digital 4K (disponíveis em HDCAM-SR, HD Externo e arquivo digital) para a distribuição gratuita em salas de cinema, televisão e internet, com o objetivo de debater a substituição gradual do homem pela tecnologia através de uma experiência audiovisual divertida e completa. Junto ao filme, exibições, discussões, workshops e ações para gerar visibilidade para a relevância do tema e democratizar o acesso a esta produção cultural inédita.

157520 - Piauí 1100 a. C.

Frederico José de Carvalho Almeida

CNPJ/CPF: 330.504.813-15

Processo: 01400061290201511

Cidade: Teresina - PI;

Valor Aprovado: R$ 408.436,00

Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Piauí 1100 A.C. refere-se à um documentário de média-metragem, com duração de 50 minutos, que terá a finalização em Full HD, cujo foco é o austríaco Ludwig Schwennhagen, e sua passagem pelo Estado do Piauí a cerca de 100 anos, assim como sua surpreendente teoria que concebe a estadia da civilização fenícia na região Piauiense antes mesmo da chegada de Pedro Álvares Cabral, no Brasil.

157519 - Re Ciclo de Cinema 2016 - Centro Oeste - Fase 4

STR Estrutura para Filmes e Eventos S/S Ltda.

CNPJ/CPF: 07.994.291/0001-20

Processo: 01400061289201588

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 841.764,00

Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Cultura, educação e lazer, em um projeto itinerante que atingirá 30 novas cidades da região Centro Oeste. Uma caravana cultural com equipe especializada monta uma tela panorâmica de cinema na principal praça pública de cada cidade para uma sessão de cinema ao ar livre, apresentando além de filmes nacionais de sucesso, filmes de educação ambiental, incentivando a coleta seletiva e a reciclagem. Ao dia a equipe apresenta-se nas duas maiores escolas públicas. De 08/02 a 31/12/2016

ANEXO II

153866 - TEDxRio 2015 Conexões Quânticas

GURU EVENTOS E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA-ME

CNPJ/CPF: 11.945.992/0001-46

Processo: 01400044232201514

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 817.168,00

Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O Projeto "TEDxRio 2015 Conexões Quânticas" tem por objetivo realizar 17 documentários de média-metragem, de aproximadamente 18 minutos cada, captados através do conjunto de palestras dinâmicas, ministradas de forma intercalada com diversas intervenções artísticas, em um espetáculo gratuito que tem como foco o entretenimento e a promoção de aprendizados e trocas de idéias e experiências. O material produzido será disponibilizado gratuitamente na Internet, como forma de ampliar a democratização de acesso.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 653, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

154319 - O SOBREVIVENTE

Tavares e Correia Produções LTDA

CNPJ/CPF: 06.005.970/0001-66

Processo: 01400044979201572

Cidade: Natal - RN;

Valor Aprovado: R$ 2.185.781,60

Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O espetáculo teatral O SOBREVIVENTE é um monólogo que conta a história de um homem que passou 32 anos de sua vida na cadeia, e mostra, em um misto de registro histórico com denúncia social, tudo o que ele passou nesse período. Teco Tavares será o ator, e também é o responsável pela adaptação da peça para o teatro, junto com Luiz Alberto Mendes. A direção será de Danilo Grangheia. Serão dois meses de ensaio, cinco de temporada, e um de pós produção, na cidade de São Paulo, totalizando 66 apresentações.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

154377 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES ALFA 2016
Instituto Alfa de Cultura
CNPJ/CPF: 58.802.919/0002-60
Processo: 01400045041201570
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.568.094,41
Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização de, no mínimo, 205 apresentações de espetáculos de dança, teatro e outros para o público em geral, além de atividades sócio educativas - Projeto Escola e Descobrindo o Teatro, no período de janeiro a dezembro de 2016.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
153222 - Exposição MULHERES
Mahadeva Produções Artísticas LTDA.
CNPJ/CPF: 07.584.974/0001-09
Processo: 01400029576201501
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 451.104,00
Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Será uma exposição com 34 fotos de arte dos vários papéis sociais e psíquicos das mulheres e um livro em forma de caixa, com 23 fotos dessa mulher caleidoscópica. A exposicão acontecerá em São Paulo e Rio de Janeiro.A exposição será gratuita. Infinitas mulheres habitam cada mulher cotidianamente. Nosso objetivo é homenagear a maneira pacifica e plural criada pelas mulheres a partir da metade do séc. XX, para se adaptarem ao mundo contemporâneo, sem desrespeitar suas almas
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
153517 - BIBLIOTECA ESTANTE LIVRE
LAB.MUY ARTE Y CULTURA DIGITAL LTDA
CNPJ/CPF: 13.062.688/0001-86
Processo: 01400041466201518
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 1.357.850,00
Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto que ora encaminhamos para análise do MinC/Pronac tem por objetivo a realização da BIBLIOTECA ESTANTE LIVRE em dez (10) comunidades rurais com até cinco (05) mil habitantes do Estado do Espírito Santo, pertencentes aos municípios de Viana, Santa Leopoldina, Muqui, Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, São Matheus, Ecoporanga, Laranja da Terra, Linhares e Colatina. Além de realizar atividades como oficinas e lançamentos, o evento promove a publicação de 10 minilivros com relatos de moradores das comunidades beneficiárias do projeto.
153077 - EDIÇÕES SOBRE HISTÓRIA E CULTURA JUDAICA - 2015/2016
Centro de História e Cultura Judaica
CNPJ/CPF: 03.707.210/0001-02
Processo: 01400029132201568
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 369.882,00
Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Publicar três livros sobre temas judaicos a partir de textos encomendados a especialistas e doutores nos assuntos tratados, e realizar palestras nos centros culturais EVA KLABIN e ARI-ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA ISRAELITA, gravando e transcrevendo os textos que farão parte da edição de mais um livro, totalizando 3 títulos distintos, sendo os 2 primeiros com 350 exemplares e o último de transliteração 300 exemplares, totalizando uma tiragem de 1.000 livros.
152257 - Reci-Cloclô
Marcilene Tovar
CNPJ/CPF: 340.698.101-10
Processo: 01400016354201511
Cidade: Varginha - MG;
Valor Aprovado: R$ 165.275,00
Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Proposta de publicação do livro de literatura infantil "Reci-Cloclô", com tiragem de 3.000 exemplares, sendo todos eles destinados gratuitamente a escolas e instituições com atuação social de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em cidades da região do Sul do Estado de Minas Gerais e nas capitais onde ocorrerão lançamentos. Para o lançamento do livro, 20 escolas sulmineiras receberão seus exemplares com atividade complementar coordenada por profissionais de teatro-educação.
150786 - TALMUD EM PORTUGUES III
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BRASILEIRA ISRAELITA YESHIVA TOMCHEI TMIMIM
CNPJ/CPF: 07.569.731/0001-00
Processo: 01400001767201509
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 682.220,00
Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção, edição e impressão da tradução de dois tratados do TALMUD, do idioma hebraico para o português. O TALMUD é um livro com assuntos éticos, legais e históricos escrito por estudiosos.

ANEXO II

154069 - Rock em Brasília
Leonardo Pinto da Silva Machado
CNPJ/CPF: 058.355.047-99
Processo: 01400044561201565
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: 224774.00
Prazo de Captação: 13/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto ?Rock em Brasília? foi modelado para criar uma revista mensal impressa com 3.000 cópias, além da hospedagem on-line sobre o universo do Rock?n?roll no Distrito Federal e entorno pelo período de 1 ano. A divulgação ocorrerá de forma ampla, utilizando a internet, dando assim publicidade internacional ao evento. O propósito do projeto é apresentar a todos os interessados a história de um importante estilo musical para o cenário Brasileiro, além de ajudar a divulgar novas bandas e músicos.

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 9 de 08/01/2015, publicada no D.O.U. n.º 6 de 09/01/2015, Seção 1, página: 61, referente ao Projeto QUARTETO INSTRUMENTAL - DELCIO TAVARES. - Pronac: 14 8851
Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2015 a 15/11/2015
Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN:

Nº 26.681/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma canoa sem nome, não inscrita, e a moto aquática "FAST AND FURIOUS", ocorridos na lagoa de Marapendi, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, em 11 de junho de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Juliana Moura Maciel Braga
Representados : Raffael de Almeida Coutinho (Proprietário/Condutor da moto aquática "FAST AND FURIOUS")
Advogado : Dr. Marcelo da Rocha Bruno (OAB/RJ 162.902)
: Ricardo Francisco Freitas Filho (Proprietário/
Condutor inabilitado da canoa sem nome)
Advogado : Dr. André Aguiar Moreira (OAB/RJ 124.908)
Nº 27.665/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a lancha "LUZEIRO AMAZÔNIA III", ocorridos no rio Negro, Novo Airão, Amazonas, em 25 de setembro de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Diana Soares Corteze Caldeira
Representada : Ação Social Voluntária Amazônia - ASVAM (Proprietária)
Advogada : Drª Kelly de Souza (OAB/AM 10.713)
Nº 28.915/2014 - Acidente da navegação envolvendo o veleiro "CELITA I", ocorrido nas proximidades da praia do Arrastão, São Sebastião, São Paulo, em 15 de novembro de 2013.
Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Airton José Gonçalves Prado (Proprietário) e com despacho do Exmº Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.
Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Nº 28.022/2013 - Acidente da navegação envolvendo a LM "MARINA", ocorrido na represa de Atibainha, Nazaré Paulista, São Paulo, em 12 de maio de 2012.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Dr. Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Levi Chimello Simões (Proprietário)
Advogado : Dr. Cesar Papassoni Moraes (OAB/SP 196.154)
OBS: ESTA PAUTA SUBSTITUI A ANTERIORMENTE PUBLICADA.

Em 11 de novembro de 2015.

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN:

Nº 27.537/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a moto aquática "ÁVILA III", uma moto aquática sem nome, não inscrita, e seu condutor, ocorridos na lagoa situada próximo ao bairro Recreio Internacional, Ribeirão Preto, São Paulo, em 20 de novembro de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Daniella Schumacker Gasco Santos
Representados : Julio César de Ávila (Responsável pela guarda da moto aquática "ÁVILA III") - Revel
: Antonio Carlos Coelho (Condutor inabilitado da moto aquática "ÁVILA III")
Advogado : Dr. Rangel Esteves Furlan (OAB/SP 165.905)
: André Luis Santa Maria
(Proprietário da moto aquática sem nome)
Advogado : Dr. André Renato Jeronimo (OAB/SP 185.159)
Nº 27.595/2012 - Fato da navegação envolvendo a canoa "MANÚ", ocorrido no lago de Palmas, município de Palmas, Tocantins, em 27 de novembro de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Daniella Schumacker Gasco Santos
Representados : Clécio Cardoso Correa (Condutor inabilitado)
Advogado : Dr. Cléo Feldkircher (OAB/TO 3.729)
: Daniel Cardoso Rosa (Proprietário)
Advogado : Dr. Giselton de Alvarenga Silva (DPU/RJ)
Nº 28.834/2014 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e sua proprietária, ocorrido no rio Tajapuru, Melgaço, Pará, em 08 de agosto de 2012.
Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Vanderlei Laranjeira Guedes (Condutor inabilitado) e Maria de Fátima Laranjeira Guedes (Proprietária) e com despacho do Exmº Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.
Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Nº 27.360/2012 - Fato da navegação envolvendo o flutuante "PORTO DE MANACAPURU", não inscrito, localizado no rio Solimões, Manacapuru, Amazonas, ocorrido em 12 de maio de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representada : Superintendência Estadual de Navegação, Portos e
Hidrovias (SNPH) (Proprietária/Armadora)
Advogado : Dr. Kaiser Correa Ribeiro (Procurador)
Matrícula 229.360-9 A (OAB/AM 4.904)
OBS: ESTA PAUTA SUBSTITUI A ANTERIORMENTE PUBLICADA.

Em 11 de novembro de 2015.

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 6, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº. 4.320/1964, na Lei Complementar nº. 101/2000, na Lei nº. 10.180/2001, na Lei nº. 13.080/2015, na Lei nº. 13.115/2015, no Decreto nº. 7.654/2011, no Decreto nº. 93.872/1986, no Decreto nº. 8.456/2015, no Decreto nº. 6.170/2007, no Acórdão Plenário nº. 2.731/2008 do Tribunal de Contas da União, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 - Aprova a Parte I - PCO, de 22/12/2014 e Portaria STN nº 700/2014 - Aprova as Partes II, III, IV e V, de 19/12/2014) e no Manual SIAFI; resolve:
Art. 1º Os órgãos e as unidades orçamentárias - UO vinculadas ao Ministério da Educação poderão empenhar/reforçar dotações orçamentárias até o dia 30 de novembro de 2015.
I - Os prazos previstos neste artigo não se aplicam às seguintes despesas:
§ 1º Aquelas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas no Anexo II desta portaria, em conformidade com a Seção I do Anexo III da Lei nº. 13.080/2015, e às decorrentes da abertura de créditos extraordinários; e
§ 2º As dotações orçamentárias referentes aos créditos provenientes de descentralização (Termo de Execução Descentralizada) de órgãos não vinculados ao Ministério da Educação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

'II - Os pré-empenhos que não puderem ser empenhados até a data estabelecida no caput desse artigo deverão ser anulados.

Art. 2º Os saldos constantes da conta 823200100 - Limite Orçamentário a Utilizar serão estornados pela Coordenação-Geral de Orçamento - SPO/SE/MEC, após o prazo estabelecido no caput do art. 1º.

Art. 3º É vedada às unidades orçamentárias 26101 (MEC), 26290 (INEP), 26291 (CAPES), 26298 (FNDE) e 26443 (EBSERH) a descentralização de créditos com impossibilidade de execução até o prazo estabelecido no caput do art. 1º.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo acompanhamento da execução das dotações descentralizadas, bem como da solicitação de devolução de dotações não utilizadas, é do órgão e/ou entidade concedente constante do Termo de Execução Descentralizada.

Art. 4º É vedada a emissão de empenhos em nome da própria unidade ou de fundações de apoio, sob a alegação de inviabilidade de execução orçamentária tempestiva, conforme determina a legislação e normas vigentes aplicáveis à execução da despesa pública.

Art. 5º O ato da solicitação de limite de empenho pelas unidades orçamentárias e de crédito orçamentário pelas unidades gestoras da administração direta será considerado, pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO/SE/MEC, como declaração de que a unidade solicitante dispõe de plenas condições para executar o crédito orçamentário até a data estabelecida pelo artigo 1º desta portaria, em observância aos Acórdãos do TCU e à legislação aplicável à execução da despesa pública.

Art. 6º. Esta Portaria, composta do ANEXO I e II, entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 04, de 03 de julho de 2015.

IARA FERREIRA PINHEIRO

ANEXO I

DATA LIMITE	PROVIDÊNCIAS
30/11/2015	Emissão/reforço de empenho.
01/12/2015	Estorno do Limite Orçamentário não utilizado nas unidades gestoras dos órgãos do MEC, a ser realizado pela Coordenação-Geral de Orçamento - SPO/SE/MEC.
04/12/2015	Emissão/reforço de empenho de dotações orçamentárias dos créditos oriundos de DESTAQUE (Termo de Execução Descentralizada) provenientes de órgãos não vinculados ao Ministério da Educação (26000).
31/12/2015	Emissão/Reforço de Empenho de despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União e das decorrentes de abertura de créditos extraordinários.

ANEXO II

DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO

Alimentação Escolar (Lei nº 11.947, de 16/06/2009)
Dinheiro Direto na Escola (Lei nº 11.947, de 16/06/2009)
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006)
Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (Emenda Constitucional nº. 53 de19/12/2006);
Pessoal e Encargos Sociais
Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor e débitos periódicos vincendos
Serviço da dívida
Transferências a Estados e ao Distrito Federal da Cota-Parte do Salário-Educação (art. 212, § 5º, da Constituição Federal).
Benefícios aos servidores civis e militares, empregados e seus dependentes relativos ao auxílio-alimentação ou refeição, à assistência pré-escolar, à assistência médica e odontológica e aos auxílios transporte, funeral e natalidade;
Apoio ao Transporte Escolar (Lei nº 10.880, de 09/06/2004);

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.667, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.004043/2015-87; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Farmácia/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 017/2015, publicado no D.O.U. e no Correio de Sergipe em 03/07/2015, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Alimentos
Disciplinas	Alimentos e Saúde, Biotecnologia de Produção de Alimentos, Pigmentos Naturais
Cargo/Nível	Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
	Resultado Final
Ampla Concorrência	1º LUGAR: TIAGO BRANQUINHO OLIVEIRA - 76,19 2º LUGAR: YANNA CAROLINA FERREIRA TELES - 75,31
Cotas (Lei nº 12.990/14)	1º LUGAR: YANNA CAROLINA FERREIRA TELES - 75,31
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.670, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.005975/2015-47; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Medicina/Campus Universitário João Cardoso Nascimento Júnior, objeto do Edital nº. 013/2015, publicado no D.O.U. em 15/05/2015 e no Correio de Sergipe em 16/05/2015, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Urgência e Emergência, UTI, Clínica Médica
Disciplinas	Internato em Clínica Médica
Cargo/Nível	Professor Auxiliar - Nível I
Regime de Trabalho	20 (vinte) horas
	Resultado Final
Ampla Concorrência	1º LUGAR: RENATO MORAIS DE ALMEIDA MESQUITA JUNIOR - 70,57 2º LUGAR: CLAUDIA PATRICIA SOUZA TELES - 66,69 3º LUGAR: LOREN SUYANE OLIVEIRA DE ANDRADE - 65,50 4º LUGAR: MIRENE DE OLIVEIRA E SILVA - 64,26 5º LUGAR: LAYLA WANDERLEY CORDEIRO - 62,57
Cotas (Lei nº 12.990/14)	1º LUGAR: CLAUDIA PATRICIA SOUZA TELES - 66,69 2º LUGAR: LOREN SUYANE OLIVEIRA DE ANDRADE - 65,50
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.671, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.010935/2014-36; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Engenharia Ambiental/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 017/2015, publicado no D.O.U. e no Correio de Sergipe em 03/07/2015, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Geociências Ambientais
Disciplinas	Geotecnia Ambiental, Cartografia Digital para Engenharia Ambiental, Geoprocessamento Aplicado à Engenharia Ambiental, Geoquímica para Engenharia Ambiental.
Cargo/Nível	Professor Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
	Resultado Final
Ampla Concorrência	1º LUGAR: PAULO SÉRGIO DE REZENDE NASCIMENTO - 88,93 2º LUGAR: DANIELA PINHEIRO BITENCURTI RUIZ-ESPARZA - 69,36
Cotas (Lei nº12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 866, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201306352	CIÊNCIAS AGRÍCOLAS (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	RODOVIA BR 280 KM 27, S/N, CENTRO, ARAQUARI/SC
2.	201358541	PEDAGOGIA (Licenciatura)	140 (cento e quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO,CIENCIA E TECNOLOGIA DO PARA	AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 621, INTERVENTORIA, SANTARÉM/PA
3.	201357843	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	FACULDADE DE ENSINO DE MINAS GERAIS	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	AVENIDA PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS, 8.100, SÃO LUÍS, BELO HORIZONTE/MG
4.	201009300	SECRETARIADO EXECUTIVO TRILÍNGUE (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.	RUA TAGUÁ, 150, PRÉDIO 1 - CAMPUS LIBERDADE I, LIBERDADE, SÃO PAULO/SP
5.	201403347	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ENIAC	EDVAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA FORÇA PÚBLICA, 89, CENTRO, GUARULHOS/SP
6.	201307129	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	220 (duzentas e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA	RUA JOSÉ CLÁUDIO DE REZENDE, 80, REITORIA, ESCORIL, BELO HORIZONTE/MG
7.	201209189	CIÊNCIAS AGRÁRIAS (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHAO	AVENIDA DOS CURIÓS, S/N, VILA ESPERANÇA, SÃO LUÍS/MA
8.	201306050	CIÊNCIAS AMBIENTAIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	RODOVIA GOIÂNIA NERÓPOLIS, KM 12, PRÉDIO DA REITORIA, CAMPUS SAMAMBAIA, GOIÂNIA/GO
9.	201358039	QUÍMICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	MINISTERIO DA EDUCACAO	RODOVIA GO 154, S/N, ZONA RURAL KM 3, CERES, CERES/GO
10.	201307413	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	40 (quarenta)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO,CIENCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	RUA CORONEL BRANDÃO, 1622, CENTRO, XAPURI/AC
11.	201403392	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	FUNDACAO DOM AGUIRRE	RODOVIA RAPOSO TAVARES, S/N, KM 92,5, JARDIM NOVO ELDORADO, SOROCABA/SP
12.	201404890	GEOGRAFIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	ESTRADA DO CAMPO LIMPO, 3677, CAMPO LIMPO, SÃO PAULO/SP
13.	201210685	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGÜERA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA WALDEMAR SILENCI, 340, CIDADE JARDIM, LEME/SP
14.	201403440	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	192 (cento e noventa e duas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC RIO	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC ARRJ	RUA SANTA LUZIA, 735 , CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ
15.	201404582	LETRAS - ESPANHOL (Licenciatura)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	RUA APRÍGIO VELOSO, 882, BODOCONGÓ, CAMPINA GRANDE/PB
16.	201405936	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	RUA RAIMUNDO FIRMINO DE OLIVEIRA, 400, CJ ULRIC GRAFF, COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN
17.	201403518	INTERDISCIPLINAR EM BIOSSISTEMAS (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL-REI	RODOVIA MG 424 , KM 47, ÁREA RURAL, SETE LAGOAS/MG
18.	201306967	LOGÍSTICA (Tecnológico)	550 (quinhentas e cinquenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA BRAZ LEME, 3029, - DE 2501 AO FIM - LADO ÍMPAR, SANTANA, SÃO PAULO/SP
19.	201403191	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE BRASILEIRA	EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO S.A. - EMBRAE	RUA JOSÉ ALVES, 301, GOIABEIRAS, VITÓRIA/ES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

20.	201306987	MARKETING (Tecnológico)	450 (quatrocentas e cinquenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA SIQUEIRA BUENO, 929, BELENZINHO, SÃO PAULO/SP
21.	201357191	ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RUA ALOISIO DA SILVA GOMES, 50, GRANJA DOS CAVALEIROS, MACAÉ/RJ
22.	201356864	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	52 (cinquenta e duas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	AVENIDA DOUTOR RANDOLFO BORGES JÚNIOR, 1400, UNIVERDECIDADE, UBERABA/MG
23.	201306908	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE MIRANDÓPOLIS	INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SAO PAULO - IESP	AVENIDA SÃO PAULO, 965, NOGARA, MIRANDÓPOLIS/SP
24.	201405320	TURISMO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA	AVENIDA TREZE DE MAIO, 2081, BENFICA, FORTALEZA/CE
25.	201404169	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE IPORÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE IPORA LTDA - EPP	RUA SERRA CANA BRAVA - QUADRA 02 - LOTE 04, 512, JARDIM NOVO HORIZONTE II, IPORÁ/GO
26.	201307266	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	45 (quarenta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	POVOADO SANTA TEREZA, KM 05, 5, RURAL, ARAGUATINS/TO
27.	201357835	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	MINISTERIO DA EDUCACAO	AVENIDA AMAZONAS, 5253, NOVA SUIÇA, BELO HORIZONTE/MG
28.	201404763	FILOSOFIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	FACULDADE SERRA DA MESA	CENTRO DE EDUCACAO SERRA DA MESA LTDA - CESEM - EPP	AV. JK, QD. U-5, S/N, SUL, URUAÇU/GO
29.	201306495	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO DE MINAS GERAIS	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	AVENIDA VILARINHO, 2.060, VENDA NOVA, BELO HORIZONTE/MG
30.	201405910	MATEMÁTICA (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.	RUA VERGUEIRO, 3135, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
31.	201357677	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, S/N, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF
32.	201358084	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE IGUAÇU	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUACU	AVENIDA ABÍLIO AUGUSTO TÁVORA, 2134, JARDIM NOVA ERA, NOVA IGUAÇU/RJ
33.	201403214	PSICOLOGIA (Bacharelado)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 71, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
34.	201358643	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	FAZENDA VARGINHA, 1, RODOVIA BAMBUÍ/MEDEIROS, FAZENDA VARGINHA, BAMBUÍ/MG
35.	201307061	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. RUDGE RAMOS, 1501, RUDGE RAMOS, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 867, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, RESOLVE:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201405675	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	300 (trezentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	RUA PROFESSOR PEDREIRA DE FREITAS, 401/415, TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
2.	201357185	ARTES VISUAIS - ESCULTURA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA BRIGADEIRO TROMPOWSKY, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ILHA DO FUNDÃO, RIO DE JANEIRO/RJ

3.	201358428	RADIOLOGIA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA PREFEITO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUZA, S/N, ESTAÇÃO VELHA, CAMPINA GRANDE/PB
4.	201306510	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	AV. PARÁ, 1720, UMUARAMA, UBERLÂNDIA/MG
5.	201358064	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA	RODOVIA IGUATU, S/N, KM 05, VILA CAJAZEIRAS, IGUATU/CE
6.	201307103	AGRONOMIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - IFMT	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA VILMAR FERNANDES, 300, SANTA LUZIA, CONFRESA/MT
7.	201358222	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ	ORGANIZACAO EDUCACIONAL BARAO DE MAUA	RUA RAMOS DE AZEVEDO, 423, JARDIM PAULISTA, RIBEIRÃO PRETO/SP
8.	201210371	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade Regional da Bahia	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	AVENIDA PRESIDENTE DUTRA, S/N, - ATÉ 522 - LADO PAR, CENTRO, FEIRA DE SANTANA/BA
9.	201357021	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	RODOVIA SALINAS/TAIOBEIRAS, KM 02, S/N, FAZENDA VARGINHA, SALINAS/MG
10.	201403364	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADES EVANGÉLICAS INTEGRADAS CANTARES DE SALOMÃO	FUNDACAO CANTARES DE SALOMAO	AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 3500, GRANDE TEMPLO, PAIAGUÁS, CUIABÁ/MT
11.	201405785	ENGENHARIA CARTOGRáFICA E DE AGRIMENSURA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA	AV. UNISINOS, 950, CRISTO REI, SÃO LEOPOLDO/RS
12.	201405262	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	ROD. GAL. ALFREDO BRUNO GOMES MARTINS, S/N, 19, , BRAGA, CABO FRIO/RJ
13.	201306734	ENGENHARIA DE PETRÓLEO E GÁS (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA NASCIMENTO DE CASTRO, 1.597, DIX-SEPT ROSADO, NATAL/RN
14.	201307099	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO MACAPAENSE DE ENSINO SUPERIOR	INSTITUTO MACAPAENSE DE ENSINO SUPERIOR S.S LTDA - ME	RUA JOVINO DINOÁ, 2081, CENTRO, MACAPÁ/AP
15.	201306850	ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 3000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAGOA NOVA, NATAL/RN
16.	201404860	ALIMENTOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
17.	201357301	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	FACULDADES UNIDAS DO NORTE DE MINAS FUNORTE	AVENIDA OSMANE BARBOSA, 11.111, JK, MONTES CLAROS/MG
18.	200905214	MEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	INSTITUTO DE ADMINISTRACAO & GESTAO EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MINAS GERAIS, 1889, CENTRO, ARAGUARI/MG
19.	201405361	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA 28 DE MARÇO, 423 - CENTRO, 423, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
20.	201306880	CIÊNCIAS ATUARIAIS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	ALAMEDA PROF. BARROS TERRA, S/Nº, CENTRO DE ESTUDOS GERAIS, CENTRO , NITERÓI/RJ
21.	201404864	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE MARABÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARABA LTDA	RODOVIA BR 230-TRANSAMAZÔNICA, KM 05, S/N, NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA
22.	201307137	ENGENHARIA BIOMÉDICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 3000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAGOA NOVA, NATAL/RN
23.	201306829	ALIMENTOS (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - IFMT	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	AV. ISIDORO LUIZ GENTILIN , 585, LOTEAMENTO BELVEDERE, VALE DO SOL, CAMPO VERDE/MT
24.	201358185	LOGÍSTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO,CIENCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	AVENIDA BRASIL, 920, XAVIER MAIA, RIO BRANCO/AC

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25.	201306983	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	90 (noventa)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA SIQUEIRA BUENO, 929, BELENZINHO, SÃO PAULO/SP
26.	201358442	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TAQUARITINGA	INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SAO PAULO - IESP	FAZENDA CONTENDAS, S/N, ZONA RURAL, TAQUARITINGA/SP
27.	201405700	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS - FASB	INSTITUTO AVANCADO DE ENSINO SUPERIOR DE BARREIRAS - IAESB	BR 135 - KM 01, 2341, BOA SORTE, BARREIRAS/BA
28.	201307045	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA BRAZ LEME, 3029, SANTANA, SÃO PAULO/SP
29.	201404979	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	Faculdade Projeção de Sobradinho	GUATAG ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA EDUCACIONAL	QUADRA 04 ÁREA RESERVADA 01 - REGIÃO ADMINISTRATIVA V, S/N, SOBRADINHO, BRASÍLIA/DF
30.	201358186	ENFERMAGEM (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE SERRA DA MESA	CENTRO DE EDUCACAO SERRA DA MESA LTDA - CESEM - EPP	AVENIDA JK, QUADRA U5, S/N, SETOR SUL II, CENTRO, URUAÇU/GO
31.	201358671	QUÍMICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	MINISTERIO DA EDUCACAO	BR 153, KM 633, S/N, ZONA RURAL, MORRINHOS/GO
32.	201405321	MATEMÁTICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA	RODOVIA BR 020, S/N, KM 302, JUBAIA, CANINDÉ/CE
33.	201358029	MARKETING (Tecnológico)	70 (setenta)	Faculdade de Tecnologia do Ipê	INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO LTDA - ME	AV. DAS FLORES, 75, JARDIM CUIABÁ, CUIABÁ/MT
34.	201404692	MATEMÁTICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	RUA VEREADOR ROMEU AGRÁRIO MARTINS, S/N, TENTO, VALENÇA/BA
35.	201358713	INFORMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO,CIENCIA E TECNOLOGIA DO PARA	RUA DA ESCOLA AGRÍCOLA, S/N, VILA SINHÁ, BRAGANÇA/PA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 868, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201306561	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA	AV. UNISINOS, 950, CRISTO REI, SÃO LEOPOLDO/RS
2.	201358063	HOTELARIA (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA	RUA OUVIDOR MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, 001, SANHARÃO, BATURITÉ/CE
3.	201307133	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE AGUDOS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE AGUDOS	AVENIDA MARGINAL VEREADOR DELFINO TENDOLO, D 1200, DISTRITO INDUSTRIAL, AGUDOS/SP
4.	201358647	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DO MEIO AMBIENTE E DE TECNOLOGIA DE NEGOCIOS	IESMAT - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA LTDA - EPP	SETOR HOSPITALAR, 54, PARTE , RECANTO DAS EMAS, BRASÍLIA/DF
5.	201306232	AGRONOMIA (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - IFMT	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	RODOVIA BR 364, KM 329, S/N, SÃO VICENTE DA SERRA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER/MT
6.	201404353	MATEMÁTICA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS CAMÕES	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR CAMOES LTDA	RUA TREZE DE MAIO, 450, - ATÉ 469/470, CENTRO, CURITIBA/PR
7.	201405384	SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO VICENTE	SOC EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL DA PAR DE PAO DE ACUCAR	RUA PADRE SOARES PINTO, 314, CENTRO, PÃO DE AÇÚCAR/AL

8.	201357260	AGROECOLOGIA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	RN 118, S/N, S/N, ZONA RURAL, POVOADO BASE FÍSICA, IPANGUAÇU/RN
9.	201357262	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	BR 405, KM 154, S/N, S/N, CHICO CAJÁ, PAU DOS FERROS/RN
10.	201404675	AGRONOMIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	MINISTERIO DA EDUCACAO	BR 153, KM 633, S/N, ZONA RURAL, MORRINHOS/GO
11.	201358217	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO HERMÍNIO DA SILVEIRA	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEDICINA DE REABILITACAO LTDA	AVENIDA DAS AMÉRICAS, 2603, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
12.	201404980	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PROJEÇÃO DE CEILÂNDIA	GUATAG ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA EDUCACIONAL	QNM 30, MÓDULOS H, I E J, S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA IX, CEILÂNDIA NORTE, BRASÍLIA/DF
13.	201405896	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE PORTO FELIZ	SOCIEDADE EDUCACIONAL FREI GALVAO LTDA - ME	AV. MONSENHOR SECKLER, 1250, V. AMÉRICA, PORTO FELIZ/SP
14.	201306935	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	AVENIDA MARECHAL RONDON, S/N, JARDIM ROSA ELZE, SÃO CRISTÓVÃO/SE
15.	201307377	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHAO	RUA AFONSO PENA, S/N, CENTRO, SÃO LUÍS/MA

PORTARIA Nº 869, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 200814149, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do curso superior de formação específica em Tecnologia da Informação, na modalidade a distância, ofertado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC Campinas, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 136, Bairro Parque das Universidades, Município de Campinas, Estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução, com sede nos mesmos Município e Estado, com 90 (noventa) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos de apoio presenciais utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622/2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, do curso neste ato reconhecido, são exclusivamente os constantes dos atos oficiais emitidos por este Ministério para a presente instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela instituição, de Polos de Apoio Presenciais não credenciados por este Ministério, representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do próximo ciclo avaliativo do curso neste ato reconhecido.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 870, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201205253, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, ofertado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, com sede na Rua XV de Novembro, nº 1299, Bairro Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, mantida pela Universidade Federal do Paraná, com sede nos mesmos Município e Estado, com 250 (duzentas e cinquenta) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos de apoio presenciais utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622/2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, do curso neste ato reconhecido, são exclusivamente os constantes dos atos oficiais emitidos por este Ministério para a presente instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela instituição, de Polos de Apoio Presenciais não credenciados por este Ministério, representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do próximo ciclo avaliativo do curso neste ato reconhecido.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 871, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201406322, resolve:

Art. 1º Fica credenciado, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, mantida pela Sociedade Técnica Educacional da Lapa Sociedade Simples Ltda, o polo de apoio presencial situado no seguinte endereço:

I) Rua Doutor Theodoro Langaard, nº 126, bairro Bonfim, Campinas/SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 872, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201406314, resolve:

Art. 1º Fica credenciado, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, mantida pela Sociedade Técnica Educacional da Lapa Sociedade Simples Ltda, o polo de apoio presencial situado no seguinte endereço:

I) Rua São João Evangelista, Nº 9, bairro Centro, Município de Juruena, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 873, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201406175, resolve:

Art. 1º Fica credenciado, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância do Centro Universitário Newton Paiva, mantido pelo Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda, o polo de apoio presencial situado no seguinte endereço:

I) Rua Clara Camarão, nº 30, bairro Imirim, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 874, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201355365, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Universidade FUMEC, mantida pela Fundação Mineira de Educação e Cultura, os polos de apoio presencial situados nos seguintes endereços:

I - Rua Coronel Ricardo Gregorio, Nº 567, bairro Centro, no município de Corinto, no Estado de Minas Gerais;

II. Rua Ulisses Morais, Nº 25, bairro Olaria, no município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais e,

III. Avenida Thales Chagas, Nº 685, bairro Celvia, no município de Vespasiano, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 875, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201405865, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Universidade Paranaense - UNIPAR, mantida pela Associação Paranaense de Ensino e Cultura, os polos de apoio presencial situados no seguintes endereços:

I) Avenida Benedita Silveira, nº 156, bairro Centro, Município de Barreiras, Estado da Bahia;

II) Rua Fioravante Marco Marini, nº 318, Município de Loanda, Estado do Paraná;

III) Avenida José Luiz Franco da Rocha, nº 144, bairro Centro, Município de Monte Alto, Estado de São Paulo; e

IV) Avenida General Netto, 2º andar, nº 304, Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 876, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 02, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Em atenção ao disposto no art. 3º, II, da Instrução Normativa SERES nº 02, de 29 de julho de 2014, publicada em 30 de julho de 2014, os cursos reconhecidos por esta Portaria deverão passar por avaliação in loco quando da próxima renovação de reconhecimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201306034	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200	FACULDADES INTEGRADAS PROMOVE DE BRASÍLIA	UNICA EDUCACIONAL	QS 5 - Rua 300 - Lote, 01, Blocos I e II, Águas Claras-Taguatinga, Brasília-DF
2	201306364	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	40	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO	Rododovia Governador Jose Sette, s/n, Itacibá, Cariacica-ES
3	201357053	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO	Ramal de Acesso Eng. Heitor de Souza Pinheiro, s/nº Jardim dos Manacás. Araraquara - SP.
4	201357167	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	60	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	MITRA DIOCESANA DE PETROPOLIS	Rua Barão do Amazonas, 124 Centro. Petrópolis - RJ.
5	201357784	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	Rodovia MS 473, KM 23 Zona Rural. Nova Andradina - MS.
6	201357921	QUÍMICA (Licenciatura)	45	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	MINISTERIO DA EDUCACAO	Rodovia GO 060 km 01, S/N Zona Rural. Iporá - GO.
7	201357977	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	50	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	FACULDADES CATOLICAS	Rua Marques São Vicente, 225 Gávea. Rio de Janeiro - RJ.
8	201358188	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100	FACULDADE SAGRADA FAMÍLIA	ASSOCIACAO FAMILIA DE MARIA	Avenida Visconde de Taunay, 101 Centro. Ponta Grossa - PR.
9	201358191	FARMÁCIA (Bacharelado)	80	FACULDADE SERRA DA MESA	CENTRO DE EDUCACAO SERRA DA MESA LTDA - CESEM - EPP	Avenida JK, Quadra U5, S/N Centro. Uruaçu - GO.
10	201358197	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	Rua João da Escócia, 1.561 Nova Betânia. Mossoró - RN.
11	201358240	CIÊNCIA ECONÔMICA (Bacharelado)	80	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Rua Coronel Lucena Marques, 197 - Monumento, Santana do Ipanema-AL
12	201358257	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80	FACULDADE DE APUCARANA	CESUAP CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE APUCARANA	Rua Osvaldo de Oliveira, 600 Jardim Flamingos. Apucarana - PR.
13	201358369	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE LAURO FREITAS	CETEBA - CENTRO DE ENSINO E TECNOLOGIA DA BAHIA LTDA	Estrada do Coco Km 4,5, S/N Centro. Lauro de Freitas - BA.
14	201358377	QUÍMICA (Licenciatura)	30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	MINISTERIO DA EDUCACAO	Avenida BPS, 1303 Pinheirinho. Itajubá - MG.
15	201358421	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100	FACULDADE DE PRESIDENTE EPITÁCIO - FAPE	INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SAO PAULO - IESP	Rua Pernambuco, 17-05 Centro. Presidente Epitácio - SP.
16	201358430	INFORMÁTICA (Licenciatura)	90	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO,CIENCIA E TECNOLOGIA DO PARA	Avenida Marechal Castelo Branco, 621 Interventoria. Santarém - PA.
17	201358568	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200	FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ	UNIFAMMA - UNIAO DE FACULDADES METROPOLITANAS DE MARINGA LTDA	Avenida Mauá, 2854 Zona 01. Maringá - PR.
18	201358610	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	40	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	Rua Riachuelo, 1.530 Samuel Grahan, Jataí - GO.
19	201358629	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	160	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS ASSOCIACAO EDUCACIONAL	Av. Morumbi, 501 Morumbi. São Paulo - SP.
20	201358709	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100	FACULDADE KURIOS	COMUNIDADE EVANGELICA BATISTA KURIOS	Avenida Dr. Argeu Gurgel B. Herbest, 960 Centro. Maranguape - CE.
21	201358740	GASTRONOMIA (Tecnológico)	200	FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	Avenida Constantino Nery, 3000 Chapada. Manaus - AM.
22	201403208	QUÍMICA (Bacharelado)	100	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE ITUMBIARA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	Avenida Beira Rio, 1001 Nova Aurora. Itumbiara - GO.
23	201403220	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	Avenida Universitária, 1105 Universitário, Criciúma - SC.
24	201403259	MATEMÁTICA (Bacharelado)	30	ESCOLA DE MATEMÁTICA APLICADA	FUNDACAO GETULIO VARGAS	Praia de Botafogo, 190 Botafogo. Rio de Janeiro - RJ.
25	201403348	LOGÍSTICA (Tecnológico)	400	FACULDADE ENIAC	EDVAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	Rua Força Pública, 89 Centro. Guarulhos - SP.
26	201403386	DESIGN (Bacharelado)	100	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	Avenida Universitária, 1105 Universitário. Criciúma - SC.
27	201403408	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA (Tecnológico)	26	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	Rua Augusto Correa, 01 Guamá. Belém - PA.
28	201403437	MÚSICA (Licenciatura)	60	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS	Rua 75, 46 Setor Central. Goiânia - GO.
29	201403443	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	36	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	Rua Bernardo Mascarenhas, 1283, Fábrica, Juiz de Fora - MG.
30	201403449	ALIMENTOS (Tecnológico)	40	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	Rua Monsenhor José Augusto, 204 São José. Barbacena - MG.
31	201403646	MATEMÁTICA (Licenciatura)	80	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	Rua Sebastião de Lacerda, s/nº Lages. Paracambi - RJ.
32	201403654	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240	FACULDADE VISCONDE DE CAIRÚ	FUNDACAO VISCONDE DE CAIRU	Rua do Salete, 50 Barris. Salvador - BA.
33	201403658	FARMÁCIA (Bacharelado)	60	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	Rodovia BR 465 - KM 7, s/n Campus Universitário. Seropédica - RJ.
34	201403741	COMPUTAÇÃO (Licenciatura)	80	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	Rua Vereador Romeu Agrário Martins, s/n, Tento, Valença-BA
35	201403836	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100	CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA	INSTITUICAO UNIVERSITARIA MOURA LACERDA	Rua Padre Euclides, 995 Campos Elísios. Ribeirão Preto - SP.
36	201403975	COMUNICAÇÃO SOCIAL (Bacharelado)	80	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	Rua Aprígio Veloso, 882 Bodocongó. Campina Grande - PB.
37	201403978	HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA (Bacharelado)	50	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA	Alameda Rui Ferreira, 164-B, Foz do Iguaçu/PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

38	201404030	ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (Bacharelado)	50	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA	Av. Tancredo Neves, 6.731 Itaipu. Foz do Iguaçu - PR.
39	201404137	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	200	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	Rua Tamburugy, 474 Patamares. Salvador - BA.
40	201404205	MÚSICA (Bacharelado)	140	FACULDADE DE MÚSICA SOUZA LIMA	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE MUSICA	Rua José Maria Lisboa, 745 Jardins. São Paulo - SP.
41	201404597	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	Rua Rio Tinto, 152 Santa Mônica. Feira de Santana - BA.
42	201404687	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITARIO ABEU	Rua Professor Alfredo Gonçalves Filgueiras , 537 Centro. Nilópolis - RJ.
43	201404704	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	100	FACULDADE DE SAÚDE DE PAULISTA	INSTITUTO OPTOMETRICO DE PERNAMBUCO	Av. João Pereira de Oliveira 258, Janga - Paulista-PE
44	201404724	INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS (Bacharelado)	240	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	Avenida Vera Paz, s/n Salé. Santarém - PA.
45	201404760	COMPUTAÇÃO (Licenciatura)	80	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Rua João Jazbik, s/n, Aeroporto, Santo Antônio de Pádua - RJ.
46	201404796	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100	FACULDADE SANTO AUGUSTO	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTO AUGUSTO LTDA - ME	Rua Francisco Fucilini, 485 Santa Fé. Santo Augusto - RS.
47	201404907	HISTÓRIA (Licenciatura)	200	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	SOCIEDADE GUARULHENSE DE EDUCACAO	Rua Doutor Solon Fernandes, 155 Vila Rosália - Guarulhos. Guarulhos - SP
48	201404943	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100	FACULDADE ESAMC CAMPINAS	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	Rua José Paulino, 1345 Centro. Campinas - SP.
49	201405002	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200	FACULDADE IDEAL	SOCIEDADE EDUCACIONAL IDEAL LTDA	Travessa Tupinambás, Nº 461, Belém-PA
50	201405029	AGRONOMIA (Bacharelado)	40	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO	Rodovia BR 259, Km 70, S/N Distrito de Itapina. Colatina - ES.
51	201405215	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	30	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	Rua Dra. Maria Zélia Carneiro de Figueiredo, 870 Igara III. Canoas - RS.
52	201405276	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO	Avenida Pastor José Dutra de Moraes, 239 Distrito Industrial Antônio Zácaro. Catanduva - SP.
53	201405591	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100	FACULDADE DE TECNOLOGIA IBRATE	DI PIETRO & SILVERIO S/S LTDA - ME	Rua Voluntários da Pátria, 215 Centro. Curitiba - PR.
54	201405811	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100	FACULDADE NATALENSE DE ENSINO E CULTURA	ASSOCIACAO PARAIBANA DE ENSINO RENOVADO-ASPER	Avenida Prudente de Morais, 4890 Lagoa Nova. Natal - RN.
55	201405890	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	40	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO	Fazenda Caixa D'Água, s/n Distrito de Rive. Alegre - ES.
56	201405909	MATEMÁTICA (Bacharelado)	160	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS ASSOCIACAO EDUCACIONAL	Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1089/1095, São Paulo, SP
57	201405936	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	40	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 Costa e Silva. Mossoró - RN.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 171, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 002/2015-PROGESP, publicado no DOU nº 106, de 08 de junho de 2015; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.041748/2015-69, resolve:

Art. 1º Homologar, à unanimidade de votos, o resultado de Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe Adjunto A, Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva - DE, área de Desenvolvimento de Sistemas, da Escola Agrícola de Jundiaí - EAJ, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação	Classif.	Nome	Média
Unanimidade de Votos	1º	TANICO CHACON RODRIGUES	8,17

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

RESOLUÇÃO Nº 172, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 003/2015-PROGESP, publicado no DOU nº 106, de 08 de junho de 2015; CONSIDERANDO o que consta nos processos abaixo relacionados, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para as classes de Professor Assistente A e Auxiliar, da Carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Departamento/Unidade	Área/Processo	Classe/RT	Votação	Classif.	Nome	Média
DEPARTAMENTO DE MEDICINA INTEGRADA - Natal/RN	Doenças do Sistema Cardiovascular (23077.041079/2015-25)	Auxiliar/20h	Unanimidade de Votos	1º lugar	FÁBIO MASTROCOLLA	9,11
DEPARTAMENTO DE PEDIATRIA - Natal/RN	Pediatria Básica / Urgência e Emergência Pediátrica (23077.041072/2015-11)	Auxiliar/20h	Unanimidade de Votos	1º lugar	ÁNNICK BEUAGRAND	8,45
DEPARTAMENTO DE TOCO-GINECOLOGIA - Natal/RN	Ginecologia e Obstetrícia (23077.041076/2015-91)	Assistente-A/20h	Unanimidade de Votos	1º lugar	MÔNICA MARTINS NÓBREGA	8,92
				2º lugar	JOSAIR CUSTÓDIO DE MESQUITA	7,17
				3º lugar	Rimena de Melo Germano da Silva	7,01

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

PORTARIA Nº 8.376, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Prof. Mauro Cesar de Oliveira Santos, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao edital nº 328, de 09/10/2015, publicado no DOU de 13/10/2015, divulgando os nomes dos candidatos aprovados:

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E TEORIA - SETOR DE TEORIA DA ARQUITETURA

1º lugar - Flávia Santos de Oliveira

2º lugar - Silvia Maciel Sávio

MAURO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.394, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Diretora em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.037619/2015-17 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA/CED, instituído pelo Edital nº 144/DDP/2015, de 20 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 201, Seção 3, de 21/10/2015.

Área/Subárea de Conhecimento: Geografia

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Márcio Marchi	8,23
2º	Vanessa Lessio Diniz	8,17
3º	Diego da Silva Turollo	7,97
4º	Gabriela Salgado	7,26
5º	Roberta Alencar	7,01
6º	Ralf de Sousa Guth	7,00

MICHELE AMORIM LIMA HENRIQUES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.395, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Diretora em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.043962/2015-09 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA/CED, instituído pelo Edital nº 144/DDP/2015, de 20 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 201, Seção 3, de 21/10/2015.

Área/Subárea de Conhecimento: Língua Estrangeira - Francês

Áreas Afins: Licenciatura em Língua Estrangeira - Francês

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Luisa Formoso Assunção	9,34
2º	Gabriela Hessmann	8,39
3º	Mayara Matsu Marinho	7,99
4º	Régis Bueno da Silva	7,20

MICHELE AMORIM LIMA HENRIQUES

PORTARIA Nº 1.396, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Diretora em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.037153/2015-50 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural - ZOT/CCA, instituído pelo Edital nº 145/DDP/2015, de 22 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 203, Seção 3, de 23/10/2015.

Área/Subárea de Conhecimento: Ciências Agrárias

Áreas afins: Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Interdisciplinar.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Paola Beatriz May Rebollar	9,02
2º	Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes	8,46
3º	Vilenia Venancio Porto Aguiar	8,32
4º	Henrique de Sá Tschumi	7,32

MICHELE AMORIM LIMA HENRIQUES

PORTARIA Nº 1.401, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Diretora em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.037080/2015-04 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Estudos Especializados em Educação - EED/CED, instituído pelo Edital nº 145/DDP/2015, de 22 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 203, Seção 3, de 23/10/2015.

Área/Subárea de Conhecimento: Teoria Geral do Planejamento e Desenvolvimento Curricular

Áreas afins: Organização Escolar

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 02 (duas)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Caroline Bahniuk	8,6
2º	Francini Scheid Martins	8,1
3º	Gilberto Nogara Junior	8,1

MICHELE AMORIM LIMA HENRIQUES

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATO Nº 1.310, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Declara cessada a liquidação extrajudicial do Banco São Jorge S.A.

O Presidente do Banco Central do Brasil, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XV, do Regimento Interno, com fundamento no art. 19, alínea "b", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974;

Considerando a conclusão das providências a cargo do liquidante e dos controladores para transformação da liquidação extrajudicial da sociedade em liquidação ordinária, consoante as condições aprovadas pela Diretoria Colegiada, e

Considerando que a empresa resultante da transformação da instituição, mediante mudança do objeto social, implica sua descaracterização como sociedade integrante do Sistema Financeiro Nacional e o cancelamento da correspondente autorização para funcionamento, nos termos do art. 19 do Regulamento Anexo I à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial a que o Banco São Jorge S.A., CNPJ nº 60.663.655/0001-71, com sede em São Paulo (SP), foi submetido pelo Ato Presi nº 226, de 1º de março de 1995, publicado pelo Diário Oficial da União, de 2 de março de 1995.

Art. 2º Fica dispensado o Sr. Valdor Faccio, carteira de identidade RG 559.807 - SSP/PR e CPF 157.313.759-68, do encargo de liquidante.

ANTHERO DE MORAES MEIRELLES

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 697, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015

Estabelece os procedimentos referentes ao processo de parcelamento especial de débitos do FGTS para as entidades desportivas que aderirem ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) e divulga a versão 2 do Manual de Orientação - Regularidade do Empregador junto ao FGTS como instrumento disciplinador.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso II, da Lei nº. 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684/90, de 08/11/1990 e alterado pelo Decreto nº 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei nº. 9.012/95, de 11/03/1995, a Lei Complementar nº. 110/01, de 29/06/2001, regulamentada pelos Decretos nº. 3.913/01 e 3.914/01, de 11/09/2001 e a Resolução CCFGTS nº 788, de 29/10/2015, resolve:

1 Divulgar a versão 2 do Manual de Orientação - Regularidade do Empregador junto ao FGTS que dispõe sobre os procedimentos pertinentes à regularidade do empregador junto ao FGTS, incluindo as normas para o parcelamento especial de débitos do FGTS para as entidades desportivas que aderirem ao PROFUT, disponibilizado no sítio da CAIXA, www.caixa.gov.br, opção "download" - FGTS Manuais Operacionais.

2 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
COORDENAÇÃO

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº RJ2014/8297

Acusados: Daniel Domingos dos Santos
Danivest Soluções em Negócios Ltda. - Me
Exercício irregular de administração de carteira de valores mobiliários sem prévia autorização da CVM. Proibição temporária e Multa.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, com fundamento no art. 11, inciso VIII, da Lei nº 6.385/76 e no art. 18 da Instrução CVM nº 306/99, por unanimidade de votos, decidiu:

Considerando a gravidade da conduta do acusado e visando a prevenir a reincidência da infração,

1. Aplicar ao acusado Daniel Domingos dos Santos a pena de proibição temporária, pelo prazo de 10 anos, para atuar, direta ou indiretamente, em qualquer modalidade de operação nos mercados de bolsa em funcionamento no Brasil, pelo exercício irregular de administração de carteira de valores mobiliários sem a prévia autorização da CVM, em infração ao disposto no art. 3º da Instrução CVM nº 306/99 e no art. 23 da Lei nº 6.385/76; e

2.Aplicar à Danivest Soluções em Negócios Ltda. - ME a penalidade de multa pecuniária de R$ 200.000,00, pelo exercício irregular de administração de carteira de valores mobiliários sem a prévia autorização da CVM, em infração ao disposto no art. 3º da Instrução CVM nº 306/99 e no art. 23 da Lei nº 6.385/76.

O Colegiado deliberou que se informe o resultado do presente julgamento à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em complemento ao OFÍCIO/CVM/SGE/Nº 64/2014, de 08 de outubro de 2014 (fls.158 dos autos).

O Colegiado deliberou, por fim, que se comunique a decisão do presente processo à BM&F Bovespa após transitada em julgado.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538/2008.

Ausente os acusados, que não constituíram representantes.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo Renteria, Relator, Gustavo Tavares Borba e Roberto Tadeu Antunes Fernandes, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2015.
PABLO RENTERIA
Diretor-Relator

ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES
Presidente da Sessão de Julgamento

ADITAMENTO AO EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM nº RJ2014/8297

Na Reunião do Colegiado da CVM nº 35/2015, realizada no dia 15 de setembro de 2015, o Diretor Pablo Renteria relatou que tomou conhecimento do Memorando nº 037/2015/GJU-4/PFE-CVM/PGF/AGU, de 2 de julho de 2015, em que consta a comunicação do falecimento do acusado Daniel Domingos dos Santos, óbito esse ocorrido anteriormente à realização da Sessão de Julgamento, na qual o Colegiado da CVM deliberou aplicar ao acusado a penalidade de proibição temporária pelo período de 10 anos para atuar, direta ou indiretamente, em qualquer modalidade de operação nos mercados de bolsa em funcionamento no Brasil.

Em razão do exposto pelo Relator do processo em tela, e em linha com as decisões em casos similares proferidas em 29.08.2006 e 07.05.2013, relativas aos Processos Administrativos Sancionadores CVM números 21/2000 e 30/2005, respectivamente, o Colegiado da CVM decidiu, com base no art. 65 da Lei nº 9.784/99, por unanimidade de votos, tornar parcialmente sem efeito a decisão tomada na Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2014/8297, realizada em 08.09.2015, de modo a reconhecer a extinção da punibilidade do acusado Daniel Domingos dos Santos, mantendo-se a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 200.000,00 aplicada à Danivest Soluções em Negócios Ltda.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2015.
CÉLIA MARIA MENEZES DA SILVA
Secretária da Sessão de Julgamento

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 12 de novembro de 2015

Habilitação para exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 218 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
LEILA APARECIDA LEITE FERNANDES 38190176668	19.597.598/0001-76	AV. RIO BRANCO, 2001/ 1304 - CENTURY XXI - CENTRO - JUIZ DE FORA - CEP:36015-510

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 219 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
ÁGORA Sistemas de Gestão LTDA EPP	22.434.298/0001-80	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0932015, nome: ÁGORA PDV, versão: 81.3034.8887.100, código MD-5: 5f86021618aa492c258450fad9e944ef

2. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNO

CNPJ	EMPRESA DESENVOLVEDORA	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
19.533.879/0001-65	Bravuserp Sistemas Eireli - Me	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNO2002015, nome: BRAVUSPDV, versão: 2.0.0.0, código MD-5: 60AA4501A1E64D22404757D9A3815D04

3. Universidade Potiguar - UNP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Tec-Soft Informática Ltda	35.643.899/0001-45	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNP1582015, nome: Posto On-Line PDV, versão: 4.0.00, código MD-5: 9A6AE5A24167046B4D865BE4977A5EB1

4. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo SA. - IPT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Prestserv Soluções em Informática Ltda-ME	02.143.500/0001-08	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: IPT0692015, nome: Eclética Food Manager, versão: 8.3.1., código MD-5: f202c393292aa5b608bbeadba447d914

5. Pontíficia Universidadae Católica do Rio grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Partner Sistemas de Informação Ltda.	00.829.816/0001-22	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0232015, nome: VERSA PAF, versão: 2.6.0, código MD-5: dc01700ab6aaa5db5428b72b464df401 *VERSAPDV

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 220 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Casa de Software S/A	23.326.549/0001-76	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2112015, nome: Sistema de Venda de Passagens, versão:16, código MD-5: CC5B3BA09B8DA54DDB27E120D975FEC0 *VPECF
Dismobras Importação, Exportação e Distribuição de Moveis e Eletrodomésticos S/A	01.008.073/0001-92	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1982015, nome: PDV-CITY, versão: 7.0.0.32 , código MD-5: 1A8DB975D466C82CAFEAD28908762118 *PDV-CITY
WG Eletro S/A	01.120.364/0001-78	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1992015, nome: PDV-CITYWG, versão: 7.0.0.32 , código MD-5: ADB457C3A5BF0F2ED7912F88E98C6CAE *PDV-CITYWG
Nordeste Participações S/A	10.331.096/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2002015, nome: PDV-CITYND, versão: 7.0.0.32 , código MD-5: 4B87DCC36E00C140CA6FB572715190DF *PDV-CITYND

2. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
MERCODATA ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA	00.606.458/0001-99	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0222015Rn01, nome: ECOPAF, versão: 1.4, código MD-5: 7771EB0697B4EFAC888987E50BC4F73E

3. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - INA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Unisys Brasil Ltda.	33.426.420/0009-40	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: INA0142015, nome: Calypso_CA, versão: CA.23.c00, código MD-5: 513F5656DB4160B47BFED529810875EE

4. Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar - TEC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SILVIA REDON - ME	07.784.174/0001-31	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: TEC0162015, nome: Manager Control, versão: 8.0, código MD-5: 3D93B15174B2185CAFECA3D0206F2293

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/PMPF nº 21, de 23 de outubro de 2015, publicado no DOU de 26 de outubro de 2015, Seção 1, páginas 49 e 50, na linha referente ao Estado da Bahia:
onde se lê:
" (...)

*BA	3,7900	3,9400	3,3500	3,1500	48,530	-	-	2,8500	2,4400	-	-	-

(...)";
leia-se:
" (...)

*BA	3,7900	3,9400	3,3500	3,1500	3,7331	3,7331	-	2,8500	2,4400	-	-	-

(...)".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO
SUBSECRETARIA DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL E DEFESA DA ECONOMIA POPULAR

PORTARIA Nº 110, DE 10, DE NOVEMBRO DE 2015 (*)

Delega competência, que especifica, e dá outras providências.

A Subsecretária de Concorrência Internacional e Defesa da Economia Popular, da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 29-C e 48 do Anexo I ao Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a regulamentação dada pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Delegar, ao Coordenador-Geral de Análise de Promoções Comerciais e Regulação de Loterias, desta Subsecretaria de Concorrência Internacional e Defesa da Economia Popular, competência para autorizar e fiscalizar as atividades de que tratam:

I - a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e respectivos regulamentos; e

II - o artigo 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984.

Parágrafo único. A delegação de competência estabelecida no "caput" deste artigo não poderá ser objeto de subdelegação.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 71, de 9 de abril de 2015, do Subsecretário de Concorrência Internacional e Defesa da Economia Popular, substituto, publicada na página 43 da Seção 2 do Diário Oficial da União nº 69, de 13 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREA PEREIRA MACERA

(*) Republicada por ter saído no DOU de 12-11-2015, Seção 1, páginas 39/40, com incorreção do original.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., inscrito no CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.722327/2015-41, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., inscrito no CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a exportar cigarros, dispensada a exigência de que trata o art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no exterior	Brascuba Cigarrillos SA, sediada em Calle Reyes n 6 entre Calzada de Luyanó y Princesa, Luyano, La Habana, Cuba
2) País destino dos produtos	Cuba
3) Características dos produtos	Cigarro em embalagem rígida
4) Marca Comercial	5) Código de Barras
4.1) Dunhill Switch KS CB	5.1) 78935808
4.2) Dunhill Release KS CB	5.2) 78935792
4.3) Dunhill Master Blend KS CB	5.3) 78935815
6) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º fica condicionada a comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresas de pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os artigos 12 a 41 da Lei Complementar n° 123/2006, com a redação dada pelas Leis Complementares n° 127 de 14/08/2007, 128 de 19/12/2008, n° 133 de 28/12/2009, a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM/PA, no uso da competência delegada pela Portaria 131, de 13 de outubro de 2014, consubstanciada no inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, com as alterações promovidas pela Portaria MF 512, de 02 de outubro de 2013, e tendo em vista a Representação Fiscal, fls. 554/585 e o despacho decisório nº 39 de 2015, fl. 587/588, do processo administrativo 10280.721592/2015-46, declara:

Art. 1º - Excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresas de pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os artigos 12 a 41 da Lei Complementar n° 123/2006, com a redação dada pelas Leis Complementares n° 127 de 14/08/2007, 128 de 19/12/2008, n° 133 de 28/12/2009, a pessoa jurídica SWEET SERVICE SERVIÇOS DE LOGÍSTICAS E DISTRIBUIÇÃO LTDA., CNPJ 04.095.001/0001-18, considerando que a empresa infringiu o art. 12, inciso XXIII da Resolução CGSN n° 04 de 30/05/2007 ao optar e permanecer no SIMPLES NACIONAL, ano calendário 2007, mesmo contratada para prestar serviços na condição de cedente de mão de obra, fundamentado no art. 29, inciso I da LC 123/2006 e art. 5° inciso I da CGSN n°15/2007.

Art. 2° - Os efeitos desta exclusão do Simples Nacional retroagem a 01/11/2007, consoante o artigo 6°, inciso IV, da Resolução CGSN n° 15 de 23/07/2007.

Art. 3° - Da presente exclusão poderá a contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste, manifestar inconformidade dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém/PA, nos termos dos arts. 5°, 15, 17 e 23 do Decreto n° 70.235, de 06/03/1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4° - Não havendo manifestação no prazo indicado no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

REGINALDO GONÇALVES DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 169, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita a empresa que menciona ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Industria de Semicondutores - PADIS.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, com base na Delegação de Competência contida na Portaria DRF/MNS/AM nº 71, de 09 de junho de 2014 (publicada no D.O.U. de 12/06/2014),e, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos Termos do art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 852 de 13 de junho de 2008 c/c Decreto nº 6.233/2007 e os artigos 1º a 11 da Lei nº 11.484/2007; e conforme com o que ficou apurado no processo administrativo fiscal nº 18365.721576/2015-25, declara:

Art. 1º. Fica habilitada, em caráter precário, a empresa CALCOMP INDUSTRIA DE SEMICONDUTORES LTDA, CNPJ nº 21.315.035/0001-90, localizada na Av. Torquato Tapajós, nº 7.503, Galpão 2 - modulo 19 - parte, Bairro Tarumã - CEP 69041-025 - Manaus/AM, para gozar dos incentivos fiscais inerentes ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Industria de Semicondutores - PADIS, nos termos do projeto aprovado, processo nº MCT nº 01200.004976/2014-71, pela Portaria Interministerial Nº 438, de 19 de junho de 2015, publicada no DOU nº 116, de 22 de junho de 2015, dos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior - pelo período de tempo consignado nos §§ 1º e 2º do art. 2º.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Anula ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA - PI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no disposto no artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º Anulado o ato cadastral de inscrição perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da pessoa jurídica DONA MARIA PONTO DE ALIMENTAÇÃO LTDA, inscrita sob o nº 20.456.671/0001-79, com fundamento no disposto no artigo 33, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, observado ainda o que consta do processo administrativo nº 10384.722929/2015-74.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 13/06/2014, termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, conforme o disposto no § 2º do artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014.

GILDASIO BARBOSA REGO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015

Reconhece, por 120 Dias, a Situação de Fiscalização em Caráter Permanente do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX que Menciona

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida pelo parágrafo 2º do artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2001, e à vista do que consta do processo nº 11128.723859/2015-65, declara:

Art. 1º. Fica reconhecida, a título provisório e pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a situação de fiscalização em caráter permanente do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX administrado pela empresa JOSELITO FRANCISCO ZORECK - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.593.885/0002-84, situada na Travessa Ana Santos, 234 - Bairro Chico de Paula - Santos/SP, com área total de 5.579,95 m².

Art. 2º. O referido recinto está sob jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 3º. A Alfândega do Porto de Santos deverá solicitar à Coordenação-Geral de Administração Aduaneira - COANA a inclusão de código de recinto específico para o mesmo no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, nos termos do art. 3º, §3º, da Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2001.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede à pessoa jurídica que menciona o Registro Especial de Bebidas Alcoólicas

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Santo André-SP- DRF/SAE/SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 303, combinado com o inciso IV do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314, todos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, com fundamento no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº. 1.432 de 26 de dezembro de 2013 e tendo em vista o que consta no dossiê administrativo nº. 10010.034265/0515-47, declara:

Art. 1º Concedo o Registro Especial de Bebidas Alcoólicas, de que trata o artigo 2º., da IN RFB no. 1.432/2013, à pessoa jurídica Nippon Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda, CNPJ no. 15.536.028/0001-15.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.2º. Nos termos do art. 3o., da IN RFB nº. 1.432/2013, declaro que o número do Registro Especial é 8114/0017.

Art.3º. Nos termos do parágrafo 1º., do art. 2º., da IN RFB nº. 1.432/2013, declaro que o registro especial, de acordo com a atividade desenvolvida, está sendo concedido ao estabelecimento especificamente como importador.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE GALARDINOVIC RIBEIRO

PORTARIA Nº 106, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Reinclui pessoa jurídica no REFIS.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art.1º Tornar insubsistente a exclusão da pessoa jurídica Empresa de Ônibus Vila Ema Ltda - EPP, CNPJ nº 61.296.778/0001-84, efetuada pela Portaria DRF/SAE nº 48, de 05 de julho de 2013 publicada no DOU de 02 de agosto de 2013, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo n° 10805.721876/2013-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE GALARDINOVIC RIBEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

O Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da DRF em São José do Rio Preto, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria DRF/SJR nº 68, de 03/12/2013, DOU de 05/12/2013, tendo em vista o disposto nos Artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, e considerando o que consta do processo 13870.720094/2015-24, declara:

NULO, com efeitos retroativos (ex tunc) o número de inscrição CPF 266.820.248-51, permanecendo ativo e regular para a contribuinte MARIA HELENA HABIB DA SILVA, o número de inscrição CPF 018.600.178-94.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado Adjunto da DELEX, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014, atendendo à SAT n° 351, de 16/09/2015, e ao que consta do Processo 10314.726856/2015-13, em tramitação nesta Delegacia, declara, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca TOYOTA, modelo LAND CRUISER, ano-fabricação 2003, ano-modelo 2003, chassi JTECJ01J632001459, cor CINZA, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente ao Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, CNPJ: 04.122.709/0001-10, desembaraçado com privilégio diplomático em 27/05/2009, através da declaração de importação nº 09/0631868-2, registrada na Alfândega do Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para o Sr. Paulo Rugna Filho, CPF 091.233.278-63, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado Adjunto da DELEX, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014, atendendo à SAT n° 362, de 28/09/2015, e ao que consta do Processo 10314.727170/2015-40, em tramitação nesta Delegacia, declara, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca BMW, modelo X3 XDRIVE 28I, ano-fabricação 2012, ano-modelo 2012, chassi 5UXWX5C57CL725221, cor BRANCA, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente à Sra. Meagan Jean Araújo, Vice-Cônsul do Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, CPF 061.798.137-01, desembaraçado com privilégio diplomático em 24/08/2012, através da declaração de importação nº 12/1527971-1, registrada na Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, estará liberado para fins de transferência de propriedade para a Sra. Ana Louise Peretti de Araujo, CPF 024.184.587-41, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado Adjunto da DELEX, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014, atendendo à SAT n° 352, de 10/09/2015, e ao que consta do Processo 10314.726886/2015-20, em tramitação nesta Delegacia, declara, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca TOYOTA, modelo LAND CRUISER, ano-fabricação 2003, ano-modelo 2003, chassi JTECJ01J732001468, cor verde, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente ao Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, desembaraçado com privilégio diplomático em 19/06/2009, através da declaração de importação nº 09/0732136-9, registrada na Alfândega do Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para o Sr. Urbano Procópio de Sousa Meirelles Neto, CPF 034.879.768-03, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224, c/c o inciso IX do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314 do Anexo aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicada no DOU de 17 de Maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º Os produtos referidos no art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml (um mil mililitros), estão sujeitos à incidência do IPI, proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000 ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000 ml (um mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do art. 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi).

Art. 4º O deferimento do pedido de enquadramento ou reenquadramento não convalida a classificação fiscal informada pelo contribuinte, tampouco produz os efeitos próprios de solução de consulta sobre classificação de mercadorias de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.464, de 8 de Maio de 2014, conforme disposto no inciso II do § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008.

Art. 5º Quanto às solicitações de enquadramento/reenquadramento indeferidas, o contribuinte, poderá reencaminhar novo pedido, se desejar e for cabível, conforme § 4º do art. 5º da IN RFB 866, de 6 de agosto de 2008.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro mês seguinte ao de sua publicação.

JAIME BÖRGER

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
14.081.189/0001-07	MOENDÃO PÊSSEGO	Até 180ml	2208.90.00	I
14.081.189/0001-07	MOENDÃO COCO	Até 180ml	2208.90.00	I
14.081.189/0001-07	MOENDÃO CANELA	Até 180ml	2208.90.00	I
14.081.189/0001-07	MOENDÃO ABACAXI	Até 180ml	2208.90.00	I
14.081.189/0001-07	MOENDÃO GENGIBRE	Até 180ml	2208.90.00	I
14.081.189/0001-07	MOENDÃO BANANA	Até 180ml	2208.90.00	I
81.833.113/0001-70	CHOCOLATE SÃO JOÃO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
81.833.113/0001-70	COCO SÃO JOÃO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
81.833.113/0001-70	CHOCOLATE PITOLA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
81.833.113/0001-70	LICOR FINO DE CHOCOLATE PITOLA	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
81.833.113/0001-70	LIMÃO SÃO JOÃO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
81.833.113/0001-70	GENGIBRE SÃO JOÃO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
81.833.113/0001-70	COCO SÃO JOÃO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
81.833.113/0001-70	ABACAXI SÃO JOÃO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
81.833.113/0001-70	MARACUJA SÃO JOÃO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
81.833.113/0001-70	QUENTÃO PITOLA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
81.833.113/0001-70	AGUARDENTE COMPOSTA ADOÇADA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 300, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Cancelamento de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições, em face do disposto nos artigos 14 e 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 2 de outubro de 2014, resolve:

Art.1º- Declarar CANCELADA a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros de número 003072013-20001437, emitida indevidamente em 04/12/2013, em favor do contribuinte SOLIDA NEGOCIOS IMOBILIARIOS, CONTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME, matrícula CEI nº 51.221.60437/78.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 659, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 18.540.551 (dezoito milhões, quinhentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta e um) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 61.029.783,36 (sessenta e um milhões, vinte e nove mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 3/10/2015	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2006	1º/1/2036	3,291692	144.915	477.015,54
1º/1/2008	1º/1/2038	3,291692	69.233	227.893,71
1º/1/2009	1º/1/2039	3,291692	150.081	494.020,42
1º/1/2010	1º/1/2040	3,291692	140.614	462.857,97
1º/1/2011	1º/1/2041	3,291692	379.935	1.250.629,00
1º/1/2012	1º/1/2042	3,291692	239.737	789.140,36
1º/1/2013	1º/1/2043	3,291692	66.304	218.252,34
1º/1/2014	1º/1/2044	3,291692	480.303	1.581.009,54
1º/1/2015	1º/1/2045	3,291692	16.869.429	55.528.964,48
TOTAL			18.540.551	61.029.783,36

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

PORTARIA Nº 661, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 123, de 23 de abril de 2015, a Portaria STN nº 143 de 12 de março de 2004 e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, bem como o disposto na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001 e na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 4.380 (quatro mil, trezentos e oitenta) títulos CVSB em favor da VS Administradora de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, no valor de R$ 4.380.000,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta mil reais), a preço de 1º. 1.1997, em consonância com o Contrato de Novação de Dívida abaixo, assinado em 03.11.2015, e observadas as seguintes condições:

I - processo, contrato, título e quantidades:

PROCESSO	CONTRATO	CVSB	INTERVENIENTE
00190.004397/2015-11	14	4.380	SOCILAR S/A

II - data de emissão: 1º.1.1997;
III - data de vencimento: 1º.1.2027;
IV - juros remuneratórios: à taxa de 3,12% a.a (três inteiros e doze centésimos por cento ao ano), incorporados mensalmente ao principal;
V - forma de colocação: direta, em favor do interessado;
VI - modalidade: escritural e nominativa;
VII - valor nominal na data de emissão: R$ 1.000,00 (mil reais);
VIII - atualização do valor nominal: mensalmente, sobre o saldo devedor do ativo, a cada dia 1º do mês, com base na Taxa Referencial - TR do mês anterior, ou índice que vier a substituí-la na atualização dos saldos dos depósitos de poupança;
IX - pagamento de principal: carência de doze anos para amortização do principal de cada ativo. A amortização dar-se-á de 1º. 1.2009 a 1º. 1.2027, com pagamentos mensais, sempre no dia 1º;
X - pagamento de juros: os juros serão capitalizados mês a mês e exigíveis mensalmente até o vencimento a partir de 1º. 1.2005, inclusive;
Parágrafo Único. Conforme o Art. 3º da Portaria MF nº 346, de 7.10.2005, as parcelas exigíveis de juros e de principal vencidos até 1º.11.2015, inclusive, serão corrigidas pelos encargos dos respectivos títulos e pagas no primeiro dia útil do mês subsequente ao da novação, para os contratos novados antes do dia 20 do mês. Para os contratos novados após o dia 20 do mês, o pagamento será realizado no primeiro dia útil do segundo mês subsequente ao da novação. O pagamento será em moeda corrente e de acordo com o contrato.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

PORTARIA Nº 665, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 123, de 23 de abril de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria nº 143, de 12 de março de 2004, e na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 70.752 (setenta mil, setecentos e cinquenta e dois) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 6.501.823,98 (seis milhões, quinhentos e um mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 138/15 a 142/15:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)
01/10/2009	91,76	5 anos	6% a.a.	65.793	6.037.165,68
01/11/2012	93,70	5 anos	3% a.a.	1.232	115.438,40
01/03/2013	93,70	18 anos	2% a.a.	3.727	349.219,90
Total				70.752	6.501.823,98

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 227, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Canoas - RS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Canoas - RS, no valor de R$ 196.020,00 (cento e noventa e seis mil e vinte reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59508.600142/2015-06.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 229, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Ibirapuitã - RS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Ibirapuitã - RS, no valor de R$ 33.821,00 (trinta e três mil oitocentos e vinte e um reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59508.600133/2015-15.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 230, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Cambará do Sul - RS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Cambará do Sul - RS, no valor de R$ 110.449,20 (cento e dez mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59508.600145/2015-31.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 231, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Jóia - RS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Jóia - RS, no valor de R$ 21.649,00 (Vinte e um mil, seiscentos e quarenta e nove reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59508.600131/2015-18.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 232, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Itaara - RS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Itaara - RS, no valor de R$ 126.762,00 (cento e vinte e seis mil setecentos e sessenta e dois reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59508.600139/2015-84.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 233, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Santiago - RS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Santiago - RS, no valor de R$ 478.776,48 (quatrocentos e setenta e oito mil e setecentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59508.600138/2015-30.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 234, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Jaguari - RS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Jaguari - RS, no valor de R$ 167.093,60 (cento e sessenta e sete mil e noventa e três reais e sessenta centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59204.601684/2015-11.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.893, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera a Portaria nº 916, de 8 de julho de 2015, do Ministério da Justiça, que aprovou o Regimento Interno da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e o Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e tendo em vista o disposto no art. 3º, parágrafo único, do Decreto de 24 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 916, de 8 de julho de 2015, do Ministério da Justiça, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 1º A validação de moções estará condicionada à assinatura de, no mínimo, trinta por cento dos participantes.

§ 2º A moção deverá ser apresentada até às doze horas do último dia da respectiva etapa. "(NR)

"Art. 6º.....

I - etapas preparatórias até 13 de novembro de 2015, incluindo:

..... "(NR)

"Art. 13. .....

.....

II - organizar, promover, monitorar e avaliar a realização de todas as etapas da Conferência;

..... "(NR)

"Art. 17. .....

I - coordenar a execução das decisões tomadas pela Comissão Organizadora Nacional;

II - articular, junto aos demais órgãos de governo, o apoio necessário à execução dos trabalhos operacionais da Conferência, desde seu planejamento, até a conclusão do processo de avaliação;

III - coordenar e acompanhar o funcionamento das subcomissões referidas no art. 18;

IV - propor pautas para as reuniões da Comissão Organizadora Nacional;

V - estimular, apoiar e acompanhar o andamento das etapas preparatórias, bem como da etapa nacional, subsidiando o presidente da Conferência naquilo que for necessário;

VI - coordenar e orientar a organização dos arquivos referentes à Conferência;

VII - propor o encaminhamento de ofícios, informativos e documentos referentes à Conferência;

VIII - realizar breve apresentação das ações em andamento durante as reuniões ordinárias da Comissão Organizadora Nacional;

IX - acompanhar e apoiar a celebração de contratos e convênios necessários à realização da Conferência;

X - participar da elaboração do relatório final e das demais publicações da Conferência; e

XI - identificar situações excepcionais que afetem a realização das etapas da Conferência com a finalidade de subsidiar a decisão do Coordenador da Comissão Organizadora Nacional quanto à adoção de uma providência, caso seja necessário." (NR)

"Art. 22. .....

I - .....

II - orientar as comissões organizadoras regionais no que se refere à logística e à infraestrutura." (NR)

"Art. 32. .....

.....

§ 1º Os convidados de que trata o inciso IV, indígenas e não indígenas, receberão convites da Comissão Organizadora Regional das respectivas etapas regionais, não sendo necessária inscrição prévia, bastando somente a confirmação de presença.

..... "(NR)

"Art. 33.....

.....

§ 1º Não será alterada a proporção de que trata os incisos do caput em caso de ausência de representantes.

§ 2º A participação dos servidores da Funai dentre os representantes governamentais ocorrerá na proporção de:

I - metade das vagas para servidores lotados nas Coordenações Regionais;

II - metade das vagas para os servidores lotados nas Coordenações Técnicas Locais jurisdicionadas às respectivas Coordenações Regionais.

§ 3º Nos casos em que não se puder cumprir a proporção indicada no § 2º, a Comissão Organizadora Regional deliberará sobre a melhor forma de garantir a representatividade dos servidores da respectiva etapa regional. " (NR)

"Art. 48. .....

.....

§ 2º .....

.....

V - de convidados para a etapa regional acima do limite de cinco por cento do total de participantes.

§ 3º As despesas de diárias e de passagens de convidado somente poderão ser custeadas pelo Ministério da Justiça ou Funai quando for possível seu enquadramento como colaborador eventual, na forma da legislação em vigor." (NR)

"Art. 49. A prestação de contas das despesas realizadas no âmbito da Conferência será feita pela unidade gestora responsável. " (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO
Em 11 de novembro de 2015

Nº 312 - Apresento ao Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade a versão preliminar do Guia para Programa de Leniência Antitruste do Cade, para que, no uso de suas atribuições, aprove e publicize o documento, a fim de colher contribuições da sociedade a respeito de seu conteúdo, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir desta data. O período de consulta pública terá início no dia 11 de novembro de 2015, quando a minuta proposta de alteração será publicada no sítio eletrônico do Cade, e término no dia 10 de janeiro de 2015. As contribuições devem ser enviadas, por escrito, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com referência expressa 'Guia Leniência', pelo endereço eletrônico 'guialeniencia@cade.gov.br'. É o despacho.

Nº 313 - O Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade torna públicas, para fins de abertura de consulta pública, nos termos do art. 31 da Lei nº 9.784 de 1999 e do art. 230, caput e §1º, do Regimento Interno do Cade, as seguintes propostas de alteração regimental:

"Art.179.....

§6º As informações e documentos apresentados pelo proponente durante a negociação do termo de compromisso subsequentemente frustrado não poderão ser utilizados para quaisquer fins pelas autoridades que a eles tiveram acesso.

§7º O disposto no §6º não impedirá a abertura e o processamento de procedimento investigativo no âmbito da Superintendência-Geral para apurar fatos relacionados à proposta de termo de compromisso, quando a nova investigação decorrer de indícios ou provas autônomas que sejam levados ao conhecimento da autoridade por qualquer outro meio."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"Art.187.....

I - redução percentual entre 30% e 50% da multa esperada para o primeiro Representado que requerer TCC no âmbito da investigação de uma conduta; (NR)

II - redução percentual entre 25% e 40% da multa esperada para o segundo Representado que requerer TCC no âmbito da investigação de uma conduta; (NR)

III - redução percentual de até 25% da multa esperada para os demais Representados que requerer TCC no âmbito da investigação de uma conduta. (NR)"

"Art.199.....

§2º Após fornecidas as informações referidas no §1º, a Superintendência-Geral emitirá a declaração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. (NR)

§3º Na declaração, será indicado prazo para que o proponente apresente proposta de acordo de leniência à Superintendência-Geral, cujas extensões da validade da proposta serão definidas caso a caso, segundo os prazos intermediários definidos pela Superintendência-Geral do Cade. (NR)

(...)

§6º Caso o proponente não seja o primeiro a comparecer perante a Superintendente-Geral ou, por outra razão, não haja mais disponibilidade para a propositura do acordo de leniência para a infração noticiada, o Superintendente-Geral, o Chefe de Gabinete ou outro servidor expressamente designado para essa finalidade, informará tal indisponibilidade ao proponente, podendo certificá-lo de sua posição na fila de espera para eventual proposição de um acordo de leniência sobre a mesma infração noticiada.

§7º Na hipótese do §6º, a certidão emitida pela Superintendência-Geral conterá a qualificação completa do proponente, os outros autores conhecidos da infração a ser noticiada, os produtos ou serviços afetados, a área geográfica afetada e, quando possível, a duração estimada da infração noticiada, além da data e horário do comparecimento perante a Superintendência-Geral, sem qualquer informação acerca da ordem cronológica de espera deste proponente com relação a eventuais outros proponentes anteriores ou subsequentes.

§8º Caso a proposta de acordo de leniência em negociação seja rejeitada pela Superintendência-Geral, ou caso ocorra a desistência do proponente detentor da declaração, ou em caso de descumprimento dos prazos previstos no §3º ou dos prazos intermediários previstos no artigo 204 do Regimento Interno, será emitida nova declaração para o proponente seguinte na fila de espera, o qual será convidado a iniciar a negociação da proposta de acordo de leniência.

§9º Caso a proposta de acordo de leniência em negociação seja assinada pela Superintendência-Geral, os proponentes na fila de espera para negociação do acordo de leniência, detentores das certidões, serão encaminhados, caso seja de seu interesse, para a negociação de compromisso de cessação, conforme ordem cronológica de chegada, nos termos do artigo 179 e seguintes do Regimento Interno.

"Art. 204. A negociação a respeito da proposta do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo total de 6 (seis) meses, contados da data da apresentação da proposta.

§1º A critério da Superintendência-Geral, caso estejam presentes circunstâncias extraordinárias poderão ser concedidas extensões da validade da proposta que superem o prazo estabelecido no caput, mas o prazo total da negociação, contado da data apresentação da proposta, não poderá superar 1 (um) ano.

§2º Havendo outro proponente, a extensão da validade da proposta prevista no §1º não será de ordinário estendida, a não ser que circunstâncias do caso o recomendem, a critério da autoridade."(Exclusão)

"Art. 209. A pessoa jurídica ou pessoa física que não obtiver, no curso de investigação ou processo administrativo, habilitação para a celebração do acordo de leniência com relação a uma determinada prática (Acordo de Leniência Original), poderá celebrar com a Superintendência-Geral, até a remessa do processo para julgamento, acordo de leniência relacionado a uma outra infração (Novo Acordo de Leniência), da qual a Superintendência-Geral não tenha qualquer conhecimento prévio. (NR)

§1º. Na hipótese do caput deste artigo, o signatário do Novo Acordo de Leniência, uma vez declarado o cumprimento deste Novo Acordo de Leniência pelo Cade, fará jus à redução de um terço da pena aplicável no processo referente ao Acordo de Leniência Original, sem prejuízo da obtenção dos benefícios de que trata o art. 201, I, e seu parágrafo único, em relação à nova infração denunciada no Novo Acordo de Leniência. (NR)

§2º. Na hipótese de o signatário do Novo Acordo de Leniência também ser proponente de compromisso de cessação com relação à prática investigada no processo referente ao Acordo de Leniência Original, o benefício previsto no §1º poderá ser aplicado de modo antecedente aos descontos previstos no artigo 187 deste Regimento Interno, resultando nas seguintes faixas de descontos totais:

I - redução percentual de 53,33% até 66,67% da multa esperada para o primeiro Representado que requerer TCC no âmbito da investigação de uma conduta;

II - redução percentual de 50% até 60% da multa esperada para o segundo Representado que requerer TCC no âmbito da investigação de uma conduta;

III - redução percentual de até 50% da multa esperada para os demais Representados que requererem TCC no âmbito da investigação de uma conduta."

"Art.210.....

§1º Na avaliação do cumprimento das obrigações previstas no Novo Acordo de Leniência por parte da Superintendência-Geral, esta considerará a colaboração individual de cada um dos signatários e certificará, quando for o caso, o cumprimento das hipóteses do artigo 209 do Regimento Interno. (NR)"

"Art.224.....

II - não satisfeito qualquer dos requisitos do arts. 222 e 223; ou. (NR)"

O período de consulta pública será de 60 (sessenta) dias, com início no dia 11 de novembro de 2015, quando a minuta proposta de alteração será publicada no sítio eletrônico do Cade, e término no dia 11 de janeiro de 2015.

As contribuições devem ser enviadas, por escrito, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com referência expressa 'Consulta Pública nº 02/2015', pelo endereço eletrônico 'consulta-publica02@cade.gov.br'.

Em 12 de novembro de 2015

Nº 316 - Onde se lê no Despacho Presidência nº 313/2015 "O período de consulta pública será de 60 (sessenta) dias, com início no dia 11 de novembro de 2015, quando a minuta proposta de alteração será publicada no sítio eletrônico do Cade, e término no dia 11 de janeiro de 2015." leia-se "O período de consulta pública será de 60 (sessenta) dias, com início no dia 11 de novembro de 2015, quando a minuta proposta de alteração será publicada no sítio eletrônico do Cade, e término no dia 10 de janeiro de 2015." É o Despacho.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

DESPACHO DA CONSELHEIRA
Em 11 de novembro de 2015

Nº 23 - Ref.: Ato de Concentração 08700.006723/2015-21 Requerentes: TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A., Rádio e Televisão Record S/A e TV Ômega Ltda. Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis de Oliveira e outros. Terceiros Interessados: Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) e Sky Brasil Serviços Ltda. Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. Em apreciação à petição protocolizada pelas Requerentes sob o número SEI 0124863, assim aprecio os pedidos nela contidos: i) não afasto a possibilidade de qualquer ente, inclusive a NeoTV, de se manifestar quanto ao objeto do presente processo perante este Conselho; ii) indefiro o pedido de desentranhamento da manifestação da NeoTV (SEI 0122665), que considero válida e amparada pelo art. 5º, inciso XXXIV, alínea a, da Constituição Federal de 1988. Ainda quanto ao pedido de avocação feito pela NeoTV, o mesmo já perdeu seu objeto, face ao conhecimento dos recursos da Sky e da ABTA. Já no que tange aos pedidos das Requerentes trazidos na petição SEI 0128914, assim decido: primeiro, indefiro o pedido de não conhecimento do recurso impetrado pela Claro S/A (SEI 0122656), pela singela razão que tal recurso já foi por mim apreciado e, expressamente, não conhecido. Segundo, quanto ao pedido de reconsideração da minha decisão que admitiu a Claro S/A como terceiro interessado, também lhe nego provimento, pois esta admissão encontra respaldo no art. 50 da Lei nº 12.529/2011. De fato, são de indubitável relevância as informações trazidas pela Claro S/A e, certamente, serão consideradas. Esclareço, porém, que face ao disposto no art. 118 do Regimento Interno do Cade, recebo a manifestação da Claro S/A na finalidade de amicus curiae.

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT

COORDENAÇÃO DE ANDAMENTO PROCESSUAL

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 12 de novembro de 2015

Nº 6 - Ato de Concentração nº 08700.010502/2015-58. Torna-se sem efeito a publicação do Despacho nº 1383, DOU nº 216, pág. 47, de 12 de novembro de 2015, por conter o mesmo teor do Despacho nº 1389, publicado anteriormente.

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 12 de novembro de 2015

Nº 1383 - Ato de Concentração nº 08700.010820/2015-19. Requerentes: Treviso Empreendimentos e Participações S.A., Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda., Assevim - Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim Ltda., Instituto Educacional do alto Vale do Itajaí Ltda., Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S.S. Ltda., Sociedade Educacional do Planalto Serrano Ltda., Fair Educacional Ltda., FAC Educacional Ltda., Kroton Educacional S.A. Advogados:Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo, Lauro Celidônio Neto, Ana Bátia Glenk Ferreira e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1399 - Ato de Concentração nº 08700.009625/2015-46. Requerentes: Trafigura do Brasil Consultoria Ltda., EAV Lux 2 S.A.R.L., MMX Sudeste Mineração S.A. Advogados:José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Maria Augusta Fidalgo, Ademir Antonio Pereira Júnior, e outros. Acolho o Parecer Técnico nº 3378/2015/CGAA5/SGA1/SG e, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à esta decisão, inclusive como sua motivação. Assim, decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11. Ao Setor Processual.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Apresenta recomendações que visam à interrupção da transmissão do HIV, das hepatites virais, da tuberculose e outras enfermidades entre as pessoas privadas de liberdade.

A PRESIDENTE INTERINA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCP), no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o documento de recomendações aprovado conjuntamente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV e AIDS (UNAIDS), pelo Escritório sobre Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), organizações internacionais das quais o Brasil é Membro;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal);

CONSIDERANDO os seguintes documentos da Organização das Nações Unidas com evidências e recomendações para a proteção e manutenção da saúde nos contextos de encarceramento:

▪Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos (Resolução da Assembleia Geral da ONU, 45/111);

▪Intervenções para abordar o HIV nas prisões. Evidências de artigos técnicos. Genebra, OMS, UNODC, UNAIDS, 2007;

▪Orientações de política para melhorar o acesso dos profissionais de saúde aos serviços de prevenção do HIV e da tuberculose, tratamento, cuidados e apoio conjunto: uma nota de orientação da OMS, OIT e do UNAIDS, 2010;

▪HIV em Prisões: Ferramentas para formuladores de políticas, gestores de programas, Diretores de Prisão e profissionais de saúde em Ambientes Prisionais (Viena, UNODC, OMS e do UNAIDS de 2008);

▪Eliminação da transmissão do HIV de Mãe para Filho, OMS, 2011;

▪Recomendação de Madrid: Proteção à Saúde nas Prisões como uma parte essencial da Saúde Pública, aprovada em reunião realizada em Madrid em 29 e 30 de outubro de 2010;

▪Princípios de Ética Médica relevantes para o papel dos profissionais de saúde, particularmente médicos, na proteção de prisioneiros e detidos contra a tortura e outros tratamentos desumanos ou degradantes ou castigo cruel (resolução da Assembleia Geral da ONU 37/194);

▪Saúde nas prisões. Um guia básico de Saúde na Prisão da OMS, Escritório Regional para a Europa, 2007);

▪Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulher e Medidas Não Privativas de Liberdade para as Mulheres em conflito com a lei (Regras de Bangkok) (resolução da Assembleia Geral da ONU, 65/229);

▪"Da coerção à coesão: Tratamento da dependência de drogas por meio de cuidados em saúde e não da punição", documento de trabalho com base em um seminário científico, UNODC, Viena, 28-30 de Outubro de 2009 (2010);

▪Protocolos Clínicos de Tratamento para HIV, Hepatites B e C, TB, Sífilis e outras DST do Departamento de DST/AIDS e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que a atuação do Poder Executivo e do Poder Judiciário, com o apoio do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Controle Social são imprescindíveis para o êxito das medidas que conduzirão à interrupção da transmissão do HIV, das hepatites virais, da tuberculose e outras enfermidades, entre as pessoas privadas de liberdade, facilitando a eliminação dessas infecções na comunidade; resolve:

Art.1º - Indicar às Secretarias responsáveis pelos assuntos penitenciários e de saúde nos Estados e no Distrito Federal que promovam a adequação de suas normas penitenciárias, em conformidade com o documento de recomendações aprovado conjuntamente pelo UNAIDS, pela OMS, o UNODC, pela OIT e pelo PNUD para o enfrentamento à epidemia da infecção pelo HIV e às hepatites virais nas prisões.

Art.2º - Recomendar aos Conselheiros Penitenciários dos Estados e do Distrito Federal que programem estas ações e medidas essenciais com vista à efetiva aplicação das seguintes 15 intervenções essenciais, que têm o máximo impacto se efetivadas em conjunto:

I.Informação, educação e comunicação aos presos, extensivo aos seus familiares e amigos, do quanto contido na presente Resolução.

II.Estabelecimento de programas de entrega e orientação para o uso de preservativos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III.Prevenção da violência sexual.

IV.Tratamento da dependência de drogas, incluindo o uso da terapia de substituição.

V.Programas de fornecimento de insumos estéreis para redução de danos.

VI.Prevenção da transmissão por meio de serviços médicos ou odontológicos.

VII.Prevenção da transmissão por meio de lâminas de barbear, tatuagem, piercing e outras formas de perfuração na pele.

VIII.Profilaxia pós-exposição.

IX.Testagem e aconselhamento pré e pós-testagem.

X.Tratamento do HIV, cuidados e apoio.

XI.Prevenção, diagnóstico e tratamento da tuberculose.

XII.Prevenção da transmissão vertical do HIV, sífilis e da hepatite B.

XIII.Prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis.

XIV.Vacinação, diagnóstico e tratamento das hepatites virais.

XV.Orientação às equipes sobre riscos ocupacionais e fornecimento de equipamentos de proteção individual.

Art. 3º - As ações de sensibilização, informação e educação sobre o HIV, infecções sexualmente transmissíveis, hepatites virais e tuberculose são necessárias em todas as unidades prisionais. Programas implementados pelas autoridades sanitárias ou por organizações da sociedade civil devem ser complementados por programas de educação, por servidores em serviços penais e por pessoas privadas de liberdade treinadas.

Art. 4º - Em todas as unidades prisionais devem ser fornecidos e distribuídos gratuitamente kits básicos de higiene que contenham preservativos, lubrificantes à base de água e orientação para o seu uso correto.

Parágrafo único - Esses insumos devem estar fácil e discretamente acessíveis, na quantidade demandada pelas pessoas privadas de liberdade, sem que seja necessário que o usuário os solicite e independentemente da ocasião da visita íntima.

Art. 5º - Políticas e estratégias para a prevenção, detecção e eliminação de todas as formas de violência, particularmente a violência sexual, devem ser implementadas nas unidades prisionais.

§ 1º - Pessoas privadas de liberdade em situação de vulnerabilidade, como as pessoas com diferente orientação sexual ou jovens infratores, devem ser separados de todos os que possam supor uma ameaça.

§ 2º - Medidas adequadas para informar e tratar os casos de violência devem ser estabelecidas, conforme o protocolo nacional.

Art. 6º - Tratamentos para a dependência de drogas amparados em evidências científicas e com o necessário consentimento informado pela pessoa privada de liberdade devem ser disponibilizados nas prisões em consonância com as diretrizes do SUS.

Art. 7º - Pessoas privadas de liberdade que utilizam drogas devem ter acesso confidencial aos equipamentos e insumos esterilizados e devem receber informações sobre os programas de tratamento da dependência.

Art. 8º - Os profissionais de saúde prestadores de serviços em prisões devem aderir aos protocolos rígidos de controle de infecção, sendo que as unidades prisionais devem ser adequadamente equipadas para este propósito.

Art. 9º - As autoridades devem incentivar a criação de programas de tatuagem estéril, destinados a reduzir a utilização de equipamentos contaminados para realização de tatuagens, piercings e outras formas de perfuração na pele.

Art. 10 - Orientações claras devem ser desenvolvidas e comunicadas às pessoas privadas de liberdade, funcionários da saúde e outros trabalhadores sobre a profilaxia pós-exposição.

Parágrafo único - A profilaxia pós-exposição deve estar acessível às pessoas expostas ao HIV, dentre outras doenças infecto contagiosas, e às vítimas de agressão sexual.

Art. 11. - Todas as pessoas privadas de liberdade, os funcionários da saúde e os outros trabalhadores devem ter fácil acesso aos programas de aconselhamento e à testagem voluntária para a sífilis, HIV e hepatites virais a qualquer momento e durante todo o seu período de detenção.

Art. 12. - O tratamento integral, incluindo a terapia antirretroviral, cuidados e apoio devem:

I - ser iniciados imediatamente após o diagnóstico;

II - ser equivalentes ao que está disponível para as pessoas que vivem com HIV na comunidade;

III -estar em consonância com os protocolos do SUS.

Parágrafo único - Esforços adicionais para garantir a continuidade do cuidado em todas as fases, desde o momento da detenção até a libertação, devem ser efetivados.

Art. 13. - O Programa de Tuberculose na Prisão, incluindo seus protocolos de tratamento, devem estar alinhados e integrados ao Programa Nacional de Controle da Tuberculose do SUS e deve trabalhar em estreita colaboração com o Departamento de DST/AIDS e Hepatites Virais; em especial:

I.As pessoas que vivem com o HIV devem ser rastreadas para a tuberculose e pessoas com tuberculose devem ser aconselhadas a fazer um teste de HIV;

II.Prisões e celas devem sempre ser bem ventiladas e ter boa luz natural;

III.Pacientes com suspeita de tuberculose devem ser separados até que sejam considerados não-infectantes;

IV.Atividades de educação devem ser postas em ação por agentes de saúde prisional para divulgar os protocolos de tosse e de higiene respiratória;

V.A adesão ao tratamento deve ser investigada, incentivada e verificada;

VI.O tratamento não pode ser descontinuado em situações de transferência do privado de liberdade e/ou no caso de sua libertação, quando seu seguimento deve estar assegurado na UBS de destino.

VII.A busca ativa de comunicantes dos pacientes com diagnóstico de tuberculose pulmonar deve ser realizada e os comunicantes deverão ser devidamente avaliados, conforme o Programa Nacional de Controle da Tuberculose do SUS.

Art. 14 - Todas as intervenções para prevenção da transmissão do HIV de mãe para filho, incluindo o planejamento familiar e a terapia antirretroviral, devem estar facilmente acessíveis para as mulheres que vivem com HIV e para as mulheres grávidas, em consonância com as diretrizes do SUS.

Parágrafo único - Crianças nascidas de mães vivendo com HIV na prisão devem ser seguidas de acordo com o protocolo nacional.

Art. 15 - Orientação, diagnóstico precoce e tratamento efetivo de qualquer infecção sexualmente transmissível também são parte dos programas de prevenção à infecção pelo HIV nas prisões.

Art. 16 - As unidades prisionais devem ter um programa de prevenção e controle de hepatites abrangente.

§ 1º - Os programas referidos no caput deverão incluir a vacinação contra hepatites A e B para todos, vacinação para os grupos de risco e outras intervenções para prevenir, diagnosticar e tratar as hepatites B e C, equivalentes aos disponíveis na comunidade.

§ 2º - Os programas referidos no caput deverão incluir programas de fornecimento de preservativos, fornecimento de insumos e de tratamento de dependência de drogas, quando for necessário.

Art. 17 - Agentes penitenciários e trabalhadores de estabelecimentos prisionais devem receber informação, educação e formação sobre o HIV, hepatites virais e tuberculose, para que possam exercer suas funções de uma forma saudável e segura.

§ 1º - As ações referidas no caput deverão ser ministradas por inspetores do trabalho e especialistas em medicina e saúde pública.

§ 2º - Funcionários do sistema prisional não devem estar sujeitos à realização de testes obrigatórios e devem ter fácil acesso ao aconselhamento e à realização de testes confidenciais de HIV.

§ 3º - Funcionários do sistema prisional devem ter acesso:

I - à vacinação grátis contra as hepatites A e B;

II - aos equipamentos de proteção, como luvas, máscaras de reanimação boca-a-boca, óculos de proteção, sabão e espelhos de busca e inspeção;

II - à profilaxia pós-exposição em casos de exposição ocupacional.

§ 4º Mecanismos para fiscalizar o cumprimento das normas no local de trabalho e relatórios sobre exposições e acidentes ocupacionais e doenças devem ser estabelecidos com os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

Art. 18. - Acrescem-se ao pacote de 15 intervenções referidos no Art. 1º as seguintes recomendações da Organização da Nações Unidas, de extrema importância e que não devem ser negligenciadas:

I.Política e justiça penal têm um impacto sobre as respostas desenvolvidas para combater o HIV, as hepatites virais e a tuberculose nas prisões, sendo importante realizar reformas que tenham impacto positivo sobre o aprisionamento, a justiça penal e na defesa dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade;

II.Iluminação e ventilação naturais inadequadas e falta de proteção contra condições climáticas extremas são frequentes. Eliminar a superlotação das celas, com planejamento real de satisfazer as regras mínimas da ONU e a legislação nacional, ajustando as condições de iluminação natural e de ventilação é fundamental para interromper a transmissão da tuberculose;

III.Reduzir os atos de violência;

IV.Reduzir a aplicação da medida de prisão preventiva;

V.Reduzir o encarceramento de pessoas que usam drogas e de pessoas com problemas de saúde mental;

VI.Extinguir a detenção obrigatória para o propósito de "tratamento da dependência de drogas";

VII.Disponibilizar cuidados paliativos e libertação humanitária para casos de doenças terminais;

VIII.Aperfeiçoar os programas de visitas íntimas;

IX.Disponibilizar uma alimentação adequada às pessoas privadas de liberdade;

X.Distribuir outros insumos que contribuam para a prevenção das doenças, como sabão, escovas de dentes e barbeadores nos kits básicos de higiene.

Art. 19. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.161, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3825 - DPF/STS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FALCÃO CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE SEGURANÇA S/S LTDA, CNPJ nº 60.012.499/0001-89, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1941/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.237, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4400 - DPF/JFA/MG, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SOCIPAR SOCIEDADE E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 21.426.507/0001-81, para atuar em Minas Gerais.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.256, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3923 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POINTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 01.485.395/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 2307/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.268, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4021 - DPF/SGO/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSPARTTA FORMACAO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 18.419.220/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2315/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.275, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2075 - DPF/NIG/RJ, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITARIO, CNPJ nº 30.831.606/0001-30, para atuar no Rio de Janeiro.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 4.304, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3334 - DPF/DRS/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEPRIVA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.483.643/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 2243/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.307, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4478 - DPF/FIG/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTERI - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 03.416.264/0001-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2336/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.311, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4779 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MASTER MAGNUM SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 04.958.249/0001-65, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
2 (dois) Revólveres calibre 38
210090 (duzentas e dez mil e noventa) Munições calibre 38
12486 (doze mil e quatrocentas e oitenta e seis) Munições calibre .380
50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.322, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4743 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOOD JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. , CNPJ nº 10.336.666/0001-79, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
15 (quinze) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.324, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4750 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 09.039.434/0001-70, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
830 (oitocentas e trinta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.325, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4758 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.019.295/0004-32, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.328, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3890 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SINGER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 08.317.759/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2331/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.329, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4715 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0010-64, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente FOCUS SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 03.457.699/0001-01:
4 (quatro) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Pistola calibre .380
150 (cento e cinquenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.330, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4759 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PATRIOTA SEGURANCA EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.813.549/0001-06, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.546, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21309/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 875 (oitocentos e setenta e cinco) UFIR a CONTAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.332.434/0001-07, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, inciso V PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2014/15700.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.617, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21460/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR a BANCO AZTECA DO BRASIL S/A, CNPJ nº 09.391.857/0001-54, agência nº 19, sediada em Pernambuco, por praticar a conduta tipificada no artigo 177, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/3609.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.627, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21470/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/282.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.660, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21601/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a GS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.904.488/0001-03, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso XXI PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 137, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2014/15989.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.664, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21605/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a DACALA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 59.050.864/0001-60, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso XXI PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 138, §3º PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2014/15998.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.673, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21614/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0001-18, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/17020.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.674, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21615/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 79.318.911/0001-11, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/17267.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.680, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21621/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 79.318.911/0001-11, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/1780.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 5.682, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21623/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.750 (três mil e setecentos e cinquenta) UFIR a FACILITY SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 02.606.943/0001-98, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/66.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.689, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21630/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/459.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.691, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21632/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/458.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.692, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21633/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/457.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.694, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21635/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/532.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.696, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21637/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/456.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.713, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21704/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a SOLUÇAO SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 00.160.911/0003-48, sediada em Tocantins, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 137, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/383.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.716, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21707/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a JOSEVAN S. MOURA SEGURANÇA ME, CNPJ nº 08.487.967/0001-51, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XVIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2542.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.717, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21708/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a TWISTER SEGURANCA PRIVADA LTDA ME , CNPJ nº 07.052.708/0001-35, sediada em Pernambuco, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/4892.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.729, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21783/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a SOLUÇAO SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 00.160.911/0003-48, sediada em Tocantins, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso IV PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 137, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/395.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.732, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21786/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.750 (três mil e setecentos e cinquenta) UFIR a J. GARRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.478.486/0001-29, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/18489.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.738, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21792/2015, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MASERV MARANHAO SEGURANCA E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 07.800.389/0001-07, sediada no Maranhão, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/5097.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.739, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21793/2015, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a SENTINELA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.324.501/0001-59, sediada no Maranhão, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/5099.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.757, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21830/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a PROVISE SEGURANÇA ESPECIAL LTDA, CNPJ nº 00.908.329/0001-55, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/15321.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.798, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22008/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a GRAN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 01.938.598/0001-27, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, inciso VI PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 138, §3º PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/8488.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.799, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22009/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a ARMAFORTE SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA , CNPJ nº 07.152.464/0001-62, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 137, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/102.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.803, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22013/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a PREVENIR SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 11.924.133/0001-70, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/96.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.827, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22037/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a SOLUÇAO SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 00.160.911/0003-48, sediada em Tocantins, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso VIII PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 137, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/394.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 5.830, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22040/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 584 (quinhentos e oitenta e quatro) UFIR a GHG SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 10.756.477/0001-55, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/87.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.856, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22136/2015, decide: Aplicar a pena de ADVERTENCIA a TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0002-56, sediada na Paraíba, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/559.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.857, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22137/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a A FORTALEZA PARAIBA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.566.345/0001-60, sediada na Paraíba, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/1287.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.874, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22172/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a APOLO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 09.035.059/0001-90, sediada no Mato Grosso do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/15141.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.875, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22173/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a APOLO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 09.035.059/0001-90, sediada no Mato Grosso do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/15143.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.890, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22213/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR a BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A, CNPJ nº 62.136.254/0002-70, agência nº 2, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 137, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/8500.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.902, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22258/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a R.V - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA , CNPJ nº 66.841.552/0001-30, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/255.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.909, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22266/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a SIVUCA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.940.325/0001-80, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/766.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.919, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22281/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.750 (três mil e setecentos e cinquenta) UFIR a MONTEFORTE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.054.916/0001-97, sediada no Rio Grande do Norte, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/774.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.939, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22384/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil e trezentos e trinta e três) UFIR a BANCO TRIANGULO S/A, CNPJ nº 17.351.180/0001-59, agência nº 1, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, §1º,2º PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 137, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/2461.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.958, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22416/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a BRAÇO FORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.884.588/0001-47, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/780.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.974, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22444/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a GRUPO TAVARES E SANTOS SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.107.210/0001-71, sediada no Espírito Santo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/546.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.976, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22446/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a GHG SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 10.756.477/0001-55, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/554.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.977, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22447/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a HOGO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.458.408/0001-28, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/794.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.996, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22550/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a E & S SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.896.282/0001-08, sediada em Pernambuco, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso V PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/192.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.011, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22565/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0002-03, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/1097.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22568/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/548.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.019, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22573/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0156-35, sediada no Mato Grosso, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/1264.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 6.022, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22576/2015, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a PIRÂMIDE PALACE HOTEL LTDA, CNPJ nº 10.869.428/0001-29, sediada no Rio Grande do Norte, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/1095.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.023, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22577/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a BARRA EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.130.034/0001-75, sediada no Mato Grosso, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/711.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.083, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22792/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a CENTRO MEDICO HOSPITALAR VILA VELHA S/A , CNPJ nº 00.410.817/0001-38, sediada no Espírito Santo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/17054.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.088, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22797/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a SEMPRE FORT SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.068.307/0001-36, sediada em Pernambuco, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso XXI PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 137, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/367.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.111, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22861/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0003-80, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/1061.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.121, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22872/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a HOGO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.458.408/0001-28, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/760.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.122, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22873/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a HOGO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.458.408/0001-28, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/758.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.169, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23067/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a VALID SOLUÇÕES E SERV. DE SEG. EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A., CNPJ nº 33.113.309/0001-47, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/1031.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.191, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23114/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR a BANCO INDUSVAL S.A., CNPJ nº 61.024.352/0001-71, agência nº 1, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, §1 E 2 PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 138, §1 E 3 PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/3191.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.194, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23117/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a PROTEX SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.101.265/0001-25, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/15388.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.198, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23121/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a OITTOS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.765.555/0001-48, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/1034.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.206, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23165/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/609.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 6.216, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23180/2015, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/865.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 33.445, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08458.010908/2014-79 - DPF/NIT/RJ, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa VIGMASTER GUARDA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.125.830/0001-04, localizada no RJ.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08018.004957/2015-32, APROVO a transferência de MAGNO FERREIRA DO NASCIMENTO para o cumprimento, no Brasil, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça Portuguesa, com fundamento no art. 3, alínea f, da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada aos 23 de novembro de 2005 e promulgada pelo Decreto nº 8.049, de 11 de julho de 2013.

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Tendo em vista a falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão, determino o arquivamento dos processos abaixo indicados, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/99.

Processo nº 08505037676201493, CHIGOZIE UNOGU.

Processo nº 08389003164201588, HASSAN ALI HACHEM.

Processo nº 08280030018201452, EPHRAIM EGBEGBE.

Processo nº 08018014013201221, ANA PAULA FERREIRA NUNES FERREIRA.

Processo nº 08485009991201325, CLAUDIA MARIA KASTINGER

Processo nº 08240.002310/2011-17, AMOS UDIT.

Processo nº 08432.001654/2013-13, ANA OLGA SILVEIRA

Processo nº 08705.007034/2012-41, ANNIEL CASTELL MARTI.

Processo nº 08018016628201372, ANTONIO DE BARROS SILVA.

Processo nº 08508008276201441, LIN CHU JUNG

Processo nº 08018000712201293, JACKSON LEITE DA SILVA

Processo nº 08018013527201269, FERNANDO MANUEL FERREIRA TOMAZ.

Processo nº 08420029541201311, JUAN ALEJANDRO FERNANDO GOMES.

Processo nº 08504001191201391, MATILDE DA CONCEIÇÃO RIBEIRO.

Processo nº 08260007996201439, TONGIL ARISTIDE KO.

Processo nº 08793003423201337, SERGIO LUIS GONZALEZ GARCIA.

Processo nº 08505016239201436, PRIYADARSHINI GUYADEEN.

Processo nº 08240029795201340, PEDRO FACUNDO POTENCIANO.

Processo nº 08018011999201368, JOÃO FERNANDO NETO ABRANTES SERRA.

Processo nº 08018002120201397, WILLIAM PATRICK MARTINS ABRANTES

Processo nº 08018016186201364, RUI MANUEL VENTURA DO ROSARIO SILVA.

Processo nº 08018006194201301, RAFAEL FERNANDO CABRAL TEIXEIRA.

Processo nº 08495004233201300, SVETLANA MOZOLEVSKAIA.

Processo nº 08018.002327/2014-42, CARLOS AUGUSTO ALVES DA FONTE.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº 08476000106201432, JOSE JUSTINIANO CUJUY.
Processo nº 08505131870201383, HIDALGO RIGOBERTO FIGUEROA MUNOZ.
Processo nº 08505056810201455, KASSEM HASSAN BAALBAKI.
Processo nº 08018005566201373, MANUEL PEREIRA ALVES RODRIGUES.
Processo nº 08492026624201305, PATRICIA MARIA INGRASIOTANO.
Processo nº 08018007860201409, XAVIER FERREIRA MARIALVES.
Processo nº 08437000177201230, JUANA JULIA SILVEIRA CRUZ.
Processo nº 08018005886201412, JORGE ILIDIO LOPES SERENO.
Processo nº 08018004289201462, SÉRGIO ERNESTO DE OLIVEIRA SANTOS.
Processo nº 08018.006736/2012-56, DARIO RODRIGUEZ BARBOSA.
Processo nº 08018005499201125, GIOVANI LOIOLA DA SILVA
Processo nº 08505.048894/2014-53, MANUEL ANTONIO V. LLAJARUNA.
Processo nº 08072006916201283, RAJU THOMAS.
Processo nº 08444002192201312, AYED MUHAMAD FALANEH.
Processo nº 08018003432201318, MANUEL TEIXEIRA PEREIRA DE FREGUESIA DE FERVENÇA.
Processo nº 08018015288201362, MANUEL RAMOS DA CUNHA.
Processo nº 08018007392201464, FERNANDO MANUEL ANTUNES MARTINS DIAS.
Processo nº 08018008387201215, TIAGO RODRIGUES PINTO JR.
Processo nº 08018005233201344, SILVIO MANUEL DA CONCEICAO TEIXEIRA.
Processo nº 08018003173201163, SALAZAR OSCAR PEREIRA.
Processo nº 08018.007256/2015-55, AUGUSTO DIAS FERNANDES CANÇÃO.
Processo nº 08018004889201269, MARIA ADELINA CARNEIRO DA SILVA.
Processo nº 08018.004889/2012-69, MARIA ADELINA CARNEIRO DA SILVA.
Processo nº 08018.004684/2013-64, RUI MANUEL VENTURA DO ROSARIO SILVA.
Processo nº 08018.006377/2011-56, MARCEL LOPES LOUIS RODRIGUES.
Processo nº 08018007787201467, GONÇALO JOSÉ ALVES NUNES.
Processo nº 08506009516201100, MARIA DA CONCEIÇÃO CAPINHA DA SILVA.
Processo nº 08461008794201367, ELENA PRIIMENKO.
Processo nº 08451003158201287, WU FENG YING.
Processo nº 08444005745201461, JOHN DAVID TWIGGER
Processo nº 08286001972201305, SANDRA QUEIESSA ROMÃO SANJOMBI.
Processo nº 08506009662201399, JEAN CLAUD DAOU
Processo nº 08260005427201378, GIACOMO BUFFONE.
Processo nº 08505080067201454, SHIH YA CHUN.
Processo nº 08354007678201348, HELDER CRISTOVÃO VIEIRA LAGOA.
Processo nº 08018008388201251, DAVID RODRIGUES PINTO.
Processo nº 08018007970201462, ILDA DE JESUS ROCHA ORSI.
Processo nº 08018009187201191, IRENE MARIA DIAS.
Processo nº 08505123207201496, NASSER MOHAMAD GHANNAM.
Processo nº 08504001484201025, ELISABETE CRISTIANA VIEIRA DOS SANTOS.
Processo nº 08000018824200561, DIOGO LUIS BATISTA DA SILVA DOS REIS GASPAR.
Processo nº 08260008581201300, JAIME MARCELO CORDOVA.
Processo nº 08295000062200235, BIRGITTE KROHN.
Processo nº 08000024935201316, MANUEL MARTINS MARQUES.
Processo nº 08505.024210/2014-28, MOHAMAD YASER HUSSIN.

Brasília-DF, aos 10 de novembro de 2015.

Tendo em vista à perda de objeto, determino o arquivamento dos processos abaixo indicados, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/99.
Processo nº 08506.017388/2013-21, JONES DARI GOETTERT.

Brasília-DF, aos 10 de novembro de 2015.

Tendo em vista que os naturalizandos não foram localizados ou não mais residem no endereço declarado nos autos, o que impossibilita a correta instrução do feito, determino o arquivamento dos processos abaixo indicados:
Processo nº 08505123140201490, HOSSAM SAMIR HANAFY MAHMOUD.
Processo nº 08280025617201454, BENJAMIN PIERRE ROGER GINOUX.
Processo nº 08505123139201465, OBINNA EMMANUEL ONWUDIWE.
Processo nº 08505.105184/2014-38, IFEANYI TECO UFODIKE.
Processo nº 08505088926201453, ELIJAH GBADEBO OWOLABI.
Processo nº 08505107907201433, RÔMULO LARICO PAMPA.
Processo nº 08102004899201415, SEYED HAMID HASSANZADEH HAFSHEJANI.
Processo nº 08492.007191/2014-61, CAMILO JOSÉ CAEIRO CARVALHO DA SILVA.
Processo nº 08505000359201501, ELISA BÁRBARA LEÓN GONZÁLEZ.

Brasília-DF, 10 de novembro de 2015.
SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

Tendo em vista a falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão, determino o arquivamento dos processos abaixo indicados, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/99.
Processo nº 08354.0108472013-27, HUANG YING FANG.

Brasília-DF, 11 de novembro de 2015.
SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 153, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Série: CRIMES GRAVES - 2ª TEMPORADA (MAJOR CRIMES - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2013)
Episódio(s): 7901 A 7919
Produtor(es): Michael M. Robin/Greer Shephard/James Duff
Diretor(es): Steve Robin/David Mcwhirter/Rick Wallace
Distribuidor(es): WARNER BROS. INTERNATIONAL TV DISTRIBUTION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.012877/2015-40
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Programa: XUXA MENEGHEL (Brasil - 2015)
Produtor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Diretor(es): Mariozinho Vaz
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Variedades
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.019278/2015-57
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: SOBRENATURAL - 10ª TEMPORADA (SUPERNATURAL - SEASON 10, Estados Unidos da América - 2015)
Episódio(s): 01 A 23
Diretor(es): Robert Singer/Thomas J. Wright
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VIDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Blu Ray
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.028987/2015-23
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: OUTLANDER - 1ª TEMPORADA (+ ADICIONAIS) (OUTLANDER - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 01 A 16
Produtor(es): Ronald D. Moore/Jim Kohlberg
Diretor(es): Anna Foerster/Brian Kelly/John Dahl/Outros
Distribuidor(es): FOX SONY PICTURES HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Sexo , Nudez e Violência Extrema
Processo: 08000.029352/2015-43
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MATEM... OS OUTROS! (Brasil - 2014)
Produtor(es): Reynaldo Paes de Barros
Diretor(es): Reynaldo Paes de Barros
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.030013/2015-18
Requerente: REYNALDO PAES DE BARROS

Filme: FOOTLOOSE - RITMO CONTAGIANTE - VERSÃO EDITADA (FOOTLOOSE, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Craig Brewer
Diretor(es): Craig Brewer
Distribuidor(es): PARAMOUNT SPAIN S.L.U.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.030438/2015-19
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: O CARA PERFEITO (THE PERFECT GUY, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Michael Ealy/Sanaa Lathan/Darryl Taja/Outros
Diretor(es): David Rosenthal
Distribuidor(es): FOX SONY PICTURES HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Biografia/Drama/Suspense
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.031823/2015-83
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: À BEIRA MAR (BY THE SEA, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Chris Brigham
Diretor(es): Angelina Jolie
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Romance
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.033186/2015-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A VISITA (THE VISIT, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Steven Schneider/Ashwin Rajan
Diretor(es): M. Night Shyamalan
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Nudez
Processo: 08000.033187/2015-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O REINO GELADO 2 (SNOW QUEEN 2, Rússia - 2015)
Produtor(es): Wizart Animation
Diretor(es): Aleksey Tsitsilin
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFORNIA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08000.033309/2015-82
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: MALALA (HE NAMED ME MALALA, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Davis Guggenheim
Diretor(es): Davis Guggenheim
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.033883/2015-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CINCO GRAÇAS (MUSTANG, França - 2015)
Produtor(es): CG Cinéma
Diretor(es): Deniz Gamze
Distribuidor(es): RJ DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001090/2015-73
Requerente: RJ DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Filme: 750 - CIDADE DE DEUS (Brasil - 1998)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Produtor(es): Monica Behage
Diretor(es): Rodrigo Gueron
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001094/2015-51
Requerente: PLURAL FILMES

Filme: O CHEIRO DA GENTE (THE SMELL OF US, França - 2014)
Produtor(es): Pierre-Paul Puljiz
Diretor(es): Larry Clark
Distribuidor(es): ZETA FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Violência , Sexo e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.001096/2015-41
Requerente: ZETA FILMES LTDA.

Trailer: VICTORIA (Alemanha - 2015)
Produtor(es): Radical Media
Diretor(es): Sebastian Schipper
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Atos criminosos e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001147/2015-34
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Filme: AS PORTAS ESTÃO ABERTAS (Brasil - 2015)
Produtor(es): Henrique Grise
Diretor(es): Henrique Grise
Distribuidor(es): HENRIQUE GRISE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001172/2015-18
Requerente: HENRIQUE SANTOS GRISE

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR
Em 10 de novembro de 2015

Despacho nº 299/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08017.000990/2015-01
Jogo: LEGO MARVEL AVENGERS
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO que o jogo eletrônico "LEGO MARVEL AVENGERS" foi classificado no ano 2015, como não recomendado para menores de dez anos e, o interessado solicitou nova análise da obra; resolve:

Determinar a revisão da classificação para "Livre", mantendo seu descritor de conteúdo: violência

Em 11 de novembro de 2015

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, e considerando o que consta no Processo Administrativo, CANCELO, a pedido, a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade a seguir relacionada:

I. UNIVERSIDADE LIVRE PARA EFICIÊNCIA HUMANA - UNILEHU, com sede na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná, CGC/CNPJ nº 06.977.673/0001-82 (Processo MJ n° 08071.005072/2015-14);

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS

PORTARIA Nº 11, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O Coordenador da COESRIO2016, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10º, §2º da Portaria Conjunta n° 01, de 04 de fevereiro de 2015, publicada no D.O.U. n° 26, Seção 1, de 6 de fevereiro de 2015 e

Considerando as deliberações ocorridas na reunião da Comissão, realizada no dia 03 de maio do corrente ano, nos termos da respectiva ata, resolve:

Criar Oficina Temática (OT) que tem como objeto as ações de segurança nos Portos do Rio de Janeiro no âmbito da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os jogos Rio 2016 no Estado do Rio de Janeiro - COESRIO2016, definindo as orientações para o seu funcionamento.

ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES

PORTARIA Nº 12, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O Coordenador da COESRIO2016, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10°, §2° da Portaria Conjunta n° 01, de 04 de fevereiro de 2015, publicada no D.O.U. n° 26, Seção 1, de 6 de fevereiro de 2015 e

Considerando as deliberações ocorridas na reunião da Comissão, realizada no dia 07 de outubro do corrente ano, nos termos da respectiva ata, resolve:

Criar Oficina Temática (OT) que tem como objeto elaborar o planejamento de atuação das ações de Defesa Civil no âmbito da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 no Estado do Rio de Janeiro - COESRIO2016, definindo as orientações para o seu funcionamento.

ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO DA DIRETORA
Em 12 de novembro de 2015

Nº 737 - Processo: 08012.013190/2007-82 Trata-se de Processo Administrativo instaurado por este Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça (MJ), em decorrência do leite em pó integral da marca Cilpe, fabricado pela empresa Big Leite Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, por suposta infração ao direito de informação, ofensa aos princípios da transparência e da boa-fé e desconformidade do produto com as normas técnicas (fls. 20/22). Após a instauração do Processo Administrativo em epígrafe, a empresa foi intimada para apresentar defesa e se manifestou às fls. 29/33, ocasião em que requereu o arquivamento dos autos. Posteriormente, a empresa foi notificada para apresentar alegações finais. Compulsando dos autos, verifica-se que foram frustradas as tentativas de notificar a empresa, via postal, para apresentação de alegações finais. As tentativas foram as seguintes: 1ª Tentativa: Notificação nº 91/2011 - DPDC/SDE/MJ - Data:11/03/2011; 2ª Tentativa: Notificação nº 608/2013 - CGCTPA/DPDC/Senacon/MJ - Data: 15/10/2013; 3ª Tentativa: Notificação nº 609/2013 - CGCTPA/DPDC/Senacon/MJ - Data: 15/10/2013; 4ª Tentativa: Notificação nº 610/2013 - CGCTPA/DPDC/Senacon/MJ - Data: 15/10/2013. Assim, considerando que as notificações enviadas, via postal, ao representante legal da empresa BIG LEITE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (CNPJ nº: 06.969.876/0001-27) não obtiveram êxito, determino, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei 9.784/99, a publicação de edital para apresentação de alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do que dispõe o artigo 44 da Lei 9.784/99. É importante destacar que em consulta ao sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil, através do número de CNPJ da empresa, consta sua situação cadastral como inapta. Outrossim, informamos que o processo administrativo terá sua continuidade independentemente da não apresentação das alegações finais, podendo a representada se apresentar a qualquer momento no estado em que se encontrar o processo.

LORENA TAMANINI ROCHA TAVARES
Substituta

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.826, 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa as entidades e movimentos sociais eleitos para comporem o plenário do Conselho Nacional de Saúde - Triênio 2015/2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o art. 9º do Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e a eleição realizada no dia 5 de novembro de 2015, conforme a Resolução CNS nº 502, de 9 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Designar as entidades e movimentos sociais eleitos para comporem o plenário do Conselho Nacional de Saúde - Triênio 2015/2018, na forma abaixo indicada:

I - ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS DE USUÁRIOS DO SUS

1. Titular: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
1º Suplente: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST;
2º Suplente: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST;
2. Titular: Rede Nacional Lai Lai Apejo;
1º Suplente: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB;
2º Suplente: União de Negros pela Igualdade - UNEGRO;
3. Titular: Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG;
1º Suplente: União Nacional dos Estudantes - UNE;
2º Suplente: Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina - DENEM;
4. Titular: Organização Nacional dos Cegos do Brasil - ONCB;
1º Suplente: Organização Nacional dos Cegos do Brasil - ONCB;
2º Suplente: Associação Brasileira de Autismo - ABRA;
5. Titular: Associação Brasileira de Autismo - ABRA;
1º Suplente: Associação Brasileira de Autismo - ABRA;
2º Suplente: Organização Nacional dos Cegos do Brasil - ONCB;
6. Titular: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD;
1º Suplente: Associação Brasileira de Ostomizados - ABRASO;
2º Suplente: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD;
7. Titular: Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF;
1º Suplente: Associação Brasileira de Ostomizados - ABRASO;
2º Suplente: Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF;
8. Titular: Articulação Nacional de Luta contra a Aids - ANAIDS;
1º Suplente: Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes - FENAD;
2º Suplente: Associação de Diabetes Juvenil - ADJ;
9. Titular: Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes - FENAFAL;
1º Suplente: Associação Brasileira Superando o Lúpus;
2º Suplente: Federação Brasileira de Hemofilia - FBH;
10.Titular: Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil - FENACELBRA;
1º Suplente: Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAz;
2º Suplente: Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAz;
11. Titular: Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN;
1º Suplente: Movimento dos Portadores de Esclerose Múltipla - MOPEM;
2º Suplente: Movimento dos Portadores de Esclerose Múltipla - MOPEM;
12. Titular: Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama - FEMAMA;
1º Suplente: Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE;
2º Suplente: Associação de Controle do Tabagismo, Promoção da Saúde e dos Direitos Humanos - ACT;
13. Titular: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABLGBT;
1º Suplente: Rede Nacional de Pessoas Trans - Rede Trans Brasil;
2º Suplente: Articulação Brasileira de Gays - ARTGAY;
14. Titular: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB;
1º Suplente: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB;
2º Suplente: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB;
15. Titular: Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL;
1º Suplente: Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI;
2º Suplente: Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

16. Titular: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;
1º Suplente: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;
2º Suplente: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;
17. Titular: Pastoral da Saúde Nacional;
1º Suplente: Pastoral da Criança;
2º Suplente: Pastoral da Pessoa Idosa;
18. Titular: Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINDINAPI/FS;
1º Suplente: Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINTAPI/CUT;
2º Suplente: Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP;
19. Titular: Central Única dos Trabalhadores - CUT;
1º Suplente: Central Única dos Trabalhadores - CUT;
2º Suplente: Central Única dos Trabalhadores - CUT;
20. Titular: Força Sindical - FS;
1º Suplente: Força Sindical - FS;
2º Suplente: Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST;
21. Titular: Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST;
1º Suplente: Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB;
2º Suplente: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB;
22. Titular: Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM;
1º Suplente: Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM;
2º Suplente: Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM;
23. Titular: Movimento Nacional de População de Rua - MNPR;
1º Suplente: Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde - ANEPS;
2º Suplente: Central de Movimentos Populares - CMP;
24. Titular: União Brasileira de Mulheres - UBM;
1º Suplente: União Brasileira de Mulheres - UBM;
2º Suplente: União Brasileira de Mulheres - UBM;
II - ENTIDADES NACIONAIS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE/COMUNIDADE CIENTÍFICA NA ÁREA DA SAÚDE
25. Titular: Conselho Federal de Nutricionistas - CFN;
1º Suplente: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS;
2º Suplente: Conselho Federal de Fonoaudiologia - CFFa;
26. Titular: Conselho Federal de Farmácia - CFF;
1º Suplente: Conselho Federal de Enfermagem - COFEN;
2º Suplente: Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia - CONTER;
27. Titular: Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV;
1º Suplente: Conselho Federal de Psicologia - CFP;
2º Suplente: Conselho Federal de Biologia - CFBio;
28. Titular: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO;
1º Suplente: Conselho Federal de Odontologia - CFO
2º Suplente: Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS;
29. Titular: Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia - ABENFISIO;
1º Suplente: Associação de Fisioterapeutas do Brasil - AFB;
2º Suplente: Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais - ABRATO;
30. Titular: Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO;
1º Suplente: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;
2º Suplente: Centro Brasileiro de Saúde Coletiva - CEBES;
31. Titular: Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN;
1º Suplente: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS;
2º Suplente: Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia - SBFa;
32. Titular: Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn;
1º Suplente: Associação Brasileira da Rede Unida - REDE UNIDA;
2º Suplente: Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde;
33. Titular: Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS;
1º Suplente: Federação Interestadual dos Farmacêuticos - FEIFAR;
2º Suplente: Federação Nacional dos Médicos - FENAM;
34. Titular: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS;
1º Suplente: Federação Nacional dos Odontologistas - FNO;
2º Suplente: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS;
35. Titular: Federação Interestadual dos Odontologistas - FIO;
1º Suplente: Federação Nacional dos Médicos Veterinários - FENAMEV;
2º Suplente: Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE;
36. Titular: Federação Nacional dos Farmacêuticos - FENAFAR;
1º Suplente: Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA;
2º Suplente: Federação Nacional dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais - FENAFITO;
III - ENTIDADES NACIONAIS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DAS NACIONAIS COM ATIVIDADES NA ÁREA DA SAÚDE
37. Titular: Confederação Nacional da Indústria - CNI;
1º Suplente: Confederação Nacional da Indústria - CNI;
2º Suplente: Confederação Nacional da Indústria - CNI;
38. Titular: Confederação Nacional de Saúde - CNS;
1º Suplente: Federação Brasileira de Hospitais - FBH;
2º Suplente: Confederação Nacional de Saúde - CNS;
39. Titular: Confederação Nacional do Comércio - CNC;
1º Suplente: Confederação Nacional do Comércio - CNC;
2º Suplente: Confederação Nacional do Comércio - CNC;
40. Titular: União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS;
1º Suplente: União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS; e
2º Suplente: União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.827, 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita os Estados e Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
Considerando o artigo 56 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015;
Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e
Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Estados e Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais e Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os Programas de Trabalho:
I - 10.302.2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial;
II - 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; e
III - 10.302.2015.20B0 - Atenção Especializada em Saúde Mental.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CASTRO

ANEXO

ESTADOS E MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	MACAPA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	06023582000115007	81001788	2.521.161,60	10302201585350052
AP	MACAPA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	06023582000115008	81001788	2.278.832,30	10302201585350052
AP	PORTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO GRANDE	11844616000115002	11350015	604.805,00	10302201585353328
BA	ALAGOINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOINHAS	11325698000115003	81001293	399.980,00	10302201585350321
BA	CAMACARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMACARI	11432780000115001	81000844	500.000,00	10302201585350026
BA	CATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATU	12313047000115004	81000844	200.000,00	10302201585350014
BA	DIAS D'AVILA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAS D'AVILA	12284122000115001	81000844 81001412	200.000,00 199.847,80	10302201585350014
BA	ILHEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHEUS	08663203000115001	28790018	190.000,00	10302201585355545
BA	ILHEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHEUS	08663203000115002	81001293	300.000,00	10302201585350052
BA	ITABERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABERABA	11202063000115005	81001293	213.050,00	10302201585350051
BA	ITABUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABUNA	08218991000115002	81002150	250.000,00	10302201585350052
BA	ITAMARAJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAMARAJU	10694906000115004	35680008	308.490,00	10302201585350054
BA	ITAMARAJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAMARAJU	10694906000115009	35680008	11.510,00	10302201585350051
BA	ITAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAQUARA	11153875000115002	27460007	200.000,00	10302201585350051
BA	JACOBINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACOBINA	09567134000115009	27460007	450.000,00	10302201585350031
BA	MARACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAS	11339111000115001	81000844	200.000,00	10302201585350015
BA	MATA DE SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO	11144137000115004	81001358	1.199.480,00	10302201585350051
BA	NOVA VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VICOSA	11756421000115001	81001820	499.950,00	10302201585353282
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS	13848041000115003	81000844	199.923,80	10302201585350043
BA	PIATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIATA	12097818000115001	27420006	299.955,28	10302201585350011
BA	RAFAEL JAMBEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RAFAEL JAMBEIRO	12303694000115001	27460007	498.794,28	10302201585350014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BA	SALINAS DA MARGARIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALINAS DA MARGARIDA	11334416000115002	81000596	150.000,00	10302201585350015
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA	05816630000115007	28800010	2.051.460,00	10302201585350032
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA	05816630000115011	27500004	300.000,00	10302201585350052
BA	SANTA BARBARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA BARBARA	12082480000115001	81000829	280.000,00	10302201585350011
BA	SANTO ESTEVAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ESTEVAO	11996804000115001	81000844	299.990,00	10302201589330024
BA	SAO DESIDERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DESIDÉRIO	11206254000115002	81000844	249.984,00	10302201585350051
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO FRANCISCO DO CONDE	12773821000115003	81001410	199.997,00	10302201585350014
BA	SAO GABRIEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO GABRIEL	13816024000115003	81000844	249.978,00	10302201585350238
BA	SIMOES FILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÕES FILHO	11186974000115001	81000844	299.750,00	10302201585350051
BA	TUCANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUCANO	13320152000115011	81001412	199.960,00	10302201585350014
ES	ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALEGRE	13571334000115001	14130006	37.980,00	10302201585350014
ES	GUARAPARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAPARI	11770182000115001	14130006	239.896,00	10302201585353286
ES	MONTANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTANHA	14829961000115001	81001182	149.950,00	10302201585350035
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DE JETIBA	13917262000115002	14130006	213.555,00	10302201585350043
GO	CALDAS NOVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALDAS NOVAS	05593119000115006	20210007	272.105,00	10302201585350032
GO	CERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERES	11111771000115002	36720006	115.000,00	10302201585350051
GO	DAMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DAMOLÂNDIA	08325807000115002	81000885	199.980,00	10302201585350052
GO	FLORES DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORES DE GOIÁS	11479852000115003	36720006	130.000,00	10302201585350026
GO	FORMOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSO	11661424000115001	28330011	300.000,00	10302201585354080
GO	GOIANIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIANIRA	07343110000115006	14780008	184.775,00	10302201585350052
GO	GOIATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIATUBA	01814099000115001	29690010	399.970,00	10302201585350016
GO	HEITORAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HEITORAÍ	11284701000115001	36720006	219.881,12	10302201585350051
GO	ITAPURANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPURANGA	11321092000115001	14780008	199.990,00	10302201585350015
GO	JATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JATAÍ	12053489000115004	81000964	400.000,00	10302201585350011
GO	NOVA CRIXAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA CRIXAS	11307617000115003	18460008	235.000,00	10302201585350015
GO	QUIRINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUIRINOPOLIS	04752947000115001	29690010	399.995,00	10302201585350029
GO	TAQUARAL DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARAL	10496025000115004	29690010	172.460,00	10302201585350054
MA	BALSAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALSAS	11236050000115001	81002140	1.500.000,00	10302201585355337
MA	CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXIAS	09239491000115001	81000722	800.000,00	10302201585350021
MA	ICATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ICATU	11523226000115004	23240001	75.110,00	10302201585350022
MA	PARAIBANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAIBANO	13890788000115001	35110008	488.578,00	10302201585350043
MA	SAO LUIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO MARANHÃO	06023953000115002	81002141	891.950,00	10302201585350052
MA	VIANA	FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE DE VIANA	12913408000115001	81000711	899.897,00	10302201585350014
MG	BOCAIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOCAÍUVA	11274221000115002	81001464	300.000,00	10302201585350051
MG	CONTAGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONTAGEM	14237130000115004	24780018	739.980,00	10302201585350042
MG	CONTAGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONTAGEM	14237130000115018	24780018	49.970,00	10302201585350042
MG	MALACA CHETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MALACACHETA	11483828000115001	23680009	199.930,00	10302201585350022
MG	TAIOBEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIOBEIRAS	13640871000115001	29940013	100.000,00	10302201585350014
MS	ANTONIO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTONIO JOAO	11208632000115001	81000395	149.500,00	10302201585350051
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO MATO GROSSO DO SUL	03517102000115002	29150005	400.000,00	10302201585350016
MS	IVINHEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA	11112312000115001	81000394	210.000,00	10302201585350051
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ALVORADA DO SUL	10474017000115001	81000395	150.000,00	10302201585350054
MT	ACORIZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACORIZAL	14553312000115003	81001105	169.180,00	10302201589331853
MT	ALTO PARAGUAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO PARAGUAI	11762431000115002	81001105	150.000,00	10302201585353282
MT	CANARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANARANA	13978186000115002	25470003	824.100,00	10302201585350042
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441389000115001	29360005	550.000,00	10302201585350029
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441389000115007	29360005	299.950,00	10302201585350029
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441389000115010	29360005	199.986,00	10302201585350029
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441389000115015	81001106	150.000,00	10302201585350029
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441389000115017	81001106	50.000,00	10302201585350029
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441389000115018	81001106	100.000,00	10302201585357960
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441389000115019	81001106	50.000,00	10302201585350029
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441389000115020	81001106	252.000,00	10302201585350029
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441389000115023	81001106	200.000,00	10302201585352102
MT	JANGADA	FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE JANGADA	14323714000115001	81001105	199.780,00	10302201585350042
MT	JUINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUINA	14003786000115001	28250007	299.940,00	10302201585350042
MT	LUCAS DO RIO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCAS DO RIO VERDE	11386056000115001	81000643	499.845,00	10302201585350025
MT	MATUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATUPA	97537980000115001	28250007	274.550,00	10302201585350017
MT	NOBRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOBRES	13890891000115001	81001105	193.465,00	10302201585350043
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	12708239000115002	81001105	76.777,00	10302201585350014
MT	PEDRA PRETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRA PRETA	11465260000115001	28250007	349.872,60	10302201585350026
MT	ROSARIO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROSÁRIO OESTE	11412592000115002	81001105	214.420,00	10302201585350026
MT	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER	11756180000115005	81001105	250.000,00	10302201585354360
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ	83369835000115013	81001438	300.000,00	10302201520B00017
PA	IGARAPE-AÇU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPE-AÇU	11718379000115002	81001398	399.590,00	10302201585354080
PA	IRITUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRITUIA	12202342000115006	81001889	450.000,00	10302201585350238
PA	MARITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARITUBA	10299375000115002	81001398	30.265,00	10302201585352547
PA	MARITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARITUBA	10299375000115003	81001398	55.280,00	10302201585350031
PA	MARITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARITUBA	10299375000115004	81001398	114.455,00	10302201585350031
PA	MELGAÇO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELGAÇO	11530230000115001	81000971	300.000,00	10302201585358506
PA	PAU D'ARCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAU D'ARCO	09647690000115002	32600004	71.560,00	10302201585352547
PA	SANTA IZABEL DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ISABEL DO PARA	11745308000115004	81001398	239.990,80	10302201585354285
PA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO DOMINGOS DO CAPIM	13885840000115001	34920005	199.974,42	10302201585350043
PB	GUARABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARABIRA	13844779000115003	81000393	199.965,00	10302201585350043
PE	CAETES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAETES	12398801000115001	23550003	489.990,56	10302201585350014
PE	CAPOEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPOEIRAS	08807619000115002	23550003	297.975,28	10302201585350052
PE	GLORIA DO GOITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GLÓRIA DO GOITA	11393101000115001	27210008	449.964,34	10302201585350026
PE	IATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IATI	11209728000115001	23550003	462.930,56	10302201585350051
PE	JUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUPI	09099349000115001	23550003	494.734,00	10302201585350052
PE	LAGOA DE ITAENGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DE ITAENGA	11464118000115009	81001785	300.000,00	10302201585350026
PE	SANTA FILOMENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA FILOMENA	11415674000115003	81002065	389.186,00	10302201585350026
PE	TACARATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TACARATU	09188937000115002	27180003	481.875,00	10302201585358546
PE	XEXEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XEXEU	11289929000115003	27210008	200.000,00	10302201585350051
PI	TERESINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA	11273170000115002	81000858 81002064	398.940,00 923.000,00	10302201585350051
PI	TERESINA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PIAUI	06206659000115013	81002103	2.500.000,00	10302201585350052
PR	CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASTRO	09267430000115004	81000695	55.850,00	10302201585350021
PR	CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASTRO	09267430000115005	81000695	244.115,00	10302201585358508
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANA	08597121000115002	81001848	1.196.499,86	10302201585350052
PR	PONTA GROSSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA GROSSA	09277224000115004	81000698	1.000.000,00	10302201585350021
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	09237668000115009	81000913	781.670,00	10302201585350600
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELFORD ROXO	11868019000115001	14920002	1.703.880,00	10302201585350033
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELFORD ROXO	11868019000115012	14920002	187.475,00	10302201585358186
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRAS DE MACACU	13817576000115001	15040009	289.960,00	10302201585350238
RJ	ITABORAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABORAI	11865033000115005	81001897	549.700,00	10302201585353332
RJ	PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROPÓLIS	11129492000115002	27930019	741.742,80	10302201585350051
RJ	PINHEIRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRAL	01648573000115001	28810016	499.355,00	10302201585350016
RJ	PORTO REAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO REAL	12107049000115002	81000672	800.000,00	10302201585350238
RJ	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO	11171092000115001	81000533	399.960,00	10302201585350051
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO	35949791000115003	17750016	375.983,00	10302201589333606
RN	FELIPE GUERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FELIPE GUERRA	12452550000115002	81001756	200.000,00	10302201585350014
RN	GROSSOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GROSSOS	11418305000115001	12550011	119.990,00	10302201585350026
RN	JARDIM DE PIRANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DE PIRANHAS	11851459000115003	12550011	200.000,00	10302201589333329
RN	JOSE DA PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOSE DA PENHA	12652881000115001	12550011	119.916,00	10302201585350014
RN	MACAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAIBA	11303093000115001	12550013	151.930,00	10302201585350015
RN	MACAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAIBA	11303093000115003	12550013	15.890,00	10302201585350015
RN	NOVA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA CRUZ	12212308000115002	12550013	500.000,00	10302201585350014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RN	SEVERIANO MELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEVERIANO MELO	14231159000115001	12550011	149.863,00	10302201585350042
RO	CACOAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACOAL	19112323000115001	26330008	799.596,38	10302201585353525
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO	11957240000115003	20480008	314.260,28	10302201585350024
RO	OURO PRETO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO PRETO DO OESTE	13705838000115001	26330008	178.212,00	10302201585350014
RO	URUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUPA	63787097000215003	29470002	150.000,00	10302201585350035
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO RORAIMA	05370016000115001	26700006	2.477.335,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115006	26700006	1.033.120,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115007	29200004	86.030,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115008	29200004	84.430,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115009	29200004	84.430,00	10302201585352178
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115010	29200004	84.630,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115011	29200004	84.430,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115012	29200004	84.430,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115013	29200004	84.430,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115014	29200004	84.430,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115015	29200004	84.430,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115016	29200004	84.430,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115017	29200004	392.800,00	10302201585352262
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115030	81002116	141.183,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115031	81002116	130.413,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115032	81002116	100.815,00	10302201585352282
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115033	81002116	408.384,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115034	81002116	138.973,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115035	81002116	412.863,00	10302201585350029
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115036	81002116	405.651,00	10302201585350032
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115037	81002116	761.688,00	10302201585350032
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOA VISTA	13464636000115003	22820047	2.486.994,10	10302201585350014
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOA VISTA	13464636000115004	22820047	749.970,00	10302201585350014
RS	CAMBARA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBARA DO SUL	12100062000115003	25650013	134.341,60	10302201585350011
RS	CAMPO BOM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO BOM	11310266000115001	25650013	150.000,00	10302201585350015
RS	CARAZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAZINHO	11836978000115006	81002075	149.985,00	10302201585350033
RS	ERECHIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERECHIM	11966932000115002	81000527 81001327	500.000,00 400.000,00	10302201585350024
RS	ESTÂNCIA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ESTANCIA VELHA	11287173000115002	25650013	99.921,80	10302201585350051
RS	NOVA PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA PETROPOLIS	11898805000115001	25650013	112.375,00	10302201589330024
RS	PASSO FUNDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO FUNDO	12343387000115005	81000527	399.960,00	10302201585350014
RS	SAO BORJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BORJA	10610784000115005	81002075	200.000,00	10302201585350054
RS	SAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAPIRANGA	11295120000115002	25650013	199.580,00	10302201585350015
RS	TRES COROAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRES COROAS	11445803000115005	25650013	38.520,00	10302201585350026
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673411000115004	28560003	900.000,00	10302201585358158
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673411000115005	28560003	784.000,00	10302201585358158
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673411000115006	28560003	628.000,00	10302201585350035
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673411000115007	28560003	661.000,00	10302201585350035
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673411000115008	28560003	306.400,00	10302201585350035
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673411000115011	28560003	17.860,00	10302201585358156
SE	ARACAJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACAJU	11718406000115007	22460015	472.170,00	10302201585350041
SP	CACONDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACONDE	11880444000115003	81001533	86.000,00	10302201585350024
SP	DRACENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DRACENA	13890575000115002	81001131	250.000,00	10302201585350043
SP	IPERO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPERO	11141482000115008	81001863	159.140,00	10302201585350051
SP	ITU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITU	11192194000115002	81001241	999.627,50	10302201585350051
SP	OSASCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OSASCO	13897329000115002	32280011	391.000,00	10302201585350043
SP	OSASCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OSASCO	13897329000115003	32280011	385.962,56	10302201585350043
SP	SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTOS	11939723000115010	81001378	1.000.000,00	10302201589330024
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO	13851748000115005	28050008	346.500,00	10302201585350043
SP	SAO PEDRO	FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO	13752286000115007	81001533	249.923,00	10302201585350014
SP	SAO VICENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO VICENTE	11899413000115001	32280021	599.900,00	10302201589330024
TO	GURUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GURUPI	11336672000115009	81001421	400.000,00	10302201585350015
TO	PALMAS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO TOCANTINS	13849028000115004	81001002	1.400.000,00	10302201585350043
TOTAL					76.570.196,62	

PORTARIA Nº 1.828, 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita Municípios, a receberem recursos federais destinados à aquisição de produtos médicos de uso único para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Considerando o artigo 56 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 1.958/GM/MS, de 6 de setembro de 2013, que estabelece procedimentos e critérios para o repasse de recursos financeiros pelo Ministério da Saúde destinados à aquisição de produtos médicos de uso único pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos que atuam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o Programa da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, resolve:

Art. 1º Habilitar os Municípios, descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de produtos médicos de uso único para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 1.958/GM/MS, de 6 de setembro de 2013.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.122.2015.4525 - Apoio a Manutenção de Unidades de Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CASTRO

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS DE USO ÚNICO NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	IBIASSUCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIASSUCE	11421459000115002	27510004	312.299,34	10122201545250029
CE	SÃO LUIS DO CURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUIS DO CURU	12015253000115001	27000008	200.089,68	10122201545250023
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VISCONDE DO RIO BRANCO	15826980000115002	27600001	99.999,48	10122201545250031
PR	ITAMBÉ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAMBÉ	08937598000115001	28740012	149.999,22	10122201545250041
PR	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	10485140000115001	36800015	100.000,00	10122201545250041
RJ	TANGUÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGUÁ	12246631000115002	27830001	1.199.299,78	10122201545250033
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO	11957240000115001	29170002	119.967,30	10122201545250011
RO	VALE DO ANARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALE DO ANARI	08966882000115004	29170002	119.904,30	10122201545250011
SP	GUARUJÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ	11814454000115002	15930021	299.999,75	10122201545250035
SP	ITAPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ	45281144000315002	15930021	100.000,00	10122201545250035
TOTAL					2.701.558,85	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.829, 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita propostas a receberem recursos referentes ao incentivo para implantação de Polo da Academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando o art. 56 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos; e

Considerando a Portaria nº 2.684/GM/MS, de 8 de novembro de 2013, republicada no DOU do dia 14 de novembro de 2013 que redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos e de custeio no âmbito do Programa Academia da Saúde e os critérios de similaridade entre Programas em Desenvolvimento no Distrito Federal ou no Município e o Programa Academia da Saúde, resolve:

Art. 1º Habilitar as propostas descritas no anexo a receber recursos referentes ao Incentivo para implantação de Polo da Academia da Saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro para o Fundo Municipal de Saúde conforme estabelecido no art. 8º da Portaria nº 2.684/GM/MS, de 8 de novembro de 2013, republicada em 14 de novembro de 2013.

Art. 3º Estabelecer que o recurso orçamentário de que trata esta Portaria faça parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corra por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do anexo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CASTRO

ANEXO

PROPOSTAS HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLO DA ACADEMIA DA SAÚDE.

UF	MUNICÍPIO	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR USADO POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	NOVA REDENCAO	11657462000115001	81002085	180.000,00	180.000,00	10301201520YL2204
PB	APARECIDA	11956816000115002	12770010	80.000,00	80.000,00	10301201520YL0025
PB	MONTEIRO	11214763000115001	12770010	80.000,00	80.000,00	10301201520YL0025
RJ	PORCIUNCULA	12097798000115001	23970010	80.000,00	80.000,00	10301201520YL0033
RJ	RESENDE	11800731000115002	15080014	100.000,00	100.000,00	10301201520YL3336
RS	CARLOS BARBOSA	10372245000115003	81002182	100.000,00	100.000,00	10301201520YL0043
RS	CHARQUEADAS	12717209000115002	19840013	80.000,00	80.000,00	10301201520YL0043
RS	CHARQUEADAS	12717209000115003	19840013	80.000,00	80.000,00	10301201520YL0043
RS	VILA FLORES	12056520000115001	19840013	80.000,00	80.000,00	10301201520YL0043
TOTAL		9 PROPOSTAS			860.000,00	

PORTARIA Nº 1.830, 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232 de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 4 de março de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional da Atenção Básica e dispõe como responsabilidade do Ministério da Saúde a garantia de recursos financeiros para compor o financiamento da atenção básica;

Considerando o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando o Decreto nº 7.507 de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Considerando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências;

Considerando a Portaria Interministerial nº 221 de 18 de junho de 2015, que dispõe sobre procedimentos e cronograma para operacionalização das emendas individuais ao orçamento no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, com vista ao atendimento do prazo previsto no inciso I do art. 59 da Lei nº 13.080, de 2015; e

Considerando a Portaria nº 600/GM/MS, de 10 de junho de 2015, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos à Rede SUS no exercício de 2015 para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 36, § 6º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos de que tratam essa Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica, observando o valor máximo, por Município, em até 100% (cem por cento) do valor total do somatório dos Pisos de Atenção Básica Fixo e Variável do Município no ano exercício de 2014, conforme o disposto no artigo 4º da Portaria nº 600/GM/MS, de 10 de junho de 2015.

Art. 3º Os recursos deverão ser aplicados para manutenção de ações da Atenção Básica conforme o escopo da Portaria nº 2.488/GM/MS de 21 de outubro de 2011.

Art. 4º Os recursos orçamentários para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos de emendas parlamentares e estão descritos nos termos do anexo.

Art. 5º Fica estabelecido que os recursos de que trata esta Portaria não terão natureza plurianual e não poderão ser incorporados aos limites dos respectivos entes beneficiados de forma que os efeitos orçamentários desta Portaria se limitam a este exercício.

Art. 6º O pagamento desta Portaria será executado em 6 (seis) parcelas conforme regulado pela Portaria nº 600/GM/MS, de 10 de junho de 2015, em periodicidade de transferência mensal.

Art. 7º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica.

Art. 8º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência dos recursos financeiros consignados nos termos desta Portaria e demais regras previstas neste dispositivo.

Art. 9º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, na forma do Decreto nº 1.232/94, que trata das transferências, fundo a fundo, deve ser apresentada ao Ministério da Saúde e ao Estado, por meio de relatório de gestão, aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CASTRO

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	Município	Entidade	CNPJ	Cód. da Emenda	Número da Proposta	Valor Usado por Parlamentar (R$)	Valor total a ser transferido em 6 (seis) parcelas mensais	Valor da Parcela	Funcional Programática
AC	ASSIS BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442124000106	29130022	36000748190201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250012
AC	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11370229000134	81001318	36000794070201500	950.000,00	950.000,00	158.333,33	10122201545250012
AC	EPITACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19023249000140	29130022	36000834880201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250012
AC	FEIJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12477601000179	29130022	36000746340201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250012
AC	PORTO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11812868000102	29130022	36000840090201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250012
AC	PORTO WALTER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11803737000169	29130022	36000837260201500	171.232,00	171.232,00	28.538,67	10122201545250012
AC	RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	84317205000195	29130022	36000839680201500	250.000,00	250.000,00	41.666,67	10122201545250012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AC	RODRIGUES ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11591240000124	81001318	36000794390201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250012
AC	SANTA ROSA DO PURUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO PURUS -AC	12462454000163	81000908	36000818470201500	250.000,00	250.000,00	41.666,67	10122201545250012
BA	ABAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09688176000152	81001634	36000803560201500	52.281,80	52.281,80	8.713,63	10122201545250029
BA	CANDEIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDEIAS	10869131000163	35680006	36000828480201500	280.000,00	280.000,00	46.666,67	10122201545250029
BA	GLORIA	FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11555139000118	81001634	36000809150201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250029
BA	ILHEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHEUS	08663203000170	81001634	36000810870201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250029
BA	ITUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10444410000185	35680006	36000831250201500	280.000,00	280.000,00	46.666,67	10122201545250029
BA	MAETINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAETINGA	09431080000104	27510004	36000830600201500	33.488,00	33.488,00	5.581,33	10122201545250029
BA	NOVA CANAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11264174000188	35680006	36000826270201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250029
BA	PONTO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11462047000193	81001634	36000803830201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250029
BA	RIO DE CONTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10613120000118	35680006	36000831890201500	240.000,00	240.000,00	40.000,00	10122201545250029
CE	ALCANTARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALCANTARAS - FMS	12138360000133	81001192	36000806230201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250023
CE	BELA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA CRUZ	11394149000119	24370007	36000738820201500	238.000,00	238.000,00	39.666,67	10122201545250023
CE	JAGUARUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARUANA	12040122000190	81002206	36000804720201500	362.455,17	362.455,17	60.409,20	10122201545250023
CE	MORADA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORADA NOVA	11415567000145	27010007	36000749170201500	158.157,39	158.157,39	26.359,57	10122201545250023
CE	OROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OROS	11782445000197	27010007	36000840310201500	50.000,00	50.000,00	8.333,33	10122201545250023
CE	PALHANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALHANO	11857544000190	27010007	36000831910201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250023
CE	PARACURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARACURU	10248365000193	24370007	36000743860201500	250.000,00	250.000,00	41.666,67	10122201545250023
CE	PINDORETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11419498000148	81002206	36000796540201500	650.000,00	650.000,00	108.333,33	10122201545250023
CE	SANTA QUITERIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA QUITERIA	11419244000120	24370007	36000840350201500	147.419,99	147.419,99	24.570,00	10122201545250023
CE	VARZEA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA ALEGRE	10237604000100	27010007	36000828020201500	450.000,00	450.000,00	75.000,00	10122201545250023
MA	CIDELANDIA	MUNICIPIO DE CIDELANDIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11827194000110	81000729	36000801230201500	500.000,00	500.000,00	83.333,33	10122201545250606
MA	IMPERATRIZ	MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00939023000166	81000336	36000803680201500	1.000.000,00	1.000.000,00	166.666,67	10122201545250638
MA	LAGO DO JUNCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGO DO JUNCO	12127037000164	81002026	36000799120201500	600.000,00	600.000,00	100.000,00	10122201545250021
MA	MATOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATOES	12671254000110	81001851	36000808430201500	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	10122201545250021
MA	SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA	11191658000144	81002026	36000802100201500	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	10122201545250021
MA	SUCUPIRA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUCUPIRA DO NORTE	13823998000176	81001441	36000832790201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250021
MG	BARAO DE MONTE ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12352382000100	20750018	36000827010201500	400.000,00	400.000,00	66.666,67	10122201545250031
MG	BERTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13080578000147	20750015	36000868802015 00	120.000,00	120.000,00	20.000,00	10122201545250031
MG	CUPARAQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUPARAQUE	19076176000155	20750018	36000829810201500	250.000,00	250.000,00	41.666,67	10122201545250031
MG	DIVINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19166979000109	29380003	36000831930201500	837.222,00	837.222,00	139.537,00	10122201545250031
MG	FREI GASPAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11366162000164	20750015	36000831650201500	290.000,00	290.000,00	48.333,33	10122201545250031
MG	GLAUCILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GLAUCILANDIA	12367731000159	20750015	36000832250201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250031
MG	IBIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11429429000115	20750015	36000836500201500	550.000,00	550.000,00	91.666,67	10122201545250031
MG	INDIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDIANOPOLIS	13228565000172	81001920	36000812540201500	190.000,00	190.000,00	31.666,67	10122201545250031
MG	JAPONVAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPONVAR	11409840000129	20750015	36000702000201500	348.500,00	348.500,00	58.083,33	10122201545250031
MG	MENDES PIMENTEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11563099000156	33510013	36000845470201500	30.000,00	30.000,00	5.000,00	10122201545250031
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13940171000142	81001920	36000793230201500	300.000,00	300.000,00	50.000,00	10122201545250031
MG	NOVA BELEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12819020000178	29380003	3600086100201500	101.276,00	101.276,00	16.879,33	10122201545250031
MG	PINTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11346711000139	81000581	36000823020201500	250.000,00	250.000,00	41.666,67	10122201545252934
MG	PLANURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANURA	11642955000169	81001920	36000793080201500	290.000,00	290.000,00	48.333,33	10122201545250031
MG	PONTO CHIQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12014686000159	20750015	36000838350201500	330.000,00	330.000,00	55.000,00	10122201545250031
MG	SAO GONCALO DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO DO PARA	11845432000110	29380003	36000827660201500	279.890,00	279.890,00	46.648,33	10122201545250031
MG	SERRA DA SAUDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA DA SAUDADE	13914836000143	20750018	3600075180201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250031
PB	AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11268285000162	35300020	36000830790201500	600.000,00	600.000,00	100.000,00	10122201545250025
PB	PEDRAS DE FOGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10490987000123	35300020	36000706830201500	3.838,64	3.838,64	639,77	10122201545250025
PB	PEDRAS DE FOGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10490987000123	35300020	3600093460201500	350.000,00	350.000,00	58.333,33	10122201545250025
PE	TIMBAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBAUBA	11360884000101	81001631	36000805710201500	1.050.000,00	1.050.000,00	175.000,00	10122201545251735
PI	BERTOLINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13861101000107	27050007	36000756310201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250022
PR	ABATIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ABATIA	10881848000120	36800015	3600092900201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	AGUDOS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUDOS DO SUL	09550455000155	81001946	36000811940201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	CAMBARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09335385000112	36800015	3600087630201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
PR	CANDIDO DE ABREU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANDIDO DE ABREU	09481491000104	36800015	3600092690201500	120.000,00	120.000,00	20.000,00	10122201545250041
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	09401856000143	81001946	36000792460201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	COLORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08788720000175	36800015	3600080810201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
PR	CORUMBATAI DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09463184000109	36800015	3600066760201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	DIAMANTE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE DO SUL	09015691000171	81001946	36000808000201500	87.149,40	87.149,40	14.524,90	10122201545250041
PR	DOUTOR CAMARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOUTOR CAMARGO	08602448000197	81001225	36000793300201500	250.000,00	250.000,00	41.666,67	10122201545250041
PR	IGUARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08823037000121	81001048	36000799530201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
PR	IRATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09485333000122	81001946	36000811920201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	ITAMBARACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10015707000125	36800015	3600070110201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
PR	JAGUAPITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUAPITA	09152857000100	36800015	36000701020201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	MANDAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDAGUACU	08703785000170	28740012	36000836300201500	98.878,20	98.878,20	16.479,70	10122201545250041
PR	MARILANDIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICPIO DE MARILANDIA DO SUL	09328892000129	36800015	3600087710201500	150.272,00	150.272,00	25.045,33	10122201545250041
PR	MEDIANEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MEDIANEIRA	09239394000100	81001951	36000796850201500	300.000,00	300.000,00	50.000,00	10122201545250041
PR	MIRASELVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MIRASELVA	10157458000102	36800015	3600063490201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
PR	NOVA AMERICA DA COLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA	10496387000172	36800015	3600092370201500	130.000,00	130.000,00	21.666,67	10122201545250041
PR	NOVA FATIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA FATIMA - PR	09519211000100	36800015	36000700840201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	NOVO ITACOLOMI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ITACOLOMI	11301919000131	36800015	3600071550201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	PAICANDU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAICANDU	09113516000117	81001048	36000801420201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	PARANACITY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARANACITY	08799254000123	81001225	36000792730201500	250.000,00	250.000,00	41.666,67	10122201545250041
PR	PAULA FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULA FREITAS	09500961000130	36800015	3600071080201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	PIEN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10430481000129	81001946	36000796010201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	PRADO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRADO FERREIRA	09102090000104	36800015	3600086610201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	QUEDAS DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEDAS DO IGUACU	09131091000179	81001946	36000795620201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	QUERENCIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUERENCIA DO NORTE - PR	73242695000191	36800015	3600074380201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	QUITANDINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10401869000100	81001946	36000793980201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250041
PR	RANCHO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11650773000130	36800015	3600066520201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
PR	RIO BOM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BOM	09010415000110	36800015	3600066290201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250041
PR	RIO BRANCO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BRANCO DO IVAI	10636073000128	36800015	36000806950201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
PR	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09201882000128	81001946	36000794630201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250041
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO OESTE	12288286000131	81001946	36000794280201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	SANTO ANTONIO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO PARAISO	09506905000102	36800015	3600064880201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	SAO JOAO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09424427000191	36800015	36000703220201500	140.000,00	140.000,00	23.333,33	10122201545250041
PR	SAO PEDRO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DO IVAI	10588370000145	36800015	36000700610201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	09000336000129	36800015	3600074000201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRANOPOLIS DO IGUACU	09202632000102	81001946	36000810180201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	SERTANEJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09377047000143	36800015	3600069090201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250041
PR	SERTANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTANOPOLIS	10901090000145	36800015	3600092650201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250041
RJ	ITABORAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABORAI	11865033000110	81000701	36000793740201500	500.000,00	500.000,00	83.333,33	10122201545253302
RJ	NOVA IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10497795000149	81001516	36000797430201500	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	10122201545253323
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	11884903000107	23970015	36000840790201500	312.388,00	312.388,00	52.064,67	10122201545250033
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	11884903000107	81001793	36000790380201500	500.000,00	500.000,00	83.333,33	10122201545250033
RN	RAFAEL FERNANDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RAFALE FERNANDES	11814540000125	81002003	36000803730201500	180.000,00	180.000,00	30.000,00	10122201545250024

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RN	SAO JOSE DO SERIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO SERIDO/RN	11942301000150	81002003	36000800980201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250024
RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13890217000166	29170002	3600090800201500	120.000,00	120.000,00	20.000,00	10122201545250011
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000136	81000271	36000801450201500	2.400.000,00	2.400.000,00	400.000,00	10122201545250238
SC	ERMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO	11258199000179	81001173	36000818600201500	400.000,00	400.000,00	66.666,67	10122201545250042
SC	SUL BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12320017000105	28530005	36000702130201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250042
SE	BARRA DOS COQUEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11417922000115	81001100	36000799100201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250028
SE	CARIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11402080000128	81001100	36000791000201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250028
SE	INDIAROBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11306581000100	81001387	36000794100201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250028
SE	MALHADA DOS BOIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11509366000107	81001387	36000789220201500	300.000,00	300.000,00	50.000,00	10122201545250028
SE	POCO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCO REDONDO	11443804000181	81001387	36000789210201500	1.000.000,00	1.000.000,00	166.666,67	10122201545250028
SE	SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11785684000109	81001387	36000791010201500	400.000,00	400.000,00	66.666,67	10122201545250028
SP	CARAGUATATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAGUATATUBA	14009808000144	81001124	36000831750201500	250.000,00	250.000,00	41.666,67	10122201545253486
SP	EMBAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12385913000152	15930021	36000834320201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250035
SP	MIRANDOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANDOPOLIS - SP	13878910000113	15930021	36000748340201500	6.160,00	6.160,00	1.026,67	10122201545250035
SP	PAULINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULINIA	11934398000150	15930021	36000837930201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250035
SP	PIRANGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PIRANGI	11955619000176	15930021	36000827000201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250035
SP	SAGRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11100227000125	15930021	3600072450201500	110.544,00	110.544,00	18.424,00	10122201545250035
SP	SANTA ALBERTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ALBERTINA	14161147000178	15930021	36000829560201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250035
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13961905000170	81001691	36000795510201500	1.000.000,00	1.000.000,00	166.666,67	10122201545253910
SP	TANABI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANABI	14122997000167	15930021	3600072230201500	100.000,00	100.000,00	16.666,67	10122201545250035
SP	VOTUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VOTUPORANGA	11966608000191	81001143	36000795190201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545254007
	120 MUNICÍPIOS				122 PROPOSTAS		35.139.152,59		

PORTARIA Nº 1.831, 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita propostas a receberem recursos referentes ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) componentes Construção, Ampliação e Reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando o art. 56 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos;

Considerando a Portaria nº 339/GM/MS, de 4 de março de 2013 que redefine o Componente Ampliação do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS);

Considerando a Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013 que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS); e

Considerando a Portaria nº 341/GM/MS, de 4 de março de 2013 que redefine o Componente Reforma do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), resolve:

Art. 1º Habilitar as propostas descritas no anexo I a receberem recursos referentes ao Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Art. 2º Habilitar as propostas descritas no anexo II a receberem recursos referentes ao Componente Ampliação do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Art. 3º Habilitar as propostas descritas no anexo III a receberem recursos referentes ao Componente Reforma do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Art. 4º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro para os Fundos Estaduais/Municipais de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal conforme estabelecido:

I - no art. 10 da Portaria nº 339/GM/MS, de 4 de março de 2013;

II - no art. 9 º da Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013; e

III - no art. 10 da Portaria nº 341/GM/MS, de 4 de março de 2013.

Art. 5º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma dos anexos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CASTRO

ANEXO I

PROPOSTAS HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO PARA O COMPONENTE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS);

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR USADO POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	MARECHAL THAUMATURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11428461000115001	29140007	408.000,00	408.000,00	10301201585810012
AC	MARECHAL THAUMATURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11428461000115002	81001320	408.000,00	408.000,00	10301201585810012
BA	BOM JESUS DA LAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DA LAPA	11096167000115007	81001408	408.000,00	408.000,00	10301201585811973
BA	JEREMOABO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	13150314000115001	81001819	408.000,00	408.000,00	10301201585810029
CE	BARREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARREIRA	11285561000115002	20830008	408.000,00	408.000,00	10301201585810023
CE	RUSSAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUSSAS	11734352000115005	81001830	408.000,00	408.000,00	10301201585810023
CE	RUSSAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUSSAS	11734352000115006	81001830	408.000,00	408.000,00	10301201585810023
CE	SOBRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOBRAL	11407563000115010	81001191	408.000,00	408.000,00	10301201585810023
CE	SOBRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOBRAL	11407563000115013	81001191	408.000,00	408.000,00	10301201585810023
CE	VARJOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARJOTA	11422767000115002	27000004	408.000,00	408.000,00	10301201585810023
ES	AFONSO CLAUDIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AFONSO CLAUDIO	13966711000115001	13010003	408.000,00	408.000,00	10301201585810032
ES	AGUA DOCE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE DO NORTE	14813806000115003	13010003	408.000,00	408.000,00	10301201585810032
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.	09288947000115001	81001221	408.000,00	408.000,00	10301201585810032
ES	SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA	14814026000115005	81001181	659.000,00	659.000,00	10301201585810032
GO	BALIZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11328999000115001	28330010	408.000,00	408.000,00	10301201585810052
GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DE GOIAS - FMS	06070954000115003	29350005	408.000,00	408.000,00	10301201585815626

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000115009	81002213	408.000,00	408.000,00	10301201585810031
MG	CATAGUASES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATAGUASES	1903554600011500 2	24780017	659.000,00	659.000,00	10301201585810031
MG	PRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRATA-MG	14179123000115002	81000622	408.000,00	408.000,00	10301201585810031
MG	VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12457838000115002	27640006	408.000,00	408.000,00	10301201585810031
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000115015	81001155	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000115016	81001155	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000115017	81001155	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000115018	81001155	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000115019	81001155	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07313973000115001	23850005	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	COLARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLARES	13165696000115001	81001402	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	PICARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12918271000115004	32600005	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	SALINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALINOPOLIS	11851625000115001	31880006	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	SALINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALINOPOLIS	11851625000115003	32600005	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS	17546256000115001	32600005	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PA	SAO JOAO DE PIRABAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DE PIRABAS	09635649000115002	32600005	408.000,00	408.000,00	10301201585810015
PB	ASSUNCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11383748000115001	27160006	408.000,00	408.000,00	10301201585810025
PB	NATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATUBA	17975221000115002	23670010	408.000,00	408.000,00	10301201585810025
PB	PICUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08619650000115002	81000383	408.000,00	408.000,00	10301201585810025
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11285050000115002	27160006	408.000,00	408.000,00	10301201585810025
PB	SERRA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA GRANDE	11588202000115001	27160006	408.000,00	408.000,00	10301201585810025
PB	TACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIMA	11907806000115005	81000383	408.000,00	408.000,00	10301201585810025
PE	AGRESTINA	AGRESTINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10225695000115002	27170001	408.000,00	408.000,00	10301201585810026
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	11168783000115002	28850004	408.000,00	408.000,00	10301201585810026
PE	LAGOA DE ITAENGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11464118000115001	27170001	408.000,00	408.000,00	10301201585810026
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000115005	27170001	659.000,00	659.000,00	10301201585810026
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000115017	27180002	408.000,00	408.000,00	10301201585810026
PE	PETROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10410787000115001	23920002	408.000,00	408.000,00	10301201585810026
PE	PETROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10410787000115002	23920002	408.000,00	408.000,00	10301201585810026
PE	SANHARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANHARO	10725387000115006	81001784	408.000,00	408.000,00	10301201585810026
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	STA. CRUZ DO CAPIBARIBE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11196515000115003	27180002	408.000,00	408.000,00	10301201585810026
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	STA. CRUZ DO CAPIBARIBE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11196515000115004	27180002	408.000,00	408.000,00	10301201585810026
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	STA. CRUZ DO CAPIBARIBE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11196515000115005	27180002	512.000,00	512.000,00	10301201585810026
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	STA. CRUZ DO CAPIBARIBE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11196515000115006	27180002	512.000,00	512.000,00	10301201585810026
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08888105000115004	36500010	408.000,00	408.000,00	10301201585810041
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08888105000115007	81002123	512.000,00	512.000,00	10301201585814035
PR	MALLET	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09399412000115001	19700005	408.000,00	408.000,00	10301201585810041
PR	PORTO AMAZONAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO AMAZONAS	09255445000115002	19700005	408.000,00	408.000,00	10301201585810041
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09237668000115003	28440012	659.000,00	659.000,00	10301201585810041
RJ	ARARUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ARARUAMA	11885839000115005	81000916	659.000,00	659.000,00	10301201585810033
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARMACAO DOS BUZIOS	11962794000115003	13100005	773.000,00	773.000,00	10301201585810033
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARMACAO DOS BUZIOS	11962794000115004	13100005	773.000,00	773.000,00	10301201585810033
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARMACAO DOS BUZIOS	11962794000115011	27930014	408.000,00	408.000,00	10301201585813278
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000115001	13100005	659.000,00	659.000,00	10301201585810033
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000115002	13100005	512.000,00	512.000,00	10301201585810033
RN	MOSSORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11965996000115001	24090008	512.000,00	512.000,00	10301201585810024
RN	MOSSORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11965996000115002	24090008	512.000,00	512.000,00	10301201585810024
RN	TOUROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18325678000115004	24090008	408.000,00	408.000,00	10301201585810024
RR	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	15713230000115006	81001270	408.000,00	408.000,00	10301201585810014
RS	RESTINGA SECA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RESTINGA SECA - FMS	12250708000115001	19860012	408.000,00	408.000,00	10301201585810043
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000115003	28670008	408.000,00	408.000,00	10301201585810043
SC	CRICIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA/SC	08435209000115002	28570004	408.000,00	408.000,00	10301201585810042
SP	CAMPINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINAS	13704311000115015	81001531	773.000,00	773.000,00	10301201585813474
SP	CAMPINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINAS	13704311000115017	81001531	773.000,00	773.000,00	10301201585813474
SP	ELDORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA TURISTICA DE ELDORADO	12195695000115011	81001690	408.000,00	408.000,00	10301201585810035
SP	ITAPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13694379000115003	28010004	408.000,00	408.000,00	10301201585810035
SP	MAIRIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11169453000115009	81001870	512.000,00	512.000,00	10301201585810035
TO	ESPERANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11440035000115002	26900001	408.000,00	408.000,00	10301201585810017
TO	PALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11320420000115009	81000871	512.000,00	512.000,00	10301201585810017
TOTAL			75 PROPOSTAS			34.398.000,00	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

PROPOSTAS HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO PARA O COMPONENTE AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS);

UF	MUNICÍPIO	Nº DA PROPOSTA	CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO	CÓD. EMENDA	VALOR USADO POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	FONTE BOA	12993727000115001	3564282	UNIDADE BASICA DE SAUDE DA FAMILIA ANTONIO LISBOA	29100002	155.295,00	155.295,00	10301201585810013
ES	GUARAPARI	11770182000115002	3467635	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE CAMURUGI	27740019	220.170,00	220.170,00	10301201585810032
ES	RIO BANANAL	11429173000115002	2494388	US SANTA RITA	24910006	208.290,00	208.290,00	10301201585810032
MA	TUFILANDIA	11283666000115002	2463512	UBS PEDRO BRANCO	23240003	150.000,00	150.000,00	10301201585810021
MG	ALPERCATA	12438791000115005	2102870	PSF JOSE LUCIANO DE FARIA	81001809	208.650,00	208.650,00	10301201585810031
MG	ALPERCATA	12438791000115006	6482147	PSF JOSE DA SILVA MAIA	81001809	191.340,00	191.340,00	10301201585810031
MG	CAPINOPOLIS	13064891000115002	2121867	CENTRO DE SAUDE AUGUSTO ALVES GARCIA	20180007	99.975,00	99.975,00	10301201585810031
MG	CRISTINA	12367137000115004	2795183	ESF BEIJA FLOR	81001247	206.250,00	206.250,00	10301201585810031
MG	PIRAPORA	01122139000115001	2149494	UAPS CARLOS ALBERTO RODRIGUES ALVES	28890002	99.990,00	99.990,00	10301201585810031
MG	SAO GERALDO	14073730000115001	7051379	UNIDADE BASICA DE SAUDE SANTO ANTONIO	24880002	198.750,00	198.750,00	10301201585810031

MS	ROCHEDO	13559485000115001	2376067	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE ROCHEDO	81002114	97.200,00	97.200,00	10301201585810054
MT	ARAGUAIANA	14378410000115001	2395630	UNIDADE SAUDE DA FAMILIA RENASCER	18310007	199.200,00	199.200,00	10301201585810051
PA	ANANINDEUA	11948192000115004	2328852	UNIDADE BASICA DE SAUDE URGENCIA E EMERGENCIA AGUAS LINDAS	26780003	88.950,00	88.950,00	10301201585810015
PA	BELTERRA	11186410000115004	2332140	UNIDADE SAUDE DA FAMILIA DE SAO JORGE	81002092	249.750,00	249.750,00	10301201585810015
PA	OUREM	09649183000115001	2313650	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DO ARRAIAL DO CAETE	22630008	199.200,00	199.200,00	10301201585817066
PA	PICARRA	12918271000115005	6031447	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE ANAJA	22630008	61.200,00	61.200,00	10301201585817066
PB	ARARUNA	11667845000115001	3188221	UNIDADE BASICA DE SAUDE DE ALTO GRANDE	12680005	98.550,00	98.550,00	10301201585810025
PB	ARARUNA	11667845000115003	6213170	UNDADE BASICA DE SAUDE CENTRO III	12680005	91.500,00	91.500,00	10301201585810025
PB	POCO DE JOSE DE MOURA	11472830000115002	2362171	UBS POCO JOSE DE MOURA PSF	27160006	123.900,00	123.900,00	10301201585810025
PB	POCO DE JOSE DE MOURA	11472830000115003	5957214	POSTO DE SAUDE JOAO EVANGELISTA DUARTE	27160006	76.095,00	76.095,00	10301201585810025
PB	UMBUZEIRO	09494245000115001	2592428	UBSF DOROTHY SOARES MOURA	27110010	249.300,00	249.300,00	10301201585810025
PE	JATAUBA	10480777000115007	2433796	POSTO DE SAUDE DE UMBURANAS	81001784	222.000,00	222.000,00	10301201585810026
PI	IPIRANGA DO PIAUI	11230975000115003	2669161	PS PEDRO AURELIO NETO	29000005	106.500,00	106.500,00	10301201585810022
PI	SAO JOAO DA VARJOTA	11937669000115001	2551853	PS DE SAO MIGUEL PSF	19350005	105.090,00	105.090,00	10301201585810022
PI	SAO JOAO DA VARJOTA	11937669000115002	7237049	POSTO DE SAUDE MAE TERESA	19350005	144.900,00	144.900,00	10301201585810022
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	10513064000115002	0013196	U S SEDE	19700005	204.270,00	204.270,00	10301201585810041
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	10513064000115003	0013188	U S TAMBOARA	19700005	182.385,00	182.385,00	10301201585810041
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	08888105000115009	2783398	POSTO DE SAUDE ENGENHEIRO AZAURY	81002123	237.900,00	237.900,00	10301201585814035
PR	BORRAZOPOLIS	08541968000115001	2571730	UNIDADE DE ATENCAO PRIMARIA SAUDE DA FAMILIA	81001049	249.975,00	249.975,00	10301201585810041
PR	IMBITUVA	09402776000115003	2423731	POSTO DE SAUDE DE MATO BRANCO	28440011	94.500,00	94.500,00	10301201585810041
PR	IMBITUVA	09402776000115004	3343146	POSTO DE SAUDE JARDIM TANGARA	28440011	94.500,00	94.500,00	10301201585810041
PR	IMBITUVA	09402776000115005	2423766	POSTO DE SAUDE DE BELA VISTA	28440011	60.750,00	60.750,00	10301201585810041
PR	LONDRINA	11323261000115002	2578816	UBS JARDIM LEONOR BETINHO	28440011	109.350,00	109.350,00	10301201585810041
PR	MANDAGUACU	08703785000115002	7041055	POSTO DE SAUDE PARQUE OURO VERDE	81001049	249.240,00	249.240,00	10301201585810041
PR	NOVA AURORA	09472866000115002	7048009	UNIDADE DE ATENCAO PRIMARIA SAUDE DA FAMILIA UAPSF	31760005	120.000,00	120.000,00	10301201585810041
PR	PALOTINA	08878760000115003	2784173	UNIDADE DE SAUDE DE SAO CAMILO	19700005	60.000,00	60.000,00	10301201585810041
PR	PALOTINA	08878760000115005	4054709	UNIDADE BASICA DE SAUDE VEREADOR WALDEMAR IRINEU STANGE	31760005	75.000,00	75.000,00	10301201585810041
PR	PLANALTO	09272764000115001	2583364	PSF5 NIS II PLANALTO	33090010	249.975,00	249.975,00	10301201585810041
PR	SANTA HELENA	09201882000115007	4055853	CENTRO DE SAUDE DE SANTA HELENA	81001075	136.650,00	136.650,00	10301201585810041
PR	UBIRATA	09254084000115003	7191146	POSTO DE SAUDE VILA ESPERANCA	18760018	81.600,00	81.600,00	10301201585810041
PR	UBIRATA	09254084000115005	7071159	UNIDADE DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE DA FAMILIA	18760018	132.405,00	132.405,00	10301201585810041
RJ	QUATIS	16559032000115004	2272393	UNIDADE BASICA DE SAUDE MIRANDOPOLIS	81000670	133.170,00	133.170,00	10301201585813333
RJ	QUATIS	16559032000115005	2272423	UNIDADE BASICA DE FALCAO	81000670	51.300,00	51.300,00	10301201585813333
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	11882147000115001	6786731	POSTO DE SAUDE SERRA DA GAMELEIRA	24480007	85.650,00	85.650,00	10301201585810024
RN	FLORANIA	10310587000115001	6804489	POSTO DE SAUDE FRANCISCO NOBRE DE ALMEIDA II	24480007	249.330,00	249.330,00	10301201585810024
RN	VERA CRUZ	12047228000115001	3760723	CENTRO DE SAUDE DE VERA CRUZ	24480007	113.670,00	113.670,00	10301201585810024
RS	BENTO GONCALVES	11436612000115002	2236613	UNIDADE DE SAUDE VILA NOVA	81001339	85.875,00	85.875,00	10301201585810043
RS	BENTO GONCALVES	11436612000115008	3017885	UNIDADE DE SAUDE EUCALIPTOS	81001339	63.090,00	63.090,00	10301201585810043
RS	CACHOEIRINHA	11686923000115005	2231409	UBS NOVA CACHOEIRINHA	81001339	169.950,00	169.950,00	10301201585810043
RS	CAXIAS DO SUL	10546325000115006	2238993	UBS SAO CIRO	81000869	249.840,00	249.840,00	10301201585810043
RS	COTIPORA	11763357000115001	2700328	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA	28640008	249.990,00	249.990,00	10301201585810043
RS	IGREJINHA	12121651000115006	2227525	UNIDADE DE SAUDE XV DE NOVEMBRO	81001339	149.460,00	149.460,00	10301201585810043
RS	IMBE	12908765000115001	2257726	US STA TEREZINHA	28580006	199.995,00	199.995,00	10301201585810043
RS	LAJEADO DO BUGRE	14115481000115001	2235250	SECRETARIA MUNCIPAL DE SAUDE	28670008	249.990,00	249.990,00	10301201585810043
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	12030337000115010	8007519	PSF SAO PEDRO DAS MISSOES	28670008	199.995,00	199.995,00	10301201585810043
RS	SAPUCAIA DO SUL	11413810000115010	4067592	UBS COHAB BLOCOS	81001339	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
SC	AGUAS MORNAS	10714485000115004	2609681	CENTRO DE SAUDE	31830004	120.750,00	120.750,00	10301201585810042
SC	CRICIUMA	08435209000115004	2647419	UNIDADE BASICA DE SAUDE CRISTO REDENTOR	28570004	50.745,00	50.745,00	10301201585810042
SC	CRICIUMA	08435209000115006	4058771	UNIDADE BASICA DE SAUDE SAO SEBASTIAO	28570004	61.050,00	61.050,00	10301201585810042
SC	CRICIUMA	08435209000115009	2647370	PSF NOVA ESPERANCA	28570004	195.510,00	195.510,00	10301201585810042
SC	CRICIUMA	08435209000115011	3447995	PSF PRIMEIRA LINHA	28570004	92.040,00	92.040,00	10301201585810042
SC	LONTRAS	17756464000115001	2377519	CENTRAL UNIDADE SANITARIA CONJUGADA DA ATENCAO BASICA	28510002	69.450,00	69.450,00	10301201585810042
SC	PRINCESA	11430652000115002	2378450	UNIDADE SANITARIA DE PRINCESA	28510002	89.925,00	89.925,00	10301201585810042
SC	VARGEAO	10465435000115001	2411261	UNIDADE SANITARIA DE VARGEAO	28510002	150.000,00	150.000,00	10301201585810042
SE	MACAMBIRA	11278364000115007	2477300	CLINICA DE SAUDE RAIMUNDA RIBEIRO DOS SANTOS DONA CACULA	29080006	84.750,00	84.750,00	10301201585810028
SP	BARRA DO TURVO	11826961000115004	6721095	UNIDADE DE ESF URBANO BARRA DO TURVO	19970014	249.750,00	249.750,00	10301201585810035
SP	CARAPICUIBA	11154498000115001	2074699	UBS VILA MENCK	25200003	74.100,00	74.100,00	10301201585810035
SP	CARAPICUIBA	11154498000115005	2067617	UBS COHAB V	25200003	74.250,00	74.250,00	10301201585810035
SP	CARAPICUIBA	11154498000115006	2746859	UBS VILA CRETTI	25200003	99.825,00	99.825,00	10301201585810035
SP	CARAPICUIBA	11154498000115018	2746743	UNIDADE BASICA RAIMUNDO GUEDES	25200003	73.350,00	73.350,00	10301201585810035
SP	CONCHAS	11991412000115004	2772922	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA CENTRAL II	28050009	106.530,00	106.530,00	10301201585810035
SP	ITAPOLIS	12005366000115002	2747472	UBS JACY TUCCI ITAPOLIS	81001690	209.400,00	209.400,00	10301201585810035

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	ITAPOLIS	12005366000115007	6961266	CENTRO ODONTOLOGICO MOACYR CAVICCHIOLLI ITAPOLIS	81001115	100.000,00	182.550,00	10301201585810035
					81001690	82.550,00		
SP	PACAEMBU	11948764000115005	3092747	PSF DO BAIRRO GUARANIUVA E NOVA PACAEMBU	25200003	165.705,00	165.705,00	10301201585810035
SP	PIRASSUNUNGA	12094290000115006	3007634	USF JARDIM DAS LARANJEIRAS PIRASSUNUNGA	81001129	249.150,00	249.150,00	10301201585813805
TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	11289197000115001	2469235	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA EMILIO ANTONIO DE ARAUJO CH NATI	26910002	232.650,00	232.650,00	10301201585810017
TO	LAGOA DO TOCANTINS	11622613000115001	2468263	UNIDADE DE SAUDE ESPERIDIAO REZENDE DA GLORIA DE LAGOA DO TO	26910002	75.000,00	75.000,00	10301201585810017
TO	PALMAS	11320420000115005	3258017	UNIDADE BASICA DE SAUDE 508 NORTE	81000871	229.950,00	229.950,00	10301201585810017
TO	PALMAS	11320420000115010	2467984	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA AURENY II	81000871	114.450,00	114.450,00	10301201585810017
TO	PALMAS	11320420000115015	2492717	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA 603 NORTE	81000871	249.300,00	249.300,00	10301201585810017
TO	SAO FELIX DO TOCANTINS	11595415000115001	2370662	UNIDADE BASICA DE SAUDE DE SAO FELIX	29180007	231.450,00	231.450,00	10301201585810017
TO	TOCANTINOPOLIS	11266993000115010	6911129	POSTO DE SAUDE RIBEIRAO GRANDE TOCANTINOPOLIS	29180007	96.300,00	96.300,00	10301201585810017
TO	TOCANTINOPOLIS	11266993000115011	6911102	POSTO DE SAUDE VALCI PEREIRA DE SOUSA TOCANTINOPOLIS	29180007	98.400,00	98.400,00	10301201585810017
TOTAL		83 PROPOSTAS					12.318.180,00	

ANEXO III

PROPOSTAS HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO PARA O COMPONENTE REFORMA DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS);

UF	MUNICIPIO	Nº DA PROPOSTA	CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO	CÓD. EMENDA	VALOR USADO POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	MAJOR ISIDORO	12907233000115006	2722453	UNIDADE SAUDE DA FAMILIA DR LIVIA PEDROSA M ALVES	13040010	288.548,30	288.548,30	10301201585810027
AL	MAJOR ISIDORO	12907233000115007	2722526	UNIDADE SAUDE DA FAMILIA DR JOAO ROCHA FILHO	13040010	149.744,87	149.744,87	10301201585810027
AL	MESSIAS	11292555000115003	2719401	CENTRO DE SAUDE ALEX GUIMARAES	81001737	99.900,80	99.900,80	10301201585810027
AL	RIO LARGO	11615319000115002	2721562	USF OLAVO CALHEIROS	13040010	118.280,00	118.280,00	10301201585810027
AL	TEOTONIO VILELA	11780685000115006	2007622	POSTO DE SAUDE ALTO DO GARROTE	81001737	149.184,00	149.184,00	10301201585810027
CE	MORRINHOS	11407938000115002	6325831	POSTO DE SAUDE DE BELA VISTA	23570021	149.851,14	149.851,14	10301201585811108
CE	OROS	11782445000115002	2725118	POSTO DE SAUDE DE IGAROI	81000815	97.075,19	97.075,19	10301201585810023
CE	OROS	11782445000115003	7194749	POSTO DE SAUDE DA CARNAUBINHA	81000815	80.268,25	80.268,25	10301201585810023
CE	OROS	11782445000115004	7194730	POSTO DE SAUDE DA JUREMA	81000815	72.656,44	72.656,44	10301201585810023
CE	QUIXADA	10652262000115006	2565323	POSTO DE SAUDE DO RIACHO VERDE	81000815	149.876,00	149.876,00	10301201585810023
CE	QUIXADA	10652262000115009	2565765	POSTO DE SAUDE DO JUA	81000815	75.927,35	75.927,35	10301201585810023
CE	QUIXADA	10652262000115010	2565404	POSTO DE SAUDE DR ANTONIO VENTURA CORREIA JUATAMA	81000815	74.195,22	74.195,22	10301201585810023
GO	URUTAI	11675013000115002	2382350	UNIDADE BASICA DE SAUDE	20210006	179.819,93	179.819,93	10301201585810052
MG	CAPIM BRANCO	11540262000115002	2194260	UNIDADE BASICA DE SAUDE DOMINGOS FERREIRA VALADARES	27540005	349.997,91	349.997,91	10301201585810031
MG	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	13533440000115001	2142139	UNIDADE BASICA DE SAUDE DE SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	36820009	118.474,56	118.474,56	10301201585810031
MS	DEODAPOLIS	12270817000115003	8005575	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA CENTRO	81000397	149.987,27	149.987,27	10301201585810054
MS	SIDROLANDIA	09290533000115001	2370883	CENTRO DE SAUDE DE SIDROLANDIA	81000397	149.960,86	149.960,86	10301201585810054
PA	AUGUSTO CORREA	12381567000115010	7105363	UNIDADE SAUDE DA FAMILIA CIDADE NOVA	81001888	149.989,71	149.989,71	10301201585810015
PA	BRAGANCA	18017671000115034	6547877	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA TAIRA	81001888	229.582,42	229.582,42	10301201585810015
PA	BRAGANCA	18017671000115035	6786588	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE NOVA MOCAJUBA	81001888	220.417,40	220.417,40	10301201585810015
PA	OUREM	09649183000115007	2619695	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DO RIO GRANDE	81001888	110.694,00	110.694,00	10301201585810015
PA	OUREM	09649183000115008	2619695	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DO RIO GRANDE	81001888	137.560,00	137.560,00	10301201585810015
PA	REDENCAO	11190128000115004	2317087	UNIDADE DE SAUDE FAMILIA I MARIA DE JESUS ALVES	26780007	149.999,67	149.999,67	10301201585810015
PA	SOURE	11416878000115003	6683509	UNIDADE DA SAUDE DA FAMILIA DA MATINHA	26780007	149.872,03	149.872,03	10301201585810015
PA	TRACUATEUA	11739590000115010	2676273	USF SANTA MARIA	81001888	149.878,80	149.878,80	10301201585810015
PA	TRACUATEUA	11739590000115012	2676257	USF SANTA TEREZA	81001888	99.868,12	99.868,12	10301201585810015
RJ	PATY DO ALFERES	11297536000115012	3810798	POSTO DE SAUDE ARCOZELO	13450007	148.590,00	148.590,00	10301201585810033
RN	SITIO NOVO	12220142000115001	6424775	PSF SITIO NOVO	24480007	99.996,70	99.996,70	10301201585810024
SC	IRANI	11267522000115003	2557983	US SEDE	28520006	179.999,28	179.999,28	10301201585810042
SC	JOACABA	10594533000115002	7051409	PSF CENTRO	28520006	220.000,00	220.000,00	10301201585810042
SC	MONTE CASTELO	11455792000115002	2379147	POSTO DE SAUDE RESIDENCIA FUCK	28520007	149.996,00	149.996,00	10301201585810042
SC	MONTE CASTELO	11455792000115007	7136358	POSTO DE SAUDE ZONA LESTE	28520007	70.003,76	70.003,76	10301201585810042
SC	TREZE TILIAS	03347885000115002	7578679	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA INTERIOR	28520006	179.999,54	179.999,54	10301201585810042
SP	AGUAS DE SANTA BARBARA	11303059000115001	7621426	ESF UNIDADE PARQUE DOS LAGOS	17990004	107.454,53	107.454,53	10301201585810035
SP	AMPARO	07443791000115004	2028166	USF JARDIM BRASIL	28130006	220.921,06	220.921,06	10301201585810035
SP	AVARE	11308295000115005	2025868	UBS BAIRRO ALTO AVARE	81000854	99.999,49	99.999,49	10301201585810035
SP	BAURU	13824844000115001	2055201	NUCLEO SAUDE OCTAVIO RASI	32280003	149.760,00	149.760,00	10301201585817178
SP	CAMPINAS	13704311000115009	6865321	CENTRO DE SAUDE SANTA ROSA	32280006	349.683,90	349.683,90	10301201585813474
SP	CAMPINAS	13704311000115010	2023202	CENTRO DE SAUDE VILA IPE	32280006	349.442,72	349.442,72	10301201585813474
SP	CAMPINAS	13704311000115011	6032427	CENTRO DE SAUDE ROSALIA	32280006	300.864,00	300.864,00	10301201585813474

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	CANDIDO MOTA	11788735000115003	2041081	UBS DE CANDIDO MOTA	81000854	99.999,54	99.999,54	10301201585810035
SP	CERQUEIRA CESAR	11991253000115001	2090341	PSF DR OSVALDO CAMPOS CERQUEIRA CESAR	81000854	99.999,47	99.999,47	10301201585810035
SP	GUAIMBE	11851092000115001	2092727	USF I DE GUAIMBE	17990004	109.999,74	109.999,74	10301201585810035
SP	MAUA	13848859000115010	2035545	UBS DO FEITAL	81001689	349.999,62	349.999,62	10301201585813696
SP	MAUA	13848859000115012	2053594	UBS VILA MAGINI	81001689	349.999,49	349.999,49	10301201585813696
SP	OURINHOS	13892215000115007	2046482	UBS VILA MARGARIDA	81000854	99.979,06	99.979,06	10301201585810035
SP	RIBEIRAO DO SUL	97520222000115002	2077280	CENTRO DE SAUDE DE RIBEIRAO DO SUL	81000854	99.899,28	99.899,28	10301201585810035
SP	SAO CAETANO DO SUL	10434282000115003	3932052	UBS DR IVANHOE ESPOSITO	25190002	228.926,68	228.926,68	10301201585810035
SP	SAO CAETANO DO SUL	10434282000115004	2043122	CENTRO DE SAUDE I DR MANOEL AUGUSTO PIRAJA DA SILVA	25190002	349.633,86	349.633,86	10301201585810035
SP	SAO CAETANO DO SUL	10434282000115006	2039389	UBS AMELIA RICHARD LOCATELLI	25190002	217.771,40	217.771,40	10301201585810035
SP	SAO CAETANO DO SUL	10434282000115010	2060299	UBS MARIA CORBETA SEGATTO	25190002	228.060,32	228.060,32	10301201585810035
SP	SAO CAETANO DO SUL	10434282000115014	2706350	UBS DOLORES MASSEI	25190002	228.862,86	228.862,86	10301201585810035
SP	SAO CAETANO DO SUL	10434282000115017	2706296	CENTRO POLICLINICO GENTIL RSTOM	25190002	267.624,00	267.624,00	10301201585810035
SP	SAO CAETANO DO SUL	10434282000115019	2706342	CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS	25190002	349.053,70	349.053,70	10301201585810035
SP	SAO PEDRO DO TURVO	13924035000115005	2076918	CENTRO DE SAUDE DE SPEDRO DO TURVO	81000854	99.981,81	99.981,81	10301201585810035
TO	ARAPOEMA	11379774000115003	2468980	UNIDADE BASICA DE SAUDE DE ARAPOEMA	24290005	122.801,51	122.801,51	10301201585810017
TO	NOVO ALEGRE	11740265000115002	2468360	CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE NOVO ALEGRE	26910002	299.991,00	299.991,00	10301201585810017
	TOTAL	57 PROPOSTAS					10.080.904,56	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.832, 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita propostas de Municípios e Estados a receberem recursos referentes à Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para estabelecimentos de saúde no âmbito da Atenção Básica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 56 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Habilitar as propostas descritas no anexo a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde no âmbito da Atenção Básica.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro para os Fundos Estaduais/Municipais de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal conforme estabelecido no art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do anexo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CASTRO

ANEXO

PROPOSTAS HABILITADAS A RECEBER RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR USADO POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	BRASILEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09622055000115008	81001320	191.870,00	191.870,00	10301201585810012
AC	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11370229000115001	29140007	774.321,10	774.321,10	10301201585810012
AC	PORTO WALTER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11803737000115001	29140007	83.167,80	83.167,80	10301201585810012
AL	COITE DO NOIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COITE DO NOIA	11407477000115001	27260003	334.973,14	334.973,14	10301201585810027
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTRELA DE ALAGOAS	11193150000115004	29070004	243.225,00	243.225,00	10301201585810027
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTRELA DE ALAGOAS	11193150000115005	27260003	48.475,00	48.475,00	10301201585810027
AL	PAO DE ACUCAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09687192000115005	13040010	3.800,00	3.800,00	10301201585810027
AL	PAO DE ACUCAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09687192000115002	81001737	349.990,00	349.990,00	10301201585810027
AL	PIACABUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11277335000115001	27260003	349.925,24	349.925,24	10301201585810027
AL	VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICOSA	11418299000115001	81001737	100.000,00	100.000,00	10301201585810027
AM	BARCELOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS/SEMSA/FMS	13706157000115001	29100002	87.316,37	87.316,37	10301201585810013
AM	BARCELOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS/SEMSA/FMS	13706157000115002	29100002	50.990,00	50.990,00	10301201585810013
AM	COARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11510924000115004	29100002	62.780,00	62.780,00	10301201585810013
AM	JAPURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURA	12245586000115005	29100002	142.610,00	142.610,00	10301201585810013
AM	MANACAPURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12334812000115012	29100002	145.110,00	145.110,00	10301201585810013
AM	MANAUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANAUS	07583812000115003	16190004	203.255,00	203.255,00	10301201585810013
AM	MANAUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANAUS	07583812000115008	16190004	54.300,00	54.300,00	10301201585810013
AM	MANAUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANAUS	07583812000115011	16190004	464.230,00	464.230,00	10301201585810013
AM	PAUINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAUINI	12726459000115004	29100002	69.170,00	69.170,00	10301201585810013
AM	URUCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE URUCARA	14991355000115001	29100002	111.950,00	111.950,00	10301201585810013
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000115017	11300013	2.336,00	2.336,00	10301201585810407
BA	CAMPO FORMOSO	MUNICIPIO DE CAMPO FORMOSO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11629975000115004	27450007	35.000,00	35.000,00	10301201585810029
BA	CAMPO FORMOSO	MUNICIPIO DE CAMPO FORMOSO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11629975000115005	27450007	35.000,00	35.000,00	10301201585810029
BA	CASTRO ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11077024000115003	13550005	279.955,00	279.955,00	10301201585810029
BA	DARIO MEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DARIO MEIRA	11383499000115002	24700006	161.780,00	161.780,00	10301201585810029
BA	DARIO MEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DARIO MEIRA	11383499000115004	24700006	47.210,00	47.210,00	10301201585810029
BA	DARIO MEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DARIO MEIRA	11383499000115005	24700006	11.870,00	11.870,00	10301201585810029
BA	ELISIO MEDRADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12084013000115001	81002086	200.000,00	200.000,00	10301201585810029

BA	EUCLIDES DA CUNHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EUCLIDES DA CUNHA	13830236000115002	81002086	319.931,70	319.931,70	10301201585810029
BA	EUNAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EUNAPOLIS	13879364000115001	81001819	499.970,10	499.970,10	10301201585810029
BA	IRARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRARA	11300002000115001	81001413	188.410,00	188.410,00	10301201585810029
BA	IRARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRARA	11300002000115004	81001413	11.590,00	11.590,00	10301201585810029
BA	ITABERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABERABA	11202063000115006	81002086	267.030,00	267.030,00	10301201585810029
BA	ITAMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAMARI	11734504000115001	81001637	99.730,00	99.730,00	10301201585810029
BA	ITARANTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITARANTIM	13952632000115002	13550005	170.000,00	170.000,00	10301201585810029
BA	ITATIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12635854000115001	81002086	199.805,00	199.805,00	10301201585810029
BA	JEREMOABO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	13150314000115002	81001819	192.000,00	192.000,00	10301201585810029
BA	LAJEDINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10473852000115001	81002086	195.114,60	195.114,60	10301201585810029
BA	MARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARAU	12162890000115001	81001819	299.952,90	299.952,90	10301201585810029
BA	PARIPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11651488000115001	81001637	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	PIRIPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRIPA	11825467000115002	24700006	750.000,00	750.000,00	10301201585810029
BA	RIBEIRA DO POMBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11839421000115001	81002086	389.476,80	389.476,80	10301201585810029
BA	RODELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RODELAS	13879773000115002	13390013	250.000,00	250.000,00	10301201585810029
BA	SAO GABRIEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL	13816024000115002	81002086	286.027,40	286.027,40	10301201585810029
BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DAS MATAS	13777097000115001	24700006	500.000,00	500.000,00	10301201585810029
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235051000115001	28790017	58.307,80	58.307,80	10301201585810029
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235051000115002	28790017	25.610,00	25.610,00	10301201585810029
BA	UBAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBAIRA	11242996000115001	24700006	186.276,23	186.276,23	10301201585810029
BA	UTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11524969000115003	13550005	116.188,67	116.188,67	10301201585810029
BA	UTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1152496900115004	13550005	20.460,00	20.460,00	10301201585810029
BA	UTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11524969000115005	13550005	24.950,00	24.950,00	10301201585810029
BA	WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WAGNER	10454009000115001	81002086	77.970,00	77.970,00	10301201585810029
BA	WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WAGNER	10454009000115002	81002086	19.598,90	19.598,90	10301201585810029
BA	WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WAGNER	10454009000115003	81002086	34.138,90	34.138,90	10301201585810029
BA	WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WAGNER	10454009000115004	81002086	26.217,80	26.217,80	10301201585810029
BA	WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WAGNER	10454009000115005	81002086	66.962,90	66.962,90	10301201585810029
BA	WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WAGNER	10454009000115006	81002086	54.955,00	54.955,00	10301201585810029
BA	WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WAGNER	10454009000115007	81002086	16.510,00	16.510,00	10301201585810029
CE	ANTONINA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONINA DO NORTE	11108202000115001	20830008	300.000,00	300.000,00	10301201585810023
CE	APUIARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUIARES	11901982000115001	27000004	199.974,01	199.974,01	10301201585810023
CE	BAIXIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIXIO	11402261000115001	20830008	100.000,00	100.000,00	10301201585810023
CE	BARBALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBALHA	11740887000115001	20830008	99.996,15	99.996,15	10301201585810023
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	74031865000115009	81001830	497.880,00	497.880,00	10301201585810023
CE	JAGUARIBARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARIBARA	09687509000115002	81000377	160.000,00	160.000,00	10301201585811082
CE	MARACANAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10553026000115003	81001831	999.700,00	999.700,00	10301201585811093
CE	PIQUET CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIQUET CARNEIRO	13848618000115001	27020001	196.366,34	196.366,34	10301201585810023
CE	RUSSAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUSSAS	11734352000115007	81001830	84.000,00	84.000,00	10301201585810023
CE	VARJOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARJOTA	11422767000115001	27000004	79.840,00	79.840,00	10301201585810023
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.	09288947000115002	81001221	92.000,00	92.000,00	10301201585810032
ES	CARIACICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIACICA	13917136000115001	27740019	401.540,00	401.540,00	10301201585810032
ES	COLATINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLATINA	14578805000115001	81001221	499.910,00	499.910,00	10301201585810032
ES	FUNDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FUNDAO	14884701000115001	28990003	62.687,34	62.687,34	10301201585810032
ES	GUARAPARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAPARI	11770182000115003	27740019	99.321,55	99.321,55	10301201585810032
ES	ITARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITARANA	14492062000115001	81001181	200.000,00	200.000,00	10301201585810032
ES	JERONIMO MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	15626810000115002	14130005	208.536,34	208.536,34	10301201585810032
ES	JERONIMO MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	1562681000115005	14130005	151.195,00	151.195,00	10301201585810032
ES	JERONIMO MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	1562681000115006	28990003	12.120,00	12.120,00	10301201585810032
ES	MANTENOPOLIS	MANTENOPOLIS PREFEITURA	27167345000115001	28990001	149.980,00	149.980,00	10301201585810032
ES	RIO BANANAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BANANAL	11429173000115003	24910006	91.710,00	91.710,00	10301201585810032
ES	VIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIANA	14587933000115002	14130005	629.440,00	629.440,00	10301201585810032
ES	VILA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA VELHA	12157728000115002	81001874	600.000,00	600.000,00	10301201585813272
ES	VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA	14792165000115003	28990003	310.110,00	310.110,00	10301201585810032
GO	ADELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS - ADELANDIA	11270640000115001	29690009	150.000,00	150.000,00	10301201585810052
GO	BALIZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11328999000115003	28330010	36.215,00	36.215,00	10301201585810052
GO	EDEALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EDEALINA	11520287000115001	20210006	219.660,00	219.660,00	10301201585810052
GO	EDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EDEIA-GO	08033825000115001	18460010	140.885,85	140.885,85	10301201585810052
GO	GAMELEIRA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAMELEIRA DE GOIAS	11270838000115001	19600009	99.949,36	99.949,36	10301201585810052
GO	LAGOA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11390064000115001	29690009	149.945,00	149.945,00	10301201585810052
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07556717000115001	20210006	87.808,00	87.808,00	10301201585810052
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07556717000115002	20210006	87.808,00	87.808,00	10301201585810052
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07556717000115003	20210006	87.808,00	87.808,00	10301201585810052
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07556717000115004	20210006	87.808,00	87.808,00	10301201585810052
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07556717000115007	20210006	87.665,00	87.665,00	10301201585810052
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07556717000115008	20210006	87.720,80	87.720,80	10301201585810052
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07556717000115009	20210006	87.788,00	87.788,00	10301201585810052
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07556717000115023	20210006	75.855,00	75.855,00	10301201585810052
GO	NEROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NEROPOLIS - FMS	12008540000115001	18460010	99.500,00	99.500,00	10301201585810052
GO	NOVA AMERICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04487022000115002	18460010	146.525,28	146.525,28	10301201585810052

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GO	NOVA AMERICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04487022000115003	14780006	131.181,08	131.181,08	10301201585810052
GO	NOVA AURORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0562891900011500 1	19600009	63.663,95	63.663,95	10301201585810052
GO	PORTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22732193000115001	18460010	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
MA	PORTO RICO DO MARANHAO	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PORTO RICO DO MARANHAO	12029307000115001	81001984	91.805,00	91.805,00	10301201585810021
MA	SATUBINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SATUBINHA	11344002000115005	81000720	170.283,17	170.283,17	10301201585810743
MA	SATUBINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SATUBINHA	11344002000115006	81000720	124.428,38	124.428,38	10301201585810743
MA	SATUBINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SATUBINHA	11344002000115007	81000720	166.159,76	166.159,76	10301201585810743
MA	SATUBINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SATUBINHA	11344002000115008	81000720	70.500,00	70.500,00	10301201585810743
MA	SATUBINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SATUBINHA	11344002000115009	81000720	168.628,69	168.628,69	10301201585810743
MA	SITIO NOVO	MUNICIPIO DE SITIO NOVO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13911662000115001	23240001	500.000,00	500.000,00	10301201585810021
MA	TUFILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUFILANDIA	11283666000115001	23240003	250.000,00	250.000,00	10301201585810021
MG	AIMORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97520031000115001	24870002	124.496,00	124.496,00	10301201585810031
MG	AIURUOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13081164000115001	36820008	236.996,23	236.996,23	10301201585810031
MG	ANTONIO DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO DIAS	13534517000115001	32970008	199.918,04	199.918,04	10301201585810031
MG	ARAPONGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11431652000115001	27640006	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	ARAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPORA	11409354000115004	20180007	99.992,00	99.992,00	10301201585810031
MG	ARAXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12046773000115001	81000301	999.995,80	999.995,80	10301201585810031
MG	BANDEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BANDEIRA - MG	12509104000115002	27690002	99.925,00	99.925,00	10301201585810031
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000115023	27600002	22.190,00	22.190,00	10301201585810031
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11728239000115001	28890002	149.989,01	149.989,01	10301201585810031
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000115015	81002213	192.000,00	192.000,00	10301201585810031
MG	BIQUINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIQUINHAS	19258087000115001	32300001	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	BOCAINA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13821953000115001	27550006	98.590,60	98.590,60	10301201585810031
MG	BRASILIA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11385910000115001	81002213	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	CALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13893601000115001	28890002	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	CAMPINA VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13932309000115002	20180007	169.176,00	169.176,00	10301201585810031
MG	CAMPO FLORIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11277550000115003	20180007	84.180,00	84.180,00	10301201585810031
MG	CAMPO FLORIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11277550000115002	81000622	234.995,60	234.995,60	10301201585810031
MG	CANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAPOLIS MG	13699286000115001	28890002	149.973,50	149.973,50	10301201585810031
MG	CAPARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPARAÓ	12244189000115001	28890002	149.480,00	149.480,00	10301201585810031
MG	CAPETINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12010253000115001	27690002	99.863,08	99.863,08	10301201585810031
MG	CARMO DA CACHOEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10431175000115002	36820008	127.525,00	127.525,00	10301201585810031
MG	CARMO DA CACHOEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10431175000115003	36820008	6.960,00	6.960,00	10301201585810031
MG	CARMO DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02968198000115001	27560011	249.960,34	249.960,34	10301201585810031
MG	CARMO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13081107000115001	28890002	99.019,08	99.019,08	10301201585810031
MG	CASSIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASSIA/MG	19420183000115001	28890002	99.477,80	99.477,80	10301201585810031
MG	CATAGUASES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATAGUASES	19035546000115005	24780017	33.735,00	33.735,00	10301201585810031
MG	CAXAMBU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13081140000115002	36820008	99.915,00	99.915,00	10301201585810031
MG	CHALE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12067324000115001	24870002	304.210,00	304.210,00	10301201585810031
MG	CONCEICAO DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO PARA	64479876000115001	27590007	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	CONGONHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONGONHAL	12667981000115001	22150010	272.998,40	272.998,40	10301201585810031
MG	COROMANDEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COROMANDEL	12157307000115003	81001247	349.740,00	349.740,00	10301201585810031
MG	CURVELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11346878000115001	28890002	299.960,04	299.960,04	10301201585810031
MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESTERRO DE ENTRE RIOS	11904310000115001	24870002	299.942,47	299.942,47	10301201585810031
MG	DIVISA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVISA NOVA	11843944000115001	28890002	99.960,00	99.960,00	10301201585810031
MG	DOM JOAQUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOM JOAQUIM	12058768000115001	28890002	149.900,00	149.900,00	10301201585810031
MG	ENGENHEIRO CALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO CALDAS	97549976000115001	24870005	112.545,00	112.545,00	10301201585810031
MG	ESPINOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPINOSA	10540610000115002	28890002	99.975,00	99.975,00	10301201585810031
MG	FLORESTAL	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTAL	13689284000115002	28890002	144.715,28	144.715,28	10301201585810031
MG	FORMIGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	01155430000115001	27690002	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	FRANCISCO SA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11382738000115001	27690002	99.435,34	99.435,34	10301201585810031
MG	FRUTA DE LEITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTA DE LEITE	14585883000115001	81002213	99.980,00	99.980,00	10301201585810031
MG	FRUTAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10428106000115004	20180007	187.972,00	187.972,00	10301201585810031
MG	GONZAGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13005010000115001	28890002	142.448,80	142.448,80	10301201585810031
MG	IBIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIA	11409503000115003	81000622	250.000,00	250.000,00	10301201585810031
MG	IPABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPABA MG	12009720000115001	81002213	97.345,00	97.345,00	10301201585810031
MG	ITAMARANDIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11322163000115003	24870002	49.000,00	49.000,00	10301201585810031
MG	ITANHANDU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13260601000115002	20180007	85.740,00	85.740,00	10301201585810031
MG	ITAOBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12440839000115001	14030002	300.000,00	300.000,00	10301201585810031
MG	JACUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JACUTINGA	11984501000115001	28890002	149.679,08	149.679,08	10301201585810031
MG	JACUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JACUTINGA	11984501000115004	28890002	280,00	280,00	10301201585810031
MG	JUIZ DE FORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUIZ DE FORA	17783226000115013	81000579	249.970,00	249.970,00	10301201585810031
MG	JURAMENTO	JURAMENTO PREFEITURA	18017368000915001	27690002	200.000,00	200.000,00	10301201585810031
MG	LAGOA FORMOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA FORMOSA	11333479000115001	81001247	450.000,00	450.000,00	10301201585810031
MG	LAMBARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11467084000115001	28890002	99.355,34	99.355,34	10301201585810031
MG	LEOPOLDINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEOPOLDINA	02162856000115001	28890002	149.993,62	149.993,62	10301201585810031
MG	LIMA DUARTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LIMA DUARTE	13570143000115001	36820008	149.809,07	149.809,07	10301201585810031
MG	LIMEIRA DO OESTE	LIMEIRA DO OESTE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12034527000115002	20180007	99.830,00	99.830,00	10301201585810031
MG	MACHACALIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12330652000115001	14030002	17.000,00	17.000,00	10301201585810031
MG	MACHACALIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12330652000115004	14030002	66.000,00	66.000,00	10301201585810031
MG	MATIAS CARDOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14039601000115001	81002213	99.985,00	99.985,00	10301201585810031
MG	MEDINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MEDINA	11641767000115001	28890002	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	MINAS NOVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97535949000115001	24870002	299.949,40	299.949,40	10301201585810031
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13940171000115002	28890002	148.879,00	148.879,00	10301201585810031
MG	NATALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATALANDIA - MG	12335878000115001	28890002	65.578,00	65.578,00	10301201585810031

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	PAINEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAINEIRAS	13552264000115001	32300001	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	PARAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGUACU	13423958000115001	28890002	99.947,34	99.947,34	10301201585810031
MG	PASSA QUATRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11428122000115001	28890002	149.625,00	149.625,00	10301201585810031
MG	PATROCINIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11350366000115001	27590007	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	PEDRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11301376000115001	24870002	299.995,35	299.995,35	10301201585810031
MG	PIEDADE DOS GERAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11248925000115001	28890002	98.750,60	98.750,60	10301201585810031
MG	PLANURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANURA	11642955000115002	81000622	250.000,00	250.000,00	10301201585810031
MG	POMPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMPEU	12448012000115002	28890002	55.590,00	55.590,00	10301201585810031
MG	PRUDENTE DE MORAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14184393000115001	27640006	122.216,60	122.216,60	10301201585810031
MG	RESSAQUINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RESSAQUINHA	11371282000115002	19280020	223.879,12	223.879,12	10301201585812976
MG	RIACHINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIACHINHO MG	13029419000115002	28890002	149.957,80	149.957,80	10301201585810031
MG	RIACHINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIACHINHO MG	13029419000115003	27690002	96.920,14	96.920,14	10301201585810031
MG	RIO PARANAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARANAIBA	11482116000115001	28890002	149.941,34	149.941,34	10301201585810031
MG	RIO PIRACICABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14706282000115001	28890002	149.480,00	149.480,00	10301201585810031
MG	RIO PIRACICABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14706282000115004	28890002	110,00	110,00	10301201585810031
MG	RUBELITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUBELITA	11759447000115001	28890002	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	11285036000115006	31860002	191.970,00	191.970,00	10301201585810031
MG	SANTA VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12125124000115002	20180007	99.940,00	99.940,00	10301201585810031
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13338604000115001	36820008	62.340,00	62.340,00	10301201585810031
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13338604000115002	36820008	32.280,00	32.280,00	10301201585810031
MG	SAO FRANCISCO DE SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11344309000115002	20180007	199.955,00	199.955,00	10301201585810031
MG	SAO GERALDO DO BAIXIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GERALDO DO BAIXIO	11718829000115001	24870002	83.575,00	83.575,00	10301201585810031
MG	SAO JOAO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20025041000115002	27690002	99.995,00	99.995,00	10301201585810031
MG	SAO JOAO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20025041000115001	81002213	149.970,00	149.970,00	10301201585810031
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11257340000115002	20180007	101.735,00	101.735,00	10301201585810031
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12237572000115001	28890002	98.765,28	98.765,28	10301201585810031
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14444600000115002	20180007	99.980,00	99.980,00	10301201585810031
MG	SENADOR FIRMINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENADOR FIRMINO	12140595000115002	27640006	99.950,00	99.950,00	10301201585810031
MG	TOCOS DO MOJI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13766018000115002	24880002	114.445,00	114.445,00	10301201585810031
MG	TUPACIGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14819606000115001	24830002	300.000,00	300.000,00	10301201585810031
MG	UNIAO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09230081000115002	20180007	97.791,00	97.791,00	10301201585810031
MG	URUANA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUANA DE MINAS	14369724000115001	32300001	99.510,28	99.510,28	10301201585810031
MG	URUCANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUCANIA	13051030000115002	24880002	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	VERMELHO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VERMELHO NOVO	14275692000115001	28890002	118.293,42	118.293,42	10301201585810031
MS	AGUA CLARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA CLARA-MS	11443806000115001	81002114	100.000,00	100.000,00	10301201585810054
MS	CASSILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASSILANDIA-MS	14540893000115001	81002114	100.000,00	100.000,00	10301201585810054
MS	CORGUINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORGUINHO	14016980000115007	81002114	100.000,00	100.000,00	10301201585810054
MS	INOCENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11095923000115001	81002114	100.000,00	100.000,00	10301201585810054
MS	ITAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORA	11749846000115003	81000396	120.555,00	120.555,00	10301201585810054
MS	ITAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORA	11749846000115004	81000396	46.655,00	46.655,00	10301201585810054
MS	ITAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORA	11749846000115005	81000396	40.515,00	40.515,00	10301201585810054
MS	ITAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORA	11749846000115006	81000396	39.740,00	39.740,00	10301201585810054
MS	ITAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORA	11749846000115007	81000396	42.390,00	42.390,00	10301201585810054
MS	ITAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORA	11749846000115008	81000396	129.590,00	129.590,00	10301201585810054
MS	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NEGRO MS	12144238000115001	81002114	100.000,00	100.000,00	10301201585810054
MS	SANTA RITA DO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	12022274000115001	81002114	99.970,00	99.970,00	10301201585810054
MS	SELVIRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10530745000115001	81002114	100.000,00	100.000,00	10301201585810054
MS	VICENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINA MS	12459740000115001	81002114	87.693,90	87.693,90	10301201585810054
MT	BARRA DO GARCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO GARCAS	11930883000115007	18310007	27.880,00	27.880,00	10301201585810051
MT	CUIABA	GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	04441389000115006	29360004	158.368,00	158.368,00	10301201585810051
MT	CUIABA	GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	04441389000115011	29360004	191.978,67	191.978,67	10301201585810051
MT	CUIABA	GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	04441389000115012	29360004	299.940,00	299.940,00	10301201585810051
MT	SAPEZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13401375000115003	81000647	91.938,90	91.938,90	10301201585815399
MT	VARZEA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA GRANDE	11364895000115005	23400003	99.990,00	99.990,00	10301201585810051
PA	ABAETETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABAETETUBA	12282048000115005	81001888	99.569,00	99.569,00	10301201585810015
PA	ACARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11750869000115002	22630008	197.680,67	197.680,67	10301201585817066
PA	ALENQUER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALENQUER	12278544000115003	32600005	302.130,00	302.130,00	10301201585810015
PA	ANANINDEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11948192000115002	26780003	60.070,00	60.070,00	10301201585810015
PA	AUGUSTO CORREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12381567000115011	22630008	223.907,00	223.907,00	10301201585817066
PA	BAIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIAO	17545698000115003	81002092	199.965,00	199.965,00	10301201585810015
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000115020	81001155	359.965,00	359.965,00	10301201585810015
PA	BENEVIDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13707794000115001	22630008	86.787,80	86.787,80	10301201585817066
PA	BENEVIDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13707794000115002	22630008	71.992,80	71.992,80	10301201585817066
PA	BENEVIDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13707794000115003	31880006	78.127,80	78.127,80	10301201585810015
PA	BENEVIDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13707794000115005	31880006	77.752,80	77.752,80	10301201585810015
PA	BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11759577000115001	23850005	349.946,20	349.946,20	10301201585810015
PA	CHAVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAVES	13771552000115001	31880006	912.860,31	912.860,31	10301201585810015
PA	GARRAFAO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	12112888000115001	26780003	127.089,47	127.089,47	10301201585810015
PA	IGARAPE-MIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPE MIRI	11373369000115002	81002092	480.000,00	480.000,00	10301201585810015
PA	JACAREACANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACAREACANGA	11462638000115001	26780003	119.931,47	119.931,47	10301201585810015
PA	MARAPANIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARAPANIM	13583637000115003	81001888	33.615,60	33.615,60	10301201585810015
PA	MARAPANIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARAPANIM	13583637000115004	81001888	66.284,50	66.284,50	10301201585810015
PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11479091000115001	34920006	246.876,48	246.876,48	10301201585810015
PA	NOVO PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO PROGRESSO	11287726000115001	23850005	248.601,25	248.601,25	10301201585810015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PA	ORIXIMINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORIXIMINA	14153138000115002	23850005	344.445,00	344.445,00	10301201585810015
PA	PICARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12918271000115002	22630008	79.357,00	79.357,00	10301201585817066
PA	PLACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLACAS	12566342000115001	22630008	149.985,34	149.985,34	10301201585817066
PA	PORTO DE MOZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO DE MOZ	11424241000115001	23850005	239.763,67	239.763,67	10301201585810015
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12835008000115009	32600005	60.000,00	60.000,00	10301201585810015
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12835008000115010	32600005	64.970,00	64.970,00	10301201585810015
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12835008000115011	32600005	83.145,00	83.145,00	10301201585810015
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12835008000115014	32600005	23.975,00	23.975,00	10301201585810015
PA	SANTO ANTONIO DO TAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO TAUA	12019384000115003	26780003	130.000,00	130.000,00	10301201585810015
PA	SANTO ANTONIO DO TAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO TAUA	12019384000115004	22630008	150.000,00	150.000,00	10301201585817066
PA	SAO FELIX DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051642000115003	32600005	15.930,00	15.930,00	10301201585810015
PA	SAO FELIX DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051642000115004	32600005	335.535,00	335.535,00	10301201585810015
PA	SAO JOAO DA PONTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA PONTA	12091670000115001	22630008	147.655,00	147.655,00	10301201585817066
PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	12133001000115002	34910011	20.245,00	20.245,00	10301201585810374
PA	SOURE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOURE	11416878000115004	26780003	62.970,00	62.970,00	10301201585810015
PA	VIGIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIGIA DE NAZARE	11672396000115001	31880006	86.110,00	86.110,00	10301201585810015
PB	BONITO DE SANTA FE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BONITO DE SANTA FE	11494230000115002	27160006	269.495,00	269.495,00	10301201585810025
PB	CAMPINA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE	24513574000115005	81001727	700.000,00	700.000,00	10301201585810025
PB	COREMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11161210000115002	12680005	350.000,00	350.000,00	10301201585810025
PB	CUITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11404674000115001	23670010	472.292,00	472.292,00	10301201585810025
PB	LUCENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUCENA	11516231000115001	27110010	200.000,00	200.000,00	10301201585810025
PB	PICUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08619650000115001	81000383	92.000,00	92.000,00	10301201585810025
PB	POCO DE JOSE DE MOURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCO DE JOSE DE MOURA	11472830000115004	27160006	69.700,00	69.700,00	10301201585810025
PB	SAO JOSE DE CAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DE CAIANA	10785644000115002	27160006	71.075,00	71.075,00	10301201585810025
PB	TACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIMA	11907806000115006	81000383	91.880,00	91.880,00	10301201585810025
PE	AGRESTINA	AGRESTINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10225695000115018	27170001	17.364,00	17.364,00	10301201585810026
PE	ANGELIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGELIM	10908660000115002	24530002	150.000,00	150.000,00	10301201585810026
PE	CAMUTANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11348486000115001	32990005	201.455,21	201.455,21	10301201585810026
PE	CEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12424026000115001	23920002	292.841,01	292.841,01	10301201585810026
PE	DORMENTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11207731000115001	23920002	350.000,00	350.000,00	10301201585810026
PE	FERREIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09102679000115001	32990005	249.635,68	249.635,68	10301201585810026
PE	ITAMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAMBE	10417698000115001	32990005	137.060,00	137.060,00	10301201585810026
PE	ITAMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAMBE	10417698000115002	32990005	62.930,00	62.930,00	10301201585810026
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	03904395000115009	32990005	1.000,00	1.000,00	10301201585810026
PE	JATAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JATAUBA	10480777000115009	81001784	178.000,00	178.000,00	10301201585810026
PE	LAGOA DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10477153000115003	81001784	399.987,80	399.987,80	10301201585810026
PE	MOREILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	02302028000115001	23920002	300.000,00	300.000,00	10301201585810026
PE	PALMEIRINA	,FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRINA	08091098000115002	28850004	245.465,00	245.465,00	10301201585810026
PE	PASSIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11294475000115003	28850004	203.950,00	203.950,00	10301201585810026
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000115015	27170001	390.990,00	390.990,00	10301201585810026
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000115018	32990005	99.995,00	99.995,00	10301201585810026
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000115019	27180002	73.000,00	73.000,00	10301201585810026
PE	PETROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10410787000115004	23920002	105.000,00	105.000,00	10301201585810026
PE	QUIPAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIPAPA	11299001000115001	24530001	250.000,00	250.000,00	10301201585810026
PE	SANHARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANHARO	10725387000115003	81001784	91.815,00	91.815,00	10301201585810026
PE	SAO BENTO DO UNA	SAO BENTO DO UNA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08960773000115002	24530001	329.975,00	329.975,00	10301201585810026
PE	SAO CAITANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CAETANO	12775279000115001	28850004	203.944,00	203.944,00	10301201585810026
PE	SERRITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRITA	11206759000115002	23920002	136.000,00	136.000,00	10301201585810026
PE	SOLIDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11292383000115001	81001784	313.205,00	313.205,00	10301201585810026
PE	SOLIDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11292383000115002	81001784	86.770,00	86.770,00	10301201585810026
PI	BATALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11418948000115001	19350005	249.715,00	249.715,00	10301201585810022
PI	BENEDITINOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11385040000115001	19350005	129.428,90	129.428,90	10301201585810022
PI	BENEDITINOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11385040000115002	19350005	103.767,80	103.767,80	10301201585810022
PI	BENEDITINOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11385040000115003	19350005	66.790,00	66.790,00	10301201585810022
PI	BOA HORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10528850000115001	19350005	250.000,00	250.000,00	10301201585810022
PI	CAMPO MAIOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO MAIOR	11753492000115001	29000005	400.000,00	400.000,00	10301201585810022
PI	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DE ASSISTENCIA SOCIAL	01878519000215002	11680004	26.060,00	26.060,00	10301201585810022
PI	COLONIA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11254773000115001	27050003	196.754,13	196.754,13	10301201585810022
PI	CORONEL JOSE DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11872740000115001	19350005	220.050,00	220.050,00	10301201585810022
PI	CORONEL JOSE DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11872740000115002	29000005	110.000,00	110.000,00	10301201585810022
PI	ELESBAO VELOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12004162000115001	29000005	436.038,81	436.038,81	10301201585810022
PI	ITAINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11242780000115001	29000005	103.689,00	103.689,00	10301201585810022
PI	ITAUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11676238000115001	11680004	300.000,00	300.000,00	10301201585810022
PI	JAICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11806518000115001	19350005	249.945,66	249.945,66	10301201585810022
PI	LANDRI SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LANDRI SALES PI	13828789000115001	29000005	262.142,24	262.142,24	10301201585810022
PI	LANDRI SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LANDRI SALES PI	13828789000115002	29000005	69.410,00	69.410,00	10301201585810022
PI	MURICI DOS PORTELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MURICI DOS PORTELAS-PI	11949966000115001	29000005	110.000,00	110.000,00	10301201585810022
PI	OLHO D'AGUA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12432278000115001	19350005	200.000,00	200.000,00	10301201585810022
PI	PALMEIRA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRA DO PIAUI	11273444000115001	19350005	249.960,00	249.960,00	10301201585810022
PI	PARNAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARNAGUA-PI	11956493000115001	29000005	109.985,00	109.985,00	10301201585810022

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PI	PARNAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19374673000115001	19350005	490.530,00	490.530,00	10301201585810022
PI	PIO IX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11368266000115001	19350005	198.690,00	198.690,00	10301201585810022
PI	PIRIPIRI	MUNICIPIO DE PIRIPIRI - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10479981000115002	19350005	11.530,00	11.530,00	10301201585810022
PI	SANTA ROSA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11963266000115001	19350005	248.633,60	248.633,60	10301201585810022
PI	SANTANA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11787576000115001	19350005	248.046,67	248.046,67	10301201585810022
PI	SAO JOAO DO PIAUI	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE SANEAMENTO E MEIO AMBIENT	01668777000215001	27050003	300.000,00	300.000,00	10301201585810022
PI	TERESINA	FUNDO DE SAUDE DO ESTADO DO PIAUI	06206659000115004	27050003	599.889,43	599.889,43	10301201585810022
PI	UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11795022000115001	29000005	499.830,28	499.830,28	10301201585810022
PR	ALVORADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALVORADA DO SUL - PR	09393666000115002	81001049	300.000,00	300.000,00	10301201585810041
PR	ANAHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANAHY	09421110000115001	31760005	129.895,40	129.895,40	10301201585810041
PR	APUCARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUCARANA	02575748000115024	81001049	250.000,00	250.000,00	10301201585810041
PR	BOM SUCESSO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM SUCESSO DO SUL	08842588000115001	33090010	250.000,00	250.000,00	10301201585810041
PR	CAFEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAFEARA	09141808000115001	81002124	130.000,00	130.000,00	10301201585810041
PR	CHOPINZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240678000115001	36500010	299.862,28	299.862,28	10301201585810041
PR	CHOPINZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240678000115002	81001476	299.964,00	299.964,00	10301201585810041
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000115001	19700005	250.000,00	250.000,00	10301201585810041
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11323261000115004	28440011	375.628,00	375.628,00	10301201585810041
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11323261000115005	28440011	15.000,00	15.000,00	10301201585810041
PR	MANDAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDAGUACU	08703785000115003	81001049	100.615,00	100.615,00	10301201585810041
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09256935000115001	28430004	199.973,35	199.973,35	10301201585810041
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09256935000115003	31760005	340.000,00	340.000,00	10301201585810041
PR	MARILENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARILENA	09205479000115003	28410015	190.575,00	190.575,00	10301201585810041
PR	MIRADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09160055000115001	28490006	199.905,00	199.905,00	10301201585810041
PR	MOREIRA SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09582499000115001	36500010	63.077,80	63.077,80	10301201585810041
PR	NOVA SANTA BARBARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08854896000115001	28430004	86.784,47	86.784,47	10301201585810041
PR	OURO VERDE DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09292656000115001	19700005	149.986,75	149.986,75	10301201585810041
PR	PALMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08576163000115001	19700005	149.922,00	149.922,00	10301201585810041
PR	PALMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08576163000115002	19700005	350,00	350,00	10301201585810041
PR	PALOTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALOTINA	08878760000115002	23990014	91.860,00	91.860,00	10301201585810041
PR	PARAISO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE PARAISO DO NORTE	09196589000115003	19680007	99.290,00	99.290,00	10301201585810041
PR	PARAISO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE PARAISO DO NORTE	09196589000115002	81001049	249.538,18	249.538,18	10301201585810041
PR	PATO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PATO BRANCO	80872476000115002	81001476	699.919,80	699.919,80	10301201585810041
PR	PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHAIS	08827276000115001	19700005	199.950,00	199.950,00	10301201585810041
PR	PIRAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAQUARA	09468040000115001	19700005	199.985,70	199.985,70	10301201585810041
PR	PONTAL DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTAL DO PARANA	09515395000115001	19700005	199.935,00	199.935,00	10301201585810041
PR	PORTO AMAZONAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO AMAZONAS	09255445000115001	19700005	191.613,00	191.613,00	10301201585810041
PR	PRIMEIRO DE MAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08648246000115001	18670020	151.847,16	151.847,16	10301201585810041
PR	QUARTO CENTENARIO	QUARTO CENTENARIO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09338106000115001	31760005	66.418,94	66.418,94	10301201585810041
PR	RIO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE RIO AZUL	09423744000115001	31760005	61.152,80	61.152,80	10301201585810041
PR	RIO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE RIO AZUL	09423744000115003	31760005	3.845,00	3.845,00	10301201585810041
PR	RIO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE RIO AZUL	09423744000115008	31760005	26.133,28	26.133,28	10301201585810041
PR	RIO BOM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BOM	09010415000115002	29110003	94.628,14	94.628,14	10301201585810041
PR	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09127166000115001	19700005	399.200,00	399.200,00	10301201585810041
PR	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09201882000115005	81001075	163.270,00	163.270,00	10301201585810041
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09571543000115004	81000991	250.000,00	250.000,00	10301201585810041
PR	SANTO INACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08549559000115003	28490006	124.291,00	124.291,00	10301201585810041
PR	SAO JERONIMO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JERONIMO DA SERRA	10188734000115002	18760018	198.495,00	198.495,00	10301201585810041
PR	SAO MATEUS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09426565000115005	19700005	300.000,00	300.000,00	10301201585810041
PR	SULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09004299000115001	28440011	147.250,00	147.250,00	10301201585810041
PR	TAMARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TAMARANA	09242908000115004	81001049	249.910,77	249.910,77	10301201585810041
PR	UBIRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBIRATA	09254084000115004	18760018	103.795,00	103.795,00	10301201585810041
PR	UBIRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBIRATA	09254084000115008	18760018	28.316,00	28.316,00	10301201585810041
RJ	ARARUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ARARUAMA	11885839000115004	81000916	840.100,00	840.100,00	10301201585810033
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11868019000115003	17750013	325.150,00	325.150,00	10301201585813282
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11868019000115007	13100005	852.750,00	852.750,00	10301201585810033
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11868019000115009	17750013	306.560,00	306.560,00	10301201585813282
RJ	CAMBUCI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS	13891753000115001	26160011	499.649,28	499.649,28	10301201585813287
RJ	CARDOSO MOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11389387000115002	26160008	429.105,00	429.105,00	10301201585813292
RJ	LAJE DO MURIAE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11461379000115001	25020005	93.920,00	93.920,00	10301201585813309
RJ	MACAE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11308894000115003	28810009	2.060,00	2.060,00	10301201585813310
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000115018	13100005	174.800,00	174.800,00	10301201585810033
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000115001	25020008	101.250,00	101.250,00	10301201585813318
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000115003	25020008	215.250,00	215.250,00	10301201585813318
RJ	NATIVIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12396542000115010	13450007	399.970,00	399.970,00	10301201585810033
RJ	NOVA FRIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA FRIBURGO	11399442000115004	81001618	250.000,00	250.000,00	10301201585810033
RJ	QUATIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUATIS	16559032000115001	25020011	363.499,99	363.499,99	10301201585813333
RJ	QUATIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUATIS	16559032000115003	81000670	149.970,00	149.970,00	10301201585813333
RJ	QUATIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUATIS	16559032000115006	81000670	65.130,00	65.130,00	10301201585813333
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	11884903000115004	81000916	1.462.963,60	1.462.963,60	10301201585810033
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	39563911000115005	23970006	263.800,00	263.800,00	10301201585810033

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	39563911000115004	81000308	999.635,00	999.635,00	10301201585813365
RN	AFONSO BEZERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AFONSO BEZERRA	17754921000115001	21230019	150.000,00	150.000,00	10301201585810024
RN	ALMINO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO-RN	12528215000115001	24480007	119.983,67	119.983,67	10301201585810024
RN	ANTONIO MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10676422000115001	24090008	299.923,22	299.923,22	10301201585810024
RN	BENTO FERNANDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BENTO FERNANDES	11842621000115002	81001755	199.826,20	199.826,20	10301201585810024
RN	BODO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11371881000115001	24480007	199.323,28	199.323,28	10301201585810024
RN	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOM JESUS	17928645000115001	24480007	199.610,00	199.610,00	10301201585810024
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICARA DO RIO DO VENTO	11882147000115002	24480007	34.341,67	34.341,67	10301201585810024
RN	CAICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAICO - RN	12433830000115001	24480007	200.217,82	200.217,82	10301201585810024
RN	CAMPO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO REDONDO	11276262000115001	24480007	149.936,74	149.936,74	10301201585810024
RN	DOUTOR SEVERIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO	11870066000115001	21230019	120.000,00	120.000,00	10301201585810024
RN	ENCANTO	MUNICIPIO ENCANTO - FUNDO MUL. SAUDE	10267363000115001	12550013	150.000,00	150.000,00	10301201585810024
RN	ESPIRITO SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO	11599234000115001	21230019	117.826,23	117.826,23	10301201585810024
RN	LUCRECIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUCRECIA	11994380000115001	81000756	500.000,00	500.000,00	10301201585810024
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREF MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN	11975244000115001	81001755	99.986,70	99.986,70	10301201585810024
RN	MOSSORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11965996000115007	24090008	148.070,00	148.070,00	10301201585810024
RN	PASSA E FICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSA E FICA	11353961000115002	81001755	199.965,00	199.965,00	10301201585810024
RN	RIO DO FOGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO	11419125000115001	24480007	199.566,70	199.566,70	10301201585810024
RN	SANTA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11356489000115012	81000757	400.000,00	400.000,00	10301201585811296
RN	SAO JOAO DO SABUGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO SABUGI - RN	12035174000115001	24480007	100.000,00	100.000,00	10301201585810024
RN	SAO PAULO DO POTENGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11248215000115006	21230019	119.960,00	119.960,00	10301201585810024
RN	SAO PEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO PEDRO RN	11988535000115001	24480007	119.806,64	119.806,64	10301201585810024
RN	TANGARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11295071000115001	24480007	259.942,03	259.942,03	10301201585810024
RO	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BURITIS	11079071000115001	29470001	145.000,00	145.000,00	10301201585810011
RO	CHUPINGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08673415000115001	29470001	150.000,00	150.000,00	10301201585810011
RO	CHUPINGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08673415000115002	29470001	101.995,00	101.995,00	10301201585810011
RO	ROLIM DE MOURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07851282000115016	29470001	99.980,00	99.980,00	10301201585810011
RS	ALVORADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA	14069503000115001	36610012	67.810,60	67.810,60	10301201585810043
RS	ALVORADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA	14069503000115002	36610012	79.237,80	79.237,80	10301201585810043
RS	AMETISTA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11244236000115003	20230004	207.200,00	207.200,00	10301201585810043
RS	AUGUSTO PESTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUGUSTO PESTANA	12250562000115001	19840014	249.800,00	249.800,00	10301201585810043
RS	BUTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BUTIA / RS	12113820000115004	81000869	99.922,64	99.922,64	10301201585810043
RS	CAMPOS BORGES	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPOS BORGES	11700631000115003	20230004	175.076,95	175.076,95	10301201585810043
RS	CANGUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CANGUCU	12268064000115002	28670008	119.970,00	119.970,00	10301201585810043
RS	CAPELA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE(FMS) DE CAPELA DE SANTANA	10572500000115001	28670008	146.120,47	146.120,47	10301201585810043
RS	CAXIAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS DO SUL	10546325000115007	81000869	150.158,90	150.158,90	10301201585810043
RS	ESPUMOSO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12796996000115001	20980002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	FAXINALZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FAXINALZINHO - RS	12132481000115001	90480004	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	GLORINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GLORINHA	11687792000115002	28640008	249.946,34	249.946,34	10301201585810043
RS	GRAVATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAVATAI	12195662000115002	19840014	56.720,55	56.720,55	10301201585810043
RS	GRAVATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAVATAI	12195662000115003	19840014	57.620,55	57.620,55	10301201585810043
RS	GRAVATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAVATAI	12195662000115004	19840014	123.545,20	123.545,20	10301201585810043
RS	GRAVATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAVATAI	12195662000115006	81001339	249.579,40	249.579,40	10301201585810043
RS	GRAVATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAVATAI	12195662000115007	81000869	249.969,43	249.969,43	10301201585810043
RS	HORIZONTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11735127000115005	36620007	99.872,34	99.872,34	10301201585810043
RS	MATO LEITAO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE MATO LEITAO	10519243000115001	20980002	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
RS	MORRO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO REDONDO	12306016000115001	20980002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	NAO-ME-TOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - NAO-ME-TOQUE	11870064000115001	81000526	249.940,00	249.940,00	10301201585810043
RS	NOVA BASSANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BASSANO	12153799000115001	28670008	146.492,55	146.492,55	10301201585810043
RS	NOVA CANDELARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA CANDELARIA	12272490000115001	90480004	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	NOVO BARREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE(FMS)	12299124000115002	28630016	99.617,80	99.617,80	10301201585810043
RS	NOVO HAMBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11416036000115004	81000869	250.000,00	250.000,00	10301201585810043
RS	OSORIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11322135000115003	20230004	176.898,00	176.898,00	10301201585810043
RS	PALMITINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMITINHO -RS	11642039000115001	20980002	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
RS	PARECI NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARECI NOVO	10543099000115001	90480004	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	PEJUCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEJUCARA	11822817000115001	28930001	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	PELOTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11217562000115002	81001339	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
RS	PINHAL GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13094599000115001	28930001	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11358235000115003	81000869	249.200,00	249.200,00	10301201585810043
RS	PORTO VERA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VERA CRUZ	12051687000115001	90480004	200.000,00	200.000,00	10301201585810043
RS	ROSARIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11834748000115003	19840014	91.888,67	91.888,67	10301201585810043
RS	ROSARIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11834748000115004	81000869	250.000,00	250.000,00	10301201585810043
RS	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO	12094007000115007	20980002	200.595,00	200.595,00	10301201585810043

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	SAO GABRIEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12340821000115001	28670008	408.000,00	408.000,00	10301201585810043
RS	SAO JOSE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12071532000115001	36610012	249.990,18	249.990,18	10301201585810043
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000115011	20230004	221,00	221,00	10301201585810043
RS	TENENTE PORTELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11269207000115001	28930001	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	TORRES	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE TORRES/RS	12225390000115003	81001339	55.255,00	55.255,00	10301201585810043
RS	TRAMANDAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRAMANDAI	10574385000115002	81000869	199.780,00	199.780,00	10301201585810043
RS	VENANCIO AIRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11094183000115001	81000568	196.840,00	196.840,00	10301201585810043
SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE BALNEARIO BARRA DO SUL	11228769000115001	28520008	99.944,14	99.944,14	10301201585810042
SC	CATANDUVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	10391817000115001	28510002	149.844,04	149.844,04	10301201585810042
SC	CRICIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA/SC	08435209000115013	28570004	48.420,00	48.420,00	10301201585810042
SC	CRICIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA/SC	08435209000115022	28570004	10.560,00	10.560,00	10301201585810042
SC	CRICIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA/SC	08435209000115024	28510002	2.860,00	2.860,00	10301201585810042
SC	DONA EMMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10416064000115001	28520008	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORIANO-POLIS	08935681000115001	29060007	293.447,67	293.447,67	10301201585810042
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV CELSO RAMOS	08857731000115006	81000369	199.845,00	199.845,00	10301201585810042
SC	GUARAMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11293409000115007	23840001	99.935,00	99.935,00	10301201585810042
SC	IRINEOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06089125000115001	23840001	99.256,67	99.256,67	10301201585810042
SC	ITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA	11417287000115002	28520008	119.970,00	119.970,00	10301201585810042
SC	JOSE BOITEUX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13962716000115001	28520008	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	LONTRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LONTRAS	17756464000115002	28510002	80.550,00	80.550,00	10301201585810042
SC	MORRO DA FUMACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA	10598648000115001	28510002	296.078,33	296.078,33	10301201585810042
SC	PALHOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12092636000115001	81000369	200.000,00	200.000,00	10301201585810042
SC	PASSOS MAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS MAIA	11894194000115001	28510002	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	PORTO UNIAO	FUNDO MUN. DE SAUDE FMS DO MUN. DE POR-TO UNIAO - SC	00185045000115002	23840001	98.955,00	98.955,00	10301201585810042
SC	PORTO UNIAO	FUNDO MUN. DE SAUDE FMS DO MUN. DE POR-TO UNIAO - SC	00185045000115003	23840001	109.340,00	109.340,00	10301201585810042
SC	PORTO UNIAO	FUNDO MUN. DE SAUDE FMS DO MUN. DE POR-TO UNIAO - SC	00185045000115004	23840001	18.572,00	18.572,00	10301201585810042
SC	PORTO UNIAO	FUNDO MUN. DE SAUDE FMS DO MUN. DE POR-TO UNIAO - SC	00185045000115005	23840001	35.490,00	35.490,00	10301201585810042
SC	RODEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RODEIO	11246073000115001	81000368	189.875,00	189.875,00	10301201585814631
SC	SALETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALETE	10523679000115001	28510002	150.000,00	150.000,00	10301201585810042
SC	SAO JOSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE	11214458000115001	31830004	238.000,00	238.000,00	10301201585810042
SC	TIMBO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO GRANDE	11409272000115001	23840001	99.945,37	99.945,37	10301201585810042
SC	TREVISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREVISO	10461159000115001	31830004	298.802,10	298.802,10	10301201585810042
SE	BREJO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BREJO GRANDE	11367495000115002	27320005	299.997,67	299.997,67	10301201585810028
SE	FREI PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11270247000115001	26080007	122.219,67	122.219,67	10301201585810028
SE	FREI PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11270247000115003	26080007	106.590,60	106.590,60	10301201585810028
SE	FREI PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11270247000115004	26080007	96.810,60	96.810,60	10301201585810028
SE	FREI PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11270247000115005	26080007	22.215,67	22.215,67	10301201585810028
SE	FREI PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11270247000115009	26080007	124.623,46	124.623,46	10301201585810028
SE	GENERAL MAYNARD	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD	11498627000115001	27320005	84.360,67	84.360,67	10301201585810028
SE	GENERAL MAYNARD	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD	11498627000115002	27320005	99.632,08	99.632,08	10301201585810028
SE	ITABAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABAIANA SERGIPE	12219015000115003	29080006	262.388,00	262.388,00	10301201585810028
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11244267000115001	26080007	72.005,00	72.005,00	10301201585810028
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11244267000115002	26080007	56.170,00	56.170,00	10301201585810028
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11244267000115003	26080007	57.545,00	57.545,00	10301201585810028
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11244267000115004	26080007	57.445,00	57.445,00	10301201585810028
SE	TELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11443189000115006	29080006	214.930,00	214.930,00	10301201585810028
SE	TOMAR DO GERU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOMAR DO GERU	11412389000115001	22460012	4.470,00	4.470,00	10301201585810028
SP	ALAMBARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19076230000115001	28010004	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	AMERICANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMERICANA	13868995000115001	25320009	196.165,00	196.165,00	10301201585810035
SP	ARACARIGUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACARI-GUAMA	97542008000115001	81001240	289.965,00	289.965,00	10301201585810035
SP	ASSIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11516639000115001	28860017	296.954,35	296.954,35	10301201585810035
SP	AVANHANDAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AVANHANDA-VA	13752949000115003	28860017	149.135,28	149.135,28	10301201585810035
SP	BANANAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12069270000115001	28010004	49.963,47	49.963,47	10301201585810035
SP	BARRA DO CHAPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO CHAPEU	16527275000115003	25200003	54.922,80	54.922,80	10301201585810035
SP	BARRA DO CHAPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO CHAPEU	16527275000115004	25200003	108.025,00	108.025,00	10301201585810035
SP	BARRA DO TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO TURVO	11826961000115001	19970014	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	BARRA DO TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO TURVO	11826961000115003	19970014	100.250,00	100.250,00	10301201585810035
SP	BERTIOGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BERTIOGA	12444716000115003	25320009	17.690,00	17.690,00	10301201585810035
SP	BERTIOGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BERTIOGA	12444716000115004	25320009	20.088,67	20.088,67	10301201585810035
SP	CAMPINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINAS	13704311000115018	81001531	225.600,00	225.600,00	10301201585813474
SP	CARAGUATATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAGUATA-TUBA	14009808000115001	28860017	299.999,40	299.999,40	10301201585810035
SP	CHAVANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAVANTES	13892407000115001	81000854	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	CORONEL MACEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MACEDO	11368938000115001	28010004	49.918,28	49.918,28	10301201585810035
SP	GENERAL SALGADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENERAL SALGADO	11875037000115001	15930004	199.951,34	199.951,34	10301201585813559
SP	IARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11777358000115001	18180007	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	ITAPECERICA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12440891000115001	12340016	299.926,29	299.926,29	10301201585813620
SP	ITAPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13694379000115001	28010004	99.960,00	99.960,00	10301201585810035
SP	ITU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11192194000115001	81001128	249.923,40	249.923,40	10301201585813638
SP	ITUPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPEVA	13598672000115001	25320009	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	JABORANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13870794000115001	25320009	100.000,00	100.000,00	10301201585810035

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	JAGUARIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARIUNA	11297035000115003	18180007	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	LIMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11396895000115002	15270006	65.770,00	65.770,00	10301201585810035
SP	LIMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11396895000115006	15270006	105.124,00	105.124,00	10301201585810035
SP	MAIRIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11169453000115010	81001870	46.725,60	46.725,60	10301201585810035
SP	MOGI GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOGI GUACU	08691564000115001	25320009	99.995,00	99.995,00	10301201585810035
SP	MORRO AGUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO AGUDO	11833991000115003	28150005	204.815,00	204.815,00	10301201585810035
SP	MORRO AGUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO AGUDO	11833991000115004	28150005	150.830,00	150.830,00	10301201585810035
SP	MORRO AGUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO AGUDO	11833991000115005	28150005	44.260,00	44.260,00	10301201585810035
SP	MORUNGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11363048000115002	18180007	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	NOVO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE	11873980000115002	28860017	74.775,00	74.775,00	10301201585810035
SP	PACAEMBU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11948764000115003	25200003	159.920,67	159.920,67	10301201585810035
SP	PERUIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERUIBE	97519444000115001	25320009	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	PIACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIACATU	12041339000115002	18180007	99.996,00	99.996,00	10301201585810035
SP	PILAR DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12389301000115005	18180007	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	PILAR DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12389301000115004	81001204	99.915,00	99.915,00	10301201585810035
SP	PIRASSUNUNGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12094290000115011	18180007	76.300,00	76.300,00	10301201585810035
SP	POTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POTIM	13770915000115001	28010004	99.925,00	99.925,00	10301201585810035
SP	PRAIA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE	11252940000115007	81001776	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	RIBEIRAO PIRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO PIRES	12928308000115002	81001776	149.990,00	149.990,00	10301201585810035
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DA ESPERANCA	13812376000115001	28200021	300.000,00	300.000,00	10301201585810035
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13893669000115001	81000854	99.975,00	99.975,00	10301201585810035
SP	SANTO ANTONIO DE POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DE POSSE	11347477000115001	81001534	149.045,00	149.045,00	10301201585810035
SP	SANTO ANTONIO DO JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13960353000115001	25340017	99.955,00	99.955,00	10301201585810035
SP	SAO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	64924665000115003	81000331	599.975,00	599.975,00	10301201585810035
SP	SOCORRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOCORRO	11728059000115011	17990005	110.100,00	110.100,00	10301201585810035
SP	SOROCABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOROCABA	12493507000115001	81001988	421.730,00	421.730,00	10301201585810035
SP	SOROCABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOROCABA	12493507000115003	81001988	278.250,00	278.250,00	10301201585810035
SP	SUZANAPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANAPOLIS	59764944000215001	25320009	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	TABAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABAPUA	11855355000115002	28150005	146.065,00	146.065,00	10301201585810035
SP	TEODORO SAMPAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEODORO SAMPAIO	12362507000115001	25320009	296.600,00	296.600,00	10301201585810035
SP	TIMBURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIMBURI	14453327000115001	28010004	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	TRES FRONTEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12280304000115001	81001115	99.535,00	99.535,00	10301201585810035
SP	VALENTIM GENTIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALENTIM GENTIL	15716035000115002	81001254	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	VARGEM GRANDE PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM GRANDE PAULISTA	12052434000115001	25320009	149.370,00	149.370,00	10301201585810035
SP	VARZEA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA PAULISTA	13786887000115001	25320009	98.660,10	98.660,10	10301201585810035
SP	VARZEA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA PAULISTA	13786887000115004	81001647	199.970,00	199.970,00	10301201585810035
SP	VOTORANTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11209472000115004	81001988	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
TO	AUGUSTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUGUSTINOPOLIS	11421097000115001	29180007	249.500,00	249.500,00	10301201585810017
TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADA DA NATIVIDADE	11289197000115002	26910002	67.258,00	67.258,00	10301201585810017
TO	CHAPADA DE AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADA DE AREIA	12440801000115001	29180007	100.000,00	100.000,00	10301201585810017
TO	DUERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUERE	13973552000115001	29180007	199.975,00	199.975,00	10301201585810017
TO	GOIANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11438307000115004	26910002	200.000,00	200.000,00	10301201585810017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11295419000115002	26910002	50.377,80	50.377,80	10301201585810017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11295419000115004	26910002	104.800,00	104.800,00	10301201585810017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11295419000115005	26910002	35.000,00	35.000,00	10301201585810017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11295419000115009	26900002	96.860,00	96.860,00	10301201585810017
TO	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJEADO DO TOCANTINS-TO	11952334000115001	26910002	250.000,00	250.000,00	10301201585810017
TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11545460000115005	26910002	117.234,00	117.234,00	10301201585810017
TO	NOVA OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11627479000115001	26910002	199.900,00	199.900,00	10301201585810017
TO	PALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11320420000115004	81000871	557.238,10	557.238,10	10301201585810017
TO	PALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11320420000115006	81000871	711.205,60	711.205,60	10301201585810017
TO	PALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11320420000115013	81000871	100,00	100,00	10301201585810017
TO	SAO VALERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VALERIO DA NATIVIDADE	12257851000115002	29180007	90.170,00	90.170,00	10301201585810017
TO	WANDERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WANDERLANDIA - TO	11178091000115001	29180007	150.000,00	150.000,00	10301201585810017
TOTAL			574 PROPOSTAS			100.854.283,29	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA
SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO MINAS GERAIS

DECISÕES DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.023025/2015-04	ADMINISTRADORA BRASILEIRA DE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA	413305	04.043.452/0001-01	Deixar de garantir cobertura assistencial para procedimento de ressonância magnética do tornozelo direito, solicitado pela beneficiária J.C.S., em 11/5/2015. (art. 12, I, "b" da Lei 9656/98).	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)

25779.026273/2015-07	AMIL ASSISTENCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir em 5/03/2013 ao beneficiário C.D.S., a cobertura das despesas referentes aos honorários de médico anestesista. (art. 12, inciso II, alínea "c" da Lei 9656/98).	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.370617/2014-99	CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659	33.719.485/0001-27	Deixar de garantir ao beneficiário P.R.F.S. acesso a cobertura obrigatória ao exame Hidroxi Vitamina D, em 3.7.2013. (art. 25 da Lei 9656/98).	Arquivamento - Anulação do Auto n° 61.289
25779.017569/2015-29	SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO DE SAÚDE	006246	01.685.053/0001-56	(Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98).	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.003978/2014-67	UNIMED SETE LAGOAS COOPETARIVA DE TRABALHO MÉDICO	349534	24.014.235/0001-09	Exigir da Sra. G.F.R., vinculada a contrato regulamentado, o pagamento integral do procedimento de radioterapia realizado no dia 27/11/2013. (art. 1°, §1°, alínea "d" da Lei 9656/98).	ADVERTÊNCIA

RICARDO CASTRO RAMOS

RETIFICAÇÕES

No D.O.U n° 216, de 12 de NOVEMBRO de 2015, Seção 1, pagina 52, processo n° 25779.010538/2015-47, da operadora Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda, CNPJ 04.043.452/0001-01

Onde se lê: 25779.029769/2015-24, Deixar de garantir cobertura assistencial para consulta na especialidade nefrologia de nefrologia solicitada pelo beneficiário J.F.S., em 27/02/2015.

Leia-se: 25779.010538/2015-47, Deixar de garantir a beneficiária E.R.A., cobertura obrigatória especialidade ginecologia, solicitada em 23/01/2015.

No D.O.U n° 216, de 12 de NOVEMBRO de 2015, Seção 1, pagina 52, processo n° 25779.020557/2015-81, da operadora Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda, CNPJ 04.043.452/0001-01

Onde se lê: 25779.024113/2015-25, Minas Center Med Ltda, 411086, 02.493.426/0001-50, Não disponibilizar consulta com Neurologista solicitada em 18/05/2015, à S.P.P, beneficiário(a) de plano individual/familiar.

Leia-se: 25779.020557/2015-81, Administradora Brasileira de Assistencia Médica Ltda, 413305, 04.043.452/0001-01, Deixar de garantir, em 10/03/2015 consulta na especialidade pneumologia, para R.C.A.

NÚCLEO SÃO PAULO

DECISÕES DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.027871/2014-95	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 12, I, alínea b, da Lei 9656/98, por negar cobertura para tratamento de acupuntura.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.033717/2014-52	UNIMED CAMPINAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	335690.	46.124.624/0001-11	Artigo 12, I, "b" da Lei 9.656/98.	Auto de Infração 53880 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.049480/2015-11	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Artigo 25 da Lei nº 9.656/98.	Auto de Infração 60872 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.004776/2015-02	SANTA HELENA ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A.	355097.	43.293.604/0001-86	Art. 12, I, b, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ repetição do exame de HPV por técnicas de hibridização.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.063316/2014-27	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Artigo 25 da Lei 9656/98.	Auto de Infração 59146 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.002488/2015-13	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II, da Lei 9656/98, por rescindir contrato fora da hipótese legal prevista.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.007193/2015-25	SANTA HELENA ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A.	355097.	43.293.604/0001-86	Artigo 12, I, b, da Lei 9.656/98.	Auto de Infração 57309 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.096921/2014-84	ASSOCIAÇÃO AUXILIADORA DAS CLASSES LABORIOSAS	340146.	61.740.791/0001-80	Art. 17, §4º da Lei 9656/98, por redimensionar rede s/aut., c/ rescisão pelo Hospital Cruz Azul de São Paulo, e suspensão contratual c/ Hospital e Maternidade SEPACO.	409.140,19 (QUATROCENTOS E NOVE MIL, CENTO E QUARENTA REAIS E DEZENOVE CENTAVOS)
25789.039461/2014-97	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, I, alínea b da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ ultrassonografia de abdome total e ultrassonografia de aparelho urinário masculino.	17.600,00 (DEZESSETE MIL, SEISCENTOS REAIS)
25789.004690/2015-71	UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL TRABALHO MÉDICO LTDA	384577.	17.790.718/0001-21	Art. 12, I, b, da Lei 9656/98, por negar cobertura de sessões de acupuntura.	70.400,00 (SETENTA MIL, QUATROCENTOS REAIS)
25789.008915/2015-69	IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS DA STA CASA DE MISERICORDIA DE BRAGANÇA PAULISTA	323977.	45.615.309/0001-24	Art. 12, II, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ reconstrução de mandíbula com ou sem enxerto ósseo.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.103308/2014-21	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, da Lei 9656/98, por negar cob.p/ punção/infiltração articular diagnóstica/terapêutica orientada ou não por imagem.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.105382/2014-81	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, alínea a, da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ correção de Incontinência urinária "sling" vaginal ou abdominal, sintético ou autólogo.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.033909/2015-40	UNIHOSP SAÚDE S.A.	385255.	01.445.199/0001-24	Art. 12, I, b da Lei 9656/98, por negar cobertura do exame de ultrassom de abdome total.	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.100753/2014-39	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, alínea a, da Lei 9656/98 por negar cob. p/ ureterorrenolitotripsia flexível ou rígida e colocação ureteroscópica de duplo J.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.100867/2014-89	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, alínea a, da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ Artrodese da coluna c/ instrumentação e descompressão medular e/ou cauda equina.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.103984/2014-02	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTOVÃO	314218.	60.975.174/0001-00	Art. 12, I, alínea a da Lei 9656/98, por negar cobertura para consulta com pediatra.	70.400,00 (SETENTA MIL, QUATROCENTOS REAIS)
25789.048674/2014-18	NOTRE DAME SEGURADORA S/A	006980.	62.498.803/0001-75	Art. 12, II, alínea a, c/c art. 11, caput, da Lei 9656/98, c/c art. 16, §3º da RN 162 por negar cobertura sob aleg. de DLP p/ osteotomia segmentar da maxila e osteoplastia para prognatismo.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.057479/2013-90	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II, da Lei 9656/98, por rescindir por inadimplência, contrato em desacordo com a lei.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33903.002676/2010-01	PRODENT - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.	380041.	61.590.816/0001-07	1)Art. 16 da Lei 9656/98; 2)art. 9º da Lei 9656/98; 3)art. 9º da Lei 9656/98.	105.000,00 (CENTO E CINCO MIL REAIS)
25789.030997/2014-47	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	1)Art. 4º, II, da Lei 9961/00 c/c art. 25 da Lei 9656/98 c/c RN 85/04 c/c IN 23/09; 2)art. 4º, II, da Lei 9961/00 c/c art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 5º da RN 195/09; 3)art. 11 da Lei 9656/98 c/c art. 14 da RN 162/07 e 4)art. 4º, II, da Lei 9961/00 c/c art. 25 da Lei 9656/98 c/c Súmula 21/11.	Advertência e 115.000,00 (CENTO E QUINZE MIL REAIS)
25789.040529/2014-81	ODONTOPREV S/A	301949.	58.119.199/0001-51	Art. 25, da Lei 9656/98, ao descumprir contrato não garantindo cancelamento do plano odontológico.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.073771/2014-31	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, VI c/c art. 35-C, I da Lei 9656/98 por negar reembolso de Vitrectomia posterior e facoemulsificação com implante de lente intraocular.	110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)
25789.009587/2014-37	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 17, § 4º da Lei 9656/98, por redimensionar a rede c/ exclusão do Hospital São Luiz Unidade Anália Franco, do Hospital São Luiz Unidade Itaim e do Hospital São Luiz Unidade Morumbi s/ autorização.	458.384,21 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, TREZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS)
25789.093270/2012-17	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Artigo 12, II, 'a', da Lei 9.656/1998.	Auto de Infração 50885 anulado por improcedência. Arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25789.096809/2013-62	UNIMED DAS ESTÂNCIAS PAULISTAS OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE, SOCIEDADE COOPERATIVA	348066.	01.029.782/0001-54	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98, por deixar de garantir cobertura para cateterismo cardíaco.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.054593/2014-49	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, I, alínea b da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ Quimioterapia Oncológica Ambulatorial com o medicamento Oxaliplatina.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.012663/2015-72	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ exerése de tumor benigno e reconstrução parcial de mandíbula com enxerto.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.000159/2015-20	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, I, alínea b da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ dosagem de anticonvulsivantes.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.000162/2015-43	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA	402796.	58.194.622/0001-88	Art. 12, I, alínea b da Lei 9656/98 por negar cobertura para nuclear magnética crânio-encefálica.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.057994/2014-51	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, I, alínea b da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ capilaroscopia periungueal.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.077797/2014-58	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II da Lei 9656/98, por rescindir unilateralmente contrato por inadimplência, sem observar o rito legal.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.088424/2014-11	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II da Lei 9656/98, por rescindir contrato por inadimplência, sem observar o rito legal.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.058163/2014-04	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 4º, II, da Lei 9961/00, c/c art. 25 da Lei 9656/98, c/c RN 85/04, c/c IN 23/09, por operar produto em desacordo com a lei.	300.965,63 (TREZENTOS MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS)
25789.068820/2014-13	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 8º da Lei 9656/98 c/c art. 13, anexo II, item 6, da RN 85/04, alt. pela RN 100/05, por operar o produto de forma diversa da registrada.	Advertência.
25789.000247/2015-21	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ biópsia de próstata.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.000285/2015-84	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ tenólise no túnel ósteo fibroso.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.077607/2014-01	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II da Lei 9656/98, por rescindir contrato por inadimplência, sem observar o rito legal.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.077438/2014-09	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II da Lei 9656/98, por rescindir contrato por inadimplência, sem observar o rito legal.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.057277/2013-48	UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	357391.	27.578.434/0001-20	Art. 12, II, alínea c, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ honorários médicos relativos à internação no Hospital Samaritano.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.013566/2015-05	BIOVIDA SAÚDE LTDA.	415111.	04.299.138/0001-94	Art. 12, I, alínea b da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ tratamento de hiperidrose.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.025585/2014-95	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 25 da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ consulta c/ ortopedista.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.071844/2014-50	UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A	000701.	04.487.255/0001-81	Art. 12, II, a, da Lei 9656/98.	Auto de Infração 55513 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.076734/2014-84	ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	417530.	11.939.445/0001-58	Art. 13, § único, II, da Lei 9656/98, por rescindir contrato sob argumento de inadimplência.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.091356/2013-88	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 35-C, II da Lei 9656/98 c/c art. 7º caput e § 2º da CONSU 13 de 1998, alt. pela CONSU 15 de 1999.	110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)
25789.039842/2014-76	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II, da Lei 9656/98, por rescindir contrato por inadimplência, discorde dos ditames legais.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.092272/2014-42	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ esvaziamento cervical.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.020444/2014-86	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Art. 25 da Lei 9656/98, ao cancelar o plano de saúde em desacordo com termo aditivo da proposta de adesão.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.095122/2014-91	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ colocação de prótese em joelho.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.075953/2014-46	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	1)Art. 8º, da Lei 9656/98, c/c art. 13, Anexo II, item 6, da RN 85/04, e 2)art. 17, §4º da Lei 9656/98.	Advertência e 181.595,63 (CENTO E OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS)

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DECISÕES DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A Gerente-Geral de Fiscalização Substituta, no exercício das atribuições delegadas pela Portaria ANS nº 41, de 19 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 20 de março de 2015, seção 1, pág. 46, c/c Portaria ANS nº 7528, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de setembro de 2015, seção 2, pág. 35, e considerando o disposto no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima as operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.346822/2014-33	FUNDAÇÃO USISAÚDE	417246	11.508.880/0012-28	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Conduta tipificada no art. 35, da RN 124/06. Infração configurada.	ADVERTÊNCIA
25783.006042/2013-48	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
25772.005822/2013-08	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
25772.010788/2012-02	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - EM LIQ EXTRAJUDICIAL	301311.	13.130.299/0001-40	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25785.017988/2014-09	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Negativa de cobertura. Obrigação de natureza contratual. Infração ao art 25 da 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 78 da RN 124/06. Infração configurada.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25783.008814/2014-67	PS PADRÃO ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA	417271.	11.273.573/0001-05	Negativa de cobertura. Obrigação de natureza contratual. Infração ao art 25 da 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 78 da RN 124/06. Infração configurada.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

FLAVIA CRISTINA CORDEIRO BIESBROECK

DECISÕES DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A Gerente-Geral de Fiscalização Substituta, no exercício das atribuições delegadas pela Portaria ANS nº 41, de 19 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 20 de março de 2015, seção 1, pág. 46, c/c Portaria ANS nº 7528, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de setembro de 2015, seção 2, pág. 35, e considerando o disposto no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima as operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.099383/2011-11	ODONTO EMPRESAS CONVENIOS DENTARIOS LTDA.	310981.	40.223.893/0001-59	Cisão parcila da operadora sem autorização da ANS. Art 4º, inciso XXII, da Lei 9.961/00. Conduta tipificada no art 28 da RN 124/06. Infração configurada.	ADVERTÊNCIA
25789.092474/2014-94	BIOVIDA SAÚDE LTDA.	415111.	04.299.138/0001-94	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, "b", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25773.017196/2013-84	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I e II, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25782.000648/2014-61	UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS	304701.	75.055.772/0001-20	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, "b", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.025471/2014-45	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, "a" da Lei 9.656/98.Anulação do Auto de Infração.	ARQUIVAMENTO
25773.004663/2013-14	MULTICLÍNICAS ASSIST.MED. CIRURG. E HOSP. LTDA. - EM LIQ EXTRAJUDICIAL	331490.	10.364.370/0001-61	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, "b", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25773.012052/2013-31	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25773.022812/2011-57	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25783.015478/2012-47	EXCELSIOR MED S/A	411051.	03.517.055/0001-61	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "e", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33903.001442/2014-62	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP. MÉDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "a", da Lei 9.656/98 c/c art 3º, XIII, da RN 259/11. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25782.011768/2013-11	UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS	304701.	75.055.772/0001-20	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "a", "c" e "e", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
33902.345956/2014-37	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	323080.	03.658.432/0001-82	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "c", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
25783.018981/2013-35	EXCELSIOR MED S/A	411051.	03.517.055/0001-61	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso IV, "a", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Anulação do Auto de Infração	ARQUIVAMENTO
25772.007359/2014-10	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Negativa de cobertura. Obrigação de natureza contratual. Infração ao art 25 da 9.656/98. Anulação do Auto de Infração.	ARQUIVAMENTO
25772.003548/2012-43	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Negativa de cobertura. Obrigação de natureza contratual. Infração ao art 25 da 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 78 da RN 124/06. Infração configurada.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25780.003502/2015-78	PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S/A	000582.	04.540.010/0001-70	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 35-C, da Lei 9.656/98. Anulação do Auto de Infração.	ARQUIVAMENTO
25783.016759/2011-36	UNIMED SAO JOSE DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	331872.	60.214.517/0001-05	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 35-C, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 79 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25773.001656/2012-71	CONMED SÃO LUIS - CONVÊNIOS MÉDICOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR LTDA	417483.	11.399.922/0001-30	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, "b", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25783.025334/2013-80	UNIMED CARUARU-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	340952.	24.449.225/0001-98	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Pedido de Celebração de TCAC. Infração configurada.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

FLAVIA CRISTINA CORDEIRO BIESBROECK

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 288, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no §1º do art. 58 do Regimento Interno, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada na reunião realizada em 15/09/2015.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

1.
Empresa: Infan Indústria Farmacêutica Nacional S/A
Medicamento: Bromelin (Ananas comosus)
Forma Farmacêutica: Suspensão oral
Processo nº: 25351.164024/2002-15
Expediente nº: 0859239/13-0
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro do Medicamento Fitoterápico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 059/2015 - Corec/Sumed.

2.
Empresa: Belfar Ltda.
Medicamento: Metronidazol
Forma Farmacêutica: Comprimido simples
Processo nº: 25351.624547/2008-10
Expediente nº: 0159001/12-4
Assunto: Indeferimento de Petição de Registro do Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 030/2015 - Corec/Sumed.

3.
Empresa: Zydus Nikkho Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Besilato de anlodipino
Forma Farmacêutica: Comprimido revestido
Processo nº: 25351.050146/2004-89
Expediente nº: 0286267/12-1
Assunto: Indeferimento da petição de Renovação de Registro do Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 079/2015 - Corec/Sumed.

4.
Empresa: Arrow Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Prolactil (cabergolina).
Forma Farmacêutica: comprimido simples.
Processo nº 25351.693978/2009-69
Expediente nº: 0115735/12-3
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 051/2015 - Corec/Sumed.

5.
Empresa: Arrow Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Cabergolina.
Forma Farmacêutica: comprimido simples.
Processo nº 25351.676623/2009-22
Expediente nº: 0113512/12-1
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 054/2015 - Corec/Sumed.

6.
Empresa: Bionatus Laboratório Botânico Ltda.
Medicamento: Bioginkgo
Formas farmacêuticas: Comprimido revestido e cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25000.019962/94-62
Expediente nº: 988186/11-7
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro do Medicamento Fitoterápico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 062/2015 - Corec/Sumed.

7.
Empresa: Prodotti Laboratório Farmacêutico Ltda.
Medicamento: Prodoterol (bromidrato de fenoterol)
Formas farmacêuticas: Solução com propelente (aerossol), comprimido simples, solução oral e xarope
Processo nº: 25000.027951/96
Expediente nº: 0263781/14-2
Assunto: Indeferimento de Renovação de Registro do Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.

8.
Empresa: Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Medicamento: olmesartana medoxomila + hidroclorotiazida
Forma Farmacêutica: Comprimido Revestido
Processo nº: 25351.397080/2012-41
Expediente nº: 0660439/13-1
Assunto: Indeferimento de Petição de Registro do Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declarar a extinção do recurso em razão da desistência da recorrente.

9.
Empresa: Balm-Labor Indústria Farmacêutica Ltda
Medicamento: dipirona
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.323350/2006-96
Expediente nº: 0272044/13-2
Assunto: Deferimento de Petição de Caducidade de Registro do Medicamento
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.

10.
Empresa: Balm-Labor Indústria Farmacêutica Ltda
Medicamento: ácido acetil salicílico
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.323289/2006-87
Expediente nº: 0272033/13-7
Assunto: Deferimento de Petição de Caducidade de Registro do Medicamento
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.

11.
Empresa: Balm-Labor Indústria Farmacêutica Ltda
Medicamento: ácido acetil salicílico
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.323309/2006-10
Expediente nº: 0272008/13-6
Assunto: Deferimento de Petição de Caducidade de Registro do Medicamento
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.

12.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Empresa: Balm-Labor Indústria Farmacêutica Ltda
Medicamento: paracetamol
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.323248/2006-91
Expediente nº: 0272054/13-0
Assunto: Deferimento de Petição de Caducidade de Registro do Medicamento
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
13.
Empresa: Laboratório Hepacholan S.A.
Medicamento: Regulador Xavier N.2
Forma Farmacêutica: solução oral
Processo nº: 25992.001070/31
Expediente nº: 0599019/13-0
Assunto: Indeferimento de Renovação do Registro de Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
14.
Empresa: Orient Mix Fitoterápicos do Brasil Ltda
Medicamento: Própolis Orient
Forma Farmacêutica: Cápsula Gelatinosa Dura
Processo nº: 25000.029861/999-96
Expediente nº: 0694413/14-2
Assunto: Indeferimento de Renovação do Registro de Medicamento Fitoterápico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
15.
Empresa: RD & S Produtos para saúde Ltda
Medicamento: Natrium Phosphoricum D6
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.079678/2012-76
Expediente nº: 0870514/13-3
Assunto: Indeferimento da petição de registro do medicamento dinamizado
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
16.
Empresa: RD & S Produtos para saúde Ltda
Medicamento: Natrium Sulfuricum D6
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.079844/2012-23
Expediente nº: 0870539/13-9
Assunto: Indeferimento da petição de registro do medicamento dinamizado
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
17.
Empresa: RD & S Produtos para saúde Ltda
Medicamento: Calcium Sulfuricum D6
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.079271/2012-44
Expediente nº: 0870522/13-4
Assunto: Indeferimento da petição de registro do medicamento dinamizado
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
18.
Empresa: RD & S Produtos para saúde Ltda
Medicamento: Kalium Sulfuricum D6
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.079274/2012-21
Expediente nº: 0870584/13-4
Assunto: Indeferimento da petição de registro do medicamento dinamizado
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
19.
Empresa: RD & S Produtos para saúde Ltda
Medicamento: Magnesium Phosphoricum D6
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.078697/2012-83
Expediente nº: 0870605/13-1
Assunto: Indeferimento da petição de registro do medicamento dinamizado
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
20.
Empresa: RD & S Produtos para saúde Ltda
Medicamento: Natrium Muriaticum D6
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25351.079241/2012-99
Expediente nº: 0870615/13-8
Assunto: Indeferimento da petição de registro do medicamento dinamizado
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
21.
Empresa: Laboris Farmacêutica Ltda
Medicamento: Prenilan (nifedipino)
Forma Farmacêutica: comprimido de absorção retardada
Processo nº: 25351.015665/01-50
Expediente nº: 0910569/13-7
Assunto: Indeferimento de Renovação de Registro de Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando o voto 62/2015 - Dimon do Diretor José Carlos Magalhães Moutinho, que está com vistas do processo.
22.
Empresa: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Suprilat
Forma Farmacêutica: comprimido simples.
Processo nº 25351.415963/2010-04
Expediente nº: 0185006/12-7
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declarar a extinção do recurso em razão da desistência da recorrente.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.112, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 28 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando reinspeção realizada no período de 24 a 28/08/2015 na empresa Orchid Chemicals and Pharmaceuticals, fabricante de insumos farmacêuticos ativos, considerada satisfatória para fabricação de CEFTRIAXONA SÓDICA E CEFALOTINA SÓDICA ESTÉREIS, resolve:

Art. 1º Revogar parcialmente a Resolução-RE nº 209, de 22 de janeiro de 2015, publicada no D.O.U. nº 16, de 23 de janeiro de 2015, Seção 1, fl. 34, que havia determinado a suspensão da importação de TODOS OS INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS fabricados pela empresa Orchid Chemicals and Pharmaceuticals Limited, localizada em Plot n° 121-128,128A-133,138-151,159-164, SIDCO Industrial Estate, Alathurm - 603 110, Kancheepuram District, Tamil Nadu - Índia, liberando a importação dos INSUMOS CEFTRIAXONA SÓDICA E CEFALOTINA SÓDICA ESTÉREIS fabricados por essa empresa a partir de 28/08/2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.113, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os Laudos de Análise Fiscal de amostra única n.º 607.00/2015 e 2183.00/2015, emitidos pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentaram resultados insatisfatórios por conter teor de formaldeído acima do limite permitido em legislação vigente, para os lotes MB026 e MB027 do produto RECONSTRUTOR DE FIOS MADAMELIS PASSO 2, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lotes MB026 (Val: 01/09/2016) e MB027 (Val.: 28/02/2017) do produto RECONSTRUTOR DE FIOS MADAMELIS PASSO 2, fabricado por JW Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. (CNPJ: 05467.152/0001-12).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

SUPERINTENDÊNCIA DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.104, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015; tendo em vista o disposto no inciso I e §1º do Art. 59 Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 29, de 21 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2015, e suas alterações, considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve

Art. 1º Incluir o item j, emprego domissanitário, na Monografia do ingrediente ativo C29.1 - Clorimurom-etílico, a modalidade de emprego Jardinagem Amadora tendo o tipo de formulação Concentrado emulsionável com concentração máxima de 5%p/p, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 5.009, de 27 de dezembro de 2013, DOU de 30 de dezembro de 2013.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico < http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/6129cb00439028e7a591ad16cf8f87b4/C29%2B%E2%80%93%2BClorimurom.pdf?MOD=AJPERES >

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA DE OLIVEIRA SANTOS CAZENAVE

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.105, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015; tendo em vista o disposto no inciso I e §1º do Art. 59 Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 29, de 21 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2015, e suas alterações, considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve

Art. 1º Incluir no item I, emprego domissanitário, na Monografia do Ingrediente Ativo F64 - Fosfato Férrico, as seguintes alterações: na modalidade de emprego Entidades Especializadas e Campanhas de Saúde Pública o tipo de formulação isca em grânulos tendo a concentração máxima permitida de 3%p/p e na modalidade de emprego Jardinagem Amadora o tipo de formulação isca em grânulos tendo a concentração máxima permitida de 3% p/p, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 2.449, de 3 de agosto de 2006, DOU de 7 de agosto de 2006.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico < http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/aa7b7000474595329ceddc3fbc4c6735/f64.pdf?MOD=AJPERES>.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA DE OLIVEIRA SANTOS CAZENAVE

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.107, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015; tendo em vista o disposto no inciso I e §1º do Art. 59 Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 29, de 21 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2015, e suas alterações, considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. 1º Incluir novo isolado de Bacillus subtilis e alterar a classe toxicológica, na

monografia do ingrediente ativo B44 - Bacillus subtilis, contido na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA DE OLIVEIRA CAZENAVE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.106, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015; tendo em vista o disposto no inciso I e §1º do Art. 59 Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2015, e suas alterações, considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve

Art. 1º Incluir o item i, emprego domissanitário, na Monografia do ingrediente ativo C55.1 - Hidróxido de Cobre, a modalidade de emprego Jardinagem amadora tendo o tipo de formulação Suspensão Pronto Uso com concentração máxima permitida de 0,28% p/p, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 1.389, de 28 de março de 2012, DOU de 29 de março de 2012.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico < http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/0015870047458d939705d73fbc4c6735/Microsoft+Word+-+C55++Compostos+a+Base+de+Cobre.pdf?MOD=AJPERES>

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA DE OLIVEIRA SANTOS CAZENAVE

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.108, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015; tendo em vista o disposto no inciso I e §1º do Art. 59 Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2015, e suas alterações, considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. 1º Alterar o Limite Máximo de Resíduo (LMR) para a cultura de melão, de 0,07 mg/kg para 0,1 mg/kg, e incluir a cultura de melancia, com LMR de 0,1 mg/kg e Intervalo de Segurança de 3 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo N09 - NOVALUROM, contido na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA DE OLIVEIRA CAZENAVE

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.109, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015; tendo em vista o disposto no inciso I e §1º do Art. 59 Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2015, e suas alterações, considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de melancia, com Limite Máximo de Resíduo de 1,0 mg/kg e Intervalo de Segurança de 3 dias, na modalidade de emprego (aplicação) em pós-colheita, na monografia do ingrediente ativo I19 - IMAZALIL, contido na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA DE OLIVEIRA CAZENAVE

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.110, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015; tendo em vista o disposto no inciso I e §1º do Art. 59 Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2015, e suas alterações, considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. Alterar o Limite Máximo de Resíduos (LMR) para a cultura de soja, de 0,05 para 0,15 mg/kg, na monografia do ingrediente ativo M32 - METOXIFENOZIDA, contido na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA DE OLIVEIRA CAZENAVE

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.111, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015; tendo em vista o disposto no inciso I e §1º do Art. 59 Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2015, e suas alterações, considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. 1º Incluir a cultura da cebola, com Limite Máximo de Resíduo de 0,01 mg/kg e Intervalo de Segurança de 7 dias ingrediente, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, e alterar a frase em (*) no Item j, para "(*) Uso autorizado para tomate rasteiro e tomate estaqueado", na monografia do ingrediente ativo B42 - BENTIAVALICARBE ISOPROPÍLICO, contido na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA DE OLIVEIRA CAZENAVE

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO PARÁ

PORTARIA Nº 293, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015

O Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Pará, nomeado pela Portaria no 1.305, de 23 de novembro de 2010, publicada no DOU no224 de 24 de novembro de 2010, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no930 de 10 de julho de 2013, publicada no DOU no134 de 15 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar os critérios e os procedimentos dispostos no Anexo B1 desta Portaria concernente às diretrizes e critérios do Programa de Cooperação Técnica com vistas à seleção de 40 (quarenta) Municípios do Estado do Pará para capacitação e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, oferecendo assessoria, apoio, suporte, orientações e supervisão técnica aos municípios na elaboração de seus Planos, em atendimento às disposições contidas na Lei no 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Decreto no 7.217, de 21 de junho de 2010 que define as diretrizes nacionais e estabelece a Política Federal de Saneamento Básico e da Lei no 12.305 de 02 de agosto de 2010 que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 2º Os municípios do Estado do Pará interessados, deverão candidatar-se com base nos critérios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria e seus Anexos.

Parágrafo Único. A capacitação e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico serão realizadas no âmbito da Parceria a ser celebrada entre a Funasa e entidade que tenha capacidade técnica compatível à execução do objeto necessário e guardarão conformidade com o Termo de Referência para Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico 2012 que se encontra disponibilizado no sítio eletrônico da Funasa - www.funasa.gov.br.

Art. 3º Os proponentes deverão manifestar seu interesse através do encaminhamento dos Anexos desta Portaria, no período de 15 (quinze) dias após a data de publicação desta Portaria (considerando a data de postagem), para a Superintendência Estadual da Funasa no Pará, situada na Avenida Visconde de Souza Franco, 616 - CEP 66053-000 em Belém.

Art. 4º A presidência da Funasa dará publicidade à lista de municípios que poderão ser beneficiados em até 15 (quinze) dias após o término do prazo para candidatura dos municípios.

Art. 5º O atendimento aos Municípios interessados será limitado a 40 (quarenta) municípios em função da demanda apresentada, do recurso disponibilizado na Lei Orçamentária Anual, em observância aos critérios e procedimentos definidos nesta Portaria, seus anexos e na legislação específica sobre a matéria.

Art. 6º A Funasa convocará, por meio de Portaria, os municípios selecionados após a celebração da parceria, não ficando a Funasa obrigada a convocar esses municípios caso a parceria não seja concretizada.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FLORIVALDO VIEIRA MARTINS

ANEXO B1

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA CAPACITAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

DO OBJETO

Considerando as disposições contidas no Art. 23 do Decreto no 7.217/2010, a saber:

O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto elaborar os planos de saneamento básico, observada a cooperação das associações representativas de vários segmentos da sociedade (conforme previsto no art. 2o, inciso II, da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001) e da ampla participação da população.

Este Chamamento Público tem por objetivo selecionar 40 (quarenta) municípios com vistas a prestar-lhes apoio nas ações voltadas à capacitação, elaboração e desenvolvimento de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB.

A capacitação, apoio, suporte, orientações e supervisão técnica para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico serão realizados de acordo a formalização de parceria a ser celebrada entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e entidade selecionada.

DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E PRIORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Serão elegíveis:

1. Municípios com população total (urbana e rural) de até 50.000 habitantes (Censo/2010).

2. Municípios que não possuam Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e não tenham recebido recurso da Funasa para elaboração de PMSB.

CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

A priorização dos municípios considerados elegíveis será feita de acordo com a ordem dos seguintes critérios:

Municípios contemplados com recursos da Funasa em obras e/ou projetos de saneamento.

Possua menor IDH-M, constante no banco de dados do PNUD do ano de 2010.

Possuam maior percentual em extrema pobreza, conforme dados do Plano Brasil Sem Miséria (2010).

Municípios em situação de risco de desastres naturais, secas e estiagem prolongadas.

Possuam menores índices de cobertura dos serviços de abastecimento de água, constantes no banco de dados do IBGE (Censo/2010).

Apresente maior percentagem de população urbana, constante no banco de dados do IBGE, Censo 2010.

Municípios com comunidades rurais, assentamentos, quilombolas e outras comunidades tradicionais (ribeirinhos, Extrativistas, entre outras).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Funasa não repassará recursos financeiros diretamente aos municípios.

A cooperação será realizada mediante disponibilização de profissionais capacitados para a realização de estudos e pesquisas, inclusive produzindo o material de divulgação dos eventos de mobilização social (profissionais da entidade parceira).

Caberá ao município disponibilizar todas as informações, documentos e servidores do quadro municipal para efetiva participação em todas as etapas da capacitação e da elaboração do PMSB. Ficará ainda a cargo do município a logística necessária para a mobilização social, incluindo a disponibilização de espaço para reuniões e divulgação dos eventos em meios de comunicação local, permitindo assim a elaboração do plano de forma participativa, conforme preceitua a Lei no 11.445/2007.

DA CAPACITAÇÃO

O município deverá designar no mínimo 02 (dois) profissionais do quadro municipal para serem capacitados. Eles serão os responsáveis pela aplicação do conteúdo adquirido no curso visando à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Serão exigidos profissionais com o seguinte perfil:

1 (um) Profissional com Formação Superior, preferencialmente engenheiro sanitarista, arquiteto ou urbanista. Na ausência destes profissionais será aceito tecnólogo ou técnico com formação em áreas afins;

1 (um) Profissional com Formação Superior em ciências sociais e humanas, preferencialmente pedagogo ou assistente social.

O Município deverá assegurar a participação dos servidores na capacitação, custeando com recursos próprios as despesas com diárias, deslocamentos e outras de qualquer natureza necessárias à obtenção da frequência mínima de 100% da carga horária na capacitação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O encaminhamento dos pleitos implicará na aceitação dos termos contidos nesta Portaria e seus anexos.

A análise e seleção dos municípios serão procedidas pelo Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica da Superintendência Estadual da Funasa no Pará - NICT/PA com base nos critérios dispostos nesta Portaria e seus anexos, mediante parecer técnico assinado pelo Superintendente Estadual e pelo NICT.

Os casos omissos e as situações não previstas na presente Portaria serão avaliados e deliberados pela Funasa, por intermédio da Superintendência Estadual do Pará.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO B2

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA DO MUNICÍPIO
(Timbre do Município)
MODELO DE OFÍCIO PARA O PLEITO
Ofício no ___/2015
Belém, xx de xxxx de 2015
À Sua senhoria o Senhor
Florivaldo Vieira Martins
Superintendente Estadual da Funasa do Pará
Av. Visconde de Souza Franco, 616
66.053-000 - Reduto
Belém - PA
Assunto: Processo de Seleção para capacitação e apoio a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico
Senhor Superintendente,
Venho através deste, candidatar o Município de _____ no processo seletivo para a capacitação e elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme Portaria Funasa No XXX de XX de mês de 2015.
2. Em anexo seguem os documentos exigidos pela portaria desta seleção.

_____
Prefeito Municipal de (nome do município)

ANEXO B3

DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE
(Timbre do Município)
MODELO DE DECLARAÇÃO
Declaro que o Município de _____ não possui Plano Municipal de Saneamento Básico e não recebeu recursos públicos para execução deste objeto, não tendo licitado, contratado ou conveniado para elaboração do mesmo.
Local, data
_____
Prefeito Municipal de (nome do município)

ANEXO B4

(Timbre do Município)
TERMO DE COMPROMISSO DE CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS
O Município de _____ compromete-se a encaminhar para capacitação em elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico os seguintes servidores:
* Profissional com Formação Superior, preferencialmente engenheiro, arquiteto ou urbanista. Na ausência destes profissionais será aceito tecnólogo ou técnico com formação em áreas afins:
Nome do Servidor: _____
Cargo/Função: _____
Formação:_____
Data de Nascimento: ___/___/___
Naturalidade: _____Nacionalidade:_____
RG: _____Órgão Emissor: _____ UF: ____ CPF:_____
Telefone: ( ) _____Celular: ( ) _____
Email: _____
Assinatura do servidor: _____
* Profissional com Formação Superior em ciências sociais e humanas, preferencialmente pedagogo ou assistente social.
Nome do Servidor: _____
Cargo/Função: _____
Formação:_____
Data de Nascimento: ___/___/___
Naturalidade: _____Nacionalidade:_____
RG: _____Órgão Emissor: _____ UF: ____ CPF:_____
Telefone: ( ) _____Celular: ( ) _____
Email: _____
Assinatura do servidor: _____

_____
Prefeito Municipal de (nome do município

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.152, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
RIM: 24.08
PIAUÍ

I - Nº do SNT: 2 01 15 PI 02
II - denominação: Associação Piauiense de Combate ao Câncer - Hospital São Marcos;
III - CNPJ: 06.870.026/0001-77;
IV - CNES: 2726998;
V- endereço: Rua Olavo Bilac, Nº: 2300, Bairro: Centro, Teresina/PI, CEP: 64.001-280.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CORAÇÃO: 24.11
ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT: 2 03 15 ES 01
II - denominação: Associação Evangélica Beneficente Espirito Santense - Hospital Evangélico de Vila Velha;
III - CGC: 28.127.926/0001-61;
IV - CNES: 2494442;
V- endereço: Rua Vênus, S/Nº; Bairro: Alecrim, Vila Velha/ES, CEP: 29.118-060.

Art. 3º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de pulmão ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
PULMÃO: 24.10
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 04 15 SP 10
II - denominação: Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto - FUNFARME;
III - CNPJ: 60.003.761/0001-29;
IV - CNES: 2077396;
V- endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, n°: 5544, Bairro: Vila São Pedro, São José do Rio Preto/SP, CEP: 15.090-000.

Art. 4º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 15 MG 12
II - denominação: Clínica de Olhos Dr. Reinaldo Sieiro;
III - CNPJ: 97.392.856/0001-91;
IV - CNES: 3351432;
V- endereço: Rua Alagoas, Nº. 1314, Bairro: Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-160.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 2 02 11 DF 09
II - denominação: Instituto de Cardiologia do Distrito Federal;
III - CNPJ: 92.898.550/0006-00;
IV - CNES: 3276678;
V - endereço: Estrada Parque Contorno do Bosque, S/Nº, Bairro: Cruzeiro Novo/DF, CEP: 70.658-700.

CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 02 09 CE 01
II - denominação: Hospital Geral de Fortaleza;
III - CNPJ: 07.954.571/0014-29;
IV - CNES: 2497654;
V - endereço: Rua Ávila Goulart, Nº 900, Bairro: Papicu, Fortaleza/CE, CEP: 60.177-295.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 01 CE 02
II - denominação: Clínica Dr. José Nilson Ltda - Oftalmoclínica;
III - CNPJ: 12.209.664/0001-44;
IV - CNES: 2482258;
V- endereço: Avenida 13 de Maio, Nº. 1806, Bairro: Fátima, Fortaleza/CE, CEP: 60.040-531.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 06 SP 10
II - denominação: Hospital Estadual Mário Covas de Santo André;
III - CNPJ: 46.374.500/0144-97;
IV - CNES: 2080273;
V- endereço: Rua Dr. Henrique Calderazzo, Nº. 321, Bairro: Paraiso, Santo André/SP, CEP: 09.190-610.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 21 13 CE 03
II - denominação: Hospital Universitário Walter Cantídio;
III - CNPJ: 07.272.636/0002-12;
IV - CNES: 2561492;
V - endereço: Rua Capitão Francisco Pedro, Nº 1290, Bairro: Rodolfo Teófilo, Fortaleza/CE, CEP: 60.430-372.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 03 SP 14
II - denominação: Fundação Pio XII Barretos;
III - CNPJ: 49.150.352/0001-12;
IV - CNES: 2090236;
V - endereço: Rua 20, Nº 221, Bairro: Centro, Barretos/SP, CEP: 14.780-070.

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 2 41 05 DF 05
II - denominação: Instituto de Cardiologia do Distrito Federal;
III - CNPJ: 92.898.550/0006-00;
IV - CNES: 3276678;
V - endereço: Estrada Parque Contorno do Bosque, S/Nº, Bairro: Cruzeiro Novo/DF, CEP: 70.658-700.

Art. 9° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08
PIAUÍ

I - Nº do SNT 1 01 15 PI 02
II - responsável técnico: Raimundo Antônio Cardoso Júnior, nefrologista, CRM 3436;
III - membro: Luciano José Couto de Sousa Filho, urologista, CRM 2614;
IV - membro: Igor Denizarde Bacelar Marques, nefrologista, CRM 3382;
V - membro: Renato Duarte Barbosa, cirurgião geral, CRM 1794.

Art. 10 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11
ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT 1 03 15 ES 03
II - responsável técnico: Luiz Renato Diaz Daroz, cirurgião cardiovascular, CRM 6678;
III - membro: Milton Favarato Loureiro, anestesiologista, CRM 7876;
IV - membro: Antônio Carlos dos Santos Braga, cirurgião torácico,
CRM 2190;
V - membro: Flávia Pezzin, cardiologista, CRM 7615;
VI - membro: Sandro Faria Xavier, anestesiologista, CRM 9056.

Art. 11 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de pulmão à equipe de saúde a seguir identificada:

PULMÃO: 24.10
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 04 15 SP 33
II - responsável técnico: Henrique Nietmann, cirurgião torácico, CRM 114884;
III - membro: Rafael Silva Musolino, pneumologista, CRM 116114;
IV - membro: Marcelo José Ferreira Soares, cirurgião cardiovascular, CRM 59401;
V - membro: Denise Daher, anestesiologista, CRM 63637;
VI - membro: Germana Lopes do Nascimento, anestesiologista, CRM 127572;
VII - membro: Luana Fernandes Machado, intensivista, CRM 140757;
VIII - membro: Maura Cristina Negrelli, pediatra, CRM 74509;
IX - membro: Horácio José Ramalho, nefrologista, CRM 29176;
X - membro: Luciana de Souza Jorge, infectologista, CRM 79817;
VIII - membro: João Victor Picollo Feliciano, Hemoterapeuta, CRM 130092;
XI - membro: Arthur Soares Souza Junior, radiologista, CRM 22636;
XII - membro: Eliana Cristina Toledo, imunologista, CRM 52180.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 12 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 15 MG 15 II - responsável técnico: Reinaldo de Oliveira Sieiro, oftalmologista, CRM 13461.

I - Nº do SNT 1 11 15 MG 16 II - responsável técnico: Gustavo de Oliveira Sieiro, oftalmologista, CRM 37974; III - membro: Reinaldo de Oliveira Sieiro, oftalmologista, CRM 13461.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 15 SP 34 II - responsável técnico: Anibal Mutti, oftalmologista, CRM 134384; III - membro: Tiago Rodrigues Batista, oftalmologista, CRM 144444.

Art. 13 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 15 SP 35 II - responsável técnico: Ricardo Brunetti, ortopedista e traumatologista, CRM 51597; III - membro: Alexandre Podgaeti, ortopedista e traumatologista, CRM 68927; IV - membro: Marcos Massashi Suehara, ortopedista e traumatologista, CRM 121274; V - membro: Lucio Tadeu Figueiredo, ortopedista e traumatologista, CRM 41610; VI - membro: Rafael Demura Leal, ortopedista e traumatologista, CRM 116110.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 13 SP 42 II - responsável técnico: Alexandre Manetta, oftalmologista, CRM 58823; III - membro: Jesse Haroldo de Nigro Corpa, oftalmologista, CRM 113244.

I - Nº do SNT 1 11 05 SP 40 II - responsável técnico: Rosane Silvestre de Castro, oftalmologista, CRM 54203; III - membro: Lineu de Arruda Binotti, oftalmologista, CRM 37483; IV - membro: Marília de Oliveira Rossetti, oftalmologista, CRM 146376.

Art. 15 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado às equipes de saúde a seguir identificadas:

FÍGADO: 24.09

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 02 11 DF 09 II - responsável técnico: André Luis Conde Watanabe, cirurgião gastroenterologista, CRM 15596; III - membro: Gustavo de Sousa Arantes Ferreira, cirurgião gastroenterologista, CRM 21052; IV - membro: Fernando Marcus Fellipe Jorge, cirurgião gastroenterologista, CRM 10395; V - membro: Adriano Claudio Pereira de Moraes, hepatologista, CRM 18869; VI - membro: Fábio Luis Silvestre Fernandes, anestesiologista, CRM 14215; VII - membro: André Bifano Vieira, anestesiologista, CRM 14758.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 02 09 RS 03 II - responsável técnico: Guido Pio Gracco Cantisani, cirurgião geral, CRM 3153; III - membro: Ajacio Bandeira de Mello Brandão, gastroenterologista, CRM 3450; IV - membro: Alfeu de Medeiros Fleck Junior, gastroenterologista, CRM 22460; V - membro: Claudio Augusto Marroni, gastroenterologista e hepatologista, CRM 3478; VI - membro: Eduardo Soares Schlindwein, cirurgião geral, CRM 18036; VII - membro: Guillermo Kiss, cirurgião geral, CRM 23546; VIII - membro: Ian Leipnitz, cirurgião geral, CRM 21389; IX - membro: Juliano Martini, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 31025; X - membro: Luiz Fernando Ribeiro de Menezes, anestesiologista, CRM 18833; XI - membro: Marcos Mucenic, gastroenterologista e hepatologista, CRM 20968; XII - membro: Maria Lucia Zanotelli, cirurgião geral, CRM 13752; XIII - membro: Mario Henrique Mendes de Mattos Meine, cirurgião geral, CRM 22253; XIV - membro: Victor Hugo Bazan da FRocha, anestesiologista, CRM 17005; XV - membro: Ane Micheli Costabeber, gastroenterologista, CRM 31777.

CEARÁ

I - Nº do SNT 1 02 09 CE 02 II - responsável técnico: Ivelise Regina Canito Brasil, cirurgião geral, CRM 6205; III - membro: José Eudes Bastos Pinho, cirurgião geral, CRM 4016; IV - membro: Ronaldo de Matos Esmeraldo, cirurgião geral e urologista, CRM 4102; V - membro: Germana Alves Corsino, gastroenterologista, CRM 8714; VI - membro: Max Gonçalves Xerez, anestesiologista, CRM 9873; VII - membro: Romero de Matos Esmeraldo, cirurgião geral, CRM 1178; VIII - membro: Ticiana Mota Esmeraldo, gastroenterologista, CRM 7060; IX - membro: Ana de Lourdes Sousa Teotonio de Oliveira, gastroenterologista, CRM 7568; X - membro: Francisco César Pontes Teixeira, intensivista, CRM 8681; XI - membro: Alessandra Maria Mont'Alverne Pierre, gastroenterologista, CRM 8994; XII - membro: Claudia Regina Fernandes, anestesiologista, CRM 6475; XIII - membro: Helder Bezerra, gastroenterologista, CRM 9465; XIV - membro: Francisco André Macedo Fernandes, cirurgião geral, CRM 12630; XV - membro: Marina Seixas Sturdat e Neves, gastroenterologista, CRM 15454.

Art. 16 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

CEARÁ

I - Nº do SNT: 1 21 13 CE 04 II - responsável técnico: Fernando Barroso Duarte, hematologista, CRM 6062; III - membro: Rosângela de Albuquerque Ribeiro Rodrigues Holanda, hematologista, CRM 2704; IV - membro: Beatriz Stela Gomes de Souza Pitombeira Araújo, hematologista, CRM 9486; V - membro: Daniel Mazza Matos, hematologista, CRM 7210; VI - membro: Jacques Kaufman, hematologista, CRM 12961; VII - membro: João Paulo de Vasconcelos Leitão, hematologista, CRM 10052.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 03 SP 15 II - responsável técnico: Eduardo José de Alencar Paton, hematologista, CRM 56985; III - membro: George Maurício Navarro Barros, hematologista, CRM 109620; IV - membro: Alexandre de Almeida Candolo, hematologista, CRM 134732; V - membro: Neysimélia Costa Villela, cancerologista pediátrica, CRM 126649; VI - membro: Patrícia Shimoda Ikeuti, cancerologista pediátrica, CRM 121298.

Art. 17 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde a seguir identificada:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 41 05 DF 09 II - responsável técnico: Fernando Antibas Atik, cirurgião cardiovascular, CRM 14789; III - membro: Renato Bueno Chaves, cardiologista, CRM 14748.

Art. 18 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 19 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.153, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Inclui membros em equipes de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 1.252/SAS/MS, de 12 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 220, de 13 de novembro de 2014, Seção 1, página 128, o membro a seguir:

CÓRNEA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 12 PR 10 II - membro: Laurinda Meneguette, oftalmologista, CRM 26676.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.154, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Substitui responsável técnico de equipe de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997; e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, em cujo âmbito de atuação se encontra a equipe especializada e o estabelecimento de saúde; resolve:

Art. 1º Fica substituído o responsável técnico, Walter Antônio Pereira, cirurgião geral, CRM 8220, constante na Portaria nº 484/SAS/MS de 5 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106 de 8 de junho de 2015, Seção 1, página 42, conforme nº do SNT 1 02 11 MG 17, e nomear como responsável técnico pela equipe, Gustavo Miranda Martins, gastroenterologista, CRM 32490.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

RETIFICAÇÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

No Art. 1º da Portaria nº 1.070/SAS/MS de 9 de outubro de 2015, publicada no DOU nº 195, de 13 de outubro de 2015, Seção 1, página 47.

ONDE SE LÊ:

CLASSIFICAÇÃO NÍVEL C: 24.28

SANTA CATARINA

I - denominação: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Português; II - CNPJ: 15.166.416/0001-51; III - CNES: 0004251; IV - endereço: Avenida Princesa Isabel, N° 914, Bairro: Barra Avenida, Salvador/BA, CEP: 40.140-901.

LEIA-SE:

CLASSIFICAÇÃO NÍVEL C: 24.28

BAHIA

I - denominação: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Português; II - CNPJ: 15.166.416/0001-51; III - CNES: 0004251; IV - endereço: Avenida Princesa Isabel, N° 914, Bairro: Barra Avenida, Salvador/BA, CEP: 40.140-901.

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

PORTARIA Nº 698, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor do Hospital Federal dos Servidores do Estado, nomeado na forma da Portaria MS/1834/2012, publicada no DOU/Nº 168, de 29/08/2012, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria CGRH/SAA/SE/MS/Nº 1041/2009, publicada no DOU/N.º 209 de 03 de novembro de 2009, resolve:

Notificar a empresa MACONEQUI MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.807.583/0001-49, com sede na Avenida Marechal Castelo Branco, 302 - Resende, Rio de Janeiro, RJ, para apresentar DEFESA PRÉVIA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob os fatos apurados no processo administrativo nº 33433.011465/2015-40, cujo objeto é a apuração de responsabilidade pelo pedido de cancelamento do empenho 2015NE801294, devendo apresentar documentos que comprovem às alegações, ressalta-se que o processo encontra-se à disposição no Gabinete da Direção Geral.

MIGUEL CARDIM PINTO MONTEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 220, DE 11 DE NOVEMBRO 2015 (*)

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Considerando a edição da Medida Provisória nº 699 de 10 de novembro de 2015;

Considerando o que consta do processo nº 80000.031142/2015-42; resolve:

Art.1º Alterar o Anexo IV - Tabela de Enquadramentos, da Portaria DENATRAN nº 59, de 25 de outubro de 2007, com redação dada pela Portaria DENATRAN nº 276, de 24 de maio de 2012, para acrescentar o código de infração especifico para a conduta prevista no art. 253-A do CTB:

Código Da Infração	Desdob.	Descrição da Infração	Amparo Legal (CTB)	Infrator	Gravidade	Órgão Competente
737-4	2	Usar veículo para, deliberadamente, interromper a circulação na via.	Art.253-A	Condutor	7 - Gravíssima (30x)	Municipal/Rodov
737-4	3	Usar veículo para, deliberadamente, restringir a circulação na via.	Art.253-A	Condutor	7 - Gravíssima (30x)	Municipal/Rodov
737-4	4	Usar veículo para, deliberadamente, perturbar a circulação na via.	Art.253-A	Condutor	7 - Gravíssima (30x)	Municipal/Rodov

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 12-11-2015, Seção 1, pág. 66, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 221, DE 12 DE NOVEMBRO 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Considerando a edição da Medida Provisória nº 699 de 10 de novembro de 2015;

Considerando o que consta do processo nº 80000.031142/2015-42; resolve:

Art.1º Alterar o Anexo IV - Tabela de Enquadramentos, da Portaria DENATRAN nº 59, de 25 de outubro de 2007, com redação dada pela Portaria DENATRAN nº 276, de 24 de maio de 2012, para alterar o código de infração especifico para a conduta prevista no art. 253 do CTB:

Código Da Infração	Desdob.	Descrição da Infração	Amparo Legal (CTB)	Infrator	Gravidade	Órgão Competente
737-4	1	Bloquear a via com veículo.	Art.253	Condutor	7 - Gravíssima	Municipal/Rodov

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.660, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, resolve:

Dar publicidade as autorizações para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, deferidas as entidades listadas em anexo.

ANDRÉ FIGUEIREDO

ANEXO

Nº DA PORTARIA	ENTIDADE	MUNICÍPIO	UF	CANAL	GERADORA	Nº DO PROCESSO
4648	EMPRESA DE TELEVISÃO JOÃO PESSOA LTDA	CONCEIÇÃO	PB	9	EMPRESA DE TELEVISÃO JOÃO PESSOA LTDA	53000.010295/2013-11
4590	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE	ARAÇATUBA	SP	36	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE	53900.037960/2015-32
4595	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE	ARARAQUARA	SP	36	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE	53000.037028/2012-19
4602	FUNDAÇÃO PEDRO AMÉRICO	PATOS	PB	18	FUNDAÇÃO PEDRO AMÉRICO	53000.029112/2013-31
4596	FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA	SÃO RAIMUNDO NONATO	PI	20	FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA	53900.035270/2015-49
4589	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIMPIA	OLÍMPIA	SP	51	FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCACIONAL DE SONS E IMAGENS	53000.049770/2010-05
4975	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	ITACOATIARA	AM	51	FUNDAÇÃO SÉCULO 21	53900.049473/2015-12
4966	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	ALTOS	PI	46	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	53900.051656/2015-06
4970	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	CANDEIAS DO JAMARI	RO	42+	FUNDAÇÃO SÉCULO VINTE E UM	53900.051362/2015-76
4967	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	CANTÁ	RR	48	FUNDAÇÃO SÉCULO 21	53900.051659/2015-31
4965	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	RIO TINTO	PB	02-	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	53900.051657/2015-42
4960	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	SC	51	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	53900.051421/2015-14
4971	PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA	SOBRAL	CE	14-	FUNDAÇÃO SÉCULO VINTE E UM	53900.049458/2015-74
5006	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	GOIANÉSIA	GO	44 -	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	53900.027334/2015-38
5000	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	IPAMERI	GO	2	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	53900.027314/2015-67
4997	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	PORANGATU	GO	43	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	53900.027349/2015-04
4998	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	SILVANIA	GO	03-	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S. A	53900.027370/2015-00
4600	RÁDIO E TV TAPAJÓS LTDA	PLACAS	PA	12+	RÁDIO E TV TAPAJÓS LTDA	53000.012566/2006-44
4981	RÁDIO E TV TAPAJÓS LTDA	BELTERRA	PA	13 -	RÁDIO E TV TAPAJÓS LTDA	53000.012574/2006-91
4991	SM COMUNICAÇÕES LTDA	ALTA FLORESTA	MT	33	RBN - REDE BRASIL NORTE DE TELEVISÃO LTDA	53000.057036/2011-92
4990	SM COMUNICAÇÕES LTDA	JACIARA	MT	31	RBN - REDE BRASIL NORTE DE TELEVISÃO LTDA	53000.057019/2011-55
4989	SM COMUNICAÇÕES LTDA	PONTES E LARCEDA	MT	31	RBN - REDE BRASIL NORTE DE TELEVISÃO LTDA	53000.057033/2011-59

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4992	SM COMUNICAÇÕES LTDA	RIO BRANCO	AC	33	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL COMENDADOR AVELAR PEREIRA DE ALENCAR	53900.041970/2015-72
4988	SM COMUNICAÇÕES LTDA	SINOP	MT	38	RBN - REDE BRASIL NORTE DE TELEVISÃO LTDA	53000.057040/2011-51
4603	SM COMUNICAÇÕES LTDA	VÁRZEA GRANDE	MT	16	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL COMENDADOR AVELAR PEREIRA DE ALENCAR	53000.005049/2012-67
4972	TELEVISÃO CENTRO AMÉRICA LTDA	CAMPO VERDE	MT	31	TELEVISÃO CENTRO AMÉRICA LTDA	53900.007702/2014-41
4958	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SAO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	URUAÇU	GO	14	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SAO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	53900.052242/2015-96
4973	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	GRAMADO	RS	15	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	53900.052227/2015-48
4977	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	JUAZEIRO DO NORTE	CE	45	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	53900.052217/2015-11
4974	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	17	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	53900.052232/2015-51
4979	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA	JUÍNA	MT	43	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA	53900.052246/2015-74
4980	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA	PALMARES	PE	44	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA	53900.052255/2015-65
4963	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	BLUMENAU	SC	17	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	53900.052019/2015-49
4964	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	CRICIÚMA	SC	36	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	53900.052018/2015-02
4961	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	JABOTICABAL	SP	22	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	53900.052025/2015-04
4976	TELEVISÃO LAGES LTDA	ITAPEMA	SC	4	TELEVISÃO LAGES LTDA	53000.025448/2011-63
4995	TV MAR LTDA	ITARIRI	SP	33+	TV MAR LTDA	53900.027279/2015-86
4996	TV MAR LTDA	JACUPIRANGA	SP	31	TV MAR LTDA	53900.027221/2015-32
4994	TV MAR LTDA	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	SP	33-	TV MAR LTDA	53900.027240/2015-69

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NA BAHIA

ATONº 6.363, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) PETROBAHIA S/A, CNPJ nº 01.125.282/0011-98 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

ATONº 6.371, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0132-70 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 6.253, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo 53500.024043/2013 Anuir previamente com a transferência do controle da CABLE.COM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF no 03.904.227/0001-50, empresa autorizada a explorar o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), ambas em âmbito nacional, conforme a operação descrita na minuta da 10.ª Alteração Contratual, o qual passará a ser exercido isoladamente pelo sócio remanescente Fernando Rodriguez Machin.A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do presente Ato no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias.Cópia autenticada da documentação referente à operação objeto deste artigo deverá ser encaminhada à Anatel no prazo de 60 (sessenta) dias, o qual será contado a partir da data de seu registro no órgão competente.A aprovação de que trata o art. 1o não exime a empresa envolvida na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontre submetida perante outros órgãos.Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.350, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo 53500.003686/2011 Processo nº 53500.003686/2011. Aprova a posteriori a transferência de controle da G.R. SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA LTDA. ME, CPF/MF nº 12.477.879/0001-46, realizada por meio da sua 1.ª Alteração Contratual. A presente aprovação não exime a empresa do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontre submetida perante outros órgãos.

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.359, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo 53500.003187/2011 Aprovar, a posteriori, as transferências de controle da empresa Giganet Comunicações Multimídia Ltda - ME., Cnpj n.º 13.066.935/0001-12, realizadas por meio da 1ªalteração do Contrato Social.A aprovação de que trata o artigo anterior não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.322, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo 53500.005233/2009. Aprovar a posteriori a transferência de controle da CLEAN NET TELECOM LTDA EPP, CNPJ/MF n.º 02.096.163/0001-38, realizada por meio de sua 1.ª Alteração Contratual.A aprovação de que trata o artigo anterior não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Superintendente
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2015

Nº 10.141 - 53500018384/2015 - NÃO HOMOLOGA a Oferta de Referência de Produto de Atacado de Interconexão em Redes Móveis e NOTIFICA o Grupo TIM para que submeta nova Oferta de Referência em um prazo de 10 (dez) dias, observando os valores do Ato n.º 7.272/2013 (e suas alterações).

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATONº 6.378, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Expede autorização à NILSON BRONGNOLI, CPF nº 738.932.429-53 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

WELSOM DNIZ MACÊDO E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 6.266. Revoga, a pedido, o Ato nº 433/2008, de 11/07/2008, que autorizou a Rádio Santa Maria Ltda, CNPJ nº 107403480001-79 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, modalidade Reportagem Externa, na localidade de Monteiro/PB.

SERGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATOS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 6.372. Expede autorização à GUARNECE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.634.867/0001-03 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

Nº 6.373. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) BRASIFORT SERVIÇOS DE VIGILANCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ nº 06.263.849/0001-34 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 6.374. Expede autorização à RADIO RIO PONTAL FM LTDA, CNPJ nº 02.268.204/0001-33 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas, na localidade de Afrânio/PE e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

Nº 6.376. Expede autorização à RADIO ARAPUAN LTDA, CNPJ nº 09.112.681/0001-54 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas, na localidade João Pessoa/PB e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

SERGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 6.323, Processo nº 53000.064358/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Monte Alegre de Minas/MG - Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.324, Processo nº 53000.064364/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Mutum/MG - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.325, Processo nº 53000.063661/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Nova Era/MG - Canal 46. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.326, Processo nº 53000.063813/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Nova Serrana/MG - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.327, Processo nº 53000.064307/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Novo Cruzeiro/MG - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.328, Processo nº 53000.064308/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Onça de Pitangui/MG - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.329, Processo nº 53000.063354/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Passos/MG - Canal 18. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.330, Processo nº 53000.064386/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Pedras de Maria da Cruz/MG - Canal 49. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.331, Processo nº 53000.064384/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Perdizes/MG - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.332, Processo nº 53000.064381/13 Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Pitangui/MG - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.333, Processo nº 53000.063762/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Poços de Caldas/MG - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 6.334, Processo nº 53000.064156/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Rio Vermelho/MG - Canal 26. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.335, Processo nº 53000.064155/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Sabinópolis/MG - Canal 19. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.336, Processo nº 53000.064153/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Salinas/MG - Canal 22. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.337, Processo nº 53000.064366/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Santa Maria do Suaçuí/MG - Canal 46. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.338, Processo nº 53000.064367/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Santa Vitória/MG - Canal 47. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.339, Processo nº 53000.064309/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Santo Antônio do Grama/MG - Canal 16. Autoriza Uso de RF.

Nº 6.340, Processo nº 53000.064310/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Santo Antônio do Rio Abaixo/MG - Canal 41. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.341, Processo nº 53000.063355/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - São Lourenço/MG - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.342, Processo nº 53000.064321/13 Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - São Romão/MG - Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.343, Processo nº 53000.064177/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - São Sebastião do Paraíso/MG - Canal 45. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.344, Processo nº 53000.064319/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Virginópolis/MG - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.345, Processo nº 53000.064390/13. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - RTV - Visconde do Rio Branco/MG - Canal 19. Autoriza o Uso de RF.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 6.365 Processo n° 535000015942015. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TELBRAX LTDA, CNPJ nº 04.513.030/0001-52, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 23 de Julho de 2020, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.366 Processo n° 535000223022012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à RÁDIO CONNECT TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ nº 06.043.412/0001-95, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 10 de Outubro de 2027, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 6.370 Processo n.º 535000086402006 - Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à(ao) JEVIN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 31.969.702/0001-01, associada a autorização para exploração do Serviço Limitado Privado até 21 de Novembro de 2016.

Nº 6.375 Processo n° 535000014672015. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, até 8 de Dezembro de 2029, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.377 Processo n° 535000032762015. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à MANSKE & ISRAEL LTDA ME, CNPJ nº 06.249.356/0001-40, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE AVALIAÇÃO DE OUTORGAS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Nº 1.901/2015/SEI-MC - O COORDENADOR-GERAL DE AVALIAÇÃO DE OUTORGAS, NA CONDIÇÃO DE COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, resolve comunicar o arquivamento do pedido de outorga referente ao serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, das entidades listadas em anexo.

RODRIGO CRUZ GEBRIM

ANEXO

DESPACHO Nº	DATA	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	AVISO DE HABILITAÇÃO	Nº DO PROCESSO
560/2015/SEI-MC	29/10/2015	FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA	PB	CAJAZEIRAS	FME	Nº 001, 05/03/2012	53000.024702/2012-97
1715/2015/SEI-MC	29/10/2015	FUNCRA - FUNDAÇÃO CULTURAL RAFAEL AGUIAR	PB	GUARABIRA	FME	Nº 001, 05/03/2012	53000.021626/2012-68
1718/2015/SEI-MC	29/10/2015	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL NATIVA	MA	SÃO JOSÉ DO RIBAMAR	FME	Nº 009, 19/09/2011	53000.060064/2011-97
1727/2015/SEI-MC	29/10/2015	FUNDAÇÃO EDUCATIVA NOVA ALIANÇA	CE	CRATO	FME	Nº 013, 28/10/2011	53000.063522/2011-40
1733/2015/SEI-MC	29/10/2015	FUNDAÇÃO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	RJ	TRÊS RIOS	FME	Nº 018, 16/12/2011	53000.009073/2012-75
1864/2015/SEI-MC	09/11/2015	FUNDAÇÃO MUNDIAL	SP	RIBEIRÃO PRETO	FME	Nº 009, 19/09/2011	53000.059255/2011-14

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 5.548 -Processo nº 48100.003888/1995-20. Interessado: Empresa Produtora de Energia Ltda. Objeto: Transferir, da empresa Petróleo Brasileiro S.A. para a Empresa Produtora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.645.009/0001-12, a outorga objeto da Resolução ANEEL nº 3.008, de 19 de julho de 2011, para explorar a UTE Cuiabá, Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.GN.MT.027003-2.01, com 529.200 kW de potência instalada, localizada no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 5.552. Processo: 48500.000789/2015-89. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem das Linhas de Transmissão 230 kV Camaçari IV - Pirajá e Pituaçú - Pirajá; (ii) declarar de utilidade pública, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da área de transição entre o circuito subterrâneo e o circuito aéreo compartilhado entre as Linhas de Transmissão 230 kV Camaçari IV - Pirajá e Pituaçú - Pirajá. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 1.984. Processo nº 48500.002040/2015-76. Interessados: Companhia Energética de Alagoas - Ceal, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2015 da Companhia Energética de Alagoas - Ceal, suspende a aplicação das tarifas e valores constantes do Anexo pela condição de inadimplemento da distribuidora e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 10 de novembro de 2015.

Nº 3.670. Processo nº: 48500.003146/2015-97. Interessados: Gerdau Aços Especiais S. A. e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Decisão: (i) estabelecer as TUST-RB, na modalidade consumo, nos horários de ponta e fora de ponta, aplicáveis à Gerdau Aços Longos Especiais S. A - Gerdau no ponto de conexão da subestação Charqueadas 230 kV, conforme valores dispostos na Tabela 1, com vigência entre 1º de julho de 2015 e 30 de junho de 2016; e (ii) as TUST encargos S/SE/CO referente à conta de Desenvolvimento energético - CDE aplicáveis aos consumidores conectados à rede básica no ciclo 2015-2016 são aquelas dispostas no Anexo II-A da REH nº 1.917, de 2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

Nº 3.675 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, e no que consta no Processo nº 48500.001357/2014-12, decide conhecer e dar provimento parcial ao recurso da Centrais Elétricas do Brasil S.A.- Eletronorte, para reduzir a multa constante do AI nº 0068/2014-SFE, 28 de agosto de 2014, de R$ 1.174.049,84 (um milhão, cento e setenta e quatro mil e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) para R$ 614.118,38 (seiscentos e catorze mil, cento e dezoito reais e trinta e oito centavos).

Nº 3.676 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, e no que consta no Processo nº 48500.002908/2015-38, decide conhecer e dar provimento parcial ao recurso da Ferrari Termoelétrica S.A., para reduzir a multa constante do AI nº 0023/2015-SFE, de 2 de julho de 2015, de R$ 405.514,76 (quatrocentos e cinco mil, quinhentos e catorze reais e setenta e seis centavos) para R$ 76.034,00 (setenta e seis mil e trinta e quatro reais).

Nº 3.679 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, e no que consta no Processo nº 48500.002937/2014-19, decido conhecer e dar provimento parcial ao pedido de reconsideração interposto pela CERON, em face da Resolução Homologatória nº 1826, de 25 de novembro de 2014, que homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2014 da concessionária, para estabelecer uma diferença de R$ 671.909,23 (seiscentos e setenta e um mil, novecentos e nove reais e vinte e três centavos) (base: novembro de 2014) a ser considerada no próximo processo tarifário da distribuidora, com atualização pela SELIC, decorrente do recálculo do PLD no cálculo da sobrecontratação do ano civil 2013 da CERON.

Nº 3.690 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004030/2015-75, decide: (i) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que o cálculo da indisponibilidade das usinas pertencentes aos agentes PARNAÍBA I, PARNAÍBA III e PECÉM II para recontabilização dos ressarcimentos devidos, deve ser efetuado a partir da data de entrada em operação comercial das unidades geradoras, considerando a janela móvel de 60 meses.

ROMEU DONIZETE RUFINO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória n. 1.973, de 20 de outubro de 2015, publicada no D.O. n. 203, de 23 de outubro de 2015, Seção 1, página 75, constante do Processo n. 48500.006203/2015-17, retificar o quadro da Tabela 8, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Onde se lê:

TABELA 8 - RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT) DE USO EXCLUSIVO (Bandeirante).

Vigente no período de 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2016.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALOR ANUAL (R$)
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP	BANDEIRANTE	5.880.875,30
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. - IE Pinheiros	BANDEIRANTE	1.552.726,91

Obs: Caso tenha sido utilizado índice estimado para a atualização dos valores, deve prevalecer, para fins de faturamento/pagamento, o valor apurado com base nos índices definitivos.

Leia-se:

TABELA 8 - RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT) DE USO EXCLUSIVO (Bandeirante).

Vigente no período de 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2016.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALOR ANUAL (R$)
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP	BANDEIRANTE	6.766.582,91
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. - IE Pinheiros	BANDEIRANTE	1.546.346,81

Obs: Caso tenha sido utilizado índice estimado para a atualização dos valores, deve prevalecer, para fins de faturamento/pagamento, o valor apurado com base nos índices definitivos.

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHOS
Em 12 de novembro de 2015

Nº 3.707 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 3.700, de 15 de setembro de 2014, considerando o que consta do Processo nº 48500.001161/2015-09, resolve, em juízo de reconsideração: (i) conhecer, por tempestivo, o Recurso Administrativo interposto pela empresa SANETEC Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda. em face do Comunicado Relevante nº 04, publicado em 6 de novembro de 2015, referente ao Leilão nº 09/2015-ANEEL e mensagem encaminhada pela Comissão Especial de Licitação (CEL); (ii) manter a decisão exarada no referido Comunicado Relevante nº 04; e (iii) encaminhar o processo para julgamento final do Recurso Administrativo pela Diretoria da ANEEL, nos termos do § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

Nº 3.708 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 3.677, de 25 de agosto de 2015 e pela Portaria nº 3.700, de 15 de setembro de 2015, considerando o que consta do Processo nº 48500.002243/2015-62, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Energisa S.A. em face do Anexo II do Despacho no 3.286, de 28 de setembro de 2015, por meio do qual a Comissão Especial de Licitação - CEL divulgou as empresas aptas a participarem no sublote D2 do Leilão n. 12/2015-ANEEL, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de novembro de 2015

Nº 3.632. Processo nº 48500.000969/2005-27. Interessado: Rio do Sapo Energia S.A. Decisão: (i) Homologar novos parâmetros necessários ao cálculo da garantia física da PCH Rio do Sapo, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.030408-5.01, situada no rio do Sapo, integrante da subbacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, estado do Mato Grosso, de titularidade da empresa Rio do Sapo Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 09.322.423/0001-00, conforme características definidas na tabela abaixo; (ii) Homologar o aproveitamento de queda bruta temporária, até que a PCH Sepotuba seja construída. A íntegra deste Despacho constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca. (iii) Estabelecer que eventuais prejuízos e benfeitorias à PCH Rio do Sapo, decorrentes da construção da PCH Sepotuba na cota de montante de 214,2 m, são da Rio do Sapo Energia S.A..

Em 10 de novembro de 2015

Nº 3.665. Processo nº 48500.004504/2015-89. Interessado: Guarany Energética Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE GUARANY II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.FL.MS.035087-7.01, com 55.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ribas do Rio Pardo, no estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.666 - Processo nº 48500.004505/2015-23. Interessado: Guarany Energética Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE GUARANY I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.FL.MS.035088-5.01, com 55.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ribas do Rio Pardo, no estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.667 - Processo nº 48500.004532/2015-04. Interessado: Guarany Energética Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE GUARANY III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.FL.MS.035089-3.01, com 55.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ribas do Rio Pardo, no estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 11 de novembro de 2015

Nº 3.699 - nº 48500.003924/2008-19 e 48500.003314/2008-15. Interessados: Pan Partners Administração Patrimonial S.A. e Arcezzil Geração de Energia Elétrica Ltda. Decisão: (i) selecionar o interessado cujo processo deve prosseguir para fins de outorga de autorização da PCH Mantovilis; (ii) registrar a Adequabilidade com os estudos de inventário e com o uso do potencial hidráulico do Projeto Básico (DRS-PCH), de titularidade da empresa Pan Partners Administração Patrimonial S.A., da PCH Mantovilis, com 5.200 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.033916-4.01, localizada córrego Mutum, no município de Santo Antonio do Leverger, no estado do Mato Grosso; e (iii) revogar os Despachos nº 2.171/2008 e nº 2.611/2010, conferidos à empresa Arcezzil Geração de Energia Elétrica Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2015

Decisão: Liberar a unidade geradora constante no despacho abaixo para início de operação em teste a partir do dia 13 de novembro de 2015.

Nº 3.709. Processo nº 48500.005493/2008-25. Interessado: Energia Sustentável do Brasil S.A. Usina: UHE Jirau. Unidade Geradora: UG20 de 75.000 kW. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

A íntegra desse Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 173, de 24 de junho de 2015, e pelo art. 9º, inciso III, do Decreto nº 2455, de 14 de janeiro de 1998, de acordo com as disposições da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria n.º 879, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica alterado o art. 40, inciso I, da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - 360 (trezentos e sessenta) dias para atender ao inciso V do art. 11 e à alínea (f) do inciso III do art. 12, e 725 (setecentos e vinte e cinco) dias para atender ao inciso I do art. 11 para fins da outorga da autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica (AEA);

JOSÉ GUTMAN

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 1.050, DE 12 DE NOVEMBRO 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.006278/2015-23, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ Nº 05.552.292/0002-70, da empresa Atlântica Produtos de Petróleo Ltda., situada na Rodovia BA 523, s/n° - km 7 - Caipe de Dentro - São Francisco do Conde/BA - CEP: 43.900-000, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de matriz acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 1.051, DE 12 DE NOVEMBRO 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.006278/2015-23, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ Nº 05.552.292/0003-50, da empresa Atlântica Produtos de Petróleo Ltda., situada na Rodovia BR 415, 4445; loja 3 - Urbis IV - Ferradas - Itabuna/BA - CEP: 45.609-000, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de matriz acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2015

Nº 1.583 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0231632	ANTONIO JOSE CONSTANTINO 06790846654	22.301.335/0001-82	JANAUBA	MG	48610.011095/2015-20
GLP/RS0231633	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS EDITH GUIOMAR LTDA.	06.954.851/0005-83	CARAZINHO	RS	48610.010953/2015-19
GLP/SP0231634	ADRIANO FERREIRA ANGELO - ME	16.628.384/0001-21	ARACATUBA	SP	48610.010234/2015-06
GLP/GO0231635	ALEXANDRA WEBER - ME	20.078.714/0001-20	GOIANIA	GO	48610.001103/2015-20
GLP/SP0231636	ANDREIA LUZIA DE SOUZA MAXIMO - ME	23.058.034/0001-32	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.010537/2015-11
GLP/PR0231637	BRAZ & OUTIDA LTDA - ME	78.764.644/0001-43	MARIA HELENA	PR	48610.011018/2015-70
GLP/RO0231638	CBS COMERCIO EIRELI - ME	22.714.289/0001-43	PORTO VELHO	RO	48610.011088/2015-28

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/PI0231639	CHAVES & CAVALCANTE LTDA ME	22.693.771/0001-44	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	PI	48610.011249/2015-83
GLP/MG0231640	CLAUDIA MOTA DE OLIVEIRA - ME	22.822.503/0001-85	UBERABA	MG	48610.008840/2015-53
GLP/SP0231641	CLEBER TADEU CAMPOS DO PRADO 19672728832	20.001.670/0001-30	MIRASSOL	SP	48610.005692/2015-15
GLP/SP0231642	COMERCIO DE GAS E AGUA ATIBAIA LTDA - ME	22.598.523/0001-14	ATIBAIA	SP	48610.011138/2015-77
GLP/MG0231643	DALCIO DE OLIVEIRA GENTIL	00.858.763/0001-78	TRES PONTAS	MG	48610.011153/2015-15
GLP/SP0231644	DANIELA PORTO FERRO REINALDE 22429335824	18.601.498/0001-03	DRACENA	SP	48610.011023/2015-82
GLP/TO0231645	DECIO GURUPI L.9 LTDA	20.956.532/0001-04	GURUPI	TO	48610.006511/2015-78
GLP/MA0231646	DEPÓSITO DE GÁS BANANAL LTDA - ME	18.080.948/0001-60	GOVERNADOR EDSON LOBAO	MA	48610.011026/2015-16
GLP/CE0231647	DL DISTRIBUIDORADE GÁS LTDA	22.269.433/0001-80	FORTALEZA	CE	48610.011024/2015-27
GLP/MS0231648	DOMINGUES & LIMONGES LTDA - ME	23.076.109/0001-08	GUIA LOPES DA LAGUNA	MS	48610.011134/2015-99
GLP/SP0231649	EDILAINE VIANA DE SOUZA LIMA - ME	21.622.680/0002-36	JUQUIA	SP	48610.011335/2015-96
GLP/SP0231650	EDJANE APARECIDA FRANCA 36332418842	16.754.739/0001-29	SAO PAULO	SP	48610.010281/2015-41
GLP/TO0231651	ELAINE DE SOUZA CUNHA - ME	22.275.161/0002-01	NOVA OLINDA	TO	48610.011133/2015-44
GLP/ES0231652	ENIVALDO DE SOUZA 94799571753	20.620.224/0001-03	JAGUARE	ES	48610.010963/2015-54
GLP/BA0231653	EVERTON SANTOS CORREIA - ME	13.609.703/0003-25	BANZAE	BA	48610.007807/2015-14
GLP/RR0231654	F. OLIVEIRA RODRIGUES - ME	19.122.483/0001-25	CANTA	RR	48610.009328/2015-24
GLP/MG0231655	FABIO LOURENÇO CARDOSO 08755004636 ME	22.808.183/0001-09	COROMANDEL	MG	48610.011006/2015-45
GLP/MG0231656	FRANCINEIDE FARIA COIMBRA 12955333670	22.341.577/0001-08	BOM JESUS DO GALHO	MG	48610.011235/2015-60
GLP/MG0231657	G D D DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA ME	22.216.340/0001-97	PIEDADE DE CARATINGA	MG	48610.011140/2015-46
GLP/BA0231658	GABRIEL DANTAS NEVES - ME	21.807.539/0001-27	ITARANTIM	BA	48610.011129/2015-86
GLP/BA0231659	GÁS E TRANSPORTE LAGOINHAS EIRELI- ME	23.285.375/0001-40	ALAGOINHAS	BA	48610.010952/2015-74
GLP/GO0231660	GERALDA APARECIDA DE OLIVEIRA 62450840168	18.973.520/0001-46	NIQUELANDIA	GO	48610.000318/2015-23
GLP/GO0231661	HELIO ALVES PINTO - ME	17.191.296/0001-78	BRITANIA	GO	48610.010964/2015-07
GLP/MG0231662	HELIO ROBERTO DE OLIVEIRA CPF 259.982.856-20 - EPP	20.735.240/0001-41	UBERABA	MG	48600.011095/2015-49
GLP/TO0231663	J A ALVES DA SILVA	22.532.696/0001-30	PALMAS	TO	48610.009588/2015-08
GLP/BA0231664	J G FILHO - ME	00.715.451/0001-05	RUY BARBOSA	BA	48610.011146/2015-13
GLP/GO0231665	J.L.S PILAR - ME	19.494.613/0001-50	SANTA RITA DO ARAGUAIA	GO	48610.012164/2014-31
GLP/MT0231666	JOEL ALVES DE OLIVEIRA - ME	22.312.996/0001-03	CAMPO VERDE	MT	48610.011119/2015-41
GLP/PB0231667	JOSE MARINHO 04779496497	19.055.111/0001-23	MULUNGU	PB	48610.008697/2015-08
GLP/RS0231668	JOSIANE & ROBSON COMERCIO DE GAS LTDA. - ME	22.868.311/0001-00	PASSO FUNDO	RS	48610.011136/2015-88
GLP/RS0231669	JURANDIR DE ANHAIA - ME	17.773.446/0001-51	TIO HUGO	RS	48610.011091/2015-41
GLP/MG0231670	LEVI NUNES ALVES	22.658.437/0001-50	SAO FRANCISCO	MG	48610.011003/2015-10
GLP/GO0231671	LMG COMERCIO DE GAS LTDA - ME	18.757.262/0002-41	JUSSARA	GO	48610.010965/2015-43
GLP/SC0231672	LUCIANE CRISTINA SIMOES BORBA - ME	16.634.585/0002-12	LAGES	SC	48610.010322/2015-08
GLP/RJ0231673	M B DE SOUSA REVENDEDORA DE GAS - ME	23.181.744/0001-55	NOVA IGUACU	RJ	48610.011123/2015-17
GLP/PA0231674	M.A LACERDA GÁS EIRELI - EPP	22.025.957/0001-25	PARAUAPEBAS	PA	48610.011008/2015-34
GLP/SC0231675	MAICON ANTONIO BREMM - ME	14.255.559/0001-77	RIQUEZA	SC	48610.011137/2015-22
GLP/SP0231676	MARCIO PEREIRA LAMEU SOROCABA - ME	08.768.157/0001-73	SOROCABA	SP	48610.007734/2015-52
GLP/TO0231677	MARIA IVONETE RIBEIRO DE MORAIS DIAS	18.635.909/0001-81	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	TO	48610.009225/2015-64
GLP/BA0231678	MARIELLE DE ANDRADE SOARES GÁS	15.066.488/0001-27	JEREMOABO	BA	48610.010955/2015-16
GLP/AC0231679	MARLI RODRIGUES DE PAIVA 88306453204	18.677.095/0001-48	RIO BRANCO	AC	48610.011236/2015-12
GLP/GO0231680	NALVA GÁS LTDA - ME	22.932.787/0001-62	VALPARAISO DE GOIAS	GO	48610.010921/2015-13
GLP/PE0231681	PAIVA & DIEL GAS LTDA - ME	23.055.630/0001-69	OLINDA	PE	48610.011087/2015-83
GLP/GO0231682	PASSOS & PASSOS COMERCIO DE GÁS LTDA - M E	17.742.431/0001-26	FORMOSA	GO	48610.009270/2015-19
GLP/CE0231683	PF COMERC IAL DE GLP LTDA - ME	23.053.109/0001-92	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.010871/2015-74
GLP/TO0231684	PRIMAVERA GAS LTDA - ME	21.515.858/0001-69	DIANOPOLIS	TO	48610.011090/2015-05
GLP/MA0231685	S.A. MOURA DE ARAUJO-COMERCIO E CONSTRUÇÃO - ME	13.042.816/0002-00	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	MA	48610.009460/2015-36
GLP/MG0231686	SUPERMERCADO VITORIA LTDA - EPP.	42.928.192/0006-55	SERITINGA	MG	48610.011148/2015-11
GLP/AL0231687	TATIANO JOSÉ FONSECA DA COSTA - ME	19.702.336/0001-24	PALMEIRA DOS INDIOS	AL	48610.010961/2015-65
GLP/BA0231688	VALDINEIDE ALVES DE SOUSA - ME	22.193.835/0001-48	BARREIRAS	BA	48610.011122/2015-64
GLP/SP0231689	VALDIR PAULINO DE MORAES - ME	09.350.996/0001-30	RIBEIRAO BONITO	SP	48610.011089/2015-72
GLP/RS0231690	WELLINGTON M P DE MELLO - ME	22.355.933/0001-34	PASSO FUNDO	RS	48610.010967/2015-32

Nº 1.584 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RJ0172407	AUTO POSTO ALIANCA DE CABUCU LTDA	23.218.362/0001-59	NOVA IGUACU	RJ	48610.010332/2015-35
PR/SP0168468	AUTO POSTO BUFFALO COMBUSTIVEIS LTDA	20.033.242/0001-99	SAO PAULO	SP	48610.013879/2014-10
PR/PB0172885	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS LIBERDADE LTDA - ME	15.386.712/0001-68	BAYEUX	PB	48610.011449/2015-36
PR/GO0172665	AUTO POSTO J. P. P. LTDA	20.464.217/0001-60	GOIANIA	GO	48610.010702/2015-34
PR/MG0172889	AUTO POSTO JACUTINGA LTDA	22.518.678/0001-01	SANTA RITA DE JACUTINGA	MG	48610.011420/2015-54
PR/SP0172890	CENTRO AUTOMOTIVO TREBBIANO LTDA	23.013.409/0001-48	SAO PAULO	SP	48610.011447/2015-47
PR/PR0135745	COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS FIGUEIRA - EIRELI	16.564.142/0001-11	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	PR	48610.004451/2013-97
PR/MG0172895	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS KAIROS LTDA - ME	02.825.010/0001-91	FRUTAL	MG	48610.011487/2015-99
PR/RS0170585	FELIPE A. PICK - EPP	20.584.444/0003-90	CACHOEIRA DO SUL	RS	48610.005172/2015-11
PR/RS0170685	FELIPE A. PICK - EPP	20.584.444/0004-71	SINIMBU	RS	48610.005444/2015-74
PR/RN0172660	M M DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	22.506.386/0001-40	CARAUBAS	RN	48610.010880/2015-65
PR/PE0172886	MONTEIRO & SANTOS COMBUSTIVEIS LTDA - ME	20.856.275/0001-39	PESQUEIRA	PE	48610.011446/2015-01
PR/RJ0172095	POSTO DE COMBUSTIVEIS CORUJAO EIRELI	20.402.527/0001-50	VOLTA REDONDA	RJ	48610.009656/2015-21
PR/RJ0171306	POSTO DE LUBRIFICAÇÃO MARACANÃ LTDA	22.089.348/0001-30	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.006901/2015-48
PR/BA0172888	POSTO SÃO PEDRO COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E TRANSPORTES LTDA - ME	22.838.829/0002-81	MONTE SANTO	BA	48610.011419/2015-20
PR/BA0172389	POSTO VILAS DO ATLANTICO LTDA	23.236.449/0001-59	LAURO DE FREITAS	BA	48610.010102/2015-76
PR/CE0172887	S QUARESMA DE MENDONÇA COMBUSTIVEIS - ME	22.505.371/0001-68	UMARI	CE	48610.011444/2015-11
PR/TO0172190	SUPER POSTO GOIATINS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	21.516.469/0001-58	GOIATINS	TO	48610.009809/2015-30

Nº 1.585 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/MT0120762	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS AGUA BOA LTDA	01.514.992/0005-61	AGUA BOA	MT	48610.010364/2012-98

Nº 1.586 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública as homologações dos contratos de carregamento listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	CARTÓRIO N.º	PRAZO	PRODUTOS	PROCESSO
1	São José dos Campos	SP	PETRÓLEO Brasileiro S.A. - PETROBRAS / REVAP 33.000.167/0822-48	PETROLUZ Distribuidora Ltda. 03.016.811/0002-50	ACR n.° 430.2.259/15-5 Reg. 3.548.179	31/10/2016	Gasolina A (152m³), Óleo Diesel A S500 (150m³), Óleo Diesel A S10 (150m³)	48610.011363/2015-11
2	Itajaí	SC	PETRÓLEO Brasileiro S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS Transportes S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0030-93	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. 33.337.122/0223-68	ACR n.° Reg. 976544	01/05/2016	Óleo Diesel Marítimo A (700m³)	48610.009238/2015-33
3	Senador Canedo	GO	PETRÓLEO Brasileiro S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS Transportes S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0009-06	SIMARELLI Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. 00.942.246/0004-25	ACR n.° 430.2.067/15-3 Reg. 3.540.579	31/07/2016	Gasolina A (2.000m³), Óleo Diesel A S500 (152m³), Óleo Diesel A S10 (152m³)	48610.010291/2009-39
4	Itabuna	BA	PETRÓLEO Brasileiro S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS Transportes S.A. - TRANSPETRO 33.000.167/0015-54	ATLÂNTICA Produtos de Petróleo Ltda. 05.552.292/0003-50	ACR n.° 411..2.001/15-3 Reg. 877598	20/03/2016	Gasolina A (2.000m³), Óleo Diesel A S500 (152m³), Óleo Diesel A S10 (152m³)	48610.006067/2009-42

Nº 1.587 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n.º 15, de 18 de maio de 2005, torna pública a homologação dos contratos de envasilhamentos listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CONTRATADA/REGISTRO	CONTRATANTE / REGISTRO	PRAZO	CARTÓRIO N.°	PROCESSO
Osasco	SP	LIQUIGÁS Distribuidora de Gás S.A. 60.886.413/0004-90	SUPERGASBRAS Energia Ltda. 19.791.896/0111-37	25/08/2020	1º Termo Aditivo Reg. 209276	48610.015265/2010-31
Paulínia	SP	SUPERGASBRAS Energia Ltda. 19.791.896/0019-21	LIQUIGÁS Distribuidora de Gás S.A. 60.886.413/0066-92	30/09/2020	Reg. 1.175.902	48610.015555/2010-84

Nº 1.588 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011 e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública as homologações de cessão de espaço listados a seguir:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	CARTÓRIO N.º	PRAZO	PRODUTOS	PROCESSO
1	Vila Velha	ES	OILTANKING Terminais Ltda. 04.409.230/0003-21	ATLANTICA Produtos de Petróleo Ltda. 05.552.292/0001-99	Quinto Aditivo Reg. 939535	31/05/2018	Óleo Diesel A S10 (1.860m³), Óleo Diesel A S500 (3.300m³), Gasolina A (3.240m³), EAC (500m³), EHC (200m³), B100 (200m³)	48610.007641/2011-02
2	Ipojuca	PE	PANDENOR Importação e Exportação Ltda. 00.499.730/0001-89	RAÍZEN Combustíveis S.A. 33.453.598/0323-27	Reg. 1972	30/11/2016	EAC (8.000m³)	48610.007168/2013-36
3	Vila Velha	ES	OILTANKING Terminais Ltda. 04.409.230/0003-21	TOBRAS Distribuidora de Combustíveis Ltda. 05.759.383/0004-42	Sexto Aditivo Reg. 939534	30/09/2018	Óleo Diesel A S10 (735m³), Óleo Diesel A S500 (940m³), Gasolina A (1.340m³), EAC (235m³), EHC (140m³), B100 (210m³)	48610.008918/2010-25
4	Vila Velha	ES	OILTANKING Terminais Ltda. 04.409.230/0003-21	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. 33.337.122/0145-00	Extrato Reg. 1116480	31/03/2018	Óleo Diesel A S10 (3.000m³), Óleo Diesel A S500 (2.500m³), Gasolina A (2.500m³), EAC (400m³), EHC (400m³), B100 (370m³)	48610.010303/2011-40
5	Vila Velha	ES	OILTANKING Terminais Ltda. 04.409.230/0003-21	PETROBRAS Distribuidora S.A. 34.274.233/0040-00	Reg. 979065	31/12/2015	Óleo Diesel A S10 (1.000m³), Óleo Diesel A S500 (4.000m³), Gasolina A (2.000m³), EAC (100m³), EHC (100m³), B100 (300m³)	48610.010304/2011-94
6	Vila Velha	ES	OILTANKING Terminais Ltda. 04.409.230/0003-21	TOTAL Distribuidora S.A. 01.241.994/0013-34	Quarto Aditivo Reg. 1072345	30/09/2016	Óleo Diesel A S10 (300m³), Óleo Diesel A S500 (700m³), Gasolina A (2.300m³), EAC (180m³), EHC (90m³), B100 (60m³)	48610.000367/2013-02
7	Guarulhos	SP	T LIQ Logística e Serviços Ltda. 19.924.788/0001-50	FERA Lubrificantes Ltda. 69.209.575/0003-87	Reg. 338202	10/05/2016	EHC (200m³)	48610.007620/2015-11
8	Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	MEGAPETRO Petróleo Brasil S.A. 02.998.543/0006-80	Contrato n.° 003/2015 Reg. 68884	10/02/2020	Gasolina A (500m³), Óleo Diesel A S500 (500m³), Óleo Diesel A S510 (120m³), EHC (50m³), EAC (75m³), , B100 (80m³)	48610.011539/2015-27
9	Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	RODOIL Distribuidora de Combustíveis S.A. 07.520.438/0006-54	Contrato n.° 001/2015 Reg. 68882	10/02/2020	Gasolina A (250m³), Gasolina A Premium (50m³), Óleo Diesel A S500 (300m³), Óleo Diesel A S510 (60m³), Óleo Diesel Marítimo (20m³), EHC (25m³), EAC (50m³), B100 (50m³)	48610.010748/2011-20
10	Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	FLEXPETRO Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. 08.892.436/0004-97	Reg. 337646	Publicação no D.O.U. a 60 meses	Gasolina A (50m³), Óleo Diesel A S500 (25m³), Óleo Diesel B S500 (25m³) EAC (20m³), EHC (50m³)	48610.011068/2015-57
11	Araucária	PR	UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A. 03.774.231/0001-40	WALENDOWSKY Distribuidora de Combustíveis Ltda. 01.602.498/0004-78	Reg. 0035364	01/07/2020	Gasolina A (25m³), Óleo Diesel A S10 (50m³), Óleo Diesel A S500 (25m³) B100 (10m³)	48610.000023/2013-95
12	Araucária	PR	UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A. 03.774.231/0001-40	MONVALLE Distribuidora de Petróleo Ltda. 01.617.593/0001-00	Reg. 0035242	01/06/2016	Gasolina A (50m³), Óleo Diesel A S10 (20m³), Óleo Diesel A S500 (50m³), EHC (5m³), EAC (20m³), B100 (10m³)	48610.000858/2015-15
13	Uberlândia	MG	ADN - Assessoria em Logística e Desenvolvimento de Negócios com Álcool e Derivados Ltda. 07.374.137/0002-36	RAÍZEN Combustíveis S.A. 33.453.598/0451-43	-	01/04/2017	EHC (3.000m³)	48610.011571/2015-11
14	Belém	PA	PETRO AMAZON Petróleo da Amazônia 04.201.170/0001-95	Distribuidora EQUADOR de Produtos Petróleo Ltda. 03.128.979/0008-42	Reg. 449.437	27/05/2017	Gasolina A (823m³), Óleo Diesel A S10 (1.412m³), EAC(547m³), B100 (296m³)	48610.010484/2015-38
15	Belém	PA	PETRO AMAZON Petróleo da Amazônia 04.201.170/0001-95	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. 33.337.122/0042-03	Aditivo Reg. 938086	30/04/2016	Diesel A S10 (1.400m³), B100 (300m³)	48610.015559/2010-62

Nº 1.589 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011 e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública as homologações de cessão de espaço listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	CARTÓRIO N.º	PRAZO	PRODUTOS	PROCESSO
1	Paulínia	SP	AGILE Logística e Distribuição de Combustíveis Ltda. 10.911.906/0001-11	S.L Distribuidora de Petróleo Ltda. 61.440.517/0001-96	Primeiro Aditivo Reg. 1.175.883	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A 12 MESES	Óleo Diesel B S500 (4m³), EHC (8m³)	48610.010887/2015-87
2	Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	DISTRIBUIDORA de Produtos de Petróleo Charrua Ltda. 01.317.309/0004-15	Reg. 071263	10/02/2020	Gasolina A (150m³), Óleo Diesel A S500 (200m³), Óleo Diesel A S10 (90m³), EHC (25m³), EAC (70m³), B100 (50m³)	48610.009561/2004-54
3	Canoas	RS	PETROBRAS Distribuidora S.A. 34.274.233/0068-01	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. 33.337.122/0159-06	-	21/12/2015	Gasolina A (500m³), Óleo Diesel A S500 (500m³)	48610.012768/2002-44
4	Paulínia	SP	TERCOM - Terminal de Armazenagem de Combustíveis Ltda. 09.361.622/0001-10	PETROBRAS Distribuidora S.A. 34.274.233/0065-69	Reg. 1.117.288	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A 12 MESES	B100 (1.426m³)	00610.106876/2015-75

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2015

Nº 1.582 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:
CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.
Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	651/2015
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE FÍSICA NUCLEAR APLICADA - LFNA
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL
CNPJ/MF	78.640.489/0001-53
Processo ANP	48610.007982/2015-01
Localização	Londrina - PR
Linhas de Pesquisa	Espectrometria de traços radioativos com Raios Gama
	Microtomografia com Raios X

TATHIANY RODRIGUES MOREIRA DE CAMARGO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 690/2015 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14235/2015-831.411/2004-CATARINA GANO-
14236/2015-834.668/2008-ILAN AKHERMAN-
14237/2015-832.107/2009-JOÃO BATISTA VIEIRA-
14238/2015-832.165/2009-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-
14239/2015-832.815/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
14240/2015-832.003/2012-ALEXANDRE PEREIRA DA ROSA-
14241/2015-832.294/2012-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-
14242/2015-832.388/2012-JAIME DA GLÓRIA PEREIRA-
14243/2015-832.844/2012-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14244/2015-832.852/2012-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14245/2015-832.854/2012-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14246/2015-832.855/2012-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14247/2015-832.910/2012-PANGEA ENGENHARIA LTDA-
14248/2015-832.912/2012-PANGEA ENGENHARIA LTDA-
14249/2015-831.096/2013-LGA MINERAÇÃO E SIDERURGIA LTDA-
14250/2015-831.927/2013-VIGA MINERAÇÃO E ENGENHARIA LTDA-
14251/2015-832.142/2013-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A-
14252/2015-832.169/2013-GEORADAR LEVANTAMENTOS GEOFÍSICOS S.A.-
14253/2015-832.191/2013-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-
14254/2015-832.192/2013-PETRA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-
14255/2015-832.203/2013-DEPÓSITOS MINERAIS SERVIÇOS LTDA-
14256/2015-832.213/2013-PETRA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-
14257/2015-832.221/2013-VOTORANTIM METAIS S.A-
14258/2015-832.229/2013-PETRA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-
14259/2015-832.237/2013-VOTORANTIM METAIS S.A-
14260/2015-832.626/2013-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA-
14261/2015-832.637/2013-AMG MINERAÇÃO S.A.-
14262/2015-832.638/2013-HUGO CÉSAR TEIXEIRA DE CARVALHO ME-
14263/2015-832.719/2013-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.-
14264/2015-832.723/2013-RAFAEL RODRIGUES-
14265/2015-832.764/2013-MHP REPRESENTAÇÕES LTDA-
14266/2015-832.980/2013-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-
14267/2015-830.540/2014-RIACHO NOBRE MINERAÇÃO LTDA.-
14268/2015-830.541/2014-RIACHO NOBRE MINERAÇÃO LTDA.-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14269/2015-830.542/2014-RIACHO NOBRE MINERAÇÃO LTDA.-
14270/2015-831.016/2014-PEDREIRA ROLIM LTDA.-
14271/2015-831.193/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14272/2015-831.194/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14273/2015-831.195/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14274/2015-831.196/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14275/2015-831.197/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14276/2015-831.198/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14277/2015-831.201/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14278/2015-831.208/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14279/2015-831.209/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14280/2015-831.388/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
14281/2015-831.398/2014-BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.-
14282/2015-831.800/2014-SORAYA NEUMANN PEREIRA CARNEIRO-
14283/2015-832.109/2014-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-
14284/2015-832.168/2014-JOSÉ CARLOS PEREIRA NETO-
14285/2015-832.375/2014-GERDAU AÇOMINAS S.A.-
14286/2015-832.377/2014-GERDAU AÇOMINAS S.A.-
14287/2015-832.378/2014-SMARTWAY BRASIL MINÉRIO DE FERRO LTDA.-
14288/2015-832.379/2014-FLÁVIO GRISI-
14289/2015-832.566/2014-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-
14290/2015-832.736/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
14291/2015-832.741/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
14292/2015-832.743/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
14293/2015-832.745/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
14294/2015-832.880/2014-RAIMUNDO SECUNDINO HELENO SILVA EPP-

RELAÇÃO Nº 201/2015 - DF

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
003.789/1959-IMERYS DO BRASIL COMÉRCIO DE EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.- DECRETO DE LAVRA Nº 54.881/1965- Cessionário:ADS MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 18.464.649/0001-29
006.928/1960-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 58.538/1966- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
007.308/1960-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 55.451/1965- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
002.886/1962-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 69.087/1971- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
006.305/1965-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 72.740/1973- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
001.531/1966-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 572/1989- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
009.603/1967-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 68.935/1971- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
819.041/1969-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 80.410/1977- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
819.482/1969-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 79.594/1977- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
823.215/1971-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 79.959/1977- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
803.857/1972-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 046/1981- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
804.142/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 897/1985- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
804.366/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 878/1984- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
804.367/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 861/1984- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
804.368/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 859/1984- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
804.457/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 553/1989- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
804.458/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.249/1980- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
804.603/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.234/1980- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
813.728/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 860/1994- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
814.804/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 192/1988- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
817.343/1973-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.382/1983- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
803.122/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 463/1984- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
804.392/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 190/1988- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
808.409/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 816/1985- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
808.982/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.252/1980- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
808.983/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 570/1989- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
808.985/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 326/1985- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
808.986/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.154/1983- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
809.401/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.401/1983- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
802.203/1975-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 020/1994- Cessionário:FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.104.045/0001-49
802.206/1975-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 018/1994- Cessionário:FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.104.045/0001-49
802.212/1975-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 218/1986- Cessionário:FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.104.045/0001-49
807.869/1975-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.293/1984- Cessionário:FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.104.045/0001-49
808.024/1975-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 187/1988- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00
811.926/1975-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.204/1985- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
811.927/1975-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.205/1985- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
808.007/1976-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 587/1992- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
803.622/1977-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 874/1985- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
802.266/1978-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 015/1994- Cessionário:FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.104.045/0001-49
803.747/1978-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 230/1988- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
831.127/1981-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 174/1998- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
830.500/1982-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 175/1998- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
870.226/1982-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 288/1995- Cessionário:FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.104.045/0001-49
830.064/1983-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 176/1998- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
871.002/1983-MINERAÇÃO IRAJA S A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 276/1995- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CNPJ 05.673.658/0001-88
871.077/1984-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 296/2006- Cessionário:FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.104.045/0001-49
870.425/1985-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 240/2006- Cessionário:FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.104.045/0001-49
870.430/1985-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 022/1992- Cessionário:SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.103.965/0001-42
870.189/1988-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 465/2013- Cessionário:SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.103.965/0001-42
930.400/1990-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- GRUPAMENTO MINEIRO Nº 136/1993- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
000.367/1997-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- GRUPAMENTO MINEIRO Nº 224/2007- Cessionário:FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.104.045/0001-49
930.102/1997-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- GRUPAMENTO MINEIRO Nº 157/1998- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
930.780/2001-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- GRUPAMENTO MINEIRO Nº 200/2005- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
931.001/2001-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- GRUPAMENTO MINEIRO Nº 201/2005- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
931.002/2001-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- GRUPAMENTO MINEIRO Nº 199/2005- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
872.851/2005-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- PORTARIA DE LAVRA Nº 300/2014- Cessionário:SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- CNPJ 22.103.965/0001-42
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de concessão de lavra(469)
816.433/1973-AURORA COMÉRCIO DE ARGILA LTDA EPP- Cessionário:815.814/2012-Nico Ferrinho Extração de Areia e Comércio de Materiais de Construção Ltda.
815.794/1987-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA- Cessionário:815.401/2013-Construtora Sultepa S.a
Fase de Requerimento de Lavra
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
815.814/2012-NICO FERRINHO EXTRAÇÃO DE AREIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
815.401/2013-CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

RELAÇÃO Nº 202/2015 - DF

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
005.494/1943-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 77.780/1976- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
006.254/1944-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 76.690/1975- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
014.235/1967-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 71.905/1973- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
812.235/1970-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 81.440/1978- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
812.236/1970-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 80.679/1977- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
813.079/1970-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- DECRETO DE LAVRA Nº 80.491/1977- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
803.716/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.277/1980- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
803.718/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.144/1980- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
803.719/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 912/1980- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
803.720/1974-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.136/1980- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
830.203/1978-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 1.728/1985- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
920.761/1988-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- GRUPAMENTO MINEIRO Nº 107/1990- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S/A- CNPJ 00.592.603/0001-20
800.166/2007-ITATIBA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.- PORTARIA DE LAVRA Nº 248/2015- Cessionário:FABRICAL FABRICA DE CAL S.A- CNPJ 21.443.607/0001-16
800.689/2008-ITATIBA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.- PORTARIA DE LAVRA Nº 256/2015- Cessionário:FABRICAL FABRICA DE CAL S.A- CNPJ 21.443.607/0001-16
Fase de Requerimento de Lavra
Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
891.550/1994-GRANITOS CALABREZ LTDA- REQUERIMENTO DE LAVRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

896.078/1999-GRANITOS CALABREZ LTDA- REQUERIMENTO DE LAVRA
Fase de Autorização de Pesquisa
Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
896.560/2006-GRANITOS CALABREZ LTDA- ALVARÁ DE PESQUISA Nº 4701/2007
896.764/2006-GRANITOS CALABREZ LTDA- ALVARÁ DE PESQUISA Nº 11.179/2007
896.407/2010-GRANITOS CALABREZ LTDA- ALVARÁ DE PESQUISA Nº 5537/2011

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 698/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
836.788/1993-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-Calcário (uso Industrial)
830.557/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-Areia

RELAÇÃO Nº 699/2015

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.726/2006-TAMASA ENGENHARIA S A-OF. N°320/2015-ERPM

RELAÇÃO Nº 700/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.420/2007-GRANMEX GRANITOS E MÁRMORES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°142/2015-ESCGV
834.241/2007-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA-OF. N°143/2015-ESCGV
832.332/2009-CÉSAR MOREIRA SAMPAIO-OF. N°141/2015-ESCGV
833.384/2011-MINERAÇÃO RESPLENDOR LTDA ME-OF. N°145/2015-ESCGV

RELAÇÃO Nº 701/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
834.537/2010-AREAL MATINHA LTDA ME-OLIVEIRA/MG - Guia n° 120/2015-42.000 toneladas/ano-Areia- Validade:20/11/2018
832.717/2012-MINERAÇÃO VEC EIRELI-SÃO THOMÉ DAS LETRAS/MG - Guia n° 134/2015-2.880 toneladas/ano-Quartzito- Validade:06/10/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.334/1982-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-GALILÉIA/MG - Guia n° 115/2015-6.400 toneladas/ano-Pegmatito (ornamental)- Validade:27/10/2018
832.275/1999-MINERAÇÃO AREIA BRANCA LTDA-SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE/MG, LIMA DUARTE/MG - Guia n° 128/2015-48.000 toneladas/ano-Areia (Industrial)- Validade:08/07/2019

RELAÇÃO Nº 702/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
833.459/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
834.281/2012-GRANITOS MILKE LTDA ME
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
834.281/2012-GRANITOS MILKE LTDA ME-Alvará N°6388/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
833.167/1989-GRANABRA MINERAÇÃO DE BARRA ALEGRE LTDA ME-OF. N°140/2015-ESCGV
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
831.843/1999-MINERAÇÃO TAPICURU LTDA-OF. N°144/2015-ESCGV-60 dias
Fase de Concessão de Lavra
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
043.306/1956-Companhia Siderúrgica Nacional- AI N° 243-244-245-246-247-248 e 249/2015-MG

RELAÇÃO Nº 703/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.934/2010-JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE PÁDUA
831.172/2014-AGUIA EMPREENDIMENTOS
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.367/2008-IMETAME GRANITOS LTDA -Alvará N°10384/2009
830.299/2013-JOSÉ LUCAS MACHADO OLIVA -Alvará N°4054/2015
830.420/2013-MINERAÇÃO REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. -Alvará N°11902/2014
830.421/2013-MINERAÇÃO REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. -Alvará N°11903/2014
830.422/2013-MINERAÇÃO REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. -Alvará N°11904/2014
831.241/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA E ARGILA PADRE LIBERIO LTDA -Alvará N°2270/2015
831.599/2013-GRANJAS GOIANAS LTDA -Alvará N°7896/2014
832.532/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°10021/2014
832.533/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°10022/2014
833.873/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9013/2014
833.874/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9014/2014
833.875/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9015/2014
833.876/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9016/2014
833.877/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9017/2014
833.878/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9018/2014
833.879/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9019/2014
833.880/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9020/2014
833.881/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9021/2014
833.882/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9022/2014
833.883/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9023/2014
833.884/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9024/2014
833.885/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9025/2014
833.886/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°11947/2014
833.887/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°7984/2014
833.888/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9026/2014
833.889/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9027/2014
833.890/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9028/2014
833.891/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°7985/2014
833.892/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9029/2014
833.893/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9030/2014
833.894/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9031/2014
833.895/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9032/2014
833.896/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°7986/2014
833.897/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°7987/2014
830.315/2014-FORTALEZA ENGENHARIA LTDA -Alvará N°4229/2015
831.427/2014-CONSTRUTORA TRIUNFO SA -Alvará N°1321/2015
831.679/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°706/2015
831.683/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°707/2015
831.684/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°708/2015
831.690/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°709/2015
831.691/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°710/2015
831.694/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°711/2015

RELAÇÃO Nº 706/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.846/2002-PEDRO HIPÓLITO AFONSO DE CAMPOS-CEDRO DO ABAETÉ/MG - Guia n° 129/2015-12.000 m3/ano, teor 0,063ct/m3-Diamante (Cascalho de)- Validade:07/08/2019
831.999/2013-MINAS GRANITOS LTDA-ME-GOVERNADOR VALADARES/MG - Guia n° 136/2015-8.000 toneladas/ano-Granito (revestimento)- Validade:12/03/2016
833.346/2013-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA ME-NOVO CRUZEIRO/MG - Guia n° 141/2015-10.400 toneladas/ano-Granito (revestimento)- Validade:27/03/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.439/1989-MINERAÇÃO DUAS CORES LTDA-MARILAC/MG - Guia n° 137/2015; 138/2015; 139/2015 e 140/2015-39,6 Kg/ano ;21,6Kg/ano ;14,4 Kg/ano e 24 Kg/ano-Kunzita ;Quartzo ;Berilo(Morganita) e Turmalina- Validade:1 ano (a partir da publicação)
832.132/2000-NOVA AURORA MARMORES E GRANITOS LTDA-ITAOBIM/MG - Guia n° 135/2015-6.360 toneladas/ano-Granito- Validade:16/04/2017
833.125/2006-R & M MINERACAO LTDA-FRANCISCÓPOLIS/MG - Guia n° 117/2015-8.000 toneladas/ano-Granito (revestimento)- Validade:12/06/2019 ou PL
833.487/2011-INDÚSTRIA E COMÉRCIO SANTA TEREZINHA LTDA-ALFENAS/MG - Guia n° 152/2015-30.000 toneladas/ano-Gnaisse- Validade:11/07/2018
830.514/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-BRASILÂNDIA DE MINAS/MG - Guia n° 107/2015-30.000 m3/ano-Areia (agregado)- Validade:07/08/2019

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 78/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
803.156/2008-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,
803.129/2010-MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.107/2013-CIBRA MINERAÇÃO E INDUSTRIA LTDA-AI N°298/2015
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
803.254/2009-OTAVIO BENTES DE OLIVEIRA GUIMARÃES NETO - AI N°209/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
803.247/2006-J. R. GOMES DA ROCHA ME-OF. N°816/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.214/2015-CONSTRUTORA SUCESSO S A-Registro de Licença N°52/2015 de 11/11/2015-Vencimento em 02/10/2016
803.220/2015-PIAUÍ AGREGADOS LTDA.-Registro de Licença N°51/2015 de 11/11/2015-Vencimento em 21/10/2016
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
803.215/2015-JOAQUIM COPERTINO SILVA PORTELA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
803.090/2014-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA
803.027/2015-MAURO DAVID RODRIGUES DA SILVA
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
803.007/2007-CERÂMICA STRUTURAL LTDA- Cessionário:Cerâmica Campo Maior Ltda.- CNPJ 07.258.122/0001-21- Registro de Licença n°004/2007- Vencimento da Licença: 06/02/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(776)
803.225/2004-PIAUÍ AGREGADOS LTDA.-# Registro de Licença n°01/2005- Cessionario:803.214/2015-Construtora Sucesso S.A.- CNPJ 09.588.906/0001-43
803.448/2010-CONSTRUTORA SUCESSO S A-# Registro de Licença n°33/2010- Cessionario:803.220/2015-Piauí Agregados Ltda.- CNPJ 09.100.061/0001-03

MARCOS AURELIO PADUA RIBEIRO GONCALVES DE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 205/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.277/2015-MULTIPACK EMBALAGENS DO NORDESTE EIRELI-OF. N°1.046/2015
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
848.004/2015-ALON ENGENHARIA LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.286/2014-BLASTER MINERACAO MEIO AMBIENTE E TREINAMENTOS LTDA ME-OF. N°1.044/2015
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.210/2013-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- Área de 402,16 ha para 183,66-Granito
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.136/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
848.407/2011-FORTMINE BRASIL MINÉRIOS LTDA - AI N°182/2015
848.408/2011-FORTMINE BRASIL MINÉRIOS LTDA - AI N°183/2015
848.241/2013-SEBASTIÃO ROMUALDO DE FREITAS - AI N°184/2015
848.272/2013-UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA. - AI N°186/2015
848.382/2013-ZURENILDO ROSENO DA SILVA - AI N°187/2015
848.383/2013-LINO BRITA LTDA ME - AI N°192/2015
848.044/2014-IMOBILIARIA OITAVA ROSADO LTDA - AI N°191/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.107/2006-M C N IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1.045/2015
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.227/2009-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1056/2015-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.228/2009-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1058/2015-SGTM/DNPM/RN-180 dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
848.588/2008-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-LAJES/RN, SÃO TOMÉ/RN - Guia n° 017/15-SUP/RN-300Toneladas-Minério de Tungstênio- Validade:12/07/2016
848.081/2009-MINERAÇÃO JU-BORDEAUX EXPORTAÇÃO LTDA-CURRAIS NOVOS/RN - Guia n° 018/2015-8.250toneladas-Biotita Xisto Ornamental- Validade:21/10/2016
Fase de Disponibilidade
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
848.085/2006-Mineradora Nosso Senhor do Bonfim Ltda.
848.015/2009-Mineradora Nosso Senhor do Bonfim Ltda.
848.053/2009-Mineradora Nosso Senhor do Bonfim Ltda.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.278/2015-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°1.052/2015
848.278/2015-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°1.052/2015

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 226/2015

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
000.631/1936-CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA- AI Nº 1097/2015, 1098/2015, 1099/2015, 1100/2015 e 1101/2015
810.192/1980-MINERACAO DADAM LTDA.- AI Nº 716/2013
Fase de Licenciamento
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
815.630/2009-COMÉRCIO DE PEDRAS IRMÃOS GALANCINI LTDA -AI N°594/2014

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 153/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.231/2010-AGROPECUÁRIA E MINERAÇÃO SOL NASCENTE LTDA-OF. N°1.233/2015 - DNPM/TO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.394/2008-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
864.431/2012-VEREDA LTDA- FONTE: YASMIM I; MARCA JALAPÃO; EMBALAGENS: 5 LITROS; 1,5 LITROS(GÁS); 1,5 LITROS E 500 ML(GÁS)- GUARAÍ/TO

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 489, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 821.164/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar à CERÂMICA STÉFANI S/A., concessão para lavrar ARGILA, no(s) Município(s) de GUATAPARÁ/SP, numa área de 30,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°34'55,545"S/47°58'04,805"W; 21°34'55,544"S/47°58'43,043"W; 21°34'45,790"S/47°58'43,042"W; 21°34'45,791"S/47°58'11,757"W; 21°34'49,042"S/47°58'11,757"W; 21°34'49,042"S/47°58'08,281"W; 21°34'52,294"S/47°58'08,281"W; 21°34'52,294"S/47°58'04,805"W; 21°34'55,545"S/47°58'04,805"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 4229,0m, no rumo verdadeiro de 80°54'00"602 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°34'33,816"S e Long. 47°55'39,647"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1100,0m-W; 300,0m-N; 900,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-E; 100,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 490, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.291/1988, resolve:

Art. 1° Outorgar à HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de UNIÃO DA VITÓRIA/PR, numa área de 14,50ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°14'34,866"S/51°08'33,166"W; 26°14'38,115"S/51°08'33,166"W; 26°14'38,115"S/51°08'31,364"W; 26°14'39,740"S/51°08'31,364"W; 26°14'39,740"S/51°08'29,563"W; 26°14'42,989"S/51°08'29,563"W; 26°14'42,989"S/51°08'27,761"W; 26°14'46,239"S/51°08'27,761"W; 26°14'46,239"S/51°08'31,364"W; 26°14'42,989"S/51°08'31,364"W; 26°14'42,989"S/51°08'40,372"W; 26°14'49,488"S/51°08'40,373"W; 26°14'49,488"S/51°08'43,976"W; 26°14'54,362"S/51°08'43,976"W; 26°14'54,362"S/51°08'47,579"W; 26°14'52,737"S/51°08'47,579"W; 26°14'52,737"S/51°08'49,381"W; 26°14'49,488"S/51°08'49,381"W; 26°14'49,488"S/51°08'51,183"W; 26°14'44,614"S/51°08'51,182"W; 26°14'44,614"S/51°08'47,579"W; 26°14'42,989"S/51°08'47,579"W; 26°14'42,989"S/51°08'43,976"W; 26°14'39,740"S/51°08'43,976"W; 26°14'39,740"S/51°08'40,372"W; 26°14'38,115"S/51°08'40,372"W; 26°14'38,115"S/51°08'36,769"W; 26°14'36,491"S/51°08'36,769"W; 26°14'36,491"S/51°08'34,967"W; 26°14'34,866"S/51°08'34,967"W; 26°14'34,866"S/51°08'33,166"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2140,0m, no rumo verdadeiro de 44°00'00"793 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°13'44,849"S e Long. 51°07'39,601"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 100,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-W; 100,0m-N; 250,0m-W; 200,0m-S; 100,0m-W; 150,0m-S; 100,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 150,0m-N; 100,0m-E; 50,0m-N; 100,0m-E; 100,0m-N; 100,0m-E; 50,0m-N; 100,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 491, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.031/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à AREAL CHAPARRAL LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de PETRÓPOLIS/RJ, numa área de 4,06ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°17'52,428"S/43°07'42,329"W; 22°17'35,362"S/43°07'42,329"W; 22°17'35,362"S/43°07'44,075"W; 22°17'41,863"S/43°07'44,075"W; 22°17'41,863"S/43°07'44,949"W; 22°17'44,301"S/43°07'44,949"W; 22°17'44,301"S/43°07'45,822"W; 22°17'52,428"S/43°07'45,822"W; 22°17'52,428"S/43°07'42,329"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°17'52,428"S e Long. 43°07'42,329"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 525,0m-N; 50,0m-W; 200,0m-S; 25,0m-W; 75,0m-S; 25,0m-W; 250,0m-S; 100,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 492, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, com fundamento nos artigos. 63, § 2º, e 65, "a", do Código de Mineração, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 814.333/1972, resolve:

Art. 1º Declarar a Caducidade da Concessão de Lavra outorgada pela Portaria nº 907, de 14 de julho de 1980, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 1980, que autorizou a lavra de Calcário Dolomítico no Município de Pântano Grande, Estado do Rio Grande do Sul, que tem como titular a empresa SANCHES & CIA LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 493, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 846.210/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à GERALDO ALVES SERAFIM - FI, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de GUARABIRA/PB, CUITEGI/PB, numa área de 26,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°53'43,954"S/35°30'29,971"W; 06°53'42,645"S/35°30'29,971"W; 06°53'42,645"S/35°30'28,509"W; 06°53'41,180"S/35°30'28,509"W; 06°53'41,180"S/35°30'27,043"W; 06°53'37,925"S/35°30'27,043"W; 06°53'37,925"S/35°30'25,740"W; 06°53'34,670"S/35°30'25,740"W; 06°53'34,670"S/35°30'24,600"W; 06°53'31,457"S/35°30'24,600"W; 06°53'31,457"S/35°30'24,519"W; 06°53'32,430"S/35°30'24,519"W; 06°53'32,430"S/35°30'24,193"W; 06°53'36,825"S/35°30'24,193"W; 06°53'36,825"S/35°30'21,261"W; 06°53'35,201"S/35°30'21,261"W; 06°53'35,201"S/35°30'20,935"W; 06°53'32,596"S/35°30'20,935"W; 06°53'32,596"S/35°30'20,447"W; 06°53'28,690"S/35°30'20,447"W; 06°53'28,690"S/35°30'19,958"W; 06°53'22,668"S/35°30'19,958"W; 06°53'22,668"S/35°30'19,470"W; 06°53'21,040"S/35°30'19,470"W; 06°53'21,040"S/35°30'18,818"W; 06°53'20,226"S/35°30'18,818"W; 06°53'20,226"S/35°30'18,167"W; 06°53'19,575"S/35°30'18,167"W; 06°53'19,575"S/35°30'17,190"W; 06°53'18,068"S/35°30'17,190"W; 06°53'18,068"S/35°30'13,525"W; 06°53'18,716"S/35°30'13,525"W; 06°53'18,716"S/35°30'11,245"W; 06°53'20,018"S/35°30'11,245"W; 06°53'20,018"S/35°30'05,382"W; 06°53'18,068"S/35°30'05,382"W; 06°53'18,068"S/35°30'03,428"W; 06°53'15,138"S/35°30'03,428"W; 06°53'15,138"S/35°29'54,959"W; 06°53'16,762"S/35°29'54,959"W; 06°53'16,762"S/35°29'51,050"W; 06°53'24,575"S/35°29'51,050"W; 06°53'24,575"S/35°29'54,633"W; 06°53'22,300"S/35°29'54,633"W; 06°53'22,300"S/35°29'56,913"W; 06°53'19,695"S/35°29'56,913"W; 06°53'19,695"S/35°30'01,799"W; 06°53'22,296"S/35°30'01,799"W; 06°53'22,297"S/35°30'15,154"W; 06°53'34,341"S/35°30'15,154"W; 06°53'34,341"S/35°30'17,434"W; 06°53'43,954"S/35°30'17,434"W; 06°53'43,954"S/35°30'29,971"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°53'43,954"S e Long. 35°30'29,971"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 40,2m-N; 44,9m-E; 45,0m-N; 45,0m-E; 100,0m-N; 40,0m-E; 100,0m-N; 35,0m-E; 98,7m-N; 2,5m-E; 29,9m-S; 10,0m-E; 135,0m-S; 90,0m-E; 49,9m-N; 10,0m-E; 80,0m-N; 15,0m-E; 120,0m-N; 15,0m-E; 185,0m-N; 15,0m-E; 50,0m-N; 20,0m-E; 25,0m-N; 20,0m-E; 20,0m-N; 30,0m-E; 46,3m-N; 112,5m-E; 19,9m-S; 70,0m-E; 40,0m-S; 180,0m-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

E; 59,9m-N; 60,0m-E; 90,0m-N; 260,0m-E; 49,9m-S; 120,0m-E; 240,0m-S; 110,0m-W; 69,9m-N; 70,0m-W; 80,0m-N; 150,0m-W; 79,9m-S; 410,0m-W; 370,0m-S; 70,0m-W; 295,3m-S; 384,9m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 494, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.098/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de UNIÃO DA VITÓRIA/PR, PORTO UNIÃO/SC, numa área de 49,91ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°13'48,884"S/50°59'53,538"W; 26°13'50,509"S/50°59'53,538"W; 26°13'50,509"S/50°59'51,377"W; 26°13'51,159"S/50°59'51,377"W; 26°13'51,159"S/50°59'49,935"W; 26°13'52,134"S/50°59'49,935"W; 26°13'52,134"S/50°59'46,333"W; 26°13'53,759"S/50°59'46,333"W; 26°13'53,759"S/50°59'44,531"W; 26°13'55,383"S/50°59'44,531"W; 26°13'55,383"S/50°59'40,929"W; 26°13'57,008"S/50°59'40,929"W; 26°13'57,008"S/50°59'37,326"W; 26°13'58,633"S/50°59'37,326"W; 26°13'58,633"S/50°59'34,804"W; 26°14'00,258"S/50°59'34,804"W; 26°14'00,258"S/50°59'33,363"W; 26°14'08,381"S/50°59'33,363"W; 26°14'08,381"S/50°59'40,208"W; 26°14'14,880"S/50°59'40,208"W; 26°14'14,880"S/50°59'54,620"W; 26°14'16,439"S/50°59'54,620"W; 26°14'16,439"S/51°00'38,037"W; 26°14'26,183"S/51°00'38,037"W; 26°14'26,183"S/51°00'57,400"W; 26°14'26,183"S/51°00'57,410"W; 26°14'26,183"S/51°01'16,773"W; 26°14'25,300"S/51°01'16,773"W; 26°14'25,300"S/51°01'13,169"W; 26°14'20,426"S/51°01'13,169"W; 26°14'20,426"S/51°01'09,564"W; 26°14'18,802"S/51°01'09,564"W; 26°14'18,802"S/51°01'07,042"W; 26°14'20,427"S/51°01'07,042"W; 26°14'20,427"S/51°00'59,115"W; 26°14'23,028"S/51°00'59,115"W; 26°14'23,028"S/51°00'55,513"W; 26°14'25,953"S/51°00'55,513"W; 26°14'25,953"S/51°00'41,822"W; 26°14'21,081"S/51°00'41,822"W; 26°14'21,081"S/51°00'45,424"W; 26°14'17,831"S/51°00'45,424"W; 26°14'17,831"S/51°00'38,217"W; 26°14'16,208"S/51°00'38,217"W; 26°14'16,208"S/50°59'57,863"W; 26°14'11,337"S/50°59'57,863"W; 26°14'11,337"S/50°59'47,414"W; 26°14'09,063"S/50°59'47,414"W; 26°14'09,063"S/50°59'50,477"W; 26°14'07,438"S/50°59'50,477"W; 26°14'07,438"S/51°00'04,888"W; 26°14'00,939"S/51°00'04,888"W; 26°14'00,939"S/51°00'01,285"W; 26°13'57,690"S/51°00'01,285"W; 26°13'57,690"S/50°59'57,682"W; 26°14'00,939"S/50°59'57,682"W; 26°14'00,939"S/50°59'52,278"W; 26°14'03,214"S/50°59'52,278"W; 26°14'03,214"S/50°59'46,873"W; 26°14'08,251"S/50°59'46,873"W; 26°14'08,251"S/50°59'36,065"W; 26°14'07,081"S/50°59'36,065"W; 26°14'07,081"S/50°59'38,046"W; 26°14'06,106"S/50°59'38,046"W; 26°14'06,106"S/50°59'39,848"W; 26°14'05,132"S/50°59'39,848"W; 26°14'05,132"S/50°59'41,649"W; 26°14'04,157"S/50°59'41,649"W; 26°14'04,157"S/50°59'43,451"W; 26°14'02,532"S/50°59'43,451"W; 26°14'02,532"S/50°59'45,252"W; 26°14'01,557"S/50°59'45,252"W; 26°14'01,557"S/50°59'47,054"W; 26°14'00,582"S/50°59'47,054"W; 26°14'00,582"S/50°59'48,855"W; 26°13'59,607"S/50°59'48,855"W; 26°13'59,607"S/50°59'49,936"W; 26°13'58,633"S/50°59'49,936"W; 26°13'58,633"S/50°59'51,737"W; 26°13'57,658"S/50°59'51,737"W; 26°13'57,658"S/50°59'53,539"W; 26°13'56,683"S/50°59'53,539"W; 26°13'56,683"S/50°59'55,340"W; 26°13'56,033"S/50°59'55,340"W; 26°13'56,033"S/50°59'57,141"W; 26°13'55,383"S/50°59'57,141"W; 26°13'55,383"S/50°59'58,943"W; 26°13'53,758"S/50°59'58,943"W; 26°13'53,758"S/51°00'00,744"W; 26°13'48,884"S/51°00'00,744"W; 26°13'48,884"S/50°59'53,538"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°13'48,884"S e Long. 50°59'53,538"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 50,0m-S; 60,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 30,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 70,0m-E; 50,0m-S; 40,0m-E; 250,0m-S; 190,0m-W; 200,0m-S; 400,0m-W; 48,0m-S; 1205,0m-W; 299,9m-S; 537,4m-W; 0,3m-W; 537,4m-W; 27,2m-N; 100,0m-E; 150,0m-N; 100,1m-E; 50,0m-N; 70,0m-E; 50,0m-S; 220,0m-E; 80,1m-S; 100,0m-E; 90,0m-S; 380,0m-E; 149,9m-N; 100,0m-W; 100,0m-N; 200,0m-E; 50,0m-N; 1120,0m-E; 149,9m-N; 290,0m-E; 70,0m-N; 85,0m-W; 50,0m-N; 400,0m-W; 200,0m-N; 100,0m-E; 100,0m-N; 100,0m-E; 100,0m-S; 150,0m-E; 70,0m-S; 150,0m-E; 155,0m-S; 300,0m-E; 36,0m-N; 55,0m-W; 30,0m-N; 50,0m-W; 30,0m-N; 50,0m-W; 30,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 30,0m-N; 50,0m-W; 30,0m-N; 50,0m-W; 30,0m-N; 30,0m-W; 30,0m-N; 50,0m-W; 30,0m-N; 50,0m-W; 30,0m-N; 50,0m-W; 20,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 150,0m-N; 200,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 495, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.159/1994, resolve:

Art. 1° Outorgar à INDUSTRIA EXTRATIVA DE AREIA E PEDRA VERA CRUZ LTDA- EPP.., concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de MARILENA/PR, ROSANA/SP, numa área de 34,43ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°39'19,848"S/53°05'20,738"W; 22°39'19,848"S/53°05'21,439"W; 22°39'21,798"S/53°05'21,439"W; 22°39'21,798"S/53°05'22,140"W; 22°39'23,749"S/53°05'22,140"W; 22°39'23,749"S/53°05'22,840"W; 22°39'25,699"S/53°05'22,840"W; 22°39'25,699"S/53°05'23,541"W; 22°39'27,650"S/53°05'23,541"W; 22°39'27,650"S/53°05'24,241"W; 22°39'30,251"S/53°05'24,241"W; 22°39'30,251"S/53°05'24,942"W; 22°39'32,201"S/53°05'24,942"W; 22°39'32,201"S/53°05'25,642"W; 22°39'34,152"S/53°05'25,642"W; 22°39'34,152"S/53°05'27,043"W; 22°39'36,102"S/53°05'27,043"W; 22°39'36,102"S/53°05'27,744"W; 22°39'37,403"S/53°05'27,744"W; 22°39'37,403"S/53°05'29,145"W; 22°39'39,353"S/53°05'29,145"W; 22°39'39,353"S/53°05'30,546"W; 22°39'41,304"S/53°05'30,546"W; 22°39'41,304"S/53°05'31,247"W; 22°39'42,604"S/53°05'31,247"W; 22°39'42,604"S/53°05'32,648"W; 22°39'44,554"S/53°05'32,648"W; 22°39'44,554"S/53°05'34,049"W; 22°39'45,855"S/53°05'34,049"W; 22°39'45,855"S/53°05'34,750"W; 22°39'47,155"S/53°05'34,750"W; 22°39'47,155"S/53°05'35,450"W; 22°39'47,805"S/53°05'35,450"W; 22°39'47,805"S/53°05'36,151"W; 22°39'48,455"S/53°05'36,151"W; 22°39'48,455"S/53°05'36,851"W; 22°39'49,106"S/53°05'36,851"W; 22°39'49,105"S/53°05'37,552"W; 22°39'50,406"S/53°05'37,552"W; 22°39'50,406"S/53°05'38,953"W; 22°39'49,109"S/53°05'38,953"W; 22°39'49,109"S/53°05'38,253"W; 22°39'48,459"S/53°05'38,253"W; 22°39'48,459"S/53°05'37,552"W; 22°39'47,808"S/53°05'37,552"W; 22°39'47,808"S/53°05'36,851"W; 22°39'46,508"S/53°05'36,851"W; 22°39'46,508"S/53°05'36,151"W; 22°39'43,257"S/53°05'36,151"W; 22°39'43,257"S/53°05'35,450"W; 22°39'40,657"S/53°05'35,450"W; 22°39'40,657"S/53°05'34,750"W; 22°39'37,406"S/53°05'34,749"W; 22°39'37,406"S/53°05'34,049"W; 22°39'34,155"S/53°05'34,049"W; 22°39'34,155"S/53°05'36,150"W; 22°39'33,505"S/53°05'36,150"W; 22°39'33,504"S/53°05'38,953"W; 22°39'34,802"S/53°05'38,953"W; 22°39'34,802"S/53°05'40,354"W; 22°39'36,752"S/53°05'40,354"W; 22°39'36,752"S/53°05'41,755"W; 22°39'39,353"S/53°05'41,755"W; 22°39'39,353"S/53°05'43,156"W; 22°39'41,953"S/53°05'43,156"W; 22°39'41,953"S/53°05'43,857"W; 22°39'43,254"S/53°05'43,857"W; 22°39'43,254"S/53°05'44,557"W; 22°39'44,554"S/53°05'44,557"W; 22°39'44,554"S/53°05'45,258"W; 22°39'45,854"S/53°05'45,258"W; 22°39'45,854"S/53°05'45,959"W; 22°39'47,155"S/53°05'45,959"W; 22°39'47,155"S/53°05'46,659"W; 22°39'48,455"S/53°05'46,659"W; 22°39'48,455"S/53°05'47,360"W; 22°39'49,755"S/53°05'47,360"W; 22°39'49,755"S/53°05'48,060"W; 22°39'51,706"S/53°05'48,061"W; 22°39'51,706"S/53°05'48,761"W; 22°39'52,596"S/53°05'48,761"W; 22°39'52,596"S/53°05'52,264"W; 22°39'51,709"S/53°05'52,264"W; 22°39'51,709"S/53°05'50,863"W; 22°39'50,409"S/53°05'50,863"W; 22°39'50,409"S/53°05'50,162"W; 22°39'49,108"S/53°05'50,162"W; 22°39'49,108"S/53°05'49,462"W; 22°39'47,808"S/53°05'49,462"W; 22°39'47,808"S/53°05'48,761"W; 22°39'46,508"S/53°05'48,761"W; 22°39'46,508"S/53°05'48,060"W; 22°39'45,207"S/53°05'48,060"W; 22°39'45,207"S/53°05'47,360"W; 22°39'43,907"S/53°05'47,360"W; 22°39'43,907"S/53°05'46,659"W; 22°39'42,607"S/53°05'46,659"W; 22°39'42,607"S/53°05'45,958"W; 22°39'40,006"S/53°05'45,958"W; 22°39'40,006"S/53°05'45,258"W; 22°39'37,405"S/53°05'45,258"W; 22°39'37,405"S/53°05'44,557"W; 22°39'34,805"S/53°05'44,557"W; 22°39'34,805"S/53°05'43,856"W; 22°39'32,204"S/53°05'43,856"W; 22°39'32,204"S/53°05'43,156"W; 22°39'29,603"S/53°05'43,156"W; 22°39'29,603"S/53°05'42,455"W; 22°39'26,352"S/53°05'42,455"W; 22°39'26,352"S/53°05'41,754"W; 22°39'21,801"S/53°05'41,754"W; 22°39'21,801"S/53°05'41,054"W; 22°39'17,250"S/53°05'41,053"W; 22°39'17,250"S/53°05'40,353"W; 22°39'12,699"S/53°05'40,353"W; 22°39'12,699"S/53°05'39,652"W; 22°39'09,448"S/53°05'39,652"W; 22°39'09,448"S/53°05'34,749"W; 22°39'11,395"S/53°05'34,749"W; 22°39'11,395"S/53°05'34,048"W; 22°39'19,848"S/53°05'34,048"W; 22°39'19,848"S/53°05'33,348"W; 22°39'25,049"S/53°05'33,348"W; 22°39'25,049"S/53°05'32,647"W; 22°39'26,349"S/53°05'32,647"W; 22°39'26,349"S/53°05'31,947"W; 22°39'27,650"S/53°05'31,947"W; 22°39'27,650"S/53°05'31,246"W; 22°39'28,950"S/53°05'31,246"W; 22°39'28,950"S/53°05'30,546"W; 22°39'30,901"S/53°05'30,546"W; 22°39'30,901"S/53°05'26,343"W; 22°39'29,604"S/53°05'26,343"W; 22°39'29,604"S/53°05'25,642"W; 22°39'27,003"S/53°05'25,642"W; 22°39'27,003"S/53°05'24,942"W; 22°39'25,053"S/53°05'24,942"W; 22°39'25,053"S/53°05'24,241"W; 22°39'23,102"S/53°05'24,241"W; 22°39'23,102"S/53°05'23,541"W; 22°39'14,650"S/53°05'23,541"W; 22°39'14,650"S/53°05'24,241"W; 22°39'09,449"S/53°05'24,241"W; 22°39'09,449"S/53°05'22,139"W; 22°39'10,746"S/53°05'22,139"W; 22°39'10,746"S/53°05'21,439"W; 22°39'13,997"S/53°05'21,439"W; 22°39'13,997"S/53°05'20,738"W; 22°39'19,848"S/53°05'20,738"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 174,0m, no rumo verdadeiro de 65°14'00"614 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°39'17,478"S e Long. 53°05'15,205"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 20,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 80,0m-S; 20,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 60,0m-S; 40,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 40,0m-S; 40,0m-W; 60,0m-S; 40,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 40,0m-S; 40,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 40,0m-S; 40,0m-W; 60,0m-S; 40,0m-W; 40,0m-S; 20,0m-W; 40,0m-S; 20,0m-W; 20,0m-S; 20,0m-W; 40,0m-S; 40,0m-W; 39,9m-N; 20,0m-E; 20,0m-N; 20,0m-E; 20,0m-N; 20,0m-E; 40,0m-N; 20,0m-E; 100,0m-N; 20,0m-E; 80,0m-N; 20,0m-E; 100,0m-N; 20,0m-E; 100,0m-N; 60,0m-W; 20,0m-N; 80,0m-W; 39,9m-S; 40,0m-W; 60,0m-S; 40,0m-W; 80,0m-S; 40,0m-W; 80,0m-S; 20,0m-W; 40,0m-S; 20,0m-W; 40,0m-S; 20,0m-W; 40,0m-S; 20,0m-W; 40,0m-S; 20,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 27,4m-S; 100,0m-W; 27,3m-N; 40,0m-E; 40,0m-N; 20,0m-E; 40,0m-N; 20,0m-E; 40,0m-N; 20,0m-E; 40,0m-N; 20,0m-E; 40,0m-N; 20,0m-E; 40,0m-N; 20,0m-E; 40,0m-N; 20,0m-E; 80,0m-N; 20,0m-E; 80,0m-N; 20,0m-E; 80,0m-N; 20,0m-E; 80,0m-N; 20,0m-E; 100,0m-N; 20,0m-E; 140,0m-N; 20,0m-E; 140,0m-N; 20,0m-E; 140,0m-N; 20,0m-E; 100,0m-N; 140,0m-E; 59,9m-S; 20,0m-E; 260,0m-S; 20,0m-E; 160,0m-S; 20,0m-E; 40,0m-S; 20,0m-E; 40,0m-S; 20,0m-E; 40,0m-S; 20,0m-E; 60,0m-S; 120,0m-E; 39,9m-N; 20,0m-E; 80,0m-N; 20,0m-E; 60,0m-N; 20,0m-E; 60,0m-N; 20,0m-E; 260,0m-N; 20,0m-W; 160,0m-N; 60,0m-E; 39,9m-S; 20,0m-E; 100,0m-S; 20,0m-E; 180,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 496, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.172/1992, resolve:

Art. 1° Outorgar à TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de PAULA FREITAS/PR, PORTO UNIÃO/SC, numa área de 23,48ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°14'09,028"S/50°59'16,829"W; 26°14'09,028"S/50°59'15,748"W; 26°14'10,002"S/50°59'15,748"W; 26°14'10,002"S/50°59'14,667"W; 26°14'10,977"S/50°59'14,667"W; 26°14'10,977"S/50°59'12,865"W; 26°14'11,627"S/50°59'12,865"W; 26°14'11,627"S/50°59'12,145"W; 26°14'12,277"S/50°59'12,145"W; 26°14'12,277"S/50°59'11,424"W; 26°14'12,927"S/50°59'11,424"W; 26°14'12,927"S/50°59'10,703"W; 26°14'13,577"S/50°59'10,703"W; 26°14'13,577"S/50°59'09,983"W; 26°14'14,227"S/50°59'09,983"W; 26°14'14,227"S/50°59'09,262"W; 26°14'14,876"S/50°59'09,262"W; 26°14'14,876"S/50°59'08,542"W; 26°14'15,526"S/50°59'08,542"W; 26°14'15,526"S/50°59'07,100"W; 26°14'16,176"S/50°59'07,100"W; 26°14'16,176"S/50°59'04,938"W; 26°14'16,826"S/50°59'04,938"W; 26°14'16,826"S/50°58'59,534"W; 26°14'17,476"S/50°58'59,534"W; 26°14'17,476"S/50°58'57,372"W; 26°14'18,126"S/50°58'57,372"W; 26°14'18,125"S/50°58'55,210"W; 26°14'18,775"S/50°58'55,210"W; 26°14'18,775"S/50°58'52,328"W; 26°14'19,425"S/50°58'52,328"W; 26°14'19,425"S/50°58'50,166"W; 26°14'20,075"S/50°58'50,166"W; 26°14'20,075"S/50°58'49,445"W; 26°14'20,725"S/50°58'49,445"W; 26°14'20,725"S/50°58'48,004"W; 26°14'21,374"S/50°58'48,004"W; 26°14'21,374"S/50°58'46,923"W; 26°14'22,024"S/50°58'46,923"W; 26°14'22,024"S/50°58'45,842"W; 26°14'22,999"S/50°58'45,842"W; 26°14'22,999"S/50°58'46,202"W; 26°14'23,649"S/50°58'46,202"W; 26°14'23,649"S/50°58'46,562"W; 26°14'24,624"S/50°58'46,562"W; 26°14'24,624"S/50°58'46,923"W; 26°14'25,599"S/50°58'46,923"W; 26°14'25,599"S/50°58'47,283"W; 26°14'26,573"S/50°58'47,283"W; 26°14'26,573"S/50°58'47,643"W; 26°14'27,548"S/50°58'47,643"W; 26°14'27,548"S/50°58'48,003"W; 26°14'28,523"S/50°58'48,003"W; 26°14'28,523"S/50°58'48,364"W; 26°14'29,498"S/50°58'48,364"W; 26°14'29,498"S/50°58'48,724"W; 26°14'30,473"S/50°58'48,724"W; 26°14'30,473"S/50°58'49,084"W; 26°14'29,823"S/50°58'49,084"W; 26°14'29,823"S/50°58'49,805"W; 26°14'29,173"S/50°58'49,805"W; 26°14'29,173"S/50°58'51,606"W; 26°14'28,848"S/50°58'51,606"W; 26°14'28,848"S/50°58'53,048"W; 26°14'28,523"S/50°58'53,048"W; 26°14'28,523"S/50°58'54,489"W; 26°14'28,198"S/50°58'54,489"W; 26°14'28,198"S/50°58'56,651"W; 26°14'27,874"S/50°58'56,651"W; 26°14'27,874"S/50°58'58,092"W; 26°14'27,224"S/50°58'58,092"W; 26°14'27,224"S/50°58'59,533"W; 26°14'26,574"S/50°58'59,533"W; 26°14'26,574"S/50°59'01,335"W; 26°14'25,924"S/50°59'01,335"W; 26°14'25,924"S/50°59'02,416"W; 26°14'25,274"S/50°59'02,416"W; 26°14'25,274"S/50°59'03,497"W; 26°14'24,624"S/50°59'03,497"W; 26°14'24,624"S/50°59'04,938"W; 26°14'23,975"S/50°59'04,938"W; 26°14'23,975"S/50°59'05,659"W; 26°14'23,325"S/50°59'05,659"W; 26°14'23,325"S/50°59'06,740"W; 26°14'22,675"S/50°59'06,740"W; 26°14'22,675"S/50°59'08,181"W; 26°14'22,025"S/50°59'08,181"W; 26°14'22,025"S/50°59'08,902"W; 26°14'21,375"S/50°59'08,902"W; 26°14'21,375"S/50°59'09,983"W; 26°14'20,725"S/50°59'09,983"W; 26°14'20,725"S/50°59'12,145"W; 26°14'20,075"S/50°59'12,145"W; 26°14'20,075"S/50°59'12,865"W; 26°14'19,426"S/50°59'12,865"W; 26°14'19,426"S/50°59'13,946"W; 26°14'18,776"S/50°59'13,946"W; 26°14'18,776"S/50°59'15,387"W; 26°14'18,126"S/50°59'15,387"W; 26°14'18,126"S/50°59'16,108"W; 26°14'17,476"S/50°59'16,108"W; 26°14'17,476"S/50°59'17,189"W; 26°14'16,826"S/50°59'17,189"W; 26°14'16,826"S/50°59'19,351"W; 26°14'16,176"S/50°59'19,351"W; 26°14'16,176"S/50°59'20,071"W; 26°14'15,526"S/50°59'20,071"W; 26°14'15,526"S/50°59'21,152"W; 26°14'14,876"S/50°59'21,152"W; 26°14'14,876"S/50°59'20,432"W; 26°14'14,227"S/50°59'20,432"W; 26°14'14,227"S/50°59'19,711"W; 26°14'13,577"S/50°59'19,711"W; 26°14'13,577"S/50°59'18,990"W; 26°14'12,277"S/50°59'18,990"W; 26°14'12,277"S/50°59'18,270"W; 26°14'11,302"S/50°59'18,270"W; 26°14'11,302"S/50°59'17,549"W; 26°14'10,327"S/50°59'17,549"W; 26°14'10,327"S/50°59'16,829"W; 26°14'09,028"S/50°59'16,829"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas

EDIÇÃO DE ASSINANTE - PROIBIDA A VENDA

cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 328,0m, no rumo verdadeiro de 53°14'59"139 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°14'02,651"S e Long. 50°59'26,298"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 30,0m-E; 30,0m-S; 30,0m-E; 30,0m-S; 50,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 60,0m-E; 20,0m-S; 150,0m-E; 20,0m-S; 60,0m-E; 20,0m-S; 60,0m-E; 20,0m-S; 80,0m-E; 20,0m-S; 60,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 30,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 50,0m-W; 10,0m-N; 40,0m-W; 10,0m-N; 40,0m-W; 10,0m-N; 60,0m-W; 10,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 50,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 60,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 60,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-E; 20,0m-N; 20,0m-E; 20,0m-N; 20,0m-E; 40,0m-N; 20,0m-E; 30,0m-N; 20,0m-E; 30,0m-N; 20,0m-E; 40,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 497, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.505/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ - FI, concessão para lavrar CASCALHO, AREIA, no(s) Município(s) de RIBEIRÃO CLARO/PR, CHAVANTES/SP, numa área de 31,93ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):
23°06'07,447"S/49°47'32,502"W; 23°06'03,579"S/49°47'32,502"W;
23°06'03,016"S/49°47'34,410"W; 23°05'56,743"S/49°47'34,527"W;
23°05'52,299"S/49°47'35,190"W; 23°05'51,917"S/49°47'32,197"W;
23°05'55,427"S/49°47'31,673"W; 23°06'02,090"S/49°47'31,549"W;
23°06'04,412"S/49°47'29,348"W; 23°06'06,415"S/49°47'12,443"W;
23°06'04,548"S/49°47'02,884"W; 23°06'03,985"S/49°46'48,876"W;
23°06'01,263"S/49°46'38,279"W; 23°06'03,166"S/49°46'28,083"W;
23°06'10,058"S/49°46'09,527"W; 23°06'14,012"S/49°46'05,662"W;
23°06'16,267"S/49°46'02,707"W; 23°06'18,399"S/49°45'56,254"W;
23°06'18,515"S/49°45'48,981"W; 23°06'17,554"S/49°45'45,882"W;
23°06'18,941"S/49°45'45,379"W; 23°06'19,716"S/49°45'47,878"W;
23°06'20,354"S/49°45'52,927"W; 23°06'20,299"S/49°45'56,370"W;
23°06'17,325"S/49°46'05,372"W; 23°06'16,614"S/49°46'06,834"W;
23°06'13,262"S/49°46'11,225"W; 23°06'11,031"S/49°46'15,228"W;
23°06'06,767"S/49°46'26,707"W; 23°06'05,429"S/49°46'34,944"W;
23°06'05,305"S/49°46'37,576"W; 23°06'05,810"S/49°46'41,154"W;
23°06'07,124"S/49°46'46,267"W; 23°06'06,921"S/49°46'55,928"W;
23°06'07,063"S/49°47'01,338"W; 23°06'08,507"S/49°47'08,730"W;
23°06'08,753"S/49°47'14,100"W; 23°06'09,413"S/49°47'17,073"W;
23°06'09,288"S/49°47'23,010"W; 23°06'08,429"S/49°47'30,260"W;
23°06'07,447"S/49°47'32,502"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 158,0m, no rumo verdadeiro de 14°24'59"336 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°06'12,421"S e Long. 49°47'31,119"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 119,0m-NE 00°00'00"000; 57,0m-NW 72°20'26"634; 193,0m-NW 00°58'57"515; 138,0m-NW 07°52'03"496; 86,0m-NE 82°08'01"372; 109,0m-SE 07°52'01"052; 205,0m-SE 00°59'01"888; 95,0m-SE 41°14'54"027; 485,0m-SE 82°41'58"519; 278,0m-NE 78°05'03"006; 399,0m-NE 87°30'59"166; 313,0m-NE 74°29'01"773; 296,0m-SE 78°35'00"219; 569,0m-SE 68°06'58"739; 164,0m-SE 42°07'06"060; 109,0m-SE 50°28'06"050; 195,0m-SE 70°19'55"002; 207,0m-SE 89°00'02"665; 93,0m-NE 71°29'06"605; 45,0m-SE 18°31'39"179; 75,0m-SW 71°28'58"502; 145,0m-SW 82°14'07"324; 98,0m-NW 89°00'00"888; 272,0m-NW 70°19'59"813; 47,0m-NW 62°14'27"210; 162,0m-NW 50°28'12"746; 133,0m-NW 58°54'51"622; 352,0m-NW 68°06'58"956; 238,0m-NW 80°02'01"884; 75,0m-NW 87°04'49"326; 103,0m-SW 81°20'00"062; 151,0m-SW 74°28'55"136; 275,0m-NW 88°41'59"276; 154,0m-SW 88°23'06"357; 215,0m-SW 78°04'54"103; 153,0m-SW 87°10'04"399; 87,0m-SW 76°29'55"994; 169,0m-NW 88°41'52"970; 208,0m-NW 82°41'58"938; 70,6m-NW 64°39'04"037.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 498, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.753/2009, resolve:

Art. 1° Outorgar à CONSTRUFORTE CONSTRUÇÕES FERREIRA MAIA LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de JATAÍ/GO, numa área de 49,99ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):
17°49'20,702"S/51°49'15,706"W; 17°49'20,702"S/51°49'27,147"W;
17°49'16,597"S/51°49'27,146"W; 17°49'16,597"S/51°49'27,707"W;
17°49'07,307"S/51°49'27,706"W; 17°49'07,307"S/51°49'24,416"W;
17°48'52,667"S/51°49'24,416"W; 17°48'52,667"S/51°49'21,066"W;
17°48'49,417"S/51°49'21,066"W; 17°48'49,417"S/51°49'10,926"W;
17°48'46,177"S/51°49'10,926"W; 17°48'46,177"S/51°49'00,746"W;
17°48'41,287"S/51°49'00,746"W; 17°48'41,287"S/51°48'59,036"W;
17°48'40,917"S/51°48'59,036"W; 17°48'40,917"S/51°48'57,716"W;
17°48'37,397"S/51°48'57,716"W; 17°48'37,397"S/51°48'56,516"W;
17°48'35,717"S/51°48'56,516"W; 17°48'35,717"S/51°48'55,866"W;
17°48'35,067"S/51°48'55,866"W; 17°48'35,067"S/51°48'55,016"W;
17°48'32,917"S/51°48'55,016"W; 17°48'32,917"S/51°48'54,116"W;
17°48'31,527"S/51°48'54,116"W; 17°48'31,527"S/51°48'48,816"W;
17°48'29,617"S/51°48'48,816"W; 17°48'29,617"S/51°48'47,216"W;
17°48'28,617"S/51°48'47,216"W; 17°48'28,617"S/51°48'45,216"W;
17°48'28,277"S/51°48'45,216"W; 17°48'28,277"S/51°48'38,666"W;
17°48'25,617"S/51°48'38,666"W; 17°48'25,617"S/51°48'36,716"W;
17°48'27,117"S/51°48'36,716"W; 17°48'27,117"S/51°48'35,716"W;
17°48'28,617"S/51°48'35,716"W; 17°48'28,617"S/51°48'31,551"W;
17°48'36,117"S/51°48'31,551"W; 17°48'36,117"S/51°48'40,536"W;
17°48'30,617"S/51°48'40,536"W; 17°48'30,617"S/51°48'42,246"W;
17°48'36,117"S/51°48'42,246"W; 17°48'36,117"S/51°48'48,846"W;
17°48'34,617"S/51°48'48,846"W; 17°48'34,617"S/51°48'51,716"W;
17°48'39,971"S/51°48'51,716"W; 17°48'39,971"S/51°48'53,636"W;
17°48'41,617"S/51°48'53,636"W; 17°48'41,617"S/51°48'54,416"W;
17°48'46,617"S/51°48'54,416"W; 17°48'46,617"S/51°48'55,516"W;
17°48'48,617"S/51°48'55,516"W; 17°48'48,617"S/51°48'56,716"W;
17°48'49,717"S/51°48'56,716"W; 17°48'49,717"S/51°48'58,766"W;
17°48'51,617"S/51°48'58,766"W; 17°48'51,617"S/51°49'02,716"W;
17°48'49,237"S/51°49'02,716"W; 17°48'49,237"S/51°49'06,716"W;
17°48'51,617"S/51°49'06,716"W; 17°48'51,617"S/51°49'13,331"W;
17°48'54,602"S/51°49'13,331"W; 17°48'54,602"S/51°49'15,706"W;
17°49'07,117"S/51°49'15,706"W; 17°49'07,117"S/51°49'21,396"W;
17°49'15,367"S/51°49'21,396"W; 17°49'15,367"S/51°49'15,706"W;
17°49'20,702"S/51°49'15,706"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°49'20,702"S e Long. 51°49'15,706"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 336,9m-W; 126,2m-N; 16,5m-W; 285,6m-N; 96,9m-E; 450,1m-N; 98,7m-E; 99,9m-N; 298,6m-E; 99,6m-N; 299,8m-E; 150,3m-N; 50,4m-E; 11,4m-N; 38,9m-E; 108,2m-N; 35,3m-E; 51,7m-N; 19,1m-E; 20,0m-N; 25,0m-E; 66,1m-N; 26,5m-E; 42,7m-N; 156,1m-E; 58,7m-N; 47,1m-E; 30,7m-N; 58,9m-E; 10,5m-N; 192,9m-E; 81,8m-N; 57,4m-E; 46,1m-S; 29,5m-E; 46,1m-S; 122,7m-E; 230,6m-S; 264,6m-W; 169,1m-N; 50,4m-W; 169,1m-S; 194,4m-W; 46,1m-N; 84,5m-W; 164,6m-S; 56,6m-W; 50,6m-S; 23,0m-W; 153,7m-S; 32,4m-W; 61,5m-S; 35,3m-W; 33,8m-S; 60,4m-W; 58,4m-S; 116,3m-W; 73,2m-N; 117,8m-W; 73,2m-S; 194,8m-W; 91,8m-S; 69,9m-W; 384,8m-S; 167,6m-W; 253,6m-S; 167,6m-E; 164,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 342, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003999/2015-29, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Cristalândia I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.032081-1.01, de titularidade da empresa Enel Green Power Cristalândia I Eólica S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.499.471/0001-29, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 441, de 15 de setembro de 2015, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de agosto de 2015 e são de exclusiva responsabilidade da Enel Green Power Cristalândia I Eólica S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Enel Green Power Cristalândia I Eólica S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO

01	Nome Empresarial				02	CNPJ	
	Enel Green Power Cristalândia I Eólica S.A.					22.499.471/0001-29	
03	Logradouro				04	Número	
	Praça Leoni Ramos					1	
05	Complemento	06	Bairro		07	CEP	
	5ª Andar, Bloco 2		São Domingos			24210-205	
08	Município	09	UF		10	Telefone	
	Niterói		RJ			(11) 2206-5600	

11	DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto	EOL Cristalândia I (Autorizada pela Portaria MME nº 441, de 15 de setembro de 2015 - Leilão nº 02/2015-ANEEL).
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Cristalândia I, compreendendo: I - quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora/Seccionadora de 34,5/230 kV, que Seccionará a Linha de Transmissão Ibicoara - Brumado II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.
Período de Execução	De 1º/11/2016 até 1º/7/2017.
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Dom Basílio, Estado da Bahia.

12	REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Marcio Teixeira Trannin.		CPF: 037.369.307-98.
Nome: Newton Souza de Moraes.		CPF: 772.179.857-49.
Nome: Pedro Paulo Campos de Morais.		CPF: 094.006.167-83.
Nome: Elço Goes de Assis.		CPF: 028.058.327-36.

13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	136.550.876,03.
Serviços	24.021.146,00.
Outros	1.324.506,88.
Total (1)	**161.896.528,91**.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	123.919.920,00.
Serviços	21.799.190,00.
Outros	1.201.990,00.
Total (2)	**146.921.100,00**.

PORTARIA Nº 343, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.004540/2015-42, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Cristalândia II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.032082-0.01, de titularidade da empresa Enel Green Power Cristalândia II Eólica S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.049.225/0001-38, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 493, da 20 de outubro de 2015, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2015 e são de exclusiva responsabilidade da Enel Green Power Cristalândia II Eólica S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Enel Green Power Cristalândia II Eólica S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01 Nome Empresarial				02 CNPJ	
Enel Green Power Cristalândia II Eólica S.A.				23.049.225/0001-38	
03 Logradouro				04 Número	
Avenida Tancredo Neves				1.632	
05 Complemento	06 Bairro			07 CEP	
Salvador Trade Center, Sala 2009	Caminho das Árvores			41820-020	
08 Município	09 UF			10 Telefone	
Salvador	BA			(21) 2206-5610	
11 DADOS DO PROJETO					
Nome do Projeto	EOL Cristalândia II (Autorizada pela Portaria MME nº 493, da 20 de outubro de 2015 - Leilão nº 02/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Cristalândia II, compreendendo: I - quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora/Seccionadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de duzentos metros de extensão, em Circuito Simples, que interligará a Subestação Elevadora/Seccionadora ao Seccionamento da Linha de Transmissão Ibicoara - Brumado II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 1º/11/2016 até 1º/7/2017.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Brumado, Estado da Bahia.				
12 REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA					
Nome: Marcio Teixeira Trannin.				CPF: 037.369.307-98.	
Nome: Newton Souza de Moraes.				CPF: 772.179.857-49.	
Nome: Pedro Paulo Campos de Morais.				CPF: 094.006.167-83.	
Nome: Elço Goes de Assis.				CPF: 028.058.327-36.	
13 ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)					
Bens	136.550.876,03.				
Serviços	24.021.146,01.				
Outros	1.324.506,89.				
Total (1)	**161.896.528,93**.				
14 ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)					
Bens	123.919.920,00.				
Serviços	21.799.190,00.				
Outros	1.201.990,00.				
Total (2)	**146.921.100,00**.				

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 221, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

2º Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 167/2013.

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, tipo eletrônico, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 246/2000;

Considerando o constante do processo Inmetro n.º 52600.028065/2015, resolve:

Incluir o desenho com detalhes da selagem, no modelo iPERL, marca SENSUS, de medidor de volume de água, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel n.º 167, de 13 de setembro de 2013, conforme condições especificadas na íntegra da portaria:

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 222, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

2º Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 478/2009.

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994; e,

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.044375/2014, resolve:

Dar nova redação ao subitem 10.1 Tabela - Características Metrológicas, da Portaria Inmetro/Dimel nº 478, de 15 de dezembro de 2009, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 223, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

12º Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 005/2004.

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 outubro de 1988, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 236, de 22 de dezembro de 1994; e,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro n.º 52600.025424/2015, resolve:

Alterar, em caráter opcional, o posicionamento da placa de identificação no mostrador remoto do modelo MIC 200R, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 224, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

2º Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel n.º 137/2011.

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, tipo eletrônico, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 246/2000;

Considerando o constante do processo Inmetro n.º 52600.028061/2015, resolve:

Incluir o desenho com detalhes da selagem, no modelo iPERL, marca SENSUS, de medidor de volume de água, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel n.º 137, de 20 de abril de 2011, conforme condições especificadas na íntegra da portaria:

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 225, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 0257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 outubro de 1988, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994; e,

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.044736/2014, resolve:

Aprovar o modelo seca 285, de instrumento de pesagem não automático, de equilíbrio automático, eletrônico, digital, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 226, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

Considerando os elementos do Processo Inmetro nº 52600.042023/2014, apresentados por Itaca Comércio de Equipamentos Ltda., resolve:

Aprovar a família de modelos Tavola XXX e Tavola XXX-I, de instrumento de pesagem não automático, marca Micheletti, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 33, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO INMETRO/SUPERINTENDÊNCIA DE GOIÁS, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe conferem o art. 118 do Anexo da Portaria Inmetro nº 165 de 2 de abril de 2013, publicada no DOU em 4 de abril de 2013 e Portaria nº 123 de 30 de abril de 2015 do Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, publicado no DOU em 4 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam procedidas as Verificações Metrológicas por alteração de Tarifa nos taxímetros instalados nos veículos do Serviço de Transporte Individual de Passageiros ou Bens (TAXI) em Anápolis no Estado de Goiás, no período de 23 de novembro a 27 de novembro de 2015.

Art. 2º Para as verificações metrológicas os permissionários de táxis ou seus prepostos deverão comparecer ao box do INMETRO montado na pista central do D.A.I.A, em Anápolis - GO, das 08 h 00 min às 12 h 00 min, e das 14 h 00 min às 18 h 00 min, munidos de seus veículos com os taxímetros já devidamente configurados às novas tarifas, a respectiva documentação veicular, seus documentos pessoais, o último certificado de verificação e a Guia de Recolhimento da União (GRU) referente à alteração de tarifa de 2015, devidamente paga.

Art. 3º A verificação dos taxímetros ocorrerá por ordem de chegada, sendo o atendimento realizado mediante distribuição de senha.

Art. 4º Quem não possuir o último certificado de verificação deverá comparecer previamente no INMETRO à viela VP5D, Qd 3, Módulo 3, DAIA, Anápolis - GO, das 08 h 00 min às 12 h 00 min, e das 14 h 00 min às 18 h 00 min munidos de seus veículos com respectiva documentação, seus documentos pessoais, e com a Guia de Recolhimento da União (GRU) referente emissão de segunda via de certificado devidamente paga, para que seja emitido novo documento.

Art. 5º A Guia de Recolhimento da União (GRU) para realização da Verificação/Emissão de 2ª Via deve ser retirada antecipadamente no Portal de Serviços do Inmetro - PSIE, no endereço eletrônico http://serviços.inmetro.rs.gov.br, ou no INMETRO à viela VP5D, Qd 3, Módulo 3, DAIA, Anápolis - GO, das 08 h 00 min às 12 h 00 min, e das 14 h 00 min às 18 h 00 min.

Art. 6º Não será necessária autorização prévia emitida pelo INMETRO para que o serviço de alteração de tarifa seja executado pelas oficinas permissionárias, entretanto caberá às mesmas comunicar quaisquer irregularidades encontradas nos taxímetros a fim de sejam tomadas as devidas providências legais pertinentes, assim sendo, estão autorizados os permissionários de táxis ou seus prepostos a dirigirem diretamente às oficinas sem previamente passar pelo INMETRO a fim de realizarem os serviços pertinentes.

Art. 7º As oficinas permissionárias deverão prestar contas dos serviços executados, para tal deverá acessar no Portal de Serviços do Inmetro - PSIE, no endereço eletrônico http://serviços.inmetro.rs.gov.br, realizando os devidos registros, caso não cumpram suas obrigações perante o INMETRO, ficarão sujeitas às penalidades legais, podendo ter seu registro cancelado.

Art. 8º Os taxímetros que não forem verificados por qualquer pretexto no prazo estabelecido, só poderão fazê-los no INMETRO à viela VP5D, Qd 3, Módulo 3, DAIA, Anápolis - GO, das 08 h 00 min às 12 h 00 min, e das 14 h 00 min às 18 h 00 min, impreterivelmente de 30 de novembro a 01 de dezembro 2015, mantidas as exigências documentais supracitadas.

Art. 9º Para verificação, os taxímetros deverão estar fixados na parte central do painel do veículo, ficando vedada a fixação no vidro, bem como em outros locais que dificultem a sua identificação, está determinação visa proporcionar uma perfeita visualização pelo usuário dos valores a serem pagos, como também facilitar a identificação das marcas de verificação e lacres inseridos pelo INMETRO.

Art. 10º O certificado de verificação referente ao ajuste de tarifa 2015, estará disponível para retirada no período de 23 de novembro a 01 de dezembro de 2015, bastando para isto comparecer ao INMETRO à viela VP5D, Qd 3, Módulo 3, DAIA, Anápolis - GO, das 08 h 00 min às 12 h 00 min, e das 14 h 00 min às 18 h 00 min, munidos dos documentos pertinentes.

Art. 11º O não cumprimento ao disposto no Art. 1º, ou não justificados, sujeitam aos infratores às penalidades na forma da lei.

Art. 12º Revogam-se as disposições contrárias.

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 804, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/08/2015, 06/10/2015 e 04/11/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 289, de 26 de outubro de 2015, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/08/2015, 06/10/2015 e 04/11/2015.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.006393/2014-51
Proponente: Ação com Esporte
Título: Ciclismo em Minas Gerais
Registro: 02MG093082011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 08.403.417/0001-07
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 106.340,79
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1879 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8137-X
Período de Captação até: 31/12/2015
2 - Processo: 58701.002430/2015-33
Proponente: Associação Joaçabense de Voleyball
Título: Projeto Bom de Bola Bom de Escola Edição 2016
Registro: 02SC132872013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 01.823.720/0001-10
Cidade: Joaçaba UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 67.966,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0137 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 28995-7
Período de Captação até: 31/12/2016
3 - Processo: 58701.002819/2015-89
Proponente: Clube de Regatas do Flamengo
Título: Flamengo Olímpico - Coletivos
Registro: 02RJ028772008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 33.649.575/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 3.167.119,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42396-3
Período de Captação até: 31/12/2016
4 - Processo: 58701.011489/2013-51
Proponente: Liga Caxiense de Boxe e Kickboxing
Título: Despertando Futuros Campeões
Registro: 02RS045582009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.635.510/0001-00
Cidade: Caxias do Sul UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 381.497,42
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0089 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 116550-X
Período de Captação até: 31/12/2016

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 349, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, resolve:

Art. 1º Os arts. 6º e 21 do Anexo da Portaria nº 147, de 28 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2015, Seção 1, páginas 125 e 126 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º As inscrições serão gratuitas e realizadas no período de 15 de junho a 15 de dezembro de 2015, mediante o preenchimento da ficha de inscrição e do relatório da iniciativa, em formato eletrônico, que ficarão disponíveis no site da A3P <http://hotsite.mma.gov.br/a3p/>." (NR)

"Art. 21. .....

I - inscrição: de 15 de junho a 15 de dezembro de 2015;
II - pré-avaliação: até 15 de janeiro de 2016;
III - avaliação e classificação: até 15 de março de 2016;
IV - vistorias in loco: até 30 de junho de 2016;
V - divulgação dos resultados: julho de 2016; e
VI - cerimônia de premiação: setembro de 2016." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO REGIONAL EM LAGOA SANTA

PORTARIA Nº 9, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

Modifica a composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Paraopeba, no estado de Minas Gerais (Processo nº 02070.002011/2011-97).

O COORDENADOR REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA 11ª REGIÃO - INSTITUTO CHICO MENDES, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio n° 09, de 05 de dezembro de 2014,

Considerando o disposto na Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto n° 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando a Portaria nº 248, de 18 de julho de 2001, que criou a Floresta Nacional de Paraopeba;

Considerando a Portaria IBAMA nº 87/2004, de 30 de novembro de 2004, que criou o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Paraopeba, renovado pela Portaria ICMBio n° 18, de 03 de abril de 2008;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 5 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições apresentadas pela Coordenação Regional da 11ª Região do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no Processo nº 02070.002011/2011-97, resolve:

Art. 1º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Paraopeba é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais, na forma seguinte:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS:
a) Poder Público Municipal;
b) Poder Público Estadual e empresas concessionárias de serviços;
c) Poder Público Federal.
II - USUÁRIOS DO TERRITÓRIO:
a) Setor de Representações de Moradores, Populações Rurais, Tradicionais e Quilombolas;
b) Setor de Turismo, Hotelaria, Serviços, Comércio, Indústria e Mineração;
c) Setor de Representações de Produtores Rurais;
III - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:
a) Organizações não governamentais e entidades classistas com atuação em temas ambientais.
IV - INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA:
a) Instituições técnico-científicas e educacionais.

§1o O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério de paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pela Coordenação Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo chefe da Floresta Nacional de Paraopeba à Coordenação Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

§3º O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Floresta Nacional de Paraopeba, que indicará seu suplente.

Art. 2º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria pela Coordenação Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 3º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Paraopeba serão previstos no seu regimento interno.

Art. 4° O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO DOUGLAS FORTINI DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 505, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Esporte e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 11.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.555, de 6 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios do Esporte e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON BARBOSA

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2035		Esporte e Grandes Eventos Esportivos							9.000.000
		Atividades							
27 812	2035 20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social							6.147.560
27 812	2035 20JP 0001	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social - Nacional							6.147.560
			F	3	2	40	0	100	6.147.560
27 812	2035 20JQ	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social							2.852.440
27 812	2035 20JQ 0001	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - Nacional							2.852.440
			F	3	2	40	0	100	2.852.440
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2051		Oferta de Água							500.000
		Projetos							
18 544	2051 1851	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica							500.000
18 544	2051 1851 0023	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado do Ceará							500.000
			F	4	2	40	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária							1.000.000
		Projetos							
15 244	2029 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							1.000.000
15 244	2029 7K66 0029	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado da Bahia							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2051		Oferta de Água							500.000
		Projetos							
18 544	2051 1851	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica							500.000
18 544	2051 1851 0023	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado do Ceará							500.000
			F	4	2	40	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres							500.000
		Projetos							
06 182	2040 14UX	Ampliação e Modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD							500.000
06 182	2040 14UX 5664	Ampliação e Modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD - Em Brasília - DF							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2013	Agricultura Irrigada							1.000.000
		Projetos							
20 607	2013 12OB	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação							1.000.000
20 607	2013 12OB 0001	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2051	Oferta de Água							500.000
		Projetos							
18 544	2051 140N	Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas							500.000
18 544	2051 140N 0001	Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas - Nacional							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2048	Mobilidade Urbana e Trânsito							9.000.000
		Projetos							
15 453	2048 10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano							9.000.000
15 453	2048 10SS 0001	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Nacional							9.000.000
			F	4	3	30	0	100	9.000.000
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 83, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, incisos II e III, e § 1º, do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e ajustar o detalhamento constante do Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (RP 2)
(Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS	Disponível
42000 Ministério da Cultura	4.400.000
TOTAL	4.400.000

Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (RP 2)
(Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS	Disponível
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	4.400.000
TOTAL	4.400.000

Inclui recursos de todas as fontes.

PORTARIA Nº 84, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, incisos II e III, e § 1º, do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e ajustar o detalhamento constante dos Anexos I e II da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC (RP 3)
(Anexo II da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS	Disponível
26000 Ministério da Educação	7.500.000
TOTAL	7.500.000

Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (RP 2)
(Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS	Disponível
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	900.000
26000 Ministério da Educação	2.160.000
36000 Ministério da Saúde	2.400.000
44000 Ministério do Meio Ambiente	240.000
51000 Ministério do Esporte	1.500.000
53000 Ministério da Integração Nacional	300.000
TOTAL	7.500.000

Inclui recursos de todas as fontes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 204, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO no uso de suas atribuições, com fundamento no disposto no art. 41 do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e

CONSIDERANDO o desenvolvimento do novo Sistema de Gestão do Patrimônio da União no âmbito do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União - PMGPU;

CONSIDERANDO as competências relacionadas à gestão dos cadastros imobiliários administrados pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU;

CONSIDERANDO a interface do cadastro único de imóveis em construção no âmbito do PMGPU com todas as áreas finalísticas da SPU;

CONSIDERANDO a necessidade de definição de um instrumento padronizado de obtenção de informações acerca dos imóveis públicos federais;

CONSIDERANDO a importância de ações que assegurem a objetividade, a uniformização e a continuidade de ferramentas indispensáveis à gestão patrimonial; e

CONSIDERANDO o atual cenário do cadastro de imóveis nos sistemas existentes e operantes na SPU; resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho - GT com a atribuição de coordenar, fornecer subsídios e validar o modelo de cadastro único de bens imóveis públicos federais em construção no âmbito do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - PMGPU.

§1º Constituem objetivos específicos do GT:

I - subsidiar a Unidade de Coordenação do PMGPU e o Departamento de Engenharia de Construção - DEC do Exército Brasileiro na conceituação e estruturação do modelo de dados do cadastro único de imóveis públicos federais;

II - analisar e validar os produtos elaborados pelo Departamento de Engenharia de Construção - DEC do Exército Brasileiro relacionados ao projeto de modelagem do cadastro único dos bens imóveis públicos federais;

III - fornecer informações e documentações necessárias à execução do trabalho de modelagem do cadastro único;

IV - definir diretrizes e requisitos gerais para desenvolvimento do módulo de cadastro do sistema unificado de gestão do patrimônio imobiliário público federal; e

V - elaborar proposta de governança do cadastro único de bens imóveis públicos federais.

§2º O modelo de cadastro único, produto do GT, servirá de base para implantação do Sistema Unificado de Gestão do Patrimônio Imobiliário Público Federal.

Art. 2º O GT terá integrado por 11 (onze) servidores da SPU, quais sejam:

I - o Coordenador-Geral do PMGPU, que o presidirá;

II - o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação;

III - 1 (um) representante do Departamento de Caracterização do Patrimônio;

IV - 1 (um) representante do Departamento de Receitas Patrimoniais;

V - 1 (um) representante do Departamento de Incorporação de Imóveis;

VI - 1 (um) representante da Coordenação Geral de Gestão Estratégica;

VII - 1 (um) representante do Departamento de Destinação de Imóveis; e

VIII - 4 (quatro) servidores atuantes em unidades estaduais da SPU, sendo um por região do país.

§1º Os representantes indicados nos incisos III a VII serão designados pelos respectivos coordenadores gerais ou diretores.

§2º Os representantes mencionados no inciso VIII do caput serão designados pela Secretária do Patrimônio da União.

§3º Cada membro do GT terá um suplente, que compreenderá o seu substituto eventual.

Art. 3º Os produtos finais do GT serão submetidos ao Grupo Estratégico de Gestão do PMGPU.

Art. 4º O prazo para a conclusão das atividades do GT será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogável por igual período.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CASSANDRA MARONI NUNES

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 9, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 22-A da lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 1º da Medida Provisória 2.220, de 4 de setembro de 2001, assim como os elementos que integram o processo nº04988.005170/2013-06, resolve:

Art. 1º Autorizar a concessão de uso especial para fins de moradia, a Sra. Albaniza Nascimento de Araújo e seu cônjuge, Sr. Assis Diogo de Araújo, do imóvel de propriedade da União, classificado como nacional interior, localizados na rua vinte e três de janeiro nº 53, Cristo Redentor, Município de Fortaleza, Estado de Ceará, com área de 73,90 m², inscrito sob o RIP nº 1389.0008222-87, e devidamente registrado no cartório de registro de imóveis da 3ª zona da Comarca de Fortaleza, sob a Matrícula nº61.126.

Parágrafo único. A área acima mencionada apresenta as seguintes características e confrontações: Frente (Oeste): 3,21 metros, confina com a rua 23 de janeiro. Lado Direito (Norte): 21,69 metros, confina com o número 51 da rua 23 de janeiro (parte do lote 67). Fundos (Leste): 3,63 metros, confina com os números 56 e 58 da rua das Crianças (lote 35 e antiga área vazia). Lado Esquerdo (Sul): Formado por dois segmentos de reta, na direção leste-oeste, com 8,93 metros e 12,76 metros. Confinando com o imóvel de número 55 da rua 23 de janeiro (lote 65).

Art. 2º A concessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício da família ocupante do imóvel, que deve comprovar renda familiar não superior a cinco salários mínimos e não ser proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 3º O prazo da concessão é indeterminado.

Art. 4º Fica o beneficiário impedido de transferir o imóvel sem a autorização prévia da SPU.

Art. 5º A concessão tornar-se-á nula, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de concessão e da legislação pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ OLIVEIRA DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 12, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO CEARÁ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos art. 18, inciso II, e art. 40 da lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967 e no art. 17, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o processo nº 04988.000079/2014-77, resolve:

Art. 1º Autorizar a Concessão de Direito Real de Uso, GRATUITA, a Sra. Maria Margarida Marinheiro, do imóvel de propriedade da União, classificado como nacional interior, localizados na Av. Presidente Castelo Branco, 3228, Cristo Redentor, município de Fortaleza, Estado de Ceará, com área de 333,26 m², inscrito sob o RIP nº 1389 00579.500-8, e devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Fortaleza, Ceará, sob a Matrícula nº 61.126.

Parágrafo único. A área acima mencionada apresenta as seguintes características e confrontações: Frente(Sul): 6,89 metros, confinando com a Av. Presidente Castelo Branco. Lado Direito(Oeste): Formado por dois segmentos de reta na direção sul-norte, com 11,65 e 36,63 metros. Confinando com o número 3232 da Av. Presidente Castelo Branco (lotes 190). Fundos(Norte): 6,78 metros, confinando com os imóveis de nº 1229 (parte do lote 135) e 1231 A (lotes 136, 137 e 138) da Rua Dom Quintino.Lado Esquerdo(Leste): Formado por dois segmentos de reta, na direção norte-sul, com 36,37 e 11,97 metros, confinando com o número 3224 da Av. Presidente Castelo Branco (lotes 187 e 186).

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício de família de baixa renda, que comprova renda familiar não superior a cinco salários mínimos.

Art. 3º O prazo da concessão é indeterminado.

Art. 4º Fica o beneficiário impedido de transferir o imóvel sem a autorização prévia da SPU.

Art. 5º A concessão tornar-se-á nula, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de concessão e da legislação pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ OLIVEIRA DE QUEIROZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Trabalho e Previdência Social

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 12 de novembro de 2015

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1)Em apreciação de recurso voluntário:

1.1Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46200.002331/2012-71	24233609	JBS S/A (Friboi)	AC
02	46200.002332/2012-15	24233617	JBS S/A (Friboi)	AC
03	46202.014436/2012-52	17902401	Castelinho Refeições Ltda	AM
04	46202.014437/2012-05	17902371	Castelinho Refeições Ltda	AM
05	46202.014439/2012-96	17902398	Castelinho Refeições Ltda	AM
06	46202.025058/2012-32	021264619	Cristal Engenharia Ltda	AM
07	46202.025059/2012-87	021264570	Cristal Engenharia Ltda	AM
08	46202.025060/2012-10	021264597	Cristal Engenharia Ltda	AM
09	46202.025061/2012-56	021264589	Cristal Engenharia Ltda	AM
10	46202.025062/2012-09	021264627	Cristal Engenharia Ltda	AM
11	46202.025063/2012-45	021264600	Cristal Engenharia Ltda	AM
12	46202.018375/2012-01	21242127	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
13	46202.018376/2012-47	21242135	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
14	46202.018377/2012-91	21242232	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
15	46202.018378/2012-36	21242151	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
16	46202.018379/2012-81	21242160	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
17	46202.018380/2012-13	21242178	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
18	46202.018381/2012-50	21242240	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
19	46202.018382/2012-02	021242208	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
20	46202.018383/2012-49	021242194	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
21	46202.018384/2012-93	021242186	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
22	46202.018385/2012-38	021242143	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
23	46202.018386/2012-82	21242216	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
24	46202.018387/2012-27	21242224	Elgin Industrial da Amazônia Ltda	AM
25	46202.010496/2011-15	20593929	Itautinga Agro Industrial S/A	AM
26	46202.010498/2011-12	20593899	Itautinga Agro Industrial S/A	AM
27	46202.010499/2011-59	020593902	Itautinga Agro Industrial S/A	AM
28	46202.010500/2011-45	020593945	Itautinga Agro Industrial S/A	AM
29	46202.022335/2011-74	020633025	Itautinga Agro Industrial S/A	AM
30	46203.004110/2012-15	25100106	L.M.S Vigilância e Segurança Privada Ltda	AP
31	47904.002169/2012-26	022785051	Cacique Serv. Transp. e Turismo Ltda	BA
32	47904.002170/2012-51	022784078	Cacique Serv. Transp. e Turismo Ltda	BA
33	47904.002172/2012-40	022785124	Cacique Serv. Transp. e Turismo Ltda	BA
34	47904.002183/2012-20	022785116	Cacique Serv. Transp. e Turismo Ltda	BA
35	46017.013542/2012-14	025027425	Maria Edna de Souza	BA
36	46235.000444/2011-53	022302000	Arcelormittal Bioflorestas Ltda	MG
37	46249.002919/2013-59	202287394	Associação São Vicente de Paulo de Joao Monlevade	MG
38	46237.002051/2013-26	201231727	Cemig Distribuição S/A	MG
39	46237.002060/2013-17	201287455	Cemig Distribuição S/A	MG
40	46237.002061/2013-61	201287447	Cemig Distribuição S/A	MG
41	46249.002466/2013-61	201948001	Cemig Distribuição S/A	MG
42	46248.000815/2013-10	020089625	Usina Frutal Açúcar e Álcool Ltda	MG
43	46653.002947/2012-13	022630040	Vale Grande Indústria Ltda.	MT
44	46017.002320/2012-68	024204684	Agropecuária Santa Barbara Xinguara S/A	PA
45	46017.002328/2012-24	024202743	Agropecuária Santa Barbara Xinguara S/A	PA
46	46017.002331/2012-48	024202878	Agropecuária Santa Barbara Xinguara S/A	PA
47	46017.002332/2012-92	024202959	Agropecuária Santa Barbara Xinguara S/A	PA
48	46017.002333/2012-37	024202975	Agropecuária Santa Barbara Xinguara S/A	PA
49	46017.002334/2012-81	024202924	Agropecuária Santa Barbara Xinguara S/A	PA
50	46017.002339/2012-12	24204552	Agropecuária Santa Barbara Xinguara S/A	PA
51	46222.010188/2010-71	021119619	Hospital das Clinicas de Bragança Ltda.	PA
52	46297.000330/2009-64	016899105	Centro Hospitalar São Francisco	PE
53	46213.009993/2013-11	200971816	Consorcio Ebe Alusa	PE
54	46213.009994/2013-58	200942972	Consorcio Ebe Alusa	PE
55	46213.009995/2013-01	200942964	Consorcio Ebe Alusa	PE

56	46213.009996/2013-47	200942956	Consorcio Ebe Alusa	PE
57	46213.009999/2013-81	200960873	Consorcio Ebe Alusa	PE
58	46213.010000/2013-46	200964747	Consorcio Ebe Alusa	PE
59	46213.010001/2013-91	200964712	Consorcio Ebe Alusa	PE
60	46213.010002/2013-35	200972111	Consorcio Ebe Alusa	PE
61	46213.010003/2013-80	200972120	Consorcio Ebe Alusa	PE
62	46213.010004/2013-24	200969447	Consorcio Ebe Alusa	PE
63	46213.010158/2013-16	200978705	Consorcio Ebe Alusa	PE
64	46213.010159/2013-61	200978616	Consorcio Ebe Alusa	PE
65	46213.010160/2013-95	200978446	Consorcio Ebe Alusa	PE
66	46213009997201391	200942948	Consorcio Ebe Alusa	PE
67	46213009998201336	200642766	Consorcio Ebe Alusa	PE
68	46297.001332/2012-76	021360197	Construtora Norberto Odebrecht S/A	PE
69	47533.001814/2011-78	023484284	BMJ Ind. e Comercio de Bolsas Ltda Me	PR
70	47533.001727/2011-11	023450770	CCPP Clin de Cirurgia Plast Pr SS Ltda	PR
71	46212.021030/2011-26	023365897	Conhecer Centro de Educação Infantil Ltda	PR
72	47533.001941/2011-77	023486660	Escola Atuação Ltda	PR
73	46212.019113/2011-55	023456132	Julio Cesar Colegaro EPP	PR
74	47533.001776/2011-53	023450894	Prestadora de Serviços Priotto Ltda	PR
75	47533.003057/2009-52	016177444	Sadia S/A	PR
76	47533.000730/2011-17	023476796	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda	PR
77	46216.001761/2014-68	203433203	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
78	46216.001763/2014-57	203433173	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
79	46216.001764/2014-00	203433106	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
80	46216.001765/2014-46	203440323	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
81	46216.001766/2014-91	203433092	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
82	46216.001767/2014-35	203440315	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
83	46216.001768/2014-80	203433076	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
84	46216.001769/2014-24	203432983	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
85	46216.001771/2014-01	203440242	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
86	46216.001772/2014-48	203440200	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
87	46216.001773/2014-92	203440137	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
88	46216.001774/2014-37	203440129	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
89	46216.001777/2014-71	203440030	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
90	46216.001807/2012-87	020731990	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
91	46216.001857/2012-64	021360537	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
92	46216.001860/2012-88	017883580	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
93	46758.001500/1013-30	200972596	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
94	46758.001502/2013-29	200945360	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
95	46758.001503/2013-73	200983091	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
96	46758.001504/2013-18	200983113	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
97	46758.001505/2013-62	200983148	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
98	46758.001506/2013-15	200983156	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
99	46758.001507/2013-51	200983105	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
100	46758.001508/2013-04	200945394	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
101	46758.001509/2013-41	200975196	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
102	46758.001510/2013-75	200945386	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
103	46758.001511/2013-10	200975153	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
104	46758.001512/2013-64	200972570	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
105	46758.001513/2013-17	200975188	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
106	46758.001515/2013-06	200945351	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
107	46758.001516/2013-42	2009466146	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
108	46758.001517/2013-97	200981234	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
109	46758.01519/2013-86	200983121	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
110	46758.001555/2013-40	200981706	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
111	46225.002441/2013-35	201087588	Drogaria Master Ltda - EPP	RR
112	46617.006755/2008-36	018965342	Associação Circuito Social e Esportivo Israelita	RS
113	46617.017571/2012-88	024955230	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
114	46617.017572/2012-22	024956783	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
115	46617.017573/2012-77	024956767	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
116	46617.017574/2012-11	024955094	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
117	46617.017576/2012-19	024955574	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
118	46617.017577/2012-55	024955566	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
119	46617.017578/2012-08	024955213	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
120	46617.017579/2012-44	024955132	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
121	46617.017581/2012-13	024956791	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
122	46617.017582/2012-68	024955043	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
123	46617.017583/2012-11	024955027	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
124	46617.017584/2012-57	024955019	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
125	46617.017585/2012-00	024955205	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
126	46617.017586/2012-46	024856961	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
127	46617.017587/2012-91	024956970	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
128	46617.017588/2012-35	024956988	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
129	46617.017589/2012-80	024956805	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
130	46617.017590/2012-12	024956945	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
131	46617.017591/2012-59	024956853	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
132	46617.017592/2012-01	024956813	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
133	46617.017593/2012-48	024956929	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
134	46617.017595/2012-37	024956821	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
135	46617.017596/2012-81	024956911	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
136	46617.017597/2012-26	0249568046	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
137	46617.017599/2012-15	024956902	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
138	46617.017601/2012-56	024957003	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
139	46617.017602/2012-09	024956864	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
140	46617.017604/2012-90	024955221	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
141	46617.017605/2012-34	024955256	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
142	46617.017606/2012-89	024955540	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
143	46617.017607/2012-23	024955558	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
144	46617.017608/2012-78	024955116	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
145	46617.017609/2012-12	024955167	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
146	46617.017610/2012-47	024955175	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
147	46617.017611/2012-91	024955078	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
148	46617.017612/2012-36	024955086	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
149	46617.017613/2012-81	024955108	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
150	46617.017614/2012-25	024955060	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
151	46617.017615/2012-70	024955051	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
152	46617.017617/2012-69	024955523	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
153	46617.017618/2012-11	024955183	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
154	46617.017619/2012-58	024955191	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
155	46617.017620/2012-82	024955159	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
156	46617.017621/2012-27	024955141	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
157	46617.017622/2012-71	02495531	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
158	46617.017700/2012-38	024955035	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
160	46617.006794/2007-52	012676926	Seltec Vigilância Especializada Ltda	RS
161	46617.006795/2007-05	012676942	Seltec Vigilância Especializada Ltda	RS
162	46617.006796/2007-41	012676934	Seltec Vigilância Ltda	RS
163	46617.016284/2012-51	024979261	Tractebel Energia S/A	RS
164	46303.000780/2013-15	201017121	Bebidas Nuernberg Ltda	SC
165	46303.000781/2013-15	201017113	Bebidas Nuernberg Ltda	SC
166	46303.000782/2013-04	201017105	Bebidas Nuernberg Ltda	SC
167	46303.000783/2013-41	201017130	Bebidas Nuernberg Ltda	SC
168	46303.000784/2013-95	201017148	Bebidas Nuernberg Ltda	SC
169	46220.010117/2006-10	011762225	Fábrica de Moveis Rio Negrinho Ltda	SC
170	46220.010119/2009-09	011762233	Fábrica de Moveis Rio Negrinho Ltda	SC
171	46219006135201357	200146823	Aliança Navegação e Logistica Ltda	SP
172	46254.001411/2013-64	200429361	Assistência Medico Hospitalar São Lucas S/A	SP
173	46254.001415/2013-42	200429451	Assistência Medico Hospitalar São Lucas S/A	SP
174	46219002408201394	200143204	Bantec Art Couros Ltda	SP
175	46219.003682/2013-81	024679399	Central Locadora de Equipamentos Ltda.	SP
176	46265.000377/2011-10	021766053	Cosan S/A Açúcar e Álcool - Filial Univalem	SP
177	46265.000378/2011-64	021766045	Cosan S/A Açúcar e Álcool - Filial Univalem	SP
178	46268.003806/2012-61	019846690	Drake Eletrônica e Comércio Ltda	SP
179	46254.002796/2013-87	200979299	Fundação Barra Bonita de Ensino	SP
180	46254.002797/2013-21	200979248	Fundação Barra Bonita de Ensino	SP
181	46254.002798/2013-76	200977717	Fundação Barra Bonita de Ensino	SP
182	46254.002799/2013-11	200977695	Fundação Barra Bonita de Ensino	SP
183	46254.002800/2013-15	200977661	Fundação Barra Bonita de Ensino	SP
184	46262.002941/2011-69	023972424	Fundação Santo André	SP
185	46219.026646/2012-12	024699594	Fundação Zerbini	SP
186	46254.001742/2013-02	200532715	Gobbo Engenharia e Incorporações Ltda	SP
187	46254.001743/2013-49	200531492	Gobbo Engenharia e Incorporações Ltda	SP
188	46259.002537/2013-14	200465783	L & N Amaral Transportes Ltda-ME	SP
189	46259.002539/2013-03	200465732	L & N Amaral Transportes Ltda-ME	SP
190	46259.002540/2013-20	200465660	L & N Amaral Transportes Ltda-ME	SP
191	46259.002541/2013-74	200465708	L & N Amaral Transportes Ltda-ME	SP
192	46259.003335/2013-81	200630245	L & N Amaral Transportes Ltda-ME	SP
193	46259.003336/2013-26	200630288	L & N Amaral Transportes Ltda-ME	SP
200	46259.003337/2013-71	200631632	L & N Amaral Transportes Ltda-ME	SP
201	46473.002991/2011-61	023913861	Linhas Seta Ltda	SP
202	46017.008533/2011-12	024213306	Maria Lucia Silveira Coelho Denipote	SP
203	46017.008539/2011-54	024213349	Maria Lucia Silveira Coelho Denipote	SP
204	46473.007829/2009-14	019350554	Motor Press Brasil Editora Ltda	SP
205	46473.014353/2009-78	021815135	Motor Press Brasil Editora Ltda	SP
206	46473.014354/2009-12	021815127	Motor Press Brasil Editora Ltda	SP
207	46473.002146/2013-57	200414411	Pema Engenharia Ltda	SP
208	46473.003644/2013-17	201056666	Pema Engenharia Ltda	SP
209	46219.011386/2013-53	200799894	Personalcos Serviços de Cobrança Ltda	SP
210	46259.005329/2013-69	201086611	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
211	46259.005332/2013-82	201086581	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
212	46259.005348/2013-95	201086409	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
213	46259.005351/2013-17	201086379	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
214	46259.005357/2013-86	201085909	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
215	46259.005366/2013-77	201085259	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
216	46259.005387/2013-92	201080231	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
217	46259.005401/2013-58	201078601	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
218	46259.005405/2013-36	201078431	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
219	46259.005407/2013-25	201077051	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
220	46259.005409/2013-14	201076641	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
221	46259.005415/2013-71	201076331	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
222	46259.005425/2013-15	201075121	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
223	46259.005438/2013-86	200968301	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
224	46259.005444/2013-33	201051931	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
225	46259.005460/2013-26	200969331	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
226	46259.005465/2013-59	201057131	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
227	46259.005466/2013-01	200969871	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
228	46259.005471/2013-14	200984551	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
229	46259.005477/2013-83	200983431	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
230	46259.005492/2013-21	201027411	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
231	46259.005497/2013-54	201027551	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
232	46259.005511/2013-10	201057069	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
233	46259.006003/2013-59	201053799	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
234	46259.006005/2013-48	201052911	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
235	46259.006015/2013-83	201031531	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP
236	46259.006018/2013-17	201068389	Prefeitura Municipal de Piracicaba	SP

Nº	PROCESSO	NDFG	EMPRESA	UF
01	46202.002861/2014-61	200236245 T.Retificação	Açai Transportes Coletivos Ltda	AM
02	46204.005426/2009-19	506251837 T.Retificação	Luis Antonio Bastos Pitta	BA
03	46249.002917/2013-60	200198408	Associação São Vicente de Paulo de João Monlevade	MG
04	46248.000386/2013-81	200067303 T.Retificação	Goremáquinas Serviços Ltda	MG
05	46300.005418/2014-33	200366602	Associação Beneficente Douradense	MS
06	46215.031472/2008-55	506119068	Associação Educacional Veiga de Almeida	RJ
07	46215.463948/2009-02	506234991	Associação Sociedade Bras de Instrução	RJ
08	47999.002258/2014-22	200248481	Associação Beneficente Hospital Nossa Senhora da Piedade	SP
09	46473.002986/2011-58	506488098	Linhas Seta Ltda	SP
10	46473.014352/2009-23	506343197	Motor Press Brasil Editora Ltda	SP
11	46473.003634/2013-81	200121120	Pema Engenharia Ltda	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	4602.008600/2013-73	200564081	Construtora Almeida Ltda	AM
02	46212007449201175	023368161	Hosp. Marechal Candido Rondon Ltda	PR
04	46212.007451/2011-44	023368179	Hospital Filadélfia Ltda	PR
05	46216.001759/2014-99	203433271	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
06	46216.001770/2014-59	203440277	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
07	46216.001775/2014-81	203440111	Consorcio Santo Antonio Civil	RO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

08	46216.001776/2014-26	203440099	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
09	46216.001855/2012-75	017776724	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
10	46216.002015/2013-19	202176142	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
11	46758.001501/2013-84	200945378	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
12	46758.001518/2013-31	200983130	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
13	46617015779201262	012668222	Montesucos Ind. de Alimentos Ltda	RS
14	46617.017575/2012-66	024955582	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
15	46617.017616 /2012-14	024955515	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
16	46617.017699/2012-41	024956996	Santa Casa de Caridade de Bagé	RS
17	46254.001413/2013-53	200429426	Assistência Médico Hospitalar São Lucas S/A	SP
18	46254.001414/2013-06	200429434	Assistência Médico Hospitalar São Lucas S/A	SP
19	46259.001188/2014-96	202.770.486	Laminação Limeira Ind. e Comércio Ltda	SP
20	46259.001190/2014-65	202.770.851	Laminação Limeira Ind. e Comércio Ltda	SP
21	46259.001193/2014-07	202.779.661	Laminação Limeira Ind. e Comércio Ltda	SP
22	46259.001200/2014-62	202.770.265	Laminação Limeira Ind. e Comércio Ltda	SP
23	46259.001231/2014-13	202.779.602	Laminação Limeira Ind. e Comércio Ltda	SP
24	46226.006977/2011-58	018476945	CM Construtora Ltda	TO
25	46226.008158/2012-26	018470939	Renauto Com. de Peças Acessorios para Veículos Ltda	TO
Nº	PROCESSO	NDFG	EMPRESA	UF
01	46226.006978/2011-01	506574997	CM Construtora Ltda	TO

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46222.008280/2011-51	021175462	Marca vigilância Ltda	PA
02	46213.005239/2011-32	018542077	Editora Folha de Pernambuco Ltda	PE
03	46219.042013/2001-91	006068723	AGF Brasil Seguros S/A	SP
04	46254.002804/2013-95	200974327	Fundação Barra Bonita de Ensino	SP
05	46254.002805/2013-30	200974246	Fundação Barra Bonita de Ensino	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	47747003335201261	024134171	Anjos da Guarda Serviços, Tecnologia e Comercio Ltda	MG
02	46222.06817/2011-49	021182787	Luis Cesar Silva Pereira	PA
03	46213.000255/2011-39	018523455	Usivale - Ind. e Comércio Ltda	PE
04	46215.021793/2013-17	201781531	A.J.M de Azevedo Eletrônicos - ME	RJ
05	46215.020599/2013-14	201629950	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RJ
06	46259.002433/2013-00	024685186	E.R Siqueira Estamparia de Metal EPP	SP

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46202.018442/2011-06	506547116	Consorcio Rio Amazonas	AM
02	46202.015796/2012-71	017901359	Construtora Andrade Gutirrez S/A	AM
03	46202.009193/2013-11	200583654	Construtora Granadeiro Ltda	AM
04	46202.010597/2012-77	017885485	Via Verde Transportes Coletivos Ltda	AM
05	46205.016379/2011-35	020206330	Irmãos Pereira e Cia Ltda	CE
06	46208.006442/2012-86	020480237	José Ribeiro de Mendonça	GO
07	46245002092201232	022541500	Comercial de Veículos Delta Ltda.	MG
08	46236.000160/2012-38	021976619	Elienio Delfino Costa	MG
09	47747.002064/2004-17	010391240	Geraldo da Silva Vieira	MG
10	46242.001619/2011-51	022361766	Liquigás Distribuidora S/A	MG
11	46242.001620/2011-85	022361774	Liquigás Distribuidora S/A	MG
12	46242.001621/2011-20	022361782	Liquigás Distribuidora S/A	MG
13	46242.001622/2011-74	022361790	Liquigás Distribuidora S/A	MG
14	46242.001623/2011-19	022361804	Liquigás Distribuidora S/A	MG
15	46242.001624/2011-63	022361812	Liquigás Distribuidora S/A	MG
16	46236.000591/2012-02	021979081	Robson Rodarte Lopes	MG
17	46245.001609/2012-76	022543465	Tegeplan Tecnicas Eng e Planejamento Ltda	MG
18	46653.000132/2014-61	202445143	Cesio Silva Lemos	MT
20	46222.005998/2009-71	014313766	Empresa Brasileira de Distribuição Ltda	PA
21	46224.003088/2012-30	017727839	Caixa Econômica Federal	PB
22	46213.006987/2005-94	009572881	CMP Informática Ltda	PE
23	47533008611201293	023387483	Newman - construtora de Obras Ltda	PR
24	47533.001999/2013-82	023272228	Seara Alimentos Ltda	PR
25	46215.005106/2013-16	022738258	ADMA Comunicação Ltda	RJ
26	46215.005107/2013-52	022738231	ADMA Comunicação Ltda	RJ
27	46215.005108/2013-05	022738240	ADMA Comunicação Ltda	RJ
28	46666.001091/2013-09	023197587	Associação Congregação Santa Catarina	RJ
29	46215.023484/2012-92	020789882	Comal Rio Comercial de Alimentos Ltda	RJ
30	46215.023048/2013-39	202040119	Consorcio Porto Rico	RJ
31	46215.024981/2013-99	202038068	Consorcio Porto Rico	RJ
32	46215.056657/2005-20	011631937	Donna donni Ltda ME	RJ
33	46215.006725/2013-10	025549324	Euro Colchões Ltda EPP	RJ
34	46215.034386/2012-81	024904198	Gesso Carioca do Recreio Empreiteira Ltda	RJ
35	46216.003087/2012-94	017794587	Energia Sustentável do Brasil S/A	RO
36	46216.003384/2012-30	017802270	José Martins Ferreira Neto EPP (China Norte)	RO
37	46272.001591/2013-66	200778005	Agrodanieli Ind. e Comercio Ltda.	RS
38	46271001753201376	20072690	Daniel Ernesto Engelbrechi Ferreira	RS
39	46272.004096/2013-17	2017561110	Point Construções e Incorporações Ltda	RS
40	46271.002229/2013-12	2012919750	Progás - Ind. Metalúrgica Ltda	RS
41	46218010822201387	201175088	Sesc - Adm Regional no Estado do RS	RS
42	46220.006299/2012-64	025227017	Agil Armazens Gerais Imbituba Ltda	SC
43	46304.001288/2013-49	2011839940	Buddemeyer S/A	SC
44	46304.001289/2013-93	201184010	Buddemeyer S/A	SC
45	46304.001290/2013-18	201183871	Buddemeyer S/A	SC
46	46220.001565/2010-09	016382072	Município de Biguacu	SC
47	46220.001566/2010-45	016382064	Município de Biguacu	SC
48	46304.001534/2012-81	016340132	Pré-Metal Ltda	SC
49	46262.003249/2013-10	2016393190	Comercial Oswaldo Cruz Ltda Loja 10	SP
50	46263.000538/2012-76	021503311	Consglobal Construtora Ltda	SP
51	46257.002223/2013-23	200455125	CSU Cardsystem S/A	SP
52	46736.000883/2011-15	218004448	Eletropaulo Met. Eletricidade de São Paulo	SP
53	46736.000884/2011-60	021800456	Eletropaulo Met. Eletricidade de São Paulo	SP
54	46256.003626/2011-38	019837411	Firenze - Eng e Comercio Ltda	SP
55	47999.000203/2004-14	008052409	Guaibe Engenharia Ltda	SP
56	46473.005565/2012-60	023816139	Hyundai Caoa do Brasil Ltda	SP
57	46261.001153/2013-27	024772321	Localfrio Armazens Gerais	SP
58	46358.000176/2013-45	200678671	Marcio Contel Solados	SP
59	46472.002081/2012-79	021635161	MTA Educadora Ltda	SP
60	46473.014224/2008-07	015764206	Organização Levin do Brasil Ltda	SP
61	46261.004578/2012-15	021397368	Prefeitura Municipal de Jacupiranga	SP
62	46261.002469/2013-36	200879031	TEG Terminal Guarujá Ltda	SP
63	46226.000932/2011-70	018464904	Nosso Posto Ltda	TO
64	462260009332011-14	018464912	Nosso Posto Ltda	TO

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46201.001547/2012-17	017343895	Aplimac Aplicadora Maceió Ltda EPP	AL
02	46202.004208/2012-74	017874297	Clinica de Reprodução por Imagem de Manaus Ltda	AM
03	46202.008517/2012-13	017885370	Vieira Comércio e Transporte Ltda	AM
04	46208.009571/2012-26	020482957	Digicont Serviços e Digitação Ltda	GO
05	46208.010097/2011-02	020422806	Hospital Santa Lucia Ltda	GO
06	46248.002015/2008-76	506125351	Cerâmica Nascimento Ind. e Comercio Ltda	MG
07	46246.000447/2001-96	052435	Cerâmica Norte Mineira Ltda	MG
08	46241.000267/2011-26	022260021	Hercules Automotive Ltda	MG
09	46241.000330/2010-43	017249643	Padaria Manoel Colonge Ltda	MG
10	46241.000331/2010-98	506377814	Padaria Manoel Colonge Ltda	MG
11	46246.000839/1998-34	052398	Panificadora e Lanchonete Santa Maria Ltda	MG
12	46246.000037/1998-42	048960	Redenge Engenharia Ltda	MG
13	46236.000460/2012-17	021977941	Viação Oliveira Ltda	MG
14	46222.006685/2012-36	021212252	Construtora Village Ltda	PA
15	46222.004749/2011-83	021153795	J. Cruz Filho	PA
16	46222.012839/2006-81	505814561 T.Retificação	K Kurohata	PA
17	46222.010351/2011-86	021187274	Pará Pigmentos S/A	PA
18	46222.004509/2009-64	014417626	Perfil Ind Ltda	PA
19	46222.000167/2011-28	021137005	Sipasa do Para S/A	PA
20	46222.006877/2010-81	021111944	Ultra Som S/S	PA
21	46214.001286/2013-69	025246909	L. Garcia & Cia Ltda ME	PI
22	46214.004575/2013-10	20100327	Municipio de Santo Antonio dos Milagres	PI
23	46214.004577/2013-17	201003287	Municipio de Santo Antonio dos Milagres	PI
24	46214.004578/2013-53	20100395	Municipio de Santo Antonio dos Milagres	PI
25	47533.000326/2005-03	505449277I T.Retificação	Saboreatto Restaurante Ltda	PR
26	46215.011397/2013-73	200699628	Protende Sistemas e Métodos de Construções Ltda	RJ
27	46276.000199/2013-60	200915851	Comercio e Prestadora Goldani Ltda	RS
28	46303.001634/2012-18	024404969	Antonio Luiz Casa Grande-Me	SC
29	46305.000026/2011-95	020830084	Via Germânia Ind. e Comercio Ltda	SC
30	46472.000728/2012-28	021634947	Assoc. do laboratório de Sistemas Inte. Tecnológico Lsitec	SP
31	47157.000905/2013-92	201278057	Atuação Engenharia Ltda	SP
32	46259.005111/2013-12	201052512	Copavi Com. e Representação Ltda ME	SP
33	46267.003924/2008-01	015688941	Margaret Jerônimo Oliveira	SP
34	46736.004112/2010-16	021803250	TB - manufatura de Mosaicos Ltda	SP
35	46469.000020/2008-40	012232815	CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento	TO
36	46226.003901/2009-56	018402712	Prudência Vigilância e Segurança Ltda.	TO
37	46226.012811/2012-51	018433936	Sertavel Com de Motos e Acessórios Ltda	TO
38	46226.002730/2009-48	012389439	Velox Consultoria em Recursos Humanos Ltda	TO

3) Pelo arquivamento em razão de:

3.1 Incidência da prescrição prevista no §1º do art.1º da Lei 9.873/99:

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46312.002501/2002-88	005537720	Viação Campo Grande Ltda	MS
02	46016.016579/2006-58	007726660	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
03	46016.016581/2006-27	009455841	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
04	46016.016580/2006-82	007726678	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
05	46016.016603/2006-59	010574859	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
06	46016.016606/2006-92	010574883	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
07	46016.016607/2006-37	010574905	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
08	46016.016612/2006-40	010574964	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
09	46016.016613/2006-94	010574972	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
10	46016.016615/2006-83	013033280	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
11	46016.016575/2006-70	009455850	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
12	46016.016576/2006-14	007726635	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
13	46016.016577/2006-69	007726643	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
14	46016.016604/2006-01	010574867	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
15	46016.016578/2006-11	007726651	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
16	46016.016602/2006-12	010574841	Ind. e Com Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	PA
17	46257.002248/2006-06	008235333	Auto Posto Centauro Ltda	SP
18	46219.034063/2004-47	011870672	BCP - S/A	SP
19	46219.023405/2004-01	011830786	Brados sorveteria e Lanchonete Ltda ME	SP
20	46257.003291/2006-81	012129828	Conection Comercio e Serviços em Telecomunicação Ltda-ME	SP
21	46262.002674/2005-81	011937611	Hospital e Maternidade Brasil S/A	SP
22	46262.002670/2005-01	011937521	Hospital e Maternidade Brasil S/A	SP
23	46257.002932/2006-80	012126047	MRVF Thome Choccafé Ltda - ME	SP
24	46262.002934/2004-38	008334579	Petrobrás Transporte S/A - Transpetro	SP

3.2 Remissão prevista no art.14 da Lei 11.941/2009:

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46222.009717/2001-01	005122651	G.H.L Rolo	PA

LORENA GUIMARÃES ARRUDA

EXEMPLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PROIBIDA A VENDA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 10 de novembro de 2015

Tendo em vista o Ofício PJe-JT 383/2015, expedido em razão do acordo firmado e homologado no Processo Judicial 0016071-56.2015.5.16.0010, oriundo da Vara do Trabalho de Barra do Corda do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região; a Portaria Ministerial 326/2013 e a Nota Técnica 462/2015/AIP/SRT/MTPS, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve REATIVAR o Cadastro do SINTICAR - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carvão Vegetal e Reflorestamento do Município de Rondon do Pará e Sul e Sudeste do Estado do Pará, CNPJ 15.010.208/0001-69, Processo 46222.003176/2012-51, EXCLUINDO de sua representação a base territorial dos municípios de Dom Eliseu e Ulianópolis, bem como EXCLUIR os municípios de Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Ourilândia do Norte, Palestina do Pará, Parauapebas, Pau D'arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia, Tucumã, Tucuruí e Xinguara da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Reflorestamento para Carvão Vegetal dos Estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Piauí, CNPJ 05.059.734/0001-60, Processo 46000.006119/2002-67.

Em 11 de novembro de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46220.007127/2014-70
Entidade	SINDCAESC - Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado de Santa Catarina
CNPJ	21.007.411/0001-89
Fundamento	NT 1287/2015/CGRS/SRT/MTPS

Tendo em vista o Ofício 538/2015, expedido em razão de decisão judicial no Processo Judicial 0002081-10.2013.5.10.0018, oriundo da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; a Portaria Ministerial 326/2013 e a Nota Técnica 524/2015/AIP/SRT/MTPS, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve EXCLUIR os municípios de Anhanguera, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cabeceiras, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cristalina, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Edealina, Edéia, Formosa, Goiandira, Goiatuba, Hidrolândia, Ipameri, Itumbiara, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Marzagão, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Panamá, Pires do Rio, Planaltina, Pontalina, Rio Quente, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Três Ranchos, Urutaí e Vianópolis da base territorial do SINDICAM-GO - SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIARIOS AUTONOMOS DE BENS DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ 11.295.119/0001-55, Processo 46208.011537/2009-16.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1° de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve INDEFERIR os processos dos sindicatos abaixo relacionados:

Processo	46000.009775/2005-64
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lunardelli - PR
CNPJ	05.829.740/0001-59
Fundamento	NT 1283/2015/CGRS/SRT/MTPS

Processo	46000.008039/2005-99
Entidade	Sindicato dos Produtores Rurais Familiares e Trabalhadores nas Agroindústrias Empresas Agroindustriárias e Similares do Município de Maués/AM - SINPRORURAGRO
CNPJ	07.080.370/0001-26
Fundamento	NT 1284/2015/CGRS/SRT/MTPS

Processo	46217.000718/2010-41
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Espírito Santo - RN - SINTRAF-ES - RN
CNPJ	11.446.296/0001-95
Fundamento	NT 1285/2015/CGRS/SRT/MTPS

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial prolatada no processo 0000821-69.2015.5.10.0003, interposto na 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Alteração Estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

Processo	46219.021484/2014-80
Entidade	SINDICAR - Sindicato dos Carregadores Autônomos e/ou Avulsos de Hortifrutigranjeiros e Pescados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo - SP
CNPJ	69.131.290/0001-09
Abrangência	Estadual
Base Territorial	São Paulo
Categoria Profissional	Carregadores Autônomos e/ou avulsos de Hortifrutigranjeiros e Pescados do estado de São Paulo, que exerçam suas atividades no âmbito ou junto a qualquer Central de Abastecimento de Alimentos, vinculadas aos Governos Federal ou Estadual, Ainda que de Administrações Municipais, bem como de Cooperativas ou da iniciativa privada

Em cumprimento à Decisão Judicial 0000845-49.2014.5.05.0431, interposta no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

Processo	46204.002558/2013-67
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis,Turismo,Hospitalidade e Condomínios
CNPJ	15.263.521/0001-09
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Cairu/BA

Categoria Profissional: Trabalhadores em Hotéis, Apart-Hoteis, Motéis, Flats Residence, Residence Hotel, Hospedarias, Pousadas, Pensões, em Bares, Restaurantes, Fast Food, Churrascarias, Lanchonetes, Pizzarias, Cafés, Botequins, Barracas de Praia, Cantinas, em Empresas de Refeições Coletivas, Sorveterias, Casas de Chá, em Empresas de Turismo, Casas de Diversões, Boites, em Empresas de Compra, Venda Locação e Administração de Imóveis Residenciais, Comerciais e Mistos, Salão de Beleza, Trabalhadores em Condomínios Residenciais, Comerciais e Mistos, Horizontais e Verticais em Edifícios Residenciais, de Shoppings Center, e de Centros Empresariais e em Lavanderias

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

Processo	46211.000541/2011-14
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Jequitibá - MG
CNPJ	05.385.812/0001-16
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Minas Gerais: Alto Jequitibá

Categoria Profissional: Profissional dos Trabalhadores (as) Rurais, Empregados (as) Rurais e Agricultores Familiares, ativos (as) e aposentados (as): trabalhadores e trabalhadores rurais assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativistas e os aposentados rurais

Tendo em vista os termos da decisão judicial exarada nos autos do Processo Judicial 0000379-58.2015.10.0018, em trâmite na 18ª Vara do Trabalho de Brasília do Tribunal Regional Federal da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 1286/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Clubes Sociais do Estado do Pará - SINDCLUB, Processo 46000.012409/2002-40, CNPJ 83.368.597/0001-59, para Representação da Categoria Econômica dos Clubes Sociais, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Pará.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "d", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000344/2015-50, comando nº 401300890 e juntada nº 404174492, resolve:

Nº 599 - Art. 1º Aprovar a Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios Previleaf - CNPB nº 1996.0021-47, da Previleaf - Sociedade Previdenciária para o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Aprovar as alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefícios Previleaf - CNPB nº 1996.0021-47, a ser administrado pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 3º Aprovar o "Termo de Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios Previleaf para o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão", firmado em 22 de junho de 2015, e o "Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios Previleaf", firmado em 15 de setembro de 2015, ambos entre a Previleaf - Sociedade Previdenciária, a Universal Leaf Tabacos Ltda. e o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 4º Aprovar o Convênio de Adesão ao Plano de Benefícios Previleaf - CNPB nº 1996.0021-47, celebrado entre o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão e a Universal Leaf Tabacos Ltda., em 07 de janeiro de 2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000019/2015-97, comando nº 392377656 e juntadas nº 393285057 e nº 403747725, resolve:

Nº 600 - Art. 1º Autorizar a retirada do instituidor Unicred Sudeste do Plano Precaver, CNPB n° 2004.0027-11, administrado pela Quanta Previdência Unicred.

Art. 2º Aprovar o "Termo de Retirada da Instituidora Unicred Sudeste do Plano Precaver", celebrado entre a Quanta Previdência Unicred e a Unicred Sudeste em 04 de maio de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE ARIMATEIA PINHEIRO TORRES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Superintendente de 04 de novembro de 2015, publicada no DOU nº 212 , de 06 de novembro de 2015, Seção 1, página 91. ONDE SE LÊ " Homologa o Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS da FACO - FACULDADE CRUZEIRO DO OESTE - CNPJ Nº 009.004.386/0001-84, sediada no Município de Curitiba", LEIA-SE " Homologa o Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS, do Corpo Docente, da FACO - FACULDADE CRUZEIRO DO OESTE - CNPJ Nº 009.004.386/0001-84, sediada no Município de Cruzeiro do Oeste".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Turismo

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 93, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Dá nova redação ao art. 4º da Portaria GM/MTur nº 126, de 21 de julho de 2015.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria GM/MTur nº 170, de 5 de outubro de 2015, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Portaria GM/MTur nº 126, de 21 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os órgãos e unidades orçamentárias (UO) vinculadas ao Ministério do Turismo deverão considerar para fins de prazo de empenho das dotações orçamentárias o disposto no art. 10 do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015.

.....

§ 2º As dotações orçamentárias de cada UO movimentadas por meio de provisão interna para suas Unidades Gestoras (UGs) subordinadas, que não puderem ser empenhadas até a data estabelecida no caput deste artigo, deverão ser devolvidas ou estornadas para a UG - Setorial concedente.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ALVES

PORTARIA Nº 94, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Dá nova redação ao art. 1º da Portaria GM/MTur nº 128, de 23 de julho de 2015.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria GM/MTur nº 170, de 5 de outubro de 2015, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria GM/MTur nº 128, de 23 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, poderá efetuar os remanejamentos dos limites entre as unidades fixados no Anexo desta Portaria e divulgará, mediante portaria a ser publicada até 15 de janeiro de 2016, os limites finais autorizados de movimentação e empenho para contratação de bens e serviços e concessão de diárias e passagens."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ALVES

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.914, DE 12 NOVEMBRO DE 2015

Altera a Resolução nº 4.597, de 11 de fevereiro de 2015.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 25, inciso VIII da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DMB - 057, de 12 de novembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.102762/2014-91, RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º, III, da Resolução nº 4.597, de 11 de fevereiro de 2015 passa a vigorar com as seguintes alíneas:

"q. Regulamentação do Estatuto da Juventude;

r. Processo Seletivo Público;

s. Alteração dos multiplicadores tarifários dos serviços diferenciados, previstos na Resolução nº 4.130, de 03 de julho de 2013; e

t. Critérios e procedimentos para a transferência de mercados e do controle societário de empresas autorizatárias do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.915, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Retifica a Resolução ANTT nº 4.881, de 06 de outubro de 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 067, de 12 de novembro de 2015 e no que consta do Processo nº 50500.071968/2015-42, resolve:

Art. 1º Retificar a Resolução ANTT nº 4.881, de06 de outubro de 2015, para que a ementa e o artigo 1º da Resolução ANTT nº 4.881, de 2015, passem a constar com a seguinte redação:

"Autoriza a prorrogação do prazo para início da operação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Coletivo Semiurbano de Passageiros."

"Art. 1º Autorizar a prorrogação do prazo para início da operação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Coletivo Semiurbano de Passageiros - Brasília/Entorno, referente ao Lote 04, até o dia 21 de agosto de 2016."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 320, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMB - 058, de 12 de novembro de 2015 e no que consta do Processo nº 50500.303198/2015-11, delibera:

Art. 1º Criar a Unidade Regional de Santa Catarina, com Sede em Florianópolis, a ser instalada no prédio do DNIT - Unidade Local de São José, na Rodovia Federal BR-101/SC, Km 204, Barreiros, São José/SC, abrangendo a área do estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Subordinar à referida Unidade Regional os seguintes postos de Fiscalização/Atendimento, sediados na respectiva área de abrangência:

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Balneário Camboriú/SC;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Chapecó/SC;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Correia Pinto/SC;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Florianópolis/SC;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Itapema/SC;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Joinville/SC;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Lages/SC;

Art. 2º Determinar a divulgação, em até 30 (trinta) dias da publicação desta Deliberação, de Portaria atualizando a subordinação dos Postos de Fiscalização e Atendimento integrantes da estrutura da Agência.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 484, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no processo nº 50500.262381/2015-41, e considerando os termos da Deliberação nº 159, de 12/05/2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros de caráter não regular e eventual, com finalidade comemorativa, na modalidade Autorização, à Associação Nacional de Preservação Ferroviária - ANPF, nos seguintes termos:

OBJETO: passeio turístico a ser realizado no dia 14 de novembro de 2015, das 10:30 h às 16:40 h.

TRECHO: percurso de aproximadamente 11 km, localizado na malha concedida à MRS Logística S.A., entre o Km 437, Sabaúna, e o Km 448, Estudantes, no Estado de São Paulo.

FORMA: de acordo com a documentação e as condições operacionais apresentadas pela ANPF e pela concessionária MRS Logística S.A.

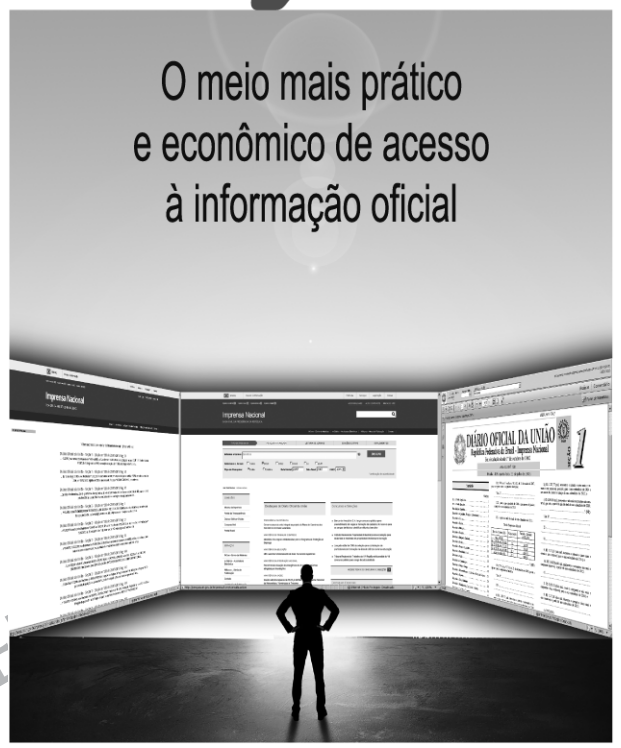
Art. 2º A ANPF e a MRS Logística S.A. ficam submetidas às normas e aos regulamentos atinentes ao transporte ferroviário de passageiros e à Resolução nº 359, de 26/11/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

EXEMPLAR É ASSINANTE DA IMPRE

Diário Oficial da União Digital



O portal da Imprensa Nacional oferece:

- Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
- Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
- Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
- Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
- Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 18h às 23h59

Diário Oficial da União *Digital*

Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão

www.in.gov.br

Informações Oficiais

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 38, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Primeira Câmara, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

À hora prevista, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 37, referente à Sessão Ordinária realizada em 27 de outubro de 2015.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-010.149/2011-2, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Enriquimar Dutra da Silva - OAB/PB nº 2.605 apresentou sustentação oral em nome da Fundação Rubens Dutra Segundo.

PEDIDO DE VISTA

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e votação do processo nº 001.667/2014-9 de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-005.184/2015-0 e TC-028.349/2009-5, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- TC-000.107/2015-8, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

- TC-026.715/2012-0 e TC-033.357/2010-2, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

- TC-016.726/2013-8, cujo Relator é o Ministro-SubstitutoWeder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 6735 a 6920.

RELAÇÃO Nº 30/2015 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 6735/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.680/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Fernandes da Silva (166.816.887-13); Almir Wanderley da Costa (103.443.767-45); Alyson David Teixeira Cunha (102.261.374-06); Alysson de Almeida Souza (149.727.417-67); Anderson Oliveira Costa (995.988.332-91); Anderson Pereira de Souza Nascimento (165.441.087-07); Anderson Rodrigues dos Santos (052.297.165-25); André Alves Ferreira (018.452.532-21); André Argeu Silva Ferreira (152.033.577-65); André Lucas Soares Santos (066.065.005-32)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6736/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.684/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Coelho dos Santos (173.555.187-20); Bruno Ramos Gomes (168.449.417-65); Bruno Ricardo do Nascimento Araujo (112.213.034-14); Bruno Stellet Jordão de Souza (145.475.717-59); Bruno Vinícius Santos de Sousa (857.824.465-60); Bruno da Rocha (419.735.578-51); Bruno dos Santos Franco (146.996.007-94); Bryan Silva Ramalho (146.913.207-92); Caio da Silva Gonçalves Esteves (137.808.097-10); Caio de Barros Tôrres (126.723.496-22)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6737/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.686/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Alex Michiles de Lima Souza (029.741.072-57); Carlos Alexandre Francisco Pereira (146.613.707-08); Carlos Henrique Lima Virgínio (145.414.537-46); Carlos Henrique da Silva Antonio (046.002.121-42); Carlos Henrique da Silva de Carvalho (168.889.647-36); Carlos Kawã Ludovico Barbosa (114.999.854-79); Carlos Renato Martins da Silva (151.540.027-17); Carlos Thiago Brasil Modesto (029.791.992-06); César da Silva Pires II (160.705.137-03); Charles Airton Soares Moura Júnior (051.530.653-32)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6738/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.691/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dennis Araujo Resende (165.089.097-46); Dennis Ricardo da Silva Bentes (028.275.742-25); Dennys Henrique Macedo de Souza (161.937.497-80); Denys William Nascimento Lisboa (027.221.292-05); Diego Chrystiano Moraes Pinheiro (036.266.902-37); Diego Moreira de Paula dos Santos (158.827.597-30); Diego Nunes Costa (027.132.822-33); Diego Roldão Gomes (143.887.227-58); Diego Souza Rosa (153.511.707-95); Diego de Abreu Pitombeira (159.177.637-63)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6739/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.698/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio Ruan Pimenta Costa (025.715.372-10); Fabrício Caldas Zéla (131.914.087-46); Fabrício Menezes Mendes (019.513.732-94); Felipe Alberto Silva de Oliveira (407.126.248-64); Felipe Albuquerque Rodrigues (158.587.937-11); Felipe Alves da Silva (061.539.227-08); Felipe André de Lima (604.441.713-12); Felipe Azevedo Batista (059.433.651-17); Felipe Cosme de Marins Frazão (161.805.547-06); Felipe da Cunha (052.517.755-80)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6740/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.701/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Filipe Oliveira da Silva (133.479.617-30); Filipe Silva Garcez (610.346.383-19); Flávio Roberto Magalhães de Oliveira (017.784.131-10); Francimario de Lima Marinho (110.578.284-08); Francisco Cronwell Rocha Costa Filho (607.103.513-99); Francisco Elisoneudo Batista de Moura (059.195.043-07); Francisco Flávio Guerreiro de Oliveira (062.667.843-94); Francisco Ivo da Silva Tavares (060.285.823-28); Francisco José Valença Torres Montarroyos (109.581.244-00); Francisco dos Santos Souza Junior (030.091.112-23)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6741/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.709/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hiago Renan Ferreira Alves (024.283.962-26); Hiago Sterfano da Silva (132.686.747-47); Higor Lissonger Gomes Carneiro (171.757.237-50); Higor Pires Nepomuceno de Oliveira (156.483.397-63); Higor Vinícius Pereira Amorim (607.103.603-80); Hildemar Anjos Ferreira dos Santos (065.853.165-41); Hudimarteson de Sousa Torres (066.097.773-73); Hugo Leonardo de César Costa (164.576.497-42); Hugo da Silva Fontes Barbosa (145.607.217-00); Hygor Vieira de Miranda (115.431.007-83)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6742/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.712/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Irlan Correa Ferreira (145.526.587-00); Irênio da Hora Junior (165.032.387-54); Isack Mendes Pereira (165.086.207-54); Isaias Pereira Trindade (052.968.043-25); Islan Santana Oliveira (043.647.485-95); Ismael Gomes de Carvalho (170.817.017-01); Israel Gomes Soares (047.615.231-31); Israel Lucas das Chagas Souza (144.618.797-71); Ítalo de Andrade Amor Divino (061.334.345-03); Iury da Silva Vieira (135.995.667-04)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6743/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.716/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Marcus Cruz Lindoso (002.547.082-50); João Paulo Gomes de Pinho (024.174.222-63); João Manoel Fernandes Alves (162.930.507-38); João Marcelo Lima Nascimento Junior (110.133.287-52); João Pedro Nascimento da Silva (139.964.077-18); João Pedro de Jesus Santos de Oliveira (109.168.974-19); João Ramos de Almeida Neto (004.853.602-41); João Victor Calazans Cavalcante (171.515.617-09); João Victor de Souza Cerqueira (070.645.595-95); João Victor dos Santos Domingues (158.453.257-22)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6744/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.722/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kelvin Nazareno Nogueira dos Santos (016.215.882-38); Kelvinn Eomayann Souza Moraes (057.138.391-25); Kilder Gomes da Silva (404.670.968-56); Kleiton Coêlho Cardoso (047.684.245-03); Klinsmann Rafael Rocha da Silva (019.020.962-31); Landerson Araújo Martins (146.909.647-18); Lauro Rodrigues da Silva Neto (158.241.727-06); Leandro Dias Marinho (858.816.375-69); Leandro Geraldo da Silva (177.470.367-01); Leandro de Andrade Reis (162.180.767-33)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6745/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.726/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucas Dantas Pinheiro de Carvalho (152.663.987-44); Lucas Dantas Ribeiro (150.674.697-73); Lucas Ferreira Gomes (166.569.057-73); Lucas Ferreira do Nascimento da Silva (167.908.967-67); Lucas Freire de Oliveira (167.810.797-27); Lucas Gomes das Chagas Batista (166.054.437-80); Lucas Gonçalves Pereira Manduca (125.223.727-85); Lucas Gonçalves Queiroz Alves (154.553.637-60); Lucas da Silva Lopes Lourenço (178.405.777-09); Lucas de Almeida Barbosa da Silva (165.670.497-82)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6746/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.732/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Felipe Soares dos Santos (156.250.317-03); Luiz Fernando Damasceno de Sousa (153.639.697-42); Luiz Filipe Gouveia de Jesus (701.729.454-88); Luiz Gustavo Paes Muniz (161.495.157-88); Luiz Henrique Mota Alves Pinheiro (140.764.807-16); Luiz Henrique da Silva dos Santos (170.073.407-50); Luiz Miguel Simões de Souza (176.535.267-30); Luiz Otávio Soares da Silva (107.595.687-07); Luiz Vinícius Jesus da Silva (140.084.457-65); Maicon Oliveira dos Santos (130.576.097-24)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6747/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.738/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Matheus Gonçalves dos Santos (134.185.497-30); Matheus Jonny Soares da Silva (167.250.677-86); Matheus Lima Medrado Carvalho (168.091.277-12); Matheus Maria da Rocha (147.416.137-55); Matheus Oliveira dos Santos Mendonça (168.056.787-06); Matheus Pereira da Silva (153.491.847-76); Matheus Ramalho da Silva (150.032.167-26); Matheus Ramos Ferreira (161.174.987-56); Matheus Ribeiro dos Santos (157.724.957-71); Matheus Schutte Turl (121.806.837-07)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6748/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.741/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Michel Rezende dos Santos (121.473.047-78); Miguel Silva Cruz (063.364.755-14); Mikaell Lima Teixeira (062.451.423-42); Mike dos Santos Trindade (160.003.867-02); Miler Alves Veloso Lira (859.197.065-97); Milton Lopes Lomeu Souza (099.442.236-97); Nailson Nascimento Freire (013.648.872-23); Natanael Pereira dos Santos (151.537.577-30); Nathan Nascimento Ribeiro (160.677.017-90); Nericy Nery Nery (026.902.642-85)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6749/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.745/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Paulo Belo de Freitas (164.501.557-28); Pedro Queiroz Rafare (178.106.447-42); Pedro Santos do Amparo (159.085.037-89); Pedro Vinicius de Oliveira Araujo (058.277.257-57); Phelippe Kervin dos Santos Dourado (152.368.267-13); Quevyn Santos Linhares Vieira (155.508.377-30); Rafael Antonio de Sousa (113.052.084-63); Rafael Bezerra Ferreira (164.181.457-80); Rafael Figueiredo de Oliveira Souza (143.531.017-90); Rafael Luiz Mendes Maria (146.370.897-19)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6750/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.747/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raimundo Nonato dos Santos Neto (097.802.834-12); Ramon Lima da Costa (154.817.737-75); Ramon Matos Lacerda (020.454.322-38); Raphael Domingues Soares (127.764.957-06); Raphael Mendonça dos Santos (111.167.454-02); Raphael Santos da Costa (160.425.387-80); Raphael de Brito Paiva (136.225.357-09); Raul Alves de Oliveira (142.937.487-09); Raul Lemele Barbosa (113.265.827-63); Raul Sarge Freitas (059.739.323-03)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6751/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.748/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raully Araujo de Oliveira (139.864.707-19); Ray William Oliveira de Lima (108.276.404-39); Redson Freitas dos Santos (146.817.317-06); Reginaldo de Freitas Oliveira Junior (020.688.705-17); Renan Azêvedo da Rocha (116.240.097-86); Renan Fernandez Benitez Brito (060.769.725-30); Renan Fontenele Pacheco (165.174.597-82); Renan José Maria (157.400.327-50); Renan de Almeida França (165.241.047-30); Renan de Oliveira Flor Ferreira (133.454.077-28)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6752/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.751/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rodrigo Ferreira de Mello (158.125.627-25); Rodrigo Filhuzzi Fagundes (140.130.157-65); Rodrigo Flores Andrade (064.650.201-81); Rodrigo Gonçalves Batista de Aguiar (132.180.017-73); Rodrigo Macedo de Souza (157.808.617-57); Rodrigo Miranda Herdy (158.485.387-51); Rodrigo Pereira da Cruz (019.911.292-46); Rodrigo Pompeu Barros (030.732.982-82); Rodrigo dos Reis Cardoso (147.391.117-64); Rodrigo dos Santos Costa (168.662.677-06)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6753/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.752/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rodrigo Quintal de Morais (143.666.077-78); Rodrigo Santos da Silva (019.197.482-02); Rodrigo Souza de Oliveira Monteiro (155.640.777-76); Rodrigo Souza de Siqueira (158.209.507-80); Ronald Mendonça de Oliveira (167.196.217-69); Ronald Pereira Querino da Silva (157.822.887-52); Ronald Rodrigues Porto (164.830.457-51); Ronald da Silva Nascimento (154.415.107-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14); Rony Luiz Rodrigues de Souza (163.805.107-02); Rômulo Matheus Reis Pereira (153.612.227-04)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6754/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.754/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Saull Eduardo Leandro de Oliveira (068.730.525-07); Saulo de Tarso Ribeiro do Carmo (160.805.197-80); Sávio Gonçalves Velasques (063.869.581-36); Sérgio José Pereira Flores Filho (023.849.292-32); Sérgio de Lima Rocha Junior (144.969.247-81); Sidney de Souza Moraes Junior (150.032.867-75); Silas Ramos da Silva (151.175.957-77); Silas Teixeira dos Santos Júnior (152.000.887-20); Siqueira Dtarsso Silva Monteiro (012.861.772-19); Sérgio Eduardo Cazé Pires (014.929.732-70)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6755/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.756/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago André Souza Jardim (163.139.247-62); Thiago Gonzaga de Assis (151.302.097-88); Thiago José Serzedello Silva (169.843.527-46); Thiago Pires Nunes (143.008.957-16); Thiago Ramos de Assis (172.521.907-73); Thiago da Silva Gomes (705.249.924-01); Thiago da Silva Rizoenho (015.771.362-84); Thiago de Freitas Paula (168.094.157-77); Thomas Galvão da Silva (158.907.177-82); Tiago Batista Silva (026.582.065-00)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6756/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.758/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ueslei Felipe dos Santos Feitosa (017.028.932-00); Uriel Carvalho Eugênio (155.281.747-40); Valdinei dos Anjos Bispo (857.702.615-95); Valdir Leite de Lira Junior (703.659.934-09); Vanderson Barros Cruz (009.384.732-71); Vanilson Ferreira de Araújo Neto (701.201.204-88); Vicente Rômulo Souza Santos (700.386.212-31); Victor Antonio de Souza Lopes (161.308.247-93); Victor Brasil da Silva (145.326.477-97); Vênisson Marcos Mota Azeredo (162.772.187-86)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6757/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.759/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Victor César Cardoso da Silva (144.988.197-13); Victor Guimarães Feitosa (055.281.365-63); Victor Hugo Luz (173.555.307-71); Victor Hugo Moreira Guerra (136.214.517-30); Victor Hugo Senna Abade (148.147.927-00); Victor Hugo de Oliveira Calasans (164.992.167-55); Victor José Garcia Cequeira (168.487.787-37); Victor Leite Machado (025.698.312-71); Victor Lennon dos Santos Soares Guerra (100.917.807-56); Victor Machado Glória dos Santos (060.511.025-58)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6758/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.760/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Victor Moraes Marinho (145.162.277-54); Victor Perez Lira Nascimento (145.319.867-92); Victor Santos Ferreira (150.297.527-06); Vinícius Cerqueira de Oliveira (146.843.757-73); Vinícius da Costa Ferreira (162.105.647-39); Vinícius de Oliveira da Silva (165.986.617-06); Vinícius Corrêa Laurentino (102.044.687-01); Vinícius Ferreira Marques Baptista (156.763.227-05); Vitor Augusto Pereira dos Santos (146.147.847-20); Vítor Dias Santa Brígida (017.704.992-88)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6759/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.763/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Warley Andrews do Vale Santos (027.089.022-02); Warley de Moraes Miranda (164.218.837-96); Welder Leite Teixeira (053.327.815-55); Wellacio Garras Santos (613.375.633-07); Wellington Vicente Barbosa (168.060.817-70); Wellington da Silva Assis (166.913.817-85); Welton Costa Machado (023.872.512-02); Wendel Almeida Sales dos Santos (070.685.035-19); Wendel Oliveira da Mota (858.688.935-06); Wendel do Nascimento Mescolin Junior (145.446.927-76)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6760/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.764/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wendell Vinicius Cardoso do Espírito Santo (031.911.142-38); Wenderson Pereira Alves (171.213.087-03); Werlem Israel Bezerra da Silva (112.753.494-71); Weslen da Silva Pereira (142.444.957-03); Wesley Johni Soares Silva (151.755.737-21); Wesley Lucas Oliveira da Silva (860.723.475-76); Wesley Soares Peixoto (056.244.401-70); Weverton Moutinho Braga Lisboa (163.079.707-31); Weverton de Jesus Souza (172.894.607-74); Willamis Jefferson Aguiar (074.260.364-48)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6761/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.765/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Willemberg Silva dos Santos (142.565.457-60); William Ferreira dos Santos (157.782.227-77); William Soares de Lima (700.354.242-06); Willian Correa Silva (552.767.172-49); Yago França Bastos (068.014.485-44); Yago Montenegro de Sousa (151.731.657-07); Yago Ramon Sousa Santos (152.515.637-36); Yago Sant'Anna de Moraes Teixeira (131.129.087-75); Yago de Oliveira Soriano de Souza (160.735.537-06); Yan Gomes de Souza Coutinho (163.953.257-95)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6762/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.775/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego José Pereira da Silva (733.058.551-34); Elenice Ribeiro dos Santos (133.260.567-29); Fabricio Rocha Core (016.740.781-37); Farley de Abreu Sousa (959.464.896-15); Felipe Andrade Bonifácio Gomes (072.658.576-90); Fernanda Maciel Andrade (881.780.721-49); Flávio Marques Migowski Carvalho (024.750.611-70); Francisco Luiz Perez Secco (536.683.409-00); Francisco Valter Pinheiro Filho (511.282.413-15); Gabriel Santiago Macedo (008.281.825-82)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6763/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.776/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Guilherme Emiliano Pereira (092.435.476-31); Humberto Araujo Coser (645.951.451-87); Jeferson Castro de Almeida (339.679.608-03); João Carlos Asprino Fernandes (811.473.255-53); Júlia Raasch Bravo (113.011.187-37); Kleber Henrique da Silva Bezerra (022.047.434-61); Larissa Moreira Costa (715.139.301-68); Leandro Gontijo Pimenta (002.220.051-73); Leandro de Oliveira Albuquerque (054.345.154-20); Leonardo Carrera Barbosa (491.332.842-53)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6764/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.779/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Roberto Fernandes de Souza Junior (079.617.887-94); Rodrigo Gomes Vieira (004.254.921-33); Ronaldo Wajnberg Gamermann (007.935.890-02); Samuel Ricardo Farias Pires (028.149.327-80); Thais Del Fiaco Malva (024.034.671-89); Thiago Fagundes Lopes (107.927.257-78); Thiago Feran Freitas Araujo (001.058.891-48); Victor Alves Machado (117.957.347-10); Vinicius Andrei Conte (018.123.950-78); Vinicius Medeiros de Lima (021.598.931-70)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6765/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.781/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ademar Ramos Gonçalves Junior (369.242.788-33); Adilson da Silva Souza (138.969.148-98); Adriel Richard Jacob de Barros (439.221.168-17); Albamere Meire Pereira de Amorim (106.042.368-59); Alessandro da Silva (152.884.918-36); Alex Aparecido Bregantin (363.265.208-27); Alex Sandro Rodrigues Alves (202.434.528-02); Alexandre Grotta (251.761.428-80); Aline Cristiane Pereira (337.714.008-56); Aline Fontes Guillen Telles (388.400.528-60)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6766/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.782/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Aparecida dos Santos (396.235.428-01); Amarildo Menck Machado (295.985.358-00); Ana Claudia Denardi (331.303.308-36); Ana Cristina da Conceição (076.053.268-07); Ana Roberta da Silva (366.090.548-86); Anderson Dias de Moura (322.618.798-81); Anderson Luiz Borba da Silva (057.708.117-90); Anderson Meireles de Oliveira (261.875.198-17); André Alouche Latorre Gutierrez (126.153.558-80); André Jacó de Carvalho (277.135.278-85)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.a.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6767/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.783/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Luís Leite Teixeira Costa (972.053.977-15); André Rosa Motta (386.218.448-00); Andrigo Bonetto (952.998.900-87); Angélica Pigaiani Garbulha (337.563.988-03); Aniella Guazzelli Rosa (334.093.698-64); Antonio Carlos Menck Machado (247.987.948-80); Antonio Henrique Andrade (152.978.288-05); Antonio Marcos Pedroso (163.208.848-78); Ayrton Rodrigo da Silva Lopes (349.144.748-83); Bárbara Gumiero da Silva (408.391.288-00)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6768/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.786/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleber Gomes Castanho (252.091.608-74); Cleberson Rodrigues de Camargo (156.669.078-16); Cleiton Tiago Rodrigues de Oliveira (303.374.498-21); Cleo Mariano Pinto (354.695.488-21); Cleverson Eliseu Ribeiro de Lima (340.475.448-41); Danilo José Rodrigues (064.718.184-32); Danivides Gonçalves Arruda (641.075.908-87); Debora Soares Souza Marins (111.164.017-38); Delson Elias Correa (202.441.128-27); Dener Rogério Macedo de Oliveira (358.039.498-33)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6769/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.787/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego José Tiburcio Ramos (415.659.238-39); Diogo Costa de Oliveira (358.564.708-18); Diogo Ferreira Paiano (069.220.099-16); Diogo Pires Costa (330.330.148-44); Diones Batista de Oliveira (339.475.718-44); Douglas Henrique Pereira da Silva (336.274.508-33); Edgar Clemente Bispo (348.684.908-50); Edlane da Silva Rodrigues (048.119.354-54); Edna Barbosa Leonardo (296.925.758-02); Edson de Jesus Xavier (149.710.648-69)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6770/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.788/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edson Issamu Matsubara Bergamo (106.193.198-60); Eduardo César Jardim (399.383.278-77); Eduardo Reis Affonso (037.988.307-46); Eduardo de Souza Tavares (417.661.118-90); Edval de Lourenço Silva (076.130.628-56); Elioenai Cáceres Pereira (305.496.738-73); Eliseu Anhaia do Rosário (198.223.958-17); Emílio Carlos Antunes Junior (325.318.758-67); Enéas Ferreira da Silva (264.733.288-66); Eucimario Souza Nogueira (153.030.248-06)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6771/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.790/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Caetano de Souza (338.969.728-47); Fernando Cezar dos Santos (310.526.028-51); Fernando Dias Moura Ferreira (136.478.118-23); Fernando Falchi Fiaschi (384.318.868-89); Fernando de Almeida Campos Pontani (418.681.698-04); Flávia Cristina Tarcitani (340.908.718-40); Flávia Janaina Meira (307.019.698-57); Francisco Junior de Sousa Ribeiro (006.368.333-48); Gabriel Florêncio Machado (336.747.118-69); Gabriel Moreira Andrade (455.859.858-09)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6772/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.791/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriela Rodrigues de Oliveira (450.696.828-06); Geraldo Ramon Haten Campos Cruz (095.413.706-08); Gianfranco Carneiro Augusto (219.095.348-03); Gilberto Shinjo (142.748.228-42); Gilson Vieira Feliciano (057.976.978-07); Guilherme Tarcitani Antunes (336.465.058-69); Gustavo Lopes Ferreira (401.407.078-67); Gustavo Vercellino (419.255.178-02); Gustavo de Arruda Machado (378.440.828-10); Helio Fogaça de Almeida Junior (402.833.418-74)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6773/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.792/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hendrick Werneck de Castro (838.363.907-44); Henrique Hideyuki Kunii (125.521.708-11); Iago da Silva Dias (152.655.717-79); Ingrid Rocha Novaes (387.741.548-26); Isabel Chizu Nagao (105.995.368-45); Israel Elias Ferraz (378.826.988-06); Jacques Yves Laniado (074.788.298-30); Jair de Jesus Silva (890.718.838-68); Jaqueline Cristiano (334.727.358-30); Jaqueline Machado Silva (411.954.028-64)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6774/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.795/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Luiz Rodrigues Marinheiro (012.322.938-30); José Vanilton de Oliveira Junior (386.179.508-62); Juceno Souza do Carmo (262.239.288-58); Juliana Dias Peres de Oliveira (340.210.998-08); Juliane Tanzi Della Dea (332.917.248-79); Juliano Mariano Prado (073.414.919-06); Julio Cesar da Silva (324.771.318-26); Julio Cesar de Paiva (439.207.658-00); Julmar Ferreira dos Santos (044.120.396-50); Larissa Moreno Silva (405.758.918-07)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6775/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.796/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leandro Gustavo dos Santos (231.109.428-95); Leonardo Gomes da Silva (308.704.468-78); Leonice Caetano dos Santos (277.286.668-86); Lessandre Teixeira de Araujo Junior (379.399.268-37); Lindomar Henrique Ferreira (356.025.088-99); Livia Camila Bono Duo (302.663.308-94); Lucas Roberto Tomazini (394.654.938-13); Ludilanne Nunes dos Santos (157.848.777-39); Luis Antonio de Souza (044.422.948-52); Luis Filipe de Souza (442.236.488-02)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6776/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.797/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Paulo Pedroso (252.349.558-93); Maic Correia (304.817.658-67); Marcelo Antonio Correia (204.959.228-03); Marcelo Augusto Machado (313.374.788-65); Marcelo Barros de Sousa (371.921.618-70); Marcelo Mendes Santucci (309.264.568-57); Marcelo Rodrigues Soares (376.525.588-24); Marcio Antonio Correa Ceciliato (269.044.698-70); Marcio Augusto Rosa Aparecido (110.521.358-70); Marcos Aurélio Machado (068.150.558-33)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6777/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.800/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Augusto de Almeida Barreto (312.532.658-36); Rafael Piqueras (072.836.728-93); Rafael Proença Mariano (406.915.698-43); Raphael Fernandes Corrales Neto (310.500.068-28); Reginaldo Luis Pereira (081.879.008-30); Reginaldo Luiz Camilo Marçal (095.278.308-85); Renan Bezerra de Oliveira (442.449.648-19); Renata da Rovare Massa Silva (134.799.058-54); Renato Guimarães Rodrigues (227.332.418-93); Rendell Leão da Costa Arruda (961.797.672-20)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6778/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.803/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosana Correa de Lara (353.483.038-52); Rosevaldo Bernardo Nogueira (099.070.448-30); Rubens Itiro Matsuzoe (060.329.148-10); Rubia Michele da Silva (311.804.438-10); Salatiel de Oliveira Neto (397.040.648-02); Samuel Rodrigues Lovato (410.291.538-92); Samuel Rosendo Pontes (407.368.928-26); Samuel Silveira (376.960.018-50); Sandra Gumiero da Silva (075.928.938-78); Sérgio Taveira Silva (319.298.668-95)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6779/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.804/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sidnei Ângelo Graciano (071.980.578-37); Sidnei Holtz Junior (382.844.088-64); Sidney Edson Ribeiro da Silva (294.760.368-00); Tatiana Calixto Correa Ceciliato (291.887.598-81); Tatiane Lopes dos Santos (373.409.548-48); Thiago Luiz Gomes da Silva (350.107.838-27); Thiago Vinicius de Moura Pires (355.849.828-30); Thiego Ribeiro dos Santos (318.879.168-22); Tiago Pereira Ferreira (349.941.718-90); Valdeci de Souza (021.458.518-28)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6780/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.805/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valdecir Gomes de Magalhães (115.120.358-07); Vanderlei Gonzales (040.714.238-03); Victor Ansarah Mancini (391.895.538-96); Vitor Henrique Amaro Silva (335.149.208-18); Wagner Cardoso (286.909.178-88); Welinton Marques Cruz (399.926.608-21); Wellington Carlos de Queiroz Felicíssimo (356.095.658-71); Wellington Custódio Ferreira (333.243.778-03); William dos Santos (374.355.068-77); Wilson José de Oliveira (573.374.117-15)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6781/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.856/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abel Sant'Anna Santos da Silva (139.707.297-00); Adelmo Cristiano de Souza Cardoso (128.271.387-60); Ademilton Chrissostomo das Virgens Filho (137.078.887-89); Adriana Stefanny Nascimento Bezerra (144.105.367-02); Adriano Luiz Silva (134.202.807-42); Adriele de Oliveira de Moraes (161.058.287-05); Agatha Lima do Amaral (150.988.417-39); Alair José da Silva Júnior (146.834.597-44); Alana Maiara Nunes dos Santos (066.273.925-69); Álef Alves dos Santos (154.476.567-37)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6782/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.858/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Pontes de Sant'Anna Penha (135.409.027-67); Almir Silva Nascimento (857.688.445-38); Amanda Evelyn Silva dos Santos (152.061.337-79); Amanda Maia da Silva (143.263.997-83); Amanda Monteiro Miranda (170.112.427-08); Amanda Paulino da Silva (131.624.497-07); Amanda Roberto da Silva (161.632.877-03); Amanda Santos Lima (131.589.927-28); Amanda Silva das Chagas (139.704.147-17); Amanda Sousa Vale de Melo (156.458.587-51)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6783/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.861/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andressa Raquel Salles de Menezes Almeida (130.617.277-28); Anna Paula Ribeiro Gonçalves (152.616.107-96); Anne Caroline Pinto Ferreira da Silva (139.519.247-21); Anne da Silva Ribeiro (127.587.817-27); Annita Gabriele Carvalho de Moraes (138.399.097-24); Antonio Douglas Bezerra Oliveira (141.202.007-79); Arine Cristal Ferreira de Oliveira (130.943.127-21); Arnaud da Silva Cerqueira (157.068.917-29); Beatriz Sancier Figueiredo (158.289.607-09); Beatriz de Jesus Pinto dos Santos (153.972.937-09)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6784/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.863/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Breno França Nascimento (146.184.207-74); Bruna Assis da Silva (132.014.347-44); Bruna Fernanda Oliveira da Silva (150.608.337-47); Bruna Peixoto de Oliveira (128.417.137-09); Bruna Rafaela da Silva (089.557.744-51); Bruna Rufino da Costa (120.868.837-57); Bruna de Almeida Rocha (019.513.932-10); Brunna Espírito Santo Silva Aguiar (165.486.237-11); Bruno Magalhães Carneiro (123.912.617-48); Bruno Santos Santana (146.338.157-33)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6785/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-026.864/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caio Bessa de Almeida Lessa (149.128.617-23); Caio César Dias Figueira Maranhão (129.993.567-22); Caio Moraes de Souza (098.129.076-02); Caio Oliveira da Silva (103.373.534-50); Caio Rapozo de Sá Barrêto (143.168.997-16); Caio da Silva Poubell (168.456.007-16); Caique Augusto da Costa Reis (131.251.056-09); Camila Monteiro de Farias (085.150.294-64); Camila Oliveira de Abreu Dinis (136.388.487-52); Camila de Paula Pacheco Schaffer (096.144.846-67)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6786/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.865/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Reis Alves (144.128.467-25); Camilo Oliveira dos Santos (038.893.995-84); Carina Aparecida da Silva Chaves (164.721.977-92); Carla Juliana de Lima Silva (137.124.057-40); Carlos José Coelho dos Santos (161.741.237-66); Carlos Montalvão da Silva Junior (135.403.077-02); Carlos Willian Varela Miguel (106.329.856-31); Carolina Bernardes Lima (129.837.377-80); Carolina Garcia Menini (140.618.077-73); Carolina Gonçalves Romão (118.310.377-85)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6787/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.868/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cláudio Lima Dias (004.334.042-30); Cleidemir da Silva Vieira (103.937.534-09); Cláudio Victor Calazans Silva (040.178.085-65); Clébio Pires Carvalho (607.448.783-90); Crislane Pereira Dias Sales (134.584.517-06); Cristian Hansen Klein (024.925.940-09); Daiana da Silva Santana Souza (152.061.417-98); Daniel Bezerra Silva (042.428.293-37); Daniel Francisco de Pinho (084.660.459-02); Dâmaris da Silva Leite Lima (053.510.443-07)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6788/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.869/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Menezes de Lima Torres (140.365.727-09); Daniela Fernanda Bergara Rolim (149.371.057-52); Daniela Ferreira da Silva (149.272.807-13); Daniela Santos de Jesus Machado (059.701.355-18); Daniella Soares Cisneiros (091.649.514-05); Daniella Vaisman Góes (143.644.347-44); Danielle Chagas Palma (154.204.567-37); Danielle Oliveira da Silva (166.375.157-95); Danielle Silva de Oliveira (132.472.297-52); Danielle da Gama Peçanha (148.262.857-01)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6789/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.871/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dayanna do Nascimento Guerra Conceição (031.042.971-42); Dayene Lemos Caldas (128.828.587-60); Dayne de Queiroz Alves Silva (108.372.287-51); Deborah Abreu Rodrigues (134.089.547-12); Deiverson dos Santos Fortes (136.364.657-59); Denilson Ferreira dos Santos (115.037.897-21); Dhavi Augusto de Paiva Dutra (148.088.287-90); Débora Campos Soares (155.544.917-40); Débora Conceição dos Santos (136.811.017-79); Débora Helena dos Santos Gozzi (147.750.077-42)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6790/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.873/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Pontes de Deus (120.948.677-65); Edvelton Lennon da Paixão Silva (014.070.552-08); Elaine Bastos dos Santos (055.538.365-22); Elana Rodrigues Martins (155.088.757-27); Elba Soares de Freitas (035.665.025-10); Elen dos Santos Brito Eugênio (141.978.737-35); Eliane da Silva Menezes (140.250.817-41); Elisama Freitas da Silva (132.803.757-62); Emilson Pontes Geraldo (059.006.517-38); Erick Fazollo da Silva (148.391.627-86)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6791/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.874/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Erismar Ramos de Araujo (048.229.243-19); Erleson Artur Santos Campos (017.037.832-20); Ester de Carvalho Porto Bernardo (146.332.477-43); Evelin de Araujo Matheus (151.630.857-35); Fabiano do Nascimento Celestino (700.816.354-19); Fábio Aguiar Alves (145.040.317-44); Fabíola de Melo Ferreira (156.083.437-43); Fabrício Matheus dos Santos Medeiros (160.555.577-03); Felipe Eduardo Dantas Lordelo (054.285.385-03); Felipe Maciel Fernandes da Silva (407.194.418-89)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6792/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.876/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriel Lima Grativol (152.256.187-07); Gabriel Moura da Silva (158.382.657-28); Gabriel Ribeiro da Mota (117.719.327-24); Gabriel Silva Aragão Wienskoski (144.288.607-22); Gabriel Sousa de Morais (151.816.327-00); Gabriel Victor Graziano Faustino (171.686.587-51); Gabriela Cunha Lemos (157.775.777-76); Gabriela Paula da Costa (153.422.927-27); Gabriella Oliveira Magalhães (163.128.657-97); Gabrielle Alves de Souza Santos (143.303.437-97)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6793/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.878/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Guilherme França Vieira (138.568.627-81); Guilherme Martiniano Neves Silva (044.626.935-23); Guilherme Palmares Paiva Neves de Mello (117.116.877-23); Guilherme da Silva Alves (139.207.107-03); Gustavo Santiago Damasceno Lima (169.203.297-60); Haniel Santos da Silva (097.316.224-46); Hayssa Leão Gomes (017.562.742-82); Helena Cristina Santos de Souza (156.004.657-00); Hellem Eiras Gusmão (138.328.477-66); Heloisa Larissa Ferreira Teles de Souza (130.144.437-51)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6794/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.879/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helton Silva da Rosa (016.885.032-00); Hudson Campos Soares (150.150.247-62); Hugo Dias Duarte (148.754.327-12); Igor Gonçalves Soriano da Silva (131.079.057-47); Igor Muniz Conrado (144.644.377-96); Igor Tavares Bernardo da Silva (141.834.687-01); Igor de Almeida Spíndola (051.377.811-00); Igor de Assis Pessoa (137.791.197-73); Ingrid Chagas Câmara (129.187.387-27); Ingrid Nascimento de Sousa (967.667.192-49)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6795/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.880/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ingrid Rodrigues da Silva (137.652.437-60); Irene Dayane Rodrigues dos Santos (164.501.467-37); Isaac de Faria Camacho (141.178.707-26); Isabela Cavalcanti da Silva (136.561.587-11); Isabela Gomes da Silva (150.514.137-06); Isabele Oliveira de Faria Cardoso (153.018.997-75); Isabelle Alves Luzes Caram (140.282.667-26); Isadora Régia Silva de Oliveira (022.039.621-35); Islan Nascimento Silva (045.555.065-45); Ismael Oliveira da Costa Cergilio (130.656.837-41)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6796/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.884/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jonas Henrique de Paula Rodrigues (142.223.627-78); Jonas Santos da Silva (156.575.947-89); Jonathan de Souza Mariano da Silva (142.812.127-79); Jordy Lopes da Silva (150.839.667-19); Jorge Washigton Ramos Brito (046.943.895-99); Joselaine da Silva Barros da Cruz (145.264.187-06); Josias Ferreira Gomes Filho (103.026.764-22); Josiel Wagner da Silva Santos (119.759.237-74); José Paulo Damião Silva Alves (050.563.265-93); Jônatas Ventura da Silva (139.042.877-02)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6797/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.885/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joziely Silva de Oliveira (095.246.264-89); Juliana Coelho Alves (155.386.257-02); Quézia da Silva Bento (153.040.557-21); Rachel Martins de Almeida (128.533.017-02); Rafael Alves Moraes (135.832.517-09); Rafael Azevedo da Silva (015.939.756-19); Rafael Cardoso Constancio (127.090.677-14); Rafael Fernandes Soares da Silva (154.684.437-67); Rafael Menezes de Sales (154.463.427-71); Rafael de Andrade Costa Lima (048.781.885-70)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6798/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.887/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raphael Cavalcanti e Silva (157.620.697-10); Raquel Gonçalves Ribeiro da Silva (082.551.204-24); Raquel Oliveira Ribeiro (149.246.467-84); Raquel Pereira dos Santos (043.026.181-08); Raquel Soeiro do Carmo (158.306.447-89); Rayane Penha Rosa Batista (161.972.877-06); Rayanne de Sousa Regly (147.794.117-77); Rebeca Alves de Jesus (140.118.647-57); Reginaldo Melo da Silva Junior (011.441.602-86); Reginaldo Ribeiro de Sousa Loiola (109.054.297-61)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6799/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.888/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rejeane Pereira Abrahão Batista (105.436.747-70); Renan Ferreira (134.425.147-11); Renata Vila do Monte de Almeida Pinto (150.660.477-35); Renato Alves Roque Bento (136.598.007-32); Renato Amorim de Mello (168.125.057-81); Renato Arthur Gonçalves Lisboa (124.574.487-94); Rhanayara Neuza Fagundes da Silva (147.484.767-61); Ricardo dos Santos Pinheiro (024.398.210-04); Richard Caldas Farias (021.229.760-04); Roberta Saize da Penha (147.606.057-62)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6800/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.890/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sabrina Gomes dos Santos (146.445.437-05); Samory da Silva Cruz (153.311.227-44); Samuel Gomes de Menezes (042.747.313-67); Sarah Barbosa Veiga (858.719.495-09); Shirlei Caroline Bezerra (138.121.137-24); Sibele Carvalho Cabral (857.792.405-07); Sidney Soares Rodrigues Junior (153.765.497-71); Silvana Helena Pires de Oliveira (116.396.117-54); Silvana Maria Soares Martins da Costa (134.277.637-22); Sâmila de Mello Celestino Calazans (165.190.367-06)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6801/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.891/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Silvio Leilson Teixeira Melo Silva (015.099.822-80); Stefani dos Santos Pereira (149.185.587-80); Stephanie Carolina da Silva Agostinho (162.348.597-55); Stephanie Caroline Noia de Oliveira (144.247.237-55); Stephanie Soares de Oliveira Gonçalves (160.616.367-17); Suellen Garcia Silva (146.470.537-25); Suellen Pimenta Ribeiro (137.839.677-40); Sulamita dos Santos de Oliveira (124.765.767-19); Suzana Teixeira Pinto (136.018.747-25); Tábata Cristine Cláudio da Silva (139.355.057-60)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6802/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.893/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tayane Gomes do Nascimento (154.606.517-27); Tayane Leticia Coutinho Barbosa (129.811.837-96); Taylan Carla Santos (148.156.847-74); Thaiane Ferreira Victor (151.140.647-03); Thaiane Guimarães Bernardo da Silva (150.282.697-69); Thainá Nunes Henriques (150.467.477-40); Thainára Custódio de Oliveira (140.279.047-37); Thais Rodrigues Bello (140.739.107-01); Thaís Pereira da Ressureição (139.749.777-75); Thaís da Silva Ribeiro (171.474.007-20)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6803/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.894/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thales Rodrigues Santos Pacheco (140.857.937-56); Thalita Ferreira Alvarenga (148.602.257-08); Thalyne Cavalcante Queiróz (062.022.753-24); Thamires Monsores do Nascimento Marinho (130.835.917-99); Thamires Regina de Oliveira (133.533.707-57); Thamires de Oliveira Pereira da Cruz (161.369.287-01); Thamiris da Silva Gomes (136.783.907-65); Thamiris da Silva Silveira (153.038.397-88); Thamirys Elaine Lima de Souza (144.935.157-32); Thâmila Eliza Salles de Almeida (133.170.637-85)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6804/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.930/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Janette Arnaldo Sousa (024.051.011-90); Maria do Rosário Oliveira Rocha (538.271.981-00); Michelle Gomes Maciel (977.496.561-20); Pollyana Mazili de Souza Izidoro (024.876.481-04); Raquels Santana dos Santos Valentim (835.257.851-00); Rodrigo Pereira Lima (784.117.341-53); Sara Cristina Lins Ramos (023.051.731-56); Sindia Mara Ferreira (780.674.211-53); Suzy Paula Fernandes Amaral Lisbôa (013.835.805-29)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6805/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.121/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo Pasqualotto (577.564.300-34)
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-Geral da União
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6806/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.157/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kalynne Ferreira Agostinho Bulling (116.076.427-19); Karen Bello Pereira (120.971.587-22); Karen Suelen Costa de Oliveira (151.791.117-65); Karina Freitas da Silva (148.126.477-03); Karina Lopes de Souza (143.749.537-01); Karoline Araujo de Souza (138.218.327-54); Karoline Barreto Trindade da Silva (159.201.527-10); Karoline Ribeiro do Brasil (152.452.757-24);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Karolyne Wagner Soares Ferreira (164.973.277-54); Katharine de Oliveira Dias da Silva (150.967.527-20)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6807/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.166/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Caroline Santos Prazeres (858.758.245-30); Maria Gabriela Machado Abal (157.802.257-61); Maria Érica de Sousa Melo (158.822.217-90); Mariana Lima de Oliveira (128.530.797-67); Mariana Porto Ribeiro Guerra (156.253.787-38); Mariana Vieira de Souza (136.744.847-65); Marilia Januário dos Santos (140.804.487-08); Marlon Luis Alves Natividade (122.825.726-45); Mário Francisco da Silva Neto (012.528.662-75); Mário Sergio Freitas Costa (147.364.087-31)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6808/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.100/2015-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana Barbosa de Barros (024.190.377-74); Hilda Muniz Estrela (108.122.667-65); Sílvia Barbosa de Barros (337.043.097-53)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6809/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, "b", do Regimento Interno/TCU, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, em julgar regulares, com ressalva, as contas dos Srs. Antônio Alves de Souza, Fernando Rodrigues da Rocha, Irânia Maria da Silva Ferreira Marques e Mariana Maleronka Ferron, dando-lhes quitação; e, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no subitem 1.2. abaixo, dando-lhes quitação plena; em fazer a seguinte determinação e adotar as seguintes medidas; de acordo com o parecer do Ministério Público emitido nos autos:

1. Processo TC-023.348/2013-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Antonio Alves de Souza (114.302.901-10); Fernando Rodrigues da Rocha (482.863.621-87); Irânia Maria da Silva Ferreira Marques (424.126.174-49); Mariana Maleronka Ferron (263.649.228-30);

1.2. Demais responsáveis: Carlos Madson Reis (120.696.711-00); Deurides Ribeiro Navega Cruz (153.090.701-25); Duncker Soares Silva Júnior (635.017.161-68); Lucimar Corrêa Alves (153.581.862-04); Mariana Amorim Alencar (886.671.621-91);

1.3. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Saúde Indígena

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) que ultime a expedição de normas com orientações voltadas aos controles internos administrativos da UJ, em especial quanto aos seguintes temas: transferência de recursos; plano de fiscalização de convênios; metodologia utilizada para avaliação de desempenho de entidades convenentes (subitem 67.4, retro), devendo ser informado, no próximo relatório de gestão da UJ, sobre a adoção de tais providências;

1.9. Medidas:

1.9.1. recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) que:

1.9.1.1 adote medidas com vistas ao acompanhamento e monitoramento das suas atividades, por meio de indicadores de gestão, para auxiliar a avaliação do desempenho das ações de forma a garantir o alcance dos resultados segundo as metas pactuadas;

1.9.1.2. ultime a expedição de normativos internos, com vistas a coibir as falhas de procedimentos e adequar todos os processos de tomada de decisão por parte dos DSEIs, tomando por base as orientações contidas no Referencial Básico de Governança, aplicável a órgãos e entidades da administração pública, elaborado pelo Tribunal de Contas da União;

1.9.2. recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, ao Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI) que mantenha gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para informá-lo da necessidade da adequação do Sistema Siconv com vistas à alimentação eficiente das informações referentes à execução dos termos de convênios firmados âmbito da saúde indígena;

1.9.3. dar ciência à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) sobre as seguintes falhas/impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.9.3.1. restou apurado o descumprimento da Portaria Interministerial 507/2011 - MPOG/MF/CGU, que regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União;

1.9.3.2. ao elaborar o Rol de Responsáveis, observe os critérios definidos no art. 10, caput, incisos I e II, da IN TCU 63/2010, fazendo constar somente o nome do dirigente máximo, de seu substituto, e de ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo, de acordo com a decisão normativa vigente;

1.9.3.3. verifique, quando da aquisição de medicamentos, os preços de mercado e também os preços praticados na administração pública (ComprasNet), com objetivo de garantir maior efetividade na distribuição e dispensação de fármacos para os DSEIs, procedimento não efetuado nas aquisições ou contratações, em desacordo com o previsto no art. 15, inciso V, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993;

1.9.4. recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, à Controladoria Geral da União/Secretaria de Fiscalização e Controle (CGU/SFC) que, no exame das próximas contas da Sesai, proceda à avaliação de todos os contratos celebrados pela UJ, no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com organismos internacionais, com a identificação daqueles contratos que não preenchem o requisito de atividade-fim da Unidade, de forma a identificar eventual contratação indireta de pessoal;

1.9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Secex-MT, unidade em cuja clientela passou a constar a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), nos termos da Portaria Segecex 13/2014.

ACÓRDÃO Nº 6810/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, "a", do Regimento Interno/TCU, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, em julgar regulares, com ressalva, as contas dos Srs. Antonio Vagne da S. Costa e Jean Elaine Silva, dando-lhes quitação; e, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no subitem 1.2. abaixo, dando-lhes quitação plena; em fazer a seguinte determinação e adotar as seguintes medidas; de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.361/2014-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Antonio Vagne da S. Costa (183.336.722-72); Jean Elaine Silva (090.944.902-34);

1.2. Demais Responsáveis: Angelo Joé de Oliveira (870.487.607-53); Douglas Willens de Souza (224.076.168-71); Gilberto Carvalho de Castro (091.361.183-20); José Valterlins Calaça Marcelino (236.027.083-49); Michiko Kuroda (060.782.222-87); Rivaldo Elias Koury Góes (038.269.452-04); Rogério Evaldo Plucheg (470.522.109-59); Sebastião Ferreira Farias (039.417.952-87)

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado de Rondônia

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Medidas: com fundamento no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar:

1.8.1. ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que aprecie o mérito da concessão do pagamento da gratificação prevista na Lei 11.484/2002 aos servidores cedidos às outras esferas de Poder, haja vista que o dispositivo legal prevê a extensão dos pagamentos da gratificação apenas aos servidores cedidos no âmbito federal;

1.8..2. à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia que:

1.8.2.1. mantenha inscrito em restos a pagar apenas os valores que obedeçam as disposições da Lei 4.320/64 e demais normativos em vigor;

1.8.2.2. consoante proposto no Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/RO, promova o aprimoramento dos mecanismos de controles internos, relativos à execução contratual, ao registro tempestivo dos atos de pessoal no Sisac e às demais informações gerenciais de pessoal; à adequada formalização dos processos administrativos de despesas; à adequada caracterização qualitativa e quantitativa do objeto licitado; à cotação de preço com empresas sem vínculo e no ramo de atividade do objeto a ser licitado e à revisão e à adequação das informações do Relatório de Gestão aos normativos de referência.

ACÓRDÃO Nº 6811/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso I, "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.994/2012-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior (236.795.140-34); Arionaldo Bomfim Rosendo (182.782.991-53); Erasmo Ferreira da Silva (115.220.891-87); Luiz Carlos Cury (844.389.168-87); Marcos Robero Leandro da Rocha (227.248.421-20); Raimunda Nina Carvalho Cordeiro (101.914.883-72); Virginia Maria de Vasconcelos Lira (244.019.271-68)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria-executiva do Fundo Nacional de Saúde - FNS

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medidas: dar ciência ao FNS acerca:

1.7.1 da ausência, no Relatório de Gestão relativo às contas de 2011, das análises previstas no item 13, Parte A - Conteúdo Geral, Anexo III da Decisão Normativa-TCU 110/2010, acerca da avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor, conforme orientação contida no Ofício TCU/ADPLAN 1/2011, de 13/1/2011;

1.7.2. da irregularidade no rol de responsáveis apresentado nas contas de 2011, que não se encontrava de acordo com o disposto na IN-TCU 63/2010, que prevê, em seu art. 10, inciso II, que, além do dirigente máximo da unidade jurisdicionada, são considerados responsáveis, também, membros de diretoria ou ocupantes de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo, com base na estrutura de cargos aprovada para a unidade jurisdicionada.

ACÓRDÃO Nº 6812/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso I, "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do responsável a seguir indicado regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.226/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Geraldo Garcia Franco (323.288.346-04)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caldas - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: Alessandro Batista Betella (105.347/OAB-MG), representando Geraldo Garcia Franco; Ana Flavia de Sousa e Loures (114.034/OAB-MG), representando Geraldo Garcia Franco; Eric Santos Teixeira (122.003/OAB-MG), representando Geraldo Garcia Franco; Nathalia Andrade de Paula Machado (122.060/OAB-MG), representando Geraldo Garcia Franco.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6813/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-001.377/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Grimaldo de Oliveira Bicalho (180.051.796-34)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Inhapim - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6814/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas e dar quitação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.255/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Candido Ferraz Alves (855.454.146-49)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6815/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmra, ACORDAM, por unanimidade com fundamento no art. 93 da Lei n. 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, à Prefeitura Municipal de Ibiracatu/MG e ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.813/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Orivaldo Alves de Oliveira (503.494.576-20)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ibiracatu - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6816/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade com fundamento com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.014/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: João Abnir Pinho de Souza (528.861.906-91); Rildo Carvalho da Cunha (566.094.776-04)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Efigênia de Minas - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6817/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3275/2015-TCU-1ª Câmara, para onde se lê: *"Bertrand Figueiredo Cunha Lima, Santa Bárbara Engenharia S/A" ; "Cássio Rodrigues Cunha Lima"*; leia-se: *"Bertrand de Figueiredo Cunha Lima"*, *"Santa Bárbara S/A"*, *"Cássio Rodrigues da Cunha Lima"*, e acrescentar no item 8 o nome dos seguintes representantes legais: Juliana Brasil Pontes Guimarães Coury (OAB/DF 18.243), Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Carlos Henrique Vieira Teixeira (OAB/DF 12.378), Adale Luciane Telles de Freitas (OAB/DF 18.453), Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34.406) e Gabriela Dellacasa Stuckert (OAB/DF 39.693), mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.792/2009-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 024.955/2012-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 030.375/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.2. Responsáveis: Ademilson Montes Ferreira (025.487.122-49); Bertrand Figueiredo Cunha Lima (226.015.034-91); Cássio Rodrigues da Cunha Lima (427.874.324-68); Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB (08.993.917/0001-46); Santa Bárbara Engenharia S/a (17.290.057/0001-75); Urbema (09.293.069/0001-25)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.7. Representação legal: Adale Luciane Telles de Freitas (18453/OAB-DF), representando Cássio Rodrigues da Cunha Lima; Antonio Perilo de Sousa Teixeira (21539/OAB-DF), representando Cássio Rodrigues da Cunha Lima; Carlos Henrique Vieira Teixeira (12378/OAB-DF), representando Cássio Rodrigues da Cunha Lima; Flávio Henrique Monteiro Leal (11804/OAB-PB), representando Ademilson Montes Ferreira; Flávio Henrique Monteiro Leal (11804/OAB-PB), representando Bertrand Figueiredo Cunha Lima; Gabriela Dellacasa Stuckert (39693/OAB-DF), representando Cássio Rodrigues da Cunha Lima; Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (34406/OAB-DF), representando Cássio Rodrigues da Cunha Lima; Juliana Brasil Ponte Guimaraes Coury (18.243/OAB-DF), representando Cássio Rodrigues da Cunha Lima.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6818/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts 143, inciso II, 169, inciso III, 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar atingida a finalidade do Acórdão 2.386/2015-TCU-1ª Câmara, e em adotar a seguinte medida, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer emitido pela Selog:

1. Processo TC-018.567/2009-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Alda Baracho Figueira (467.335.077-49); Alfredo Schmidt Júnior (779.776.108-68); Augusto Akira Chiba (002.375.348-00); Carlos Augusto Moreira Araújo (279.476.701-10); Danielle Ayres Delduque (670.041.801-15); Erasmo Verissimo de Castro Sampaio (210.362.501-30); Luiz Carlos de Medeiros Filho (116.403.671-87); Marisa Helena de Lima (209.874.121-91); Nilda Martins de Brito (114.929.961-49)

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação-geral de Recursos Logísticos - MF

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6819/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de Pedido de Reexame interposto pela Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde (Capesesp) contra o Acórdão 4599/2015-TCU-1ª Câmara, o qual conheceu e considerou procedente representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Universidade Federal de Goiás (UFG), relativas ao Convênio de Adesão UFG 49/2009, firmado com a Capesesp, com o objetivo de prestação assistência à saúde dos servidores da UFG;

Considerando que não se verifica na deliberação recorrida qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo causado diretamente pelo Tribunal à recorrente, a ensejar seu interesse recursal;

Considerando a proposta da Serur, pelo não conhecimento do recurso, por ausência de legitimidade e de interesse recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso IV, "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do pedido de reexame, em virtude da ausência de legitimidade e de interesse recursal, nos termos do art. 282 do Regimento Interno/TCU, dar ciência desta deliberação à recorrente, acompanhada de cópia da instrução de peça 92.

1. Processo TC-015.928/2009-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Caixa de Pecúlios, Assistência e Previdência dos Servidores da Fundação Serviços de Saúde Pública (30.036.685/0001-97); Edward Madureira Brasil (288.468.771-87)

1.2. Recorrente: Caixa de Pecúlios, Assistência e Previdência dos Servidores da Fundação Serviços de Saúde Pública (30.036.685/0001-97)

1.3. Interessado: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União

1.4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.9. Representação legal: Daniela Ribeiro Lambertini (1.751/RJ-OAB) e outros, representando Caixa de Pecúlios, Assistência e Previdência dos Servidores da Fundação Serviços de Saúde Pública.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6820/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso IV e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e em adotar a seguinte medida, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MG:

1. Processo TC-016.458/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Câmara Municipal de Timóteo (17.112.673/0001-36)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Timóteo - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medida: dar ciência ao Ministério da Integração Nacional do Relatório Final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar eventual malversação de recursos públicos recebidos do Ministério da Integração Nacional do Governo Federal, através do Cartão de Pagamento da Defesa Civil, por parte de servidores do município de Timóteo/MG, encaminhando-lhe cópia integral da peça 1 deste processo.

ACÓRDÃO Nº 6821/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 169, inciso III, 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação formulada pela STM Máquinas e Serviços Ltda., para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia desta deliberação à representante, promovendo-se, após o cumprimento da seguinte determinação, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-017.721/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Diretoria de Abastecimento da Marinha

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinar à Diretoria de Abastecimento da Marinha - DAbM, por meio do Centro de Controle Interno da Marinha - CCIMar, consoante a Portaria-TCU 488/98, que promova os levantamentos e providências que se seguem em relação ao contrato 71000/2014-019/00, celebrado com a empresa Positiva Rio Locações Ltda., informando a este Tribunal, por intermédio da Secex-RJ, no prazo de até 30 (trinta) dias, quanto ao cumprimento das seguintes medidas:

1.6.1. realização de levantamento do tempo transcorrido entre a formalização do contrato por cada uma das unidades militares participantes da avença e a respectiva data de instalação de equipamentos, de modo a identificar eventuais impontualidades determinantes de punições, com a devida explicitação, se esse for o caso, do enquadramento das justificativas da contratada que porventura tenham sido acatadas, nas hipóteses arroladas no item 20 do termo de referência integrante do referido contrato;

1.6.2. realização de batimento das características de cada modelo de equipamento instalado pela contratada com os padrões mínimos definidos no item 3 do termo de referência, com vistas a identificar ilícitos contratuais, resultantes da inobservância desses padrões, merecedores das devidas sanções.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6822/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno/TCU, em fazer as seguintes determinações e em adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer da Secex/MS:

1. Processo TC-022.491/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (03.983.541/0001-75)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Conab No Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, com fundamento no artigo 250, inciso II, do RI/TCU, que instaure, instrua e remeta à Controladoria Geral da União, no prazo de 180 dias, depois de esgotadas as providências internas com vistas à recomposição do erário, o competente processo de tomada de contas especial inerente à Operação CPR nº 2011/02/0065, na qual foi constatada prejuízo decorrente da não entrega de produtos nas quantidades discriminadas e, ainda, falsificação de assinaturas nos Termos de Recebimento e Aceitabilidade - TRA's (itens V e IX do Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 1, de 29/11/2013), na forma do art. 8º da Lei 8.443/92 c/c o 197 do Regimento Interno e o art. 4º da IN/TCU 71, de 28/11/2012;

1.7.2. à Secex/MS que monitore, em processo específico constituído para essa finalidade, o efetivo cumprimento da determinação constante do subitem anterior;

1.8. Medidas:

1.8.1. encaminhar cópia desta deliberação acompanhado da instrução de peça 23 à Companhia Nacional de Abastecimento, com vistas a subsidiar a instrução processo de tomada de contas especial a ser instaurado;

1.8.2. arquivar o presente processo, uma vez que o mesmo cumpriu o objeto para o qual foi constituído, nos termos do artigo 169, inciso V, do RI/TCU.

RELAÇÃO Nº 26/2015 - 1ª Câmara

Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 6823/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.809/2015-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Helen Castanho Mendes (606.519.971-00)

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6824/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.353/2015-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marly Zenaide Lopes Lorençoni (032.398.278-67)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6825/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.434/2015-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Allyrio Reis Ferreira (043.147.007-34); Angela Maria Braga Bastos (435.041.327-87); Carlos Antonio Pereira (281.928.697-68); Djair Batista (317.174.977-72); Elcio Sebastiao Kalinowski (200.931.369-00); Elias Barcelos (296.111.057-20); Francisco Ferreira Fortunato (131.479.865-00); Gelso Menezes de Azevedo (227.243.467-34); Idalmir Bezerra Filizola (057.242.283-00); Jose Carlos Pereira Rosa (258.281.777-53); José Godoy de Abreu (006.455.836-34); Rogerio Dacól (216.450.869-68); Vera Lucia Dutra Gomes (102.931.833-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6826/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.453/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Denise Rodrigues Melo Nogueira (002.678.607-90); Denise Rodrigues Melo Nogueira (002.678.607-90); Denise Rodrigues Melo Nogueira (002.678.607-90)

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6827/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.482/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Joaquim dos Santos (210.414.231-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6828/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.937/2015-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Geraldo Apoliano Dias (002.941.603-53); Jose Maria de Oliveira Lucena (002.016.183-20)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6829/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.963/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Alberto Aragão Ferreira (110.797.397-00)

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6830/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.969/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Zempulski Jorgensen (030.105.149-64); Dênis Alberto Nascimento Machado (000.858.740-00); Eduardo Pinheiro Viana (007.889.980-05); Gabriel Ferreira de Moraes (334.994.568-69); Luis Augusto de Souza Coelho (990.460.750-87); Luiza Medeiros Caldeira (063.589.399-12); Matheus Coelho Serafim (044.293.329-08); Rubem Rodrigues de Almeida (841.595.610-04); Édison Machado Bidone (015.847.940-89)

1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6831/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.136/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Silva de Oliveira (082.987.287-69); Carla Danielle Pedrosa de Lima Leite (085.512.384-26); Carlos Ferreira da Silva (454.207.184-72); Dayane Novais de Freitas (337.188.748-06); Ednaldo Teofilo dos Santos (331.955.794-72); Fabio Roberto Cavalcante (007.438.534-82)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6832/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.198/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcel Bittencourt Silva (006.578.615-70)

1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6833/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-028.212/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Laura Lemos da Silva (066.918.536-10); Fabio Setenta Hortelio (001.768.955-40); Gilcimar Lopes de Sousa Menez (005.460.153-36); João Mucio Reis Dantas da Silva (027.347.515-00); Marcelo Yukio Yamamoto (157.562.288-29); Rafael de Andrade Ribeiro (647.337.183-49)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6834/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.214/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Admar Branco Brandão (731.004.477-00); Fabio de Souza Machado (055.396.747-90); Fernando Queiroz Lamêgo (093.668.417-83); Joana Neves Vionnet (129.539.017-52); Lucas Alves Teixeira (101.251.987-28); Rafael de Oliveira Bloise (052.911.627-83); Thiago Nakayama Vasconcellos (082.195.996-42); Wagner de Oliveira Esteves Junior (091.189.587-61)
1.2. Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6835/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.215/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Helena Domingos de Medeiros Canedo (056.673.744-20)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6836/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.217/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Anajulia Ramos Piccoli (018.128.640-86); Karina Eliza Steinmetz (010.322.219-76); Olenka Emer Grasselli (014.356.620-24); Rosani Elenice Schmidt (891.978.440-04)
1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6837/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.840/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Pereira de Azevedo (085.237.567-01); Luiz Henrique Nogueira (008.664.431-93); Marcelo Campos Ávila (003.410.901-31)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6838/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-028.848/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Francisco da Silva (064.545.156-80); Beatriz Helena Rodela Silva (312.320.588-66); Bruno Wanderley Soutinho (077.218.804-16); Caroline Bacher Peres (298.677.478-44); Cintia Piazzarolo Lana (091.071.677-33); Gustavo Alvarenga Borges (342.668.598-13); Luciana Giannetti (145.270.078-82); Otavio Augusto Pascucci Perillo (351.317.228-10); Ricardo Milani (268.011.878-21)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda ao destaque do ato de admissão de interesse de Jose Alberto Casonatto Junior (902.894.200-91), a fim de que sejam realizadas diligências quanto à origem da vaga na qual foi investido o mencionado servidor, impondo-se, previamente à nova instrução de mérito, na hipótese de se tratar de "redistribuição por reciprocidade", a verificação do pleno atendimento das diretrizes estabelecidas na Resolução 146/2012 do Conselho Nacional de Justiça, particularmente em seus arts. 2º, inciso I, 5º, 6º e 10, e no Acórdão 1.308/2014-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 6839/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.849/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel de Castro Caldas (326.786.518-27); Tatiana Carla Ando Nakano (256.809.498-22); Vanessa Marquart Quemel (091.036.227-03)
1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6840/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.059/2013-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Resgala (016.982.186-21)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que promova as anotações devidas no Sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 6841/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.462/2015-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Ivete Trindade dos Santos (398.766.671-49)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6842/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.478/2015-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Wilmar Rodrigues de Moraes (186.520.001-82)
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6843/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 5633/2015-TCU-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-019.453/2014-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)
1.1. Responsáveis: Maria Conceicao Machado (165.691.211-20); Márcia Freire Dantas Coutinho (607.440.491-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Goiás
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1 Retificar os subitens 1.1. e 1.7.2., de modo que onde se lê "Maria Conceição Machado (165.691.211-20)", leia-se " Maria Conceição Machado dos Anjos (165.691.211-20)";

ACÓRDÃO Nº 6844/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas de Allan Nuno Alves de Sousa (CPF 853.064.011-04), Alzira de Oliveira Jorge (CPF 459.723.626-00), Maria do Carmo (CPF 327.817.926-91), Maria Inez Pordeus Gadelha (CPF 072.761.094-53), Dario Frederico Pasche (CPF 394.698.670-68), Thereza de Lamare Franco Netto (CPF 713.674.897-68), Fausto Pereira dos Santos (CPF 341.674.631-72), Josafá Santos (CPF 222.715.541-87), Lêda Lúcia Couto de Vasconcelos (CPF 150.249.545-72), Cinthia Sampaio Cristo (CPF 278.346.428-47), Sueli Moreira Rodrigues (CPF 329.727.501-44), Adelson Jacinto dos Santos (CPF 527.704.511-20), Brunno Ferreira Carrijo (CPF 957.779.461-00), João Marcelo Ramalho Alves (CPF 657.063.905-68) e Luiz Carlos Carvalho Studart da Fonseca (CPF 385.261.237-34), dando-lhes quitação plena; e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas de Helvecio Miranda Magalhães Junior (CPF 561.966.446-53), Hêider Aurélio Pinto (CPF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

011.681.476-46) e Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo (CPF 131.849.541-53), dando-lhes quitação, e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.862/2014-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Adelson Jacinto dos Santos (527.704.511-20); Allan Nuno Alves de Sousa (853.064.011-04); Alzira de Oliveira Jorge (459.723.626-00); Brunno Ferreira Carrijo (957.779.461-00); Cinthia Sampaio Cristo (278.346.428-47); Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo (131.849.541-53); Dario Frederico Pasche (394.698.670-68); Fausto Pereira dos Santos (341.674.631-72); Helvecio Miranda Magalhães Junior (561.966.446-53); Hêider Aurélio Pinto (011.681.476-46); Josafa Santos (222.715.541-87); João Marcelo Ramalho Alves (657.063.905-68); Leda Lucia Couto de Vasconcelos (150.249.545-72); Luiz Carlos Carvalho Studart da Fonseca (385.261.237-34); Maria Inez Pordeus Gadelha (072.761.094-53); Maria do Carmo (327.817.926-91); Sueli Moreira Rodrigues (329.727.501-44); Thereza de Lamare Franco Netto (713.674.897-68)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Atenção À Saúde

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Atenção à Saúde, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:

1.7.1.1. identifique e evidencie os motivos que ensejaram baixa emissão de empenho (ações 8581, 8721, 6516, 20R4, 8933, 20B0 e 6178) e elevado percentual de inscrição em Restos a Pagar Não Processados (ações 8535, 8581, 20G8, 20SP, 7690, 6516, 4324, 8735, 8762, 20R4, 6175, 8933, 12L4, 20QI, 6233, 20YL, 6178 e 4295), de forma a permitir avaliar, de maneira adequada, a execução orçamentária da unidade, encaminhando os resultados das análise a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, em observância aos princípios da Motivação e Publicidade, insculpidos, respectivamente, no art. 2º, da Lei 9.784/1999 e no caput do art. 37 da Constituição Federal, não se olvidando, nos próximos relatórios de gestão, de realizar a mesma análise crítica quando da ocorrência de situações similares - baixa emissão de empenho e elevado percentual de inscrição em Restos a Pagar Não Processados;

1.7.1.2. apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, Plano de Contingência para tratamento do alto estoque de recomendações não atendidas formuladas pela CGU por ocasião das 36ª, 37ª e 38ª Etapas do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, e da ausência de apresentação tempestiva das providências relacionadas aos Relatórios de Demandas Externas em atenção à Portaria-CGU 133/2013, bem como o disposto no art. 1º da Portaria 778/2013/SAS/MS;

1.7.1.3. identifique e adote os controles necessários, ao apreciar os processos de concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde, para garantir que as entidades atendam às condições necessárias para a certificação da entidade como beneficente de assistência social, confirmando que as exigências estão sendo atendidas por ocasião da apreciação do pedido de concessão ou renovação do certificado, em conformidade com arts. 3º, 21, § 3º e 24 da Lei 12.101/2009, combinados com o art. 4º, §1º, do Decreto 7.237/2010 (vigente durante o exercício de 2013) ou art. 4º, §1º, do Decreto 8.242/2014, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório acerca do tratamento a ser dispensado à questão;

1.7.1.4. elabore Relatório Circunstanciado acerca dos pedidos deferidos de concessão e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde, aferindo se as instituições interessadas efetivamente atendiam aos requisitos previstos na Lei 12.101/2009 por ocasião da apreciação do pedido de certificação, encaminhando, em 180 (cento e oitenta) dias, os resultados das análises a este Tribunal, bem como à Secretaria da Receita Federal para lançamento de eventual crédito tributário em desfavor de entidades que não faziam jus ao certificado quando do deferimento do pleito;

1.7.2. recomendar à Secretaria de Atenção à Saúde que:

1.7.2.1. adote, no âmbito da Ação 20AD (Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família), meta física que englobe os demais serviços de saúde oferecidos no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, não se restringindo às Equipes de Saúde da Família mantidas no exercício, haja vista os demais componentes empregados na execução da Estratégia Saúde da Família, em consonância com a Portaria-MS 2.488/2011;

1.7.2.2. defina, no processo de planejamento, critérios que reflitam a correta correlação entre a execução física e a orçamentária, tendo em vista o descompasso identificado, nas ações 8721, 6516, 20B1, 20R4, 8933, 20YI, 6178 e 4295, entre o orçamento executado e as metas físicas atingidas no exercício de 2013, o que pode indicar superestimativa da meta física definida, subestimativa da dotação ou ineficiência na aplicação dos recursos, não se olvidando de declinar, no Relatório de Gestão, os motivos ensejadores quando da ocorrência de alta execução física em contraposição à baixa execução orçamentária ou, de modo contrário, baixa execução física e alta execução orçamentária das ações sob responsabilidade da unidade jurisdicionada;

1.7.2.3. promova adequação da medida de desempenho da ação 12L4, definindo como meta o número de construção ou ampliação de Unidades de Pronto Atendimento efetivamente finalizadas no período referente ao Relatório de Gestão, esquivando-se, desta forma, de divulgar resultados acumulados de todos os exercícios anteriores;

1.7.2.4. aperfeiçoe os seguintes indicadores, em função de não atenderem, respectivamente, os critérios de: Implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) - comparabilidade e confiabilidade; Proporção de mulheres que realizam seis ou mais consultas de pré-natal - confiabilidade; e Redução da razão de óbitos maternos no Brasil - completude e confiabilidade;

1.7.3. dar ciência à Secretaria de Atenção à Saúde sobre as seguintes impropriedades: 1.7.3.1. a ausência de informações, no Relatório de Gestão, sobre o acompanhamento e avaliação relacionada à supervisão da Associação das Pioneiras Sociais, incluindo a análise das metas estabelecidas e medidas adotadas pelo órgão supervisor do Contrato de gestão, conforme modelo disposto no item 30 do Anexo Único da Portaria-TCU 175/2013, afronta o disposto na Parte B, item 18, do Anexo II à Decisão Normativa-TCU 127/2013;

1.7.3.2. a não apresentação, no Relatório de Gestão, acerca dos principais parceiros - externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou iniciativa privada - relacionados à atividade-fim da unidade, constitui descumprimento ao preconizado no subitem 1.6, da Parte A - Conteúdo Geral, do Anexo II à Decisão Normativa-TCU 127/2013;

1.7.3.3. a meta física de zero unidades realizadas, da ação 20YL, conforme apontado no Relatório de Gestão, está em dissonância com os dados apresentados pela Secretaria de Vigilância em Saúde, a qual declinou que, até o ano de 2013, havia 225 (duzentos e vinte e cinco) unidades de Academias da Saúde concluídas;

1.7.4. dar ciência desta deliberação à Secretaria de Atenção à Saúde e à Coordenação-Geral de Auditoria na área de Saúde da Secretaria Federal de Controle Interno.

ACÓRDÃO Nº 6845/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara¸ ACORDAM por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.516/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação Getúlio Vargas (33.641.663/0001-44); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Walter Barelli (008.056.888-20)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6846/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 6º, inciso II, e 19 da Instrução Normativa - TCU nº 71/2012, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.660/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Nascimento Gonçalves (068.811.148-34); Fundação Economia de Campinas - Fecamp (54.131.545/0001-66); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Walter Barelli (008.056.888-20)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 33/2015 - 1ª Câmara

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 6847/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 262, § 2º, do Regimento Interno, e considerando que, nos monitoramentos acerca do cumprimento dos Acórdãos nºs. 6.572/2010 e 7.493/2012, da 1ª Câmara, foi constatada a ausência de cadastramento, no sistema Sisac, de ato de cancelamento de aposentadoria por invalidez de servidor que reverteu à atividade, bem como de novos atos escoimados em relação a dois inativos, ACORDAM em mandar adotar as seguintes medidas, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.276/2010-6 (Monitoramento em aposentadoria)

1.1. Interessados: Alcir Barion (108.390.549-04); Antônio Augusto Moreira Curvo (201.732.297-00); Cacilda Cesar França (627.935.941-72); Estevam Vaz Curvo (001.946.541-68); Jacy Fernandes Borges (080.006.201-97); José Eurípedes da Silva (207.817.331-20); Jose Neisson dos Santos (078.336.951-49); Laíz Terezinha Zanatta (513.126.469-34); Luiza Gedy Gomes de Arruda (162.242.561-87); Maria Auxiliadora Soares Vieira (142.700.211-87); Maria Catarina da Silva Espirito Santo (111.412.391-91); Nivaldo de Souza Ramos (797.892.348-72)

1.2. Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Esclarecer à Superintendência Estadual do INSS em Cuiabá/MT acerca da necessidade de disponibilização, no sistema Sisac, do ato de cancelamento da aposentadoria por invalidez de José Eurípedes da Silva, assim como de novos atos de concessão de aposentadorias a Jacy Fernandes Borges (EC nº 70/2012) e Alcir Barion (averbação de tempo insalubre);

1.8. Arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 6848/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.407/2015-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marcia Balreira de Souza (221.277.470-20)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6849/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.452/2015-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joaquim Lelio Sant'Anna (075.251.258-72)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6850/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.936/2015-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosangela Pinto Ramos (279.350.781-49)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 6851/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.437/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jorge Carvalho de Almeida (727.586.511-49); Josafar Cardoso de Alencar (855.494.953-68); José Pecci de Lima (593.825.890-15); José Wellington Melo Maia Junior (024.179.464-16); Judivan da Silva Lopes (775.992.331-72); Juliana de Holanda Dantas (907.892.613-91); Júlio de Freitas Rebouças (533.672.003-87)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6852/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.851/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Charlles de Souza Marinho (054.808.744-03); Cristiano Prata Santiago (856.076.653-72); Deomar Diogenes Tonin (602.876.759-04); Diego Alves Carvalho Lins (081.900.884-24); Eduardo Augusto Vilaça de Moura (034.480.594-80); Eduardo Hoffmann Reis (039.292.507-99); Eliezer Costa de Souza Junior (031.333.664-40); Elói Vicente da Silva Neto (089.425.144-99); Emmanuel Oliveira Silva (021.772.575-90); Filipe Dias de Oliveira (016.015.276-32)
1.2. Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6853/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.852/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flávio Henrique Batista Bezerra (067.083.344-45); Guilherme Lopes de Albuquerque (055.119.904-00); Helio José da Silva (086.702.654-51); Hugo Ricardo Arantes Costa (906.729.924-34); Isabelle Bezerra de Lira (026.615.324-04); Isadora Rocha Matias (072.989.824-51); Jamesson Menezes de Oliveira (410.309.314-53); Jeimes Alessandro Melo de Moraes (073.749.314-33); José Valdecir Dias Junior (947.217.694-15); José Valderlan de Azevedo (368.987.673-72)
1.2. Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6854/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.937/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Emanuel de Leca (352.891.968-03); Douglas Ferreira Sangreman Theophilo (112.033.797-65); Douglas Goncalves da Silva (117.838.247-86); Douglas Guerreiro Ribeiro (120.832.317-24); Douglas Gustavo Takashi Yuba (319.124.768-86); Douglas de Almeida Monteiro (141.120.567-70); Douglas de Mello Andrade Pereira (335.001.688-09); Douglas de Oliveira da Silva (018.181.740-30); Douglas dos Santos Guimaraes (312.645.928-50); Douglas dos Santos Quintanilha (124.833.287-33)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6855/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.939/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Drailton José de Santana (922.720.454-72); Driele Cendon Trindade (053.098.844-59); Dweynny Rodrigues Filgueira Ge (013.605.024-75); Dyorranes Gonçalves Barbosa (124.930.717-19); Eberson da Silva Quirino (086.667.547-70); Eberton Batista de Souza (041.874.727-03); Eberton Masuzzo (303.080.798-33); Eberton Pegado de Araujo (060.385.854-60); Ecton Roster Meira Pestana (116.508.127-01); Ed Massey Martins Menezes Filho (037.294.363-25)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6856/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.942/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edilene Mota Guimaraes (567.709.872-87); Edilson da Silva (041.754.837-05); Edimarcos Paulo Mendes de Mendonca (089.868.086-76); Edison Assunção da Silva (070.208.368-28); Edivilson dos Reis Souza (084.986.498-46); Edmar Lomeu de Miranda (056.681.946-55); Edmilson Jesus das Neves (933.125.805-44); Edmilson João Ghisalberti Gonçalves Vida (049.359.064-13); Edmilson Vieira Alves Junior (108.556.687-09); Edmir Ravazzi Franco Ramos (008.052.199-19)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6857/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.945/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edson Souza de Moraes (828.004.802-20); Edson Tamarozzi Junior (281.116.468-52); Edu Lemos Neto (037.367.549-65); Eduardo Alexandre Vieira (251.972.358-02); Eduardo Álvaro Teixeira (015.853.876-57); Eduardo Alves Netto (076.808.446-66); Eduardo Andrade Costa (040.528.665-17); Eduardo Barbosa Braga (118.183.117-20); Eduardo Berman (081.754.917-01); Eduardo Bruschi (115.149.897-19)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6858/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.947/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Felipe Alves Lucas (120.342.147-81); Eduardo Ferreira dos Santos Junior (066.108.519-80); Eduardo Figueiredo (116.675.937-73); Eduardo Grechi Reche (844.101.918-53); Eduardo Henrique Reis Montalvão (084.341.806-00); Eduardo Jorge Graça dos Santos (047.468.507-12); Eduardo de Nardi Ros (008.054.840-78); Eduardo de Oliveira Matias (953.166.127-87); Eduardo de Souza Alves (101.283.047-07); Eduardo de Souza Gomes (104.211.937-60)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6859/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.949/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Patrício da Silva Vaz (039.779.115-11); Eduardo Paulo da Silva (184.670.908-39); Eduardo Pereira Alves (076.835.207-05); Eduardo Rangel Santos (035.833.815-80); Eduardo Real de Souza (048.659.939-67); Eduardo Roberto de Souza (260.910.328-01); Eduardo Silva Felix (101.211.637-92); Eduardo Soares Borges dos Santos (058.080.507-74); Eduardo Valeretto (414.276.738-02); Eduardo Valério Alves da Silva (074.206.758-05)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6860/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.954/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Acácia Regina Soares de Sá (713.024.175-68); Alan Tamer Vasques (656.665.852-15); Caroline Coelho Alves Paulino (017.541.251-07); Davi Lemes Ferreira (004.999.491-37); Jaylton Jackson de Freitas Lopes Júnior (010.042.495-35); Jeanne Nascimento Cunha Guedes (697.484.541-34); José Gonçalo dos Santos (314.108.981-72); Lorena Alves Ocampos (006.282.821-50); Murilo Borges de Lélis (005.623.821-51); Neidsonei Pereira de Oliveira (979.403.725-72)
1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6861/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.955/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paula Afoncina Barros Ramalho (046.931.624-18); Paulo da Silva Melo (006.138.211-65); Rafael Rodrigues de Castro Silva (017.188.315-28); Redivaldo Dias Barbosa (153.358.468-01); Sidney Evandro Amaral Araujo (021.259.574-18); Vanessa Maria Lopes Cantalino de Martins Cardoso (799.358.265-20)
1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6862/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.201/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Leonardo Ribeiro de Jesus (126.097.137-62); Carlos Roberto de Oliveira Santos (000.574.404-09); Cinthia Magalhães Araújo (002.769.941-24); Cristiano Rodrigues Pereira Junior (040.687.066-70); Daniela Serafini Machado (937.211.700-59); Danielle Monteiro Amorim (017.775.371-42); Danielle de Brito Machado (071.530.536-03); Danielly Parente Mousinho (803.396.971-72); Danusa Landim de Sousa (606.518.731-34); Debora Moraes Neri (014.718.256-55)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6863/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.203/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Glaucia Heloíse Talon de Menezes (730.038.161-87); Gustavo Alves Souza (006.110.641-03); Hygor dos Santos Monteiro (005.921.681-66); Idiane Antunes de Carvalho (991.631.101-30); Jaqueline Barbosa Meneses (027.682.921-25); Jeane Soares da Silva e Silva (035.441.444-50); João Batista Ramalho de Lima (046.046.624-01); João Erisson Pimenta Melo (009.490.223-22); João Paulo Dorea Cardoso (037.279.991-44); Juliana de Jesus Machado Hosannah (671.117.692-87)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6864/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.207/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ricardo Barbosa Campos (645.925.371-49); Sandra Regina Monteiro Bohn (793.824.441-49); Simone Rupp Baldessar (688.740.659-49); Simone da Costa Soares (071.970.706-43); Tatiana Carneiro Araújo Costa (874.890.901-72); Tatiana Diniz Araujo Valença (896.534.911-72); Tayenne Yukie Rodrigues Nakano (696.418.621-20); Thiago Arruda Neves (052.896.984-69); Thiago Brito de Farias (044.159.623-19); Wenderson Braz Gomes Junior (007.703.071-08)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6865/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.393/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Desiree Hernandez Mausbach Ricco (996.971.909-25)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6866/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.844/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Emmily Flugel Mathias (339.462.801-53)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6867/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.413/2006-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Carolina Correa Pinto Coelho (012.868.086-50); Fernanda Correa Pinto Coelho (012.868.056-35)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6868/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos, destacando que a cota parte relativa à viúva Luíza Pires Fernandes foi apreciada pela legalidade no TC-003.426/1997-1:

1. Processo TC-017.642/2011-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Esther de Souza Ramos (624.858.577-68)

1.2. Unidade: Ministério dos Transportes

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6869/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares, dar quitação plena aos responsáveis, e adotar as seguintes providências sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.897/2014-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Adilson do Nascimento Anísio (741.048.967-72); Admilson Monteiro Garcia (830.674.937-53); Adriana Queiroz de Carvalho (565.181.296-20); Adriano Meira Ricci (334.550.741-20); Aldemir Bendine (043.980.408-62); Aldo Cesar Martins Braido (064.456.448-21); Alexandre Corrêa Abreu (837.946.627-68); Anelizi Lenzi Ruas de Almeida (874.195.641-91); Antonio Pedro da Silva Machado (239.664.400-91); Antônio Mauricio Maurano (038.022.878-51); Augusto Carneiro de Oliveira Filho (779.545.807-68); Benito da Gama Santos (026.647.635-04); Bernardo Gouthier Macedo (508.238.506-25); Carlos Alberto Araujo Netto (001.415.907-42); Carlos Eduardo Leal Neri (843.606.077-68); Carlos Roberto de Abulquerque Sá (212.107.217-91); Clenio Severio Teribele (281.432.720-87); Clovis Ailton Madeira (253.599.328-72); César Augusto Rabello Borges (033.166.375-91); Daniele Russo Barbosa Feijó (070.646.277-79); Danielle Ayres Delduque (670.041.801-15); Edelcio de Oliveira (546.874.466-04); Edmar José Casalatina (017.122.018-83); Eduardo Georges Chehab (013.810.648-76); Elvio Lima Gaspar (626.107.917-04); Geraldo Afonso Dezena da Silva (775.575.068-04); Gueitiro Matsuo Genso (624.201.519-68); Gustavo Henrique Santos de Souza (018.831.394-06); Hayton Jurema da Rocha (153.667.404-44); Henrique Jager (831.180.477-04); Hideraldo Dwight Leitão (267.058.771-20); Ivan de Souza Monteiro (667.444.077-91); Ives Cezar Fulber (385.982.720-00); Jose Carlos Reis da Silva (350.077.450-49); José Maurício Pereira Coelho (853.535.907-91); Jânio Carlos Endo Macedo (038.515.528-06); Luis Aniceto Silva Cavicchioli (085.987.588-17); Luiz Henrique Guimarães de Freitas (350.319.726-53); Marcelo Augusto Dutra Labuto (563.238.081-53); Marco Antônio Ascoli Mastroeni (062.198.128-16); Marco Antônio da Silva Barros (732.550.257-53); Marcos Machado Guimaraes (398.826.591-87); Marcos Ricardo Lot (310.218.321-20); Marcos de Andrade Reis Villela (003.782.596-87); Márcio Hamilton Ferreira (457.923.641-68); Nelson Henrique Barbosa Filho (009.073.727-08); Nilson Martiniano Moreira (583.491.386-53); Osmar Fernandes Dias (171.988.289-49); Paulo José dos Reis Souza (494.424.306-53); Paulo Roberto Lopes Ricci (079.020.578-51); Paulo Rogério Caffarelli (442.887.279-87); Pedro Carvalho de Mello (025.056.817-91); Rafael Vieira de Matos (220.055.698-52); Raul Francisco Moreira (554.374.430-72); Robson Rocha (298.270.436-68); Sandro José Franco (529.739.729-49); Sandro Kohler Marcondes (485.322.749-00); Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça (001.338.128-80); Sérgio Peres (635.746.328-00); Walter Malieni Júnior (117.718.468-01)

1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional-Secex Fazenda que junte os documentos de peça 4, p. 42-45 e peça 8, ao processo de prestação de contas do Banco do Brasil referente ao exercício de 2014.

1.8. Dar ciência desta deliberação ao Banco do Brasil S/A.

ACÓRDÃO Nº 6870/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas da responsável indicada no subitem 1.2.1, dando-lhe quitação, bem como julgar regulares as contas dos responsáveis relacionados no subitem 1.2.2, dando-lhes quitação plena, adotar as seguintes medidas, sugeridas nos pareceres emitidos nos autos, e arquivar o processo:

1. Processo TC-032.477/2011-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Apenso: TC-002.311/2011-9 (Representação)

1.2. Responsáveis:

1.2.1. Contas julgadas regulares com ressalva: Flávia Skrobot Barbosa Grosso (026.631.392-20)

1.2.2. Contas julgadas regulares: Oldemar Ianck (042.782.592-04), Elilde Mota de Menezes (041.485.092-00), Plínio Ivan Pessoa da Silva (145.889.862-87) e Mauro Guimarães Ferreira (077.809.742-00)

1.3. Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secex/AM

1.7. Representação legal: não há

1.8. Dar ciência:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.8.1 à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) sobre a seguinte impropriedade: a ausência de procedimentos de separação e coleta dos resíduos recicláveis descartados no âmbito do gerenciamento ambiental da Suframa infringe o disposto no Decreto 5.940/2006;

1.8.2. desta deliberação à Superintendência da Zona Franca de Manaus, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ACÓRDÃO Nº 6871/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao responsável, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.949/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Gildo Rodrigues Silva (021.053.734-53)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Poço das Trincheiras/AL

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.6. Representação legal: Felipe de Pádua Cunhas de Carvalho (OAB/AL 5206)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6872/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, II e III e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, determinando-se à Secex/AP que providencie a restituição do montante de R$ 196,79, corrigido monetariamente desde 01/10/2015, decorrente de recolhimento a maior, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.6 do Acórdão nº 2522/2012 - 1ª Câmara, em Sessão de 08/05/2012, Ata nº 14/2012.

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem: 08/05/2012

Valor recolhido:	Data do recolhimento:	Valor recolhido:	Data do recolhimento:
144,31	07/02/2013	170,00	09/07/2014
160,00	07/03/2013	170,00	11/08/2014
170,00	08/04/2013	170,00	11/09/2014
160,00	09/05/2013	200,00	13/10/2014
160,00	07/06/2013	200,00	11/11/2014
200,00	10/07/2013	300,00	08/12/2014
160,00	09/08/2013	500,00	13/01/2015
150,00	10/09/2013	300,00	09/02/2015
160,00	11/10/2013	300,00	09/03/2015
160,00	06/11/2013	300,00	07/04/2015
160,00	11/12/2013	100,00	11/05/2015
160,00	13/01/2014	100,00	11/06/2015
200,00	13/02/2014	70,00	16/07/2015
200,00	12/03/2014	50,00	18/08/2015
175,00	15/04/2014	50,00	15/09/2015
170,00	09/05/2014	50,00	09/07/2014

1. Processo TC-012.097/2007-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 010.939/2013-0 (Cobrança Executiva); 010.938/2013-3 (Cobrança Executiva); 031.750/2012-5 (Monitoramento); 010.936/2013-0 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsável: Cézar da Costa Santos (303.632.332-53)

1.3. Unidade: Secretaria de Saúde do Estado do Amapá

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

1.7. Representação legal: Alexandre Verçosa de Souza (OAB/AP 1.291), Horácio Maurien Ferreira de Magalhães (OAB/AP 492-B), Nelson Adson Almeida do Amaral (OAB/AP 752-A), Otto Medeiros de Azevedo Junior (OAB/MT 7.683) e Ruben Bemerguy (OAB/AP 192)

ACÓRDÃO Nº 6873/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.2 do Acórdão 964/2011 - 1ª Câmara, prolatado em Sessão de 15/02/2011, Ata 4/2011.

Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem: 15/02/2011

Valore recolhido R$:	Data do recolhimento
R$ 425,17	22/06/2011
R$ 426,00	22/06/2011
R$ 427,00	11/07/2011
R$ 428,00	11/07/2011
R$ 8.511,86	19/07/2011

1. Processo TC-020.029/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jorci Mendes de Almeida (CPF: 126.011.101-63)

1.2. Unidade: Estado de Roraima

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secex/RR

1.6. Advogados constituídos nos autos: Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208), Jorci Mendes de Almeida Junior (OAB/RR 749) e Krishlene Braz Ávila (OAB/RR 305)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 6874/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação à responsável, ante o recolhimento integral do débito que lhe foi imputado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.1, Acórdão nº 1247/2012 - 1ª Câmara, em Sessão de 13/3/2012, Ata nº 7/2012.

Valor original do débito R$:	Data de origem	Valor original do débito R$:	Data de origem
4.436,00	12/02/2004	760,00	05/03/2004
11.209,00	18/02/2004	7.978,00	05/03/2004
1.030,00	20/02/2004	2.110,00	09/03/2004
5.156,00	20/02/2004	3.800,00	16/03/2004
945,00	27/02/2004	4.350,00	18/03/2004
7.900,00	04/03/2004	---	---
Valor recolhido R$:	Data do recolhimento	Valor recolhido R$:	Data do recolhimento
4.314,07	25/09/2012	4.314,07	30/04/2014
4.314,07	30/10/2012	4.314,07	30/05/2014
4.314,07	28/02/2013	4.314,07	31/07/2014
4.314,07	28/02/2013	4.314,07	29/08/2014
4.314,07	28/02/2013	4.314,07	29/08/2014
4.314,07	28/02/2013	4.314,17	30/09/2014
4.314,07	01/04/2013	4.314,07	28/11/2014
4.314,07	23/04/2013	4.314,07	28/11/2014
4.314,07	29/05/2013	4.314,07	28/04/2015
4.314,07	28/06/2013	5.965,57	30/04/2015
4.314,07	30/07/2013	5.965,57	30/04/2015
4.314,07	28/08/2013	5.965,57	12/05/2015
4.314,07	30/09/2013	5.965,57	12/05/2015
4.314,07	30/10/2013	5.965,57	29/05/2015
4.314,07	28/11/2013	5.965,57	30/06/2015
4.314,07	30/12/2013	5.965,57	31/07/2015
4.314,07	31/03/2014	5.965,57	31/08/2015
4.314,07	31/03/2014	224,41	07/10/2015
4.314,07	30/04/2014	---	---

1. Processo TC-030.230/2007-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 004.889/2013-4 (Cobrança Executiva); 004.373/2013-8 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsável: Prefeitura Municipal de Santana/AP (23.066.640/0001-08)

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Santana/AP

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

1.7. Representação legal: Deire Sandre Correa (OAB/AP 1256), representando Prefeitura Municipal de Santana/AP

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6875/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 5842/2015 - TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 13/10/2015, Ata nº 35/2015, para que, onde se lê: "considerar atendida a determinação constante no item 7.1. do Acórdão 2.327/2014 - 1ª Câmara, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário, conforme pareceres emitidos", leia-se "considerar atendida a determinação constante no item 1.7 do Acórdão 2.327/2014 - 1ª Câmara, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário, conforme pareceres emitidos", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.557/2015-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6876/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 5435/2015 - TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 15/09/2015, Ata nº 32/2015, relativamente ao item 3, para que, onde se lê: José Antônio Peixoto (responsável técnico da empresa Projecto Engenharia Projetos e Montagens Ltda., CPF nº 035.555.595-53)", leia-se José Antônio Peixoto (responsável técnico da empresa Projecto Engenharia Projetos e Montagens Ltda., CPF nº 034.055.595-53)", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.769/2012-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Colombo José da Silva Melo (073.875.715-20); José Antônio Peixoto (034.055.595-53); Osvaldo Alves do Nascimento Filho (111.605.865-00); Patrícia Maria da Fonseca Porto Garcez (311.180.895-53); Valmor Barbosa Bezerra (235.018.125-15)

1.2. Unidade: Governo do Estado de Sergipe

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6877/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente e determinar seu arquivamento em face do recolhimento, pelo Estado da Paraíba, do total de valores glosados no âmbito do Convênio 5/2007, celebrado com o Ministério da Integração Nacional, dando-se ciência desta decisão ao representante:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-034.453/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB)

1.2. Unidade: Estado da Paraíba

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/PB

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 29/2015 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 6878/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.946/2015-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vania da Fonseca Faria (760.545.357-49)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6879/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.948/2015-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Americo Acácio Franzotti (945.804.058-20); Mary Lane Ranna de Paula (019.203.068-03)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6880/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.758/2008-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Berenice Maia Carvalho (060.672.202-53); Edimar Barros Pinheiro (060.671.582-72); Edna Costa Gomes Ferreira (183.084.142-49); Maria Aparecida Santos Cadorin (112.710.512-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6881/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.357/2015-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angela Schachter Guidoreni (370.345.967-00); Arlete Matos Bahia (473.662.907-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6882/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.419/2015-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jacy Jorge da Silva (073.515.001-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6883/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.427/2015-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Bernardo Aires Correa Lima (000.973.733-20); Bernardo Aires Correa Lima (000.973.733-20)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6884/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.430/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aryette Varella Pinto (352.264.397-68); Carlos Alberto de Melo Barros (384.104.277-53); Cleide Helena Mendes (220.680.231-72); Etivaldo Alves de Queiroz (118.749.021-00); Ildaci Silverio Borges (074.631.701-87); Ildaci Silverio Borges (074.631.701-87); Maria de Lourdes Santos Gusmão de Oliveira (176.180.703-00); Matilde Hack (346.070.561-20); Ruth Barbosa Tavares (146.481.561-53); Sebastiao Silverio dos Reis (066.773.801-06)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6885/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.443/2015-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Janira Nunes da Silva Martins (089.269.055-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6886/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.444/2015-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Ferreira Cruz (041.022.313-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6887/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.464/2015-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Raimundo Alves da Fonseca (004.681.265-20); Raimundo Nonato de Souza (105.920.915-20)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6888/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.466/2015-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Thales Gouveia Limeira (379.552.337-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6889/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.471/2015-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Armelina da Rosa Ribeiro (291.542.190-00); Carlos Adilio Maia do Nascimento (007.264.940-20); Edgar Juan Zurita Pereira (090.561.220-53); Gabino Peixoto de Miranda (008.446.160-87); Jorge Erminio Machado (105.331.920-72); Jorge Erminio Machado (105.331.920-72); Jose Carlos Cardoso Wagner (042.554.370-68); Luiz Alberto de Oliveira Santos Goncalves (074.296.730-15)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6890/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.472/2015-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo César Guimarães Dale Coutinho (385.382.107-34)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6891/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.475/2015-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Danilo Prado Garcia (024.922.028-87)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6892/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.476/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Danilo Prado Garcia (024.922.028-87)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6893/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.000/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luan Silva de Mendonca (059.407.177-13); Luana da Silva Brito (083.049.007-85); Luana de Souza Pereira (118.755.987-31); Lucas Blondet Bezerra (131.596.557-76); Lucas Calazans de Andrade (129.119.737-04); Lucas Nogueira Azeredo Ferreira (127.205.497-70); Luciana Inacio Soares (073.965.177-37); Luciano Ferreira Alves (112.670.907-74); Luciano Silva de Lima (054.994.197-52); Luciano Sobreira (138.782.227-69)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6894/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.002/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Henrique dos Santos Pacheco (111.728.347-09); Luiz Henrique dos Santos Silva (106.644.577-03); Lynaldo Nascimento de Souza (986.457.817-00); Maike Bastos Rocha (128.663.627-21); Marcello Gomes Pacheco Junior (130.328.867-24); Marcellus Augustus Santanna de Oliveira (047.455.687-54); Marcelo Alves da Silva (013.006.307-01); Marcelo Carvalho de Sampaio (074.603.987-56); Marcelo Paula Macedo (125.809.117-82); Marcelo de Moraes Avila (121.037.587-73)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6895/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.004/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marco Antonio Cunha Passos (122.440.767-92); Marco Aurelio Costa Rodrigues da Silva (104.121.477-42); Marcos Andre Lopes Pinheiro (037.375.747-66); Marcos Antonio da Silva (089.423.727-67); Marcos Balbino dos Santos (026.703.827-54); Marcos Brandao (715.008.557-15); Marcos Cezar Goncalves Noronha Filho (084.057.877-63); Marcos Evangelista Rocha (959.425.487-49); Marcos Guilherme de Castro Pires (136.771.047-26); Marcos Moraes da Costa (109.383.317-36)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6896/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.007/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Max Felipe Ribeiro Sousa (116.381.287-07); Max Wilson Santos de Araujo (082.964.907-73); Maximo Barbosa Predes Pacheco (110.080.887-65); Meidson Wilian Gomes e Silva (149.904.857-26); Melquizedeque Silveira Oliveira (055.424.597-30); Messias de Castro Sousa (092.423.947-69); Michael Douglas Firmamento de Oliveira (114.300.347-00); Michel da Silveira Santos (098.506.297-54); Michel de Lima Soares (056.669.937-04); Michele da Costa Ouverney Santos (080.158.067-63)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6897/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.011/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Cesar da Conceicao Junior (075.558.357-46); Paulo Cesar de Assis (052.343.677-70); Paulo Cesar de Souza Gomes (104.471.497-25); Paulo Felipe Correa de Souza (108.232.117-62); Paulo Gomes de Souza (398.834.263-72); Paulo Henrique da Silva Pereira (060.350.747-66); Paulo Jose da Silva Junior (105.080.977-70); Paulo Luiz de Oliveira Souza (104.115.247-71); Paulo Renato da Silva Guimaraes (120.643.687-52); Paulo Roberto Lima Fernandes Junior (130.117.597-82)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6898/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.012/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Sergio Ferreira Santos (081.628.897-60); Paulo Syrio Xavier (804.499.217-00); Pedro Antono de Toledo Filho (111.408.827-75); Pedro Henrique Daniel Dornellas (138.830.857-66); Pedro Paulo de Souza Passos (870.564.027-04); Pedro Vinicius Reis da Silva (116.783.777-08); Phelipe Brito Alves (108.585.307-16); Piter de Almeida Souza (116.266.477-04); Plinio Gomes da Silveira (131.091.557-10); Plinio Marcos Aguiar de Oliveira (135.034.847-36)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6899/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.016/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renato Araujo de Sousa (079.616.717-65); Renato Jose Vieira (117.971.547-02); Renato Matos de Oliveira (607.867.527-34); Ricardo Augusto Mello Loretto (037.250.607-03); Ricardo Carius da Silva (030.083.797-61); Ricardo Nunes do Nascimento (100.292.537-13); Ricardo Santos de Souza Santa Rita (104.801.677-37); Ricardo de Souza Fiontino (075.423.937-31); Ridlei Lopes de Oliveira Filho (134.663.867-56); Roberto Araujo de Moraes Freitas (058.365.397-90)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6900/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.017/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberto Carlos Barros de Oliveira (028.840.647-88); Roberto Carlos Mendonca Ribeiro (018.862.557-76); Roberto Lincoln Goncalves de Abreu (056.862.637-01); Roberto de Oliveira Couto (086.609.317-69); Robson Coutinho Marques (052.527.707-27); Robson Luiz da Silva Candido (056.179.097-38); Robson dos Santos Prazeres (053.338.897-08); Rodolfo Pinheiro Correa (058.718.127-32); Rodrigo Augusto dos Santos (092.430.747-17); Rodrigo Cabaleiro da Costa (098.895.527-01)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6901/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.020/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ronaldo Crispim Camilo (012.332.097-60); Ronaldo Quadros Santos (072.043.717-20); Ronie Braz Pereira de Almeida (111.424.667-01); Rosana Goncalves Rezende (014.262.247-88); Rosana Maria da Silva Araujo (104.349.947-40); Rosemario Pereira de Oliveira (116.429.497-01); Rosemary de Brito Bergara (262.291.348-61); Rozeane Anacleto da Silva de Souza Basto (096.099.727-05); Ruam Carlos Alves Baptista (026.867.967-31); Ruan Kenedy Braga Pecanha Junior (133.704.247-11)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6902/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.136/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eliane Dias Maria (007.875.190-06)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6903/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.405/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Bernardo Ferreira Pinto (776.026.174-87)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Piauí - DR/PI

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6904/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.863/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tiago Santana da Silva (111.610.817-80); Tiago Silva de Sousa (103.825.817-09); Tiago Silva dos Santos (124.967.217-14); Timoteo Tavares Rodrigues da Silva (095.453.027-63); Ualace Argolo de Castro (116.947.997-94); Uellington Bruno da Silva (123.263.397-62); Valdir da Silva Almeida (071.892.637-48); Valeria Barbosa de Barros e Silva (082.044.457-09); Valeria Feitosa Carvalho (141.352.017-09); Valquiria da Silva Andrade (053.507.547-26)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6905/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.868/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wender Rocha da Silva (113.323.077-60); Wesley de Araujo Goncalves (115.051.187-78); Weverton Mury Campos (115.873.137-07); Wilber Siqueira Rangel (112.347.617-93); Wilcemar Tavares (000.355.607-70); Wileson Araujo Batista (056.888.627-50); Wilians Pereira (090.883.657-09); William Cesar da Silva Vieira (119.131.367-01); William de Aguiar da Silva (118.836.147-32); William de Albuquerque Moreira (123.353.787-32)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6906/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.869/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: William Vargas Pereira de Oliveira (038.647.687-05); Willian Guimaraes Vivas (095.856.717-43); Wilson Junior Rosa dos Santos (091.589.227-84); Wilson Rodrigues Florindo da Silva (103.713.297-10); Wladimir Gomes Portella (080.447.967-46); Yago da Silva Pereira de Souza (058.705.377-11); Yuri Armstrong Cantanhede (143.130.377-13)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6907/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.475/2015-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Antonio Martins de Carvalho Rocha (199.307.983-15)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6908/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.477/2015-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Isabela Watnick Caraver (355.542.458-03)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6909/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que em decisões normativas anuais o Tribunal de Contas da União decide quais unidades jurisdicionadas irão prestar contas a esta Casa, bem como o conteúdo dos respectivos relatórios de gestão;

Considerando que, conforme o art. 8°, §4º, da Resolução-TCU n. 234/10, as unidades instrutivas do TCU não devem propor em processos específicos a definição dos conteúdos dos relatórios de gestão, devendo fazê-lo em consulta anual realizada pela Segecex;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos responsáveis indicados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 29), à unidade jurisdicionada, adotar as medidas a seguir e em determinar, ao final, o arquivamento dos autos, adotando-se parcialmente os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-046.435/2012-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Abidias Jose de Sousa Junior (279.712.951-20); Antônio Carlos de Lima Borges (064.153.422-15); Carlos Pedrosa Júnior (003.232.251-87); Eduardo José Lima Cunha (209.582.426-15); Evandro Bessa de Lima Filho (021.431.947-49); Gilvandro Negrão Silva (116.713.192-49); Jorge Ivan Falcão Costa (228.809.763-91); Luiz Fernando Pires Augusto (688.045.557-34); Wilson Evaristo (079.915.502-06)

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. recomendar ao Basa, com objetivo de aperfeiçoamento da gestão, que:

1.7.1. aprimore os mecanismos de fixação de metas, aperfeiçoando seu planejamento para o estabelecimento de metas possíveis de serem realizadas, conforme fixado no Plano Plurianual - PPA e da Lei Orçamentária Anual - LOA;

1.7.2. elabore norma sistematizando os procedimentos de dispensa de licitação, institua controles adequados nos procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços de pequeno valor e capacite os empregados envolvidos nas aquisições de bens e serviços sobre as normas que regulam as aquisições por dispensa de licitação, especialmente sobre os julgados do TCU sobre o assunto;

1.7.3. aprimore os procedimentos administrativos de modo a tornar mais eficiente a gestão de suprimento de bens e serviços da Instituição, evitando a realização de dispensas com base em emergência decorrentes de falhas no planejamento das aquisições;

1.7.4. observe as regras constantes em documentos técnicos, a exemplo do Roteiro de Métricas de Software do SISP (peça 25), as determinações constantes nos Acórdãos 1.782/2007 - TCU-Plenário; 1.910/2007-TCU-Plenário; 2.024/2007 - TCU-Plenário; Acórdão 1.274/2010 - TCU-Plenário e Acórdão 1.647/2010 - TCU-Plenário, originários deste Tribunal, e avalie a conveniência de desenvolver um roteiro próprio, a exemplo do editado pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB (peça 26), para ser utilizado quando da licitação para contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de *software*.

1.8. determinar à Secex-PA que na próxima oportunidade na qual for instada a se pronunciar sobre o conteúdo do relatório de gestão do Banco da Amazônia S.A. para fins de consolidação e elaboração da decisão normativa anual que o define, manifeste-se quanto à necessidade de inclusão, no relatório, das informações e situações específicas tratadas nestes autos.

RELAÇÃO Nº 29/2015 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 6910/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 5 a 8), em:

a) julgar regulares as contas dos Srs. Bruno Vaz Castilho de Souza (965.133.307-34); Clemens Darvin Gneiding (311.273.049-68); José Sebastião Soares (787.840.938-20); Egas Murilo de Sousa Lemos Filho (541.117.497-04); Elieber Mateus dos Santos (000.231.146-14); Alberto Rodríguez Ardila (785.305.470-04); Albert Josef Rodolf Bruch (012.714.276-21); Rodrigo Prates Campos (127.666.666-72); Ronaldo da Cunha Vasconcelos (918.916.206-49); Antonio Cesar de Oliveira (020.406.738-30); Márcio Vital de Arruda (824.954.671-72); Maximiliano Luiz Faúndes Abans (047.671.618-78); Tânia Pereira Dominici (173.195.568-55); Ângelo José Fernandes (413.566.676-00); Vanessa Bawden de Paula Macanhan de Arruda (005.869.916-38), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

b) adotar as demais medidas propostas, segundo os pareceres, conforme item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-020.529/2013-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Bruno Vaz Castilho de Souza (965.133.307-34); Clemens Darvin Gneiding (311.273.049-68); José Sebastião Soares (787.840.938-20); Egas Murilo de Sousa Lemos Filho (541.117.497-04); Elieber Mateus dos Santos (000.231.146-14); Alberto Rodríguez Ardila (785.305.470-04); Albert Josef Rodolf Bruch (012.714.276-21); Rodrigo Prates Campos (127.666.666-72); Ronaldo da Cunha Vasconcelos (918.916.206-49); Antonio Cesar de Oliveira (020.406.738-30); Márcio Vital de Arruda (824.954.671-72); Maximiliano Luiz Faúndes Abans (047.671.618-78); Tânia Pereira Dominici (173.195.568-55); Ângelo José Fernandes (413.566.676-00); Vanessa Bawden de Paula Macanhan de Arruda (005.869.916-38)

1.2. Órgão/Entidade: Laboratório Nacional de Astrofísica

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência desta deliberação ao Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA.

1.7.2 arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 6911/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 10 a 13), em:

a) julgar regulares as contas dos Srs. Adriana Chagas do Nascimento (643.865.034-04); Cléa Costa do Nascimento (262.107.205-44); José Gilton Pereira Lima (381.671.074-34); Willys José Carlos Albuquerque (309.479.794-68); Wilton Malta de Almeida (060.278.495-68), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

b) dar ciência desta deliberação à Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado de Alagoas (Sesc/AL) e a Controladoria Regional da União em Alagoas.

1. Processo TC-027.825/2014-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Adriana Chagas do Nascimento (643.865.034-04); Cléa Costa do Nascimento (262.107.205-44); José Gilton Pereira Lima (381.671.074-34); Willys José Carlos Albuquerque (309.479.794-68); Wilton Malta de Almeida (060.278.495-68)

1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc no Estado de Alagoas

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 6912/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 18 a 21, em:

a) julgar regulares, com ressalva, as contas dos Srs. Manoel Valdemiro Francalino da Rocha (322.418.922-87), Emerson Costa Gomes (040.676.492-15), Aloisío Inácio da Silva (096.189.102-53), Arnaldo Tomás Cordeiro Barbosa (436.628.476-72), Carlos Roberto Baena (057.572.231-20), Evandro Araújo de Aquino (627.020.842-49), Ezequiel Rodrigues de Oliveira (435.026.522-87), José Carlos Bastos (386.503.637-38) e Risalva Santos de Araújo (136.455.442-91), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

b) adotar as demais medidas propostas, segundo os pareceres, conforme item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-028.992/2014-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Aloísio Inácio da Silva (096.189.102-53); Arnaldo Thomaz Cordeiro Barbosa (436.628.467-72); Carlos Roberto Baena (057.572.231-20); Emerson Costa Gomes (040.676.492-15); Evandro Araújo de Aquino (627.020.842-49); Ezequiel Rodrigues de Oliveira (435.026.522-87); José Carlos Bastos (386.503.637-68); Manoel Valdemiro Francalino da Rocha (322.418.522-87); Risalva Santos de Araújo (136.455.442-91)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Acre (Sescoop/AC)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - AC (Sescoop/AC), para que adote providências posteriormente as informe, analiticamente, em seu relatório de gestão, de que a falta de processamento das prestações de contas dos adiantamentos da verba de representação da Presidência do Conselho de Administração do Sescoop/AC no exercício de 2013, no valor de R$ 51.612,00, mesmo após o encerramento contábil do exercício, violou o dever de prestar contas insculpido no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal;

1.7.2 encaminhar cópia do ofício de notificação descrito no item 1.7.1 à Controladoria Regional da União no Estado do Acre (CGU/PR-AC), para acompanhamento;

1.7.3 dar ciência desta deliberação ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - AC (Sescoop/AC); e

1.7.4 encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU.

ACÓRDÃO Nº 6913/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

a) conhecer da presente representação, ante os motivos expostos pela Secex/RO;

b) apensar os autos definitivamente aos processos TC-005.015/2015-4 e TC-004.992/2015-6, com fulcro no art. 36 da Resolução/TCU 259/2014;

c) dar ciência desta deliberação ao Sr. Nilson Akira Suganuma - Prefeito Municipal de Vale do Anari/RO.

1. Processo TC-017.142/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Nilson Akira Suganuma (160.574.302-040

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vale do Anari - RO

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 29/2015 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 6914/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II, da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-027.399/2015-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nila Marlene da Silva Magalhães (601.777.056-04).

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6915/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-028.235/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Davidson Marques Rodrigues da Silva (047.256.536-24).

1.2. Órgão: Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6916/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II, da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II, e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-025.820/2015-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Raimunda de Araujo Aguiar (235.072.503-06).

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, II, da Resolução TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 6917/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II, da Lei 8.443/1992, e art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II e 260, §5º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.444/2015-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Celia Leitao de Oliveira Pinto (020.475.787-87); Cirene de Araujo Melquiedes (684.782.407-72); Elsa Soares Batista (568.753.397-49); Ideziu Barizon (051.531.827-20); Lenura de Oliveira Santos (000.665.107-08); Maria da Silva Braga (463.219.267-87); Zeila Moura Francisco (023.042.807-06).

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6918/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 208 e 214, II, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, em razão das impropriedades verificadas e dar quitação aos responsáveis, e regular as demais, com quitação plena, fazendo-se a determinação sugerida.

- Alte Saturno Evangelista Zylberberg (050.071.273-53), Álvaro Henrique Vianna de Moraes (081.622.807-82), Américo Paysan Valdetaro Filho (498.978.707-25), Francisco de Assis Abrão (027.213.509-78) e Haroldo Leite Ribeiro (469.780.627-15):

a) ausência, nas demonstrações contábeis do exercício de 2012, de provisão para perda de investimentos;

b) registro indevido nas demonstrações contábeis do exercício de 2012 de investimento na subsidiária integral South America Ordenance S/A, em razão de sua extinção em agosto do mesmo exercício; e

c) falta de adequação às normas de convergência internacionais, contidas na Lei 11.638/2007, quando da elaboração das demonstrações contábeis, principalmente no que diz respeito à redução ao valor recuperável dos ativos e ajuste ao valor presente.

1. Processo TC-029.183/2013-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Alte Saturno Evangelista Zylberberg (050.071.273-53); Alvaro Henrique Vianna de Moraes (081.622.807-82); Americo Paysan Valdetaro Filho (498.978.707-25); Antonio Carlos Lonthfranc (394.340.797-72); Carlos Cesar Araujo Lima (499.026.017-15); Carlos Jose Nascimento (233.369.947-72); Francisco de Assis Abrão (027.213.509-78); Haroldo Leite Ribeiro (469.780.627-15); Idervânio da Silva Costa (794.129.981-04); Ione Tereza Arruda Mendes Heilmann (012.529.387-99); Joao Edison Minnicelli (321.784.507-25); Jose Alberto da Costa Abreu (452.789.897-34); Rodrigo Andre de Castro Souza Rego (498.063.191-68); Sinclair James Mayer (618.430.088-15).

1.2. Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Indústria de Material Bélico do Brasil sobre a impropriedade alusiva à inclusão indevida de pessoas no rol de responsáveis, em desacordo com os incisos I, II, e III do art. 10 da IN TCU 63/2010.

ACÓRDÃO Nº 6919/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 8), ao representante e aos Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social de Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

1. Processo TC-027.909/2015-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Consulplan Consultoria Ltda. (01.185.758/0001-04).

1.2. Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo; Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6920/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 9) ao representante e ao Serviço Social do Comércio (Sesc), por intermédio da Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro.

1. Processo TC-027.924/2015-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Martignoni, Tinoco e Moraes Advogados Associados (08.804.805/0001-08).

1.2. Entidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: Raphaela Cunha Justo da Silva (OAB/RJ 94.117), e outros, peça 7, representando o Serviço Social do Comércio-SESC/ARRJ.

1.7. Ciência:

1.7.1. dar ciência ao Serviço Social do Comércio (Sesc), por intermédio da Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro, de que é ilegal, nos editais de licitação para contratação de sociedade de advogados, exigir, como condição de habilitação para participação no certame, que empresa licitante apresente seus atos constitutivos, bem como a comprovação de inscrição de seus advogados sócios, registrados em seccionais específicas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), constante dos subitens 6.1.1. 'a' e 6.1.5. 'c' do edital do Convite Sesc/ARRJ n. 06/2015, uma vez que restringem o caráter competitivo da licitação, insculpido no art. 37, *caput*, e inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 12, I, "c", do Regulamento de Licitações e Contratos próprio do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc n. 1252/2012, devendo tais condições serem verificadas, consoante a legislação específica aplicável à atividade, quando da fase da contratação.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 6921 a 6959, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 6921/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-007.651/2015-5
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: João José Pereira Filho (ex-prefeito, CPF 020.910.164-46)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela/AL
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secex/AL
8. Advogado constituído nos autos: não atuou

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de Teotônio Vilela/AL para custeio do Programa Brasil Alfabetizado, ao longo do exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "a"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; e 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável João José Pereira Filho, condenando-o a pagar os valores indicados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
28.182,80	19/9/2004
30.354,30	6/10/2004
30.354,30	10/11/2004
30.354,30	29/12/2004
30.354,30	29/12/2004

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6921-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6922/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.690/2013-4
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: espólios de Salomão Benevides Gadelha (CPF 205.099.444-34, ex-Prefeito) e Aline Pires Benevides (CPF 567.781.714-72, ex-Secretária Municipal de Saúde), representados pela inventariante Myriam Pires Benevides Gadelha (CPF 077.218.614-62), e Evidence Construção e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 05.485.167/0001-03)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Sousa/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secex/PB
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em função da utilização indevida dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, destinados à Assistência de Média e Alta Complexidade, para o pagamento à empresa Evidence Construção e Empreendimentos Ltda. por execução de obra inacabada de reforma e ampliação do Pronto Socorro e Maternidade Municipal de Sousa/PB, sem a devida comprovação por boletins de medição relativos ao Contrato/PMS/Secad nº 1.766/2004, firmado pelos então Prefeito Salomão Benevides Gadelha e a Secretária de Saúde Aline Pires Benevides, já falecidos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e §§ 5º e 7º, 214, inciso III, e 267 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Salomão Benevides Gadelha (ex-Prefeito Municipal de Sousa/PB), Aline Pires Benevides (ex-Secretária Municipal de Saúde), já falecidos, e da Evidence Construção e Empreendimentos Ltda., condenando a referida empresa solidariamente com os espólios ou os herdeiros dos dois primeiros responsáveis, caso concluídos os inventários, até o limite do valor dos patrimônios transferidos, ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Bloco Financiamento de Média e Alta Complexidade do Fundo Municipal de Saúde de Sousa/PB, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor (R$)
10/11/2004	24.870,50
16/11/2004	52.600,00
16/11/2004	30.700,00

9.2. aplicar à Evidence Construção e Empreendimentos Ltda. multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República na Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6922-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6923/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-010.632/2014-0
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Sociedade Beneficente, Cultural e Recreativa Imperatriz Dona Leopoldina (CNPJ 87.964.714/0001-06) e Maurício Nunes Santos (presidente, CPF 554.571.930-04)
4. Unidade: Sociedade Beneficente, Cultural e Recreativa Imperatriz Dona Leopoldina
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secex/RS
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à falta de elementos obrigatórios na prestação de contas do Convênio nº 1003/2007 (Siafi 620769), firmado entre a Sociedade Beneficente, Cultural e Recreativa Imperatriz Dona Leopoldina e o Ministério do Turismo, com vistas à realização do "Desfile de Carnaval de Rua 2008 - Imperatriz Dona Leopoldina", em Porto Alegre/RS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "b"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos responsáveis Sociedade Beneficente, Cultural e Recreativa Imperatriz Dona Leopoldina e Maurício Nunes Santos, condenando-os, solidariamente, a pagar o valor de R$ 102.100,00 (cento e dois mil e cem reais), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 6/3/2008 até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprovem perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional;

9.2. aplicar aos responsáveis Sociedade Beneficente, Cultural e Recreativa Imperatriz Dona Leopoldina e Maurício Nunes Santos, individualmente, multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprovem perante o TCU o recolhimento do respectivo valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data deste acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6923-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6924/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.415/2014-1.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Admissão).
3. Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
3.1. Interessados: Adriano de Oliveira Ferreira (CPF 008.471.084-57), Alexsandro Sousa Melo (CPF 038.586.414-05), Benildo Sebastião da Silva (CPF 053.659.694-80), Candido Guilherme Freire Barros Miranda (CPF 089.758.634-41), Daniela Gonçalves de Freitas (CPF 087.897.674-46), Diclan José da Silva (CPF 013.902.174-42), Eliakim da Silva Ramos (CPF 087.900.094-52), Erick Jean Nazário (CPF 058.760.144-27), Esdras Vieira de Melo (CPF 050.550.024-84) e Israel Leite de Queiroz (CPF 085.672.594-36).
4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco - DR/PE.
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur.
8. Advogado constituído nos autos: Marcio Yoshio Tazaki (OAB/DF nº 37.940).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de pedido de reexame interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra o Acórdão nº 7.862/2014-TCU-1ª Câmara, que negou registro aos atos de admissão dos empregados Adriano de Oliveira Ferreira, Alexsandro Sousa Melo, Benildo Sebastião da Silva, Candido Guilherme Freire Barros Miranda, Daniela Gonçalves de Freitas, Diclan José da Silva, Eliakim da Silva Ramos, Erick Jean Nazário, Esdras Vieira de Melo e Israel Leite de Queiroz, por terem ocorrido com base em decisão liminar que prorrogou a validade do concurso por tempo indeterminado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados e à recorrente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6924-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6925/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.469/2014-4

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Admissão)

3. Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

3.1. Interessados: Adriano dos Santos Ribeiro (CPF 713.416.681-34), Joaquim Pereira Primo CPF 842.441.271-00), José Coelho dos Santos (567.023.451-00), José Henrique Barros CPF 696.136.991-04), Juliana Pires da Silva CPF 518.094.781-20), Lais Harumi Tsujii CPF 025.149.651-10), Luiz Alvaro Ferreira CPF 011.264.771-50), Maxwell Leandro da Cruz CPF 010.703.951-61), Rudy Abrao Cozac CPF 889.319.191-15), Vitor Lobo Pinto CPF 035.775.241-46) e Wesneide de Oliveira Soares CPF 024.231.341-85)

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás - DR/GO

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Raphael Ribeiro Bertoni (OAB/SP nº 259.898)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de pedido de reexame interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra o Acórdão nº 671/2015-TCU-1ª Câmara, que negou registro aos atos de admissão dos empregados Adriano dos Santos Ribeiro, Joaquim Pereira Primo, José Coelho dos Santos, José Henrique Barros, Juliana Pires da Silva, Lais Harumi Tsujii, Luiz Alvaro Ferreira, Maxwell Leandro da Cruz, Rudy Abrao Cozac, Vitor Lobo Pinto e Wesneide de Oliveira Soares, por terem ocorrido com base em decisão liminar que prorrogou a validade do concurso por tempo indeterminado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados e à recorrente.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6925-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6926/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-024.533/2014-9

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Gilvando Carneiro Leal (ex-prefeito, CPF 146.511.144-15)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Lagoa Seca/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogado constituído nos autos: não atuou

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à impugnação total das despesas indicadas na prestação de contas dos recursos repassados ao Município de Lagoa Seca/PB pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para custeio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao longo do exercício de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "b"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; e 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Gilvando Carneiro Leal, condenando-o a pagar os valores indicados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
8.908,00	24/2/2000
8.908,00	22/3/2000
8.908,00	25/4/2000
8.908,00	23/5/2000
8.908,00	21/6/2000
8.908,00	18/7/2000
8.908,00	23/8/2000
445,40	22/9/2000
6.681,00	22/9/2000
1.781,60	26/9/2000
8.908,00	24/10/2000
8.908,00	17/11/2000

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6926-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6927/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-027.115/2010-0

2. Grupo I, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas - exercício de 2009)

3. Recorrente: Emerson Jocaster Negri Scherer (CPF: 701.379.000-15), ex-Superintendente

4. Unidade: Superintendência Regional do Médio São Francisco (SR 29/PE) do Incra

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidades Técnicas: Secex/PE e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de reconsideração interposto por Emerson Jocaster Negri Scherer, ex-Superintendente da Superintendência Regional do Incra no Médio São Francisco (SR-29/PE), contra o Acórdão 3566/2014-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/92, c/c o art. 285, § 2º, do RI/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reduzindo para R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) a multa cominada no item 9.2 do Acórdão 3566/2014-TCU-Primeira Câmara, que passa a constar com a seguinte redação:

"*9.2. aplicar ao sr. Emerson Jocaster Negri Scherer a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor*;";

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-Sede) e à Superintendência Regional do Médio São Francisco (SR 29/PE) do Incra.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6927-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6928/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.149/2011-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Crisélia de Fátima Vieira Dutra (185.577.324-49); Fundação Rubens Dutra Segundo (01.627.117/0001-62)

3.3. Recorrentes: Fundação Rubens Dutra Segundo (01.627.117/0001-62); Crisélia de Fátima Vieira Dutra (185.577.324-49).

4. Órgão/Entidade: Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

Advogados constituídos nos autos: Enriquimar Dutra da Silva (2605/PB-OAB), Romilton Dutra Diniz (OAB/PB 4.583).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que cuidam, nesta fase, de recursos de reconsideração interpostos pela Fundação Rubens Dutra Segundo e pela Sra. Crisélia de Fátima Vieira Dutra contra o Acórdão 5666/2014-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pela Fundação Rubens Dutra Segundo e pela Sra. Crisélia de Fátima Vieira Dutra, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, ambos da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar a eles provimento, mantendo inalterado o Acórdão 5666/2014-1ª Câmara;

9.2 encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, aos recorrentes e aos demais órgãos interessados.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6928-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 6929/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.045/2014-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial
3. Recorrente: Francisco Eduardo Correa Cardozo (785.675.567-91)
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal: Eder Pessoa da Costa (186.327/SP-OAB); Renan Marcelino Andrade (343871/SP-OAB)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto em face do Acórdão 6009/2014-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de forma a tornar insubsistente o subitem 9.2 do acórdão recorrido;
9.2. dar ciência ao recorrente e à Caixa Econômica Federal do teor desta deliberação.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6929-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6930/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.702/2013-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão civil
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Guimarães Biaggi (113.703.568-46).
4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por servidor da Agência Nacional de Telecomunicações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao ato de peça 2;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé por Maria Guimaraes Biaggi, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;
9.3. determinar à Agência Nacional de Telecomunicações que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Maria Guimarães Biaggi no prazo de quinze dias e faça juntar a estes autos o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes; e
9.3.2. faça cessar os pagamentos do ato ora impugnado no prazo de trinta dias;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem anterior.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6930-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6931/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.343/2012-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração(Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministerio do Trabalho e Emprego - Mte (00.461.251/0001-22)
3.2. Responsáveis: Ana Catarina Peixoto de Brito (151.577.842-87); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA (05.402.797/0001-77); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04); Ítalo Cláudio Falesi (000.481.782-68)
3.3. Recorrente: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA (05.402.797/0001-77).
4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
8. Representação legal :
8.1. Ademi Eladio de Alencar (6.593-E/OAB-PA), representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA;
8.2. Aline da Costa Amanajás (10.958/OAB-PA), representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA;
8.3. Bruna Fabrini Quemel de Aquino (15.483/OAB-PA), representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA;
8.4. Edgar Jardim da Conceição (6.100-E/OAB-PA), representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA;
8.5. Isabelle de Sousa Botelho Soares (17.419/OAB-PA), representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA;
8.6. Joao da Costa Mendonca (1128/OAB-TO), representando Ana Catarina Peixoto de Brito;
8.7. Joao da Costa Mendonca (1128/OAB-TO), representando Suleima Fraiha Pegado;
8.8. João Luis Brasil Batista Rolim de Castro (14045/OAB-PA), representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA;
8.9. Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (28.949/OAB-DF), representando Ana Catarina Peixoto de Brito;
8.10. Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (28.949/OAB-DF), representando Suleima Fraiha Pegado;
8.11. Ludymila Andrade Regis (9.778/OAB-PA), representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA;
8.12. Marcelo Victor dos Santos Borba (5.831-E/OAB-PA), representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA;
8.13. Melina Silva Gomes (17067/OAB-PA), representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA;
8.14. Rosa Maria Soares Couto (16481/OAB-PA), representando Ítalo Cláudio Falesi.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração contra o Acórdão 3.242/2015-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (05.402.797/0001-77) em face do Acórdão 3242/2015-1ª Câmara, porquanto preenchidos os pressupostos de admissibilidade previstos nos artigos 32 e 34 da Lei 8.443, de 1992, c/c o artigo 287 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se o Acórdão recorrido em seus exatos termos;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente; e
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6931-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6932/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.585/2013-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Joaquim Ribeiro dos Santos (033.582.751-91).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de alteração de fundamento legal de aposentadoria de servidor do Ministério da Saúde,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III, e na Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:
9.1. considerar ilegal o ato de peça 8 (número de controle 10360603-04-2008-000199-0) e a ele negar registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por Joaquim Ribeiro dos Santos, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Ministério da Saúde que adote as seguintes providências:
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Joaquim Ribeiro dos Santos no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes;
9.3.2. suspenda os pagamentos efetuados com base no ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem anterior.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6932-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6933/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.764/2012-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial
3. Recorrente: Rivaldo Alves de Souza (030.741.964-91).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Saloá - PE.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
8. Representação legal: Bruno Siqueira França (15418/OAB-PE)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 2.512/2014 - 1ª Câmara, proferido em sede de tomada de contas especial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de forma a dar a seguinte redação aos itens 9.2. e 9.3 do Acórdão 2512/2014-1ª Câmara:

9.2. julgar irregulares as contas do sr. Rivaldo Alves de Souza, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, III, da mesma Lei e com os arts. 209, III e § 3º, 210 e 214, III, do RI/TCU, e condená-lo ao pagamento da quantia abaixo relacionada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da data correspondente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
7/1/2004	399.471,38

9.3. aplicar ao sr. Rivaldo Alves de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 37.000,00 (trinta e sete mil), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. dar ciência ao recorrente e ao Município de Saloá/PE do teor desta deliberação.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6933-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6934/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.687/2011-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Prefeitura Municipal de São Vicente Ferrer - MA (06.421.119/0001-14)

3.2. Responsável: Maria do Livramento Mendes Figueiredo (376.335.543-04)

3.3. Recorrente: Maria do Livramento Mendes Figueiredo (376.335.543-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Vicente Ferrer - MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

8. Representação legal: Ismael Mendes Figueiredo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, que cuidam, nesta fase, de embargos de declaração opostos pela senhora Maria do Livramento Mendes Figueiredo contra o Acórdão 2238/2015-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6934-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6935/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.364/2012-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: José Acélio Paulino de Freitas (273.174.393-04)

3.2. Recorrente: José Acélio Paulino de Freitas (273.174.393-04).

4. Entidades: Fundação Nacional de Saúde e Município de Acarape - CE.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE-OAB), representando José Acélio Paulino de Freitas.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. José Acélio Paulino de Freitas contra o Acórdão 3.615/2015-1ª Câmara, que apreciou recurso de reconsideração interposto pelo referido responsável em face do Acórdão 128/2014-1ª Câmara, lavrado no âmbito de tomada de contas especial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência do inteiro teor deste acórdão, juntamente do relatório e do voto que o subsidiam, ao recorrente, à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Acarape/CE, à Funasa e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6935-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6936/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.842/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Ato de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Gladimir Checha Sandim da Costa (930.942.560-15).

4. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A..

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de admissão de Gladimir Checha Sandim da Costa emitido no âmbito do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de admissão de Gladimir Checha Sandim da Costa (930.942.560-15), negando-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento dos valores percebidos indevidamente de boa-fé pelo interessado, nos termos do enunciado da Súmula nº 106 desta Corte de Contas;

9.3. determinar ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que:

9.3.1. dê imediata ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado;

9.3.2. junte aos autos o comprovante de notificação do interessado no prazo máximo de quinze dias subsequentes à sua notificação;

9.3.3. faça cessar, após a devida notificação, os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.4. convoque o interessado para, no prazo máximo de dez dias, formular opção por um dos cargos públicos por ele atualmente ocupados, cadastrando novo ato de admissão no sistema Sisac caso o interessado venha a optar pelo cargo federal, ou cadastrando o respectivo ato de desligamento no sistema caso a opção recaia sobre o cargo municipal;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas acima especificadas.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6936-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6937/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.903/2009-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Francisco Airton Felix Júnior (902.112.195-68); ONG Educar.com/BA (05.780.373/0001-46)

3.3. Recorrentes: Francisco Airton Felix Júnior (902.112.195-68); ONG Educar.com/BA (05.780.373/0001-46).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Max Alves Carvalho (238.869/OAB-SP), Sabrina Baik Cho (228.480/OAB-SP).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que cuidam, nesta fase, de recursos de reconsideração interpostos pela ONG Educar.com/BA e pelo Sr. Francisco Airton Felix Júnior contra o Acórdão 7.125/2012-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1 conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pela ONG Educar.com/BA e pelo Sr. Francisco Airton Felix Júnior, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, ambos da Lei 8.443/1992, para, no mérito, conceder a eles provimento;

9.2. com fulcro no art. 174 do Regimento Interno do TCU, anular o Acórdão 7.125/2012-1ª Câmara, em vista da declaração de revelia inexistente do Sr. Francisco Airton Felix Júnior;

9.3. nos termos do art. 176, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do TCU, restituir os autos ao relator a quo, Ministro-Substituto Weder de Oliveira, para que realize novo julgamento de mérito desta tomada de contas especial; e

9.4 encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, aos recorrentes, à Procuradoria da República no Estado da Bahia e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6937-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6938/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.669/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Zacarias Mayal Filho (069.280.804-34)

3.2. Recorrente: Zacarias Mayal Filho (069.280.804-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Adovaldo Dias de Medeiros Filho (OAB/DF nº 26.889) e outros, representando Zacarias Mayal Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão nº 232/2015-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro ao ato de aposentadoria de Zacarias Mayal Filho, em face da inclusão em seus proventos de parcela relativa ao índice de 28,86% decorrente de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6938-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6939/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.966/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsável: Marcia Regina Serejo Marinho (334.233.343-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caxias - MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor da Sra. Márcia Regina Serejo Marinho, em razão de irregularidades na execução do Termo de Responsabilidade 636 MPAS/SEAS/2002 (PT/SEAS/MPAS/ 420/02 e Siafi 470402), celebrado com o município de Caxias/MA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas da Sra. Márcia Regina Serejo Marinho (CPF 334.233.343-04), condenando-a ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$) Data da ocorrência

18.639,51 29/3/2004

267,20 27/8/2004

9.2. com fundamento no art. 1º, inciso IX, da Lei 8.443/1992, aplicar à Sra. Márcia Regina Serejo Marinho (CPF 334.233.343-04) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 no valor de R$ 7.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, caso venha a ser requerido pela responsável antes do envio do processo para cobrança judicial, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando-se a referida responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentaram, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6939-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6940/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.317/2011-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Claudia Brandão Vaz de Almeida (459.839.504-44); Clemente Tagliari (320.437.327-49) e IHENE - Instituto de Hematologia do Nordeste (01.665.273/0001-18)

3.3. Recorrente: IHENE - Instituto de Hematologia do Nordeste (01.665.273/0001-18).

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

8. Representação legal: Rodrigo de Figueiredo Tavares de Araújo (25.921/PE-OAB) e outros, representando IHENE - Instituto de Hematologia do Nordeste.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo IHENE - Instituto de Hematologia do Nordeste contra o Acórdão 3.607/2015-1ª Câmara, que apreciou recurso de reconsideração interposto pelo referido responsável em face do Acórdão 4.803/2014-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos, com fundamento no art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, e, no mérito, considerá-los parcialmente procedentes para, sem efeitos infringentes, integrar o Acórdão 3.607/2015-1ª Câmara com os fundamentos expostos no voto condutor desta deliberação;

9.2. dar ciência do inteiro teor deste acórdão, juntamente do relatório e do voto que o subsidiam, ao

recorrente, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6940-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6941/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.509/2011-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Embargante: Meire Valéria da Silva Nascimento (405.398.301-00)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogado constituído nos autos: José Antônio Aranha Rodrigues Filho (OAB/MA 11.250) e outros

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração opostos por Meire Valéria da Silva Nascimento contra o Acórdão 3.790/2014-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1 conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos dos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 manter, em seus exatos termos, o acórdão embargado;

9.3 dar ciência desta decisão à embargante, remetendo-lhe cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6941-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6942/2015 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 001.106/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Coordenação-Geral de Convênios do Ministério do Turismo (CNPJ 05.457.283/0005-42)

3.2. Responsável: Antônio Carlos Ribeiro (CPF 153.569.300-20).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nipoã/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Coordenação Geral de Convênios do Ministério do Turismo (CGCV/MTur) em desfavor de Antônio Carlos Ribeiro devido à não comprovação do cumprimento do objeto do Convênio 734521/2010, com vistas à promoção e ao incentivo do turismo no município por meio da realização do evento intitulado "Festa Junina Juninão de Nipoã", no valor total de R$ 110.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (RITCU), que sejam julgadas irregulares as contas de Antônio Carlos Ribeiro, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor	Data de ocorrência
100.000,00	9/11/2010

9.2. aplicar Antônio Carlos Ribeiro a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei no 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.4. autorizar, caso requerido, o pagamento das dívidas em até trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovação dos recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6942-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6943/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.577/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos (47.573.589/0001-80); Palmyra Benevenuto Zanzini (131.050.148-37)

3.2. Recorrentes: Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos (47.573.589/0001-80); Palmyra Benevenuto Zanzini (131.050.148-37).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX/SP).

8. Representação legal :

8.1. Adelino Morelli (OAB/SP 24.974), representando Palmyra Benevenuto Zanzini;

8.2. Geraldo José Ursulino (OAB/SP 145.484), representando Carlos César Moreira Mendonça;

8.3. Geraldo José Ursulino (OAB/SP 145.484), representando Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos;

8.4. Ana Lucia Baptista Morelli (OAB/SP 168.726), representando Palmyra Benevenuto Zanzini;

8.5. Ilva Abigail Baptista Morelli (OAB/SP 76.538), representando Palmyra Benevenuto Zanzini;

8.6. Norberto Aparecido Mazziero (OAB/SP 108.478), representando Carlos César Moreira Mendonça;

8.7. Norberto Aparecido Mazziero (OAB/SP 108.478), representando Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos;

8.8. Reinaldo Rodolfo Dorador (OAB/SP 148.567), representando Carlos César Moreira Mendonça;

8.9. Reinaldo Rodolfo Dorador (OAB/SP 148.567), representando Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Palmyra Benevenuto Zanzini e pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos/SP contra o Acórdão 662/2015 - TCU - Primeira Câmara, que julgou irregulares as suas contas, em razão de irregularidades na execução de convênio celebrado entre a União Federal, por meio do Ministério da Saúde, e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos/SP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos interpostos por Palmyra Benevenuto Zanzini e pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos/SP para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência e remeter cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério da Saúde e aos representantes legais dos responsáveis.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6943-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6944/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.007/2013-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social (60.805.975/0001-19); Márcia Aparecida Antônia Rocha (561.000.949-91)

3.2. Recorrente: Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social (60.805.975/0001-19).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde (FNS);

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal:

8.1. Mariana Vilella (OAB/SP 335141) e outros, representando Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este recurso de reconsideração interposto pela Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social (Abads), antiga Sociedade Pestallozi de São Paulo, contra o Acórdão 3.549/2014-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992 para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. alterar o item 9.2 do Acórdão 3.549/2014-TCU-Primeira Câmara, para que passe a contar com a seguinte redação:

"9.2 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas da Sra. Maria Aparecida Antônia Rocha (561.000.949-91) e da Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social - Abads (60.805.975/0001-19), condenando-as, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (consoante art. 214, inciso III, alínea 'a', do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora devidos, calculados desde a data discriminada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
38.204,00	15/07/2005

"

9.3. alterar o item 9.3 do Acórdão 3.549/2014-TCU-Primeira Câmara, para que passe a contar com a seguinte redação:

"9.3 nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar à Sra. Maria Aparecida Antônia Rocha e à Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social - Abads, individualmente, multa no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;"

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4. juntar ao TC 001.607/2014-6 cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Abads, a Maria Aparecida Antônia Rocha, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo e ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6944-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6945/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.904/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Adail Maria Mendes de Oliveira (172.365.924-04); Ana Maria Aldin de Sousa Oliveira (313.848.544-87); Clea Monica Melo da Fonseca Gonzales (278.706.004-82); Edilane Maria da Silva Sobral (173.123.884-34); Eva de Medeiros Muniz (166.357.874-53); Fatima Maria Sobreira de Carvalho (076.519.454-68); Hamilton Sena Gomes (213.788.354-68); Iris Pereira da Conceicao Nascimento (184.740.474-04); Isnanda Maria Mendes de Lima (431.682.134-20).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 259, inciso II, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Adail Maria Mendes de Oliveira (172.365.924-04); Ana Maria Aldin de Sousa Oliveira (313.848.544-87); Clea Monica Melo da Fonseca Gonzales (278.706.004-82); Edilane Maria da Silva Sobral (173.123.884-34); Eva de Medeiros Muniz (166.357.874-53); Fatima Maria Sobreira de Carvalho (076.519.454-68); Hamilton Sena Gomes (213.788.354-68); Iris Pereira da Conceicao Nascimento (184.740.474-04) e Isnanda Maria Mendes de Lima (431.682.134-20), negando o registro aos atos constantes das peças 3 a 11, números de controle 10802673-04-2014-000060-4, 10802673-04-2014-000029-9, 10802673-04-2014-000023-0, 10802673-04-2014-000009-4, 10802673-04-2014-000043-4, 10802673-04-2014-000036-1, 10802673-04-2014-000039-6, 10802673-04-2014-000012-4 e 10802673-04-2014-000021-3, em razão da inclusão na estrutura de proventos da vantagem denominada Diferença Pessoal Nominalmente Identificada - DPNI, sem sua devida absorção;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, escoimados da referida mácula, a serem submetidos à apreciação do TCU;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento dos recursos porventura impetrados;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior e informe as medidas adotadas;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6945-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6946/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.092/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador)

3.2. Responsáveis: Herson Rodrigues Figueiredo Junior (015.141.908-69); Londrina Convention & Visitors Bureau (02.888.001/0001-40); Nivaldo Benvenho (604.722.359-15).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX/PR).

8. Repre sentação legal: Reinaldo Cassimiro da Costa Junior, representando Londrina Convention & Visitors Bureau (LC&VB).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento ao item 1 do Acórdão 7.064/2012-TCU-1ª Câmara, que determinou a conversão dos Anexos I e II dos autos do TC 010.643/2010-9 em processos apartados de TCE e consequente realização das citações propostas pela unidade instrutiva.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, Nivaldo Benvenho (CPF.: 604.722.359-15) e Herson Rodrigues Figueiredo Junior (CPF.: 015.141.908-69), nos termos do §3º do art. 12 da Lei 8.443/92;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Londrina Convention & Visitor Bureau (CNPJ 02.888.001/0001-40);

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'b' e 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Londrina Convention & Visitor Bureau (CNPJ 02.888.001/0001-40), Nivaldo Benvenho (CPF.: 604.722.359-15) e Herson Rodrigues Figueiredo Junior (CPF.: 015.141.908-69);

9.4. condenar Londrina Convention & Visitor Bureau (CNPJ 02.888.001/0001-40), em solidariedade com Nivaldo Benvenho (CPF.: 604.722.359-15) ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas a seguir discriminadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor	Data
R$ 973.366,53 (Débito)	6/6/2008
R$ 63.250,57 (Crédito)	3/3/2010

9.5. aplicar, individualmente, ao Londrina Convention & Visitor Bureau (CNPJ 02.888.001/0001-40) e a Nivaldo Benvenho (CPF.: 604.722.359-15), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar, individualmente, a Herson Rodrigues Figueiredo Junior (CPF.: 015.141.908-69), a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.4 a 9.6 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.8. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor; e

9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República do Estado do Paraná, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6946-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6947/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.249/2014-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Reinaldo Soares Siqueira (114.253.421-91).

3.2. Recorrente: Ministério da Fazenda.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (vinculador).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este pedido de reexame interposto pelo Ministério da Fazenda contra o Acórdão 1.944/2014-TCU-Primeira Câmara, que considerou ilegal a concessão de aposentadoria a Reinaldo Soares Siqueira, negando-lhe registro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a reformar a Acórdão 1.944/2014-TCU-Primeira Câmara, considerando legal a aposentadoria de Reinaldo Soares Siqueira e promovendo o registro ao ato número de controle 10001204-04-2011-000070-8;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Ministério da Fazenda.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6947-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6948/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.166/2014-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Atos de Admissão).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Claudio Nalon (071.145.159-10); Gelson Jose Adam (040.332.839-00); Nilson Goncalves (741.394.109-06); Paulo Roberto da Silva Pinto (034.297.199-92); Ricardo Canei (038.142.649-16); Romulo Cezari Couto (052.294.919-30); Sinara Alves do Nascimento (029.641.069-16); Valério Mora de Oliveira (050.709.849-85); Wagner Lopes Pereira (697.308.149-53); Washington Amaro Seravalli da Silva (005.843.429-18).
3.2. Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Cleucio Santos Nunes (129613/SP-OAB) e outros, representando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT (peça 40).

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto contra o Acórdão 7.465/2014-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual este Tribunal negou registro aos atos de admissão dos interessados supra-arrolados e proferiu determinação à ECT - DR/PR.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente recurso, com fundamento no artigo 48 c/c os artigos 32 e 33 da Lei 8.443/1992 para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos interessados.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6948-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6949/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.768/2014-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Ana Lucia Cavaleiro de Macedo Lima (021.292.052-91); Daniel Batista da Costa (036.318.342-68); Deusdedith Freire Brasil (001.300.442-53); Gilberto da Silva Drago (006.133.802-82); Gonçalo Rendeiro (069.038.352-53); Hélio Raimundo da Silva Ferreira (014.372.912-87); José Umberto Borges (000.198.102-10); João Alexandre da Silva Santos (044.271.732-68); Maria de Fátima Ataíde Moreira Lima (081.952.502-20); Maria de Fátima Cavaleiro de Macedo Campos (044.174.022-72); Maria de Fátima Vilhena da Silva (049.402.962-53).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas no âmbito da Universidade Federal do Pará.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 259, inciso II, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar legais as aposentadorias de Ana Lucia Cavaleiro de Macedo Lima (021.292.052-91), Daniel Batista da Costa (036.318.342-68), Deusdedith Freire Brasil (001.300.442-53), Gilberto da Silva Drago (006.133.802-82), Gonçalo Rendeiro (069.038.352-53), Hélio Raimundo da Silva Ferreira (014.372.912-87), João Alexandre da Silva Santos (044.271.732-68), Maria de Fátima Ataíde Moreira Lima (081.952.502-20) e Maria de Fátima Cavaleiro de Macedo Campos (044.174.022-72), promovendo o registro aos atos números de controle 10792007-04-2011-000345-3, 10792007-04-2013-000692-0, 10792007-04-2013-000675-0, 10792007-04-2012-000681-1, 10792007-04-2013-000304-1, 10792007-04-2011-000036-5, 10792007-04-2014-000013-4, 10792007-04-2011-000457-3 e 10792007-04-2012-000675-7;
9.2. considerar ilegal a aposentadoria de José Umberto Borges (000.198.102-10), negando o registro ao ato número de controle 10792007-04-2011-000469-7, em razão de que o fundamento legal apontado no ato - artigo 3º da EC 47/2005 - não suporta o pagamento da vantagem do artigo 192, I, da Lei 8112/1990;
9.3. considerar ilegal a aposentadoria de Maria de Fátima Vilhena da Silva (049.402.962-53), negando o registro ao ato número de controle 10792007-04-2013-000293-2, em razão da irregular incorporação de quintos decorrentes do exercício de função comissionada em período posterior ao advento da Lei 9.527/1997;
9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.5. determinar à Universidade Federal do Pará que:
9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, escoimados das referidas máculas, a serem submetidos à apreciação do TCU;
9.5.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, a José Umberto Borges e Maria de Fátima Vilhena da Silva, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento dos recursos porventura impetrados;
9.5.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior e informe ao TCU as medidas adotadas;
9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Universidade Federal do Pará;
9.7. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Universidade Federal do Pará.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6949-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6950/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-004.764/2011-0
2. Grupo II - Classe: III - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Cláudio Bezerra Saraiva (CPF 229.740.243-00); Maria Ivonete Dutra Fernandes (CPF 243.872.743-87).
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Capistrano/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/CE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Capistrano/CE, objetivando verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas Pnae, Pnate, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntárias, referente ao exercício de 2009 e 2010,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em vista dos achados constantes nos pareceres presentes nos autos, em:
9.1. encaminhar cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de Capistrano/CE e ao Ministério da Saúde, e
9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6950-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6951/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.646/2012-3.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Constas Especial.
3. Responsável: Raimundo Nonato Batista de Souza, ex-Prefeito (CPF 284.764.681-72).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tabatinga/AM.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
8. Representação legal: Ademar Lins Vitório Filho (OAB/AM 5269); Maria do Perpétuo Socorro Pereira de Salles (OAB/AM 6.675).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em desfavor do Sr. Raimundo Nonato Batista de Souza, ex-Prefeito do Município de Tabatinga/AM na gestão de 2001 a 2004, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por força do Convênio 1044/2000 (Siafi 415089-50), que teve por objeto a construção de sistema de abastecimento de água no referido município
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, em:
9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas do Sr. Raimundo Nonato Batista de Souza e condená-lo em débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, da quantia de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 1º/6/2001 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.2. aplicar ao Sr. Raimundo Nonato Batista de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6951-38/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6952/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.835/2014-8.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
3.2. Responsável: Wisley Falco Sales (602.325.796-87).
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, relativo ao Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto celebrado com o Sr. Wisley Falco Sales para desenvolvimento de projeto de natureza científica, tecnológica ou de inovação.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Wisley Falco Sales, com fundamento no art. 12, §3°, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Wisley Falco Sales, com fulcro nos arts. 1º, I; 16, III, "a" e "c", e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento dos valores a seguir discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora calculados desde as datas correspondentes até a do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do CNPq:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
5.158,80	16/11/2010
3.841,20	27/12/2010
70.500,00	3/6/2011
70.500,00	3/6/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. aplicar ao Sr. Wisley Falco Sales a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), e fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6952-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6953/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.713/2014-3.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (MI).

3.2. Responsável: Tania Marli Ribeiro Yoshida (252.235.185-00).

4. Entidade: município de Conceição do Jacuípe/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Joel de Souza Neiva Junior (OAB/BA 21.118), peça 12.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em desfavor da Sra. Tania Marli Ribeiro Yoshida, ex-prefeita do município de Conceição do Jacuípe/BA, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município por meio do convênio 724937/2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva, consignada no item 9 da proposta de deliberação, as contas da Sra. Tania Marli Ribeiro Yoshida, nos termos dos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, I; 208 e 214, II, do RI/TCU, dando-lhe quitação;

9.2. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6953-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6954/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.354/2014-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social (01.002.940/0001-82)

3.2. Responsável: Renato Costa Silva (045.911.515-49).

4. Entidade: município de Andaraí/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome contra o Sr. Renato Costa Silva, prefeito do município de Andaraí/BA na gestão 2005-2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Renato Costa Silva, ex-prefeito do município de Andaraí/BA;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Renato Costa Silva, com base no art. 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculado desde as datas discriminadas até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
4.500,00	19/02/2008
4.500,00	14/03/2008
4.500,00	08/04/2008
4.500,00	12/05/2008
4.500,00	06/06/2008
4.500,00	01/07/2008
520,00	01/07/2008
5.025,00	01/07/2008
4.500,00	12/08/2008
520,00	15/08/2008
5.025,00	19/08/2008
4.500,00	04/09/2008
540,00	10/09/2008
5.025,00	10/09/2008
540,00	13/10/2008
4.500,00	17/10/2008
4.500,00	07/11/2008
540,00	12/11/2008
5.025,00	16/12/2008
4.500,00	19/12/2008
5.025,00	22/12/2008
5.025,00	22/12/2008
1.000,00	22/12/2008

9.3. aplicar ao Sr. Renato Costa Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do RI/TCU, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6954-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6955/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.163/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Francisco Soares Campelo (053.550.793-34)

3.2. Recorrente: Francisco Soares Campelo (053.550.793-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da Deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Helbert Maciel (1.387/PI-OAB) e outros, representando Francisco Soares Campelo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto por Francisco Soares Campelo, contra o Acórdão 2.820/2014-1º Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Revisor e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do pedidos de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente os subitens 1.8, 1.8.1 a 1.8.3, 1.9, 1.9.1 e 1.9.2 do Acórdão recorrido;

9.3. determinar à Universidade Federal do Piauí que, a partir de 15/5/2014, data do trânsito em julgado do MS 31.412/DF, promova a absorção gradual da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga de forma destacada ao Sr. Francisco Soares Campelo, compensando-a com os acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior à referida decisão, sem redução nominal do montante dos proventos;

9.4. dar ciência deste Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6955-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6956/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.325/2009-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (00.399.857/0001-26)

3.2. Responsáveis: Casa Própria Comercial para Construção e Construtora Ltda. (33.812.520/0001-58); Construnor Construções do Nordeste Ltda. (13.690.292/0001-83); Gildásio Antônio dos Santos (038.105.425-04)

3.3. Recorrentes: Casa Própria Comercial para Construção e Construtora Ltda. (33.812.520/0001-58); Construnor Construções do Nordeste Ltda. (13.690.292/0001-83); Gildásio Antônio dos Santos (038.105.425-04).

4. Entidade: Município de Rio do Pires/BA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuaram

8. Advogado constituído nos autos: Jamille Lessa (OAB/BA 33.046) e Renata da Silva Alves (OAB/BA 35.288).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pelas empresas Construnor Construções do Nordeste Ltda. e Casa Própria Comercial para Construção e Construtora Ltda. e por Gildásio Antônio dos Santos, contra o Acórdão 3.123/2015-1ª Câmara;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fulcro nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento, ante a inexistência de contradições, omissões ou obscuridades na deliberação embargada;

9.2. declarar que a oposição de novos embargos de declaração contra a presente deliberação, contendo unicamente argumentos destinados a revolver o mérito das questões já decididas, implicará o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o § 2º do art. 278 do Regimento Interno/TCU; e

9.3. dar ciência aos embargantes.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6956-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6957/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.667/2015-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: I (Monitoramento)

3. Interessada: Secretaria Executiva do Ministério da Saúde

4. Órgão: Secretaria Executiva do Ministério da Saúde

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (Secex Saúde)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos relatório de monitoramento do cumprimento da determinação inserta no subitem 9.2 do Acórdão 5.684/2013 da 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno em:

9.1. considerar não cumprida a determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão 5.684/2013 da 1ª Câmara;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 90 (noventa) dias para que a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde adote as ações pertinentes para dar cumprimento ao item 9.2 do Acórdão 5.684/2013 da 1ª Câmara;

9.3. autorizar à Secex Saúde a dar prosseguimento ao monitoramento do cumprimento do item 9.2 do Acórdão 5.684/2013 da 1ª Câmara;

9.4. determinar à Secex Saúde que caso conclua pelo não atendimento da determinação, no segundo monitoramento, instrua sua manifestação com os elementos necessários a que o Tribunal delibere acerca da adoção das medidas a seguir indicadas:

9.4.1. assinatura de prazo para que o Ministério da Saúde adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, consistentes na anulação do ato que aprovou o investimento das entidades privadas, na área de desenvolvimento e implantação de Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde, como requisito à certificação como entidades beneficentes e à obtenção de isenção de contribuições para a seguridade social;

9.4.2. abertura de contraditório em favor dos responsáveis pela emissão dos pareceres técnicos que concluíram pela adequação do *software* e dos agentes públicos que aprovaram o ato censurado, em face da efetiva possibilidade de responsabilidade pessoal desses agentes;

9.5. apensar este processo ao TC 003.150/2012-7;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministro da Saúde, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, à Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, à Associação do Sanatório Sírio, à Associação Hospitalar Moinho dos Ventos, ao Hospital Alemão Oswaldo Cruz, à Sociedade Hospital Samaritano e à Sociedade Beneficente de Senhoras Hospitais Sírio Libanês, para ciência.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6957-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6958/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.950/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsável: Antonio Alves de Almeida (285.962.006-06).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jacinto - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em razão da não consecução dos objetivos do Convênio 1.148/1997 (Siafi 340.043), celebrado com o município de Jacinto/MG, tendo por objeto a construção de sistema de abastecimento de água.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Antônio Alves de Almeida, nos termos do art. 12. § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Alves de Almeida, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
50.000,00	6/7/1998
50.000,00	2/9/1998
50.000,00	16/9/1998

9.3. aplicar ao Sr. Antônio Alves de Almeida, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor; e

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República em Minas Gerais, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno;

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6958-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6959/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 045.925/2012-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 235, 237 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da representação, nos termos do art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Vania Prisca Dias Santiago, ex-Coordenadora-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.3. determinar aos setores do Ministério da Saúde responsáveis pelo pagamento de aposentadorias e pensões que, no prazo de trinta dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992, ajustem os respectivos atos ao disposto no art. 15 da Lei nº 10.887/2004;

9.4. determinar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Saúde que, caso ainda não tenha feito, expeça as orientações necessárias ao cumprimento da determinação objeto do subitem anterior, dando conhecimento a este Tribunal, no prazo de 45 dias, das providências adotadas por cada responsável e dos resultados obtidos;

9.5. determinar à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, no prazo de quinze dias, no âmbito de sua atuação, caso ainda não tenha feito, expeça as orientações necessárias à adequada aplicação da Lei 10.887/2004, dando conhecimento das medidas efetivamente adotadas a este Tribunal, no prazo de trinta dias;

9.6. alertar os destinatários das determinações acima para a possibilidade de o Tribunal, no caso de descumprimento, aplicar aos responsáveis a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VII e § 3º, do Regimento Interno do TCU;

9.7. determinar à Sefip que monitore as determinações proferidas neste acórdão, e encaminhe ao relator as propostas pertinentes, no caso de eventuais descumprimentos ou da necessidade de ações fiscalizatórias adicionais.

10. Ata n° 38/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6959-38/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 3 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretário
Substituto

Aprovada em 10 de novembro de 2015.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO ORDINÁRIA
PREVISTA PARA 17/11/2015, ÀS 15H

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

009.599/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Aurora do Pará/PA
Responsáveis: KRG Construção Civil Ltda., e Manoel Carvalho da Silva
Representação legal: não há

010.395/2013-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional da Conab em Minas Gerais
Responsáveis: Cleide Edvirges Santos Laia e Osvaldo Teixeira de Souza Filho
Representação legal: não há

011.052/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jacinto/MG
Responsável: Antonio Alves de Almeida
Representação legal: não há

011.229/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geraldo Hilarino da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

011.425/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Areuda Holanda Maranhao; Juliana Vasconcelos Maranhão e Leonardo Barreira Maranhao; Victor Maranhão Praciano
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

013.391/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Selma Gonçalves Ponteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

016.576/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Dilma Berlarmino Ribeiro dos Anjos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

016.581/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Tomé Bispo Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

016.586/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosilda Satiro de Carvalho Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

016.817/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Anselmo Santos Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA
Representação legal: não há

020.706/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Braz Carline Limonge; Clavio Luiz Ribeiro Filho; Douglas Rodrigues da Costa; Edval Freitas Cabral Filho; Jamil Megid Júnior; Luiz Carlos Monteiro; Marcilio Xavier Furtado; Paulo Henrique Itabirano Silva; Raul Pereira da Silva; Roberto Nogueira Uchoa; Toesa Service Ltda; e Waldicir Rosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa
Representação legal: não há

023.141/2015-8
Natureza: Representação
Representação: Alberto Carvalho Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Zé Doca/MA
Representação legal: não há

024.361/2015-1
Natureza: Representação
Representação: Irbghi Linhares Moraes/MA
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rosário/MA
Representação legal: Roberth Seguins Feitosa (5284/OAB-MA) e outros, representando Prefeitura Municipal de Rosário/MA

025.098/2015-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Marialice Costa Mendes Kruse; Mariangela Costa Mendes; Rejane de Medeiros Ribeiro Martins e Umbelina Ferreira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

025.788/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Eulália Pereira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa
Representação legal: não há

026.243/2015-6
Natureza: Representação
Representante: João Carlos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sítio Novo/MA
Representação legal: Ramon Oliveira da Mota dos Reis (13.913/OAB-MA) e outros, representando Prefeitura Municipal de Sítio Novo/MA

026.677/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcir Santos Rodrigues Junior; Aldemir Diniz de Paula Junior; Aldir Gomes Brito Junior; Alef Nascimento Altino; Alef Rocha Patoilo; Aleksandro Tomaz Melo Lourenço; Aleson de Jesus Silva; Alessandro Marcelino Ribeiro; Alessandro Oliveira da Silva Pinheiro; e Alessandro de Oliveira Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

026.774/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Lessa Gomes; Alan Klaubert Bezerra Camelo de Melo; Alberto Rios Junior; Ana Elisabete Mitiko Matsumoto Miura; Ana Lucia Fernandes de Macedo Taveira; Ana Paula Eugenia Pinheiro; André Marques Caldas; Arthur Cyrino Oliveira; Bruno Miranda Almeida Araujo; e Cassio Giuliani Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

026.784/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Alves da Cunha; Bruno Athayde de Almeida; Bruno Ferreira Costa; Bruno Gonçalves; Bruno Tiago Vieira; Caio Vinicius Epaminondas Andreo dos Santos; Camila Stramandinoli Deamatis; Carlos Alberto da Fonseca; Carlos Augusto Lima Zocca e Carlos Henrique dos Santos Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
Representação legal: não há

026.789/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Evaldo Rosendo dos Santos; Evelyn Amanda de Abreu Lopes; Fabiane da Silva Cafaro; Fábio Pereira de Almeida; Fabiola Fernanda Molina Finardi; Fabricio Soares de Moura; Fátima Ahmad Ali; Felipe Dias Speglis; Felipe Ferreira da Silva e Felipe de Oliveira Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
Representação legal: não há

027.029/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Icaraí de Minas/MG
Responsável: Ambrósio Pereira de Almeida
Representação legal: não há

027.080/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Neves Bezerra; Eliane Feitosa Bittencourt Andrade; Fábio Nunes de Oliveira; Gilmar Ribeiro dos Santos; Josias Mendes da Silva; Liana Issa Lima; Luciano Portilho Troncoso; Mauro Santos de Melo e Melzac Amaro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

027.117/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Aldemir Alho Rolemberg Morais Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

027.177/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Filipe Prado do Nascimento; Gabriela Pezzato Arruda; Giane Rocha da Silva e Paula Gradin Jiron
Órgão/Entidade/Unidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A
Representação legal: não há

027.324/2015-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Lucia da Silva; Arlete Cunha de Oliveira; Christiane Wagner Dias; Clara Maria Vieira Neto; Helenice Francisca do Rosário Chavez; Maria Aparecida Silva Freire; Maria Ilka Roza dos Santos; Maria do Socorro Paiva Dias; Olívia Cassiano de Assis; Terezinha Ferro Maciel da Silva e Érica de Matos Silva e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

027.328/2015-5
Natureza: Pensão Militar
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Interessados: Ana Paula de Barros Ferreira; Célia Florêncio Alves Lima Tavares Castela; Creusa Fonseca Nogueira; Edna Alves Ferreira; Edna Ramos Batista; Elizabeth Santos do Nascimento; Fabrícia Andrade Ferreira; Fabíola Nogueira Martello; Fernanda Maria Andrade Ferreira; Genilza Lopes de Menezes; Gill Menezes Ersching; Gilvaneide Menezes de Azevedo; Gilvanete Maria de Menezes Pachini; Gilvanita Menezes; Helena Teresinha Morais; Lucia Rodrigues dos Santos; Lucinda Nogueira Reis; Maria Iracema de Menezes; Maria Jacyra de Carvalho Lima; Maria Vânia Sena Maia Ximenes; Maria do Desterro Marques Sobrinho; Mariluci Oliveira Nogueira; Meire Lucia de Menezes; Simone Ferreira Salvador; Sônia de Almeida Albuquerque
Representação legal: não há

027.335/2015-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Bárbara da Silva Costa; Cândida Maria Vivas Dias; Dulcinéa Mendes Brito Vivas; Isabel Maria Gomes Fialho Wanderley; Izabel Cristiane Costa da Cunha; Jovina Soares Lourenço dos Santos; Marcelo Vinícius Barboza Oliveira; Maria Berenice Marques de Mendonça; Maria da Silva Gomes; Maria do Carmo do Nascimento Gomes; Mylena Barboza Oliveira; Nair Gomes Moutinho de Carvalho; Neuza Maria Vivas Presgrave; Nilza Maria Barbosa; Sarah Francisca Gomes; Sonia Maria Carneiro de Souza; Sonia Maria Pereira Vivas; Vanize Maria Araújo da Silva e Vera Maria Amarante Ferreira Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

027.337/2015-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Maria Oliveira Aragão Souza; Ana da Silva Lira; Edna Maria Nascimento Batalha Araújo; Enedina Machado Tavares; Eugenia Rodrigues Pinheiro Santana; Lucas Augusto Ribeiro Pinto Santana; Maria Bentes do Nascimento; Maria Jesús Vasquez Leite; Marilene Salviano Gomes de Souza; Mayara Fortes Santana; Natali Caroline Souza de Lira; Norma Lemos Zilli; Sonja da Silva Evangelista eZulmira da Costa Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

027.343/2015-4
Natureza: Reforma
Interessados: Aderbal Rodrigues; Agricio José de Albuquerque; Antonio Alves Barbosa; Antonio Henrique dos Santos; Antonio Jorge de Souza; Antonio Rocha de Araujo; Carlos Bernardino Gonçalves; Cilas Souza dos Santos; Dilso Monteiro e Divino de Arruda Castelo
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

027.713/2015-6
Natureza: Pensão Especial
Interessados: Joaquim Brasil da Fonseca e Dyrma Leda Pinto Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

027.721/2015-9
Natureza: Pensão Especial
Interessados: Edmea dos Santos Francisco
Jacyra Francisco Gomes; Jorgina dos Santos Francisco e Juçara dos Santos Francisco
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

029.555/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adriano Trindade Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

029.749/2015-8
Natureza: Reforma
Interessados: Adilson Goulart Carneiro; Alfredo da Silva Mesquita; Altiene Corrêa das Flores; Armando de Oliveira Barbosa; Carlos Ernesto Santos da Silva; César Ovando; Cesário de Pieri Junior; Daniel Cardoso da Silva; Felipe Otero Luiz Filho e Fermiano Yarzon
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

029.774/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Esli Paulino de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.372/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cássio Batista de Almeida; Christofer Diones Schossler Costa; Cícero Tiago Silva Batista; Cleiton da Costa Souza; Cláudio da Silva Junior; Cristiano Almeida Archanjo; Daniel Guimarães Gomes; Daniel José da Silva Soares Gomes; Daniel Oliveira dos Santos e Daniel de Souza Fortunato
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.376/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elias Aurélio Rangel Azevedo Duarte; Eliezer Silva Figueiredo; Erick de Carvalho Pereira; Evandro de Jesus Moura; Fabiano Ferreira de Deus Vianna; Fabrício Marques de Queiroz; Fabrício Gomes Maio; Felipe de Almeida Pinto; Felipe de Almeida Silva e Fábio Marreto Lourenço
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.377/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Eduardo Roll; Felipe Marinho Neves; Felipe Oliveira Silva; Felipe Palagar Oppenheimer dos Santos; Felipe Pintor de Rezende; Felipe Souza Pereira Martins; Felipe Teles da Silva; Felipe de Carvalho Almeida; Felipe de Lima Alves e Felipe de Oliveira Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.380/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Tomaz Bonacorso; Geandeson Medeiros Santa Rosa; Geovane Paiva Porto; Gerson Soares do Nascimento; Gesner Rechiliê Xavier Leal; Glauco Torres Gomes; Guilherme Carvalho da Costa; Guilherme Franco de Lima; Guilherme Henrique Rodrigues da Silva e Guilherme de Souza Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.384/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janssen da Silva de Lima; Jean Bruce Marques Corrêa; Jean Carlos Lima Carvalho Alves; Jean Carlos Teixeira da Silva; Jean Elói dos Santos Fonseca Junior; Jean Paulo da Silva Chareta; Jean Werner Ribeiro Albernoz; Jedahias dos Santos Cezario; Jeferson Silva Borges e Jefferson Laurindo Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.386/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonathan Fellipe Santos Moura; Jonathan Nunes Coelho; Jorge Junior Barbosa da Silva; Jorge Luís Batista Rodrigues de Oliveira; Jorge Luís Gomes da Silva; Jorge Silva Santos Júnior; Jorge dos Santos Moraes; José Richar Fernandes dos Santos; José Carlos Neves Lima e José Diogo Alves de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.388/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Carmo dos Santos; Leonardo Abreu Zago; Leonardo Alves Gama; Leonardo Cordeiro da Cruz; Leonardo Saraiva dos Santos; Leonardo de Lima Costa; Leonardo de Oliveira Bastos; Linneker Añez Arruda; Lohan da Silva Savelli; Luan Charles Vasconcelos Nakamura
Órgão/Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.390/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maelson Santos Silva; Maicon Aparecido Gomes da Costa; Mailson Pereira Coutinho; Marcos Mesquita da Silva Junior; Marcus Vinícius Silva de Carvalho; Marlon Silva Araujo; Marlon da Motta Ferreira; Marvin Marley Abrahão da Silva; Matheus Azevedo Nunes; Michel Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.394/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renan Antonio Deccache Ribeiro; Renan Antonio da Silva Alonso; Renan Corrêa Fonseca; Renan da Costa Muguet; Renan de Carvalho Magoga; Renato Brito de Souza Santos; Renato Santos da Silva; Renato Silva Santos; Renato Vítor Nunes Graciano e Renã Barros Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.396/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rennan Macedo Reiff; Ricardo Duarte Gomes; Ricardo Fernandes Alves; Richard Gonçalves Cardoso; Roberto Carvalho Mendes; Robson Ferreira Souza; Robson Moraes de Carvalho Chagas; Robson da Silva Cruz; Robério Déo Costa e Róbert Aparecido Cosmo Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.397/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Blanco Valente; Rodrigo Cabral de Aguiar; Rodrigo Caldeira Pereira; Rodrigo Cruz Lopes; Rodrigo Ferreira Costa; Rodrigo Medeiros Lindo; Rodrigo Ribeiro da Silva; Rodrigo Sobreira Marques; Rodrigo Teixeira Malavasi da Silva; Rodrigo de Oliveira Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.400/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Marques Ferreira; Thiago Pereira Rodrigues; Thiago Silva de Carvalho; Tiago França Dionísio; Tiago Rocha Silva de Andrade; Túlio Vinícius de Almeida Aguiar; Victor Moreira Gomes; Victor Oliveira Quarterolli; Victor Silva e Vinícius Barbosa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.402/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wellington Ferreira Silva; William de Souza Rodrigues; Wilson Farias Leal Filho; Winner Machado Baptista
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.543/2015-0
Natureza: Reforma
Interessados: Aguinaldo Carlos da Silva; Alexander da Silva Almeida; Alexandre de Melo Gomes; Almachio Coelho de Araújo Silveira; Anderson dos Santos da Silva; André Santos da Costa; André Luiz Silva Novo; Augusto Cezar de Castro; Auto Martins de Sousa e Caio Emanoel Silva Holanda
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

030.548/2015-2
Natureza: Reforma
Interessados: Waldyr Soares de Ferreira Júnior e Washington Carlos França
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

030.577/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Damião Viana; Leonardo Chaves de Lima; Levi de Oliveira Santos Souza; Lourival Carneiro da Silva Neto; Lucas Oliveira de Brito; Lucas Sabino dos Santos Neto; Luiz César Prestes Régis; Maicon Thomaz da Silva Teixeira; Marcio João de Souza Sampaio e Marco Antonio Pinheiro da Rocha Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.578/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maurício Oliveira da Silva; Muniz Soares Cavalcante; Pablo Henrique do Nascimento Matos; Paulo Campos Barbosa Reis Junior; Paulo Marques da Silva Junior; Pedro Germano Montibeller da Silva; Pedro Henrique Lima Sant'ana; Rafael Martins; Raphael Moreira da Cruz e Raphael da Silva Barradas
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.580/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Valmir Silva de Figueiredo Júnior; Victor Almeida da Silva; Victor Roberto de Salles Gomes; Vinícius Batista Ferreira; Vinícius Henrique Santos; Vinícius Ratz Machado; Wagner Silva Pereira Júnior; Wellington da Silva de Campos; Wesley Santos Pinto de Oliveira e William Miranda da Costa Pedelhes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

030.582/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Márcio Luiz Azevedo de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

006.911/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amapá
Responsáveis: Aluizio Lopes Bezerra; Claudio Antonio Leão Costa; Distribuidora de Medicamentos Expressa Ltda. - Me; J R Hospitalar do Brasil Ltda; Jacira dos Santos Gomes; José Bandeira Neto; João Silva Araújo; Med-surgery Hospitalar Ltda; Nadia Rosana Matos Soares; Np Distribuidora Ltda - Epp; Paulo Roberto Lacerda; Roger Wallace da Silva Salgado e Ronaldo Mendes Lima
Representação legal: Nelson Adson Almeida do Amaral (OAB/AP 752-A), representando Aluizio Lopes Bezerra, Roger Wallace da Silva Salgado e João Silva Araújo; Cristovão Costa Miranda (OAB/AP 1058) e outros, representando Med-surgery Hospitalar Ltda; Rafael Vilela Borges (OAB/SP 153.893) e outros, representando Distribuidora de Medicamentos Expressa Ltda. - ME; Alan do Socorro Souza Cavalcante (OAB/AP 236), representando Np Distribuidora Ltda - Epp e Ronaldo Mendes Lima; Antônio Kleber de Souza dos Santos (OAB/AP 897) e outros, representando Nadia Rosana Matos Soares

008.960/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Andrea Soares de Oliveira; Anna Claudia Manidi de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

009.256/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Célia Maria Coelho Brito; Elizete Dias Faria; Emanuel dos Santos Barbosa; Gervazio Souza Filho; Hermantine Maria Mendes Carmona; Hugo de Oliveira Rocha; Joaquim Mendes Bezerra; Jose Farias Fernandes; José Claudio Monteiro de Brito; Lucila Dioneia Nunes da Silva; Marbo Giannaccini; Maria de Fátima Carneiro da Conceição; Mussia Paulo de Oliveira; Nelson Monte de Carvalho e Paulo Fernando Martins Fernandes Turiel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

015.142/2010-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Esther de Almeida Santiago; Francisco Correia Santiago; José Bruno de Sousa Morais; José Gabriel de Sousa Morais; Mario Barbosa Pinto e Mario de Araujo Pinto Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

017.438/2015-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Guapimirim - RJ
Representação legal: não há

018.065/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cristina da Silva Marques; Judith dos Santos Pedreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

019.642/2014-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Adenor Piovesan e Orivaldo Oliveira Filho;
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

022.138/2009-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marcos Marinho da Costa e Marcos Marinho da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

024.824/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cristais Paulista/SP
Responsável: Roberto Aurélio Leonardo
Representação legal: não há

025.359/2009-8
Natureza: Aposentadoria (Monitoramento)
Interessados: Dacle Vilma Carvalho; Daniel Rodrigues de Moura e Delso Morais da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

025.773/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Augusto Bernardo da Conceição; Loanda Maria Batista da Silva; Rozilda Alves de Lima; Ruth Maria de Miranda Vieira; Ruth Maria de Miranda Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

025.918/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Carlos Doray; Antonio Laercio Mudelao; Carlos Alberto Baptista de Souza; Ednardo Barbosa da Silva; Urias Sant Anna Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

026.011/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Leticia Carolina Ferreira Vinte
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss - Belo Horizonte/mg - Inss/MPS
Representação legal: não há

026.030/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Isabel de Mello Rodrigues e Maria Alice Cabral de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

027.140/2012-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Pedro Paulo Dias de Carvalho, Elpídio Dias de Carvalho, Edilson Afonso Mendes Pereira e Lineu da Silva Facundes
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Saúde do Estado do Amapá
Representação legal: Ricardo Souza Oliveira (OAB/AP 261) e outros, representando Edilson Afonso Mendes Pereira

027.540/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Demar Crespo Madruga; Ivanir Maria Verdi; Nilo Cardoso Dora e Sergio Pacheco Souto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

028.847/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marcia Dias Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau/RJ
Representação legal: não há

029.473/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Angelo Pedro Calil
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

029.826/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Corina Euzebia Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

030.293/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Leticia Laydner Cruz; Andre Molinar Veloso; Andressa Faria Margoto; Bonnie Vilas Boas Slaviero; Camila Abreu dos Santos; Eleonora Figueiredo Delamonica Freire; Erlene Maria Coelho Avelino; Esdras Jamil Cremer Francisco; Fabiane Cordova Tolentino; Fernanda Neves Magaldi
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional do Ministério Público
Representação legal: não há

030.294/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Rocha Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional do Ministério Público
Representação legal: não há

030.416/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcus Vinicius e Barros Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Militar
Representação legal: não há

030.427/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cincinato Furtado Leite Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

030.428/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edmur Takahashi de Oliveira; Elisa Cavalcante Reis; Fernando Bueno Damado; Jorge Campodonio Falcão Elias; Lourivaldo Antônio Duarte; Tássis Almeida Caíres; Vander José de Oliveira; Vinicíus Mascarenhas Liveira Dultra e Vinícius Rowan Teixeira de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Representação legal: não há

030.429/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Freitas Bicalho; Douglas Fernandes Costa da Silva; Felipe Fernando Azevedo da Rocha; Izabel Cravo de Azevedo; Jamal Abi Faraj; Renata Velloso da Motta e Thiago Fernandes Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau/RJ
Representação legal: não há

030.430/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Luiz Crisci
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

030.431/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Célio Luciano Lana Dutra Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

030.483/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Salette Camargo Nascimento e Márcio José de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

030.592/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Natalia Goto Martinelli
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

030.599/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luciana Bezerra Lafaiete Rodas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.609/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abel Ramalho da Costa Filho; Abilio dos Santos; Diva Maria de Faria Burnier; Edgar Mafra; Edgar Mafra; Ivan da Silva Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

030.621/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Iraildes Modesto da Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.622/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wellington Divino Marques de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.678/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Athos Catasse Ferreira da Costa Santos; Gerência Executiva do INSS - Marília/SP
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Marília/SP
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.289/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Maragogi/AL
Responsável: Marcos José Dias Viana
Representação legal: não há

001.860/2007-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albertina Maria de Moura Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

013.751/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Paloni Clisse Ferreira dos Santos e Pamela Michelly Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA
Representação legal: não há

018.442/2014-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São José de Caiana/PB
Representação legal: não há

018.913/2014-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Sergipe
Responsáveis: Isaias Resende da Cruz, Superintendente; e Geovane Santos de Oliveira; Superintendente
Representação legal: não há

019.149/2014-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Responsáveis: Armando Akio Santos Doi e outros
Representação legal: não há

024.299/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Jussara Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há

024.956/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB
Responsáveis: José Rômulo Carneiro de Albuquerque Neto e Município de Pitimbu/PB
Representação legal: não há

025.740/2014-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Responsáveis: Alexandre Ronald de Almeida Cardoso e outros
Representação legal: não há

025.821/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Janete Nascimento Santos Amado
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

026.810/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eliane Guimarães de Araújo Saigg e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

026.850/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Acácio da Silva Melo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Representação legal: não há

026.934/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diogo Guimarães Rocha e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

026.935/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diogo Paixão Gonçalves e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

026.940/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edclay Albert Batista de Moura e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

026.944/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edson José Soares da Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

026.950/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Voigt Grando e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

026.957/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Sungku Kim e Rafael Penna Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

027.121/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Quedevez de Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

027.240/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas de Almeida Martins e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

027.406/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Antônia Delarene Carvalho da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

028.141/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Uibson de Araujo Lima da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Representação legal: não há

028.154/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucio Mauro Vieira Milanesi
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

028.202/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deborah Sócrates de Almeida Teixeira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

028.204/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliano Santos de Lima e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

028.206/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marília Thuane Melo da Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

029.490/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ana Margareth Gonçalves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

029.578/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio Albino Pereira Junior e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Representação legal: não há

029.579/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leila Barbosa Braga e Robney Freitas Fiuza
Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Representação legal: não há

029.595/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Claudia Tavares de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

029.596/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diogo dos Santos de Andrade e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Representação legal: não há

029.597/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adair Gonçalves da Cunha e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
Representação legal: não há

029.598/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Hsião Chien Hsiung
Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

029.616/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natália Oliveira Diógenes Bessa e Pedro Amaral Alcântara
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

029.773/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Igor Grimaldi Lyra Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Representação legal: não há

029.785/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ives Marcelo Xavier Santos
Unidade: Petrobras Transporte S.A.
Representação legal: não há

029.787/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Márcio Mesquita Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
Representação legal: não há.

029.824/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Isadora Ignácio da Luz e Maria Lucimar Carneiro da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

030.204/2013-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Responsáveis: Allan Marcelo de Campos Costa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná
Representação legal: não há

030.291/2013-5
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Representante legal: Paula Keiko Iwamoto Poloni (OAB/SP 177.336) e outros

030.363/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Ricardo Saueia e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

030.367/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Priscila Carvalho Ferreira Lima e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

030.368/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Hemerly e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

030.420/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Beatriz Brusco e outros
Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

030.422/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jerônimo Grigoletto Goellner e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

030.423/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Vasques Coelho e outros
Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

030.424/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Saymon de Lima Cabral
Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
Representação legal: não há

030.572/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Victor Arruda e Jonecir dos Santos Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

030.590/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gabriel Naveca Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
Representação legal: não há

043.770/2012-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2011
Responsáveis: Jorge de Paula Costa Ávila e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

000.461/2014-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Responsáveis: Adriana Rigon Weska; Amaro Henrique Pessoa Lins; Dilvo Ilvo Ristoff; Lilian Carvalho do Nascimento; Maria Fernanda Nogueira Bittencourt; Mércia Maria Rodrigues Avelino de Castro; Paula Branco de Mello; Paulo Speller; Simone Horta Andrade Righi e Vinícius Ximenes Muricy da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Educação Superior
Representação legal: não há

003.769/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público do Trabalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Representação legal: não há

007.506/2015-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal/SP
Representação legal: não há

012.872/2005-7
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2004
Responsáveis: Ademir José Conte; Adriano Breunig; Ali Veggi Atala Junior; Antonio Cesar Costa Santos; Condor - Engenharia Conservação Limpeza Ltda.; Cooperativa Educacional dos Servidores da ETFMT Ltda. - Escola Cooperar; Daniel Pina Maciel; Diego da Silva Moraes; Djalma Antonio de Souza; Dolor Vilela de Figueiredo Neto; Edson Jerônimo Nobre; Edson Ricardo de Andrade; Edur Marques França; Francisco Luiz Danna; Genesio Gomes da Costa; Gilsane de Arruda e Silva Tomaz; Givaldo Dias Campos; Henrique do Carmo Barros; Ivo da Silva; Joao Flavio Barbosa Sales; Marcelo Martins Cestari; Mauro Mendes Fernandes; Natalia Carmen Arauz Peres; Nelson Yoshio Ito Suzuki; Oscar Soares Martins; Rupert Carlos de Toledo Pereira; Walter de Almeida Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - MEC
Representação legal: Daniela Frata dos Santos (13675/OAB-MT), representando Cooperativa Educacional dos Servidores da ETFMT Ltda. - Escola Cooperar; Carolina Blaszak (12341-E/OAB-MT) e outros, representando Condor - Engenharia Conservação Limpeza Ltda

013.016/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsáveis: Agamenon Melo Moura Júnior; Diogo Cabral de Melo; Enock Rodrigues Soares Filho; Evaldo José Bazeggio; João Veríssimo do Amaral Neto; Jussara Suzana Siqueira Lordello; Maria de Lourdes Farias Colaço; Tânia Maria Von Beckerath Grimaldi e Zilah Assis Vasconcelos
Representação legal: Iuri Batista de Oliveira (14066/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Luiz Guerra de Morais (6025/OAB-PE) e outros, representando Maria de Lourdes Farias Colaço e Jussara Suzana Siqueira Lordello; Henrique Eugênio de Souza Antunes (3588/OAB-PE), representando Agamenon Melo Moura Júnior; Ricardo Félix (181508/OAB-SP), representando Zilah Assis Vasconcelos; Diana Patrícia Lopes Câmara (24863/OAB-PE) e outros, representando Tânia Maria Von Beckerath Grimaldi; Taney Queiroz e Farias (8805/OAB-PB) e outros, representando Diogo Cabral de Melo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

016.612/2013-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Iaci Viana Dourado
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

017.342/2015-5
Natureza: Representação
Interessado: Secex/PB - Secretaria de Controle Externo da Paraíba
Órgão/Entidade/Unidade: Estado da Paraíba
Representação legal: não há

019.279/2011-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Maria Zilene Noberto da Silva Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA
Representação legal: Abdon Clementino de Marinho (4980/OAB-MA) e outros, representando Maria Zilene Noberto da Silva Braga e Fernando de Macedo Ferraz Melo Gomes (11925/OAB-MA), representando Sebastião de Aquino Melo Gomes

019.862/2013-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Cleodimar Reis de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.354/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fábio Menkes
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão de Valores Mobiliários
Representação legal: não há

025.782/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Adilson Schaefer
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

025.793/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Candido Pichani Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

025.804/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Célia Baracho Figueira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

025.845/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Natalina de Jesus Monteiro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Evandro Chagas
Representação legal: não há

025.861/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Julia de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

025.865/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Francisco de Assis dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí
Representação legal: não há

025.886/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Paula Cesarino Carpes e Sargina Martins Gaspar
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

025.916/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amelia de Andrade e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

026.408/2015-5
Natureza: Representação
Responsável: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Interessado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

026.908/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno Siderig Araujo de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: não há

026.997/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lais Ribeiro Leal e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ
Representação legal: não há

026.998/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Azevedo Correa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

026.999/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Oriente de Souza e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.001/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luis Abel Fernandes Leite e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.005/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Vinicius dos Santos Costa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.006/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marllon Silva de Souza e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.009/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Namyr Silva Teixeira Rodrigues e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.013/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pona Vasques Ribas e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.014/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Napoleao Oliveira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.018/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Cardoso de Souza Fontes e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.019/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Ricardo Barbosa de Lima e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.022/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sergio Henrique da Silva Madeira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.118/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane de Oliveira Severino e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

027.149/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luciano de Lima Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás - DR/GO
Representação legal: não há

027.391/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marcio Lucio de Souza Bastos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

027.396/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Leite da Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

027.415/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lizete Pessini Pezzi
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

027.416/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Carlos Pereira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

027.422/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joelma dos Santos Silvano e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

027.446/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Argemiro Cavalcante da Silva e Raimunda Bezerra da Silva Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

027.448/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Arnely Leao Caldas Barbosa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

027.473/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Hilza Botao de Aquino e Maria Nadir de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

027.474/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Zelinda Moschen Loss
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.476/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arlinda Figueiredo da Cruz e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.802/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosineide Roseli de Barros Seixas Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará
Representação legal: não há

028.263/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leonardo Goldbarg
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
Representação legal: não há

028.327/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Elpidia do Socorro de Sousa Costa e Francinete Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Evandro Chagas
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

028.373/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luis dos Santos Medeiros e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

028.404/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Astarute Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Representação legal: não há

028.426/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alfredo Jose Ferreira; Alfredo Jose Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

028.428/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cassiano Barbosa da Silva e Ivan Ferraz de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

028.465/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

028.467/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Danilo Moreira Almada; Eribaldo Santana de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.469/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Augusto Rutledge Junior e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

028.473/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Pedro Moacir Madeira Gonçalves e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.474/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Eduardo Caminha e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

028.478/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Vieira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

028.859/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sidnei Britto de Paula e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

028.862/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Gomes Soares e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

028.865/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Victor Matias de Oliveira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

028.866/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vitor Salvador Alvarenga de Souza e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

028.940/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Damião Horácio de França
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

029.289/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Márcia Soares Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

029.431/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Genesio de Almeida Freire e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás
Representação legal: não há

029.433/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Bras Antonio Viana Borges e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

029.435/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Deusimar das Neves Gouveia e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

029.436/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Julio Cesar Marques Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

029.438/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geraldo Moreira Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Representação legal: não há

029.451/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Glauceneide Dias e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

029.456/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alzeny Guimarães Guedes de Almeida e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.457/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Artur dos Santos Gomes e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.459/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisca Hildamar de Amorim Velame e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.461/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Eduardo de Miranda e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.462/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marcilio Graciano Batista e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.463/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Cristina Costa de Arrochela Lobo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.464/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Estefania Nobre e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.468/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roberto Ferreira Trintade e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.470/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Vera Lucia Noronha de Oliveira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.474/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedita Nunes de Sousa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

029.479/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Reginaldo Ferreira do Sacramento e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

029.480/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adriao Carvalho Magalhaes e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.481/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Edilson Pessoa de Meneses e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.482/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Irismar Serafim do Carmo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.483/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Silvia Helena Nascimento Marques Araujo; Valdizia Vieira Lima Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.495/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio José Dias Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

029.497/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claudemiro Suzarte dos Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

029.498/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Daniel dos Santos Pereira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

029.500/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edmundo Nascimento dos Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

029.502/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joaquim Barros de Araújo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

029.503/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joselito Gomes Calazans Freitas e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

029.504/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Aparecida de Oliveira Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

029.507/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Osmar José de Almeida e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

029.508/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raimundo Laurindo Dias e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

029.509/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Angela Maria Chaves Fernandes e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.510/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joao Batista Silva Neto e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.512/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Helena Augusta dos Reis e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.513/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Siderino Nunes Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.515/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Borges Soares e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há

029.517/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jacinto Portos Rodrigues e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

029.518/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aguinel Boarato dos Reis e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.520/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Ozoria Moreira Diniz e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.523/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marinez Barbosa Albuquerque e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

029.524/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anesio Lucio Fernandes da Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: não há

029.525/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Marta de Abreu Ferreira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: não há

029.526/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Lopes dos Reis e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará
Representação legal: não há

029.528/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Francisco do Nascimento e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí
Representação legal: não há

029.529/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Justino Ferreira de Assis e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí
Representação legal: não há

029.530/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alair Galvao Mousinho e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

029.532/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Auri Vieira da Silva Nascimento e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

029.533/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cristina Maria Brandi Ferreira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

029.537/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eulalia Teixeira da Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

029.539/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ruth Elsemann Cardoso e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

029.540/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademar Pedro Ferreira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

029.542/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Terezinha Freitas Smaczilo e Wilfredo Bruske
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

029.543/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Katia Rodrigues de Carvalho e Leonor Vatre Proença da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

029.544/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Augusto de Oliveira Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

029.583/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Duncan Frank Semple
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.775/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Sandra da Silva Lemos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

029.796/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Simony Pereira Costa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná
Representação legal: não há

029.797/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tais Oliveira da Costa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

029.799/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Stela Inacio Oliveira de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais
Representação legal: não há

029.807/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Esmeraldina Gomes de Miranda e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

029.814/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria da Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenadoria Estadual do DNOCS na Bahia
Representação legal: não há

029.823/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amanda Fernandes Queiroga e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

029.829/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Antonia Felicio Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.843/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisco Nunes Chaves e Tais Monteiro de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.844/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria das Dores Silva de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

029.845/2015-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Doris Peçanha Paez e Manoel Lino da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

029.846/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Renato Giraudon
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

029.974/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Herminio Alves Feitosa Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.983/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amalia Ribeiro Parente e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.984/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Raimunda Souza da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

029.985/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dilma Maria Hoffmann e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

030.460/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ilo Santos da Silva e João Carlos Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

030.461/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vitor Alves de Nojosa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

030.464/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Albino Ribeiro de Souza e Clemilson Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

030.473/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria do Socorro Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

030.492/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Timoteo Souza e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

030.495/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Divino Donizete da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há

030.496/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anilton Gonçalves Gama e Sebastião Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

030.497/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Iracema Gomes Porto e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

030.500/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Consuelo Alves de Sousa Laurindo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

030.501/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amaro Ferreira Filho e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

030.505/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amilton Manoel Correa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

030.507/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Ribamar Borges Mendes e Maria do Carmo Cruvinel
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

030.508/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Joaquim de Almeida Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

030.600/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alecio Pereira Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Maranhão
Representação legal: não há

030.601/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jacson Batista Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais
Representação legal: não há

030.604/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Messias Barbosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins
Representação legal: não há

030.613/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Ari Rodrigues Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

030.623/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Rubens Sampaio Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

030.625/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: David Isaac Balassiano e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

030.626/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Aurora Ramos de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

035.034/2014-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Antonio Venancio Castelo Branco e Júlio César Campos Anveres
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

026.770/2014-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Ademar da Silva Junior; Alonso Resende do Nascimento; Anízio Pereira Tiago; Arlene dos Santos Machado Zancanelli; Cláudia Pinedo Zottos Volpini; Edis Gomes da Silva; Irineu Milanesi; Jonathas Soares de Camargo; José Saraiva Braz; João Batista de Camargo Filho; Julião Flaves Gaúna; Michael Frank Gorski; Milene de Oliveira Nantes; Olga Martins Torres; Raul Alves Barbosa; Sidnei Pitteri Camacho; Sérgio Marcolino Longen; Tereza Cristina Correa da Costa Dias e Wallace Faria Pacheco
Representação legal: João de Campos Corrêa (OAB/MS 1634)

027.425/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Noemi Espindola da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

028.032/2014-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de Rondônia
Responsáveis: Alan Gurgel do Amaral; Ana Lúcia Guimarães; Antonio Alfonso Erdtmann; Antônio Rocha Guedes; Biramar Rosa de Almeida; Dênis Roberto Baú; Edmilson Matos Cândido; Gilvani Aparecida Wiebbelling de Oliveira Fares; Giuliano Domingos Borges; Ivandro Justo Behenck; Julio Sergio de Maya Pedrosa Moreira; Manoel Carlos Azevedo Silva; Maria Alzinete de Jesus; Márcia Cristina Brilhante Bezerra; Paulo Jair Kreuz; Pedro Antônio Ferrazin; Pedro José Bertelli; Pompeu Vieira Marques e Tereza Janete Córdova Santos
Representação legal: não há

028.197/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agnaldo Tremea e Arquimedes de Cerqueira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

028.408/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joede Mendes Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

028.446/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Itelvino Galvao
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

028.919/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nelson Cesar Guimaraes; Susana de Paula Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.964/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aracy Pereira Matos; Jose Ferreira Rodrigues e João Bezerra Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra em Marabá/PA
Representação legal: não há

030.443/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Robson Pereira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Piauí
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

022.112/2015-4
Natureza: Relatório de Levantamento
Entidades: Administração Regional do Senac no Estado de Minas Gerais; Administração Regional do Senar no Estado de Minas Gerais; Administração Regional do Sesc no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais.
Representação legal: não há.

023.218/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Defesa Advogados Estulano e Garcia S/C - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Biomedicina -3ª Região (GO, DF, MG, MT, TO)
Representação legal: não há

028.530/2015-2
Natureza: Representação
Representante: Ideorama Comunicação - Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Biblioteconomia
Representação legal: Leonardo Pimentel Bueno (OAB/DF 22.403), representando o Conselho Federal de Biblioteconomia

029.443/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eliezer Ferreira dos Santos; Henrique Silveira Neto; Iris Maria de Souza Casemiro; Jose Carlos Custodio; José Carlos de Farias Gomes; Julia Gil Nunes da Silva; Luiz Carlos Gomes da Silva; Luiz Carlos de Souza Rocha; Luiz Fernando Sampaio e Maisa Francisca Rangel da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

029.476/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marilucia da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

029.477/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ana Lucia Veras Marchinski; Celia Lourenço Carneiro Comar; Hilda Bueno de Oliveira; Ines Fappi Cavassin; Tereza Cristina dos Santos; Zulmira das Neves Lindo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

030.418/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Samarony da Silva Assunção
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.373/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Efigênia de Mina/MG
Responsável: Rildo Carvalho da Cunha
Representação legal: Geraldo de Souza Moraes, representando Rildo Carvalho da Cunha

002.690/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Turiaçu/MA
Responsável: Murilo Mário Alves dos Santos
Representação legal: não há

003.502/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Pará; Mustafá Morhy e Suleima Fraiha Pegado
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social, atual Secretaria de Estado, Trabalho e Renda

005.489/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Colinas do Sul/GO
Responsáveis: Cristina Mary Fiuza Adorno e J. C. Construções e Serviços Ltda.; Ozamir Ferreira da Silva
Representação legal: Anne Cristina Naves Godoi (OAB/GO 20842); Eder da Silva Coelho (OAB/GO 27.844)

010.230/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Divisa Alegre/MG
Responsáveis: Itamar Gama Nascimento Junior; Marcelo Olegário Soares
Representação legal: não há

011.051/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lagoa dos Patos/MG
Responsável: Éden Celestino Vieira
Representação legal: Grasielli Soares Fonseca (97388/OAB-MG), representando Éden Celestino Viei

024.887/2015-3
Natureza: Reforma
Interessados: Luiz Augusto Gonçalves de Figueiredo; Luiz Carlos Mello de Oliveira; Luiz Geraldo André Maciel; Luter Martins Vaz; Manoel Hermogenes de Vasconcelos Neto; Olavo Jose Bloomfield Gama; Paulo Américo Jandre Ribeiro; Paulo Cesar Domingues e Paulo Cesar Sandoval da Fonseca; Paulo Frederico Ribeiro Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

028.663/2010-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli; Paulo Cesar Dames Passos; Marluce Jucá Barros
Representação legal: Luene Gomes Santos (16727/OAB-DF); Lucas Dames Correa de Sá e (126191/OAB-RJ)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.203/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos
Responsável: Yolanda de Góis
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

003.295/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Responsável: Julmar Aparício
Representante legal: Fernando Franco Palheta (OAB 4359/AM)

007.290/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vinhedo/SP
Responsáveis: João Carlos Donato; Milton Álvaro Serafim e Prefeitura Municipal de Vinhedo/SP
Representação legal: Silvia Bontempi (OAB/SP 82.606); Patrícia Calvo Marin (300.830/OAB-SP); Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB/SP 199.877-B) e José Ferreira Nazara Junior (OAB/SP 172.510) e outros

012.731/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Passo Fundo/RS
Interessados: Cecília Maria Reginatto Zanata; Elisabeth Pierdoná Portella; Hermengard Erica Krebs Ongaratto; Iliany Justina Mondadori Hoffmann; Ivone Machado Schipper; Jaime Severino Serraglio e Juarez Roque Delazeri
Representação legal: Marcelo Lipert (41818/OAB-RS) e outros, representando Juarez Roque Delazeri

015.967/2014-0
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Recorrente: Jacob Manoel Gayoso Pereira da Silva
Representação legal: Arianne Beatriz Fernandes Ferreira (7.343/OAB-PI) e outros, representando Jacob Manoel Gayoso Pereira da Silva

019.529/2013-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Interessados: Denise Dias da Matta; Lucienne Drumond Castellani; Maria do Rosario Ferreira Dias
Representação legal: não há

023.261/2009-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Interessados: Aldo de Sá Cardoso Filho; Avenil de Albuquerque Gusmão; Carmen Lucia da Silva; Lauro Farias; Linaldo Araujo; Manoel Simoes da Silva; Maria Aparecida Santos Sampaio; Maria Celeste Guerreiro Barbosa; Maria Mercedes Maia da Silva
Representação legal: não há

024.226/2009-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Livraria e Armarinho Santana Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Serrinha/BA
Representação legal: não há

028.349/2009-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Samuel Alves Ferreira e Samuel Alves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: Vinicius Victor Lima de Carvalho OAB-RN 3.074 e outros

028.979/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Campos Novos Paulista/SP
Responsável: Carmem Aparecida Giovani Ruiz
Representação legal: não há

030.983/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Eugênio Augusto Franco Montoro e Instituto Latino Americano
Representação legal: não há

032.559/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Frontal - Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda.; Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos; Palmyra Benevenuto Zanzini e Ronildo Pereira Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos/SP
Representação legal: Norberto Aparecido Mazziero (OAB/SP 108.478) e Adelino Morelli (OAB/SP 24.974)

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.104/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Inhapi/AL
Responsáveis: Renato Alves Costa e Oberdan Tenório Brandão
Representação legal: Fabiano de Amorim Jatobá (OAB/AL 5.675) e Rubens Marcelo Pereira da Silva (OAB/AL 6.638)

000.473/2011-1
Natureza: Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração)
Embargante: Espinheiro Locadora Ltda. ME
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Mulungu/PB
Representação legal: Amaro Alves de Souza Netto (OAB/PE 26.082), Eduardo Carneiro da Cunha Galindo (OAB/PE 27.761) e Marcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786)

004.208/2012-9
Natureza: Admissão
Interessada: Elisabete Berbert Finochio
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Representação legal: Sílvia Schmitt (OAB/DF nº 38.717)

005.465/2012-5
Natureza: Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração)
Embargante: Hilton Laborda Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã/AM
Representação legal: Alfredo Gluck Young (OAB/AM 1.838), Aniello Miranda Aufiero (OAB/AM 1.579), Aldenize Magalhães Aufiero (OAB/AM 1.874), Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB/AM 6.945), Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB/AM 8.787) e Marizete de Souza Caldas (OAB/AM 6.405)

005.517/2013-3
Natureza: Pedido de Reexame (Pensão Civil)
Recorrente: Maria Marlene Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

012.443/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsável: Gilberto Medeiros Ferreira
Representação legal: não há

019.224/2008-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Analice Nunes Xavier; Fernando Padilha; Geralda Maria Borges; Geraldo Mendes Linhares; Helio Carvalho Vargas e Jonias Garcia Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

025.861/2013-1
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Ezenivaldo Alves Dourado
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Canarana/BA
Representação legal: Renata Silva Alves (OAB/BA 35.288), Joel de Souza Neiva Junior (OAB/BA 21.118) e Ademir de Oliveira Passos (OAB/BA 10.226)

027.015/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Juliano Gadelha Danzicourt Zippin
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Representação legal: não há

027.739/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Associação da Música de Santa Maria; Janete Vieira da Silva e Sidney Geovane Marchiori Mello
Representação legal: não há

036.901/2011-3
Natureza: Embargos de Declaração (Embargos de Declaração)
Embargante: Hemetério Weba Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Maranhão/MA
Representação legal: Enéas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6.756) e Sebastião da Costa Sampaio Neto (OAB/MA 3.792)

Ministro BRUNO DANTAS

013.541/2013-7
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia
Recorrente: Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 4ª Região/RJ
Representação legal: Victor Alves Martins (OAB/DF 21.804) e outros, representando Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia

021.324/2006-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas)
Exercício: 2005
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Apoio à Descentralização - Ministério da Saúde/MS
Exercício: 2006
Recorrente: André Luís Bonifácio de Carvalho
Representação legal: não há

028.439/2010-4
Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
Recorrente: Ednalva Dantas Rodrigues da Silva Duarte, Gioconda Santos e Souza Martinez; José Neres da Silva Filho; Maria Antonia Oliveira da Silva e Roberto Ramos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Roraima
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

001.345/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibicuí/BA
Responsável: Claudio Antonio Kalil Dourado
Representação legal: Jorge Alves de Almeida (OAB/BA 14.569)

003.749/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ribeira do Pombal/BA
Responsável: Edvaldo Cardoso Calasans
Representação legal: não há

011.883/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Atalaia do Norte/AM
Responsáveis: Anete Peres Castro Pinto e Rosário Conte Galate Neto
Representação legal: Walcimar de Souza Oliveira (OAB/AM 2.469)

026.715/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Barbalha/CE
Responsáveis: José Leite Gonçalves Cruz, Maria Betilde Sampaio Correia, Odair José de Matos, Izabel Cristina Bastos Nóbrega Cruz e Flamax Ambiental Serviços e Transporte Ltda.
Representação Legal: Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6854) e Tiago Ribeiro Rebouças (OAB/CE 22.745)

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

003.023/2015-0
Natureza: Embargos de Declaração (Representação)
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Administração do Ceará
Embargante: Conselho Regional de Administração do Ceará
Representação legal: não há

016.726/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Juazeiro/BA
Responsáveis: Alberto Martins Pires Matos; Misael Aguilar Silva Júnior e Real Saneamento Comércio e Serviços Ltda.
Representação legal: Adale Luciane Telles de Freitas (OAB/DF 18.453) e outros, representando Misael Aguilar Silva Júnior

017.193/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Sociedade Cultural Orfeica Lira Ceciliana
Responsáveis: Raymundo Alberto Ferreira de Cerqueira; Sociedade Cultural Orfeica Lira Ceciliana
Interessado: Ministério da Cultura (MinC)
Representação legal: não há

025.652/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Eunápolis/BA
Responsável: Gediel Sepúlvida Pereira
Representação legal: não há

028.465/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Primavera/PE
Responsáveis: Jadeildo Gouveia da Silva e Município de Primavera/PE
Representação legal: Ivan Cândido Alves da Silva (OAB/PE 30.667) e Leonardo Azevedo Saraiva (OAB/PE 24.034), representando município de Primavera/PE

031.017/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Piripá/BA
Responsáveis: Anfrisio Barbosa Rocha e Sueli Bispo Gonçalves
Representação legal: não há

Em 12 de novembro de 2015
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Câmara

2ª CÂMARA

ATA Nº 39, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015 (SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença do Ministro Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavacalnti (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e André Luís de Carvalho; e da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva. Ausentes, em férias, o Ministro Augusto Nardes e a Ministra Ana Arraes.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 38 referente à Sessão Ordinária realizada em 3 de novembro de 2015.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-013.225/2005-9 e TC-575.497/1998-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-030.868/2013-0, TC-030.874/2013-0 e TC-030.877/2013-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-006.332/2013-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-033.357/2010-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

TC-028.871/2014-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

TC-028.506/2014-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-005.914/2010-8, cujo Relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. Breno Bezerra Rosa - OAB/AM nº 4.914 não compareceu para apresentar a sustentação oral em nome de Luiz Irapuan Pinheiro.

Na apreciação do processo nº TC-010.203/2012-5, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo, a Dra. Marly do Carmo Barreto Campos não compareceu para apresentar a sustentação oral em seu próprio nome.

Na apreciação do processo nº TC-010.413/2001-2, cujo Relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Luís Fernando Lobão Morais - OAB/SP nº 108.065 apresentou sustentação oral em nome da empresa Dupla Criação Comunicação e Marketing S/C Ltda.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-033.654/2008-4 (Ata nº 36/2014) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 10035/2015.

I
PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 9824 a 10024.

RELAÇÃO Nº 36/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 9824/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-014.573/2015-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ari Pargendler (008.892.880-20); Eliana Calmon Alves (106.020.114-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9825/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-015.099/2015-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marisa Rodrigues Almeida de Marco (035.877.728-35)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9826/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-025.905/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Neivaldo Bragato (449.968.457-91); Sergio Afonso Uliana (707.352.477-49); Sonia Maria Mariano Macieira (557.766.207-91); Sueli Alves de Souza (661.511.047-49); Vicentina Martini Calvi (575.742.607-10)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9827/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-025.910/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eduardo Guardiola Velloso (224.926.580-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9828/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.564/2015-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (004.734.564-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9829/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-027.384/2015-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Renato Cota Guimarães (254.891.196-91); Roosevelt Augusto Guedes (964.515.808-72); Rosangela Pimentel Bede de Resende (199.873.236-34); Silvia Loures Martins (203.600.376-15); Sônia Martins Pereira Vital (359.680.877-49); Tamara Cristina Ribeiro Marchiori (247.430.896-20); Tereza Resende Vilela (555.847.726-15)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9830/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-027.404/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sissi Maria Melo de Menezes (201.569.792-68); Valeria Vencato da Silva (465.222.390-00); Vanilda Correia da Silva (179.456.584-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Em Roraima
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9831/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.924/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliseu Merencio da Silva (384.373.927-72); Elza de Oliveira Serra Maia Silva (244.668.407-68); Elzira Samogin Camarotto (652.138.158-04); Erasmo Jorge Pilz de Andrade (403.627.449-04); Eric Pecanha Rocha (620.325.427-49); Ernesto Yoshio (006.007.078-14); Eustaquio de Lima (114.717.941-72); Ezequiel Antonio de Moura (281.903.277-04); Fatima Auler Bogdanski (610.799.607-91); Florisa Evangelista de Sousa Lobo (113.712.691-49)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9832/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.927/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Henrique Guimaraes (387.640.837-72); Jose Ildeu de Castro Alves (059.400.281-87); Jose Nilton Tavares Nunes (055.557.362-15); Kleber Kauark Kruschewsky (024.074.855-72); Laercio Fernandez de Menezes (256.286.310-00); Laudionor Alves Portugal (145.627.901-72); Lucia Helena Breda de Andrade Lima (361.421.404-44); Lucio Lopes de Abreu (278.564.536-72); Luis Americo Cavalcante de Oliveira (009.104.061-20); Luiz Antonio Castro Reis (945.748.638-20)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9833/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-029.427/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Mauro Silveira (294.121.109-87); Jose Rodrigues Martins Sobrinho (046.754.281-34); Marcelo de Castro Rangel (370.186.637-68); Paulo Antonio Nogueira Bueno (150.714.721-04); Pedro Paulo de Araujo (228.141.597-04); Raquel de Lima (030.270.188-50); Renato Borges Medrado (094.815.755-00); Rogerio Antonio Cruz Magalhaes (091.537.483-87); Ronaldo Rodrigues Santos (066.873.001-30); Rosana Souto Jacobina (688.637.137-15)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9834/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-029.437/2015-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Queiroz Cunha (148.488.646-15); Iasmine Maria Segala de Sousa (323.267.776-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9835/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 143, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria integrantes do presente processo, com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

b) determinar ao órgão/entidade de origem fazendo-se acompanhar de cópia da instrução da unidade técnica que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

1. Processo TC-029.967/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Itamir Vicente de Carvalho (130.009.266-15); Maria do Carmo de Oliveira (288.571.006-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9836/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 143, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria integrante do presente processo, com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

b) determinar ao órgão/entidade de origem fazendo-se acompanhar de cópia da instrução da unidade técnica que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

1. Processo TC-029.976/2015-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Bernardo Rodrigues de Souza (000.819.222-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão No Amapá
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
ACÓRDÃO Nº 9837/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 143, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria integrante do presente processo, com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

b) determinar ao órgão/entidade de origem fazendo-se acompanhar de cópia da instrução da unidade técnica que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

1. Processo TC-029.977/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wilson Celestino de Oliveira (077.456.992-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Em Roraima
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
ACÓRDÃO Nº 9838/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.657/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angela Lucia Wallow (032.824.219-58); Antonio Carlos Meneses Junior (792.712.195-20); Barbara Sandim de Campos (089.433.236-89); Barbara de Alencar dos Santos (003.372.661-23); Beatriz Silva Machado (020.971.140-08); Brendo Torres Rodrigues (057.090.425-01); Bruna Vasconcellos Landen (073.853.624-51); Bruno Araujo Palamin (857.985.501-25); Bruno da Silva Costa (001.719.042-81); Caio Soares Modesto (010.401.602-71)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
ACÓRDÃO Nº 9839/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.662/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Genilce Rizzon (000.586.200-01); George Lucas Freitas Cavalcante (804.437.962-20); Gilderlania Leite Ribeiro Lucena (036.061.054-44); Giovana Rocha de Moraes (046.154.809-70); Giovanni Marramarco Lovato (024.527.690-45); Gisele Ribeiro de Magalhaes (055.647.707-30); Guilherme Zagonel Silva (352.313.998-84); Gustavo Diego Dantas de Aquino (114.572.786-77); Gustavo Hiroshi Misaki (370.431.978-30); Gustavo Reis Silverio (032.806.431-98)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 9840/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.664/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Janaina Cardoso da Costa Coimbra (019.263.285-07); Jaqueline Santos Maciel (056.844.349-75); Jaqueline Santos de Souza (991.247.420-15); Jean Andre Kehl (581.985.710-00); Jean Marcel Snege (058.333.419-90); Jenifer Almeida Brum (076.422.586-31); Jessica Nogueira Ribeiro Dutra (094.380.646-13); Joao Alexandre de Souza (024.880.151-13); Joao Claudio Fiebig Filho (018.364.590-17); Jose Ailton dos Santos (945.261.685-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9841/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.671/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafaela Marconi Pecly (057.016.777-96); Ramon Sousa Santos (086.103.284-57); Regina Goncalves Gomes (000.307.140-52); Rejane Silva Junqueira (949.212.882-91); Renan Farias de Santana (979.498.502-30); Renata Cristina de Matos Silva (075.914.184-32); Roberto Luiz Kist (013.485.860-36); Romulo Possatto Lucas (111.447.337-58); Roselyn Fontoura Jacinto Machado (699.995.971-49); Rudson Pereira de Sousa (327.305.698-39)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9842/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor do Supremo Tribunal Federal, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicado por perda de objeto os atos de admissão abaixo relacionados, tendo em vista não produzirem mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-027.133/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Batista Mattos (082.099.536-30); Rafael Pinheiro Dantas (645.150.013-53)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9843/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.118/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lara Lucia da Silva (099.306.886-33); Leandro Santos da Silva (088.265.227-31); Luan da Silva de Souza (058.821.297-02); Lucas Leonard da Silva (001.968.233-66); Luis Otacio Pereira (042.087.003-27); Marcelo Bruno Salvador Lira (046.287.334-06); Mariana Natsue Koguishi (007.067.849-95); Mariana Oliveira Lima (033.300.475-26); Marilia Farias Lima Buenos Aires (065.896.644-80); Melque Sedeque Resende Ribeiro (014.202.693-05)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9844/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.147/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glacilene Cristina Coelho Naspolini (034.241.639-10); Guilherme Soares de Souza (013.593.100-29); Gustavo Farnezi Nogueira (289.706.178-25); Hermano Jose Toscano Moura Filho (048.727.014-29); Hilárion Duarte Cavalcante Lopes (014.915.646-44); Izilio Pimenta Custodio (489.200.881-87); Jackson Rodrigo Lunkes (007.198.430-57); Joao Jose Schini Norbiato (036.863.919-37); Jorge Luiz Pereira Antunes (020.935.007-52); João Carlos Cordeiro Tokunaga (004.371.991-00)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9845/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 143, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito dos atos de admissão integrantes do presente processo, com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

b) determinar ao órgão/entidade de origem fazendo-se acompanhar de cópia da instrução da unidade técnica que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

1. Processo TC-028.485/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina Cavalcante Arruda de Morais Costa (940.140.941-20); Camila Lorenci Mallmann (016.072.920-33); Claudio Tetsuo Inoue (026.985.854-71); Margareth Miyuki Komori (885.128.519-53); Paulo Jose da Silva Junior (977.494.511-53); Tereza Cristina Sales Silva (037.347.893-38)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9846/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.569/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luiz Andrade Silva (043.583.315-48); Andreia Michelle da Silva Souza (085.253.914-25); Antonio Adilton Augusto Nascimento (626.126.893-20); Antonio Carlos Rodrigues de Oliveira (022.227.023-30); Arianne Maria Nunes Ramos Sabino (021.792.603-77); Arisson Tavares Garcia (880.927.983-20); Bruna Leticia Sotero Braz da Silva (052.596.295-66)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9847/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.570/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Marcio Cesar Oliveira de Sa Leitao (074.859.574-06); Caio Cesar Santiago Goncalves (039.834.771-94); Caio Dias Simoes (047.211.685-19); Caio Jeones Melo da Silva (041.044.685-84); Caio Marinho Ribeiro (006.774.283-16); Camila Batista Ferreira (618.985.203-30)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9848/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.571/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Leandro Silva (008.466.463-07); Carolline Portela Batista Teixeira (918.292.243-87); Cassio Alves de Oliveira (075.518.316-90); Cicero Antonio Barbosa de Oliveira (794.495.815-68); Clarissa Correa Lira (087.005.644-19); Clarissa de Almeida Guerra (016.050.823-17); Claudio Henrique Juca Alves Garcia (356.639.363-00); Claudio Luis Pires de Castro (229.461.103-97)
1.2. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9849/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.573/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dhiego Alves Viana de Oliveira (064.272.474-17); Diego Benevides de Oliveira (049.460.823-44); Dimas Samuel Mendes Viana (056.089.663-84); Ednara Pollyana Rocha de Lima (089.921.684-62); Edson Pinheiro do Rosario Filho (786.675.345-87); Eduardo Leony Lyra Rios (033.369.815-06); Eduardo Luciano Damasio (980.187.522-49)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9850/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.575/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Deise Maria de Carvalho Aguiar (026.372.994-01); Douglas Silva de Azevedo (048.802.374-26); Edilson Matos Costa (073.861.093-34); Eduardo Freire Mendes (023.483.464-19); Fabio Ulisses Almeida dos Santos (002.986.555-78); Fabricio do Sacramento Juchum (941.198.135-68); Fausta Viana Siqueira (358.591.303-25); Fernando Antonio Leite Frota (904.489.524-91); Francialdo Mota Marques (683.893.613-53)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9851/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.576/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisca Meirian Nogueira Mendes (209.981.393-00); Francisca Milene Marinho (797.473.613-53); Francisco Glauberto Sales Barroso (321.634.013-91); Francisco Jorge Feitosa Caneca (142.160.193-15); Francisco Rodrigo Dias Ribeiro (993.506.103-53); Francisco das Chagas Bezerra Filho (656.586.393-87)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9852/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.577/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Edyvalberty Alenquer Cordeiro (058.616.803-61); Francisco Jordao Simplicio Camelo (051.116.833-05); Francisco Roberto de Santana Neto (015.262.043-55); Francisco de Assis Brito de Oliveira (042.757.493-59); Franklin Amaral Silva (027.969.805-45); Gabriela Oliveira Maia (029.143.503-33); Gabriela da Costa Moreira (073.915.754-02); Gesiel Costa Mendes (604.414.803-30); Gilson Batista Barbosa (043.253.766-07)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9853/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.578/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Washington de Melo Freitas (012.882.094-28); Francisco Wilton de Souza Junior (303.453.158-39); Frederico Fonseca de Souza (656.358.765-87); Geova Honorio Monteiro (731.346.194-15); Germana Monte e Silva Rios (853.490.203-82); Helio Fernando Barros da Silva Filho (922.181.214-68); Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leao (798.295.463-49); Isabella Karina Salvador Fontes (051.691.074-47); Jadson David de Vasconcelos Santos (037.907.134-73); Jaime Vieira Santos Souza (614.473.075-34)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9854/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.586/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Elizabeth Ramos de Macedo (021.852.663-65); Maria Ivania de Araujo Gomes (021.057.163-26); Maria Jose Ferreira de Jesus (138.785.537-90); Marilia Melo Rolim (018.894.123-17); Matheus Narciso de Medeiros Peixoto (047.804.313-95); Miguel William Guimaraes Palmeira Tavares (968.048.823-34)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9855/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.587/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nahyanna Cavalcante da Rocha (003.848.043-30); Nara Jamile Moreira Soares (024.736.523-84); Nata da Mota Sousa (023.719.833-90); Natanael Carvalho Rabelo (045.911.033-07); Natashe Lustosa Nogueira Rocha (006.909.923-51); Nathanny Dias Xavier Marques (016.591.366-52); Nicolas Ferraro Brasco (818.900.440-91); Nuno Gabriel Alves Simoes Ferreira (609.612.493-31)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9856/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.590/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Leitao Vaz (005.942.913-56); Renata Maria Pereira (018.100.213-24); Rhamington Nunes de Araujo Filho (097.123.404-30); Rochelle Lemos Montiel (027.632.435-84); Rodrigo Lima Silva (903.382.514-72); Rodrigo Rizzo (904.109.393-15); Rodrigo Severino de Souza (105.131.384-80); Roger Rocha Almeida (031.828.305-03); Ronielton da Costa de Sousa (603.442.313-99)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9857/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.593/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Stefani Arruda Souza (033.428.035-41); Tiago Severino da Silva (051.291.104-55); Tito Livio Britto de Sousa (578.329.515-91); Vanessa Lima de Souza Santos (058.989.244-42); Vincenzo Primerano (025.204.063-56); Vinicius Aguiar Nascimento (104.804.356-85); Vinicius Teixeira Moura Santos (946.137.025-34)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9858/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.741/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edvilson Alves de Lima Junior (078.743.274-11); Emiliane Alves Pereira (020.111.593-00); Erika Viviane Martins Batista Trindade (000.960.426-05); Fabio Rodrigues Lopes Ferreira (086.529.904-84); Felipe Vieira Bello (704.805.591-04); Felipe Vieira da Silva (083.227.436-45); Fernanda Malta Oliveira (025.377.525-62); Fernando Andrade de Azevedo (030.340.595-31); Flavia Mendes Barroso (890.631.393-49)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9859/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.831/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edevaldo Maroneze de Andrade (008.454.360-40); Jairo Pinheiro Sant Anna (055.089.997-95)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9860/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-029.098/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jamille Almeida Toscano Balbuena (997.624.713-34); Janete Tarciana Borges Tavares (847.242.774-91); Jansen Marques Souza de Franca (011.568.894-30); Joao Barbosa Parente (638.606.943-91); Joao Carlos Borges Correia de Aguiar (051.309.744-92); Joao Neto Gomes de Souza (883.184.864-04); Joaquim Batista da Silva Neto (873.930.933-91); Joelson Azevedo (916.535.504-06); Jorge Luis Carvalho de Barros (024.671.284-82)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9861/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-029.325/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Manuel Flavio de Albuquerque Rocha Junior (456.318.913-87); Manuela Melo de Oliveira (656.454.133-34); Manuella Souza Silveira da Silva Soares (941.306.714-72); Maria Almeida de Oliveira (696.830.933-53); Maria Cirleide Alves (032.512.914-24); Maria Daniele Mariano de Oliveira Medeiros (003.441.423-10); Maria Helena Aguiar Santos (483.694.205-59); Mario Rubens Franca Cardoso (164.408.465-15); Moises Alves de Oliveira Neto (813.577.453-20)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9862/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-029.594/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Christina Amaral Martins (284.974.901-00); Rêmmel Araújo Sousa Farias (034.423.601-37)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9863/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.003/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valeria Gomes de Freitas do Vale (492.110.053-53); Verizangela Colares da Silva (613.224.153-15); Waleska Maria Cavalcanti Marinho (704.472.924-04)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9864/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.302/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adylles de Oliveira Manhaes (100.239.487-28); Agnaldo Cobra Neto (000.042.571-03); Aisha de Souza Gomes Stumpf (643.087.660-87); Alan Reboucas de Paiva (018.137.843-45); Alan Simon Jardim Penzuti (980.500.951-34); Albertino Cavalcanti de Albuquerque Junior (025.916.094-62); Alex de Lima Honorio (989.396.701-59); Alexandre Augusto da Cunha Mendes (985.598.691-15); Alexandre Carvalho da Silva (953.337.115-34); Alexandre da Costa Castelli (220.850.958-79)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9865/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.360/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Michel Antunes Santos Moreira (047.780.074-25)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9866/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-025.855/2015-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cecilia Supelette Santos (019.947.127-40); Edilene Vieira Frasson (940.712.417-72); Maria da Penha Rocha Santos (073.766.557-27)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9867/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessão de Pensão Civil em favor de beneficiário de ex-servidor da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, constatou-se que o beneficiário de pensão foi excluído por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-027.439/2015-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Paulo Ney Rego Damasceno (177.213.184-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9868/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessões de Pensões Civis em favor de beneficiários de ex-servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos beneficiários, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-027.443/2015-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Geni Aparecida Bussato de Toledo Barros (228.664.708-93); Getulio Rodrigues Pereira (333.127.458-53); Virginia Maria dos Reis Vieira Castel (030.376.307-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9869/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-029.819/2015-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Analzira Filomeno da Silva (443.891.832-49); Raimunda da Silva Pereira (322.382.402-25)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão No Acre
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9870/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-029.820/2015-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Yara Neves Furtado (665.230.107-59)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9871/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessões de Pensões Civis em favor de beneficiário de ex-servidor da Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, constatou-se que o beneficiário de pensão foi excluído por motivo de maioridade;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, por perda de objeto, tendo em vista a maioridade do interessado.

1. Processo TC-029.834/2015-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lucas Teixeira da Costa (011.712.522-93)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9872/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos este Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas Especial, interposto pelo recorrente CHC Táxi Aéreo Ltda., contra o Acórdão 748/2015-Segunda Câmara (Peça 207), peça recursal: R002 (Peça 229).

Considerando a inexistência de interesse recursal, haja vista o arresto recorrido não lhe ter impingido sucumbência;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 33, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143 e 285, § 2º, do RI/TCU; em:

a) não conhecer o Recurso de Reconsideração, interposto pela empresa CHC Táxi Aéreo Ltda., nos termos do art. 33 da Lei 8.443/92, por inexistência de interesse recursal; e
b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente.

1. Processo TC-020.955/2010-3 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Recorrente: Chc Táxi Aéreo Ltda. (02.383.519/8000-15)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Mato Grosso ou Fundação Nacional da Saúde (Funasa).

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.7. Representação legal: Antônio Carlos de Souza (3608-B/OAB-MT) e outros, Adilio Henrique da Costa (26651/OAB-DF), Rosangela Piva Mourato (12504/OAB-MT) e outros, representando Chc Táxi Aéreo Ltda.; João Batista dos Anjos (6658/OAB-MT)

ACÓRDÃO Nº 9873/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos este Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto pelo Sr. Gandor Calil Hage Neto, contra o Acórdão 1884/2015-Segunda Câmara - (Peça 22) - PEÇA RECURSAL: R001 - (Peça 42).

Considerando que além de intempestivo, não são apresentados fatos novos que possam suplantar a intempestividade do recurso;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143 e 285, § 2º, do RI/TCU; em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração, interposto por Gandor Calil Hage Neto, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos do artigo 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e §2º, do RI/TCU;

b) dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-032.015/2013-5 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Recorrente: Gandor Calil Hage Neto (296.651.832-49)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Prainha - PA

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Vital do Rêgo

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.7. Representação legal: Inocêncio Mártires Coelho Júnior (5670/OAB-PA) e outros.

ACÓRDÃO Nº 9874/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado que trata de Representação autuada a partir do Relatório de Auditoria 13.623 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), a respeito de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais do Sistema Único de Saúde (SUS) repassados fundo a fundo ao Município de Aperibé, no Estado do Rio de Janeiro, relacionadas aos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2010 (peça 1, p. 1 a 72).

Considerando que ao apreciar o mérito da representação a 2ª Câmara proferiu o Acórdão 859/2015, a seguir transcrito no essencial:

> *"a) Conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, III, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;*
>
> *b) Dar ciência à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde do inteiro teor do relatório de auditoria 13.623 do Denasus (peça 1) para que essa diretoria informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas para obtenção do ressarcimento das despesas impugnadas pelo Denasus, remetendo, se for o caso, os comprovantes de recolhimento do débito ou da instauração da tomada de contas especial, conforme estabelece o art. 7º, VII, do Anexo I, do Decreto 8065/2013;*
>
> *c) Determinar ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS que informe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas para comunicar à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde sobre resultados de auditoria 13.623, em cumprimento ao disposto no art. 37, VI, do Anexo I, do Decreto 8065/2013, remetendo a esta Corte, se for o caso, os respectivos comprovantes de envio da documentação à Diretoria Executiva do FNS. (...)"*

Considerando que ao monitorar a deliberação a unidade técnica concluiu que foi cumprida unicamente a letra "c", restando pendente de atendimento a letra "b" do Acórdão 859/2015 - 2ª Câmara;

Considerando os pareceres proferidos pelo escalão dirigente da Secex/RJ.

ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, em:

a) dar ciência à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde - FNS que a não adoção das providências imediatas com vistas ao ressarcimento das despesas impugnadas pelo Relatório de Auditoria 13.623 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), mediante obtenção dos comprovantes de recolhimento do débito ou a instauração do devido processo de tomada de constas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, consoante expresso por meio do item "b" do Acórdão 859/2015-TCU-2ª Câmara, implicará na responsabilidade solidária do corpo diretivo do FNS pelo montante do débito apurado, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992; além da aplicação das penalidades previstas no art. 58, IV e art. 60 da Lei 8443/92.

b) determinar ao Fundo Nacional de Saúde, com base no art. 157 do Regimento Interno do TCU, que informe a este Tribunal as medidas adotadas no prazo de 15 dias, a contar da ciência da deliberação; e

c) determinar à unidade técnica o monitoramento deste acórdão.

1. Processo TC-034.445/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) / Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aperibé (RJ)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: Eduardo Damian Duarte (OAB/RJ 106.783), Filipe Orlando Danan Saraiva (OAB/RJ 159.011) e outros (peças 11-12)

RELAÇÃO Nº 35/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 9875/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.786/2015-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elency Pereira Neves (056.188.608-30); Luís Martins Júnior (772.831.558-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9876/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.912/2015-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Azuleides Maria das Graças de Lacerda (603.260.266-49); Helenice Eulina Santana (080.026.306-53).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9877/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.924/2015-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marisa Brandão da Silva (089.472.791-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9878/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.949/2015-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Eliete de Oliveira (094.714.214-20).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em Natal/RN.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9879/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.333/2015-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Carlos Figueira Urasato (262.635.300-06).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Porto Alegre/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9880/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.932/2015-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Cleuza Terezinha Silva (382.113.606-59); Helena Alves do Prado (175.967.426-53); Magda Pagano Frossard (454.289.726-53); Maria Jose Ribeiro Vieira (455.623.936-20).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 9881/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.447/2015-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Emilia da Conceição Resende (496.080.706-78).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Barbacena/MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9882/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.448/2015-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marise Maria dos Santos (525.678.936-87).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS - Ouro Preto/MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9883/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988.

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria cadastrado em favor de Leonilda de Oliveira Cunha (CPF 619.153.008-00) apresenta divergência entre o tempo de serviço para aposentadoria, informado no campo 28 do "Formulário de Concessão de Aposentadoria", e a soma dos períodos de tempo de serviço, informada no quadro "Discriminação dos Tempos de Serviço e Averbações"- anexo I do formulário;

Considerando que a citada inconsistência nos tempos de serviço informados no ato não permite formular juízo de legalidade acerca do fundamento legal adotado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1.988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar prejudicado, por inépcia, o ato de concessão de aposentadoria a Leonilda de Oliveira Cunha (619.153.008-00), em razão das inconsistências identificas quanto ao tempo de serviço, nos termos do art. 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º da Resolução TCU 206/2007;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-029.989/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Leonilda de Oliveira Cunha (619.153.008-00).
1.2. Órgão: Superintendência Estadual do INSS - São Paulo/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Superintendência Estadual do INSS - São Paulo/SP que, no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac novo ato de aposentadoria em favor de Leonilda de Oliveira Cunha (619.153.008-00), livre das inconsistências apontadas, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa.

ACÓRDÃO Nº 9884/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.973/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Isabel Ibiapina Mendes de Carvalho (627.766.493-04); Anastacia Freitas de Oliveira (011.734.571-78); Bruno Oliveira de Alcantara (023.267.941-09); Henrique Sampaio Wense (727.623.731-15); Kenia Renata Revert Mota (029.181.096-90); Roberta Andreia Vieira Lima Leao (787.904.681-04); Thais de Araujo Martins Maciel (023.658.071-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9885/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.978/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Gallego Soares do Amaral (110.705.967-44); Eduardo Camacho Teixeira (090.553.837-40); Eduardo Mussi Dietrich Filho (057.932.779-51); Elisa Benevides Figueiredo (059.320.467-08); Elisabete Natividade de Avila Parente (094.158.637-57); Felipe Barreto Magalhaes (104.130.167-73); Flavia Nobrega Cozzolino (251.336.068-00); Flavio Nogueira da Costa (055.942.747-66); Flavio da Silva Novaes Netto (083.351.437-73); Guilherme Vieira Santos (121.782.267-44).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9886/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.985/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio de Carvalho (364.116.711-68); Michelle Mity Satake (326.085.678-19).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9887/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.140/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Hudson Diego da Silva (020.221.311-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9888/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.219/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno de Pinho Garcia (348.663.628-63).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9889/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.223/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aroldo Max Andrade Vieira (913.195.105-82); Barbara Nicolato Ribeiral de Christo (054.467.229-14).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9890/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de se fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8 adiante.

1. Processo TC-028.508/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavio Jose Chiodi (023.354.499-23); Michele Campos de Oliveira Clazer (030.449.839-40); Neusa Sumiko Yoshida (016.443.619-73).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR que, no prazo de 30 (trinta) dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno/TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007.
1.8. Determinar à Sefip que encaminhe cópia deste Acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR, acompanhada da instrução da unidade técnica, a fim de subsidiar a emissão dos novos atos, nos termos do subitem 1.7.

ACÓRDÃO Nº 9891/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-028.852/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luana Marques Cidreira Domitilo Costa (016.059.495-23); Paulo Roberto Dornelles Junior (003.905.320-29).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9892/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.855/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Davi Alves Cavalcante (071.548.647-02).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9893/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.603/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lueli Santos Figueiredo (028.673.105-39).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9894/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.604/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dayane Novais de Freitas (337.188.748-06); Diogo de Melo Braga (070.829.464-22); Eduardo Nahas Gabarra (350.678.548-63) e Fabricio Martins Veloso (265.741.208-45).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9895/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.607/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Carvalho do Espirito Santo (103.129.297-73); Fernanda Pacheco Duarte (081.297.767-07); Francisco Beolandio dos Santos Silva (957.650.692-15); George Damascena da Costa (006.614.165-69); Gisele de Paula Magalhaes (014.523.333-27); Ivânia da Mota Soares (983.074.281-49); José Maria Teixeira Rodrigues (798.595.002-82); Juliana Katherine Rêgo Gomes Feitor (009.809.854-39); Jéssica Coutinho Mendes (064.877.316-76) e Leonardo Dias Hilário (038.317.036-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9896/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.609/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucas de Souza Pinto (043.190.165-13); Luiza da Silva Rosa (004.924.992-41); Luís Cláudio Costa da Conceição (026.484.083-63); Marcos Flávio Martins Ohashi (713.565.762-49); Marcos Soares Monteiro (014.828.953-31); Martina Santos Soares (009.875.353-31); Mayanna Amaro Muller (520.355.812-49); Márcia Azevêdo Medeiros (065.095.304-57); Nathália Sesti Reghelin (002.261.030-80) e Rafael Monteiro da Cruz (870.972.222-04).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9897/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.611/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Valéria Gropillo de Carvalho (016.670.607-83); Vanessa Diniz Alcantara Fonteles de Lima (617.239.322-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9898/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.613/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Fernanda dos Santos Araujo (064.101.244-65).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9899/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.614/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana de Brito Silva Ribeiro (136.565.717-59); Antonio Carlos Perruso (860.003.147-87); Bruno José Zioli (325.206.128-78); Juliana Macedo de Almeida Pereira (045.925.704-80); Juliano Faria Sant'anna (085.272.517-52) e Thiago Toscano Lobo (105.629.847-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9900/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.629/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leticia de Cássia Leandro de Freitas (269.489.808-48); Luiz Augusto Fróes (798.002.201-78).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9901/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.789/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Canho Bittner (005.278.371-56).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9902/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.790/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Diogenes Boschetti Almeida (356.870.908-27).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9903/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.593/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Osmar Viana Neto (308.508.778-81).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 9904/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de monitoramento do subitem 9.3 do Acórdão 9.226/2012-TCU-2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 243 e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.463/2012-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Julia Maria de Assis Moreira (024.611.057-07); e Reynaldo Bruno Moreira Saraiva (146.941.797-99).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Reiterar à Universidade Federal do Espírito Santo a determinação estabelecida no subitem 9.3.1 do Acórdão 9.226/2012-TCU-2ª Câmara, para que cadastre no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, novo ato de pensão civil referente ao instituidor Paulo Alves Moreira (CPF 493.141.147-91), livre da irregularidade apontada no referido *decisum*.

ACÓRDÃO Nº 9905/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo, sem prejuízo de efetuar a determinação especificada no subitem 1.7 adiante.

1. Processo TC-025.837/2015-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Alice Costa Dutra (006.318.219-02).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução -TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9906/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-029.822/2015-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Ignez Gomide do Nascimento (181.010.618-43).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9907/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-029.831/2015-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Amélia Gonçalves (044.792.757-46).

1.2. Órgão: Ministério das Relações Exteriores.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9908/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 1.559/2014-TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 15/4/2014-Ordinária, que determinou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a adoção de providências para reaver as despesas impugnadas na gestão dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate pelo Município de Assu-RN e seu representante legal, nos valores especificados no referido Acórdão acrescidos dos consectários legais.

Considerando que a unidade jurisdicionada cumpriu as determinações do decisum, adotando as providências necessárias à restituição dos valores decorrentes das despesas impugnadas na gestão dos recursos do PNATE pelo Município de Assu-RN.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", e 243 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do item 9.4 do Acórdão 1.559/2014-TCU-2ª Câmara;

b) apensar os presentes autos, em definitivo, ao processo 019.697/2011-2, procedendo-se ao seu encerramento, nos termos do art. 169, incisos I e V, e § 2º do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-029.274/2015-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 2/2015 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 9909/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 18 a 21), em:

a) julgar regulares, com ressalva, as contas dos Srs. José Carlos Lyra de Andrade (038.849.024-15); Flávio Lúcio Uchôa Dória (222.664.024-04); e Carlos Alberto Pacheco Paes (348.718.104-53), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

b) julgar regulares as contas dos Srs. José da Silva Nogueira Filho (151.856.804-15); e Walter Luiz Jucá Sá (020.979.744-49), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

c) adotar as demais medidas propostas, segundo os pareceres, conforme item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-027.832/2014-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Carlos Alberto Pacheco Paes (348.718.104-53); Flávio Lúcio Uchoa Dória (222.664.024-04); Jose Carlos Lyra de Andrade (038.849.024-15); José da Silva Nogueira Filho (151.856.804-15); Walter Luiz Jucá Sá (020.979.744-49)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de Alagoas

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 recomendar ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de Alagoas (Sesi/AL), com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e conveniência de, alternativamente:

1.7.1.1 promover divulgação mais ampla nas próximas licitações na modalidade concorrência para contratação de serviços de execução do projeto Cine Sesi Cultural; ou,

1.7.1.2 promover a concessão de patrocínio como forma de suportar financeiramente o projeto Cine Sesi Cultural.

1.7.2 determinar ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de Alagoas (Sesi/AL), com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que faça constar nos relatórios de gestão dos próximos exercícios:

1.7.2.1 cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações acima, que a Entidade decidiu implementar, ainda que de forma parcial, os respectivos prazos e os responsáveis, bem como justificativa a respeito das eventuais recomendações que decidiu não adotar ou adotar parcialmente; e,

1.7.2.2 as informações necessárias para comprovar o atendimento ao Acórdão 338/2013 - TCU - Plenário, bem como disponibilize ao Controle Interno as respectivas informações comprobatórias, para que a CGU possa efetuar as devidas análises a respeito dessa questão;

1.7.3 dar ciência desta deliberação ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria em Alagoas (Sesi/AL) e a Controladoria Regional da União em Alagoas.

ACÓRDÃO Nº 9910/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com o parecer do Diretor (peça 12) e do Ministério Público (peça 14), em:

a) julgar regulares, com ressalva, as contas dos Srs. Afonso Henrique Martins Luz (280.716.428-51) e Sergio Duarte Mamberti (067.185.078-49), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

b) julgar regulares as contas dos Srs. Américo José Cordula Texeira (048.602.538-17), Márcia de Noronha Santos Ferran (005.957.227-25), Márcia Regina Vicente Barbosa (305.387.421-00) e Samuel Barichello Conceição (144.059.988-25), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

c) adotar as demais medidas propostas, segundo o parecer do Diretor (peça 12) e do Ministério Público (peça 14), conforme item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-040.248/2012-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Afonso Henrique Martins Luz (280.716.428-51); Americo Jose Cordula Teixeira (048.602.538-17); Anna Maria Buarque de Hollanda (032.436.758-98); Marcia de Noronha Santos Ferran (005.957.227-25); Márcia Regina Barbosa Marques da Rocha (305.387.421-00); Samuel Barichello Conceição (144.059.988-25); Sergio Duarte Mamberti (067.185.078-49)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Culturais

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência à Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (SPC/MinC) de que a ausência de detalhamento dos custos envolvidos no Termo de Parceria 01/2011, celebrado pela a SPC com o Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público (Via Pública), e a não verificação da compatibilidade com os preços de mercado, contrariaram os arts. 26 e 27 do Decreto 3100/1999;

1.7.2 dar ciência desta deliberação à Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (SPC/MinC); e

1.7.3 arquivar os presentes autos com fundamento no art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 9911/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, incisos I, alínea "b", e V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, conforme proposto pelo MP/TCU no parecer constante da peça 36, o item 3 do Acórdão nº 4014/2010-2ª. Câmara, prolatado na Sessão de 27/7/2010, Ata nº 26/2010, como a seguir:

- onde se lê "(CPF 844.924.653-91)"
- leia-se "(CPF 076.575.603-04)"

1. Processo TC-010.170/2006-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 035.574/2011-9 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Nilson Santos Garcia, ex-Prefeito (CPF 062.067.513-68); Maria de Nazaré Martins, ex-Membro da Comissão Permanente de Licitação (CPF 076.575.603-04); Maura Patrícia Aguiar Mendes, ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPF 760.852.443-04); Sônia Luzia Pinheiro Trinta, ex-Membro da Comissão Permanente de Licitação (CPF 351.536.603-20); C.J. Construções Ltda. (CNPJ 04.445.928/0001-30).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmeirândia/MA
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9912/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, os itens 3.1, 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 7063/2010-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 23/11/2010, Ata nº 40/2010, de modo que, onde se lê "Ossias Josino da Costa" leia-se "Ossias Jozino da Costa", e retificar, por inexatidão material, também, o item 1.5 do Acórdão 11597/2011-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 6/12/2011, Ata nº 43/2011, de modo que, onde se lê "Advogado constituído nos autos: não há" leia-se: "Advogados constituídos nos autos: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177); José Abelardo Araújo Pinto (OAB/AM 6.076); Francisco Eduardo Carrilho Chaves (OAB/DF 22.322); Guilherme Lancini Bello (OAB/DF 30.737), e outros".

1. Processo TC-013.411/2007-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Francisco Ivan Alzier de Araújo (147.055.672-34); Hiron Ferreira Lima (043.519.672-34); João Luiz Ferreira Lessa (334.420.292-87); Leila Regina da Silva Menezes (284.289.862-15); Manoel Adail Amaral Pinheiro (137.996.732-53); Maria Auxiliadora Amaral Pinheiro (239.449.002-00); Ossias Jozino da Costa (068.310.012-20).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Coari - AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177); José Abelardo Araújo Pinto (OAB/AM 6.076); Francisco Eduardo Carrilho Chaves (OAB/DF 22.322); Guilherme Lancini Bello (OAB/DF 30.737), e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 32/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 9913/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Luiz Carlos de Almeida, abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.188/2015-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Carlos de Almeida (020.406.032-04)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9914/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ires Jantsch, abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da seguinte providência:

1. Processo TC-025.778/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ires Jantsch (289.617.909-78)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007

ACÓRDÃO Nº 9915/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.952/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcio Lucas Maes (021.853.009-97); Ronaldo Dias de Oliveira (195.953.280-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9916/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.347/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Liliana Carpinski Croce Severien (060.061.768-82); Francisco Mariano da Silva (988.063.358-04); Maria da Conceição Alves (625.838.837-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9917/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Antero Rodrigues Seabra, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.406/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antero Rodrigues Seabra (308.347.837-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9918/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Francisco José Bittencourt Araújo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.416/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco José Bittencourt Araújo (022.122.773-34).
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9919/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.965/2015-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edison Segtowich Gomes Cardoso (002.295.473-20); Francisco das Chagas de Araujo Costa (029.517.382-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do DNIT nos Estados do Pará e Amapá - DNIT/MT
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.7.1. determinar a Superintendência Regional do DNIT nos Estados do Pará e Amapá - DNIT/MT que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 9920/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Beatriz Gomes de Oliveira, abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.875/2015-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Beatriz Gomes de Oliveira (602.309.401-53)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9921/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.421/2015-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Iara Mendes da Silva Santos (408.366.730-34); Jussara Mendes da Silva Santos (400.282.590-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 9922/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.431/2015-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Isabel de Melo e Silva (149.759.391-34); Luiz Pereira de Souza (219.543.057-53); Maria Vilanir Marçal de Souza (099.071.141-20); Maria de Lourdes Cavalcante Santos (119.587.151-15)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9923/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.452/2015-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Fernanda Cesar Silva (090.566.386-10); Ligia Cesar Nogueira (165.526.446-04); Selma Silva (399.517.156-72).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9924/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Annemarie Helene Gebe Carneiro Leal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.459/2015-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Annemarie Helene Gebe Carneiro Leal (023.292.218-78)

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9925/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.818/2015-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cicero Jose Quintaes de Oliva (009.475.551-53); Gilne Quintaes de Oliva (012.017.521-59); Helcio Mattos (268.273.877-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9926/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Lais Helena da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.828/2015-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Lais Helena da Silva (100.224.196-08).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9927/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007 e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Maria das Graças Teixeira dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.837/2015-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria das Graças Teixeira dos Santos (352.697.582-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9928/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.094/2010-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Celia Porto Carreiro (596.349.957-72); Helena Mothe Maaldi (209.419.436-15).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9929/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.890/2014-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Adriano Santhiago de Oliveira (070.022.817-98); Alberto da Rocha Neto (035.586.459-28); Alexandre Comin (082.341.738-71); Aloisio Lopes Pereira de Melo (110.006.078-28); Altino Ventura Filho (002.089.224-15); Antonio Divino Moura (371.449.608-49); Antonio Silvan Oliveira (027.377.928-19); Arnoldo Anacleto de Campos (877.064.669-49); Ary da Silva Martini (351.668.600-63); Beatriz Martins Carneiro (016.723.787-02); Carlos Afonso Nobre (738.128.978-49); Carlos Alfredo Joly (952.367.678-49); Carlos Augusto Klinki (002.080.588-85); Carmen Helena Ferreira Foro (235.596.082-87); Cassio Ramos Peixoto (292.706.425-34); Claudia da Costa Martinelli Wehbe (859.637.471-04); Daniel Rodrigues do Couto Silva (702.642.871-34); Derli Dossa (091.075.920-00); Dione Maria de Freitas (702.371.404-97); Eduardo Delgado Assad (208.225.706-10); Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho (634.586.918-04); Elizario Noe Boeira Toledo (308.583.800-72); Emilio Lebre La Rovere (370.035.427-49); Erico Leonardo Ribas Feltrin (817.487.449-68); Everton Frask Lucero (492.989.840-49); Fabiano Chaves da Silva (613.140.215-91); Felipe Taufik Daud (349.754.088-99); Fernanda Bocorny Messias (488.424.941-00); Fernanda Viana de Carvalho (954.153.516-04); Francisco Gaetani (297.500.916-04); Fábio Nogueira de Avelar Marques (043.681.896-55); Gabriel Rangel Visconti (045.362.277-17); Guilherme Zaniolo Karam (005.340.989-24); Gustavo Luedemann (444.158.001-06); Hamilton Moss de Souza (759.278.027-53); Jailson Bittencourt de Andrade (056.036.415-68); Jorge Paglioli Jobim (398.167.610-68); Josilene Ticianelli Vannizini Ferrer (042.211.718-80); José Antonio Marengo Orsini (259.615.838-80); José Guilherme da Rocha Cardoso (072.290.457-62); José Quadrelli Neto (956.926.651-15); João Luiz Tedeschi (072.942.238-07); Karen de Oliveira Silverwood Cope (668.390.761-72); Letícia Reis de Carvalho (037.443.677-03); Luiz Pinguelli Rosa (023.504.757-00); Marcia Valle Real (312.566.437-34); Marcio Macedo da Costa (883.095.417-91); Marco Aurelio Pavarino (540.016.501-00); Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva (294.610.226-20); Marcos Estevan Del Prette (984.949.378-04); Marcos Otávio Bezerra Prates (707.921.518-87); Maria Lucia de Oliveira Falcon (187.763.105-15); Neilton Fidelis da Silva (378.320.264-72); Nelson Pereira dos Reis (058.417.048-34); Paula Pinto Bennati (165.908.168-83); Pedro Alexandre Rodrigues Christ (311.002.028-97); Rafael da Soler (046.857.669-03); Renato de Oliveira Brito (071.693.946-00); Rubens Harry Born (004.183.608-12); Sergio Eduardo Weguelin Vieira (483.591.067-20); Shelley de Souza Carneiro (150.252.336-15); Thiago de Araújo Mendes (049.528.696-60); Viviana Simon (843.598.469-91).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SMCQ/MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9930/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 47, § 3º, da Resolução/TCU n. 259/2014, em levantar o sobrestamento que incide sobre este processo, e nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos Srs. Alexandre Herculano Amaral, Claudenir Reis Salviano Oliveira, Cleverson Lautert Cruz, David Tomaz de Sá Fernandes, Edson Raimundo Machado, Jean Ricardo Alves Duque, Maria Helena Vasconcelos Amendoeira, Maria do Perpétuo Socorro de Melo Sousa, Marli Steffens Lehrer, Sandra Cristina de Araújo e Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior regulares com ressalva e dar-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, e, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos demais responsáveis regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de enviar cópia desta deliberação à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.357/2008-0 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2007)

1.1. Responsáveis: Adélio Cláudio Basile Martins (152.563.911-00); Alexandre Herculano Amaral (144.359.261-72); Augusto Cesar Moraes Ribeiro (645.512.021-34); Claudenir Reis Salviano de Oliveira (802.892.078-00); Cleverson Lautert Cruz (882.695.900-53); David Tomaz de Sá Fernandes (183.540.761-72); Edson Raimundo Machado (144.448.361-72); Jean Ricardo Alves Duque (034.736.987-17); Joalcira Ramalho Bessera (120.603.721-00); Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto (318.800.881-34); Maria Helena Vaconcelos Amendoeira (540.913.817-15); Maria Lagiete Martins (077.161.333-49); Maria de Fátima Borges Ramos (184.281.501-68); Maria do Perpétuo Socorro de Melo (993.031.241-20); Marli Steffens (181.961.369-00); Orlando José Soares de Freitas (460.610.027-34); Paulo Machado (282.021.206-91); Regina Célia Pinto Pinheiro (048.862.243-34); Ricardo Correa de Barros (603.588.237-49); Samuel Domingos de Oliveira (146.098.191-04); Sandra Cristina de Araújo (376.088.511-04); Suzana Modesto da Silva (669.940.801-10); Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior (398.896.531-68); Wellington Terra Passos (184.077.571-87).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério da Justiça - SE/MJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça que informe no próximo Relatório de Gestão sobre:
1.7.1.1. o ressarcimento, devidamente atualizado, das importâncias relacionadas ao uso do espaço físico do Ministério da Justiça pela Associação de Servidores do Ministério da Justiça (GASJUS), conforme valores discriminados no Ofício n. 68/2015/CGMA/SPOA/SE-MJ;
1.7.1.2. as providências adotadas para evitar as ocorrências descritas no subitem 2.3.1.3 (constatação 004) do Relatório de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno referente ao exercício de 2007, sobre a cessão de servidores com vigência expirada e sobre o atraso nos reembolsos efetivados pelos órgãos cessionários, o que afronta o disposto no art. 4° e parágrafos do Decreto n. 4.050/2001.

ACÓRDÃO Nº 9931/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.463/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação Comunitária Ana Roberto (41.342.106/0001-50); Francisca Gildete Pinheiro Roberto (675.498.963-72); Heron Carlos Dantas Freitas (223.413.073-53).
1.2. Órgão/Entidade: Associação Comunitária Ana Roberto (41.342.106/0001-50).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9932/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.346/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Francisco das Chagas dos Santos (078.099.993-20); Petrônio Moreira Nunes (025.491.153-68).
1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).
1.6. Representação legal: Marcos Steiner Rodrigues Mesquita, OAB/PI n. 2.779/96.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9933/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 169, inciso II, e 211, caput e § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar as contas dos responsáveis a seguir indicados iliquidáveis, ordenando o seu trancamento e o consequente arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.097/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Diego Rego Domingues (064.832.444-36); Thiago Gerffeson da Silva (081.717.324-29).
1.2. Órgão/Entidade: Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros - Cooetagri.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9934/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Sabino Sidney Pietro, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, e em encaminhar os presentes autos à Secex/SP, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-000.218/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apenso: TC-018.407/2013-7 (Solicitação).
1.2. Responsável: Responsáveis: José Augusto Viana Neto, (606.428.828-00), Adalberto Franco Pelliciari, (078.851.211-00), Ana Alice de Fins Pagnano, (055.223.328-59), Angelita Esnarriaga Viana, (273.682.698-13), Carlos Roberto Faleiros Diniz, (302.200.928-34), Clovis Cesar da Rocha, (039.448.838-53), Gerisvaldo Ferreira da Silva, (663.599.028-34), Giasone Albuquerque Candia, (266.711.158-34), Isaura Aparecida dos Santos, (819.112.898-53), Jackson Carlos Franco, (724.542.378-49), Jean Saab, (508.993.508-44), João Batista Bonadio, (360.791.548-20), João Modesto, (410.401.398-68), Luiz Carlos Kechichian, (011.998.498-98), Luiz Roberto de Barros, (030.930.048-70), Marcus Ortega Bonassi, (230.728.738-87), Odil Baur de Sá, (115.177.518-53), Rosangela Martinelli Campagnolo, (125.437.018-85), Sabino Sidney Pietro, (974.544.788-91), Valentina Aparecida de Fátima Caran, (011.727.648-08), Wagner Artuzo, (578.360.518-20).
1.3. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).
1.4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região - Creci/SP (62.655.24610001-59).
1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.1 do Acórdão n. 1.816/2013, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 9/4/2013, Ata n. 10/2013.
Valor original da multa: R$ 6.000,00 Data de origem da multa: 9/4/2013
Valores recolhidos: Datas dos recolhimentos:
R$ 654,90 11/12/2014
R$ 664,00 30/1/2015
R$ 672,00 25/2/2015
R$ 680,20 31/3/2015
R$ 689,20 29/4/2015
R$ 694,00 29/5/2015
R$ 699,20 30/6/2015
R$ 704,70 30/7/2015
R$ 709,02 31/8/2015
R$ 710,60 29/9/2015

ACÓRDÃO Nº 9935/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-014.984/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Serviço de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde no Estado do Piauí - Seaud/Denasus/MS/PI.
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Piauí - Sesapi.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. ao Serviço de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde no Estado do Piauí que dê continuidade à auditoria cuja irregularidade ensejou a assinatura do Termo de Ajuste Sanitário - TAS n. 127/2011 e, caso necessário, instaure a competente tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da Lei n. 8.443/1992, informando a este Tribunal, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da ciência desta deliberação, as providências adotadas.

ACÓRDÃO Nº 9936/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, e fazer as seguintes determinações promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante, de acordo com o parecer da Secex/PI:

1. Processo TC-016.946/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Darcy Siqueira Albuquerque Júnior, Controlador-Geral do Estado do Piauí.
1.2. Órgão/Entidade: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí - Emater/PI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:
1.7.1. ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que, por ocasião da apreciação da prestação de contas do Convênio n. 003/2012 (Siconv 770.317), ajustado entre a União e o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (Emater/PI):
1.7.1.1. analise os indícios de irregularidades constantes do Relatório CGE/PI n. 011/2015;
1.7.1.2. avalie, circunstanciadamente, no caso de apuração de dano ao erário, com imputação de responsabilidade aos agentes públicos gestores dos recursos, na tomada de contas especial pertinente a ser instaurada, a extensão dessa responsabilidade, solidariamente, aos responsáveis pelas seguintes condutas, se confirmada sua relevante contribuição para a consecução do dano: seleção de entidades privadas inaptas, fiscalização deficiente do cumprimento das metas físicas do convênio e pagamentos sem a prévia fase de liquidação da despesa;
1.7.2. à Secex/PI que encaminhe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome cópia do Relatório CGE/PI n. 011/2015 (peça n. 1), com vistas ao cumprimento da determinação constante subitem 1.7.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 9937/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a"; 237, inciso II; e 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e em arquivar os autos sem prejuízo das determinações relacionadas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-022.040/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo - Alagoas (00.414.607/0002-07)
1.2. Órgão/Entidade: Município de Murici - AL
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Controladoria Geral da União, com fundamento no art. 18 da Lei 10.683/2003 e no art. 3º da IN/TCU 71/2012, que no prazo de noventa dias, comunique as providências efetivamente adotadas pelo Ministério das Cidades e/ou pela Caixa Econômica Federal para conclusão da apuração dos fatos concernentes às irregularidades verificadas na gestão dos recursos repassados pelo Ministério das Cidades, via Caixa, ao Município de Murici/AL, constantes nos itens abaixo do Relatório de Demandas Especiais 00190.031039/2006-82, com vistas ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração da respectiva tomada de contas especial:
1.7.1.1.item 2.1.1.1 do RDE, que envolve o Contrato de Repasse 177.767-92/2005 (Siafi 533400);
1.7.1.2.item 2.1.4.1 do RDE, que envolve o Contrato de Repasse 174.440-71/2005 (Siafi 525902);
1.7.1.3.item 2.1.5.5 do RDE, que envolve o Contrato de Repasse 174.009-41/2005 (Siafi 525881);
1.7.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas que proceda ao monitoramento do cumprimento da determinação acima.

RELAÇÃO Nº 35/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 9938/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.329/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Aparecida do Carmo Goulart Genro (CPF 168.789.490-68); Maria Romilda da Silva (CPF 222.211.071-87); Osmar Martins de Sousa (CPF 038.027.347-00); Sebastiana Janoário de Castro (CPF 295.463.624-68); Sebastião Antunes (CPF 167.162.306-10); Soraya Maria Ramos Bittar (CPF 381.908.696-04) e Tereza Cristina Souza da Silva (CPF 482.975.697-72).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9939/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.769/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Vinicius de Oliveira (CPF 424.326.968-83); Felipe Filgueiras Frias Gomes (CPF 130.848.717-79); Fernando dos Santos Camelo (CPF 144.741.557-42); Fábio Zaquini de Oliveira (CPF 130.942.776-32); Hugo Vinicius Pires das Chagas (CPF 148.569.737-97); Isaque Silva Rodrigues (CPF 120.174.256-05); Israel Gomes Ferreira (CPF 087.094.966-70); Italo Marcel Pires Camargo (CPF 406.984.998-08); Jonathan de Souza Marques Calvet (CPF 133.718.187-05) e Éverton Holewinsky Correa (CPF 159.800.677-01).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9940/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.814/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Fernandes Quadra Filho (CPF 014.279.161-01); Freida Augusta da Costa Freitas (CPF 335.475.642-04); Gabriel Lage Ribeiro (CPF 012.336.406-07); Gabriela Brito de Araujo (CPF 002.953.361-96); Gabriela Gomes Cypriano (CPF 139.431.607-00); Gerson Roessle Guaita (CPF 060.714.479-33); Gleison Magalhães Freitas (CPF 118.344.447-80); Heitor Ribeiro Campos Barros (CPF 075.557.404-43); Helder Costa de Oliveira (CPF 022.938.961-96) e Helena dos Reis Moreira e Silva (CPF 017.841.121-35).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9941/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.820/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciana Carla Silva Freitas (CPF 011.488.913-90); Luciana Carlos Celestino (CPF 915.949.794-72); Luciana Castro Prates (CPF 005.532.105-48); Luciana Yukari Uehara (CPF 289.852.398-48); Luciana de Carvalho Firmino (CPF 002.027.811-00); Luciano Bernardo Pimentel (CPF 711.629.251-91); Luciano Jesus de Lima (CPF 568.387.272-34); Lucélia Gonçalves Moraes (CPF 933.306.262-91); Ludimila Magalhães Dias de Oliveira (CPF 251.407.598-02) e Luis Carlos Andreatta (CPF 107.415.038-40).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9942/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.821/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelle Cristina de Araujo (CPF 018.675.151-64); Marcello Borges de Oliveira e Silva (CPF 728.557.971-87); Marcelo Derzi Vidal (CPF 563.917.652-00); Marcelo Henrique de Carvalho (CPF 045.309.886-00); Marcelo Maia Sampaio (CPF 002.318.917-76); Marcelo Quintino Graciano Batista (CPF 700.404.781-49); Marco Antonio de Freitas (CPF 597.626.405-00); Marcos Roberto Moreira (CPF 063.945.999-48); Marcos Rocha da Silva (CPF 360.302.282-34) e Marcus Vinicius Araujo Silva (CPF 019.682.591-12).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9943/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.830/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wagner Falcão Carlos (CPF 072.595.074-97).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9944/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.840/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raphael Larré da Silva Junior (CPF 045.822.151-14); Raphael Silva Santos (CPF 137.074.867-10); Richard Martins Pinto (CPF 151.584.007-76); Rodrigo da Silva Araujo (CPF 130.757.417-36); Romeu de Souza e Silva (CPF 014.092.731-05); Romulo Cesar Ramos Laurito Silva (CPF 111.057.296-48); Ruan Victor Ferreira Velasco Santos (CPF 149.478.267-70); Thiago de Aquino Alves (CPF 040.889.191-22); Ubiratan Bezerra de Mendonça Junior (CPF 398.878.498-20) e Vinícius Aluan Cotta Bessa Lima (CPF 160.568.397-37).
1.2. Órgão/Entidade: 41º Batalhão de Infantaria Motorizado (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9945/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.903/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vinícius Coitino Santos (CPF 827.475.710-68) e Wellington Paulo Rodrigues (CPF 095.615.307-08).
1.2. Órgão/Entidade: Escola de Formação Complementar do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9946/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.912/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduarda Fabiana Calixto (CPF 141.884.177-30); Elaine Santos de Souza (CPF 125.328.187-43); Elias Ramos Cesario (CPF 142.619.267-33); Felipi da Silva Pires (CPF 126.333.357-56); Fernanda Caroline Maia Duarte (CPF 129.061.467-90); Fernanda Palhares Nery (CPF 109.317.316-58); Filipe Diniz Eneas Luiz (CPF 143.248.457-51); Filipe Santana de Sales (CPF 426.933.728-10); Franciele Diana Dickow (CPF 022.990.800-40) e Gabriel dos Santos Frazon (CPF 440.747.998-12).
1.2. Órgão/Entidade: 1º Grupo de Artilharia Antiaérea (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9947/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.913/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Rodrigues Ferreira da Silva (CPF 107.643.364-28); Gabriela Zica Rodrigues (CPF 100.561.166-16); Gabriela de Mello Carvajal da Silva (CPF 151.083.827-90); Gabriele Paduam Silva de Araújo (CPF 156.728.157-58); Gabrielle Aleluia de Jesus (CPF 098.486.794-56); Gabrielly Barbosa Ribeiro (CPF 150.740.077-20); Gislayne Marise dos Santos Costa (CPF 417.077.288-10); Guilherme Farias Henriques (CPF 018.984.290-30); Ioni Correia Pyrrho Santos (CPF 115.390.247-84) e Jamine Ferreira de Figueiredo (CPF 106.527.886-10).
1.2. Órgão/Entidade: 1º Grupo de Artilharia Antiaérea (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9948/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.932/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Ferreira Felizardo (CPF 081.843.066-44); Ivan Nogueira de Souza (CPF 247.465.096-20); Jean Paulo Antunes Mota (CPF 265.126.628-06); Jeferson Cortez Marques (CPF 308.310.388-37); Joede dos Passos (CPF 061.987.426-01); João Francisco de Souza (CPF 019.093.948-66); Kelly Cristine Coelho de Souza de Lima (CPF 104.607.367-28); Mariane Teixeira de Carvalho (CPF 110.161.787-00); Renee Anay Ferreira Margarido (CPF 374.206.428-26) e Rosemeire Fatima de Oliveira Silva (CPF 081.017.948-24).
1.2. Órgão/Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9949/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.079/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hugo Ricardo Brito de Viveiros (CPF 148.207.747-78); Lucas de Souza Caldas Pinho (CPF 154.026.587-06) e Matheus Henrique Araújo Silva (CPF 129.027.046-58).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9950/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.088/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ernando Leocadio da Silva (CPF 003.593.482-46); Etevaldo Ribeiro de Souza (CPF 387.039.045-04); Everton Alan Ames Claro (CPF 064.485.899-02); Ewerton Paulo da Silva (CPF 101.065.114-59); Fabiano Barros Ramalho (CPF 055.944.404-45); Fabio Brasiliano dos Santos (CPF 049.680.175-96); Fabio Brauna de Oliveira (CPF 052.682.645-24); Fadel Rodrigues Ali (CPF 015.340.950-98); Fernandes Alves Bezerra (CPF 894.351.171-04); Fernando Vitor de Oliveira (CPF 012.190.206-48); Fernando da Costa da Silva (CPF 070.874.359-57); Flavio Luis Kunde (CPF 959.545.200-97); Flavio dos Santos Pereira (CPF 094.996.774-29); Francisco Apolinario Neto (CPF 831.647.662-20); Francisco Estevan da Silva (CPF 766.804.522-87); Francisco Flavio Soares da Silva (CPF 382.713.112-04); Francisco Lopes Correia (CPF 514.166.702-20); Francisco Xavier da Silva (CPF 854.443.242-53); Francivania Santana Mandulao (CPF 538.740.642-04) e Frank Ferreira Chaves (CPF 022.372.042-92).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9951/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.090/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hildemar Ferreira Paz (CPF 039.747.835-63); Iberis Almeida da Conceição (CPF 049.440.905-36); Iran Patricio Mandulao (CPF 538.888.042-72); Iranilson Leopoldino da Silva (CPF 056.239.854-67); Isaque Nascimento da Silva (CPF 662.434.672-87); Ivan dos Santos Cardoso (CPF 888.034.812-49); Izaqueu Santa Fé Silva (CPF 057.258.325-70); Jacson Loures da Conceição (CPF 028.780.925-03); Jailson Virginio da Silva (CPF 109.177.174-06); Janderson Costa Diniz (CPF 024.181.782-00); Janderson da Conceição Silva (CPF 003.859.252-55); Jandilson Mizael Lopes (CPF 035.077.981-31); Jasmo Pereira Penha (CPF 828.912.142-34); Javan Vitorino da Silva (CPF 092.516.794-01); Jecemilto Oliveira Brito (CPF 965.952.485-49); Jeferson Santana da Silva (CPF 058.971.335-30); Jessica Lais Gomes Pontes (CPF 089.674.514-74); João Antonio Araujo das Neves (CPF 887.729.935-53); João Carneiro da Silva Neto (CPF 381.922.412-20) e João Paulo da Silva Conceição (CPF 846.532.995-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9952/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.091/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: João Paulo Melo Nacarate (CPF 091.405.706-57); Joel da Silva Pinto (CPF 534.106.882-34); Jonas Cezar Nunes Paiva (CPF 026.077.671-80); Jonivaldo França Ramos (CPF 388.899.942-15); Jordano Alfonso de Avila (CPF 939.153.490-20); Jorge Oliveira da Silva (CPF 033.745.835-98); Jorge de Jesus (CPF 029.663.995-89); Jose Bezerra da Silva (CPF 543.301.814-87); Jose Celio de Oliveira (CPF 083.754.734-21); Jose Cicero de Amorim Filho (CPF 092.576.304-71); Jose Cicero de Lima Souza (CPF 100.989.974-08); Jose Cleiton da Silva (CPF 053.541.584-27); Jose Eduardo dos Santos (CPF 116.972.124-92); Jose Feitosa de Melo (CPF 662.758.145-00); Jose Lopes da Silva (CPF 421.332.385-49); Jose Rodrigues dos Santos (CPF 860.037.631-91); Jose Texeira Junior (CPF 142.474.497-02); Jose Wellington Cabral da Silva (CPF 077.761.674-28); Jose da Silva Batista (CPF 002.992.992-01) e Josenildo João dos Santos (CPF 028.264.713-92).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9953/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.096/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Cesar da Silva Novely (CPF 715.457.940-49); Paulo Pereira da Silva Filho (CPF 538.888.392-20); Pedro Alves Vieira (CPF 807.898.112-00); Rafael Pereira da Silva (CPF 602.967.913-93); Raimundo Nonato Ribeiro Privado (CPF 664.856.652-34); Regis Perciuncula Rodrigues de Souza (CPF 015.583.650-10); Regivaldo Silva de Sousa (CPF 710.102.702-49); Renato Farias de Jesus (CPF 034.172.935-37); Renato Guedes de Oliveira (CPF 024.843.592-25); Renato Teles da Cunha (CPF 019.313.121-84); Rhafael Varela da Silva (CPF 037.288.361-33); Ricardo Jose Silva dos Santos (CPF 102.711.974-39); Rita Coronel da Rosa Ribeiro (CPF 003.098.710-50); Roberto Rocha de Oliveira (CPF 025.463.565-26); Robson Santos de Jesus (CPF 048.578.935-33); Rodrigo Santos Cousen (CPF 014.239.530-70); Rogerio Ramos de Franca (CPF 083.942.664-01); Romerilto da Conceição Braz (CPF 014.809.155-56); Romildo Silva Santos (CPF 029.705.025-77) e Ronilson Alexandre da Silva (CPF 000.741.421-86).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9954/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.099/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valdemir Raimundo dos Santos (CPF 068.375.585-44); Valdemir Silva Xavier (CPF 974.775.835-00); Valteir Lima de Jesus (CPF 045.662.855-02); Vanildo Ferreira dos Santos (CPF 042.416.315-25); Vanilzo da Silva Pinto (CPF 006.808.029-83); Vinicius Oliveira Gomes (CPF 052.685.545-22); Wagner Alves da Mota (CPF 295.092.568-54); Walbe Junior dos Santos Almeida (CPF 007.505.022-66); Wallasse Alves dos Santos (CPF 056.907.745-10); Washington Braz de Oliveira (CPF 858.867.245-67); Welington dos Santos (CPF 067.524.595-84); Weriston Bispo dos Santos (CPF 099.727.276-70); Wilson da Silva Flores (CPF 071.443.479-50); Wiris Santana do Couto (CPF 060.078.175-55); Yago de Souza Firmino (CPF 538.891.692-87); Zeidam Lima dos Santos (CPF 030.672.445-67); Zelciney da Silva Souza (CPF 015.850.282-58); e Zoel Braz dos Santos Filho (CPF 045.560.105-43).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9955/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.115/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Adaías Teles Monteiro (CPF 034.394.941-52).

1.2. Órgão/Entidade: 41º Batalhão de Infantaria Motorizado (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9956/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.192/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Henrique Bortolozo Maria (CPF 067.010.689-52); Pedro Igor de Araujo Oliveira (CPF 095.379.876-39); Pedro Octavio Oliveira de Andrade (CPF 095.646.124-70); Rafael Amador Vilhena Celeste (CPF 430.401.338-61); Rafael Rodrigues Rocha de Melo (CPF 062.585.173-07); Rebeca Calazans de Brito (CPF 003.604.242-01); Rebeca Viana Alencar Rodrigues (CPF 607.341.213-42); Roberto Moura Passos Junior (CPF 136.363.177-25); Rodrigo Gomes Lemos (CPF 151.459.167-79) e Takeyoshi Tanaka Hirabae (CPF 059.162.027-84).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Militar de Engenharia (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 9957/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.370/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marlon Carlos Carneiro de Oliveira (CPF 046.327.191-29).
1.2. Órgão/Entidade: 41º Batalhão de Infantaria Motorizado (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9958/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.872/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Guilherme de Souza (CPF 032.761.370-03); Christian Bitencourt Fontana (CPF 028.269.910-43); Danthe Gustavo Bissaque Obem (CPF 009.772.610-93); Douglas Corrêa de Mello (CPF 028.330.060-47); Eduardo Oliveira de Souza (CPF 015.036.022-30); Emanoel Ramos Farias (CPF 032.801.861-96); Everton Murilo Oliveira de Lima (CPF 144.240.167-22); Felipe Palerme Garcia (CPF 025.622.211-84); Fábio Rafael Diniz (CPF 431.966.618-65) e Élton Völtz (CPF 030.653.190-98).
1.2. Órgão/Entidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9959/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.878/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Victor Pereira de Souza (CPF 145.515.137-84); Vitor Pardo Maurell (CPF 031.804.990-28) e Yuri França de Barros (CPF 040.933.651-30).
1.2. Órgão/Entidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9960/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.570/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abner Conrado Soares do Nascimento (CPF 097.997.384-82); Alankelvin Santos Nunes (CPF 089.141.054-66); Alex Danyllo Martins Silva (CPF 099.743.954-88); Alvaro Dias da Silva Oliveira (CPF 107.244.154-32); Anderson Augusto Queiroz de Andrade (CPF 090.945.114-10); Bruno da Cruz Freitas (CPF 045.910.735-64); Caio Cesar de Sales Vaz (CPF 107.551.184-48); Caio Henrique Moraes de Freitas (CPF 068.184.093-50); Carlos Henrique Batista Ribeiro da Silva (CPF 089.143.534-43) e Cassiano Lanes Garcez (CPF 034.221.620-11).
1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9961/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.571/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diôgo Antônio Amazonas Marques (CPF 096.866.504-74); Douglas Caires Ribeiro da Silva (CPF 054.643.375-80); Eduardo Marinho Schwarz (CPF 110.769.714-07); Erick Leonardo da Silva (CPF 100.249.814-78); Eurico Motta Brasil Gradin (CPF 044.097.745-22); Felipe Herminio de Medeiros (CPF 098.690.614-00); Fellipe Gualberto da Silva Matos (CPF 858.365.665-77); Gabriel de Moura Araujo (CPF 432.106.378-73); Gabriel Átila de Araújo Tertuliano (CPF 017.625.794-21) e Genilson Silva dos Anjos (CPF 105.006.974-93).
1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9962/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.576/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sidnei Leonardo Duque Porto Alves (CPF 104.844.964-50); Thiago Duarte da Silva (CPF 098.377.044-11); Thiago Lucas Lopes da Costa (CPF 017.193.494-60); Thiago Soares Bessa (CPF 093.388.924-09); Tiago Sousa Costa (CPF 858.446.125-66); Victor Hugo Gomes de Souza (CPF 095.752.094-86); Victor Malaquias dos Anjos (CPF 100.972.174-76); Victor Rodrigues de Souza (CPF 096.234.144-47); Wagner Wilker dos Santos Sousa (CPF 089.811.234-62) e Wallacy Dantas de Miranda (CPF 086.239.554-20).
1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9963/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.577/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wilder Germano de Albuquerque Júnior (CPF 097.689.564-10); William Bertazo Viêro (CPF 029.123.280-98); William Monteiro Alves (CPF 075.331.174-76) e Wilson Escossio Ferreira Filho (CPF 035.567.245-61).
1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9964/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.584/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Moraes de Lira (CPF 117.315.297-08); Danilson Rodrigues Gomes Junior (CPF 828.993.630-34); Gerson Fernandes Tudisco Junior (CPF 349.880.328-09); Janaína Alexandre (CPF 332.467.728-94); Júlio César Pinto de Oliveira (CPF 012.296.266-46) e Thaynara Carvalho das Neves (CPF 026.933.883-76).
1.2. Órgão/Entidade: Escola de Formação Complementar do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9965/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.772/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adno Bruno Amorim Ferreira (CPF 098.557.804-18); Anderson Luiz Soares da Silva (CPF 110.456.654-01); Andre Felipe Rodrigues de Araujo (CPF 090.022.034-11); Aristoteles do Nascimento Santos (CPF 069.876.784-56); Ellisson Roggio Oliveira Albertin (CPF 097.591.934-26); Felipe de França Santos (CPF 112.460.254-26); José Jabson Arruda de Lucena (CPF 107.478.634-31); Kayo Cesar Clemente Silva (CPF 084.512.794-22); Marcus Vinicius do Rego Barros (CPF 089.639.184-16); Valerio Jordão Ferreira (CPF 111.204.344-67); Vandemberg Marques da Nóbrega Junior (CPF 097.329.744-19) e Yago Barros Muritiba (CPF 108.221.634-89).
1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9966/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.800/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Chandler Guimarães da Silva (CPF 143.793.487-09) e Rodrigo Jacob Xavier Vianna (CPF 136.446.687-28).
1.2. Órgão/Entidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 9967/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.849/2015-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Luciete Edwards Maia Moura (CPF 034.905.642-00).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9968/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de pensão civil a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento de suas beneficiárias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.811/2015-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Edna do Rosario Duarte (CPF 052.213.657-58); Iracema Perreira da Silva (CPF 513.587.607-30); Jacyra Edmea de Almeida (CPF 635.232.727-34); Rejane Maria dos Santos (CPF 875.289.677-34); Valdivia Fernandes (CPF 157.629.227-40) e Zilda Duffes Lopes (CPF 070.017.917-84).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9969/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de pensão civil a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento de sua beneficiária, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.812/2015-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Zenilda Pereira de Olivas Inocencio (CPF 255.475.018-16).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9970/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de pensão civil a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pela maioridade de sua beneficiária, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.813/2015-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rosinha Villacrez Ruiz (CPF 022.886.632-43).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9971/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.681/2015-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessada: Maria de Lourdes Oliveira (CPF 108.447.404-20).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9972/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.749/2015-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessada: Maria Lucia da Silva (CPF 569.565.684-20).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9973/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.771/2015-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessada: Zaira Cardoso Schimenes (CPF 157.947.598-10).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9974/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.775/2015-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessada: Elza Salgado Pereira (CPF 993.402.916-20).
1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9975/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.778/2015-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessada: Juraci Lourenço Silveira (CPF 024.026.034-10).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9976/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o item 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação para fins de registro do ato de pensão militar instituída por Augusto Neri da Costa (CPF 143.186.288-68); e considerar legal para fins de registro o ato de pensão instituída por Nelson Quintino Alves (CPF 613.155.088-34), sem prejuízo de fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-024.765/2015-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Maura Rocha Mariano Quintino Alves (CPF 469.463.571-91) e Silvani Oliveira Almeida Costa (CPF 278.234.825-68).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. à Décima Primeira Região Militar que cadastre, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo ato de pensão militar instituída por Augusto Neri da Costa (CPF 143.186.288-68) no sistema Sisac, e o encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo o posto/graduação base para o cálculo da pensão ou, de outra forma, consignando justificativa para o pagamento do benefício na graduação de primeiro tenente;
1.7.2. à Sefip que:
1.7.2.1. encaminhe cópia da presente deliberação, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Décima Primeira Região Militar; e
1.7.2.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento sobre o cumprimento da determinação encaminhada à Décima Primeira Região Militar, segundo o item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 9977/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.133/2015-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Celinea Ferreira Gonçalves (CPF 139.536.484-20); Joana Maria Castro (CPF 262.305.420-72); Rubia Ivanise Gonçalves Alves (CPF 714.528.774-91) e Sullivan Castro Gonçalves (CPF 805.026.100-00).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9978/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.272/2015-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Maria da Graça Zancanario (CPF 464.792.109-30); Rosangela Gomes Bassoa (CPF 404.116.219-04); Valdete Zancanario Venera (CPF 019.870.699-51); Valeska Helena Ferrazza (CPF 883.882.390-15); Vanda Zancanario dos Santos (CPF 231.102.609-72) e Vanolete Zancanaro Marianowski de Araujo (CPF 305.746.509-97).
1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9979/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.279/2015-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Carine Ribeiro da Silva (CPF 029.490.033-03); Lea Andrade da Silva (CPF 252.834.483-04); Lenice Andrade da Silva (CPF 024.200.777-50); Leny Andrade da Silva Leda (CPF 084.152.257-09); Letícia Andrade da Silva (CPF 550.648.923-49); Leônidas Ribeiro Silva (CPF 029.490.023-31); Lilinalva Andrade da Silva (CPF 303.456.773-15) e Nicholas Orleans Andrade da Silva (CPF 004.964.572-25).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9980/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.284/2015-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Ana Maria Ulisses de Souza (CPF 567.625.263-49); Célia Maria Ulisses de Souza Caminha (CPF 061.838.913-04); Delma Machado Cantisani Pádua (CPF 981.638.178-87); Diair Cantisani Cabral Marques (CPF 129.898.028-35); Dinah Mendes da Silva (CPF 033.231.968-72); Eliane Maria de Oliveira Albuquerque (CPF 073.123.424-34); Jara Azevedo Barbosa (CPF 057.929.998-80); Judith Bergamo Martins (CPF 047.709.317-51); Marcia Ulisses de Souza (CPF 484.522.623-53); Marta Maria Nunes Carneiro (CPF 495.100.537-91); Nara Teresinha de Araujo Braga (CPF 407.268.007-91); Oronice Lourdes Venturotti Nunes Carneiro (CPF 339.885.287-49); Paixão Luiz (CPF 299.993.247-20); Rosangela Araujo Braga (CPF 462.938.847-87); Silvia Regina Pacanaro dos Santos (CPF 078.795.428-41); Tereza Correia Pinheiro Braga (CPF 028.263.645-53); Tereza Correia Pinheiro Braga (CPF 028.263.645-53) e Wilma Maria de Oliveira Souza (CPF 031.360.274-34).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9981/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.289/2015-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Abigail Rizzo Pereira (CPF 371.552.648-30); Dione da Costa Lameirão (CPF 022.066.927-91); Geny Lemeirão (CPF 238.171.787-00); Geovanna Duarte Indio do Brasil Gonçalves Flores (CPF 134.390.677-69); Heverson Ferreira Barbosa (CPF 015.522.586-37); Isabel Cristina Panitz Magalhães (CPF 283.753.190-15); Liana Guerra de Figueiredo (CPF 592.451.667-91); Maria Auxiliadora Alves (CPF 155.688.306-49); Maria da Conceição Martins (CPF 062.823.002-82); Nailê Eglée Gomes de Castro (CPF 025.398.127-16); Rosalia Oliveira Carvalho (CPF 800.786.135-15); Rosilda Câmara Feijó (CPF 184.111.772-20) e Socorro de Fátima Nascimento de Lima (CPF 239.891.731-20).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9982/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.290/2015-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Francisca Edna de Almeida Lima (CPF 123.939.208-70); Isabel Aparecida Fozzatti Mourão (CPF 105.431.578-73); Leila Aparência Correa de Alvarenga (CPF 139.758.549-87); Leticia Godinho Louzada (CPF 075.780.967-70); Marcia Cordeiro dos Santos Tin (CPF 118.615.648-13); Maria Helena Guimarães Fonseca (CPF 073.473.267-88); Marina Rosa de Oliveira Moreira (CPF 048.887.738-58); Noemia da Silva Oliveira (CPF 570.912.427-34); Vera Lucia Lopes da Fonseca (CPF 810.871.608-04) e Wilma Wunder Louzada (CPF 024.786.397-18).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9983/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.298/2015-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Cintia Alves de Castro e Silva (CPF 002.479.827-41); Elvira Maria Rossi (CPF 264.999.917-91); Enedina Cunha de Araújo (CPF 565.863.374-53); Gilza Maria Kluppel de Carvalho (CPF 175.990.917-34); Ivete Alves Barros (CPF 832.463.124-00); Ivone da Silva Ferreira Leite (CPF 055.053.637-09); Iza Lecy Bouças de Souza (CPF 232.153.999-20); Jussara Elizabeth Schilling Hamada (CPF 085.187.598-03); Luci Jeronimo Silva (CPF 537.599.747-91); Maria da Penha de Senna (CPF 320.392.639-34); Maria do Carmo da Silva Menezes (CPF 044.070.704-80); Sandra Ruas de Oliveira (CPF 001.860.547-85) e Yeda Silva Villa Forte (CPF 098.414.237-15).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9984/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.301/2015-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Claudia Helena Soares Valente (CPF 417.591.921-04); Edilsa Germano de Oliveira (CPF 040.081.534-62); Ione Lima Almeida Nogoceke (CPF 819.141.561-53); Ivanete Laura Soares Valente de Oliveira (CPF 339.729.821-00); Janete Soares Valente (CPF 401.678.447-68); Kassia Valeria Gomes Coelho da Silva (CPF 095.181.887-26); Leonie Sophia Fritsch (CPF 567.355.610-15); Lucilia Maria da Silva (CPF 348.668.259-87); Maria Helena Freitas Cavalcanti (CPF 086.862.167-65); Maria Teresa de Oliveira Freitas (CPF 606.285.027-53); Maria de Fátima de Oliveira Freitas (CPF 509.559.187-15); Maria do Socorro Soares Valente (CPF 344.144.871-53); Marisa Lopes da Rocha (CPF 387.369.187-68); Paulina de Oliveira Freitas (CPF 509.560.947-91); Sandra Helena Soares Valente (CPF 344.197.301-10); Silvia Krelling Dumsch (CPF 736.640.309-15); Sirlei de Castro Araujo (CPF 454.849.459-68); Tania Muzy da Silva (CPF 005.645.507-01); Terezinha Muzy da Silva (CPF 797.034.967-68) e Vera Lucia de Oliveira Freitas (CPF 834.426.007-82).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9985/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.315/2015-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Benilda Moura Teixeira (CPF 126.141.338-50); Glaucilene Sousa dos Santos (CPF 280.345.088-70); Glaucineia Sousa dos Santos Utida (CPF 495.420.458-59); Glaucineiva Sousa dos Santos Miura (CPF 277.660.298-71); Inez Carvalho dos Santos (CPF 263.681.078-12) e Mara Teixeira Mac Dowell da Costa (CPF 025.626.777-49).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9986/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.320/2015-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Helena de Nazare Brabo Farias (CPF 824.689.662-87) e Isis Lorhany de Sousa Caldas (CPF 036.430.812-51).
1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9987/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-027.341/2015-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alcidéa Rodrigues Conde Y Martin (CPF 737.780.017-87); Bianca Barbosa Carvalho (CPF 122.531.917-01); Doracy Gomes Feitosa de Oliveira (CPF 076.472.984-53); Dulce Regina Moreira Cruz (CPF 643.861.557-91); Elizabeth dos Santos Mancini (CPF 749.596.542-87); Irene de Oliveira Barcellos (CPF 634.185.177-49); Isa Alves de Oliveira (CPF 758.628.911-53); Ledda de Vasconcelos Ribas (CPF 087.936.377-05); Maria Conceição da Trindade Conde Y Martin (CPF 803.106.057-68); Maria das Dores Sabara de Amorim Martins (CPF 964.258.816-15); Nilda Freitas da Silva (CPF 038.526.907-22); Paula Cristina Cezarino Carvalho (CPF 121.002.327-03); Sandra do Nascimento Ferreira (CPF 083.370.947-02); Sheila Maria de Oliveira Ramos (CPF 380.918.101-30) e Virginia da Luz Carvalho (CPF 650.565.407-06).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9988/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de pensão militar a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento de sua beneficiária, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.485/2015-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Hortencia Ramos Marques (CPF 257.716.981-72).

1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9989/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de pensão militar a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento de suas beneficiárias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.490/2015-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Arlete Peres Ribeiro (CPF 615.558.513-04); Corina Queiroz Soares (CPF 076.671.457-84); Cristina Aparecida Boldarim (CPF 039.125.198-89); Dinalva dos Santos Silveira (CPF 033.603.007-00); Dirce Garcia Coelho de Magalhães (CPF 026.085.447-62); Dora Luiza Xavier dos Reis (CPF 002.229.557-75); Edith Daniel dos Santos (CPF 094.096.847-90); Gilda Bernardino (CPF 321.527.958-49); Heloisa Rangel Magliano (CPF 403.056.007-53); Lelia Albuquerque (CPF 043.785.436-13); Loeticia Junqueira Zamith (CPF 037.372.667-86); Mahylde da Cruz Silva (CPF 006.003.047-01); Margarida Maria Leal Menezes (CPF 576.076.995-20); Maria Pettegrosso dos Santos (CPF 281.586.688-95); Maria de Lourdes Campelo de Araujo (CPF 513.686.412-53); Marize Moema Cahet dos Santos (CPF 060.759.677-53); Marly Silva Prado (CPF 088.136.797-42); Solange Mesquita Pinto (CPF 091.010.346-18); Tanigia Parreiras Gomes (CPF 028.734.013-97) e Veleda Lago Mazur (CPF 317.665.118-05).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9990/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.309/2015-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Shirley Serra Moreira (CPF 632.606.629-87).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9991/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.605/2015-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Delma Maria de Castro Sanches (CPF 067.116.538-07) e Thereza de Jesus Ribeiro Castro (CPF 184.504.406-10).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9992/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.632/2015-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Heoly de Cesaro (CPF 705.251.370-68).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9993/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.693/2015-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Maria Blanco Mota (CPF 200.229.487-91); Arigelinda Pereira da Costa (CPF 040.378.207-49); Clarice Marques da Silva (CPF 178.987.227-87); Clescia Maia Pimentel (CPF 013.735.407-02); Dayse da Silva Braga (CPF 275.380.877-53); Eni Cravo de Poly (CPF 596.109.057-49); Ida Gomes de Castro Motta (CPF 986.402.917-72); Maria Elisier Pereira Machado (CPF 024.468.387-58); Vania Silvia Figueiredo Ricardo dos Santos (CPF 070.443.617-57); Waleska Maia Pimentel Vieira (CPF 824.520.247-91) e Zenira Silva de Oliveira (CPF 581.550.317-72).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9994/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.694/2015-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Arsina Lopes da Silva (CPF 031.624.728-65); Dalva Sanita (CPF 674.793.408-34); Dulce Sanita Vicente (CPF 295.145.588-71); Iraci Jacobina da Silva (CPF 139.627.238-03); Leda Maria Lepiane Artigas (CPF 329.280.175-34); Letícia Redaelli Rodrigues da Silva (CPF 220.879.788-40); Lidia Maria Coelho dos Santos (CPF 050.408.878-50); Lysia de Sales Giglio (CPF 068.347.368-91); Maria Helena Sanita (CPF 975.733.458-87); Marlene de Paula Batalha (CPF 024.722.318-22); Renata Christiany Polo de Miranda (CPF 086.281.808-77); Rita de Cassia Polo de Miranda (CPF 005.496.088-69); Sandra Maria Portela Maximo (CPF 098.507.428-01); Sonia Maria Portela Maximo (CPF 783.248.158-72); Tania Maria Maximo Gomes da Silva (CPF 310.817.578-50); Terêsa Cristina Loureiro Mussa (CPF 020.014.668-89) e Zelia Terezinha Nava Saú (CPF 261.508.898-07).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9995/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.696/2015-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Adriana Jansson Nejaime Blalid (CPF 010.274.797-07); Alba Elhane Rodrigues da Silva (CPF 079.236.838-08); Andrea Rodrigues de Oliveira (CPF 324.792.238-50); Angela Jansson Nejaime Pinotti (CPF 007.083.377-08); Dulce Nea Vaz Rodrigues (CPF 064.758.938-97); Ilza Ferreira Hernandes (CPF 292.343.278-96); Jucimara Souza de Azevedo Panza (CPF 021.420.678-59); Juçaramar de Azevedo Chemero (CPF 309.679.528-24); Margarete de Oliveira Pereira (CPF 091.740.328-28); Maria Angelica Freitas Barbosa Seade (CPF 016.723.178-27); Maria Eulenia Bezerra Cavalcanti (CPF 353.828.278-18); Maria Gilcélia Freitas Barbosa (CPF 119.433.658-22); Maria José Almeida Carvalho (CPF 103.665.238-64); Maria Josélia Freitas Barbosa da Cunha (CPF 107.940.598-48); Maria Lucia Freitas Barbosa (CPF 554.584.168-72); Maria de Fatima Vaz Rodrigues Angulo (CPF 068.302.648-80); Simone Lopes Rodrigues (CPF 067.961.068-57) e Thauan Domingues Rocha (CPF 490.285.748-08).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9996/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.699/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alda Maria Saldanha Garcia (CPF 142.333.120-68); Alice Coutinho Rosa (CPF 009.074.480-20); Dorilda Meus Pereira (CPF 324.055.290-68); Elaine Pinto Pereira (CPF 334.609.650-53); Elizabete Ribeiro Duarte (CPF 207.429.400-04); Eny Fernando Feijo da Cunha (CPF 755.325.730-34); Esther Nathalia Gallarreta Salgueiro (CPF 356.674.270-87); Guaraciaba Ribeiro Duarte de Sousa (CPF 734.747.030-72); Iolanda Coutinho Dias (CPF 020.722.440-48); Jussara Ribeiro Duarte Bocaccio (CPF 755.166.400-91); Lucilla Dejoss Bordinhao (CPF 368.920.847-53); Marcia Ribeiro Duarte (CPF 898.225.950-34); Margarete Ribeiro Duarte Rosa (CPF 301.249.720-04); Maria Claudete Ribeiro Duarte (CPF 207.429.750-53); Maria Jose Couto Rodeghiero (CPF 484.143.950-15); Neiva Maria Caldeira Vilanova (CPF 521.969.410-34); Neusa Correa Ilhana (CPF 916.464.130-91); Sandra Maria Oliveira Martins (CPF 598.460.620-87) e Suzina Meus Pereira (CPF 514.950.150-68).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 9997/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.701/2015-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Arli Ramalho Jorge (CPF 620.472.486-04); Gisele Ramos Barbosa Amaral (CPF 499.157.384-04); Lígia Ramos Barbosa (CPF 975.140.046-53); Maria Adelina Martins da Costa (CPF 890.635.386-34) e Marina Pereira da Silva (CPF 954.707.786-49).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9998/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.702/2015-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Belmira dos Santos Costa (CPF 379.487.768-34); Doris Vieira dos Santos (CPF 319.339.208-15); Dyone Edith Czelusniak (CPF 027.179.219-15); Fabiana Santos de Carvalho (CPF 593.199.920-53); Leila Maria Gomes Costa (CPF 897.684.348-72); Leila Santos (CPF 411.962.529-04); Maria Aparecida Alves (CPF 725.792.859-20); Maria Aparecida Pereira de Carvalho (CPF 375.704.399-53); Maria Aparecida Ribeiro dos Santos (CPF 337.322.729-15); Maria Bernadete Hoepers (CPF 317.914.179-49); Maria Cristhina de Souza Rocha (CPF 402.419.209-49); Maria Jose Alves Ferreira (CPF 697.276.199-91); Maria Lucia Vieira dos Santos (CPF 055.254.628-34); Marli Czelusniak Rupel (CPF 015.851.459-98); Mary Eunice Alves da Silva (CPF 697.275.709-68); Neuza Gutervil Bueno (CPF 277.636.769-49); Ottilia Heimann dos Santos (CPF 191.620.228-49); Patricia Jordana da Silva Carvalho (CPF 807.742.530-53); Solange Hunhevicz Barbosa (CPF 357.991.539-87) e Tatiana Santos de Carvalho (CPF 738.951.560-00).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9999/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.704/2015-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Genilso Bispo Januário (CPF 380.143.515-68); Jesana Bispo Januário (CPF 011.682.205-80); Josiene Bispo Januário (CPF 791.067.905-00); Maria Ginalva Januário (CPF 170.113.455-15) e Teresinha Dias Chaves (CPF 217.471.135-49).

1.2. Órgão/Entidade: Sexta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10000/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.708/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Andrea de Lima Figueira (CPF 811.868.193-91); Fátima Maria Paula de Oliveira (CPF 145.758.413-15) e Regina Vitorino de Queiroz (CPF 081.691.283-15).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10001/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.709/2015-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Lucilene da Conceição Gomes de Almeida (CPF 584.256.081-04); Maria Saman Diogenes Pinheiro (CPF 273.667.231-34); Maria de Andrade Barz (CPF 117.014.631-72) e Rosangela Barz (CPF 426.928.907-44).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10002/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.711/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Francisca Dutra de Souza (CPF 238.181.402-78); Jane Freitas Paulino (CPF 409.606.092-53); Rosileni Rodrigues Martins (CPF 723.010.072-00) e Vinicius Warwick Procopio Feitosa (CPF 853.487.322-49).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10003/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.716/2015-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Cristina da Silva Faria (660.201.907-49); Angela da Silva Faria de Carvalho (771.681.867-87); Claudete Aires Escobar (348.645.207-04); Danielle Monaco Nogueira (937.826.590-15); Gisele Ramires Pires Nunes (781.858.667-91); Maisa Campos do Carmo (597.964.727-91); Marcia Ramires Pires Santos (731.052.287-72); Maria Ofélia Mahlmann Muniz (916.309.164-04); Maria Oneide Barra Araujo (030.104.302-72); Maria de Lourdes Brasil Muniz (580.575.873-34); Marina Apparecida Guadalupe Fritsch (689.208.657-87); Marlene Palma da Silva (052.259.697-55) e Suely Martins Luz (804.902.800-30).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10004/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.718/2015-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Celia da Silva Felix (CPF 008.883.557-00); Celida Martins da Silva (CPF 629.586.827-49); Cileide Martins da Silva Torres (CPF 882.455.867-49); Claudia Vanessa Ferreira Calado Oliveira (CPF 277.166.128-40); Conceição de Maria Crisostomo Gomes (CPF 391.656.127-87); Elcy Torres Lima (CPF 438.437.197-72); Helena de Fatima Oliveira (CPF 030.165.918-47); Leda Marli do N. Kuhner (CPF 042.925.457-15); Luisa Corrêa Freire Sá Vianna (CPF 814.896.417-34); Lusia Corrêa Freire (CPF 510.784.227-53); Maria da Gloria Telles Lins (CPF 049.548.822-49); Nadia Maria de Souza Lanzillotta (CPF 915.234.607-25); Neyde Maria Gomes Ribeiro (CPF 057.604.354-00); Regina Celia do Nascimento de Albuquerque (CPF 004.232.547-15); Selma Martins Araujo da Silva (CPF 602.988.637-15) e Tania Maria Souza de Azevedo (CPF 633.171.257-72).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10005/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.823/2015-9 (REFORMA)

1.1. Interessado: Alexandre Campello da Silva (CPF 009.005.427-05).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10006/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.351/2015-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Helber Cleones Lopes de Lima (CPF 007.140.515-19); Hellyton de Oliveira Brandão (CPF 034.501.091-46); Igor Henrique da Penha (CPF 081.561.644-90); Jairo Moreira (CPF 580.093.377-49); José Alberto Perdigão (CPF 499.071.077-00); José Alberto Silveira Ribeiro (CPF 734.113.027-04); João Alberto da Silva Moreira (CPF 456.432.963-49); João Batista Ribeiro de Souza (CPF 065.089.626-20); João Gervasio Ribeiro Chaves (CPF 202.172.770-04) e João Luiz da Silva (CPF 258.648.151-87).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10007/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-027.356/2015-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Abenildo do Carmo Mendonça (CPF 318.596.157-91); Alberto Sana (CPF 129.445.807-87); Amauri Graciano José Maria (CPF 487.484.397-20); Angelo Azevedo Costa (CPF 224.508.157-91); Antonio Alberto Prudente de Oliveira (CPF 489.722.907-34); Antonio Carlos Dias Serra (CPF 597.383.837-49); Arcelino Alves da Costa (CPF 078.140.627-72); Baldomero da Costa Cereigido (CPF 224.525.917-34); Carlos Alberto Nunes da Silva (CPF 182.087.890-20) e Carlos Antonio de Matos Barboza (CPF 233.361.027-15).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10008/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.357/2015-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Celso Arantes Simões (CPF 088.740.509-68); Cleber Mendes da Rocha (CPF 584.293.607-00); Clovis Purper Bandeira (CPF 007.450.300-68); Edson Romano (CPF 554.243.177-15); Eduardo Ferreira (CPF 544.865.137-20); Edy Pimentel Pirrone Vaz (CPF 033.791.597-00); Francisco Fredinaldo Medeiros (CPF 202.573.336-49); Gerson Rocha (CPF 318.355.977-34); Gilberto Gonçalves Gomes da Costa (CPF 321.744.547-34) e Hélio Régua Barcelos Junior (CPF 233.662.307-20).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10009/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.364/2015-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Nelson Schweder (CPF 133.645.539-04) e Osmario Villatore (CPF 067.666.337-00).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10010/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.367/2015-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adalberto Francisco da Costa (CPF 004.200.851-49); Elizeu José da Silva (CPF 004.654.104-72); Izaias Domicio Silveira (CPF 034.619.551-91); Mauri Luiz Regis (CPF 224.529.157-34); Paulo Henrique Bezerra Barbosa (CPF 895.521.994-68) e Ronilson Chagas da Silva (CPF 100.846.577-15).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10011/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.377/2015-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Wellington dos Reis Torres (CPF 906.783.976-00).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10012/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.209/2015-3 (REFORMA)

1.1. Interessado: Hélio Maurício Leite Marinho (CPF 070.110.707-37).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10013/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.210/2015-1 (REFORMA)

1.1. Interessado: Ricardo Maia da Conceição (CPF 036.888.527-53).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10014/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.737/2015-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Waldir Reis (CPF 318.472.507-34).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10015/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.738/2015-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Benedicto Djalma de Andrade Nogueira (CPF 139.173.668-00); Benedicto Halaôr Guimarães (CPF 007.386.461-72); José de Jesus Binoti (CPF 866.312.098-20) e Luiz Palmeira Leite Junior (CPF 075.347.951-68).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10016/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.739/2015-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adilson de Souza Viegas (CPF 224.173.709-72); Alceu Carlos Maraschin (CPF 152.910.810-15); Alexandre Francisco Goncalves do Nascimento (CPF 165.665.724-49); Amos Caetano de Oliveira (CPF 244.440.149-20); Antonio Ataides Monteiro (CPF 272.956.130-72); Antonio Carlos Bedetti (CPF 171.512.109-06); Aparecido Rodrigues Ferreira (CPF 011.530.328-64); Aroldo Jose Ramos (CPF 216.206.529-00); Azarias de Lima Gonçalves (CPF 167.294.809-63) e Bartolomeu Royer (CPF 285.833.619-91).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10017/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.740/2015-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto da Rosa Oliveira (CPF 161.772.740-72); Darci Nahorni (CPF 099.229.031-72); Dorival D'Agostini (CPF 211.747.849-20); Elizealdo Santos de Oliveira (CPF 106.738.309-34); Elmo Dietrich (CPF 198.502.980-49); Fernando Wantuir Aliano Farias (CPF 191.603.720-87); Francisco Segunda (CPF 337.478.499-20); Franklin Ferreira Case (CPF 202.034.709-15); Gaspar Freitas da Silva (CPF 084.516.569-00) e Gilberto Veras Verri (CPF 218.607.850-34).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10018/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-029.745/2015-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Agostinho Nunes de Oliveira (CPF 255.890.082-04); Antonio Franklin Filho (CPF 415.789.107-49); Dinaor Santos Rego (CPF 030.296.622-68); Jorge Luiz de Souza (CPF 319.554.792-91); Jose dos Santos Lima (CPF 131.206.892-20); João Carlos de Souza (CPF 133.554.304-04); Luiz Carlos Silva da Paixão (CPF 118.838.042-72); Raimundo Menezes Brito (CPF 235.730.312-34) e Raimundo Nonato de Sousa (CPF 117.922.642-91)

1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10019/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.746/2015-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Aleixo Morais da Silva (CPF 086.226.711-00); Belclovis Dulethe Quil (CPF 086.216.831-72); Flavio Americo dos Reis (CPF 081.593.947-72); Gabriel Jose da Costa (CPF 103.496.181-00); Julio Harlei Escouto (CPF 031.717.600-53); Lenilson Magalhães (CPF 135.620.027-34); Otacilio Gomes (CPF 007.440.851-87) e Santos Pedroso Bitencourt (CPF 046.494.350-72).

1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10020/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.748/2015-1 (REFORMA)

1.1. Interessado: Laudelino Bentes Tavares (CPF 041.982.552-53).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10021/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.752/2015-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adriana Aparecida Lanza Gomes (CPF 855.745.207-10); Alcides Zogno (CPF 076.921.371-53); Almir Antunes (CPF 029.756.488-98); Alvino de Paula Castro (CPF 111.090.179-87); Antonio Claudio Abreu Silva (CPF 037.022.868-53); Antonio Henrique Browne Pereira do Rego (CPF 027.810.937-34); Antonio Roberto Teixeira (CPF 028.458.302-20); Ari de Almeida Portela (CPF 009.171.840-68); Aroldo Ubaldo Pereira (CPF 155.603.766-04) e Benedicto Calixto de Moura (CPF 145.775.188-72).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10022/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.755/2015-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Jose Fernando Rodrigues Alves Gagliano (CPF 218.865.557-53); Jose Ivonildo de Oliveira (CPF 203.487.467-68); Josué Majer (CPF 740.880.338-68); José Carlos Alberto Piagentini da Cunha (CPF 028.174.707-53); José Cleber Lemes (CPF 401.655.238-91); José Dimas Novais Patriota (CPF 000.133.902-87); José Luiz de Oliveira Mallet (CPF 975.938.348-91); José Roberto Barroso da Silva (CPF 007.437.471-00); José Umberto Guedes de Azevedo (CPF 003.382.654-49) e Kunioki Shibao (CPF 435.157.038-53).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10023/2015 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de representação formulada pela empresa Microsens Ltda., com base no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sobre possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 4/2015, conduzido pelo Comando da 5ª Região Militar do Exército Brasileiro (Cmdo 5ª RM), com vistas à aquisição futura de material de informática, no valor estimado de R$ 1,4 milhão;

Considerando que a representante alega, em suma, limitação ao caráter competitivo do certame, vez que as especificações referentes aos itens do Grupo 1 (impressora multifuncional colorida, 30 unidades, e impressora multifuncional monocromática, 200 unidades) do respectivo objeto (item 3 do Termo de Referência, Peça nº 1, p. 42/43) estariam direcionadas para a fabricante da marca Hewlett-Packard (HP), especificamente, para as impressoras "HP LaserJet Pro 200 color M276nw MFP" e "HP LaserJet Pro MFP M521dn", sob a motivação de suposta padronização pretendida pelo órgão contratante;

Considerando que a representante formula pedido no sentido de que o Tribunal suspenda o aludido pregão em função do ato administrativo que teria classificado indevidamente a proposta da empresa vencedora, bem como a notificação dos responsáveis pelo certame, objetivando a apresentação das devidas justificativas;

Considerando que, de acordo com as informações prestadas pela unidade jurisdicionada e com base na análise das respostas às impugnações, a Secex/SC sugeriu que não há, nos autos, o pressuposto do fumus boni iuris;

Considerando que, conforme o exame de mérito da unidade técnica, o edital (termo de referência) da licitação não indica marca de produto, mas apenas "traz especificações dos equipamentos que convergem para os equipamentos da marca HP";

Considerando que as empresas que ofertaram produtos de outras marcas que não HP foram habilitadas a participar da etapa de lances de preços, não tendo havido, portanto, discriminação baseada em marca;

Considerando que as recusas das propostas das empresas melhores colocadas inicialmente para o Grupo 1 do Pregão Eletrônico SRP nº 4/2015 ocorreram regularmente, por terem essas empresas ofertado produtos que, embora sendo da marca HP, não atendiam às especificações do edital, ou por elas não atenderam aos prazos legitimamente fixados pelo pregoeiro durante o transcurso do certame, conforme previsto no item 7.4 do referido edital;

Considerando que as propostas vencedoras dos Itens 1 e 2 do Grupo 1 do Pregão Eletrônico SRP nº 4/2015 possuem preços unitários inferiores aos preços unitários adotados como referência no orçamento prévio do contratante, enquanto as propostas da representante Microsens Ltda., para esses itens da licitação, apresentam preços muito superiores aos de referência do orçamento;

Considerando, ainda, que a unidade técnica indicou que a contratada possui equipamentos de informática que têm atendido satisfatoriamente sua demanda, inclusive, "segue critérios e rotina de manutenção e suprimento" definidos pelo seu Departamento de Tecnologia da Informação, o que justifica as especificações constantes do termo de referência da licitação, mostrando-se, portanto, compreensível e justificável que o gestor, dentro de sua margem de discricionariedade, corroborada pelo art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, procure manter homogeneidade dos equipamentos utilizados, de modo a não comprometer a fiabilidade, disponibilidade e qualidade dos serviços realizados com o auxílio desses equipamentos;

Considerando que a aludida licitação, relativamente aos seus itens antes indicados, encontra-se concluída, tendo sido já homologados os respectivos resultados e adjudicações em favor da empresa que apresentou as propostas válidas mais vantajosas para a administração pública, não havendo, portanto, indício de dano ao erário nestes autos até o presente momento processual;

Considerando que as propostas da Secex/SC são convergentes no sentido de se conhecer da presente representação, para no mérito considerá-la improcedente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente representação, para no mérito considerá-la improcedente; considerar prejudicado o requerimento de cautelar suspensiva formulado pela representante, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.537/2015-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Microsens Ltda. (CNPJ 78.126.950/0003-16).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Quinta Região Militar do Exército Brasileiro (Cmdo 5ª RM).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/SC que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à representante e ao Comando da Quinta Região Militar do Exército Brasileiro; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 10024/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 47 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, "g", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 252, caput, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação; converter os presentes autos de fiscalização em tomada de contas especial; e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.334/2015-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC-025.492/2015-2 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Representante: Controladoria Geral do Estado do Tocantins (CGE/TO).

1.3. Órgão/Entidade: Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (Sesau/TO) e Fundo Estadual de Saúde (FES/TO).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à Secex/TO que:

1.8.1. promova a citação solidária, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos II, do Regimento Interno do TCU, dos responsáveis relacionados abaixo para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação, apresentem alegações de defesa e/ou recolham aos cofres do Fundo Estadual de Saúde do Tocantins (FES/TO), as quantias abaixo indicadas atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Responsáveis:

- Luiz Antônio da Silva Ferreira (CPF 062.826.648-02) - ex-secretário da Saúde do Estado do Tocantins (gestão 25/5/2014 a 25/11/2014)

- João Aparecido da Cruz (CPF 018.569.648-17) - então Subsecretário de Gestão da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins

- Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP ((CNPJ 10.914.140/0001-29), empresa contratada.

Débito:

Data da ocorrência	Nota Fiscal nº	Valor (R$)
17/9/2014	9106	45.555,00
17/9/2014	9140	570,00
17/9/2014	9190	9.202,22
17/9/2014	9192	32.820,47
5/10/2014	9060	17.130,80
5/10/2014	9104	14.018,93
21/10/2014	9053	2.542,83
21/10/2014	9064	30.226,02
TOTAL		156.066,27

Valor atualizado em 27/10/2015: R$ 287.003,45

Irregularidades: aquisição/venda de medicamentos com preços superiores aos preços fixados em tabela de preços oficiais, publicada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), objeto do Contrato 027/2014m, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins e a empresa Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP, cujo objeto consistia na contratação emergencial da referida empresa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

para o fornecimento de medicamentos e materiais hospitalares, de uso hospitalar para consumo nos Hospitais Regionais gerenciados pela Secretaria de Estado da Saúde.

Dispositivos violados: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.742/2003, Resoluções CMED nºs 02/2004, 04/2006 e 03/2011.

1.8.2. realize, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso IV, do RITCU, a audiência dos responsáveis abaixo listados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificavas sobre os indícios de irregularidades levantadas pela Controladoria Geral do Estado do Tocantins (CGE/TO), listadas logo abaixo:

Responsáveis:

- Vanda Maria Gonçalves Paiva (CPF 544.042.239-00) - ex-secretária de Estado da Saúde do Tocantins (gestão 9/10/2012 a 25/5/2014);

- Luiz Antonio da Silva Ferreira (CPF 062.826.648-02) - ex-secretário de Estado da Saúde do Tocantins (gestão 25/5/2014 a 25/11/2014);

- José Gastão Almada Nader (CPF 919.991.978-87) - ex-secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Tocantins;

- João Aparecido da Cruz (CPF 018.569.648-17) - ex-subsecretário de Gestão da Secretaria de Saúde do Tocantins;

- Luiz Renato Pedra Sá (CPF 233.743.817-15) - ex-diretor de Gestão Hospitalar da Secretaria de Saúde do Tocantins.

Irregularidades:

a) aquisição de medicamentos, objetos do Contrato 27/2014, com valores superiores aos preços fixados em tabela de preços oficiais, publicada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

b) recebimento de medicamentos com validade inferior a 18 (dezoito) meses, contrariando o disposto no Contrato 27/2014, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins e a empresa Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP;

c) utilização de recursos financeiros do Bloco de Financiamento de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar para custear a aquisição de medicamentos, objeto do Contrato 27/2014, quando tais aquisições deveriam ser custeadas com recursos financeiros relacionados ao Bloco de Financiamento da Assistência Farmacêutica, contrariando o disposto na Portaria MS/GM 204/2007; e

d) contratação da empresa Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP, para fornecimento de medicamentos, com dispensa de licitação sem que estivem presentes os elementos da imprevisibilidade dos acontecimentos futuros, contrariando o disposto na jurisprudência deste Tribunal, entre elas o Acórdão 1030/2008-TCU-Plenário.

II

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 10025 a 10060, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 10025/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.203/2012-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Monitoramento.

3. Responsáveis: Adilson de Jesus Santos (148.893.585-87); Basílio Machado Schester Segundo (001.389.705-56); Eder Santos Valença (966.525.355-72); Fernando Luiz Ribeiro Cruz (068.557.925-53); Jose Douglas Alves Andrade (696.238.055-00); Luiz Cosme do Carmo Barreto (150.277.405-49) e Marly do Carmo Barreto Campos (119.999.185-68).

4. Órgão/Entidade: Município de Tobias Barreto - SE.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar cumprida a determinação consignada no item 1.5 do Acórdão TCU 4912/2009-TCU-2ª Câmara;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Adilson de Jesus Santos e Luiz Cosme do Carmo Barreto;

9.3. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Marly do Carmo Barreto Campos, José Douglas Alves Andrade, Éder Santos Valença e Basílio Machado Schester Segundo;

9.4. rejeitar as razões de justificativa de Fernando Luiz Ribeiro Cruz;

9.5. aplicar à responsável Marly do Carmo Barreto Campos multa fundada no art. 58, incisos II e III, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais);

9.6. aplicar aos responsáveis José Douglas Alves Andrade, Éder Santos Valença e Basílio Machado Schester Segundo multa individual fundada no art. 58, inciso III da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais);

9.7. aplicar ao responsável Fernando Luiz Ribeiro Cruz multa fundada no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais);

9.8. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas, com fundamento no art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.9. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.10. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.11. dar ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE da necessidade de adoção de providências administrativas, com vistas à recomposição do dano relativo ao reajustamento indevidamente concedido no Contrato 44/2007, firmado entre o Município de Tobias Barreto/SE e a empresa HS&J Comércio Serviços e Refeições Ltda., cobrando-se dos responsáveis o valor devido, sob pena de inscrição no Cadin;

9.12. autorizar a Secex/SE a proceder o apensamento definitivo do presente processo ao TC 012.735/2009-0, conforme previsto no art. 5º, inciso II, da Portaria Segecex 27/2009, após as comunicações processuais devidas e demais providências.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10025-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10026/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.413/2001-2.

1.1. Apensos: 008.331/2010-3; 012.293/2003-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Rondônia; e Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Adegildo Aristides Ferreira (004.198.263-00); Arno Voigt (144.196.020-15); Carlos Jorge Cury Mansilla (063.038.542-49); Cláudia Márcia de Figueiredo Carvalho (647.749.619-49); Dupla Criação Comunicação e Marketing S/c Ltda., atual Agência Nacional de Propaganda Ltda. (61.704.482/0001-55); Governo do Estado de Rondônia (04.280.889/0001-69); Issac Bennesby (032.263.792-91); Ivan Leitão e Silva (184.882.269-34); Lucimara Goncalves de Rezende (559.164.579-87); Maria Selma Lima (084.443.902-91); Nelson Goncalves de Azevedo (133.631.230-00); Sérgio Siqueira de Carvalho (627.408.067-87); Waldiro Teobaldo Grabner (010.382.819-20); Wilmar Antônio de Bastos (101.121.971-91); e Álvaro Gerhardt (074.003.571-15).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Rondônia.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

8. Representação legal: Erika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1.911); Luis Fernando Lobão Morais (OAB/SP 108.065); Inês Silvestre Morais (OAB/SP 158.540); Juliana Bezerra de Magalhães (OAB/SP 245.636) Fábio José Gonsalves (OAB/SP 238.059); Nilton Dantas da Silva (OAB/RO 243-A); Sérgio Luís Condelli (OAB/RO 335-B); Denis Soares de Oliveira (OAB/RO 1.074); Maria Aparecida Peres Gigliotti (OAB/RO 645-A); Márcio Augusto de Souza Melo (OAB/RO 2.703); Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2.013); Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644); Rosilene Pedreira da Silva Bezerra (OAB/RO 2.418); Fabricio Matos da Costa (OAB/RO 3.270); Moacir Ribeiro da Silva Junior, Procurador do Estado de Rondônia (OAB/RO 5.111); e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em virtude da não comprovação da regular execução dos recursos financeiros transferidos ao Governo do Estado de Rondônia por meio do Convênio 1292/97, firmado em 31/12/1997, com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, os responsáveis Álvaro Gerhardt, Secretário de Estado de Saúde de Rondônia no período de 13/7 a 31/12/1998, Ivan Leitão e Silva, Coordenador-Geral de Finanças da SEFAZ do Estado de Rondônia à época dos fatos, Carlos Jorge Cury Mansilla, Secretário de Estado de Saúde de Rondônia no período de 1º/1 a 22/4/1999, em relação à audiência decorrente de irregularidades apuradas, originariamente, no TC-008.331/2010-3, e o Governo do Estado de Rondônia, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16 de Julho de 1992, c/c o artigo 202, §8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. arquivar as contas do responsável Sérgio Siqueira de Carvalho, Secretário de Estado de Saúde de Rondônia no período de 11/10/1996 a 17/3/1998, sem julgamento de mérito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do Regimento Interno do TCU;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Nelson Gonçalves de Azevedo, Secretário de Estado de Saúde de Rondônia no período de 17/3 a 13/7/1998, e Arno Voigt, Secretário de Estado de Fazenda de Rondônia à época dos fatos, tendo em vista que seus argumentos não foram suficientes para descaracterizar ou para afastar a responsabilidade em relação à transferência indevida de recursos da Conta-convênio 99.799-4/Sesau-RO, para a conta única do Estado de Rondônia;

9.4. aplicar aos responsáveis abaixo relacionados a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, c/c o artigo 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nos valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das multas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor (R$)
Álvaro Gerhardt	15.000,00
Nelson Gonçalves de Azevedo	10.000,00
Arno Voigt	10.000,00
Ivan Leitão e Silva	10.000,00
Carlos Jorge Cury Mansilha	10.000,00

9.5. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis Nelson Gonçalves Azevedo e empresa Agência Nacional de Propaganda Ltda. (nova razão social da Dupla Criação Comunicação e Marketing S/C Ltda.), tendo em vista que seus argumentos não foram suficientes para descaracterizar ou para afastar a responsabilidade em relação ao superfaturamento de preços apurado nos autos;

9.6. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443, de 1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso III, 210, caput, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, as contas do Sr. Nelson Gonçalves de Azevedo e condená-lo, de forma solidária com a empresa Agência Nacional de Propaganda

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ltda. (nova razão social da Dupla Criação Comunicação e Marketing S/C Ltda.), ao pagamento das quantias originais a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Ocorrência	Data	Valor (R$)
Superfaturamento de preços quando da execução de despesas com publicidade	15/5/1998	331.084,89
	10/7/1998	69.958,00

9.7. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443, de 1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, caput, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, as contas do responsável Álvaro Gerhardt e condená-lo ao pagamento das quantias originais a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Ocorrência	Data	Valor (R$)
Gestão irregular de recursos do Convênio 1292/97, despesa não identificada	24/08/1998	7.844,00
Débito na conta do Convênio 1292/97 sem a respectiva comprovação da despesa	21/08/1998	1.332,12
Valores debitados e creditados indevidamente da conta do Convênio 1292/97, que, por conseguinte, não foram aplicados no mercado financeiro, resultando em débito	19/12/1998	9.672,43
	28/12/1998	51.227,31

9.8. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443, de 1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, caput, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e com art. 3º da Decisão Normativa-TCU 57/2004, as contas do Governo do Estado de Rondônia, e condená-lo ao pagamento das quantias originais a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Ocorrência	Data	Valor (R$)
Aquisição de 18 pick-ups de modelo (ano de fabricação) diferente do licitado e que não foram utilizados na execução do objeto do Convênio 1292/97	20/10/1999	808.400,00
Não aplicação e/ou devolução da contrapartida proporcional ao executado	05/03/1999	68.055,83
Gestão irregular de recursos do Convênio 1292/97, pagamento de diárias, valor acima do limite previsto no plano de trabalho do convênio	05/11/1998	47.769,68
Gestão irregular de recursos do Convênio 1292/97, reforma do CEMETRON	21/10/1998	30.034,35
Gestão irregular de recursos do Convênio 1292/97, aquisição de material de consumo	20/08/1998	5.541,80

9.9. aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, multa individual aos responsáveis abaixo relacionados, nos valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das multas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor (R$)
Nelson Gonçalves de Azevedo	95.000,00
Agência Nacional de Propaganda Ltda. (nova razão social da empresa Dupla Comunicação Ltda.)	95.000,00
Álvaro Gerhardt	40.000,00

9.10. autorizar, desde logo, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, c/c o artigo 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.11. autorizar, desde logo, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o artigo 217 do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) vezes, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais; sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Lei 8.443, de 1992;

9.12. encaminhar à Procuradoria da República no Estado de Rondônia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443, de 1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, bem como em atendimento ao pedido do Procurador da República Francisco Marinho, conforme Ofício nº 993/2003/SOTC-Sec/PR/RO, datado de 30 de dezembro de 2003 (peça 13, p. 48 do TC-012.293/2003-8), cópia deste acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, para ajuizamento das ações que entender cabíveis;

9.13. encaminhar à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em respeito ao artigo 18, § 6º, da Resolução-TCU 170/2004, cópia deste acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, para ciência do resultado do julgamento;

9.14. encaminhar à SecexSaúde, nos termos do artigo 18, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, cópia de notificação da presente deliberação, para ciência;

9.15. dar ciência desta deliberação aos responsáveis;

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10026-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10027/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.671/2014-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Leonaldo dos Santos Arruda (329.674.382-00) e Miguel Pedro Pureza Santa Maria (258.488.102-06).

4. Entidade: Município de Curralinho - PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal: Mauro César Santos (OAB/PA 4.288), Miguel Biz (OAB/PA 15.409 B).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em desfavor de Miguel Pedro Pureza Santa Maria e José Leonaldo dos Santos Arruda, respectivamente, ex-prefeito e atual prefeito do Município de Curralinho/PA, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados àquele município, na modalidade fundo a fundo, para a execução das ações e programas integrantes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS 2010, à conta dos Programas de Proteção Social Básica/PBS e de Proteção Social Especial/PSE, exercício de 2010;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir José Leonaldo dos Santos Arruda do rol de responsáveis;

9.2. julgar irregulares as contas de Miguel Pedro Pureza Santa Maria, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e 19, caput, da Lei 8.443/1992;

9.3. condená-lo ao recolhimento das importâncias abaixo especificadas ao Fundo Nacional de Assistência Social/FNAS, acrescidas de encargos legais a partir das datas mencionadas até a data do pagamento:

Valor original R$	Data da ocorrência	Valor original R$	Data da ocorrência	Valor original R$	Data da ocorrência	Valor original R$	Data da ocorrência
6.300,00	19/1/2010	1.344,75	24/3/2010	4.500,00	23/11/2010	10.050,00	26/11/2010
6.300,00	4/3/2010	1.344,75	12/4/2010	4.500,00	24/12/2010	20.500,00	15/1/2010
6.300,00	16/3/2010	1.344,75	14/6/2010	10.050,00	19/1/2010	20.500,00	24/2/2010
6.300,00	22/4/2010	1.344,75	14/7/2010	10.050,00	19/1/2010	12.000,00	25/3/2010
6.300,00	19/5/2010	1.344,75	6/8/2010	10.050,00	4/3/2010	12.000,00	14/4/2010
6.300,00	17/6/2010	1.344,75	9/9/2010	10.050,00	31/3/2010	12.000,00	13/5/2010
6.300,00	15/7/2010	1.344,75	13/10/2010	10.050,00	26/4/2010	12.000,00	11/6/2010
6.300,00	27/8/2010	1.344,75	9/11/2010	10.050,00	24/5/2010	12.000,00	7/7/2010
6.300,00	17/9/2010	1.344,75	9/12/2010	10.050,00	30/6/2010	12.000,00	11/8/2010
6.300,00	25/10/2010	4.500,00	30/6/2010	10.050,00	14/7/2010	9.500,00	23/9/2010
6.300,00	12/11/2010	4.500,00	31/8/2010	10.050,00	23/8/2010	9.500,00	14/10/2010
6.300,00	30/12/2010	4.500,00	9/9/2010	10.050,00	20/9/2010	9.500,00	17/11/2010
1.344,75	5/3/2010	4.500,00	20/10/2010	10.050,00	25/10/2010	9.500,00	30/12/2010

9.4. aplicar ao responsável multa de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas, com fundamento no art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, conforme determina o art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10027-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10028/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.384/2011-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão).

3. Interessada: Hilda Bernardes Pereira (290.733.679-72).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Guilherme Belém Querne, OAB/SC 12.605 e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 9.021/2012-TCU-2ª Câmara que apreciou pela ilegalidade o ato de concessão de aposentadoria Hilda Bernardes Pereira, ex-servidora da Universidade Federal de Santa Catarina;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; e artigo 1º, inciso VIII, c/c artigo 262 do Regimento Interno/TCU que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da presente deliberação:

9.1.1. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa e aplicação da sanção prevista no art. 58, IV, da Lei 8443/1992, faça cessar os pagamentos da rubrica referente a "hora extra", por inexistir decisão judicial que resguarde sua manutenção, bem como da vantagem da URV, relativa ao percentual de 3,17%, constantes dos proventos de Hilda Bernardes Pereira (CPF 290.733.679-72), haja vista já integradas aos proventos ordinários da interessada por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, pois, de execução em excesso do respectivo provimento judicial;

9.1.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria a Hilda Bernardes Pereira (CPF 290.733.679-72), livre das irregularidades apontadas no Acórdão 9.021/2012-TCU-2ª Câmara, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.1.3. dê ciência do inteiro teor da presente deliberação à interessada;

9.2. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste Acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10028-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10029/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.386/2011-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão).

3. Interessada: Maria Eli da Luz Mariano (460.759.509-82).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Guilherme Belém Querne, OAB/SC 12.605 e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 9.022/2012-TCU-2ª Câmara que apreciou pela ilegalidade o ato de concessão de aposentadoria a Maria Eli da Luz Mariano, ex-servidora da Universidade Federal de Santa Catarina;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; e artigo 1º, inciso VIII, c/c artigo 262 do Regimento Interno/TCU que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da presente deliberação:

9.1.1. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa e aplicação da sanção prevista no art. 58, IV, da Lei 8443/1992, faça cessar os pagamentos da rubrica referente a "hora extra", por inexistir decisão judicial que resguarde sua manutenção, bem como da vantagem da URV, relativa ao percentual de 3,17%, constantes dos proventos de Maria Eli da Luz Mariano (460.759.509-82), haja vista já integradas aos proventos ordinários da interessada por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, pois, de execução em excesso do respectivo provimento judicial;

9.1.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria a Maria Eli da Luz Mariano (460.759.509-82), livre das irregularidades apontadas no Acórdão 9.022/2012-TCU-2ª Câmara, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.1.3. dê ciência do inteiro teor da presente deliberação à interessada;

9.2. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste Acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10029-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10030/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-003.757/2015-3.

2. Grupo II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Maria Lidérica Lopes Melo (CPF 182.989.664-49), Maria Aparecida Dantas Morais (CPF 229.317.324-00), Anem Margareth de Morais (CPF 392.531.204-87) e Valer - Capacitação, Pesquisa e Assessoria para o Desenvolvimento Local Sustentável (CNPJ 04.103.219/0001-77, Organização Social Civil de Interesse Coletivo - Oscip).

4. Entidade: Valer - Capacitação, Pesquisa e Assessoria para o Desenvolvimento Local Sustentável (CNPJ 04.103.219/0001-77).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - Secex/RN.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada no âmbito do Ministério da Integração Nacional, em razão da impugnação parcial das despesas referentes a Acordos de Cooperação Técnica (FAO/UTF/BRA/040/BRA - Projeto Produzir), celebrados com a Organização Social Civil de Interesse Coletivo (Oscip) "Valer - Capacitação, Pesquisa e Assessoria para o Desenvolvimento Local Sustentável", objetivando a execução do Evento de Organização Produtiva - EOP, nos municípios de Caicó-RN e Serrita-PE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 15 da Lei 8443/1992, em julgar regulares com ressalvas as contas das senhoras Maria Lidérica Lopes Melo (CPF 182.989.664-49); Maria Aparecida Dantas Morais (CPF 229.317.324-00) e Anem Margareth de Morais (CPF 392.531.204-87), bem como arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10030-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10031/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.546/2014-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Izildinha de Souza Miranda (340.391.551-49).

4. Órgão: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (33.654.831/0033-13).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em desfavor de Izildinha de Souza Miranda, professora doutora da Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA, devido a omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados à citada beneficiária/coordenadora, para a implementação de três projetos de pesquisa, referenciados pelos processos 490649/2006-8, 484990/2007-1 e 452399/2009-2;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Izildinha de Souza Miranda, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", e 19, caput, da Lei 8.443/1992;

9.2. condená-la ao recolhimento das importâncias abaixo especificadas ao CNPq, acrescidas de encargos legais a partir das datas mencionadas até a data do pagamento:

Data	Débito (R$)	Crédito (R$)	Processo
26/11/2007	43.000,00	---	490649/2006-8
24/03/2015	---	1.416,76	
26/12/2007	19.526,40	---	484990/2007-1
27/12/2007	12.303,20	---	
01/07/2008	7.223,20	---	
29/05/2012	---	9,71	
24/03/2015	---	179,57	
28/08/2009	10.000,00	---	452399/2009-2
24/03/2015	---	10.000,00	

9.3. aplicar à responsável multa de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas, com fundamento no art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar a responsável

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, conforme determina o art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10031-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10032/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.794/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Carmen Gilda Barroso Tavares Dias (380.063.402-34).

4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (33.654.831/0033-13).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq em desfavor de Carmen Gilda Barroso Tavares Dias;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator:

9.1. julgar irregulares as contas de Carmen Gilda Barroso Tavares Dias, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e 19, caput, da Lei 8.443/1992;

9.2. condená-la ao recolhimento das importâncias abaixo especificadas ao CNPq, acrescidas de encargos legais a partir das datas mencionadas até a data do pagamento:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
04/07/2007	325.044,88
28/09/2007	300,00
28/09/2007	300,00
28/09/2007	300,00
01/11/2007	300,00
01/11/2007	1.521,30
01/11/2007	300,00
01/11/2007	300,00
01/11/2007	300,00
01/11/2007	300,00
01/11/2007	300,00
01/11/2007	300,00
01/11/2007	300,00
01/11/2007	300,00
03/12/2007	3.169,37
03/12/2007	300,00
03/12/2007	1.521,30
03/12/2007	300,00
03/12/2007	300,00
03/12/2007	300,00
03/12/2007	300,00
03/12/2007	300,00
03/12/2007	300,00
03/01/2008	3.169,37
03/01/2008	300,00
03/01/2008	1.521,30
03/01/2008	300,00
03/01/2008	300,00
03/01/2008	300,00
03/01/2008	300,00
03/01/2008	300,00
03/01/2008	300,00
01/02/2008	300,00
01/02/2008	300,00
01/02/2008	300,00
01/02/2008	1.521,30
01/02/2008	300,00
01/02/2008	300,00
01/02/2008	300,00
01/02/2008	300,00
01/02/2008	300,00
03/02/2008	300,00
02/03/2008	300,00
02/03/2008	300,00
04/03/2008	300,00
04/03/2008	300,00
04/03/2008	300,00
04/03/2008	300,00
04/03/2008	1.521,30
04/03/2008	300,00
04/03/2008	300,00
04/03/2008	300,00
04/03/2008	300,00
04/03/2008	300,00
04/03/2008	300,00
02/04/2008	300,00
02/04/2008	300,00
02/04/2008	300,00
02/04/2008	300,00
02/04/2008	300,00
02/04/2008	1.521,30
02/04/2008	300,00
02/04/2008	300,00
02/04/2008	300,00
02/04/2008	300,00
02/04/2008	300,00
02/05/2008	300,00
02/05/2008	300,00
02/05/2008	300,00
02/05/2008	300,00
02/05/2008	300,00
02/05/2008	300,00
02/05/2008	1.521,30
02/05/2008	300,00
02/05/2008	300,00
02/05/2008	300,00
03/05/2008	300,00
03/05/2008	300,00
03/05/2008	300,00
30/05/2008	300,00
30/05/2008	300,00
30/05/2008	300,00
30/05/2008	300,00
30/05/2008	161,00
30/05/2008	300,00
30/05/2008	161,00
30/05/2008	1.521,30
30/05/2008	300,00
30/05/2008	300,00
30/05/2008	300,00
02/06/2008	300,00
02/06/2008	300,00
02/06/2008	300,00
02/06/2008	161,00
02/06/2008	300,00
30/06/2008	1.521,30
02/07/2008	300,00
02/07/2008	300,00
02/07/2008	161,00
02/07/2008	300,00
02/07/2008	300,00
02/07/2008	300,00
02/07/2008	300,00
04/08/2008	300,00
04/08/2008	300,00
04/08/2008	300,00
04/08/2008	300,00
04/08/2008	161,00
04/08/2008	1.521,30
04/08/2008	300,00
04/08/2008	300,00
29/08/2008	1.521,30
02/09/2008	300,00
02/09/2008	300,00
02/09/2008	161,00
02/09/2008	161,00
02/09/2008	300,00
02/09/2008	300,00
02/09/2008	300,00
02/09/2008	300,00
02/10/2008	1.045,89
02/10/2008	1.521,30
02/10/2008	1.045,89
02/10/2008	1.045,89
03/10/2008	300,00
03/10/2008	300,00
03/10/2008	161,00
03/10/2008	300,00
03/10/2008	300,00
03/10/2008	300,00
03/10/2008	300,00
03/10/2008	300,00
24/10/2008	300,00
24/10/2008	300,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	300,00
24/10/2008	300,00
24/10/2008	1.045,89
24/10/2008	300,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	1.521,30
24/10/2008	1.045,89
24/10/2008	300,00
24/10/2008	1.045,89
24/10/2008	300,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	161,00
24/10/2008	1.045,89
24/10/2008	161,00
24/10/2008	1.045,89
28/11/2008	161,00
28/11/2008	300,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	300,00
28/11/2008	300,00
28/11/2008	300,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	161,00
28/11/2008	300,00
02/12/2008	1.045,89
02/12/2008	1.521,30
02/12/2008	1.045,89
02/12/2008	1.045,89
19/12/2008	161,00
19/12/2008	300,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	300,00
19/12/2008	300,00
19/12/2008	300,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	161,00
19/12/2008	300,00
30/12/2008	1.045,89
30/12/2008	1.521,30
30/12/2008	1.045,89
30/12/2008	1.045,89
03/02/2009	1.521,30
03/02/2009	300,00
03/02/2009	300,00
03/02/2009	300,00
03/02/2009	1.045,89
03/02/2009	300,00
03/02/2009	300,00
03/03/2009	1.521,30
03/03/2009	300,00
03/03/2009	300,00
03/03/2009	300,00
03/03/2009	161,00
03/03/2009	300,00
03/03/2009	161,00
03/03/2009	1.045,89
03/03/2009	300,00
03/03/2009	300,00
01/04/2010	(79.618,90)

9.3. aplicar à responsável multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas, com fundamento no art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.5. determinar à Universidade Federal do Pará (UFPA) que, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/92, adote providências para efetuar o desconto integral ou parcelado das dívidas referidas nos itens 9.2 e 9.3 deste acórdão na remuneração da responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, no caso de não surtir efeito as medidas previstas no item 9.5 deste acórdão, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8443/1992;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, conforme determina o art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10032-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10033/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.415/2009-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Instituto Gente (03.493.203/0001-55).

4. Órgão: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Ricardo Aguilar Perez (OAB/SP 195.449), representando Instituto Gente.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Instituto Gente, em face do Acórdão 7.491/2015-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, os embargos de declaração opostos pelo Instituto Gente para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10033-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10034/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.721/2012-0.

1.1. Apenso: 013.589/2012-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Responsável: Heda Maria Barska dos Santos Amarante (355.844.169-91).

4. Entidade: Hospital das Clínicas da UFPR.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização realizada no período compreendido entre 20/8/2012 e 9/11/2012, no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as razões de justificativas apresentadas pela Heda Maria Barska dos Santos Amarante, então Diretora-Geral do Hospital de Clínicas da UFPR, e aplicar-lhe a multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, e no art. 268, inciso II, por conduta omissa e negligente em relação à irrazoável demora na adoção de providências visando à efetiva instalação dos equipamentos adquiridos (Contratos 180, 181, 182, 184 e 249/2011), e sua consequente disponibilização aos usuários do SUS, e por pagamentos indevidos à COPAMED (Contrato 29/2012), relativos a serviços prestados fora do período de vigência contratual, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU, o recolhimento do referido valor ao Tesouro Nacional, acrescido de encargos legais a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. determinar ao Hospital de Clínicas da UFPR, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, que, se for o caso, efetue o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, e proceda ao correspondente recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, comunicando a esta Casa as providências adotadas em 30 (trinta) dias;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações e não seja possível o desconto determinado;

9.4. autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. esclarecer à responsável que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. dar ciência ao Hospital de Clínicas da UFPR/PR de que:

9.6.1. deficiências no planejamento e nos controles internos do Hospital ocasionam prejuízo no atendimento aos usuários do SUS, na medida em que a entrada em operação de equipamentos adquiridos é protelada em decorrência da ausência de instalações adequadas ao seu uso, em afronta ao princípio constitucional da eficiência na Administração Pública;

9.6.2. serviços e obras contratados e executados em prazo superior a 180 dias, contados da ocorrência de situação de emergência, contrariam disposições do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, sendo vedada a sua prorrogação;

9.6.3. critérios para a adoção de taxa de BDI para contratos de obras públicas devem obedecer às disposições do Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário, de 25/9/2013, modificado pelo Acórdão 2.440/2014-TCU-Plenário, de 17/9/2014, que estabelecem novos parâmetros para taxas de BDI, em substituição aos referenciais contidos nos Acórdãos 325/2007 e 2.369/2011, ambos do Plenário;

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à responsável e ao Hospital de Clínicas da UFPR.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10034-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10035/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-033.654/2008-4

2. Grupo: II - Classe de assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Zuza dos Santos Cavalcante (CPF 582.626.602-34), Antonio Sião Rodrigues Barbosa (CPF 693.289.272-34), Otto Lamosa Berger (CPF 461.840.747-68), Déo Costa Ramos (CPF 097.533.118-34), Alcides Soares de Souza (CPF 084.461.211-15), Soraya de Almeida Leda (CPF 220.492.581-00) e União das Nações Indígenas de Tefé (CNPJ 84.455.443/0001-67).

4. Unidade: União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-Tefé/AM).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secex/AM.

8. Representação Legal: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em desfavor dos Srs. Zuza dos Santos Cavalcante e Antonio Sião Rodrigues Barbosa, em decorrência da omissão no dever de prestar contas e de outras irregularidades na aplicação dos recursos repassados à União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-Tefé/AM) por meio do Convênio 1327/2004, tendo por objeto a execução de ações complementares à saúde indígena no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Solimões e Afluentes (DSEI-MSA),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Otto Lamosa Berger, Déo Costa Ramos, Alcides Soares de Souza e Soraya de Almeida Leda;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, irregulares as contas dos Srs. Zuza dos Santos Cavalcante e Antonio Sião Rodrigues Barbosa e da União das Nações Indígenas de Tefé;

9.3. condenar o Sr. Zuza dos Santos Cavalcante e a União das Nações Indígenas de Tefé, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo estipuladas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data de ocorrência	Valor (R$)
23/3/2005	34.290,25
10/6/2005	19,71

9.4. aplicar ao Sr. Zuza dos Santos Cavalcante e à União das Nações Indígenas de Tefé, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, 19 e 57 da Lei 8.443/1992, multa individual no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar aos Srs. Zuza dos Santos Cavalcante e Antonio Sião Rodrigues Barbosa, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, 19, parágrafo único, e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, multa individual no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.7. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Amazonas para o ajuizamento das ações que considere cabíveis;

9.8. determinar à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) que, ao firmar convênios destinados à execução de ações complementares à saúde indígena, nos moldes do convênio objeto do presente processo, adote as seguintes medidas quanto à formalização e acompanhamento do ajuste:

9.8.1. estipule, no plano de trabalho, as ações e metas a serem alcançadas, com a devida parametrização, de forma a permitir a aplicação de glosas nos recursos repassados proporcionais às ações e metas não realizadas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.8.2. realize o devido acompanhamento da execução das ações e metas do convênio, por meio de fiscalizações periódicas, realizadas por técnicos capacitados a verificar o cumprimento das ações e metas previstas no plano de trabalho;

9.8.3. envide esforços visando a manutenção do cronograma de repasses de recursos à entidade conveniada, de forma a evitar que eventuais atrasos possam ocasionar a incidência de penalidades pecuniárias sobre pagamentos em atraso, por parte da entidade conveniada, de encargos fiscais e trabalhistas, tal como observado na execução do convênio objeto do presente processo;

9.8.4. adote providências tempestivas com vistas à rescisão do convênio nos casos previstos no seu instrumento;

9.9. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Funasa e à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10035-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10036/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-007.424/2010-8

1.1. Apenso: TC-015.691/2006-3

2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de contas especial).

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Amaro Alves Saturnino (268.125.504-00); Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Paulo Jose Sampaio Bastos (907.461.715-87); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. (37.517.158/0001-43); Unisau Comércio e Industria Ltda. (05.791.214/0001-47)

3.2. Recorrente: Amaro Alves Saturnino (268.125.504-00).

4. Unidade: Município de Maxaranguape/RN.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: não atuou.

8. Representações Legais: Alice Bunn Ferrari (OAB/DF 36.878); Marcelo Gustavo Hauchild (OAB/RS 86.745); Fábio Luiz Monte de Hollanda (OAB/RN 331-A); Tiago Fernandes de Souza (OAB/RN 6584); e João Victor de Hollanda Diógenes (OAB/RN 7538).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Amaro Alves Saturnino em face do Acórdão 341/2015 - 2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer dos embargos de declaração, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. informar ao embargante de que novos embargos poderão receber o tratamento referido no art. 287, § 6º, do RI/TCU, caso se veja neles configurado intuito meramente protelatório, e

9.3. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10036-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10037/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-009.648/2008-3

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria (Monitoramento).

3. Interessados: Carlos Roberto Ferreira, CPF 580.481.388-91; Dulce Elvira de Souza, CPF 164.121.687-53; Clotilde Moreira de Pina dos Santos, CPF 216.647.657-00; Elena Setuko Hamada, CPF 807.901.198-20; Eliane Salomão Arburuas, CPF 257.610.487-87; Elisabete Jorge Pessine, CPF 565.764.048-91; Gilberto Mendes Marçal, CPF 203.595.947-00; Graciela Soriana Estigarribia Canete, CPF 278.960.568-87; Ho Woui Ling Wang, CPF 674.014.148-72; Ieda Irma Lamas Cunha, CPF 554.272.538-68; Margarida Enoshita Otomo, CPF 648.696.608-49; Maria Carmen Coelho Teixeira, CPF 187.153.706-15; Maria Cristina Rosa Yamasak, 755.566.668-91; Maria Inês Costa Cantagallo, CPF 808.119.578-53; Maria Luiza Soares, CPF 266.475.087-91; Noemia Maria Pereira de Moraes, CPF 857.370.548-53; Orlando Rebelo dos Santos, CPF 076.246.038-53; Paulo Emilio Gomes dos Reis Filho, CPF062.965.648-72, e Rosane Isabel Marcon Battaglin, CPF 178.980.640-20.

4. Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Dr. Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do regimento Interno, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações insertas no Acórdão 2244/2009 - 2ª Câmara, exceto quanto ao encaminhamento do novo ato alusivo à aposentadoria de Maria Carmen Coelho Teixeira;

9.2. determinar à Sefip que:

9.2.1. dê ciência à Secretaria de Recursos do teor do Parecer do Ministério Público constante da peça 32 dos presentes autos, em especial quanto ao conteúdo dos itens 7 e 8, para as providências que o caso requer;

9.2.2. dê ciência deste acórdão, bem como das demais peças que o fundamentam, ao órgão de origem, e

9.2.3. arquive os presentes autos.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10037-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10038/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-016.886/2014-3

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Tatiane Teles Almeida, ex-Presidente (CPF 007.745.075-27); Rosinalda dos Santos Silva, ex-Tesoureira (CPF 266.400.665-72); Clube de Mães, Jovens e Infantes de Japaratuba/SE, atual Instituto Padre Geraldo (CNPJ 13.093.711/0001-08).

4. Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Sergipe.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE).

8. Representação legal: Denise Vieira Goncalves (5291/OAB/SE) (representando Clube de Mães, Jovens e Infantes de Japaratuba/SE, Rosinalda dos Santos Silva e Tatiane Teles Almeida).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor das Sras. Tatiane Teles Almeida, ex-Presidente, e Rosinalda dos Santos Silva, ex-Tesoureira, bem como do Clube de Mães, Jovens e Infantes de Japaratuba/SE, em razão da não comprovação de cumprimento do objeto e ausência de documentos na prestação de contas do Convênio 817/2007 (Siafi 443483), celebrado em 18/12/2007, objetivando incentivar o turismo mediante a realização da "Festa Social de Santos Reis e São Benedito", com aplicação de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a cargo do concedente e R$ 10.000,00 (dez mil reais) correspondentes aos recursos da contrapartida,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, as contas das Sras. Tatiane Teles Almeida e Rosinalda dos Santos Silva, bem como do Clube de Mães, Jovens e Infantes de Japaratuba/SE, dando-lhes quitação.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10038-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10039/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-020.868/2007-5

2. Grupo II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria (Monitoramento).

3. Interessada: Maria de Fátima Rosa Salles, CPF 438.531.457-87.

4. Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército da 1ª Região Militar.

5. Relator: Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9.Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do regimento Interno, em:

9.1. promover a oitiva da unidade gestora para que, no prazo de quinze dias, contados da ciência desta deliberação, apresente suas razões de justificativa para a manutenção do pagamento da vantagem do percentual de 28,86% à inativa Maria de Fátima Rosa Salles, em descumprimento ao Acórdão 4020/2010 - 2ª Câmara;

9.2. determinar à Sefip que:

9.2.1. dê conhecimento ao órgão de origem do inteiro teor deste acórdão, bem como das demais peças que o fundamentam, e

9.2.2. processe a autuação do novo ato de aposentadoria da Srª Maria de Fátima Rosa Salles, nº de controle 0003371-04-2011-000006-3.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10039-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 10040/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-000.770/2015-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Leite Landim (CPF 005.064.863-20), ex-prefeito.

4. Entidade: Município de Missão Velha/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE contra o Sr. José Leite Landim, ex-prefeito do município de Missão Velha/CE, em razão de irregularidades na execução e na prestação de contas dos recursos do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA, transferidos ao aludido município no exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Leite Landim, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
2/3/2004	6.480,35
26/5/2004	7.257,00
27/5/2004	1.000,00
28/5/2004	1.000,00
28/12/2004	60.658,54
30/6/2004	1.000,00
5/7/2004	6.540,00
8/7/2004	6.795,00
14/7/2004	11.543,50
30/7/2004	1.500,00
2/8/2004	2.000,00

9.2. aplicar ao Sr. José Leite Landim a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10040-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10041/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-002.695/2013-8.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: III - Relatório de Auditoria.

3. Interessada: Secex/TO.

4. Entidade: Município de Augustinópolis/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins - Secex/TO.

8. Representação legal: Renato Silva Monteiro, representando Maria do Carmo de Alcântara Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Auditoria, relativo à fiscalização realizada pela Secex/TO, em cumprimento ao Acórdão 2.986 - Plenário, com a finalidade de avaliar a gestão dos recursos públicos federais repassados ao Município de Augustinópolis/TO, nos exercícios de 2011 e 2012, por meio de transferências voluntárias e de fundo a fundo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 43 da Resolução/TCU 259/2014, determinar a formação de processo apartado de natureza de tomada de contas especial;

9.2. determinar, nos autos da Tomada de Contas Especial a que se refere o subitem anterior, a citação dos responsáveis abaixo relacionados, para que no, prazo de 15 (quinze) dias contados das respectivas notificações, apresentem alegações de defesa pelas falhas adiante consignadas ou recolham as quantias a seguir indicadas a favor do órgão repassador relacionado, acrescidas da atualização monetária, calculada a partir das datas especificadas até a efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor:

9.2.1. Sra. Maria do Carmo de Alcântara Silva (CPF 425.026.833-00), ex-Prefeita de Augustinópolis/TO, solidariamente com a empresa R.L. Santana - ME (CNPJ 09.405.223/0001-03), com recolhimento da quantia devida a favor do Fundo Nacional de Saúde, por não comprovar o recebimento por parte da Prefeitura de Augustinópolis ou a entrega por parte da empresa contratada dos produtos farmacêuticos em documento específico ou nos próprios documentos fiscais; não haver a Prefeitura de Augustinópolis feito a contabilização dos valores discriminados nas notas fiscais em conta de Ativo Patrimonial da Prefeitura de Augustinópolis/TO representativa de estoques em almoxarifado, não comprovar a existência de listagens de inventários de materiais (mensais, semestrais ou de final de exercício) para fins de conciliação periódica dos saldos contábeis e aqueles apurados em eventuais estoques físicos, bem como por não comprovar suficiente e adequadamente a dispensação em favor de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de medicamentos e fármacos custeados com recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), no âmbito do bloco de financiamento da Assistência Farmacêutica, circunstâncias que impedem a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos:

Data de ocorrência	Valor R$
18/01/2011	6.580,00
19/01/2011	6.574,00
07/02/2011	6.575,00
18/03/2011	1.575,00
18/03/2011	5.000,00
21/04/2011	2.215,50
28/04/2011	4.355,04
11/05/2011	5.250,00
11/05/2011	1.327,00
08/06/2011	6.225,00
19/09/2011	2.372,00
26/09/2011	2.740,00
26/09/2011	1.676,46
30/09/2011	1.840,20
13/10/2011	140,80
13/10/2011	991,00
20/10/2011	6.627,70
24/11/2011	750,35
24/11/2011	5.473,00
16/12/2011	1.067,00
16/12/2011	1.269,00
16/12/2011	1.016,25
19/12/2011	930,00
19/12/2011	233,00
19/12/2011	1.986,91
02/03/2012	4.088,00
02/03/2012	296,25
02/03/2012	2.163,86
02/03/2012	2.729,40
06/03/2012	1.387,40
06/03/2012	1.720,90
13/03/2012	7.292,36
07/05/2012	4.565,37

9.2.2. Sra. Maria do Carmo de Alcântara Silva (CPF 425.026.833-00), ex-Prefeita de Augustinópolis/TO, solidariamente com a empresa Distribuidora Ômega Ltda. (CNPJ: 11.187.037/0001-97), com recolhimento da quantia devida a favor do Fundo Nacional de Saúde, pela ocorrência descrita no subitem 9.2.1. acima:

Data de ocorrência	Valor R$
08/07/2011	3.251,25
08/07/2011	3.439,90
13/09/2011	3.568,81
04/06/2012	7.864,27
1º/08/2012	11.578,16
07/08/2012	2.945,62
23/08/2012	2.741,00
23/08/2012	3.739,90
14/09/2012	6.506,16
23/10/2012	6.052,00
19/11/2012	3.078,00
19/11/2012	3.672,80
14/12/2012	6.860,08

9.2.3. Sra. Maria do Carmo de Alcântara Silva (CPF 425.026.833-00), ex-Prefeita de Augustinópolis/TO, solidariamente com o Município de Augustinópolis/TO, com recolhimento da quantia devida ao Fundo Nacional de Saúde:

9.2.3.1. por não comprovarem o nexo relacional entre supostos pagamentos dos encargos previdenciários adiante discriminados e a remuneração de profissionais (servidores ou contratados, integrantes de equipes do Programa Saúde da Família, do Programa de Saúde Bucal, agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, por exemplo) lotados em atribuições da Atenção Básica, nas incumbências inerentes ao Município (subitem 2.1, VI, do Anexo I, da Portaria GM/MS 648/2006 e da do Anexo I, competências das secretarias municipais de saúde, item IX, da Portaria GM/MS 2.488/2011, ambas disciplinadoras da Política Nacional de Atenção Básica do SUS), circunstância que não permite comprovar a boa e regular aplicação dos recursos:

Data de Ocorrência derreocorrência	Valor R$
27/7/2011	5.822,00
9/9/2011	8.968,48
10/10/2011	9.192,99
10/11/2011	10.375,72
10/9/2012	15.376,68
10/10/2012	12.003,37
12/11/2012	11.453,48
18/12/2012	1.834,00

9.2.3.2. por não disponibilizar a documentação comprobatória e indicar a pertinência de pagamentos com ações de saúde pública legítimas e pertinentes ao bloco de financiamento da Vigilância em Saúde, repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (Legislação violada: arts. 35 e 41 da Portaria GM/MG 3.252/2009):

Data de ocorrência	Valor R$
10/2/2011	4.158,08
10/9/2012	19.656,58
10/9/2012	10.343,42
10/9/2012	15.376,68
10/9/2012	7.941,83

9.2.4. Sr. Edimar da Silva (CPF 487.609.863-87), solidariamente com o Sr. Júlio da Silva Oliveira (CPF 523.310.403-20), pelas irregularidades doravante discriminadas, todas agravadas pelo fato de ambos não serem detentores de competência legal ou delegação para gerir recursos vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS (art. 7º, inciso IX, art. 9º, inciso III, da Lei 8.080/1990), com recolhimento da dívida a favor do Fundo Nacional de Saúde:

9.2.4.1. autorizar a realização das despesas bem como os pagamentos adiante discriminados, utilizando recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS no contexto do bloco de financiamento da Vigilância em Saúde, para a aquisição de materiais (microfones, modelos variados de caixas de som, bolas de futebol, mochilas, fichários escolares e vídeo game) não relacionados à realização de ações e serviços de saúde pública inerentes àquele bloco de financiamento, materializando hipótese de desvio finalístico (Legislação violada: arts. 35 e 41 da Portaria GM/MG 3252/2009):

Data	Valor R$
27/5/2011	6.106,80
1/6/2011	2.000,00

9.2.4.2. autorizar a realização das despesas e do pagamento da quantia de R$ 3.324,00 (três mil, trezentos e vinte e quatro reais, em 28/06/2011, utilizando recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS no âmbito do bloco de financiamento da Vigilância em Saúde, na aquisição de bens permanentes (câmera digital, tela de projeção e notebook) sem justificativas para sua utilização efetiva no contexto das ações do bloco, sem promover tombamento patrimonial apropriado para controle de bens daquela natureza e sem atribuir a custódia a autoridade ou servidor lotado na Secretaria de Saúde de Augustinópolis/TO, evidenciando desvio de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

finalidade, além de empregar em despesa de capital recursos orçamentários e financeiros legalmente enquadrados como de natureza corrente (Legislação violada: arts. 35 e 41 da Portaria GM/MG 3252/2009; arts. 1º, § 1º, e 13 da Lei 4.320/1964; art. 167, inciso VI, da Constituição Federal);

9.2.4.3. autorizar a despesa e correspondente pagamento de R$ 27.590,00 (vinte e sete mil, quinhentos e noventa reais), em 18/11/2011, com recursos do bloco de financiamento de Vigilância em Saúde, repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, na aquisição de um automóvel utilizado efetivamente nas atividades de representação e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Augustinópolis/TO e não em ações de saúde (vigilância, controle de endemias e etc.), fato que implica em desvio de finalidade, sem realizarem prévia licitação, quando o valor exigia tal procedimento e empregando em despesa de capital recursos orçamentários e financeiros legalmente enquadrados como de natureza corrente (Legislação violada: arts. 35 e 41 da Portaria GM/MG 3252/2009; parágrafo único do art. 1º e art. 2º da Lei 8.666/1993; arts. 1º, § 1º, e 13 da Lei 4.320/1964; art. 167, inciso VI, da Constituição Federal);

9.2.5. Sra. Maria do Carmo de Alcântara Silva (CPF 425.026.833-00), solidariamente com o Sr. Pedro Coelho Amaro Júnior (CPF 952.828.901-00) e com a empresa Incopra Indústria Metalúrgica Ltda. (CNPJ 26.714.188/0001-23), no valor de R$ 27.104,00 (vinte e sete mil, cento e quatro reais), em 15/02/2012, pelas seguintes falhas na aquisição de treze tendas piramidais com estrutura metálica e cobertura em laminado de PVC, objeto do Convênio 752.901/2010-MI, mediante o Pregão Presencial 4/2012:

9.2.5.1. diferença de R$ 12.740,00 (doze mil, setecentos e quarenta reais) entre os preços unitários de aquisição de 13 tendas (R$ 7.980,00) e o preço de mercado (R$ 7.000,00) demonstrado pela empresa via proposta de venda solicitada pela equipe de auditoria (13 x R$ 980,00);

9.2.5.2. recebimento de seis tendas com dimensões menores (10,00m x 10,00m x 3,00m) aos dos produtos efetivamente pagos (12,00m x12,00m x 3,00m), com prejuízo estimado no valor de R$ 14.364,00;

9.3. determinar, com fundamento no art. 201, caput e § 1º, 202, inciso III, do RI/TCU, a audiência, nos autos da tomada de contas especial de que trata o subitem 9.1 deste Acórdão, dos responsáveis adiante identificados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias contados das respectivas notificações, apresentem razões de justificativa pelas falhas relacionadas:

9.3.1. Sra. Maria do Carmo de Alcântara Silva (CPF 425.026.833-00), ex-Prefeita do Município de Augustinópolis/TO:

9.3.1.1. descumprimento da diretriz preconizada na legislação constitucional e infralegal relativamente à direção única e exclusiva da Secretaria Municipal de Saúde para gerir e aplicar recursos públicos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde e às ações e serviços públicos de saúde, ambos inerentes ao Sistema Único de Saúde - SUS (art. 198, inciso I, da Carta Magna; o art. 7º, inciso IX, art. 9º, inciso III e art. 15, inciso II, da Lei 8.080/1990 e art. 4º, inciso I, da Lei 8.142/1990);

9.3.1.2. inobservância da transparência e da aderência à legislação normativa caracterizada pelo fato de ignorar nas compras de medicamentos as referências ou limites de preços fábrica (PF), preços máximo de venda ao governo (PMVG) e o coeficiente de adequação de preços (CAP), definidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED (Resolução CMED nº 3/2011 e Resolução CMED nº 2/2003);

9.3.1.3. não integralização e aplicação do valor mínimo por habitante (R$ 1,86) incumbido ao Município para cofinanciar a aquisição de medicamentos (art. 25, § 3º, da Portaria GM/MS 204/2007, c/c o art. 2º da Portaria GM/MS 4217/2010);

9.3.1.4. inobservância nas compras diretas ou decorrentes de licitação das denominações genéricas, dos tipos de apresentação e concentração dos produtos farmacêuticos na forma disciplinada na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), aprovada pela Portaria GM/MS 1.044/2010;

9.3.1.5. promoção de pagamentos continuados pela aquisição de produtos hospitalares e ambulatoriais não caracterizados como medicamentos ou fármaco com recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde e vinculados ao Bloco de Assistência Farmacêutica (art. 24, incisos I a III, da Portaria GM/MS 204/2007);

9.3.1.6. falta de publicação resumida na imprensa oficial dos termos do contrato ou da ata de registro de preços alegadamente vinculados ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 4/2011, desatendendo requisito legal indispensável para conferir eficácia jurídica a instrumentos de natureza contratual firmados com entes públicos (art. 10 do Decreto 3.931/2001 e art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993);

9.3.1.7. falta da publicação resumida na imprensa oficial dos termos do contrato 100/2012, alegadamente vinculado ao Pregão Presencial 16/2012, desatendendo requisito legal indispensável para conferir eficácia jurídica a instrumento de natureza contratual firmado com ente público (art. 10, do Decreto 3.931/2001 e art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993);

9.3.2. Sr. Edimar da Silva, ex-Secretário de Finanças do Município de Augustinóplois/TO (CPF 487.609.863-87), por haver efetuado pagamento antecipado no valor integral de R$ 103.740,00 (cento e três mil, setecentos e quarenta reais) referente à compra de treze tendas piramidais em favor da empresa Incopra Indústria Metalúrgica Ltda., referente ao objeto do Convênio 752.901/2010 - MI, o que configura inobservância às disposições dos arts. 62, 63, caput , § 1º, inciso II, e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964;

9.4. determinar, com base no art. 250, inciso II, do RI/TCU, a realização, nestes autos de auditoria, de audiência dos responsáveis relacionados, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, encaminhem ao Tribunal as razões de justificativa acerca das falhas consignadas:

9.4.1. Sra. Maria do Carmo de Alcântara Silva (CPF 425.026.833-00), ex-Prefeita do município de Augustinópolis/TO:

9.4.1.1. descumprimento do prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993, para publicar na imprensa oficial resumo do Contrato 125/2011, firmado com a empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda.;

9.4.1.2. falta da publicação resumida do primeiro e do segundo termo aditivo ao Contrato 125/2011, firmado com a empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., na imprensa oficial, conforme exigência do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993;

9.4.1.3. não integralização da contrapartida financeira a que o município obrigou-se formalmente para financiar a execução de obra pública, por força do Convênio 703.517/2010 - Siafi 664960 (cláusula terceira, item 'II', letra 'b');

9.4.1.4. liberação de pagamentos antecipados em favor da empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda. no âmbito do Contrato 125/2011, por valores atestados (liquidação da despesa) sem demonstração regular da cobrança por parte da própria construtora (1º a 4º pagamentos) ou liberados sem o aval de boletim de medição (5º pagamento), incorrendo em desembolsos que excederam o percentual de execução física da obra contratada (arts. 62 e 63, caput, § 1º, inciso II e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964);

9.4.1.5. emissão de termo de aceitação definitiva da obra objeto do Contrato 125/2011, firmado com a N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., sem aval de profissional técnico ou comissão apta para tal mister, agravado pelo fato de que o empreendimento não estava concluído e havia registro dessa incompletude consignado no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - Simec, violando disposição legal, atentando contra o interesse público e criando riscos de prejuízos para a Administração Pública (art. 73, caput, inciso I, alínea b, da Lei 8.666/1993, c/c art. 299 do Decreto-Lei 2.848/1940 - Código Penal);

9.4.1.6. celebração em 4/5/2012 do primeiro aditivo de prorrogação de prazo ao Contrato 88/2011, firmado com a empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., quando o prazo contratual já tinha exaurido seus efeitos, provocando a manutenção de uma relação ilegítima e nula de pleno direito (Acórdão TCU 100/2008 - Plenário, subitem 9.7.1, Orientação Normativa AGU 3/2009);

9.4.1.7. falta da publicação resumida do primeiro, do segundo e do terceiro termo aditivo ao Contrato 88/2011, firmado com a empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., na imprensa oficial, conforme exigência do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993;

9.4.1.8. liberação de nove pagamentos com antecipação de valores em favor da empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., relacionados à execução do Contrato 88/2011, por valores atestados (liquidação da despesa) sem demonstração regular da cobrança por parte da própria construtora, incorrendo em desembolsos que excederam o percentual de execução física da obra contratada e até mesmo superando o valor formalmente contratado (arts. 62 e 63, caput, § 1º, inciso II, e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964);

9.4.1.9. emissão de termo de aceitação definitiva da obra objeto do Contrato 88/2011, firmado com a N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., sem aval de profissional técnico ou comissão apta para tal mister, agravado pelo fato de que o empreendimento não estava concluído e havia registro dessa incompletude consignado no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - Simec, violando disposição legal, atentando contra o interesse público e criando riscos de prejuízos para a Administração Pública (art. 73, caput, inciso I e alínea b, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 299 do Decreto-Lei 2.848/1940 - Código Penal);

9.4.1.10. não integralização das contrapartidas financeiras a que o município obrigou-se formalmente para financiar a execução de obra pública, por força do Convenio 703.236/2010 - Siafi 665366 (cláusula terceira, item 'II', letra 'b');

9.4.1.11. liberação de nove pagamentos com antecipação de valores em favor da empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., relacionados à execução do Contrato 95/2012, por valores atestados (liquidação da despesa) sem demonstração regular da cobrança por parte da própria construtora, incorrendo em desembolsos superiores ao percentual real de execução física da obra contratada (arts. 62 e 63, caput, § 1º, inciso II, e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964);

9.4.1.12. falta de publicação resumida na imprensa oficial do Contrato 88/2012, firmado com a empresa Soloágua Construções e Perfurações Ltda., conforme preconizado no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993;

9.4.1.13. manutenção da execução dos serviços sem o amparo de contrato válido, em desacordo com o disposto no art. 62, caput, da Lei 8.666/1993, haja vista a extinção dos efeitos vigenciais do Contrato 88/2012, firmado entre o município de Augustinópolis e a empresa Soloágua Construções e Perfurações Ltda., o qual dava amparo à execução das obras e serviços de implantação do sistema de abastecimento de água no Projeto de Assentamento Três Irmãos (loteamento e agrovila), com financiamento de recursos federais repassados por intermédio do Termo de Compromisso PAC 1143/2009 (Siafi TC 657865), celebrado com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa;

9.4.1.13. liberação, em conjunto com o ex-Secretário de Finanças, Sr. Edimar da Silva, dos dois primeiros pagamentos realizados em favor da Soloágua Construções e Perfurações Ltda., relacionados ao Contrato 88/2012, sem aval de boletim de medição físico-financeiro emitido do profissional técnico ou comissão encarregada de acompanhar a execução da implantação do sistema de abastecimento de água no Projeto de Assentamento Três Irmãos, incorrendo em liquidação irregular das despesas, agravado pela circunstância de tais atos viabilizarem o saque integral dos valores repassados pela Funasa, antecipando pagamentos em favor da contratada (arts. 62 e 63, caput, § 1º, inciso II, e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964);

9.4.1.14. emissão de termo de aceitação definitiva da obra objeto do Contrato 88/2012, firmado com empresa Soloágua Construções e Perfurações Ltda., sem aval de profissional técnico ou comissão apta para tal mister, agravado pelo fato de que o empreendimento não estava concluído, violando disposição legal, atentando contra o interesse público e criando riscos de prejuízos para a Administração Pública (art. 73, caput e inciso 'b', da Lei 8.666/1993, c/c art. 299 do Decreto-Lei 2.848/1940 - Código Penal);

9.4.1.15. produção de dois termos aditivos formalmente relacionados ao Contrato 124/2011 e à Construtora Reis Assunção Ltda., com indícios de que foram elaborados após o término do mandato como prefeita de Augustinópolis/TO, para simular regularidade do prazo vigencial do contrato supra e encobrir irregularidade previamente suscitada, além de não comprovar o preenchimento de requisito legalmente exigido para conferir eficácia jurídica aos instrumentos impugnados (art. 299 do Decreto-Lei 2.848/1940 - Código Penal, c/c parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993);

9.4.1.16. dispensa da emissão de termo de aceitação definitiva para a construção do pórtico objeto do Contrato 124/2011 (art. 73, inciso I, alínea 'b', da Lei 8.666/1993);

9.4.1.17. não publicação resumida na imprensa oficial do Contrato 125/2011, firmado com a empresa A.P.S. Engenharia Ltda., conforme preconizado no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993, e publicação oficial do primeiro aditivo com descumprimento do prazo previsto no dispositivo legal supracitado;

9.4.1.18. dispensa da emissão de termo de aceitação definitiva para a pavimentação em bloquete sextavado de concreto e meio fio na Vila Dezesseis, objeto do Contrato 125/2011 (art. 73, inciso I, alínea 'b', da Lei 8.666/1993);

9.4.1.19. autorização da execução de serviços de pavimentação urbana objeto do Contrato de Repasse 311033-62/2009 (Siconv 725496/2009), bem como a cobrança e liberação de pagamentos por serviços supostamente realizados pela empresa HB Construções Ltda. após 9/6/2011, quando já haviam expirados os efeitos jurídicos do Contrato 90/2010;

9.4.1.20. celebração com a empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda. do Contrato 96/2012 (pavimentação em bloquete sextavado obras de drenagem de águas pluviais) sem arrimo de licitação válida, quando o procedimento era obrigatório (art. 2º, c/c art. 62 da Lei 8.666/1993);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4.1.21. emissão de ordem de serviços para a N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., autorizando o início dos efeitos do Contrato 96/2012, antes da autorização para tal medida por parte da Caixa Econômica Federal, mandatária do Ministério das Cidades, descumprindo condição pactuada na cláusula quinta do Contrato de Repasse 373342-09/2011 (Siconv 767044/2011);

9.4.1.22. não publicação resumida na imprensa oficial dos termos do Contrato 96/2012, firmado com a empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., retirando-lhe requisito indispensável para conferir eficácia jurídica ao instrumento (parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993);

9.4.1.23. remessa de informação inverídica ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal, levando à celebração do Contrato de Repasse 373.342-09/2011 (Siconv 767044/2011), cuja versão final contemplou obras de pavimentação nas ruas 'D. Pedro I' (trecho entre a Ruas Teodoro Pacheco e Avenida Araguaia), 'Barão do Rio Branco' (trecho entre as ruas D. Pedro I e Santos Dumont), '15 de Novembro' (trecho entre as Ruas Santos Dumont e Antônio Neto) e '21 de Abril' (trecho entre as ruas D. Pedro I e Santos Dumont), quando já haviam sido pavimentadas com recursos vinculados ao Convênio 26/2004, celebrado entre o município de Augustinópolis/TO e o Estado do Tocantins, no âmbito do programa estadual 'Pavimentar para Melhorar' (art. 299 do Decreto-Lei 2.848/1940 - Código Penal);

9.4.1.24. relativamente à execução ao Termo de Compromisso PAR 5.290/2012:

9.4.1.24.1.celebração do Contrato 3/2012, firmado com a Marcopolo S.A., do qual decorreu materialização de compra de ônibus para transporte escolar, fazendo alusão ao Pregão Eletrônico FNDE 18/2011, sem especificar a ata resultante daquela licitação e sem observar as demais formalidades junto ao gerenciador para adesão, considerando que não foi órgão participante do pregão (art. 15, inciso II, §§ 1º a 3º, da Lei 8.666/1993, art. 8º, § 1º, do Decreto Federal 3.931/2001, c/c o item 'X' do Termo de Compromisso 5290/2012);

9.4.1.24.2. não comprovação da efetiva realização do Pregão Eletrônico 10/2012, mencionado no preâmbulo do Contrato 10/212, firmado com a empresa Marcopolo S.A., para a compra de um 'ônibus escolar com uma área reservada para cadeira de rodas', no valor unitário de R$ 132.000,00, hipótese que configura dispensa ilícita do dever de licitar (art. 2º da Lei 8.666/1993);

9.4.1.24.3. não comprovação da efetiva realização de licitação convencional, em modalidade prevista na Lei 8.666/1993 (tomada de preços ou concorrência), na Lei 10.520/2002 (pregão) ou adesão regular a atas de registros de preços gerenciadas pelo FNDE (Ata de Registro de Preços 69/2011, vinculada ao Pregão Eletrônico 23/2011, da UASG 153173) para aquisição e pagamento de um 'ônibus escolar ORE 2 com plataforma elevatória', no valor de R$ 224.880,00, adquirido da montadora Man Latin América Indústria Comércio de Veículos Ltda. (art. 15, inciso II, §§ 1º a 3º, da Lei 8.666/1993, art. 8º, § 1º, do Decreto Federal 3.931/2001, c/c o item 'X' do Termo de Compromisso 5290/2012);

9.4.1.24.4. não realização de licitação convencional, em modalidade prevista na Lei 8.666/1993 (tomada de preços ou concorrência), na Lei 10.520/2002 (pregão) ou adesão regular a atas de registros de preços gerenciadas pelo FNDE (Ata de Registro de Preços 69/2011, vinculada ao Pregão Eletrônico 23/2011, da UASG 153173) para aquisição e pagamento de mobiliário escolar à empresa Maqmóveis Indústria e Comércio de Móveis Ltda., nos montantes de R$ 21.512,04 e R$ 76.286,09 (art. 15, inciso II, §§ 1º a 3º, da Lei 8.666/1993, art. 8º, § 1º, do Decreto Federal 3.931/2001, c/c o item 'X' do Termo de Compromisso 5290/2012);

9.4.1.24.5. descumprimento de obrigações do Termo de Compromisso por não promover a aquisição de treze unidades de 'projetor proinfo com lousa digital - computador interativo', cujo valor previsto importava em R$ 23.725,00, previsto no escopo do termo de compromisso firmado (itens III, IV e X, do Termo de Compromisso);

9.4.1.24.6. falta de prestação de contas sobre a utilização dos recursos recebidos ao FNDE no prazo regulamentar (art. 21 da Resolução CD/FNDE 14/2012 e item 'XIX' do Termo de Compromisso);

9.4.1.24.7. não arquivamento na sede da prefeitura municipal da documentação fiscal original que legitime as aquisições, nem de documentos administrativos e escrituração contábil relacionada ao cumprimento do objeto (itens XII a XV do Termo de Compromisso);

9.4.1.24.8. falta de publicação resumida do Contrato 10/2012 na imprensa oficial, firmado com a empresa Marcopolo S.A., dispensando a realização de formalidade essencial à eficácia jurídica do instrumento (parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993);

9.4.1.25. não comprovação da realização de licitação convencional, em modalidade prevista na Lei 8.666/1993 (tomada de preços ou concorrência), na Lei 10.520/2002 (pregão) ou adesão regular a atas de registros de preços gerenciadas pelo FNDE legitimar a aquisição e pagamento de um 'ônibus escolar ORE 1 4x4 pequeno', no valor de R$ 186.000,00, adquirido da montadora Marcopolo S.A., utilizando recursos federais repassados por força do Termo de Compromisso 261/2011 (art. 15, inciso II, §§ 1º a 3º, da Lei 8.666/1993, art. 8º, § 1º, do Decreto Federal 3.931/2001, c/c o art. 1º, parágrafo único, da Resolução CD/FNDE 64/2011);

9.4.1.26. descumprimento de requisito fundamental para implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no exercício 2011, por não manter nutricionista vinculado às ações do referido programa (art. 14 da Resolução CD/FNDE 38/2009);

9.4.1.27. formalização e manutenção de vínculo contratual com nutricionista, durante o exercício 2012, com objetivo meramente formal, sem que haja comprovação do desempenho cotidiano de atribuições previstas na legislação para a atuação regular daquele profissional no âmbito do PNAE como coordenador local (art. 14 da Resolução CD/FNDE 38/2009, c/c os art. 3º e 4º, da Resolução CFN 358/2005);

9.4.1.28. permissão de compra e distribuição de refrigerantes na alimentação de estudantes no âmbito do PNAE (Pregão Presencial 3/2012), violando vedação normativa (art. 17, inciso I, da Resolução CD/FNDE 38/2009);

9.4.1.29. realização durante os exercícios 2011 e 2012 de compras regulares de carne da fornecedora Sra. Maria dos Remédios Barroso (CPF 010.421.251-98) sem demonstrar que o produto era submetido a serviço de inspeção sanitária para produto de origem animal (Lei 7.889/1989), nem que o transporte utilizava câmara frigorífica, de modo a assegurar a qualidade do produto e segurança ao público consumidor (art. 25, § 1º, e Anexo VI, da Resolução CD/FNDE 38/2009);

9.4.1.30. não realização, durante os exercícios de 2011 e 2011, de procedimentos de chamada pública para viabilizar para a aquisição as compras de alimentos diretamente dos integrantes da Agricultura Familiar (AF) ou de Empreendedor Familiar Rural (EFR) e suas organizações, mediante processo regular de dispensa de licitação (art. 14 da Lei 11.947/2009, c/c os arts. 18 a 22 da Resolução CD/FNDE 38/2009);

9.4.1.31. não comprovação da compra de patamar mínimo (30%) dos valores repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por meio do PNAE, na compra de gêneros alimentícios diretamente a integrantes da Agricultura Familiar - AF ou a Empreendedor Familiar Rural - EFR (art. 18 da Resolução CD/FNDE 38/2009);

9.4.1.32. não comprovação da observância de preços de referência praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de que trata o Decreto 6.447/2008, ou de pesquisas locais ou regionais (art. 23, § 2º, inciso I, da Resolução CD/FNDE 38/2009);

9.4.2. Sr. Edimar da Silva (CPF 487.609.863-87), ex-Secretário de Finanças do Município de Augustinópolis/TO:

9.4.2.1. emissão de documentos indiciariamente inverídicos materializados nos Recibos de Caução, sem que existam registros em boletim de caixa ou equivalente, assim como lançamentos contábeis que referendem tal operação, circunstâncias que remetem à hipótese de falsidade ideológica e concessão de vantagem indevida ao licitante adjudicatário (art. 299 do Decreto-Lei 2.848/1940 - Código Penal Brasileiro, c/c o art. 92 da Lei 8.666/1993), declarando em tais documentos ter recolhido as seguintes importâncias relacionadas aos referenciados procedimentos licitatórios:

9.4.2.1.1. R$ 44.682,97 (quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos) da empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., em espécie e em favor do Tesouro Municipal, valor previsto no subitem 12.1 do Edital da Tomada de Preços 2/2011 e correspondente a 5% do montante contratado em decorrência daquela licitação (Contrato 125/2011);

9.4.2.1.2. R$ 66.479,42 (sessenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos) da empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., em espécie e em favor do Tesouro Municipal, valor previsto no subitem 12.1 do Edital da Tomada de Preços 1/2011 e correspondente a 5% do montante contratado em decorrência daquela licitação (Contrato 88/2011);

9.4.2.1.3. R$ 3.052,29 (três mil e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos) da empresa HB Construções Ltda. (CNPJ 09.072.438/0001-50), em espécie e em favor do Tesouro Municipal, valor previsto no Edital da Tomada de Preços 2/2010 e correspondente a 1% do montante contratado em decorrência daquela licitação (Contrato 90/2010);

9.4.2.2. autorização, em conjunto com a ex-Prefeita Sra. Maria do Carmo de Alcântara Silva, da liberação dos dois primeiros pagamentos realizados em favor da Soloágua Construções e Perfurações Ltda., relacionados ao Contrato 88/2012, sem aval de boletim de medição físico-financeiro emitido do profissional técnico ou comissão encarregada de acompanhar a execução da implantação do sistema de abastecimento de água no assentamento agrícola Três Irmãos, incorrendo em liquidação irregular das despesas, agravado pela circunstância de tais atos viabilizarem o saque integral dos valores repassados pela Funasa, antecipando pagamentos em favor da contratada (arts. 62 e 63, caput, § 1º, inciso II e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964);

9.4.3. Sr. André Luiz Mendonça Bastos (CPF 651.855.105-44), engenheiro civil contratado pelo Município de Augustinópolis/TO, pelos seguintes motivos:

9.4.3.1. produção, com o correspondente atestado, de boletins de medição incompatíveis com o real patamar de execução física da construção de unidades escolares objetos dos Contratos 88/2011, 125/2011 e 95/2012, todos firmados entre o Município de Augustinópolis/TO e a empresa N.A. Participações e Empreendimentos Ltda., com o propósito de viabilizar a antecipação irregular de pagamentos, com negligência quanto a não conformidade da execução em relação ao projeto disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, além da inserção de dados inconsistentes e fictícios em sistema informatizado (Simec) da Administração Pública (art. 10, caput, art. 11, inciso I, da Lei 8.429/1992; arts. 299 e 313-A, do Decreto-Lei 2.848/1940 - Código Penal Brasileiro, c/c o art. 92 da Lei 8.666/1993):

9.4.3.2. descumprimento das atribuições de fiscal do Município e/ou negligência no desempenho de suas funções, com produção e acolhimento de documentação irregular, as quais não revelam os verdadeiros executores do Contrato 125/2011, firmado com a empresa A.P.S. Engenharia Ltda., no âmbito do Contrato de Repasse 326.098-66/2010, e permissão informal da execução do objeto contratado (execução dos serviços de pavimentação em bloquete sextavado de concreto e meio fio no Povoado Vila Dezesseis, em Augustinópolis/TO) por terceiros alheios àquele ajuste (art. 10, caput, art. 11, inciso I, da Lei 8.429/1992);

9.5. determinar à Secex/TO que:

9.5.1. elabore matriz de responsabilização, de acordo com as orientações constantes do documento "Padrões de Auditoria de Conformidade", acerca dos membros de comissão de licitação, do pregoeiro e de suas equipes de apoio (se porventura restar configurada a tomada de decisão por seus integrantes, de modo a configurar eventual irregularidade), do assessor jurídico e da ex-Prefeita, que atuaram, segundo as suas atribuições, nos procedimentos licitatórios mencionados na proposta de encaminhamento de sua derradeira instrução processual, bem como das empresas para as quais há indícios/provas de fraude à licitação;

9.5.2. promova, se for o caso, as audiências dos responsáveis indicados no subitem anterior, fazendo constar expressamente nos ofícios de audiência as falhas individualizadas de cada um deles, de modo a proporcionar-lhes as condições necessárias ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa;

9.5.3. realize, se for o caso, a oitiva, com base no art. 250, inciso V, do RI/TCU, das empresas licitantes e/ou contratadas para as quais há indícios/provas de fraude à licitação, concedendo-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que apresentem ao Tribunal os elementos de defesa sobre as falhas que vierem a ser apontadas;

9.5.4. para os casos de eventuais irregularidades nos procedimentos licitatórios relacionados aos recursos do Fundo Nacional de Saúde e do Convênio 752.901/2010, firmado com o Ministério da Integração Nacional, que ensejam a realização de audiência dos responsáveis, em decorrência da matriz de responsabilização a que se refere o subitem 9.5.1, promova tal medida nos autos da tomada de contas especial tratada no subitem 9.1 deste Acórdão.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10041-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 10042/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.585/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco Carlos Donato Júnior (520.998.497-49).

4. Entidade: Município de Conceição da Barra - ES.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

8. Representação legal: Sirlei de Almeida (7657/ES-OAB) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Francisco Carlos Donato Júnior, ex-prefeito do Município de Conceição da Barra/ES, instaurada em razão de irregularidades na aplicação de recursos transferidos pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por meio do Convênio n.º 2182/2001 (SIAFI n° 439003), no montante de R$ 104.000,00, repassados para execução do sistema de esgotamento sanitário no citado município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Francisco Carlos Donato Júnior;

9.2 fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e no art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, para que o Sr. Francisco Carlos Donato Júnior efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 54.000,00	05/07/2002
R$ 50.000,00	11/12/2002

9.3 autorizar, desde já, se requerido, o pagamento da dívida mencionada no item 9.2 em até 36 (tinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizados monetariamente, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4 alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5 cientificar o responsável de que a liquidação tempestiva dos débitos atualizados monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443, de 1992, assim como à aplicação da multa prevista no art. 57 do mesmo diploma legal;

9.6 determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo que inclua na notificação para o pagamento dos valores mencionados no item 9.2 o disposto nos itens 9.3 a 9.5, com fundamento no art. 15 e na alínea "a" do inciso II do art. 18 da Resolução 170, de 30 de junho de 2004.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10042-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10043/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-018.590/2014-4.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Pedro Serafim de Souza Filho (138.401.184-68).

4. Entidade: Município de Ipojuca/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Advogados constituídos nos autos: Amaro Alves de Souza Netto, OAB/PE 26.082; Carlos Henrique Vieira de Andrada, OAB/PE 12.135; Eduardo Diletiere Costa Campos Torres, OAB/PE 26.760; Márcio José Alves de Souza, OAB/PE 5.786 e Marco Antonio Frazão Negromonte, OAB/PE 33.196.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor do Sr. Pedro Serafim de Souza Filho, ex-Prefeito de Ipojuca/PE, em razão da impugnação parcial de despesas dos recursos repassados à Prefeitura, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e do Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC, no exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Pedro Serafim de Souza Filho, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 17.163,88 (dezessete mil, cento e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 31/12/2006, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2. aplicar ao Sr. Pedro Serafim de Souza Filho, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10043-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10044/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-018.818/2013-7.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Município de Palmeirina/PE (CNPJ 10.144.038/0001-91), e Severino Eudson Catão Ferreira (CPF 303.422.524-53).

4. Entidade: Município de Palmeirina/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, em desfavor do Sr. Severino Eudson Catão Ferreira, ex-Prefeito de Palmeirina/PE, decorrente da não aprovação da prestação de contas do Convênio 01.0099.00/2006, que tinha por objeto dar apoio ao "Projeto de Tecnologia Social de Unidades Integradas de Confecção com Tecnologia de Celulares de Produção Seriada por meio de Cooperativa de Trabalho Feminino".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Severino Eudson Catão Ferreira e do Município de Palmeirina/PE, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas b e c, e 19, caput, da Lei 8.443/1992;

9.2. condenar o Sr. Severino Eudson Catão Ferreira ao pagamento da quantia de R$ 545.286,60 (quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 26/3/2007 até a data do efetivo recolhimento, com fixação de prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor; abatendo-se, na oportunidade, os valores de R$ 2.584,92 (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos), em 4/4/2014 e R$ 3.633,30 (três mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta centavos), em 25/5/2014, nos termos do Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. condenar o Município de Palmeirina/PE ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas abaixo indicadas até a data do efetivo recolhimento, com fixação de prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
4/4/2014	2.584,92
25/5/2014	3.633,30

9.4. aplicar ao Sr. Severino Eudson Catão Ferreira a multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10044-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10045/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.515/2014-6.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ezaú Gomes da Silva (CPF 037.723.574-15) e Município de Terezinha/PE (CNPJ 11.286.366/0001-95).

4. Entidade: Município de Terezinha/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, tendo como responsável o Sr. Ezaú Gomes da Silva, prefeito de Terezinha/PE no período de 1º/01/2001 a 31/12/2008, ante a não consecução dos objetivos pactuados no Termo de Responsabilidade 989 MPAS/SEAS/2002.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Município de Terezinha/PE, condenando-o ao pagamento do valor de R$ 93.604,50 (noventa e três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta centavos), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculado a partir de 06/12/2002 até a efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Ezaú Gomes da Silva, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, daquele diploma legal, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o sustentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com fundamento no § 7° do art. 209 do RI/TCU, e ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10045-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10046/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.748/2004-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81); Governo do Estado de Rondônia (04.280.889/0001-69)

3.2. Responsáveis: Arno Voigt (144.196.020-15); Governo do Estado de Rondônia (04.280.889/0001-69); Ivan Leitão e Silva (184.882.269-34); Jose Luiz Gonçalves (211.002.339-20); Moacir Requi (359.186.329-72); Neuza Vieira de Carvalho (073.647.929-53); Sandra Maria Veloso Carrijo Marques (351.164.126-87)

3.3. Recorrente: Governo do Estado de Rondônia (04.280.889/0001-69).

4. Órgão/Entidade: Estado de Rondônia.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR.

8. Representação legal: Emerson Silva Castro, representando Governo do Estado de Rondônia; Francisco Silveira de Aguiar (Procurador do Estado) e Leri Antônio de Souza Silva (Procurador-Geral Adjunto).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta oportunidade, recurso de reconsideração interposto pelo Estado de Rondônia contra o Acórdão nº 5.163/2014-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, conhecer do recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao interessado.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10046-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10047/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-022.928/2013-8.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Severino Eudson Catão Ferreira (CPF 303.422.524-53) e empresa MR Promoções e Eventos (CNPJ 10.525.540/0001-42).

4. Entidade: Município de Palmeirina/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério Turismo contra o Sr. Severino Eudson Catão Ferreira, ex-prefeito do município de Palmeirina/PE, em razão de irregularidades na documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 700110/2008, cujo escopo consistia em incentivar o turismo no município, por meio da realização do evento intitulado "Festividades Natalinas de Palmeirina/PE".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade da empresa MR Promoções e Eventos da presente relação processual;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Severino Eudson Catão Ferreira, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 06/03/2009, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Severino Eudson Catão Ferreira a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10047-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10048/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.097/2009-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Saúde (vinculador).

3.2. Responsáveis: Jerônimo de Oliveira Reis (068.278.455-91); Lourdes Goretti de Oliveira Reis (170.377.605-44); município de Lagarto - SE (13.124.052/0001-11).

3.3. Recorrentes: Lourdes Goretti de Oliveira Reis (170.377.605-44); Município de Lagarto - SE (13.124.052/0001-11); Jerônimo de Oliveira Reis (068.278.455-91).

4. Órgão/Entidade: Município de Lagarto - SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal: Drs. Márcio Macedo Conrado (OAB/SE 3806), César Vladimir de Bomfim Rocha (OAB/SE 2682) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos pelo Sr. Jerônimo de Oliveira Reis, Sra. Lourdes Goretti de Oliveira Reis e município de Lagarto - SE contra o Acórdão 1886/2014 - TCU - 2ª Câmara, pelo qual houve condenação em débito do Município e aplicação de multa aos outros recorrentes, em razão de irregularidades na consecução do Convênio 1.824/1999, celebrado entre esse Município e a Funasa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso I, e 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração para, no mérito, negar a eles provimento;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos recorrentes e à Funasa.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10048-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 10049/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.976/2015-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Wilson de Lima e Silva (CPF 033.066.434-40).
4. Entidade: Município de Belém de Maria/PE.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
8. Representação legal: Rivadávia Brayner Castro Rangel (13.091/OAB-PE) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Wilson de Lima Silva, ex-prefeito de Belém de Maria/PE (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), diante da impugnação total das despesas do Convênio nº 916/2007, cujo objeto consistia no apoio à realização do projeto intitulado "Festa de São José da Batateira";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Wilson de Lima e Silva;
9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Wilson de Lima e Silva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento da importância de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 7/5/2008 até o efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, os valores já recolhidos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):
9.3. aplicar ao Sr. Wilson de Lima e Silva a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação; e
9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10049-39/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10050/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.421/2014-7.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Francisco Deodato Guimarães (CPF 145.784.332-34).
4. Entidade: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (Susam).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Francisco Deodato Guimarães, ex-secretário de Saúde do Estado do Amazonas (gestão: 12/8/1999 a 31/12/2002), e do Sr. Wilson Duarte Alecrim, atual titular do órgão estadual, diante da impugnação parcial de despesas e da não devolução do saldo do Convênio nº 1.703/1998 (Siafi 357482), cujo objeto consistia na execução do Plano Estadual de Controle Integrado da Malária;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir o Sr. Wilson Duarte Alecrim da presente relação processual;
9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Francisco Deodato Guimarães, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, dando-lhe quitação; e
9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Fundação Nacional de Saúde e à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, para conhecimento.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10050-39/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10051/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.959/2015-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Interessado: Centauro Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda (CNPJ 18.169.729/0001-51).
4. Órgão: Comando Logístico do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Alberto Pavie Ribeiro (OAB/DF 7.077) e outros, representando Centauro Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda.; Rodrigo Campos Oliveira (OAB/DF 34.904) e outros, representando Palmilhado Boots Indústria e Comércio Ltda..

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela empresa Centauro Comércio e Equipamentos de Segurança Ltda. sobre indícios de irregularidades no Pregão Eletrônico SRP nº 39/2014, realizado pelo Comando Logístico do Exército (Colog), tendo por objeto o registro de preços para a aquisição dos seguintes materiais de intendência - fardamento: insígnias plastificadas (cabo e soldado), coturno de combate preto, gorro de selva, espora de metal e cobertor de lã para hospital, no valor estimado para a contratação de R$ 69.705.200,00, dos quais R$ 58.883.500,00 referem-se ao item 3 - Coturno, ora questionado pela referida empresa;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por estarem satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 45, caput, da Lei 8.443/1992, e o Comando Logístico do Exército (Colog) adote as providências necessárias para anular os atos do Pregão Eletrônico SRP nº 39/2014 atinentes e consequentes do item 3 (aquisição de coturno de combate preto) do correspondente edital, informando o TCU, nos 15 (quinze) dias subsequentes, sobre o resultado dessa providência;
9.3. determinar ao Comando Logístico do Exército (Colog) que se abstenha de incorrer nas falhas apontadas nestes autos, esclarecendo que há necessidade de divulgação do preço de referência no edital do pregão, quando o aludido preço for adotado como critério de aceitabilidade de preços, em consonância com a jurisprudência do TCU (e.g.: Acórdão 392/2011-TCU-Plenário); e
9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Secretaria de Aquisições Logísticas (Selog) promova o monitoramento sobre a determinação constante do item 9.2 deste Acórdão.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10051-39/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10052/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.686/2013-6.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Icomase Materiais de Construção e Serviços Ltda. - ME (CNPJ 02.542.768/0001-12); Raimundo Sampaio da Costa (CPF 114.667.582-87).
4. Entidade: Município de Canutama/AM.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Raimundo Sampaio da Costa, ex-prefeito do Município de Canutama/AM (gestão: 2005-2008), diante da impugnação parcial de despesas realizadas com a 1ª parcela e da omissão no dever de prestar contas da 2ª parcela dos recursos federais repassados no âmbito do Convênio nº 2.084/2005 (Siafi 554475), cujo objeto consistia na construção de melhorias sanitárias domiciliares;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel o Sr. Raimundo Sampaio da Costa, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;
9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Sampaio da Costa, com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias discriminadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (em R$)	Data de Ocorrência
594,29	2/7/2007
200.000,00	9/4/2007

9.3. aplicar ao Sr. Raimundo Sampaio da Costa a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.00,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e
9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis, bem como à Fundação Nacional de Saúde, para ciência.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10052-39/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 10053/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.529/2014-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Meyrelucia de Castro Bezerra (CPF 128.544.638-03); Instituto de Grande Reintegração do Afeto Universal - Instituto Degrau (CNPJ 05.862.088/0001-74).

4. Entidade: Instituto de Grande Reintegração do Afeto Universal - Instituto Degrau.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça em desfavor da Sra. Meyrelucia de Castro Bezerra, presidente do Instituto de Grande Reintegração do Afeto Universal - Instituto Degrau, diante do não encaminhamento da documentação exigida para a prestação de contas do Convênio nº 52/2004, cujo objeto consistia na implantação do Projeto Mãos Livres, que se propunha a desenvolver atividades de reinserção social, familiar e no mercado de trabalho às egressas do sistema penal do Estado do Ceará.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a Sra. Meyrelucia de Castro Bezerra e o Instituto de Grande Reintegração do Afeto Universal, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Meyrelucia de Castro Bezerra e do Instituto de Grande Reintegração do Afeto Universal - Instituto Degrau, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo informadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Valor (R$)	Data
80.810,10	27/12/2004
52.922,40	25/10/2005

9.3. aplicar, individualmente, à Sra. Meyrelucia de Castro Bezerra e ao Instituto de Grande Reintegração do Afeto Universal a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10053-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10054/2015 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 029.833/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Hamilton Alves Villar (CPF 314.849.722-87) e Joel Rodrigues Lobo (CPF 305.268.411-68).

4. Entidade: Município de Careiro/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) em desfavor de Hamilton Alves Villar, ex-prefeito (gestão: 2005/2008), e de Joel Rodrigues Lobo, ex-prefeito (gestão: 2009/2012), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados ao município de Careiro/AM, à conta dos Programas de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srs. Hamilton Alves Villar e Joel Rodrigues Lobo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Hamilton Alves Villar e Joel Rodrigues Lobo para condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
1.999,20	16/2/2008
6.300,00	22/2/2008
4.084,80	22/2/2008
3.000,00	28/2/2008
3.000,00	15/3/2008
1.999,20	15/3/2008
6.300,00	17/3/2008
4.084,80	4/4/2008
6.300,00	11/4/2008
3.000,00	18/4/2008
1.999,20	18/4/2008
4.084,80	25/4/2008
4.084,80	11/5/2008
3.000,00	15/5/2008
6.300,00	15/5/2008
1.999,20	15/5/2008
4.084,80	8/6/2008
6.300,00	9/6/2008
3.000,00	14/6/2008
1.999,20	15/6/2008
6.300,00	4/7/2008
5.025,00	4/7/2008
3.000,00	5/7/2008
4.084,80	5/7/2008
1.999,20	5/7/2008
1.999,20	8/8/2008
3.000,00	9/8/2008
4.084,80	11/8/2008
6.300,00	15/8/2008
20.100,00	22/8/2008
1.999,20	5/9/2008
6.300,00	7/9/2008
4.084,80	7/9/2008
3.000,00	11/9/2008
20.100,00	13/9/2008
3.000,00	11/10/2008
1.999,20	11/10/2008
20.100,00	18/10/2008
6.300,00	20/10/2008
3.000,00	10/11/2008
6.300,00	10/11/2008
1.999,20	10/11/2008
20.100,00	16/11/2008
4.084,80	6/12/2008
1.999,20	11/12/2008
3.000,00	19/12/2008
20.100,00	19/12/2008
6.300,00	22/12/2008
4.084,80	26/12/2008
4.084,80	30/12/2008

9.3. aplicar aos Srs. Hamilton Alves Villar e Joel Rodrigues Lobo a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10054-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10055/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.495/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Donato de Araújo Neto (CPF 141.964.843-87).

4. Entidade: Município de Canavieira/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação Regional do Piauí da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra o Sr. José Donato de Araújo Neto, ex-prefeito de Canavieira/PI (gestões: 2001-2004 e 2005-2008), em razão da impugnação parcial das despesas relativas ao Convênio nº 545/2002, vigente no período de 12/12/2002 a 25/12/2010, cujo objeto consistia na "implantação de sistema simplificado de abastecimento de água do Município", com a previsão de recursos federais na ordem de R$ 298.523,84 por parte da concedente, além de R$ 3.045,85 por parte do convenente, perfazendo o montante de R$ 301.569,69.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. José Donato de Araújo Neto, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Donato de Araújo Neto, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias discriminadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

das referidas importâncias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
119.409,53	30/10/2003
89.557,16	31/12/2003

9.3. aplicar ao Sr. José Donato de Araújo Neto a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10055-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10056/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.496/2014-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Jose Ribamar Fontes Beleza (CPF 075.825.012-68).

4. Entidade: Município de Barcelos/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. José Ribamar Fontes Beleza, prefeito do Município de Barcelos/AM (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados na modalidade fundo a fundo no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no exercício de 2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. José Ribamar Fontes Beleza, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Ribamar Fontes Beleza, com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias discriminadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data da efetiva quitação, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (em R$)	Data de Ocorrência
58.000,00	2/8/2010
1.703,40	4/8/2010
6.810,00	4/8/2010
14.115,60	5/8/2010

9.3. aplicar ao Sr. José Ribamar Fontes Beleza a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10056-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10057/2015 - TCU - 2ª Câmara

1.Processo TC 002.446/2005-1

2.Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame em Aposentadoria

3.Recorrente: Maria Lúcia Moraes Rabelo (CPF 042.122.583-15)

4.Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão (FUFMA)

5.Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge

6Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos

8. Advogados constituídos nos autos: Davi de Araújo Telles (OAB/MA nº 9.696-A e OAB/RJ nº 137.058) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Srª Maria Lúcia Moraes Rabelo, servidora inativa da Fundação Universidade Federal do Maranhão (FUFMA), contra o Acórdão nº 5849/2014-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pela Srª Maria Lúcia Moraes Rabelo, com fundamento nos arts. 48 e 33 da Lei Orgânica desta Corte, c/c o art. 278 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência do inteiro teor desta deliberação à Recorrente e à Fundação Universidade Federal do Maranhão.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10057-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10058/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.914/2010-8

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedidos de Reexame (em processo de Representação)

3. Interessados: Luiz Irapuan Pinheiro (CPF 000.896.722-91) e Márcia Perales Mendes Silva (CPF 214.861.902-00)

4. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas (UFAM)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade: Serur

8. Advogado constituído nos autos: Breno Bezerra Rosa (OAB/AM 4914)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, que nesta etapa processual tratam de pedidos de reexame interpostos em relação ao Acórdão nº 2732/2012-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso interposto pela Sra. Márcia Perales Mendes Silva para, no mérito, dar-lhe provimento, excluindo o seu nome do subitem 9.5 do Acórdão nº 2732/2012-TCU-2ª Câmara, em razão do descumprimento ao contraditório e à ampla defesa;

9.2. conhecer do recurso interposto pelo Sr. Luiz Irapuan Pinheiro para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o acórdão recorrido em relação a este responsável;

9.3. encaminhar os autos ao relator *a quo*, para examinar a necessidade de proceder à nova audiência da Sra. Márcia Perales Mendes Silva;

9.4. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10058-39/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10059/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.433/2014-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Centro de Capacitação e Desenvolvimento Social (06.539.198/0001-62); Diego Gomes dos Anjos (055.881.047-06).

4. Entidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR-PR, em desfavor de Diego Gomes dos Anjos, presidente do Centro de Capacitação e Desenvolvimento Social - CCDS/RJ, em decorrência da não apresentação da prestação de contas do Convênio 750104/2010, celebrado em 27/11/2010 entre a SEPPIR-PR e o CCDS/RJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992, o Sr. Diego Gomes dos Anjos, CPF: 055.881.047-06, e o Centro de Capacitação e Desenvolvimento Social, CNPJ: 06.539.198/0001-62, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, e § 5º, 210 e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. Diego Gomes dos Anjos, CPF 055.881.047-06, e do Centro de Capacitação e Desenvolvimento Social, CNPJ: 06.539.198/0001-62, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das data discriminada, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
500.000,00	17/5/2011

9.3. aplicar ao Sr. Diego Gomes dos Anjos, CPF: 055.881.047-06, e ao Centro de Capacitação e Desenvolvimento Social, CNPJ: 06.539.198/0001-62, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para os responsáveis e para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10059-39/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10060/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.104/2014-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto (II): Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: André Luiz Ceciliano (CPF: 872.396.397-20); Prefeitura Municipal de Paracambi - RJ (CNPJ: 29.138.294/0001-02).
4. Órgãos/Entidades: Fundo Nacional de Saúde/MS; Prefeitura Municipal de Paracambi/RJ.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX/RJ).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos repassados ao Município de Paracambi/RJ, por força do Convênio nº 2716/2005, que teve por objeto dar apoio técnico e financeiro para aquisição de equipamento e material permanente visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 22, parágrafo único, da mesma Lei, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. André Luiz Ceciliano, CPF 872.396.397-20, Prefeito Municipal de Paracambi/RJ, nos períodos de 1/1/2001 a 31/12/2004 e de 31/5/2005 a 3/4/2008, e pelo Município de Paracambi/RJ, CNPJ 29.138.294/0001-02;
9.2. sejam julgadas irregulares as contas do Sr. André Luiz Ceciliano, ex-prefeito municipal, CPF: 872.396.397-20, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, § único, e 23, inciso III, da mesma Lei, ante a aplicação dos recursos federais em finalidade distinta daquela prevista nas normas que regulamentam a aplicação dos recursos repassados, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, do referido diploma legal no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
9.3. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/92 e art. 202, §§ 3ª, 4º e 5º, do Regimento Interno, para que o Município de Paracambi/RJ (CNPJ: 29.138.294/0001-02) efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento do valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) junto aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, atualizado monetariamente a partir de 04/04/2007, abatendo-se, na ocasião, o valor ressarcido em 28/12/2009 de R$ 1.163,03 (hum mil, cento e sessenta e três reais e três centavos), até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde já, conforme requerido pelo atual Prefeito do Município de Paracambi/RJ, o pagamento da dívida mencionada no item 9.3 em até 36 (tinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando para o Município o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.5. alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.6. cientificar o Município de Paracambi/RJ (CNPJ: 29.138.294/0001-02) de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as respectivas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443, de 1992, e da legislação específica que rege a matéria;
9.7. determinar ao Município de Paracambi/RJ (CNPJ: 29.138.294/0001-02) que, na impossibilidade de liquidação tempestiva dos débitos, no mencionado prazo de 15 (quinze) dias, adote providências com vistas à inclusão do valor da dívida em sua lei orçamentária, informando ao Tribunal as providências adotadas, no prazo de 30 dias;
9.8. determinar à Secex/RJ que inclua na notificação para o pagamento do valor mencionado no item 9.3 o disposto nos itens 9.5 e 9.6, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 170, de 30 de junho de 2004.

10. Ata n° 39/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/11/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10060-39/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Vital do Rêgo, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 29 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 12 de novembro de 2015.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO ORDINÁRIA
PREVISTA PARA 17/11/2015, ÀS 16H

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

014.664/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Amado dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.391/2015-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

027.392/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aloisio Inácio Vanderley; Gedevaldo Ferreira de Moura e Marcel Perpetuo Limeira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

027.432/2015-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Lindomar Macedo Binda; Ninfa Borges de Araujo e Terezinha David Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
Representação legal: não há

027.454/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Eder Lash Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.346/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Claudio Caetano Pini
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.414/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Graciano de Souza Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Representação legal: não há

028.451/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Margarett Rose Nunes Leite Cabral e Nilson Simoes da Luz
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

028.507/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Nabuco Pereira Otaka; Lidia Gabriella Moraes da Costa e Marcio Henrique Branco de Vilar
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
Representação legal: não há

028.991/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Profill Engenharia e Ambiente Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Planejamento e Logística S.A.
Representação legal: não há

029.471/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Leonice Leão Passos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

029.817/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Erni Carneiro Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Representação legal: não há

029.836/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ambrosia Corrêa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

029.978/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aurea Lucia Maia Queiroz e Cesar Augusto Nobre Lustosa de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

030.605/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Valentim de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
Representação legal: não há

042.401/2012-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2011
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Responsáveis: Adalberto Fazzio; Adalberto Grassi Carvalho; Alexandre Prestes Silveira; Ana Maria Ferreira Leite; Arlindo Philippi Junior; Armando de Queiroz Monteiro Neto; Benedicto Fonseca Filho; Carmen Moreira de Castro Neves; Celso José da Costa; Denise de Menezes Neddermeyer; Diogo Onofre Gomes de Souza; Elisangela Lizardo de Oliveira; Emidio Cantidio de Oliveira Filho; Favio de Paiva Vaz; Genoseinia Maria da Silva Martins; Geraldo Nunes Sobrinho; Glaucius Oliva; Glauco Antonio Truzzi Arbix; Grace Tavares Vieira; Hadil Fontes da Rocha Vianna; Izabel Lima Pessoa; Joao Carlos Teatini de Souza Clímaco; Jorge Almeida Guimarães; Jorge Gerdau Johannpeter; Jorge Luis Nicolas Audy; João Fernando Gomes de Oliveira; João Luiz Martins; Lauro Ishikawa; Livio Amaral; Lucy Anne Vieira de Oliveira; Luiz Claudio Costa; Luiz Davidovich; Luiz Hildebrando Pereira da Silva; Luís Manuel Rebelo Fernandes; Marcio de Castro Silva Filho; Maria Paula Dallari Bucci; Maria de Fátima Silveira Battaglin; Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva; Marilza Vieira Cunha Rudge; Naomar Monteiro de Almeida Filho; Otavio Guilherme Cardoso Alves Velho; Ricardo Renzo Brentani; Rita de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cássia Barradas Barata; Rogerio Monteiro Barbosa; Sandoval Carneiro Junior; Wanderley de Souza e Weder Matias Vieira
Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

002.262/2015-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo
Representação legal: não há

025.769/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Abilio Araujo Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

025.799/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Dorothea Neves Ewald
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

025.813/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: João Vinicius Castello Branco Costa; Maria do Carmo Moitinho das Virgens; Marília Cavalcante Castello Branco e Raissa Cavalcante Castello Branco Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia
Representação legal: não há

026.406/2015-2
Natureza: Representação
Representante: Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Bagé/RS
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bagé/RS
Representação legal: não há

027.113/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Manoel Soares; Lucilia Francisca da Costa Santos; Rafael Guimaraes Baccin e Thiago Gusmao de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

027.132/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Carra de Azambuja
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

027.381/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Admar Martins de Paula; Alba da Cruz Santos; Bernadette Mourão Duarte; Cleidelvani Soares Pereira; Cleuza Mateus de Oliveira Santos; Eugenio Celso Gonçalves; Firmiano de Sousa Neto; Francisca Borges da Silva; Fábio Moreira Ribeiro e Gileno Antônio Dias Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.440/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Elenita Nunes Peluzzo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.442/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Lygia Lea dos Santos Olinger e Maria Adelia Falanga
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

027.460/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Rosa Cardoso de Oliveira e Maria Salvador das Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

028.392/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Regina Carlos; Lucila Rocha Saraiva; Marcia Maria Torres Ribeiro; Rafael Henrique Silva Brasil e Regina do Socorro Hughes Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: não há

028.410/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Julio Cesar de Seixas e Luiz Eduardo Monteiro de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

028.421/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rejane Leite de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

028.581/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Italo de Oliveira Souza; Jose Marcos Lopes de Melo; Jose Rafael Azevedo de Almeida; Josias Jansen Vieira e Josimario Fernandes de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

028.582/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Karoline Duarte Ferreira; Kildo Lopes do Nascimento; Kizzy da Silva Santos; Kleber Serpa Alves; Lenilson Araujo Lucas e Leon Santos Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

028.583/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Liana Pinho Barros; Lidiane Sousa de Oliveira; Livia Oliveira dos Santos; Lorena Camilo Ximenes; Lua Fagundes Soares de Lima; Lua Goncalves da Silva Probo; Luanna Karoline de Lima Nascimento e Lucas Matheus Silva da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

028.585/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Pires Correia do Vale; Luiz Eduardo Magalhaes de Freitas Filho; Luiza Pontes Arruda; Maira Daniela Dantas; Manuela Silva dos Santos; Marcelo Jorge Xavier; Marcia de Pinho Cunha e Marcos Italo Monteiro Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

028.588/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pablo Mota Macedo; Paulo Eduardo Bomfim; Pedro Felipe Nogueira Menezes; Pollyanna Pessoa de Andrade Xavier dos Santos; Priscila Ferreira Silva e Rafael Argolo Silva Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

028.591/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nieliton Moura Santos; Osvaldo Veras de Azevedo; Ricardo Fernandes Silveira; Rosivania Avelino Silva; Rostand Mota Silveira Eulalio Junior; Rovilson Fernandes Lima Santos; Samuel da Costa Sousa; Sandra Maria Cavalcante Lucena da Silva; Saulo Sergio Gomes de Sousa e Sheila Cristina Silva de Siqueira Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

028.592/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Pereira Alves; Renato de Castro Palacio; Rosangela Felix dos Santos; Samea Lima Falcao Pantoja; Suellen Gomes Linhares; Tarcisio Noe da Silva; Thiago Barbosa Oliveira de Araujo; Thiago Henrique Maciel Felix; Thiago Luis Affonso e Thiago Torres Carvalho de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

028.594/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Riselha Marques de Moura; Rogerio Apolinario da Silva; Tatiana Matos Moreira; Tercio Celestino da Silva; Tereza Cristina Ferreira de Medeiros; Tiago Alexandre do Nascimento Cajazeiras; Tiago Greison Martins Lourenco; Wamberg Tavares Novaes Campos; Wanda Maria de Alencar Xavier Bezerra e Welington Augusto de Queiros Goncalves Velez
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

029.303/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Luiz Rocha Lima; Jose Rabelo dos Anjos Junior; Jose de Sousa Oliveira Filho; Juliana Albuquerque Lopes; Juliano Bezerra Mascaro; Keiliane Degila de Alencar Cunha; Kerlen Andrade do Monte; Kylza Sampaio Teixeira e Leonardo Frizzera Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

029.428/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roselene Muniz Lopes Moreira; Shogoro Sato; Susana Alves; Tarcizio Luiz Johann; Thelma Lucia Pacheco; Vera Lucia Penteado Lanzarini; Vera Maria Schneider; Vicente Liberato Pereira; Walterson Oliveira de Araujo e Wilson Pereira da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

029.568/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Milhazes de Sousa; Patricia Sonageri; Patrick Morcelli e Paulo Enrique Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

029.593/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julio Cezar Voga da Silva; Mônia Zoraima Câmara Magalhães; Patrícia Queiroz e Oliveira; Roberta Penha e Silva Marins e Victor Emanuel de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

029.968/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Santilli Pimenta Neves; Luiz Anacleto Morais de Oliveira; Nilza Nery Bianchi Pavarin e Sonia Ivone Maier Stolte
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

029.982/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Queiroz Corci
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

030.290/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anizio Braga de Assis; Diego Fernando Uchoa de Oliveira; Evandro Antonio Vieira de Moura Filho; Filipe Lopes Marcelino de Almeida; Juliana Costa Sardinha; Larisse Estelle Abrantes Goncalves Amorim; Leonardo Moreira Farias; Leticia Duarte Carvalho; Lucas Araujo Santos Alves e Marcella Cristina de Miranda Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

030.301/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalton Damazio Goncalves Freitas; Ademilson Rodrigues Moreira; Adilson Vieira de Carvalho; Adriana Alvares Cordeiro; Adriana Consoni Busquets; Adriana Gomes da Silva; Adriana Ramos Castanheira de Carvalho; Adriana da Camara Tavares de Medeiros; Adriane Muller e Adriene Carolina Pinto Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.303/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Dimas Martins Pereira; Alexandre Fogaca Damo; Alexandre Giacomoni Viana Pereira; Alexandre Guazzelli Afonso; Alexandre Miguel da Costa F dos Santos; Alexandre de Carvalho; Alfredo Rodrigues da Silva; Alice Maria Pessoa Cunha; Aline Cunha Carvalho e Silva e Aline de Oliveira Ataide
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.306/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andressa Dytz Abrego; Anelise Massa Correia; Angela Aparecida Silva de Paula; Angelica Dorotea Kerkhoff; Anisia Patricia Santana Trinks; Anna Catarina Batista Tavella; Anna Flavia Ribeiro A Mamede Alvarenga; Antonio Avelar Sinfronio; Antonio Daniel Ribeiro Filho e Antonio Ivanildo Pereira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.307/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Jose David de Lima; Antonio Marcelino Munhos; Antonio Roberto Albuquerque Silva; Aparecido Celio Pinto; Aroldo Ferraz; Arthur Lucas Gordo de Sousa; Artur Cesar do Couto e Silva; Baltazar Glecio da Silva; Barbara Blanco Erbisti e Barbara Jacaranda Bianco
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.310/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carina Fontes Roppa; Carina Haus; Carla Mara Machado; Carlos Alexandre Piccioni; Carlos Alexandre de Sousa Penin; Carlos Eduardo Ramos Nunes; Carlos Eduardo Vinagreiro; Carlos Eugenio Albuquerque de Holanda; Carlos Fernando de Melo e Silva e Carlos Heleno de Aquino Daher
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

030.311/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Henrique Alcantara Malaquias; Carlos Henrique Araujo Pimentel; Carlos Henrique Viana; Carlos Renan Leal de Mattos; Carlos Renato Pereira da Silveira; Carlos Roberto Alves Correa; Carlos Souza da Silva; Carmem Veronica Dias de Almeida; Carolina Blum e Carolina dos Santos Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.313/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Celso Cristiano Roma Matos; Chael Luigi de Souza Mazza; Christina do Prado Lima Vilhena; Clara Tissiani Calderon Ramos; Clauber Henrique Silva de Paiva Costa; Claudia Verciane Leffler; Claudio de Castro Kafer; Cleber do Sacramento Pinto; Cleiton Roberto da Fonseca Silva e Cleysson Ribeiro Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.314/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clovis da Silva Leitao; Cristina Oliveira Roriz; Cristina Sobreira Taberner; Daniel Cardoso Villano; Daniel Carlos Aragao Miranda; Daniel Goncalves Guimaraes; Daniel Nonato Oliveira; Daniel Quintela Maia; Daniel Rodrigues Marques e Daniel de Lascio Berca
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.315/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Couto Condorelli; Danielle de Carvalho Ricardo Ferreira; Davi Antonio Araujo Silva; Davi Diogenes Belem Pontes; Davi Pereira Morais Cardoso; Davi Reis Salles Piraja; Debora Correia de Araujo Maciel; Debora Itagiba de Morais; Debora Pereira Goncalves e Debora de Siqueira Calderini Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.316/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denise Alves dos Santos; Diego Araujo Siqueira; Diego Brito Zanette de Lucca; Diego da Silva Farias; Diogo Antonio Rodrigues; Diogo Arantes de Britto Pereira; Diorgenes Teixeira Kruger; Douglas Aparecido da Silva Cavalari; Douglas Rodrigues Maia e Douglas de Freitas Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.318/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elton Jony Jesus Ribeiro; Emanoel Alves de Mendonca; Emerson Grzeidak; Emilton Brito de Souza; Emmanuel de Souza Valadares; Erick de Moraes Azevedo; Erika Akemi Soki; Erimary Martins Silva; Euler Botelho Antunes; Evelyn Portela Giacomini
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.319/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Everton Andre Morgado Brito; Ewerton Leite de Almeida Rodrigues; Fabiana Jack Nogueira Santos; Fabiana Thyessa Peixoto Cardoso Dias; Fabiano Oliveira Rodrigues; Fabiano Ruiz Dutra; Fabio Augusto Fujita; Fabio Ferreira Gomes Dias; Fabio Gabrielli Fernandes e Fabio Nunes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.321/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Martins do Vale; Fernanda de Oliveira Garcia Davia Guedes; Fernando Amado; Fernando Nast Damasceno; Fernando Oliveira Dias; Fernando Pereira Nogueira; Fernando Tuchiya Hirata; Fernando Vilas Boas e Silva; Fernando Visentin Monteiro e Fernando dos Santos Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.324/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Carvalho Pinto Guimaraes; Genaldo Ferreira da Silva Junior; George Herison Soares; Geraldo Ricardo Leite; Gerson Pela; Giancarlo Cantaluppi Silvestri Freitas; Giancarlo Sousa Santana; Gilberto Master Penedo; Gildo Machado Gomes e Gisela Nunes Feu Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.325/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gisleine Candido Barcelos; Glauce Maia Nonato Pires; Glener de Almeida Dourado; Guilherme Arthur Belotto Scalabrin; Guilherme Eustaquio de Moraes; Guilherme Faria Fernandes; Guilherme Sousa Rocha; Guilherme de Azevedo dos Santos Nobrega; Gustavo Alves da Silva e Gustavo Andre Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.326/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Dourado Barbosa; Gustavo Felipe de Sousa; Gustavo Fernando Goncalves dos Santos; Gustavo Henrique Maia Sabino; Gustavo Jose de Guimaraes e Souza; Gustavo Mussi Pires; Gustavo Ruas Sabino; Gustavo Santos da Costa; Gustavo Souza de Loyola e Silva e Gustavo de Oliveira Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.327/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Harlan Maas Martins; Helio Estumano Marques Junior; Helvecio Silva de Faria Junior; Helvio Lima Carvalho; Henrique Jun Yamaguti; Henrique Lobo Bueno; Henrique de Sa Braga Oliveira; Herik Moyses de Freitas Borges; Hilda Lourenco de Araujo e Hugo Leonardo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.328/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ianna Maria de Alencar Cavalcanti; Igor Nunes Medeiro; Ines Ramos Cavalcanti; Irailma Santos de Jesus; Isabel do Carmo Elias; Isadora Queiroz Gerolim; Itallo Bruno Santos Alves; Italo Fernandes Aguiar; Jacira Alves Ribeiro e Jader Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.330/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Paulo Madureira Horta da Costa; Joao Paulo Resende Borges; Joel Silva Lacerda; Johnathas Araujo de Carvalho; Jorge Fernandes dos Santos Barbosa; Jose Adriano de Sousa; Jose Elias de Almeida Junior; Jose Lucio Pacheco Junior; Jose Mauro Afonso Filho e Jose de Lima Couto Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.331/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josivan Jose da Silva; Jovelina Lima Teixeira Mota; Jozeana Carla Correa Reis; Judah Barbosa Rodrigues Reis; Julia de Oliveira Perez; Juliana Haruko Horita; Juliana Medeiros de Oliveira; Juliana Sinibaldi Barbosa; Juliano David Fernandes e Julio Cesar da Mata Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.332/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julio Cesar de Carvalho Mesquita; Jully Nascimento Ponte; Junior Jose Vieira; Kaline Felix da Silva; Kamilla de Araujo Ponte; Karen de Souza Miranda; Karina Campos Lopes Correia; Karla Riccioni de Jesus Vilalva; Kelny Jose Morais de Jesus e Kenia Walquiria Guimaraes Mendes Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.334/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laura Soares Tupinamba; Laura Soledad Cutruffo Comparini; Lenita Carvalho Campos; Leonardo Bastos Santos; Leonardo Brandao Bastos Rosa; Leonardo Burle Gripp Cotta; Leonardo Costa de Oliveira; Leonardo Nogueira Ferreira; Leonardo Ost Bento e Leonardo da Silva Trindade Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.336/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucia Benechis; Luciana Dellome de Sousa; Luciana Leal do Amaral; Luciana Martins Correa; Luciana Souza Marrara; Luciano da Costa Silva; Luciano de Paulo Tavares; Lucivaldo Paixao Vasconcelos Junior; Luis Felipe Cadore Flores e Luis Fernando Brands Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.337/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luis Fernando da Silva; Luis Ricardo da Fonseca Duarte; Luise Juliani Mathias; Luiz Fernando Carneiro; Luiz Gustavo de Santana; Luiz Henrique Azevedo Mariz; Luiz Jose da Silva Junior; Luiz Rossi de Souza; Luiza Betina Petroll Rodrigues e Maciel Bassani Sparrenberger
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.338/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Manuela Rodrigues Boscia; Marcela Marquez de Amorim Coutinho Alves; Marcelo Andrade de Oliveira; Marcelo Augusto Mabuchi; Marcelo Luiz Oliveira Silva; Marcelo Pakter; Marcelo Ramos Cardoso; Marcelo Rodrigues Sodre; Marcelo Rosa Mazzocato; Marcelo Soares Rebello
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.340/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Antonio Alves Bezerra Junior; Marcos Fernandes Passos; Marcos Henrique Girao da Silva; Marcos Hideki Nakamura; Marcos Sganserla Torres; Marcos Vinicius Silva da Cunha; Marcus Peixoto Lima; Margarida Maria Silva Rodrigues; Maria Beatriz de Oliveira Fonseca e Maria Camila Baigorri
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.346/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Henrique de Sousa Cavalcante; Paulo Junior Rodrigues Pereira; Paulo Ribeiro de Sousa Junior; Paulo Ricardo de Bitencourt Dorneles; Pedro Augusto Silva Cirotto; Pedro Daviston Ribeiro; Pedro Duarte Catarino dos Santos Carrico; Pedro Henrique Alves Pereira; Pedro Henrique Braz Vallocci e Pedro de Mesquita Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.348/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Benevides Costa Rodrigues; Rafael Bordone de Siqueira; Rafael Campas de Faria; Rafael Cavalcanti Garcia de Castro; Rafael Costa Lima; Rafael Farias Monteiro; Rafael Ferreira Tine; Rafael Isac Campos; Rafael Jose Neves de Sousa e Rafael de Oliveira Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.350/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raoni Volanski Teixeira Netto; Raquel Cristina Machado; Raquel Cristina Silva Tanner; Raquel Nadal Cesar Goncalves; Rebecca Rodrigues de Araujo Farias; Renann Mauricio Trentin Moraes; Renato Ubiratan Reis Mocho; Renato Vianna Martins Neto; Renato Yuzo Madokoro e Ricardo Constant Dickstein
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.352/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Robson Linko Nunes da Silva; Rodrigo Bomfim de Andrade; Rodrigo Carneiro Rabelo; Rodrigo Costa de Oliveira; Rodrigo Damasceno Cavalcante dos Santos; Rodrigo Nicolau Cota Koury; Rodrigo Nunes Silva; Rodrigo da Luz e Souza; Rodrigo de Melo Reinaux Porto; Rodrigo de Oliveira Goncalves de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.354/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ruy Caricati Passarelo; Samara Gabriela Alves de Lima; Samir Cavalcante Fortunato; Sandro Herman Pereira Rehem; Santino Barbosa de Almeida Filho; Saulo Dias de Oliveira; Savio Aguiar de Sousa; Sergio Gibson Reis Albuquerque; Sergio Hideki Tateishi e Silvia Marques de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.358/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Valeria Zorzi Pedrazoli; Vanessa Bruning Cavalcanti de Oliveira; Vanessa Carayannis Cardeal; Vicente de Paula Melo Filho; Victor Meira Ribeiro; Victor Nogueira Carramaschi; Victor Pessanha Goncalves; Victor Teodoro de Melo Sanches; Vinicius Salles Santos e Vinicius de Melo Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.359/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Saraiva da Silva; Vitor Marques da Silva; Vivian Dutra Soares Rosadas; Wagner Tadeu da Silveira; Wandrys Nascimento de Sousa; Washington Luiz Ferreira Junior; Willame Ferreira de Miranda; Yohanna Stogmuller; Yure Lage Nuic e Yuri Habibe Jorge
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.452/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eule da Silva Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

030.455/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Claudio Luiz Soares Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

030.559/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Andre Luis Dias Rabelo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

030.568/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Henrique Prota da Silva; Joao Pedro Bertani Catrib; Ricardo Malheiros Gaertner; Rose Mara Fidelis de Oliveira e Vinicius de Morais Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.603/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Osorio de Vasconcellos Pessoa Filho e Reginaldo de Hollanda Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

030.614/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Creusa Rodrigues Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

032.443/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger/MT
Responsável: Faustino Dias Neto
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

001.844/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabio Wendell da Graça Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
Representação legal: não há

007.533/2012-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsável: Luiz Goularte Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pinhais/PR
Representação legal: Cássio Prudente Vieira Leite (OAB/PR 58.425) e outros representando Luiz Goularte Alves

007.712/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Flávio Pereira da Costa; Graciete Pereira da Costa e Teodoro Darbra Lanas
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos
Representação legal: não há

008.897/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Município de São Luís do Curu/CE
Responsável: Marinez Rodrigues de Oliveira
Representação legal: não há

010.463/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/ Unidade: Município de Montes Altos/MA
Responsável: Valdivino Rocha Silva
Representação legal: Jetete Guimaraes Tavares (OAB/MA 9.138), representando Valdivino Rocha Silva

012.628/2006-6
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

012.675/1994-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Enilda de Sá Leitão de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

013.114/2014-0
Natureza: Levantamento Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo
Responsável: Clovis Lascosque
Representação legal: não há

014.275/2015-5
Natureza: Levantamento de Auditoria
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais-Secex/MG
Órgãos/Entidades/Unidades: Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal de Itajubá; Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

015.103/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vera Maria Araujo Garcia e Boza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

016.386/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Euricles Miguel dos Santos Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

016.887/2014-0
Natureza: Representação
Representante: Advocacia-Geral da União
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Timon/MA
Representação legal: não há

018.364/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Sapragonas Andrioni e Thalita Folmann da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

018.366/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Graziela Ribeiro Baena e Leandro Valente da Veiga
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

019.386/2013-3
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Lourdes do Prado Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

019.404/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Terezinha de Fatima Poncio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Representação legal: não há

019.730/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Francisco Cutigi; Jose Ricardo Ferreira Cardoso; Raphael Antonio de Souza e Rodrigo Cleber da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

019.735/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Zieri; Tulio Cesar Rodrigues e William Vagner Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

019.740/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline de Lucas; Jacqueline Jorente; Lucas Henrique Pereira Silva e Luis Carlos Kakimoto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

019.759/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Braun Santos; Katia Ribeiro e Luiz Augusto Finger Franca Maluf
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

019.874/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abraão Pustrelo Damião; Alexandre Neves Ribeiro; Alexandre Ventieri; Alice Pereira Santos e Aline Graciele Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

019.892/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberta Guimaraes Correa; Roberta Silva Antunes; Rogério Tramontano; Ronise Suzuki de Oliveira e Rosana Mendes Roversi
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

020.190/2010-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Responsáveis: A & L Dantas Construções Ltda.; Camel Empreendimentos e Construções Ltda; Eas Construções Ltda.; Engemix Serviços e Construções Ltda.; Hortência Maria Santos Moura; Joarez Vrubel; Jose Aelmo Gomes dos Santos e Proseng Projetos e Serviços Ltda.
Representação legal: Antonio Fernando Valeriano (1986/OAB-SE), representando Eas Construções Ltda.; Daniel Fabricio Costa Junior (1698/OAB-SE), representando Jose Aelmo Gomes dos Santos; Flávio Matheus Siqueira Mendes Santos (5940/OAB-SE), representando Camel Empreendimentos e Construções Ltda. e Marcel Costa Fortes (3815/OAB-SE), representando Jose Aelmo Gomes dos Santos

020.339/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Maranhão
Responsáveis: Bernardino Rodrigues Ribeiro; Hilton Soares Cordeiro; José Ribamar Costa Correia, Instituto de Desenvolvimento Humano e Social; Lúcio de Gusmão Lobo Júnior; Ricardo Nelson Gondim de Faria e Ricardo de Alencar Fecury Zenni
Representação legal: não há

020.826/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Sebastião do Maranhão/MG
Responsável: Pedro Pio da Fonseca
Representação legal: João André Alves Lança (OAB/MG 137.146), representando Pedro Pio da Fonseca

021.476/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Deise Guadelupe de Lima Vagula
Representação legal: não há

021.879/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisco Moreno da Silva e Therezinha Wanderlei Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

022.071/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Analina Gomes Stival; Antônio Romualdo da Silva; Julia de Sousa Freitas Petacci; Lindimar Rosa de Moraes; Lúcia Helena Alves de Oliveira; Maria Augusta Reis Perillo; Maria da Penha Ribeiro de Sousa; Maria das Graças Oliveira Silva; Mariana Rosa Gonçalves; Norma Maria Quinan de Almeida; Pedro de Sousa Freitas Petacci e Silvia de Sousa Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

022.177/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lucia Ferra Finocchio e Hugo Fialho de Araujo Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

022.181/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Josias Fernandes de Oliveira; José Antônio Veloso; José Maria; José Onirso de Paiva; José Valdir Firmino; Judas Tadeu Sobreira; Lazara Divina Neves; Luiz Alberto Corticioni; Marcia Helena Moura da Silva Ribeiro e Marcionila Rodrigues da Silva Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

022.190/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Raiol Gonçalves e Haroldo Jorge Praciano Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

022.192/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Raimundo Firmino de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Roraima
Representação legal: não há

022.202/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Janice Rodrigues Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.224/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Jose de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

022.366/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Leonalva Pereira Biondo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

022.373/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Angela Maria Batista Pinto; Eunice Ferreira da Costa; Maria Rodrigues Laurindo; Maria de Lourdes Avila de Barros; Neusa D'avila Coelho e Yone Roberto Chaves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Representação legal: não há

022.453/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Jose de Oliveira Leobons
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Representação legal: não há

022.460/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Karla Nogueira Rodrigues; Kamila Thamires da Silva Santos; Michel de Aviz Rodrigues; Miguel Leal Rodrigues Junior e Paula Karen Nogueira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

022.469/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ivo Muniz; Jurema Couto Moraes e Maria Auxiliadora Ribeiro Kneipp
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

022.471/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Mirtes Souza Muniz e Sidney Porto Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

022.478/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Eduardo Maia da Silva Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.523/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bento de Oliveira Neves; Eunice Neves do Nascimento e Malvina Monteiro Prest
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

022.524/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Angel de Souza Paula e Antonieta Rey Horta Ludolf de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

023.103/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caroline Fagundes Silverio; Dainan Rodrigues de Carvalho; Daniel Costa Guimaraes e Dayane dos Santos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

023.104/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Elisa Szomorovszky Decker; Luciana Nabarros Soares; Renata Pereira da Silva Viebrantz e Silvana Junges
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

023.720/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dienifer Leoni de Oliveira Chaves; Eliane de Oliveira; Fabiane Maria Trentin Kutti; Fernanda Masiero; Gelsa Fernanda de Lima Martins; Jacqueline Wachleski; Jairo Huckembeck Nunes; Juliane Meotti Picoli e Karen Rosane Severo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

023.730/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leila Olaves de Souza; Luciane Elisabete Gatelli Pereira; Marcelis Marques da Silveira; Michelle Batista Ferreira; Natalia Santos do Amaral; Patricia Elene da Silva Werlang; Paulo Ricardo Silva da Silva; Renata Zanolla Moreira Jovasque; Roberta Heidrich Guimaraes e Rodrigo Schenfeld
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

023.827/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Humberto Antonio da Silva Costa; Juliana Gomes Ortiz; Lidia Ross Coutinho; Mirele Nascimento de Mello; Rafael Michalczuk; Rosangela Cunha Carlos; Vania Briao de Oliveira Nunes e Vera Lucia Irineu
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

023.834/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Charao; Ana Paula Furtado Pinheiro; Carla Nunes da Silva; Carlos Roberto Ferreira Bernardes; Cintia Michelle Rosa de Oliveira; Eliane Lavall; Erika Fernanda Dias e Felipe Moraes Caccia
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

023.939/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Camila Giron; Claudia Bernardes Rodrigues; Eliane Scheck Batista; Francine Emmer Justin; Izis Goncalves; Joice Klein e Liane de Campos Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

023.947/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Welter Preissler; Ligia Bard Fao; Marindia Buiz de Barros de Andrade; Marluci Correa de Lima Antunes; Nanci Felix Mesquita; Pedro Juan de Azeredo Martins; Rafael dos Santos; Silvia Weigert Menna Barreto e Vanderlea Maria Maciel da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

023.950/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Alejandra Cairello Gomez; Christiane Sampaio Lutkemeyer Bongiolo; Claudia Irala Barbosa; Luciana Cardozo Muller; Patricia Luciana da Costa Lopez e Sinara Roseli Trindade Patat
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.050/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelita Noro; Alan Gadenz Silva; Alberto Zoppas; Joao Gilberto Gantes da Silva; Laura Lima Zigue; Leticia Goncalves de Almeida; Ninive da Costa Acosta; Tatiane Mello Gonçalves Madruga e Vanessa Beatriz Avila Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.051/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Vitelmo da Silva Guimaraes; Ana Paula Santana Bortolini dos Santos; Andrea Zanoni da Veiga Lopes; Caren Fantinel Eberhardt; Carina Machado Costamilan Henriques; Carine Michelotto Martins; Cintia Cilene Goncalves Donat e Cristiano de Albuquerque Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.055/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ketrin Luana da Silva Pletsch; Lenir Helena Till Rodrigues; Lindomar Diniz da Rosa; Lisiane da Silva Ferreira; Loiva Adam da Silva; Luiz Eduardo Caetano e Marinez Costa Beber
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.058/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adele Kuckartz Pergher; Alessandra Braun; Antonia Cicera da Silva Araujo; Bruna Santos de Souza; Bruna de Souza Machado; Vanine Arieta Krebs; Vitor Teixeira Lacassagne e Wheeller Ramos Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.062/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Zimmer da Silva; Carmen Solange Possan de Oliveira; Cyntia Araujo Mendez; Daniela Brezezinski Quadrado; Diego Espindula da Silva; Fabiana Pinto Rosa; Flavio de Lima Cardoso; Gabriela Rejane dos Santos Dalmolin; Genaro Azambuja Athaydes e Guilherme Mendes Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.068/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Garcia da Silva; Anderson Borges Ferreira; Andrea Poletto Bosak; Bruna Pasqualini Genro; Carmen Pieta; Carolina Borges; Daiane da Silva Oreste; Elaine Neves Saraiva e Enio Alex Bueno de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.079/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alecsandra Formentin Belo; Angela D Avila Harthmann; Catiana Govinaski Duarte; Daiana Petry Prior; Elisete de Oliveira; Fabiane Jamono Vieira; Flaviane da Silva Kupsinsku; Leonardo do Amaral de Jesus; Marcia Pereira Dias e Simoni Vilella da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.081/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adair Bom da Silva; Erick Santos de Medeiros; Janaina Dias Trojahn; Kelly Juliana Witturskil Ramalho; Lisiane Paula Sordi; Maria Lucia Godoy Aguilera; Marta Lucia Bevilacqua; Renata Dutra Ferrugem e Roselene Maria de Mello Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.082/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Daiane Souza da Rosa; Cristiane Silva dos Santos; Elisangela Silva dos Santos; Elisiane de Assis Arismendi Guimaraes; Fernanda Soldatelli Valente; Gabriel Maurice Charlyet Nunes de Oliveira e Suzi Maria da Silva de Avila
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.083/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Simpress Comércio Locação e Serviços S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004) e outros, representando Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda.

024.084/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Lorena Jordao Munro; Michele Nascente da Rosa e Sabrina Alexandra Boff
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.606/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Zunta Raia
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

024.611/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Laura Michaella Batista Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

024.788/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Milena Machadi Cortelini
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

024.789/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marcia Beatriz de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

024.791/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Leana Campagnolo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

024.792/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabio de Oliveira Torres
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

024.803/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristina Maria da Luz; Juscelino Gomes Lima; Laudo Renato Lopes Ascenso; Letycia Samara da Silva Guedes; Maria dos Remédios Nascimento Sabóia Ferro e Renata Lourdes Gonçalves de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
Representação legal: não há

024.804/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Peixoto de Morais Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

024.805/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Batista Botelho; Ariana Paula da Costa; Cristiane Fernandes; Jorge Luiz Dias Agia; Juliana Cristina Peloti Piunti; Juliano Alves Dias; Maria Elisa Furlan Gandini Castanheira; Ricardo da Costa Rosa; Sheyla Silva Marinho; Thiago Miranda Luchi e Valeria dos Anjos Lazaro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

024.807/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Lourdes Bernadete Giovana Malessa Alves e Melita Biasibetti Soster
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.813/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Naiane Araujo Patricio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

024.816/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Tamis Rauen
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

024.821/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Aires de Oliveira e Gladys de Morais Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

024.845/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elisabeth da Silva Saga
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

024.859/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wolfgang Enrico Riegert
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

024.929/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Constantino Bispo; Paulo Roberto Severo Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

024.930/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Lopes Pedone; Maria Eny Madruga Moreira e Pedro Elbes Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

024.958/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João de Souza Pondé Neto; Ruth Lima de Santana e Sabino dos Anjos Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

024.961/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Carlos Pojo Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

024.966/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agnaelson Teles de Menezes e Fernando Antonio Faustino
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

025.679/2010-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Ógão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de Santa Catarina
Responsáveis: Carlos Henrique Perez e Sergio Luiz Gargioni
Representação legal: não há

025.763/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Terezinha dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

025.772/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Dejanira de Jesus e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

025.776/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Francisca Paulino da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

025.789/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Eunice Pereira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

025.790/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Fatima David Saraiva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

025.809/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Lindalva de Castro Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

025.810/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Almerinda Costa Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

025.811/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maura Nunes de Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

025.825/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Gislaine Crosara Andraus
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

025.832/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Vanda do Vale Alvarenga Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

025.881/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Afonso Beltrao da Silva; Julia de Moura Carvalho Vallinoto; Maria Inez da Silva Badke; Maria da Conceição de Araujo Rolla Maneschy; Mazete de Jesus Machado Silva e Nair Oliveira Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

025.893/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rita de Cassia Aparecida Pacheco Limberti
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

025.896/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Representação legal: não há

025.897/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alexandre de Lima; Anselmo Klik; Gilson José de Carvalho; Jorge Vitalino Martins; José Henrique Martins Neto; José Luiz Saldanha da Fonseca; Olísia de Oliveira Damasceno e Sueli Toledo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

025.936/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nelson de Oliveira Santos; Oscar Nascimento Dourado e Romulo Luiz de Castro Meira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

025.939/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Batista Guimaraes; Francisca Mendes Leite; Francisco Guimaraes Costa; Lucia da Silva Viriato; Luiz Barbosa dos Anjos; Luiz Gonzaga Costa; Magedan Valeriano Muniz; Maltina Alves dos Santos; Marconi Nicolau Costa; Maria da Penha Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

025.942/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ana Magda Alencar Correia; Celeide Vasconcelos do Nascimento; Givanete Maria dos Santos; Sandra Colucci Alves de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

026.083/2013-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lábrea/AM
Recorrente: Gean Campos de Barros
Representação legal: Raphael Skrobot Barbosa Grosso Filho e outros, representando Gean Campos de Barros

026.520/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Neves Porto de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

026.554/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Romanel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

026.773/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fernanda Alencar de Almeida Pereira Fabricio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

026.831/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nelio Paulo Sartini Dutra Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

026.832/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alaor Ribeiro de Souza; Alexsander Lemos Ferreira; Gisele Boechel; Tiago Pascoal Vicente e Walkyria Quedi Taborda Borsato
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

026.833/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dulcinésia Fonseca; Eliane Rosa Barbosa; Elica Correia Santos; Laura Fernanda Dias Ribeiro; Liliana Aparecida Vieira Pego; Lucineia Rodrigues Durães; Manoel do Nascimento Pereira dos Santos; Nilson Jose da Cruz; Norma Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.834/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldo Marcello Costa Bicalho; Erica Signorelli Ferreira; Karla Matos Curto Valle; Leonidio Joaquim Alves Junior; Renan Campagnaro Soprani; Sandro Augusto Fernandes; Sidnei Salaroli; Tatiane das Gracas da Silva; Wallace Gonçalves Pecini; Weliton Menario Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

026.835/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiano de Souza Mendes; Greiciele Mateus Policarpo Martins; Liliane Cardoso da Silva; Michel Silva Araujo; Pedro Henrique Soares Rodrigues; Renata Borges Raimundo; Ricardo Lopes de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.842/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Ingridy da Silva; Andreia Cavaignac Machado; Caike Damião Nascimento Silva; Carlos da Silva Cardozo; Claudio Wagner Santos Lima; Dionir Viana Correia Lima; Elizie Pereira Pinheiro; Elymar Augusto Brandão Santos; Ethanielda de Lima Coelho; Fabio Araujo Nogueira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Representação legal: não há

026.843/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabrine Ferreira de Noronha; Francisca Elzenite Siqueira Cavalcante da Costa; Francisco Egídio Santos Cavalcante; Francisco Mauricio Lima Farias; Francisco Raimundo Olegário de Sousa; Igor Sousa Osterno; Isabelle Barbosa Vasconcelos; Jose Cassiano dos Reis Beserra; Joserlene Lima Pinheiro; José Augusto de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

026.844/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lisiane Martins de Macedo; Lorene Chagas Brito; Louremberg Saraiva de Moura; Marcia Rejane Damasceno Dias; Marco David Castro da Silva; Matheus Batista do Nascimento; Mayara Santos de Sousa; Mário Ronney Costa da Silva; Naziane de Sousa Martins; Patricia de Almeida Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

026.845/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Bruno Silva Lemos; Pedro Henrique Rodrigues; Rafaela Gomes de Lima; Raphael Miranda de Melo; Rogerio Nunes do Nascimento; Sanllay Kadymyel Barbosa e Silva; Sara Ferreira de Souza; Solange Maria Morais Teles; Talita Araujo Figueiredo; Vinicius Lima da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

026.846/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Yanne Machado Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Representação legal: não há

026.847/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Cunha da Silva; Brígida Mattos Ornelas; Daniel Franco Leal; Eduardo Rocha Rodrigues; Heideane Lima Brandão; Lucas Daniel Padia Rocha; Lucas Maia Nascimento; Manoel Messias Costa; Robson Vitor Mendonça; Sinay Santos Silva de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.848/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Martins da Cunha; Wander Dias de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.906/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Luiz Santos Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

026.907/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcio Barbosa de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

026.921/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Santos Taveira Medrado; Ana Daniella Simoes da Silva; Antonio Marcos Portilho de Souza; Apoena Aguiar Ferreira; Celia Alexandre de Lira; Claudia Raisa Costa Tavares; Denise Xavier Costa; Edson Nogueira da Silva; Elaine Cristina Ferreira Pessoas; Emanuelle Caroline Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

026.922/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Everaldo de Oliveira Mesquita; Francisco Eudazio Fontenele de Brito; Geandro Farias de Matos; Gerson do Nascimento Silva; Giselle da Silva Carvalho; Glauce Cavalcante Lindoso; Herbertt Segundo Rodrigues; Jessica de Lima Eleuterino; Jhones Monte da Silva; Jorge Carlos Magno Silva de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

026.923/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Keite Tatsuta Pereira; Lucimara Aparecida Forner de Souza; Luis Carlos de Lima; Maricelia Ferreira dos Santos; Miguel Paiva Teixeira; Natacha Rocha da Silva; Patrick Filgueiras da Silva; Ricardo Peres Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

026.924/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alaydia Luz dos Santos; Alden Makel Pontes Almeida; Ana Paula Bezerra Araújo; Ana Rute Mendes Pereira; Andrey Sales Lopes; Anilsia Maria Pontes Viana Pereira; Antonio Marcos Vieira Sales; Carlos Adriano da Conceicao Cardoso; Danielson Raimundo Alves dos Santos Junior; Edilson Lima Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

026.925/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Henrique Macedo Ferreira; Fabio Sousa Cardoso; Francinilson Cardoso da Silva; Francisco Alexandro Silva dos Santos; Gabriela Silva Meneses de Oliveira; Heber de Padua Sousa; Jailton Romao Viana; Janayna Sousa dos Anjos Lemos; Jonathan Sousa de Almeida; Jose Ribamar Corvelo Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

026.926/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Vinicius Reis de Almeida; Laura Cristina Lima Rodrigues; Leonilson Geison Silva Reis; Luciano Monteiro dos Santos; Luciano da Costa Pereira; Luis Fernando Teixeira Souza; Mario Borges Ferreira Filho; Mauricio Leonardo de Castro Ramalho; Monica Araujo das Neves; Robson Everton Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

026.927/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Silvia Letice Silva dos Santos; Tuane da Paz Cavalcante; Wilame Moreira Costa Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

026.928/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flávio de Souza Fontes; Gilson Pereira de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

026.990/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Dilaine Suellen Caires Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

026.991/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gilsete Pereira Rocha; Juliano Decottignies Custódio; Mauro Pantoja Ferreira; Wasley Matias
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

026.992/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabricio Brunelli Machado; Felipe Rooke da Silva; Flavia Trindade de Avila; Livea Vieira Fernandes; Roberta Pariz Braz; Vagner Vieira Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

026.993/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra; Arlan Eloi Leite da Silva; Augusto Severo de Araujo Neto; Gisele Eloa Lopes Bernardino; Karenine Carla Santos de Oliveira; Lucas Soares de Araujo; Maria do Livramento Ferreira de Farias Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

027.083/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rosane Peixoto Leite Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Cariri
Representação legal: não há

027.100/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tulio Alberton Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

027.101/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Henrique de Morais Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.102/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ricardo Resende Bersan
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.103/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleiton Rodrigues de Vasconcelos; Marcondes de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Representação legal: não há

027.105/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Darciel Pasinato
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

027.106/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Pinto Freitas; Aline Sena Gouvea
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

027.107/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Giovana de Azevedo Mendes; Marcos de Jesus Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.108/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Luzia Danielle Ramos de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

027.109/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilla Quinquim Sossai; Amaro Simões Freitas; Bruno Azeredo Passigati; Bruno Neves Amigo; Cintia Araújo Espanhol; Dirceu Soares Junior; Eder Lira; Edison Xavier Batista; Eliseu Romero Campelo Correia; Fabia Barboza Rodrigues Ferrari; Fabiano Ruy da Rós; Fabio Gomes Zampieri; Fabricia Bittencourt Pazinatto; Giselda dos Santos Álvaro; Gustavo Batistuta Novaes; Henrik Carpanedo Lopes; Henrique Gomes Basoni; Hudison Thiago da Silva; Huston Schwartez Souza; Jhulian Pablo Rocha Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.110/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joceval Fonseca Lima; Juliana Macedo Delarmelina; Karla Galon; Larissa Torezani de Souza Broetto; Lucineia Silva Chultes Marchese; Maicon Araújo de Oliveira; Marcia Bonissi Martinelli; Marko Aurélio Goularte; Orpheu de Souza Ayres; Patrícia Schettino Mineti; Pedro Demenech; Philipi Gomes Alves Pinheiro; Renan Molino de Santana Junior; Ricardo Baeta Santos; Roberto Poltronieri Alvarenga Junior; Rosangela Trevizani Bolsanelo; Vanda Luiza de Souza Netto; Waldir Coutinho Junior; Welfane Kemil Tão; Wendell Poubel Caliman
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.111/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Juliane Nassaralla Almeida; Rafaela Campos Duarte Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

027.116/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aryana Lushese Lima Feitosa Marinho; Auricelia França de Sousa; Gilvan Silva de Oliveira; Thalyta Kelle Alves Ferreira Galvão
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

027.120/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Kalyana Cristina Fernandes de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

027.122/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aletheia Caldeira Gonçalves Alcantara Paranhos; Brunno Adrian Campos Oliveira; Bruno Cordeiro Lorenzi; Christelli Raissa Silva da Gama; Cristovão Gomes Plácido Júnior; Diêgo Bezerra de Melo Maciel; Graciana de Souza Lopes; Helder de Almeida Davila; Jane de Souza Nagaoka Britto; Jeniely Nascimento Azambuja; Jose Roberto de Souza Melo; Queliane Souza Alves; Renan Dantas de Oliveira; Widney Pereira de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

027.123/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caritas de Jesus Silva Mendonca; Erica Costa Sousa; Itaynara Lobato Dutra; Jefferson Almeida Rocha; Josenilde Cidreira Vieira; Simone Barreto de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

027.124/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Magna Galvão Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

027.125/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Flaida Emine Alves de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.126/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Erica Miranda Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

027.127/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Pacheco de Moura Abreu; Amanda Gabriela Schling; Ana Claudia Vasconcellos Azeredo; Ana Moreira Rodrigues; Ana Moreira Rodrigues; Cristiane Gossling Zary; Debora dos Santos Ribeiro; Felipe Swytka Jaques; Fernanda Castilhos Nicola; Giovana Capellari; Lucilene Silva da Costa Almeida; Roberta Campana Souza Lima; Roger Silva de Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

027.141/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elaine Gomes Vieira de Jesus; Elisangela Fernandes dos Santos; Fabio Nicory Costa Souza; Fernanda Pinheiro Pedrecal; Shelly Montenegro Cerqueira Rocha; Simone Santos Barros; Veronica Sales da Silva; Victor Angelo de Andrade Gomes; Viviane Santos Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

027.142/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Bruna dos Santos Sciortino
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.143/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Penido Matozinhos; Luiz Guilherme Silva Ribeiro; Talita Pilar Resende
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.144/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jacson Luiz Zilio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

027.145/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Moreira de Souza Correa; Andrea Lima de Sa; Angela Magalhaes Vieira; Breno Carvalho Roos; Dayane Karla Barros de Farias; Diego de Lima Dantas; Edson Caetano Bottini; Eidson Miguel da Silva Marcos; Gustavo Brant de Carvalho Paterno; Hercilla Nara Confessor Ferreira de Farias; Jeordan Rangel de Figueiredo Junior; Perisson Dantas do Nascimento; Samuel Max Gabbay
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

027.178/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiz Eduardo Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Representação legal: não há

027.179/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Marcos da Silva; Luzidelson Baracho Ribeiro; Maíra Rodrigues Villamagna; Tiago Eloy Zaidan; Valdiélio Joaquim Menezes Melo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

027.180/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicius Ferreira Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

027.181/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lucia Araujo Borges; Debora Chaves de Lima; Eduardo Camargo de Siqueira; Evelyn Cristine Vieira; Geordana Silva Marques Lobo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

027.182/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Tarcísio Leal; Juliana Amaral Oliveira; Keula Aparecida de Lima Santos; Leandro Sousa Vilefort; Lidiane Pereira de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

027.183/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Michele do Coito Ruzicki; Renato Soares Capellari; Sandro Salles Goncalves; Talles Rosa Dantas; Walteno Martins Parreira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

027.184/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Yago Bianchi Peres
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

027.185/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisângela Ribas dos Santos; Fabio Tioni Karling; Rafael Stenzel
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

027.186/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edimilson Alves Barbosa; Gustavo Leal Teixeira; Juliana Lopes Lelis de Morais; Juliana Rocha de Meira Pires; Leandro Fabricio Campelo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.187/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lorena Faria de Souza; Luana Aparecida Matos Leal; Lucas Teixeira Ferrari; Luiz Henrique Costa Mota; Nestor Flaviano Madureira Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.188/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Oldem Hugo Silva Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.189/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Azeredo Passigatti; Carla Peçanha Igreja Campos; Jamile Rocha Pavan; Josiane Dalmasio Clabunde; Leandro Valle Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.190/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Rafael Resende da Silva; Majorie Mara Malacarne; Manuela Brito Tiburtino Camata; Marcio Lopes de Oliveira; Paula Mara dos Reis Ferraz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.191/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Cezar Camargo Guedes; Ubiratan Roberte Cardoso Passos; Vercely Pereira Vieira; Wallas Gomes Zoteli; Wilson Carminatti Benaquio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.192/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Bretas Roa; Denise Giarola Maia; Denise Silva Telles; Emerson Mauricio de Almeida Alves; Evelisy Cristina de Oliveira Nassor
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.193/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Vieira Maciel; Felipe da Silva Alves; Fernanda Fonseca de Melo Coelho; Igor Rafael Torres Santos; Livia Almada Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.194/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Elizabeth de Freitas Lima; Paulo Henrique Araujo; Renato Miranda Filho; Thiago Rodrigues da Silva; Tobias Ribeiro Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.195/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Viviane Gomes Marçal; Wagner Leite Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.196/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aliny de Lima Santos; Deborah Cavalcante Bezerra Magalhães; Flavio Pimenta de Souza; Francisca Angelica Carvalho de Oliveira; Geocleber Gomes de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

027.197/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Karla Mayara Florentino Fernandes; Meire Virginia Cabral Gondim; Natalia Caldas Martins; Renata Castelo Branco Araújo; Samyr Pinto Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

027.198/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Silas Primola Gomes; Wilson Duarte Alves Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

027.199/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiz Andre Brito Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

027.200/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavia Beatriz de Andrade Oliveira Ribeiro; Francisco de Assis Bertini Moraes; Paula Regina Alvarenga
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

027.201/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jefferson Esquina Tsuchida; Leonidas Carrijo Azevedo Melo; Marcos Vilela de Souza; Paula Christina Figueira Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

027.202/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Gregorio Marques Soares; Carolina Melo da Silva; Julielson Monteiro de Santana; Lenise Chagas Rodrigues; Lorena Marques Avelar
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

027.203/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Claudio Moreira Melo Junior; Rafaelle Fazzi Gomes; Rodivaldo Brito do Espirito Santo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

027.204/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Anneliese Domingues Wysocki
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

027.205/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Giovanna Ribeiro Gontijo da Rocha; Raissa Pedrosa Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

027.206/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre de Oliveira Marques; Ana Flávia Alves Parente; Ana Paula Simoes Correa; Carla Karoline dos Santos Teles; Carlon Gama de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

027.207/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Marcelo Pinheiro da Silva; Ellen Kellen Bellucio; Giseli Santos Dalpiaz; Hyana Kamila Ferreira de Oliveira; Jeronimo Alves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

027.208/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joelen Cristian Souza Nunes; Lana Barros de Matos; Lia Mizobe Ono; Maiara de Souza Nunes Avila; Marcos Paulo Cereto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

027.209/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Elias Guimarães Cursino; Paulo Henrique Guimaraes de Oliveira; Ricardo Takashi Kuwano; Rute Holanda Lopes; Saulo Cezar Seiffert Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

027.210/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Stefan Josef Ehbauer; Tarciano Batista e Siqueira; Tatiana Castro da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

027.211/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Paulo Carvalho Lustosa da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

027.212/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandra Resende Campos; Andre Camacho Oliveira Araujo; Andreza Guedes Barbosa Ramos; Antonia Iracilda e Silva Viana; Ben Rholdan Sousa Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

027.213/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Camila Fernanda Pena Pereira; Carmelitha Aguilar Carlos Pereira; Christiana Leal Salgado; Cibelle Cristina Lopes e Silva; Flávia Andresa Oliveira de Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

027.214/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geise Marjore Ferreira Mendes; Giovane Ferreira Silva; Gladys Maria Rosa Saraiva Soares; Glecio Machado Siqueira; Greiciane Pinto Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

027.215/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helio Trindade de Matos; Jailson Calado da Silva; Jaqueline Rossato; Jefferson Fontinele da Silva; Jose Mario Riquelme Hernandez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

027.216/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Ribamar Sabino Bezerra Junior; Karla Frida Torres Flister; Lidiana Costa de Sousa Trovao; Lucas Guimaraes Cardoso de Sa; Luis Carlos Alves Venancio
Ógão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

027.218/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luis Fernando Bogéa Pereira; Luis Gonzaga de Araujo Neto; Mery Jouse de Almeida Holanda; Miguel Angelo Ruschel Neto; Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

027.219/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Richard Christian Pinto dos Santos; Roldan Henrique Sousa Pereira; Samia Jamile Damous Duailibe de Aguiar Carneiro Coelho; Tadeu Gomes Teixeira; Teresa Cristina Lafontaine
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

027.220/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Yara Medeiros dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

027.221/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Carla Peixoto Filgueiras; Benjamim Zucolotto; Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho; Eduardo Melo Nascimento; Fabia Ribeiro Carvalho de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

027.222/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Franklin Magalhaes Ribeiro Junior; Geisa Carla de Brito Bezerra Lima; Juliana de Oliveira Musse Silva; Max Doria Costa; Norma Lice dos Santos Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

027.223/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Reinan Ribeiro Souza Santos; Sharlene Silva Costa; Talita de Azevedo Deda; Vinicius Costa Correia; Vinicius Nelson Lago Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

027.224/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Waleska da Graça Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

027.225/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Coelho Machado; Camila Silveira Lamanes dos Santos; Carla Patricia Bejo Wolkers; Claudia Wolff Swatowiski; Claudio Nunes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.226/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Silva Ribeiro; Daniel Antonio Furtado; Daniel Martins Lucio; Danilo Borges Paulino; Davidson Freitas Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.227/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego de Souza Avendano; Fabiolla Valeria Gonçalves; Fernanda Fernandes dos Santos Rodrigues; Flávio Tetsuo Sassaki; Gustavo de Lima Prado
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.229/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ingrid Bernardes Santana Martins; Ismael Barbosa; Lucas Maciel Peixoto; Luis Florial Espinoza Sanchez; Luisa Vogt Cota
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.230/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Arantes de Castro; Mariane Gomes Pereira; Marli Cardoso dos Santos; Nubia dos Santos Saad; Omar Pereira de Almeida Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.231/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Pereira Alves Balvedi; Ricardo Luis Barbosa; Thaysa dos Anjos Silva Romanhol; Valeria Cristina de Paula Martins; Vinicius Lourenço Garcia de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.232/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agustin Zsogon; Deyse Gomes da Costa; Douglas Ribeiro de Moura; Elida Lopes Miranda; Enoque Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

027.233/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Cristina da Silva; Fernanda Rosado Coelho Cassuce; Fernanda de Freitas Alves; Guilherme Palla Teixeira; Guilherme de Castro Pena
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

027.234/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Soares Iorio; Jessica Pontes Rangel; Kelly Carvalho Vieira; Kelly Scoralick; Luiza Amalia Soares Franklin
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

027.236/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mauricio Gouvea Gruppi; Micael de Souza Fraga; Michelle Gomes Lelis; Miguel Arcanjo Carneiro Junior; Nara Luiza Bital Chiappara
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

027.237/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natalia Assunção Brasil Silva; Oto Tertuliano de Oliveira Santana; Pedro Henrique de Aguiar Pontes; Roni Barbosa Moreira; Samantha Karine de Oliveira Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

027.238/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tamires Marielem de Carvalho Costa; Tiago Augusto da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

027.241/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Nunes Serafim da Silva; Eric Matos de Assis Pinto; Erika Pedreira da Fonseca; Ernesto Silva e Reis; George Amaral Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

027.243/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Victor Diogenes Amaral da Silva; Virginia Campos Machado; Virginia Dias Uzeda e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

027.244/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geraldo Antonio de Ramos; Guilherme Muller de Campos Futuro; Patricia Lofego Gonçalves; Paulo Roberto Pedrini
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.245/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adauto Lucio Caetano Villela; Ana Carolina Guedes Mattos; Daniel da Silva Toledo; Denicy de Nazare Pereira Chagas; Denilson Carvalho Resende
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

027.246/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ivanildes Vasconcelos Rodrigues; Joao Paulo Scoralick de Oliveira; Julia Righi de Almeida; Luciana Bellini Rangel; Maria Inez Rotondo Levenhagem Serabion
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

027.247/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nelson Paes Leme Domingues de Araújo; Paulo Sergio de Castro Nascimento; Pedro Santos Almeida; Rafael Binato Junqueira; Ricardo Ferraz Braida Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

027.248/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Thamiris Dornelas de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

027.249/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Vasconcellos Sabido Gomes; Cristiano do Couto Mourao; Debora Priscila Simiao; Denise Mourao Falci; Elisa de Paula Franca Resende
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.251/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Aparecido de Souza; Lucas Vinicius Ribeiro Alves; Luis Felipe Jose Ravic de Miranda; Marcelo Andrade Chagas; Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.252/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marco Aurelio Sousa Alves; Maria Carolina Santos Mendes; Mariana Bueno de Sousa; Murilo Melo Vale; Paloma Morais Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.254/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Aguiar Simim; Thiago Campos Monteiro; Thiago Verano Braga; Virginia Campos Dalmaso.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
Representação legal: não há.

027.255/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Nogueira Cunha; Janaina Paula Costa da Silva; Joceline Cassia Ferezini de Sa; Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva; Kayo Goncalves e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

027.256/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Luana Maria Martins de Aquino; Luciana Carla Martins de Aquino; Maria Luiza Pontes de Franca Freitas; Mariana Araújo Paulo de Medeiros; Nubia Maria Freire Vieira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

027.394/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Angela Cristina Ferreira Guimaraes; Maria Jolinda de Melo; Tania Maria Rodrigues Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

027.395/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marco Aurélio de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.408/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Matiazzi Correa; Andreza Rosaura Dantas; Ivone do Nascimento Alves; Jane Luiza Vieira Locatelli Batista; Joyce Maria Silveira Brandao; Juscelino Erminio Alves; Maria Auxiliadora Toniato Meireles; Maria da Gloria Reis Chagas; Maria da Penha Gaiba de Oliveira; Maria das Gracas Garbe Carrari
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.409/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Edina dos Santos; Rita de Cassia Rodrigues Chaves; Suzana Hara Pinho; Vera Lucia Trancoso Siqueira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.410/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lúcia Germana de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.412/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Odete Claudino de Oliveira; Regina Lourenço do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

027.449/2015-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Marchiori Cristov
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

027.451/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Camila Saraiva Rodrigues; Daniele Saraiva Rodrigues; Elaine Saraiva Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.467/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Aretusa de Almeida Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

027.469/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: João Pedro Pereira Braga; Maria Luana Costa; Maria Marlene Geraldo da Costa; Maria de Lourdes Bandeira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

027.470/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Verner Artur Conrado Barthelmess
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.122/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Goes Matioli; Andre Silva Lima; Andreia da Silva Correia; Antonia Viviane Martins Oliveira; Antonio Augusto Pereira Junior; Antonio Marcel Nascimento Gradin; Beatriz de Brito Bispo; Camillo Guimaraes de Souza; Carolina Yamamoto Santos Martins; Ciro Ribeiro Filadelfo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Representação legal: não há

028.129/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lindemberg Ferreira dos Santos; Rosa Leide Goes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

028.130/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sandalo Salgado Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.139/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Augusto Ferreira; Josianne Pereira Monteiro; Lucas de Sena Mendes; Thamiris Oliveira Liborio
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.140/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Rogiski
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.175/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marilu Alcantara de Melo Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

028.177/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudiomar de Souza Pereira; Eliene de Oliveira Belo; Emmille Arruda da Silva; Joao Victor Levinthal Oliveira de Souza; Silvestre Sales de Souza; Willian Teodoro da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

028.181/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Naire Belarmino de Carvalho; Suleima Motta; Taisa Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

028.183/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Martin de Oliveira Kotsis
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

028.184/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agildo Pereira dos Santos; Danillo da Conceicao Pereira Silva; Glislaine Rose Bezerra do Amaral; Leilane Karine Rocha Guimaraes; Luana de Oliveira Maia Sousa; Moema Dantas Bispo; Paulo Roberto dos Santos; Peterson Silva Lima; Rodrigo Pereira Alves; Tassia Laicya Vieira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

028.186/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Fabiana Aparecida de Paula Lopes; Jussara Saporetti Bonfioli
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

028.199/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Péricles Tenório de Aquino; Terla Leal de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

028.228/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Fernandes Lopes; Camila de Souza Filgueira; Cleirton Monte de Sousa; Eliezer Ribeiro da Silva Brandão; Flavia de Araújo Silva; Francisco Sérgio Lima de Sousa; Jonathan Negreiros de Freitas; Michelle Pontes Fontenele Sousa; Wesley Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

028.231/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jana Messias Sandes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

028.232/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gervasio Araujo Souto Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

028.237/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Carliene Sousa de Jesus; Caroline Santiago Barbosa Souza; Cecilia Dominical Poy
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Representação legal: não há

028.240/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Amancio Duarte; Daniela Barrêto Nóbrega de Almeida; Dayane Gomes da Silva; Diego Leite Severo; Fabio Gomes Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

028.241/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Paulo da Silva; Jose Nildo Frutuoso de Arruda; José Hermano Almeida Pina; João Moraes Sobrinho; Juliana Barreto de Carvalho Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

028.242/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bernardo Henz; Bruna Sasso Antunes; Claudia Alves dos Santos; Cleiton Silva Correa; Elijeane dos Santos Sales
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

028.243/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: George Rodrigo Souza Goncalves; Gisele Noal; Graziela da Silva Motta; Inaiara Rosa de Oliveira; Juliano Perlin de Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

028.244/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Luiza Motta Klockner
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

028.247/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleiton Lourenço de Oliveira; Eloiza Duarte Botelho; Ezequiel Junio de Lima; Fabiane de Fátima Maciel; Fernando da Silva Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.248/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hugo Resende; Licia Frezza Pisa; Lígia Lopes Rueda Kocian; Mark Pereira dos Anjos; Sigelberto Vidal de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.249/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Taffarel Brant Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.250/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Esther de Matos Ireno Marques; José Henrique Chaves; Rita de Cassia Aguiar e Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.251/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Valmir de Oliveira Braz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Representação legal: não há

028.254/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo de Sousa Ferreira Alves; Marcio Araujo Alves; Mario Henrique Barros Oliveira de Souza Pereira; Raimundo Eumázio Rocha; Raissa Menezes de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

028.256/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Karolline Aparecida de Souza Araujo; Silvia Maria de Oliveira Penna; Tatiane Rose Oliveira de Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.258/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Laval Silva; Aline Fernandes da Silva; Altamir Gomes de Figueiredo; Ana Claudia Bernardes Vilarinho de Oliveira; Ana Luiza de Franca Sa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

028.260/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Blenda Cavalcante de Oliveira; Bruno Marx de Aquino Braga; Camila Bretas dos Santos; Camila Guimaraes de Freitas; Carla Simone Castro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

028.262/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Luiza Marques; Cláudio Nei Nascimento da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

028.264/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiz Gonzaga Feijao da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Representação legal: não há

028.266/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joyce de Oliveira Ribeiro; Luciana Patrícia Ferreira; Paulo Renato Perdigão de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.267/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Martins de Souza; Ana Paula Palaro Klein Hendges; André Zuber; Camila Nicola Boeri Di Domenico; Douglas Fernando Copatti
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.269/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Irede Angela Lucini Dalmolin; Jocilaine Mezomo Fernandes; Leandro da Silva Pereira; Mariana Chinellato Ferreira; Michela Vieira Prestes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.270/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Almeida Gonçalves; Renan Manozzo Galante; Silvio Aparecido de Souza; Waldir Silva Soares Junior; Wesley Szpak
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.272/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renato Ortolani Marcondes de Castro; Sarah Santos Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

028.274/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Henrique Duarte Guaracy; Renan Lima Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

028.275/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angelica Sousa da Mata; Bruna de Souza Nascimento; Gabriela Cristina Braga Navarro; Jailton Viana da Conceição; Joyce Doria Rodrigues Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

028.276/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Fernandes Berlini; Luisa Pereira Figueiredo; Rodrigo Ferreira de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

028.278/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tatiany Oliveira da Silva; Vellyan Jose dos Santos Ferreira; Wilson Borges da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

028.279/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Devitte; Diego Rodrigues Mengarda; Diego Rodrigues Pereira; Elisa Marchioro Stumpf; Fabiana Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Representação legal: não há

028.280/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gilson Cesar Pianta Correa; Gustavo Nascente Igansi; Joao Henrique da Rosa; Jonas Roberto Tibola; Laura Veronica Rodriguez Imbriaco
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Representação legal: não há

028.281/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Marchionni; Marcio Junglos; Moises Beck; Rafael Bohrer Avila; Ricardo Edler Rotta
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Representação legal: não há

028.282/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Bordignon; Rudinei Celso de Souza; Tamara Francisca Baggio; Thais Burlani Neves; Thales Vaz Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Representação legal: não há

028.284/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anamaria de Sousa Duarte; Diogo Lopes da Silva; Felipe Machado Duarte; Ivo Marinho Silva; Jannine de Melo Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

028.285/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josino Rodrigues Neto; José Mário Alexandre Melo de Oliveira; Kléber Alves Leal; Lucas Francisco de Albuquerque Junior; Maria Carolina Torres da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

028.286/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Elisa Aguiar Prado Pereira; Marlo Andrade Santos; Rafael Roque Aschoff; Rildo Vaz da Silva Junior; Samuel Victor Medeiros de Macêdo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

028.288/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Rodrigo Rech; Duanne Antunes Bomfim; Ednalda Gonçalves Maciel; Geraldo Wellington Rocha Fernandes; Jose Claudio Luiz Nobre
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

028.289/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Luciana de Michelis Mendonça; Maria Jesus Barreto Cruz; Ofelia Ortega Fraile
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

028.290/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elcides Rodrigues da Silva; Francisco Americo Silveira Marcelino; Gregorio Sandro Vieira; Janaina Olsen Rodrigues; Leticia Vargas de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

028.292/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Bolina Rodrigues; Gilson Vieira Soares; Harley da Silva Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

028.293/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Letícia Sopeña Casarin; Lucila Ludmila Paula Gutierrez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

028.294/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Lopes Lima; Ana Claudia Sa de Lima; Ana Neide Lopes Pontes; Andressa dos Santos de Lima Zanelato; Camila Luchiari Takahashi
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

028.295/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisa Brosina de Leon; Elizandra Rego de Vasconcelos; Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto; Fidel Guerreiro Zayas; Guilherme Pena Cespedes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

028.296/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guillaume Antoine Emile Louis Marchand; Jardel Claudino Pereira Santos; Lorenzo Soriano Antonaccio Barroco; Luis Carlos de Lima; Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

028.297/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcia Pinheiro da Silva; Maria de Fatima Mendes Acacio Bigi; Mayline Menezes da Mata; Rodolpho Claret Bento; Sandra Patricia Zanotto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

028.298/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Padilla; Wendell Cezar de Freitas Bezerra; Yurimiler Leyet Ruiz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

028.299/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elidio Armando Exposto Guarçoni; Luis Fernando Carvalho Costa; Maria da Guia Viana; Poliana Soares de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

028.301/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kelly Protasio de Souza; Maycon Fagundes Teixeira Reis; Pedro Joaquim Barros Fontes; Wellington Junio Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

028.304/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline da Silva Medeiros; Felipe Ximenes Parente; Filipe Xavier Feitosa; Francisco Gildemir Ferreira da Silva; Francisco de Assis Benjamin Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

028.305/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Wellery Nunes Silva; Jéssica de Paulo Rodrigues; Lamartine Soares Cardoso de Oliveira; Liu Man Ying; Luiz Ferreira Gomes Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

028.306/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mardônio Rodrigues Pinto; Miquéias Silva Araújo; Mohammed Saad Lahlou; Pedro Felipe Gadelha Silvino; Rafael Rolim Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

028.307/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ronan Pardo Soares; Tania de Freitas Vasconcelos; Vinicius Pereira do Sacramento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

028.308/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Ludmila Pereira Estevao; Alan Espinosa Maica; Edilaine Marcia Fernandes Camargo; Murilo Ramalho Procopio; Tatiana Ladeira Vidal
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

028.310/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Albino Mileski Junior; Arthur Mendes Lobo; Carlos Eduardo Silveira; Clevisson Junior Pereira; Crislaine Caroline Serpe
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.311/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daiane Siqueira de Luccas; Daniel Renato Lammel; Denise Trevisoli Detsch; Eduardo Scopel Ferreira da Costa; Eduardo Tadeu Bacalhau
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.312/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eloana Janice Bonfleur; Eloir Wessling; Fernando de Pol Mayer; Glaciela Kaschuk; Graciela Maiara Dalastra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.314/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Myriam Lorena Melgarejo Navarro Cerutti; Patricia Menezes de Oliveira; Ronaldo Alves de Medeiros Junior; Sueli Terezinha Vieira; Thais Cristina Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.316/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alana Elza Fontes da Gama; Alexandre Hochmann Behar; David Pessoa de Lira; Humberto João Carneiro Filho; Jonathan Augusto Vidal de Oliveira
Órgão/Entidade/ Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

028.317/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Everaldo dos Santos; Livia Botelho Felix; Maria Gabriela Pacheco da Silva; Patrícia Souza Doria de Vasconcelos; Tamara Kelly de Castro Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

028.319/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Danilo Alves Pinto Nagem
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

028.355/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Célia Marli Maia Câmara; Genival Gomes Pontes; Joao Rodrigues da Silva; Maria Aparecida Ferreira; Maria Ines Ferreira de Barros; Maria Lucia de Araujo; Maria da Gloria Gomes Filgueira; Roberto Silvino Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

028.360/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: José Manoel de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

028.362/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Narah Costa Vitarelli
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.365/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Lopes Nogueira Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.367/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Valmir Antonio Schneider Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

028.369/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Akemi Noibal Adati; Alexander da Costa Monteiro; Aline Ione Miranda do Nascimento de Carvalho; Amanda Franco de Sousa; Ana Beatriz Rodrigues Castro; Ana Carolina Gomes; Ana Paula Correia D' Almeida; Anderson Braga Fernandes; Anderson Luis Schvindt Bittencourt; Anderson Soares Pinto; Bruce Gomes Araujo; Camila Porto Fasolo; Camila de Brito Resende Neves; Candida Carolina de Andrade e Silva; Carlos Henrique da Silva Santos; Carolina Torres Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

028.372/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diego Lima Chechin Camacho Arrebola
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.376/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Kenji Minami Ihara; Henning Paul Heinrich Teschke
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

028.378/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andréa Dacal Peçanha do Nascimento; Clayton Pereira Costa; Erick Viana da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

028.379/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ronetina Santana Ferreira Costa; Salmon Lustosa Cavalcante Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - Mec
Representação legal: não há

028.380/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicius Batista Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

028.382/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Valéria Bentes de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

028.383/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Berenice Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

028.386/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eder Janio Francisco Gomes; Regina Celia da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

028.387/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Wynne Garcez Vieira; Floro Alves de Araujo Junior; Hamilton Sobral Carvalho; Marilia Cavalcante dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

028.389/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Elisangela Ribeiro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

028.396/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Bárbara Gressy Duarte Souza Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

028.398/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thomas Adalbert Mitschein
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

028.399/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Anna Alice Sandes Alves da Silva; Danielle Maria da Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

028.401/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anelise Gregis Estivalet; Ariane Correa Pacheco; Camila Borba; Carine Felkl Prevedello; Paulo Renato Soares Terra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.413/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Carlos Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Representação legal: não há

028.431/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Salatiel Benedito dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

028.439/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Alice Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

028.441/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Batista de Souza; Helder Castro de Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

028.459/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jorge Rosseti Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

028.462/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jair Cunha Cavalcanti Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

028.463/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Ramos May; Antonio Ramos May; Camil Gemael; Camil Gemael; Fredolino Bohme; Genesia Capeta de Souza; Genoveva Viana Marçal; Mary Elisabeth Addison Westphalen; Pery Suplicy Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

028.489/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Raphaela Felippe Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

028.490/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Camelo da Silva Medeiros; Farnézio de Castro Rodrigues; Geraldo Vieira de Lima Junior; Gerson de Alencar Lima; Islaine Santos Silva; Jackson Barbosa da Costa; Jeanilson Magalhães Rodrigues; João Deryson Figueiredo Sampaio; João Paulo de Holanda Neto; Luiz Carlos Barbosa Silva Júnior; Marcondes Melo da Silva; Maria Damiana Araújo Macedo; Nataly Roberta Bezerra Santana; Nilton Cesar da Silva; Ricardo Barbosa da Silva; Samuel Lins de França Pereira; Tatiane Grasielle Lopes da Silva; Victor Maia de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Representação legal: não há

028.491/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clovis Maxwell Andrade Martins; Ericson Sarmento Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

028.494/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Renan Freitas da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há

028.495/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ronaldo Fernandes Roque; Tiago Damien de Carvalho e Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.499/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emerson Carneiro Galvao; Humberto Caio Camilo Leão; Luckas Thiago Oliveira Galvao; Susana Emperatriz Monteiro Salazar; Suziane Nascimento Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

028.500/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Everaldo Evangelista Botelho; Mirian da Silva Costa Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

028.509/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo Nunes Dourado Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

028.825/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Helton Martins Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

028.826/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra do Carmo Fonseca; Bruno Soares Maciel; Clarissa Szervinsks Tavares; Claudio Ferreira de Sousa; Daniel Soares de Souza; Daniela Martins Melo; Daniela Rodrigues da Costa; Danyelle Mayara Silva; Denise dos Santos Batista; Eduardo Andrade dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

028.827/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eduardo de Vasconcelos Caetano
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

028.829/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Wallace Neres da Silva; Francisco Jose Pinheiro; Giselle Araujo Ledo de Chamusca; Humberto Alves de Freitas Filho; Paulo Fernando Carneiro Freitas; Robson de Moraes Alves; Sara Suhett Camelo; Tatyane Bandeira Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

028.838/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleyton Caixeta Alves; Daniel Oliveira Lima; Denis Cezar Fonseca; Giancarlo Vittorio Luis Vanitelli; Hugo Marinho da Silva; Isabel Farias Aidar; Josimar dos Reis de Souza; Louane Alves Leonço de Camargos; Luanna Alves de Castro; Monica Ramos Deconte
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

028.839/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Monteiro Jorge Alves de Souza; Sandra Batista Queiroz; Stela Maris Ferreira de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

028.858/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Paulo Guilherme Shimites
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

028.891/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Beserra de Sousa; Bibiane Borges Dias; Breno Cunha Pinto Coelho; Bruna Lourenção Zocaratto; Átila Pires dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

028.893/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edna Carvalho de Azevedo; Eduardo Ulisses Xavier Peres
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

028.894/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Almir Cortes Barreto; Carolina dos Anjos de Borba; Diego Chozas Ruiz Belloso; Endrica Geraldo; Eralcilene Moreira Terezio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
Representação legal: não há

028.896/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Frederico Keizo Odan
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.899/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wellyngton Thiago Novaes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

028.900/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexmay Soares Nunes; Denys Alexandre Barboza da Silva; Felipe Fernandes Cavalcante; Felipe Luiz Neves Bezerra de Melo; Francisco Rosiglei do Rego
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

028.905/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Vanessa Paula Trigueiro Moura; Veronica Cibele do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

028.908/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Cicero Barroso Maciel; Rodrigo Cesar Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

028.911/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joanna Elzbieta Kulesza; Liliane de Allan Fonseca; Marcelo Henrique Santos Paiva; Marclebio Manuel Coelho Dourado e Maria Emilia Vasconcelos dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

028.938/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Adriana Duarte de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

029.472/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mário Sobral de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

029.491/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Braganca; Maria Aparecida Sales Pinheiro; Maria Inez Rozalem Capaz e Maria de Fatima Ranger
Ógão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.493/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosangela Rhodes do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

029.559/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Laressa Pereira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.560/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicius Amaral Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.562/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Joao Gil da Silva Sales
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

029.564/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Karina Guimarães; Fábio Santos Queiroz; Gabriela Nunes Gomes; Rosiana de Sousa e Vania Lopes Ferreira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.565/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Menezes Martins Santos; Bianca Araujo Cantuaria Salim Teixeira; Cleidivana Cardoso Pereira; Cleiton Souza Rocha; Cleomasina Stuart Sançao Silva Mendonça; Cristiane Gomes e Silva; Cristina Pereira Alves; Daniel Cerqueira Costa; Daniel Magalhães Lopes e Danielle Oliveira Valverde
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

029.567/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elizangela Ferreira Santos; Elizangela Jaines; Ellen Cristina Martins Peregrino; Elvane Correa dos Santos; Elza Maria Rodrigues Leal e Emannuel Travassos Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

029.569/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diego Dario Almeida Quirino
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

029.585/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Juliana Soares do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

029.587/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elwis da Silva Ramos; Geyse Maria Almeida Costa de Carvalho; Hugo Cesar Tadeu; Jose de Jesus Medeiros Falcao Junior; Josias Maximo; Manoel Francelino dos Santos Filho; Marilda Aguiar do Carmo; Phillip da Silva Moreira e Ruth Braga de Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

029.589/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Oliveira Mathias; Ana Mabille Silveira Ribeiro Oliveira; Arthur Alves Pereira; Bruna Vieira; Bruno Batista Tiba; Daniela Contri Fraga Alves; Marcos Augusto Freitas Ribeiro; Maria de Lourdes Gonçalves Santos; Valkelia Borges dos Santos e Vanessa Jackelline Gomes Barbosa de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

029.617/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Washington Loureiro Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.619/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allisson Magno Rodrigues e Silva; Iago Jose Santos da Silva; Milene de Lima Coelho e Samuel Victor da Silva Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

029.620/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heitor Bernardino de Oliveira e Patricia Maria Freire da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.636/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abdon Tapia Tadeo e Claudia Marcia Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Representação legal: não há

029.637/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Leonor Simioni
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Representação legal: não há

029.638/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paula Lopes de Oliveira Maia e Reginaldo Jose Cavallaro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.639/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo de Oliveira de Antoni; John Soldera e Marcos Pinheiro de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

029.640/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Izabel dos Passos; Ana Paula de Moura Delezuk; Andreza Tangerino Mineto; David Fernandes de Souza e Deisinara Giane Schulz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

029.642/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliano Ferreira Velho; Lauren Rockenbach Freire; Manuela Dreyer da Silva; Patricia da Silveira; e Polyana Martinello
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

029.643/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Priscila Sacomori Dahmer e Rafael Merigue
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

029.644/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Joao Siqueira Novaes Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

029.646/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Layla Gonçalves Hatab; Luiz Carlos da Silva Filho; Marcella Porto Tavares; Nelson Henrique Bertollo Santana e Priscila Pagung de Aquino Lapa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.647/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Dutra de Melo; Claudia Motta da Rocha Naves; Douglas Biagio Puglia; Elder Magno Gava Ferrão e Jamile Lenhaus Detoni Cipriano
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.648/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Francisco de Carvalho Neto; Marcela Camargo Matteuzzo; Marcus Vinicius de Freitas Diadelmo; Paula Ribeiro Ferraz e Rodrigo Barbosa Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.649/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Sarah Lopes Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.650/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Kardec Elias Martins; Alessandra da Silva Gomes; Alisson Wilker Andrade Silva; Ana Claudia Lima Soares e Andre Rodrigues Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

029.652/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Conceiçao Rejane Miranda da Cruz; Cristiano Pereira da Silva; Daniela Fantoni Alvares; Diego Martins de Oliveira e Diego Pizarro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

029.653/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elaine Maria Coim; Eliana Maria Molica; Eliana de Andrade Rocha; Elio Armando Nunes de Lima e Eliziane Rodrigues de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

029.654/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elvis Sidnei Boes; Emanoel Elzo Leal de Barros; Erich Douglas de Souza; Erika Cristina Rodrigues e Eryc de Oliveira Leao
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

029.655/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Eveline Soares Costa e Gabriela Maciel Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

029.656/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Cláudia Cristina Maia e Karla Cristina Rodrigues Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.657/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Calazans e Leandro Vicente Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

029.659/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Mendonça de Carvalho; Andrea Aparecida Ribeiro Correa e Thais Presses Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

029.660/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Bezerra Pinheiro; Antonio Maria das Chagas Pessoa; Edneia Gomes Maciel Ferreira; Francisca Fernandes da Costa Pinto e Jacira Maria Silva Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

029.661/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Mendes Braga; Talles Wendell da Silva Galvão e Zarife Gomes Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

029.662/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabricio Broseguini Barcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.663/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dhiego Luiz de Andrade Veloso; Marcos Antônio Chaves Freire; Rafael Rubens de Medeiros; Ricardo Augusto Pereira e Sílvia Aparecida de Oliveira de Alencar Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.665/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Simone Gomes Dias de Oliveira; Taizia Dutra Silva e Welyson Tiano dos Santos Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

029.666/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Mônica Deitos Stedile Monawar
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

029.667/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Augusto Adam Jager Fernandes; Carolina Vieira de Andrade; Cesar Augustus Diniz Silva; Diego Silva Freitas Oliveira e Eduardo Cunha Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

029.668/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Peixoto de Oliveira; Emilio Cesar Martins Pereira; Franciny Medeiros Barreto; Janaina Jacome dos Santos e Laurieny da Costa Vilela
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

029.671/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Costa da Silva Lopes; Izabel Cristina Campolina Miranda; Marildes Luiza de Castro; Miriam Almeida Nahas e Pedro Rocha de Almeida e Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.672/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rachid Guimaraes Nagem; Rafael Coelho Magalhaes; Rafael Romero Nicolino; Rodrigo Duarte Portela e Tercia Moreira Ludoulfo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.673/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Monteiro Costa; Charles Rene Sousa Silva; Fillipe Cesar Oliveira da Silva; Marcelo Capela Gomes e Marcio Evaristo da Cruz Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

029.674/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Batista da Silva e Vitor Emanuel de Lyra Santos Navarrete
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

029.675/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilla Conceicao Brito de Azevedo; Anderson Jose Brilhante Faheina de Souza; Andre de Mattos Marques; Andreia Maria da Silva Lopes e Caio Magno Fernandes Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.677/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Debora Sunaly Leite da Silva; Dinara Leslye Macedo e Silva Calazans; Diogenes Domingos Faustino; Elton Cortês Rocha Siqueira Filho e Flávia Maiara Lima Fagundes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.678/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco da Rocha Bezerra Junior; Gabriel Costa Leal da Cunha; Gabriel de Araujo Ramalho; Gessica Fabiely Fonseca e Igor Lopes de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.679/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Irenaldo Pessoa Candido Junior; Iris Oliveira da Silva; Ivanildo Freire Pereira; Izabela Cristiane de Lima Silva e Joana Darc Medeiros Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.680/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Luiz Alves; Jose Antonio Gomes de Albuquerque Cesar; Juliana Pereira Souto Barreto; Karla Viviane de Sousa Rêgo e Ligia Magnolia Confessor
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.681/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Amaral Machado; Luiz Guilherme Vieira Meira de Souza; Luzia Guacira dos Santos Silva; Marcos Vinicius Dantas de Queiroz e Marta Simone Vital Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.683/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Odenise Maria Bezerra; Pablo Gomes de Miranda; Pedro Henrique Pinto Campos; Ricardo Andrade Bezerra e Sandro Bruno do Nascimento Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.684/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Viviany Lucia Fernandes dos Santos e Yuri de Andrade Magalhaes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.685/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Shigueaki Takimi; Rubia Denise Ruppenthal
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

029.686/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Miriam Benigna Lessa Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

029.721/2015-6
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Claudia Nogueira Bello
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

029.761/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariany Cruz Alves da Silva; Márcia Antunes dos Santos Rodrigues; Pablo Francisco Honorato Sampaio e Rafael Rodrigues Damasceno
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Representação legal: não há

029.762/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Silva Sousa; Francisco Xavier Lima da Silva; Hellen Cristina Gomes Andrade Pimentel; Ivan Roberto Santos Araujo; Joana Claudia Assuncao Zandonadi; Jocilene Costa Vanzeler; Jose Emilio Medeiros dos Santos; Jose Nelio Avila Lima; Jose Sergio Diniz Maia Barreto; Josivan da Cruz Beltrao; Kelly Ataide Rodrigues Nahum; Layza Ethienne da Costa Meireles Santos; Leandro Queiroz Alves; Lilian Fatima do Espirito Santo Leao; Luciano de Freitas Viana; Luis Augusto da Silva Flexa e Maisa Castro Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

029.763/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antonio Eustaquio Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.764/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: André Gualberto Ferrari
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.766/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Benvindo Sirtoli Gardiman Junior; Drieli Aparecida Rossi; Jose Rodrigues Pereira; José Hélio de Assis; Kamock Antonio Melo Silva; Leonardo Pereira Valadão Lopes; Leticia da Silva Lemos; Marilia Alves Grugiki; Ruan Managna Vasconcellos e Thiago Luiz Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.767/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Celso Antônio Alves Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.768/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abraham Elias Ortega Paredes; Alisson Araujo de Almeida; Allice Rodrigues Ferreira; Alline Braga Guimaraes; Ana Isabela Soares Martins; Ana Suzana Pereira de Medeiros; Andrea Borghi Moreira Jacinto; Antonia Daniele Rodrigues do Nascimento; Antonielly Garcia Rodrigues; Breno Araujo Oliveira; Carla Gisela Dezanet; Carlos Mariano Melo Junior; Clara Moraes Hossell; Crisandeson Silva de Miranda; Cristiane Benjamin Santos; Daniel Nunes da Natividade; Denis Silva Santos; Diene Ellen Tavares e Diogo de Faria Pereira; Diovane Barros Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

029.770/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elenice Grigoria Lima; Eliane Alves Sardinha; Eliane Amaral de Souza Armando; Eliene Maria Alves Dias; Elio Armando Nunes de Lima; Elissella Kelia Ramos Leao Paes; Elizabeth Tavares Maia; Enilda Monteiro Pereira; Erich Douglas de Souza e Gabriel Andrade Lima de Almeida Castelo Branco
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

029.777/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Anayara Raissa Pereira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

029.778/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldenice Fonseca Alencar; Alzair Jesus Otero de Macêdo; Barbara Elisabeth Costa Vasconcelos; Carlos Davi dos Santos Ferreira; Dalmo de Zoppa; Delsinei Vieira da Costa; Ed Nelson Maia Alfaia; Ellem Jannainy Cavalcante de Oliveira; Elquimar Araujo Brasil; Fernando Banen Calero; Genivania Silva Oliveira; Gustavo da Silva Andrade; Hilomar Souza da Costa; Hugo Lennon Correa; Isac Neto da Silva; Jackison Nascimento Silva; Johan Pool dos Santos Orquiz; Jonatas de Araujo Matos; Jose Portela Franco e Judson Medeiros Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

029.780/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Silvia Mara Morais da Silva Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

029.781/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jairo Rufino Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
Representação legal: não há

029.783/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Victor Martins de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

029.784/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Juliana Salomão Daud
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

029.795/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Assi Marro; Elson Guedes de Carvalho Filho e Luciana de Aguiar Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.827/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: José Adriano Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

029.838/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Pedro Morais Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

029.981/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Verinha Rodrigues Appel de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

030.198/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Eduardo Seixas Magalhaes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

033.618/2013-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Responsável: Ailton Ribeiro de Oliveira
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

015.365/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Lages Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

015.890/2010-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Silvio Cesar de Freitas Arantes
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há

018.408/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Luisa Rodrigues Brasil e Sarah Rodrigues Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

025.426/2007-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS
Responsáveis: A Razão Editora Ltda. ME; Adriana Sangoi Antunes; Antonio Valdeci Oliveira de Oliveira; José Salamoni Filho; Lisandro Santos Machado; Misiara Cristina Oliveira; Organização Mundial Para a Educação Pré Escolar e Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS
Representação legal: Edson Luis Kossmann (OAB/RS 47.301); Eduardo Kummel (OAB/RS 30.717); Luís Sérgio Vasques Miotti (OAB/RS 23.885); Claudio Alves Malgarin (OAB/RS 6.158); Carlos Norberto Belmonte Vieira (OAB/RS 32.906); José Fernando Lutz Coelho (OAB/RS 19.738); Paulo Ricardo Inhaquite da Costa (OAB/RS 30.079); e Waldemar Kummel (OAB/RS 3.698) e outros

027.465/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Yedda Leal Ferreira Fiorêncio
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

029.449/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Natanael Ângelo Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Contagem/MG
Representação legal: não há

029.602/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Gude da Cunha e Thiago Duarte Pezente
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

029.610/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Pinheiro Miranda; Rodrigo Medeiros de Barros; Rodrigo de Andrade Costa Diniz; Rogério Lima Carneiro; Rogério Sirayama Pimentel; Simone Dulce Fontes da Fonseca; Simone Viana de Carvalho Ferreira; Suellen Ferreira Santana; Taissa do Rocio Bencke Gonçalves e Tássia Tavares Moraes de Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há

029.612/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gustavo Pereira Farah
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR
Representação legal: não há

029.628/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Nuza Diniz Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT
Representação legal: não há

029.809/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: José Luiz Pires de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo
Representação legal: não há

029.847/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Antônia Carneiro de Andrade; Jessica Dumaresq de Oliveira e Laidia Betânia Belarmino de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Natal/RN
Representação legal: não há

029.969/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roberto Hiroshi Hasimoto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Presidente Prudente/SP
Representação legal: não há

029.988/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joao Eudes Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Natal/RN
Representação legal: não há

030.433/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Walmir Roberto Estima do Rego Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
Representação legal: não há

030.436/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Raissan Pereira da Silva Passos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

030.437/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ricardo Cordeiro Galvão Sant Ana Van Erven
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: não há

030.449/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ivete Maria Sbeghen
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Blumenau/SC
Representação legal: não há

030.451/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elane Moraes Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO
Representação legal: não há

030.458/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Ribeiro Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Barbacena/MG
Representação legal: não há

030.606/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Borromeu de Oliveira e Valdir Monterisse
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Barbacena/MG
Representação legal: não há

037.843/2012-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2011
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Responsáveis: Paulo Shigueme Ide e Renato de Aquino Faria Nunes
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

002.576/2011-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lavandeira/TO
Responsáveis: Antônio Francisco Leite e Romulo de Macedo Vieira
Representação legal: Fábio Sarinho Paiva (OAB/RN 3876), representando Romulo de Macedo Vieira e Epitácio Brandão Lopes (OAB/TO 315-A) e outros, representando Antônio Francisco Leite

008.033/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte/CE
Responsável: João Dilmar da Silva
Representação legal: não há

009.075/2015-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Quipapá/PE
Representação legal: não há

016.783/2010-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alice da Silva Chagas e Tania Maria de Siqueira Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

017.347/2013-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Aieda Silveira Ferrari; Maria Terezinha Guimaraes; Nilce Maria da Silveira e Rita de Cassia Silveira Pires
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar
Representação legal: não há

018.090/2010-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Elisabeth da Silva e Lea Brilhante Branco
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar
Representação legal: não há

018.199/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE
Responsável: Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
Representação legal: não há

019.203/2009-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Crimea Braga Gualberto; Dinah Cerqueira Santos; Iolanda Cerqueira Braga; Luiz Cerqueira Braga; Marta Macedo Corradi; Regina Marise Carvalho Denys; Rogerio Cardoso Denys e Tereza Cerqueira Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

025.464/2014-0
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Aparecida Maria de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar
Representação legal: não há

028.953/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Leman Belfort Segurança Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Museus - Museu da República/RJ
Representação legal: Marcus Luciano Belfort de Andrade Sandin e outros, representando Leman - Belfort Segurança Ltda.

029.232/2015-5
Natureza: Representação
Representante: Solução Eletromecânica Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Superintendência em Minas Gerais
Representação legal: não há

029.624/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Giovanni Dolif Neto; Glaucia Meira Carneiro; Glessia Milhomem Balthar Tanno; Jorge Eduardo Mansur Serzedello; Jorge Luiz de Carvalho Lescura; Kelen Martins Andrade; Luciana de Souza Soler; Luis Marcelo Baeta Simoes; Marcelo Augusto dos Reis e Marcelo Borges Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Representação legal: não há

029.625/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Romao Oliveira; Marcos Lima Rodrigues; Marcus Jorge Bottino; Marcus Vinicius Salgado Mendes; Maria das Dores da Silva Medeiros; Maria do Carmo Freire Soares; Maria do Socorro da Silva Lima; Mariane Carvalho de Assis Dias; Millena Basilio da Silva e Naiara Colares Vieira Borba
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Representação legal: não há

029.627/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Walter Florentino da Silva; Wanderlei José Marques; Washington Teodoro da Silva Junior e Wellyngton Ferreira Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Representação legal: não há

029.808/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Anna Holowacz
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministra ANA ARRAES

016.645/2012-0
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Mércia Maria de Farias Cardoso Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: Henrique Lenon Farias Guedes (OAB/PB 21.113) e outros, representando Mércia Maria de Farias Cardoso Moura

Interessado em sustentação oral:

- Henrique Lenon Farias Guedes (OAB/PB 21.113), em nome de MÉRCIA MARIA DE FARIAS CARDOSO MOURA.

022.891/2009-9
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Ana Catarina Peixoto de Brito, Leila Nazaré Gonzaga Machado e Suleima Fraiha Pegado
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego - Seteps/PA
Representação legal: Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (OAB/DF 28.949), representando Ana Catarina Peixoto de Brito, Leila Nazaré Gonzaga Machado e Suleima Fraiha Pegado

Interessado em sustentação oral:

- Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (OAB/DF 28.949), em nome de ANA CATARINA PEIXOTO DE BRITO, LEILA NAZARÉ GONZAGA MACHADO e SULEIMA FRAIHA PEGADO

Ministro VITAL DO RÊGO

020.292/2007-8
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária; Eliane da Cruz Corrêa; Maria José da Silva Moreira; Marli Eunice da Silva Santos; Valéria Malheiro Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação legal: Vitor João de Freitas Costa (OAB/SP 132.089), Bruno Martins de Oliveira (OAB/SP 294.011) e Samara Massanaro Rosa (OAB/SP 301.741)

Interessado em sustentação oral:

- Samara Massanaro Rosa (OAB/SP 301.741), em nome de VALÉRIA MALHEIRO SILVA

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

002.826/2012-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Associação de Mulheres em Ação de Mato Grosso e Vera Aparecida Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Representação legal: não há

006.575/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação dos Agricultores e Familiares do Núcleo Florestan Fernandes
Responsáveis: Associação dos Agricultores e Familiares do Núcleo Florestan Fernandes - Assentamento Itamarati, Ponta Porã/MS e Ronaldo Jose Pucci
Representação legal: não há

019.636/2011-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Celso Ricardo Ludwig; Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
Órgão/Entidade/Unidade: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
Representação legal: Maria Loiva de Andrade Schwerz (OAB-SC 8.264), Geferson Luís Chetsco (OAB-PR 45.333), Claudismar Zupiroli (OAB-DF 12.250)

020.809/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Poço Branco/RN
Responsáveis: espólio de João Maria de Góis, na pessoa da Sra. Maria Irismar Rodrigues de Sousa Góis, cônjuge supérstite
Representação legal: não há

020.815/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arestides Jose dos Santos; Aroldo Cardoso Franca; Benedito Antonio das Dores; Benedito Justino da Silva; Carlos Antonio Ramos dos Santos; Carlos Josafa de Oliveira; Carlos Jose Evangelista Campelo; Claudionor Araujo Leal; Cleber Novais Bastos e Clementino de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

021.735/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes
Interessados: Arlene Araujo Costa; Francisca Rodrigues Louzeiro; Joaquina Rodrigues Barboza; Lucileia da Rosa; Maria Madalena da Costa de Queiroz; Maria Salomé de Lima; Maria das Graças Soares de Matos; Nice dos Santos Mangabeira; Vanilde Oliveira da Cruz e Zenith Pacheco da Silva
Representação legal: não há

021.873/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Izaura da Silva Cardoso; Maria do Carmo Ribeiro; Raimunda Creusa Sousa Rodrigues; Raimunda Mendes da Silva e Sabina Benigna de Araujo Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
Representação legal: não há

022.617/2013-2
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria)
Recorrente: José Airton Silveira Varela
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF 17.338) e outros

025.354/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalto Beckauser; Ademar Arcangelo Cirimbelli; Alaor de Jesus Correa; Albeni Sponholz; Alceu Ranzi; Amelia Zilio; Ana Maria da Costa Pereira; Anita Moser; Antonio Pedro Schlindwein e Ari Bertoldo Sell
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

025.857/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Arte, Cia e Cidadania
Responsáveis: Claudeci Ferreira Martins e Instituto Arte, Cia e Cidadania
Representação legal: não há

028.155/2012-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre
Responsáveis: Arionaldo Bomfim Rosendo; Cláudio Roberto do Nascimento; Erasmo Ferreira da Silva; Mário Evangelista de Lima e Roberto de Araújo Gama
Representação legal: Alessandro Callil de Castro (3.131/OAB-AC), representando Mário Evangelista de Lima; Carlos Venicius Ferreira Ribeiro Junior (3851/OAB-AC), representando Imobiliária Fortaleza Ltda.; Carlos Venicius Ferreira Ribeiro Junior (3851/OAB-AC), representando José Marinho Campelo; Lilyanne de Farias dos Santos (3755/OAB-AC), representando Imobiliária Fortaleza Ltda.; e Lilyanne de Farias dos Santos (3755/OAB-AC), representando José Marinho Campelo

028.295/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Arte, Cia e Cidadania
Responsáveis: Lucas Rafael Ferreira Martins Nunes e Instituto Arte, Cia e Cidadania
Representação legal: não há

034.904/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Responsável: Antônio Carlos Battibugli
Representação legal: Erika Cristina Leite Moro Battibugli

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

000.020/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
Responsável: Denise Kay do Amaral Vieira
Representação legal: não há

013.496/2012-3
Natureza: Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Embargante: Prefeitura Municipal de Bacabeira/MA
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Representação legal: Valmira Maria Silva Nogueira

030.109/2010-8
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Artur Sérgio de Almeida Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação do Governo de Sergipe
Representação legal: Andrea Sobral Vila-Nova de Carvalho (OAB/SE 2.484) e Márcio Macêdo Conrado (OAB/SE 3.806)

033.860/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santo Antônio do Retiro/MG
Responsáveis: Manoel Wilson Costa e Minas Construção Saneamento Básico e Serviços Ltda.
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

000.202/2014-2
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Mágila Construtora Ltda. ME
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Uruçuí/PI e Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: Jozimar Laurentino de Paula (OAB/PI 2.189/90), representando Mágila Construtora Ltda. ME

000.392/2004-1
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Inês Maria Carvalho Silva e Raimundo da Costa Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: Miguel Joaquim Bezerra (OAB/DF 5.394) e outro, representando Inês Maria Carvalho Silva

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

001.514/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: Walter Lima Gomes
Representação legal: não há

004.652/2014-2
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Sérgio Max Bastos Lins
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

005.963/2011-7
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Gastone Righi Cuoghi
Órgão/Entidade/Unidade: Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro
Representação legal: Roberto Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (OAB/SP 120.070) e outro

006.836/2014-3
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Nilma Almeida de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: Odilma de Almeida Chagas, representando a recorrente

007.252/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas e Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Antenor de Assis Karitiana e Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas
Representação legal: Mariana Döering Zamprogna, representando Antenor de Assis Karitiana

008.202/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Cedro/CE e Ministério do Turismo
Responsável: Rodrigo Xavier de Araújo
Representação legal: não há

008.865/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Grajaú/MA e Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Grajaú/MA, Déo Costa Ramos, Mauro Ricardo Machado Costa e Sebastião Bento de Sousa Lima
Representação legal: Marisvaldo Paiva de Menezes (OAB/DF 29.518), representando Déo Costa Ramos e George Hermann Rodolfo Tormin, representando Mauro Ricardo Machado Costa

010.112/2010-3
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Gandor Calil Hage Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Prainha/PA
Representação legal: Inocêncio Mártires Coelho Júnior (OAB/PA 5.670) e outros, representando Gandor Calil Hage Neto

013.230/2009-1
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Atanagildo de Deus Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: Sebastião Azevedo Júnior (OAB/DF 36.662) e outros, representando Atanagildo de Deus Matos

013.336/2010-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Juraci Braz de Souza, Eliaquim Dias dos Anjos e Jones Marques Fidelis de Souza
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de São Félix de Minas/MG e Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Loyanna de Andrade Miranda (OAB/MG 111.202) e outros, representando Eliaquim Dias dos Anjos, Jones Marques Fidelis de Souza e Juraci Braz de Souza

016.210/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Responsáveis: Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental e Silvana Pereira Gomes da Silva
Representação legal: Jefferson Douglas de Oliveira (OAB/SP 333.442), representando o Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental

017.144/2012-4
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Walter Barelli e Luís Antônio Paulino
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo
Representação legal: Ronaldo de Almeida (OAB/SP 236.199), representando Luís Antônio Paulino e Walter Barelli

018.460/2011-9
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Denimar Rodrigues
Responsáveis: Cleonice Pires Maciel e Miguel dos Santos Souza
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de São Félix do Xingu/PA e Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Rafaela de França Rodrigues (OAB/PA 18.152), representando Denimar Rodrigues e outros

019.707/2011-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2010
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Responsáveis: Alexandro da Anunciação Reis, Eloi Ferreira de Araújo e Martvs Antônio Alves das Chagas
Representação legal: não há

021.956/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Nova Belém/MG e Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Márcio José dos Santos Soares, Valdeci Dornelas e Construtora São Francisco Ltda. EPP
Representação legal: Gabriel de Almeida Cassa, representando a Construtora São Francisco Ltda. EPP

022.026/2013-4
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Miguel Antônio Braga Neto
Responsáveis: Construtora João de Barro Ltda.; e Miguel Antônio Braga Neto
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Fartura do Piauí/PI e Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: Esdras de Lima Nery (OAB/PI 7.671) e outros

022.074/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Neilze Elaine Rodrigues Pereira, Carlos Augusto Maranhão de Almeida Garrett, Sofia Myszak Lachowski, Arlete Vargas de Araújo e Carlos Augusto de Oliveira Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

022.606/2013-0
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Deusimar Wanderley Guedes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: Carmen Rachel Dantas Mayer (OAB/PB 8.432) e outra, representando Deusimar Wanderley Guedes

023.002/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Patis/MG e Caixa Econômica Federal
Responsável: Valmir Morais de Sá
Representação legal: Osias Guimarães Rabelo Corrêa (OAB/MG 89.386) e outros

024.842/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Horta Moreira, Antônio Sudário de Carvalho Filho, Augusto Nunes Moraes, Carlos Alberto Ferreira, Carlos Vanderlei Barbosa de Oliveira, Edna Queiroz Bacellar de Carvalho, Edna Rosa da Silva Valente, Geraldo Rodrigues Coqueiro, Irineu Ramos Frazao e Joaquim Júlio Araújo Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

025.113/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Ariquemes/RO e Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Francisco Sales Duarte Azevedo, Ernandes Santos Amorim, Sérgio Carvalho de Andrade, Oscar Boton de Souza e Clemildo Pereira dos Santos
Representação legal: Eliel Santos Gonçalves (OAB/RO 6569) e outra, representando Ernandes Santos Amorim; e Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834) e outros, representando Sérgio Carvalho de Andrade

025.115/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Verdelândia/MG e Fundação Nacional de Saúde
Responsável: José de Souza Gomes
Representação legal: Graice Mônica Costa Gomes (OAB/MG 134.046) e Charles Wagner Costa Gomes (OAB/MG 27.984E)

025.654/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Peçanha/MG e Fundação Nacional de Saúde
Responsável: Odilon de Oliveira Caldeira
Representação legal: não há

025.742/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ana Maria Wisintainer Ramos, Celia Jungbluth Becker, Elenir de Souza Ferreira e Eliani Onelia Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

025.747/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raquel Teresinha de Oliveira, Romário Osni Nunes, Rosa Maria Costa e Rosana Maria Gaio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

025.755/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Aroliza Furtado Costa Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Representação legal: não há

025.758/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Anderson Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

025.760/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luzia Luzinete Pereira, Maria da Paz de Oliveira Costa, Maria da Paz Nunes de Medeiros, Ronald Lima de Gois e Vanilde Santiago de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

026.746/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Alto Alegre do Pindaré/MA e Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Jamily Bittencourt Soares, Maria Helena Azevedo Machado e Ozéas Azevedo Machado
Representação legal: Carlos Roberto Feitosa Costa (OAB/MA 3.639) e outros, representando Maria Helena Azevedo Machado e Ozéas Azevedo Machado

028.064/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Cleber da Silva Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

028.557/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Mendes Pimentel/MG e Ministério do Turismo
Responsáveis: Firmino Gonçalves Nascimento e Torre Forte Empreendimentos Artísticos Ltda. ME, sucessora da empresa Adrian Carlos Oliveira Silva
Representação legal: Evandro Charles de Faria (OAB/MG 126.525), representando Torre Forte Empreendimentos Artísticos Ltda. ME

Ministro VITAL DO RÊGO

000.193/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Bárbara do Pará/PA
Responsáveis: José Ismael Lima Rocha e Ciro Souza Góes
Representação legal: Vladimir Juarez Melo Batista (OAB/PA 9.274) e outros

001.289/2005-3
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social no Estado de Pernambuco
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: Ricardo Estevão de Oliveira (OAB/PE 8.991) e Fabiano Parente de Carvalho (OAB/PE 21.061) e outros

001.484/2005-8
Natureza: Aposentadoria (Monitoramento)
Interessado: Jocelino Ribeiro Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

001.584/2013-8
Natureza: Pedido de Reexame (Monitoramento)
Recorrentes: Luiz Pedro San Gil Jutuca; Mariana Flores Fontes Paiva e Nuria Mendes Sanchez
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

002.437/2011-2
Natureza: Aposentadoria (Monitoramento)
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessados: Ana Maria Pereira Nunes; Aquilino Antonio dos Santos; Aquilino Antonio dos Santos; Claudia Goncalves de Sousa; Coralucia Chaltein Bello Rodrigues; Crenilde Rodrigues Campelli; David Rivero Tames; David Rivero Tames; Dilma Dias Galitzki; Edna Garcia Maciel Fiod; João Francisco Bairrão; Maria da Conceicao Cordeiro Manhaes; Maria da Conceição Cordeiro Manhaes e Maria de Nazare de Matos Sanchez
Representação legal: Márcio Locks Filho (11.208/OAB-SC); e Guilherme Belém Querne (12.605/OAB-SC) e outros

002.541/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Deusdedith Carvalho Silva; Emerita Maria Pereira Nogueira; Expedito Monteiro Sobrinho; Maria do Carmo de Sousa; Raimunda Lopes Silva e Sonia Silva de Almendra Gayoso
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

003.029/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Quatipuru/PA
Responsável: Luiz Guilherme Alves Dias
Representação legal: não há

005.822/2009-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: B&L - Promoção de Eventos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Representação legal: Décio Freire (OAB/MG 56.543), Gustavo Andère Cruz (OAB/DF 1.985-A) e Leonardo Jose Melo Brandão (OAB/MG 53.684)

005.997/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Quijingue/BA
Responsável: Joaquim Manoel dos Santos
Representação legal: Jaime D'Almeida Cruz (OAB/BA 22.435)

009.778/2005-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

010.626/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Floresta do Araguaia/PA
Responsável: Delvani Balbino dos Santos
Representação legal: não há

015.633/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amapá
Responsáveis: Elpídio Dias de Carvalho; Instituto de Neurologia do Amapá Ltda.; Marcos Tadeu Boução da Silva; Odanete das Neves Duarte Biondi e Pedro Paulo Dias de Carvalho
Representação legal: Lindoval Queiroz Alcantara (507/OAB-AP), representando Odanete das Neves Duarte Biondi

017.201/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Moju/PA
Responsável: Iran Ataíde de Lima
Representação legal: Alvaro Luiz Miranda Costa Junior (29.760/OAB-DF) e outros, representando Iran Ataíde de Lima

017.381/2004-3
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Malvina Tania Tuttman
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.777/2008-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elza Maria Lemos Almeida; Francisca Maria Elias Durão; Hevellyn Elias Durão e Regina Celia dos Santos Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

017.790/2008-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Carlos Nunes Muniz Junior e Carmelita Mathias da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Representação legal: Mirian Regina Lopes Carvalho Kulek (OAB/PR 38.459) e Emerson Nicolau Kulek (OAB/PR 37.902)

020.734/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Bárbara do Pará/PA
Responsável: Jose Ismael Lima Rocha
Representação legal: não há

029.151/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jacaré dos Homens/AL
Responsáveis: José Ernesto Silva Junior e Marcelo Marcos Rocha Souto
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

002.909/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Catunda/CE
Responsável: Francisco Ernane Peres Lima
Representação Legal: não há

006.254/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Petrolina/PE
Responsável: Guilherme Cruz de Souza Coelho
Representação legal: Amanda Monteiro Magalhães de Andrade, OAB/PE 30.202; Camila Maria Silva Vidal, OAB/PE 9.486-E; Gleidson Luiz de Assunção Moura, OAB/PE 30.735; Hélio André Medeiros Batista, OAB/PE 22.202; Helton Henrique Conceição Aragão, OAB/PE 21.855; Rodrigo Rangel Maranhão, OAB/PE 22.372; Sociedade de Advogados Vilanova Maranhão Advogados, OAB/PE 977; Tarsila Saavedra Buarque, OAB/PE 31.950 e Walleskavila Nova Maranhão, OAB/PE 21.826

008.010/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paramoti/CE
Responsável: Marcos Aurélio Mariz Santos
Representação legal: não há

008.204/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pacatuba/CE
Responsável: José Roberto Franklin Cavalcante
Representação legal: não há

010.187/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pedro Afonso/TO
Responsável: José Wellington Martins Tom Belarmino
Representação legal: Diego Costa Batista, OAB/DF 26.930

010.252/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cantá/RR
Responsáveis: Zacarias Assunção Ribeiro Araújo; Elizabeth Lucena da Silva; Josemar do Carmo; Maria Auxiliadora Silva Costa e Rosa Mercedes Paino Macha Zorrilla
Representação legal: Domingos Sávio Moura Rebelo, OAB/RR 184-A

017.024/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Anacleto Julião de Paula Crespo, Pedro Ricardo da Silva e Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania
Representação legal: Adalberto Antonio de Melo Neto, OAB/PE n. 24.803; Hamilton Pereira da Mota Júnior, OAB/PE n. 17.025; Ellen Christina Lima Soares Leão, OAB/PE n. 21.054 e Bruno Afonso Ribeiro do Valle Bezerra, OAB/PE n. 26.707

028.267/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Quinteto Violado
Responsáveis: Fundação Quinteto Violado e Marcelo de Vasconcelos Cavalcanti Melo
Representação legal: Eduardo Porto Carreira Coelho Cavalcanti, OAB/PE 23.546, Ricardo de Castro e Silva Dalle, OAB/PE 23.679, Maurício Rands Coelho Barros, OAB/PE 8.332, Márcia Cristina Costa Dias, OAB/PE 29.518, Marcela Brasileiro Araújo Castilhos, OAB/PE 31.790, Tatiana Ferreira Rands, OAB/PE 35.052, Kelma Carvalho de Faria Collier, OAB/PE 1053-B, Kiliane Henriques de Miranda Santos, OAB/PE 21.427, Gabriel Henrique Bezerra Ramos de Oliveira, OAB/PE 30.970 e Rafael Lima Castelo Branco Ferreira, OAB/PE 37.653

028.871/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Joaquim Nabuco/PE
Responsável: Eudo de Magalhaes Lyra
Representação Legal: Emanoel Germano Pessoa da Silva (22433/OAB-PE), representando Eudo de Magalhaes Lyra

029.214/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Mucajaí/RR
Responsável: Elton Vieira Lopes
Representação legal nos autos: não há

036.059/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Gurupi/TO
Responsáveis: Acilon Pereira de Andrade; Damarson Almeida Rocha; Furtunato Soares Barros; João Lisboa da Cruz; Nânio Tadeu Gonçalves e Prefeitura Municipal de Gurupi/TO
Representação legal: Hagton Honorato Dias (1838/OAB-TO), representando João Lisboa da Cruz
Venância Gomes Neta Figueredo (83-B/OAB-TO), representando Damarson Almeida Rocha, Acilon Pereira de Andrade e Nânio Tadeu Gonçalves

Em 12 de novembro de 2015
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 152, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no artigo 40 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015; no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015; e na Portaria nº 15/SOF/MP, de 28 de abril de 2015; resolve:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor global de R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) ao Orçamento do Conselho Nacional de Justiça, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotação, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. RICARDO LEWANDOWISKI

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							26.000
		Atividades							
02 331	1389 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							26.000
02 331	1389 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	26.000
TOTAL - FISCAL									26.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							26.000
		Atividades							
02 331	1389 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							26.000
02 331	1389 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							26.000
			F	3	1	90	0	100	26.000
TOTAL - FISCAL									26.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.000

PORTARIA Nº 153, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no artigo 40 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015; no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015; e na Portaria nº 15/SOF/MP, de 28 de abril de 2015; resolve:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor global de R$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais) ao Orçamento do Conselho Nacional de Justiça, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotação, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. RICARDO LEWANDOWISKI

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							388.000
		Atividades							
02 301	1389 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							170.000
02 301	1389 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							170.000
			S	3	1	90	0	100	170.000
02 331	1389 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							28.000
02 331	1389 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							28.000
			F	3	1	90	0	100	28.000
02 331	1389 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							190.000
02 331	1389 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							190.000
			F	3	1	90	0	100	190.000
TOTAL - FISCAL									218.000
TOTAL - SEGURIDADE									170.000
TOTAL - GERAL									388.000

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							388.000
		Atividades							
02 122	1389 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							388.000
02 122	1389 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							388.000
			F	1	1	90	0	100	388.000
TOTAL - FISCAL									388.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									388.000

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 550, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de tribunais regionais eleitorais, no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 40 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e no Procedimento Administrativo nº 9.434/2015, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 120.893.417,00 (cento e vinte milhões, oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e dezessete reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 120.893.417,00 (cento e vinte milhões, oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e dezessete reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. DIAS TOFFOLI

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.731.871
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.731.871
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							1.731.871
			S	1	1	90	0	100	1.731.871
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.731.871
TOTAL - GERAL									1.731.871

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							175.216
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							175.216
09 272	0089 0181 0012	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Acre							175.216
			S	1	1	90	0	100	175.216
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							883.125
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							813.966
02 122	0570 20TP 0012	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Acre							813.966
			F	1	1	90	0	100	813.966
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							69.159
02 122	0570 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre							69.159
			F	1	0	91	0	100	69.159
TOTAL - FISCAL									883.125
TOTAL - SEGURIDADE									175.216
TOTAL - GERAL									1.058.341

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							288.401
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							288.401
09 272	0089 0181 0027	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas							288.401
			S	1	1	90	0	100	288.401
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.428.460
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.251.549
02 122	0570 20TP 0027	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas							1.251.549
			F	1	1	90	0	100	1.251.549
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							176.911
02 122	0570 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas							176.911
			F	1	0	91	0	100	176.911
TOTAL - FISCAL									1.428.460
TOTAL - SEGURIDADE									288.401
TOTAL - GERAL									1.716.861

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							250.818
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							250.818
09 272	0089 0181 0013	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amazonas							250.818
			S	1	1	90	0	100	250.818
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							4.271.096
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.057.793
02 122	0570 20TP 0013	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas							4.057.793
			F	1	1	90	0	100	4.057.793
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							213.303
02 122	0570 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas							213.303
			F	1	0	91	0	100	213.303
TOTAL - FISCAL									4.271.096
TOTAL - SEGURIDADE									250.818
TOTAL - GERAL									4.521.914

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.012.598
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.012.598
09 272	0089 0181 0029	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia							2.012.598
			S	1	1	90	0	100	2.012.598
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							5.299.023
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.033.152
02 122	0570 20TP 0029	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							4.033.152
			F	1	1	90	0	100	4.033.152

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.265.871
02 122	0570 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	100	1.265.871
TOTAL - FISCAL									5.299.023
TOTAL - SEGURIDADE									2.012.598
TOTAL - GERAL									7.311.621

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							290.412
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							290.412
09 272	0089 0181 0023	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	100	290.412
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							5.251.340
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.880.283
02 122	0570 20TP 0023	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará	F	1	1	90	0	100	4.880.283
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							371.057
02 122	0570 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	F	1	0	91	0	100	371.057
TOTAL - FISCAL									5.251.340
TOTAL - SEGURIDADE									290.412
TOTAL - GERAL									5.541.752

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							632.646
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							632.646
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100	632.646
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.074.333
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							932.813
02 122	0570 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	932.813
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							141.520
02 122	0570 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100	141.520
TOTAL - FISCAL									1.074.333
TOTAL - SEGURIDADE									632.646
TOTAL - GERAL									1.706.979

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							291.317
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							291.317
09 272	0089 0181 0032	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo	S	1	1	90	0	100	291.317
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.143.955
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.840.322
02 122	0570 20TP 0032	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo	F	1	1	90	0	100	1.840.322
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							303.633
02 122	0570 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo	F	1	0	91	0	100	303.633
TOTAL - FISCAL									2.143.955
TOTAL - SEGURIDADE									291.317
TOTAL - GERAL									2.435.272

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							350.939
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							350.939
09 272	0089 0181 0052	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás	S	1	1	90	0	100	350.939
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							3.044.553
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							2.813.646
02 122	0570 20TP 0052	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás	F	1	1	90	0	100	2.813.646
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							230.907
02 122	0570 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	100	230.907
TOTAL - FISCAL									3.044.553
TOTAL - SEGURIDADE									350.939
TOTAL - GERAL									3.395.492

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							467.234
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							467.234
09 272	0089 0181 0021	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Maranhão	S	1	1	90	0	100	467.234
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							3.530.159
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							3.046.929
02 122	0570 20TP 0021	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão	F	1	1	90	0	100	3.046.929
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							483.230
02 122	0570 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	F	1	0	91	0	100	483.230
TOTAL - FISCAL									3.530.159
TOTAL - SEGURIDADE									467.234
TOTAL - GERAL									3.997.393

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							396.715
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							396.715
09 272	0089 0181 0051	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso	S	1	1	90	0	100	396.715
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.612.929
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.510.345
02 122	0570 20TP 0051	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso	F	1	1	90	0	100	1.510.345
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							102.584
02 122	0570 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso	F	1	0	91	0	100	102.584
TOTAL - FISCAL									1.612.929
TOTAL - SEGURIDADE									396.715
TOTAL - GERAL									2.009.644

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							459.313
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							459.313
09 272	0089 0181 0054	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	1	1	90	0	100	459.313
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.547.417
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.396.963
02 122	0570 20TP 0054	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	1	90	0	100	1.396.963

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							150.454
02 122	0570 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	100	150.454
TOTAL - FISCAL									1.547.417
TOTAL - SEGURIDADE									459.313
TOTAL - GERAL									2.006.730

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.908.826
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.908.826
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	100	2.908.826
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							12.615.651
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							11.082.355
02 122	0570 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	100	11.082.355
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.533.296
02 122	0570 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100	1.533.296
TOTAL - FISCAL									12.615.651
TOTAL - SEGURIDADE									2.908.826
TOTAL - GERAL									15.524.477

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							622.837
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							622.837
09 272	0089 0181 0015	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	100	622.837
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							3.942.470
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							3.644.380
02 122	0570 20TP 0015	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	F	1	1	90	0	100	3.644.380
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							298.090
02 122	0570 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	F	1	0	91	0	100	298.090
TOTAL - FISCAL									3.942.470
TOTAL - SEGURIDADE									622.837
TOTAL - GERAL									4.565.307

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							269.057
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							269.057
09 272	0089 0181 0025	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	100	269.057
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.841.018
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							2.481.530
02 122	0570 20TP 0025	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba	F	1	1	90	0	100	2.481.530
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							359.488
02 122	0570 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	F	1	0	91	0	100	359.488
TOTAL - FISCAL									2.841.018
TOTAL - SEGURIDADE									269.057
TOTAL - GERAL									3.110.075

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.222.401
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.222.401
09 272	0089 0181 0041	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							1.222.401
			S	1	1	90	0	100	1.222.401
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							6.109.874
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							5.576.508
02 122	0570 20TP 0041	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							5.576.508
			F	1	1	90	0	100	5.576.508
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							533.366
02 122	0570 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							533.366
			F	1	0	91	0	100	533.366
TOTAL - FISCAL									6.109.874
TOTAL - SEGURIDADE									1.222.401
TOTAL - GERAL									7.332.275

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							796.896
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							796.896
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							796.896
			S	1	1	90	0	100	796.896
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							4.500.373
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							3.943.622
02 122	0570 20TP 0026	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco							3.943.622
			F	1	1	90	0	100	3.943.622
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							556.751
02 122	0570 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							556.751
			F	1	0	91	0	100	556.751
TOTAL - FISCAL									4.500.373
TOTAL - SEGURIDADE									796.896
TOTAL - GERAL									5.297.269

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							434.203
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							434.203
09 272	0089 0181 0022	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí							434.203
			S	1	1	90	0	100	434.203
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.522.843
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							2.269.444
02 122	0570 20TP 0022	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí							2.269.444
			F	1	1	90	0	100	2.269.444
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							253.399
02 122	0570 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							253.399
			F	1	0	91	0	100	253.399
TOTAL - FISCAL									2.522.843
TOTAL - SEGURIDADE									434.203
TOTAL - GERAL									2.957.046

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.945
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.000.945
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							2.000.945
			S	1	1	90	0	100	2.000.945
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							8.637.651
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							7.619.676
02 122	0570 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							7.619.676
			F	1	1	90	0	100	6.505.535
			F	1	1	90	0	188	1.114.141

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.017.975
02 122	0570 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							1.017.975
			F	1	0	91	0	100	223.065
			F	1	0	91	0	188	794.910
TOTAL - FISCAL									8.637.651
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.945
TOTAL - GERAL									10.638.596

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							592.128
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							592.128
09 272	0089 0181 0024	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Norte							592.128
			S	1	1	90	0	100	592.128
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.884.433
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.624.179
02 122	0570 20TP 0024	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte							1.624.179
			F	1	1	90	0	188	1.624.179
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							260.254
02 122	0570 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							260.254
			F	1	0	91	0	188	260.254
TOTAL - FISCAL									1.884.433
TOTAL - SEGURIDADE									592.128
TOTAL - GERAL									2.476.561

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.123.048
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.123.048
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							1.123.048
			S	1	1	90	0	100	1.123.048
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							5.031.987
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.374.453
02 122	0570 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							4.374.453
			F	1	1	90	0	188	4.374.453
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							657.534
02 122	0570 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							657.534
			F	1	0	91	0	188	657.534
TOTAL - FISCAL									5.031.987
TOTAL - SEGURIDADE									1.123.048
TOTAL - GERAL									6.155.035

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							280.102
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							280.102
09 272	0089 0181 0011	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia							280.102
			S	1	1	90	0	100	280.102
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.477.584
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.340.160
02 122	0570 20TP 0011	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia							1.340.160
			F	1	1	90	0	188	1.340.160
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							137.424
02 122	0570 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							137.424
			F	1	0	91	0	188	137.424
TOTAL - FISCAL									1.477.584
TOTAL - SEGURIDADE									280.102
TOTAL - GERAL									1.757.686

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.171.962
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.171.962
09 272	0089 0181 0042	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina							1.171.962
			S	1	1	90	0	100	1.171.962
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.625.911
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							2.346.993
02 122	0570 20TP 0042	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina							2.346.993
			F	1	1	90	0	188	2.346.993
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							278.918
02 122	0570 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							278.918
			F	1	0	91	0	188	278.918
TOTAL - FISCAL									2.625.911
TOTAL - SEGURIDADE									1.171.962
TOTAL - GERAL									3.797.873

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.195.210
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.195.210
09 272	0089 0181 0035	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo							4.195.210
			S	1	1	90	0	100	4.195.210
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							11.361.690
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							9.905.293
02 122	0570 20TP 0035	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							9.905.293
			F	1	1	90	0	188	9.905.293
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.456.397
02 122	0570 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							1.456.397
			F	1	0	91	0	188	1.456.397
TOTAL - FISCAL									11.361.690
TOTAL - SEGURIDADE									4.195.210
TOTAL - GERAL									15.556.900

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							204.073
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							204.073
09 272	0089 0181 0028	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Sergipe							204.073
			S	1	1	90	0	100	204.073
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							867.037
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							766.034
02 122	0570 20TP 0028	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe							766.034
			F	1	1	90	0	188	766.034
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							101.003
02 122	0570 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							101.003
			F	1	0	91	0	188	101.003
TOTAL - FISCAL									867.037
TOTAL - SEGURIDADE									204.073
TOTAL - GERAL									1.071.110

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							207.514
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							207.514
09 272	0089 0181 0017	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Tocantins							207.514
			S	1	1	90	0	100	207.514
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							956.039
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							872.757
02 122	0570 20TP 0017	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins							872.757
			F	1	1	90	0	188	872.757

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							83.282
02 122	0570 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins	F	1	0	91	0	188	83.282
TOTAL - FISCAL									956.039
TOTAL - SEGURIDADE									207.514
TOTAL - GERAL									1.163.553

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.542
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							14.542
09 272	0089 0181 0014	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima	S	1	1	90	0	100	14.542
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							510.785
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							446.782
02 122	0570 20TP 0014	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima	F	1	1	90	0	188	446.782
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							64.003
02 122	0570 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima	F	1	0	91	0	188	64.003
TOTAL - FISCAL									510.785
TOTAL - SEGURIDADE									14.542
TOTAL - GERAL									525.327

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							201.274
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							201.274
09 272	0089 0181 0016	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amapá	S	1	1	90	0	100	201.274
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.329.183
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.306.296
02 122	0570 20TP 0016	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá	F	1	1	90	0	188	1.306.296
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							22.887
02 122	0570 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá	F	1	0	91	0	188	22.887
TOTAL - FISCAL									1.329.183
TOTAL - SEGURIDADE									201.274
TOTAL - GERAL									1.530.457

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							17.813.423
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							15.180.104
02 122	0570 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	15.180.104
		Operações Especiais							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.633.319
02 122	0570 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100	2.633.319
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							103.079.994
		Operações Especiais							
28 846	0909 00H7	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações							8.489.377
28 846	0909 00H7 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	0	91	0	100	4.632.765
			F	1	0	91	0	188	3.856.612
28 846	0909 0C04	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações							94.590.617
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	1	90	0	100	70.493.529
			F	1	1	90	0	188	24.097.088
TOTAL - FISCAL									120.893.417
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.893.417

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACÓRDÃOS

REPUBLICAÇÕES
PROCESSO:5052702-40.2011.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CARMEN LUCIA DE ALMEIDA
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB:DF-5939
PROC./ADV.:GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB:RS-23021
PROC./ADV.:MARCELO LIPERT
OAB:RS-41818
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM FACE DE DECISÃO DA RELATORIA QUE CONHECEU E PROVEU PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO. REDISCUSSÃO DO QUE FOI DECIDIDO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Trata-se de agravo regimental interposto pela parte autora em face de decisão desta Relatoria que conheceu e proveu o pedido nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela União, assentando o entendimento de que ao servidor inativo aposentado de forma proporcional deve ser paga proporcionalmente a gratificação de desempenho.
Sustenta a requerente, em síntese, que as leis disciplinadoras das gratificações de desempenho não estabelecem quaisquer restrições para os casos de aposentadorias ou de pensões proporcionais, não havendo que se falar em proporcionalidade da gratificação paga ao servidor inativo aposentado na forma proporcional, por configurar nítida violação ao princípio constitucional da legalidade.
Requer, portanto, a reconsideração da decisão agravada, para que seja afastada a proporcionalidade das gratificações de desempenho a ela devidas.
2. Esta TNU já uniformizou jurisprudência em sentido contrário ao que sustenta a parte autora:
ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. RE Nº 400344/CE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual concedeu ordem em Mandado de Segurança para declarar o direito à parte autora, servidora inativa, de percepção da gratificação de Desempenho no valor integral em sua aposentadoria proporcional. 2. Inconformada, a União interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento 4ª Turma Recursal de São Paulo (autos nº 0018718-57.2008.4.03.6301) e da 1ª Turma Recursal do Ceará (autos nº 0157120-84.2011.4.05.8100), segundo as quais o cálculo do valor da gratificaçãode Desempenho deve observar a proporcionalidade da aposentadoria. 3. Incidente admitido na origem, uma vez os autos encaminhados à TNU foram distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovada a divergência jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Dispõe a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40, da Constituição Federal, que a proporcionalidade da aposentadoria deve incidir sobre o total da remuneração do servidor. A esse respeito, o seguinte julgado do E. STF: "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL PREVISTA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, REDAÇÃO ANTERIOR À EC 20/98. PROVENTOS PROPORCIONAIS. BASE DE CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE - VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA, PELO ENTE FEDERADO, DAS NORMAS DE APOSENTADORIA CONSTANTES DO MAGNO TEXTO. PRECEDENTES. A proporcionalidade da aposentadoria prevista na alínea "c" do inciso III do art. 40 da carta de outubro, com a redação anterior à EC 20/98, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, e não apenas sobre o vencimento básico do cargo. Este é o sentido da expressão "proventos proporcionais" (no plural), lançada no dispositivo. É assente nesta colenda Corte o entendimento de que as regras estaduais de concessão de aposentadoria devem pautar-se pelos critérios estabelecidos no art. 40 da Lei das Leis. Precedentes: ADIs 101, 369 e 755. Recurso provido". (STF - RE: 400344 CE , Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 15/02/2005, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 09-09-2005 PP-00046 EMENT VOL-02204-03 PP-00494 RTJ VOL-00195-02 PP-00686 RMP n. 28, 2008, p. 375-380) 7. Desse modo, sendo, a remuneração, o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes instituídas por lei, impõe-se que estas vantagens, nas quais incluem as gratificações de desempenho, sofram a incidência da proporção do tempo de serviço do servidor público. 8. Nesse sentido, os seguintes julgados do C. STJ: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÕES GESS E GDAS. PROPORCIONALIZAÇÃO POR ATO DO TCU AOS INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SE APOSENTARAM PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DIREITO ADQUIRIDO E SEGURANÇA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 16, 17-A E 18 DA LEI 10.855/2004. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 1. In casu, o Tribunal de Contas da União, dentro de sua competência, ao analisar os registros de aposentadorias de alguns servidores inativos, constatou que alguns deles estavam recebendo os valores da gratificação de desempenho de atividade do seguro social (GDASS) e da gratificação específica do seguro social e do trabalho (GESS) de forma integral. Diante disso, prolatou acórdãos nºs 2.030/2007 e 2.768/2007, determinando que o pagamento das verbas de forma condizente com a proporcionalidade dos proventos ao tempo de serviço. 2. No que se refere à alínea "a", III, 105, da CF, ou seja, quanto aos arts. 16 e 17 da Lei 10.855/2004, o recorrente não fundamenta de modo particularizado as supostas violações ao dispositivo que enumera, limitando-se a citá-los genericamente. Não há precisa explanação sobre as apontadas ofensas. Incide, na espécie, a Súmula 284/STF. Sob essa ótica, verifica-se também que os dispositivos trazidos não têm o condão de acarretar a nulidade do acórdão recorrido, considerando que a lei não disciplina a forma de aplicação aos aposentados/pensionistas que recebem proventos proporcionais ao tempo de serviço. 3. Agravo regimental não provido." (STJ.AGRESP 1216478. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJE: 04/03/2013). "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED). APOSENTADORIA PROPORCIONAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. ART. 5º DA LEI 9.678/1998. NORMA SEM COMANDO PARA INFIRMAR FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 284/STF. 1. A origem da controvérsia reside no acolhimento dos Embargos à Execução de Sentença, ajuizados pela ora recorrida, em que foi reconhecido excesso de execução sob o fundamento de que, embora beneficiários da aposentadoria proporcional, os recorrentes apresentaram memória de cálculos indicando como integrante do crédito o valor integral da Gratificação de Estímulo à Docência - GED percebido em atividade. 2. A norma supostamente violada (art. 5º da Lei 9.678/1998) estabelece como se dá o cálculo da parcela da Gratificação de Estímulo à Docência - GED que será incluída no benefício previdenciário em favor do aposentado ou pensionista, afirmando que sua apuração será feita "a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu", ou, em caso de impossibilidade, pelo valor de 115 pontos. 3. O Tribunal a quo consignou que o disposto na Lei 9.678/1998 não disciplina a res in judicium deducta, mas sim o art. 40 da CF/1988 (na redação anterior à Emenda Constitucional 20/1998) e os arts. 40, 41 e 186 da Lei 8.112/1990. Concluiu que a legislação federal e constitucional preveem que a aposentadoria tem por base o termo "proventos", correspondente à soma do vencimento (retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei) e das vantagens pecuniárias permanentes instituída por lei. 4. É importante atentar para o fato de que o cálculo do benefício previdenciário é definido por uma equação na qual os componentes são a base de cálculo e a aplicação de percentual concernente à integralidade ou proporcionalidade da aposentadoria. É justamente em relação à alíquota, normalmente definida no padrão "percentual", que se diferencia a aposentadoria ou pensão integral da proporcional. 5. O que o Tribunal local firmou, portanto, é que a GED, por integrar a remuneração dos recorrentes (e, desse modo, a base de cálculo sobre a qual recairá a alíquota), está sujeita à incidência do coeficiente de proporcionalidade. 6. Conclui-se que são inconfundíveis o argumento dos agravantes (identificação do montante da GED) e a matéria decidida (sujeição do GED ao cálculo proporcional da aposentadoria devida). 7. As razões recursais encontram-se divorciadas do thema decidendum. O art. 5º da Lei 9.678/1998 não possui comando para infirmar os fundamentos do decisum impugnado, tampouco para sustentar a tese construída pelo recorrente. Súmula 284/STF. Nessa linha: AgRg no AgRg no REsp 1.339.842/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22/8/2013. 8. Agravo Regimental não provido." (STJ. AGRESP 1392757. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Herman Benjamin. DJE: 04/10/2013). 9. Oportuno mencionar, ainda, que o Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 266/2011, decidiu que as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos 'Quintos' e a Vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990. 10. Por todo o exposto, entendo que a gratificação de desempenho do servidor inativo na forma proporcional deve ser paga proporcionalmente. 11. Incidente conhecido e provido para afirmar a tese no sentido de que a gratificação de Desempenho em tela deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação." (PEDILEF nº 5001115-71.2014.4.04.7100, Relator Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzáles, DJ 11/02/2015) (grifei)
3. Desse modo, tenho que o agravo regimental interposto não deva ser conhecido, porquanto o entendimento esposado na decisão monocrática recorrida espelha o adotado por esta TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 156, no dia 23/10/2015 com incorreção no original.
PROCESSO:5001130-29.2013.4.04.7212
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LEOCYR GUIOTTO
PROC./ADV.:WILSON MARTINS DOS SANTOS
OAB:SC- 17465
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ACÓRDÃO EXTRA PETITA. NULIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELA INCIDÊNCIA AS SÚMULA TNU 43. TEMPO DE SERVIÇO. PEDREIRO. MANUSEIO DE CIMENTO. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE AO AGENTE QUÍMICO ÁLCALIS CÁUSTICO. REANÁLISE DA QUESTÃO VEDADA À LUZ DA SÚMULA 42-TNU.
A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina na parte em que, reformando a sentença, reconheceu como especial a atividade (manuseio de cimento) exercida pelo recorrido, no período de 02/05/1989 a 11/10/2000.
Alega que o acórdão impugnado não se pronunciou sobre a alegação de nulidade da sentença por ser esta extra petitia, sendo nulo. Aduz que o pedido autoral é de reconhecimento de atividade rural exclusivamente no período de 08/04/1971 a 31/07/1978, enquanto que a sentença reconheceu a atividade rural no período de 23/07/1973 a 30/04/1986, havendo julgamento além do pedido e contrariedade ao entendimento firmado pela TNU nos PEDILEF´s 2006.83.00.5162983 e 2007.70.00.09815.
Assevera que a Turma Recursal de origem, ao reconhecer o trabalho de pedreiro como atividade especial em razão do mero contato com cimento, contrariou o entendimento firmado pela TNU no PEDILEF 2007.72.95.001889-3, rel. juiz(a) federal Janilson Bezerra de Siqueira, dj de 30/11/2012.
Requereu a anulação do acórdão impugnado no ponto em que defere a averbação de atividade rural que excede o pedido constante da inicial, qual seja, o período de 23/07/1973 a 30/04/1986, e a sua reforma na parte em que declarou o direito da parte autora a computar como especial a atividade exercida no período de 02/05/1989 a 11/10/2000.
Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
Inicialmente, o acórdão impugnado não incorreu em julgamento extra petita, uma vez que a parte autora emendou a inicial tendo alargado seu pedido de prestação jurisdicional, que passou a abarcar, também, o período de 23/07/1973 a 30/04/1986. A parte ré, por sua vez, ao ser intimada acerca da emenda à inicial e dos documentos juntados, simplesmente pugnou pela improcedência dos pedidos, aduzindo que: "Quanto ao documento apresentado, é do ano de 1980. Portanto, posterior ao período no que se pleiteia o reconhecimento da atividade rural. Não sendo contemporâneo ao período, não demonstra a atividade rural".
Ainda que o acórdão recorrido não tenha se manifestado sobre a preliminar de nulidade suscitada pelo réu em seu recurso contra a sentença, nenhum reflexo à causa gerou a omissão do órgão judicial diante da evidente inexistência de nulidade a ser declarada, não havendo que se falar em ofensa ao princípio da adstrição ou da congruência.
De qualquer modo, a eventual admissão do recurso a tal fundamento encontra óbice intransponível na súmula 43, desta TNU ("não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Por outro lado, no que concerne à matéria de fundo, verifico que as instâncias ordinárias afirmaram haver prova documental suficiente de efetivo exercício de labor agrícola pela autora, no período de 23/07/1973 a 30/04/1986, de conformidade com diversos documentos por ela apresentados, corroborada por prova testemunhal que asseverou o exercício do trabalho rural em regime de economia familiar pela recorrida relativa a esse período, o que afasta a alegação de impossibilidade de reconhecimento de labor rural.
De outra parte, o acórdão recorrido reconheceu que a recorrida exerceu atividade de pedreiro no período de 17/06/1986 a 11/10/2000 sujeita a condições especiais em virtude do manuseio de cimento, conforme laudo técnico apresentado (evento 21). Nele há menção expressa de que, enquanto laborou junto à Sadia S/A no período mencionado, a funcionária manteve contato habitual e permanente com o agente químico álcalis cáustico (cimento), considerado pelo laudo como prejudicial à saúde e à integridade física do empregado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Não desconheço o entendimento desta TNU de que "não é possível reconhecer como especial o tempo de serviço de pedreiro em razão do mero contato com o cimento, notadamente porque, embora se reconheça o rol legal das atividades insalubres como meramente exemplificativo, a atividade desempenhada não pode ser considerada como de exposição do trabalhador a risco" (PEDILEF 200772950018893, Rel. juiz federal Janilson Bezerra de Siqueira, DJ 30/11/2012). E ainda vige a súmula 71, desta TNU, segundo a qual "o mero contato do pedreiro com o cimento não caracteriza condição especial de trabalho para fins previdenciários".

Todavia, na espécie consigno que o voto proferido pela turma recorrida partiu de uma situação de fato objeto de complexa e extensa análise sendo que a alteração de suas conclusões passa, necessariamente, pelo reexame de todo o conteúdo probatório, o que não é possível fazer-se nesta instância.

Com efeito, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais, é destinado apenas à uniformização de divergências surgidas sobre questões de direito decorrentes de fatos admitidos pelas instâncias ordinárias, porquanto a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não se constitui em instância revisora da análise da prova.

Na hipótese em exame, divergir da conclusão da Turma Recursal de origem, em todos os limites das questões decididas, traduzir-se-ia em reexame de matéria fática, o que não é possível na via do incidente de uniformização, a teor da Súmula 42 desta TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Em suma: o voto é pelo não conhecimento do recurso.

ACÓRDÃO

Nestes autos, em que são partes as pessoas acima referidas resolve a Turma Nacional de Uniformização, à unanimidade, não conhecer o pedido de uniformização, nos termos do voto do relator.

Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500782-80.2012.4.05.8203
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:EDINALDO FERREIRA LOPES
PROC./ADV.:SYLVIO MARCUS FERNANDES DE MIRANDA
OAB:PB-10882
REQUERENTE:ERALDO DE OLIVEIRA LOPES
PROC./ADV.:SYLVIO MARCUS FERNANDES DE MIRANDA
OAB:PB-10882
REQUERENTE:ERIVANIA MARIA DE OLIVEIRA LOPES
PROC./ADV.:SYLVIO MARCUS FERNANDES DE MIRANDA
OAB:PB-10882
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

VOTO CONDUTOR

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELOS AUTORES. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Prolatado acórdão pela Turma Recursal da Paraíba, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte de segurada especial, sob o fundamento de não comprovação da atividade rurícola por parte da instituidora do benefício.

2. Inconformados, os autores alegam que o acórdão impugnado, ao negar provimento ao recurso, demonstrou total divergência com os entendimentos consolidados nesta TNU estampados nos PEDILEF 2006.72.95.012026-9/SC e PEDILEF 2006.83.03.501599-0/PE, os quais, segundo afirma, demonstram que os documentos acostados aos autos pacificamente representam início de prova da atividade de agricultora por parte da falecida, Sra. Maria da Paz de Oliveira Lopes, por mais de 20 (vinte) anos.

3. Sustentam os recorrentes que há necessidade de correta valoração dos demais elementos de prova existentes nos autos, havendo ainda o dever judicial de fundamentar a decisão judicial mediante exposição dos motivos que levaram ao afastamento das demais provas, o que, segundo afirma, não foi feito pelas instâncias ordinárias.

4. O MM. Relator original, Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebêlo, por aplicação analógica da Questão de Ordem nº 17 desta TNU, anulou de ofício o acórdão, por ausência de fundamentação e determinou o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para que realize novo julgamento com fundamentação adequada e especificada a respeito dos fatos da causa.

5. Concessa maxima venia, divirjo do ilustre Relator para não conhecer do incidente. Explico.

6. A Turma Recursal de origem manteve pelos próprios fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido formulado na inicial. De acordo com o juiz a quo, não consta nos autos um único documento contemporâneo à morte da suposta segurada especial no qual indique que a falecida era efetivamente agricultora. Há nos autos sentença que retificou o registro público constando sua profissão como agricultora e uma declaração do sindicato posterior à data do óbito.

7. Como se vê, a sentença, mantida pelos próprios fundamentos pelo acórdão, apontou de forma clara o motivo que a levou a considerar que os autores não fazem jus ao postulado na inicial, qual seja, ausência de prova contemporânea ao óbito, firmando, assim, verdadeiro juízo de valor acerca do conjunto probatório constante nos autos. Portanto, conclui-se que o que os recorrentes pretendem na verdade é o reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42 .

8. Incidente de uniformização não conhecido.

9. É como voto.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.

Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5006087-53.2011.4.04.7112
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:EUNICE SOARES DE SOUZA
PROC./ADV.:MARIA SILESIA PEREIRA
OAB:RS 33.075
PROC./ADV.:MELISSA PEREIRA DUTRA
OAB:RS-59469
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE (DII). LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM 38-TNU. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU RESTABELECIDA.

A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, fixou o início do benefício de aposentadoria por invalidez na data do laudo pericial.

Alega o autor que o acórdão da Turma Recursal de origem, ao reconhecer o direito à concessão de aposentadoria por invalidez a partir da data da realização da perícia médica judicial (25/10/2010), e não da data do requerimento do benefício (NB: 537.499.383-2) na via administrativa (24/09/2009), contrariou o entendimento consolido pelo STJ no AgRg-REsp 988842/SP, 6ª Turma, Julgado em 19/08/2008, no AgRg-Ag 446168/SC, 6ª Turma, Julgado em 29/11/2005, e no REsp 748520/SP, 5ª Turma, Julgado em 12/09/2006, segundo o qual, tendo sido reconhecida a incapacidade em data anterior ao requerimento administrativo do benefício, é a partir deste que deve ser concedido.

Entendo comprovado o dissídio jurisprudencial acerca da matéria constante entre o acórdão da Turma Recursal de origem e os julgados paradigmas mencionados pela parte requerente, pelo que conheço o incidente.

Como se sabe, a TNU já firmou o entendimento de que "se a prova pericial realizada em juízo dá conta de que a incapacidade já existia na data do requerimento administrativo, esta é o termo inicial do benefício assistencial" (Súmula n.º 22). Decidiu também este Colegiado que o enunciado da Súmula n.º 22 da Turma Nacional se aplica aos casos em que a perícia judicial conseguiu especificar a data de início da incapacidade (DII), servindo de parâmetro inclusive em relação aos benefícios por incapacidade (cf. PEDILEF 05119134320124058400, JUIZ FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL, TNU, DOU 23/01/2015 PÁGINAS 68/160.).

No caso vertente, as instâncias ordinárias, com base no laudo do perito médico judicial afirmaram que a autora, portadora de Discopatia Degenerativa (CID 10 M51.3 e M50.3) e Estenose da válvula aórtica (CID I35.0), está incapaz parcial e permanentemente para o trabalho. Verifico que o perito afirmou peremptoriamente que a incapacidade da autora iniciou-se no ano de 2000.

O acórdão recorrido, diante da constatação da perícia médica judicial, reconheceu que, somadas às suas limitações socioeconômicas (idade avançada, baixa instrução e impossibilidade de reabilitação) faz a autora jus à aposentadoria por invalidez a partir de 25/10/2010, data da realização da perícia médica judicial, ao argumento de que a partir de tal marco teve início a incapacidade.

Contudo, apesar de não divergir da conclusão do acórdão recorrido pela concessão de aposentadoria por invalidez, máxime em face da Súmula 42 desta TNU, entendo que o pagamento do benefício deve retroagir à data do requerimento na via administrativa, tanto pelo fato de o laudo pericial ser claro quanto ao início da incapacidade (no ano 2000), quanto pela afirmação da Turma Recursal de origem de que "as doenças diagnosticadas implicavam uma série de limitações à autora ao exercício de diversas atividades laborativas, restringindo de tal maneira as opções da demandante que a reabilitação profissional mostra-se hipótese de difícil viabilidade prática no caso concreto".

Como dito acima, esta TNU entende que o termo inicial dos benefícios, seja por incapacidade, seja no de prestação continuada deve ser fixado na data do requerimento administrativo quando a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (TNU, Súmula n.º 22 e PEDILEF 05119134320124058400, JUIZ FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL, TNU, DOU 23/01/2015 PÁGINAS 68/160).

Dessa sorte, na situação posta à apreciação deste Colegiado, é lídimo que o termo inicial para pagamento das parcelas vencidas do benefício de aposentadoria por invalidez deveria ter sido fixado pela Turma Recursal na data do requerimento do benefício na via administrativa.

Ante o exposto, conheço o incidente de uniformização suscitado pela parte autora e dou-lhe provimento para aplicar a QO n.º 38 da TNU, a fim de restabelecer a sentença de primeiro grau que, corretamente, havia fixado a DIB na DER.

A Turma, por unanimidade, conheceu do incidente de uniformização e lhe deu provimento, nos termos no voto do(a) Juiz(a) Relator(a).

Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500725-83.2012.4.05.8002
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CÍCERO SOUSA DA SILVA
PROC./ADV.:ANA CAROLINA PINEIRO NEIVA PIRES
OAB:AL-7452
REQUERIDO(A):EDUARDO SOUSA DA SILVA
PROC./ADV.:ANA CAROLINA PINEIRO NEIVA PIRES
OAB:AL-7452
REQUERIDO(A):MARIA LÚCIA GALDINO DA SILVA
PROC./ADV.:ANA CAROLINA PINEIRO NEIVA PIRES
OAB:AL-7452
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONCESSÃO INICIAL DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA (ART. 103, DA LEI 8.213/91). INAPLICABILIDADE. QUESTÕES DE ORDEM 13 E 24 DA TNU. NÃO CONHECIDO.

A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, concedeu a benefício de pensão por morte.

Alega que o acórdão impugnado, ao não acolher a preliminar de decadência do direito da parte autora, divergiu do entendimento consagrado na Súmula 64 desta TNU. Aduz que, em virtude dos termos do art. 21,§ 1º da Lei 8.742/1993, não poderia o benefício assistencial gerar pensão por morte como fez o acórdão recorrido.

Sustenta que, tendo o benefício assistencial sido concedido em 09/03/2001 quando do ajuizamento da ação em 10/05/2012 não era mais possível se discutir a legalidade da concessão do benefício, em face da decadência, não sendo devida pensão por morte no caso.

Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

No caso vertente, as instâncias ordinárias afastaram a alegação de decadência argüida pelo recorrente e reconheceram o direito da parte autora (mãe e filhos) ao recebimento de pensão por morte. Para tanto, afirmaram que fora equivocada a concessão pelo INSS de benefício assistencial ao instituidor em 09/03/2001, posto ser este um trabalhador rural que àquela época preenchia todos os requisitos à percepção do benefício de aposentadoria rural por idade.

Todavia, entendo que inexiste a alegada divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência consolidada desta TNU, outrora veiculada no enunciado de sua Súmula nº 64, cancelada em 18/06/2015, cuja redação era a seguinte: "O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos". Referida súmula foi substituída pela Súmula de nº 81/TNU, editada em 24/06/2015, cuja redação, agora mais aprimorada, estabelece: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".

Com efeito, a Turma Recursal de origem longe de afrontar essa orientação jurisprudencial, expressa e claramente a reverenciou, na medida em que o caso julgado não cuida de revisão de benefício previdenciário, mas de concessão inicial de pedido de pensão por morte, cujo indeferimento do benefício na via administrativa ocorreu em 13/06/2011, em relação ao qual não incide a decadência (art. 103, "caput", da Lei 8.213/91).

Enfim, o acórdão recorrido está alinhado à jurisprudência desta TNU, bem como ao julgamento proferido pelo STF, na via da repercussão geral, segundo o qual: "o direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário" (RE 626489, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014).

Nesse contexto, o presente incidente não deve ser conhecido, consoante Questão de Ordem 24/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Incidência, ademais, da Questão de Ordem n. 13, desta TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ademais, o reexame dos motivos declinados no acórdão recorrido à concessão da pensão por morte à parte autora importaria revolvimento de matéria fática, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma.
Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Nos autos do feito em que são partes as pessoas acima referidas decida a Turma Nacional de Uniformização, por maioria, não conhecer o incidente de uniformização nos termos do voto do Juiz Relator. Vencido o Juiz Federal SÉRGIO QUEIROGA, que conhecia do incidente e lhe dava provimento.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5046995-32.2013.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:JANETE ROCHA
PROC./ADV.:JOÃO NATAL WOLFF BERTOTTI
OAB:PR-42980
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

VOTO- CONDUTOR (JUIZ FEDERAL FREDERICO KOEHLER)

EMENTA: BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE O **ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS. QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.**
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Paraná, que acolheu pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, porém, fixou a DIB na data do ajuizamento da demanda e não na data da cessação do benefício anterior.
- Alega a recorrente que, ao fixar a DIB na ocasião do ajuizamento da ação (21/09/2009), e não na data da cessação de benefício anterior (28/03/2003), o Acórdão recorrido contrariou o entendimento desta TNU, consolidado no enunciado de sua Súmula nº 22, bem como divergiu dos julgamentos proferidos pela Turma Recursal de Sergipe nos autos do processo nº 2008.85.00.505057-4, relator juiz federal Arthur Napoleão Teixeira Filho, julgado em 18/11/2009, e pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região no Incidente nº 0002573-56.2008.404.7251/SC, relator juiz federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, julgado em 21/05/2010, os quais albergariam a tese jurídica por ele sustentada.
- Contudo, entendo que o incidente não deve ser conhecido em razão de falta de similitude fática entre os julgados paradigmas e o Acórdão recorrido. Com efeito, o Acórdão de Origem assim se manifestou para fixar a DIB por ocasião do ajuizamento da demanda:
"(...) No entanto, merece ressalva a questão da data do início do benefício ora concedido. A parte autora requer a fixação da DIB na data da cessação do benefício anterior, ou seja, em 28/03/2003. Não é possível, entretanto, a fixação da DIB conforme requerido pela parte autora, uma vez que não restou demonstrada a presença do estado de miserabilidade desde tal data. Diante disso, entendo que a DIB deve ser fixada na data do ajuizamento da presente ação. (...)".
- Logo, não foi negado o entendimento firmado na Súmula 22/TNU: "Se a prova pericial realizada em juízo dá conta de que a incapacidade já existia na data do requerimento administrativo, esta é o termo inicial do benefício assistencial.". Mas, antes, levou-se em consideração o requisito da miserabilidade para fins de se fixar a DIB na data do ajuizamento da demanda, e não na da cessação do benefício anterior. Vale ressaltar que sequer houve a análise da questão atinente à incapacidade da requerente, em razão de ser matéria incontroversa nos autos.
- Por outro lado, o julgado oriundo da Turma Recursal de Sergipe (processo nº 2008.85.00.505057-4, relator juiz federal Arthur Napoleão Teixeira Filho, julgado em 18/11/2009), faz menção ao restabelecimento do benefício desde a data da cessação, porém, levando-se em conta apenas a questão da incapacidade. No mesmo sentido é o Acórdão paradigma da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região (Incidente nº 0002573-56.2008.404.7251/SC, relator juiz federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, julgado em 21/05/2010), o qual se fundamenta na Súmula 22/TNU, para fins de fixação da DIB na data do requerimento administrativo.
- Desse modo, não se evidencia a existência de similitude fática entre os julgados apontados pela recorrente, motivo pelo qual não se conhece do presente incidente, nos termos da Questão de Ordem n.º 22 da TNU.
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:2012.51.54.003570-1
ORIGEM:RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE:MARIA ALVES DE MESQUITA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

VOTO CONDUTOR

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Proferida decisão monocrática referendada pela Turma Recursal do Rio de Janeiro, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença, ao argumento de ausência de incapacidade laboral.
2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora. Alega a recorrente que, embora o laudo pericial, no qual se baseou o acórdão recorrido, afirme a ausência de incapacidade da parte, tal conclusão é contrária aos demais exames e pareceres médicos juntados aos autos, os quais atestam a existência de enfermidade incapacitante da autora, decorrente de miopia degenerativa em ambos os olhos, maculopatia mióptica avançada no olho direito - CID H 44.2 e H 54.1, com perda da visão, mais de 20% de defasagem no outro.
3. Sustenta que o acórdão recorrido divergiu do entendimento desta TNU, firmado no PEDILEF 200683005210084, em que reconhecida a nulidade do laudo pericial por violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, uma vez que o perito não respondeu adequadamente aos quesitos formulados pelo autor ou não analisou de forma crítica a documentação médica apresentada. Suscita, ainda, divergência com os julgamentos proferidos pelo STJ no AgRg no REsp 1000210/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 18/10/2010; e no AgRg no RESP 1.00.210/MG, e AgRg no REsp 1055886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 09/11/2009, segundo os quais, havendo incapacidade parcial, deve ser considerada a condição socioeconômica, profissional e cultural do segurado.
4. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU após agravo.
5. O MM. Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebêlo, Relator original do pedido de uniformização, conheceu do incidente de uniformização e anulou o acórdão recorrido a fim de que outro seja proferido mediante fundamentação expressa e individualizada, considerando todas as demais provas constantes dos autos, assim como a tese jurídica de que, havendo incapacidade parcial, deve ser considerada a condição socioeconômica, profissional e cultural do segurado.
6. Concessa maxima venia, divirjo do MM. Relator Original para não conhecer do Incidente. Explico.
7. A Turma Recursal de origem, mediante decisão monocrática referendada, manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença. Transcrevo, a seguir, excerto do julgado.
(...)
No caso em pauta, o cerne do mérito do recurso está relacionado com a discordância da autora, no que tange à conclusão pericial acerca do seu estado de saúde. Da análise do laudo acostado às fls. 29/35, extrai-se que o perito judicial constatou que não existe evidência clínica de doença de caráter incapacitante para a atividade laboral exercida pela autora. Relatou, ainda, que a mesma não apresentou elementos de convicção que caracterizassem incapacidade, assim como não apresenta limitação para realização de atividades genéricas do cotidiano e nem necessidade de acompanhamento constante de terceiros para seus cuidados pessoais. Portanto, tendo o perito judicial concluído pela inexistência de incapacidade laborativa, correto foi o entendimento do juizado ao julgar improcedente o pedido de restabelecimento do benefício de auxílio-doença, notadamente pela vasta informação acerca do verdadeiro estado de saúde da autora. Neste ínterim, constato que a perícia realizada no presente processo mostrou-se suficiente para o meu convencimento e esta é a razão pela qual concluo pela desnecessidade de retorno dos autos ao juizado para oportunizar a designação de um novo exame, visando, nesse caso, a menor onerosidade para o poder público. Outrossim, cumpre esclarecer que a autora pode retornar ao trabalho, sem prejuízo à continuidade do tratamento a que vem se submetendo para melhora dos sintomas da sua enfermidade. O fato de possuir uma lesão não significa, necessariamente, que está incapacitada. O fato de necessitar de tratamento não significa, obrigatoriamente, ter de se afastar de atividades laborativas. Apesar da enfermidade apresentada e dos seus sintomas, mas inexistindo incapacidade laborativa, não faz jus a autora ao benefício pretendido, pois há diferença entre ser portador de enfermidade e estar incapaz para o trabalho, condições que não se devem confundir. O auxílio doença foi concebido para amparar o trabalhador que esteja incapacitado profissionalmente. Ser portador de enfermidade, e não de incapacidade, é contingência social que não deflagra a concessão ou restabelecimento do benefício. Ademais, o laudo apresentado às fls. 29/35, que serviu de base para a prolação da sentença, foi elaborado por perito judicial de confiança do juizado, sendo, portanto, consideradas imparciais as suas afirmações, razão pela qual devem prevalecer para o convencimento da presente Turma Recursal. O laudo pericial foi esclarecedor acerca da capacidade da autora e não demonstra qualquer vício que possa ensejar alguma nulidade e, sendo assim, inexistem razões para que haja decisão em sentido contrário.
(...)
8. Como se vê, a Turma Recursal de origem apontou de forma clara e bem fundamentada os motivos que a levaram a considerar que a parte autora não faz jus ao postulado na inicial, eis que firmado verdadeiro juízo de valor acerca do conjunto probatório constante nos autos. Assim, conclui-se que o que a recorrente pretende na verdade é o reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42 .
9. Incidente de uniformização não conhecido.
10. É como voto.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0504443-38.2010.4.05.8300
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:HELENA MARIA FERREIRA BRANDÃO
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB:PE-20418
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR URBANO. DESNECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS EXIGIDOS EM LEI. IRRELEVÂNCIA DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE.
A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por idade urbana, ao fundamento de que não restaram demonstrados os requisitos legais.
Alega a autora que o acórdão da Turma Recursal de origem, ao afirmar que não é cabível o benefício porque não foram vertidas contribuições após a entrada em vigor da Lei 8.213/91, entrou em contradição com o julgamento proferido por esta TNU no PEDILEF 200872650011307, juiz federal Paulo Ricardo Arena Filho, DOU 30/08/2011, e pelo STJ no REsp 513.688/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/06/2003, DJ 04/08/2003, p. 419, segundo os quais se tiver sido implementada a carência exigida pela lei então vigente, fica resguardado o direito à concessão da aposentadoria por idade, sendo irrelevante a ausência da qualidade de segurado quando do preenchimento do requisito etário ou a posterior majoração do período contributivo necessário.
Entendo comprovado o dissídio jurisprudencial acerca da matéria tendo-se em vista a decisão da Turma Recursal de origem posta em confronto com os julgados divergentes do STJ e da TNU apresentados.
Na espécie, apesar de reconhecido, pelas instâncias ordinárias, que a autora já havia completado 60 anos de idade no ano de 2002, época em que se exigia o recolhimento de 126 contribuições aos cofres da Previdência (art. 142 da Lei 8.213/91), bem como já ter ela recolhido 154 contribuições, pois trabalhou no período de 1969 a 1982 (além disso, verteu contribuições no período de 1/2008 até 09/2009), ainda assim indeferiu a Turma Recursal de origem o pleito de concessão de aposentadoria por idade, ao argumento de que não possuía a autora, hoje com 73 anos de idade, a qualidade de segurada à época da edição da Lei 8.213/91.
Ocorre que, com o advento da Lei nº 10.666/2003, a perda da qualidade de segurado tornou-se irrelevante para a concessão da aposentadoria por idade, desde que o segurado já contasse com o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência, na data de requerimento do benefício.
De fato, o artigo 3º, §1º, da Lei 10.666/2003 elucidou todas as dúvidas quanto à aplicação do artigo 142 da Lei 8.213/91, trilhando o entendimento de que a qualidade de segurado é dispensável no momento da implementação das demais condições do benefício, por interpretação dada ao artigo 102, § 1º, da própria Lei 8.213/1991, atentando-se ao fim social a que se destina, tendo-se em vista a dificuldade que a pessoa em idade avançada tem, como regra, em manter-se no mercado de trabalho.
Diante disso, entendo que o acórdão recorrido merece reforma, vez que em dissonância com essa orientação, bem ainda com o posicionamento firmado por esta TNU e pelo STJ, segundo o qual a regra transitória do artigo 142 da Lei de Benefícios nº 8213/91 é aplicável ainda que tenha havido perda e reaquisição da qualidade de segurado, conforme ementa dos julgados que a seguir transcrevo:
"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR URBANO. DESNECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS EXIGIDOS EM LEI. PERDA E REAQUISIÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO IRRELEVÂNCIA DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE.
1. Para a concessão de aposentadoria por idade do trabalhador urbano não é necessária a comprovação da qualidade de segurado no momento do requerimento do benefício, com a condição de que o beneficiário, que tenha atingido a idade, conte com o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência. 2. É

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

aplicável a regra transitória do artigo 142 da Lei de Benefícios nº 8213/91, tendo em vista que não há nenhuma vedação à aplicação da Lei 10.666/03, que permite que os requisitos da aposentadoria sejam preenchidos de forma não simultânea e a referida regra de transição. 3. Demonstrados os requisitos estabelecidos em lei que dispensam na aposentadoria opor idade urbana simultaneamente, afigura-se cabível benefício referido.4. Incidente conhecido e provido.
(PEDILEF 200671950087616, juíza federal ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, DOU 11/03/2011)
"Previdenciário. Aposentadoria por idade. Carência. Regra de transição prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91. Aplicação aos segurados inscritos antes da edição da norma. Perda da qualidade.
Irrelevância. Requisitos preenchidos anteriormente. Precedentes da Terceira Seção. Agravo regimental improvido.
(AgRg no REsp 690.563/SC, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 13/11/2007, DJ 11/02/2008, p. 1)".
Acrescento ser pacífico o entendimento desta Turma Nacional no sentido de que, em se tratando de aposentadoria por idade urbana, não há necessidade de que os requisitos idade e carência sejam implementados simultaneamente. Assim, atendido o pressuposto etário, firma-se o prazo de carência do benefício pleiteado, com base na tabela constante do art. 142 da Lei 8.213/91, nada obstando que a mesma seja satisfeita posteriormente. (PEDILEF 2005.72.95.01.7041-4. Relator: Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port. DJe:03/10/2009).
Ante o exposto, com amparo na questão de ordem n. 38, da TNU, conheço o Pedido de Uniformização e dou-lhe provimento para, reformando o acórdão recorrido, julgar procedente o pedido autoral de concessão de Aposentadoria por Idade Urbana, com pagamento das prestações retroativas a contar do requerimento do benefício na via administrativa (07/11/2008), com incidência de juros de mora a partir da citação e correção monetária nos termos do Manual de Cálculos do CJF.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer o Pedido de Uniformização e dar-lhe provimento, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0510075-15.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA DE FÁTIMA XIMENES DA ROCHA
PROC./ADV.:ROBERTO GOMES FERREIRA
OAB:DF-11723
PROC./ADV.:FERNANDO DE HOLANDA PAIVA NUNES
OAB:DF-46221
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. APOSENTADORIA NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. PARCIAL CONCOMITÂNCIA DAS ATIVIDADES PRESTADAS NO RGPS. INEXISTÊNCIA DE CONTAGEM DO MESMO TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS DISTINTOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. DIVERGÊNCIA NÃO CARACTERIZADA. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade à parte autora.
Alega o recorrente que o acórdão impugnado diverge do entendimento firmado pela 3ª Turma Recursal da Subseção Judiciária do Estado de São Paulo (Processo 00040600820074036319 - 3ª Turma Recursal - SP DJ 11/04/2012), bem como dos acórdãos proferidos pelo TRF da 1ª Região (AC 200201990241954/RO) e pelo TRF da 5ª Região (AC 200205000042340/PB).
Sustenta que o período de 20/11/1972 a 22/02/1984, o trabalho prestado pelo recorrido ao Hospital das Forças Armadas sob o regime celetista foi considerado na aposentadoria estatutária concedida ao autor, o que impede novo cômputo para a aposentadoria pelo RGPS ante a concomitância e submissão ao mesmo regime de previdência, consoante dispõe o art. 127 do Decreto n. 3.048/99, que repete o disposto no art. 96 da Lei 8.213/91.
A recorrente é aposentada pelo Regime Próprio de Previdência - RGPP, junto ao Governo do Distrito Federal, por haver exercido o cargo efetivo de professora (período de 23/02/1984 a 15/09/2003). Segundo a Turma Recursal de origem, este foi o tempo de serviço por ela utilizado para obtenção de sua aposentadoria estatutária perante aquele ente federal.
Consoante o acórdão impugnado, a recorrida possui ainda outros vínculos distintos daqueles, laborados sob a égide do RGPS: de 15/09/1976 a 30/04/1979 (Fundação Hospitalar do Distrito Federal); 14/12/1981 a 14/01/1982 (SELEN); 23/02/1984 a 15/04/1988 (Hospital das Forças Armadas); 01/02/2006 a 31/08/2009 (CI); 01/10/2009 a 30/09/2010 (CI); 01/11/2010 a 31/08/2012 (CI); 01/09/2012 a 30/04/2013 (CI); e 01/06/2013 a 30/06/2014 (CI), períodos esses, segundo o aresto hostilizado, suficientes para a obtenção de novo benefício, desta feita de aposentadoria por idade, junto ao INSS.
Como dito pela Turma Recursal de origem: "embora os dois primeiros interstícios (15/09/1976 a 30/04/1979 e 14/12/1981 a 14/01/1982) tenham sido exercidos em concomitância com o período averbado pela Secretaria de Educação do DF - todos no RGPS -, eles devem ser computados para a aposentadoria requerida no RGPS. A uma, porque na hipótese não incide a sistemática do art. 32 da Lei nº 8.213/91, que prevê a soma dos salários de contribuição das atividades exercidas, tendo em vista que tal dispositivo é aplicável apenas às aposentadorias concedidas no RGPS. A duas, porque, tendo a aposentadoria estatutária sido concedida antes da EC nº 41/2003, tais períodos e seus respectivos salários de contribuição foram irrelevantes, já que o salário do benefício do RPPS observou a integralidade da remuneração do cargo no cálculo dos proventos. Com maior razão, é passível de ser computado no cálculo do tempo de serviço da aposentadoria por idade no RGPS o interregno de 23/02/1984 a 15/04/1988, uma vez que prestado em concomitância, mas em regimes distintos".
Destarte, o paradigma invocado mostra-se incabível à comprovação da alegada divergência, uma vez que baseado em matéria fática distinta do caso em julgamento, tratando, ademais, de revisão de aposentadoria por idade concedida pelo RGPS, com utilização de tempos de serviços concomitantes (de professora e de vigilante), e não do direito ao recebimento simultâneo de benefícios em ambos os regimes.
Confira-se o teor do paradigma colacionado:
"A parte autora propôs a presente demanda objetivando a revisão de renda mensal inicial alegando o autor, em síntese, que o INSS, ao deferir sua aposentadoria por idade, atribuiu valor incorreto a sua RMI, eis que não considerou, no PBC, as contribuições no período de junho/1999 a fevereiro/2000, assim como as contribuições referente à atividade secundária no período de julho/1994 a agosto/1996.
A r. sentença julgou o pedido procedente, para condenar o INSS à revisão da aposentadoria por idade conforme pleiteado, devendo a RMI ser alterada para R$ 976,74 (novecentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos), conforme cálculo elaborado pela contadoria judicial, bem como pagamento dos atrasados.
A Autarquia-ré ingressou com recurso alegando, em síntese, que devem ser desconsiderados os 20% (vinte por cento) dos menores salários de contribuição e, ainda, inaplicabilidade do art. 32 da lei 8213/91 em casos de períodos concomitantes referentes a regimes distintos (RGPS e RPPS).
Razão em parte assiste ao recorrente.
(...)
Nestes termos, em consulta ao CNIS, observo que no período declarado às fls. 13 (inicialprovas.pdf) de 07/1994 a 08/1996 de atividade exercida no Governo do Estado de São Paulo coincidem com a atividade de porteiro exercida no Condomínio Residencial Parque das Camélias (celetista). Pertencendo a regimes diversos, não há que se falar na soma de períodos determinada pelo art. 32 da Lei 8.213/91, como procedido pela contadoria.
Nesse sentido destaco posicionamento jurisprudencial:
(...)
(STJ, REsp nº 939.031/RS, Relator o Ministro Paulo Gallotti, DJ de 7.11.2007).
Ante ao exposto, dou parcial provimento ao recurso do INSS, somente para reconhecer a inaplicabilidade do art. 32 da Lei 8.213/91 aos casos de períodos concomitantes exercidos em regimes diversos (RGPS e RPPS).
Assim, o incidente de uniformização interposto não merece conhecimento, sendo aplicável ao caso a Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ademais, entendo que a mencionada decisão não desrespeitou a jurisprudência consolidada desta TNU sobre a matéria, segundo a qual não há óbice à percepção de duas aposentadorias em regimes distintos, quando os tempos de serviços realizados em atividades concomitantes sejam computados em regimes diferenciados, havendo a respectiva contribuição para cada um deles (PEDILEF 200771580048250, Rel. juíza federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 28/05/2012).
A propósito, a jurisprudência dominante do STJ também é nesse sentido:
"É firme o entendimento desta Corte de que o exercício simultâneo de atividades vinculadas a regime próprio e ao regime geral, havendo a respectiva contribuição, não obstaculiza o direito ao recebimento simultâneo de benefícios em ambos os regimes". (AgRg no REsp 1410874/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 07/04/2014)
Nesse aspecto, há a incidência da Questão de Ordem nº 13 deste Colegiado, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Como é cediço, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais, é destinado apenas à uniformização de divergências surgidas sobre questões de direito decorrentes de fatos admitidos pelas instâncias ordinárias, porquanto a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não se constitui em instância revisora da análise da prova.
Na hipótese em exame, na verdade, a pretensão recursal ventilada no incidente pelo requerente se traduz, também, no reexame de matéria fática com o intuito de forçar uma conclusão diversa da adotada pelo acórdão impugnado, o que não é possível, a teor da Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Por fim, em relação aos paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais, não são válidos para comprovar o dissenso jurisprudencial, não atendendo a regra do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001, consoante remansosa jurisprudência deste Colegiado Nacional.
Assim sendo, o pedido de uniformização não merece ser conhecido, estando ausentes os requisitos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5006460-58.2013.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOÃO ALEIXO FERREIRA
PROC./ADV.:ANDRÉ BENEDETTI DE OLIVEIRA
OAB:PR-31245
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 81 DA TNU. TEMA NÃO APRECIADO PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA QUANDO CONCEDIDO O BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença de improcedência, afastou a decadência e reconheceu especialidade de período de labor, condenando o INSS a proceder à revisão da aposentadoria por idade, concedendo-lhe aposentadoria especial.
Sustenta o recorrente que o acórdão da Turma Recursal de origem diverge da jurisprudência desta TNU exarado no PEDILEF 0507059-60.2008.4.05.8201, segundo o a qual deve incidir o prazo decadencial do artigo 103 da Lei 8.213/91, conforme Súmula 64/TNU, sobre situação (ainda que reflexa) que implique alteração do ato de concessão do benefício.
Alega que ocorreu a decadência do direito de revisão, tendo em vista que a ação foi ajuizada mais de dez anos após o ato de concessão da aposentadoria ou após a data de início de vigência da MP 1.523-9/97, tendo o acórdão recorrido dado interpretação restritiva ao dispositivo legal mencionado ao retirar de seu âmbito de incidência os pedidos de revisão do ato administrativo, quando as questões veiculadas não foram suscitadas ou decididas na seara administrativa por ocasião da concessão/ indeferimento de benefício previdenciário.
Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
No caso vertente, insurge-se o INSS contra sua condenação ao reconhecimento como tempo de serviço especial, de trabalhos do autor executados nos períodos de 08/01/1962 a 14/05/1970, 04/06/1970 a 30/04/1974, 01/05/1974 a 31/12/1986 e 01/01/1987 a 13/10/1992, e da concessão de revisão da aposentadoria proporcional (NB n°. 087.244.172-5, concedida em 14/10/1992) com conversão desta em aposentadoria especial, ao argumento de ter havido decadência.
Como se sabe, a revisão de RMI sujeita-se ao lapso de decadência de 10 (dez) anos, nos termos do art. 103 da Lei 8.213/91, ainda que o benefício tenha sido concedido antes da entrada em vigor da alteração legislativa do art. 103 da Lei 8.213/91 instituída pela Medida Provisória 1.523/1997. Neste caso, o termo inicial do prazo decadencial é a data da publicação da norma instituidora do referido prazo decenal, qual seja, 28/6/1997 (STF, Rel. Min. Roberto Barroso, Decisão Monocrática no AI n. 785.568 / RS, DJe-246, Public 13/12/2013; STJ, Recursos Especiais Repetitivos 1.309.529/PR e 1.326.114/SC).
Todavia, no caso vertente, consoante reconhecido pelo acórdão impugnado, ainda que tenham decorrido mais de dez anos entre a concessão do benefício do autor (14/10/1992, NB n°. 087.244.172-5) e o ajuizamento da presente ação revisional, não há que se falar em decadência do direito, uma vez que a Administração não apreciou na via administrativa a inclusão de tempo de serviço especial exercido pelo autor por ocasião do ato inicial de concessão do benefício, não se manifestando, portanto, sobre o deferimento ou indeferimento de sua inclusão.
No magistério da jurisprudência do STJ, "por ato de concessão deve ser entendida toda matéria relativa aos requisitos e critérios de cálculo do benefício submetida ao INSS no requerimento do benefício, do que pode resultar o deferimento ou indeferimento do pleito" (cf. STJ, EDcl no REsp 1429312/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 03/09/2015).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Como dito, a pretensão veiculada consiste na revisão da renda mensal inicial - RMI do benefício de aposentadoria por tempo de serviço do autor em razão de tempo de serviço especial não computado, tema este não apreciado pela Administração Previdenciária, por isso que não há falar em decadência.
Segundo consignou a Turma Recursal de origem, somente em 01/06/2010 o segurado requereu na via administrativa a revisão do benefício (aposentadoria por tempo de serviço), juntando documentação comprobatória da natureza especial dos períodos trabalhados, sendo que o pleito foi indeferido pela Administração com base na alegação de ocorrência da decadência.
Todavia, o equívoco perpetrado pela autarquia previdenciária deve ser sanado mediante aplicação do enunciado da Súmula 81 da jurisprudência desta TNU: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".
Com efeito, consoante vem decidindo esta TNU, não há como olvidar "a Administração tinha o dever de orientar o segurado para que ele tivesse acesso ao benefício mais favorável - dever que resulta não apenas dos princípios da moralidade, da eficiência e da publicidade insculpidos no art. 37 da CF/88 - mas também da observância da legalidade, porquanto a orientação consta hoje do art. 621 da IN n.º 45/10. Assim, não faz sentido imputar ao segurado os efeitos de falha que decorreu da atuação defeituosa da administração por uma interpretação extensiva do enunciado normativo do caput do art. 103 da LBPS" (PEDILEF 05023068320104058300, relator juiz federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, julgado em 18/06/2015)
A propósito, essa orientação segue a linha do entendimento que também vem adotando o STJ em hipótese semelhante ao caso ora julgado, conforme precedente que abaixo reproduzo:
PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. CÔMPUTO DE TEMPO RURAL. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA NÃO APRECIADO PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA QUANDO CONCEDIDO O BENEFÍCIO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
1. De acordo com os Recursos Especiais Repetitivos 1.309.529/PR e 1.326.114/SC, incide o prazo de decadência do artigo 103 caput da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, ao benefício concedido anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência, isto é, 28/6/1997.
2. É possível afirmar que por ato de concessão deve ser entendida toda matéria relativa aos requisitos e critérios de cálculo do benefício submetida ao INSS no requerimento do benefício, do que pode resultar o deferimento ou indeferimento do pleito.
3. No presente caso, a pretensão veiculada consiste na revisão da renda mensal inicial do benefício em razão de tempo rural não computado, tema não apreciado pela Administração. Por isso não há falar em decadência.
4. Recurso especial conhecido e não provido.
(REsp 1429312/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 28/05/2015)
Diante desse contexto, entendo que inexiste transgressão à jurisprudência consolidada desta TNU (Súmula 81) sobre a matéria, devendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 13 deste Colegiado, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002407-69.2011.4.04.7206
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):PEDRO AUGUSTO LIMA
PROC./ADV.:SANDRA MARIA JÚLIO GONÇALVES
OAB:SC 7.740
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MOTORISTA DE CAMINHÃO TANQUE. PRODUTOS INFLAMÁVEIS. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS E PERIGOSOS. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DO TNU. NÃO CONHECIDO.
A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto pelo INSS contra acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido formulado pela parte autora, reconhecendo como tempo de serviço especial a exposição do autor à periculosidade.
Sustenta o recorrente que o acórdão impugnado diverge das decisões proferidas por esta TNU (PEDILEF 2005.70.51.003800-1, Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, julgado em 14/09/2009) e pelo STJ (AgRg no REsp 936481/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 17/12/2010), segundo as quais não se reconhece como tempo especial o decorrente da sujeição do segurado a atividade perigosa, seja pelo uso de arma de fogo, por risco de explosão, ou por contato com eletricidade acima de 250v.
Alega, em síntese, que as tarefas exercidas pelo autor não o expunham aos agentes nocivos previstos no regulamento, divergindo por isso o acórdão impugnado do entendimento jurisprudencial acima mencionado, transgredindo ainda os artigos 57 e 58 da Lei 8.213/91 e a inteligência do Decreto nº 2.172/97 ao reconhecer atividade especial sem o embasamento pertinente.
Aduz que a simples conclusão de laudo pericial acerca da natureza prejudicial à saúde da atividade não é suficiente ao reconhecimento do tempo de serviço especial, uma vez que a exposição à periculosidade deixou de constar no Decreto regulamentador da Lei de Benefícios desde a edição do Decreto 2.172/97, o que, segundo acrescenta, indica que a partir daí qualquer enquadramento especial com fulcro na pretensa nocividade à saúde com base nesta situação, ainda que fundada em laudo pericial, é indevido, sob pena de afronta direta aos arts. 97 e 201, caput e § 1º, da CF/88, dado o disposto nos artigos 57 e 58, ambos da Lei 8.213/91, e decretos regulamentadores da Lei de Benefícios (Decretos 2.172/97 e 3.048/99).
Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
No caso vertente, na verdade o recorrente tenciona suscitar dúvida sobre o real desempenho da atividade exercida pelo recorrente, aduzindo não se revestir de natureza especial. Esta, todavia, foi expressamente admitida pelo acórdão recorrido como perigosa em face da comprovação da exposição do autor a agentes nocivos ou prejudiciais à saúde ou integridade física de modo habitual e permanente.
Com efeito, segundo o acórdão impugnado: "nos períodos em questão (29.04.1995 a 29.02.1996, 01.03.1996 a 26.05.2001, 02.07.2001 a 14.01.2002 e 01.08.2002 a 01.11.2002), a parte autora exerceu a função de 'motorista de caminhão tanque', no transporte de combustíveis, sendo que o laudo técnico judicial demonstrou que nessa condição ficava exposto aos riscos decorrentes da atividade e operações com inflamáveis. O laudo técnico aponta que havia trabalho com habitual e permanente exposição a riscos com inflamáveis".
Como dito anteriormente, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais, é destinado apenas à uniformização de divergências surgidas sobre questões de direito decorrentes de fatos admitidos pelas instâncias ordinárias, porquanto a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não se constitui em instância revisora da análise da prova.
Na espécie, uma vez que a análise da pretensão do requerente se traduz no reconhecimento de situação fática não admitida pelo acórdão impugnado, não é possível o conhecimento do incidente (Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
A propósito, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização: "É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido" (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Ademais, os paradigmas trazidos à colação (da TNU e do STJ) perfilham idêntica tese jurídica daquela sustentada pelo acórdão recorrido, qual seja, a impossibilidade enquadramento em atividade especial apenas com base na categoria profissional a partir do advento do Decreto 2.172/97, reconhecendo-se, contudo, a possibilidade cômputo como especial do período em que restar comprovada a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos, químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou integridade física, na atividade desenvolvida pelo segurado.
Com efeito, após mencionar as sucessivas leis sobre a matéria (Leis 9.032/95, 9.528/97; Decretos 53.831/64 e 4.882/2003) e julgados desta TNU relativos ao assunto (PEDILEF´s 2005.72.95.002914-6/SC, 2007.32.00.705228-2, 0006222-92.2009.404.725, Súmula n.º 32/TNU, dentre outras), reconheceu a Turma Recursal de origem que a partir da Lei 9.032/95: "a contagem passou a ser condicionada à apresentação de prova da efetiva exposição do trabalhador a condições agressivas a sua saúde física. Posteriormente, a Lei nº 9.528/97 passou a exigir, inclusive, o laudo técnico de condições ambientais do trabalho a ser emitido pela empresa".
Assim sendo, por qualquer ângulo em que analisado o presente recurso, entendo que não deva ser conhecido, a teor do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, posto não comprovada a alegada divergência sobre questões de direito material, restando claro que a pretensão do recorrente não é uniformizar jurisprudência, mas rediscutir matéria de fato, o que não é cabível em sede de uniformização de jurisprudência (Súmula 42 da TNU).
Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5010740-68.2011.4.04.7122
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GUARACI DA SILVA MARIA
PROC./ADV.:ÁUREA CONCEIÇÃO SCHMITT
OAB:RS-17622
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CÔMPUTO DO PERÍODO EM GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA COMO CARÊNCIA QUANDO INTERCALADO COM O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORAL. SÚMULA 73 DA TNU. POSSIBILIDADE. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto pelo INSS contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu o direito à averbação de tempo de serviço, ao fundamento de que os requisitos legais foram cumpridos.
Sustenta o recorrente que o entendimento da Turma Recursal de origem diverge de orientação pacificada pela TNU no PEDILEF 2008.72.54.00.1356-5, segundo o qual não deve ser computado o período em que o segurado esteve em gozo de benefício por incapacidade quando não seja intercalado pelo exercício de atividade laboral.
Alega que o acórdão recorrido e o paradigma foram proferidos em circunstâncias idênticas, tendo aquele alargado exageradamente o conceito legal de carência ao reputar válida a contabilização do período no qual se encontrava o segurado em gozo de benefício previdenciário por incapacidade para o preenchimento da carência exige, ainda que o período de gozo do benefício por incapacidade não seja precedido e sucedido por um período de exercício de atividade laboral.
Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça
No caso vertente, as instâncias ordinárias reconheceram como tempo de serviço especial aquele prestado na atividade de pedreiro pelo autor nos períodos de 01/04/1972 a 09/01/1973, 01/02/1973 a 01/03/1973 e 10/05/73 a 15/10/73, bem ainda como tempo de serviço o período em que esteve em gozo de auxílio-doença (de 17/03/1978 a 17/07/1980), determinando a averbação de 7 anos, 2 meses e 25 dias para ser acrescido ao tempo de serviço comum de 24 anos, 5 meses e 13 dias, este já reconhecido administrativamente pelo INSS, totalizado 31 anos, 8 meses e 8 dias de tempo de serviço a ser averbado.
Destaco que o autor percebe aposentadoria por invalidez previdenciária (NB 110.701.327-2) desde 22/12/1998, pretendendo nesta ação o reconhecimento do tempo de serviço para fins de posterior conversão em aposentadoria por tempo de contribuição, computando-se neste o período em que esteve em gozo de auxílio-doença (de 17/03/1978 a 17/07/1980), objeto de discussão neste incidente.
Efetivamente, esta Turma Nacional de Uniformização já se manifestou por diversas vezes sobre o tema controvertido (cf. PEDILEF 00491277920094036301, Juiz Federal Boaventura João Andrade, TNU, DOU 24/10/2014 PÁGINAS 126/240), firmando a tese de que para qualquer benefício por incapacidade somente se considerará no período básico de cálculo da renda mensal inicial - RMI a renda mensal de benefício por incapacidade que o preceda, se houver a intercalação de período contributivo (Súmula 73 da TNU).
É compreensão deste Colegiado que o STF por ocasião do julgamento do RE 583834, Rel. Min. Ayres Britto, julgado em 12/06/2008, na via da repercussão geral, não pretendeu limitar a consideração da renda mensal de benefício por incapacidade como salário-de-contribuição aos casos de aposentadoria por invalidez antecedido por auxílio-doença, mas sim que um benefício por incapacidade antecedido por outro benefício por incapacidade somente deve levar em consideração as rendas mensais do anterior se houver a intercalação por período contributivo, que demanda novo cálculo da RMI e do período base de cálculo (cf. PEDILEF 50055892320124047208, Juíza Federal Kyu Soon Lee, TNU, DOU 24/10/2014 PÁGINAS 126/240.).
A propósito, a Suprema Corte vem-se pronunciando no sentido de que o referido entendimento se aplica, inclusive, para fins de cômputo da carência, e não apenas para cálculo do tempo de contribuição (ARE 746835 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 19/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-195 DIVULG 06-10-2014 PUBLIC 07-10-2014)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No caso, a sentença e o acórdão impugnado fazem referência à CTPS e documentos anexados à inicial comprobatórios do exercício de labor pelo recorrido tanto antes quanto depois do período questionado - 17/03/1978 a 17/07/1980, quando percebeu auxílio-doença, concluindo ter havido intercalação de período contributivo antes e depois do benefício previdenciário, e de que não há óbice a que este seja computado no período básico de cálculo da renda mensal inicial de benefício por incapacidade.
De fato, consoante cópia do processo administrativo que resultou no indeferimento do benefício na via administrativa, anexada à inicial, o autor laborou anteriormente à percepção do auxílio-doença para a empresa ZIVI S/A, de 16/01/1975 a 24/01/1978, quanto posteriormente ao recebimento do auxílio para as empresas: Sociedade Povir Científico (de 07/05/1981 a 05/08/1981), A Araújo S/A Engenharia e Montagens (20/05/1982 a 13/07/1982), bem como para diversas outras depois dessa última data, sendo incensurável a inclusão no período básico de cálculo da renda mensal inicial - RMI da renda mensal de benefício por incapacidade.
Assim, as instâncias ordinárias longe de terem contrariado, na verdade deram correta aplicação ao entendimento desta TNU consolidado em sua Súmula 73: "O tempo de gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez não decorrentes de acidente de trabalho só pode ser computado como tempo de contribuição ou para fins de carência quando intercalado entre períodos nos quais houve recolhimento de contribuições para a previdência social".
Incidência, na espécie, da Questão de Ordem nº 13 deste Colegiado, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500846-86.2009.4.05.8303
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ AMILTON DA SILVA
PROC./ADV.:JOSÉ AUGUSTO DE MACEDO MAIA
OAB:PB-12314
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS). COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. NECESSIDADE. SÚMULAS 79 E 80 DA TNU. ACÓRDÃO ANULADO.
A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de benefício assistencial à parte autora.
Sustenta a recorrente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência desta TNU (PEDILEF 200581100546980, PEDILEF 2008.81.02.504871-0, PEDILEF 2008.81.02.504871-0, e PEDILEF 2004.81.10.024245-6), segundo a qual é necessária a produção de laudo socioeconômico, quando não seja possível comprovar a hipossuficiência por outros meios idôneos e hábeis.
Alega que o acórdão recorrido reconheceu a situação de miserabilidade da parte autora com base apenas nas informações unilaterais prestadas pela demandante, não tendo sido realizada audiência de conciliação, instrução e julgamento, tampouco confecção de laudo socioeconômico ou qualquer documento equivalente (mandado de constatação por oficial de justiça, etc.), o que não se coaduna com a jurisprudência acima mencionada da TNU.
Aduz que, assim agindo, a Turma Recursal de Origem negou vigência a dispositivos de lei federal, quais sejam, o art. 20, § 3º da Lei 8.742/93, adotando, também, entendimento oposto a acórdão oriundo da TNU (PEDILEF n. 2006.81.10.000341-0), onde ficou assentada a nulidade de acórdão em razão da não realização de perícia social.
Entendo comprovado o dissídio jurisprudencial acerca da matéria constante entre o acórdão da Turma Recursal de origem e os julgados paradigmas mencionados pelo requerente, pelo que conheço o presente incidente.
No caso vertente, apesar de a perícia médica ter atestado a incapacidade total e permanente da autora, efetivamente não houve a realização de perícia socioeconômica de sorte que não há, nos autos, elementos suficientes para aferir a situação social e econômica da parte autora. Destaco que o indeferimento do requerimento na via administrativa pelo INSS fundou-se na ausência de incapacidade e no não atendimento ao requisito da miserabilidade, também alegados na contestação, daí que a produção da prova reclamada realmente se mostra necessária ao julgamento da causa, sendo insuficiente a declaração unilateral produzida pela parte autora, por meio de formulário padronizado do juízo e anexada à inicial.
Nesse contexto, entendo que houve negativa de vigência ao art. 20, § 3º da Lei 8.742/93, ao se posicionar a Turma Recursal pela desnecessidade de realização da prova mencionada, além de contrariedade à jurisprudência pacífica desta TNU sobre o assunto, consolidada na Súmula 80, segundo a qual: "Nos pedidos de benefício de prestação continuada (LOAS), tendo em vista o advento da Lei 12.470/11, para adequada valoração dos fatores ambientais, sociais, econômicos e pessoais que impactam na participação da pessoa com deficiência na sociedade, é necessária a realização de avaliação social por assistente social ou outras providências aptas a revelar a efetiva condição vivida no meio social pelo requerente".
Transgrediu ainda o acórdão recorrido a Súmula 79 deste Colegiado: "Nas ações em que se postula benefício assistencial, é necessária a comprovação das condições socioeconômicas do autor por laudo de assistente social, por auto de constatação lavrado por oficial de justiça ou, sendo inviabilizados os referidos meios, por prova testemunhal".
Assim sendo, conheço o Incidente de Uniformização e dou-lhe provimento para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para observância do conteúdo das Súmulas 79 e 80 desta TNU, procedendo-se a novo julgamento do recurso interposto pelo réu. Honorários incabíveis.
Incidente conhecido e provido. Acórdão anulado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer o Pedido de Uniformização e dar-lhe provimento, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, de 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0510264-95.2011.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:GABRIELLE VITORIA DE SOUZA MARTINS
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB:PB-4007
REQUERENTE:VICTOR DE SOUZA MARTINS
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB:PB-4007
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. QUALIDADE DE SEGURADO. SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SÚMULA 31 DA TNU. AUSÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. TEMPO DE SERVIÇO NÃO CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-reclusão, sob o fundamento de não restar demonstrado que à época do encarceramento o instituidor ostentava a qualidade de segurado, tendo em vista que não foi produzida prova testemunhal hábil a corroborar a conclusão de processo trabalhista.
Alega que o acórdão impugnado divergiu da jurisprudência dominante do STJ, citando como paradigma a decisão proferida pelo STJ no AGA 1035482, Relator Jorge Mussi, 5ª Turma, DJE DATA:04/08/2008, para aduzir que a "anotação em CTPS oriunda de sentença trabalhista homologatória goza de presunção juris tantum de veracidade".
Assevera que a assinatura do recluso na CTPS comprova a existência de vínculo empregatício até 06/02/2009 (data da prisão), preenchendo assim os requisitos no art. 11, da Lei nº. 8.213/91, não sendo óbice à concessão do benefício o não recolhimento de contribuições em favor do INSS pelo empregador, argumentando que cabe ao órgão fiscalizador a cobrança dos valores devidos e não pagos.
Sustenta que a documentação acostada aos autos dá conta de que o recluso possuía a qualidade de segurado quando ocorreu a sua prisão e por isso seus dependentes fazem jus ao auxílio reclusão, conforme jurisprudência do STJ (AGA 670144, Relator GILSON DIPP, 5ª Turma; j. em 02/06/2005), do TRF da 1ª Região (AC 2000.38.00.006323-4/MG) e do TRF da 4ª Região (AC 2002.72.09.000208-0/SC e 2008.35.00.702657-1).
Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
Como se sabe, esta Turma Nacional possui entendimento sedimentado no sentido de que a anotação na CTPS feita nas condições mencionadas nos autos serve como início de prova material do tempo de serviço do segurado (Súmula 31). Eis o texto do enunciado: "A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários".
Todavia, as instâncias ordinárias inferiram que a sentença trabalhista não foi corroborada por nenhuma prova, quer material, quer testemunhal, tendo as duas únicas testemunhas ouvidas sido desqualificadas pelo juízo trabalhista (Reclamação Trabalhista de nº. 0112900-71.2010.5.13.0006 - 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa), que entendeu que essas pessoas (testemunhas) sequer conheciam o local de trabalho do Sr. José da Silva Martins, ao final oficiando o magistrado trabalhista ao Ministério Público Federal para apuração do crime de falso testemunho (art. 342 do Código Penal).
Enfim, o fundamento da sentença trabalhista, datada de 04/11/2011, foi unicamente o fato de o reclamado reconhecer que o reclamante (segurado) lhe havia prestado alguns serviços eventuais durante alguns meses (período de 01/11/2008 a 06/02/2009, como vigilante), e não desconstituiu a presunção de que se tratava de um vínculo empregatício, sendo o esse o motivo pelo qual não houve o reconhecimento do direito à obtenção do benefício às autoras (esposa e filhas) em virtude da falta da qualidade de segurado do recluso ao tempo da prisão (06/02/2009).
Nesse contexto, o acórdão impugnado confirmou a sentença de improcedência, que analisou detalhadamente a prova testemunhal coligida no processo trabalhista, afirmando ao final que: "as testemunhas trazidas pela autora não tinham conhecimento direto do fato que interessa ao processo e não teriam como prestar um depoimento sólido, a fim de comprovar a alegada relação de emprego. (...) Assim, diante dessas constatações, o(a) postulante não faz jus ao benefício pleiteado, uma vez que não comprovou a qualidade de segurado do instituidor do benefício na data de seu encarceramento".
Assim sendo, entendo que o paradigma invocado mostra-se incabível ao caso em exame, na medida em que inexiste a propalada transgressão à jurisprudência consolidada desta TNU (Súmula 31) e ao precedente mencionado do STJ sobre a matéria, devendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 13 deste Colegiado, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Com efeito, a jurisprudência dominante é no sentido de que o início de prova material deve ser conjugado e corroborado com outros elementos probatórios a fim de se comprovar a qualidade de segurado do instituidor, para a concessão de benefício previdenciário (cf. STJ, AgRg no REsp 1532661/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, julgado em 04/08/2015, DJe 12/08/2015), o que não ocorreu no caso vertente, segundo as instâncias ordinárias.
Ademais, uma vez que a análise da pretensão do requerente se traduz no reexame de matéria fática a fim de se alcançar conclusão diversa da adotada no acórdão impugnado, não é possível o conhecimento do incidente (Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Anoto que não se prestam ao confronto paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais.
Não conheço o pedido de uniformização, eis que ausentes os requisitos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01.
Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0523122-52.2011.4.05.8300
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ ANTÔNIO DE BARROS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. PRESUNÇÃO RELATIVA. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DESTE COLEGIADO NACIONAL. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13/TNU. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO
A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente contra acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de pensão por morte.
Alega que o acórdão impugnado, ao afirmar que a dependência econômica de filho maior inválido é presumida, está em dissonância com o entendimento dominante do STJ (AgRg no RESP 1.254.081 - SC e AgRg no RESP 1.241.558 - PR) e em contrariedade com julgados da Turma Recursal da Subseção Judiciária de São Paulo (Processos 00002354120114036311 e 00005612220114036304), os quais, segundo afirma, afastam o direito à pensão por morte a filho maior inválido que já é ou tenha sido detentor de outro benefício previdenciário ou quando a invalidez ocorreu após a maioridade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta, com base no art. 16, inc. I e art. 17, III, "a", ambos da Lei 8.213/91, que nem mesmo o filho inválido, cuja incapacidade se der após atingidos 21 anos de idade, readquire a condição de dependente dos pais, estando excluído do núcleo familiar para fins de concessão de benefício previdenciário, se, por alguma razão, já se emancipou, constituiu nova família e/ou adquiriu autonomia econômico-financeira.

No caso vertente, após fazer o cotejo analítico exigido pela lei entre o acórdão recorrido e os paradigmas do trazidos à colação pelo recorrente, concluo que o presente incidente não preenche os requisitos da admissibilidade insculpidos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

Com efeito, é que inexiste a alegada divergência suscitada pelo recorrente, uma vez que os julgados do STJ tratam da negativa de pensão por morte a maior que, embora inválido quando do óbito de sua genitora, não mais dependia economicamente desta para se manter, pois percebia benefício previdenciário próprio, circunstância, portanto, diversa da analisada pelas instâncias ordinárias em que não há percepção de qualquer benefício pelo recorrido, cingindo-se a discussão quanto à maioridade e a dependência econômica em relação ao "de cujus" para fins de percepção de pensão por morte.

Nestes autos, as instâncias ordinárias afirmaram que o recorrido, portador de moléstia grave (distrofia retiniana associada a surdo-mudez, caracterizando a síndrome de Usher) de caráter irreversível e de natureza incapacitante (total e permanentemente), faz jus ao benefício de pensão por morte na condição de maior e inválido (art. 16, inc. I, e art. 17, III, "a", ambos da Lei 8.213/91).

Segundo o acórdão recorrido, há presunção de dependência do autor em relação ao seu falecido genitor, porquanto a incapacidade decorrente do mal que o assola é de tal gravidade que remonta à época em que este ainda estava vivo, necessitando o recorrido, conforme perícia médica judicial, da ajuda de terceiros para a realização das tarefas simples do dia a dia.

A sentença, integralmente confirmada pelo acórdão impugnado, afirmou que: "A invalidez que acomete o autor se deu em 04/11/1987, segundo informações extraídas da decisão do recurso administrativo (processo administrativo, doc. 26, fl. 3), ou seja, após sua maioridade. No entanto, referida incapacidade se deu anteriormente ao óbito do seu genitor, ocorrido em 14/01/2011, logo, sendo presumida a dependência econômica do filho maior inválido, é de se concluir ser o autor merecedor da presente pensão".

Ademais, entendo que ao sopesar as provas e se posicionar pela existência de dependência econômica do recorrido em relação ao instituidor, o acórdão recorrido não divergiu do entendimento prevalecente nesta TNU, no sentido de que a presunção de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, de sorte que deve ser aferida no caso concreto (PEDILEF 50118757220114047201, rel. juiz federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, TNU, DOU 05/12/2014; PEDILEF 50008716820124047212, rel. juiz federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 07/05/2014), circunstância que atrai a aplicação da Questão de Ordem nº 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

No tocante aos paradigmas oriundos das Turmas Recursais de São Paulo, entendo que não há como verificar a similitude fática entre estes e o acórdão recorrido, uma vez que o recorrente não juntou cópia integral destes às razões de recurso, consoante requer a Questão de Ordem n.° 03/TNU, in verbis: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões."

Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência (PEDILEF 05006545020094058402, juíza federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DOU 07/10/2011.), orientação para a qual não atentou o recorrente.

Ainda que o recorrente tenha feito referência no corpo do recurso a precedentes da Turma Recursal de São Paulo, não obtive acesso ao inteiro teor desses julgados com base no endereço eletrônico (endereço URL) informado, a fim de aferir a sua autenticidade, razão pela qual não os considero como paradigmas da dissonância.

Por fim, verifico que o autor foi interditado por sentença transitada em julgado (em 15/05/2000) tendo a enfermidade que a ensejou surgido ainda em sua infância. Referida interdição deu-se, portanto, antes do falecimento do seu genitor (ocorrido em 14.01.2011).

Percebo que o acórdão recorrido posicionou-se pela existência da dependência econômica em relação ao instituidor falecido, em virtude da prova coligida anunciar que o autor jamais exerceu qualquer atividade laborativa por conta da enfermidade que o assola (iniciada na infância). Divergir dessa conclusão, portanto, encontra a vedação de que trata a Súmula 42 da TNU.

Incidem, na espécie, as Questões de Ordem nº 3 ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade"), nº 13 (""Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido") e nº 22 ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o incidente de uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.

Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5000356-21.2012.4.04.7216
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JOSÉ NAZARENO MACHADO
PROC./ADV.:ZULAMIR CARDOSO DA ROSA
OAB:SC-4760
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIOS ANTERIORES POR LONGO PERÍODO. LAUDOS E EXAMES MÉDICOS POSTERIORES AO CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO. PERMANÊNCIA DA ENFERMIDADE E CONTINUIDADE DO ESTADO INCAPACITANTE. CESSAÇÃO INDEVIDA DO BENEFÍCIO.

A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, alterou a data de início da incapacidade (DII) e do pagamento do benefício.

Alega o autor que o acórdão da Turma Recursal de origem, ao fixar o início da incapacidade na data da realização da perícia médica contrariou os PEDILEF´s 05017677720064058100 e 200833007115042, segundo os quais, em se tratando de restabelecimento de benefício de auxílio-doença e verificada a incapacidade anterior à perícia, a data do exame não pode ser considerada como marco do seu reinício, e sim a data de sua cessação indevida.

Entendo comprovado o dissídio jurisprudencial acerca da matéria tendo-se em vista o acórdão da Turma Recursal de origem posto em confronto com os julgados paradigmas do STJ e da TNU mencionados pelo requerente.

Na espécie, apesar de reconhecido pelas instâncias ordinárias que o autor é portador de Transtorno Obsessivo Compulsivo (CID F42.2) e Transtornos Mentais e Comportamentais Devidos ao Uso de Álcool (CID F10.2), estando incapacitado total e temporariamente para o trabalho, houve divergência acerca da data de início da incapacidade (DII): a sentença afirmou que deveria esta ser fixada na data da cessação de benefício anterior (31/03/2011), enquanto o acórdão na data da perícia médica judicial (28/05/2012).

Infere-se dos autos que o autor esteve em gozo de dois benefícios de auxílio-doença (NB´s 31-.763.205-2 e 545.180.162-9) entre 22/05/2006 a 31/03/2011, conforme demonstra tela do sistema PLENUS anexada aos autos, e mencionado pela sentença.

Por sua vez, os laudos, exames e receituários médicos juntados apontam aponta que a incapacidade do autor decorre da mesma doença que deu azo à concessão do benefício, havendo, inclusive, laudos posteriores ao cancelamento deste indicando a permanência da enfermidade, razão pela qual entendo ter agido bem a sentença ao corretamente fixar a DII na data do indevido cancelamento, qual seja, em 31/03/2011, e não na data da realização da perícia médica judicial.

Com efeito, tratando-se de demanda pretendo o restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo esta decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há que se ter presente a continuidade do estado incapacitante, demandando a fixação do termo inicial da condenação desde a data em que foi suspenso o seu pagamento.

Ressalto que a jurisprudência desta TNU é no sentido de que, conquanto não se possa, em termos genéricos, fixar como devido o benefício de auxílio-doença desde a data do cancelamento administrativo do auxílio recebido anteriormente, há de se reconhecer que, nas situações em que inexistente melhora no quadro de saúde do segurado, não há motivo para se deferir benefício apenas a partir da citação ou mesmo da perícia médica judicial. Nesses casos, o auxílio-doença cancelado deve ser restabelecido desde a data da cessação indevida. Nesse sentido, conferir: PEDILEF 05065426120084058102, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 03/08/2012; e o PEDILEF n.º 200763060020453, Rel. Juíza Joana Carolina Lins Pereira, DJU 10 out. 2008.

Portanto, ao alterar a data de início da incapacidade laboral do autor (DII) do dia do cancelamento do benefício para o dia da perícia médica judicial, o acórdão recorrido não considerou o fato de se tratar da mesma doença incapacitante, conforme corretamente asseverado na sentença.

Ante o exposto, conheço o incidente de uniformização suscitado pela parte autora e dou-lhe provimento para restabelecer a sentença que determinou a fixação da DII em dia 31/03/2011, na data em que houve a cessação indevida do benefício (NB 31-545.180.162-9) do autor, afirmando ainda a seguinte tese: tratando-se de restabelecimento de benefício de auxílio-doença e verificada que a incapacidade decorre da mesma doença que deu azo à concessão de benefício anterior, havendo laudos e exames posteriores ao cancelamento do benefício indicando a permanência da enfermidade, o marco do reinício do pagamento do benefício é a sua cessação indevida, e não a data da perícia judicial na qual se afirma o estado incapacitante do segurado.

Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer o Pedido de Uniformização e dar-lhe provimento, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.

Rio de Janeir/RJ, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5026475-76.2012.4.04.7100
ORIGEM:Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ROBERTO BOROWSKI
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB:DF-5939
PROC./ADV.:GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB:RS-23021
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ADIANTAMENTO DA PARCELA DENOMINADA PCCS. RECONHECIMENTO DO DIREITO NA VIA ADMINISTRATIVA. PAGAMENTO DE PASSIVO SEM A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região que, mantendo o acórdão de origem, reconheceu o direito da parte autora de receber as diferenças pertinentes à incidência remuneratória de sua progressão funcional sobre a parcela denominada PCCS.

Sustenta o recorrente que o acórdão vergastado diverge do entendimento adotado pelo STJ no Recurso Especial nº 640.072/PE, julgado em 03/04/2007, e no AgRg no Recurso Especial nº 1107397/SC, julgado em 01/06/2009, segundo os quais a parcela denominada "Adiantamento de PCCS" foi incorporada aos vencimentos dos servidores públicos civis por força do art. 4º, II, da Lei 8.460/92, não havendo direito à manutenção do pagamento dessa verba, ressalvado o pagamento de eventual diferença de modo a evitar a redução do quantum.

Alega que são idênticas as circunstâncias fáticas em que proferido o acórdão recorrido e os paradigmas, ambos se referindo à possibilidade de pagamento de reflexos no Adiantamento Pecuniário/PCCS a servidor que ingressou no serviço público no ano de 1992, todavia, a jurisprudência do STJ reconhece a impossibilidade do pagamento da verba reclamada.

No caso, após fazer o cotejo analítico exigido pela lei entre o acórdão recorrido e os paradigmas do STJ trazidos à colação pelo recorrente, concluo que o presente incidente não preenche os requisitos da admissibilidade insculpidos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

Com efeito, é que inexiste a alegada divergência suscitada pelo recorrente, uma vez que nos precedentes do STJ colacionados como paradigmas não se discutiu a incidência de correção monetária sobre os valores pagos em atraso pela Administração a título de progressão funcional sobre a verba Adiantamento Pecuniário/PCCS, mas tão somente o reconhecimento do direito à percepção dessa parcela remuneratória, de que trata a Lei 7.686/88, aos servidores que ingressaram nos quadros da Autarquia até o ano de 1992.

Consoante assentado pelas instâncias ordinárias e admitido pelo próprio recorrente, o INSS reconheceu na via administrativa o direito do servidor à percepção da parcela remuneratória acima mencionada (cf. Portaria INSS/DIRADM/CGARH/DSCCP/Nº 119, de 05.09.2000), transformada em vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, desde a posse e exercício do recorrido (no ano de 1995), tendo a Administração, inclusive, pago os valores retroativos correspondentes, sem, contudo, sobre estes fazer incidir correção monetária, sendo este o objeto da causa.

A alegação do INSS de que o autor teria ingressado no serviço público no ano de 1995, e por isso não faria jus ao Adiantamento Pecuniário/PCCS de que trata a Lei 7.686/88, não se mostra suficiente ao conhecimento deste incidente, ante o comportamento contraditório assumido pelo recorrente que reconhece e admite a incorporação da verba em comento como vantagem pessoal nominalmente identificada (como VPNI) e ao mesmo tempo se nega a fazer incidir a correção monetária prevista em lei sobre o passivo já quitado na via administrativa.

Ademais, entendo que divergir da conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias, segundo a qual a Autarquia deixou de corrigir monetariamente o montante pago ao autor, ignorando, inclusive, a peculiaridade da situação funcional deste, somente seria possível mediante reexame de fatos e provas, o que é vedado pela Súmula 42 deste Colegiado: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Enfim, ausente o referido requisito legal, exigido pelo art. 14 da Lei 10.259/2001, qual seja, a existência da similitude fático-jurídica necessária ao reconhecimento da divergência jurisprudencial, impõe-se o não conhecimento do incidente, mediante aplicação da Questão de Ordem nº 22 desta TNU.
Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0006116-74.2011.4.01.3200
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE:ROSETE PANTOJA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSE HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PEDIO DE UNIFORMIZAÇÃO - NÃO CONHECIMENTO - INVOCAÇÃO DE TESE INOVADORA NÃO COGITADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO - QUESTÃO DE ORDEM N. 10-TNU - PRETENSÃO INDIRETA DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA N. 42-TNU
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a dependência econômica entre a autora e o de cujus, seu filho. A decisão de admissão em princípio verificou existir a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado nos acórdãos paradigmas, tendo anotado que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
A meu ver o incidente não merece trânsito na medida em que incide, na espécie, a Questão de Ordem no. 10, desta TNU ("não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a turma recursal no acórdão recorrido").
Anoto que a tese jurídica sustentada no pedido de uniformização tem acento em doutrina esposada pelo STJ segundo a qual a dependência econômica da mãe em relação ao filho, para fins de pensão por morte, pode ser comprovada por qualquer meio e, mesmo, exclusivamente por prova testemunhal.
Tanto é que a peça recursal sob exame faz a seguinte colocação:
"Corroborando o exposto acima, conforme o STJ no ano de 2005, no Recurso Especial 720.145, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, publicada no DJ em 16.05.2005, já vinha entendo ser possível levar em consideração a prova testemunhal, tanto que assim decidiu:
"A legislação Previdenciária não estabelece qualquer tipo de limitação ou restrição aos mecanismos de provas que pode ser manejados para a verificação econômica da mãe em relação ao filho falecido, podendo esta ser comprovada por provas testemunhais, ainda que inexista início de prova material."
A conclusão a que se chega, portanto, é que o pedido de uniformização faria praça se a decisão recorrida tivesse, expressamente, afastado a tese de que a prova exclusivamente testemunhal é suficiente para comprovação do fato necessário ao acolhimento do pleito.
Todavia, tal não ocorreu na espécie, como se vê do acórdão impugnado, a seguir transcrito que sequer faz qualquer referência à prova testemunhal, especificamente:
"Cinge-se a controvérsia acerca da relação de dependência da recorrida em relação ao de cujus, entendendo o juízo a quo que esta restou demonstrada e alegando a Autarquia Previdenciária que o simples auxílio não caracteriza dependência econômica.
A despeito do entendimento do ilustríssimo juízo a quo, os documentos acostados pela autora, ora recorrida, como termo de acompanhante em internação e recibo de compra, não são suficientes para comprovar a dependência econômica entre esta e seu falecido filho, já que o mero auxílio e a compra de presentes não configuram a dependência necessária à concessão do benefício.
Ademais, à época do óbito, o pai do de cujos e companheiro da autora recebia remuneração superior a do próprio falecido e mantém, até os dias atuais, relação de emprego exercendo a função de motorista. Conclui-se, dessa forma, que a parte autora não era dependente econômica de seu filho e sim de seu esposo.
Reformada a sentença para cassar o benefício de pensão por morte concedido, sem restituição dos valores recebidos de boa-fé.
Recurso conhecido e provido".
Concluo que a pretensão da recorrente importa revolver o material probatório colhido, a fim de que a prova testemunhal prevaleça sobre os demais elementos de convicção abordados no acórdão recorrido, circunstância inviável a teor do disposto na súmula 42-TNU ("não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".).
Voto no sentido de não conhecer o incidente.

ACÓRDÃO

Vistos os autos em que são partes as pessoas acima assinaladas resolve a Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, não conhecer o incidente, nos termos do voto do relator.
Brasília, 21 de outubro de 2.015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0054205-83.2011.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANGELA APARECIDA DAMASCENO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: CONSTITUCIONAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. NOÇÃO DE GRUPO FAMILIAR. INTERPRETAÇÃO RESTRITA DO § 1º DO ART. 20 DA LEI Nº 8.742/93, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 12.435/2011. ACÓRDÃO ANULADO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal de São Paulo, que manteve a sentença de improcedência, sob a alegação de que não estaria presente o requisito da hipossuficência econômica necessária à concessão do amparo assistencial ao deficiente.
- Argumenta o requerente que o Acórdão de origem contraria entendimento segundo o qual o art. 20, §1º, da Lei nº 8.742/93, no que diz respeito ao conceito de grupo familiar, deve ser interpretado restritivamente.
- Quanto ao cabimento, comprovada a similitude e a divergência entre o acórdão recorrido e os paradigmas desta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF´s 200871950001627 e 200770530025203).
- A Turma Recursal de Origem, após reconhecer a incapacidade total e permanente da autora, fez os seguintes esclarecimentos acerca da renda do núcleo familiar:
"(...) O rendimento mensal do grupo familiar, composto pela autora e seu curador, conforme laudo social é formado pela aposentadoria do curador da Autora, Sr, Luiz Isidro Alves, no valor de R$ 900,00 (demonstrativo de pagamento da Prefeitura Municipal de SP anexo as fls 25, arquivo provas). Assim, a renda per capita da família supera em muito o limite previsto em lei. Assim, no caso em tela, em que pese as necessidades especiais da parte autora em razão da moléstia que a acomete, conforme entendimento exposto acima, não há se falar em aplicação analógica do estatuto do idoso (parágrafo único do art. 34 da Lei 10.741/03) desconsiderando o valor da aposentadoria recebida pelo curador da autora, uma vez que não se trata de benefício no valor de um salário mínimo, mas no valor bem acima (R$ 900,00). (...)".
- Logo, vê-se que o Colegiado considerou que o requisito da miserabilidade não estaria preenchido em razão de renda proveniente de aposentadoria do curador da autora, e não em virtude de renda auferida pela própria.
- Estabelece o §1º do art. 20, da Lei nº 8.742/93, com redação alterada pela Lei nº 12.435/2011, vigente à época da DER, que "a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.".
- Ocorre que, consoante informações constantes do Laudo Social, o Sr. Luiz Isidro não possui qualquer relação de parentesco com a autora e, portanto, não faz parte do seu grupo familiar, nos termos da interpretação restrita das disposições supramencionadas.
- Desse modo, diferentemente do que restou decidido pela Turma de Origem, os rendimentos percebidos pelo curador não podem ser incluídos no cálculo da renda da família, uma vez que não integra o grupo familiar da autora. Com efeito, não há que se falar em interpretação extensiva da norma prevista no §1º, do art. 20, da Lei nº 8.742/93, considerando que inexiste previsão expressa para tanto.
- Não é outro o entendimento desta Turma Nacional:
PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. NOÇÃO DE GRUPO FAMILIAR. INTERPRETAÇÃO RESTRITA DO § 1º DO ART. 20 DA LEI Nº 8.742/93. EXCLUSÃO DA SOBRINHA MENOR DO GRUPO FAMILIAR CONFORME O INCISO I DO ART. 16 DA LEI Nº 8.213/91. 1. Para fins de benefício assistencial, o conceito de grupo familiar deve ser obtido mediante interpretação restrita das disposições contidas no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 e no art. 16 da Lei nº 8.213/91, o que, no caso, exclui a sobrinha do autor do grupo familiar, 2. Pedido conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por maioria, em conhecer e dar provimento ao pedido para uniformizar o entendimento de que o conceito de grupo familiar deve ser obtido mediante interpretação restrita das disposições contidas no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 e no art. 16 da Lei nº 8.213/91, determinando-se o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para que proceda à adequação do julgado ao entendimento ora uniformizado. Recife, 21 de novembro de 2008. Jacqueline Michels Bilhalva Juíza Relatora Turma Nacional de Uniformização (Processo n. 200770950106637; sessão de 21/11/2008; DJ 16/01/2008).
ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. LOAS. REQUISITO INCAPACIDADE INCONTROVERSO. RENDA PER CAPITA. DEFINIÇÃO DE NÚCLEO FAMILIAR PARA FINS DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO AUTOR PROVIDO. 1. No caso, recorre a parte autora em face da sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial de prestação continuada a pessoa portadora de deficiência, sob o argumento de que a renda do grupo familiar é superior a ¼ do salário mínimo. 2. Segundo laudo social, a autora (diagnosticada em perícia médica judicial, constante no anexo 17, como portadora de espondilopatia e discopativa degenerativa da coluna cervical e lombar), reside com o filho casado, a nora e dois menores de idade (netos). 3. A TNU, ao interpretar o art. 20, §1º da Lei n.º 8.742/93, já se posicionava pela interpretação restritiva do referido dispositivo legal, para fins de definição do grupo familiar a ser pesquisado quando da apuração do requisito da hipossuficiente, limitando-se o núcleo às pessoas elencadas no art. 16 da Lei n.º 8.213/91. 4. A atual redação do art. 20, §1º da Lei n.º 8.742/93, atribuída pela Lei n.º 12.435/2011 e vigente ao tempo do requerimento administrativo do benefício também não menciona entre os que integram o grupo familiar, o filho casado, nora e netos. 5. Excluído da composição do núcleo familiar no qual está incluída a autora o o filho casado, a nora e os netos menores, forçoso reconhecer que a renda per capita existente é inferior a ¼ do salário mínimo. 6. Recurso provido. Sentença reformada. (Órgão Julgador: Primeira Turma - JFSE / Tipo de Documento: Acórdãos / Data de Julgamento: 14/12/2012 / Nr. Processo: 0500964-42.2012.4.05.8502).
- Logo, os ganhos do Sr. Luiz Isidro, curador, não podem ser computados na renda do grupo familiar da autora.
- Fixada a tese de que, no momento da análise do grupo familiar, deve o magistrado ater-se à interpretação restrita do §1º do art. 20, da Lei nº 8.742/93, DOU PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização da parte autora para anular o Acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para que proceda à análise das condições sócio-econômicas da parte autora, a fim de que se avalie se é devida a concessão do amparo assistencial ao deficiente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0502271-58.2012.4.05.8105
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUSA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB:PB-4007
PROC./ADV.:ADONIAS REGINALDO LOPES NETO
OAB:RN-8 058
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. ACÓRDÃO DE TURMA RECURSAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FONTE OU REPOSITÓRIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pelo INSS em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Ceará, que deu provimento ao recurso da parte autora e julgou procedente o pedido inicial de concessão de amparo assistencial ao portador de deficiência.
- O recorrente suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdão paradigma da Turma Recursal de Minas Gerais (RECURSO N. 2007.38.00.729564-9). No entanto, não indicou a fonte (url ou repositório), tampouco anexou cópia do julgado, em desconformidade com a Questão de Ordem nº 03 deste Colegiado, in verbis: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL). ".
- Diante de tais circunstâncias, tenho que o incidente não merece ser conhecido.
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0513410-04.2012.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:FRANCISCO DE ASSIS ALVES DA SILVA
PROC./ADV.:JULIANA CAMPOS DE AZEVEDO
OAB:PE-25291
PROC./ADV.:ANNY BRITO ALVES DA SILVA
OAB:PE-27684
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CONTROVÉRSIA QUANTO À QUALIDADE DE SEGURADA DA PARTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS. QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. REEXAME DOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão proferido por Turma Recursal de Pernambuco, que deu provimento à sentença para julgar improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença.
- Argumenta o requerente que o Acórdão de origem contraria entendimento firmado nesta Turma uniformizadora quanto ao marco inicial dos efeitos financeiros do benefício na hipótese de o perito fixar a data de início da incapacidade por ocasião da perícia judicial (PEDILEF 200336007003184).
- Contudo, entendo que o incidente é manifestamente inadmissível, uma vez que realmente não é possível vislumbrar a necessária similitude fática entre os julgados trazidos e o acórdão impugnado. Explico.
- In casu, o acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco se assenta nas seguintes razões de decidir:
"(...) Em relação ao requisito qualidade de segurado, penso que o argumento sustentado pelo INSS em seu recurso merece acolhimento. Extrai-se do CNIS do autor que seu último vínculo laboral encerrou-se em 10/07/2000, tendo este reingressado ao RGPS, na condição de contribuinte individual, apenas em março de 2011, quando já portador de doença incapacitante. Em que pese o perito haver fixado a DII em maio/2012, uma análise detida dos documentos colacionados permite concluir que o autor se filiou novamente ao RGPS, já ciente de sua incapacidade laboral, com o intuito claro de beneficiar-se do sistema previdenciário. (...)".
- Ora, o julgamento proferido pela Turma Recursal de Origem não apresenta qualquer contrariedade com primeiro paradigma (PEDILEF 200336007003184), mas, antes, ponderou as provas apresentadas junto a outros elementos dos autos para firmar o seu convencimento e, assim, considerar como não preenchido o requisito da qualidade de segurada da requerente, consoante trecho acima colacionado.
- Outrossim, não vislumbro similitude fática entre o Acórdão recorrido e o segundo paradigma (PEDILEF 200563060027591), haja vista que este trata de questão relacionada ao agravamento de enfermidade após a primeira filiação do segurado ao RGPS e antes do seu reingresso no sistema, situação que não se coaduna com a realidade dos autos - conforme delineada pelo acórdão recorrido - mormente em razão do último vínculo laboral do autor ter se encerrado quase dez anos antes da data em que tornou-se portador das enfermidades.
- Logo, não se evidencia a existência de similitude fática entre os julgados apontados pelo recorrente, motivo pelo qual não se conhece do presente incidente, nos termos da Questão de Ordem n.º 22 da TNU.
- Vale ressaltar que para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação realizada pelo Colegiado se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide, situação vedada pela Súmula n.º 42 da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.".
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0001695-32.2007.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ARNALDO NASCIMENTO RODRIGUES
PROC./ADV.:FABIANO T. ZINADER
OAB:SP-116 261
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. REEXAME DOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
- A parte autora ajuizou ação previdenciária em face do INSS requerendo a concessão de aposentadoria por invalidez ou, sucessivamente, auxílio-doença, sob a alegação de estar padecendo de doença incapacitante.
- O Laudo Pericial afirmou ser portadora de espondiloartrose lombo sacra desde 2005, concluindo estar incapacitada PARCIAL E PERMANENTEMENTE para o exercício de sua atividade habitual, bem como aquelas atividades "com grandes esforços físicos que sobrecarreguem seu joelho esquerdo e coluna lombo sacra".
- A sentença julgou procedente o pedido para determinar o restabelecimento do auxílio-doença a partir da data da sua cessação, em 03 de dezembro de 2006. A Primeira Turma Recursal-SP proveu integralmente o recurso do INSS para julgar improcedente o pedido autoral, nos seguintes termos: "(...) No presente caso, o autor, com 53 anos e motorista, está acometido de espondiloartrose lombosacra. Há no laudo pericial a citação de "dor no joelho" esquerdo, informação não corroborada por nenhum documento juntado. Segundo o perito: "Apresenta restrições para realizar atividades com grandes esforço s físicos que sobrecarregue seu joelho esquerdo e coluna lombo sacra".Junta carteira de trabalho com apenas um vínculo como motorista de 2004 a 2005 . Uma vez que segundo laudo pericial o autor se encontra apenas parcialmente incapacitado para o exercício de sua atividade habitual de motorista, indevida a concessão do auxílio ou da aposentadoria por invalidez. (...)".
- Contudo, entendo que o incidente é manifestamente inadmissível, uma vez que realmente não é possível vislumbrar a necessária similitude fática entre o julgado paradigma desta TNU (PEDILEF200770530040605) e o acórdão impugnado.
- É que o Colegiado de Origem, ao contrário do afirmado pelo requerente, ponderou as provas apresentadas junto a outros elementos dos autos para firmar o seu convencimento, e, assim, considerar como não preenchida a invalidez nem mesmo para a função habitual do autor de motorista de ônibus. Ou seja, não houve o reconhecimento da incapacidade parcial para o trabalho que autorizasse a análise das condições pessoais e sociais do segurado, para fins de concessão de benefício por invalidez, nos termos da Súmula n.º 47 da TNU.
- Logo, não se evidencia a existência de similitude fática entre o julgado apontado pelo recorrente, motivo pelo qual não se conhece do presente incidente, nos termos da Questão de Ordem n.º 22 da TNU.
- Vale ressaltar que para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação realizada pelo Colegiado se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide, situação vedada pela Súmula n.º 42 da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.".
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5034793-14.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ADEMAR BONAMIGO
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB:DF-5939
PROC./ADV.:GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB:RS-23021
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. REEXAME. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.
- Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora em face de acórdão.
- Acerca do cabimento dos Embargos de Declaração, estabelece o art. 48 da Lei dos Juizados Especiais, Lei nº 9.099/95, que: "caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida". Por isso mesmo, diz-se que a função dos embargos de declaração é meramente integrativa.
- Não há possibilidade, portanto, de nova discussão da demanda, muito menos de reforma do que já foi decidido, porque não dissecados todos os argumentos levantados pelas partes. Eventual equívoco Judiciário anteriormente existente deve ser sanado, em sendo o caso, por meio do recurso correto e legalmente previsto para a reversão do mérito do julgado.
- In casu, verifico existir tão somente um erro material na decisão, uma vez que a gratificação ora discutida diz respeito à GDPGTAS e GDATA e não à GDPST, tal qual constou na decisão monocrática recorrida.
- No mais, é evidente que o embargante pretende, por meio dos presentes embargos, rediscutir tema já analisado e fundamentadamente decidido.
- Embargos de declaração conhecidos e parcialmente providos tão somente para sanar o erro material apontado, mantida a decisão embargada nos demais termos.
- Intimem-se.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, em dar parcial provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator e manifestações gravadas.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5008143-31.2012.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:MARIA HILDA CARDOSO
PROC./ADV.:RODRIGO LARANJEIRA MENDONÇA
OAB:RS-67741
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
LITISCONSORTE :LILI DA SILVA CARSOSO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PROVIDOS.
- Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora em face de acórdão, sustentando a existência de erro material.
- Acerca do cabimento dos Embargos de Declaração, estabelece o art. 48 da Lei dos Juizados Especiais, Lei nº 9.099/95, que: "caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida". Por isso mesmo, diz-se que a função dos embargos de declaração é meramente integrativa.
- Não há possibilidade, portanto, de nova discussão da demanda, muito menos de reforma do que já foi decidido, porque não dissecados todos os argumentos levantados pelas partes. Eventual equívoco Judiciário anteriormente existente deve ser sanado, em sendo o caso, por meio do recurso correto e legalmente previsto para a reversão do mérito do julgado.
- In casu, verifico assistir razão ao embargante, uma vez que na Certidão de Julgamento, por erro, não constou o nome da parte autora, ora embargante, como requerente do Incidente de Uniformização.
- Logo, devida a retificação de tal erro para que a embargante figure como requerente na Certidão de Julgamento.
- Embargos de declaração conhecidos e providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, em dar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator e manifestações gravadas.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5039978-33.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):JURACY PINHEIRA DA SILVA
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB:DF-5939
PROC./ADV.:GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB:RS-23021
PROC./ADV.:MARCELO LIPERT
OAB:RS-41818
PROC./ADV.:CHAIENNE POGANSKI
OAB:RS-64 062
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 535/CPC E DO ART. 48, DA LEI N. 9.099/95. IMPOSSIBILIDADE DO REEXAME DO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
- Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora em face de acórdão que, dando provimento ao Incidente de Uniformização da União, determinou que o pagamento de diferenças a título de GDPST observasse a proporcionalidade da aposentadoria do servidor, ao argumento de que a referida decisão incorreu em contradição.
- Acerca do cabimento dos Embargos de Declaração, estabelece o art. 48 da Lei dos Juizados Especiais, Lei nº 9.099/95, que: "caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida". Por isso mesmo, diz-se que a função dos embargos de declaração é meramente integrativa.
- Não há possibilidade, portanto, de nova discussão da demanda, muito menos de reforma do que já foi decidido, porque não dissecados todos os argumentos levantados pelas partes. Eventual equívoco Judiciário anteriormente existente deve ser sanado, em sendo o caso, por meio do recurso correto e legalmente previsto para a reversão do mérito do julgado.
- Em verdade, não há, no presente caso, omissão, contradição ou obscuridade a sanar. Os aclaratórios objetivam, por via transversa, alterar os fundamentos do acórdão deste Colegiado, o que não é admissível por meio da espécie recursal deflagrada.
- Analisando os autos e as decisões nele proferidas, tem-se que a fundamentação do aresto embargado, proferida por esta Turma Nacional, foi suficientemente clara e precisa, não suscitando dúvidas, obscuridade ou omissão. De todo modo, para fins de interposição de eventual recurso extraordinário, dou por expressamente prequestionada a matéria constitucional aventada no incidente de uniformização e nos embargos de declaração.
- Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator e manifestações gravadas.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:5039963-64.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):JUIZO DA 2ª VARA DO JEF CÍVEL DE PORTO ALEGRE
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE :MARIA NILZA DE CASTRO FRONER
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB:DF-5939
PROC./ADV.:GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB:RS-23021
PROC./ADV.:MARCELO LIPERT
OAB:RS-41818
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MODIFICAÇÃO DA DECISÃO. INADEQUAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de agravo regimental interposto pela União contra decisão monocrática que negou seguimento aos embargos de declaração anteriormente interpostos contra decisão que não havia conhecido do pedido de uniformização.
2. Inicialmente, consigno que o recurso é tempestivo, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 28/08/2015 e o agravo regimental interposto em 04/09/2015.
3. Defende a agravante a necessidade de se estabelecer uma distinção entre o julgamento proferido pelo STF, em repercussão geral, e o caso dos autos, tendo em vista as diferenças entre a gratificação tratada no precedente e aquela objeto da presente demanda. Afirma que "a GDATFA (objeto da repercussão geral em comento) previu a retroatividade dos efeitos financeiros do ciclo avaliativo em Portaria, o que foi considerado legítimo pelo Supremo Tribunal Federal", enquanto que, no caso da GDPST, "é a própria Lei que estabelece a retroatividade dos efeitos financeiros", de modo que, "diante da ausência de declaração de inconstitucionalidade da Lei em comento, não há como afastar sua aplicabilidade por meio de repercussão geral, cuja conclusão foi a declaração de ilegitimidade de PORTARIA que previsse essa retroatividade".
4. A decisão agravada restou lançada nos seguintes termos:
A parte embargante aduz ter incorrido a decisão embargada em omissão, pois aplicou ao caso a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao julgamento do RE 662.406, em repercussão geral, a qual não teria relação com a gratificação dos autos (GDPST), cuja retroatividade dos efeitos financeiros é tratada no §11 dos artigo 5º-B da Lei n. 11.355/2006, não declarado inconstitucional.
A decisão embargada aplicou o entendimento desta Turma Nacional (Pedilefs 0514474-74.2011.4.05.8400 e 0513382-27.2012.4.05.8400, Relator Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, DOU 24/04/2015), não havendo como, em sede de embargos, rediscutir a matéria.
Em verdade, não há no presente caso omissão, contradição ou obscuridade a sanar. Os embargos objetivam, por via transversa, alterar os fundamentos da decisão deste Colegiado que uniformizou a matéria, o que não é possível por meio da espécie recursal utilizada.
Ressalto que a pretensão de modificar o conteúdo de decisão monocrática por meio de embargos de declaração não possui previsão regimental. nos termos do artigo 32 da Resolução CJF-RES-2015/000345, de 02 de julho de 2015 (DOU 10/06/2015), o mérito da decisão do relator deve ser questionado por meio de agravo regimental, in verbis:
Art. 32 Cabe agravo regimental da decisão do relator, no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo seu voto.
Embargos não conhecidos.
5. Penso que a decisão agravada deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista os embargos de declaração não são o meio adequado à modificação da decisão monocrática que nega seguimento a incidente de uniformização.
6. Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500960-83.2013.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ANETE BRITO FIGUEIREDO
PROC./ADV.:GERALDO ISMAR LOPES JÚNIOR
OAB:RN-10668
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. PROCURADOR FEDERAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PORTARIA 468/2005. QUESTÕES DE ORDEM 22 E 3 DA TNU. APLICABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática que não conheceu do pedido de uniformização interposto pela União.
2. Inicialmente, consigno que o recurso é tempestivo, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 31/07/2015 e o agravo interposto em 07/08/2015.
3. Sustenta a agravante que a questão jurídica posta nos autos "está em discutir a legalidade ou não da Portaria nº 468/2005" e que tal análise foi feita de forma profunda no paradigma oriundo da Turma Recursal de Santa Catarina (autos nº 5007157-98.2012.404.7200) quanto pelo paradigma do STJ (Mandado de Segurança nº 12.523-DF - 2006/0284250-6), tendo ambos concluído pela legalidade da referida portaria. Afirma que "não há como sustentar violação ao princípio da isonomia em face de Portaria que, nos limites exatos da lei, tratou de maneira distinta pessoas que se encontravam em situação também distinta".
3. A decisão agravada restou lançada nos seguintes termos:
Dos referidos votos orais que embasaram o acórdão recorrido, vê-se que a Turma de origem reconheceu que houve preterição da parte requerida em ser promovida.
Fundamentou o relator que a autora foi empossada no cargo de Procuradora Federal, em 02/08/2002, não tendo sua promoção autorizada pela Portaria n. 468/2005, editada pelo Procurador-Geral Federal, por meio da qual regulamentou os critérios de promoção apenas de procuradores mais antigos. Reconheceu a instância julgadora anterior que tal procedimento configurou tratamento anti-isonômico, razão pela qual assegurou o direito da parte autora à promoção desde que cumprido o requisito de 1(um) ano, no mínimo, e realizada a avaliação funcional com base na Portaria n. 468/2005 a qual, por sua vez, faz referência aos Decretos n. 84.669/80 e 89.310/84.
Tal julgamento representou um leading case para os casos envolvendo Procuradores Federais que tenham atingido o fim da carreira até a edição da Portaria 493/2006, posto que já teriam direito adquirido à promoção em conformidade com as regras dos Decretos regulamentares anteriores, consoante se infere do arquivo de áudio juntado aos autos (doc.44).
A decisão paradigma, de sua vez, quanto ao conteúdo das Portarias n. 468/2005 e 493/2006, esmiuçou conforme segue:
[...]
A primeira Portaria da PGF, a Portaria nº 468, de 22/12/2005, com o fito de regular as promoções e progressões dos membros da Carreira de Procurador Federal que cumpriram o interstício legal no período compreendido entre a criação da carreira e a criação da Procuradoria Geral Federal, determinou a organização de listas de promoção/progressão, em caráter retroativo, condicionada à existência de candidatos elegíveis nos períodos de julho/2000 a junho/2001 e de julho/2001 a junho/2002, aplicando-se-lhes, aqui, acertadamente, a Medida Provisória nº 2.229-43/2001 e o Decreto n° 84.669/80, já que vigeu até a edição da Lei nº 10.480, de julho de 2002.
Posteriormente, a Portaria nº 493, de 20/12/2006, disciplinou o processo de promoção na Carreira de Procurador Federal, disciplina essa que já observou a reestruturação da carreira promovida pela Lei nº 10.909/2004, que dividiu os cargos efetivos apenas em categorias, sem estabelecer padrões.
Verifica-se, assim, que a Turma Recursal prolatora do acórdão paradigma não enfrentou a questão acerca da quebra de isonomia pelo Procurador-Geral Federal quando da edição da Portaria n. 468/2005, que restringiu a disciplina das promoções e progressões apenas aos membros da Carreira de Procurador Federal que cumpriram o interstício legal no período compreendido entre a criação da carreira e a criação da Procuradoria-Geral Federal, possibilitando a promoção e progressão daqueles que houvessem findado o estágio probatório entre 1º de julho de 2000 e 30 de junho de 2002.
Entendo que para o conhecimento do presente pedido de uniformização faz-se indispensável o enfrentamento da questão da quebra isonômica que incorreu a Portaria n. 468/2005, fundamento central adotado pela Turma Recursal potiguar para dar provimento ao recurso da parte autora e não aventado pela decisão paradigma.
Dessa forma, reconheço a ausência de similitude entre as decisões compostas quanto aos fundamentos jurídicos invocados, razão pela qual não conheço o incidente nos termos do enunciado da Questão de Ordem n. 22/TNU.
Quanto ao paradigma do STJ, embora tenha feito referência à Portaria n. 468/05, da Procuradoria-Geral Federal, analisou direito líquido e certo de compor lista de promoção e progressão funcional sob o fundamento de que não haveria necessidade de cumprimento do requisito temporal de 3 (três) anos. É dizer, não tratou, propriamente, da promoção vertical dos Procuradores Federais, mas, sim, dos institutos jurídicos da estabilidade e do estágio probatório.
Ademais, o precedente apresentado não faz referência à jurisprudência dominante no âmbito do C. STJ, o que atrai a aplicação ao caso da Questão de Ordem n. 3/TNU, um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência dominante naquela Corte.
4. Penso que a decisão agravada deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, uma vez que o primeiro paradigma apontado não guarda pertinência com o acórdão recorrido no que diz respeito aos fundamentos jurídicos, e o segundo paradigma, além da ausência de pertinência jurídica, isoladamente, não é representativo da jurisprudência dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
5. Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5001261-15.2014.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):FELICIANO QUINTANA BRITO
PROC./ADV.:ALOISIO JORGE HOLZMEIER
OAB:RS-30384
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SERVIDOR. GRATIFICAÇÃO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. SENTENÇA ULTRA PETITA. MATÉRIA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 43 DA TNU. AUSÊNCIA DE RECURSO INOMINADO NO PONTO. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática que não conheceu de incidente de uniformização interposto pela União.
2. Inicialmente, consigno que o recurso é tempestivo, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 31/07/2015 e o agravo interposto em 07/08/2015.
3. Sustenta a agravante, em síntese, que a decisão combatida deixou de observar a jurisprudência consolidada no âmbito deste Colegiado, com destaque à Questão de Ordem nº 17: "quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado".
4. A decisão agravada restou fundamentada nos seguintes termos:
Esta Turma nacional, recentemente, analisando questão semelhante a aqui discutida (Pedilef 0031756-73.2007.4.01.3700), não conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, considerando que a matéria discutida (sentença ultra petita) reveste-se de natureza processual. Assim, ante a semelhança entre os casos, peço vênia para transcrever o voto da lavra da relatora daquele processo, Juíza Federal Kyu Soon Lee (DOU 11/04/2014), que adoto como razões de decidir:
[...]
14. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência sobre questões de direito material entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Tal pressuposto está previsto no caput do art. 14 da Lei nº 10.259/01 e está intimamente relacionado com duas características importantes dos incidentes de uniformização: a inviabilidade de exame de matéria de fato e a impossibilidade de discussão de matéria processual.
15. No caso dos autos, importante delimitar o pedido do Incidente apresentado - reconhecimento de que o acórdão recorrido merece ser anulado eis que se revestiria da natureza ultra petita.
16. Essa alegação recursal é de natureza eminentemente processual, o que inviabiliza a uniformização de jurisprudência. Inteligência da Súmula nº 43 desta TNU, in verbis: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
17. Ainda que se diga não se tratar de mera questão processual, verifico outro óbice para o conhecimento do incidente. É que a tese defendida não foi ventilada pelo sentença por ser ultra petita, mas sim por ser ilíquida. Alegou, ainda, a prescrição bienal da pretensão autoral, da inexistência de direito à GDASST nas mesmas condições que os servidores ativos e, alternativamente, a limitação do pagamento da referida gratificação até fevereiro de 2008. Assim, a matéria trazida no pedido de uniformização foi apresentada somente em sede de embargos de declaração, após o julgamento do recurso inominado. É certo que a Turma Recursal se manifestou em sede de embargos, rejeitando-os, mas é certo também que a União apresentou a alegação em momento e meio inapropriados. Em caso similar, esta Casa já se pronunciou que: "PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. DIFERENÇAS DEVIDAS A SERVIDORES PÚBLICOS. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DA MP 2.180-35/01. MATÉRIA NÃO ABORDADA NA DECISÃO DA TURMA RECURSAL. NÃO-CONHECIMENTO. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO ULTRA PETITA PELA TURMA RECURSAL. INVIABILIDADE. - Não merece conhecimento o pedido de uniformização se o requerente pretende manifestação sobre matéria que não foi questionada por ocasião da interposição do recurso inominado, ou muito menos apreciada pela Turma Recursal. - A alegação de julgamento ultra petita por parte da Turma Recursal não viabiliza o conhecimento de pedido de uniformização, uma vez que segundo o artigo 14 da Lei 10.259/01 ele só tem cabimento quando demonstrada divergência sobre questões de direito material." (PEDILEF 200338007218166, JUIZ FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, DJU 23/06/2004.)".
18. Por todo o exposto, nego conhecimento ao incidente formulado.
19. É como voto." (grifei)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Portanto, ante a semelhança dos casos e primando pela coerência das decisões oriundas desta Turma Nacional de Uniformização, não conheço do presente pedido em razão da alegação da peça incidental se revestir de natureza eminentemente processual, o que inviabiliza a uniformização de jurisprudência. Inteligência da Súmula n. 43 desta TNU.
5. Penso que a decisão agravada deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, uma vez que o conhecimento do presente incidente encontra óbice não apenas na Súmula 43 desta Turma Nacional, mas igualmente no fato de que a interrupção da prescrição reconhecida na sentença não foi objeto do recurso inominado interposto pela União, de modo que a questão não foi decidida pela Turma Recursal de origem.
6. Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000494-11.2012.4.02.5153
ORIGEM:Turma Recursal Seção Judiciária do Rio de Janeiro
REQUERENTE:ELSON BARBOSA DE ALMEIDA
PROC./ADV.:ELI MOTA DE AZEVEDO
OAB:RJ-43123
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PREVISTO NO ART. 13, DO REGIMENTO INTERNO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, APROVADO PELA RESOLUÇÃO CJF 345, DE 02/06/2015. INAPLICABILIDADE AOS CASOS PRETÉRITOS. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.
1. Tratam-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão deste Colegiado que não conheceu do pedido de uniformização, em razão de sua intempestividade.
2. Sustenta a embargante que o entendimento do juízo de primeira instância, o qual, considerando a idade avançada do autor, a natureza da patologia da qual encontra-se acometido e sua condição social, equiparou a incapacidade provisória atestada na perícia à incapacidade permanente, coaduna-se perfeitamente com a jurisprudência desta Turma Nacional. No que tange à admissibilidade do recurso, afirma que a norma anterior "tanto gerava dúvidas que acabou por ensejar a alteração do prazo de 10 (dez) para 15 (quinze) dias" e que o próprio relator consignou entendimento de que a norma do CJF poderia ser aplicada aos incidentes em andamento.
3. Inicialmente, consigno que os presentes embargos de declaração são tempestivos, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 31/07/2015 e os embargos interpostos em 04/08/2015.
4. Quanto ao mérito, todavia, não merecem acolhida.
5. Compulsando o acórdão embargado, verifico que não encerra obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, tendo esgotado a questão relativa à admissibilidade do recurso, deixando assentado que, na sessão realizada em 11/02/2015, por ocasião do julgamento do PEDILEF 5002956-79.2011.4.04.7206 (DOU de 06/03/2015) este Colegiado uniformizou o entendimento de que o prazo de 15 (quinze) dias, previsto no art. 13, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, aprovado pela Resolução nº 345, de 02/06/2015, do Conselho da Justiça Federal, "não retroage a casos pretéritos".
6. Portanto, nada há para ser suprido em face dos presentes declaratórios.
7. Ante o exposto, voto por rejeitar os embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5010516-29.2012.4.04.7112
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:MARLY DA SILVEIRA
PROC./ADV.:VILMAR LOURENÇO
OAB:RS-33559
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. AUXILIAR DE ESCRITÓRIO. AMBIENTE HOSPITALAR. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM OS PARADIGMAS APONTADOS. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática que não conheceu do pedido de uniformização interposto pela parte autora, com relação ao pedido de reconhecimento da especialidade dos períodos de 05/03/1980 a 06/05/1981, de 01/02/1984 a 30/07/1985, de 15/04/1987 a 31/05/1995 e de 08/05/1996 a 25/11/2009, por ausência de paradigma válido.
2. Inicialmente, consigno que o recurso é tempestivo, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 26/06/2015 e o agravo interposto em 03/07/2015.
3. Sustenta a agravante que os paradigmas arrolados no recurso detêm total sustentáculo com o caso dos autos. Afirma que restou devidamente comprovado nos autos, por meio de formulário PPP e laudo técnico pericial, que a autora laborou em condições especiais, em vista da exposição a agentes biológicos. Defende a aplicação da súmula nº 198 do extinto Tribunal Federal de Recursos, bem como da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, citando os mesmos paradigmas invocados no incidente de uniformização.
4. No que trata dos períodos de trabalho citados acima, a decisão agravada restou lançada nos seguintes termos:
Tempo especial - atividades desenvolvidas em ambiente hospitalar
Quanto a este ponto, entendo que o incidente não comporta conhecimento, pois a fundamentação adotada pela Turma de origem - de que o exercício de atividade de auxiliar de escritório, a despeito de ser realizado em ambiente hospitalar, não autoriza o reconhecimento da especialidade, porquanto ausente o contato com pacientes e materiais contaminados -, não é contemplada nos julgados paradigmas apresentados, que apenas reafirmam e entendimento de ser devida a concessão de aposentadoria especial quando a perícia médica constata a insalubridade da atividade desenvolvida pela parte segurada, mesmo que não inscrita no Regulamento da Previdência Social (verbete sumular nº 198 do extinto TFR), porque as atividades ali relacionadas são meramente exemplificativas.
É dizer, a Turma de origem não deixou de acolher o pedido em razão da atividade de auxiliar de escritório não estar descrita nos decretos regulamentares. A motivação que ensejou o não reconhecimento da especialidade está centrada na conclusão de que a autora não se sujeitava a condições especiais de trabalho, eis que no exercício de suas atribuições inexistia contato com agentes biológicos.
Nos termos da Questão de Ordem n. 22/TNU, é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
5. Penso que a decisão agravada deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, uma vez que efetivamente não há pertinência fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas apontados pelo requerente.
6. Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5000464-55.2013.4.04.7106
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:JOÃO CARLOS MOLINA FLORES
PROC./ADV.:MIRIÃ AVILA RIBEIRO
OAB:RS 46.412
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EMENTA

RECLAMAÇÃO. NEGATIVA DE CUMPRIMENTO À DECISÃO DA TNU. INEXISTÊNCIA. RECLAMAÇÃO NÃO PROVIDA.
1. Trata-se de reclamação formulada pela parte autora, nos termos da Questão de Ordem nº 16 desta Turma Nacional, contra decisão da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul que, em sede de juízo de retratação, decidiu manter o acórdão anterior que havia negado provimento ao recurso da parte autora, ao entendimento de que não foi apresentado início de prova material contemporâneo ao período de atividade rural cujo reconhecimento é pretendido nos presentes autos.
2. Busca a parte autora a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com aproveitamento de trabalho rural prestado antes da vigência da Lei nº 8.213/91 (de 10/08/1970 a 17/08/1978), independentemente do recolhimento de contribuições ao INSS, na condição de segurado(a) especial. A sentença julgou improcedente o pedido, considerando que todas as provas materiais apresentadas são posteriores ao período pretendido. Reputou-se que "as provas do labor rural em regime de economia familiar, por excelência, são as Notas Fiscais de Produtor Rural. Aliás, quanto a isso, o autor juntou apenas uma referente ao ano de 1989 e em nome de seu pai, quando já decorridos mais de dez anos da data final do lapso pretendido (10.08.1970 a 17.08.1978)". Após recurso da parte autora, a Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul manteve a sentença por seus próprios fundamentos.
3. A parte autora, então, interpôs incidente de uniformização para esta Turma Nacional, com base no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, alegando que o acórdão recorrido confronta com a jurisprudência dominante no âmbito deste Colegiado e também da Turma Recursal de Uniformização da 4ª Região, no sentido de que a prova documental não precisa abranger todo o lapso temporal de atividade rural que se pretende comprovar. O incidente de uniformização foi, inicialmente, inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, que considerou tratar-se de reexame das provas. Após a interposição de agravo, a Presidência deste Colegiado admitiu o recurso e determinou o retorno dos autos à origem, para aplicação do entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional, no julgamento do PEDILEF 200581100010653, in verbis:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CONTEMPORÂNEA. EXISTÊNCIA. EFICÁCIA PROBATÓRIA EXTENSÍVEL POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS Nº 14 E 20/TNU. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE.
1. "Para a concessão de aposentadoria por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício" (Súmula nº 14/ TNU).
2. Retorno dos autos ao Juizado de origem para a produção de prova testemunhal (Súmulanº 20/ TNU).
3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência provido em parte, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.
4. Remetidos os autos à Turma Recursal de origem, aquele Colegiado decidiu pela manutenção do acórdão, nos seguintes termos:
Retornam os autos a esta Turma para exercício da retratação.
A despeito de o precedente da TNU citado na decisão juntada no evento126 (PEDILEF 200581100010653) não se ajustar perfeitamente à tese discutida no processo (já que o caso não envolve aposentadoria por idade rural, mas averbação de tempo rural em regime de economia familiar), penso que, mesmo assim, não possível a adequação do julgado, pois está de acordo com os precedentes da TNU e do próprio STJ.
Com efeito, cabe relembrar que a TNU tem flexibilizado o conceito de contemporaneidade de início de prova material de atividade rural, tendo em vista a dificuldades próprias deste ramo de atividade. Documentos apresentados em nome do segurado ou de outro membro do grupo familiar, ou mesmo em nome de terceiros, desde que, neste caso, haja ratificação pela prova testemunhal de modo ainda mais robusto, servem como início de prova material. Noutros termos, 'não se exige que a prova material refira-se a todo o período cujo reconhecimento pretende o autor, desde que os documentos apresentados sejam corroborados por prova testemunhal coerente e harmônica com os fatos alegados, apta a demonstrar o efetivo exercício de atividade rurícola no período sob discussão' (PEDILEF 2006.70.51.001434-7, Rel. Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, DOU 7.10.2011 e AR 3.986/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, DJe 1º.8.2011).
Sucede que a mesma Turma Nacional entende que 'considera-se contemporâneo o documento que estiver datado dentro do período de tempo de serviço que se pretende reconhecer, dada a possibilidade de extensão no tempo da eficácia probatória do início de prova material apresentado pela prova testemunhal para fins de abrangência de todo o período' (TNU, PU 2005.70.95.00.5818-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 04.09.2009).
No mesmo sentido, é a jurisprudência do STJ:
PREVIDENCIÁRIO. TRABALHO RURAL. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/1991. SÚMULA 149/STJ. IMPOSSIBILIDADE.
1. Para o reconhecimento do tempo de serviço do trabalhador rural, apesar de não haver exigência legal de que o documento apresentado como início de prova material abranja todo o período que se quer comprovar, é preciso que tal prova seja contemporânea aos fatos alegados e refira-se, pelo menos, a uma fração daquele período, corroborado com prova testemunhal.
(...)
(AgRg no AREsp 380.664/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 11/10/2013);
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO INTEGRAL, MEDIANTE A JUNÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO RURAL COM O URBANO. ATIVIDADE RURÍCOLA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. RECONHECIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Para efeito de reconhecimento do tempo de serviço urbano ou rural, não há exigência legal de que o documento apresentado abranja todo o período que se quer ver comprovado, devendo o início de prova material ser contemporâneo aos fatos alegados e referir-se, pelo menos, a uma fração daquele período, desde que prova testemunhal amplie-lhe a eficácia probatória.
(AgRg no REsp 1141458/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 23/02/2010, DJe 22/03/2010).
No caso, o acórdão retratando, que confirmou a sentença que julgou improcedente o pedido, deixou de averbar o intervalo de 10.08.1970 (data em que completou 12 anos de idade) a 17.08.1978 (data de início do seu primeiro contrato de trabalho) - excluído o tempo de serviço militar obrigatório (15.01.1977 a 14.11.1977) -, com base na seguinte fundamentação:
'Com efeito, as provas documentais acostadas aos autos dizem respeito ao interstício entre 1985 e 2001, sendo, portanto, todas posteriores ao período almejado (10.08.1970 a 17.08.1978). Ademais, as provas do labor rural em regime de economia familiar, por excelência, são as Notas Fiscais de Produtor Rural. Aliás, quanto a isso, o autor juntou apenas uma referente ao ano de 1989 e em nome de seu pai, quando já decorridos mais de dez anos da data final do lapso pretendido (10.08.1970 a 17.08.1978).'
Logo, conclui-se que o não reconhecimento do tempo rural vindicado encontra apoio do entendimento da TNU e do STJ, motivo pelo qual não é cabível a retratação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, voto por, em juízo de retratação, NEGAR PROVIMENTO recurso da parte autora e manter o acórdão retratando.
5. O reclamante sustenta, em resumo:
Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência NACIONAL onde a 2ª turma recursal do RS em sede de retratação determinada por esta Turma Nacional de Uniformização no evento nº. 126, determinou o retorno dos autos a origem para APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO PACIFICADO NO ÂMBITO DA TNU, deixou de cumprir a decisão referida, proferindo a 2ª Turma do RS nova analise e interpretação das provas constantes dos autos, o que indevidamente negou APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO COM CONTAGEM DE TEMPO RURAL ao recorrente, alegando que AS PROVAS NÃO SÃO DE TODO O PERÍODO PRETENDIDO - fato que já havia sido analisado pela instância superior TNU.
6. Penso que a reclamação não merece acolhida.
7. Da análise da decisão objeto da reclamação, verifica-se que a Turma Recursal de origem não exerceu juízo de retratação na medida em que a negativa do reconhecimento do tempo rural almejado (10/08/1970 a 17/08/1978) não estaria assentada na exigência de que a respectiva documentação comprobatória correspondesse a todo o período que se pretende averbar, conforme indicado no precedente adotado pela Presidência para a devolução dos autos, mas no fato de que não há nenhum documento comprobatório dentro do lapso temporal requerido. Ou seja, "as provas documentais acostadas aos autos dizem respeito ao interstício entre 1985 e 2001, sendo, portanto, todas posteriores ao período almejado (10.08.1970 a 17.08.1978)."
8. Desse modo, entendo que não houve negativa da Turma Recursal de origem em dar cumprimento à decisão que determinou o retorno dos autos.
9. Ante o exposto, voto por negar provimento à reclamação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, negar provimento à reclamação, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003717-34.2011.4.04.7005
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARIA TEREZA CALICCHIO DOS SANTOS
PROC./ADV.:JOSELICE BAUTITZ
OAB:PR-24854
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTOS EM NOME DO CÔNJUGE. ATIVIDADE URBANA. INADEQUAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 E SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Pretende-se a reforma de acórdão da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, pelo qual deu provimento ao recurso inominado interposto pela autarquia e reformou a sentença de procedência do benefício, em razão de apreciação negativa quanto ao início razoável de prova material, à conta de que cuidam-se de documentos em nome do cônjuge da recorrente, o qual passou a exercer atividade urbana. Seguem trechos do acórdão recorrido:
"Embora seja admissível a comprovação de atividade rural mediante a qualificação de lavrador do marido da parte autora na certidão de casamento ou em outro documento, é inaceitável a utilização desse documento como início de prova material quando se constata, como na hipótese dos autos, que o cônjuge, embora qualificado como lavrador, venha a exercer posteriormente atividade urbana.
Nesse sentido, transcrevo recente decisão do STJ:
DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. DOCUMENTOS DO MARIDO. EXERCÍCIO POSTERIOR DE ATIVIDADE URBANA. NÃO CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. A despeito de admitir-se a comprovação da atividade rural por meio de documentação relativa ao cônjuge, o exercício posterior de atividade urbana, por parte deste, impede a concessão de aposentadoria rural por idade. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1104311/SP, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2011, DJe 12/05/2011)
Por outro lado, para efeito de reconhecimento do tempo de serviço urbano ou rural, não há exigência legal de que os documentos apresentados abranjam todo o período a ser comprovado, devendo, no entanto, o início de prova material ser contemporâneo aos fatos alegados e referir-se, pelo menos, a uma fração daquele período, desde que robusta prova testemunhal lhe amplie a eficácia probatória, o que, in casu, não ocorreu.
Por outro lado, para efeito de reconhecimento do tempo de serviço urbano ou rural, não há exigência legal de que os documentos apresentados abranjam todo o período a ser comprovado, devendo, no entanto, o início de prova material ser contemporâneo aos fatos alegados e referir-se, pelo menos, a uma fração daquele período, desde que robusta prova testemunhal lhe amplie a eficácia probatória, o que, in casu, não ocorreu.
As duas testemunhas ouvidas, guardadas algumas contradições, prestaram-se a ratificar as declarações da autora no sentido de que por volta dos anos 80 exerceu atividade rural, tendo na seqüência mudado para o Estado do Mato Grosso, onde ela e esposo trabalharam com vínculo de natureza urbana, e quando ao retornar ao Paraná, retomou a atividade rural nas terras arrendadas do seu irmão.
Com efeito, entendo que há início de prova material, complementada por prova oral, da atividade rural exercida pela autora a partir do ano de 2000, haja vista o contrato de arrendamento particular e notas de comercialização de produção apresentadas (evento 22 - PROCADM2).
Ressalva deve ser feita quanto ao contrato de arrendamento firmado pelo prazo de 05 (cinco) anos, no qual constou como data de celebração do contrato a data do seu término, que seria em 01/03/2008, cujo reconhecimento de firma também se deu apenas em 11/03/2008, coincidentemente o ano em que a autora implementou 55 (cincoenta e cinco) anos de idade (evento 22 - PROCADM2 - FLS. 08/09).
Desse modo, entendo que o conjunto probatório é insuficiente para se reconhecer que a autora exerceu a atividade rural, na condição de segurada especial individual, por todo o período necessário à concessão do benefício almejado.
Deve, portanto, ser a sentença reformada, julgando improcedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação."
2. O incidente não foi admitido na origem. Interposto agravo teve a tramitação assegurada nesta Instância Uniformizadora.
3. O INSS apresentou contrarrazões, pleiteando, essencialmente, o não provimento do PU.
4. Para demonstração da divergência jurisprudencial apresentou os julgados a seguir, do Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp nº 875546/SP, Rel. MIN. ARNALDO ESTEVESLIMA, T5 - Quinta Turma, DJe 03.11.2008; AgRg no REsp nº 1078989/SP, Rel. MIN OG FERNANDES, T6 - Sexta Turma, DJe 19.12.2008; AgRg no REsp nº 1060637/PR, Rel. MIN. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, T5 - Quinta Turma, DJe 19.02.2009, de modo a respaldar a tese segundo a qual havendo prova material e testemunhal as exigências devem ser flexibilizadas em função das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais. Anexou ainda, aresto do STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE, COMPROVAÇÃO DE SEUS REQUISITOS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA SOBRE AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ATÉ A SENTENÇA. SÚMULA Nº 111/STJ. AGRAVOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.
1."Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença" (Súmula 111/STJ). 2. Existindo início de prova material a corroborar os depoimentos testemunhais, não há como deixar de reconhecer o direito da parte autora à concessão da aposentadoria por idade de trabalhador rural. Precedentes do STJ. 3. Agravos regimentais conhecidos e improvidos. (grifo nosso)
Processo AgRg no REsp 875546/SP AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2006/0176812-8 Relator(a) Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA (1128) Órgão Julgador T5- QUINTA TURMA Data do Julgamento 07/10/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 03/11/2008
5. Considero os julgados contrapostos sem condições de ensejar juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, ante a ausência de divergência entre as teses apresentadas e o acórdão de origem; na medida em que do cotejo analítico não se extrai que o Juízo anterior tenha entendimento contrário à aceitação da documentação em causa como início razoável de prova material.
6. De início, o quadro fático foi adequadamente colhido, analisado e sopesado em seu conjunto; sem destoar, frise-se, da orientação jurisprudencial posta em relevo pela recorrente. Nesse rumo, concluiu pela inaptidão do alegado início de prova material a partir de documentos em nome do cônjuge da recorrente, ante o vínculo empregatício urbano do primeiro, situação confirmada pelas testemunhas ouvidas, em sintonia com precedente desta Colegiado Nacional (PEDILEF nº 00009345720114019360, Rel. JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, DOU 07.05.2014).
6.1.Tal o contexto, o início de prova material complementado por prova oral foi considerado apenas a partir do ano 2000, em razão do contrato de arrendamento particular e das notas de comercialização de produção insuficiente para atender ao período de carência.
7. Assim, na ausência de semelhança fática e jurídica que permita interpretação discrepante frente a lei federal, tem lugar a Questão de Ordem nº 22 da TNU.
8. Ademais, a eventual superação do entendimento adotado pela Turma Recursal de origem importaria o revolvimento da matéria fático-probatória, circunstância colidente com o entendimento consolidado na Súmula nº 42 da TNU.
9. Nessas condições, voto para não conhecer do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003376-22.2013.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):IRACEMA ANTONIA CIOTTA BOEIRA
PROC./ADV.:FRANCIELE PEDROSO FERREIRA
OAB:RS-85821
PROC./ADV.:FERNANDO BADALOTTI FERREIRA
OAB:RS-47496
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma do acórdão da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, pelo qual negou provimento a recurso inominado interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e manteve a sentença de procedência de pedido de aposentadoria rural por idade.
2. Incidente admitido na origem.
3. Contrarrazões enfatiza, em resumo, a natureza probatória da discussão incompatível com a via recursal eleita.
4. Para a demonstração da divergência jurisprudencial, apresentou os seguintes acórdãos paradigmas: PEDILEF nº 200461841600072, Rel. JUIZ FEDERAL OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT, julgado em 15.03.2010; PEDILEF nº 200783045009497, Rel. JUIZ FEDERAL EDUARDO ANDRÉ BRANDÃO DE BRITO FERNANDES, julgado em 14.09.2009; PEDILEF nº 20073800738869, Rel. JUIZ FEDERAL OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT, julgado em 19.10.2009; AgRg no REsp nº 1266766/PR, 6T - Sexta Turma, Rel. MIN. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 07.1.2011; AgRg no REsp nº 966129/CE, 6T - Sexta Turma, Rel. MIN. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 17.12.2010; AgRg no REsp nº 847165/SP, 5T - Quinta Turma, Rel. MIN. FELIX FISCHER, DJU 16.10.2006; AgRg no REsp nº 1244872/MG, 5T - Quinta Turma, Rel. MIN. JORGE MUSSI, DJe 08.03.2012 para embasar a tese segundo a qual o benefício pleiteado só é devido para aqueles que cumprirem a carência mínima exigida por lei em período imediatamente anterior à data do requerimento administrativo ou ao implemento da idade.
5. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar, em tese, juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, eis que presente divergência entre as teses apresentadas e o acórdão recorrido.
6. Já a sentença analisou e valorou todo o conjunto probatório e peculiaridades do caso concreto. Vejamos:
De fato, as testemunhas narraram pouco convívio com a autora. Todavia, destacaram ter presenciado a atividade rural dela e de seu cônjuge, semanal ou anualmente, havendo clareza e unanimidade nas declarações. O teor dos depoimentos aponta o modo como o labor era desempenhado, havendo convergência nas declarações quanto à afirmação de que a fonte de sustento familiar provinha da atividade campesina.
Ademais, os elementos materiais ratificam o teor dos testemunhos.
Com efeito, a certidão de casamento da autora, datada de 07/1972 qualifica o marido como criador, sendo a ocupação de pecuarista lançada nas certidões de nascimento dos filhos, com registros em 1973 e 1977. A qualificação foi ratificada na escritura pública de doação de imóvel, firmada em 11/1990. A conclusão de atividade rural da demandante ainda é corroborada pela comprovação de comercialização dos excedentes, notadamente em 2001 e 2008 a 2013.
No CNIS consta o cadastro de empresa individual em nome da demandante, na modalidade de comércio varejista, desde 08/1994, com encerramento das atividades perante o INSS em 05/2012 e baixa do CNPJ em 01/2010. Segundo a autora, a unidade teria figurado em seu próprio nome, embora pertença à filha Adriana. A declaração trazida ao feito corrobora tal alegação, embora constitua mera prova testemunhal, na forma escrita.
A existência de sociedade empresarial em nome da autora não tem o condão, por si só de afastar a conclusão de que a atividade rural era a principal fonte de sustento familiar. Tal demonstração, contudo, exige estar regularmente comprovada a indispensabilidade da prática campesina.
Conforme já afirmado, a empresa efetivamente figura em nome da demandante. A declaração confrontando tal averbação foi firmada pela filha da autora, sem qualquer respaldo em prova documental. Além disso, a baixa empresarial ocorreu apenas em 2010 ou 2012.
A comprovação de comercialização dos excedentes agrícolas, apta a demonstrar a indispensabilidade do labor campesino compreende o período de 2001 e 2008 a 2012. Sendo assim, apenas em tal interregno é possível concluir que a autora tenha desempenhado o labor rural na forma de regime de economia familiar, porquanto demonstrada a necessidade de sustento com os proventos decorrentes de
Exclui-se da contabilização do labor rural, portanto, o período em que inexistem elementos materiais suficientes a demonstrar que a renda era proveniente daquela atividade campesina (período a contar da abertura de unidade empresarial, em 08/1994 a 12/2000 e de 2002 a 2007), notadamente diante da presença de elementos que qualificam a autora como empresário do ramo varejista.
Ressalto, portanto, que a comercialização dos excedentes de produção agrícola é apta a demonstrar que a atividade rural e os produtos decorrentes de tal prática eram fundamentais à obtenção de renda por meio da alienação aos pequenos comércios ou cooperativas da localidade, motivo pelo qual apenas no interregno em que apresentada a prova da alienação por meio de notas fiscais ou guias de produtor rural é possível o reconhecimento nos moldes pleiteados.
(...)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Na hipótese, aparte autora comprovou a qualidade de segurada especial até a DER. Cumprida, assim, a exigência de labor rural em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício ou ao implemento do quesito etário.
Encontram-se, portanto, integralmente atendidos os pressupostos legais à concessão da aposentadoria postulada, razão pela qual se impõe o acolhimento da pretensão deduzida.
7. Assim sendo, a pretensão recursal importa o revolvimento do quadro fático e probatório, desiderato incompatível o entendimento consolidado na Súmula nº 42 da TNU.
8. Nessas condições, voto para não conhecer do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, não conhecer do recurso nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0502992-13.2012.4.05.8104
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTÔNIA RODRIGUES DE SOUZA
PROC./ADV.:ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
OAB:CE-7128
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
OAB:CE-7068
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. MATÉRIA DE FATO. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA E JURÍDICA. SÚMULA Nº 42 E QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a modificação do acórdão da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, pelo qual manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício de amparo social para pessoa portadora de deficiência. Da sentença e do acórdão, respectivamente, destacam-se os trechos a seguir transcritos:
"A prova da incapacidade do indivíduo é eminentemente técnica e depende do concurso de perito, auxiliar do juízo. Este, em seu laudo médico (anexo 11), atestou que a autora não apresenta nenhuma patologia incapacitante, não havendo, portanto, incapacidade laborativa ou limitações para os atos da vida civil.
Registro que, a meu sentir, para a concessão de benefício por incapacidade, a prova pericial é a mais adequada para se averiguar a veracidade das alegações aduzidas pelas partes. Ela somente pode ser afastada com elementos robustos em sentido contrário, que infirmem as conclusões técnicas a que chegou o perito. No caso sob exame, inexistem provas ou quaisquer elementos que autorizem um juízo quanto à incorreção da prova pericial .
Não estando atendido o pressuposto da comprovação da incapacidade da parte requerente para prover o próprio sustento por força de deficiência, tal qual disciplinado no art. 20, caput e §§ 2º, 6º e 10, da Lei 8.742/1993, torna-se desnecessária a análise dos demais pressupostos exigidos em lei." (grifo nosso)
E
"É cediço que dois são os requisitos necessários para a concessão e manutenção do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88: a) idade igual ou superior a 65 anos, quando se tratar de amparo social ao idoso, ou, na hipótese de pessoa portadora de deficiência, a comprovação da deficiência incapacitante; b) a comprovação de que o(a) requerente não possui meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
No que se refere à comprovação da deficiência incapacitante, cumpre observar que a pessoa portadora de deficiência, nos termos da Lei, é aquela inapta para a vida independente e para o trabalho (art. 20, § 2º, da Lei nº. 8.742/93). A Turma Nacional de Uniformização, interpretando tal preceito legal, editou a Súmula nº. 29, ad literam, "Para efeitos do art. 20, § 2º, da Lei nº. 8.742, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover o próprio sustento". Assim, não se pode exigir que o (a) requerente encontre-se em estado vegetativo ou absolutamente incapacitado para todos os atos da vida quotidiana, uma vez que não é esse o critério estabelecido na legislação pertinente.
No presente caso, depreende-se claramente dos autos o não atendimento do requisito da incapacidade. É que, realizada perícia médica na parte recorrente, o perito designado pelo Juízo concluiu que a parte autora não é incapaz." (grifo nosso)
2. O incidente não foi admitido na origem. Interposto agravo teve o processamento determinado pela Presidência da TNU.
3. O INSS apresentou contrarrazões, postulando, em síntese, a manutenção do julgado.
4. Para a demonstração analítica da divergência jurisprudencial transcreveu os acórdãos paradigmas a seguir:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA QUE ATESTA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. SITUAÇÃO FÁTICA QUE DEMONSTRA IMPOSSIBILIDADE DE REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. INCIDÊNCIA DO BROCARDO JUDEX PERITUS PERITORUM (JUIZ É O PERITO DOS PERITOS). INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DA LEGISLAÇÃO. DEFERIMENTO. RECURSO DO INSS IMPROVIDO. 1. A interpretação sistemática da legislação permite a concessão da aposentadoria por invalidez se, diante do caso concreto, os fatores pessoais e sociais impossibilitarem a reinserção do segurado no mercado de trabalho, conforme livre convencimento do juiz que, conforme o brocardo judex peritus peritorum, é o perito dos peritos, ainda que a incapacidade seja parcial.1.1. Na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, a incapacidade para o trabalho deve ser avaliada do ponto de vista médico e social. Interpretação sistemática da legislação (Lei n. 7.670/88; Decreto 3.298/99; Decreto 6.214/07; Portaria Interministerial MPAS/MS Nº 2.998/01).2. Além disso, o novel Decreto nº 6.214/07 estabelece:"Art. 4º. Para os fins do reconhecimento do direito ao benefício, considera-se: III -incapacidade: fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social"; "Art. 16. A concessão do benefício à pessoa com deficiência ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, com base nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde - CIF, estabelecida pela Resolução da Organização Mundial da Saúde no 54.21, aprovada pela 54ª Assembléia Mundial da Saúde, em 22 de maio de 2001. § 1º. A avaliação da deficiência e do grau de incapacidade será composta de avaliação médica e social. § 2º. A avaliação médica da deficiência e do grau de incapacidade considerará as deficiências nas funções e nas estruturas do corpo, e a avaliação social considerará os fatores ambientais, sociais e pessoais, e ambas considerarão a limitação do desempenho de atividades e a restrição da participação social, segundo suas especificidades"; (Art. 16, §2, Decreto n. 6.214/2007). 3. Segurado com 62 anos de idade, portador de hipertensão arterial e doença degenerativa. Baixa escolaridade. Baixíssima perspectiva de reinserção no mercado de trabalho. A aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana e a interpretação sistemática da legislação que trata da incapacidade conduzem à aposentadoria por invalidez, ainda que atestada a capacidade parcial do ponto de vista estritamente médico. 4. Incidente do INSS conhecido e não provido. (PEDILEF 2005.83.00506090-2, Rel. Juiz Federal MARIA DIVINA VITÓRIA, julgado em 17.12.2007)
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. BENEFÍCIO DE AMPARO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO E A PRÁTICA DOS ATOS DA VIDA INDEPENDENTE. 1. Ao contrário do que entendeu a Turma de origem, este Colegiado e o Superior Tribunal de Justiça têm deferido o benefício de amparo assistencial à parte que, a despeito de ser incapaz para o trabalho, não é incapaz para a prática dos atos da vida independente.2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que a verdadeira intenção do legislador foi a de assegurar a sobrevivência daqueles que, por força de suas limitações físicas, não poderiam ter acesso ao mercado de trabalho e auferir rendimentos, mesmo que estejam aptos a se vestir, a se locomover, a se alimentar, sozinho, enfim, possam praticar os atos cotidianos.3. Pedido de uniformização provido. (PEDILEF 2004.61.84.082269-3, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgado em 25.02.2008)
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. BENEFÍCIO DE AMPARO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE LABORATIVA PARCIAL. CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS DO CASO CONCRETO. 1. A Turma de origem julgou improcedente o pedido de amparo assistencial, tão-somente, em virtude da perícia ter concluído no sentido de que a incapacidade laborativa da parte autora era parcial.2. Deve prevalecer o posicionamento adotado, no aresto paradigma, pela 1ª (Primeira) Turma Recursal do Rio de Janeiro, segundo a qual, diante das circunstâncias específicas do caso concreto (pessoais ou sociais), a incapacidade parcial pode ser transmutada em total.3. Como não houve, neste feito, a análise das ditas circunstâncias (como, por exemplo, a idade, o grau de instrução, o contexto sócio-econômico-cultural em que a parte está inserida...), impõe se a invalidação do julgado, para nova deliberação, a fim de que se evite a supressão de instância.4. Pedido parcialmente provido. (PEDILEF 2006.43.00.905805-0, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgado em 25.02.2008)
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. COMPROVAÇÃO DE INCAPACIDADE. CONCEITO DE VIDA INDEPENDENTE. LEI Nº 8.742/93. 1. O conceito de vida independente da Lei nº 8.742/93 não se confunde com o de vida vegetativa, ou, ainda, com o de vida dependente do auxílio de terceiros para a realização de atos próprios do cotidiano.2. O conceito de incapacidade para a vida independente, portanto,deve considerar todas as condições peculiares do indivíduo, sejam elas de natureza cultural, psíquica, etária - em face da reinserção no mercado do trabalho - e todas aquelas que venham a demonstrar, in concreto, que o pretendente ao benefício efetivamente tenha comprometida sua capacidade produtiva lato sensu. 3. A interpretação não pode ser restritiva a ponto de limitar o conceito dessa incapacidade à impossibilidade de desenvolvimento das atividades cotidianas.4. Incidente de uniformização improvido. (PEDILEF 2004.30.00.702129-0, Rel. Juiz Federal WILSON ZAUHY FILHO, julgado em 25.04.2005)
ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. LEI 8742/93. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. VALORAÇÃO DA PROVA. REQUISITOS PRESENTES. I. Em Incidente de Uniformização de Jurisprudência não se permite o reexame de prova, mas se houve a correta valoração do conjunto probatório dos autos, quando o acórdão recorrido mencionar expressamente laudo pericial como razão de decidir. II. A Lei 8742/93 exige, para a concessão do benefício de prestação continuada prevista no art. 20, que o interessado esteja incapacitado para a vida independente e para o trabalho. III. Laudo pericial que aponta para a incapacidade total para o trabalho, embora temporária, não afronta o disposto no art. 20, §2º, da Lei 8742/93, tendo em vista o disposto no art. 21 do mesmo diploma legal. IV. Inexistência de divergências entre as turmas recursais. V. Incidente não conhecido. (JFRJ - Processo nº 200434007012659, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, julgado em 20.09.2004)
PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RENDA FAMILIAR PER CAPITA INFERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. MISERABILIDADE COMPROVADA COM APLICAÇÃO DO ESTATUTO DO IDOSO. CONCEITO DE VIDA INDEPENDENTE. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. 1. O benefício assistencial requer dois pressupostos para a sua concessão, quais sejam, a idade ou deficiência (aspecto subjetivo) e hipossuficiência (aspecto objetivo). 2. A autora é deficiente, conforme estampado está no laudo pericial, tendo em vistas as seqüelas deixadas pela paralisia infantil. 3. O espírito da lei não é o de conceder o benefício somente àqueles que necessitam de ajuda de terceiros para os afazeres diários, mas a todos os que, em face das agruras de uma deficiência e da miserabilidade, estejam em estado de absoluta necessidade. É o caso dos autos, na medida em que o laudo é claro em afirmar que a autora, hoje, não possui condições para o trabalho em função da doença que lhe acomete. 4. O laudo social apontou para a condição de hipossuficiência econômica da autora. Ainda que se considere que a mãe, com quem vive, percebe um salário-mínimo a título de LOAS, não pode ser olvidado que o parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso) expressamente consigna que o benefício (LOAS) já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins de cálculo da renda mensal per capita a que se refere a Lei nº 8.742/93. 5. Termo inicial fixado na data do requerimento administrativo. 6. A correção monetária das parcelas vencidas incide na forma das Súmulas nº 08 deste Tribunal, e 148 do STJ, bem como da Lei nº 6.899/81 e legislação superveniente. 7. Os juros moratórios são computados desde a citação, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, até o dia anterior ao da vigência do novo Código Civil e, após, de 1% (um por cento) ao mês. 8. Os honorários advocatícios são fixados em 10% (dez por cento) das parcelas vencidas até a sentença, conforme Súmula 111 do Superior Tribunal de Justiça. 9. Apelação da autora parcialmente provida. Tutela antecipada concedida. (JFMS - AC 2005.60.07.001093-3 1259496, Rel. JUIZ CONV. HONG KOU HEN, julgado em 07.04.2008).
5. Como se percebe não se extrai semelhança fática nem jurídica, porquanto o entendimento expressado no acórdão recorrido é no sentido de negar o benefício por entender que não ficou comprovado que a recorrente é incapaz para as atividades normais do cotidiano e para o labor. Ao contrário dos paradigmas, os quais expressam situação diversa, isto é, tratam de casos onde há confirmação de alguma incapacidade.
6. Quanto aos julgados transcritos no item "4" tem lugar a Questão de Ordem nº 22/TNU impediente do conhecimento da controvérsia recursal.
7. Foram também acostados os seguintes paradigmas:
PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. LAUDO PERICIAL INCOMPLETO. NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTOS. ART. 437 DO CPC. NULIDADE DA R. SENTENÇA. APELAÇÃO E REMESSA PROVIDAS EM
PARTE. 1. Considerando que não é possível se divisar de pronto se a condenação é inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, o reexame necessário é de rigor, nos termos do artigo 475, inciso I e § 2º, do Código de Processo Civil. 2. De fato, o laudo pericial elaborado mostra-se sucinto. Para aferir a incapacidade alegada - seqüela de lesão medular - haveria a necessidade de exame físico e nele, ao que consta, verificou-se indicadores normais. A indicação de "dificuldade de movimentar o braço e levantar peso" apresenta-se apenas em razão do histórico, não havendo como precisar se isso foi constatado em razão do exame ou do relato do paciente. (fl. 48). 3. Portanto, em tal situação, impõe-se a realização de nova perícia, não sendo suficiente a apresentada, pois incompleta. 4. Apelação da autarquia e remessa oficial providas em parte. Sentença anulada. (JFSP - AC 2000.03.99.040492-2 608289, Rel. JUIZ CONV. ALEXANDRE SORMANI, julgado em 22.04.2008)
CIVIL. PROVA PERICIAL. INTERPRETAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO. 1 - O fato de o mesmo laudo pericial servir para a improcedência do pedido inicial na sentença e para a procedência parcial no acórdão (apelação) não enseja violação aos arts. 131 e 436 do CPC, pois trata-se apenas de interpretação da prova, sob o crivo do livre convencimento que é próprio das instâncias ordinárias, onde o conhecimento fático-probatório é amplo. O julgador não está adstrito às conclusões da perícia que, como meio de prova, serve apenas para elucidar os fatos e nortear o veredicto. De qualquer forma, cuida-se de valoração da prova, prevalecendo, em última análise, a inteligência ministrada pela instância revisora. 2 - Recurso especial não conhecido. (REsp 1004078 / SE, Rel. MIN. FERNANDO GONÇALVES - T4 - QUARTA TURMA, julgado em 17.04.2008)
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO FUNDAMENTAL À PRODUÇÃO DE PROVA LÍCITA E À DECISÃO JUDICIAL MOTIVADA. VIOLAÇÃO. NULIDADE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADO. 1. O dever de fundamentar não decorre apenas de uma exigência do devido processo legal, mas está vinculado à própria necessidade republicana de justificação das decisões do Poder Público. 2. A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. 3. Transtorna o devido processo legal o acórdão recorrido quando, insensível às particularidades do caso concreto, apresenta-se como modelo inflexível, impõe determinada disposição e relega aos interessados a tarefa de inferência da possível razão para a solução oferecida ao caso. 4. Há nulidade processual

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

absoluta quando é negado à parte o direito de produzir prova testemunhal destinada a evidenciar o exercício de atividade rural, ao argumento de insuficiência de prova material, destacadamente quando a sentença não expressa a razão pela qual deixa de considerar diversos elementos documentais como aptos a atenderem a regra de prova contida no art. 55, §3º, da Lei de Benefícios da Previdência Social. 5. Processo anulado de ofício, com retorno dos autos à Vara de Origem, considerando-se prejudicado o Pedido de Uniformização. Aplicação analógica das questões de ordem 17 e 20, da TNU. (PEDILEF nº 2004.81.10.02.8197-8, Rel. JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, julgado em 16.11.2009)
8. A análise e o cotejo de seus conteúdos revelam mero inconformismo com as conclusões da perícia médica judicial.
Pleiteia assim, a superação do livre convencimento motivado do Juízo de origem mediante o revolvimento da matéria fático-probatória já apreciada e regularmente decidida, o que não é viável neste Colegiado Nacional, conforme a moldura do art. 14 da Lei nº 10.259/2001 e o teor da Súmula nº 42 da TNU .
9. De modo a corroborar o exposto, ressalte-se a seguinte passagem de um dos paradigmas apresentado pela recorrente:
" O julgador não está adstrito às conclusões da perícia que, como meio de prova, serve apenas para elucidar os fatos e nortear o veredicto. De qualquer forma, cuida-se de valoração da prova, prevalecendo, em última análise, a inteligência ministrada pela instância revisora." (REsp 1004078 / SE, Rel. MIN. FERNANDO GONÇALVES - T4 - QUARTA TURMA, julgado em 17.04.2008)
10. Nessas condições, voto pelo não conhecimento do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5022377-57.2012.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MAIRA ANA DE JESUS SANTANA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXILIO-DOENÇA- QUALIDADE DE SEGURADO. ANÁLISE DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Neste Pedilef busca-se a reforma de acórdão da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, pelo qual deu provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e reformou a sentença de procedência de pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez com data de início do benefício (DIB coincidente a data de entrada do requerimento administrativo (DER). Do acórdão recorrido destaco o trecho a seguir:
"(...) O INSS sustenta, em síntese, que o laudo judicial confirmou o entendimento administrativo no sentido de que não há incapacidade para o labor. Argumenta, também, que não houve requerimento administrativo feito em 17.08.2008. Enfatiza, outrossim, que a autora exercia atividade laborativa quando na DII fixada pelo juízo de origem, de modo que não se encontrava incapacitada. Dispõe, ainda, que mesmo que se considere a incapacidade pregressa, a autora não mantinha a qualidade de segurada. Pugna pelo reforma da sentença.
Assiste razão ao INSS.
Com efeito, observando o CNIS da autora (evento 42 - CNIS1), verifico que manteve vínculo empregatício no período de 01.04.2007 a 06.09.2007, estando filiada, portanto, ao RGPS até 16.11.2008, conforme disposição do artigo 15, inciso II, da Lei 8.213/91.
Assim, uma vez que o Sr. Perito concluiu pela existência de incapacidade pregressa no período de 16.02.2009 a 31.07.2009 (evento 50), a autora não mantinha mais a qualidade de segurada quando do início da incapacidade, de forma que a concessão do benefício é indevida."
2. O incidente não foi admitido na origem. Agravado, teve a tramitação determinada pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização.
3. O INSS apresentou contrarrazões, pugnando, em síntese, pelo não conhecimento em razão de implicar reexame do conjunto da prova e, no mérito, pelo não provimento.
4. Para a demonstrar a tese em sentido oposto ao julgado combatido, sustentou que: não perde a qualidade de segurado que, por motivo de doença cessa as contribuições previdenciárias. Nesse rumo, colacionou dois julgados do Superior Tribunal de Justiça: . (STJ. AgRg no RESP 721.570 - SE. Rel.: Min. Gilson Dipp. J.: 19/05/2005) e (STJ, AgREsp 1.055.886, 5ª Turma, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 09.11.2009).
5. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar, em tese, juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, a partir de premissas com semelhança fática e jurídica.
6. Acontece que a controvérsia, consoante a fundamentação lançada na sentença e a seguir reproduzida, denota que a discussão tem seu centro, não na divergência de entendimento esposadas nos julgados contrapostos, mas na estrita valoração fático-contextual do quadro oferecido pela recorrente no plano socioeconômico e clínico, o qual ensejou as análises e conclusões diversas pelas instâncias anteriores. Vejamos a fundamentação da sentença:
"(...)A prova pericial realizada em juízo concluiu pela ausência de incapacidade laborativa da autora para o exercício de sua atividade habitual, do ponto de vista clínico. No entanto, sobreleva ponderar, também, as peculiaridades do caso concreto, ou seja, as limitações físicas da autora frente a sua atividade habitual, ao meio social em que está inserida e a demais fatores que devem ser observados pelo julgador em casos como o presente, onde se discute a possibilidade ou não de desempenho das atividades habituais por determinado segurado.
De início, cumpre ponderar que a fixação da DII, neste caso, é tarefa difícil. Notese que, num primeiro momento, o perito não constatou a existência de incapacidade e numa segunda oportunidade entendeu pela incapacidade em período pretérito, com base nos laudos do INSS.
Todavia, em se considerando a natureza da doença, os aspectos sociais e econômicos que devem ser analisados pelo julgador na análise do direito a benefício por incapacidade. Permite-se, diante de tamanha dificuldade em se precisar a data de início da incapacidade, que não se renda a uma formalidade (data em que identificada/materializada uma determinada queixa da segurada em prontuário); permite-se apontar a data de início de incapacidade em momento anterior a 2009, isso pelo menos até o período em que ela mantinha a qualidade de segurado (16/11/2008). Nesse sentido, verifique-se a existência de prontuário, datado de 13/08/2009, no qual se atesta que a autora já estaria incapaz há pelo menos 24 meses. Verifique-se, também, a existência de vários outros lados, atestados e prontuários que demonstram a existência das moléstias incapacitantes mais ou menos nessa mesma época.
Em relação aos aspectos sociais e econômicos, há de se ponderar que a autora tem 66 anos de idade, possui ensino fundamental incompleto e é portadora de moléstias que no mínimo reduzem sua capacidade para o trabalho, prova disso são os salários inferiores ao mínimo recebidos de Igreja Adventista. Ou seja, a autora não possui as mínimas condições de exercer as atividades a que sempre se dedicou e tampouco teria condições de reabilitar-se para outras, nas quais não lhe fosse exigido esforço físico. Além disso, a requerente possui um bom histórico contributivo, efetuando contribuições regulares a partir de 1979.
Portanto, embora o laudo pericial tenha indicado apenas incapacidade pregressa, considerando as condições sociais da autora, a natureza das moléstias e a dificuldade de fixação do início da incapacidade, tenho por bem fixar a data de início da incapacidade na data do requerimento administrativo (27/08/2008)."
7. Tal o contexto, a eventual superação do entendimento da Turma Recursal importaria não apenas a apreciação jurídica da prova produzida em seu conjunto, mas seu revolvimento e reconstrução de raciocínio valorativo de per se; atuação incompatível com esta instância eminentemente uniformizadora de tese jurídica.
8. Portanto, o pleito sob exame esbarra no entendimento consolidado na Súmula nº 42 da TNU.
9. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500003-95.2012.4.05.8310
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:MARIA JOSELMA BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. RENDA FAMILIAR. MISERABILIDADE. AUSÊNCIA. PRECEDENTES. CONFORMIDADE. DESSEMELHANÇA FÁTICA E JURÍDICA. QUESTÕES DE ORDEM Nº 22 E Nº 13 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, pelo qual deu provimento ao recurso do INSS de modo a reformar a sentença que julgou procedente o pedido de benefício de amparo assistencial previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993).
2. Do voto destaca-se o trecho a seguir transcrito:
" Como se sabe, o art. 20, §1º, da Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), na redação anterior à dada pela Lei 12.435/11, considerava como família, para fins de concessão do benefício, apenas aqueles elencados no art. 16 da Lei 8.213/91:
"Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
§ 1o Para os efeitos do disposto no caput, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)
Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;
II - os pais;
III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido"
Assim, o núcleo familiar da demandante, para fins de cálculo da renda per capita mensal, é composto apenas por ela e seus pais, já que, a teor do dispositivo retrotranscrito, devem ser excluídos os irmãos maiores de 21 (vinte e um) anos de idade. Por outro lado, vê-se que os pais da autora recebem, cada um, um salário mínimo mensal, consoante fixado na sentença combatida.
Diga-se, neste ponto, que o art. 34, p.u., do Estatuto do Idoso possibilita que o benefício assistencial concedido ao idoso não seja computado para fins de nova concessão de LOAS. Veja-se:
"Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas.
Parágrafo único. O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do caput não será computado para os fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas." (destacado)
É pacífico que tanto o idoso que recebe o benefício assistencial quanto o que recebe qualquer outro benefício no valor mínimo estão em igual situação e merecem o mesmo tratamento legal, de modo que ambos devem ter sua renda excluída do cálculo da renda mensal familiar nos termos do mencionado parágrafo único.
Faz-se a ressalva apenas no sentido de que, em se tratando de norma que visa a beneficiar o maior de 65 anos (art. 34, caput, da Lei 10.741/03), tem-se que, para sua aplicação no caso concreto, ao menos aquele que já recebe o benefício deve ser idoso. Considerando que, na espécie, o pai da autora possui 69 anos, mas a sua mãe possui apenas 56, o caso é de exclusão tão somente da remuneração auferida pelo genitor.
Assim, tem-se que a autora e sua mãe sobrevivem com a renda de um s.m., além do benefício do Bolsa Família no valor de R$ 70,00 (setenta reais), de modo que a renda supera o limite de ¼ de s.m. per capita, sendo, portanto, indevido o benefício. De outro lado, ainda que o limite legal não seja objetivo, no presente caso não há nenhum outro elemento de prova a indicar que a parte autora seja realmente necessitada. Na verdade, ela não se encontra em estado de miserabilidade." (grifo nosso).
3. O incidente não foi admitido na origem. Interposto agravo a tramitação foi determinada pela Presidência da TNU.
4. Contrarrazões pugnando, em síntese, pela manutenção do acórdão recorrido.
5. Para a demonstração da divergência jurisprudencial a recorrente trouxe os acórdãos paradigmas: REsp 868.600/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01.03.2007, DJ 26.03.2007 e PEDILEF nº 2008.36.00.700052-6, relatora Juíza Federal ADVERCI RATES MENDES DE ABREU, julgado em 30.02.2008.
6. Considero os julgados contrapostos sem condições de ensejar juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, vez que suas premissas não apresentam semelhança fática e jurídica. Não cuidam, por exemplo, da obrigatoriedade de se considerar ou não os irmãos solteiros da recorrente (válidos e em idade economicamente ativa) como integrantes do núcleo familiar para o fim de apuração da renda per capita.
7. Noutro prisma, consoante assentado no acórdão recorrido, a situação do núcleo familiar não é de penúria ou de miserabilidade, considerados os elementos de prova analisados e sopesados pela instância anterior. Até porque - sem que isso importe revolver a prova, mas apenas apreciá-la juridicamente tal como produzida -, a família vive em realidade com a renda proveniente de 2 (dois) salários mínimos, mais o bolsa família e, ressalte-se, a probabilidade concreta de os irmãos solteiros, capazes para o trabalho, de algum modo ajudarem no sustento da casa.
8. Pondere-se ainda que, objetivamente o socorro estatal é subsidiário e destinado a situações extremas de carência material e social; quadro diverso do ora examinado em sede uniformizadora, o qual pode revelar pobreza, mas não miséria.
10. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização, porquanto além da ausência de semelhança fática e jurídica, o acórdão recorrido não destoa de precedentes jurisprudenciais (Questões de Ordem nº 22 e nº 13) respectivamente.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0022748-72.2007.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA DAS DORES SANTOS
PROC./ADV.:IGOR DOS REIS FERREIRA
OAB:SP-229469
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. COMPANHEIRA. HABILITAÇÃO. (DIB = DER). ARTS, 74, INCISO I E ART. 76, DA LEI Nº 8.213/1991. PRECEDENTES. QUESTÃO DE ORDEM Nº 38 DA TNU. CONHECIMENTO E PROVIMENTO.
1. Busca-se a reforma de acórdão da 5ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, pelo qual deu parcial provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, reformando em parte a sentença de procedência da pensão por morte em nome da companheira do instituidor, com direito aos atrasados desde à data do óbito (01.08.2006).
2. O Juízo anterior entendeu ser aplicável a regra do art. 76, "caput", da Lei n.º 8.213/1991 c/c o artigo 107 do Decreto n.º 3.048/1999, que estabelecem que os efeitos da inclusão de outros possíveis dependentes somente ocorrerão a contar da inscrição ou habilitação perante a autarquia previdenciária.
3. O incidente foi admitido na origem.
4. Não foram apresentadas contrarrazões.
5. Para demonstração da divergência jurisprudencial, apresentou um processo da mesma Região da Turma Recursal de origem processo 00485503820084036301, relator Juiz Federal ANDRÉ WASILEWSKI DUSZCZAK - este julgado, no entanto, não serve como paradigma à luz do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001 - e outros dois acórdãos paradigmas: AgREsp nº 1130350, relator ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 15.03.2010, PEDILEF nº 200261840020385, relator. Juiz Federal AROLDO JOSÉ WASHINGTON, julgado em 25.05.2004 e PEDILEF nº 200261840022126, da mesma Relatoria, julgado em 25.05.2004, esses julgados destinam-se, em suma, a respaldar a tese segundo a qual o benefício de pensão por morte é devido desde a data do óbito do do instituidor, uma vez que o INSS tinha o poder-dever de suspender o benefício concedido à segunda demandada desde entrada administrativa da habilitação da recorrente em 09.08.2007, enquanto dependente, mas que todavia, foi indevidamente negado o benefício.
6. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, a partir da divergência entre os paradigmas e o acórdão recorrido.
Passo ao voto.
7. Quanto ao mérito recursal, é de se considerar - sem que isso importe revolver matéria fática - que: (i) a ex-esposa (Sra. Cleusa Aparecida Arena Monreal) desde a DER recebe integralmente o benefício em questão; (ii) a autarquia sustenta que o pagamento feito deve ser considerado regular e válido, haja vista a boa-fé e a ter se habilitado como credora; (iii) no momento do requerimento administrativo a recorrente (Sra. Maria das Dores Santos) anexou Escritura Pública Declaratória assinada pelo finado Valdir Ortega Monreal, na qual ele afirmara que estava separado de fato há 14 anos da Sra. Cleusa Aparecida Arena Monreal e que era companheiro da autora; e (iii) o INSS tinha pleno conhecimento acerca das as peculiaridades do caso concreto desde a DER da recorrente.
8. Assim colocado, considerando que o INSS tomou ciência plena da condição e do pleito da recorrida desde o requerimento administrativo, o aspecto mais relevante que emerge desse contexto específico é que, a autarquia embora pudesse aprofundar a verificação da real condição de companheira da recorrid, preferiu apenas adotar a regra do caput do art. 76 da Lei nº 8.213/1991 cujo teor é:
Art. 76. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica. (Grifo não original)
§ 1º .....omissis
§ 2º .....omissis
9. Nessa conjuntura a sentença acolheu o pleito da recorrida. Estar-seia aí diante de situação subsumível por inteiro, ou não, à regra do artigo de lei antes transcrito?
10. Com efeito, a resposta adequada é negativa. Em realidade a recorrente apresentou o requerimento tempestivo em 09/082006 para habilitação na forma do art. 74, inciso I, da Lei nº 8.213/1991, vale dizer, com DIB na data do óbito (01/08/2006). Enquanto que a Sra. Cleusa Aparecida de Monreal requereu em 04/08/2006.
11. Por seu turno, a autarquia assumiu o ônus desde então dos efeitos de não ter aprofundado a análise acerca do preenchimento dos requisitos fáticos e jurídicos oferecidos tempestivamente pela companheira e, assim, da real situação da recorrente. Preferiu tratá-la como alguém desinteressado que não diligenciou desde o início para comprovar sua condição, nesse passo, aplicou apressadamente a regra do art. 76 acima transcrito.
12. Registre-se, não se cuida de habilitação tardia, a rigor, na medida em que a recorrente buscou se habilitar no mesmo momento do requerimento administrativo. Na linha diga-se, mutatis mutandis, do entendimento desta Turma Nacional de Uniformização sufragado no PEDILEF nº 05181990620084058100, Relator Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, julgamento em 08/03/2013 e do PEDILEF nº 200840007128794, Relatora Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, julgamento em 04/09/2013 e ainda, consoante o precedente, por analogia, do PEDIFLE 503176572200124047100, relator Juiz Federal PAULO ERNANAE MOREIRA BARROS, julgamento 10/09/2014, DJe 26/09/2014, pp. 152-227.
E ainda, consoante o julgado no REsp 1.348.823-RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 7/2/2013 veiculado no Informativo nº 0516 - período: 17 de abril de 2013.
13. Tenha-se em conta, ademais, que o caso em exame tem uma peculiaridade que o retira do âmbito da pura e simples aplicação do caput do art. 76 da Lei n. 8.213/1991, e que também o retira do pálio da boa-fé por parte do INSS, in casu; tal distinguish (diferencial) decorre da data do requerimento administrativo (oito dias do óbito), da plausibilidade contextual e da ignorada documentação apresentada como prova da condição de companheira.
14. Portanto, não se cuida propriamente de se permitir duplicidade de pagamento da pensão alusiva ao mesmo período, mas da justeza de reparar o prejuízo gerado à recorrente pela injustificável desatenção administrativa.
15. Nessas condições, voto no sentido de conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, de modo a restabelecer a sentença na forma da Questão de Ordem nº 38 da TNU .

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer do recurso e dar provimento ao incidente, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0513500-34.2011.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:GENILDO MARROCOS DE MELO
PROC./ADV.:KÁTIA FELINA DE OLIVEIRA FERREIRA
OAB:AL-5797
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. HIV. AMPLIAÇÃO DA ANÁLISE. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 78 DA TNU. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO.
1. Pretende-se a reforma do 2o acórdão da Turma Recursal de Alagoas, em sede de embargos de declaração e em juízo de retratação, o qual deu provimento ao recurso do INSS no sentido de reformar o primeiro acórdão que concedia o benefício de aposentadoria por invalidez ao recorrente. O primeiro acórdão concedia o benefício de auxílio-doença e a conversão em aposentadoria por invalidez, tendo em conta as condições sócio-culturais estigmatizantes em razão da presença de HIV. Seguem trechos do acórdão recorrido:
". Recurso que alega omissão no acórdão, porque se fundamentou em fato inexistente, contrariando a prova dos autos: "considerando que o fato acima foi considerado como fundamento no acórdão, e que tal não ocorreu da forma descrita, necessário que seja indicado corretamente o motivo para procedência do pedido, de acordo com as provas produzidas no processo."
. Hipótese em que o acórdão deu provimento ao recurso para conceder auxílio-doença a portador do vírus HIV, consignando que, apesar do laudo médico indicar a capacidade laboral do demandante "o próprio INSS admitiu a incapacidade laboral por um longo período, visto que nos presentes autos se busca o restabelecimento do auxílio doença concedido desde 13/06/2007 com DCB em 19/02/2010". Todavia, a análise dos autos demonstra que o demandante percebeu benefício durante apenas nove meses, entre 11 de agosto de 2010 e 13 de maio de 2011 (cf. anexo 18), tendo posteriormente se submetido a perícias que concluíram pela capacidade. Na verdade, não houve omissão no julgado combatido mas sim erro de fato quando da análise do conjunto probatório.
. Por outro lado, tanto a doutrina como a jurisprudência têm admitido, excepcionalmente, que sejam emprestados efeitos infringentes aos embargos de declaração, em prol da celeridade e economia processuais e, ainda, mais recentemente, para adaptar, em sede de aclaratórios, as decisões judiciais à nova orientação consolidada no Pretório Excelso ou no colendo Superior Tribunal de Justiça e, no caso dos Juizados Especiais Federais, na Turma Nacional de Uniformização.
. A situação dos autos se enquadra na última hipótese excepcional acima referida, pois de acordo da com a orientação Turma Nacional de Uniformização de jurisprudência, aplicada analogicamente ao caso em apreço, não basta a condição de portador de HIV para assegurar o direito aos benefícios da Seguridade Social, no caso citado tratava-se de benefício assistencial, sendo necessário que estejam presentes uma das seguintes situações: a) incapacidade para prover o próprio sustento, analisada à luz do estado clínico do requerente e de suas condições pessoais e circunstâncias socioeconômicas e culturais; b) no caso do portador de HIV assintomático, a presença de sinais exteriores da doença, que justifiquem o estigma social, tornando desfavorável o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho (v. PEDILEF n.º 2006.34.00.700191-7/DF, DJ 11.3.2010); ou c) o fato do requerente residir em município pequeno, que caracterize a estigmatização decorrente da ciência por todos de sua enfermidade contagiosa, independentemente do aspecto visual e sintomático da doença (v. PEFILEF n.º 2008.72.95.000669-0/SC, DJ 15.12.2010).
. Dessa forma, por divergir o acórdão embargado da orientação jurisprudencial firmada pela colenda Turma Nacional de Uniformização, é de ser reexaminada a matéria com fundamento no parágrafo 9º do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001.
. No caso dos autos, a pretensão deduzida em juízo contraria o entendimento assentado pela colenda TNU, visto que, no caso concreto, houve uma análise criteriosa do estado de saúde da parte autora, não se verificando a existência de patologias suscetíveis de gerar incapacidade. O auxiliar do juízo desempenhou seu mister com competência e esmero, sendo certo que a irresignação da parte recorrente é compreensível diante do conjunto probatório favorável a sua pretensão, vez que para concessão do benefício de auxílio-doença se faz necessária a presença do requisito inerente a incapacidade para atividade habitual, o que não restou demonstrado na presente hipótese.
. Ante o exposto, em juízo de retratação, dou provimento total ao recurso do INSS para rejeitar o pedido de concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença, prejudicados os embargos de declaração para fins de sanar a omissão no que diz respeito a existência de erro de fato na avaliação de prova. Sem custas e honorários advocatícios vez que não houve recorrente vencido.
2. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo teve a tramitação determinada pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização.
3. Não foram apresentadas contrarrazões.
4. Para a demonstração da divergência jurisprudencial o recorrente trouxe o acórdão paradigma da Turma Nacional, assentada no PEDILEF 05071068220094058400, relator Juiz Federal ALCIDES SALDANHA LIMA, DJe 31.08.2012, de modo a respaldar, em suma, a tese segundo a qual a perícia não vincula o Juízo. Diante da necessidade de esclarecimentos acerca da complexidade da questão, faz-se necessário que o juiz não considere apenas o laudo pericial, mas os elementos que circundam a realidade fática específica, tais como condições pessoais e sociais do segurado, estigma social pela presença do HIV, quadro de diarreia crônica, quadro depressivo, possibilidade de infecções etc., para a concessão, em sendo o caso, de aposentadoria por invalidez.
5. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar, em tese, juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, a partir de premissas que denotam semelhança fática e jurídica.
6. Em análise dos documentos trazidos pelos litigantes que julgou necessários e suficientes, juntamente com a complexidade do caso concreto, o segundo acórdão entendeu pela ausência de elementos capazes de corroborar a tese da incapacidade para o trabalho; a despeito da presença do HIV, porquanto a conclusão do laudo médico foi no sentido da ausência de incapacidade.
8. Oportuno registrar, não obstante o zelo jurisdicional, em casos deste jaez o fato de o exame médico pericial ter sido realizado em 13 de dezembro de 2011, em segurado agricultor, analfabeto. Enquanto que ainda em 14 de agosto de 2013 continua batendo-se pelo benefício em questão.
7. Por seu turno a Turma Nacional de Uniformização tendo em conta situações dessa complexidade editou a Súmula nº 78, do seguinte teor:
Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.
8. Assim colocado, sem embargos do livre convencimento motivado do Juízo de origem, mas também à vista das razões de decidir lançadas no recurso inominado, considero que estamos diante de situação que, ad cautelam, justifica o retorno do feito à origem de modo a oportunizar uma melhor adequação à diretiva da Súmula destacada no item "9".
9. Nessas condições, voto no sentido de dar parcial provimento ao recurso, de maneira a encaminhar o processo à Turma Recursal de origem para novo julgamento agregando e explicitando os aspectos que informam a Súmula nº 78 da TNU.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer do recurso e lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0501817-90.2012.4.05.8101
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA
PROC./ADV.:DYEGO PEREIRA NUNES
OAB:CE-20 636
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, pelo qual negou provimento ao recurso para manter a sentença de improcedência, tal como proferida, na qual não foi reconhecido o direito a aposentadoria rural por idade, por entender ausente substrato probatório suficiente para a comprovação do período mínimo de carência. Do acórdão destaca-se o trecho a seguir: "(...) Nesses moldes, para a concessão de aposentadoria por idade como segurado (a) especial (trabalhadora rural), seria necessária a comprovação do labor na agricultura em regime de economia familiar, durante o período de carência estabelecido na tabela constante do art. 142 da Lei n.º 8.213/91, nos meses imediatamente anteriores à data do requerimento administrativo.
Não se pode descurar que o início de prova material tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova robusta e incontrastável. Esse início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório.
Na hipótese, não obstante os documentos anexados consistirem em frágil início de prova material, a condição de segurado especial não restou comprovada, considerando os demais elementos de instrução. Com efeito, conforme consignado na sentença:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em depoimento pessoal realizado em audiência, a autora, que é analfabeta, demonstrou bom conhecimento acerca da agricultura, apresentando aspecto e linguajar típico de agricultor. Todavia, a autora mora em Fortaleza, tal como se percebe do endereço fornecido no INSS pela suscitante (Parangaba), de onde se infere, aliado ao fato de existirem poucas provas materiais que indiquem o trabalho no campo, que a autora não cumpriu o prazo de carência necessário, exigido pelo art. 142 da lei 8213/92, para obtenção da aposentadoria por idade, embora já tenha gozado de benefício como segurada especial, preponderando os motivos para o indeferimento do pedido inicial.
Assim, examinando atentamente a sentença recorrida, constata-se que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95."
2. Incidente não admitido na origem. Mediante agravo teve a distribuição determinada pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização.
3. O INSS apresentou contrarrazões, pleiteando, em suma, o não provimento.
44. Para demonstração da divergência jurisprudencial invocou a Súmula nº 14 da TNU, bem como o PEDILEF a seguir transcrito:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CARTEIRA DE SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS. DOCUMENTO CONTEMPORÂNEO. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. O acórdão recorrido, que manteve a sentença de improcedência, recusou todos os documentos exibidos como início de prova material, inclusive a carteira de filiação ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, ao argumento de que o documento foi emitido por instituição interessada na proliferação da categoria profissional que a sustenta. Em contrapartida, o acórdão paradigma da TNU (PEDILEF 2006.70.95.015757-7, Rel. Alexandre Lippel) admite a carteira de sindicato rural como início de prova material. Admitido o pedido de uniformização de jurisprudência. 2. A jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização está pacificada no sentido de que carteira de sindicato de trabalhadores rurais constitui início de prova material para comprovação de atividade rural:PEDILEF 2006.70.95.015767-7, Relator Juiz Federal SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ,DJ 07/11/2008; PEDILEF 2007.83.00.526657-4, Relator Juiz Federal OTAVIOPORT, DJ 25/03/2009; PEDILEF 2003.81.10.025191-0, Relatora Juíza Federal JACQUELINE MICHELS BILHALVA, DJ 26/01/2010; PEDILEF 2003.81.10.007977-2,Relator Juiz Federal PAULO ARENA, DOU 08/04/2011. 3. O início de prova material constitui mero indício. Não precisa provar diretamente o efetivo exercício da atividade rural, mas apenas fatos secundários dos quais se possa inferi-la. Por isso, a prova documental frágil é suficiente para formar início de prova material. 4. A filiação ao sindicato e a consequente emissão da carteira ocorreram em junho/2002. O requerimento administrativo foi formulado em março/2003. O fato de o documento ter sido lavrado pouco tempo antes do requerimento administrativo não fulmina seu valor probatório indiciário. O ingresso em entidade de classe rural, ainda que tardio, serve de indício de que o associado exercia atividade rural. 5. O início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar (Súmula nº 34 da Turma Nacional de Uniformização). Entretanto, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmula nº 14 da Turma Nacional de Uniformização; STJ, AGRESP 1.117.709, Relator FELIX FISCHER, DJE21/06/2010; STJ, AGRESP 1.168.151, Relator JORGE MUSSI, DJE 29/03/2010). Para ser contemporânea, a prova material indiciária precisa ter sido formada em qualquer instante (no início, no meio ou no fim) situado dentro do intervalo de tempo de serviço rural que se pretende comprovar. A prova material pode ser contemporânea ao final do período de carência e ter sua eficácia estendida retroativamente (para o passado) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica. Essa é a orientação pacificada na Turma Nacional de Uniformização: PEDILEF 2006.72.59.000860-0, rel. Juiz Federal Derivaldo de 0Figueiredo Bezerra Filho, DJ 29/09/2009; PEDILEF 2007.72.95.0032452, Relator Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU31.01.2011; PEDILEF 2005.70.95.00.5818-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 04.09.2009; PEDILEF 2007.72.95.00.3211-7, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 16.03.2009. 6. Pedido de uniformização parcialmente provido para: (a) reafirmara tese de que carteira de sindicato de trabalhadores rurais constitui início de prova material para comprovação de atividade rural; (b) anular o acórdão recorrido na forma da Questão de Ordem nº 6 da TNU;(c) determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para que retome o julgamento do recurso inominado interposto em face da sentença, partindo da premissa de que o início de prova material está configurado. (TNU - PEDILEF: 200381100269172 CE, Relator: JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, Data de Julgamento: 24/11/2011, Data de Publicação: DOU 09/12/2011)
5. Considero os julgados contraposto em condição de ensejar, em tese, juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, vez que a discussão apresenta semelhança fática e jurídica nos julgados contrapostos.
7. Não obstante, a Turma recursal de origem não manifestou a não aceitação do início razoável de prova, mas, à vista dos documentos juntados de par com a prova oral produzida identificou fragilidade probatória in concreto, na linha do entendimento jurisprudencial consolidado na Súmula nº 149 do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:
"3- Desta feita, apesar da prova oral colhida, o conjunto probatório apresentado pela autora não foi suficiente para comprovar o labor agrícola pelo período mínimo de carência exigido para obtenção do benefício pleiteado, ainda que de forma descontínua, bem como a filiação antes da Lei 8213/91.".
9. Tal o contexto, a superação dessa compreensão fático-probatória implica o revolvimento de toda a matéria probatória já apreciada pelo Juízo anterior, atuação típica de Instância de revisão ou de cassação, não de uniformização. Assim colocado, o pleito encontra óbice no entendimento da Súmula nº 42 da TNU, corolário da moldura legal posta no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
11. Nessas condições, voto para não conhecer do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000065-27.2015.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE:ALDO GAMELEIRA DO REGO FILHO E OUTROS
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN-5291
IMPETRADO(A):MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.:ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DA TNU. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. INICIAL INDEFERIDA.
1. Os impetrantes nesta via mandamental colimam assegurar a tramitação dos pedidos de interpretação de lei federal nº 050936086.2013.4.05.8400, nº 0508905 24.2013.4.05.8400, nº 0508860-20.2013.4.05.8400, nº 0509010-98.2013.4.05.8400, nº 0509188-47.2013.4.05.8400, nº 0508888-85.2013.4.05.8400, nº 0508890-55.2013.4.05.8400, nº 0508870 64.2013.4.05.8400, nº 0508955.50.2013.4.05.8400 e nº 0508992-77.2013.4.05.8400 (desnecessidade do pagamento de custas judiciais quando a parte for beneficiária da justiça gratuita). O PEDILEF é oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte; e causa de pedir nesta sede uniformizadora é o não provimento a agravo julgado pelo Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
2. A Decisão objurgada tem o teor a seguir transcrito:
"Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.
A sentença indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita à parte autora, que interpôs recurso inominado para a Turma Recursal. No entanto, o seu recurso não foi conhecido pela falta de pagamento das custas processuais. Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual considera desnecessário o pagamento de custas judiciais quando a parte for beneficiária da justiça gratuita.
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material. No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, o indeferimento do recurso da parte autora pela ausência de preparo, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Destarte, incide a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Além disso, é impossível a análise da tese meritória, tendo em vista que não foi apreciada pelas instâncias de origem e não houve pronunciamento expresso da Turma Recursal no acórdão recorrido.
Assim, incide o óbice da Questão de Ordem 35 desta TNU ("O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo."
3. Tal o contexto, Sua Excelência aplicou o entendimento consolidado nesta TNU expresso nas Súmulas nº 35 e nº 43 da TNU, respectivamente: O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado e É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
4. Noutro ângulo, o conteúdo da Questão de Ordem nº 29/TNU é no sentido de que: Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem.
5. Por sua vez, conforme o então art. 7º, inciso VII, letra "c", do RITNU, compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, obstar a tramitação de incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
6. E o § 1º do art. 7º, atual art. 16 do mesmo RI desta TNU, a decisão proferida pelo Presidente sobre a matéria é irrecorrível.
7. Assim colocado, somente cabe mandado de segurança, em tese, quando a decisão do Presidente evidenciar caráter teratológico ou materializar negativa de prestação jurisdicional.
8. Nesse passo, dois aspectos jurídicos merecem destaque nesta impetração: (i) não se extrai do quadro jurídico em apreço qualquer das hipóteses aludidas precedentemente; conforme, mutatis mutandis, o entendimento expresso, v.g., nos Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, relatoria do Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, relatoria da Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, relatoria do Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000; e relatoria do Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, os três últimos julgados na Sessão 27.6.2012, em cotejo com as razões pontuais de decidir; e (ii) no PEDILEF 00000104720134900000, relatora a Juíza Federal KYU SOON LEE, publicação em 20/09/2013, pp. 142-188, cuidando de matéria fática previdenciária em tudo equiparável ao caso sob exame - ressalvado o ponto de vista da Relatora, esta TNU decidiu no sentido de indeferir a inicial.
9. Noutro prisma, indiscutivelmente esta pretensão mandamental importa: a) atribuir feição teratológica ou/e negativa de prestação jurisdicional à regular decisão do Ministro Presidente, segundo seu livre convencimento motivado, ancorada estritamente no dispositivo regimental emanado do Conselho da Justiça Federal e em conformidade com a jurisprudência da TNU; e b) levar o Colegiado Nacional a se substituir à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, cujo Regimento Interno dispõe: Art. 11. Compete à Corte Especial processar e julgar: "(...) IV - os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de qualquer de seus órgãos;".
10. De qualquer modo, seja porque a causa de pedir desta impetração não demonstra decisão teratológica (PEDILEF nº 05057003520094058300/PE - representativo da controvérsia - art. 7º, § 2º, do RITNU), seja por que não se cuida de negativa de jurisdição; ou ainda, porque a regra regimental na qual a autoridade impetrada se baseou foi editada pelo CJF, o quadro fático-jurídico revela clara ausência de direito líquido e certo.
11. Nessas condições, na forma do art. 10, § 1º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, voto no sentido do indeferimento da inicial.
12. Descabe condenação em custas, e em honorários advocatícios.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais indeferir a petição inicial, nos termos do voto do relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000007-24.2015.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE:AMBRÓSIO VALÉRIO DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRANTE:CLAUDIO MOREIRA CAMPOS
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRANTE:FRANCISCA FRANCINETE MAIA DA NOBREGA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRADO(A):PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DA TNU. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. INICIAL INDEFERIDA.
1. A impetrante nesta via mandamental colima assegurar a tramitação do pedido de interpretação de lei federal nº 0509420-59.2013.4.05.8400, 0512679-62.2013.4.05.8400, 0513455-62.2013.4.05.8400 e 0508885-33.2013.4.05.8400 (conhecimento e acolhimento do recurso face a acórdão que não conheceu o recurso inominado que discutia em seu próprio corpo a matéria reiterando o pedido de isenção de custas processuais). O PEDILEF é oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte; e a causa de pedir nesta sede uniformizadora é o não provimento a agravo julgado pelo Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
2. A Decisão objurgada tem o teor a seguir transcrito:
-O art. 42 parágrafo 1o, da lei 9.99/95 assim dispõe "o preparo será feito, independentemente de intimação nas 48 horas seguintes à interposição, sob pena de deserção".
-Como um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso e consistente no pagamento das despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro graus, a sua falta ou irregularidade acarreta a preclusão, fazendo com que seja aplicada a pena de deserção. Verificada esta, o recurso não pode ser conhecido.
- A isenção de custas prevista no art. 54 da lei em epígrafe é adstrita ao primeiro grau de jurisdição, atendidos as restrições previstas em lei, somente estendendo-se ao segundo grau em hipóteses de gratuidade ou assistência judiciária, não aplicáveis ao caso dos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

-Apesar de ter sido indeferida a Justiça Gratuita a parte não efetivou preparo.
-recurso Inominado não conhecido"
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, o não cabimento do recurso interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Destarte, incide a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento a agravo."
3. Tal o contexto, Sua Excelência aplicou o entendimento consolidado nesta TNU expresso na Súmula nº 43: Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual.
4. 4. Noutro ângulo, o conteúdo da Questão de Ordem nº 29/TNU é no sentido de que: Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem.
5. Por sua vez, conforme o então art. 7º, inciso VII, letra "c", do RITNU, compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, obstar a tramitação de incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
6. E o § 1º do art. 7º, atual art. 16 do mesmo RI desta TNU, a decisão proferida pelo Presidente sobre a matéria é irrecorrível.
7. Assim colocado, somente cabe mandado de segurança, em tese, quando a decisão do Presidente evidenciar caráter teratológico ou materializar negativa de prestação jurisdicional.
8. Nesse passo, dois aspectos jurídicos merecem destaque nesta impetração: (i) não se extrai do quadro jurídico em apreço qualquer das hipóteses aludidas precedentemente; conforme, mutatis mutandis, o entendimento expresso, v.g., nos Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, relatoria do Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, relatoria da Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, relatoria do Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000; e relatoria do Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, os três últimos julgados na Sessão 27.6.2012, em cotejo com as razões pontuais de decidir; e (ii) no PEDILEF 00000104720134900000, relatora a Juíza Federal KYU SOON LEE, publicação em 20/09/2013, pp. 142-188, cuidando de matéria fática previdenciária em tudo equiparável ao caso sob exame - ressalvado o ponto de vista da Relatora, esta TNU decidiu no sentido de indeferir a inicial.
9. De qualquer modo, seja por que a causa de pedir desta impetração não demonstra decisão teratológica, ou ainda, por que não se cuida de negativa de jurisdição. Certo é que não se cuida, tal como lançado acima, de direito líquido e certo.
10. Nessas condições, na forma do art. 10, § 1º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, voto no sentido do indeferimento da inicial.
11. Descabe condenação em custas, e em honorários advocatícios.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs indeferir a petição inicial, nos termos do voto do relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000022-90.2015.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE:ANA MARIA GOMES DE ANDRADE
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN-5291
IMPETRANTE:JOSÉ EVERALDO DE ASSIS SANTOS
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN-5291
IMPETRADO(A):MINISTRO PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DA TNU. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. INICIAL INDEFERIDA.
1. Os impetrantes nesta via mandamental colimam assegurar a tramitação do pedidos de interpretação de lei federal nº 0502815-54.2014.4.05.8500 e nº 0502808-62.2014.4.05.8500, em matéria administrativa (pagamento da Unidade de Referência de Preço [URP] abril/maio de 1998, reajustando o salário em 7/30 [sete trinta avos] de 16,19% [dezesseis por cento e dezenove centésimos], bem como a não incidência da prescrição ao fundo de direito). O PEDILEF é oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe; e causa de pedir nesta sede uniformizadora é o não provimento a agravo julgado pelo Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
2. A Decisão objurgada tem o teor a seguir transcrito:
"Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, rejeitou o reajuste requerido à inicial.
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Inicialmente, observa-se que os arestos do STF mostra(m)-se inservível(is) a demonstrar divergência. A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.
Além disso, não é possível reconhecer a divergência no que tange à prescrição de fundo do direito, posto que o acórdão vergastado coaduna-se com os paradigmas ao afastar a citada prejudicial de mérito. Diversamente, fundamenta-se na incorporação dos índices pleiteados às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.
Por fim, não se ignora a colação do acórdão do STJ no AgRg nos EDcl no REsp 1135866/RN que, no entanto, trata de conversão errônea de vencimentos em URV, ao passo que o presente caso se refere ao reajuste da URP abril/maio de 1988, não se podendo assumir que possuem a mesma natureza jurídica.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo."
3. Tal o contexto, Sua Excelência aplicou o entendimento consolidado nesta TNU expresso na Súmula nº 22: É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
4. Por sua vez, conforme o então art. 7º, inciso VII, letra "c", do RITNU, compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, obstar a tramitação de incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
5. E o § 1º do art. 7º, atual art. 16 do mesmo RI desta TNU, a decisão proferida pelo Presidente sobre a matéria é irrecorrível.
6. Assim colocado, somente cabe mandado de segurança, em tese, quando a decisão do Presidente evidenciar caráter teratológico ou materializar negativa de prestação jurisdicional.
7. Nesse passo, dois aspectos jurídicos merecem destaque nesta impetração: (i) não se extrai do quadro jurídico em apreço qualquer das hipóteses aludidas precedentemente; conforme, mutatis mutandis, o entendimento expresso, v.g., nos Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, relatoria do Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, relatoria da Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, relatoria do Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000; e relatoria do Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, os três últimos julgados na Sessão 27.6.2012, em cotejo com as razões pontuais de decidir; e (ii) no PEDILEF 00000104720134900000, relatora a Juíza Federal KYU SOON LEE, publicação em 20/09/2013, pp. 142-188, cuidando de matéria fática previdenciária em tudo equiparável ao caso sob exame - ressalvado o ponto de vista da Relatora, esta TNU decidiu no sentido de indeferir a inicial.
8. Noutro prisma, indiscutivelmente esta pretensão mandamental importa: a) atribuir feição teratológica ou/e negativa de prestação jurisdicional à regular decisão do Ministro Presidente, segundo seu livre convencimento motivado, ancorada estritamente no dispositivo regimental emanado do Conselho da Justiça Federal e em conformidade com a jurisprudência da TNU; e b) levar o Colegiado Nacional a se substituir à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, cujo Regimento Interno dispõe: Art. 11. Compete à Corte Especial processar e julgar: "(...) IV - os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de qualquer de seus órgãos;".
9. De qualquer modo, seja porque a causa de pedir desta impetração não demonstra decisão teratológica (PEDILEF nº 05057003520094058300/PE - representativo da controvérsia - art. 7º, § 2º, do RITNU), seja por que não se cuida de negativa de jurisdição; ou ainda, porque a regra regimental na qual a autoridade impetrada se baseou foi editada pelo CJF, o quadro fático-jurídico revela clara ausência de direito líquido e certo.
10. Nessas condições, na forma do art. 10, § 1º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, voto no sentido do indeferimento da inicial.
11. Descabe condenação em custas, e em honorários advocatícios

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais indeferir a petição inicial, nos termos do voto do relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000050-58.2015.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE:IRACI AGUIAR DE LIMA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRADO(A):MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DA TNU. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. INICIAL INDEFERIDA.
1. A impetrante nesta via mandamental colima assegurar a tramitação do pedido de interpretação de lei federal nº 0500018-62.2014.4.05.9840 (conhecimento e acolhimento do recurso face à decisão interlocutória que determinou a limitação da ordem de pagamento ao limite do teto dos Juizados Especiais, nos mesmos moldes do que foi determinado em sentença na fase de conhecimento). O PEDILEF é oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte; e a causa de pedir nesta sede uniformizadora é o não provimento a agravo julgado pelo Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
2. A Decisão objurgada tem o teor a seguir transcrito:
"Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que não conheceu de recurso inominado por considerá-lo inepto, na medida em que o Mandado de Segurança não pode ser sucedâneo de recurso legal.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, o não cabimento do recurso interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Destarte, incide a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento a agravo."
3. Tal o contexto, Sua Excelência aplicou o entendimento consolidado nesta TNU expresso na Súmula nº 43: Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual.
4. 4. Noutro ângulo, o conteúdo da Questão de Ordem nº 29/TNU é no sentido de que: Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem.
5. Por sua vez, conforme o então art. 7º, inciso VII, letra "c", do RITNU, compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, obstar a tramitação de incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
6. E o § 1º do art. 7º, atual art. 16 do mesmo RI desta TNU, a decisão proferida pelo Presidente sobre a matéria é irrecorrível.
7. Assim colocado, somente cabe mandado de segurança, em tese, quando a decisão do Presidente evidenciar caráter teratológico ou materializar negativa de prestação jurisdicional.
8. Nesse passo, dois aspectos jurídicos merecem destaque nesta impetração: (i) não se extrai do quadro jurídico em apreço qualquer das hipóteses aludidas precedentemente; conforme, mutatis mutandis, o entendimento expresso, v.g., nos Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, relatoria do Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, relatoria da Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, relatoria do Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000; e relatoria do Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, os três últimos julgados na Sessão 27.6.2012, em cotejo com as razões pontuais de decidir; e (ii) no PEDILEF 00000104720134900000, relatora a Juíza Federal KYU SOON LEE, publicação em 20/09/2013, pp. 142-188, cuidando de matéria fática previdenciária em tudo equiparável ao caso sob exame - ressalvado o ponto de vista da Relatora, esta TNU decidiu no sentido de indeferir a inicial.
9. Noutro prisma, indiscutivelmente esta pretensão mandamental importa: a) atribuir feição teratológica ou/e negativa de prestação jurisdicional à regular decisão do Ministro Presidente, segundo seu livre convencimento motivado, ancorada estritamente no dispositivo regimental emanado do Conselho da Justiça Federal e em conformidade com a jurisprudência da TNU; e b) levar o Colegiado Nacional a se substituir à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, cujo Regimento Interno dispõe: Art. 11. Compete à Corte Especial processar e julgar: "(...) IV - os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de qualquer de seus órgãos;".
10. De qualquer modo, seja porque a causa de pedir desta impetração não demonstra decisão teratológica (PEDILEF nº 05057003520094058300/PE - representativo da controvérsia - art. 7º, § 2º, do RITNU), seja por que não se cuida de negativa de jurisdição; ou ainda, porque a regra regimental na qual a autoridade impetrada se baseou foi editada pelo CJF, o quadro fático-jurídico revela clara ausência de direito líquido e certo.
11. Nessas condições, na forma do art. 10, § 1º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, voto no sentido do indeferimento da inicial.
12. Descabe condenação em custas, e em honorários advocatícios.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs indeferir a petição inicial, nos termos do voto do relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0011138-70.2008.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:RAULINO VAZ SANTANA
PROC./ADV.:ZENAIDE ZANELATO CLEMENTE
OAB:SP-193867
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MATERIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região, pelo qual negou provimento ao recurso do autor para manter a sentença de improcedência do pedido de conversão de auxílio doença em aposentadoria por invalidez. Houve a interposição de embargos de declaração, desacolhidos. Seguem trechos do acórdão recorrido:
"(...) Observo, em seguida, que a parte autora já recebe auxílio-doença, que, deferido em sede administrativa, é o benefício compatível com a incapacidade detectada pelo laudo médico. Não existe fundamento para a conversão em aposentadoria por invalidez, que dependeria da demonstração - não existente - de que a incapacidade é total.
Ante o exposto, nego provimento ao recurso e condeno a parte autora ao pagamento de honorários de R$ 500,00 (quinhentos reais), cuja execução deverá observar o disposto pela Lei nº 1.060-1950, como conseqüência do deferimento da gratuidade."
2. O incidente não foi admitido na origem. Ante agravo teve a tramitação determinada pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização.
3. O INSS não apresentou contrarrazões.
4. Para a demonstração da divergência jurisprudencial vieram os seguintes acórdãos paradigmas: PEDILEF 200634007035800, relator Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 08/02/2010; PEDILEF 222256920074013, Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça REsp 965.597/PE, relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 17/09/2007; Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça REsp 249.056 relator Ministro EDSON VIDGAL DJe 01/08/200, de modo a respaldar, em síntese, a tese de que a perícia não vincula o Juízo e que, a incapacidade não deve ser avaliada somente do ponto de vista médico, mas também das condições sociais e pessoais.
5. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar, em tese, juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, vez que as premissas apresentam semelhança fática e jurídica.
Passo ao voto.
6. A irresignação do recorrente reside na alegativa de que a Instância anterior não levou em conta os períodos entre as cessações e restabelecimentos do benefício na esfera administrativa; nem teve em consideração a natureza da atividade do segurado de carregador de sacos (saqueiro) em Usinas de açúcar, para o que se encontra impossibilitado diante do quadro da patologia na coluna cervical; que o empregador tem dificuldade em readaptá-lo em razão da baixa escolaridade e da própria doença. Mas, não obstante, o Juízo anterior não teve em conta as condições pessoais e sociais do segurado.
7. Registre-se, mesmo diante da Súmula nº 47 da Turma Nacional de Uniformização, percebe-se, a despeito da objetividade da sentença e do acórdão recorrido, que as condições pessoais e sociais do recorrente - a partir da abrangência do laudo médico pericial - foram consideradas e, com base no conjunto probatório entendeu-se que o recorrente não faz jus a aposentadoria por invalidez; e que nas circunstâncias, também não é o caso de auxílio-doença no âmbito judicial, porquanto já se encontra recebendo administrativamente auxílio-doença.
10. Efetivamente, a eventual superação do entendimento adotado pela Turma Recursal importaria o revolvimento da prova produzida, numa clave para além dos contornos do direito material e do modelo uniformizador posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001; em contrariedade outrossim, com o contido na Súmula nº 42 da TNU.
11. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0507953-70.2012.4.05.8500
ORIGEM:SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE:ANA MARIA VIEIRA MELQUÍADES
PROC./ADV.:FERNANDA SILVA SOUSA
OAB:SE-3229
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO ESPECIAL DE SERVIÇO. PPP. INCONFORMIDADE. PRESUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 E SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, pelo qual negou provimento ao recurso inominado para manter a sentença de improcedência de pedido de averbação de atividade como enfermeira, à que a recorrente busca o reconhecimento como de natureza especial para fins de aposentadoria.
2. O entendimento adotado pelo Juízo de origem foi expressado, em resumo, no sentido de que o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP alusivo ao período posterior a 28/04/1995 é inválido, porquanto nele não figura o profissional responsável pela aferição da exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física. O acórdão combatido tem a seguinte ementa:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. PPP SEM INFORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL. RECURSO IMPROVIDO. O único ponto discutido no presente feito é o reconhecimento como especial, do período em que a requerente trabalhou como enfermeira, após 28/04/1995. A autora requer a reforma da sentença para a concessão de aposentadoria especial. O PPP anexado, referente ao período posterior à 28/04/1995 é inválido, pois não consta o responsável pela aferição dos agentes nocivos. A Instrução Normativa nº 84/02 - IN/INSS, ao regulamentar a questão, no art. 187, § 1º, estabelece: "O PPP deve ser elaborado pela empresa com base no LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho) e assinado pelo representante legal da empresa ou seu preposto, indicando o nome do médico do trabalho e do engenheiro de segurança do trabalho". O nome do responsável pela elaboração do laudo técnico é indispensável em virtude da possibilidade da impugnação da prova. Recurso improvido." (grifo não original).
3. O incidente de uniformização não foi admitido na origem. Interposto agravo foi determinada a distribuição nesta Colegiado Nacional.
4. Contrarrazões do INSS defende, em síntese, a manutenção do acórdão vergastado.
5. Para a demonstração da divergência jurisprudencial a recorrente trouxe julgados: da TNU PEDILEF nº 50379486820124047000, relator Juiz Federal ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DJe 31/05/2013 pp. 133-154.) e da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás, Processo nº 2007.35.00.706600-2, DJe 29/08/2007.
6. O cotejo do acórdão de origem com o PEDILEF antes destacado permite juízo discrepante, em tese, de interpretação frente a lei federal, porquanto as premissas contrapostas apresentam semelhança fática e jurídica, na medida em que se identifica a presença da mesma discussão sobre a regularidade substancial do formulário do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP e de sua base técnica. Já em relação ao acórdão da Turma Recursal de Goiás (Processo nº 2007.35.00.706600-2), não se identifica condições de cotejo analítico, porquanto parte do regular reconhecimento da validade formal do PPP, além de a discussão assentar-se especificamente sobre a presença do agente nocivo ruído.
Passo ao voto.
7. Nesse passo, oportuno realçar as premissas fático-jurídicas que lastrearam o PEDILEF 50379486820124047000, paradigma, conforme a seguir destacado:
"(...) Verifica-se, pois, que o acórdão recorrido não logrou êxito em demonstrar dúvida quanto veracidade das informações ali esposadas, limitando-se a afirmar a ausência de indicação de que o documento foi elaborado com base em laudo técnico e de assinatura por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Embora o documento não esteja assinado por engenheiro do trabalho, o nome do profissional responsável pelo registro das condições ambientais foi indicado no formulário, presumindo-se, assim, que este foi elaborado com base em laudo técnico. Hipótese em que não se faz necessária a assinatura do técnico, que na verdade é exigência para o LTCAT e não PPP, segundo artigo 58, § 1º da lei n 8.213/91:
Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo.
§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista (g.n).
10. Não é cabível exigir-se, dentro da via judicial, mais do que o próprio administrador, sob pretexto de uma pretensa ilegalidade da Instrução Normativa, que, conforme já dito, não extrapolou o ditame legal, apenas o aclarou e explicitou, dando a ele contornos mais precisos, e em plena consonância com o princípio da eficiência, que deve reger todos os atos da Administração Pública."
8. O exame atento das premissas lançadas no PEDILEF paradigma revela que houve o reconhecimento de um lastro técnico consentâneo com a legislação de regência e com o entendimento jurisprudencial prevalente sobre o tema, vale dizer, havia a indicação do responsável técnico pela verificação das condições ambientais de trabalho. Enquanto que no caso sob exame a Turma Recursal de origem não identificou qualquer registro ou indicação de responsável técnico para, em tese, presumir a existência de Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT).
9. Noutro ângulo, a qualificação profissional da recorrente (enfermeira) não supre a verificação técnica das condições em que de fato exerceu suas potenciais e múltiplas atividades. Esta compreensão põe-se em sintonia, frise-se, com a primeira premissa assentada pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema, mutatis mutandis, ao julgar o Agravo em Recurso Extraordinário nº 664335/SC, relator Ministro LUIZ FUX, DJe-029 DIVULG 11-02-2015 PUBLICAÇÃO 12-02-2015, segundo o qual:
"(...) o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial."...
10. Assim colocado, a Turma Recursal de origem analisou e decidiu a matéria à luz do quadro fático que lhe foi oferecido, sem destoar da jurisprudência posta em relevo - nem mesmo do paradigma Questão de Ordem nº 13 da TNU - e, eventual superação dessa compreensão importaria a revolvimento do conteúdo fático da causa, o que encontra óbice no teor da Súmula nº 42 da TNU.
11. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0019925-95.2011.4.01.3600
ORIGEM:MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTONIO SEVERINO PEREIRA
PROC./ADV.:FRANCINNE MATOS BORGES
OAB:MT-11762
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS Nºs 42 E 47 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma do acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal Mato Grosso, o qual negou provimento ao recurso inominado interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e manteve a sentença concessiva de aposentadoria por invalidez. Do acórdão destaca-se :
"I - A concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez exige o cumprimento de quatro requisitos: 1º) incapacidade e impossibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência (art. 42 da Lei nº 8.213/91); 2º) que a incapacidade não seja preexistente à filiação do segurado ao RGPS; 3º) carência de 12 contribuições (art. 25, inciso I, da Lei nº 8.213/91), excepcionados os casos do art. 26, inciso II, da mesma lei; e 4º) qualidade de segurado (art. 15 da Lei nº 8.213/91).
II - Incapacidade laboral. A parte autora, ora recorrido, 56 anos de idade, 2ª série do ensino fundamental, trabalhador braçal, é portador de doença em coluna lombar (ortearticular, hérnia de disco). A perícia médica judicial concluiu pela incapacidade para exercer a atividade atual e outras que exijam esforço físico moderado e que a patologia só pode ser tratada com procedimento cirúrgico e otimização da medicação. Ocorre que a conclusão do perito decorreu de argumento exclusivo da medicina, deixando de ser analisados argumentos sociais e econômicos. Ao realizar a ponderação das provas carreadas para o processo, concluo tratar-se de pessoa total e permanentemente incapacitada para o trabalho. A moléstia da parte autora - no contexto social e econômico em que vive, as lides exigem perfeita compleição física, ainda mais em se tratando de pessoa com baixo grau de escolaridade e contando com 56 anos de idade, assume contornos de uma incapacidade total e permanente para o trabalho.
III - Qualidade de segurado e carência: O INSS não se insurge quanto à qualidade de segurado ou o cumprimento do período de carência.
IV - Recurso desprovido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos.
VI - Antecipação dos efeitos da tutela concedidos em sentença de primeiro grau.
VII - Sem custas. Condenação da parte recorrente ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação a título de parcelas vencidas."
2. O incidente não foi admitido na origem. Em razão de agravo teve a tramitação determinada pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização.
3. Não foram apresentadas contrarrazões.
4. Para demonstração da divergência jurisprudencial o INSS apresentou os seguintes acórdãos paradigmas: PEDILEF nº AgRg no Resp 674036/PB - 5ª Turma STJ, DJ 13.12.2004 e AgRg no Resp 501859/SP, 6ª Turma STJ, DJ 09.05.2005 com o fito de respaldar a tese segundo a qual para a concessão de aposentadoria por invalidez a incapacidade deve ser avaliada apenas sob a ótica físico-funcional, sendo irrelevantes as demais condições pessoais, sociais e econômicas do segurado, pelo que não se admite a incapacidade parcial como suficiente para a concessão do benefício.
5. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar, em tese, juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, uma vez que as premissas apresentam semelhança fática e jurídica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Verifica-se que a sentença e o acórdão analisaram as condições pessoais e sociais do recorrido segundo a diretiva da Súmula nº 47 da Turma Nacional de Uniformização (item "1") acima, para concluir de acordo com o conjunto fático-probatório pela presença dos requisitos aptos à aposentadoria por invalidez.
7. A eventual superação dessa compreensão da Instância anterior importaria o revolvimento das mesmas provas analisadas e sopesadas na regular e válida atuação da Turma Recursal, circunstância que colocaria este Colegiado Nacional como Instância de revisão ou de cassação, em desacordo com o modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 e com o teor da Súmula nº 42 da TNU
8. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização da segurada, nos termos do voto do relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0003261-61.2008.4.03.6308
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ARIOVALDERIZ QUEIROZ
PROC./ADV.:ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA
OAB:SP-172851
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. QUALIDADE DE SEGURADO. AUSÊNCIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU.NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da 1ªTurma Recursal de São Paulo, pelo qual deu provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e reformou a sentença que concedia o benefício de auxílio doença.Houve a interposição de embargos de declaração, mas rejeitados. A seguir a ementa do acórdão recorrido:
"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. PROCEDENTE. RECURSO DO INSS. AUSENTES OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. PREEXISTÊNCIA DA INCAPACIDADE AO REINGRESSO/INGRESSO TARDIO. SENTENÇA REFORMADA. PROVIMENTO AO RECURSO.
1. Pedido de condenação do INSS ao pagamento de benefício previdenciário por incapacidade julgado procedente. Recurso da autarquia previdenciária.
2. A concessão do benefício pretendido está condicionada ao preenchimento de três requisitos: o cumprimento do período de carência de 12 contribuições mensais (artigo 25, I, da Lei n.º 8.213/91), a qualidade de segurado quando do surgimento da incapacidade e a incapacidade total e permanente para o desempenho de qualquer atividade laboral no caso de aposentadoria por invalidez e total e temporária para o desempenho de sua atividade habitual, tratando-se de auxílio-doença.
3. Incapacidade preexistente constitui óbice à concessão do benefício. Inteligência do art. 42, § 2º e art. 59, parágrafo único da Lei nº 8.213/91.
4. Parte autora ingressa no Regime Geral de Previdência Social como contribuinte individual/facultativo recolhendo à previdência número aproximado ao exigido (art. 24 da 8.213/91) para recuperar a qualidade de segurado, forçoso é reconhecer que quando ingressou no sistema previdenciário já se encontrava não só doente como também incapacitada, restando configurada a hipótese de doença preexistente, o que afasta o direito ao benefício postulado.
5. Recolhimento de contribuições suficientes apenas para a reaquisição da qualidade de segurado e da carência nos termos do art. 24, parágrafo único, da Lei nº 8213/91.
6. Recurso a que se dá provimento, julgando-se improcedente o pedido e reformando-se integralmente a sentença recorrida.
7. Sem condenação em honorários, tendo em vista o disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95."
2. O incidente não foi admitido na origem. Em razão de agravo teve a tramitação determinada pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização.
3. O INSS não apresentou contrarrazões.
4. Para a demonstração da divergência jurisprudencial a recorrente trouxe os acórdãos paradigmas da Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso e de Goiás:PEDILEF 175067820064013, relator Juiz Federal ULIER SEBASTIÃO da SILVA, DJ-MT 15/03/2006; PEDILEF222256920074013, relator Juiz Federal JULIER SEBASTIÃO da SILVA, DJ-MT 06/11/2007; e PEDILEF 325923020084013 relator Juiz Federal WARNEY PAULO NERY ARAUJO, DJ-GO 26/03/2010 de modo a respaldar a tese do recorrente segundo a qual, a qualidade de segurado para fins de concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez deve ser verificada quando do início da incapacidade.
5. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar, em tese, juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, vez que as premissas apresentam semelhança fática e jurídica.
6. A posição defendida pelo recorrente assenta-se, em suma: (i) na circunstância de a Turma Recursal ter analisado o quadro fático e decidido contrariamente à prova dos autos, vez que se baseou na presunção de incapacidade preexistente à filiação ao RGPS, afastando-se da conclusão do laudo médico pericial; e (ii) que contrariou o entendimento jurisprudencial expressado nos paradigmas, no sentido de que a qualidade de segurado deve ser aferida no momento da incapacidade e não da doença.
7. Pois bem. O cotejo da análise fático-probatória realizada pela Turma Recursal (item "1") não revela contrariedade à compreensão lançada nos paradigmas, em realidade o julgado denota que sopesou as peculiaridades do caso concreto, a partir do acervo probatório que lhe dá suporte, para concluir que quando da refiliação ao RGPS o recorrente encontrava-se não apenas doente, mas incapacitado; e aplicou o regramento doart. 24,do art. 25 inciso I, do art. 42, § 2º e do art. 59, parágrafo único, todos da Lei nº 8.213/1991.
8. Tal o contexto, a postulação em exame é própria de instância de revisão ou de cassação, não de uniformização, porquanto somente se mostra possível mediante o revolvimento do conjunto fático-probatório - fora do âmbito estrito do direito material - em desconformidade com o modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 e com o entendimento objeto da Súmula nº 42 da TNU.
9. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0506069-30.2012.4.05.8201
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTÔNIO PEREIRA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. ANÁLISE FÁTICO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SUMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, pelo qual deu provimento ao recurso da parte autora e reformou a sentença de improcedência do pedido de benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez. Eis o voto-ementa recorrido:
"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. LAUDO PERICIAL ATESTA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA. AUTOR INTERDITADO CIVILMENTE. ATESTADOS MÉDICOS QUE CORROBORAM A INCAPACIDADE DO DEMANDANTE. RECURSO PROVIDO.
1. Cuida-se de recurso interposto em face de sentença que julgou improcedente o pedido inicial por ausência de incapacidade laborativa. Pugna a recorrente pela realização de nova perícia médica, devendo ser analisada, desta feita, sua esquizofrenia e, consequentemente, concedido o benefício requestado.
2. Constata-se do laudo pericial que a parte autora, com 50 anos de idade e agricultora, é portadora de Outros transtornos ansiosos com grau de estabilidade pelo uso regular de fármacos sintomatológicos que pela titulação psicofarmacológica não lhe promove quaisquer efeitos colaterais, enfermidade que não influi no exercício de sua atividade habitual.
3. Entretanto, extrai-se dos autos que o autor é interditado desde 13.08.2009, conforme Termo de Curatela em anexo, tendo sido apresentados atestados médicos, inclusive pelo SUS, que diagnosticam a enfermidade incapacitante.
4. Quanto à qualidade de segurado especial do autor extrai-se dos autos que ele já foi beneficiário de auxílio-doença, nesta condição, no período de 01.12.2004 a 27.09.2006. De toda forma, o indeferimento administrativo deu-se em razão da ausência de incapacidade laborativa e não tendo sido contestada a qualidade de segurado especial do demandante.
5. Súmula do julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso, para conceder o benefício de auxílio-doença, desde a DER (27.08.2012), conforme ato impugnado apresentado, com pagamento das parcelas vencidas devidamente corrigidas e com juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, respeitada a prescrição qüinqüenal, ressalvando que, a partir da vigência da Lei 11.960/09, a correção dar-se-á na forma da nova redação dada pelo referida lei ao art. 1º-F da Lei 9.494/97. Sem condenação ao pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios em face do disposto no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95."
2. O incidente não foi admitido na origem. Ante agravo teve a tramitação determinada pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização.
3. Foram apresentadas contrarrazões, requerendo em síntese, a manutenção do acórdão vergastado.
4. Para a demonstração da divergência jurisprudencial vieram os acórdãos paradigmas do Superior Tribunal de Justiça e da 1a Turma Recursal de Goiás: STJ - REsp nº 226.094/SP, relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJe de 15/05/2000, p. 183; Acórdão proferido no processo: 507783820074013, relator FERNANDO CLEBER DE ARAÚJO GOMES - DJ-GO 10/03/2009; de modo a respaldar, em síntese, a tese segundo a qual não tem direito ao benefício o segurado, em relação ao qual a perícia médica judicial concluiu pela inexistência de incapacidade laborativa, porquanto o benefício é devido apenas ao segurado considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta subsistência.
5. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar, em tese, juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, vez que apresentam premissas com semelhança fática e jurídica.
6. O conteúdo decisório do acórdão lastreou-se em quadro fático, jurídico e clínico para formar a compreensão exposta no acórdão em questão. Teve em conta, dentre outros aspectos, o fato de se tratar de pessoa interditada desde 13.08.2009 de par com a documentação médica analisada.
7. Dessa forma, a eventual superação do entendimento da Instância de origem implica o revolvimento de todo o conteúdo fático-probatório, em desconformidade assim, com a atuação preponderantemente uniformizadora posta no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
8. Portanto, o pleito recursal encontra óbice no entendimento exposto na Súmula nº 42 da TNU.
9. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0001840-49.2011.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:IVONE PEREIRA
PROC./ADV.:MARLEI MAZOTI RUFINE
OAB:SP-200476
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEFs. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS. MEDIDA ANTECIPATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 51 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Cuidam-se de PEDILEFs onde a segurada pretende a reforma do acórdão da 1ª Turma Recursal de São Paulo, pelo qual deu provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e reformou a sentença concessiva do benefício de auxílio-doença; e o INSS por sua vez postula a modificação pontual do mesmo julgado, no tocante à determinação pela Turma Recursal da não devolução de valores recebidos em decorrência de antecipação dos efeitos da tutela em primeiro grau. O acórdão apresenta os fundamentos a seguir reproduzidos no que interessa a este incidente de uniformização:
"(...) Cuida-se de recurso de sentença que julgou pela procedência de concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez/auxílio doença.
O Recorrente alega que a parte autora não faz jus ao benefício, uma vez que o perito em seu laudo atestou pela capacidade laboral da parte autora.
De fato, o laudo pericial dá conta que a parte autora não apresenta patologia incapacitante.
Restando evidenciado que a parte autora não apresenta incapacidade para o trabalho, não há como se deferir o benefício pleiteado.
Ante o exposto, dou provimento o recurso interposto pela autarquia-ré para o fim de reformar a sentença e julgar improcedente o pedido formulado na inicial."
"III - EMENTA
AÇÃO PROCESSADA SOB O RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. SENTENÇA PROCEDENTE. RECURSO DE SENTENÇA DO RÉU. PROVIMENTO DO RECURSO. RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE. DISPENSA DE HONORÁRIOS NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95.
1.No caso dos autos, a parte autora requereu a concessão de benefício por incapacidade.
2.Em sentença, o juízo "a quo" entendeu como existente a incapacidade total e temporária para o exercício da atividade laboral .
3.Em recurso, a autarquia-ré reclama o não preenchimento dos requisitos necessários pela parte autora.
4.Provimento do recurso uma vez não constatada a incapacidade laboral pela perícia médica.
5. Sem custas e honorários pelo entendimento do art. 55, da Lei 9.099/95."
2. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo teve a tramitação determinada pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização.
3. Foram apresentadas contrarrazões pela parte autora requerendo, em síntese, a reforma do acórdão vergastado.
4. Para a demonstração da divergência jurisprudencial a recorrente trouxe os acórdãos paradigmas do STJ e da TNU: STJ - AgRg no REsp 1000210 / MG AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2007/0251691-7, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, T5 - QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 18/10/2010; AgRg no Ag 1102739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2009, DJe 09/11/2009; PEDILEF 200784025001902, JUIZ FEDERAL ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgado em 18/12/2008, DJU 16/01/2009; PEDILEF 200770530040605, JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO, julgado em 08/04/2010, DJ 11/06/2010; AgRg no Ag 486059 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2002/0172001-6 Relator(a) Ministro HÉLIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

QUAGLIA BARBOSA Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 15/09/2005 Data da Publicação/Fonte DJ 03/10/2005 p. 345; REsp 699920 / SP RECURSO ESPECIAL 2004/0156485-7 Relator(a) Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA Órgão T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 17/02/2005 Data da Publicação/Fonte DJ 14/03/2005 p. 423; REsp 501267 / SP RECURSO ESPECIAL
2003/0018983-4 Relator(a) Ministro HAMILTON CARVALHIDO T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 27/04/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 28/06/2004 p. 427; PEDILEF 200630009035212, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, julgado em 28/10/2010, DJe 08/02/2011 SEÇÃO 1; de modo a respaldar, em síntese, a tese de que a concessão do benefício de auxílio doença/ aposentadoria por invalidez deve considerar não apenas os fatores elencados no art. 42, da Lei 8.213/1991, mas outros aspectos relevantes como a condição sócio econômica, profissional e cultural do segurado, ainda que o laudo pericial não tenha concluído pela incapacidade laborativa total.
5. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar, em tese, juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, a partir de premissas com semelhança fática e jurídica.
7. Induvidosamente o Juízo de origem ateve-se às provas e aos fatos para formar sua compreensão sobre causa, e decidiu no sentido de que o conjunto fático probatório não é favorável à recorrente, particularmente a partir do laudo médico pericial, conforme a parte substancial do acórdão reproduzido no item "1" acima.
9. Assim sendo, o pleito da recorrente expressa o escopo de revisão do julgado mediante, não a apreciação jurídica de seu conteúdo finalístico, mas o revolvimento do que já foi regular e validamente feito pela Turma Recursal, hipótese que não se coaduna com o modelo recursal preponderantemente uniformizador posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
10. Consequentemente, a pretensão da segurada esbarra na jurisprudência consolidada deste Colegiado Nacional, consoante a Súmula nº 42 da TNU.
11. Noutra vertente, relativamente ao incidente de uniformização aviado pelo INSS, cujo escopo é a reforma do acórdão de origem no tocante à ressalva da não devolução dos valores recebidos em virtude da antecipação dos efeitos da tutela - ressalvado o ponto de vista deste relator -, certo é que a TNU firmou a compreensão em diversos precedentes, no sentido de prestigiar o entendimento que se encontra na Súmula nº 51 da TNU: "Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."
12. Nessas condições, voto no sentido de não conhecer do incidente de uniformização interposto pela segurada IVONE PEREIRA. E, quanto ao PEDILEF interposto pelo INSS nego seguimento, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização da segurada, e negar seguimento ao recurso do INSS, nos termos do voto do relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0502829-28.2011.4.05.8311
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA E JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma do acórdão da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, pelo qual negou procedência ao recurso, para manter a sentença de improcedência de pedido de benefício assistencial. Do acórdão reproduz-se o trecho a seguir:
"BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA INFERIOR A 02 ANOS. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. RECURSO IMPROVIDO.
- Trata-se de Recurso Inominado interposto pela parte autora contra sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial.
- O artigo 20 da Lei 8.742/93 garante benefício mensal de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprove, em ambas as hipóteses, não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- No que se refere ao requisito da incapacidade, o §2º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 esclarece que "Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011). Por sua vez, o § 10 do mencionado dispositivo considera impedimento de longo prazo "aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos" (incluído pela Lei nº 12.470, de 2011).
- Em relação ao conceito legal de miserabilidade, o §3º do mencionado artigo reza que "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo".
- In casu, atestou o perito ser a parte autora portadora de transtorno depressivo recorrente, estando incapacitada no momento da realização da perícia (anexo 18) e o prazo de recuperação é estimado em 06 (seis) meses (quesito I.10).
- O laudo pericial aponta que a incapacidade da parte autora é temporária e o tratamento é de curta duração, não fazendo esta jus ao deferimento do benefício, em consonância com os ditames da Lei 8.742/93, após as modificações introduzidas pelas Leis nº 12.435/11 e 12.470/11 que a alteraram e já estavam em vigor na época do requerimento administrativo. Para que seja deferido o benefício, é necessário que tal incapacidade seja classificada, no mínimo, como um impedimento de longo prazo, caso não seja definitiva, sendo indispensável que a pessoa tenha deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.
- Desta forma, desnecessário analisar o requisito da miserabilidade frente à concomitância dos requisitos autorizadores do beneficio."
2. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo teve o processamento determinado pela Presidência da TNU.
3. O INSS apresentou contrarrazões, postulando, em síntese, a manutenção do julgado.
4. Para a demonstração da divergência jurisprudencial transcreveu os julgados da TNU a seguir:
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. LAUDO PERICIAL MÉDICO. SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA. INCAPACIDADE TOTAL E TEMPORÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 20, § 2º, DA LEI N.º 8.742/1993 FRENTE AO DISPOSTO NO ARTIGO 203, V, DA CF/1988. MISERABILIDADE. LAUDO SÓCIO-ECONÔMICO. SUPERAÇÃO DA RENDA FAMILIAR. PECULIARIDADE DO CASO CONCRETO. SITUAÇÃO DE FALÊNCIA MOMENTÂNEA DO GRUPO FAMILIAR. 1. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência que comprove a incapacidade para os atos da vida independente e para o trabalho e renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo. 2. Fundamento Legal: artigo 20, Lei n.º 8.742/1993 e artigo 4º, Decreto n.º 6.214/2007. 3. Laudo pericial médico que atesta a presença de incapacidade total e temporária para o exercício de atividade laborativa, em decorrência da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (agravada por quadro de linfonodomegalia). 4. Existência de provas que permitem concluir pela presença de incapacidade para os atos da vida independente e para o trabalho. 5. O simples fato de a pessoa não necessitar da ajuda de terceiros para se alimentar, fazer sua higiene ou se vestir, não pode obstar a percepção do benefício, pois, se esta fosse a conceituação de vida independente, o benefício de prestação continuada só seria devido às pessoas que vivessem em estado vegetativo, o que não parece ter sido o intuito do poder constituinte. 6. A restrição imposta pelo artigo 20, § 2º, da Lei n.º 8.742/1993, equiparando a incapacidade para vida independente à impossibilidade da prática dos atos mínimos da vida comum, não encontra respaldo no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal. 7. Precedentes: Súmula n.º 29/TNU e Enunciado n.º 30/AGU. 8 Os males incapacitantes diagnosticados pelo perito judicial, a condição social da parte autora e o fato de ter sempre exercido trabalhos de índole eminentemente braçal, demonstram a efetiva inviabilidade para o exercício de outra atividade laborativa que lhe garanta a própria subsistência e, por conseguinte, a vida independente, no presente momento. 9. Laudo sócio-econômico que atesta a superação da renda familiar per capita. 10. A renda mensal per capita de ¼ (um quarto) do salário mínimo não constitui critério absoluto de aferição de miserabilidade para fins de benefício assistencial. 11. Precedente: Súmula n.º 01/TNU. 12. Condições peculiares da parte autora, devidamente comprovada nos autos, que levam à conclusão de que há uma situação momentânea de falência do grupo familiar. 13. Hipótese em que o magistrado não pode proceder como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos mas sim como órgão de aperfeiçoamento destes, intermediário entre a letra morta dos Códigos e a vida real, apto a plasmar, com a matéria-prima da lei, uma obra de elegância moral e útil à sociedade. 14. Preenchimento dos requisitos legais no caso concreto. 15. Recurso provido.
(Processo 00536027820094036301, JUIZ(A) FEDERAL CLAUDIO ROBERTO CANATA, TRSP - 5ª Turma Recursal - SP, DJF3 DATA: 14/02/2012.)
E
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARA OS ATOS DA VIDA INDEPENDENTE. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 48/TNU. RETORNO À ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Pedido de concessão de auxílio-doença e, alternativamente, de benefício assistencial ao deficiente. 2. Sentença de improcedência do pedido. Segundo o juízo monocrático, o auxílio-doença seria indevido porque a demandante não teria satisfeito o requisito carência na data de início da incapacidade fixada pelo perito. Já quanto ao benefício assistencial, tendo o perito afirmado que a autora sofria de episódio depressivo e que estaria novamente apta ao trabalho em 3 meses, entendeu o juiz sentenciante que a temporariedade do estado incapacitante seria óbice à concessão do benefício. 3. No tocante ao auxílio-doença a 2ª Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos. A respeito do benefício assistencial, o colegiado referiu que o entendimento vigente naquela Turma era no sentido de que a incapacidade temporária não constituiria obstáculo à concessão da prestação, todavia no caso dos autos "a permanência da incapacidade é extremamente curta". 4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. 5. Alegação de que o acórdão é divergente de precedentes desta TNU e das Turmas Recursais do Mato Grosso e de São Paulo, segundo os quais a incapacidade temporária não poderia ser considerado motivo para o improvimento do pedido de benefício assistencial. 6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, pois seu seguimento importaria em reexame da matéria de fato. 7. Agravo na forma do RITNU. 8. A questão cerne da controvérsia é objeto de súmula por parte dessa TNU: "Súmula 48 - A incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada". Assim, entendo que pouco importa que a temporariedade do quadro incapacitante seja demasiada curta ou mais extensa, visto que a jurisprudência desta Turma não estabelece um parâmetro. 9. Voto por reafirmar a jurisprudência sumulada desta Turma Nacional de Uniformização no sentido de que para fim de concessão de benefício assistencial é desnecessário que o estado de incapacidade laboral seja permanente. 10. Tendo em vista o disposto na Questão de Ordem 20/TNU e que a concessão ou não do benefício ainda carece da análise do requisito socioeconômico, determino o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado. 11. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e parcialmente provido. Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
(PEDILEF 50364169320114047000, JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 22/03/2013.)
5. Extrai-se do primeiro acórdão paradigma e que se estende ao segundo, entendimento quanto à concessão de benefício assistencial requerido por deficiente, fato que não encontra similitude de modo a divergir do acórdão vergastado, pelo que veremos.
A recorrente teve identificada a incapacidade total e temporária, com prognóstico de alta no prazo de 6 (seis) meses, caso inicie o tratamento recomendado.
6. Ora à evidência, não se cuida de quadro de deficiência. Portanto, independentemente de outros aspectos relacionados, p. ex., com a duração do tratamento, certo é que inexiste identidade fática e jurídica a ser submetida validamente a lei federal e daí extrair interpretação divergente da ora questionada.
7. Desse modo, o quadro fático jurídico faz incidir a Questão de Ordem nº 22/TNU: É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
8. Nessas condições, voto pelo não conhecimento do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso nos termos da fundamentação e do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000071-34.2015.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE:MANOEL DOS SANTOS
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN-5291
IMPETRADO(A):MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.:ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DA TNU. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. INICIAL INDEFERIDA.
1. O impetrante nesta via mandamental colima assegurar a tramitação do pedido de interpretação de lei federal nº 0507168-74.2013.4.05.8500 (conhecimento e acolhimento do mandado de segurança face à decisão da Turma Recursal do Sergipe que entendeu como incabível tal remédio na hipótese dos autos). O PEDILEF é oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Sergipe; e a causa de pedir nesta sede uniformizadora é o não provimento a agravo julgado pelo Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
2. A Decisão objurgada tem o teor a seguir transcrito:
"Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
Decido.
O incidente não merece prosperar. Isso porque, verifica-se que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se."
3. Tal o contexto, Sua Excelência aplicou o entendimento do art. 6º e incisos do RITNU para negar provimento ao agravo manifestamente improcedente, haja vista a ausência de decisões paradigmáticas passíveis de análise.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Por sua vez, conforme o então art. 7º, inciso VII, letra "c", do RITNU, compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, obstar a tramitação de incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
5. E o § 1º do art. 7º, atual art. 16 do mesmo RI desta TNU, a decisão proferida pelo Presidente sobre a matéria é irrecorrível.
6. Assim colocado, somente cabe mandado de segurança, em tese, quando a decisão do Presidente evidenciar caráter teratológico ou materializar negativa de prestação jurisdicional.
7. Nesse passo, dois aspectos jurídicos merecem destaque nesta impetração: (i) não se extrai do quadro jurídico em apreço qualquer das hipóteses aludidas precedentemente; conforme, mutatis mutandis, o entendimento expresso, v.g., nos Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, relatoria do Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, relatoria da Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, relatoria do Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000; e relatoria do Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, os três últimos julgados na Sessão 27.6.2012, em cotejo com as razões pontuais de decidir; e (ii) no PEDILEF 00000104720134900000, relatora a Juíza Federal KYU SOON LEE, publicação em 20/09/2013, pp. 142-188, cuidando de matéria fática previdenciária em tudo equiparável ao caso sob exame - ressalvado o ponto de vista da Relatora, esta TNU decidiu no sentido de indeferir a inicial.
8. Noutro prisma, indiscutivelmente esta pretensão mandamental importa: a) atribuir feição teratológica ou/e negativa de prestação jurisdicional à regular decisão do Ministro Presidente, segundo seu livre convencimento motivado, ancorada estritamente no dispositivo regimental emanado do Conselho da Justiça Federal e em conformidade com a jurisprudência da TNU; e b) levar o Colegiado Nacional a se substituir à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, cujo Regimento Interno dispõe: Art. 11. Compete à Corte Especial processar e julgar: "(...) IV - os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de qualquer de seus órgãos;".
9. De qualquer modo, seja porque a causa de pedir desta impetração não demonstra decisão teratológica (PEDILEF nº 05057003520094058300/PE - representativo da controvérsia - art. 7º, § 2º, do RITNU), seja por que não se cuida de negativa de jurisdição; ou ainda, porque a regra regimental na qual a autoridade impetrada se baseou foi editada pelo CJF, o quadro fático-jurídico revela clara ausência de direito líquido e certo.
10. Nessas condições, na forma do art. 10, § 1º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, voto no sentido do indeferimento da inicial.
11. Descabe condenação em custas, e em honorários advocatícios.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais indeferir a petição inicial, nos termos do voto do relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000081-78.2015.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE:ANTÔNIO DIAS
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN-5291
IMPETRADO(A):MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.:ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DA TNU. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. INICIAL INDEFERIDA.
1. A impetrante nesta via mandamental colima assegurar a tramitação do pedido de interpretação de lei federal nº 0500058-78.2013.4.05.9840 (conhecimento e acolhimento do recurso face à decisão interlocutória que determinou a limitação da ordem de pagamento ao limite do teto dos Juizados Especiais, nos mesmos moldes do que foi determinado em sentença na fase de conhecimento). O PEDILEF é oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte; e a causa de pedir nesta sede uniformizadora é o não provimento a agravo julgado pelo Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
2. A Decisão objurgada tem o teor a seguir transcrito:
"Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
A Turma de origem indeferiu liminarmente a petição inicial, sob o fundamento de que o mandado de segurança não constitui instrumento processual adequado para impugnação de decisão que reconhece a deserção do recurso inominado.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, ao argumento de ser cabível o mandado de segurança em face de decisão judicial teratológica e pleiteia o deferimento da gratuidade da justiça.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a TNU, no julgamento do PEDILEF 0500097-12.2012.4.05.9840, assim dirimiu a controvérsia, in verbis:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA
PARTE AUTORA. RECONHECIMENTO DE DESERÇÃO DO RECURSO
INOMINADO. MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGADA A SEGURANÇA.
INSTRUMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. INCIDENTE NÃO
CONHECIDO. 1. A autora ingressou com ação em face da União Federal para obter o provimento jurisdicional para que a ré fosse condenada a pagar o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, processo nº 0518580-79.2011.4.05.8400. 2. A ação foi julgada improcedente com reconhecimento da prescrição das diferenças decorrentes da URP de abril a maio de 1998. Inconformada a parte autora ingressou com recurso inominado para apreciação da Turma Recursal do Rio Grande do Norte. O recurso foi julgado deserto porque a parte autora não obteve o benefício da gratuidade judiciária e nem recolheu o valor das custas. 3. Da decisão que julgou deserto o recurso, foi impetrado Mandado de Segurança, que teve sua ordem denegada, eis que a Turma Recursal considera o writ instrumento processual inadequado para impugnar decisão que reconhece a deserção do recurso. 4. Incidente de uniformização de jurisprudência, manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. 5. O Incidente não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta Turma Nacional e distribuídos a esta relatora para análise da admissibilidade. 6. A parte recorrente acostou aos autos como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça entendendo que quando a decisão for teratológica é cabível o Mandado de Segurança. Traz à baila também, acórdão proferido pelo STJ no sentido de que cabe mandado de segurança quando a decisão que decidiu pelo indeferimento da justiça gratuita impede o conhecimento pelo tribunal ad quem. 7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". 10. Pedido de uniformização não conhecido. Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a questão de ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo."
3. Tal o contexto, Sua Excelência aplicou o entendimento consolidado nesta TNU expresso na Súmula nº 43: Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual.
4. 4. Noutro ângulo, o conteúdo da Questão de Ordem nº 29/TNU é no sentido de que: Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem.
5. Por sua vez, conforme o então art. 7º, inciso VII, letra "c", do RITNU, compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, obstar a tramitação de incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
6. E o § 1º do art. 7º, atual art. 16 do mesmo RI desta TNU, a decisão proferida pelo Presidente sobre a matéria é irrecorrível.
7. Assim colocado, somente cabe mandado de segurança, em tese, quando a decisão do Presidente evidenciar caráter teratológico ou materializar negativa de prestação jurisdicional.
8. Nesse passo, dois aspectos jurídicos merecem destaque nesta impetração: (i) não se extrai do quadro jurídico em apreço qualquer das hipóteses aludidas precedentemente; conforme, mutatis mutandis, o entendimento expresso, v.g., nos Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, relatoria do Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, relatoria da Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, relatoria do Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000; e relatoria do Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, os três últimos julgados na Sessão 27.6.2012, em cotejo com as razões pontuais de decidir; e (ii) no PEDILEF 00000104720134900000, relatora a Juíza Federal KYU SOON LEE, publicação em 20/09/2013, pp. 142-188, cuidando de matéria fática previdenciária em tudo equiparável ao caso sob exame - ressalvado o ponto de vista da Relatora, esta TNU decidiu no sentido de indeferir a inicial.
9. Noutro prisma, indiscutivelmente esta pretensão mandamental importa: a) atribuir feição teratológica ou/e negativa de prestação jurisdicional à regular decisão do Ministro Presidente, segundo seu livre convencimento motivado, ancorada estritamente no dispositivo regimental emanado do Conselho da Justiça Federal e em conformidade com a jurisprudência da TNU; e b) levar o Colegiado Nacional a se substituir à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, cujo Regimento Interno dispõe: Art. 11. Compete à Corte Especial processar e julgar: "(...) IV - os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de qualquer de seus órgãos;".
10. De qualquer modo, seja porque a causa de pedir desta impetração não demonstra decisão teratológica (PEDILEF nº 05057003520094058300/PE - representativo da controvérsia - art. 7º, § 2º, do RITNU), seja por que não se cuida de negativa de jurisdição; ou ainda, porque a regra regimental na qual a autoridade impetrada se baseou foi editada pelo CJF, o quadro fático-jurídico revela clara ausência de direito líquido e certo.
11. Nessas condições, na forma do art. 10, § 1º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, voto no sentido do indeferimento da inicial.
12. Descabe condenação em custas, e em honorários advocatícios

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais indeferir a petição inicial, nos termos do voto do relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003021-49.2012.4.04.7009
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSE ALCI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:NOEMI LEITE BENETTI
OAB:PR-18 178
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. INÍCIO DA INCAPACIDADE POSTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. COMPROVAÇÃO. LAUDO PERICIAL. TERMO INICIAL PARA O PAGAMENTO DAS PARCELAS ATRASADAS DEVE SER FIXADO NA DATA DA CITAÇÃO VÁLIDA DO INSS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pelo INSS em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Paraná, que, mantendo a sentença de primeira instância, fixou o termo inicial do benefício de auxílio-doença na data de início da incapacidade atestada pelo laudo pericial, a qual é posterior à data do requerimento administrativo, porém, anterior à data do ajuizamento da demanda.
- Argumenta o requerente que o referido benefício é devido a partir da data da citação ou, sucessivamente, da data do ajuizamento da presente demanda, uma vez que o laudo atestou que o início da incapacidade foi posterior ao requerimento administrativo e anterior à propositura da ação.
- Quanto ao cabimento, comprovada a similitude e a divergência entre o acórdão recorrido e os paradigmas desta Turma Nacional de Uniformização.
- In casu, a questão controvertida cinge-se à fixação do termo inicial do benefício de auxílio-doença nas hipóteses em que o laudo pericial ateste o início da incapacidade posteriormente ao requerimento administrativo.
- Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão, sob a sistemática do recurso repetitivo, no sentido de que:
A citação válida informa o litígio, constitui em mora a autarquia previdenciária federal e deve ser considerada como termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida na via judicial quando ausente a prévia postulação administrativa.
(STJ. 1ª Seção. REsp 1.369.165-SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 26/2/2014).
- Embora tal decisão se refira às hipóteses nas quais que não houve prévio requerimento administrativo, entendo aplicável ao presente caso. Isso porque, em consonância com o referido entendimento, a partir da citação válida, ocasião em que a autarquia previdenciária tem ciência do litígio, surge a mora quanto à cobertura do evento causador incapacidade.
- Assim, nas hipóteses em que a incapacidade surgiu posteriormente ao requerimento administrativo, o INSS está obrigado a amparar o segurado em face dessa contingência, mas somente após ser citado na ação previdenciária.
- No caso dos autos, não obstante a existência de prévio requerimento administrativo, a incapacidade é posterior ao requerimento, de modo que a fixação da DIB na data do início da incapacidade (ocorrida anteriormente ao ajuizamento da ação) implicaria contrariedade ao entendimento esposado pelo STJ, no sentido de que apenas quando toma ciência efetiva do litígio, com a citação, incide em mora a Autarquia. Desse modo, a data de início do benefício deve ser a data da citação válida.
- Cumpre ressaltar que este foi o entendimento adotado pela TNU por ocasião do julgamento do PEDILEF 50020638820114047012.
- Vale ressaltar que o provimento do presente incidente, com julgamento direto da causa, não implica reexame da matéria de fato (data de início da incapacidade e ingresso da ação judicial), uma vez que tais elementos já estão delineados no julgado recorrido.
- Em face de tais circunstâncias, DOU PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização para determinar que o termo inicial para pagamento das parcelas vencidas do benefício seja fixado na data da citação do INSS.

Comercialização PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500868-80.2014.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INALDO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.:PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO
OAB:PE 20.070
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco, que deu provimento ao recurso do INSS e julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença.
- Argumenta a requerente que o Acórdão de origem contraria entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ - REsp 272.648 SP - Relator: Ministro Edson Vidigal) quanto à responsabilidade pelo recolhimento da contribuição previdenciária do empregado doméstico.
- Contudo, entendo que o incidente é manifestamente inadmissível, uma vez que realmente não é possível vislumbrar a necessária similitude fática entre o julgado trazido e o acórdão impugnado.
- Com efeito, o acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco se assenta nas seguintes razões de decidir:
"(...) No presente caso, restou apurado em audiência que o demandante manteve vínculo empregatício informal após a extinção do penúltimo vínculo anotado na CTPS, o que afasta a possibilidade de extensão do período de graça por mais 12 meses, em razão do desemprego involuntário, e consequentemente, a concessão do benefício. Veja-se trecho da sentença:
"Assim, o ponto controvertido é justamente saber se o demandante preservava a qualidade de segurado no momento da sua incapacidade. É que, para o INSS, como o último vínculo do requerente, antes da lesão, se deu em janeiro/2011, no momento da incapacidade (agosto/2012) o segurado não mais se encontrava no período de graça. Durante a audiência de instrução, no entanto, colheu-se que o demandante, após o seu último vínculo formal em 2011, desempenhou a função de empregado doméstico (caseiro), no período compreendido entre meados de 2011 até meados de 2012, fato que pareceu bastante verossímil, pelo que preservou a qualidade de segurado na data do início da incapacidade. Note-se que a mesma versão foi apresentada na perícia (anexo nº 16), o que ratifica este fundamento."
Destarte, concluo que ao tempo da DII, de fato, o autor havia perdido a qualidade de segurado. Ademais, vale salientar que o último vínculo laboral anotado na CTPS teve início em 15/10/2013 (doc.7), quando o autor já estava incapacitado. Assim sendo, ao caso se aplica o parágrafo único do art. 59 da Lei de Benefícios, verbis: "Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão". (...)".
- De outra banda, o acórdão paradigma limita-se a mencionar que a responsabilidade pelo recolhimento da contribuição da empregada doméstica é de responsabilidade do empregador, não enfrentando a questão atinente à possibilidade de prorrogação do período de graça na hipótese de manutenção de vínculo empregatício informal.
- Logo, não se evidencia a existência de similitude fática entre o julgado apontado pelo recorrente, motivo pelo qual não se conhece do presente incidente, nos termos da Questão de Ordem n.º 22 da TNU.
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0502440-04.2010.4.05.8303
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:WALYSON TIAGO QUEIRÓZ ALCÂNTARA SILVA
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB:PE-20418
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MENOR DE IDADE. INCAPACIDADE LABORATIVA. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS REALIZADA DE FORMA FUNDAMENTADA PELA TURMA DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O **ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. QUESTÃO DE ORDEM 03/TNU. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.**
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco, que manteve a improcedência do pedido de concessão de amparo assistencial ao portador de deficiência.
- Com efeito, o acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco se assenta nas seguintes razões de decidir:
"(...) No caso dos autos, a parte autora é menor de idade (atualmente com 03 anos) e portador de agenesia do II, III e IV QDD, que representa um prejuízo funcional espetacular para o membro superior direito. O perito esclareceu que: "o autor apresentará incapacidade para as atividades que requeiram função do seu membro superior direito. Qualquer outra atividade que prescinda da função do MSD poderá ser executada pelo autor, quando atingir sua idade produtiva." Afirmou, ainda, que a incapacidade definitiva e parcial do autor, não exige assistência para suas atividades da vida diária.
Esta Turma Recursal adota o entendimento de que a concessão de benefício assistencial quando se trata de criança, cuja incapacidade para o trabalho é inerente à própria idade, só é viável quando as limitações impostas pela doença implicam na necessidade de acompanhamento de um dos pais de forma a impedir de trabalhar, o que não se verifica no caso dos autos.
Nesse sentido concluiu o órgão julgador monocrático: "considerando a não configuração do requisito relativo ao impedimento de longo prazo que possa comprometer a eficaz inclusão social do autor, tendo em vista a tenra idade do autor (03 anos, doc. 04), em uma visão prognóstica, são grandes as suas chances de inserir-se no mercado de trabalho futuramente, sobretudo diante da existência de programas inclusivos para portadores de necessidades especiais. Além disso, a enfermidade evidenciada não causa entraves ao ingresso no mercado de trabalho dos outros membros familiares em razão da inexistência de cuidados especiais a serem adotados em relação ao autor, circunstância que também poderia autorizar a concessão do benefício assistencial".
Assim, não merece prosperar as alegações do recorrente, uma vez que o requisito da incapacidade não restou demonstrado. (...)"
- Quanto ao cabimento, o Incidente não é de ser conhecido quanto aos paradigmas provenientes desta TNU (PEDILEF 200643009017410 e 05086016420094058400), em razão de falta de similitude fática com as quaestio facti da presente demanda, nos termos da Questão de Ordem 22/TNU. Isso porque, enquanto o primeiro julgado versou acerca da questão da flexibilização de critérios de miserabilidade para fins de concessão do benefício assistencial, o segundo limitou-se a tratar da incapacidade parcial para a vida independente e para o trabalho, sem qualquer análise acerca das condições pessoais e sociais do menor, consoante levada a efeito no Acórdão recorrido.
- No que diz respeito ao paradigma da TR de Goiás (Processo nº 200735007096231), aplico a Questão de Ordem nº 03/TNU, considerando que não foi indicado o repositório da jurisprudência ou fonte da qual extraído o julgado, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido (vide documento 60).
- Por fim, quanto aos julgados PEDILEF: 200932007033423 e PEDILEF 2006.82.02.50.2050-0, muito embora exista similitude fática, não vislumbro divergência com o Acórdão recorrido.
- Na verdade, observa-se do trecho acima colacionado, que o Colegiado de origem fez uma análise detida das condições pessoais e sociais do menor, tendo em vista a sua incapacidade, a possibilidade de prejuízo de geração de renda por parte de um dos membros do grupo familiar por exigir dedicação absoluta, além daquelas próprias de sua idade, bem como a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho quando atingir a idade produtiva.
- Diante de tais circunstâncias, tenho que o incidente não merece ser conhecido.
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0501059-11.2012.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCO MARCELINO DA SILVA
PROC./ADV.:ANTONIO GERALDO LEITE
OAB:CE-11873
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE O **ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. REEXAME DOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.**
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Ceará, que deu provimento ao recurso do INSS e julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
- Argumenta a requerente que o acórdão de origem contraria entendimento da Turma Recursal do Paraná (PROCESSO ELETRÔNICO) Nº200970560026760/PR), (...) "através da qual se entende que no presente o recorrente faz jus ao benefício de aposentadoria por idade por ter apresentado provas suficientes do labor rurícola, como também pelo trabalho desenvolvido como vereador não ser óbice para a comprovação da referida qualidade de segurado especial (...)".
- Contudo, entendo que o incidente é manifestamente inadmissível, uma vez que realmente não é possível vislumbrar a necessária similitude fática entre o julgado trazido e o acórdão impugnado.
- Com efeito, o acórdão proferido pela Turma Recursal do Ceará se assenta nas seguintes razões de decidir:
"(...) Ressalto, contudo, que o início de prova material, como o próprio nome já o diz, tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova absoluta e incontrastável. Esses documentos indiciários, ainda que sejam necessários, não são suficientes para a comprovação da condição de segurado especial durante todo o período de carência. O início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório.
No caso em concreto, a sentença julgou procedente o pedido de aposentadoria por idade. Entendo, contudo, que a sentença vergastada merece ser reformada pelos seguintes motivos.
No caso em concreto, apesar de ter juntado alguns documentos que configuram início de prova material, impossível verificar-se o exercício de labor agrícola no regime de economia familiar.
Compulsando os autos, constata-se vários vínculos urbanos registrados no CNIS (anexo 13), bem como não há qualquer prova de que a parte autora tenha retornado às atividades campesinas.
Por fim, há que ressaltar que a esposa do requerente aposentou-se como trabalhadora urbana (anexo 14), o que reforça a não ocorrência do regime de economia familiar.
Assim, observa-se que o conjunto probatório carreado aos autos é insuficiente para comprovação da qualidade de segurado da parte recorrente durante o período de carência, apto à concessão do benefício de aposentadoria por idade rural. (...)".
- De outra banda, o acórdão paradigma oriundo da Turma Recursal do Paraná (PROCESSO ELETRÔNICO) Nº200970560026760/PR), foi assim fundamentado:
"(...) Após análise de toda prova produzida nos autos, tenho que a sentença, quanto ao mérito propriamente dito, deve ser mantida por seus próprios fundamentos, com base no permissivo do artigo 46, da Lei nº 9.099/95, aplicável subsidiariamente aos Juizados Especiais Federais.
Apenas cumpre ressaltar que em relação ao suposto "arrendamento" da terra, todas as testemunhas, com exceção de Demétrio Greczoski (evento 32, PROCADM3, fl. 19 e 20), alegam que a autora e seu marido nunca arrendaram terra, mas sim que emprestaram parte das terras, cerca de quatro ou cinco alqueires, em 2009, no inverno, para Bruno e Cajo (Cassemiro Andziewski) plantarem aveia, sem qualquer remuneração, tendo em vista que haviam vendido parte do gado para tratamento de saúde de seu filho e a terra não estava sendo usada.
Por sua vez, a testemunha Cassemiro Andziewski afirma que "desconhece se a autora arrenda terras, que em 2009 a autora cedeu cerca de cinco alqueires das terras para que o depoente plantasse aveia, no inverno, sem qualquer remuneração, que isso aconteceu porque a autora tinha vendido parte do gado que possuía, que o depoente é conhecido como 'Cajinho' ou 'Cajo', que não tem conhecimento de que a autora tenha emprestado ou arrendado, mesmo que arte, das terras, para terceiros, que o operador do trator da associação chama-se Bruno, e é irmão do depoente". (evento 59, ATA2).
Resta evidente, portanto, que a autora apenas emprestou parte das terras, que, de qualquer forma, não equivale à totalidade da propriedade, em vista de que a recorrida e o marido continuaram a desenvolver atividade rural, como mostram as notas fiscais apresentadas. (evento1, NFISCAL10) Antônio Geraldo & Advogados Rua Delmiro Gouveia, nº 84, Centro - Juazeiro do Norte, Ceará - CEP 63010-075 - Tel.: (88) 3512-2505. aglex@veloxmail.com.br 5.
Ademais, a atividade de vereador não afasta, por si só, o regime de economia familiar, porquanto, como é sabido, tal atividade (vereador) em cidades pequenas não tem o condão de atrapalhar a atividade do agricultor-vereador, dada a pouca demanda de atividade típica da Câmara Legislativa desses pequenos municípios. No caso em tela, restou comprovado que a autora e o cônjuge continuaram a exercer atividade rural independente do mandato eletivo deste. (...)".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

- Entendo que o Colegiado de Origem, ao contrário do afirmado pelo requerente, ponderou as provas apresentadas junto a outros elementos dos autos para firmar o seu convencimento e, assim, considerar como não preenchido os requisitos necessários à concessão da aposentadoria por idade rural.
- Logo, não se evidencia a existência de similitude fática entre o julgado apontado pelo recorrente, motivo pelo qual não se conhece do presente incidente, nos termos da Questão de Ordem n.º 22 da TNU.
- Vale ressaltar que para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação realizada pelo Colegiado se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide, situação vedada pela Súmula n.º 42 da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.".
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000326-80.2010.4.03.6307
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):AURORA CANDIDA DA SILVA SOEIRO
PROC./ADV.:ODENEY KLEFENS
OAB:SP-21350
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CONTROVÉRSIA QUANTO À QUALIDADE DE SEGURADA DA PARTE. REEXAME DOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pelo INSS em face de acórdão proferido pela Turma Recursal de São Paulo, que deu provimento ao recurso da parte autora e julgou procedente o pedido inicial de concessão de auxílio-doença.
- Argumenta o requerente que o acórdão de origem, ao reconhecer a condição de segurada da parte autora por ocasião da constatação do início da sua incapacidade, contraria entendimento do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, a perda da qualidade de segurado ocorrerá em 12 meses após a cessação das contribuições, podendo o prazo ser prorrogado para até 24 meses se o segurado já tiver pago mais de 120 contribuições mensais. (RECURSO ESPECIAL Nº 627.661 - RS (2004/0018708 - 3; RECURSO ESPECIAL Nº 448.079 - RS (2002/0088777 - 5).
- In casu, o acórdão proferido pela Turma Recursal de São Paulo se assenta nas seguintes razões de decidir:
"(...) Cuido, inicialmente, da carência e da demonstração da qualidade de segurada da parte autora. São situações verificadas em provas documentais. No caso em exame, a parte autora apresenta vínculo empregatício com a empregadora "Maria Aparecida Custódio Domingues" a contar de 04 - 04 - 2005. Ingressou com a presente ação em 07 - 01 - 2010. Inegáveis o cumprimento do período de carência e a preservação da qualidade de segurado ao distribuir a ação nestes Juizados Especiais Federais. Enfrentados os tópicos referentes ao cumprimento do período de carência e à preservação da qualidade de segurada, atenho - me ao requisito referente à incapacidade da parte. (...)".
- Analisando o feito, entendo que o conhecimento da questão pertinente à qualidade de segurada da autora demandaria a revisão dos fatos e provas dos autos e, assim, a reanálise de matéria fática, o que, como se sabe, é vedado pela Súmula 42 deste Colegiado, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.".
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0507669-35.2011.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MÁRIA ALVES PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.:ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO
OAB:CE-9711
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FONTE OU REPOSITÓRIO. QUESTÃO DE ORDEM 03/TNU. APONTADA DIVERGÊNCIA DENTRO DE MESMA REGIÃO, AUTORIZANDO O EXAME PELA TRU DA REFERIDA REGIÃO. REEXAME DOS FATOS E DAS PROVAS. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Ceará, que deu provimento ao recurso do INSS e julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade de segurado especial.
- Argumenta o requerente que o Acórdão de origem "além de não observar os documentos juntos pela recorrente, ainda deixou de analisar o meio social em que vive a recorrente: quais sejam: reside no interior, semi-analfabeta, sem acessibilidade.", contrariando, assim, decisões de Turma Recursal do Ceará e da própria TNU.
- O acórdão recorrido se assenta nas seguintes razões de decidir:
"(...) Acolho as razões apresentadas na sustentação oral do Procurador do INSS, mormente considerando que, embora haja um início de prova material, documentos sindicais e certidão de casamento ocorrido em 1992 onde consta a profissão do cônjuge como agricultor, certidão de casamento dos pais como agricultores, além de outros documentos, as circunstâncias relacionadas na sustentação oral como vínculo urbano do esposo, da declaração da autora de que trabalhava como costureira autônoma, bem como da declaração da autora de já há algum tempo não exercia a atividade rural, sequer foi analisada no 1º grau. Embora o Juiz não esteja obrigado a analisar cada um dos argumentos apresentados, trata-se de uma contra-prova relevante cujo exame não foi realizado. Acolho a sustentação oral para dar provimento ao recurso do INSS.(...) "
- Logo de início, verifico que o incidente é manifestamente inadmissível. Primeiro porque trouxe divergência dentro da mesma região, situação que autoriza o exame de pedido de uniformização pela Turma Regional daquela região, mas não pela TNU, conforme preceitua o §1º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001, in verbis:
1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.
- Além disso, sequer foi indicado o repositório da jurisprudência ou fonte da qual extraído o julgado, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido, consoante preceitua a Questão de Ordem nº 03/TNU.
- Por outro lado, em que pese a indicação de paradigma da Turma Nacional de Uniformização não exigir a indicação de cópia, nem de fonte, o mínimo seria a indicação do número do incidente de uniformização para fins de demonstração da divergência, o que, no entanto, não foi apresentado. A parte tratou apenas de alegar a contradição entre o acórdão recorrido e uma suposta decisão da TNU, transcrevendo no pedido de uniformização parte de acórdão não identificado a título de paradigma, tornando impossível a verificação da divergência alegada.
- Ademais, é certo que qualquer revisão das premissas fáticas estabelecidas no acórdão recorrido implicaria evidente reexame de prova, o que não é possível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência (Súmula 42/TNU).
- Diante de tais circunstâncias, tenho que o incidente não merece ser conhecido.
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:2010.51.01.005725-3
ORIGEM:RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE:EDSON FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

ADMINISTRATIVO. UTILIZAÇÃO DE CPF DA PARTE AUTORA PARA FIM ILÍCITO. PEDIDO DE CANCELAMENTO E EXPEDIÇÃO DE NOVO CPF. GARANTIA DE RESGUARDO DA INTIMIDADE, DA HONRA E DA IMAGEM. PROCEDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. RETORNO DOS AUTOS PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO.
Paradigmas apresentados, em sentido oposto ao julgado impugnado, apresentam similitude fática, em decorrência do que o Pedido de Uniformização deve ser conhecido.
Esta Turma Nacional de Uniformização já decidiu que "conquanto não haja expressa previsão legal da possibilidade de cancelamento do número de CPF que foi alvo de furto e de reiterado uso criminoso por falsários, não se pode negar o direito do cidadão honesto de ver resgatado seu bom nome e sua tranquilidade, diante das fartas evidências dos danos sofridos", em decorrência de que "instrução normativa não pode prevalecer sobre os princípios constitucionais que defendem a honra, a integridade moral e a dignidade da pessoa" (PREDILEF n. 2004435007102265, rel. Juiz Wilson Alves de Souza, j. 03.08.2004), sendo negado recurso da União Federal contra julgado que acolheu pedido de cancelamento e expedição de novo CPF em favor da parte autora, similar, portanto, ao formulado nos presentes autos.
Recurso interposto conhecido e provido. Considerando-se que as Instâncias originárias julgaram no mesmo sentido, determina-se o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para que promova a adequação do julgado à jurisprudência desta Turma Nacional, nos termos acima elucidados.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Rio de Janeiro/RJ, 11 de setembro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0001600-14.2013.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:EDISON ORLANDO
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0030645-44.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA AUXILIADORA TAROCO
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
RELATOR: JUIZ RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0025860-39.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOÃO FRANCISCO NETO
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0033003-79.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARLUCE MARIA DA SILVA MARTINS
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0042162-46.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:FRANCISCO SUSAE
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0047305-16.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ORIDES RODRIGUES
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0038096-23.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:OSCAR PEDROCHI
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000031-41.2014.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOAQUIM DONIZETTI SILVA
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000211-57.2014.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:SINVAL BALBINO DA SILVA
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
RELATOR: JUIZ RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0001629-64.2013.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA AMELIA CHRIZOSTEMO DA SILVA
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0001646-03.2013.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANTONIO GERVASIO DE PAIVA DINIZ
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0001903-28.2013.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:LAURENTINO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0002142-32.2013.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOAQUIM BENEDITO DOS REIS
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0002225-48.2013.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANTONIO MONTEIRO PINTO
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0002443-76.2013.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:EMIDIO MANUEL DE SOUZA
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0037097-70.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOSE BATISTA SOARES
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0033033-17.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOAO BAPTISTA FLORI
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0031832-87.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:AUGUSTO JOSE PEREIRA DE PAIVA
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0053513-16.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:SEBASTIAO FURQUIM PEREIRA
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
RELATOR: JUIZ RUI COSTA GONÇALVES
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0004082-13.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MAURO ALVES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
OAB:SP-183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO GENÉRICO VISANDO À ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E TNU NO SENTIDO DE QUE OS ÍNDICES PREVISTOS EM LEI, ADOTADOS PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRAM-SE EM HARMONIA COM O ART. 201, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
No caso sob exame, aplica-se a Súmula n. 8 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual "os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001". No mesmo sentido o RE 376846-SC (Pleno, rel. Min. Carlos Velloso, j. 24.09.2003, DJU 02.04.2004).
Ao examinar o Agravo em RE n. 808107, rel. Min. Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os índices adotados de 1997 a 2003, pela Autarquia Previdenciária, para reajustar os Benefícios Previdenciários superaram o INPC apurado no período, restando atendida a regra do art. 201, § 4º, da Constituição Federal.
O Acórdão impugnado mantido por se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o entendimento pacificado no âmbito desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial não conheço.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000027-15.2015.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE:MARIA JOSÉ DE SOUZA
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB:RN-560-A
RECLAMADO(A):PRESIDENTE DA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
Trata-se de Reclamação formulada por MARIA JOSÉ DE SOUZA (representada), através de seu Advogado, insurgindo-se contra decisão monocrática exarada pelo Juiz Federal Presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, consistente em negativa de trânsito a agravo interposto contra decisão que negou seguimento a Pedido de Uniformização de Interpretação Jurisprudencial dirigido ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
Alega a Reclamante, em síntese, que o ato impugnado usurpa competência do Presidente desta Turma Nacional, em decorrência do que postula seja tornada insubsistente a aludida decisão monocrática.
É o relatório.
A Resolução CJF n. 345/2015, que trata do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, em seu art. 8º, inciso VIII, atribui ao Presidente desse Colegiado a competência privativa para "julgar o agravo interposto de decisão que inadmite pedido de uniformização de jurisprudência dirigida à Turma Nacional de Uniformização".
Ocorre, porém, que o art. 46, inciso II, da Resolução n. 345/2015, expressamente consigna que "não cabe reclamação, sendo a inicial desde logo indeferida, quando (...) fundamentada em negativa de admissibilidade de incidente nacional por parte do juiz responsável pela admissibilidade", como no presente caso.
Quanto ao pedido alternativo de recepção do pedido como Mandado de Segurança, não há como prosperar a pretensão autoral, na medida em que, para o exame do mandamus, inevitavelmente a Turma Nacional teria que avançar no mérito do pleito principal, em que a Reclamante pretende o reconhecimento da tese segundo a qual "o fato da renda familiar per capita ser superior a ¼ (um quarto) do salário mínimo não impede que outros fatores sejam considerados para a avaliação das condições de sobrevivência da parte autora e de sua família", terreno sobre o qual não pode haver incursão por este Colegiado, dado que inapelavelmente exigiria o revolvimento do conteúdo probatório formado no curso da instrução processual, vendado a este Colegiado.
Ante o exposto, indefiro de plano a petição inicial.
Comunique-se ao à Presidência da Turma Recursal reclamada.
Intime-se a Reclamante.
Brasília/DF, 26 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005069-90.2012.4.04.7102
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:LUISA IGNACIO RIBEIRO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado improcedente o pedido formulado na inicial de concessão de pensão por morte. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue: "[...] Recorre a parte autora de sentença de improcedência de pedido de concessão de pensão por morte de seu bisavô.
Sem razão.
A questão da concessão de pensão por morte a menor sob guarda foi enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, que decidiu no mesmo sentido da decisão recorrida. Aquela Corte tem posicionamento consolidado acerca da inviabilidade de concessão do benefício de pensão por morte ao menor sob guarda, acaso o óbito do guardião tenha se dado já na vigência da MP n. 1.523/96, posteriormente convertida na Lei n. 9.528/97, a qual deu nova redação ao §2º do art. 16 da Lei n. 8.213/91, suprimindo a figura do menor sob guarda do rol de dependentes previdenciários. Nesse sentido:
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO APÓS A LEI 9.528/97. NÃO-CABIMENTO. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 340/STJ. ENTENDIMENTO PACÍFICO NO ÂMBITO DA TERCEIRA SEÇÃO DO STJ. 1. Com o advento da Medida Provisória nº 1.523/96, reeditada até sua conversão na Lei nº 9.528, em 10 de dezembro de 1997, retirou-se o menor sob guarda do rol de dependentes previsto no art. 16, § 2º, da Lei nº 8.213/91. 2. Assentou-se na jurisprudência desta Corte que a concessão da pensão por morte reger-se-á pela norma vigente ao tempo da implementação da condição fática necessária à concessão do benefício, qual seja, a data do óbito do segurado (Súmula 340/STJ). 3. Tendo o óbito ocorrido na vigência da Medida Provisória nº 1.523/96, inviável a concessão da pensão por morte ao menor sob guarda. Precedentes da Terceira Seção. 4. Inexiste direito adquirido do menor sob guarda designado antes da Medida Provisória nº 1.523/96, pois as condições para a percepção do benefício são aferidas ao tempo do óbito do segurado instituidor, fato gerador da pensão. 5. Agravo regimental improvido. (AgRg nos EREsp 961.230/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/02/2009, DJe 20/02/2009)
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO A MENOR SOB GUARDA. ÓBITO POSTERIOR À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.523/1996. IMPOSSIBILIDADE. 1. A concessão da pensão por morte deve se pautar pela lei em vigor na data do óbito do segurado, instituidor do benefício. Precedentes. 2. Segundo consolidada jurisprudência desta Corte, é indevida a concessão de pensão a menor sob guarda, se o óbito do segurado ocorreu após o advento da Medida Provisória nº 1.523, de 11.10.1996, convertida na Lei n. 9.528/1997, que excluiu o inciso IV do art. 16 da Lei n. 8.213/1991. 3. A Corte Especial deste Tribunal, apreciando incidente de inconstitucionalidade do art. 16, § 2º, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela citada Medida Provisória, exarou entendimento de que, como a lei superveniente não teria negado o direito a equiparação, mas apenas se omitido em prevê-lo, não haveria inconstitucionalidade a ser declarada. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1178495/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2011, DJe 08/11/2011)
RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.523/96, REEDITADA ATÉ SUA CONVERSÃO NA LEI Nº 9.528/97. MENOR SOB GUARDA EXCLUÍDO DO ROL DE DEPENDENTES PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. A questão sub examine diz respeito a possibilidade do menor sob guarda usufruir do benefício de pensão por morte, após as alterações promovidas no art. 16, § 2º da Lei nº 8.213/91, pela Medida Provisória nº 1.523/96, reeditada até sua conversão na Lei nº 9.528 em 10 de dezembro de 1997 que, por sua vez, o teria excluído do rol de dependentes de segurados da Previdência Social. II No julgamento dos Embargos de Divergência nº 727.716/CE, Rel Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO), a Corte Especial, apreciando incidente de inconstitucionalidade do art. 16, § 2º, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela citada Medida Provisória, exarou entendimento de que, como a lei superveniente não teria negado o direito a equiparação, mas apenas se omitido em prevê-lo, não haveria inconstitucionalidade a ser declarada. III. O entendimento já assentado no âmbito da Terceira Seção é no sentido de que a concessão da pensão por morte deve se pautar pela lei em vigor na data do óbito do segurado, instituidor do benefício. IV. Após as alterações legislativas ora em análise, não é mais possível a concessão da pensão por morte ao menor sob guarda, sendo também inviável a sua equiparação ao filho de segurado, para fins de dependência. V. Recurso especial provido. (REsp 720706/SE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 31/08/2011)
2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda".
3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.
4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do incidente.
5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso 11 do § 3v do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignoro ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim. uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o principio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento juridico. Entendeu- se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos. inclusive previdenciários (art. 33, § 3v, Lei n.v 8.060/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 32 inciso II) . Eis a ementa da decisão:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCIPIO DE PROTEÇAO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicia l, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 32 , do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. sobre norma previdenciária de natureza especifica . 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069 / 90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional. haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que ê dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação. à educação, ao lazer. à profissionalização, à cultura. à dignidade, ao respeito. à liberdade e à convivência familiar

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e comunitária , além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração , violência, crueldade e opressão. 4. Não ê dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico . s. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma especifica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos , inclusive previdenciários (art. 33, § 32 , Lei n.v 8.069/ 90) . norma que representa a política de proteção ao menor. embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 32 inciso 11) . 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e. comprovada a guarda. deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, l' Seção, DJe 15/04/2014)

6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que ""diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários"(PEDILEF 5000274- 14.2012.4.04.7 111 , RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÉLO, J. 18/ 06 /2015).

7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependia economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 32 da Lei nº 8.0 69 / 90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe- se a equiparação do menor sob guarda ao filho. para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, _ seja pela procedência, seja pela improcedência da ação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 19 de agosto de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5043719-47.2014.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):MEIRSON STOLNIK
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB:DF-5939
PROC./ADV.:GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB:RS-23021
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que, em juízo de retratação, assentou o entendimento de que a gratificação é devida pelo seu valor integral aos servidores aposentados, independentemente de a aposentadoria ter sido concedida de forma proporcional.

2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente de uniformização.

3. A União alega, em seu pleito, que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho. Aponta como paradigmas julgados da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processo n.º 0018718-57.2008.4.03.6301) e da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (feito n.º 0517120-84.2011.4.05.8100).

4. Considero que os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pedido de uniformização.

5. Quanto ao mérito, entendia eu, com espeque na jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, que, mesmo para aposentados de forma proporcional, o pagamento das diferenças alusivas às gratificações de desempenho deveria ser feito de forma integral (5032627-72.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Osório Ávila Neto, juntado aos autos em 16/12/2014; 5031211-69.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 10/12/2014; 5032631-12.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; 5031099-03.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; IUJEF 0026731-22.2010.404.7150, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Giovani Bigolin, D.E. 21/10/2014; 5002398-70.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora p/ Acórdão Maria Lucia Germano Titton, juntado aos autos em 25/06/2013; 5002444-59.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator André Luís Medeiros Jung, juntado aos autos em 07/12/2012; 5014890-27.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 27/09/2012; 5006647-94.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/09/2012; 5001940-59.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Claudio Gonsales Valerio, juntado aos autos em 27/09/2012; 5002077-41.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/07/2012; e 5006606-30.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 28/05/2012).

Entretanto, recentemente, esta TNU uniformizou jurisprudência em sentido contrário ao que eu adotava:

ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. RE Nº 400344/CE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual concedeu ordem em Mandado de Segurança para declarar o direito à parte autora, servidora inativa, de percepção da gratificação de Desempenho no valor integral em sua aposentadoria proporcional. 2. Inconformada, a União interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento 4ª Turma Recursal de São Paulo (autos nº 0018718-57.2008.4.03.6301) e da 1ª Turma Recursal do Ceará (autos nº 0157120-84.2011.4.05.8100), segundo as quais o cálculo do valor da gratificaçãode Desempenho deve observar a proporcionalidade da aposentadoria. 3. Incidente admitido na origem, uma vez os autos encaminhados à TNU foram distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovada a divergência jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Dispõe a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40, da Constituição Federal, que a proporcionalidade da aposentadoria deve incidir sobre o total da remuneração do servidor. A esse respeito, o seguinte julgado do E. STF: "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL PREVISTA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, REDAÇÃO ANTERIOR À EC 20/98. PROVENTOS PROPORCIONAIS. BASE DE CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE - VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA, PELO ENTE FEDERADO, DAS NORMAS DE APOSENTADORIA CONSTANTES DO MAGNO TEXTO. PRECEDENTES. A proporcionalidade da aposentadoria prevista na alínea "c" do inciso III do art. 40 da carta de outubro, com a redação anterior à EC 20/98, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, e não apenas sobre o vencimento básico do cargo. Este é o sentido da expressão "proventos proporcionais" (no plural), lançada no dispositivo. É assente nesta colenda Corte o entendimento de que as regras estaduais de concessão de aposentadoria devem pautar-se pelos critérios estabelecidos no art. 40 da Lei das Leis. Precedentes: ADIs 101, 369 e 755. Recurso provido". (STF - RE: 400344 CE , Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 15/02/2005, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 09-09-2005 PP-00046 EMENT VOL-02204-03 PP-00494 RTJ VOL-00195-02 PP-00686 RMP n. 28, 2008, p. 375-380) 7. Desse modo, sendo, a remuneração, o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes instituídas por lei, impõe-se que estas vantagens, nas quais incluem as gratificações de desempenho, sofram a incidência da proporção do tempo de serviço do servidor público. 8. Nesse sentido, os seguintes julgados do C. STJ: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÕES GESS E GDAS. PROPORCIONALIZAÇÃO POR ATO DO TCU AOS INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SE APOSENTARAM PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DIREITO ADQUIRIDO E SEGURANÇA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 16, 17-A E 18 DA LEI 10.855/2004. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 1. In casu, o Tribunal de Contas da União, dentro de sua competência, ao analisar os registros de aposentadorias de alguns servidores inativos, constatou que alguns deles estavam recebendo os valores da gratificação de desempenho de atividade do seguro social (GDASS) e da gratificação específica do seguro social e do trabalho (GESS) de forma integral. Diante disso, prolatou acórdãos nºs 2.030/2007 e 2.768/2007, determinando que o pagamento das verbas de forma condizente com a proporcionalidade dos proventos ao tempo de serviço. 2. No que se refere à alínea "a", III, 105, da CF, ou seja, quanto aos arts. 16 e 17 da Lei 10.855/2004, o recorrente não fundamenta de modo particularizado as supostas violações ao dispositivo que enumera, limitando-se a citá-los genericamente. Não há precisa explanação sobre as apontadas ofensas. Incide, na espécie, a Súmula 284/STF. Sob essa ótica, verifica-se também que os dispositivos trazidos não têm o condão de acarretar a nulidade do acórdão recorrido, considerando que a lei não disciplina a forma de aplicação aos aposentados/pensionistas que recebem proventos proporcionais ao tempo de serviço. 3. Agravo regimental não provido." (STJ.AGRESP 1216478. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJE: 04/03/2013). "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED). APOSENTADORIA PROPORCIONAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. ART. 5º DA LEI 9.678/1998. NORMA SEM COMANDO PARA INFIRMAR FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 284/STF. 1. A origem da controvérsia reside no acolhimento dos Embargos à Execução de Sentença, ajuizados pela ora recorrida, em que foi reconhecido excesso de execução sob o fundamento de que, embora beneficiários da aposentadoria proporcional, os recorrentes apresentaram memória de cálculos indicando como integrante do crédito o valor integral da Gratificação de Estímulo à Docência - GED percebido em atividade. 2. A norma supostamente violada (art. 5º da Lei 9.678/1998) estabelece como se dá o cálculo da parcela da Gratificação de Estímulo à Docência - GED que será incluída no benefício previdenciário em favor do aposentado ou pensionista, afirmando que sua apuração será feita "a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu", ou, em caso de impossibilidade, pelo valor de 115 pontos. 3. O Tribunal a quo consignou que o disposto na Lei 9.678/1998 não disciplina a res in judicium deducta, mas sim o art. 40 da CF/1988 (na redação anterior à Emenda Constitucional 20/1998) e os arts. 40, 41 e 186 da Lei 8.112/1990. Concluiu que a legislação federal e constitucional preveem que a aposentadoria tem por base o termo "proventos", correspondente à soma do vencimento (retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei) e das vantagens pecuniárias permanentes instituída por lei. 4. É importante atentar para o fato de que o cálculo do benefício previdenciário é definido por uma equação na qual os componentes são a base de cálculo e a aplicação de percentual concernente à integralidade ou proporcionalidade da aposentadoria. É justamente em relação à alíquota, normalmente definida no padrão "percentual", que se diferencia a aposentadoria ou pensão integral da proporcional. 5. O que o Tribunal local firmou, portanto, é que a GED, por integrar a remuneração dos recorrentes (e, desse modo, a base de cálculo sobre a qual recairá a alíquota), está sujeita à incidência do coeficiente de proporcionalidade. 6. Conclui-se que são inconfundíveis o argumento dos agravantes (identificação do montante da GED) e a matéria decidida (sujeição do GED ao cálculo proporcional da aposentadoria devida). 7. As razões recursais encontram-se divorciadas do thema decidendum. O art. 5º da Lei 9.678/1998 não possui comando para infirmar os fundamentos do decisum impugnado, tampouco para sustentar a tese construída pelo recorrente. Súmula 284/STF. Nessa linha: AgRg no AgRg no REsp 1.339.842/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22/8/2013. 8. Agravo Regimental não provido." (STJ. AGRESP 1392757. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Herman Benjamin. DJE: 04/10/2013). 9. Oportuno mencionar, ainda, que o Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 266/2011, decidiu que as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos 'Quintos' e a Vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990. 10. Por todo o exposto, entendo que a gratificação de desempenho do servidor inativo na forma proporcional deve ser paga proporcionalmente. 11. Incidente conhecido e provido para afirmar a tese no sentido de que a gratificação de Desempenho em tela deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação." (PEDILEF nº 5001115-71.2014.4.04.7100, Relator Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzáles, DJ 11/02/2015) (grifei)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Desse modo, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União deve ser conhecido e provido, para que seja adotado o entendimento uniformizado por esta TNU, no sentido de que ao servidor inativo aposentado de forma proporcional deve ser paga proporcionalmente a gratificação de desempenho.
Os autos devem ser encaminhados à Turma de Origem para adequação do julgado ao entendimento uniformizado, nos termos do art. 9º, X, da Resolução n.º 345/2015 do Conselho da Justiça Federal e das Questões de Ordem de números 001 e 020 desta TNU.
Brasília, 18 de setembro de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5041244-55.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):NILSON ALVES DA SILVA
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB:DF-5939
PROC./ADV.:GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB:RS-23021
PROC./ADV.:MARCELO LIPERT
OAB:RS-41818
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que, em juízo de retratação, negou provimento ao seu recurso inominado, assentando o entendimento de que a gratificação é devida pelo seu valor integral aos servidores aposentados, independentemente de a aposentadoria ter sido concedida de forma proporcional.
2. O Min. Presidente desta TNU determinou a distribuição do incidente.
3. A União alega, em seu pleito, que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho. Aponta como paradigmas julgados da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processo n.º 0018718-57.2008.4.03.6301) e da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (feito n.º 0517120-84.2011.4.05.8100).
4. Considero que os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pedido de uniformização.
5. Quanto ao mérito, entendia eu, com espeque na jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, que, mesmo para aposentados de forma proporcional, o pagamento das diferenças alusivas às gratificações de desempenho deveria ser feito de forma integral (5032627-72.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Osório Ávila Neto, juntado aos autos em 16/12/2014; 5031211-69.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 10/12/2014; 5032631-12.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; 5031099-03.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; IUJEF 0026731-22.2010.404.7150, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Giovani Bigolin, D.E. 21/10/2014; 5002398-70.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora p/ Acórdão Maria Lucia Germano Titton, juntado aos autos em 25/06/2013; 5002444-59.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator André Luís Medeiros Jung, juntado aos autos em 07/12/2012; 5014890-27.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 27/09/2012; 5006647-94.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/09/2012; 5001940-59.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Claudio Gonsales Valerio, juntado aos autos em 27/09/2012; 5002077-41.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/07/2012; e 5006606-30.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 28/05/2012).
Entretanto, recentemente, esta TNU uniformizou jurisprudência em sentido contrário ao que eu adotava:
ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. RE Nº 400344/CE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual concedeu ordem em Mandado de Segurança para declarar o direito à parte autora, servidora inativa, de percepção da gratificação de Desempenho no valor integral em sua aposentadoria proporcional. 2. Inconformada, a União interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento 4ª Turma Recursal de São Paulo (autos nº 0018718-57.2008.4.03.6301) e da 1ª Turma Recursal do Ceará (autos nº 0157120-84.2011.4.05.8100), segundo as quais o cálculo do valor da gratificaçãode Desempenho deve observar a proporcionalidade da aposentadoria. 3. Incidente admitido na origem, uma vez os autos encaminhados à TNU foram distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovada a divergência jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Dispõe a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40, da Constituição Federal, que a proporcionalidade da aposentadoria deve incidir sobre o total da remuneração do servidor. A esse respeito, o seguinte julgado do E. STF: "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL PREVISTA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, REDAÇÃO ANTERIOR À EC 20/98. PROVENTOS PROPORCIONAIS. BASE DE CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE - VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA, PELO ENTE FEDERADO, DAS NORMAS DE APOSENTADORIA CONSTANTES DO MAGNO TEXTO. PRECEDENTES. A proporcionalidade da aposentadoria prevista na alínea "c" do inciso III do art. 40 da carta de outubro, com a redação anterior à EC 20/98, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, e não apenas sobre o vencimento básico do cargo. Este é o sentido da expressão "proventos proporcionais" (no plural), lançada no dispositivo. É assente nesta colenda Corte o entendimento de que as regras estaduais de concessão de aposentadoria devem pautar-se pelos critérios estabelecidos no art. 40 da Lei das Leis. Precedentes: ADIs 101, 369 e 755. Recurso provido". (STF - RE: 400344 CE , Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 15/02/2005, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 09-09-2005 PP-00046 EMENT VOL-02204-03 PP-00494 RTJ VOL-00195-02 PP-00686 RMP n. 28, 2008, p. 375-380) 7. Desse modo, sendo, a remuneração, o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes instituídas por lei, impõe-se que estas vantagens, nas quais incluem as gratificações de desempenho, sofram a incidência da proporção do tempo de serviço do servidor público. 8. Nesse sentido, os seguintes julgados do C. STJ: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÕES GESS E GDAS. PROPORCIONALIZAÇÃO POR ATO DO TCU AOS INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SE APOSENTARAM PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DIREITO ADQUIRIDO E SEGURANÇA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 16, 17-A E 18 DA LEI 10.855/2004. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 1. In casu, o Tribunal de Contas da União, dentro de sua competência, ao analisar os registros de aposentadorias de alguns servidores inativos, constatou que alguns deles estavam recebendo os valores da gratificação de desempenho de atividade do seguro social (GDASS) e da gratificação específica do seguro social e do trabalho (GESS) de forma integral. Diante disso, prolatou acórdãos nºs 2.030/2007 e 2.768/2007, determinando que o pagamento das verbas de forma condizente com a proporcionalidade dos proventos ao tempo de serviço. 2. No que se refere à alínea "a", III, 105, da CF, ou seja, quanto aos arts. 16 e 17 da Lei 10.855/2004, o recorrente não fundamenta de modo particularizado as supostas violações ao dispositivo que enumera, limitando-se a citá-los genericamente. Não há precisa explanação sobre as apontadas ofensas. Incide, na espécie, a Súmula 284/STF. Sob essa ótica, verifica-se também que os dispositivos trazidos não têm o condão de acarretar a nulidade do acórdão recorrido, considerando que a lei não disciplina a forma de aplicação aos aposentados/pensionistas que recebem proventos proporcionais ao tempo de serviço. 3. Agravo regimental não provido." (STJ.AGRESP 1216478. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJE: 04/03/2013). "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED). APOSENTADORIA PROPORCIONAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. ART. 5º DA LEI 9.678/1998. NORMA SEM COMANDO PARA INFIRMAR FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 284/STF. 1. A origem da controvérsia reside no acolhimento dos Embargos à Execução de Sentença, ajuizados pela ora recorrida, em que foi reconhecido excesso de execução sob o fundamento de que, embora beneficiários da aposentadoria proporcional, os recorrentes apresentaram memória de cálculos indicando como integrante do crédito o valor integral da Gratificação de Estímulo à Docência - GED percebido em atividade. 2. A norma supostamente violada (art. 5º da Lei 9.678/1998) estabelece como se dá o cálculo da parcela da Gratificação de Estímulo à Docência - GED que será incluída no benefício previdenciário em favor do aposentado ou pensionista, afirmando que sua apuração será feita "a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu", ou, em caso de impossibilidade, pelo valor de 115 pontos. 3. O Tribunal a quo consignou que o disposto na Lei 9.678/1998 não disciplina a res in judicium deducta, mas sim o art. 40 da CF/1988 (na redação anterior à Emenda Constitucional 20/1998) e os arts. 40, 41 e 186 da Lei 8.112/1990. Concluiu que a legislação federal e constitucional preveem que a aposentadoria tem por base o termo "proventos", correspondente à soma do vencimento (retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei) e das vantagens pecuniárias permanentes instituída por lei. 4. É importante atentar para o fato de que o cálculo do benefício previdenciário é definido por uma equação na qual os componentes são a base de cálculo e a aplicação de percentual concernente à integralidade ou proporcionalidade da aposentadoria. É justamente em relação à alíquota, normalmente definida no padrão "percentual", que se diferencia a aposentadoria ou pensão integral da proporcional. 5. O que o Tribunal local firmou, portanto, é que a GED, por integrar a remuneração dos recorrentes (e, desse modo, a base de cálculo sobre a qual recairá a alíquota), está sujeita à incidência do coeficiente de proporcionalidade. 6. Conclui-se que são inconfundíveis o argumento dos agravantes (identificação do montante da GED) e a matéria decidida (sujeição do GED ao cálculo proporcional da aposentadoria devida). 7. As razões recursais encontram-se divorciadas do thema decidendum. O art. 5º da Lei 9.678/1998 não possui comando para infirmar os fundamentos do decisum impugnado, tampouco para sustentar a tese construída pelo recorrente. Súmula 284/STF. Nessa linha: AgRg no AgRg no REsp 1.339.842/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22/8/2013. 8. Agravo Regimental não provido." (STJ. AGRESP 1392757. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Herman Benjamin. DJE: 04/10/2013). 9. Oportuno mencionar, ainda, que o Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 266/2011, decidiu que as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos 'Quintos' e a Vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990. 10. Por todo o exposto, entendo que a gratificação de desempenho do servidor inativo na forma proporcional deve ser paga proporcionalmente. 11. Incidente conhecido e provido para afirmar a tese no sentido de que a gratificação de Desempenho em tela deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação." (PEDILEF nº 5001115-71.2014.4.04.7100, Relator Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzáles, DJ 11/02/2015) (grifei)
6. Desse modo, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União deve ser conhecido e provido, para que seja adotado o entendimento uniformizado por esta TNU, no sentido de que ao servidor inativo aposentado de forma proporcional deve ser paga proporcionalmente a gratificação de desempenho.
Os autos devem ser encaminhados à Turma de Origem para adequação do julgado ao entendimento uniformizado, nos termos do art. 9º, X, da Resolução n.º 345/2015 do Conselho da Justiça Federal e das Questões de Ordem de números 001 e 020 desta TNU.
Brasília, 18 de setembro de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0501435-78.2014.4.05.8311
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):CREMILDE BARACHO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO
OAB:PE-20860
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco:
EMENTA
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO PAGA A SERVIDORES DA ATIVA. GDPGPE. EXTENSÃO A SERVIDORES INATIVOS / PENSIONISTAS. CONCESSÃO. PROPORCIONALIDADE. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA LEI 11.960/2009, A PARTIR DA SUA VIGÊNCIA, ATÉ O FINAL DO JULGAMENTO PELO STF DA ADI 4.357/DF. RECURSO DA UNIÃO, EM PARTE, PROVIDO.
VOTO
Trata-se de Recurso Inominado interposto pela União contra sentença exarada em sede de ação especial que julgou procedente pedido com o qual se buscou o reconhecimento do direito à incorporação, nos proventos de aposentadoria/pensão, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, nos mesmos moldes em que percebida por servidores em atividade.
Pugna a União pela reforma na sentença no tocante à observância da proporcionalidade, bem como à fixação dos juros de mora.
Não merece qualquer glosa ou censura a douta sentença. Esta Turma Recursal vem se posicionando no sentido de que não deve prosperar a tese que afirma que a aposentadoria proporcional gera aplicação proporcional da gratificação de atividade pleiteada. Verificando-se que a lei que instituiu a gratificação em comento não faz diferença entre a aposentadoria integral e a proporcional, ao se referir à sua percepção pelos servidores inativos, descabe ao intérprete impor qualquer restrição, a fim de determinar o pagamento proporcional das gratificações percebidas pelos servidores aposentados com proventos proporcionais.
No tocante à insurgência da União quanto aos juros de mora e correção monetária, o Ministro Teori, em decisão de preservação dos efeitos da medida cautelar ratificada pelo Pleno do STF, no julgamento iniciado dos embargos de declaração da ADI n.º 4.357/DF, que manteve a aplicação da sistemática da Lei n.º 11.960/2009 até o final do referido julgamento (quanto à modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade ali proferida), suspendeu decisão do STJ que determinava a imediata aplicação do julgado da referida ADI.
Nestes termos, seguindo a mesma orientação, determino a observância da Lei nº 11.960/09 quanto aos juros de mora e à correção monetária, até que haja proclamação acerca da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do artigo 5º da referida Lei.
Por todas as razões acima expostas, bem como em razão de ser esta fundamentação suficiente para a apreciação de todos os pedidos formulados pelas partes, considero como não violados os demais dispositivos suscitados, inclusive considerando-os como devidamente prequestionados, possibilitando, de logo, a interposição dos recursos excepcionais cabíveis (RE).
Assim, e tendo em vista que os embargos de declaração não se prestam para um novo julgamento daquilo que já foi decidido, ficam advertidas as partes que a sua oposição protelatória ensejará a aplicação de litigância de má-fé, na forma dos arts. 18 e 538 do CPC.
Recurso inominado da União, em parte, provido.
Sem condenação em honorários advocatícios. Custas, como de lei.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.
Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, dar provimento, em parte, ao recurso inominado da União, nos termos do voto supra.
Recife, data do julgamento.
Em síntese, no acórdão, restou assentado o entendimento de que a gratificação é devida pelo seu valor integral aos servidores aposentados, independentemente de a aposentadoria ter sido concedida de forma proporcional.
A União alega, em seu pleito, que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho. Aponta como paradigma julgado da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processo n.º 0018718-57.2008.4.03.6301).
2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente de uniformização.
3. Considero que o paradigma presta-se para o conhecimento do pedido de uniformização.
4. Quanto ao mérito, entendia eu, com espeque na jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, que, mesmo para aposentados de forma proporcional, o pagamento das diferenças alusivas às gratificações de desempenho deveria ser feito de forma integral (5032627-72.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Osório Ávila Neto, juntado aos autos em 16/12/2014; 5031211-69.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 10/12/2014; 5032631-12.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; 5031099-03.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; IUJEF 0026731-22.2010.404.7150, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Giovani Bigolin, D.E. 21/10/2014; 5002398-70.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora p/ Acórdão Maria Lucia Germano Titton, juntado aos autos em 25/06/2013; 5002444-59.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator André Luís Medeiros Jung, juntado aos autos em 07/12/2012; 5014890-27.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 27/09/2012; 5006647-94.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/09/2012; 5001940-59.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Claudio Gonsales Valerio, juntado aos autos em 27/09/2012; 5002077-41.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/07/2012; e 5006606-30.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 28/05/2012).
Entretanto, recentemente, esta TNU uniformizou jurisprudência em sentido contrário ao que eu adotava:
ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. RE Nº 400344/CE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual concedeu ordem em Mandado de Segurança para declarar o direito à parte autora, servidora inativa, de percepção da gratificação de Desempenho no valor integral em sua aposentadoria proporcional. 2. Inconformada, a União interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento 4ª Turma Recursal de São Paulo (autos nº 0018718-57.2008.4.03.6301) e da 1ª Turma Recursal do Ceará (autos nº 0157120-84.2011.4.05.8100), segundo as quais o cálculo do valor da gratificaçãode Desempenho deve observar a proporcionalidade da aposentadoria. 3. Incidente admitido na origem, uma vez os autos encaminhados à TNU foram distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovada a divergência jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Dispõe a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40, da Constituição Federal, que a proporcionalidade da aposentadoria deve incidir sobre o total da remuneração do servidor. A esse respeito, o seguinte julgado do E. STF: "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL PREVISTA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, REDAÇÃO ANTERIOR À EC 20/98. PROVENTOS PROPORCIONAIS. BASE DE CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE - VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA, PELO ENTE FEDERADO, DAS NORMAS DE APOSENTADORIA CONSTANTES DO MAGNO TEXTO. PRECEDENTES. A proporcionalidade da aposentadoria prevista na alínea "c" do inciso III do art. 40 da carta de outubro, com a redação anterior à EC 20/98, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, e não apenas sobre o vencimento básico do cargo. Este é o sentido da expressão "proventos proporcionais" (no plural), lançada no dispositivo. É assente nesta colenda Corte o entendimento de que as regras estaduais de concessão de aposentadoria devem pautar-se pelos critérios estabelecidos no art. 40 da Lei das Leis. Precedentes: ADIs 101, 369 e 755. Recurso provido". (STF - RE: 400344 CE , Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 15/02/2005, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 09-09-2005 PP-00046 EMENT VOL-02204-03 PP-00494 RTJ VOL-00195-02 PP-00686 RMP n. 28, 2008, p. 375-380) 7. Desse modo, sendo, a remuneração, o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes instituídas por lei, impõe-se que estas vantagens, nas quais incluem as gratificações de desempenho, sofram a incidência da proporção do tempo de serviço do servidor público. 8. Nesse sentido, os seguintes julgados do C. STJ: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÕES GESS E GDAS. PROPORCIONALIZAÇÃO POR ATO DO TCU AOS INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SE APOSENTARAM PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DIREITO ADQUIRIDO E SEGURANÇA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 16, 17-A E 18 DA LEI 10.855/2004. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 1. In casu, o Tribunal de Contas da União, dentro de sua competência, ao analisar os registros de aposentadorias de alguns servidores inativos, constatou que alguns deles estavam recebendo os valores da gratificação de desempenho de atividade do seguro social (GDASS) e da gratificação específica do seguro social e do trabalho (GESS) de forma integral. Diante disso, prolatou acórdãos nºs 2.030/2007 e 2.768/2007, determinando que o pagamento das verbas de forma condizente com a proporcionalidade dos proventos ao tempo de serviço. 2. No que se refere à alínea "a", III, 105, da CF, ou seja, quanto aos arts. 16 e 17 da Lei 10.855/2004, o recorrente não fundamenta de modo particularizado as supostas violações ao dispositivo que enumera, limitando-se a citá-los genericamente. Não há precisa explanação sobre as apontadas ofensas. Incide, na espécie, a Súmula 284/STF. Sob essa ótica, verifica-se também que os dispositivos trazidos não têm o condão de acarretar a nulidade do acórdão recorrido, considerando que a lei não disciplina a forma de aplicação aos aposentados/pensionistas que recebem proventos proporcionais ao tempo de serviço. 3. Agravo regimental não provido." (STJ.AGRESP 1216478. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJE: 04/03/2013). "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED). APOSENTADORIA PROPORCIONAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. ART. 5º DA LEI 9.678/1998. NORMA SEM COMANDO PARA INFIRMAR FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 284/STF. 1. A origem da controvérsia reside no acolhimento dos Embargos à Execução de Sentença, ajuizados pela ora recorrida, em que foi reconhecido excesso de execução sob o fundamento de que, embora beneficiários da aposentadoria proporcional, os recorrentes apresentaram memória de cálculos indicando como integrante do crédito o valor integral da Gratificação de Estímulo à Docência - GED percebido em atividade. 2. A norma supostamente violada (art. 5º da Lei 9.678/1998) estabelece como se dá o cálculo da parcela da Gratificação de Estímulo à Docência - GED que será incluída no benefício previdenciário em favor do aposentado ou pensionista, afirmando que sua apuração será feita "a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu", ou, em caso de impossibilidade, pelo valor de 115 pontos. 3. O Tribunal a quo consignou que o disposto na Lei 9.678/1998 não disciplina a res in judicium deducta, mas sim o art. 40 da CF/1988 (na redação anterior à Emenda Constitucional 20/1998) e os arts. 40, 41 e 186 da Lei 8.112/1990. Concluiu que a legislação federal e constitucional preveem que a aposentadoria tem por base o termo "proventos", correspondente à soma do vencimento (retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei) e das vantagens pecuniárias permanentes instituída por lei. 4. É importante atentar para o fato de que o cálculo do benefício previdenciário é definido por uma equação na qual os componentes são a base de cálculo e a aplicação de percentual concernente à integralidade ou proporcionalidade da aposentadoria. É justamente em relação à alíquota, normalmente definida no padrão "percentual", que se diferencia a aposentadoria ou pensão integral da proporcional. 5. O que o Tribunal local firmou, portanto, é que a GED, por integrar a remuneração dos recorrentes (e, desse modo, a base de cálculo sobre a qual recairá a alíquota), está sujeita à incidência do coeficiente de proporcionalidade. 6. Conclui-se que são inconfundíveis o argumento dos agravantes (identificação do montante da GED) e a matéria decidida (sujeição do GED ao cálculo proporcional da aposentadoria devida). 7. As razões recursais encontram-se divorciadas do thema decidendum. O art. 5º da Lei 9.678/1998 não possui comando para infirmar os fundamentos do decisum impugnado, tampouco para sustentar a tese construída pelo recorrente. Súmula 284/STF. Nessa linha: AgRg no AgRg no REsp 1.339.842/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22/8/2013. 8. Agravo Regimental não provido." (STJ. AGRESP 1392757. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Herman Benjamin. DJE: 04/10/2013). 9. Oportuno mencionar, ainda, que o Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 266/2011, decidiu que as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos 'Quintos' e a Vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990. 10. Por todo o exposto, entendo que a gratificação de desempenho do servidor inativo na forma proporcional deve ser paga proporcionalmente. 11. Incidente conhecido e provido para afirmar a tese no sentido de que a gratificação de Desempenho em tela deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação." (PEDILEF nº 5001115-71.2014.4.04.7100, Relator Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzáles, DJ 11/02/2015) (grifei)
5. Desse modo, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União deve ser conhecido e provido, para que seja adotado o entendimento uniformizado por esta TNU, no sentido de que ao servidor inativo aposentado de forma proporcional deve ser paga proporcionalmente a gratificação de desempenho.
Os autos devem ser encaminhados à Turma de Origem para adequação do julgado ao entendimento uniformizado, nos termos do art. 9º, X, da Resolução n.º 345/2015 do Conselho da Justiça Federal e das Questões de Ordem de números 001 e 020 desta TNU.
Brasília, 18 de setembro de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:5004108-43.2012.4.04.7008
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:JOSE DIOGO DA SILVA JUNIOR
PROC./ADV.:CÁSSIO FERREIRA DE SOUSA
OAB:PR-57 112
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO
Compulsando os autos, verifico que houve pedido de desistência do recurso, já homologado por decisão do Exmo. Ministro Presidente desta Corte.
Diante disso, dê-se baixa nos autos.
Intime-se.
Brasília/DF, 26 de outubro de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0501434-05.2014.4.05.8502
ORIGEM:SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE:ESPEDITO MARTINS ARRUDA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
REQUERIDO(A):DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de implantação, em vencimento da parte-autora, do reajuste no percentual de 13,23%.
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, reconheceu o direito ao reajuste pleiteado nos presentes autos.
3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico
5.Isto apesar de caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado, nos quais se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/instituição de vantagem pecuniária individual) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que tal não representou reajuste de caráter geral; ao passo que no paradigma (Processo nº: 0000813-90.2013.4.01.3400) entendeu-se contrariamente, que a implantação da VPI representou reajuste geral, cabendo a aplicação do mesmo percentual para todos os servidores públicos federais.
6.É que sobre a matéria controvertida a TNU, na sessão de 21 de outubro de 2015, no PEDILEF nº 0507410-08.2014.4.05.8400 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), ratificou seu entendimento no incidente da ausência de direito ao reajuste ora discutido, inclusive reportando-se a "jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria".
7.A tal respeito, consigno o que atualmente decidido pelo STJ sobre a matéria, no sentido da ausência de caráter de reajuste geral pela aplicação da Lei nº 10.698/2003:
"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23%. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. LEIS 10.697/2003 E 10.698/2003. DESCABIMENTO. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA TURMAS DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I. Consoante a jurisprudência do STJ, a Vantagem Pecuniária Individual, criada pela Lei 10.698/2003, não possui natureza de revisão geral de vencimentos, não sendo devido, aos servidores públicos federais, o reajuste de 13,23%. Precedentes (STJ, AgRg no REsp 1.490.094/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA
TURMA, DJe de 19/12/2014; STJ, REsp 1.450.279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2014).
II. Agravo Regimental improvido."
(AgRg no RESP. 1316914/PB, 2ª Turma, rel. Min. Assusete Magalhães, j. 16.04.2015).
8.Consigno, por fim, que não compete ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia (Súmula n.º 339-STF). Situações que afastam o alegado direito ao reajuste 13,23%.
9.Nestes termos, impõe-se o não seguimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).
10.ISTO POSTO, nego seguimento ao presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 23 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5011451-81.2012.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):BENILDE ZOBOLI RAMOS
PROC./ADV.:EVAIR FRANCISCO BONA
OAB:SC 9.562
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, rejeitou alegação de decadência do direito à revisão de benefício previdenciário (pensão por morte).
2.O aresto combatido considerou que o prazo decadencial relativamente à pensão por morte é contado de forma autônoma em relação ao benefício de que é derivado.
3.O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entenderam que o prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/91 conta-se, para os benefícios concedidos anteriormente ao advento da previsão do prazo decadencial, conta-se da edição da Medida Provisória nº 1.523-9, de 27.06.1997, que previu inicialmente o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
5.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando em parte a sentença, rejeitou alegação de decadência do direito à revisão de pensão por morte, sob o seguinte fundamento:
"Inicialmente, à análise da decadência, faz-se necessário observar que a parteautora
busca a revisão da renda mensal inicial de sua pensão por morte, concedida em 30/06/2007 (DIB - CCON6, do evento 1), mediante a alteração do período básico de cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição do seu falecido marido, concedida em 14/02/1997 (DIB - CCON7, do evento 1).
Pois bem, nessa situação, esta Turma Recursal, a partir da Sessão realizada no mês de março de 2013, quando do julgamento dos recursos interpostos nos processos nºs 5001760-50.2011.404.7214 e 5009334-69.2011.404.7200, passou a adotar o entendimento já uniformizado na Turma Nacional de Uniformização (TNU), segundo o qual, nos casos de pensão por morte derivada de benefício previdenciário, o prazo decadencial para o direito de revisão é calculado de forma autônoma, e, por isso, a contagem deve ser efetuada a partir da data da concessão da pensão" (grifei).
6.Nos casos paradigmas (EDcl no REsp. nº 1.339.818/RJ e REsp. nº 1.366.046/RN), apenas se decidiu que o prazo decadencial para a revisão de benefício previdenciário, previsto no art. 103 da Lei 8.213/91, introduzido pela MP 1.523-9/1997, não retroage para atingir o tempo transcorrido antes do seu estabelecimento, passando a contar, para os benefícios concedidos anteriormente, a partir da entrada em vigor do inovação legislativa.
7.Nos paradigmas, ao contrário do alegado no presente incidente, nada se diz sobre a circunstância de contar-se o prazo decadencial de forma autônoma, caso se queira revisar o benefício original ou a pensão por morte dele derivada.
8.A circunstância de, no caso, o benefício originário ter sido concedido antes da MP 1.523-9/1997 não equipara a situação dos autos aos casos dos paradigmas, posto que o fundamento de afastamento da decadência não foi a data de concessão do benefício originário, mas sim a tese de que por possuir a pensão por morte natureza autônoma, a sua revisão tem prazo decadencial próprio, contado da sua concessão.
9.Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.
10.Dessa forma, considerando que o acórdão recorrido está escorado nesse entendimento, aplico ao caso a Questão de Ordem n. 22, deste Órgão, para não conhecer do pedido de uniformização.
11. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 23 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0521075-28.2013.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:MARIA CELIA DA SILVA NEPOMUCENA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN-5291
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de implantação, em vencimento da parte-autora, do reajuste no percentual de 13,23%.
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, reconheceu o direito ao reajuste pleiteado nos presentes autos.
3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico
5.Isto apesar de caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado, nos quais se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/instituição de vantagem pecuniária individual) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que tal não representou reajuste de caráter geral; ao passo que no paradigma (Processo nº: 0000813-90.2013.4.01.3400) entendeu-se contrariamente, que a implantação da VPI representou reajuste geral, cabendo a aplicação do mesmo percentual para todos os servidores públicos federais.
6.É que sobre a matéria controvertida a TNU, na sessão de 21 de outubro de 2015, no PEDILEF nº 0507410-08.2014.4.05.8400 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), ratificou seu entendimento no incidente da ausência de direito ao reajuste ora discutido, inclusive reportando-se a "jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria".
7.A tal respeito, consigno o que atualmente decidido pelo STJ sobre a matéria, no sentido da ausência de caráter de reajuste geral pela aplicação da Lei nº 10.698/2003:
"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23%. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. LEIS 10.697/2003 E 10.698/2003. DESCABIMENTO. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA TURMAS DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I. Consoante a jurisprudência do STJ, a Vantagem Pecuniária Individual, criada pela Lei 10.698/2003, não possui natureza de revisão geral de vencimentos, não sendo devido, aos servidores públicos federais, o reajuste de 13,23%. Precedentes (STJ, AgRg no REsp 1.490.094/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA
TURMA, DJe de 19/12/2014; STJ, REsp 1.450.279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2014).
II. Agravo Regimental improvido."
(AgRg no RESP. 1316914/PB, 2ª Turma, rel. Min. Assusete Magalhães, j. 16.04.2015).
8.Consigno, por fim, que não compete ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia (Súmula n.º 339-STF). Situações que afastam o alegado direito ao reajuste 13,23%.
9.Nestes termos, impõe-se o não seguimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).
10.ISTO POSTO, nego seguimento ao presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 23 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0506811-69.2014.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:LUCIANO FIRMINO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
REQUERIDO(A):FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de implantação, em vencimento da parte-autora, do reajuste no percentual de 13,23%.
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, reconheceu o direito ao reajuste pleiteado nos presentes autos.
3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico
5.Isto apesar de caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado, nos quais se partiu do mesmo fato (de mesma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

natureza/instituição de vantagem pecuniária individual) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que tal não representou reajuste de caráter geral; ao passo que no paradigma (Processo nº: 0000813-90.2013.4.01.3400) entendeu-se contrariamente, que a implantação da VPI representou reajuste geral, cabendo a aplicação do mesmo percentual para todos os servidores públicos federais.
6.É que sobre a matéria controvertida a TNU, na sessão de 21 de outubro de 2015, no PEDILEF nº 0507410-08.2014.4.05.8400 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), ratificou seu entendimento no incidente da ausência de direito ao reajuste ora discutido, inclusive reportando-se a "jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria".
7.A tal respeito, consigno o que atualmente decidido pelo STJ sobre a matéria, no sentido da ausência de caráter de reajuste geral pela aplicação da Lei nº 10.698/2003:
"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23%. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. LEIS 10.697/2003 E 10.698/2003. DESCABIMENTO. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA TURMAS DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I. Consoante a jurisprudência do STJ, a Vantagem Pecuniária Individual, criada pela Lei 10.698/2003, não possui natureza de revisão geral de vencimentos, não sendo devido, aos servidores públicos federais, o reajuste de 13,23%. Precedentes (STJ, AgRg no REsp 1.490.094/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA
TURMA, DJe de 19/12/2014; STJ, REsp 1.450.279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2014).
II. Agravo Regimental improvido."
(AgRg no RESP. 1316914/PB, 2ª Turma, rel. Min. Assusete Magalhães, j. 16.04.2015).
8.Consigno, por fim, que não compete ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia (Súmula n.º 339-STF). Situações que afastam o alegado direito ao reajuste 13,23%.
9.Nestes termos, impõe-se o não seguimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).
10.ISTO POSTO, nego seguimento ao presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 23 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0504072-26.2014.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:SANDRA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN-5291
REQUERIDO(A):UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de implantação, em vencimento da parte-autora, do reajuste no percentual de 13,23%.
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, reconheceu o direito ao reajuste pleiteado nos presentes autos.
3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico
5.Isto apesar de caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado, nos quais se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/instituição de vantagem pecuniária individual) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que tal não representou reajuste de caráter geral; ao passo que no paradigma (Processo nº: 0000813-90.2013.4.01.3400) entendeu-se contrariamente, que a implantação da VPI representou reajuste geral, cabendo a aplicação do mesmo percentual para todos os servidores públicos federais.
6.É que sobre a matéria controvertida a TNU, na sessão de 21 de outubro de 2015, no PEDILEF nº 0507410-08.2014.4.05.8400 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), ratificou seu entendimento no incidente da ausência de direito ao reajuste ora discutido, inclusive reportando-se a "jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria".
7.A tal respeito, consigno o que atualmente decidido pelo STJ sobre a matéria, no sentido da ausência de caráter de reajuste geral pela aplicação da Lei nº 10.698/2003:
"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23%. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. LEIS 10.697/2003 E 10.698/2003. DESCABIMENTO. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA TURMAS DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I. Consoante a jurisprudência do STJ, a Vantagem Pecuniária Individual, criada pela Lei 10.698/2003, não possui natureza de revisão geral de vencimentos, não sendo devido, aos servidores públicos federais, o reajuste de 13,23%. Precedentes (STJ, AgRg no REsp 1.490.094/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA
TURMA, DJe de 19/12/2014; STJ, REsp 1.450.279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2014).
II. Agravo Regimental improvido."
(AgRg no RESP. 1316914/PB, 2ª Turma, rel. Min. Assusete Magalhães, j. 16.04.2015).
8.Consigno, por fim, que não compete ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia (Súmula n.º 339-STF). Situações que afastam o alegado direito ao reajuste 13,23%.
9.Nestes termos, impõe-se o não seguimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).
10.ISTO POSTO, nego seguimento ao presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 23 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0503196-71.2014.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:MARIA CELIA DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN-5291
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de implantação, em vencimento da parte-autora, do reajuste no percentual de 13,23%.
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, reconheceu o direito ao reajuste pleiteado nos presentes autos.
3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico
5.Isto apesar de caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado, nos quais se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/instituição de vantagem pecuniária individual) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que tal não representou reajuste de caráter geral; ao passo que no paradigma (Processo nº: 0000813-90.2013.4.01.3400) entendeu-se contrariamente, que a implantação da VPI representou reajuste geral, cabendo a aplicação do mesmo percentual para todos os servidores públicos federais.
6.É que sobre a matéria controvertida a TNU, na sessão de 21 de outubro de 2015, no PEDILEF nº 0507410-08.2014.4.05.8400 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), ratificou seu entendimento no incidente da ausência de direito ao reajuste ora discutido, inclusive reportando-se a "jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria".
7.A tal respeito, consigno o que atualmente decidido pelo STJ sobre a matéria, no sentido da ausência de caráter de reajuste geral pela aplicação da Lei nº 10.698/2003:
"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23%. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. LEIS 10.697/2003 E 10.698/2003. DESCABIMENTO. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA TURMAS DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I. Consoante a jurisprudência do STJ, a Vantagem Pecuniária Individual, criada pela Lei 10.698/2003, não possui natureza de revisão geral de vencimentos, não sendo devido, aos servidores públicos federais, o reajuste de 13,23%. Precedentes (STJ, AgRg no REsp 1.490.094/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA
TURMA, DJe de 19/12/2014; STJ, REsp 1.450.279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2014).
II. Agravo Regimental improvido."
(AgRg no RESP. 1316914/PB, 2ª Turma, rel. Min. Assusete Magalhães, j. 16.04.2015).
8.Consigno, por fim, que não compete ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia (Súmula n.º 339-STF). Situações que afastam o alegado direito ao reajuste 13,23%.
9.Nestes termos, impõe-se o não seguimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).
10.ISTO POSTO, nego seguimento ao presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 23 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0503145-09.2013.4.05.8105
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:GERACINA RODRIGUES LEITAO
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de implantação, em vencimento da parte-autora, do reajuste no percentual de 13,23%.
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, reconheceu o direito ao reajuste pleiteado nos presentes autos.
3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico
5.Isto apesar de caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado, nos quais se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/instituição de vantagem pecuniária individual) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que tal não representou reajuste de caráter geral; ao passo que no paradigma (Processo nº: 0000813-90.2013.4.01.3400) entendeu-se contrariamente, que a implantação da VPI representou reajuste geral, cabendo a aplicação do mesmo percentual para todos os servidores públicos federais.
6.É que sobre a matéria controvertida a TNU, na sessão de 21 de outubro de 2015, no PEDILEF nº 0507410-08.2014.4.05.8400 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), ratificou seu entendimento no incidente da ausência de direito ao reajuste ora discutido, inclusive reportando-se a "jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria".
7.A tal respeito, consigno o que atualmente decidido pelo STJ sobre a matéria, no sentido da ausência de caráter de reajuste geral pela aplicação da Lei nº 10.698/2003:
"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23%. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. LEIS 10.697/2003 E 10.698/2003. DESCABIMENTO. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA TURMAS DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I. Consoante a jurisprudência do STJ, a Vantagem Pecuniária Individual, criada pela Lei 10.698/2003, não possui natureza de revisão geral de vencimentos, não sendo devido, aos servidores públicos federais, o reajuste de 13,23%. Precedentes (STJ, AgRg no REsp 1.490.094/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA
TURMA, DJe de 19/12/2014; STJ, REsp 1.450.279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2014).
II. Agravo Regimental improvido."
(AgRg no RESP. 1316914/PB, 2ª Turma, rel. Min. Assusete Magalhães, j. 16.04.2015).
8.Consigno, por fim, que não compete ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia (Súmula n.º 339-STF). Situações que afastam o alegado direito ao reajuste 13,23%.
9.Nestes termos, impõe-se o não seguimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10.ISTO POSTO, nego seguimento ao presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 23 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5021209-11.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):HILTON GONÇALVES DIAS JUNIOR
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB:DF-5939
PROC./ADV.:GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB:RS-23021
PROC./ADV.:MARCELO LIPERT
OAB:RS-41818
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu o direito ao recebimento de diferenças de Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na Advocacia Geral da União (GDAA), no período de julho a dezembro de 2008, sem aplicação do fator de ajuste previsto no art. 2º, § 3º, da Lei nº 10.480/2002.
2.A União sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) que o advento da MP 441/2008 não representou extinção do fator de ajuste (redutor) previsto inicialmente pela Lei nº 10.480/2002.
3.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
4.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e paradigma.
5.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/advento da MP 441/2008) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido entendeu-se que o advento da MP 441/2008 extinguiu o fator de ajuste da pontuação da GDAA, permitindo o pagamento da gratificação integralmente, em caso de desempenho em grau máximo do servidor; o paradigma, ao contrário, entendeu-se em vigor, mesmo após a MP 441/2008, do fator de ajuste previsto no art. 2º, § 3º, da Lei nº 10.480/2002.
6.Porém, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).
7.Sobre a matéria controvertida, observo que a TNU, na sessão de 11 de setembro de 2015, decidiu sobre a matéria, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do Juiz Federal Bruno Carrá (relator para o acórdão), do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos:
"Peço vênia ao Ilustre Relator para o fim de me posicionar no sentido de determinar que com o advento da Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, convertida na Lei nº 11.907/2009, não mais seria aplicável o fator de ajuste, devendo ser paga em sua totalidade a gratificação de acordo com as avaliações individuais e institucionais.
Com efeito, a GDAA foi instituída pela Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.
A portaria nº 705, de 18 de novembro de 2003, que veio a regulamentar a norma, além de prever a forma de cálculo da gratificação de desempenho do servidor, estabeleceu um fator de ajuste - a ser determinado pela administração - aplicável sempre que o limite global de pontuação dos servidores fosse ultrapassado do limite tratado no art. 2º, parágrafo 3º, da Lei nº 10.480, de 2002.
As sucessivas portarias editadas para a regulamentação da referida norma, desde janeiro de 2004, estipularam fatores de ajuste de 0,8, conforme previsto na Portaria nº 105, de 20 de julho de 2004, Portaria nº 172, de 27 de julho de 2005, Portaria nº 20, de 20 de fevereiro de 2006, Portaria nº 144, de 14 de julho de 2006, Portaria nº 188, de 19 de julho de 2007 e, inclusive, na Portaria nº 205, de 31 de julho de 2008.
Desse modo, segundo a referida portaria, os servidores avaliados no período de janeiro a junho de 2008 que obtiveram a totalidade dos pontos na avaliação individual (que na distribuição equivale a 80 pontos), mais os 20 pontos da avaliação institucional, com a aplicação do fator de ajuste 0,8, o total de pontos foi reduzido para 80, com implicações financeiras no cálculo da GDAA no período de julho a dezembro de 2008.
Ocorre que, com a edição da Medida Provisória 441 de 29 de agosto de 2008 - convertida na Lei 11.907 de 02 de fevereiro de 2009 - o art. 2º da Lei 10.480/2002 passou a viger com o seguinte texto:
Art. 2º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, devida, exclusivamente, aos servidores de níveis superior, intermediário e auxiliar pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, não integrantes das carreiras jurídicas da Instituição, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na AGU.
§ 1º A GDAA será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos em ato do Advogado-Geral da União.
§ 2º A GDAA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.
§ 3º A pontuação máxima da GDAA a que se refere o § 2º será assim distribuída:
I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.
(...)
§ 6º Enquanto não for editado o ato a que se refere o § 1o e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, considerando a distribuição de pontos de que trata o § 3o os servidores que fazem jus à GDAA, inclusive os ocupantes de cargos ou funções comissionadas, perceberão a referida gratificação em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, observados o nível, a classe e o padrão do servidor, considerando o valor do ponto constante do Anexo I desta Lei.
(...)
§ 9º Os valores a serem pagos a título de GDAA serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho institucional e individual pelo valor do ponto constante do Anexo I desta Lei de acordo com o respectivo nível, classe e padrão.
(...)
Da análise do referido texto, depreende-se que, em vista da alteração introduzida pela MP 441, o fator de ajuste perdeu o fundamento legal E, em que pese não afrontar dispositivo legal quando formulada, a Portaria AGU nº 205 de 31/07/2008 perdeu o sustentáculo normativo, com a alteração do § 3º, do art. 2º da Lei 10.480/2002.
Segundo a lição hermenêutica, 'onde a lei não restringiu, não cabe ao intérprete fazê-lo'. Ora, como observado, o texto da medida provisória em comento dispôs expressamente que enquanto não fosse editado ato normativo da AGU estabelecendo a forma, os critérios e os procedimentos para atribuição da GDAA, ela deveria ser paga em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, não fazendo menção ao referido fator de ajuste. De sorte que não é possível interpretá-lo de maneira diversa, restringindo onde a o texto normativo não o fez.
Assim, com o advento da Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, convertida na Lei nº 11.907/2009, não mais seria aplicável o fator de ajuste, devendo ser paga em sua totalidade a gratificação de acordo com as avaliações individuais e institucionais.
De sorte que o pagamento das diferenças a título de GDAA correspondente ao período de julho a dezembro de 2008 fosse realizado na totalidade da pontuação obtida nas respectivas avaliações individuais e institucionais, isto é, sem a incidência do fator de ajuste de 0,8 (zero vírgula oito)" (grifo nosso).
8.ISTO POSTO, nego seguimento ao presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 15 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0511571-32.2012.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:FERNANDO ANTÔNIO DE LIMA
PROC./ADV.:ANDREIA DE ARAÚJO MUNEMASSA
OAB:RN-419
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, indeferiu pedido de revisão do cálculo concessório de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, mediante o cômputo como salário-de-contribuição dos salários-de-benefício que serviram de base para a concessão do auxílio-doença.
2.No aresto combatido entendeu-se legal a apuração da RMI da aposentadoria por invalidez mediante a mera conversão em 100% do salário-de-benefício que serviu de base à concessão do precedente auxílio-doença, nos termos do § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/99.
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) que a regra contida no § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/99) extrapolou o limite do Poder Regulamentador da Administração Pública, violando o § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/91, que define que a RMI da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença será encontrada mediante a utilização como salário-de-contribuição dos salários-de-benefício utilizados mês-a-mês para a apuração do auxílio-doença.
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
5.Incide na hipótese a regra contida no art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução 345/2015/CJF):
"DO RELATOR
Art. 9º Compete ao relator:
...
IX - negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal."
6.Sobre o tema, o STF, no RE 583834 (rel. min. Carlos Ayres Britto), com repercussão geral, apontou que "o § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991".
7.Naquele julgamento, a Excelsa Corte consignou que o cálculo da RMI prevista no § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/91 ("se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo") é medida excepcional, aplicável apenas nos casos em que a aposentadoria por invalidez foi precedida de auxílio-doença intercalado com atividade laborativa, de modo a permitir a contagem do salário-de-benefício do auxílio como tempo de contribuição ficto.
8.Este não é o caso dos autos, em que a aposentadoria por invalidez foi precedida por auxílio-doença não interrompido por retorno ao trabalho.
9.Nestes casos, o cálculo da RMI da aposentadoria dá-se na forma do § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/99 ("a renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez concedida por transformação de auxílio-doença será de cem por cento do salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio doença, reajustado pelos mesmos índices de correção dos benefícios em geral").
10.Acresça-se que não há como se conhecer do incidente, em face de o acórdão recorrido encontrar-se em sintonia com orientação adotada pelo STJ sobre a matéria, exposta em Recurso Repetitivo, e pela TNU:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DECORRENTE DE TRANSFORMAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. REVISÃO DA RMI. ART. 29, § 5º, DA LEI 8.213/91 ALTERADO PELA LEI 9.876/99. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA APURAÇÃO DO VALOR INICIAL DOS BENEFÍCIOS. EXIGÊNCIA DE SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO INTERCALADOS COM PERÍODOS DE AFASTAMENTO POR INCAPACIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. A Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.410.433/MG, processado sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, consolidou o entendimento no sentido de que a aposentadoria por invalidez decorrente da conversão de auxílio-doença, sem retorno do segurado ao trabalho, será apurada na forma estabelecida no art. 36, § 7º, do Decreto 3.048/99, segundo o qual a renda mensal inicial - RMI da aposentadoria por invalidez oriunda de transformação de auxílio-doença será de cem por cento do salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio-doença, reajustado pelos mesmos índices de correção dos benefícios em geral.
2. O cálculo da RMI nos moldes do art. 29, II e § 5º, da Lei n. 8.213/91 ocorrerá apenas se, no período básico de cálculo - PBC, houver afastamento intercalado com atividade laborativa, hipótese em que será feito o cômputo dos salários-de-benefício como salários-de-contribuição. 3. Agravo regimental improvido." (grifei)
(AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 1169355, 5ª T, rel. Min. Jorge Mussi, j. 04.11.2014)
PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RMI. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. INCLUSÃO DO VALOR DO AUXÍLIO-DOENÇA NO CÁLCULO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INTELIGÊNCIA DO ART. 29, § 5º, DA LEI Nº 8.213/91. NECESSIDADE DE EXERCÍCIO INTERCALADO DE ATIVIDADE LABORATIVA E/OU CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTE DO STF, COM REPERCUSSÃO GERAL (RE Nº 583834). INCIDENTE PROVIDO.
1. Pretende o INSS a modificação de acórdão que reconheceu o direito do autor à revisão da renda mensal inicial da sua aposentadoria por invalidez, mediante a inclusão no período básico de cálculo, como salário-de-contribuição, do salário-de-benefício apurado por ocasião da concessão do benefício de auxílio-doença. Sustenta a legalidade do critério de cálculo, disciplinado no art. 36, § 7º, do Decreto nº 3.048/99, e utilizado na fixação da RMI - Renda Mensal Inicial da aposentadoria por invalidez, segundo o qual a aposentadoria por invalidez deve ser concedida mediante simples transformação do auxílio-doença e calculada em 100% do salário-de-benefício que serviu de base de cálculo da renda mensal inicial do benefício precedente. Presentes os pressupostos de admissibilidade do incidente, adentro-lhe o mérito.
2. Em recente julgamento, o Plenário do STF deu provimento ao Recurso Extraordinário nº 583834, em regime de repercussão geral, e jogou uma pá de cal sobre o tema, pacificando-o, definitivamente, na jurisprudência pátria. Por unanimidade de votos, foi afastada a aplicação do art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 aos casos em que a aposentadoria por invalidez for precedida de recebimento de auxílio-doença, durante período não intercalado com atividade laborativa.
3. Na linha da orientação emanada da Suprema Corte, esta Turma Nacional também já teve a oportunidade de se pronunciar sobre o tema, consoante a seguinte ementa que ora transcrevo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DEAUXÍLIO-DOENÇA. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. INTERPRETAÇÃO DO ART. 29, § 5º DA LBPS. INEXISTÊNCIA DE SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO NO PERÍODO DE GOZO DO AUXÍLIO-DOENÇA. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 28, § 9º DA LEI Nº. 8.212/91 E 36, § 7º DO DECRETO Nº. 3.048/1999. PACIFICAÇÃO DA CONTROVÉRSIA NAS INSTÂNCIAS SUPERIORES. INCIDÊNCIA, MUTATIS MUTANDIS, DA QUESTÃO DE ORDEM Nº. 13 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1 - Segundo jurisprudência reiterada do Superior Tribunal de Justiça, a contagem do período de gozo de benefício por incapacidade como tempo de contribuição só é admissível se intercalado com períodos de efetiva contribuição, a teor do artigo 55, inciso II da Lei nº. 8.213/91, uma vez que o art. 28, § 9º, alínea "a" da Lei nº. 8.212/91 (Plano de Custeio da Previdência Social) veda a utilização de benefício como sucedâneo de salário-de-contribuição, para fins de cálculo da Renda Mensal Inicial (AgRg no REsp 1100488/RS, Rel. Min. Jane Silva, Sexta Turma, DJe 16.2.2009; AgRg no Ag 1076508/RS, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 6.4.2009 e AgRg no REsp 1132233/RS, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 21.2.2011).

2 - O salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez equivale a 100% do valor do salário-de-benefício do auxílio-doençaantecedente, em conformidade com o artigo 36, § 7º do Decreto nº. 3.048/99 o qual apenas explicita a correta interpretação do caput, do inciso II e do parágrafo 5º do artigo 29, em combinação com o inciso II do artigo 55 e com os artigos 44 e 61, todos da LBPS. Entendimento recentemente adotado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 583.834/SC (Rel. Min. Ayres Britto, julgado em 21.9.2011) - no qual se reconheceu a repercussão geral do tema -, conforme notícia divulgada no informativo nº. 641 daquela Corte.

3 - Acórdão recorrido em consonância com o entendimento pacificado nas instâncias superiores.

4 - Incidência, mutatis mutandis, da Questão de ordem nº. 13 desta Turma Nacional: 'Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido'. 5 - Incidente não conhecido. (PEDILEF 200851510431674, rel. Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, DOU 09/03/2012.)

5. Por fim, o próprio autor informa e o documento elabora pela Contadoria Judicial intitulado 'Evolução do benefício' indica que a sua aposentadoria por invalidez decorre de transformação direta de auxílio-doença, razão pela qual não atende ao requisito de existência de atividade laborativa ou contribuição previdenciária intercalada entre ambos os benefícios por incapacidade, sendo despicienda a devolução dos autos às instâncias ordinárias somente para a verificação desse ponto.

6. Incidente provido, para reformar o acórdão recorrido e julgar improcedente o pedido inicial. É como voto

(TNU, PEDILEF 00266541120094013600, rel. JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES j. 15.05.2012)

11. Dessa forma, aplico ao caso a Questão de Ordem n. 24, deste Órgão ("não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia"), para não conhecer do pedido de uniformização.

12. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

De João Pessoa para Brasília/DF, 14 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0504432-04.2013.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):WLADIMIR GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência proposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal do Estado de Pernambuco que, julgando procedente o pedido inicial, condenou o INSS ao pagamento de honorários advocatícios à parte patrocinada pela Defensoria Pública da União.

2.O INSS suscitou divergência em face de julgado/súmula do STJ que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu que não cabem honorários advocatícios em prol da Defensoria Pública quando esta atua contra a pessoa jurídica a qual pertença.

3.Na decisão de admissibilidade, apontou-se que, havendo "evidente conflito entre a Súmula 7 desta TNU e o entendimento pacificado do STJ em recurso repetitivo, necessária se faz a distribuição do feito a um dos juízes da TNU, para que o colegiado reexamine a matéria".

4.Nos termos do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais federais, somente é cabível para dirimir divergências entre decisões sobre questões de direito material, o que não é o caso da divergência alegada, que gira em torno da extinção sem julgamento de mérito por inexistência de interesse processual, questão eminentemente de direito processual.

5.Como cediço, as regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social e normatizam as relações entre os sujeitos de direito, atribuindo-lhes direitos e obrigações relativas aos diversos bens da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual definem os meios para provocação e exercício da atividade jurisdicional. A matéria versada neste incidente, a saber, o não conhecimento do recurso por violação à regra da dialeticidade, é eminentemente processual, não podendo ser conhecida na estreita via da uniformização, limitada ao direito material.

6.No caso dos autos, questiona-se o não conhecimento de recurso ordinário sob o entendimento de que não atendeu aos requisitos de impugnação à sentença, ferindo-se a regra da dialeticidade, matéria de cunho eminentemente processual.

7.Aplicação da Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

8.Este Colegiado, mesmo após os julgamentos do RESP. 1.108-013/RJ, em 22.06.2009 ("a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante" e "a contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso"); do RESP. 1.199.715/RJ, em 12.04.2011 ("também não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público que integra a mesma Fazenda Pública"); do RESP. 1.113.175/DF, em 07.08.2012 ("o capítulo da sentença que trata dos honorários, ao disciplinar uma relação autônoma, titularizada pelo causídico, é de mérito, embora dependente e acessório, de modo que poderá ser discutido por meio de embargos infringentes se a sentença vier a ser reformada, por maioria de votos, no julgamento da apelação"), tem mantido o entendimento do caráter processual da discussão quanto ao cabimento de honorários advocatícios:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 7 E 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que negou provimento ao recurso do INSS e condenou o recorrente vencido ao pagamento de honorários advocatícios. O acórdão proferido em embargos de declaração negou provimento aos aclaratórios ao fundamento de que: O embargante sustenta, em síntese, que é indevida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios quando a defensoria Pública da União atua contra INSS, pessoa jurídica de direito público que também está vinculada à União. Conheço dos embargos porque tempestivos. No mérito, porém, nego-lhes provimento. Esta Turma Recursal, ao julgar os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO CÍVEL Nº 5027932-89.2011.404.7000, Rel. Juiz Federal Nicolau Konkel Junior, em 13/11/2013, já decidiu no seguinte sentido: De acordo com a súmula 421, do STJ, 'os honorários advocatícios não são devidos à defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público à qual pertença'. No presente caso, contudo, a defensoria Pública da União prestou assistência jurídica à parte autora em face do INSS, pessoas jurídicas distintas, de modo que não há que se falar na ocorrência de confusão entre credor e devedor. Destaque-se, ainda, a existência de autonomia orçamentária das autarquias federais em relação à União, nos termos do disposto no art. 165, § 5º da Constituição Federal. Assim, deve ser mantida a condenação quanto ao pagamento dos honorários advocatícios.

2. Em seu incidente, o INSS alega que a decisão da origem contraria a jurisprudência consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 421 e REsp 1.199.715) no sentido de que os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

3. Pedido de uniformização admitido na origem.

4. A questão dos honorários advocatícios destinados à Defensoria Pública da União já foi objeto de análise por esta Turma na ocasião do julgamento do Pedilef 5026546-24.2011.4.04.7000 (Relator Juiz Federal Paulo Ernane, j. 11/02/2015), conforme ementa que segue:

'INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELO INSS. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional interposto pelo INSS em face de Acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que condenou a autarquia ao pagamento de honorários advocatícios à parte vencedora, patrocinada pela Defensoria Pública da União. 2. Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da interpretação firmada por jurisprudência dominante do STJ, uma vez que esta preleciona não serem devidos os honorários advocatícios à Defensoria Pública da União quando atua contra pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante. Para demonstrar a alegada divergência colacionou acórdãos do STJ, bem como ressaltou o enunciado sumular nº421 de indigitada Corte. 3. Incidente foi admitido na origem, sem fundamentação específica. 4. O incidente de uniformização, todavia, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. In casu a questão controversa gravita em torno da possibilidade, ou não, de condenação do INSS ao pagamento de honorários advocatícios para a Defensoria Pública da União, fato conducente à aplicação da Súmula nº 7 da TNU, qual seja: 'Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual'.

7. Nesse sentido, também trago recente ementa desta Corte Uniformizadora, publicada em 24/10/2014, de relatoria da d. Juíza Federal Kyu Soon Lee, no PEDILEF nº05014264520114058013: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DA TNU. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. POSSIBILIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. [...] 8. Diante do exposto, não conheço do incidente de uniformização.'

5. Assim, voto pela reafirmação do entendimento proclamado no julgamento referido e deixo de conhecer do pedido de uniformização com amparo nas Súmulas 7 e 43, desta TNU."

(PEDILEF 50009775020134047000, rel. (p/acórdão) Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 11.03.2015).

9. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

De João Pessoa para Brasília/DF, 14 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0508812-36.2014.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):VILMA GUEDES SOUZA
PROC./ADV.:DENNIS NUNES
OAB:PE-28 760
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência proposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal do Estado de Pernambuco que, reformando a sentença, deferiu pedido revisional de benefício previdenciário, condenando o INSS à revisão do salário-de-benefício nos termos do inciso II do art. 29 da Lei nº 8.213/91.

2.O INSS suscitou divergência em face de julgado que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu: a) haver falta de interesse de agir em razão de acordo celebrado em ação coletiva, a prejudicar o direito à propositura de ação individual; b) não houve a interrupção da prescrição pelo Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010 e, subsidiariamente, a prescrição interrompe-se apenas uma vez, recomeçando a correr pela metade do prazo original.

3.O incidente não comporta conhecimento. Explico.

4.Nos termos do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais federais, somente é cabível para dirimir divergências entre decisões sobre questões de direito material, o que não é o caso da divergência alegada.

5.Como cediço, as regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social e normatizam as relações entre os sujeitos de direito, atribuindo-lhes direitos e obrigações relativas aos diversos bens da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual definem os meios para provocação e exercício da atividade jurisdicional. A matéria versada neste incidente é eminentemente processual, não podendo ser conhecida na estreita via da uniformização, limitada ao direito material.

6.Isto porque, no caso dos autos, questiona-se a subsistência do interesse processual do segurado à propositura de ação revisional de benefício previdenciário quando a revisão é objeto de acordo celebrado em ação coletiva na qual o segurado é substituído processual, matéria, portanto, de cunho eminentemente processual.

7.Acresço que, não obstante em casos específicos e singulares a TNU tenha tratado de matéria de cunho processual, em face do reflexo sobre o direito material e, em última análise, ao direito constitucional do acesso à Justiça (PEDILEF nº00514108220074013300, rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Carrá, j. 08/10/2014), observo que tal excepcionalidade não socorre a parte-requerente, posto que, na hipótese, a manutenção do acórdão recorrido não impede o acesso ao Poder Judiciário.

8.Aplicação da Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

9.Ad argumentandum, caso se afastasse a natureza processual da discussão como óbice ao conhecimento do incidente, tem-se que a matéria específica quanto aos eventuais efeitos sobre o interesse processual da parte-autora em razão de acordo em ação coletiva não foi discutida apreciada pela Turma Recursal de origem, incidindo sobre o tema a Questão de Ordem nº 35/TNU: "O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado".

10.Relativamente ao tema referente à repercussão sobre a prescrição do reconhecimento administrativo advindo do Memorando-Circular Conjunto nº. 21/DIRBEN/PFEINSS, este Colegiado já pacificou a matéria, no sentido de afastar a contagem pela metade do prazo prescrição quinquenal, contado do ato administrativo:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RMI. ART. 29, II, DA LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DA PRESCRIÇÃO NA DATA DA EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS, EM 15.04.2010. PRECEDENTES DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. O INSS recorre de acórdão unânime da 3a Turma Recursal/RS confirmatório de sentença de 1o. Grau que julgou parcialmente procedente ação previdenciária movida pelo Autor para condenar o INSS a pagar-lhe o valor correspondente às diferenças vencidas, relativas ao período de 23/07/03 a 16/04/07, decorrentes da utilização dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, de acordo com o art. 29, II, da Lei nº 8.213/91.
1.2. Ratificou aquele Colegiado a tese de que o Memorando-Circular Conjunto nº. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, constitui marco interruptivo do prazo prescricional para a revisão dos benefícios com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91. Divergência comprovada, subiram os autos a esta egr. Turma Nacional.
2. Sustenta o INSS que a decisão da 3a. Turma Recursal do Rio Grande do Sul diverge de decisões proferidas pela 2ª. e pela 5ª. Turmas Recursais de São Paulo, acerca do fundamento principal do recurso, vem a ser, que a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, não acarretou a interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício previdenciário pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91.
3. O Incidente sub judice não merece provimento. Esta Turma Nacional consolidou o entendimento segundo o qual o dies a quo da prescrição do direito à revisão da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, é a publicação do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010. Até cinco anos após a publicação desse instrumento normativo, é possível requerer a revisão da RMI, administrativa ou judicialmente, retroagindo os efeitos financeiros daí resultantes à data da concessão do benefício. (Confira-se: PEDILEF 5001752-48.2012.4.04.721. Rel. JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, julgado em 13.03.2014).
4. Segundo a Juíza Federal Kyu Soon Lee, '... uniformizou-se a tese de que tal ato administrativo, o qual reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade, como pretende o recorrente. Por conseguinte, para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, como é o caso dos autos, firmou-se entendimento de que não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando'.
5. Indo-se aos presentes autos, tem-se que a ação foi ajuizada em 02.01.2013. O Acórdão recorrido, portanto, está em sintonia com a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização.
6. Pedido de Uniformização de jurisprudência conhecido e improvido".
(PEDILEF 50000472320134047100, rel. Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, j. 07.05.2014)
11.Portanto, no ponto, o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento adotado pela TNU.
12.ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 14 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002801-95.2014.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ARTUR ROBERTO DE OLIVEIRA GIBBON
PROC./ADV.:RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO
OAB:RS-84273
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência proposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, considerou como marco inicial para cômputo de diferenças relativas à progressão funcional à data de implemento dos requisitos à progressão, independentemente de o requerimento administrativo ter-se dato extemporaneamente.
2.A FURG sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), firmou(aram) a tese de que os efeitos financeiros de vantagem devida a servidor público contam-se da data do requerimento administrativo.
3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
4.O presente incidente não comporta seguimento. Explico.
5.A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 50036778420134047101 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), julgado na Sessão de 18 de junho de 2015, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do relator, do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos. Consigno, em acréscimo, que o precedente da TNU tratou de caso idêntico aos dos presentes autos, inclusive, no que se refere aos mesmos paradigmas apresentados pela FURG (RESP 1041615 e AGRESP 599756, ambos do STJ, 5ª e 6ª Turmas, respectivamente):
"PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). PROGRESSÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS A CONTAR DO MOMENTO EM QUE IMPLEMENTADOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A PROGRESSÃO. ENTENDIMENTO DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que se mostra correta a sentença ao reconhecer o direito da parte autora à percepção dos efeitos financeiros decorrentes da progressão funcional desde o momento da aquisição do direito.
O autor, professor universitário, ingressou com ação objetivando o pagamento das diferenças de vencimentos resultantes da progressão funcional, por avaliação de desempenho acadêmico, para o Nível II da Classe de Professor Associado. Como o reconhecimento do direito deu-se a contar de 01/05/2008, e os efeitos financeiros somente ocorreram, na esfera administrativa, a partir de 08/01/2009, a parte autora intenta, no presente feito, o recebimento dos valores atinentes ao período de 01/05/2008 a 08/01/0009. Tanto a sentença quanto o acórdão deram guarida à pretensão do demandante. Por isso a FURG veicula o presente pleito de uniformização. Sustenta, em síntese, que os efeitos financeiros devem se dar a partir do requerimento administrativo, e não do surgimento do direito. Aponta a Universidade, como paradigmas, julgados do C. STJ (AGRESP n.º 599.756 e RESP n.º 1.041.615).
2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o pedido de uniformização.
(...)
5. A FURG reconheceu administrativamente o direito do autor à progressão funcional a partir de 01/05/2008. Todavia, fundamentando sua postura em normas internas, a Universidade considera que os efeitos financeiros somente deram-se a contar de 08/01/2009. Ora, sendo a progressão um direito subjetivo surgido anteriormente ao ato administrativo que o declarou, é devido o recebimento das diferenças desde o momento em que implementados os requisitos necessários para a progressão (TRF4, AC 5005949-34.2011.404.7000, Quarta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 30/04/2015):
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS. MOMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS CINCO ANOS ININTERRUPTOS DE EXERCÍCIO NA CLASSE. - No momento em que o servidor completou os cinco anos de exercício na classe com avaliação de desempenho satisfatório, implementou as condições exigidas para a progressão funcional, assegurado o direito à progressão funcional, com efeitos financeiros operados neste marco temporal e não em marco temporal futuro, conforme o artigo 7º do Decreto 7.014, de 23-1-2009, que revogou o Decreto 2.565/98. - Reformada a sentença e julgado procedente o pedido inicial, devem ser invertidos os ônus sucumbenciais. Conforme o entendimento desta Turma, a respectiva verba honorária deve ser arbitrada em 10% sobre o valor da condenação, acrescida do ressarcimento das custas processuais, se eventualmente dispendidas. (TRF4, AC 5002015-10.2012.404.7008, Quarta Turma, Relator p/ Acórdão Luís Alberto D'azevedo Aurvalle, juntado aos autos em 14/04/2015) (grifei)
(...)
Da mesma forma vem entendendo esta Turma Nacional de Uniformização, conferindo aos agentes da Polícia Federal o direito à retroação dos efeitos financeiros da progressão funcional ao momento em que implementados os requisitos para tanto:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DIREITO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. CARREIRA DA POLÍCIA FEDERAL. EFEITOS FINANCEIROS DESDE O IMPLEMENTO DAS CONDIÇÕES. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO / IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PRECEDENTE DA TNU. REPRESENTATIVO. PEDILEF 05019994820094058500. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Ação proposta em face da União Federal objetivando o reconhecimento ao direito de perceber diferenças remuneratórias decorrentes de progressão funcional desde o implemento das condições legais. 2. Sentença de procedência condenando a União a pagar ao autor as diferenças remuneratórias dos cargos de Escrivão de Polícia Federal de 2ª Classe e Escrivão de Polícia Federal de 1ª Classe entre 07/01/2005 e 28/02/2005. Segue transcrição de um trecho da sentença: 'Analisando os documentos anexados ao feito, observo que o autor completou o tempo de cinco anos de efetivo exercício na Polícia Federal e com desempenho satisfatório nas avaliações em 07/01/2005 (vide documentos OUT5 e OUT15 do evento n. 01). Entretanto, os efeitos financeiros ocorreram somente a partir de março de 2005 (documento CHEQ20 do evento n. 01), causando prejuízo a ele. Assim, tem direito às diferenças remuneratórias desde o implemento das condições mencionadas até o efetivo início do pagamento na via administrativa'.
3. Sentença reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, provendo o recurso da Ré. Em síntese, concluiu a Turma Julgadora que a União, em seu Poder Discricionário, pode estabelecer regras para a implementação daprogressão funcional.
4. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001.
5. Recurso conhecido e provido. 6. No cotejo analítico entre o acórdão vergastado e o paradigma, qual seja, acórdão da Turma Recursal da Bahia, vislumbro similitude fático-jurídica.
7. Os requisitos para a promoção na carreira da polícia federal, exigidos na época da implementação das condições são: avaliação de desempenho satisfatória e cinco anos ininterruptos de efetivo exercício na classe em que estiver posicionado (Decreto 2.565/1998).
8. Os efeitos financeiros da progressão funcional na carreira da Polícia Federal devem retroagir ao momento em que os requisitos legais foram implementados, quais sejam, efetivo exercício no cargo pelo período de 05 anos ininterruptos e avaliação desempenho satisfatória. (Precedente da Turma Nacional de Uniformização. Representativo n.º 184 - PEDILEF 05019994820094058500).
9. Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e provido para anular o acórdão restabelecer a sentença de 1ª instância. 10. Condenação da União Federal em honorários advocatícios fixados em 10 % (dez) por cento do valor das parcelas devidas desde a data implementação, descontadas os valores já pagos administrativamente. (PEDILEF 200971520054862, Rela. Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, DOU 15/03/2013) (grifei)
PROGRESSÃO FUNCIONAL. CARREIRA POLICIAL FEDERAL. REQUISITOS FIXADOS POR DECRETO. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS À DATA EM QUE COMPLETADO O QÜINQÜÊNIO DE EXERCÍCIO DO CARGO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 1. A lei não estipulou os requisitos para a progressão funcional, delegando expressamente ao Poder Executivo plena competência para regulamentar a matéria. O Decreto nº 2.565/98 não ofende o princípio da legalidade, porque não contraria em nenhum ponto a lei regulamentada nem regulamentou matéria sob reserva legal. 2. O regulamento não é totalmente livre para estipular os requisitos e condições da progressão funcional. Hão de ser respeitados direitos e garantias constitucionais, hierarquicamente superiores. O art. 5º do Decreto nº 2.565/98, ao impor uma data única para início dos efeitos financeiros da progressão funcional, afronta o princípio da isonomia, desde que confere tratamento único a indivíduos que se encontram em situações diferentes. A eficácia da progressão funcional deve ser observada segundo a situação individual de cada servidor. 3. Uniformizado o entendimento de que os efeitos financeiros da progressão funcional na carreira Policial Federal devem retroagir ao momento em que tiverem sido completados os cinco anos ininterruptos de efetivo exercício. 4. Pedido de uniformização improvido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida. (PEDILEF 05019994820094058500, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU 28/10/2011) (grifei)
Por sua vez, o STF vem decidindo que a questão relativa aos efeitos financeiros da progressão funcional tem status infraconstitucional:
DIREITO DO TRABALHO. ANISTIA. EFEITOS FINANCEIROS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. LEI 8.878/94. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO VIABILIZA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. **ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 19.11.2010. O TRIBUNAL A QUO SE LIMITOU AO EXAME DA MATÉRIA À LUZ DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE É FIRME NO SENTIDO DE QUE EVENTUAL OFENSA REFLEXA A NORMA CONSTITUCIONAL NÃO VIABILIZA O TRÂNSITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AS RAZÕES DO AGRAVO REGIMENTAL NÃO SE MOSTRAM APTAS A INFIRMAR OS FUNDAMENTOS QUE LASTREARAM A DECISÃO AGRAVADA, MORMENTE NO QUE SE REFERE AO ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL DO DEBATE. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (ARE 648363 AGR / DF, PRIMEIRA TURMA, RELA. MINA. ROSA WEBER, DJE-185, DIVULG 23/09/2014, PUBLIC 24/09/2014) (GRIFEI) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ANISTIA. EFEITOS FINANCEIROS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. LEI 8.878/94. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO. I - O ACÓRDÃO RECORRIDO DECIDIU A QUESTÃO POSTA NOS AUTOS COM FUNDAMENTO NA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL APLICÁVEL À ESPÉCIE (LEI 8.878/1994). DESSA FORMA, O EXAME DA ALEGADA OFENSA AO TEXTO CONSTITUCIONAL ENVOLVE A REANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO DADA ÀQUELA NORMA PELO JUÍZO A QUO. A AFRONTA À CONSTITUIÇÃO, SE OCORRENTE, SERIA INDIRETA. INCABÍVEL, PORTANTO, O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. II - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. (ARE 656411 AGR / DF, SEGUNDA TURMA, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, DJE-232, DIVULG 06/12/2011, PUBLIC 07/12/2011) (GRIFEI)**
E, por fim, ao contrário do que afirma a FURG, o Superior Tribunal de Justiça não possui posição pacífica acerca do pagamento dos atrasados decorrentes de progressão funcional. Entretanto, a Terceira Seção tem reconhecido o direito do servidor às diferenças relativas à situação configuradora de desvio funcional, com base nos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria:
RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROFESSOR DESVIO DE FUNÇÃO. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. OCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. PRECEDENTES. ARTS 6º E 472 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356/STF. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 458, II, E 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. DIFERENÇAS VENCIMENTAIS DE ACORDO COM O PADRÃO QUE SE ENQUADRARIA O SERVIDOR SE FOSSE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. 1. Nos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

termos do artigo 219, caput e § 1º, do CPC e de acordo com a jurisprudência consolidada desta Corte, exceto nas hipóteses dos incisos II e III do artigo 267 do CPC, a citação válida em processo extinto sem julgamento do mérito importa na interrupção do prazo prescricional, que volta a correr com o trânsito em julgado da sentença de extinção do processo. Precedentes. 2. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal na hipótese de ausência de prequestionamento da questão federal suscitada nas razões do recurso especial. 3. Os artigos 458, II, e 535 do Código de Processo Civil não restam malferidos quando o acórdão recorrido utiliza fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, contradição ou obscuridade. 4. Nos casos de desvio de função, conquanto não tenha o servidor direito à promoção para outra classe da carreira, mas apenas às diferenças vencimentais decorrentes do exercício desviado, tem ele direito aos valores correspondentes aos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria caso efetivamente fosse servidor daquela classe, e não ao padrão inicial, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia e de enriquecimento sem causa do Estado. 5. Recurso especial de Leonilda Silva de Sousa provido e recurso especial do Estado do Amapá conhecido em parte e improvido." (REsp 1.091.539 AP, 3.ª Seção, Rel.ª Min.ª MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 30-03-2009; sem grifos no original) (grifei)

Então, se o STJ entende que devam ser pagos os atrasados desde o momento em que se configurou uma progressão funcional fática numa situação de desvio de função, com mais razão parece adequado reconhecer o direito a diferenças resultantes de uma progressão funcional verdadeira, desde o momento em que efetivamente se perfectibilizasse. Portanto, entendo que o pleito de uniformização veiculado pela Universidade ré não deve ser conhecido, uma vez que vai de encontro à orientação jurisprudencial desta TNU (Questão de Ordem n.º 013). Ademais, os paradigmas invocados pela FURG não se prestam para o conhecimento do incidente (Questão de Ordem n.º 022 desta TNU), porquanto não tratam especificamente acerca do termo inicial do pagamento de diferenças em razão de progressão funcional: versam, isso sim, sobre a revisão de proventos de servidor, o que não é exatamente o objeto deste processo. 5. Em face do exposto, o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) não deve ser conhecido."

6.Assim, em razão do julgado proferido pela TNU, entendo que não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 9º, IX, do RI/TNU ("negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal")

7.ISSO POSTO, nego seguimento ao presente Pedido de Uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

De João Pessoa para Brasília/DF, 24 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003887-38.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):IVANA MARIA NICOLA LOPES
PROC./ADV.:RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO
OAB:RS-84273
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência proposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, considerou como marco inicial para cômputo de diferenças relativas à progressão funcional à data de implemento dos requisitos à progressão, independentemente de o requerimento administrativo ter-se dato extemporaneamente.

2.A FURG sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), firmou(aram) a tese de que os efeitos financeiros de vantagem devida a servidor público contam-se da data do requerimento administrativo.

3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

4.O presente incidente não comporta seguimento. Explico.

5.A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 50036778420134047101 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), julgado na Sessão de 18 de junho de 2015, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do relator, do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos. Consigno, em acréscimo, que o precedente da TNU tratou de caso idêntico aos dos presentes autos, inclusive, no que se refere aos mesmos paradigmas apresentados pela FURG (RESP 1041615 e AGRESP 599756, ambos do STJ, 5ª e 6ª Turmas, respectivamente):

"PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). PROGRESSÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS A CONTAR DO MOMENTO EM QUE IMPLEMENTADOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A PROGRESSÃO. ENTENDIMENTO DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que se mostra correta a sentença ao reconhecer o direito da parte autora à percepção dos efeitos financeiros decorrentes da progressão funcional desde o momento da aquisição do direito.

O autor, professor universitário, ingressou com ação objetivando o pagamento das diferenças de vencimentos resultantes da progressão funcional, por avaliação de desempenho acadêmico, para o Nível II da Classe de Professor Associado. Como o reconhecimento do direito deu-se a contar de 01/05/2008, e os efeitos financeiros somente ocorreram, na esfera administrativa, a partir de 08/01/2009, a parte autora intenta, no presente feito, o recebimento dos valores atinentes ao período de 01/05/2008 a 08/01/0009. Tanto a sentença quanto o acórdão deram guarida à pretensão do demandante. Por isso a FURG veicula o presente pleito de uniformização. Sustenta, em síntese, que os efeitos financeiros devem se dar a partir do requerimento administrativo, e não do surgimento do direito. Aponta a Universidade, como paradigmas, julgados do C. STJ (AGRESP n.º 599.756 e RESP n.º 1.041.615).

2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o pedido de uniformização.

(...)

5. A FURG reconheceu administrativamente o direito do autor à progressão funcional a partir de 01/05/2008. Todavia, fundamentando sua postura em normas internas, a Universidade considera que os efeitos financeiros somente deram-se a contar de 08/01/2009. Ora, sendo a progressão um direito subjetivo surgido anteriormente ao ato administrativo que o declarou, é devido o recebimento das diferenças desde o momento em que implementados os requisitos necessários para a progressão (TRF4, AC 5005949-34.2011.404.7000, Quarta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 30/04/2015):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS. MOMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS CINCO ANOS ININTERRUPTOS DE EXERCÍCIO NA CLASSE. - No momento em que o servidor completou os cinco anos de exercício na classe com avaliação de desempenho satisfatório, implementou as condições exigidas para a progressão funcional, assegurado o direito à progressão funcional, com efeitos financeiros operados neste marco temporal e não em marco temporal futuro, conforme o artigo 7º do Decreto 7.014, de 23-1-2009, que revogou o Decreto 2.565/98. - Reformada a sentença e julgado procedente o pedido inicial, devem ser invertidos os ônus sucumbenciais. Conforme o entendimento desta Turma, a respectiva verba honorária deve ser arbitrada em 10% sobre o valor da condenação, acrescida do ressarcimento das custas processuais, se eventualmente dispendidas. (TRF4, AC 5002015-10.2012.404.7008, Quarta Turma, Relator p/ Acórdão Luís Alberto D'azevedo Aurvalle, juntado aos autos em 14/04/2015) (grifei)

(...)

Da mesma forma vem entendendo esta Turma Nacional de Uniformização, conferindo aos agentes da Polícia Federal o direito à retroação dos efeitos financeiros da progressão funcional ao momento em que implementados os requisitos para tanto:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DIREITO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. CARREIRA DA POLÍCIA FEDERAL. EFEITOS FINANCEIROS DESDE O IMPLEMENTO DAS CONDIÇÕES. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO / IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PRECEDENTE DA TNU. REPRESENTATIVO. PEDILEF 05019994820094058500. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Ação proposta em face da União Federal objetivando o reconhecimento ao direito de perceber diferenças remuneratórias decorrentes de progressão funcional desde o implemento das condições legais. 2. Sentença de procedência condenando a União a pagar ao autor as diferenças remuneratórias dos cargos de Escrivão de Polícia Federal de 2ª Classe e Escrivão de Polícia Federal de 1ª Classe entre 07/01/2005 e 28/02/2005. Segue transcrição de um trecho da sentença: 'Analisando os documentos anexados ao feito, observo que o autor completou o tempo de cinco anos de efetivo exercício na Polícia Federal e com desempenho satisfatório nas avaliações em 07/01/2005 (vide documentos OUT5 e OUT15 do evento n. 01). Entretanto, os efeitos financeiros ocorreram somente a partir de março de 2005 (documento CHEQ20 do evento n. 01), causando prejuízo a ele. Assim, tem direito às diferenças remuneratórias desde o implemento das condições mencionadas até o efetivo início do pagamento na via administrativa'.

3. Sentença reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, provendo o recurso da Ré. Em síntese, concluiu a Turma Julgadora que a União, em seu Poder Discricionário, pode estabelecer regras para a implementação daprogressão funcional.

4. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001.

5. Recurso conhecido e provido. 6. No cotejo analítico entre o acórdão vergastado e o paradigma, qual seja, acórdão da Turma Recursal da Bahia, vislumbro similitude fático-jurídica.

7. Os requisitos para a promoção na carreira da polícia federal, exigidos na época da implementação das condições são: avaliação de desempenho satisfatória e cinco anos ininterruptos de efetivo exercício na classe em que estiver posicionado (Decreto 2.565/1998).

8. Os efeitos financeiros da progressão funcional na carreira da Polícia Federal devem retroagir ao momento em que os requisitos legais foram implementados, quais sejam, efetivo exercício no cargo pelo período de 05 anos ininterruptos e avaliação desempenho satisfatória. (Precedente da Turma Nacional de Uniformização. Representativo n.º 184 - PEDILEF 05019994820094058500).

9. Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e provido para anular o acórdão restabelecer a sentença de 1ª instância. 10. Condenação da União Federal em honorários advocatícios fixados em 10 % (dez) por cento do valor das parcelas devidas desde a data implementação, descontadas os valores já pagos administrativamente. (PEDILEF 200971520054862, Rela. Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, DOU 15/03/2013) (grifei)

PROGRESSÃO FUNCIONAL. CARREIRA POLICIAL FEDERAL. REQUISITOS FIXADOS POR DECRETO. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS À DATA EM QUE COMPLETADO O QÜINQÜÊNIO DE EXERCÍCIO DO CARGO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 1. A lei não estipulou os requisitos para a progressão funcional, delegando expressamente ao Poder Executivo plena competência para regulamentar a matéria. O Decreto nº 2.565/98 não ofende o princípio da legalidade, porque não contraria em nenhum ponto a lei regulamentada nem regulamentou matéria sob reserva legal. 2. O regulamento não é totalmente livre para estipular os requisitos e condições da progressão funcional. Hão de ser respeitados direitos e garantias constitucionais, hierarquicamente superiores. O art. 5º do Decreto nº 2.565/98, ao impor uma data única para início dos efeitos financeiros da progressão funcional, afronta o princípio da isonomia, desde que confere tratamento único a indivíduos que se encontram em situações diferentes. A eficácia da progressão funcional deve ser observada segundo a situação individual de cada servidor. 3. Uniformizado o entendimento de que os efeitos financeiros da progressão funcional na carreira Policial Federal devem retroagir ao momento em que tiverem sido completados os cinco anos ininterruptos de efetivo exercício. 4. Pedido de uniformização improvido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida. (PEDILEF 05019994820094058500, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU 28/10/2011) (grifei)

Por sua vez, o STF vem decidindo que a questão relativa aos efeitos financeiros da progressão funcional tem status infraconstitucional:

DIREITO DO TRABALHO. ANISTIA. EFEITOS FINANCEIROS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. LEI 8.878/94. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO VIABILIZA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. **ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 19.11.2010. O TRIBUNAL A QUO SE LIMITOU AO EXAME DA MATÉRIA À LUZ DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE É FIRME NO SENTIDO DE QUE EVENTUAL OFENSA REFLEXA A NORMA CONSTITUCIONAL NÃO VIABILIZA O TRÂNSITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AS RAZÕES DO AGRAVO REGIMENTAL NÃO SE MOSTRAM APTAS A INFIRMAR OS FUNDAMENTOS QUE LASTREARAM A DECISÃO AGRAVADA, MORMENTE NO QUE SE REFERE AO ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL DO DEBATE. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (ARE 648363 AGR / DF, PRIMEIRA TURMA, RELA. MINA. ROSA WEBER, DJE-185, DIVULG 23/09/2014, PUBLIC 24/09/2014) (GRIFEI) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ANISTIA. EFEITOS FINANCEIROS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. LEI 8.878/94. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO. I - O ACÓRDÃO RECORRIDO DECIDIU A QUESTÃO POSTA NOS AUTOS COM FUNDAMENTO NA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL APLICÁVEL À ESPÉCIE (LEI 8.878/1994). DESSA FORMA, O EXAME DA ALEGADA OFENSA AO TEXTO CONSTITUCIONAL ENVOLVE A REANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO DADA ÀQUELA NORMA PELO JUÍZO A QUO. A AFRONTA À CONSTITUIÇÃO, SE OCORRENTE, SERIA INDIRETA. INCABÍVEL, PORTANTO, O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. II - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. (ARE 656411 AGR / DF, SEGUNDA TURMA, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, DJE-232, DIVULG 06/12/2011, PUBLIC 07/12/2011) (GRIFEI)**

E, por fim, ao contrário do que afirma a FURG, o Superior Tribunal de Justiça não possui posição pacífica acerca do pagamento dos atrasados decorrentes de progressão funcional. Entretanto, a Terceira Seção tem reconhecido o direito do servidor às diferenças relativas à situação configuradora de desvio funcional, com base nos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria:

RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROFESSOR DESVIO DE FUNÇÃO. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. OCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. PRECEDENTES. ARTS 6º E 472 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356/STF. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 458, II, E 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. DIFERENÇAS VENCIMENTAIS DE ACORDO COM O PADRÃO QUE SE ENQUADRARIA O SERVIDOR SE FOSSE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. 1. Nos termos do artigo 219, caput e § 1º, do CPC e de acordo com a jurisprudência consolidada desta Corte, exceto nas hipóteses dos incisos II e III do artigo 267 do CPC, a citação válida em processo extinto sem julgamento do mérito importa na interrupção do prazo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

prescricional, que volta a correr com o trânsito em julgado da sentença de extinção do processo. Precedentes. 2. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal na hipótese de ausência de prequestionamento da questão federal suscitada nas razões do recurso especial. 3. Os artigos 458, II, e 535 do Código de Processo Civil não restam malferidos quando o acórdão recorrido utiliza fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, contradição ou obscuridade. 4. Nos casos de desvio de função, conquanto não tenha o servidor direito à promoção para outra classe da carreira, mas apenas às diferenças vencimentais decorrentes do exercício desviado, tem ele direito aos valores correspondentes aos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria caso efetivamente fosse servidor daquela classe, e não ao padrão inicial, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia e de enriquecimento sem causa do Estado. 5. Recurso especial de Leonilda Silva de Sousa provido e recurso especial do Estado do Amapá conhecido em parte e improvido." (REsp 1.091.539 AP, 3.ª Seção, Rel.ª Min.ª MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 30-03-2009; sem grifos no original) (grifei)

Então, se o STJ entende que devam ser pagos os atrasados desde o momento em que se configurou uma progressão funcional fática numa situação de desvio de função, com mais razão parece adequado reconhecer o direito a diferenças resultantes de uma progressão funcional verdadeira, desde o momento em que efetivamente se perfectibilizasse. Portanto, entendo que o pleito de uniformização veiculado pela Universidade ré não deve ser conhecido, uma vez que vai de encontro à orientação jurisprudencial desta TNU (Questão de Ordem n.º 013). Ademais, os paradigmas invocados pela FURG não se prestam para o conhecimento do incidente (Questão de Ordem n.º 022 desta TNU), porquanto não tratam especificamente acerca do termo inicial do pagamento de diferenças em razão de progressão funcional: versam, isso sim, sobre a revisão de proventos de servidor, o que não é exatamente o objeto deste processo. 5. Em face do exposto, o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) não deve ser conhecido."

6.Assim, em razão do julgado proferido pela TNU, entendo que não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 9º, IX, do RI/TNU ("negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal")

7.ISSO POSTO, nego seguimento ao presente Pedido de Uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

De João Pessoa para Brasília/DF, 14 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500440-83.2014.4.05.8402
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ALBERTO JORGE VALE LINHARES
PROC./ADV.:ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
OAB:PB-17228
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência proposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, considerou como marco inicial para contagem dos interstícios das progressões/promoções funcionais de demandante a data de seu ingresso na Polícia Rodoviária Federal, ao fundamento de que o Decreto n. 84.669/80 conferiu tratamento único a servidores que se encontram em diferentes situações, violando o princípio da isonomia.

2.A União sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), firmou(aram) a tese de que os atos de regência das progressões e das promoções funcionais de agentes da polícia rodoviária federal devem se sobrepor às condições individuais de cada servidor.

3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

4.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.

5.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/interstício para progressão funcional por desempenho) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que o início da contagem do interstício dá-se do aniversário da posse do servidor; ao passo que no paradigma (Processo nº 0043769-83.2011.4.01.3500, TR/GO, rel. Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, j. 20.03.2014) entendeu-se, contrariamente, que o início da contagem do interstício observará os meses previstos no Decreto nº 84.669/1990 (janeiro e julho).

6.Porém, não obstante a similitude fático-jurídico entre as teses divergentes adotadas pelo caso recorrido e pelo paradigma, entendo que o presente incidente não comporta seguimento. Explico.

7.A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 0501475-81.2014.4.05.8401 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), julgado na Sessão de 19 de agosto de 2015, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do relator, do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos:

"A estipulação de uma data anual única para a implementação dos efeitos financeiros da promoção e/ou da progressão funcional afronta o princípio da isonomia, uma vez que equipara servidores que possuem diferentes tempos de serviço.

Ora, esta TNU já decidiu, com relação ao dies ad quem, que aos agentes da polícia federal assegura-se o direito à retroação dos efeitos financeiros da progressão funcional ao momento em que efetivamente implementados os requisitos para tanto.

Em outras palavras, o que importa, para a progressão funcional, no meu sentir, é o momento em que o servidor efetivamente ingressou no órgão respectivo e o instante em que implementou os requisitos para a promoção.

A lei até pode prever termos específicos para a efetivação financeira dos efeitos das progressões, mas esses momentos não podem se distanciar muito da realidade, não devendo, portanto, afastar-se demais do dia em que o funcionário público ingressou no órgão e da data em que implementou os pressupostos para a sua progressão"

8.Pacificada a matéria, em razão do julgado proferido pela TNU, não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 9º, IX, do RI/TNU ("negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal")

9.Dessa forma, considerando que o acórdão recorrido está escorado em entendimento também adotado pela TNU, aplico ao caso a Questão de Ordem n. 13, deste Órgão, para não conhecer do pedido de uniformização.

10.ISSO POSTO, nego seguimento ao presente Pedido de Uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

De João Pessoa para Brasília/DF, 24 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0505734-25.2014.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ELTON TELLECHEA PAZ DA SILVA
PROC./ADV.:ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
OAB:PB-17228
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência proposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, considerou como marco inicial para contagem dos interstícios das progressões/promoções funcionais de demandante a data de seu ingresso na Polícia Rodoviária Federal, ao fundamento de que o Decreto n. 84.669/80 conferiu tratamento único a servidores que se encontram em diferentes situações, violando o princípio da isonomia.

2.A União sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), firmou(aram) a tese de que os atos de regência das progressões e das promoções funcionais de agentes da polícia rodoviária federal devem se sobrepor às condições individuais de cada servidor.

3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

4.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.

5.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/interstício para progressão funcional por desempenho) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que o início da contagem do interstício dá-se do aniversário da posse do servidor; ao passo que no paradigma (Processo nº 0043769-83.2011.4.01.3500, TR/GO, rel. Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, j. 20.03.2014) entendeu-se, contrariamente, que o início da contagem do interstício observará os meses previstos no Decreto nº 84.669/1990 (janeiro e julho).

6.Porém, não obstante a similitude fático-jurídico entre as teses divergentes adotadas pelo caso recorrido e pelo paradigma, entendo que o presente incidente não comporta seguimento. Explico.

7.A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 0501475-81.2014.4.05.8401 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), julgado na Sessão de 19 de agosto de 2015, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do relator, do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos:

"A estipulação de uma data anual única para a implementação dos efeitos financeiros da promoção e/ou da progressão funcional afronta o princípio da isonomia, uma vez que equipara servidores que possuem diferentes tempos de serviço.

Ora, esta TNU já decidiu, com relação ao dies ad quem, que aos agentes da polícia federal assegura-se o direito à retroação dos efeitos financeiros da progressão funcional ao momento em que efetivamente implementados os requisitos para tanto.

Em outras palavras, o que importa, para a progressão funcional, no meu sentir, é o momento em que o servidor efetivamente ingressou no órgão respectivo e o instante em que implementou os requisitos para a promoção.

A lei até pode prever termos específicos para a efetivação financeira dos efeitos das progressões, mas esses momentos não podem se distanciar muito da realidade, não devendo, portanto, afastar-se demais do dia em que o funcionário público ingressou no órgão e da data em que implementou os pressupostos para a sua progressão"

8.Pacificada a matéria, em razão do julgado proferido pela TNU, não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 9º, IX, do RI/TNU ("negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal")

9.Dessa forma, considerando que o acórdão recorrido está escorado em entendimento também adotado pela TNU, aplico ao caso a Questão de Ordem n. 13, deste Órgão, para não conhecer do pedido de uniformização.

10.ISSO POSTO, nego seguimento ao presente Pedido de Uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

De João Pessoa para Brasília/DF, 24 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0520478-59.2013.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):JOÃO BATISTA DE BARROS JÚNIOR
PROC./ADV.:MARTSUNG F.C.R. ALENCAR
OAB:PB-10927
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência proposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, considerou como marco inicial para contagem dos interstícios das progressões/promoções funcionais de demandante a data de seu ingresso na Polícia Rodoviária Federal, ao fundamento de que o Decreto n. 84.669/80 conferiu tratamento único a servidores que se encontram em diferentes situações, violando o princípio da isonomia.

2.A União sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), firmou(aram) a tese de que os atos de regência das progressões e das promoções funcionais de agentes da polícia rodoviária federal devem se sobrepor às condições individuais de cada servidor.

3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

4.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.

5.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/interstício para progressão funcional por desempenho) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que o início da contagem do interstício dá-se do aniversário da posse do servidor; ao passo que no paradigma (Processo nº 0043769-83.2011.4.01.3500, TR/GO, rel. Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, j. 20.03.2014) entendeu-se, contrariamente, que o início da contagem do interstício observará os meses previstos no Decreto nº 84.669/1990 (janeiro e julho).

6.Porém, não obstante a similitude fático-jurídico entre as teses divergentes adotadas pelo caso recorrido e pelo paradigma, entendo que o presente incidente não comporta seguimento. Explico.

7.A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 0501475-81.2014.4.05.8401 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), julgado na Sessão de 19 de agosto de 2015, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do relator, do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos:

"A estipulação de uma data anual única para a implementação dos efeitos financeiros da promoção e/ou da progressão funcional afronta o princípio da isonomia, uma vez que equipara servidores que possuem diferentes tempos de serviço.

Ora, esta TNU já decidiu, com relação ao dies ad quem, que aos agentes da polícia federal assegura-se o direito à retroação dos efeitos financeiros da progressão funcional ao momento em que efetivamente implementados os requisitos para tanto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em outras palavras, o que importa, para a progressão funcional, no meu sentir, é o momento em que o servidor efetivamente ingressou no órgão respectivo e o instante em que implementou os requisitos para a promoção.
A lei até pode prever termos específicos para a efetivação financeira dos efeitos das progressões, mas esses momentos não podem se distanciar muito da realidade, não devendo, portanto, afastar-se demais do dia em que o funcionário público ingressou no órgão e da data em que implementou os pressupostos para a sua progressão"
8.Pacificada a matéria, em razão do julgado proferido pela TNU, não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 9º, IX, do RI/TNU ("negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal")
9.Dessa forma, considerando que o acórdão recorrido está escorado em entendimento também adotado pela TNU, aplico ao caso a Questão de Ordem n. 13, deste Órgão, para não conhecer do pedido de uniformização.
10.ISSO POSTO, nego seguimento ao presente Pedido de Uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 24 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5000796-71.2013.4.04.7122
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):PAULO ROBERTO NUNES
PROC./ADV.:FERNANDO B. MACHADO
OAB:RS-44578
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, afastou a decadência e prescrição referentes ao direito à revisão de aposentadoria por invalidez.
2.O aresto combatido considerou afastada a ocorrência da decadência prevista no art. 103 da Lei nº 8.213/91, em razão do advento de reconhecimento administrativo do direito operado pelo INSS através do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, o qual também teria operado a interrupção da prescrição quinquenal, garantindo-se, assim, "ao segurado o recebimento das parcelas anteriores a cinco anos da publicação do normativo para pedidos que ingressarem administrativa ou judicialmente em até cinco anos".
3.O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entenderam que:
"a) o prazo decadencial estabelecido no art. 103 da Lei 8213/91 é plenamente aplicável ao caso em tela, uma vez que não pode ser interrompido ou suspenso;
b) não houve a interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade/pensão por morte mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;
c) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;
d) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida".
4.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, admitiu-se o incidente "a fim de que o colegiado se manifeste acerca da alegada decadência", inadmitindo-se expressamente o incidente no que se referiu à interrupção da prescrição, sob o entendimento de que "estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU".
5.Desse modo, entendo que precluiu o direito do INSS ao reexame da admissibilidade do incidente de uniformização quanto à matéria relativa à prescrição quinquenal, ante a conformidade da parte-interessada com o teor da decisão denegatória da admissão.
6.Relativamente à decadência do direito à revisão do benefício, observo que do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.
7.Explico:
8.No acórdão recorrido, a Turma Recursal do Rio Grande do Sul, reformando a sentença, rejeitou alegação de decadência do direito à revisão de benefício previdenciário, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91, sob o seguinte fundamento:
"O artigo 103, caput, da Lei 8213/91, prevê prazo decadencial de dez anos para revisar o ato de concessão do benefício previdenciário.
No entanto, o caso em apreço apresenta peculiaridade a ser considerada. O próprio INSS reconheceu a ilegalidade do Decreto que afastava a aplicação do artigo 29, II, da Lei 8.213/91, determinando, inclusive, a revisão administrativa dos benefícios assim concedidos.
O Decreto nº 6.939, de 18/08/2009, já alterara as disposições anteriores que contrariavam frontalmente as normas legais.
Em 15 de abril de 2010, o Instituto editou o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, pelo qual passou a conceder administrativamente os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez já com a correta observância do artigo 29, II, da Lei nº 8.213/91, reconhecendo o direito do segurado à revisão administrativa dos benefícios em manutenção. Constava no referido Memorando expressamente o reconhecimento da ilegalidade do Decreto revogado.
Assim, independentemente de o segurado ter requerido esta revisão em juízo apenas em período posterior, a verdade é que já havia adquirido o direito a ela, pouco importando quando passou a exercer sua prerrogativa. Interpretação diversa fere frontalmente o direito individual previsto no artigo 5º, XXXVI, da CF, não sendo de se admitir que dispositivo legal impeça o exercício de direito previsto constitucionalmente.
Essa revisão deveria ter sido feita pela administração inclusive de ofício, pois todo ato de concessão de benefício é vinculado à lei e não está sujeito a critérios discricionários da administração. Uma vez reconhecido o erro administrativo, a ilegalidade no seu procedimento, tem a administração a obrigação legal e constitucional de revisar de ofício seus próprios atos. A manutenção eterna da reconhecida ilegalidade administrativa, em benefício prestacional com nítido caráter alimentar, destinado à preservação das condições mínimas existenciais do indivíduo e diretamente vinculado à idéia de dignidade da pessoa humana, não se coaduna com o sistema constitucional pátrio.
Portanto, resta afastada a alegada decadência."
9.Vê-se, portanto, que o afastamento da decadência deu-se sob o argumento de que o reconhecimento administrativo, por força do Decreto nº 6.939/2009 e do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS garantiram o direito á revisão, "não sendo de se admitir que dispositivo legal impeça o exercício de direito previsto constitucionalmente".
10.Nos casos paradigmas (EDcl no REsp. nº 1.309.534/RS e EDcl no REsp. nº 1.304.433/SC, no STJ), apenas se decidiu que o prazo decadencial para a revisão de benefício previdenciário, previsto no art. 103 da Lei 8.213/91, introduzido pela MP 1.523-9/1997, não retroage para atingir o tempo transcorrido antes do seu estabelecimento, passando a contar, para os benefícios concedidos anteriormente, a partir da entrada em vigor do inovação legislativa.
11.Nos paradigmas, nada se diz sobre a circunstância de reconhecimento administrativo afastar a decadência prevista no art. 103 da Lei nº 8.213/91.
12.Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.
13.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência, pela não ocorrência da divergência/similitude fática.
14.Dessa forma, considerando que o acórdão recorrido está escorado nesse entendimento, aplico ao caso a Questão de Ordem n. 22, deste Órgão, para não conhecer do pedido de uniformização.
15.ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 14 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5014180-07.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ANA MARIA FARAON CARDOSO
PROC./ADV.:FÁBIA RAMOS BARLETTE
OAB:RS-31108
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu o direito ao recebimento de diferenças de Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na Advocacia Geral da União (GDAA), no período de julho a dezembro de 2008, sem aplicação do fator de ajuste previsto no art. 2º, § 3º, da Lei nº 10.480/2002.
2.A União sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) que o advento da MP 441/2008 não representou extinção do fator de ajuste (redutor) previsto inicialmente pela Lei nº 10.480/2002.
3.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
4.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e paradigma.
5.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/advento da MP 441/2008) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido entendeu-se que o advento da MP 441/2008 extinguiu o fator de ajuste da pontuação da GDAA, permitindo o pagamento da gratificação integralmente, em caso de desempenho em grau máximo do servidor; o paradigma, ao contrário, entendeu-se em vigor, mesmo após a MP 441/2008, do fator de ajuste previsto no art. 2º, § 3º, da Lei nº 10.480/2002.
6.Porém, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).
7.Sobre a matéria controvertida, observo que a TNU, na sessão de 11 de setembro de 2015, decidiu sobre a matéria, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do Juiz Federal Bruno Carrá (relator para o acórdão), do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos:
"Peço vênia ao Ilustre Relator para o fim de me posicionar no sentido de determinar que com o advento da Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, convertida na Lei nº 11.907/2009, não mais seria aplicável o fator de ajuste, devendo ser paga em sua totalidade a gratificação de acordo com as avaliações individuais e institucionais.
Com efeito, a GDAA foi instituída pela Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.
A portaria nº 705, de 18 de novembro de 2003, que veio a regulamentar a norma, além de prever a forma de cálculo da gratificação de desempenho do servidor, estabeleceu um fator de ajuste - a ser determinado pela administração - aplicável sempre que o limite global de pontuação dos servidores fosse ultrapassado do limite tratado no art. 2º, parágrafo 3º, da Lei nº 10.480, de 2002.
As sucessivas portarias editadas para a regulamentação da referida norma, desde janeiro de 2004, estipularam fatores de ajuste de 0,8, conforme previsto na Portaria nº 105, de 20 de julho de 2004, Portaria nº 172, de 27 de julho de 2005, Portaria nº 20, de 20 de fevereiro de 2006, Portaria nº 144, de 14 de julho de 2006, Portaria nº 188, de 19 de julho de 2007 e, inclusive, na Portaria nº 205, de 31 de julho de 2008.
Desse modo, segundo a referida portaria, os servidores avaliados no período de janeiro a junho de 2008 que obtiveram a totalidade dos pontos na avaliação individual (que na distribuição equivale a 80 pontos), mais os 20 pontos da avaliação institucional, com a aplicação do fator de ajuste 0,8, o total de pontos foi reduzido para 80, com implicações financeiras no cálculo da GDAA no período de julho a dezembro de 2008.
Ocorre que, com a edição da Medida Provisória 441 de 29 de agosto de 2008 - convertida na Lei 11.907 de 02 de fevereiro de 2009 - o art. 2º da Lei 10.480/2002 passou a viger com o seguinte texto:
Art. 2º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, devida, exclusivamente, aos servidores de níveis superior, intermediário e auxiliar pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, não integrantes das carreiras jurídicas da Instituição, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na AGU.
§ 1º A GDAA será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos em ato do Advogado-Geral da União.
§ 2º A GDAA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.
§ 3º A pontuação máxima da GDAA a que se refere o § 2º será assim distribuída:
I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.
(...)
§ 6º Enquanto não for editado o ato a que se refere o § 1o e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, considerando a distribuição de pontos de que trata o § 3o os servidores que fazem jus à GDAA, inclusive os ocupantes de cargos ou funções comissionadas, perceberão a referida gratificação em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, observados o nível, a classe e o padrão do servidor, considerando o valor do ponto constante do Anexo I desta Lei.
(...)
§ 9º Os valores a serem pagos a título de GDAA serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho institucional e individual pelo valor do ponto constante do Anexo I desta Lei de acordo com o respectivo nível, classe e padrão.
(...)
Da análise do referido texto, depreende-se que, em vista da alteração introduzida pela MP 441, o fator de ajuste perdeu o fundamento legal E, em que pese não afrontar dispositivo legal quando formulada, a Portaria AGU nº 205 de 31/07/2008 perdeu o sustentáculo normativo, com a alteração do § 3º, do art. 2º da Lei 10.480/2002.
Segundo a lição hermenêutica, 'onde a lei não restringiu, não cabe ao intérprete fazê-lo'. Ora, como observado, o texto da medida provisória em comento dispôs expressamente que enquanto não fosse editado ato normativo da AGU estabelecendo a forma, os critérios e os procedimentos para atribuição da GDAA, ela deveria ser paga em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, não fazendo menção ao referido fator de ajuste. De sorte que não é possível interpretá-lo de maneira diversa, restringindo onde a o texto normativo não o fez.
Assim, com o advento da Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, convertida na Lei nº 11.907/2009, não mais seria aplicável o fator de ajuste, devendo ser paga em sua totalidade a gratificação de acordo com as avaliações individuais e institucionais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

De sorte que o pagamento das diferenças a título de GDAA correspondente ao período de julho a dezembro de 2008 fosse realizado na totalidade da pontuação obtida nas respectivas avaliações individuais e institucionais, isto é, sem a incidência do fator de ajuste de 0,8 (zero vírgula oito)" (grifo nosso).
8.ISTO POSTO, nego seguimento ao presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 15 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0523194-73.2010.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:ELIETE ATAÍDE BORBA
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB:PE-20418
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PROCESSUAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCAPACIDADE PARCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS. ANÁLISE NO ACÓRDÃO RECORRIDO. TESE EM CONSONÂNCIA COM A TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13. DESCABIMENTO DO RECURSO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
- Não deve ser conhecido o Pedido de Uniformização, com base na questão de ordem nº 13, quando o acórdão recorrido segue os precedentes da TNU, analisando o caso concreto e avaliando se a incapacidade parcial da parte autora, com suas circunstâncias pessoais, dá ou não ensejo à concessão do benefício previdenciário desejado.
VOTO
Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado improcedente o pedido formulado na inicial de restabelecimento de auxílio-doença. Colhe-se do acórdão, na parte que interessa, a seguinte fundamentação:
"(...)
5. Nesse diapasão, ressai a impossibilidade de concessão do benefício perseguido nestes autos, dado que, apesar de incapacitada para a sua profissão, a Autora já se encontra devidamente reabilitada para o exercício de outras atividades compatíveis com a sua limitação.
6. De fato, conforme explicitado no bojo do ato monocrático recorrido:
"[...] Observo que a autora recebeu auxílio-doença de 15/09/2005 a 15/01/2009, ficando, portanto, aproximadamente 04 anos em gozo de benefício.
Neste período, concluiu satisfatoriamente programa de reabilitação profissional, conforme foi declarado pela própria demandante na pericia judicial e confirmado pela parte ré.
A perícia judicial informou que a autora tem incapacidade parcial, mas para sua última função, técnica em enfermagem, encontra-se incapacitada total e definitivamente.
Entretanto, afirmou, ainda, que há capacidade para diversas outras atividades que não exijam a realização de movimentos repetitivos ou exposição ao calor, tal como a função de atendente, para a qual fora reabilitada.
Tenho que no presente caso a autora não possui direito ao restabelecimento do auxílio-doença, pois , embora não possua idade avançada (55 anos), vejo que foi devidamente qualificada para o exercício de outra função, através de participação em programa de reabilitação profissional. Tal programa tem o objetivo de treinar aquele que se encontra incapaz de exercer seu labor habitual para uma função compatível com suas limitações. Ressalto que, estar habilitado não significa estar empregado, pois a questão da disponibilidade de vagas de emprego refoge ao âmbito da Previdência. (...)."
Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência desta TNU (PEDILEF 200771950278554 e 00053187020084036302), in verbis:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. INCAPACIDADE PARCIAL RECONHECIDA PELA PERÍCIA JUDICIAL. SENTENÇA E **ACÓRDÃO QUE NÃO ANALISAM AS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA PARTE AUTORA. SENTENÇA E ACÓRDÃO ANULADOS DE OFÍCIO.**
1. Acórdão confirmou a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a concessão de auxílio-doença à parte autora, sob o fundamento de que o laudo pericial atestou a possibilidade de desempenho de outras atividades por parte do segurado.
2. Ausência de análise das condições pessoais do segurado, a fim de constatar se a incapacidade parcial reconhecida em perícia, impede de forma total o retorno do segurado ao mercado do trabalho.
3. Esta Turma de Uniformização já firmou entendimento no sentido de que, reconhecida a incapacidade parcial, devem ser analisadas os aspectos pessoais da parte autora, para se aferir a extensão de sua incapacidade laborativa.
4. Sentença e Acórdão que se anula de ofício, com o retorno dos autos à origem, para que se proceda a novo julgamento. (PEDILEF 200771950278554, JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, TNU, DOU 09/12/2011.)
VOTO / EMENTA - AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. INCAPACIDADE NÃO PRECISA SER TOTAL.
1. A sentença admitiu que o autor apresenta incapacidade parcial e permanente para a execução de atividades laborativas que exijam esforços físicos. Todavia, tendo em conta a possibilidade de exercício de várias outras atividades, considerou-o apto para trabalhar. Pressupôs que o auxílio-doença só pode ser concedido se houver incapacidade total para o trabalho. A Turma Recursal manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2. Por outro lado, o acórdão paradigma da TNU considerou que "a concessão do auxílio-doença requer a incapacidade para o exercício da atividade habitual do autor e não para qualquer atividade".
3. Está configurada a divergência jurisprudencial em torno da possibilidade de concessão de auxílio-doença na hipótese em que o segurado se encontra incapacitado apenas para algumas atividades.
4. O segurado acometido de incapacidade parcial definitiva para sua atividade habitual tem direito a receber auxílio-doença até ser reabilitado para o exercício de outra atividade compatível com a limitação funcional, consoante dispõe o art. 62 da Lei nº 8.213/91. Assim, a perspectiva de reabilitação profissional bem-sucedida não isenta o INSS de manter o auxílio-doença até que o processo de reabilitação profissional seja concluído.
5. A Turma Recursal não analisou se a atividade habitual do requerente demanda esforço físico. Se a atividade habitual depender de esforço físico, o requerente deverá ter reconhecido o direito a auxílio-doença até ser reabilitado para outra profissão, ou a aposentadoria por invalidez caso a reabilitação profissional seja inviável. Se a atividade habitual não exigir esforço físico, o requerente não terá direito a nenhum benefício por incapacidade.
6. Pedido parcialmente provido para: (a) uniformizar o entendimento de que a concessão do auxílio-doença não requer incapacidade total, mas apenas incapacidade para o exercício da atividade habitual do segurado; (b) determinar que a Turma Recursal de origem proceda à adequação do acórdão recorrido à tese jurídica uniformizada. (PEDILEF 00053187020084036302, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 06/07/2012.)
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.
Pois bem. De uma leitura dos paradigmas apresentados é possível observar que a decisão recorrida está em conformidade com o posicionamento adotado pela TNU.
Vejamos, em primeiro lugar, o PEDILEF 200771950278554 e o PEDILEF 00053187020084036302. Em ambos fica claro que esta TNU firmou entendimento no sentido de que, reconhecida a incapacidade parcial, devem ser analisadas os aspectos pessoais da parte autora, para se aferir a extensão de sua incapacidade laborativa. Todavia, foi exatamente isso que fez o acórdão recorrido. Com efeito, analisou diversos aspectos pessoais da parte autora, dentre eles, repita-se, os seguintes: que ela já ficou 04 anos em gozo do benefício, que está capaz para diversas funções compatíveis com seu problema, por não exigirem movimentos repetitivos ou exposição ao calor, tratando ainda da idade dela. Ou seja, certo ou errado, isso não pode mais ser avaliado neste grau, as circunstâncias peculiares da causa foram devidamente examinadas.
Quanto ao PEDILEF 00053187020084036302, assentou a TNU que o auxílio doença deve ser concedido até que a parte autora seja reabilitada para outra atividade. E foi exatamente isso o que disse o acórdão recorrido, precisamos repetir. Deveras, nele ficou evidente que a parte autora concluiu satisfatoriamente programa de reabilitação profissional, estando reabilitado ao exercício de outras profissões compatíveis com seu problema.
Assim, em virtude do que dispõe a Questão de Ordem 13 da TNU, mostra-se impossível o conhecimento do recurso.
Em face às razões elencadas, NÃO CONHEÇO o Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
É como voto.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.
Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, NÃO CONHECER DO RECURSO, nos termos do voto supra. Vencido o Dr. Daniel Machado da Rocha, que lhe conhecia e dava provimento.
Brasília, data do julgamento.

JORGE ANDRÉ DE CARVALHO MENDONÇA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5031700-14.2011.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:MARLENE HELENA ROCHA DA SILVA
PROC./ADV.:PATRICIA ROSA DA FONTOURA
OAB:RS-74 310
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. CÔNJUGE. CANCELAMENTO DECORRENTE DE NOVO CASAMENTO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA VIÚVA APÓS AS NOVAS NÚPCIAS NÃO REALIZADA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO DE ORDEM N. 20/TNU. PEDIDO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Cuida-se de ação previdenciária em que a parte autora postula o restabelecimento de benefício de pensão por morte (NB 21/015627-0 - DIB 15/12/1963), cancelado pelo INSS após constatação de que a autora contraiu novo matrimônio, em 14/01/1983.
2. A sentença julgou improcedente o pedido ao fundamento de que a pensão rege-se pela legislação vigente à época do óbito de seu instituidor, existindo previsão legal na legislação anterior que autorizava a extinção do benefício na hipótese de contração de novo matrimônio pela esposa pensionista. A Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul negou provimento ao recurso da autora com amparo nos fundamentos da sentença.
3. Incidente manejado pela parte autora em que alega que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o novo matrimônio não enseja a perda do direito integrante do patrimônio da pensionista, bem como que a Súmula 170, do extinto TRF, enuncia que a ausência de comprovação da melhoria financeira da viúva de ex-segurado, com o novo casamento, obsta o cancelamento da pensão por morte (Paradigmas: REsp n. 1.108.623 e REsp n. 337.280). Sustenta que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência desta própria Turma Nacional no sentido de que a ausência de comprovação de melhoria da situação financeira enseja o restabelecimento da pensão (Pedilef 200435007219833).
4. O pedido de uniformização foi admitido pela origem.
5. Entendo que a parte autora logrou comprovar que a decisão recorrida, ao confirmar os fundamentos da sentença, contraria a orientação do STJ a respeito da matéria.
6. Inicialmente, oportuno afastar a decadência no presente caso, pois, embora o cancelamento da pensão por morte percebida pela parte autora tenha ocorrido antes da Medida Provisória n. 1.523-9, de 28 de junho de 1997, e o requerimento administrativo de reativação do benefício tenha sido protocolado, em 05/02/2009, entendo que apenas incide decadência quanto aos atos de concessão de benefício.
6.1 No julgamento do Recurso Extraordinário n. 626.489/SE, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que teve repercussão geral reconhecida, foi consagrado o entendimento de que o prazo decadencial deve ser observado somente nos casos de revisão de atos concessórios de benefícios regidos pelo Regime Geral de Previdência Social, isto é, a pretensão de discutir a graduação econômica do benefício já concedido, independente da data de seu início, passando a contar o prazo, nos casos de benefícios concedidos antes do advento da Medida Provisória n. 1.523-9, de 28 de junho de 1997, do dia 1º de agosto do mesmo ano. Eis a ementa e trechos do corpo do voto condutor do julgamento, da lavra do Ministro Luís Roberto Barroso:
EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência.
VOTO:
9. [...] No tocante ao direito à obtenção de benefício previdenciário, a disciplina legislativa não introduziu prazo algum. Vale dizer: o direito fundamental ao benefício previdenciário pode ser exercido a qualquer tempo, sem que se atribua qualquer consequência negativa à inércia do beneficiário. Esse ponto é reconhecido de forma expressa no art. 102, § 1°, da Lei n° 8.213/19913, bem como em diversas passagens em que a referida lei apenas dispõe que o atraso na apresentação do requerimento fará com que o benefício seja devido a contar do pedido, sem efeito retroativo. Nesse sentido, permanecem perfeitamente aplicáveis as Súmulas 443/STF e 85/STJ, na medida em que registram a imprescritibilidade do fundo de direito do benefício não requerido.
10. A decadência instituída pela MP n° 1.523-9/1997 atinge apenas a pretensão de rever benefício previdenciário. Em outras palavras: a pretensão de discutir a graduação econômica do benefício já concedido. Como é natural, a instituição de um limite temporal máximo destina-se a resguardar a segurança jurídica, facilitando a previsão do custo global das prestações devidas. Em rigor, essa é uma exigência relacionada à manutenção do equilíbrio atuarial do sistema previdenciário, propósito que tem motivado sucessivas emendas constitucionais e medidas legislativas. Em última análise, é desse equilíbrio que depende a continuidade da própria Previdência, não apenas para a geração atual, mas também para as que se seguirão.
[...]
6.2 Portanto, o referido voto é bem claro ao incluir no campo de incidência da decadência apenas a pretensão de revisar prestação previdenciária já concedida, excluindo os atos de indeferimento e de cancelamento de benefícios, como é o caso dos autos, em que a parte autora postula o restabelecimento de benefício cancelado na via administrativa.
6.3 Ademais, na situação em tela, a sentença expressamente afastou a decadência, não havendo recurso do réu contra o fundamento utilizado, não sendo atendido, assim, o requisito do prequestionamento. Na linha da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, até as matérias de ordem pública, como é o caso da prescrição e da decadência, necessitam ser prequestionadas. Confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMENDA À INICIAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE ARGUIÇÃO A QUALQUER TEM-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO PARA ANÁLISE NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO POR ESTE STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Tendo em vista a natureza de ordem pública, o indeferimento da emenda inicial no tocante à prescrição intercorrente, não gera prejuízo a parte, motivo pelo qual, à luz do princípio pas de nullité sans grief, não há interesse recursal da recorrente quanto ao ponto.
2. "A jurisprudência do STJ se firmou no sentido de ser imprescindível o prequestionamento de todas as questões trazidas a esta Corte, mesmo as matérias de ordem pública, para ensejar o pronunciamento deste Tribunal em recurso especial" (AgRg no REsp 1.151.678/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, DJe 10/06/2014).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg no REsp 1458441/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 25/08/2014)
7. Quanto ao mérito, se a cessação do benefício de pensão por morte decorreu unicamente de a parte autora ter convolado novas núpcias, essa situação somente estaria autorizada se houvesse prova do acréscimo econômico advindo do novo matrimônio, nos termos da Súmula 170, do extinto Tribunal Federal de Recursos (DJ 04/12/1984), que dispunha que não se extingue a pensão previdenciária, se do novo casamento não resulta melhoria na situação econômico-financeira da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício.
8. Nesse sentido, é a jurisprudência do STJ: "PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE CÔNJUGE. NOVO CASAMENTO. CANCELAMENTO INDEVIDO. MODIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 170/TFR. 1. O novo matrimônio não constitui causa ou perda do direito integrante do patrimônio da pensionista. Precedente. 2. A ausência de comprovação da melhoria financeira da viúva de ex-segurado, com o novo casamento, obsta o cancelamento da pensão por morte até então percebida. Inteligência da Súmula 170 do extinto TFR. 5. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 1425313/PI, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 09/05/2012).
9. Esta Turma Nacional aplica o entendimento da Corte Superior: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE CANCELADA EM FACE DE NOVAS NÚPCIAS. SENTENÇA IMPROCEDENTE, MANTIDA PELO V. **ACÓRDÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA VIÚVA. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. TRATA-SE DE AÇÃO EM QUE SE OBJETIVA A CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE, EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA ESPOSA DO AUTOR, NO ANO DE 1983. [...] 7. NO MÉRITO, O ENTENDIMENTO DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO TEM SIDO NO SENTIDO DE QUE NÃO SE EXTINGUE A PENSÃO PREVIDENCIÁRIA SE DO NOVO CASAMENTO NÃO RESULTA MELHORIA NA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA VIÚVA, DE MODO A TORNAR DISPENSÁVEL O BENEFÍCIO. APLICA-SE, NESTE CASO, A INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 170 DO EXTINGO TFR IN VERBIS "NÃO SE EXTINGUE A PENSÃO PREVIDENCIÁRIA SE DO NOVO CASAMENTO NÃO RESULTA MELHORIA NA SITUAÇÃO ENCONÔMICO-FINANCEIRA DA VIÚVA, DE MODO A TORNAR DISPENSÁVEL O BENEFÍCIO. (PEDILEF 05343558520074058300, DECISÃO PUBLICADA EM 23/09/2011). 8. DESTA FEITA, AINDA QUE SE VALHA DO PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM, IMPORTA RESSALTAR QUE A INTERPRETAÇÃO QUE DEVE SER UTILIZADA É AQUELA CONSOLIDADA PELA SÚMULA 170 DO TFR. 9. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. 10. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA, ESTABELECENDO A PREMISSA DE QUE SE DEVE ANALISAR A MELHORIA NA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA VIÚVA, DE MODO A TORNAR DISPENSÁVEL O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE, ANULAR O ACÓRDÃO RECORRIDO E, APÓS, DETERMINAR O RETORNO DOS PRESENTE AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM PARA QUE, NOS TERMOS DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 20, PROFIRA NOVO JULGAMENTO, EM SINTONIA COM A DIRETRIZ POSTA POR ESTA TNU." (PEDILEF 200461841298793, JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, TNU, DOU 13/07/2012.)**
10. No presente caso, embora a Turma Recursal de origem tenha determinado a realização de diligência consistente na produção de prova material e testemunhal acerca da situação econômico-financeira da parte autora advinda com o novo matrimônio, tais provas não foram apreciadas pelo colégio recursal na ocasião do julgamento do recurso inominado.
11. Nos termos da Questão de Ordem n. 20, desta Turma Nacional, se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito.
12. Assim sendo, conheço e dou parcial provimento ao pedido de uniformização interposto pela parte autora para reafirmar a premissa de que se deve analisar a melhoria na situação econômico-financeira da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício de pensão por morte, e ANULAR o acórdão recorrido para que outro julgamento seja proferido, observando as diretrizes fixadas por esta TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento ao pedido de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO:2012.51.67.000808-4
ORIGEM:RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE:ELIZABETH DUARTE
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB:BB-0000000
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONSUMIDOR HIPOSSUFICIENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, que concedeu parcial provimento ao recurso inominado interposto, condenando a CEF a indenizar R$ 2.000,00 a título de danos morais.
Afirma a parte autora, em seu pleito de uniformização, que foi determinado à CEF a exclusão do nome da demandante dos cadastros de proteção ao crédito apenas em relação às prestações 04/2011 e 12/2011, não o sendo feito referentemente à prestação 01/2012.
Sustenta, assim, que deveria ter sido invertido o ônus da prova, em virtude de a autora ser consumidora hipossuficiente, uma vez que, efetivamente, havia o saldo necessário para o pagamento do débito.
Aponta como paradigma julgado da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso (de n.º 194869420054013).
2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente.
3. A matéria em foco exige a necessária reflexão. Pois, de um lado o novo Código de Processo Civil (art. 373, § 1º) já pontua a regra de inversão do ônus da prova, como regra processual, de sorte que cabe ao juiz explicitar essa assertiva às partes, quando entender pertinente a inversão do ônus da prova. Há, ainda, a assertiva de que cabe ao juízo a quo aferir as condições do caso concreto para estabelecer ou não a inversão do ônus da prova, e não, a Corte de Uniformização fazê-lo.
4. Ora, dada a contingência fática e processual, cabe ao juízo a quo aferir as condições processuais para inverter ou não o ônus da prova, fiel a verossimilhança do caso concreto. Tanto assim que a própria redação do dispositivo legal em foco expressa esse sentido (Lei n. 8.078/90:
Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
(...)
VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;
5. Nesse sentido, é o entendimento do STJ:
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. PRIMEIRO RECURSO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COISA JULGADA. ANTERIOR DEMANDA AJUIZADA PELOS AUTORES QUE JÁ ANALISOU ALGUNS DOS PEDIDOS AQUI FORMULADOS COM ROUPAGEM DIVERSA. ERRO DE JULGAMENTO NÃO CARACTERIZADO. DOCUMENTOS QUE EM NADA MODIFICARIAM O RESULTADO DA DEMANDA EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DA COISA JULGADA. RELAÇÃO DE INSUMO. INAPLICABILIDADE DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REGRA DE INSTRUÇÃO. PRECEDENTE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MOSTROU NULO. MODIFICAÇÃO DO JULGADO QUE DECORREU DO REPARO DOS DEFEITOS NELE EXISTENTES. PLEITO DE CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ÓBICE DA SÚMULA Nº 7, DESTA CORTE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO COL. STF. INCIDÊNCIA DO ART. 102, III, DA CF. REGIMENTO INTERNO DE TRIBUNAL ESTADUAL. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Tendo em vista que os itens "a.1" e "a.3" já foram analisados em anterior ação que, entre outros, visava a anulação do Termo de Confissão de Dívida firmado pelos autores, deve ser reconhecido, em relação a eles, o fenômeno da coisa julgada. Incidência dos arts. 301, § 3º, e 471, ambos do CPC. 2. Erro de julgamento não caracterizado, uma vez que a não apresentação dos documentos solicitados em nada modificaria o resultado da ação, tendo em vista que os pedidos já estavam acobertados pelo manto da coisa julgada. 3. O CDC não tem aplicação em relação de insumo, como no presente caso. 4. Inversão do ônus da prova é regra de instrução e não de julgamento. Precedente. 5. Não se considera nulo acórdão proferido em embargos de declaração para sanar defeito existente em anterior acórdão (omissão, contradição e obscuridade) que atribui efeitos infringentes para a correção e modificação do julgamento antes proferido. Precedente. 6. Para se conceder indenização por danos morais é inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, o que é vedado em recurso especial pela Súmula nº 7 desta Corte. 7. O exame da violação de dispositivos constitucionais é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal. 8. Regimento Interno de Tribunal Estadual não se enquadra no conceito de lei federal apta a possibilitar a interposição de recurso especial, conforme disposto no art. 105, III, a, da CF. 9. Primeiro recurso especial não provido na parte conhecida. Segundo recurso não conhecido. ..EMEN:
(RESP 201401755788, MOURA RIBEIRO, STJ - TERCEIRA TURMA, DJE DATA:03/11/2014 ..DTPB:.)
6. Nesse passo, há de se prestigiar tanto a regra do novo Código de Processo Civil, como o julgado da Turma Nacional de Uniformização tenha entendido que a inversão do ônus da prova configura matéria estritamente processual (PEDILEF 200461843325283, Rela. Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 25/05/2012).
7. Nessa ordem, o incidente não pode ser conhecido, justamente por se tratar de matéria processual, a teor do art. 14 da Lei n. 10.259/01 e da Súmula 43 da TNU.
8. Incidente não conhecido.
Brasília, 19 agosto de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0003639-53.2009.4.03.6317
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:IRINEU PINTO MOURÃO
PROC./ADV.:NILTON MORENO
OAB:SP 175057
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. LAUDO EXTEMPORÂNEO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO À MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA ÉPOCA DO LABOR. PRESCINDIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 68 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 20. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. RETORNO À TR DE ORIGEM PARA REEXAME DAS PROVAS.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, indeferiu pedido de conversão de tempo de trabalho especial em comum.
2.O aresto combatido deixou de reconhecer a especialidade no exercício de atividade profissional, desconsiderando laudo técnico indicativo da exposição ao agente físico ruído, por não atender ao requisito de que "o laudo reflita as condições da época da prestação do serviço".
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) não ser obrigatória a contemporaneidade do laudo técnico.
4.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e o paradigma teriam tratado da questão de forma contrastante.
5.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
6.Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.
7.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/extemporaneidade do laudo técnico) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se inservível o laudo; contrariamente ao paradigma (PEDILEF nº 200483200008814, TNU, rel. Juíza Federal MARIA DIVINA VITÓRIA, j. 25.04.2007) que entendeu que "o laudo pericial não contemporâneo, realizado por profissional especializado, consubstancia início razoável de prova material para comprovação das condições especiais de trabalho a que foi submetido o trabalhador".
8.Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.
9.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, deixou de reconhecer a especialidade no exercício de atividade profissional, desconsiderando laudo técnico indicativo da exposição ao agente físico ruído, sob o seguinte fundamento (da sentença, acolhida sem acréscimo de argumentação):
"Relativamente aos pedidos de conversão de tempo comum em especial, laborados nas empresas Cerâmica Gyotoku Ltda. (05.01.72 a 13.03.73), Corning Brasil Indústria e Comércio Ltda. (24.05.73 a 11.10.73) e Refratários Brasil Ltda. (16.10.73 a 24.02.77) não são passíveis de enquadramentos como especiais, eis que formulários e laudos técnicos apresentados (fls. 24/25, 26/28 e 29/43, respectivamente, do anexo PET PROVAS.PDF), embora façam referência à exposição do agente físico ruído, não informam a respeito da manutenção do layout da empresa entre o período em que o autor laborou naqueles estabelecimentos e a datas em que foram realizadas as perícias nas empresas, todas em 1997, vale dizer, ausente a cláusula de extemporaneidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É necessário que eventual laudo reflita as condições da época da prestação do serviço, ou assegure que as condições atualmente encontradas são as mesmas daquela época, a fim de, uma vez mais, valorando-se a segurança jurídica, possibilite-se o adequado cômputo diferenciado" (grifei).
10.Sobre o tema, a TNU definiu:
SÚMULA 68:
O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial do segurado.
11.Analisando a súmula concluo que, não obstante a não menção expressa pelo enunciado da TNU à situação ora controversa, extrai-se dali o entendimento quanto à prevalência de laudo técnico superveniente ao período trabalhado mesmo em face da não comprovação da manutenção do ambiente físico de trabalho, conclusão que reputo intuitiva.
12.Isto porque, ao se admitir a extemporaneidade do laudo técnico, se releva eventuais modificações estruturais no ambiente de trabalho, sob pena de, assim não se entendendo, na prática se restringir quase ao ponto da inviabilização a aplicação do enunciado.
13.Primeiro, porque exigir-se para a validade do laudo extemporâneo que o ambiente de trabalho permaneça inalterado cria uma condição dificilmente alcançável, uma vez que a atividade empresarial é dinâmica, sujeita sempre a inovações técnicas, de maquinário e de ergometria que se intensificam à medida que se afasta o período de trabalho da época da prestação de serviço.
14.Haveria claro prejuízo ao trabalhador/segurado caso prevaleça tal interpretação.
15.Depois, apontando o laudo que as condições atuais são nocivas, é razoável concluir-se que o eram também à época da prestação do serviço, uma vez que é da taxe empresarial e, mesmo humana, a busca pela evolução, no sentido de ser aprimorar procedimentos e condições de trabalho e de vida, e não o contrário, no sentido de que se vive e trabalha de forma degenerativa, em retrocesso.
16.Aponte-se, neste sentido, o que restou consignado no PEDILEF nº 2004.83.0000881-4, relator Juíza Federal Maria Divina Vitória, um dos precedentes que deram origem à Súmula 68 da TNU (e aqui utilizado pela parte-requerente como paradigma):
"Além disso, entendo que fere os princípios da razoabilidade, da primazia da realidade da dignidade da pessoa humana presumir de forma pura e simples a inocorrência das condições especiais de trabalho alegadas tão-somente pelo fato dos documentos que possui não serem contemporâneos aos períodos vindicados.
Admitir o contrário implica em ignorar as precárias condições de labor a que se encontram submetidos os trabalhadores no Brasil e também a deficiente fiscalização trabalhista e previdenciária das empresas empregadoras pelos órgãos competentes".
17.De fato, rejeitar-se laudo técnico que aponta que hodiernamente há exposição nociva a ruído junto à atividade/empresa a que se vinculava o trabalhador é desconhecer que a sociedade brasileira, nela incluída o mercado de trabalho, precisa ainda de aprimoramentos, estando imersa em processo social de busca do melhoramento das condições de segurança, trabalho e educação, etc.
18.No caso, se está diante de uma revaloração da prova que "pressupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto o julgado recorrido negou validade jurídica a documentos apresentados pela parte-autora, não os acolhendo por serem extemporâneos ao período de carência, uma vez que o julgado ao exigir que o "laudo reflita as condições da época da prestação do serviço, ou assegure que as condições atualmente encontradas são as mesmas daquela época", na prática, exigiu laudo contemporâneo.
19.Tanto assim o é que o precedente jurisprudencial citado na sentença como reforço de fundamentação rejeitou o laudo apenas por ser extemporâneo, nada falando sobre modificação no ambiente de trabalho.
20.Por fim, implicando o provimento do presente incidente, quanto à matéria de direito, na necessidade de reexame da matéria de fato, devem os autos retonarem à TR de origem para reapreciação das provas (conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU), acolhendo-se a as provas apresentadas pela parte-autora, mesmo que extemporâneas, para, em rejulgamento, examinar a eventualidade do enquadramento como atividade especial dos períodos pleiteados pela parte-requerente.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0004410-29.2007.4.03.6308
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:IRACEMA BERTO ROSSETTI
PROC./ADV.:ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA
OAB:SP-172851
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. ALEGAÇÃO DE VALORAÇÃO DAS PROVAS CONTRÁRIA A ENTENDIMENTO DA TNU. NÃO OCORRÊNCIA. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício por incapacidade (auxílio-doença/aposentadoria por invalidez).
2.O aresto combatido considerou que não estariam satisfeitos os requisitos à concessão de benefício por incapacidade, por entender que a incapacidade é preexistente à filiação previdenciária.
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam pelo direito à concessão do benefício de incapacidade em casos em que a doença era preexistente mais a incapacidade decorreu do agravamento da doença; bem como quando a incapacidade verificou-se no período de graça usufruído pelo segurado.
4.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há indícios de divergência", considerando que "as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório" (grifei).
5.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
6.O presente incidente de uniformização não merece conhecimento. Explico.
7.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade (auxílio-doença/aposentadoria por invalidez), sob o entendimento de que:
"4. Decorrido lapso temporal considerável após a perda da qualidade de segurado, a parte autora reingressa no Regime Geral de Previdência Social como contribuinte individual/facultativo já portadora de doenças próprias da idade avançada e incapaz para o exercício de atividade laborativa".
8.Vê-se, assim, que o acórdão recorrido expressamente apontou o fato de que a incapacidade era preexistente à nova filiação e posterior à perda da qualidade de segurado relativa à anterior filiação.
9.Note-se que a vedação ao reexame de prova (Súmula 42/TNU) não impede que se conheça de incidente de uniformização cuja controvérsia centre-se na valoração da prova segundo os critérios jurídicos adotados por esta Corte.
10.Em outras palavras, quando a divergência referir-se à prova em tese (analisada em abstrato) é caso de valoração (passível de exame pela TNU), quando, porém, a divergência referir-se à aplicação in concretu da prova é o caso de reexame da prova, incidindo na vedação contida na Súmula 42 desta Corte.
11.No caso dos autos está-se diante de uma tentativa de reapreciação da prova, uma vez que a valoração dada pela Turma Recursal de origem não afrontou o entendimento pacificado por esta TNU, mas sim o acatou (Súmula 53), posto que a alegada incapacidade posterior à filiação ou no período de graça não foram afastadas por si, mas sim porque, em confronto com outros elementos de prova, entendeu-se que tal fato não ocorreu, mas sim configurou-se a situação fática da incapacidade preexistente, análise da prova que se deu dentro do poder de livre convencimento do julgador (art. 131 do CPC).
12.Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0509847-50.2008.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MARIA EUNICE OLIVEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AMPARO ASSISTENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDADE FÁTICA. ALEGAÇÃO DE VALORAÇÃO DAS PROVAS CONTRÁRIA A ENTENDIMENTO DA TNU. NÃO OCORRÊNCIA. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDADE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial.
2.O aresto combatido considerou que não estariam satisfeitos os requisitos à concessão de benefício assistencial, por entender inexistente a incapacidade laborativa.
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam pelo direito à concessão do amparo assistencial em caso de incapacidade parcial do requerente, não ficando o julgador adstrito ao laudo.
4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5.Quanto aos demais precedentes, tenho que, do cotejo entre o acórdão combatido e os alegados paradigmas, não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática e jurídica entre o julgado recorrido e apontados paradigmas.
6.É que no acórdão recorrido a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o seguinte entendimento:
"1 - Sentença Procedente. O ente público recorre alegando que a autora apresenta incapacidade meramente parcial, não ensejando a concessão do amparo assistencial.
2 - O laudo pericial (anexo 24) atesta que a promovente (45 anos - Do lar) possui epilepsia (CID-10 G40) e transtorno pós-procedimento do sistema nervoso central (CID-10 G97), causando-lhe incapacidade parcial e permanente, de natureza leve (estimada entre 10% e 30% pelo perito).
3- Da leitura da resposta ao item III.3 do laudo judicial, infere-se que não há, de fato, incapacidade, pois não há déficit neurológico e a demandante informou que as crises convulsivas são adequadamente controladas com a administração da medicação prescrita." (grifei).
7.Vê-se que o julgado concluiu pela ausência de incapacidade, fazendo-se a análise da prova dentro do poder de livre convencimento do julgador (art. 131 do CPC).
8.Nos casos paradigmas (Processo nº 304635220084013, TR/GO e PEDILEF nº 00581818720094013500/TNU), houve o deferimento da concessão do benefício previdenciário, porém, em casos em se que se apontou a incapacidade parcial da parte-autora.
9.Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.
10.Note-se que a vedação ao reexame de prova (Súmula 42/TNU) não impede que se conheça de incidente de uniformização cuja controvérsia centre-se na valoração da prova segundo os critérios jurídicos adotados por esta Corte.
11.Em outras palavras, quando a divergência referir-se à prova em tese (analisada em abstrato) é caso de valoração (passível de exame pela TNU), quando, porém, a divergência referir-se à aplicação in concretu da prova é o caso de reexame da prova, incidindo na vedação contida na Súmula 42 desta Corte.
12.Na presente situação, não se está diante de uma revaloração da prova, que "pressupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto o julgado recorrido não negou validade jurídica às provas acerca da incapacidade, mas as valorou em conjunto com outros elementos dos autos, para considerar que o fato (incapacidade parcial) estava provado nos autos.
13.No caso dos autos está-se diante de uma tentativa de reapreciação da prova, uma vez que a valoração dada pela Turma Recursal de origem não afrontou o entendimento pacificado por esta TNU (Súmula 47), posto que em exame dos elementos de prova concluiu-se que não há incapacidade.
14.Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0501592-91.2013.4.05.8309
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:FABRICIO MICAEL SOUSA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB:PB-4007
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AMPARO ASSISTENCIAL. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA QUANTO AO REQUISITO DA INCAPACIDADE LABORATIVA INFERIOR A DOIS ANOS. FUNDAMENTOS FÁTICOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO DIVERGENTES DAQUELES DO PARADIGMA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, indeferiu o pedido de concessão de benefício de amparo-assistencial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.O aresto combatido considerou que não estariam satisfeitos os requisitos à concessão do amparo assistencial, sob o entendimento de que a incapacidade era temporária e inferior a dois anos.
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, entendeu pela concessão do amparo assistencial, sob o entendimento a circunstância de a pessoa portadora da deficiência ser ainda criança não lhe retira o direito ao benefício.
4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e paradigma.
6.Explico:
7.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, indeferiu o pedido de concessão de benefício de amparo-assistencial, sob os seguintes fundamentos:
"Todavia, também se depreende no laudo (Quadro VII - Discussão e Conclusão) que a incapacidade da parte autora para atividades normais de sua idade é temporária, estabelecendo, o perito, lapso temporal de 12 meses para tratamento da enfermidade. Portanto, não se enquadra, o autor, no conceito de deficiente físico exigido pela Lei nº 8.742/93, com redação dada pela Lei nº 12.435/11, posto que o impedimento é inferior a dois anos." (grifei).
8.No caso paradigma (PEDILEF nº 200871550020187/TNU), houve o deferimento da concessão do benefício previdenciário, porém, em caso em se que o ponto controverso foi a circunstância de a pessoa portadora da deficiência ser ainda criança. Não houve o enfrentamento da questão relativo à duração da incapacidade, e muito menos do fato específico de a incapacidade ser temporária e inferior a dois anos.
9.Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/incapacidade por prazo inferior a dois anos) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente).
10.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500575-95.2014.4.05.8402
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:JOSELITA VASCONCELOS DA COSTA
PROC./ADV.:THIAGO DE AZEVEDO ARAUJO
OAB:RN-11 670
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. AMPARO ASSISTENCIAL. ACÓRDÃO GENÉRICO. NÃO ESPECIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA. OFENSA AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO, DE OFÍCIO. PRECEDENTES DA TNU.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou pedido de benefício assistencial.
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que, demonstrada a incapacidade para o próprio sustento, consideradas as condições pessoais e sociais, caberia a concessão de benefício assistencial.
3.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, rejeitou pedido de benefício assistencial, nos seguintes termos:
"EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO IDOSO. ART. 203, INC. V, DA CRFB E ART. 20 DA LEI Nº 8.742/1993. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. DESCARACTERIZAÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PROVIMENTO DO RECURSO.
- A Carta Magna de 1988 assegura, em seu art. 203, inciso V, um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso (65 anos, por força da Lei 10.471/2003), que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- A Lei nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, estipula por intermédio do seu art. 20, mais especificamente no § 3º, com as modificações patrocinadas pela Lei nº 12.435/2011, que se considera incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita demonstre seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo.
- O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 567.985-RG/MT, o RE 580.963-RG/PR e a Reclamação n.º 4374/PE, redator para o acórdão o Min. Gilmar Mendes, declarou a inconstitucionalidade incidenter tantum do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93. Por oportuno, destaca-se trecho do referido julgado, veiculado no informativo 702 do STF: "O Plenário, por maioria, negou provimento a recursos extraordinários julgados em conjunto - interpostos pelo INSS - em que se discutia o critério de cálculo utilizado com o intuito de aferir-se a renda mensal familiar per capita para fins de concessão de benefício assistencial a idoso e a pessoa com deficiência, previsto no art. 203, V, da CF (…). Prevaleceu o voto do Min. Gilmar Mendes, relator do RE 580963/PR. Ressaltou haver esvaziamento da decisão tomada na ADI 1232/DF - na qual assentada a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 -, especialmente por verificar que inúmeras reclamações ajuizadas teriam sido indeferidas a partir de condições específicas, a demonstrar a adoção de outros parâmetros para a definição de miserabilidade. Aduziu que o juiz, diante do caso concreto, poderia fazer a análise da situação" (ARE 748867, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 21/05/2013, publicado em DJe-099 DIVULG 24/05/2013 PUBLIC 27/05/2013).
- Ressalta-se que, na mesma oportunidade, o STF também declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.471/2003 (Estatuto do Idoso), cuja redação encontra-se vazada no sentido de que "O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do caput não será computado para os fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas".
- Sob este pórtico, tendo em vista o disposto no inc. I, do art. 5º, da Lei nº 9.533/1997 c/c o § 2º, do art. 2º, da Lei nº 10.689/2003, reconhece-se em estado de hipossuficiência econômica o grupo familiar que apesar de ter renda superior a ¼ do salário mínimo demonstra claros sinais de miserabilidade.
- A partir dos precedentes do STF supramencionados, o elemento principal para se verificar o atendimento ao requisito renda é o da situação concreta. Esta deve se sobrepor às exceções legais, que indicam apenas um quadro de presunção 'juris tantum' de miserabilidade. No caso sob exame, a perícia realizada demonstra que não há miserabilidade no núcleo familiar, de maneira que não resta atendido este critério.
- Provimento do recurso do INSS ." (grifei).
4.Do acórdão recorrido não resultam inequívocos os fundamentos da improcedência do pedido, na medida em que não se apontam os elementos do caso concreto que, no entender da Turma Recursal de origem, impediriam a obtenção do benefício assistencial, não se discriminando casuisticamente quais e em que termos os requisitos do benefício não foram atendidos.
5.Note-se que a mesma perícia social apontada pela Turma Recursal como indicativa da ausência de miserabilidade do núcleo familiar foi também apontada pela sentença como meio pelo qual "infere-se...que a família do requerente encontra-se em situação de pobreza".
6.Ainda que se possa arguir que tal divergência resulta da livre valoração da prova por cada órgão julgador, tem-se que a Turma Recursal, ao entender diferentemente do magistrado do JEF prolator da sentença quanto ao que dito na perícia social, não indicou expressamente as motivações ou fatos que lhe permitiram extrair do laudo social conclusão diametralmente oposta ao que apontado na sentença.
7.Sobre o tema, observo que o art. 93, IX, da Constituição, exige que toda decisão judicial seja fundamentada, sob pena de nulidade. A fundamentação, portanto, situa-se no plano da validade dos atos jurídicos, de modo que a sua omissão acarreta a nulidade da decisão. O princípio da motivação das decisões judiciais representa, em última instância, garantia ao jurisdicionado do respeito ao devido processo legal, permitindo-lhe saber os motivos do reconhecimento ou da denegação do seu direito.
8.E embora se reconheça os princípios informadores dos Juizados Especiais Federais ("oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade", art. 2º da Lei 9.099/95), não se pode sacrificar o devido processo legal, impondo-se, no caso dos autos, a nulificação do decisum.
9.Vejam-se precedentes desta TNU:
"A ausência de fundamentação prejudica o exercício do contraditório e da ampla defesa, que devem prevalecer também na sistemática dos juizados especiais."
(PEDILEF 0501261-18.2008.4.05.8202, Rel. Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, TNU, julgado em 17/04/2013, DOU 23/04/2013);
"a ausência de fundamentação idônea em decisão judicial constitui matéria de ordem pública, podendo ser reconhecida de ofício pela instância superior"
(PEDILEF 0510371-90.2007.4.05.8100, Rel. Juiz Federal Herculano Martins Nacif, TNU, julgado em 17/04/2013, DOU 03/05/2013);
"7. A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não escusa a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. Transtorna o devido processo legal o acórdão recorrido quando se apresenta como modelo inflexível, insensível às particularidades do caso concreto (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010). 8. A adoção de premissas não afasta o dever de análise concreta das alegações de fato potencialmente relevantes para a formação do convencimento do julgador, de forma a viabilizar o verdadeiro exercício da defesa do sucumbente, na qual está compreendida a faculdade de impugnação recursal da decisão (TNU, PEDIDO 2003.81.10.027644-9, Rel. Juiz Federal Derivaldo Bezerra Filho, DJ 05/05/2010). 9. Verifica-se, pois, que a deficiência da motivação do acórdão recorrido frustra a aferição de efetiva divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. 10. Inteligência da Questão de Ordem nº 25 ("Decretada de ofício a nulidade do acórdão recorrido, ficam prejudicados os pedidos de uniformização e eventual agravo regimental"). 11. 12. Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos para novo julgamento e exame da alegação de erro material quanto à identificação da ação civil pública que interrompeu a prescrição e marco do reinício da contagem do prazo prescricional. Prejudicado o incidente de uniformização"
(PEDILEF 201071500005409, rel. Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, j. 04/06/2014).
10.Nestes termos, é de se anular, de ofício, o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos para novo julgamento. Prejudicado o incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em ANULAR O ACÓRDÃO RECORRIDO, FICANDO PREJUDICADO O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, determinando, ainda, o retorno os autos à TR de origem para novo julgamento nos termos do voto - ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500082-52.2013.4.05.8306
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:JEOCELIM GASPAR DE FREITAS FILHO
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM 20. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, indeferiu pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional de vigilante, após 05.03.1997.
2.O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante, após 05.03.1997, uma vez não comprovado a exposição aos agentes nocivos "indicados na legislação pertinente".
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser cabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade de vigilante, desde que demonstrado o porte de arma de fogo.
4.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) teria(m) tratado da questão de forma contrastante.
5.Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.
6.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/atividade de vigilante, com porte de arma de fogo, após 05.03.1997) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade de vigilante; contrariamente ao paradigma (Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Processo nº 0007420-56.2007.404.7051/PR) entendeu-se pelo não cabimento do reconhecimento.
7.Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.
8.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando parcialmente a sentença, indeferiu pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional de vigilante, após 05.03.1997, sob o seguinte fundamento:
"...
8. O fato é que a atividade de vigilante embora não expressamente tida como perigosa, equipara-se à função de guarda, de forma que também se dá a presunção neste caso, nos termos da Súmula 26 da TNU, consoante a qual, 'A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64'. Releve-se, por oportuno, que o precedente que deu origem à referida Súmula (Processo nº 2002.83.20.00.2734-4/PE) envolvia situação na qual o trabalho de vigilante fora desempenhado mediante uso de arma de fogo. O uso da arma de fogo, portanto, é decisivo para fins de configuração da nocividade, conforme precedentes da TNU (PEDILEF 2006.83.00.51.6040-8 e 2008.72.95.00.1434-0).
9. A TNU, a se turno, entende que entre a vigência da Lei nº 9032/95 e a edição do Decreto nº 2172/97, de 05/03/97, é admissível o enquadramento do vigilante como atividade especial, desde que tenha havido o uso de arma de fogo, demonstrativo da periculosidade.
Desta forma, no presente caso, acertadamente a sentença reconheceu a especialidade do período de 01.11.1994 a 04.03.1997, na função de vigilante, vez que comprovado pelo autor através de laudo técnico o exercício da atividade mediante o uso de arma de fogo de forma habitual e permanente (anexo 03). Entretanto, quanto aos períodos de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

05.03.1997 a 31.10.2003, 03.11.2003 a 18.03.2009 e 01.06.2009 a 20.03.2012, merece reforma a sentença, posto não haver nos autos documentos que comprovem sua exposição a agentes nocivos indicados na legislação pertinente.
11. Recurso do INSS parcialmente provido, para afastar a natureza especial dos períodos posteriores a 05.03.1997, e efetue, caso o autor implemente os requisitos necessários, a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição." (grifei)
9.De início, aponto que não se trata de reexame de prova, uma vez que a sentença foi expressa ao apontar que:
"O autor pretende ver reconhecido como especial o tempo laborado como vigilante na empresa Guardiões Serviços de Vigilância Ltda, nos períodos de 01/11/1994 a 31/10/2003, 03/11/2003 a 18/03/2009 e de 01/06/2009 a 20/03/2012.
Inicialmente, observo que a atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, catalogada no item 2.5.7 do anexo III do Decreto nº 53.831/64, nos termos da Súmula 26 da TNU.
Ademais, o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP anexado aos autos informa que nos períodos mencionados o segurado exercia sua atividade portando arma de fogo (calibre 38), estando, dessa forma, exposto permanentemente a riscos à sua integridade física e à sua vida" (grifei).
10.No caso, se está diante de uma revaloração da prova, que "pressupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto se alega que o julgado recorrido teria negado validade jurídica aos documentos apresentados pela parte-autora, não os acolhendo por não terem supostamente respaldo legal.
11.Por outro lado, reconheço julgados recentes deste Colegiado no sentido do não cabimento do reconhecimento, como especial, da atividade de vigilante desenvolvida após o advento do Decreto nº 2.172/97: PEDILEF nºs 05028612120104058100 (rel. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 09.04.2014) e 05068060320074058300 (rel. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, j. 07.05.2014)
12.Não obstante estes julgados, filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de vigilante, mesmo após 05.03.1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição o agente nocivo da periculosidade que é o porte de arma de fogo no exercício da profissão.
13.E o faço assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista.
14.Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013).
15.Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistemática do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais".
16.Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade, pelas razões que a seguir exponho.
17.Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica".
18.No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricista como perigosa, tem lugar o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial", em franca referência, portanto, à atividade do vigilante.
19.Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto à vigilância armada, tem-se que configuram hipótese reconhecidas como perigosas pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa.
20.Neste sentido, aponto julgado deste Colegiado que, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no RESP. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85.
21. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que:
"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o)" (grifei).
22.No mesmo sentido, PEDILEF 5007749-73.2011.4.04.7105, julgado em 11.09.2015, firmando-se a tese de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico (ou elemento material equivalente) comprove a permanente exposição à atividade nociva.
23.Fixadas essas premissas, chego ao caso concreto, no qual os julgados das instâncias anteriores afirmaram que "o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP anexado aos autos informa que nos períodos mencionados o segurado exercia sua atividade portando arma de fogo (calibre 38)" (sentença), situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).
24.Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se parcial provimento ao recurso da parte-autora, para firmar a tese de que a atividade de vigilante, quando exercida mediante o porte de arma de fogo, deve ser reconhecida como especial, mesmo após o advento do Decreto nº 2.172/97.
25.Isto porque, implicando o provimento do recurso, quanto à matéria de direito, na necessidade de reexame da matéria de fato (atingir-se o tempo para a aposentadoria especial), é o caso de retonarem os autos à TR de origem para reapreciação das provas, conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5066821-06.2011.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:ELIANE MARIA HEMB
PROC./ADV.:SANDRO GLASENAPP MORAES
OAB:RS-47040
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PRESTADOS SOB REGIMES PREVIDENCIÁRIOS DIVERSOS. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou pedido de aposentadoria urbana por idade.
2.O aresto combatido considerou que não foram satisfeitos os requisitos à concessão do benefício previdenciário pleiteado, sob o entendimento de que os períodos pleiteados pela parte-autora para o cômputo do seu tempo de serviço urbano não poderiam ser aceitos "visto que já considerados quando da concessão do benefício em regime próprio de previdência".
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), consagrou(aram) o entendimento de que há o direito ao cômputo de período de trabalho exercido concomitantemente sob regime previdenciários diversos.
4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5.O presente incidente não comporta conhecimento. Explico.
6.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, rejeitou pedido de aposentadoria urbana por idade, sob os seguintes fundamentos:
"Inicialmente, relevante observar que a norma previdenciária não obsta a percepção de duas aposentadorias em regimes distintos, quando os tempos de serviços realizados em atividades concomitantes sejam computados em cada sistema de previdência, havendo a respectiva contribuição para cada um deles. Ainda, é possível, por força do artigo 94, da Lei 8213/91, computar o tempo de contribuição realizado em regime próprio de servidor público para efeitos de recebimento de aposentadoria no regime geral de previdência, e vice-versa.
Dessa forma, resta evidente que, no caso de professor que laborou simultaneamente em regime próprio e em regime geral de previdência social pode aproveitar o tempo laborado em regime próprio para aposentar-se no regime geral, e vice-versa, desde que o referido período não tenha sido utilizado no outro regime.
Ainda, quanto à concomitância, além de vedada pela lei, cabe acrescer a interpretação conjunta do inciso III do art. 96, que conduz ao reconhecimento da impossibilidade de contagem recíproca quanto se pretender o fracionamento de dupla atividade prestada sob o mesmo regime.
Deveras, tendo o segurado dois vínculos empregatícios diversos e concomitantes, mas com contribuições para o mesmo regime previdenciário (Geral ou Próprio), trata-se de um único tempo de serviço. Isto é, o tempo de serviço prestado perante determinado regime de previdência é uno, ainda que decorra do exercício de múltipla atividade (profissão), não cabendo, neste caso, o fracionamento e sobretudo a contagem para concessão de duas aposentadorias por regimes de previdência distintos.
Desse modo, constata-se que do período total de contribuições para o RGPS reconhecido na sentença (20 anos, 06 meses e 08 dias), 09 (nove) anos, 07 (sete) meses e 27 (vinte e sete) dias foram utilizados para fins de aposentadoria em regime próprio de previdência. Assim, restaram 10 (dez) anos, 10 (dez) meses e 11 (onze) dias de tempo prestado ao RGPS não computados para a referida inativação em regime próprio.
A respeito do tema em pauta, os precedentes jurisprudenciais, consoante visto acima, admitem a contagem recíproca do tempo de serviço e mesmo o fracionamento do tempo na certidão a ser emitida, desde que haja prestação laboral e, conseqüentemente contribuições, para dois regimes previdenciários distintos, a saber, o RGPS e um regime jurídico próprio.
Entretanto, não é esse o caso dos autos. O que a autora pretende, no processo em pauta, é computar duas vezes (ainda que para regimes jurídicos distintos de previdência) o mesmo interregno laboral, o que entendo inadmissível.
Nos períodos controversos, nos quais foram prestadas as atividades em duplicidade, a vinculação previdenciária da autora era unicamente com o Regime Geral da Previdência Social, recolhendo as contribuições para o mesmo. Na hipótese dos autos, os períodos pleiteados consistiam - independentemente da quantidade de vínculos e de atividades desenvolvidas concomitantemente pela segurada um único tempo de serviço, vinculado ao RGPS, não podendo ser desmembrado ou fracionado, pois havia uma unicidade de regime previdenciário.
Dessa forma, considerando, que a parte autora somente comprovou 10 (dez) anos, 10 (dez) meses e 11 (onze) dias de tempo prestado ao RGPS, não há como lhe conceder o benefício de aposentadoria por idade, haja vista o não implemento da carência exigida (176 meses), já que totalizou somente 131 contribuições.
Desse modo, deve ser acolhido o recurso do INSS, devendo a sentença ser reformada, excluindo o tempo de serviço urbano nos períodos de 09/08/1976 a 24/12/1976, 01/01/1978 a 30/12/1980, 02/01/1981 a 30/03/1984, 04/04/1984 a 10/08/1984, 11/08/1984 a 30/01/1987 e 01/08/1988 a 15/08/1988, para fins de obtenção de aposentadoria no RGPS (visto que já considerados quando da concessão do benefício em regime próprio de previdência), restando à autora apenas os períodos já reconhecidos administrativamente pelo INSS, não preenchendo, pois, os requisitos para obtenção da aposentadoria por idade pleiteada" (grifei).
7.Quanto ao primeiro precedente apresentado (RESP. 687.479/RS, rel. min. Laurita Vaz) se aponta a tese de que:
"É permitido ao INSS emitir certidão de tempo de serviço para período fracionado, possibilitando ao segurado da Previdência Social levar para o regime de previdência próprio dos servidores públicos apenas o montante de tempo de serviço que lhe seja necessário para obtenção do benefício almejado naquele regime. Tal período, uma vez considerado no outro regime, não será mais contado para qualquer efeito no RGPS. O tempo não utilizado, entretanto, valerá para efeitos previdenciários junto à Previdência Social."
8.Entendimento este que não conflita com o que decidido pela Turma Recursal de origem.
9.De fato, a Turma Recursal de origem, também concluiu pela possibilidade de contagem recíproca dos tempos de contribuição/serviço prestados sob regimes previdenciários diversos, tal qual o STJ, assim como igualmente à Corte Especial apontou a impossibilidade da reutilização de período já computado.
10.Não há divergência entre o acórdão recorrido e o apontado paradigma, uma vez que há a convergência quanto à tese referente ao direito à contagem recíproca de tempo de contribuição ainda não contabilizado na obtenção de benefício previdenciário.
11.Apenas, no caso dos autos, apontou-se questão que não foi expressamente abordada no precedente do STJ: o tempo de contribuição já computado engloba todos os vínculos empregatícios exercidos de forma concomitante no regime geral.
12.Do exposto no julgado recorrido, conclui-se que, além dos 10 (dez), 10 (dez) meses e 11 (onze) dias de tempo prestado ao RGPS não computados quando da aposentadoria em regime próprio de previdência (RPPS), a parte-autora pretendia a reutilização do período de 09 (nove) anos, 07(sete) meses e 27 (vinte e sete) dias já computados, sob o entendimento de que no período houve mais de um vínculo empregatício.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.Tal temática específica (se a dualidade de vínculos empregatícios é excepcionada da vedação à recontagem de tempo de contribuição prevista no art. 96, III, da Lei nº 8.213/91) não foi debatida nos precedentes apresentados.
14.Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.
15.Por fim, o segundo precedente (RESP. 849.010) apenas trata da responsabilidade pelos recolhimentos das contribuições previdenciários, no caso de serviço prestado à Entidade Pública ainda sob o regime celetista, não possuindo, assim, similitude fática com o caso dos autos.
16.Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0524936-20.2011.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NARCISIO DIOGO SILVA
PROC./ADV.:RAIMUNDO DA SILVA ARAÚJO
OAB:CE-3774
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. INCIDENTE NÃO PROVIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, deferiu pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional de vigilante, mesmo após 05.03.1997.
2.O aresto combatido considerou que estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante, "em qualquer período", uma vez comprovado em Perfil Profissiográfico Previdenciário e Laudo Técnico a exposição ao agente nocivo (uso de arma de fogo).
3.O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade de vigilante.
4.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante.
5.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
6.Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.
7.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu cabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade de vigilante; contrariamente aos paradigmas (PEDILEF nº 05169584220094058300 e Processo nº 00791562020064036301, TR-SP) entendeu-se contrariamente pelo não cabimento do reconhecimento.
8.Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.
9.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, deferiu pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional de vigilante, mesmo após 05.03.1997, sob o seguinte fundamento:
"4. Sobre o reconhecimento da atividade especial de vigilante, com a respectiva conversão, em qualquer período, inclusive para trabalho exercido após 28 de maio de 1998, eis um precedente da Turma Nacional de Uniformização:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. JURISPRUDÊCIA DOMINANTE DO STJ. VIGILANTE. CONVERSÃO TEMPO ESPECIAL EM COMUM. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período, inclusive após 28 de maio de 1998. 2. No caso em concreto, o tempo de serviço trabalhado pelo autor como vigilante deve ser considerado como laborado em condições especiais, tendo em vista a demonstração da exposição habitual e permanente ao risco à integridade física e não havendo pretensão resistida neste ponto, deve ser acolhida a respectiva conversão em tempo comum, com a revisão do benefício, ressalvando a prescrição. 3. Incidente conhecido e provido (PEDILEF 200772510086653 - RELATORA A JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN. DECISÃO EM 16/11/2009. DJ 26/01/2010. Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, conhecer do incidente, dando-lhe provimento, nos termos do voto da Juíza Federal Relatora) - grifou-se.
5. As condições especiais dos períodos exercidos pelo autor estão registradas no Perfil Profissiográfico Previdenciário e no Laudo Técnico (anexos 04 e 05).
6. A TNU já classificou a atividade de vigilante como sendo especial, conforme a Súmula 26, verbis:
A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64.
7. Vê-se, pois, que o autor atendeu ao requisito da carência, a dizer completou o tempo de contribuição (especial) suficiente para a sua aposentadoria, no que enxergo pertinência no seu pleito." (grifei)
10.De início, aponte-se que o precedente da TNU citado no voto da Turma Recursal de origem encontra-se superado por julgados mais recentes deste Colegiado no sentido do não cabimento do reconhecimento, como especial, da atividade de vigilante desenvolvida após o advento do Decreto nº 2.172/97: PEDILEF nºs 05028612120104058100 (rel. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 09.04.2014) e 05068060320074058300 (rel. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, j. 07.05.2014).
11.Não obstante estes julgados recentes deste Colegiado, filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de vigilante, mesmo após 05.03.1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição o agente nocivo da periculosidade que é o porte de arma de fogo no exercício da profissão.
12.É o faço assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista.
13.Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013).
14.Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistemática do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais".
15.Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade, pelas razões que a seguir exponho.
16.Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica".
17.No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricista como perigosa, tem lugar o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial", em franca referência, portanto, à atividade do vigilante.
18.Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto à vigilância armada, tem-se que configuram hipótese reconhecidas como perigosas pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa.
19.Neste sentido, aponto julgado deste Colegiado que, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no RESP. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85.
20. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que:
"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o)" (grifei).
21.No mesmo sentido, PEDILEF 5007749-73.2011.4.04.7105, julgado em 11.09.2015, firmando-se a tese de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico (ou elemento material equivalente) comprove a permanente exposição à atividade nociva.
22.Fixadas essas premissas, chego ao caso concreto, no qual os julgados das instâncias anteriores afirmaram que "o promovente exerceu a função de vigilante portando arma de fogo" (sentença) e que "as condições especiais dos períodos exercidos pelo autor estão registradas no Perfil Profissiográfico Previdenciário e no Laudo Técnico" (voto/acórdão), situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).
23.Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, negando-lhe provimento.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0504924-39.2012.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:NORMANDA MARIA SILVA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB:PB-4007
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97. PARADIGMA INSUFICIENTE À DEMONSTRAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 05 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, reformando a sentença, deferiu pedido de concessão de benefício por incapacidade (auxílio-doença/aposentadoria por invalidez).
2.O aresto combatido condenou o INSS ao "pagamento das parcelas vencidas devidamente corrigidas e com juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, respeitada a prescrição qüinqüenal, ressalvando que, a partir da vigência da Lei 11.960/09, a correção dar-se-á na forma da nova redação dada pelo referida lei ao art. 1º-F da Lei 9.494/97".
3.A parte-autora sustenta o cabimento de pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, declarou que na correção monetária de parcelas vencidas de benefícios previdenciários incidiria o INPC, afastando a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.
4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5.O presente incidente de uniformização não merece conhecimento. Explico.
6.Isto porque o paradigma apresentado pela parte-autora (AgRg no Resp 1324934 RS, rel. Ari Pargendler, 1ª Turma do STJ), corresponde apenas a julgado de uma Turma do STJ, sem que se tenha afirmado a natureza majoritária da jurisprudência.
7.Do comando legal que disciplina o instituto do Incidente de Uniformização extrai-se que a divergência que legitima o incidente é aquela ocorrida entre a tese acolhida no acórdão recorrido e súmula ou jurisprudência dominante do STJ. Portanto, a admissão do incidente demanda a comprovação de que a tese adotada pelo julgado paradigma é pacificada (dominante) na Corte do STJ.
8.Neste sentido, é que a apresentação de um julgado de apenas uma Turma do STJ não é suficiente à comprovação da contrariedade de jurisprudência dominando daquele Tribunal Superior.
9.Poderia, ainda, a exigência da demonstração da natureza pacificada no STJ acerca do tema debatido ser suprida por afirmação expressa neste sentido no julgado paradigma, nos termos da Questão de Ordem nº 05, o que, porém, não ocorreu no caso apresentado nos autos.
10.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:2010.33.11.700265-4
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):RANUZIO JOSÉ CAMPINO DA PAZ
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO CONRADO MOREIRA
OAB:BA-9545
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXILIO-DOENÇA. MOTORISTA PROFISSIONAL. RENOVAÇÃO DE CNH. PROVA NÃO ADMITIDA NO PROCESSO. QUESTÃO PROCESSUAL E NÃO DE REVALORAÇÃO DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, reformando a sentença, deferiu pedido de concessão de auxílio-doença.
2.O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que: a) é cabível o exame de fato novo superveniente em sede de Embargos de Declaração; b) a renovação da habilitação para dirigir, por meio da renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) aponta para a inexistência de incapacidade laboral de motorista profissional.
3.Porém, o presente incidente não comporta conhecimento. Explico.
4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5.Dos termos do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, conclui-se que o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais federais, somente é cabível para dirimir divergências entre decisões sobre questões de direito material, o que não é o caso da divergência alegada.
6.Como cediço, as regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social e normatizam as relações entre os sujeitos de direito, atribuindo-lhes direitos e obrigações relativas aos diversos bens da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual definem os meios para provocação e exercício da atividade jurisdicional.
7.Assim, de início, aponto que a questão relativa à possibilidade (ou não) do exame de prova de fato alegado como ocorrido supervenientemente ao julgamento é eminentemente processual, não podendo ser conhecida na estreita via da uniformização, limitada ao direito material, razão pela qual não conheço do incidente quanto a este ponto.
8.Passo ao exame da admissibilidade do incidente quanto à segunda questão controversa: inexistência de incapacidade laboral de motorista profissional que teve sua CNH renovada.
9.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, deferiu pedido de concessão de auxílio-doença, sob os seguintes fundamentos:
"4. Consoante o Laudo Médicopericial (fls.103/ 108), emitido por médico nomeado pelo Juízo de 1° grau, o recorrente é portador de patologia de ordem psiquiátrica (CID. F-32. 9: episódios depressivos sem especificação). Atualmente, está em uso de medicamentos, segunda a perita, o recorrente está em condições de realizar atividade laborativa que lhe traga satisfação pessoal. Por causa do uso da medicação não recomenda dirigir, podendo realizar outras atividades.
5. Com relação aos documentos presentes nos autos que podem infirmar o laudo pericial, tem o relatório médico particular, constatando que o paciente iniciou o tratamento da patologia de CID. F32, com pouco interesse para as atividades cotidianas (fl.23). Diante do conjunto probatório apresentado percebe-se que a autora não se encontra incapacitada para; o trabalho, porém não é recomendado dirigir por causa do uso da medicação.
6. Assim, a autora encontra-se incapacidade para suas atividades de motorista, uma vez que, a capacidade de dirigir fica prejudica, em razão do medicamento utilizado, no tratamento do quadro depressivo. Portanto, é necessária a readaptação da recorrente para outra atividade profissional, e a concessão do beneficio até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência (art. 62, Lei n°. 8.213/91).
7. Recurso parcialmente provido para readaptação profissional da parte autora e para
condenar o INSS conceder o beneficio de auxílio-doença até a sua readaptação desde a data. de realização da perícia medica oficial (28/ I 1/2011), bem como ao pagamento das parcelas vencidas acrescidas de juros e correção monetária estabelecidos pela caderneta de poupança, nos termos da Lei n° 11.960/09." (grifei).
10.O julgado, considerando os elementos existentes nos autos, reconheceu a incapacidade temporária da parte-autora para sua atividade habitual e a possibilidade de reabilitação para outra atividade, motivo pelo qual lhe concedeu o benefício de auxílio-doença.
11.O fato (incapacidade temporária) foi reconhecido pelo julgado, sendo questão insuscetível de reexame por este Colegiado, nos termos da Súmula 42/TNU.
12.Note-se que a vedação ao reexame de prova (Súmula 42/TNU) não impede que se conheça de incidente de uniformização, cuja controvérsia centre-se na valoração da prova segundo os critérios jurídicos adotados por esta Corte.
13.Em outras palavras, quando a divergência referir-se à prova em tese (analisada em abstrato), é caso de valoração (passível de exame pela TNU), porém, se a divergência referir-se à aplicação em concreto da prova, estar-se-á diante de hipótese de reexame da prova, incidindo na vedação contida na Súmula 42 desta Corte.
14.Assim, não se está diante de uma revaloração da prova, que "pressupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto o julgado recorrido não negou validade jurídica ao documento apresentado pelo INSS (renovação da CNH), posto que não chegou a valorá-lo, por não admiti-lo.
15.O reexame quanto à valoração da prova, pressupõe, por óbvio, que a prova tenha sido antes valorada (ao menos acolhida nos autos), o que não aconteceu no caso presente, posto que a prova não foi admitida nos autos, por motivação processual (questão indiscutível na TNU), o que difere de ser tida como imprestável/irrelevante em razão do seu conteúdo, este sim caso de valoração sujeita ao reexame em incidente de uniformização.
16.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5011588-90.2012.4.04.7002
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ANITA GULLICH MARKUS
PROC./ADV.:SIDNEI BORTOLINI
OAB:PR 23.432
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ALEGAÇÃO DE VALORAÇÃO DAS PROVAS CONTRARIAMENTE A ENTENDIMENTO DA TNU. NÃO OCORRÊNCIA. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1.Trata-se de incidente de uniformização nacional pela qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam pelo direito à concessão da aposentadoria rural por idade, tomando por base o seguinte parâmetro: a atividade urbana dos demais integrantes do grupo familiar, em especial do cônjuge, não descaracteriza a condição de segurado especial.
3.Devolvi à secretaria desta Turma o presente pedido de uniformização, com vista à solicitação de informações acerca do eventual julgamento pela TRU da 4ª Região do incidente regional.
4.Juntado aos autos julgamento da TRU-4ª Região não conhecendo do incidente regional interposto pela parte-autora.
5.O presente incidente não merece conhecimento. Explico.
6.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
7.No acórdão recorrido, porém, a Turma Recursal de origem modificando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, sob os seguintes fundamentos:
"A recorrida apresentou documentos em nome de seu marido (certidões de casamento e nascimento de filhos, aquisição e venda de propriedade rural) que consubstanciam início de prova material até 1986 e depois de 2005 (notas fiscais de venda de mandioca e contrato particular de arrendamento).
Contudo, para o período de carência exigido - seja com base no ano em que completou a idade exigida, seja de acordo com o requerimento administrativo formulado em 2004 -, não há nenhum documento que consubstancie vestígio material do labor rural alegado. Ademais, mesmo que se admitam como prova material as notas fiscais de 2005/2006 e o contrato particular de arrendamento, apenas seriam válidos para os requerimentos de 2007 e 2008, e ainda assim insuficientes ao número de meses exigido (108).
Não bastasse, e considerando a possibilidade de dispensa do início de prova material para o bóia-fria, extrai-se do CNIS e a autora confirma em depoimento pessoal que exerceu atividade urbana de 1995 a 1999, é dizer, durante metade da carência necessária, se considerarmos o ano do implemento do requisito etário, o que também impede a concessão do benefício requerido.
De outro lado, consta no CNIS de seu marido o exercício de atividade urbana ininterrupta desde 1987 até 2005, quando se aposentou como empregado urbano. O mesmo se observa quanto a 8 dos nove filhos da autora, que desde tenra idade (15/18 anos) passaram a desenvolver atividade urbana na mesma empresa empregadora de seu pai, onde ficaram por muitos anos. Aliás, a autora afirma em depoimento pessoal que se mudou para o Paraguai em 1976 e lá ficou até 1986, quando passou a morar nas terras da empresa empregadora de sua família (Cerâmica Stein) até 1998, desta vez mudando-se para a zona urbana. Afirma ainda que em 2004 arrendou uma chácara (o que explica as notas fiscais de diminuta venda de produção agrícola), mas que na ocasião da audiência já morava na cidade novamente.
Desta forma, verifica-se que, embora em tempos remotos a autora e seu marido tivessem ligação com as lidas campesinas, desde a volta do Paraguai a atividade predominante na família é a urbana (primeiro vínculo urbano do marido em 1987), o que afasta o exercício de atividade rural volante (bóia-fria) como segurado especial, o qual retira da lavra da terra o sustento. Ainda que não se adotasse esse entendimento, o fato é que falta prova da circunstância invocada pela autora, qual seja, a de que o rendimento da atividade urbana/benefício previdenciário de seu marido e seus filhos não era essencial à sua manutenção, o que, no caso dos autos, não se pode presumir. Até porque não é crível que tendo toda a sua família empregada na atividade urbana, com condições de trabalho evidentemente superiores, a autora de fato se submetesse às sempre penosas lidas campesinas, sozinha e diariamente.
Conquanto seja certo que o trabalho urbano de membro do grupo não impeça, por si só, a configuração da atividade rural volante de subsistência, tipicamente desenvolvida de maneira individual, também é correto dizer que esse trabalho urbano não pode significar fonte considerável de renda, o que não restou comprovado nos autos.
Sendo assim, diante do predomínio do exercício de atividades urbanas no período de carência, da residência urbana, da aposentadoria como empregado urbano do marido, do exercício de atividade urbana pelos filhos desde os 15 anos de idade, não deve ser reconhecido à autora o direito à aposentadoria por idade rural." (grifei).
8.No caso, a análise da prova deu-se dentre do poder de livre convencimento do julgador (art. 131 do CPC).
9.Note-se que a vedação ao reexame de prova (Súmula 42/TNU) não impede que se conheça de incidente de uniformização cuja controvérsia centre-se na valoração da prova segundo os critérios jurídicos adotados por esta Corte.
10.Em outras palavras, quando a divergência referir-se à prova em tese (analisada em abstrato) é caso de valoração (passível de exame pela TNU), quando, porém, a divergência referir-se à aplicação in concretu da prova é o caso de reexame da prova, incidindo na vedação contida na Súmula 42 desta Corte.
11.Na presente situação, não se está diante de uma revaloração da prova, que "pressupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto o julgado recorrido não negou validade jurídica às provas materiais da atividade agrícola, mas as valorou em conjunto com outros elementos dos autos (atividade urbana da própria autora, do cônjuge e dos filhos, etc.), para considerar que o fato (essencialidade da atividade agrícola) estava provado nos autos.
12.Está-se diante de uma tentativa de reapreciação da prova, uma vez que a valoração dada pela Turma Recursal de origem não afrontou o entendimento pacificado por esta TNU (Súmulas 06, 14 e 41), posto que os inícios de provas materiais da atividade agrícola não foram afastadas por si, mas sim porque, em confronto com outros elementos de prova, não ficou caracterizada a essencialidade da atividade agrícola no sustentou familiar.
13.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0508770-26.2010.4.05.8300
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:FREDERICO COSTA DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.:TOMAZ DE AQUINO CRISÓSTOMO DA SILVA
OAB:PE-3996
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. APLICAÇÃO DA LEI Nº 5.645/70. ACÓRDÃO COM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE. QUESTÃO DE ORDEM 18/TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, declarou a prescrição do fundo do direito e julgou improcedente o pedido em ação em que a parte autora busca a transformação do cargo ocupado na extinta SUDENE em cargo integrante

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

da Categoria Funcional de Técnico em Planejamento, componente do Grupo-Planejamento do Serviço Civil da União (Decreto n. 75.461/75).
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, afastaram a prescrição do fundo do direito, reconhecendo apenas a prescrição de trato sucessivo.
3.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
4.Inicialmente, a alegação de divergência frente a acórdão de Turma Recursal da mesma Região da Justiça Federal a que pertence o órgão prolator do acórdão ora recorrido, bem como do STF, não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.
5.Quanto aos julgados precedentes do STJ, melhor sorte não favorece à parte-requerente.
6.Os precedentes AgRESP. 412.070/PE e RESP. 1.283.562/PE estão incompletos, faltando-lhes a conclusão da ementa (além de não se ter os seus inteiros teores).
7.Quanto aos demais paradigmas, registro antes que a Turma Recursal de origem julgou improcedente o pedido visando à transformação do cargo ocupado na extinta SUDENE em cargo integrante da Categoria Funcional de Técnico em Planejamento, a qual passou a compor o Grupo-Planejamento do Serviço Civil da União (Decreto n. 75.461/75), in verbis:
"Pretende a parte autora enquadramento em Plano de Cargos da Sudene, com base na lei Lei nº5.645/70. Decisão da Presidência da Turma Recursal determina a reapreciação do recurso inominado que manteve sentença que pronunciou a prescrição do direito pretendido tendo em vista a existência de julgado da TNU, do ano de 2012, conforme o qual não se verifica, na hipótese, prescrição do próprio fundo de direito, tal como julgado por este colegiado.
- Convém observar, inicialmente, que o entendimento pela prescrição do próprio fundo de direito foi adotado em julgados do STJ datados de 2014.
- Ademais, ainda que fosse o caso de superar a questão da prescrição do fundo de direito, não haveria, no meu entender, como acolher a pretensão autoral.
- Conforme verificado nos autos, o autor ingressou no Serviço Público Federal para o cargo de Economista da SUDENE, sem concurso público. Entende que deveria ter sido enquadrado no cargo de Técnico de Planejamento de que trata a lei 5.645/70, criado pelo Decreto 75.461/75, compondo o Grupo-Planejamento da Superintendência. Ocorre que o decreto citado condicionava o enquadramento no Grupo-Planejamento não apenas à posse de diploma de nível superior, mas à aprovação em concurso público. A matéria foi regulada pela lei 6.257 de 29/10/1975, que assim dispunha:
Art. 2º O ingresso na Categoria Funcional de Técnico de Planejamento far-se-á no regime da legislação trabalhista e em virtude de habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, realizado em duas etapas.
§ 1º A primeira etapa visará a selecionar os candidatos ao Programa de Treinamento, constitutivo da segunda etapa, mediante exame de formação e experiência profissional e testes de aptidão e nível mental, aplicados simultaneamente a todos os inscritos.
§ 2º A segunda etapa constituir-se-á da conclusão do Programa de Treinamento, na forma regulamentar, considerando-se habilitados para o ingresso na Categoria Funcional os que concluírem com aproveitamento o Programa, na ordem de classificação obtida nessa etapa final.
- Por disposição da mesma lei 6.257/75, a exceção à regra do concurso público apenas se deu na formação do quadro inicial de técnicos de planejamento, por disposição do art. 3º, in verbis:
Art. 3º A Categoria Funcional de Técnico de Planejamento, integrante do Grupo de que trata esta Lei, será inicialmente constituída mediante a transformação, por ato do Poder Executivo, dos cargos ocupados por funcionários portadores de diploma de curso superior de ensino, que lograram habilitação no primeiro Programa de Treinamento para a seleção de Técnicos de Planejamento, realizado em 1973 pelo então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.
- No caso em comento, o autor não comprova, ou sequer alega, ter integrado o quadro inicial de técnicos de que trata o art. 3º da lei 6.257/75. Ademais, não há notícia, nos autos, de participação do autor em qualquer processo seletivo ou programa de treinamento, com consequente direito ao enquadramento no Grupo-Planejamento no cargo de Técnico de Planejamento. Observe-se, ainda, que o autor formou-se em Economia apenas em 1980, conforme diploma anexo aos autos, não havendo como, pois, ter integrado quadro inicial de técnicos.
- Inexistente direito ao enquadramento inicial da categoria de Técnico de Planejamento, não há direito adquirido aos enquandramentos funcionais subseqüentes, dirigidos a integrantes do Grupo-Planejamento de que trata a lei nº 5.645/70, do qual o autor não faz parte." (grifei).
8.Vê-se que, além de declarar a prescrição do fundo do direito, o acórdão recorrido julgou improcedente o pedido inicial sob os entendimentos de que o reenquadramento no cargo de Técnico em Planejamento, por força da aplicação da Lei nº 5.645/70, exigiria "não apenas à posse de diploma de nível superior, mas à aprovação em concurso público" (grifei) ou à "participação do autor em qualquer processo seletivo ou programa de treinamento", destinados apenas a graduados em nível superior, com vistas à formação do primeiro quadro de técnicos em planejamento.
9.Concluiu o acórdão recorrido que a parte-autora não atendia a nenhum dos dois requisitos: não ingressou por concurso público e não poderia ter participado do primeiro grau de técnicos de planejamento, posto não era graduado em nível superior quando da instituição do quadro inicial de técnicos em planejamento.
10.Os precedentes RESP. 913.755/PE, 1.104.144/PE e 1.004.130/PE afastaram a ocorrência da prescrição do fundo de direito, em casos tal qual o ora debatido, além de tratar da questão referente à aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (matéria estranha ao presente incidente).
11.Por sua vez, o precedente MS 8.017/DF (3ª Seção do STJ) tratou do direito de "servidores estáveis" ao enquadramento no PCC instituído pela Lei nº 5.645/70, circunstância que não se iguala aos fundamentos fáticos examinados no acórdão recorrido.
12.A exigibilidade dos requisitos do ingresso por concurso público ou participação ou processo seletivo ou de treinamento não foi tratada nos precedentes apresentados pela parte-requerente, incidente na hipótese o disposto na Questão de Ordem nº 18 deste Colegiado: "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
13.Por outro lado, tais requisitos constituem temas cujo exame demandaria revolvimento da matéria fática, incabível em sede de incidente de uniformização (Súmula 42/TNU).
14.Acresça-se, por fim, que a mera transcrição dos julgados não supre a exigência do obrigatório cotejo analítico (como bem apontado na decisão que inadmitiu preliminarmente o incidente junto à TR/PE), transcrições estas, aliás, cuja apreciação apresenta-se dificultada pela precária formatação adotada no incidente de uniformização.
15.Assim, impõe-se o não conhecimento do pedido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0521967-77.2012.4.05.8300
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:ERNANE DE AZEVEDO MENDONÇA
PROC./ADV.:BRUNO BAPTISTA
OAB:PE19.805
PROC./ADV.:ALEXANDRE DE VASCONCELOS
OAB:PE-20304
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE :INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE ACORDO COLETIVO HOMOLOGADO PELA JUSTIÇA DO TRABALHO. FERROVIÁRIO DA RFFSA. DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA. MATÉRIA PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, declarou a extinção do processo, sem resolução do mérito, por entender incompetente a Justiça Federal para o processamento e julgamento do feito.
2.No aresto combatido, entendeu-se que "a competência para processar e julgar demandas que busquem cumprimento de reajustes previstos em acordos e dissídios coletivos é da Justiça do Trabalho".
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que a competência para processar e julgar ações previdenciárias envolvendo complemento de aposentadoria devido a ex-ferroviário é da Justiça Federal.
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
5.A pretensão recursal consiste em delimitar qual a justiça competente para processar cumprimento de acordo homologado pela Justiça do Trabalho, matéria de cunho nitidamente processual, atraindo a incidência da Súmula 43 desta TNU.
6.Precedentes: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PEDIDO DE DIFERENÇAS SALARIAS DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DO GRAU DE INSALUBRIDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ALEGAÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. INCOMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. QUESTÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. REEXAME MATÉRIA FÁTICA. 1. A União pretende a modificação do acórdão vergastado que não reconheceu que a questão debatida nos autos se insere na vedação do art. 3º, § 1º, III, da Lei nº. 10.259/2001. Os membros da Turma de origem concluíram que se a "anulação ou cancelamento do ato administrativo" constituir mera questão prejudicial, decidida incidentalmente, a competência do JEF não estará excluída. Como a parte autora não visava direta e unicamente à anulação ou ao cancelamento de ato administrativo, mas sim à condenação da União ao pagamento de diferença do percentual de 10% para 20% referente ao adicional de insalubridade, entenderam que a competência estava correta. 3. Inconformada a União interpôs o presente Incidente de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001, e pretende a uniformização alegando que a conclusão da Turma Recursal Cearense está em dissonância dos acórdãos paradigmas. Não recebido o pedido de uniformização na origem, foi interposto recurso de agravo e submetido à apreciação do Presidente da Turma Nacional que determinou a sua distribuição a esta relatora. 4. Inicialmente, consigno que as questões associadas à competência de foro para julgamento da lide têm natureza processual, não podendo, pois, ser dirimidas em sede de uniformização de jurisprudência. Precedentes desta TNU (Pedilef 200838007013064 Rel. Rogério Moreira Alves). De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". 5. Portanto, o agravo interposto não merece provimento para permitir a análise do pedido de uniformização de jurisprudência. 6. Além disso, mesmo que fosse possível a análise do pedido de uniformização, se superada a questão da competência, o conhecimento seria negado sob outro fundamento, qual seja a ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão atacado e os paradigmas trazidos, que não se prestam para instaurar a divergência. 7. O Julgado da Turma Recursal do Distrito Federal (processo nº 461943920044013) trata de questão fática distinta daquela trazida nos presentes autos. Nesta ação discute-se a diferença devida entre os graus de insalubridade e naquele o "deferimento da promoção de 2º para 1º sargento, conforme requerido pela parte autora, acarretaria o cancelamento, por via oblíqua, do ato administrativo que o posicionou na patente atual. Desse modo, não há como dissociar o pleito do autor da vedação legal de apreciação dessa espécie de pedido em sede de juizados especiais federais, vez que implicaria em cancelamento de ato administrativo por contraposição". Por sua vez, o paradigma da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grasso (processo 178598920044013 (em anexo), cuida da decisão que suspende a cobrança de assinatura básica de taxa de telefonia. Por fim, os julgados do Superior Tribunal de Justiça não especificam a questão fática, sendo genéricos no que se referem a anulação de atos administrativos e a competência dos Juizados Especiais Federais (CC 67.816/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27.06.2007, DJ 06.08.2007 p. 464, CC 47488/RR, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27.04.2005, DJ 02.10.2006 p. 225). 8. Por fim, o laudo pericial que a União alega que a parte autora pretende anular, sequer foi anexado aos autos, de modo que recurso pretenderia ainda a rediscussão da matéria fática, o que é inadmissível. Inteligência da Súmula n.º 42 da TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". 9. Ante o exposto, não conheço do Agravo Regimental, mantendo o não conhecimento do Pedido de Uniformização Jurisprudencial, por tratar de matéria processual, acrescido da impossibilidade de conhecimento do pedido de uniformização ante a ausência de similitude fático-jurídica e pela impossibilidade de revisão da prova produzida nos autos. (PEDILEF 05125258120074058100, Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, TNU, DOU 21/03/2014 SEÇÃO 1, PÁG. 97/127.)
7.É o caso, portanto, de não se conhecer do inicidente.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0508088-83.2010.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTONIO BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.:FRANCISCO JOSÉ SILVA DE SOUZA
OAB:CE-5 526
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. DOENÇA PREEXISTENTE. INCAPACIDADE POSTERIOR AO CUMPRIMENTO DO TEMPO DE CARÊNCIA. HIPÓTESE DE REVALORAÇÃO DAS PROVAS. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, negou provimento a pedido de concessão de benefício por incapacidade (auxílio-doença-doença).
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que se a incapacidade decorreu de doença preexistente à nova filiação, faz jus o segurado ao benefício de incapacidade.
3.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante.
4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e paradigma.
6.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/incapacidade iniciada após a filiação ao RGPS, embora decorrente de doença preexistente) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido negou-se o benefício por incapacidade; nos paradigmas concedeu-se o benefício.
7.Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.
8.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, negou provimento a pedido de concessão de benefício por incapacidade (auxílio-doença-doença), sob o seguinte fundamento:
"No caso dos autos, embora constatada a incapacidade da parte autora, ocorreu a perda da qualidade de segurado do Regime Geral da Previdência Social. Em perícia judicial, o expert informou que o autor é portador de cardiopatia isquêmica desde 2006, em consequência de infarto do miocárdio, submetendo-se a cirurgia em dezembro/2010, quando teria tido início sua incapacidade.
Em consulta ao CNIS, vê-se que último vínculo do autor cessou em 12/05/2002 (anexo 11). Somente em janeiro/2010 o autor voltou a contribuir para a previdência social, na condição de contribuinte individual, readquirindo a qualidade de segurado em abril/2010, após o cumprimento da carência (art. 24, parágrafo único, Lei nº 8.213/91). Percebe-se, assim, que o autor reingressou no RGPS já portador da doença que ensejou a cirurgia e o teria deixado incapacitado, razão pela qual é indevida a prestação previdenciária." (grifei).
9.Vê-se, assim, que o acórdão recorrido expressamente apontou os fatos de que a incapacidade era posterior à nova filiação e ao atendimento do período de carência, pela contribuição de 1/3 da carência após a refiliação (art. 24, parágrafo único, da Lei 8.213/91).
10.Note-se que a vedação ao reexame de prova (Súmula 42/TNU) não impede que se conheça de incidente de uniformização, cuja controvérsia centre-se na valoração da prova segundo os critérios jurídicos adotados por esta Corte.
11.Em outras palavras, quando a divergência referir-se à prova em tese (analisada em abstrato), é caso de valoração (passível de exame pela TNU), porém, se a divergência referir-se à aplicação em concreto da prova, estar-se-á diante de hipótese de reexame da prova, incidindo na vedação contida na Súmula 42 desta Corte.
12.No caso dos autos, se está diante de uma revaloração da prova, que "pressupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto o julgado recorrido deu validade jurídica a fato contrariamente a entendimento da TNU: incapacidade decorrente de doença preexistente, porém, manifestada apenas após o decurso do prazo de carência .
13.Dispõe a Súmula 53 da TNU:
"Não há direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao reingresso do segurado no Regime Geral de Previdência Social".
14.Portanto, apenas quando a incapacidade (e não a doença) é preexistente, descabe o auxílio-doença, não sendo o caso de incapacidade decorrente de agravamento de patologia já adquirida quando do (re)ingresso no sistema, como se apontou em um dos precedentes desta TNU que deu origem ao enunciado acima reproduzido:
"Da leitura dos citados dispositivos infere-se que a incapacidade preexistente à filiação do segurado ao RGPS impede a concessão de benefício previdenciário por incapacidade. Situação diversa ocorre quando a incapacidade decorre do agravamento de moléstia preexistente, o que não é o caso dos autos. Não fazem, portanto, qualquer ressalva, como quer fazer entender o recorrente, acerca da incapacidade anterior ao reingresso ao RGPS." (em observação ao art. 42, § 2º, da Lei nº 8.213/91), in PEDILEF nº 2008.70.51.004022-7, rel. Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, j. 14.06.2011.
15.Com fulcro nestas razões, entendo ser o caso de dar-se provimento ao incidente, para restabelecer os termos da sentença proferida no sentido da procedência do pedido inicial.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER do incidente de uniformização, DANDO-LHE PROVIMENTO, conforme voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0509581-69.2013.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:HERCILIO TOMAZ DE BRITO
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN-5291
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. ALEGAÇÃO DE QUESTÃO NÃO SUSCITADA NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1.Trata-se de embargos de declaração que recebo como agravo regimental, através do qual pretende o particular sejam sanados alegados vícios em decisão monocrática que deu provimento a pedido em Incidente de Uniformização para reconhecer direito ao pagamento da diferença pecuniária existente entre aquilo que fora pago aos servidores ativos, a título de GDAPEC, até que seja efetivamente realizado e processado o primeiro ciclo de avaliação para os servidores ativos.
2.Alega-se nos embargos de declaração que houve omissão na decisão embargada ao não se pronunciar "acerca da previsão de compensação entre a GDAPEC...e eventual pagamento das gratificações do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, diante da inacumulatividade prevista no art. 16-N da Lei nº 11.711/05".
3.Inicialmente, na linha da jurisprudência pacificada do STF (ARE 870606 ED/SP) recebo como agravo regimental os presentes embargos de declaração, por terem sido opostos contra decisão monocrática (art. 34 do RI/TNU).
4.Com fulcro no disposto no art. 535, incisos I e II, da Lei Instrumental Civil, cabem embargos declaratórios para retificar decisões interlocutórias, sentenças e acórdãos que apresentarem vícios de contradição, obscuridade ou omissão, a necessitar da promoção de corrigendas, sob pena de comprometer a inteira vontade manifestada no decisum.
5.A contradição/omissão/obscuridade não se deu na hipótese dos autos, uma vez que, em suma, a União sustenta a omissão referente à questão que não foi suscitada no incidente de uniformização.
6.Acresça-se, ad argumentandum tantum, que a parte-embargante enumera questão que não foi sequer examinada no acórdão recorrido proferido pela Turma Recursal de origem, circunstância a qual, caso houvesse sido suscitada no incidente interposto pela parte-autora, não poderia ser analisada (Questão de Ordem nº 35/TNU).

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em conhecer dos embargos de declaração como AGRAVO REGIMENTAL, para negar-lhes provimento, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5043711-70.2014.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):MARIA VERLANI PIRES SERPA
PROC./ADV.:GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB:RS-23021
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. SERVIDOR INATIVO. APOSENTADORIA PROPORCIONAL. PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE FORMA PROPORCIONAL. DECISÃO AGRAVADA CONFORME JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DA TNU. AGRAVO NÃO CONHECIDO.
1.Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão monocrática que deu provimento a Incidente de Uniformização suscitado pela União para "determinar que o pagamento da gratificação de atividade respeite a proporcionalidade dos proventos da parte autora".
2.O particular interpõe Agravo Regimental, pugnando pela reforma da decisão monocrática, sob o fundamento de que não há previsão legal para o pagamento proporcional da gratificação de desempenho e que, ausente expressa determinação legal para a observância da proporcionalidade, deve o pagamento ser integral, pelo princípio de legalidade a que se submete a Administração Pública.
3.Na decisão agravada, dispus:
"Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela União, pretendendo a reforma de Acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, relativo à impossibilidade de pagamento integral de gratificações em aposentadorias com proventos proporcionais.
A recorrente sustenta que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU e de turmas recursais de outras regiões segundo a qual o cálculo das diferenças de gratificação de desempenho (GDAP/GDASS) deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria dos servidores da ativa.
Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados. Presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.
Conforme relatado, a divergência se refere à aplicação do critério da proporcionalidade no cálculo do valor da gratificação. Indo direto ao cerne da questão relativa à proporcionalização, é consectário lógico decorrente da natureza do próprio provento percebido pela parte, haja vista que a proporcionalidade é característica inerente a sua aposentadoria/pensão, sendo de ver que o entendimento diverso implica no tratamento de modo igual a quem se encontra em situação desigual.
Ademais, a incidência do critério da proporcionalidade limita-se a adotar a mesma forma de cálculo já aplicada para a concessão da aposentadoria proporcional, não havendo que se falar em incidência de um percentual (o da proporcionalidade) sobre outro (da gratificação), haja vista que o valor da gratificação não é obtido mediante a incidência de um percentual sobre o valor dos proventos, mas através da multiplicação da quantidade de pontos pelo seu respectivo valor, sendo este fixado pela lei, levando-se em conta o nível do cargo e a posição do servidor na carreira.
Corroborando o entendimento acima da proporcionalização como consectário lógico, o ordenamento jurídico alemão também dispõe sobre a proporcionalidade no Código de Procedimento Administrativo da República Federal Alemã e na construção doutrinária da tríade Geeignetheit, Erforderlichkeit e Verhältnismässigkeit, ou seja, adequação, necessidade e proporcionalidade. O direito germânico é grande inspirador da legislação e da doutrina luso-brasileira, conforme lições de CANOTILHO , um dos responsáveis pela difusão do desdobramento do princípio da proporcionalidade nos três subprincípios mencionados.
Nesse sentido, seguindo os mandamentos do poder constituinte, o legislador explicitou o Verhältnismässigkeit (proporcionalidade em sentido estrito). A legislação brasileira prevê, entre outros, no caput do art. 2º da Lei 9784/1999, bem como na Lei nº 10.887/2004, que a Administração Pública obedecerá ao princípio da proporcionalidade. Naturalmente, a simples proporcionalidade aritmética está inclusa na ponderação jurídica do Verhältnismässigkeit, não havendo disposição em sentido contrário nas leis esparsas que instituíram as gratificações no âmbito da administração pública.
Acresça-se que o objeto deste recurso diz respeito a tema cuja existência de repercussão geral foi rejeitada pela Suprema Corte, na análise do Agravo no Recurso Extraordinário ARE n. 808.997 (Tema n. 751 de repercussão geral), por se tratar de questão infraconstitucional. De maneira oblíqua, o STF ratificou que, no tocante ao princípio constitucional da proporcionalidade, o poder legiferante já expressamente positivou o mandamento do poder constituinte, razão pela qual a proporcionalidade está presente na legislação ordinária.
Em face disso, este Colegiado, na sessão de julgamento de 11/02/2015, firmou a tese de que deve a gratificação de desempenho ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional, ausente disposição em contrário na lei que instituiu a referida gratificação (PEDILEF 5040034-66.2013.4.04.7100, de minha relatoria, j. 11/02/2015; e PEDILEF nº 5045401-71.2013.4.04.7100, rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá).
Dessa forma, considerando que o acórdão recorrido está em confronto com a jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização, deve-se prover o pedido de uniformização.
PELO EXPOSTO, DOU PROVIMENTO ao presente Pedido de Uniformização, com fulcro no art. 9º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015), no sentido de determinar que pagamento da gratificação de atividade respeite a proporcionalidade dos proventos da parte autora.
De João Pessoa para Brasília/DF, 13 de agosto de 2015".
4.Consigno que o cabimento de decisão monocrática tem por fundamento o disposto no art. 557 do CPC c/c art. 8º do RI/TNU, quando o incidente de uniformização for "manifestamente inadmissível ou em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
5.Assim, fundada a decisão no entendimento de que "o acórdão recorrido está em confronto com a jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização", o agravo regimental deve ater-se à alegação de descumprimento/inadequação da hipótese ao que previsto no dispositivo legal autorizador do julgamento por decisão monocrática.
6.A pertinência temática entre as razões do pedido de reforma e os fundamentos da decisão agravada decorre do que disposto no art. 524, II, do CPC ("art. 524. o agravo de instrumento será dirigido diretamente ao tribunal competente, através de petição com os seguintes requisitos: II - as razões do pedido de reforma da decisão").
7.Na hipótese dos autos, a parte-agravante limita-se a repisar os fundamentos expostos no incidente de uniformização, não atendendo aos requisitos do agravo regimental.
8.Neste sentido, já decidiu o STF:
"Agravo regimental em ação originária. Falta de impugnação dos fundamentos da decisão agravada. Incompetência do Supremo Tribunal Federal para apreciar originariamente a demanda. Não provimento do agravo.
1. Os fundamentos da decisão agravada não foram infirmados pelo agravante. Não subsiste o agravo regimental que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão monocrática (art. 317, § 1º, RISTF). Precedentes.
2. A competência originária do Supremo Tribunal Federal submete-se a regime de direito estrito. Hipóteses taxativamente previstas no art. 102, inciso I, da Constituição. Precedentes.
3. Agravo regimental não provido." (grifei)
(AO 1971 AgR/DF, 2ª Turma, rel. Min. Dias Toffoli, j. 17.03.2015)
9.Em conclusão, é o caso NÃO SE CONHECER do recurso (art. 32 do RI/TNU/ Resolução CJF n. 345/2015).

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO AGRAVO REGIMENTAL, nos termos do voto - ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0000006-39.2015.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE:FRANCISCO DE MELO
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRANTE:JORGE LUIZ DE OLIVEIRA CUNHA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRANTE:JOÃO ELEUTÉRIO DE SOUZA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRANTE:LAEDILSON BARBOSA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRANTE:RAIMUNDO FELICIANO DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRANTE:UMBERTO GERMOGLIO
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRADO(A):PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO PRESIDENTE DO TNU. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. NÃO CABIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO JULGADO QUANTO À QUESTÃO NÃO EXAMINADA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE VÍCIO SANÁVEL POR MEIO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.
1.Trata-se de embargos de declaração através dos quais pretende o particular sejam sanados alegados vícios em acórdão que indeferiu a petição inicial de mandado de segurança impetrado contra Atos do Presidente da Turma Nacional de Uniformização, consistentes no não provimento de Agravos interpostos contra decisões que inadmitiram Incidentes de Uniformização.
2.Nos aclaratórios, alega-se que haveria omissão no julgado referente ao exame de questão pública consistente na alegação de ser inconstitucional a aplicação no âmbito dos Juizados Especiais Federais do disposto no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, uma vez que implementada por ato infralegal (Resolução do CJF), via inadequada para a criação de regras processuais.
3.Inicialmente, observo que a interposição de Embargos de Declaração restringe-se à discussão apenas quanto à correção de contradições, obscuridades e omissões verificadas no seio da decisão hostilizada, não se prestando a imprimir efeitos infringentes ao julgado e, por via de consequência, alterar o resultado da parte dispositiva, a não ser que a correção dos vícios propicie a incidência desses efeitos modificativos à decisão atacada.
4.Do alegado nos embargos de declaração, não vislumbro a omissão apontada, uma vez que, sobre o ponto, consignou-se no voto ora embargado:
"No caso dos autos, de início, não conheço da questão quanto à alegada impossibilidade de aplicação no âmbito dos JEFs, por vício formal de inconstitucionalidade, da regra contida no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, posto que tal dispositivo não foi o fundamento de nenhum dos julgados prolatados nos autos".
5.Portanto, houve o afastamento motivado da alegação agora apontada como omitida, donde se conclui ser o caso de desprovimento do pedido.
6.Ademais, "o Juiz não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e, tampouco, a responder um a um todos os seus argumentos." (STJ - Embargos de Declaração no Agravo Regimental nos Embargos Infringentes na Ação 200301693954/PR, relator Castro Meira, DJ data:01/07/2005).
7.No julgado embargado, houve a exposição suficiente das razões ao indeferimento da petição inicial, restando prejudicado, também por tal motivo, o exame da questão referente à aplicabilidade do art. 543-C, § 7º, I, do CPC à hipótese dos autos.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NEGANDO-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5009331-74.2012.4.04.7202
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ZENIRA DE LIMA ANTUNES
PROC./ADV.:MARLON ALDEBRAND
OAB:SC-23 423
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. EXTRAÇÃO E VENDA DE LENHA. CARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL. INCIDENTE NÃO PROVIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu a condição de segurado especial, para fins de concessão de auxílio-doença.
2.O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, firmaram a tese de que a atividade de extração e venda de lenha confere ao trabalhador a qualidade de contribuinte individual.
3.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante.
4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica.
6.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/atividade de extração e venda de lenha) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que a atividade qualificava o trabalhador como segurado especial; ao passo que no paradigma (Processo nº 2006622010031280, TR/MS, j. 24.03.2011) entendeu-se que a atividade confere ao trabalhador a qualidade de contribuinte individual.
7.Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.
8.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, reconheceu a condição de segurado especial, para fins de concessão de auxílio-doença, sob o entendimento de que:
"Nota-se, então, que a controvérsia instaurada sobre a qualidade de segurada da autora decorre do fato de ter declarado no INSS que sua atividade era compra e venda de lenha, o que, de fato, se comprovada, a qualificaria como contribuinte individual.
Ocorre que tal condição não restou comprovada. Além disso, outros elementos constantes nos autos permitem a conclusão de que a autora enquadra-se como segurada especial.
Inicialmente convém registrar que, não obstante o servidor do INSS tenha concluído tratar-se de contribuinte individual, ambos os requerimentos feitos pela autora foram indeferidos na esfera administrativa por parecer contrário da perícia médica (evento 7), não havendo qualquer menção acerca da não comprovação da qualidade de segurada.
A autora qualifica-se na inicial como agricultora, sustentando que essa atividade foi desenvolvida desde a infância. As notas fiscais juntadas ao evento 12 comprovam o desempenho de atividade rural pela autora e seu esposo nos anos de 2006 a 2009, ao passo que o CNIS da autora não registra qualquer vínculo urbano (evento 7) - aliás, naquele documento a autora está cadastrada como segurada especial - fatos que indicam que a autora sempre desenvolveu atividade rural e permitem concluir que até 2009 a autora seguramente era segurada especial.
Não obstante, ao que parece, a questão controvertida sobre a qualidade de segurada especial da autora abrange especialmente o período posterior a 2009, quando aquela passou a desenvolver atividades diversas que não especificamente a plantação de produtos agrícolas.
Sobre a atividade da autora nos últimos cinco anos, há nos autos contratos referentes à plantação e corte de eucaliptos (evento 12) e notas fiscais de venda de lenha (evento 1). As notas juntadas ao evento 1 comprovam que em 2011 e 2012 a autora e seu esposo venderam lenha em metro. Já no evento 12 consta 'contrato de empreitada para raleio de árvores' pelo qual a autora e seu esposo contrataram a realização de 'raleio (derrubada e corte para lenha em pedaços pequenos) na área de 3,5 há, de árvores de eucalipto', cujo prazo de um ano foi estipulado de 08/08/2010 a 08/08/2011. No referido contrato as partes estipularam que, como pagamento, a autora e seu esposo receberiam 40% da lenha retirada (CONTR6). Tal documento não evidencia compra de lenha, mas sim empreitada para corte de lenha com pagamento em porcentual do que fosse extraído. Aliás, tal contrato, a meu ver, não difere daquele em que as partes contratam a realização de plantio ou colheita de produtos agrícolas. O documento CONTR7, também do evento 12, demonstra que em janeiro de 2011 o esposo da autora contratou a realização de plantação de eucaliptos, cujo pagamento foi estipulado em valor certo. No referido contrato as atividades contratadas estão assim descritas na cláusula terceira: 'O SEGUNDO CONTRATANTE fica responsável pela limpeza da área, plantio, o cuidado com as formigas e nova limpeza para entrega'. Como se vê, referido contrato também evidencia o desenvolvimento de atividade rural.
Não se pode olvidar que o 'início' de prova material deve ser entendido como tudo que indicie o exercício de atividade rural, pois, em verdade, não há qualquer documento que, por si só, confirme o exercício de atividade rural em regime de economia familiar. Necessário que do exame do documento possa ser inferida a existência de labor campesino, ainda que tal confirmação venha a se dar posteriormente corroborada com a prova testemunhal.
Em audiência a autora relatou detalhadamente as atividades desenvolvidas ao longo da vida - sempre no meio rural - descrevendo com minúcias a atividade de plantio e corte de eucaliptos, atividade que atualmente desenvolve junto ao marido. As testemunhas ouvidas em juízo confirmaram que a autora e o esposo desenvolvem atividade de plantação e derrubada de eucalipto que lhe serve como subsistência (evento 23).
Com efeito, os dados colhidos permitem concluir que a autora, de fato, exerce atividade rural juntamente com seu marido, especialmente porque a atividade de plantio e corte de eucalipto enquadra-se como atividade rural. Convém ressaltar que as notas fiscais de venda de lenha não desvirtuam, a meu ver, a atividade rural, até porque o contrato juntado no evento 12 comprova que o produto vendido adveio de pagamento da atividade de corte da lenha, não sendo a venda a atividade da autora. Assim, não obstante a autora tenha referido na entrevista administrativa que comprava e vendia lenha, o contexto fático e probatório permite concluir que a venda da lenha advinha de atividade anterior, qual seja, o corte de eucaliptos. Ou seja, a venda da lenha equipara-se à venda de qualquer outro produto agrícola que eventualmente a autora plantasse ou colhesse mediante contrato de empreitada.
Consigno ainda que a autora já conta 54 anos e, ao que parece, desenvolve atividade em regime de economia familiar, o que, em pouco tempo, pode ensejar-lhe a concessão de aposentadoria por idade.
Diante desse contexto, resta comprovada a qualidade de segurado especial da autora, de modo que, comprovada a incapacidade temporária, faz jus a autora ao benefício auxílio-doença pleiteado.(...)'" (grifei).
9.A questão controversa repousa na qualificação jurídica ao fato admitido por ambas as partes: a atividade laborativa de extração (corte) de árvores para venda de lenha.
10.Neste contexto, observo que a vedação ao reexame de prova (Súmula 42/TNU) não impede que se conheça de incidente de uniformização cuja controvérsia centre-se na valoração da prova segundo os critérios jurídicos adotados por esta Corte.
11.Em outras palavras, quando a divergência referir-se à prova em tese (analisada em abstrato) é caso de valoração (passível de exame pela TNU), quando, porém, a divergência referir-se à aplicação in concreto da prova é o caso de reexame da prova, incidindo na vedação contida na Súmula 42 desta Corte.
12.Na presente situação, se está diante de uma revaloração da prova, que "pressupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto se avalia se o julgado recorrido negou validade jurídica às provas (atividade inconteste de extração e venda de lenha) acerca da condição de segurado especial.
13.Sobre o tema em questão, transcrevo, por oportuno, a definição legal de segurado especial:
"Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:
...
VII - como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:
a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:
1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;
2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;
b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e
c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.
§ 1º. Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes." (grifei)
14.Em linhas gerais, colhe-se da definição legal que segurado especial é aquele que exerce, individualmente ou com a família, atividade agrícola, de pecuária, de pesca ou de extrativismo vegetal, com a natureza de subsistência.
15.A atividade desenvolvida pela parte-autora enquadra-se na definição legal, uma vez que descrita como: a) "a autora e seu esposo venderam lenha em metro" (caráter familiar); b) "derrubada e corte para lenha em pedaços pequenos" (extrativismo vegetal); c) "as testemunhas ouvidas em juízo confirmaram que a autora e o esposo desenvolvem atividade de plantação e derrubada de eucalipto que lhe serve como subsistência" (caráter de essencialidade da atividade).
16.Entendo preenchido o conceito legal de segurado especial.
17.Acrescento que a Lei nº 9.985/2000 define como extrativismo o "sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis" (art. 3º, XII), pelo que o plantio e corte de eucaliptos para a venda da lenha se equipara a extrativismo, presente na definição de segurado especial.
18.Por outro lado, não se pode conhecer do outro fundamento do INSS, de que o sistema de contratação da parte-autora a qualificaria como empregada rural.
19.Isso porque a adoção da tese provocaria o reconhecimento da ausência de similitude fática entre o caso recorrido e o paradigma, posto que neste se reconheceu que a atividade de extração e venda de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

lenha é atividade de contribuinte individual, circunstância diversa da que foi também defendida no incidente, de subordinação da parte-autora ao proprietário rural, na condição de empregada.
20.Por fim, aponte-se que as características em que desenvolvidas as atividades pela parte-autora, nos termos em que definidas nas instâncias ordinárias, conforme acima apontadas, não a enquadram nas definições legais de contribuinte individual:
Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:
...
V - como contribuinte individual:
a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 9o e 10 deste artigo;
b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;
c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; (Redação dada pela Lei nº 10.403, de 8.1.2002)
e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;
f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;
g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;
h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
21.Conforme apontado nos autos, não havia a compra da lenha pela parte-autora, mas apenas o seu corte e venda, circunstância que afasta a hipótese de exploração de atividade agrícola por intermédio de interposta pessoa, na definição de contribuinte individual constante na parte final da alínea 'a' do inciso V do art. 11 da Lei nº 8.213/91.
22.Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, negando-lhe provimento.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 15 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0515137-32.2011.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:IVONE DA ROCHA GUIMARÃES
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. ALEGAÇÃO DE QUESTÃO NÃO SUSCITADA NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1.Trata-se de embargos de declaração que recebo como agravo regimental, através do qual pretende o particular sejam sanados alegados vícios em decisão monocrática que não conheceu de Incidente de Uniformização pretendendo a reforma de acórdão que rejeitou o pedido de concessão de benefício de amparo-assistencial.
2.O julgado embargado teve por fundamento o que segue: a "não ocorrência da divergência no presente caso, uma vez que não há similitude entre os fundamentos fáticos expostos no acórdão recorrido e no paradigma, além de que o conhecimento do pedido implicaria no reexame da matéria de fato, não cabível em sede de incidente de uniformização".
3.Alega-se no recurso que há contradição na decisão embargada ao se apontar a ocorrência de exame das condições pessoais pela Turma Recursal de origem, quando, na verdade, não teria havido tal exame.
4.Inicialmente, na linha da jurisprudência pacificada do STF (ARE 870606 ED/SP) recebo como agravo regimental os presentes embargos de declaração, por terem sido opostos contra decisão monocrática (art. 34 do RI/TNU).
5.Nos presentes embargos de declaração alega-se como contradição/omissão/obscuridade razões que na verdade constituem-se como inconformismo da parte-embargante quanto aos fundamentos apresentados. Resta claro, portanto, que não se pretende suprir aqui omissão/contradição/obscuridade do aresto recorrido, mas, sim, alterar-lhe o resultado, sem que para tanto estejam presentes quaisquer daqueles vícios. Pretensão, pois, exclusivamente modificativa.
6.A contradição/omissão/obscuridade que permite a interposição de Embargos de Declaração é aquela existente entre os termos da decisão recorrida, o que não se deu na hipótese dos autos, uma vez que, em suma, a parte-embargante sustenta que a decisão embargada equivocamente entendeu ter havido pela TR de origem exame das condições pessoais da parte-autora, fato este inexistente, segundo a embargante. Não há, assim, contradição/obscuridade entre as ideias desenvolvida no acórdão, vícios que poderiam legitimar o manejo do recurso.
7.No caso dos autos, entendo que houve a exposição suficiente das razões motivadoras do não conhecimento do pedido, sendo certo que, conforme entendimento já consolidado, o julgador não está obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apresenta fundamentos suficientes a solução da lide (STJ, Edcl nos Edcl nos Edcl no REsp. 1027799/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJU 19.11.2009).
8.Acresça-se, ad argumentandum tantum, que a parte-embargante enumera ela própria as "peculiaridades" examinadas pela Turma Recursal de origem ("venda de produtos de beleza", "pequeno comércio de bebidas" e "benefício recebido pelo esposo"), querendo, porém, que haja o exame de outros fatos não considerados pela TR de origem, o que, a meu sentir, representa tentativa de reexame de prova.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em conhecer dos embargos de declaração como AGRAVO REGIMENTAL, para negar-lhes provimento, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000071-68.2014.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
REQUERENTE:ILUDIMARA CHIODI BAROZZI
PROC./ADV.:MÁRCIA MARIA PIEROZAN
OAB:RS-44061
LITISCONSORTE :INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECLAMADO(A):JUÍZO DA 4ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECLAMAÇÃO. SEGUNDA INTERPOSIÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO QUE JULGOU IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA DA OMISSÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.
1.Trata-se de embargos de declaração através dos quais pretende o particular sejam sanados alegados vícios no acórdão que julgou improcedente reclamação interposta no sentido de que Turma Recursal teria recusado adequação ao entendimento firmado pela Turma Nacional de Uniformização.
2.O presente recurso constitui-se em segundos Embargos de Declaração interpostos contra acórdão da TNU que julgou improcedente o pedido formulado na reclamação.
3.No anterior recurso de embargos de declaração alegou-se que o acórdão não teria examinado questões referentes aos efeitos comprobatórios dos documentos apresentados pela parte-autora com vista à demonstração de sua qualidade de segurado especial.
4.Ao anterior recurso de embargos de declaração foi negado provimento.
5.Agora, interpõe a parte-reclamante novos embargos de declaração, desta feita alegando que houve "omissão no julgado" quanto ao exame da possibilidade de, em face do não reconhecimento do implemento do requisito temporal na data da DER, em razão do não reconhecimento de tempo rural, apurar-se os requisitos ao benefício de aposentadoria em data posterior, tendo em vista as supervenientes contribuições previdenciárias após a data da DER.
6.Não merece prosperar estes novos embargos de declaração.
7.Primeiro, porque sendo o vício alegado vinculado ao acórdão que julgou improcedência a reclamação, deveria ter sido alegado por ocasião do primeiro recurso de embargos de declaração, cabendo apenas, nesta nova oportunidade, a suscitação de vícios relativos à omissão, obscuridade, contradição no julgamento dos primeiros embargos de declaração.
8.Segundo, porque, em se desconsiderando a preclusão para a alegação do vício tido como ocorrido no acórdão que julgou improcedente o pedido na reclamação, ad argumentandum tantum, a questão suscitada na petição inicial da reclamação centrou-se na alegação do descumprimento pela Turma Recursal de origem de decisão da TNU, no que se refere-se à contagem de período de trabalho rural.
9.Na petição inicial da reclamação não se tratou da questão agora suscitada, apenas nos segundos embargos de declaração, de eventual implemento posterior ao requerimento administrativo do tempo de contribuição para fins de aposentadoria.
10.Embargos de Declaração a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NEGANDO-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5008060-72.2013.4.04.7112
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSE FERNANDO DE MEDEIROS FERREIRA
PROC./ADV.:IMILIA DE SOUZA
OAB:RS 36.024
PROC./ADV.:VILMAR LOURENÇO
OAB:RS-33559
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, indeferiu pedido de reconhecimento como especial de período de trabalho na qualidade de pedreiro.
2.O aresto combatido, em rejulgamento por força de adequação ao entendimento exarado pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, considerou que não estariam satisfeitos os requisitos reconhecimento como especial de período de trabalho na qualidade de pedreiro, nos termos em que definido pela TRU/4ª Região.
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhantes, entendeu(ram) possível reconhecimento como especial de período de trabalho na qualidade de pedreiro, uma vez comprovado a exposição a agentes nocivos, por meio de perícia.
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
5.Incide na hipótese a vedação descrita na Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6.É que no acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reportou, quando do julgamento em readequação, que a TRU da 4ª Região determinou que "somente é possível o enquadramento da atividade de pedreiro exercida antes de 28.04.1995, data da publicação da Lei n. 9.032/95, na categoria profissional descrita no item 2.3.3 do Quadro Anexo ao Decreto n. 53.831/64, quando desempenhadas tarefas de perfuração ou escavação na construção de edifícios, barragens ou pontes" e estabeleceu que "a exposição à poeira de cimento - que se dá no exercício das atividades de pedreiro -, por si só, não permite o reconhecimento da especialidade da atividade".
7.Entendimento, aliás, em conformidade com o da TNU (Súmula 71).
8.Portanto, a hipótese é de averiguação no caso concreto da efetiva exposição a agentes nocivos.
9.Ao proceder ao rejulgamento, a TR entendeu que não havia "possibilidade de reconhecimento da especialidade do labor de pedreiro da construção civil" nos períodos pleiteados, donde, a meu sentir, procedeu à valoração das provas, dentro do seu poder de discricionário convencimento (art. 131 do CPC).
10.Neste contexto, não há possibilidade de reexame dos fatos, uma vez que, pela conclusão adotada pela TR, extrai-se o entendimento de que não havia a subsunção aos critérios definidos pela TRU.
11.Por outro lado, caso a parte-autora entenda que não se cumpriu os critérios fixados pela Corte Regional de Uniformização, melhor sorte não lhe atinge quanto ao resultado do presente incidente, posto que tal questão deveria ter sido suscitada junto à TRU, pelos meios processuais próprios.
12. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 28 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002723-96.2013.4.04.7114
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:ELIANA LUISA BAZEGGIO SCHMIDT
PROC./ADV.:DÉBORA CRISTINA BIANQUETTI
OAB:RS-63144
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, desconsiderou contribuição previdenciária efetuada sob a condição de segurado facultativo e em atraso.
2.O aresto combatido considerou imprestável para fins de cômputo como tempo de contribuição ou como carência contribuição previdenciária feita em atraso pela parte-autora sob a condição de segurado facultativo.
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entenderam que é válida contribuição previdenciária realizado em atraso, desde que conste no CNIS e seja para fins de cômputo de tempo de contribuição e não de carência.
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
5.De início, deixo de acolher o julgado (apelação/reexame necessário nº 5002690-26.2010.404.7110/TRF-4ª Região) relativo a Órgão Judiciário integrante da mesma Região da Justiça Federal integrada pela

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Turma Recursal de origem, por expressa contrariedade à hipótese de conhecimento do incidente de uniformização ("divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões").
6.Ainda mais, quando a alegação de divergência é entre acórdão de Turma Recursal e acórdão de Tribunal Regional Federal, hipótese que não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.
7.Por outro lado, no acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, desconsiderou contribuição previdenciária efetuada sob a condição de segurado facultativo e em atraso, sob o seguinte fundamento (da sentença, mantida sem acréscimos):
"Por outro lado, o período em que a parte autora postula o reconhecimento de tempo de contribuição na qualidade de segurado facultativo (março de 2001), não merece ser computado para fins de tempo de contribuição. Com efeito, o Decreto nº 3.048/1999, em seu art. 11, § 3º, e a Lei n.° 8.213/91, em seu art. 13, definem que a filiação na qualidade de segurado facultativo gera efeitos somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento.
Já o artigo 30, inciso II, da Lei n.° 8.212/91, dispõe que o segurado facultativo está obrigado a recolher sua contribuição por iniciativa própria até o dia quinze do mês seguinte ao da competência.
Da análise dos autos, verifica-se que o recolhimento da contribuição relativa ao mês de março de 2001 ocorreu somente em 30/04/2001, data da efetiva filiação ao Regime na qualidade de segurado facultativo, não sendo possível o cômputo do mês de março de 2001 para fins de tempo de contribuição, nem para fins carência" (grifei).
8.Do exame quanto ao segundo caso paradigma (Recurso Especial nº. 642.243/RS, relator Ministro Nilson Naves, STJ), observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos.
9.É que no caso dos presentes autos, se desconsiderou o mês da competência da contribuição previdenciária por ter sido feita por segurado facultativo em atraso, uma vez que se referiu à primeira contribuição ("verifica-se que o recolhimento da contribuição relativa ao mês de março de 2001 ocorreu somente em 30/04/2001, data da efetiva filiação ao Regime na qualidade de segurado facultativo").
10.No julgado do STJ, se reformou acórdão da 5ª Turma do TRF-4ª Região que havia entendido serem imprestáveis, para fins de carência, as contribuições previdenciárias feitas em atraso, mesmo aquelas posteriores à primeira contribuição feita tempestivamente.
11.No caso paradigma, o STJ entendeu úteis as contribuições previdenciárias feitas em atraso, desde que haja o efetivo recolhimento da "primeira contribuição sem atraso", in verbis:
"De minha parte, entendo ser melhor a solução dada na primeira instância. Ora, de acordo com Sérgio Pinto Martins, considera-se período de carência o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis à concessão do benefício que o segurado da Previdência Social busca. Para ele, em se tratando de 'empregado doméstico, contribuinte individual, empresário, trabalhador autônomo e especial e segurado facultativo', conta-se o período de carência 'da data do efetivo recolhimento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para esse fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores' ('Direito da Seguridade Social', 2004, pág. 325). Vê-se, portanto, que a exegese feita pelo Tribunal de origem aplica-se melhor não à circunstância descrita nos autos, mas à hipótese ilustrada por Machado da Rocha e Baltazar Junior ('Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social', 2005, pág. 122), a saber, ao 'segurado autônomo que exerceu atividade sem recolher contribuições durante o período de dez anos, ao cabo do qual veio a se inscrever e passou a contribuir regularmente. Nesse caso, poderá o segurado, comprovando o exercício da atividade, e recolhendo as contribuições respectivas, computar aquele tempo de serviço. Essas contribuições atrasadas não serão, todavia, computadas para efeito de carência'. À vista do exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para restabelecer a sentença."
12.Tal entendimento não contrasta com o que decidido pela TR de origem, que desconsiderou a contribuição previdenciária referente a março/2001 posto que feita em atraso e referente à primeira contribuição, uma vez que a filiação ao regime previdenciário deu-se em abril/2001.
13.Ademais, o paradigma apresentado corresponde apenas a julgado de uma Turma do STJ (aparentemente, posto que apresentado apenas um trecho do julgado, sem indicação de qual órgão componente do STJ que o proferiu).
14.Do comando legal que disciplina o instituto do Incidente de Uniformização extrai-se que a divergência que legitima o incidente é aquela ocorrida entre a tese acolhida no acórdão recorrido e súmula ou jurisprudência dominante do STJ. Portanto, a admissão do incidente demanda a comprovação de que a tese adotada pelo julgado paradigma é pacificada (majoritária) na Corte do STJ.
15.Poderia, ainda, a exigência da demonstração da natureza pacificada no STJ acerca do tema debatido ser suprida por afirmação expressa neste sentido no julgado paradigma, nos termos da Questão de Ordem nº 05, o que, porém, não ocorreu no caso apresentado nos autos.
16.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência, pela não ocorrência da divergência.
17. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 28 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0508392-74.2013.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:THIAGO VICTOR DE ANDRADE CHIBA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de agravo regimental interposto em face de acórdão proferido por esta Turma Nacional de Uniformização que não conheceu de Incidente de Uniformização, em razão da ausência de prequestionamento da questão de direito material objeto do pedido de uniformização.
2.Observo que o julgado agravado não se constituiu de decisão monocrática, mas sim de Acórdão proferido pela TNU, em sessão colegiada de julgamento.
3.Nos termos do art. 522 do CPC c/c arts. 32 do Regimento Interno deste Colegiado, o agravo regimental apenas é cabível em face de decisões interlocutórias, motivo pelo qual há a inadequação processual do presente recurso, a qual é manifestamente inadmissível, sendo o caso de negar-lhe seguimento (art. 557 do CPC)
4.ISTO POSTO, não conheço do presente agravo regimental, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 27 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002163-82.2012.4.04.7214
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GUSTAVO FERREIRA DE MELLO
PROC./ADV.:JAIR PEREIRA
OAB:SC-5490
REQUERIDO(A):MARCELO SANTOS FERREIRA
PROC./ADV.:JAIR PEREIRA
OAB:SC-5490
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência proposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de auxílio-reclusão.
2.O aresto combatido reconheceu o direito ao benefício previdenciário, considerando que o segurado (contribuinte individual) estava no período de graça, em razão do desemprego.
3.Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de turma recursal de outra região, no sentido de que "ao segurado da classe Contribuinte Individual não se aplica a prorrogação do período de graça prevista no artigo 15, § 2º, da Lei 8.213/91".
4.O presente incidente não comporta seguimento. Explico.
5.A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 0500946-65.2014.4.05.8400 (rel. p/acórdão o Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), julgado na Sessão de 21 de outubro de 2015, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do relator, do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos:
"6. Penso que a questão a ser decidida no presente incidente ainda não foi apreciada por esta Turma de Uniformização, A questão examinada no PEDILEF 50473536520114047000, relatada pelo colega Bruno Carrá, versava sobre a possibilidade de aplicação do §2º do art. 15 para quem deu ensejo ao rompimento do vínculo empregatício. No presente recurso, a controvérsia reside na interpretação do enunciado normativo abranger ou não os contribuintes individuais. Feito o necessário "distinguish", passo a apreciação da questão controvertida.
7. Considero que deve prevalecer a interpretação da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região. De fato, os enunciados constantes dos §1º e 2º do artigo 15 da Lei 8.213/91 não podem ser interpretados literalmente. A aplicação de normas, extraídas de leis ou regulamentos, para a resolução de conflitos sociais, tem a vantagem de simplificar o trabalho dos operadores do direito que não necessitam realizar juízos morais complexos. Contudo, não é possível aplicar nenhum texto sem a realização de uma atividade de interpretação que não pode ser uma operação mecânica e meramente cognoscitiva. Por melhores que sejam os legisladores de um País, jamais será possível abarcar toda a complexidade da vida social e, além disso, todos os sistemas jurídicos aceitam o critério interpretativo de que a aplicação de uma norma não pode levar a um resultado irracional, absurdo ou incompatível com o princípio da isonomia. No julgamento da Reclamação 4374, cabe recordar que o STF, no voto ministro Gilmar Mendes, destacou que o legislador deve tratar a matéria de forma sistemática. Isso significa dizer que todos os benefícios da seguridade social (assistenciais e previdenciários) devem compor um sistema consistente e coerente. Com isso, podem-se evitar incongruências na concessão de benefícios, cuja consequência mais óbvia é o tratamento anti-isonômico entre os diversos beneficiários das políticas governamentais.
8. É cediço que as atividades laborais não se restringem à relação empregatícia. Aliás, com as transformações ocorrentes no mundo do trabalho- tecnológicas, científicas e dentro de um contexto de crise econômica e de globalização, cada vez mais o trabalhador se vê fragilizado nos seus direitos trabalhistas e previdenciários. Não podemos ignorar que a Lei de Benefícios é uma versão "remasterizada" da antiga Lei Orgânica da Previdência Social de 1960 - com a inclusão dos trabalhadores rurais e permeada por regras de transição - quando se acreditava que seria possível concentrar as relações de trabalho no formato padronizado do vínculo empregatício.
9. Dependendo da necessidade de quem contrata o trabalhador e de como o serviço é prestado, podemos ter outras relações de trabalho, tais como o trabalho eventual, o avulso e o autônomo. De todo o modo, o princípio da uniformidade e equivalência das prestações devidas aos trabalhadores urbanos e rurais (parágrafo único do art.194 da CF/88) não compactua com distinções previdenciárias que não estejam amparadas em justificativas razoáveis, seja do ponto de vista da responsabilidade pelo recolhimento das contribuições ou no princípio da seletividade. De efeito, se os trabalhadores verteram o mesmo número de contribuições, ou trabalharam pelo mesmo período (nas situações em que a lei exige apenas a prova do trabalho), sendo todos segurados obrigatórios, não faz sentido que a manutenção da qualidade de segurado seja maior para uma categoria e menor para outra.
10. Nessa linha, podem ser apontados os seguintes precedentes:
'PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFENSORIA PÚBLICA. LEGITIMIDADE QUALIDADE DE SEGURADO. PERÍODO DE GRAÇA. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. AUSÊNCIA DE TRABALHO. EQUIPARAÇÃO AO DESEMPREGADO. MEIOS DE COMPROVAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA. DESCABIMENTO QUANDO ATUA CONTRA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTEGRANTE DA MESMA FAZENDA PÚBLICA À QUAL PERTENCE. 1. A Defensoria Pública detém legitimidade para ajuizar ação civil pública em matéria previdenciária, nos termos do inciso II do artigo 5º da Lei nº 7.347/1985, com a redação determinada pela Lei 11.448/2007, não atentando a referida norma contra os artigos 5º, LXXIV, e 134, da CF. 2. O disposto no art. 15, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.213/91, que determina a ampliação do período de graça, aplica-se ao segurado contribuinte individual, uma vez comprovado afastamento involuntário do mercado do trabalho por quaisquer meios permitidos em Direito, inclusive a prova testemunhal, consoante a orientação do STJ. 3. O Superior Tribunal de Justiça decidiu no RESP 1199715, em regime de solução de controvérsia repetitiva, em 16/02/2011 (portanto após a alteração promovida pela LC 132 na LC 80/94), que não são cabíveis honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público integrante da mesma Fazenda Pública à qual pertença'. (TRF4, AC 5009219-91.2010.404.7100, Quinta Turma, Relatora p/ Acórdão Maria Isabel Pezzi Klein, juntado aos autos em 06/02/2013).
12. Em sendo assim, mais uma vez pedindo vênia ao Nobre colega, entendo que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora deva ser provido, com a aplicação da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, para que a Turma Recursal de Origem se adeque ao entendimento de que: (a) os contribuintes individuais devem desfrutar do período de graça previsto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.213/91; e (b) o desemprego ou situação de ausência de trabalho pode ser comprovado por todos os meios de prova existentes em direito, e não apenas pelo registro da CTPS no Ministério do Trabalho."
6.Assim, em razão do julgado proferido pela TNU, entendo que não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 9º, IX, do RI/TNU ("negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal").
7.Por outro lado, tendo a Turma Recursal de origem apontado que a questão fática quanto ao desemprego já estava solucionada (no sentido da sua demonstração), descabe, no caso, a aplicação da Questão de Ordem nº 20 deste Colegiado, cabendo apenas o reconhecimento de que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento deste Tribunal, incidindo o disposto na Questão de Ordem nº 13: "não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
8.ISSO POSTO, nego seguimento ao presente Pedido de Uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 28 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0003784-23.2010.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):THEREZA STIVALE LONGO
PROC./ADV.:DIEGO GONÇALVES DE ABREU
OAB:SP-228568
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA PARA JUNTADA DE LAUDA ILEGÍVEL DE AGRAVO REGIMENTAL.
1. A parte ré formulou agravo regimental em face da decisão monocrática proferida por esta relatoria.
Entretanto, a terceira lauda do aludido agravo regimental encontra-se ilegível.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Em sendo assim, converto o julgamento em diligência, para que o INSS seja intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos, novamente, o agravo regimental, só que com a terceira lauda digitalizada de modo legível.
3. Após, retornem conclusos os autos para análise.
4. Cumpra-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500439-09.2011.4.05.8304
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):JOSINEIDE DA CONCEIÇAO PEREIRA
PROC./ADV.:NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR
OAB:PE-18185
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DECISÃO DO PRESIDENTE DESTA TNU. CUMPRIMENTO.
1. A União formulou Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, que negou provimento ao seu recurso inominado, assentando o entendimento de que:
(a) a gratificação de desempenho deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional; e
(b) a gratificação é devida pelo seu valor integral aos servidores aposentados, independentemente de a aposentadoria ter sido proporcional.
Sustenta, a União, em seu pleito de uniformização, que:
(a) diante da criação de gratificações de atividade, estará configurada a paridade remuneratória entre ativos e inativos até o momento em que sobrevenham critérios específicos de regulamentação das avaliações dos servidores em atividade, sendo estendidos aos inativos os mesmos parâmetros remuneratórios dos ativos durante o "período de transição" (período em que não regulamentadas as avaliações de desempenho dos servidores ativos, no qual a legislação de regência concede um percentual / pontuação fixo diferenciado aos ativos e inativos);
(b) sendo disposto na legislação de regência da GDPGPE e em sua efetiva regulamentação que a avaliação dos servidores ativos ocasionará efeitos financeiros retroativos a 01/01/2009, nada deverá ser pago aos inativos; e
(c) o cálculo das diferenças de gratificação de desempenho deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria do servidor.
Apontou como paradigmas julgados da Segunda e da Terceira Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul (processos de números 2010.71.58.005745-6, 2010.71.50.030896-0 e 2007.71.50.030691-5).
2. Em 13/03/2015, o Min. Presidente desta TNU determinou a restituição dos autos à Origem para aguardar o deslinde da controvérsia nos autos da PET 10.723 / RJ, em tramitação no Superior Tribunal de Justiça.
3. Consultando o site do STJ, verificou-se que o feito encontrava-se concluso desde 06/11/2014 para análise do Min(a). Relator(a).
4. Em sendo assim, esta relatoria determinou o cumprimento da decisão tomada pelo Min. Presidente desta TNU, encaminhando os autos à Turma de Origem.
5. Neste meio tempo, a União ingressa com embargos de declaração em face da decisão monocrática proferida por esta relatoria, alegando omissão quanto à manifestação acerca da proporcionalidade no cálculo da gratificação, quando esta tiver sido concedida de forma proporcional.
6. Consultando novamente o site do STJ, verifica-se que a Ministra Relatora da Petição n.º 10.723 / RJ, em 14/08/2015, indeferiu liminarmente o processamento do incidente de uniformização de jurisprudência, e, após juntada de agravo regimental em 27/08/2015, os autos retornaram conclusos para a Ministra no mesmo dia (27/08/2015).
Pois bem.
Como a PET n.º 10.723 / RJ ainda se encontra pendente de análise por parte do STJ, e em face dos princípios da celeridade processual e da segurança jurídica, determino, mais uma vez, que seja cumprida a decisão tomada pelo Min. Presidente desta TNU, por meio do encaminhamento dos autos à Turma de Origem, devendo ser rejeitados os embargos de declaração formulados pela parte ré.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0505602-29.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:NOELIA BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.:ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE
OAB:CE -15142
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO FORMULADOS EM FACE DE ACÓRDÃO QUE DECIDIU PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. MODIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA PRIMEIRA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REQUERIMENTO PARA LHES CONFERIR EFEITOS INFRINGENTES. ABERTURA DE VISTA À PARTE CONTRÁRIA.
1. Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora em face de acórdão ementado nos seguintes termos:
EMENTA
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. LEIS DE NÚMEROS 10.697/2003 E 10.698/2003. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE IMPROVIDO.
1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará, que deu provimento ao recurso da União, assentando o entendimento de que a Lei n.º 10.698/2003 não instituiu vantagem pecuniária geral, sendo vedado ao Poder Judiciário reajustar o vencimento dos servidores públicos, sob pena de violar o princípio constitucional da separação dos poderes.
Sustenta a parte autora, em síntese, que: (a) todos os servidores públicos passaram a receber remuneração com o acréscimo linear de 01 %, a partir de 01/01/2003, mais o valor de R$ 59,87, a contar de 01/5/2003, esse último a título de "vantagem pecuniária inominada", implicando um reajuste diferenciado às mais diversas carreiras do serviço público; (b) em realidade, somente com relação às remunerações mais baixas do setor público é que o Governo Federal se desincumbiu em promover a revisão salarial com base na inflação do ano anterior, deixando, em consequência, de atender à exigência constitucional de que aquela revisão deveria observar idêntico índice para todo o setor público federal; e (c) sendo inadmissível a distinção de índices, considera devido o reconhecimento de revisão de seu salário em 13,23 %, a partir de maio de 2003, compensada com o percentual que a cada autor representou o valor concedido pela Lei n.º 10.698/2003, em função dos preceitos constitucionais contidos no art. 37, X e XV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Aponta como paradigma julgado de Turma Recursal do Distrito Federal (processo n.º 0008741-29.2012.4.01.3400).
2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente de uniformização.
3. O(s) paradigma(s) indicado(s) presta(m)-se para o conhecimento do pedido de uniformização.
4. Nossa Suprema Corte, no RE n.º 800.721 / PE, não reconheceu que o tema sobre o qual versa o incidente nacional de uniformização possua repercussão geral:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. LEI 10.698/03. CONCESSÃO DE "VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL". OFENSA AO ART. 37, X, DA CF. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. A controvérsia relativa à incorporação, a vencimento de servidor, do reajuste de 13,23 % sobre sua remuneração é de natureza infraconstitucional, já que decidida pelo Tribunal de origem com base nas Leis 10.697/03 e 10.698/03, não havendo, portanto, matéria constitucional a ser analisada. 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Constituição Federal se dê de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, Pleno, DJe de 13/03/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC. (ARE 800721 RG / PE, Tribunal Pleno, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe-080, DIVULG 28/04/2014, PUBLIC 29/04/2014) (grifei)
O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, em julgados de suas Primeira e Segunda Turmas, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 %:
ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23 %. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. LEIS 10.697/2003 E 10.698/2003. DESCABIMENTO. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA TURMAS DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Consoante a jurisprudência do STJ, a Vantagem Pecuniária Individual, criada pela Lei 10.698/2003, não possui natureza de revisão geral de vencimentos, não sendo devido, aos servidores públicos federais, o reajuste de 13,23 %. Precedentes (STJ, AgRg no REsp 1.490.094/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2014; STJ, REsp 1.450.279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2014). II. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1316914 / PB, Segunda Turma, Rela. Mina. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 24/04/2015) (grifei)
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23 %. LEI 10.698/2003. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA.
ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. É firme o entendimento no âmbito da 1ª e 2ª Turma do STJ no sentido de que a Vantagem Pecuniária Individual criada pela Lei 10.698/2003 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, não sendo devido aos servidores públicos o reajuste de 13,23 %. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Precedentes: AgRg no REsp 1267125/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, DJe 08/09/2014; REsp 1450279/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 03/06/2014, DJe 16/06/2014; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 11/03/2014, DJe 17/03/2014; AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 21/11/2013, DJe 12/12/2013. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1490094 / PE, Segunda Turma, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 19/12/2014) (grifei)
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) (grifei)
O E. TRF da 1ª Região, por meio de sua Primeira Seção, tem decidido no mesmo sentido do C. STJ:
ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE A TÍTULO DE ISONOMIA. LEIS NºS 10.697 E 10.698, DE 2003. EMBARGOS INFRINGENTES. JULGAMENTO NÃO OBSTANTE A ARGUIÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE. SUPERVENIÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE 37. PEDIDO AUTORAL JULGADO IMPROCEDENTE. 1. Reajuste de 13,28% reconhecido pelo acórdão embargado, a título de isonomia, com fundamento no art. 37, X, da Constituição, em face das Leis nºs 10.697/2003, que concedeu reajuste linear de 1% aos servidores públicos, e 10.698/2003, que concedeu vantagem pecuniária individual (VPI), no valor de R$ 59,87, tida por violadora da referida regra constitucional, por disfarçar de VPI percentual de aumento geral. 2. Nos termos da Súmula Vinculante nº 37 (o que já era objeto da Súmula 339), não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 3. Embargos infringentes acolhidos, para fazer prevalecer o voto vencido, agora nos termos da Súmula Vinculante nº 37 do Supremo Tribunal Federal, negando provimento à apelação e julgando improcedente o pedido autoral. (EIAC 2009.30.00.002360-2 / AC, numeração única 0002356-09.2009.4.01.3000, Primeira Seção, Rel. Desembargador Federal JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, Data da Decisão 25/11/2014, 10/12/2014 e-DJF1 P. 208) (grifei)
Do mesmo modo vem entendendo a Segunda Seção do E. TRF da 4ª Região:
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DA REMUNERAÇÃO. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. NATUREZA DE ABONO. INVIABILIDADE DE REPUTAR O NUMERÁRIO EM QUESTÃO COMO REVISÃO GERAL. VEDAÇÃO AO JUDICIÁRIO DE ATUAÇÃO COMO LEGISLADOR. IMPROVIMENTO. 1. A vantagem pecuniária individual (VPI) de R$ 59,87, instituída pela Lei 10.698/03, não pode ser entendida como uma revisão geral, uma vez que esta já fora procedida pela Lei 10.697/03, que, a seu turno, tratou sobre o reajuste anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais, implementando acréscimo de 1 % retroativo a 01-01-2003. 2. O numerário de R$ 59,87 caracteriza-se como um abono de valor fixo aos servidores públicos em geral, mas não tem o condão de ser alçado a patamar compatível com o de uma revisão geral, malgrado sua iniciativa haver partido do Presidente da República, bem assim sua destinação estar afeta aos servidores dos três Poderes, tal como previsto no art. 37, X da CRFB/88, eis que a incorporação desta quantia ao vencimento básico está vedada, bem como sua utilização como base de cálculo para qualquer outra vantagem. 3. Inviável o acolhimento da pretensão de atribuir efeitos diversos à Lei 10.698/03, uma vez que refoge à alçada do Poder Judiciário tal competência, dado ser-lhe defesa a atuação como legislador positivo, não possuindo a almejada função de determinar o aumento dos vencimentos dos servidores, ainda que sob o fundamento da isonomia, na linha do quanto prescrito pela Súmula 339 do STF, sob pena de ferimento ao princípio da independência dos Poderes da União. 4. Honorários advocatícios majorados para R$ 3.000,00 (três mil reais), valor adequado à natureza e complexidade da demanda e que atende aos parâmetros dos §§ 3º e 4º do artigo 20 do CPC. 5. Apelação do Sindicato improvida. Apelação da FUNAI parcialmente provida. (TRF4, AC 5045840-82.2013.404.7100, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 16/04/2015) (grifei)
ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REVISÃO GERAL. LEIS 10.697/03 E 10.698/03. O aumento instituído pela Lei n.º 10.698/2003 nos vencimentos dos servidores decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Não cabe ao Poder Judiciário dar efeitos diversos à lei, uma vez que não pode atuar como legislador positivo, sob pena de afronta ao princípio da separação de poderes. (TRF4, AC 5023102-71.2011.404.7100, Quarta Turma, Relator p/ Acórdão Luís Alberto D'azevedo Aurvalle, juntado aos autos em 11/11/2014) (grifei)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMBARGOS INFRINGENTES. SERVIDORES PÚBLICOS. REVISÃO GERAL. LEIS 10.697/03 E 10.698/03. 1. O aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Não pode o Poder Judiciário interpretar de forma diversa a outorga da referida vantagem, sob pena de afronta ao princípio da separação de poderes. 2. Embargos infringentes providos. (TRF4, EINF 2008.71.00.015786-0, Segunda Seção, Relator Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, D.E. 16/10/2013) (grifei)

Em face da jurisprudência do C. STJ acerca da matéria, tenho que não mereça guarida a pretensão da parte autora formulada em sede de pleito nacional de uniformização de jurisprudência.

5. Em face do exposto, o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora DEVE SER CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO.

Sustenta a parte autora, em síntese, que a fundamentação utilizada no acórdão embargado não reflete mais a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do assunto, uma vez que o referido Tribunal Superior alterou o seu entendimento no REsp n.º 1.536.597 / DF, exarado em momento posterior ao julgamento deste incidente.

2. Com razão a parte autora.

De fato, o pedido de uniformização objeto do presente incidente foi julgado em 18/06/2015, tendo a sessão do REsp n.º 1.536.597 / DF ocorrido em momento posterior (23/06/2015).

E, no aludido julgado, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça modificou o seu entendimento acerca da matéria. Transcrevo a seguir a ementa:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (ART. 37, PARTE FINAL DO INCISO X, DA CF). A VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI) E O REAJUSTE LINEAR DE 1% DECORRERAM DA REVISÃO GERAL ANUAL, CINDIDA EM DUAS NORMAS (LEI 10.698/2003 E 10.697/2003). RECOMPOSIÇÃO CONCEDIDA INTEGRALMENTE APENAS PARA SERVIDORES COM MENOR REMUNERAÇÃO. DESVIRTUAMENTO DO INSTITUTO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA DA LEI 10.698/2003 PARA DISFARÇAR A NATUREZA JURÍDICA DE REAJUSTE GERAL ANUAL, DIANTE DO ORÇAMENTO PÚBLICO REDUZIDO. CORREÇÕES DAS DISTORÇÕES EQUIVOCADAS DA LEI, APRIMORANDO O ALCANCE DA NORMA JURÍDICA, UTILIZANDO-SE DA EQUIDADE JUDICIAL, PARA SUA REAL FINALIDADE, A FIM DE ESTENDER A REVISÃO GERAL ANUAL COM ÍNDICE PROPORCIONAL E ISONÔMICO AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA VINCULANTE 37 DO STF. RECURSO ESPECIAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO.

1. O Supremo Tribunal Federal entende que a controvérsia do reajuste de remuneração com base nas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003 é de cunho subconstitucional.

2. A previsão constitucional no art. 37, parte final do inciso X, da CF, redação dada pela EC 19/98, de iniciativa do Presidente da República, assegura o direito subjetivo ao Servidor Público Federal à Revisão Anual Geral da remuneração ou subsídio, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

3. A Vantagem Pecuniária Individual (VPI) instituída pela Lei 10.689/2003, e o reajustamento linear de 1%, prevista na Lei 10.697/2003 decorreu da aplicação de Revisão Geral Anual, cindida em duas normas. O Poder Executivo, ao assumir a iniciativa de ambos os projetos de lei que deram origem as Leis 10.697/2003 e 10.698/2003, teve a pretensão de recompor integralmente a remuneração dos servidores que percebiam menor remuneração, em face da inflação verificada no ano anterior às edições das normas, como verificado na Exposição de Motivos Interministerial 145/2003 (Mensagem 207/2003).

4. Com o acréscimo linear de 1%, previsto na Lei 10.697/2003, e a VPI de R$ 59,87, instituída pela Lei 10.698/2003, o aumento para categoria com menor remuneração foi de aproximadamente 15,3% (R$ 416,50 para R$ 480,53), percentual próximo ao da inflação no ano de 2002 de 14,74% com base no INPC aferida pelo IBGE. Assim, a recomposição concedida atingiu apenas aqueles Servidores Públicos que recebiam menor remuneração, porém para aqueles de maior remuneração não foram abrangidos pela real finalidade das normas editadas, qual seja, a Revisão Geral Anual.

5. Tal desvirtuamento se deu em razão da Lei 10.698/2003, que fixou a denominada Vantagem Pecuniária Individual como estratégia de Revisão Anual Geral pelo governo. Alterou-se um instituto jurídico que não é próprio da Revisão Geral Anual para alcançar o seu objetivo de recomposição salarial, porém o fez de forma desproporcional e não isonômica à grande maioria dos Servidores Públicos. Devido à falta do orçamento para conceder o reajustamento geral a todos os Servidores, realizou-se uma engenharia orçamentária com a dicotomização das duas normas, a fim de disfarçar a natureza jurídica de Revisão Geral Anual da Lei 10.698/2003.

6. Por certo que a opção de estratégia da concessão da Revisão Geral Anual se deu da seguinte forma: em primeiro plano foi concedido percentual idêntico (1%) para todos os Servidores Públicos Federais, com a utilização de uma parte do numerário incluído no orçamento para essa finalidade e, depois, com o restante da dotação orçamentária para esse mesmo fim, contemplou-os, todavia, não mais com percentual idênticos, e sim com deferimento em valores absolutos idênticos decorrentes da VPI.

7. Dado essencial foi que o governo à época solicitou a alteração da LOA, por meio da Mensagem da Presidência da República 205/2003, a fim de retirar do orçamento parte do numerário destinado à Revisão Geral Anual, e concomitante abriu Crédito Especial para custear a VPI, com o numerário retirado da rubrica do aumento impróprio.

8. Embora o texto da Lei 10.698/2003 identifique a concessão de vantagem, em valor fixo (R$ 59,87), a todos os Servidores Públicos Federais, não há dúvida de que, se considerado o sentido técnico da expressão vantagem pecuniária e os patamares diferenciados das remunerações de todas as classes de Servidores beneficiados, a norma jurídica aqui tratada é a instituição de verdadeira Revisão Geral Anual, porém em percentuais/índices diversos em relação a cada um que percebe remuneração distinta, devendo ser corrigida para o percentual adequado, qual seja, aproximadamente 13,23% para as demais categorias de servidores, em respeito ao princípio da isonomia e proporcionalidade.

9. Convém lembrar que não é o caso da incidência do enunciado da SV 37 do STF (antiga Súmula 339), segundo a qual não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

10. Vê-se, pois, que a Revisão Geral Anual concedida pela Lei 10.698/2003 se deu de forma dissimulada, com percentuais distintos para os Servidores Públicos Federais com desvirtuamento do instituto da Vantagem Pecuniária, logo inexiste a intenção de se conceder reajuste, por via transversa, a igualar a diversas categorias da Administração Pública Federal.

11. O que se está fazendo é corrigindo as distorções equivocadas da lei, apontada como violada, ampliando o alcance da norma jurídica, utilizando-se da equidade judicial, com o intuito de preservar a isonomia veiculada na Lei Maior, consubstanciada indiretamente na própria norma prescrita no art. 37, inciso X, da CF, pois a Revisão Anual Geral é direito subjetivo de todos os Servidores Públicos Federais dos Três Poderes sem distinção de índice e na mesma data.

12. Recurso Especial do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL ao qual se dá provimento, para julgar procedente o pedido de incidência do reajuste de 13,23% incidente sobre a remuneração, determinado a revisão nos vencimentos dos Servidores substituídos, respeitado o prazo prescricional quinquenal, compensando-se o percentual já concedido pelas referidas normas, acrescido de juros e correção monetária.

(REsp n.º 1.536.597 / DF, PRIMEIRA TURMA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 04/08/2015)

3. Como a parte autora pretende que sejam conferidos efeitos infringentes aos embargos de declaração opostos, com a modificação total do julgado, em virtude de alteração de entendimento da Primeira Turma do STJ, entendo que deva ser aberta vista à parte contrária, por 15 (quinze) dias, para se manifestar acerca dos embargos de declaração veiculados.

Após, com o transcurso do prazo ou com a manifestação, retornem conclusos.

Cumpra-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5015360-58.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):IZABEL CRISTINA MARINHO BOTTEZEL
PROC./ADV.:FÁBIA RAMOS BARLETTE
OAB:RS-31108
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (GDAA). FATOR DE REAJUSTE COM LIMITAÇÃO DE 0,8 (LEI N.º 10.480/02). INAPLICABILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência interposto pela União contra acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que, mantendo a sentença, reconheceu o direito da parte autora ao pagamento de diferenças da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo (GDAA) no período de 07/2008 a 12/2008, no grau obtido na avaliação de desempenho, sem a restrição imposta pelo fator de reajuste de 0,8 de que trata o art. 2º da Lei n.º 10.480/02.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. Sustenta, em síntese, a União que não cabe o pagamento no valor correspondente a 100 pontos, no período que mediou a publicação da MP n.º 441/08, convertida na Lei n.º 11.907/09, e a conclusão do primeiro ciclo de avaliação prevista na Lei n.º 10.480/02, em sua redação atual. Aponta como paradigma julgado da C. Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (processo n.º 513352-87.201.4.05.81005).

4. A Gratificação de Atividade de Apoio Técnico Administrativo (GDAA) foi criada pela Lei n.º 10.480/2002, tendo o § 3º do art. 2º da referida lei estabelecido um limite máximo global de pontos passíveis de atribuição aos servidores situados em determinado nível da carreira, limitação esta correspondente a 80 vezes o número de servidores ativos naquele nível. Administrativamente, a GDAA foi regulamentada pela Portaria AGU n.º 705, de 18/11/2003.

Antes da vigência da MP n.º 441/2008, foi editada a Portaria AGU n.º 205, de 31/07/2008, a qual determinou que os servidores avaliados no primeiro semestre de 2008 e que obtivessem a totalidade dos pontos na avaliação individual (80 pontos) e na avaliação institucional (20 pontos), totalizando 100 pontos, teriam sua pontuação reduzida para 80 pontos, pela aplicação do mencionado fator de ajuste (0,8).

Posteriormente, veio a lume a Medida Provisória n.º 441, de 29/09/2008 (posteriormente convertida na Lei nº 11.907/2009), que alterou a redação do art. 2º da Lei n.º 10.480/2002, suprimindo a limitação aludida, e trazendo norma transitória (art. 2º, § 6º), prevendo que, enquanto não confeccionada norma administrativa reguladora e enquanto não processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, o servidor faria jus à GDAA em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, sendo prevista, a avaliação de desempenho, no art. 19, parágrafo único, da Portaria AGU n.º 705/03.

Portanto, a pontuação de desempenho resulta da somatória das avaliações individual e institucional de cada servidor, antes da limitação prevista originariamente pela Lei n.º 10.480/2002 (art. 2º, §3º).

Em sendo assim, no período de transição entre a MP n.º 441/2008 e a nova sistemática, regulamentada pela Portaria AGU n.º 1829, de 26/12/2008, a qual suprimiu o referido fator de ajuste e estabeleceu novos critérios de avaliação individual e institucional, com o primeiro ciclo de avaliação, correspondente ao período de julho a dezembro de 2008, regulado pela Portaria AGU n.º 01, de 02/01/2009, com efeitos financeiros a partir de jan/2009, o servidor faz jus à percepção da GDAA em valor correspondente à sua última pontuação de desempenho, antes da limitação prevista originariamente na Lei nº 10.480/2002 (art. 2º, §3º).

Isso é o que já restou decidido, na sessão do dia 11/03/2015, por esta TNU no PEDILEF n.º 5045486-28.2011.4.04.7100, de minha relatoria. Transcrevo o julgado:

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA RÉ. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (GDAA). FATOR DE REAJUSTE COM LIMITAÇÃO DE 0,8 (LEI N.º 10.480/02). INAPLICABILIDADE.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência interposto pela União contra acórdão da C. Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que, mantendo a sentença, reconheceu o direito da parte autora ao pagamento de diferenças da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo (GDAA) no período de 01/07/2008 a 31/12/2008, no grau obtido na avaliação de desempenho, sem a restrição imposta pelo fator de reajuste de 0,8 de que trata o art. 2º da Lei n.º 10.480/02 e a Portaria n.º 705/03.

2. Sustenta, em síntese, a União que não cabe o pagamento no valor correspondente a 100 pontos, no período que mediou a publicação da MP n.º 441/08, convertida na Lei n.º 11.907/09, e a conclusão do primeiro ciclo de avaliação prevista na Lei n.º 10.480/02, em sua redação atual. Aponta como paradigma julgado da C. Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (processo n.º 513352-87.201.4.05.81005).

3. A Gratificação de Atividade de Apoio Técnico Administrativo (GDAA) foi criada pela Lei n.º 10.480/2002, tendo o § 3º do art. 2º da referida lei estabelecido um limite máximo global de pontos passíveis de atribuição aos servidores situados em determinado nível da carreira, limitação esta correspondente a 80 vezes o número de servidores ativos naquele nível. Administrativamente, a GDAA foi regulamentada pela Portaria AGU n.º 705, de 18/11/2003.

Antes da vigência da MP n.º 441/2008, foi editada a Portaria AGU n.º 205, de 31/07/2008, a qual determinou que os servidores avaliados no primeiro semestre de 2008 e que obtivessem a totalidade dos pontos na avaliação individual (80 pontos) e na avaliação institucional (20 pontos), totalizando 100 pontos, teriam sua pontuação reduzida para 80 pontos, pela aplicação do mencionado fator de ajuste (0,8).

Posteriormente, veio a lume a Medida Provisória n.º 441, de 29/09/2008 (posteriormente convertida na Lei nº 11.907/2009), que alterou a redação do art. 2º da Lei n.º 10.480/2002, suprimindo a limitação aludida, e trazendo norma transitória (art. 2º, § 6º), prevendo que, enquanto não confeccionada norma administrativa reguladora e enquanto não processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, o servidor faria jus à GDAA em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, sendo prevista, a avaliação de desempenho, no art. 19, parágrafo único, da Portaria AGU n.º 705/03.

Portanto, a pontuação de desempenho resulta da somatória das avaliações individual e institucional de cada servidor, antes da limitação prevista originariamente pela Lei n.º 10.480/2002 (art. 2º, §3º).

Em sendo assim, no período de transição entre a MP n.º 441/2008 e a nova sistemática, regulamentada pela Portaria AGU n.º 1829, de 26/12/2008, a qual suprimiu o referido fator de ajuste e estabeleceu novos critérios de avaliação individual e institucional, com o primeiro ciclo de avaliação, correspondente ao período de julho a dezembro de 2008, regulado pela Portaria AGU n.º 01, de 02/01/2009, com efeitos financeiros a partir de jan/2009, o servidor faz jus à percepção da GDAA em valor correspondente à sua última pontuação de desempenho, antes da limitação prevista originariamente na Lei nº 10.480/2002 (art. 2º, §3º).

4. Dessa forma, o voto é por conhecer e improver o presente incidente formulado pela parte ré, para estabelecer que, no período de transição entre a MP n.º 441/2008 e a nova sistemática, regulamentada pela Portaria AGU n.º 1829, de 26/12/2008, a qual suprimiu o referido fator de ajuste e estabeleceu novos critérios de avaliação individual e institucional, com o primeiro ciclo de avaliação, correspondente ao período de julho a dezembro de 2008, regulado pela Portaria AGU n.º 01, de 02/01/2009, com efeitos financeiros a partir de jan/2009, o servidor faz jus à percepção da GDAA em valor correspondente à sua última pontuação de desempenho, antes da limitação prevista originariamente na Lei nº 10.480/2002 (art. 2º, §3º).

Em 01/2015, nos autos do PEDILEF 50153588820124047100, de relatoria do Juiz Federal João Batista Lazzari, esta TNU já havia assim decidido:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (GDAA).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

LEI 10.480/2002. PAGAMENTOS EFETIVADOS NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2008. MEDIDA PROVISÓRIA 441/2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.907/2009. EXCLUSÃO DA INCIDÊNCIA DO FATOR DE AJUSTE. APLICAÇÃO NO INTERVALO DA REGRA DE TRANSIÇÃO. GARANTIA DE PERCEPÇÃO DA REFERIDA GRATIFICAÇÃO EM VALOR CORRESPONDENTE À ÚLTIMA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A TÍTULO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (ART. 2ª, §6º). PEDIDO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Trata-se de ação em que a parte autora, integrante do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, requer o pagamento de diferenças decorrentes da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, no período de julho a dezembro de 2008, período em que tal vantagem ficou limitada a 80 (oitenta) pontos, em razão de previsão de ajuste previsto na legislação de regência, posteriormente revogada. 2. A sentença julgou procedente a demanda por entender que o fator de ajuste de que tratava o § 3º, do artigo 2º, da lei 10.480/2002, foi revogado pela nova redação que lhe deu a Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, convertida posteriormente na Lei 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, bem como que desde sua revogação, deixou de existir o impedimento ao pagamento integral dos valores obtidos na avaliação razão pela qual o magistrado de primeiro grau considerou correto que o pagamento da GDAA, no segundo semestre de 2008, se dê no grau obtido na avaliação efetuada no período imediatamente anterior, sem o limite imposto pelo fatorde ajuste. 2.1 Em recurso inominado, a União argumentou que a aplicação da gratificação desprovida do fator de ajuste desde julho de 2008, conforme pedido da exordial e deferido em sentença, não se coaduna com as normas estabelecidas na redação anterior da Lei nº 10.480/2002, que expressamente determinava sua aplicação, nem tampouco com os termos da Medida Provisória nº 441, de 2008, que estipulou a obrigatoriedade de regulamentação para sua eficácia plena, bem como estabeleceu que as regras permaneceriam inalteradas enquanto não se promovesse a edição de nova Portaria regulamentadora. 2.2 A 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul negou provimento ao recurso para confirmar a sentença pelos próprios fundamentos. 3. Em seu pedido de uniformização, a União defende que o acórdão recorrido destoa de decisão proferida por Turma Recursal do Ceará (processo 513352-87.201.4.05.81005), que entendeu não ser cabível o pagamento da GDAA, no valor correspondente a 100 pontos, referente ao período que mediou a publicação da Medida Provisória 441/2008, convertida na Lei n. 11.907/2009, e a conclusão do primeiro ciclo de avaliação prevista na Lei 10.480/2002, em sua atual redação. 4. Pedido de uniformização admitido na origem. 5. Entendo comprovado o dissídio jurisprudencial entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões. 6. Quanto ao mérito, tenho que o entendimento que deve prevalecer é o esposado no acórdão recorrido. 7. A Gratificação de Atividade de Apoio Técnico Administrativo (GDAA) foi criada pela Lei n. 10.480/2002, que, no tocante aos limites de pontuação, assim dispôs: Artigo 2º. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, devida, exclusivamente, aos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, não integrantes das carreiras jurídicas da Instituição. § 1º. A GDAA será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor na AGU, bem como do desempenho institucional na forma, critérios e procedimentos estabelecidos em ato do Advogado-Geral da União. § 2º. A GDAA terá como limites a seguinte pontuação, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo a esta Lei: I - máximo de 100 (cem) pontos por servidor; e II - mínimo de 10 (dez) pontos por servidor. § 3º. O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõe a AGU para ser atribuído aos servidores corresponderá a 80 (oitenta) vezes o número de servidores ativos por nível, que faz jus à GDAA, em exercício na AGU. 8. No âmbito administrativo, a Portaria n. 705, de 18/11/2003, estabeleceu a forma, os critérios e os procedimentos para a atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, prevendo um fator de ajuste a ser aplicado toda vez que o limite de pontuação do servidor ultrapassasse o limite global máximo estabelecido no § 3º do art. 2º da Lei n. 10.480/2002, in verbis: Art. 19. O total da pontuação da GDAA referente a cada servidor, calculado pela Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União, será o resultado da soma entre a pontuação obtida pelo servidor em sua avaliação de desempenho individual e a pontuação atribuída à avaliação de desempenho institucional. Parágrafo único. A pontuação do desempenho de cada servidor de que trata o caput deste artigo, resultante do somatório das avaliações individual e institucional, estará sujeita a ajuste, caso seja ultrapassado o limite global de pontuação dos servidores do respectivo nível, de que trata o art. 2º, § 3º, da Lei nº 10.480, de 2002. Art. 20. O limite global de pontuação mensal, por nível, de que dispõe a AGU para ser atribuído aos servidores corresponderá a oitenta vezes o número de servidores ativos por nível, que faz jus à GDAA, em exercício na AGU. § 1º A Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União totalizará os pontos obtidos pelos servidores beneficiários da GDAA,em sua avaliação de desempenho individual e institucional, ocupantes de cargo do mesmo nível. § 2º Caso o total de pontos a que se refere o § 1º ultrapasse, por nível, o limite de pontos de que dispõe a AGU para o respectivo nível, a Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União procederá ao ajuste do total da pontuação da GDAA referente a cada servidor, para que seja respeitado o limite a que se refere o caput. § 3º A Secretaria-Geral efetuará o ajuste de que trata o § 2º da seguinte forma: I - obterá o fatorde ajuste, que será o resultado da divisão entre o número do limite de pontos de que dispõe a AGU para atribuir aos servidores, por nível, pelo somatório de todos os pontos obtidos por servidores beneficiários da GDAA, em sua avaliação de desempenho individual e institucional, ocupantes de cargo do mesmo nível; II - o fator de ajuste será multiplicado pelo total da pontuação da GDAA de cada servidor, obtida na forma do art. 19; e III - o número inteiro obtido da multiplicação referida no inciso II, desconsiderados os eventuais décimos, será a pontuação a que faz jus o servidor. § 4º A Secretaria-Geral divulgará a pontuação global correspondente a cada nível e os respectivos fatores de ajuste. 8.1 Com vistas a dar efetividade ao § 4º do art. 20 da citada Portaria, a AGU divulgou a pontuação global de cada nível e os respectivos fatores de ajuste da GDAA de cada de ciclo de avaliação, inclusive do compreendido entre janeiro e junho de 2008, período discutido na presente ação (Portaria n. 205, de 31/07/2008). 9. Ocorre que o art. 2º da Lei n. 10.480/2002 foi alterado pela Medida Provisória n. 441, de 29/09/2008, convertida na Lei n. 11.907/2009, consoante se infere: Art. 2o Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, devida, exclusivamente, aos servidores de níveis superior, intermediário e auxiliar pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, não integrantes das Carreiras jurídicas da Instituição, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na AGU. § 1o A GDAA será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos em ato do Advogado-Geral da União. § 2o A GDAAserá paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas. § 3o A pontuação máxima da GDAA a que se refere o § 2o deste artigo será assim distribuída: I - até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. § 4o A avaliação de desempenho individual visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais. § 5o A avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas da AGU. § 6o Enquanto não for editado o ato a que se refere o § 1o deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, considerando a distribuição de pontos de que trata o § 3o deste artigo os servidores que fazem jus à GDAA, inclusive os ocupantes de cargos ou funções comissionadas, perceberão a referida gratificação em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, observados o nível, a classe e o padrão do servidor, considerando o valor do ponto constante do Anexo I desta Lei. 9.1 Como se vê, a previsão de limite global máximo que vigorava na redação original do § 3º deixou de existir, sendo criada uma norma de transição referente à distribuição de pontos nele antes contemplada, que garantiu aos servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, a percepção da referida gratificação em valor correspondente à última pontuação atribuída a título de avaliação de desempenho, enquanto não editada nova norma administrativa que viesse a regular a matéria (art. 2º, §6º). 10. Dessa forma, no período de transição entre a MP 441/2008 e a nova normativa, datada de 26/12/2008 (Portaria AGU n. 1829), o servidor passou a fazer jus à GDAA em valor correspondente à pontuação obtida na última avaliação de desempenho, sem a limitação prevista na redação original da Lei n. 10.480/2002 (art. 2º, §3º). 11. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. (PEDILEF 50153588820124047100, Rel. Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DOU 23/01/2015, páginas 068 / 160) (grifei)

E, mais recentemente, nos autos do PEDILEF 5015365-2012.4.04.7100, e nos termos do voto-vista do Juiz Federal Bruno Carrá (apresentado na sessão de 11/09/2015), esta TNU voltou a reafirmar a sua jurisprudência, no sentido de que, com o advento da Medida Provisória n.º 441/2008, convertida na Lei n.º 11.907/2009, não mais seria aplicável o fator de ajuste, devendo ser paga a gratificação de acordo com as avaliações individuais e institucionais.

5. Em sendo assim, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU e do art. 9º, IX, da Resolução n.º 345 / 2015 do Conselho da Justiça Federal, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0506015-49.2012.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:MARÍGIA CAVALCANTE VARELA DE ALMEIDA
PROC./ADV.:TATIELY CORTÊS TEIXEIRA
OAB:RN-9002
REQUERIDO(A):UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. QUINTOS. INCORPORAÇÃO. PRESCRIÇÃO. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA N.º 085 DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM N.º 020. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, que restou ementado nos seguintes termos (evento 24):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSIONISTA. ATO ADMINISTRATIVO DE SUPRESSÃO OU REDUÇÃO DE VANTAGEM REMUNERATORIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IMPROVIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de pretensão da parte autora que busca seja incorporada no valor de sua pensão os "quintos" previstos no art. 3º da Lei nº 8.911/94 e sua posterior conversão em VPNI, os quais eram previstos no contracheque da aposentadoria do falecido cônjuge.
- O nobre Juiz monocrático reconheceu a prescrição do fundo de direito, visto que "a gratificação pleiteada pela parte autora foi suprimida do contracheque do instituidor da pensão em agosto de 2006, e a presente ação foi ajuizada em 27/04/2012", ocorrendo, portanto, de mais de cinco anos entre a supressão da gratificação e a propositura da ação.
- Acerca dessa questão, o Superior Tribunal de Justiça solidificou a orientação "de que o ato de supressão ou de redução de vantagem remuneratória é comissivo (e não omissivo), de efeitos concretos e permanentes, e apto a atingir o próprio fundo de direito" (Processo MS 7501/DF, 2001/0055323-6, Rel. Min. Alderita Ramos de Oliveira, Data do Julgamento: 08/05/2013, Data da Publicação/Fonte: DJe 15/05/2013).
- Sentença mantida por seus próprios fundamentos.
- Improvimento do recurso da parte autora.

Sustenta a parte autora, em seu pleito de uniformização, que a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação. Aponta como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp n.º 1127271 / RJ).

2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente nacional de uniformização.

3. É verdade que, em regra, a jurisprudência do C. STJ considera que ocorre a prescrição do fundo do direito quando ultrapassados mais de 05 (cinco) anos entre o ajuizamento da ação e o ato administrativo questionado pelo demandante (AgRg no REsp 1526684 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 01/06/2015).

No entanto, o próprio Superior Tribunal de Justiça ressalta que, nas relações de trato sucessivo (como é o caso dos autos), em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não houver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, INCISO II DO CPC. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. SUPRESSÃO DE VANTAGEM SALARIAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL (DECRETO 20.910/32). OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DO ACRE DESPROVIDO. 1. Inexiste a violação ao art. 535, incisos I e II do CPC. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa às normas ora invocadas. 2. Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. 3. Agravo Regimental do Estado do Acre desprovido. (AgRg no REsp 1477066 / AC, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 21/05/2015) (grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. REVISÃO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. SEXTA-PARTE. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 85/STJ. 1. O STJ já afastou especificamente a aplicação da prescrição do próprio fundo de direito aos casos de supressão da vantagem denominada "sexta-parte", por entender que a pretensão ao seu recebimento, por se vincular a um ato omissivo da Administração, seria renovável mês a mês. Precedentes: AgRg no REsp 1.446.740/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/5/2014; AgRg no REsp 1.429.464/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 28/3/2014; AgRg no REsp 1.359.736/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3/2/2014. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1507419 / SP, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 30/03/2015) (grifei)

E esta Turma Nacional de Uniformização adotou, mutatis mutandis, o mesmo do STJ ao decidir acerca das parcelas provenientes do resíduo de 3,17 %:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. 3,17%. CORREÇÃO MONETÁRIA. SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO CONFIRMADA PELO **ACÓRDÃO RECORRIDO. PAGAMENTO PARCELADO. MARCO INICIAL PRAZO PRESCRICIONAL. PRESCRIÇÃO AFASTADA EM PARTE. SÚMULA 85/STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. QUESTÃO DE ORDEM N. 7/TNU. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO. 1. CUIDA-SE DE AÇÃO EM QUE A PARTE AUTORA POSTULA O PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS DECORRENTES DA INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE AS DIFERENÇAS ADIMPLIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO REFERENTES AO RECONHECIMENTO DO DIREITO AO REAJUSTE RESIDUAL DE 3,17%, PAGAMENTOS EFETUADOS NOS MESES DE AGOSTO E DEZEMBRO DE CADA ANO, ATÉ O FINAL DE 2009. 2. A SENTENÇA ACOLHEU A PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO, COM BASE NO FUNDAMENTO DE QUE "COMO O QUE A AUTORA QUER NÃO É O REAJUSTE EM SI (COMPUTADO DESDE 1995), MAS A CORREÇÃO MONETÁRIA NO PAGAMENTO QUE SE DEFERIU ADMINISTRATIVAMENTE, O MARCO DA PRESCRIÇÃO VAI INCIDIR NA DATA EM QUE ESTES PAGAMENTOS SE INICIARAM, OU SEJA, NA HIPÓTESE,**

Comercialização proibida por terceiros

EM DEZEMBRO DE 2002. POR ESSA RAZÃO, É QUE HÁ PRESCRIÇÃO NA ESPÉCIE, PORQUE A DEMANDA APORTOU EM JUÍZO DEPOIS DE COMPLETADOS CINCO ANOS DESSA DATA". 2.1 A PARTE AUTORA RECORREU DA SENTENÇA ARGUMENTANDO QUE APENAS EM DEZEMBRO DE 2009 É QUE FOI MATERIALIZADO O PAGAMENTO DA ÚLTIMA PARCELA VENCIDA, RAZÃO PELA QUAL NÃO HAVERIA PRESCRIÇÃO NO CASO, PORQUANTO O PRAZO PRESCRICIONAL, QUE TEVE INÍCIO APÓS TAL MARCO, AINDA NÃO HAVIA TRANSCORRIDO QUANDO DO AJUIZAMENTO DA PRESENTE AÇÃO. 2.2 A 4ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO PARA CONFIRMAR A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO FORAM OPOSTOS COM PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES, MAS REJEITADOS PELA INSTÂNCIA ANTERIOR. 3. EM SEU PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, DEFENDE A PARTE AUTORA QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO CONTRARIA A JURISPRUDÊNCIA DO STJ FIRMADA NO SENTIDO DE QUE O INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL QUANTO A PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS EFETUADOS DE FORMA ESCALONADA DEVE COINCIDIR COM A DATA DE QUITAÇÃO DA ÚLTIMA PRESTAÇÃO UMA VEZ QUE NÃO CORRE A PRESCRIÇÃO DURANTE O PARCELAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 4º DO DECRETO 20.910/32 (RESP 962.493/PB). 4. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO ADMITIDO NA ORIGEM. 5. COMPROVADO O DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL, PASSO À ANÁLISE DO MÉRITO. 6. A SENTENÇA CONFIRMADA PELA TURMA RECURSAL DE ORIGEM RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DO DIREITO À CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE AS DIFERENÇAS ADIMPLIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO REFERENTES AO RECONHECIMENTO DO DIREITO AO REAJUSTE RESIDUAL DE 3,17%, POR ENTENDER QUE COMO OS VALORES FORAM PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE, O MARCO DA PRESCRIÇÃO É A DATA EM QUE OS PAGAMENTOS SE INICIARAM, NO CASO, EM DEZEMBRO DE 2002. NÃO FOI CONSIDERADA, ASSIM, A JURISPRUDÊNCIA DO STJ SEGUNDO A QUAL "NAS DEMANDAS OBJETIVANDO REPOSIÇÃO DE PARCELA REMUNERATÓRIA ILEGALMENTE SUPRIMIDA, POR SE TRATAR DE RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO, QUE SE RENOVA MENSALMENTE, NÃO OCORRE A PRESCRIÇÃO DO CHAMADO FUNDO DE DIREITO" (AGRG NO RESP 841.588/SC, REL. MINISTRO PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, JULGADO EM 08/03/2007, DJ 23/04/2007, P. 325). 7. COM EFEITO, NA HIPÓTESE DOS AUTOS, A LESÃO AO DIREITO SÓ OCORREU NO INADIMPLEMENTO DAS PARCELAS DEVIDAS E RECONHECIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO POR MEIO DA MP N. 2.225-45, DE 04/09/2001, INICIANDO-SE A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL NA DATA DE VENCIMENTO DE CADA UMA DELAS, RAZÃO PELA QUAL A PRESCRIÇÃO ATINGIU APENAS AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ANTES DOS CINCO ANOS QUE ANTECEDERAM A PROPOSITURA DA AÇÃO, NOS TERMOS DA SÚMULA N. 85/STJ. NESSE SENTIDO: PEDILEF 2005.71.50.035911-0, RELATOR JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 08/06/2012; PEDILEF 05026228320074058500, RELATOR JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 28/09/2012. 8. DE ACORDO COM A QUESTÃO DE ORDEM N. 7, NA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, AFASTADA A PRESCRIÇÃO OU A DECADÊNCIA DECRETADA NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA, OS AUTOS SÃO DEVOLVIDOS AO JUIZADO OU À TURMA RECURSAL, CONFORME O CASO 9. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO COM DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM PARA ANÁLISE DO TEMA OBJETO DA PRESENTE AÇÃO. (PEDILEF 50683230920134047100, REL. JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI, DOU 23/01/2015 PÁGINAS 68 / 160) (GRIFEI)

4. Por todo o exposto, o pleito nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela autora merece ser provido, devendo os autos ser devolvidos à Turma Recursal de Origem para adequação do julgado (Questão de Ordem n.º 020 desta TNU).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 19 de agosto de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5012985-50.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ARMELINDA DE FATIMA GUEDES DE JESUS
PROC./ADV.:LUCIANA PEREIRA DA COSTA
OAB:RS-56506
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁCTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deu provimento ao recurso da parte autora, reformando a sentença de primeiro grau, para julgar procedente o pedido formulado na inicial de revisão da Renda Mensal Inicial do benefício de pensão por morte nº 125.471.560-3 (DIB em 27/12/2000) na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/1991. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] Recorre a parte autora de sentença de improcedência que reconheceu a decadência do direito à revisão de benefício de auxílio-doença com reflexo em aposentadoria por invalidez, mediante a aplicação do artigo 29, inciso II, da Lei n. 8.213/91.

Razão lhe assiste.

No que se refere ao prazo decadencial, o caso em apreço apresenta peculiaridade a ser considerada. O próprio INSS reconheceu a ilegalidade do Decreto que afastava a aplicação do artigo 29, II, da Lei 8.213/91, determinando, inclusive, a revisão administrativa dos benefícios assim concedidos.

O Decreto n. 6.939, de 18/08/2009, já alterara as disposições anteriores que contrariavam frontalmente as normas legais.

Ainda, em 15 de abril de 2010, o Instituto editou o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, pelo qual passou a conceder administrativamente os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez (e também aqueles benefícios que se utilizam da mesma forma de cálculo, como a pensão por morte) já com a correta observância do artigo 29, II, da Lei n. 8.213/91, reconhecendo o direito do segurado à revisão administrativa dos benefícios em manutenção. Constava no referido Memorando expressamente o reconhecimento da ilegalidade do Decreto revogado.

Assim, esta Turma entende que o segurado já havia adquirido o direito a ela, pouco importando quando passou a exercer sua prerrogativa. Interpretação diversa fere frontalmente o direito individual previsto no artigo 5º, XXXVI, da CF, não sendo de se admitir que dispositivo legal impeça o exercício de direito previsto constitucionalmente.

Essa revisão deveria ter sido feita pela administração inclusive de ofício, pois todo ato de concessão de benefício é vinculado à lei e não está sujeito a critérios discricionários da administração. Uma vez reconhecido o erro administrativo, a ilegalidade no seu procedimento, tem a administração a obrigação legal e constitucional de revisar de ofício seus próprios atos. A manutenção eterna da reconhecida ilegalidade administrativa, em benefício prestacional com nítido caráter alimentar, destinado à preservação das condições mínimas existenciais do indivíduo e diretamente vinculado à ideia de dignidade da pessoa humana, não se coaduna com o sistema constitucional pátrio.

No que pertine à prescrição quinquenal, proposta a ação dentro do prazo de cinco anos a partir do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, estão prescritas as eventuais parcelas anteriores a 15/04/2005. Neste sentido, é a jurisprudência pacificada da TRU da 4ª Região:

REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ATO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. 1. O Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, constitui marco interruptivo do prazo prescricional para a revisão dos benefícios com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91. 2. Essa interrupção garante o recebimento das parcelas anteriores a cinco anos da publicação do normativo para pedidos que ingressarem administrativa ou judicialmente em até cinco anos após a mesma data, uma vez que houve reconhecimento administrativo do direito. 3. Pedido de uniformização provido. (5018503-64.2012.404.7000, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 25/06/2012)

Ademais, ainda que se considere o recomeço da contagem da prescrição pela metade do prazo, nos casos de revisão da RMI dos benefícios mediante a aplicação do art. 29, II, da LB, em face do reconhecimento administrativo, o prazo prescricional permanece interrompido, porquanto não se verificou o 'último ato ou termo' do processo que interrompeu o prazo (art. 4º e art. 9º, do Decreto n.º 20.910/32), ou seja, o pagamento advindo do reconhecimento administrativo do direito.

Considerando que a causa se encontra em condições de imediato julgamento, nos termos do §3º do art. 515 do CPC, passo ao exame do mérito.

Da revisão do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91

Inicialmente, merece ser afastada a ausência de interesse processual, tendo em vista que em reunião realizada no dia 09 de janeiro de 2012 no CEJUSCON Porto Alegre, com a presença de Advogados, Magistrados e Procuradores Federais, estes últimos informaram que a autarquia previdenciária não está realizando as revisões do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, diante da existência de restrições orçamentárias da entidade, nada obstante esteja em vigor o memorando Circular n. 21/DIRBEN/PFE-INSS, de 15/04/2010.

Assim, à vista deste novo quadro, julgo que está configurada a pretensão resistida a ensejar a propositura da demanda, independentemente de prévio requerimento administrativo para revisão do benefício previdenciário, já que este não seria, de qualquer forma, atendido.

Em regra, o salário-de-benefício dos benefícios previdenciários de prestação continuada consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todas as contribuições integrantes do período básico de cálculo (PBC), na forma do art. 29, incisos I e II, da Lei n. 8.213/91. Ou seja, o salário-de-benefício corresponderá à soma dos salários-de-contribuição (80% dos maiores) dividido pelo número de contribuições mensais que constituem esse grupo de 80% dos maiores salários-de-contribuição. Esse o significado da expressão 'período contributivo' inserta dos incisos I e II do art. 29 na medida em que estes dispositivos legais pretendem obter a média aritmética simples dos salários-de-contribuição.

Ocorre que, para os benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, norma regulamentar (art. 32, § 20, e art. 188-A, § 4º, do RPS aprovado pelo Decreto n. 3.048/99) determinou que o salário-de-benefício corresponderá à soma dos salários-de-contribuição (ou seja, 100% deles) dividido pelo número de contribuições apurado, quando o segurado não tiver um número mínimo de contribuições. Portanto, para as hipóteses de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença em que o segurado não tem um número mínimo de contribuições nestas, o decreto não admitiu o benefício legal de utilizar 80% dos maiores salários-de-contribuição, isto é, de excluir os menores salários-de-contribuição, correspondentes a 20% das contribuições integrantes do PBC.

Dito isso, pode-se, em tese, admitir que, para os benefícios concedidos a segurado filiado à Previdência Social antes de 28.11.99, havia autorização legal (art. 3º, caput, Lei n. 9.876/99) para tal medida regulamentar.

No entanto, a jurisprudência consolidou-se no sentido de que o art. 29, II, da Lei n. 8.213/91 não admite a restrição regulamentar impugnada, conforme se observa na seguinte decisão da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CRITÉRIO DE CÁLCULO. ARTIGO 29, II, LEI 8.213/91.

1. O cálculo do salário-de-benefício do auxílio-doença concedido após a vigência da Lei nº 9.876/99, consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondente a 80% de todo o período contributivo, independente do número de contribuições que o integrem, nos termos do artigo 29, inciso II, da Lei nº 8.213/91.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e não provido. (IUJEF 2007.71.50.032776-1, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora Ivanise Correa Rodrigues Perotoni, D.E. 24/03/2010)

Aliás, segundo entendimento da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região '(...) a disposição contida no artigo 3º da Lei nº 9.876/99 - aplicável apenas aos segurados já vinculados ao RGPS até o dia 28/11/1999 - não justifica o descumprimento à determinação do artigo 29, inciso II. Pelo contrário, faz menção expressa à obrigatoriedade de observação desse dispositivo legal, estabelecendo apenas um período de apuração de contribuições diverso (entre julho de 1994 até a DIB)' (excerto do voto da relatora).

Assim, o cálculo do salário-de-benefício do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez (e da pensão por morte calculada com base neste benefício) concedidos após a vigência da Lei n. 9.876/99 consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todas as contribuições, independente do número de contribuições que o integrem, nos termos do artigo 29, inciso II, da Lei n. 8.213/91.

Nesse contexto, impõe-se a reforma da sentença recorrida para condenar o INSS a revisar o cálculo da renda mensal inicial do benefício nº 117.340.670-8, titularizado pelo recorrente, com o pagamento das parcelas vencidas e vincendas, se for o caso, observada a prescrição.

No que se refere à prescrição, a questão foi pacificada pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região no seguinte sentido:

REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ATO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. 1. O Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, constitui marco interruptivo do prazo prescricional para a revisão dos benefícios com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91. 2. Essa interrupção garante o recebimento das parcelas anteriores a cinco anos da publicação do normativo para pedidos que ingressarem administrativa ou judicialmente em até cinco anos após a mesma data, uma vez que houve reconhecimento administrativo do direito. 3. Pedido de uniformização provido. (5018503-64.2012.404.7000, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 25/06/2012)

Nesse contexto, proposta a ação dentro do prazo de cinco anos a partir do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, estão prescritas as eventuais parcelas anteriores a 15/04/2005.

Dos juros de mora e correção monetária: (1) incide correção monetária desde quando devidas, na forma da Lei nº 6.899/81 e alterações, inclusive para o período anterior ao ajuizamento da ação (IGP-DI de 05/96 a 12/2003 e INPC de 01/2004 a 06/2009), até 30/06/2009; (2) incidem, apenas para as ações ajuizadas antes de 30/06/2009, juros moratórios de 12% a.a., contados da citação até 30/06/2009, a teor das Súmulas n.os 3 e 75 do TRF da 4ª Região e da jurisprudência do STJ (EREsp n° 215674-PB, 3ª Seção, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU1, 06/11/2000, p. 191); e (3) a partir de 1º.07.2009, data em que passou a viger a Lei 11.960, de 29.06.2009, publicada em 30.06.2009, para fins de atualização monetária e juros haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, os quais devem ser capitalizados. Precedentes do STF (RE 142104 e RE 162.874-0) e desta TNU (PU 2005.51.51.09.9861-2). 3. Pedido de Uniformização conhecido e não provido. (PEDILEF 200772950056420, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DOU 08/04/2011 SEÇÃO 1.), segundo cálculo a ser realizado oportunamente no Juizado de origem.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Importa destacar que 'o magistrado, ao analisar o tema controvertido, não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, mas, tão-somente, aqueles que efetivamente sejam relevantes para o deslinde do tema' (STJ, Resp 717265, DJ 12.03.2007, p.239).
Ademais, saliento que, nos Juizados Especiais, o processo deve se orientar pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º da Lei n.º 9.099/95); em sede de recurso em Juizado Especial, o julgamento pode constar apenas da ata, mediante fundamentação sucinta e parte dispositiva, podendo ainda a sentença ser confirmada pelos próprios fundamentos, hipótese em que a súmula do julgamento servirá de acórdão (art. 46 da Lei n.º 9.099/95).
Assim, refuto todas as alegações que não tenham sido expressamente rejeitadas nos autos, porquanto desnecessária sua análise para chegar à conclusão exposta no julgado.
Dou expressamente por prequestionados todos os dispositivos indicados pelas partes nos presentes autos, para fins do art. 102, III, da Constituição Federal, respeitadas as disposições do art. 14, caput e parágrafos e art. 15, caput, da Lei nº 10.259, de 12.07.2001. A repetição dos dispositivos é desnecessária, para evitar tautologia.
Sem honorários, dada a impossibilidade de condenação em honorários daquele que não recorreu, ou seja, do recorrido vencido (art. 55 da Lei n. 9.099/95). Custas na forma da lei.
Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao recurso da parte autora. [...]"
2. Em seu pedido de uniformização, requer a parte ré "que seja fixado o entendimento de que: a) o prazo decadencial estabelecido no art. 103 da Lei 8213/91 é plenamente aplicável ao caso em tela, uma vez que não pode ser interrompido ou suspenso; b) não houve a interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade/pensão por morte mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010; c) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez; d) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida".
3. O incidente de uniformização foi admitido na origem somente no que diz respeito à alegação de decadência, não tendo o requerente apresentado agravo da decisão.
4. No caso, entendo que as situações fático-jurídicas tratadas nos paradigmas indicados (EDcl no REsp 1309534 / RS e EDcl no REsp 1304433 / SC) não guardam similitude com a debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos pelo STJ versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de pensão por morte concedida em 27/12/2000.
5. Ademais, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido a seguir exposto:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. AUXÍLIO-DOENÇA. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA À DECADÊNCIA LEGAL. DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA NO CASO CONCRETO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte-autora pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença. 2. O aresto combatido considerou que estava consumado o prazo decadencial para o exercício do direito à revisão de aposentadoria por invalidez, contado da data da concessão do auxílio-doença, por entender ser este o "benefício que efetivamente se busca revisar". 3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entenderam que o prazo decenal para a revisão de aposentadoria por invalidez conta-se data de concessão deste benefício, considerado autonomamente em relação ao auxílio-doença, do qual se originou. 4. Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante. 5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 6. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados. 7. Explico: 8. No acórdão recorrido, a 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença, sob o seguinte fundamento: "A controvérsia trazida pela parte autora encontra-se uniformizada no âmbito da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, nos seguinte termos: REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO QUANDO DECORRIDOS MAIS DE DEZ ANOS. 1. O prazo decadencial do direito de revisar é contado da data da concessão do benefício que efetivamente se busca revisar, seja ele originário ou derivado. 2. Tendo decaído o direito de revisar o benefício originário, não há possibilidade de revisão do benefício derivado, no caso de esta ser apenas reflexa da revisão do primeiro. 3. Recurso improvido. (5000341- 64.2012.404.7115, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 25/06/2012 - grifei). Dessarte, ressalvo meu posicionamento pessoal no sentido de que, em se tratando de dois benefícios previdenciários, um originário e outro derivado, os prazos deveriam ser contados de forma autônoma, para, nos termos da jurisprudência uniformizada, negar provimento ao recurso. (...) Dessa forma, mantenho a sentença recorrida e condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, e de custas, na forma da Lei, ficando a execução suspensa na hipótese de a parte autora ser beneficiária da AJG. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso da parte autora." 9. Nos casos paradigmas (2ª TR/BA, Processo nº 0017050-19.2010.4.01.3300, j. 08/07/2011; 3ª TR/SP, Processo nº 0596563120074036301, rel. Juiz Federal Danilo Almasi Vieira Santos, j. 14/05/2012), se decidiu que o prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença inicia-se da concessão do benefício atual (aposentadoria) e não do originário (auxílio-doença). 10. Entendeu-se nos precedentes que há, em tais casos, "a existência de duas lesões à esfera do segurado...a primeira decorrente da equivocada concessão do auxílio-doença e a segunda da igualmente errônea implantação da aposentadoria por invalidez" (2ª TR/BA) e "os reflexos da revisão são para o benefício atual e não o benefício originário" (3ª TR/SP). 11. Portanto, há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/pedido de revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido contou-se a decadência da aposentadoria por invalidez; nos paradigmas entendeu-se do início do auxílio-doença. 12. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 13. Como visto, a controvérsia repousa sobre o início da contagem do prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez, mediante a revisão da RMI do auxílio-doença do qual se originou a aposentadoria, prazo este previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91: Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. 14. Os entendimentos divergentes podem ser assim resumidos: a) o prazo decadencial iniciar-se-ia quando da concessão do auxílio-doença, uma vez que a revisão da aposentadoria que se pretende constitui, na verdade, em revisão da Renda Mensal Inicial do auxílio-doença precedente; b) o prazo decadencial iniciar-se-ia da data da concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que as relações jurídicas referentes ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez são autônomas, devendo ser consideradas separadamente. 15. Inicialmente, consigno que os entendimentos acima reportados terão aplicação conforme o caso concreto, não se excluindo, absolutamente, nenhuma das duas formas de contagem do prazo decadencial. 16. Conforme a matéria controversa, os fatos litigiosos e o objetivo perseguido pela parte-autora, haverá o cabimento de cada um dos termos iniciais do prazo de decadência. 17. Tal entendimento prevalece mesmo diante do reconhecimento da circunstância de que os benefícios em questão possuem naturezas distintas, constituindo relações jurídicas próprias, sujeitas a regramentos específicos. 18. É que o critério para a identificação do termo inicial do prazo de decadência deve vincular-se ao momento em que houve a lesão ao direito pleiteado, ainda que tal lesão prolongue seus efeitos sobre o benefício superveniente. 19. Isto porque é a partir da constituição de uma dada e específica situação jurídica - que se pretende alterar com a ação revisional -, que tem início o prazo decadencial para revisá-la. 20. Assim, exemplificativamente, caso o segurado queira revisar o seu benefício de aposentadoria por invalidez em razão de o valor da RMI não corresponder a 100% do salário-de-benefício, a lesão ao direito ocorreu na concessão do benefício de aposentadoria, ainda que decorrente de auxílio-doença, motivo pelo qual, em tal hipótese, entendo que a contagem do prazo decenal iniciaria da data de concessão da aposentadoria. 21. Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão prevista no art. 29, II, da Lei nº 8.213/91 (incluído pela Lei nº 9.876/99): apuração do salário-de-benefício adotando-se a "média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo". 22. Esta revisão, portanto, destina-se ao recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) do auxílio-doença, o que, em se tratando de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, conduz à conclusão de que se pede a revisão da RMI do auxílio-doença, posto que, ainda que peça nominalmente a revisão da aposentadoria por invalidez, o que se pretende, na verdade, é a revisão do auxílio-doença inicial. 23. Isto porque, na hipótese, a aposentadoria por invalidez é resultado da mera transformação de auxílio-doença, observada o percentual de 100% do salário-de-benefício (em oposição ao percentual de 91% do salário-de-benefício para o auxílio-doença). 24. Tal entendimento é perfeitamente perceptível quando se examina os termos em que formulados a causa de pedir e o pedido pela parte-autora (ora requerente), conforme trechos que ora reproduzo (sem grifos no original): "A presente consiste na pretensão do recálculo do valor Auxilio doença da parte autora, buscando remediar ilegalidade cometida pela autarquia quando da concessão de seu beneficio. (...) Como se verá adiante, o benefício de auxilio doença foi equivocadamente calculado pelo INSS gerando uma redução nos valores pagos à parte Autora, tendo ainda gerado por conseqüência redução nos valores pagos em sua aposentadoria por invalidez e/ou pensão por morte. (...) Outra ilegalidade que se observa é que ao efetuar o cálculo do Salário-de-Benefício do(s) auxílio(s) doença, e, por conseqüência, da RMI da parte autora no respectivo beneficio, o INSS limitou-se a calcular a média aritmética simples dos salários de contribuição. (...) DO PEDIDO 4. Procedência da ação, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a: a) revisar o benefício previdenciário do autor revisando o PBC do auxílio-doença nº 114.845.928-3 do mesmo, devendo este ser recalculado conforme preceitua o artigo 29, inciso II, da Lei 8.213/91, bem como para recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do beneficio e da RMA; b)revisar a aposentadoria por invalidez nº 536.321.335-0 do autor, com base no novo cálculo do beneficio de auxilio doença, bem como recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do mesmo e da RMA." 25. Portanto, o alegado equívoco na constituição da relação jurídica previdenciária, que constitui o objeto da presente ação, ocorreu na concessão do auxílio-doença (ainda que seus efeitos prolonguem-se para o benefício derivado), de modo que a decadência (conforme nominada no art. 103 da Lei 8.213/91), em princípio, ter-se-ia consumado, ante o decurso de mais de dez anos entre a concessão do benefício e a data do ajuizamento da ação. 26. Todavia, há, quanto à matéria em questão, fato relevante a se considerar, qual seja, o reconhecimento administrativo do direito à revisão, pelo INSS, através do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010, que, em seu item 4.2, fixou serem "passíveis de revisão os benefícios por incapacidade e pensões derivadas deste, assim como as não precedidas, com DIB a partir de 29.11.1999, em que, no Período Básico de Cálculo - PBC, foram considerados 100% (cem por cento) dos salários-de-contribuição, cabendo revisá-los para que sejam considerados somente os 80% (oitenta por cento) maiores salários-de-contribuição". 27. Resta claro, pois, o reconhecimento, pela Administração Previdenciária, do direito à revisão dos benefícios que levaram em conta para o cálculo de seus valores 100% do salário-de-contribuição no respectivo PBC (ao invés dos 80% maiores), ato administrativo este que beneficia indiscutivelmente o recorrente, mesmo tendo ingressado com a presente ação mais de dez anos após a concessão do auxílio-doença. Isso porque, conforme veremos, quando do reconhecimento do direito à revisão na esfera administrativa ainda não havia transcorrido o prazo decadencial. 28. Observe-se que o item 4.1 preceitua que "deve-se observar, inicialmente, se o benefício já não está atingido pela decadência, hipótese em que, com esse fundamento, não deve ser revisado", sendo evidente, portanto, que o ato administrativo de reconhecimento do direito não foi absoluto, excluindo os casos em que já se tinha operado a decadência. E não poderia ser diferente, na medida em que o art. 209 do Código Civil preceitua ser "nula a renúncia à decadência fixada em lei", estando a Administração Pública vinculada a tal preceito, ante o princípio da legalidade (art. 37 da CF/88). 29. A questão é que não se tratou, conforme evidenciado acima, de renúncia à decadência legal (conduta vedada pela lei), mas, simplesmente, de reconhecimento expresso pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência. 30. No caso dos autos, o benefício de auxílio-doença foi concedido em favor da parte autora em 6 de maio de 2000, encontrando-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS é de 15 de abril de 2010. 31. Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente, porém, para dar-lhe parcial provimento, firmando-se a tese de que, quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença, declarando-se, no caso concreto, o afastamento da decadência pelo reconhecimento administrativo do direito, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para novo julgamento, observada a premissa supra.Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.
(PEDILEF 50155594420120047112, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 20/03/2015 PÁGINAS 106/170.)
6. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
7. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização interposto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 19 de agosto de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0532769-42.2009.4.05.8300
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:FRANCISCO DE ASSIS MARCELO DOS SANTOS
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB:PE-20418
REQUERIDO(A):FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONSECTÁRIOS LEGAIS INCIDENTES SOBRE A DIFERENÇA ADMINISTRATIVA DO ÍNDICE DE 28,86 %, RECONHECIDO ADMINISTRATIVAMENTE. DISCUSSÃO ENVOLVENDO MATÉRIA ESTRITAMENTE PROCESSUAL E CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS. SÚMULAS DE NÚMEROS 042 E 043 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, ementado nos seguintes termos:

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTES DE 28,86 % E 3,17 %. PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS. PLEITO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO.

1. Cuida-se de ação especial cível na qual a parte autora pugna pelo pagamento da correção monetária e juros de mora incidentes sobre os pagamentos administrativos feitos pela ré em relação aos índices de 28,86 % e 3,17 %.

2. Conforme restou demonstrado na sentença vergastada, a Medida Provisória nº 2.169-43/2001, previu acerca da necessidade de formalização de acordo entre o Poder Público e o servidor/aposentado/pensionista para que houvesse o pagamento da aplicação do percentual de 28,86 %, nos meses de maio e dezembro, durante o prazo de 07 anos. O art. 6º da citada Medida Provisória, nos parágrafos 1º e 2º, expressamente previu que os valores encontrados seriam atualizados.

3. Observando os contracheques anexados, verifico o recebimento nos meses de maio e dezembro de verba sob a rubrica 28,86 %, o que caracteriza a formalização de acordo entre o(s) autor(es) desta ação e o ente público. Assim, diante da correção prevista em lei, da aceitação dos termos do acordo e da total ausência de provas de que não houve a efetiva aplicação de índices de correção monetária, deve o pedido ser rejeitado.

4. Ademais, como bem explicitado na sentença vergastada, a Súmula nº 48 da Advocacia-Geral da União não trata da matéria aqui discutida, mas sim do reajuste de 28,86 % aos militares, situação bem diversa da dos autos.

5. A Medida Provisória nº 2.225-45/2001, por sua vez, tratou do percentual de 3,17 %. Com relação a este tema, adoto integralmente a fundamentação exposta na sentença, in verbis: "Há duas diferenças entre esta MP e a que tratava do reajuste de 28,86 %. Primeiro, não houve a necessidade de formalização de acordo; segundo, não houve a previsão expressa de correção dos valores devidos. Em que pesem estas diferenças, mais uma vez deixou a parte autora de produzir qualquer tipo de prova da não aplicação dos índices de correção monetária sobre os valores que estão sendo pagos. Por outro lado, o que a jurisprudência pacificamente já decidiu é que ninguém é obrigado a aceitar este parcelamento, já que realizado sem formalização de acordo, como já dito. Tanto que a Resolução nº 52/2005 do Senado Federal suspendeu, sem redução de texto, o parcelamento previsto no art. 11, caso o servidor se recuse a assim o receber, por força de decisão do STF no RE nº 401.436/GO."

6. Recurso da parte autora improvido.

7. Salvo no caso de haver sido concedida a gratuidade da Justiça (Lei nº 1.060/50), a parte sucumbente deve arcar com o pagamento dos honorários advocatícios, ora arbitrados à razão de 10 % (dez por cento) sobre o valor da causa corrigido.

Sustenta a parte autora, em síntese, que: (a) a Turma Recursal de origem julgou o caso sem observar as condições de admissibilidade do recurso (análise do pedido de justiça gratuita); e (b) houve uma perda da ordem de 6,03 % no que toca ao pagamento administrativo da diferença de 28,86 %, reconhecida pela Administração.

Foram apontados como paradigmas julgados do STJ (ROMS n.º 19.747 e REsp n.º 440.007) e da TRU da 4ª Região (processo n.º 2006.71.95.015258-0).

2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente nacional de uniformização.

3. Referentemente à questão da concessão, ou não, da assistência judiciária gratuita e/ou da gratuidade da justiça, tenho que, nos termos da Súmula n.º 043 desta TNU, o pleito nacional de uniformização não deva ser conhecido, porquanto envolve discussão de matéria estritamente processual, qual seja, preparo de recurso inominado.

4. Quanto à discussão acerca dos consectários legais que deveriam ser aplicados no pagamento administrativo da diferença da ordem de 28,86 %, reconhecida administrativamente, entendo que, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU, relativamente a este ponto, o incidente também não deva ser conhecido, por envolver o reexame da matéria fático-probatória.

É que o acórdão recorrido negou pretensão ao recurso inominado apresentado pela parte autora sob o fundamento de que não existiriam provas da efetiva aplicação dos índices de correção monetária apontados.

Portanto, a análise do incidente, caso se pretendesse provê-lo, passaria necessariamente pela discussão acerca da correção, ou não, conforme os índices indicados pelo autor, o que se mostra inviável em sede de processo objetivo de uniformização.

5. Em face do exposto, o pleito nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora NÃO DEVE SER CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 19 de agosto de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000519-81.2008.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A):AUREA DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.:LEONARDO BRUNO LOPES DE ARAUJO
OAB:SP-268092
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

PREVIDENCIÁRIO. BENEFíCIO POR INVALIDEZ. ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL RECONHECENDO COMO INCAPACITANTE A MOLÉSTIA DA QUAL PADECE A PARTE AUTORA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA PARCIALMENTE REFORMADA EM SEGUNDO GRAU. QUESTIONAMENTOS ACERCA DA EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE VíNCULO COM O RGPS À ÉPOCA DA INVALIDEZ, LEVANTADOS PELA PARTE AUTORA DESDE A CONTESTAÇÃO, NÃO EXAMINADOS PELA TURMA RECURSAL EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TEMA ABORDADO GENERICAMENTE NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PARCIAL PROVIMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ACÓRDÃO DECLARADO NULO. RETORNO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL.

No caso sob exame, verifica-se que no acórdão-voto impugnado foi registrado, de forma lacônica, que "o autor ostenta a qualidade de segurado", circunstância decorrente do fato de o pedido haver sido julgado improcedente porque a moléstia da qual padece a parte autora não foi considerada como totalmente incapacitante, sendo-lhe possível exercer, segundo registro no Laudo Pericial, outras atividades profissionais, como "telefonista, porteira, copeira, camareira, comerciária" etc.

Por haver sucumbido em Segundo Grau, a Autarquia Previdenciária opôs Embargos de Declaração, sustentando haver obscuridade no julgado impugnado "no que toca à perda da qualidade de segurado e a preexistência da doença", vez que, segundo a Embargante, "a autora ingressou no sistema.

previdenciário em abril de 2002", enquanto "a prova dos autos aponta de forma inexorável que a autora filiou-se ao sistema já portadora de doença e da alegada incapacidade", motivo pelo qual não faz jus ao Benefício Previdenciário obtido em Segundo Grau.

Ao julgar os Embargos de Declaração, a 4a Turma Recursal afastou a alegação de obscuridade, sendo consignado no voto-condutor apenas que "consta dos autos que a parte autora preenche os requisitos para a obtenção/restabelecimento do benefício pleiteado", repetindo, com outras palavras , o mesmo fundamento lacônico adotado no julgado embargado, ou seja , "o autor ostenta a qualidade de segurado".

Assim procedendo, deixou o Colegiado de examinar efetivamente as alegações apresentadas pelo Embargante, renovadas no Pedido de Uniformização, no sentido de que os elementos probatórios indicam que o ingresso da parte autora no Regime Geral ocorreu quando a mesma já se encontrava incapacitada para o exercício de atividade profissional que lhe assegurasse o sustento. Por via de consequência, restou frustrada a possibilidade de se configurar divergência jurisprudencial acerca dessa questão de direito material, a ser dirimida, se provocada, pela Turma Nacional de Uniformização, dado que este Colegiado não tem competência para esmiuçar o conteúdo probatório colhido nas Instâncias dos Juizados Especiais Federais (Vara e Turma Recursal).

Em síntese, o Colegiado da 4a TR-JEF-SP deixou de explicitar as razões que o levaram a entender que a parte autora não ingressou no RGPS já portando moléstia incapacitante, tema a respeito do qual desde a contestação a Autarquia vem reclamando pronunciamento judicial, sem êxito, em decorrência do que cabe a esta Turma Nacional declarar a nulidade do acórdão impugnado, determinando o retorno dos autos à Turma Recursal de origem , para que novo julgamento seja proferido, possibilitando que as alegações contidas nos Embargos de Declaração opostos sejam enfrentadas e dirimidas, conforme requerido.

Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e parcialmente provido, para ser declarado nulo o Acórdão impugnado, com o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para que examine as alegações formuladas pela Autarquia Previdenciária no bojo dos Embargos de Declaração opostos, dirimindo-as de forma fundamentada. Sem honorários advocatícios e custas processuais.

Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização julgou prejudicado o incidente de uniformização.

Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5043593-31.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:MÁRIA SALETE DA SILVA PINHEIRO
PROC./ADV.:GUILHERME TROJAN ENGEL
OAB:RS-68009
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO MONOCRÁTICA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.

Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.

Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.

A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:

"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".

Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).

De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.

Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:

"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."

Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.

Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:

"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".

(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".

Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.

Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.
Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5066068-78.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):REGINA BEATRIZ COSTA FERREIRA
PROC./ADV.:RODRIGO RAMILA
OAB:RS-88135
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO MONOCRÁTICA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.
Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.
Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.
A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:
"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.
§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.
§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.
§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".
Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).
De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.
Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:
"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."
Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.
Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:
"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".
(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".
Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.
Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.
Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5010022-39.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):MARA CASTRO MONGRANDI
PROC./ADV.:ANA PAULA MEDINA KONZEN
OAB:RS-55671
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.
Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.
Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.
A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:
"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.
§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.
§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.
§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".
Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).
De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.
Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:
"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."
Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.
Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:
"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".
(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".
Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.
Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.
Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 07 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5009644-83.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):LEONTINA DE OLIVEIRA ROCHA
PROC./ADV.:CLÁUDIO DORNELES DA SILVA
OAB:RS-54 799
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.
Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.
Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.
A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:
"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.
§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.
§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.
§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).

De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.

Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:

"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."

Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.

Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:

"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".

(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".

Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.

Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.

Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5009632-69.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ELIZIA DA SILVA MARQUES
PROC./ADV.:RODRIGO RAMILA
OAB:RS-88135
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.

Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.

Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.

A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:

"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".

Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).

De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.

Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:

"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."

Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.

Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:

"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".

(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".

Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.

Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.

Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5009511-65.2013.4.04.7102
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ANA LUIZA PORTO BARBOSA
PROC./ADV.:CRISTINA DALL´ONDER SEBBEN
OAB:MA-6655
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.

Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.

Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.

A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:

"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".

Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).

De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.

Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:

"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."

Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.

Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:

"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".

(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".

Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.

Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.

Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:5008824-64.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):MARIA CONCEIÇÃO SANTOS CARDOSO
PROC./ADV.:RODRIGO RAMILA
OAB:RS-88135
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.

Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.

Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.

A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:

"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".

Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).

De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.

Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:

"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."

Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.

Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:

"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".
(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".

Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.

Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.

Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5008791-74.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):RITA DE CÁSSIA PAGANELLI DE ASSIS
PROC./ADV.:CLÁUDIO DORNELES DA SILVA
OAB:RS-54 799
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.

Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.

Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.

A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:

"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".

Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).

De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.

Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:

"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."

Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.

Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:

"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".
(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".

Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.

Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.

Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5007975-92.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ANTONIA COSTA ROSA
PROC./ADV.:RODRIGO RAMILA
OAB:RS-88135
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.

Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.

Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.

A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:

"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".

Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).

De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:
"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."
Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.
Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:
"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".
(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".
Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.
Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.
Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5007963-78.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):MARLY TEIXEIRA BLUMBERG
PROC./ADV.:RODRIGO RAMILA
OAB:RS-88135
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.
Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.
Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.
A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:
"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.
§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.
§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.
§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".
Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).
De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.
Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:
"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."
Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.
Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:
"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".
(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".
Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.
Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.
Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 07 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5007608-68.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ADENEIDE CARVALHO DE PAULA
PROC./ADV.:CLÁUDIO DORNELES DA SILVA
OAB:RS-54 799
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.
Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.
Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.
A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:
"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.
§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.
§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.
§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".
Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).
De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.
Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:
"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."
Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.
Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:
"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".
(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".
Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.
Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.
Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 07 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005645-25.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):VANIA SILVA MADEIRA
PROC./ADV.:CLÁUDIO DORNELES DA SILVA
OAB:RS-54 799
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência vda 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.

Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.

A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:

"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".

Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).

De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.

Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:

"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."

Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.

Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:

"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".

(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".

Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.

Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.

Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5004978-88.2012.4.04.7105
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:AUREA LAURA FRIEDRICH
PROC./ADV.:EDMILSO MICHELON
OAB:RS-36152
PROC./ADV.:KARLA J. SCHWERZ
OAB:RS-61 344
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - CONCESSÃO - INEXISTÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - REEXAME DE PROVA - PEDIDO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU.

A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se conceder o benefício de aposentadoria por idade rural à vista do material probatório inserto aos autos.

A Sentença de procedência de 1º grau foi reformada pela Turma Recursal, sob o argumento de não ter a parte autora comprovado o labor rural em regime de economia familiar. "Desta feita, entendo que as notas de produtor acostadas não permitem concluir que a atividade rural era preponderante". A subsistência da família não era originária, portanto, no entender da Turma Recursal, precipuamente da exploração da atividade agrícola.

É certo, ab initio, que este Incidente, apesar de parecer tangenciar, adentra na esfera do reexame de prova e seu julgamento exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório.

Envolvendo o Pedido de Uniformização de Lei Federal, a princípio, a interpretação a ser aplicável quanto às provas necessárias a fim de caracterizar o segurado especial rural, objetivando a fruição do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, conforme previsto na Lei nº 8.213/91 e, ainda que esta Corte possa proceder ao exame da correta valoração do conjunto probatório colacionado aos autos, no sentido de dar uma nova qualificação jurídica às provas produzidas e analisadas pela Turma Recursal de origem, tenho que isso importa, no presente caso, em reapreciação da matéria probatória, circunstância, dessa forma, que inviabiliza seu conhecimento e julgamento.

A súmula 41 da TNU foi observada, não sendo a presença de integrantes do núcleo familiar o que impediu o reconhecimento da atividade rural, mas a falta de comprovação desta. Vejamos a análise nesta parte do Acórdão:

"Na justificação administrativa, a autora afirma exercer a atividade com seu esposo e os dois filhos, e acrescenta que o trabalho é feito com o auxílio de maquinário (trator, plantadeira, colheitadeira), sendo que ela é responsável pelo cuidado dos animais e da lavoura. A autora refere ainda que o esposo teve uma fábrica de aguardente, e que atualmente (desde 1994) possui uma olaria. As testemunhas confirmam que o esposo da autora possui uma olaria e um alambique.

Para que não fique descaracterizado o labor rural em regime de economia familiar, é indispensável a comprovação de que a subsistência da família era originária precipuamente da exploração da atividade agrícola. No caso, muito embora a parte tenha apresentado notas de comercialização de produtos agrícolas, necessário verificar que, em regra, foi apresentadas uma nota para cada ano a ser reconhecido, sendo que nem todas expressam o valor da comercialização.

Destaco, ademais, que, embora algumas notas estejam em nome da autora e seu esposo, os demais documentos estão em nome exclusivamente dele, sendo que, para comprovar a atividade rural em regime de economia familiar, não devem ser considerados os documentos titularizados pelo participante do grupo familiar que exerce atividade de caráter urbano. Assim, já foi decidido:

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. PROVA. DOCUMENTOS EM NOME DE TERCEIRO QUE EXERCE ATIVIDADE URBANA. (...) 2. O fato de algum membro do grupo familiar exercer atividade urbana não descaracteriza, por si só, o regime de economia familiar. 3. Todavia, a autora trouxe aos autos somente documentos em nome do marido, que exercia atividade urbana no mesmo período. 4. Assim, não serve para comprovação da atividade rural os documentos em nome do marido, referente a período em que o mesmo exercia atividade urbana, porquanto esses documentos sequer serviriam como prova de atividade rural do próprio marido da autora. 5. Recurso improvido. (RECURSO CÍVEL Nº 5013315-91.2011.404.7108/RS).

Desta feita, entendo que as notas de produtor acostadas não permitem concluir que a atividade rural era preponderante. Repita-se: foi apresentada uma nota para cada ano a ser reconhecido, o marido da autora recebe aposentadoria por tempo de contribuição e exerce atividade comercial. Portanto, não comprovado o labor rural em regime de economia familiar, a aposentadoria rural não é devida".

Resta aplicável, desta forma, a Súmula 42 deste Tribunal nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:

"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF, por incidir a Súmula 42 da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5004582-57.2011.4.04.7102
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LEDI DA SILVA COSTA
PROC./ADV.:MARLI M. BARROS AIRES
OAB:RS-57 588
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - VALORES RECEBIDOS DE BOA FÉ POR FORÇA DE TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA - IRREPETÍVEIS - RECURSO CONHECIDO - PROVIMENTO NEGADO.

Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cujo objeto é a verificação se são repetíveis os valores recebidos por força de tutela antecipada em demanda previdenciária e posteriormente revogada.

A Sentença de procedência de 1º grau (anexo 75), concedendo o benefício previdenciário à parte autora, mantendo a decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, foi reformada pela Turma Recursal (anexo 91), revogando a mesma

Suscitado o Pedido de Uniformização pela autarquia Ré (anexo 80), foi sustentado pelo Recorrente que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado em decisão proferida no Recurso Especial nº 1.384.418 - SC (2013/0032089-3), pela 1ª Seção do STJ.

É o relatório.

Ab initio, verifica-se a similitude fática ente o acórdão recorrido e o trazido a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial nº 1.384.418/SC - DJe: 30/08/2013). As questões são congêneres em sua substância e o deslinde da causa se deu em contextos probatórios análogos.

Identifico, ao adentrar no mérito, que o pagamento realizado por força judicial, e que o INSS pretende ver restituído, foi decorrente de decisão suficientemente motivada, em que pese precária, sendo indiscutível, outrossim, a boa-fé do Autor, bem como, o caráter social em questão.

Ademais, a decisão impugnada que à cassação da decisão antecipatória empresta os efeitos ex nunc, malgrado haver posições antagônicas, alinhava-se com a jurisprudência dominante pelo STJ, pela Terceira Seção e pelas Turmas que a compõem firmada à época em que prolatada, no sentido de que não estão sujeitos à repetição dos valores referentes a benefícios previdenciários recebidos de boa-fé o segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Invoco, para fundamentar esta posição, a corroboração de alguns precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. I - É incabível a devolução pelos segurados do Regime Geral da Previdência Social de valores recebidos por força de decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormente revogada. II - Entendimento sustentado na boa-fé do segurado, na sua condição de hipossuficiente e na natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Aplicação da Súmula 83/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1138706/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe de 03/08/2009).

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. RECONSIDERAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. I - Não há divergência a ser sanada na via dos presentes embargos, se a decisão apontada como dissonante foi posteriormente reconsiderada. PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 168/STJ. APLICAÇÃO. II - Na espécie, cuida-se da irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento conforme à orientação jurisprudencial desta e. Corte Superior. Aplicação da Súmula nº 168/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg nos EREsp 993.725/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/12/2008, DJe de 02/02/2009).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. RESERVA DE PLENÁRIO. INAPLICABILIDADE. MATÉRIA NOVA. DISCUSSÃO. NÃO-CABIMENTO. PRECLUSÃO. 1. Em razão do princípio da irrepetibilidade ou da não-devolução dos alimentos, bem como o caráter social em questão, é impossível a restituição dos valores recebidos a título de antecipação da majoração do benefício previdenciário, posteriormente cassada. 2. "Decidida a questão sob o enfoque da legislação federal aplicável ao

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

caso, inaplicável a regra da reserva de plenário prevista no artigo 97 da Constituição da República." (AgRg no REsp 1.055.893/RS, JANE SILVA - Desembargadora Convocada do TJ/MG -, DJ de 08/09/2008.) 3. Em sede de regimental, não é possível inovar na argumentação, no sentido de trazer à tona questões que sequer foram objeto das razões do recurso especial, em face da ocorrência da preclusão. 4. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1058348/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2008, DJe de 20/10/2008).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83 DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. 1. Não se conhece de recurso especial fundado na violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada. 2. É firme o constructo doutrinário e jurisprudencial no sentido de que os benefícios previdenciários têm natureza alimentar, sendo, portanto, irrepetíveis. 3. "Não se conhece do recurso especial, pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." (Súmula do STJ, Enunciado nº 83). 4. Agravo regimental improvido (AgRg nos EDcl no REsp 991.079/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2007, DJe de 22/04/2008).

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.DESCONTOS NO BENEFÍCIO. CARÁTER ALIMENTAR. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. Uma vez reconhecida a natureza alimentar dos benefícios previdenciários, descabida é a restituição requerida pela Autarquia, em razão do princípio da irrepetibilidade dos alimentos. Recurso provido (REsp 627.808/RS, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2005, DJ de 14/11/2005)

PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. DESNECESSIDADE. VERBAS DE NATUREZA ALIMENTAR. PRINCÍPIO DAIRREPETIBILIDADE. MENOR SOB GUARDA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. EXCLUSÃO DO ROL DE DEPENDENTES. ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO ART. 16 , § 2º DA LEI 8.213 /91.1. Nos casos de verbas alimentares, surge tensão entre o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa e o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, fundado na dignidade da pessoa humana (art. 1º , III , da CF). Esse confronto tem sido resolvido,nesta Corte, pela preponderância da irrepetibilidade das verbas de natureza alimentar recebidas de boa-fé pelo segurado.2. A fundamentação trazida no recurso tratou-se de questão de índole constitucional, portanto, incabível de apreciação no âmbito do recurso especial, sob pena de usurpação de competência do STF.3. Após as alterações trazidas pelo art. 16 , § 2º da Lei nº 8.213 /91, não é mais possível a concessão da pensão por morte ao menor sob guarda, sendo também inviável a sua equiparação ao filho de segurado, para fins de dependência.4. Agravos regimentais improvidos. (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1352754 SE 2012/0235426-4 Data de publicação: 14/02/2013)

Ressalto que, neste caso em particular, quando o beneficiário vê-se diante de posterior indeferimento de sua pretensão e fruído tendo antecipadamente o direto material invocado, não há que se vislumbrar a inexistência da boa fé objetiva, vista a legítima confiança, ou mesmo a justificada expectativa, que o Suscitado adquiriu como legais os valores recebidos, e que os mesmos passaram a integrar definitivamente o seu patrimônio. O requisito subjetivo relativo à percepção, pelo segurado, no sentido de juridicamente estar legitimado a receber tais quantias, ao meu ver, e neste caso peculiar, reitero, acarreta o cumprimento do objetivo, assegurando o beneficiário quanto à definitividade da incorporação do patrimônio recebido via tutela antecipatória, mesmo porque, à época quando prolatada a decisão antecipatória, a jurisprudência em quase toda sua totalidade entendia pela irrepetibilidade de tais valores.

A decisão guerreada que julga irrepetíveis os valores com fundamento na natureza alimentar dos benefícios previdenciários não nega, tampouco, vigência a dispositivo legal, a saber, o art. 115, II e § único, da Lei n. 8.213/9, pelo contrário, integra-o ao ordenamento jurídico, dando contornos razoáveis a sua aplicabilidade, em homenagem, sobretudo, aos princípios da boa fé e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, I, da CF).

Por fim, indispensável não esquecer que as verbas pagas e recebidas de boa fé têm nítido caráter alimentar, recebidas para suprir as necessidades do segurado e de sua família. É o entendimento firmado pela Súmula 51 desta Corte, nos seguintes termos:

"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

Concebo, diante do exposto, não ser razoável determinar a devolução das parcelas recebidas por força da tutela judicial antecipada, e posteriormente revogada pela mudança do entendimento de parte da jurisprudência até então incontroverso, devendo-se privilegiar o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, não estando obrigado o titular do direto patrimonial de caráter alimentar a restituir ao Erário tais valores.

Por tais razões, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE NEGAR PROVIMENTO.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002957-30.2012.4.04.7109
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CEDALIA PIRES DA ROSA
PROC./ADV.:EMERSON RODRIGUES DA SILVA
OAB:RS-46094
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - VALORES RECEBIDOS DE BOA FÉ POR FORÇA DE TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA - IRREPETÍVEIS - RECURSO CONHECIDO - PROVIMENTO NEGADO.

Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cujo objeto é a verificação se são repetíveis os valores recebidos por força de tutela antecipada em demanda previdenciária e posteriormente revogada.

A Sentença de procedência de 1º grau (anexo 36), declarando a inexigibilidade dos valores apurados como débito pela autarquia previdenciária e que vinham sendo descontados em outro benefício previdenciário concedido à parte autora, fruto de decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada, foi mantida pela Turma Recursal (anexo 55/56).

Suscitado o Pedido de Uniformização pelo Réu (anexo 61), foi sustentado pelo Recorrente que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado em decisão proferida nos Recursos Especiais nº 176.900-MT, 988.171-RS e 1.350.804 - PR, bem como, no Recurso Especial nº 1.384.418 - SC (2013/0032089-3), proferido pela 1ª Seção do STJ.

É o relatório.

Ab initio, verifica-se a similitude fática ente o acórdão recorrido e o trazido a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial nº 1.384.418/SC - DJe: 30/08/2013). As questões são congêneres em sua substância e o deslinde da causa se deu em contextos probatórios análogos.

Identifico, ao adentrar no mérito, que o pagamento realizado por força judicial, e que o INSS pretende ver restituído, foi decorrente de decisão suficientemente motivada, em que pese precária, sendo indiscutível, outrossim, a boa-fé do Autor, bem como, o caráter social em questão.

Ademais, a decisão impugnada que à cassação da decisão antecipatória empresta os efeitos ex nunc, malgrado haver posições antagônicas, alinhava-se com a jurisprudência dominante pelo STJ, pela Terceira Seção e pelas Turmas que a compõem firmada à época em que prolatada, no sentido de que não estão sujeitos à repetição dos valores referentes a benefícios previdenciários recebidos de boa-fé o segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Invoco, para fundamentar esta posição, a corroboração de alguns precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. I - É incabível a devolução pelos segurados do Regime Geral da Previdência Social de valores recebidos por força de decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormente revogada. II - Entendimento sustentado na boa-fé do segurado, na sua condição de hipossuficiente e na natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Aplicação da Súmula 83/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1138706/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe de 03/08/2009).

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. RECONSIDERAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. I - Não há divergência a ser sanada na via dos presentes embargos, se a decisão apontada como dissonante foi posteriormente reconsiderada. PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 168/STJ. APLICAÇÃO. II - Na espécie, cuida-se da irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento conforme à orientação jurisprudencial desta e. Corte Superior. Aplicação da Súmula nº 168/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg nos EREsp 993.725/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/12/2008, DJe de 02/02/2009).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. RESERVA DE PLENÁRIO. INAPLICABILIDADE. MATÉRIA NOVA. DISCUSSÃO. NÃO-CABIMENTO. PRECLUSÃO. 1. Em razão do princípio da irrepetibilidade ou da não-devolução dos alimentos, bem como o caráter social em questão, é impossível a restituição dos valores recebidos a título de antecipação da majoração do benefício previdenciário, posteriormente cassada. 2. "Decidida a questão sob o enfoque da legislação federal aplicável ao caso, inaplicável a regra da reserva de plenário prevista no artigo 97 da Constituição da República." (AgRg no REsp 1.055.893/RS, JANE SILVA - Desembargadora Convocada do TJ/MG -, DJ de 08/09/2008.) 3. Em sede de regimental, não é possível inovar na argumentação, no sentido de trazer à tona questões que sequer foram objeto das razões do recurso especial, em face da ocorrência da preclusão. 4. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1058348/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2008, DJe de 20/10/2008).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83 DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. 1. Não se conhece de recurso especial fundado na violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada. 2. É firme o constructo doutrinário e jurisprudencial no sentido de que os benefícios previdenciários têm natureza alimentar, sendo, portanto, irrepetíveis. 3. "Não se conhece do recurso especial, pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." (Súmula do STJ, Enunciado nº 83). 4. Agravo regimental improvido (AgRg nos EDcl no REsp 991.079/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2007, DJe de 22/04/2008).

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.DESCONTOS NO BENEFÍCIO. CARÁTER ALIMENTAR. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. Uma vez reconhecida a natureza alimentar dos benefícios previdenciários, descabida é a restituição requerida pela Autarquia, em razão do princípio da irrepetibilidade dos alimentos. Recurso provido (REsp 627.808/RS, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2005, DJ de 14/11/2005)

PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. DESNECESSIDADE. VERBAS DE NATUREZA ALIMENTAR. PRINCÍPIO DAIRREPETIBILIDADE. MENOR SOB GUARDA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. EXCLUSÃO DO ROL DE DEPENDENTES. ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO ART. 16 , § 2º DA LEI 8.213 /91.1. Nos casos de verbas alimentares, surge tensão entre o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa e o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, fundado na dignidade da pessoa humana (art. 1º , III , da CF). Esse confronto tem sido resolvido,nesta Corte, pela preponderância da irrepetibilidade das verbas de natureza alimentar recebidas de boa-fé pelo segurado.2. A fundamentação trazida no recurso tratou-se de questão de índole constitucional, portanto, incabível de apreciação no âmbito do recurso especial, sob pena de usurpação de competência do STF.3. Após as alterações trazidas pelo art. 16 , § 2º da Lei nº 8.213 /91, não é mais possível a concessão da pensão por morte ao menor sob guarda, sendo também inviável a sua equiparação ao filho de segurado, para fins de dependência.4. Agravos regimentais improvidos. (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1352754 SE 2012/0235426-4 Data de publicação: 14/02/2013)

Ressalto que, neste caso em particular, quando o beneficiário vê-se diante de posterior indeferimento de sua pretensão e fruído tendo antecipadamente o direto material invocado, não há que se vislumbrar a inexistência da boa fé objetiva, vista a legítima confiança, ou mesmo a justificada expectativa, que o Suscitado adquiriu como legais os valores recebidos, e que os mesmos passaram a integrar definitivamente o seu patrimônio. O requisito subjetivo relativo à percepção, pelo segurado, no sentido de juridicamente estar legitimado a receber tais quantias, ao meu ver, e neste caso peculiar, reitero, acarreta o cumprimento do objetivo, assegurando o beneficiário quanto à definitividade da incorporação do patrimônio recebido via tutela antecipatória, mesmo porque, à época quando prolatada a decisão antecipatória, a jurisprudência em quase toda sua totalidade entendia pela irrepetibilidade de tais valores.

A decisão guerreada que julga irrepetíveis os valores com fundamento na natureza alimentar dos benefícios previdenciários não nega, tampouco, vigência a dispositivo legal, a saber, o art. 115, II e § único, da Lei n. 8.213/9, pelo contrário, integra-o ao ordenamento jurídico, dando contornos razoáveis a sua aplicabilidade, em homenagem, sobretudo, aos princípios da boa fé e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, I, da CF).

Por fim, indispensável não esquecer que as verbas pagas e recebidas de boa fé têm nítido caráter alimentar, recebidas para suprir as necessidades do segurado e de sua família. É o entendimento firmado pela Súmula 51 desta Corte, nos seguintes termos:

"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

Concebo, diante do exposto, não ser razoável determinar a devolução das parcelas recebidas por força da tutela judicial antecipada, e posteriormente revogada pela mudança do entendimento de parte da jurisprudência até então incontroverso, devendo-se privilegiar o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, não estando obrigado o titular do direto patrimonial de caráter alimentar a restituir ao Erário tais valores.

Por tais razões, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE NEGAR PROVIMENTO.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0007185-27.2006.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:KARLA DA SILVA COELHO
PROC./ADV.:JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA
OAB:RR 368
PROC./ADV.:WINSTON REGIS VALOIS
OAB:RR-482
PROC./ADV.:GIANNE GOMES FERREIRA
OAB:RR-260
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - SALÁRIO MATERNIDADE - ATIVIDADE RURAL - INEXISTÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - REEXAME DE PROVA - PEDIDO NÃO CONHECIDO.
Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Roraima.
Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU.
A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se conceder o benefício de salário maternidade a trabalhadora rural à vista do material probatório inserto aos autos.
O acórdão reformou o julgado monocrático por entender que os documentos apresentados não podem ser considerados prova material. Trata-se, portanto, de análise subjetiva de cada órgão jurisdicional sobre a natureza da prova apresentada, que não pode ser aqui valorado, haja vista que a adequação da tese jurídica não está sendo questionada, mas apenas o critério subjetivo de valoração da prova em razão do conceito de início de prova material.
O julgamento deste Incidente exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório.
Importa frisar, ademais, que o Acórdão vergastado, proferido pela Turma Recursal de origem, seguiu a orientação desta Corte, valorando as provas dos autos, não sendo possível revisá-las nesta instancia especial.
Resta aplicável, desta forma, a Súmula 42 deste Tribunal nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF, por incidir a Súmula 42 da TNU.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 23 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500242-60.2011.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:TEREZINHA SENA DE CARVALHO
PROC./ADV.:AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
OAB:CE-9436
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL - PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - CONCESSÃO - ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA DA TNU -REEXAME DE PROVA - PEDIDO NÃO CONHECIDO.
Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Ceará.
Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU.
A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se conceder o benefício previdenciário à vista do material probatório inserto aos autos.
A Sentença de procedência de 1º grau foi reformada pela Turma Recursal, sob o argumento do não preenchimento da carência mínima exigida para a concessão da aposentadoria em epígrafe: "No caso em exame, tendo a autora completado a idade mínima para se aposentar em 2010, deve cumprir um período mínimo de carência de 174 (cento e setenta e quatro) meses. Ocorre que a requerente exerceu atividade urbana entre 1º/9/1998 e 8/11/2000, o que inviabiliza o preenchimento do prazo mínimo de carência retro mencionado. Ademais, a autora residiu em São Paulo e somente se filiou à Colônia de Pescadores em 2003, tendo-se esta data como termo inicial da atividade pesqueira, já que antes, como dito, dedicava-se à atividades urbanas, noutro Estado."
É certo, ab initio, que este Incidente, apesar de parecer tangenciar, adentra na esfera do reexame de prova e seu julgamento exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório.
Envolvendo o Pedido de Uniformização de Lei Federal, a princípio, a interpretação a ser aplicável quanto às provas necessárias a fim de caracterizar o segurado especial rural, objetivando a fruição do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, conforme previsto na Lei nº 8.213/91 e, ainda que esta Corte possa proceder ao exame da correta valoração do conjunto probatório colacionado aos autos, no sentido de dar uma nova qualificação jurídica às provas produzidas e analisadas pela Turma Recursal de origem, tenho que isso importa, no presente caso, em reapreciação da matéria probatória, circunstância, dessa forma, que inviabiliza seu conhecimento e julgamento. A Turma seguiu a orientação a que se refere o Recorrente, Sumula 14 e 46 da TNU, valorando a prova dos autos, não sendo possível revisá-la nesta instancia especial.
Importa frisar, ademais, que o Acórdão vergastado, proferido pela Turma Recursal de origem, seguiu a orientação desta Corte, valorando as provas dos autos, não sendo possível revisá-las nesta instancia especial.
Resta aplicável, assim, a Súmula 42 deste Tribunal nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF, por incidir a Súmula 42 da TNU.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0508131-21.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOSÉ AIRTON SILVA
PROC./ADV.:MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA
OAB:CE-9527
PROC./ADV.:ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES
OAB:CE-18947
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - CONCESSÃO - CARÊNCIA - INEXISTÊNCIA DE QUALIDADE DE SEGURADO - REEXAME DE PROVA - PEDIDO NÃO CONHECIDO.
Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Ceará.
Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU.
A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se conceder o benefício de aposentadoria por idade rural à vista do material probatório inserto aos autos.
A Sentença de procedência de 1º grau foi reformada pela Turma Recursal, sob o argumento da inexistência de início de prova material contemporâneo aos fatos alegados, não comprovando, a parte autora, "a condição de segurada especial pela carência de atividade rural exigida em lei, ou seja, por 15 anos ou conforme o número de meses referidos na tabela progressiva do art. 142 da Lei 8.213/91, no período imediatamente anterior ao requerimento (Art. 143) ou à data do implemento do requisito etário, mediante a juntada de documentos contemporâneos aos fatos (TNU, Súmula 34) e que atendam à exigência do Art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91, sendo certo que a prova exclusivamente testemunhal não serve para comprovar a atividade agrícola (STJ, Súmula 149)".
Colhe-se ainda do Acórdão vergastado: "Com efeito, percebe-se que o engajamento da parte autora ao trabalho agrícola é recente, sendo certo que se dedicou a atividades urbanas por períodos alongados, perdendo, assim, a qualidade de segurado especial (Art. 11, § 10, letra "b"). Ressalte-se que a filiação sindical ocorreu em março de 2009 e o requerimento data de 2011, não existindo nos autos qualquer comprovação documental de que o autor tenha exercido efetivamente a agricultura no período anterior a 2009. O autor confessou que trabalhou em firmas formalmente e que continuou a fazer "bicos" em construção civil, revelando, assim, seu distanciamento da atividade agrícola. A esposa, ademais, trabalhou por três anos na Prefeitura, deixando patente que a família não sobrevivia da agricultura de subsistência."
É certo, ab initio, que este Incidente, apesar de parecer tangenciar, adentra na esfera do reexame de prova e seu julgamento exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório.
Envolvendo o Pedido de Uniformização de Lei Federal, a princípio, a interpretação a ser aplicável quanto às provas necessárias a fim de caracterizar o segurado especial rural, objetivando a fruição do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, conforme previsto na Lei nº 8.213/91 e, ainda que esta Corte possa proceder ao exame da correta valoração do conjunto probatório colacionado aos autos, no sentido de dar uma nova qualificação jurídica às provas produzidas e analisadas pela Turma Recursal de origem, tenho que isso importa, no presente caso, em reapreciação da matéria probatória, circunstância, dessa forma, que inviabiliza seu conhecimento e julgamento.
Importa frisar, ademais, que o Acórdão vergastado, proferido pela Turma Recursal de origem, seguiu a orientação desta Corte, valorando as provas dos autos, não sendo possível revisá-las nesta instancia especial.
Resta aplicável, assim, a Súmula 42 deste Tribunal nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF, por incidir a Súmula 42 da TNU.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5001854-38.2014.4.04.7102
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):NELI NASCIMENTO DA SILVA
PROC./ADV.:ANA PAULA MEDINA KONZEN
OAB:RS-55671
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - PENSIONISTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - LIMITAÇÃO - MARGEM CONSIGNÁVEL - MP 2.215-10/2001 - PORTARIA 014-SEF, DE 06.10.2011, DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PREVISÃO LEGAL DE MARGEM CONSIGNÁVEL - PATAMAR DE 70%, INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - PRECEDENTES DO STJ - INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reformou sentença que julgara improcedente o pedido de majoração da margem consignável sobre o valor da pensão militar para 70% da remuneração/provento, incluídos os descontos obrigatórios.
Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência das 4ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, no sentido de ser impossível majorar a margem consignável do servidor militar para além dos 30% (trinta por cento) previstos em regulamento.
Dispõe o art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos a divergência está bem configurada, motivo pelo qual conheço do incidente.
A matéria em discussão é regida pelo artigo 14 da Medida Provisória n. 2.215/01, que dispõe o seguinte:
"Art. 14 - Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.
§1º - Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.
§2º - Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.
§3º - Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos".
Ocorre que, ao regulamentar a matéria, o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro editou a Portaria 014-SEF, de 06.10.2011, que aprova as Normas Complementares para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento, alterando a Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005 e estabelecendo no seu art. 8º, inc. IV, que a soma mensal dos descontos autorizados de cada pensionista será limitada a 30% (trinta por cento) da pensão, deduzidos os descontos obrigatórios e a reserva de 10% (dez por cento) da pensão destinada às despesas médico-hospitalares do (FUSEx).
De acordo com o art. 14 da MP 2.215/01, a quantia a ser recebida pelo militar não pode ser inferior a 30%, donde se concluir, a contrario sensu, ser garantido ao militar o direito de comprometer até 70% de seus vencimentos por meio de descontos autorizados. Essa regra, segundo a melhor interpretação, não está restrita aos militares, aplicando-se também a seus pensionistas, o que se justifica, inclusive, pela inexistência de razões suficientes para justificar a outorga de tratamento diferenciado entre militares inativos e pensionistas.
Essa me parece ser a melhor solução para a controvérsia, haja vista que o art. 14 da MP 2.215/01 nada mais fez que repetir igual disposição constante da legislação revogada, qual seja, da Lei nº 8.237/91, cujo art. 79 dispunha da seguinte forma:
"Art. 79 - Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, em folha de pagamento, quantia líquida inferior a trinta por centro das bases para descontos."
Ademais, o regulamento deve se ater aos limites traçados pela lei, jamais podendo dispor além e muito menos ao contrário do que ela estabelece. No caso em apreço, a MP 2.215/01 (lei em sentido lato) estabeleceu que essa margem consignável seria de 70% (setenta por cento) não podendo o Exército Brasileiro, a pretexto de regulamentar a norma, alterar os limites ali estabelecidos.
Consentâneo com esse entendimento, é o seguinte precedente do STJ:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"1. Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).(..) 3. Recurso especial não provido".
(STJ. REsp 1113576/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009)".
Esta Corte também já teve oportunidade de examinar a matéria, tendo decidido, à unanimidade, na Sessão de 12/11/2014, no PEDILEF nº 5000647-81.2013.4.04.7120, da Relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, pela ilegalidade das restrições impostas pela Portaria 014-SEF, de 06.10.2011.
Convém ressaltar, entretanto, que o raciocínio acima somente se aplica aos descontos autorizados (art. 16 da MP 2.215/2001), tendo em vista que em relação aos denominados "descontos obrigatórios", a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que deve prevalecer o limite legal de 30% (trinta por cento). Nesse sentido: MS 6250/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ: 31/03/2003- no mesmo sentido: MS 4564/DF, Rel. Min. Vicente Leal; REsp 109345/DF, Rel. Min. José Dantas em relação a multa por ocupação irregular de imóvel. Em relação à indenização de transporte: AgRg no Ag 1009838/PR, DJe: 8/09/2008, Rel. Min. Jane Silva (Conv.); REsp 892994/RJ, DJe: 16/06/2008, Rel. Min. Arnaldo Esteves.
Diante do exposto CONHEÇO, PORÉM NEGO PROVIMENTO ao incidente.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5006686-58.2012.4.04.7208
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ACÁCIO LIBERATO DIAS
PROC./ADV.:ANA PAULA CALDART
OAB:SC-21873
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - VALORES RECEBIDOS DE BOA FÉ POR FORÇA DE TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA - IRREPETÍVEIS - RECURSO CONHECIDO - PROVIMENTO NEGADO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Santa Catarina, cujo objeto é a verificação se são repetíveis os valores recebidos por força de tutela antecipada em demanda previdenciária e posteriormente revogada.
A Sentença de procedência de 1º grau (anexo 54), antecipando os efeitos da tutela, foi reformada pela Turma Recursal (anexo 106/107), em Acórdão que declarou irrepetíveis os valores recebidos de boa fé em razão da tutela anteriormente concedida.
Suscitado o Pedido de Uniformização pelo Réu (anexo 116), foi sustentado pelo Recorrente que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado pelo E. STJ.
É o relatório.
Ab initio, verifica-se a similitude fática ente o acórdão recorrido e os trazidos a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido, proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça. As questões são congêneres em sua substância e o deslinde da causa se deu em contextos probatórios análogos.
Identifico, ao adentrar no mérito, que o pagamento realizado por força judicial, e que o INSS pretende ver restituído, foi decorrente de decisão suficientemente motivada, em que pese precária, sendo indiscutível, outrossim, a boa-fé do Autor, bem como, o caráter social em questão.
Ademais, a decisão impugnada que à cassação da decisão antecipatória empresta os efeitos ex nunc, malgrado haver posições antagônicas, alinhava-se com a jurisprudência dominante pelo STJ, pela Terceira Seção e pelas Turmas que a compõem firmada à época em que prolatada, no sentido de que não estão sujeitos à repetição dos valores referentes a benefícios previdenciários recebidos de boa-fé o segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada
PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
posteriormente revogada. Invoco, para fundamentar esta posição, a corroboração de alguns precedentes:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. I -É incabível a devolução pelos segurados do Regime Geral da Previdência Social de valores recebidos por força de decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormente revogada. II -Entendimento sustentado na boa-fé do segurado, na sua condição de hipossuficiente e na natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Aplicação da Súmula 83/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1138706/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe de 03/08/2009).
AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. RECONSIDERAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. I -Não há divergência a ser sanada na via dos presentes embargos, se a decisão apontada como dissonante foi posteriormente reconsiderada. PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 168/STJ. APLICAÇÃO. II -Na espécie, cuida-se da irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento conforme à orientação jurisprudencial desta e. Corte Superior. Aplicação da Súmula nº 168/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg nos EREsp 993.725/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/12/2008, DJe de 02/02/2009).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. RESERVA DE PLENÁRIO. INAPLICABILIDADE. MATÉRIA NOVA. DISCUSSÃO. NÃO-CABIMENTO. PRECLUSÃO. 1. Em razão do princípio da irrepetibilidade ou da não-devolução dos alimentos, bem como o caráter social em questão, é impossível a restituição dos valores recebidos a título de antecipação da majoração do benefício previdenciário, posteriormente cassada. 2. "Decidida a questão sob o enfoque da legislação federal aplicável ao caso, inaplicável a regra da reserva de plenário prevista no artigo 97 da Constituição da República." (AgRg no REsp 1.055.893/RS, JANE SILVA - Desembargadora Convocada do TJ/MG -, DJ de 08/09/2008.) 3. Em sede de regimental, não é possível inovar na argumentação, no sentido de trazer à tona questões que sequer
PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO foram objeto das razões do recurso especial, em face da ocorrência da preclusão. 4. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1058348/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2008, DJe de 20/10/2008).
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83 DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. 1. Não se conhece de recurso especial fundado na violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada. 2. É firme o constructo doutrinário e jurisprudencial no sentido de que os benefícios previdenciários têm natureza alimentar, sendo, portanto, irrepetíveis. 3. "Não se conhece do recurso especial, pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." (Súmula do STJ, Enunciado nº 83).
4. Agravo regimental improvido (AgRg nos EDcl no REsp 991.079/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2007, DJe de 22/04/2008).
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.DESCONTOS NO BENEFÍCIO. CARÁTER ALIMENTAR. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. Uma vez reconhecida a natureza alimentar dos benefícios previdenciários, descabida é a restituição requerida pela Autarquia, em razão do princípio da irrepetibilidade dos alimentos. Recurso provido (REsp 627.808/RS, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2005, DJ de 14/11/2005)
PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. DESNECESSIDADE. VERBAS DE NATUREZA ALIMENTAR. PRINCÍPIO DAIRREPETIBILIDADE. MENOR SOB GUARDA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. EXCLUSÃO DO ROL DE DEPENDENTES. ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO ART. 16 , § 2º DA LEI 8.213 /91.1. Nos casos de verbas alimentares, surge tensão entre o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa e o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, fundado na dignidade da pessoa humana (art. 1º , III , da CF). Esse confronto tem sido resolvido,nesta Corte, pela preponderância da irrepetibilidade das verbas de natureza alimentar recebidas de boa-fé pelo segurado.2. A fundamentação trazida no recurso tratou-se de questão de índole constitucional, portanto, incabível de apreciação no âmbito do recurso especial, sob pena de usurpação de competência do STF.3. Após as alterações trazidas pelo art. 16 , § 2º da Lei nº 8.213 /91, não é mais possível a concessão da pensão por morte ao menor sob guarda, sendo também inviável a sua equiparação ao filho de segurado, para fins de dependência.4. Agravos regimentais improvidos. (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1352754 SE 2012/0235426-4 Data de publicação: 14/02/2013)
PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
Ressalto que, neste caso em particular, quando o beneficiário vê-se diante de posterior indeferimento de sua pretensão e fruído tendo antecipadamente
o direto material invocado, não há que se vislumbrar a inexistência da boa fé objetiva, vista a legítima confiança, ou mesmo a justificada expectativa, que o Suscitado adquiriu como legais os valores recebidos, e que os mesmos passaram a integrar definitivamente o seu patrimônio. O requisto subjetivo relativo à percepção, pelo segurado, no sentido de juridicamente estar legitimado a receber tais quantias, ao meu ver, e neste caso peculiar, reitero, acarreta o cumprimento do objetivo, assegurando o beneficiário quanto à definitividade da incorporação do patrimônio recebido via tutela antecipatória, mesmo porque, à época quando prolatada a decisão antecipatória, a jurisprudência em quase toda sua totalidade entendia pela irrepetibilidade de tais valores.
A decisão guerreada que julga irrepetíveis os valores com fundamento na natureza alimentar dos benefícios previdenciários não nega, tampouco, vigência a dispositivo legal, a saber, o art. 115, II e § único, da Lei n. 8.213/9, pelo contrário, integra-o ao ordenamento jurídico, dando contornos razoáveis a sua aplicabilidade, em homenagem, sobretudo, aos princípios da boa fé e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, I, da CF).
Por fim, indispensável não esquecer que as verbas pagas e recebidas de boa fé têm nítido caráter alimentar, recebidas para suprir as necessidades do segurado e de sua família. É o entendimento firmado pela Súmula 51 desta Corte, nos seguintes termos:
"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."
Concebo, diante do exposto, não ser razoável determinar a devolução das parcelas recebidas por força da tutela judicial antecipada, e posteriormente revogada pela mudança do entendimento de parte da jurisprudência até então incontroverso, devendo-se privilegiar o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, não estando obrigado o titular do direto patrimonial de caráter alimentar a restituir ao Erário tais valores.
Por tais razões, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE NEGAR PROVIMENTO.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0004003-23.2007.4.03.6308
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:BENEDITO CARLOS DE MOURA
PROC./ADV.:ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA
OAB:SP-172851
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

PREVIDENCIÁRIO. MOLÉSTIA INCAPACITANTE QUALIFICADA COMO GRAVE. REINGRESSO AO REGIME GERAL PORTANDO A MOLÉSTIA CAUSADORA DA INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS REGULARES. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO INDEVIDO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE ACÓRDAOS CONFRONTADOS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
Segundo consta na sentença de Primeiro Grau (acerca da Embargos de Declaração), no Laudo Pericial datado de 14.11.2007 há o registro de que o início da doença incapacitante ocorreu em 08.06.2007, ficando incapaz no dia 11 seguinte, tendo ingressado com pedido administrativo no dia 20 do mesmo mês, afinal indeferido por falta de carência, segundo a Administração Previdenciária. Mas, ainda nos termos da sentença, "à época da data da entrada do requerimento administrativo (DER), aos 20/06/2007, em referência ao benefício de auxílio-doença (...), a parte Autora havia preenchido os requisitos legais para concessão do benefício, a saber: incapacidade, qualidade de segurado e cumprimento da carência".
O indeferimento do pedido, na seara administrativa, seguramente se deu por conta do reingresso ao Regime Geral às vésperas do ingresso de pedido de concessão de Benefício Previdenciário por Invalidez, ou seja, já portando a moléstia incapacitante, dado que, ao regressar, já havia perdido a qualidade de segurado por ausência de contribuições no período de 04.2000 a 04.2007, excluído nessa margem o chamado período de graça.
A parte autora inaugurou vínculo com a Previdência Social a partir de 18.08.1976, apresentando diversos períodos em que oscila a condição de segurado entre empregado regido pela CLT e contribuinte individual. Seu penúltimo vínculo ao Regime Geral perdurou de 12.1996 a 02.2000, como segurado empregado, e o último a partir 05.2007, como contribuinte individual.
No Laudo Médico-Pericial produzido no curso da instrução, contendo respostas lacônicas e em sua maioria monossilábicas, o Perito indicou o dia 08.06.2007 como provável data do início da doença incapacitante, ou seja, no máximo 2 (dois) meses após o reingresso da parte Autora ao RGPS, tomando como referência informação colhida durante o exame pericial de que o demandante "em 11 de junho de 2007 de 2007 foi submetido a cirurgia abdominal após ficar 03 (três) dias internado na Santa Casa de Misericórdia de Avaré".
Concessa venia, não é crível que a parte Autora, no curso de pouco mais de 1 (um) mês de seu reingresso no RGPS, tenha se submetido a delicada intervenção cirúrgica por "diverticulite aguda supurativa obstrutiva" e "hiperplasia linfoide reacional mesocolócica", ficando, no mesmo curto lapso, incapacitado para o exercício de suas atividades laborativas habituais, deixando para trás uma longa vida saudável, encerrada dias após a reaquisição de segurado da Previdência social na categoria de contribuinte individual.
De fato, é inexigível carência para o portador de doença incapacitante qualificada como grave, como decidido nos acórdãos apresentados como paradigmas. Mas não é disso que trata o acórdão recorrido. O julgado da Turma Recursal que deu ensejo ao presente recurso é no sentido de que não é devido Benefício Previdenciário por Invalidez quando a moléstia incapacitante, seja qual for a sua natureza, é préexistente ao ingresso no Regime Geral, como no presente caso, nos termos dos arts. 42, § 2º, e 59, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991, sendo essa a situação fática constatada nos autos e consignada no Acórdão impugnado, não cabendo a esta Turma Nacional revolver o conjunto probatório de forma a elucidar se houve ou não agravamento das referidas moléstias após o retorno da parte autora ao sistema.
De se concluir, então, que o Acórdão recorrido não está em descompasso com os paradigmas apresentados pelo recorrente, na medida em que contemplam situação que não corresponde à examinada no julgado ora sob exame, qual seja, o reingresso ao RGPS quando o

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

demandante já era portador das moléstias tidas como incapacitantes, enquanto aqueles outros elucidam que não é exigível carência em se tratando de concessão de Benefício por Invalidez no caso de moléstia incapacitante qualificada como grave, quando o segurado ficou incapacitado após ter ingressado no Regime Geral.
Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido. Acórdão mantido.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 22 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0006480-29.2010.4.03.6303
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARCO ANTÔNIO DA CRUZ
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA E POSTERIOR TRANSFORMAÇÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA NOS TERMOS DO ART. 15, § 2º, DA LEI N. 8213/1991. COMPROVAÇÃO DE DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÕES NA CTPS DA PARTE DEMANDANTE. NECESSIDADE DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. AUTOS ADMINISTRATIVOS EM QUE HOUVE DECISÃO CONCESSÓRIA QUE PERDUROU DURANTE ANOS. INDEFERIMENTO DE PRORROGAÇÃO POR SUPOSTA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL CONSIDERANDO COMO COMPROVAÇÃO DE DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO OS AUTOS ADMINISTRATIVOS COM DECISÃO DO PRÓPRIO ÓRGÃO PREVIDENCIÁRIO, CONCESSIVA DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA EM SEDE DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.
No Acórdão impugnado verifica-se que a Turma Recursal de São Paulo considerou como elemento de prova para fim de aplicação o art. 15, § 2º, da Lei n. 8.213/1991, o procedimento administrativo que tramitou sob o expediente da Autarquia Previdenciária recorrente e que culminou na concessão de Benefício por Invalidez, tendo o mesmo perdurado de 2004 a 2008, sendo suspenso o pagamento por haver o Recorrente identificado ausência de invalidez, fundamento esse afastado por prova técnica produzida no curso da instrução processual.
A posição contida no julgado do Superior Tribunal de Justiça em sede de Incidente de Uniformização (PET. n. 7.115/PR, 3ª Seção, rel. Min. Napoleão Nunes Maria Filho, j. 10.03.2010, DJe 06.04.2010), apresentado como paradigma, admite a aplicação do art. 15, § 2º, da Lei n. 8.213/1991, na hipótese de haver prova nos autos de que o postulante se encontrava em situação desemprego, além da ausência de registro em sua CTPS.
No caso sob exame, o paradigma apresentado pelo Recorrente não tem serventia para o fim pretendido, ou seja, a reforma do Acórdão recorrido, na medida em que houve produção de prova no sentido de que o Recorrido se encontrava desempregado involuntariamente ao tempo em que requereu, com êxito, o Benefício Previdenciário por Invalidez, tratando-se esse elemento de convicção os próprios autos administrativos inaugurado a partir do pedido de concessão respectivo, acolhido pela Administração Previdenciária.
Não cabe a este Colegiado reexaminar provas em sede de Pedido de Uniformização de Jurisprudência.
Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0002273-07.2013.4.03.6327
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:AIMBERE CARVALHO
PROC./ADV.:LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
OAB:SP-115661
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente pedido de revisão de benefício previdenciário para a correção dos salários de benefício pela aplicação de índices de reajuste relativos ao IGP-DI.
2.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) que reconheceu o direito ao reajuste de benefício previdenciário nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001 pelo IGP-DI.
3.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5.Sobre a matéria controvertida, observo que a TNU emitiu a Súmula nº 08, que dispõe:
"Os benefícios de prestação continuada, no regime geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001".
6.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).
7.ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 24 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005780-64.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JURCELEM CARVALHO PEREZ
PROC./ADV.:RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO
OAB:RS-84273
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência proposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, considerou como marco inicial para cômputo de diferenças relativas à progressão funcional à data de implemento dos requisitos à progressão, independentemente de o requerimento administrativo ter-se dato extemporaneamente.
2.A FURG sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), firmou(aram) a tese de que os efeitos financeiros de vantagem devida a servidor público contam-se da data do requerimento administrativo.
3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
4.O presente incidente não comporta seguimento. Explico.
5.A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 50036778420134047101 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), julgado na Sessão de 18 de junho de 2015, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do relator, do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos. Consigno, em acréscimo, que o precedente da TNU tratou de caso idêntico aos dos presentes autos, inclusive, no que se refere aos mesmos paradigmas apresentados pela FURG (RESP 1041615 e AGRESP 599756, ambos do STJ, 5ª e 6ª Turmas, respectivamente):
"PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). PROGRESSÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS A CONTAR DO MOMENTO EM QUE IMPLEMENTADOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A PROGRESSÃO. ENTENDIMENTO DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que se mostra correta a sentença ao reconhecer o direito da parte autora à percepção dos efeitos financeiros decorrentes da progressão funcional desde o momento da aquisição do direito.
O autor, professor universitário, ingressou com ação objetivando o pagamento das diferenças de vencimentos resultantes da progressão funcional, por avaliação de desempenho acadêmico, para o Nível II da Classe de Professor Associado. Como o reconhecimento do direito deu-se a contar de 01/05/2008, e os efeitos financeiros somente ocorreram, na esfera administrativa, a partir de 08/01/2009, a parte autora intenta, no presente feito, o recebimento dos valores atinentes ao período de 01/05/2008 a 08/01/0009. Tanto a sentença quanto o acórdão deram guarida à pretensão do demandante. Por isso a FURG veicula o presente pleito de uniformização. Sustenta, em síntese, que os efeitos financeiros devem se dar a partir do requerimento administrativo, e não do surgimento do direito. Aponta a Universidade, como paradigmas, julgados do C. STJ (AGRESP n.º 599.756 e RESP n.º 1.041.615).
2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o pedido de uniformização.
(...)
5. A FURG reconheceu administrativamente o direito do autor à progressão funcional a partir de 01/05/2008. Todavia, fundamentando sua postura em normas internas, a Universidade considera que os efeitos financeiros somente deram-se a contar de 08/01/2009. Ora, sendo a progressão um direito subjetivo surgido anteriormente ao ato administrativo que o declarou, é devido o recebimento das diferenças desde o momento em que implementados os requisitos necessários para a progressão (TRF4, AC 5005949-34.2011.404.7000, Quarta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 30/04/2015):
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS. MOMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS CINCO ANOS ININTERRUPTOS DE EXERCÍCIO NA CLASSE. - No momento em que o servidor completou os cinco anos de exercício na classe com avaliação de desempenho satisfatório, implementou as condições exigidas para a progressão funcional, assegurado o direito à progressão funcional, com efeitos financeiros operados neste marco temporal e não em marco temporal futuro, conforme o artigo 7º do Decreto 7.014, de 23-1-2009, que revogou o Decreto 2.565/98. - Reformada a sentença e julgado procedente o pedido inicial, devem ser invertidos os ônus sucumbenciais. Conforme o entendimento desta Turma, a respectiva verba honorária deve ser arbitrada em 10% sobre o valor da condenação, acrescida do ressarcimento das custas processuais, se eventualmente dispendidas. (TRF4, AC 5002015-10.2012.404.7008, Quarta Turma, Relator p/ Acórdão Luís Alberto D'azevedo Aurvalle, juntado aos autos em 14/04/2015) (grifei)
(...)
Da mesma forma vem entendendo esta Turma Nacional de Uniformização, conferindo aos agentes da Polícia Federal o direito à retroação dos efeitos financeiros da progressão funcional ao momento em que implementados os requisitos para tanto:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DIREITO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. CARREIRA DA POLÍCIA FEDERAL. EFEITOS FINANCEIROS DESDE O IMPLEMENTO DAS CONDIÇÕES. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO / IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PRECEDENTE DA TNU. REPRESENTATIVO. PEDILEF 05019994820094058500. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Ação proposta em face da União Federal objetivando o reconhecimento ao direito de perceber diferenças remuneratórias decorrentes de progressão funcional desde o implemento das condições legais. 2. Sentença de procedência condenando a União a pagar ao autor as diferenças remuneratórias dos cargos de Escrivão de Polícia Federal de 2ª Classe e Escrivão de Polícia Federal de 1ª Classe entre 07/01/2005 e 28/02/2005. Segue transcrição de um trecho da sentença: 'Analisando os documentos anexados ao feito, observo que o autor completou o tempo de cinco anos de efetivo exercício na Polícia Federal e com desempenho satisfatório nas avaliações em 07/01/2005 (vide documentos OUT5 e OUT15 do evento n. 01). Entretanto, os efeitos financeiros ocorreram somente a partir de março de 2005 (documento CHEQ20 do evento n. 01), causando prejuízo a ele. Assim, tem direito às diferenças remuneratórias desde o implemento das condições mencionadas até o efetivo início do pagamento na via administrativa'.
3. Sentença reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, provendo o recurso da Ré. Em síntese, concluiu a Turma Julgadora que a União, em seu Poder Discricionário, pode estabelecer regras para a implementação daprogressão funcional.
4. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001.
5. Recurso conhecido e provido. 6. No cotejo analítico entre o acórdão vergastado e o paradigma, qual seja, acórdão da Turma Recursal da Bahia, vislumbro similitude fático-jurídica.
7. Os requisitos para a promoção na carreira da polícia federal, exigidos na época da implementação das condições são: avaliação de desempenho satisfatória e cinco anos ininterruptos de efetivo exercício na classe em que estiver posicionado (Decreto 2.565/1998).
8. Os efeitos financeiros da progressão funcional na carreira da Polícia Federal devem retroagir ao momento em que os requisitos legais foram implementados, quais sejam, efetivo exercício no cargo pelo período de 05 anos ininterruptos e avaliação desempenho satisfatória. (Precedente da Turma Nacional de Uniformização. Representativo n.º 184 - PEDILEF 05019994820094058500).
9. Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e provido para anular o acórdão restabelecer a sentença de 1ª instância. 10. Condenação da União Federal em honorários advocatícios fixados em 10 % (dez) por cento do valor das parcelas devidas desde a data implementação, descontadas os valores já pagos administrativamente. (PEDILEF 200971520054862, Rela. Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, DOU 15/03/2013) (grifei)
PROGRESSÃO FUNCIONAL. CARREIRA POLICIAL FEDERAL. REQUISITOS FIXADOS POR DECRETO. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS À DATA EM QUE COMPLETADO O QÜINQÜÊNIO DE EXERCÍCIO DO CARGO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 1. A lei não estipulou os requisitos para a progressão funcional, delegando expressamente ao Poder Executivo plena competência para regulamentar a matéria. O Decreto nº 2.565/98 não ofende o princípio da legalidade, porque não contraria em nenhum ponto a lei regulamentada nem regulamentou matéria sob reserva legal. 2. O regulamento não é totalmente livre para estipular os requisitos e condições da progressão funcional. Hão de ser respeitados direitos e garantias constitucionais, hierarquicamente superiores. O art. 5º do Decreto nº 2.565/98, ao impor uma data única para início dos efeitos financeiros da progressão funcional, afronta o princípio da isonomia, desde que confere tratamento único a indivíduos que se encontram em situações diferentes. A eficácia da progressão funcional deve ser observada segundo a situação individual de cada servidor. 3. Uniformizado o entendimento de que os efeitos financeiros da progressão funcional na carreira Policial Federal devem retroagir ao momento em que tiverem sido completados os cinco anos ininterruptos de efetivo exercício. 4. Pedido de uniformização improvido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida. (PEDILEF 05019994820094058500, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU 28/10/2011) (grifei)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111300246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Por sua vez, o STF vem decidindo que a questão relativa aos efeitos financeiros da progressão funcional tem status infraconstitucional:
DIREITO DO TRABALHO. ANISTIA. EFEITOS FINANCEIROS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. LEI 8.878/94. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO VIABILIZA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 19.11.2010. O Tribunal a quo se limitou ao exame da matéria à luz de normas infraconstitucionais. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que eventual ofensa reflexa a norma constitucional não viabiliza o trânsito do recurso extraordinário. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere ao âmbito infraconstitucional do debate. Agravo regimental conhecido e não provido. (ARE 648363 AgR / DF, Primeira Turma, Rela. Mina. ROSA WEBER, DJe-185, DIVULG 23/09/2014, PUBLIC 24/09/2014) (grifei)
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ANISTIA. EFEITOS FINANCEIROS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. LEI 8.878/94. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO. I - O acórdão recorrido decidiu a questão posta nos autos com fundamento na interpretação da legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Lei 8.878/1994). Dessa forma, o exame da alegada ofensa ao texto constitucional envolve a reanálise da interpretação dada àquela norma pelo juízo a quo. A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Incabível, portanto, o recurso extraordinário. II - Agravo regimental improvido. (ARE 656411 AgR / DF, Segunda Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe-232, DIVULG 06/12/2011, PUBLIC 07/12/2011) (grifei)
E, por fim, ao contrário do que afirma a FURG, o Superior Tribunal de Justiça não possui posição pacífica acerca do pagamento dos atrasados decorrentes de progressão funcional. Entretanto, a Terceira Seção tem reconhecido o direito do servidor às diferenças relativas à situação configuradora de desvio funcional, com base nos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria:
RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROFESSOR DESVIO DE FUNÇÃO. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. OCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. PRECEDENTES. ARTS 6º E 472 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356/STF. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 458, II, E 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. DIFERENÇAS VENCIMENTAIS DE ACORDO COM O PADRÃO QUE SE ENQUADRARIA O SERVIDOR SE FOSSE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. 1. Nos termos do artigo 219, caput e § 1º, do CPC e de acordo com a jurisprudência consolidada desta Corte, exceto nas hipóteses dos incisos II e III do artigo 267 do CPC, a citação válida em processo extinto sem julgamento do mérito importa na interrupção do prazo prescricional, que volta a correr com o trânsito em julgado da sentença de extinção do processo. Precedentes. 2. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal na hipótese de ausência de prequestionamento da questão federal suscitada nas razões do recurso especial. 3. Os artigos 458, II, e 535 do Código de Processo Civil não restam malferidos quando o acórdão recorrido utiliza fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, contradição ou obscuridade. 4. Nos casos de desvio de função, conquanto não tenha o servidor direito à promoção para outra classe da carreira, mas apenas às diferenças vencimentais decorrentes do exercício desviado, tem ele direito aos valores correspondentes aos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria caso efetivamente fosse servidor daquela classe, e não ao padrão inicial, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia e de enriquecimento sem causa do Estado. 5. Recurso especial de Leonilda Silva de Sousa provido e recurso especial do Estado do Amapá conhecido em parte e improvido." (REsp 1.091.539 AP, 3.ª Seção, Rel.ª Min.ª MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 30-03-2009; sem grifos no original) (grifei)
Então, se o STJ entende que devam ser pagos os atrasados desde o momento em que se configurou uma progressão funcional fática numa situação de desvio de função, com mais razão parece adequado reconhecer o direito a diferenças resultantes de uma progressão funcional verdadeira, desde o momento em que efetivamente se perfectibilizasse. Portanto, entendo que o pleito de uniformização veiculado pela Universidade ré não deve ser conhecido, uma vez que vai de encontro à orientação jurisprudencial desta TNU (Questão de Ordem n.º 013). Ademais, os paradigmas invocados pela FURG não se prestam para o conhecimento do incidente (Questão de Ordem n.º 022 desta TNU), porquanto não tratam especificamente acerca do termo inicial do pagamento de diferenças em razão de progressão funcional: versam, isso sim, sobre a revisão de proventos de servidor, o que não é exatamente o objeto deste processo. 5. Em face do exposto, o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) não deve ser conhecido."
6.Assim, em razão do julgado proferido pela TNU, entendo que não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 9º, IX, do RI/TNU ("negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal")
7.ISSO POSTO, nego seguimento ao presente Pedido de Uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 24 de setembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500856-65.2011.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTONIO FELICIANO LIMA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, indeferiu a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.
2.O aresto combatido considerou que não estariam satisfeitos os requisitos à concessão do auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, em razão da preexistência da incapacidade laborativa relativamente à filiação no RGPS.
3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que a doença preexistente não impede a concessão do benefício de incapacidade, quando a incapacidade laborativa decorre de agravamento da doença.
4.O incidente não comporta conhecimento. Explico.
5.No caso, do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e paradigma.
6.É que a Turma Recursal de origem entendeu, com base na prova pericial, que, quando do início da incapacidade, a parte-autora não detinha a condição de segurado, entendendo a TR que a incapacidade operou-se "aos 05 (cinco) anos de idade" da parte-requerente.
7.Nos casos paradigmas se entendeu que: (a) a doença preexistente não impossibilita a concessão do auxílio-doença, quando há "o agravamento da doença após filiação ao RGPS" (Processo nº 2007.36.00.702953-4, TR/MT); (b) não obstante o fato de que a "incapacidade ao autor sempre esteve presente", concedeu-lhe o benefício de incapacidade, considerando que o mesmo "comprovou que trabalhou e recolheu para a Previdência Social por aproximadamente 15 anos" (Processo 00458898120114036301, 1ª TR/SP, j. 09.01.2013).
8.Na hipótese dos autos, a incapacidade deu-se antes do ingresso da parte-autora no RGPS, ao passo que no primeiro paradigma, a incapacidade é posterior.
9.Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.
10.Do mesmo modo, quanto ao segundo paradigma.
11.Nele, embora se trate de incapacidade que remonta à infância, tal qual na causa ora recorrida, há um elemento que distingue os casos.
12.No caso dos presentes autos, se apontou que a incapacidade começou na infância, sem que se tenha ponderado sobre posterior agravamento ("a incapacidade começou também com os sintomas da doença. Ajudava somente em casa com atividades simples, pois pelo uso de remédios fortes não aguentava o trabalho na agricultura").
13. Já no caso paradigma, se apontou que, apesar de a incapacidade ter se manifestado na infância, houve comprovação de posterior atividade laborativa, por 15 (quinze) anos, o que levou o julgador a equiparar, ante as peculiaridades do caso, a uma progressão/agravamento da doença: "embora a doença possa remontar desde o nascimento, sendo preexistente a sua filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tal fato não pode obstar o deferimento do benefício, uma vez que a parte autora exerceu atividade laboral, com registro em Carteira de Trabalho, por mais de 15 (quinze) anos, o que significa que o mal incapacitante ou ainda não eclodira ou não se afigurava, antes, tão grave como à época do requerimento do benefício".
14.Portanto, no caso recorrido, equiparou-se à hipótese de doença preexistente, com posterior agravamento, o que não se identifica com o caso dos autos, onde se considerou apenas como incapacidade preexistente, donde a ausência de similitude fática entre os casos recorrido e paradigma.
15. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).
De João Pessoa para Brasília/DF, 06 de novembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0043765-46.2011.4.01.3500
ORIGEM:GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE:EDMAR ALVES DA SILVA
PROC./ADV.:JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS
OAB:BA-19557
REQUERENTE:HENRIQUE AGUIAR LARA
PROC./ADV.:JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS
OAB:BA-19557
REQUERENTE:HUGUE LACERDA SCHABLICH
PROC./ADV.:JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS
OAB:BA-19557
REQUERENTE:HUMBERTO MACHADO FERNANDES
PROC./ADV.:JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS
OAB:BA-19557
REQUERENTE:ISAAC AVELINO PACHECO MARTINS
PROC./ADV.:JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS
OAB:BA-19557
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo da Turma Seção Judiciária de Goiás que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial de concessão de progressão funcional da parte-autora no cargo de policial rodoviário federal.
2.A improcedência do pedido autoral teve por fundamento o entendimento de que a fixação de uma mesmo interstício de avaliação para todos os policiais rodoviários federais, independentemente da data de posse de cada um, não fere o princípio de isonomia, em razão do "interesse público de se comparar o desempenho dos servidores...no mesmo período".
3.O particular sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), firmou(aram) a tese de que os atos de regência das progressões e das promoções funcionais de agentes da polícia rodoviária federal não devem se sobrepor às condições individuais de cada servidor.
4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.
6.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/interstício para progressão funcional por desempenho) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se que o início da contagem do interstício observará os meses previstos no Decreto nº 84.669/1990 para todos os policiais rodoviários federais; ao passo que no paradigma (Processo nº 0506948-13.2012.4.05.8500, TR/SE, rel. Juiz Federal Carlos Rebêlo Júnior, j. 08.03.2013) entendeu-se, contrariamente, que o início da contagem do interstício dá-se do aniversário da posse/entrada em exercício de cada servidor.
7.Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.
8.A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 0501475-81.2014.4.05.8401 (rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha), julgado na Sessão de 19 de agosto de 2015, exaurindo-se o debate por força das sólidas razões expostas no voto do relator, do qual extraio alguns trechos que considero elucidativos:
"A estipulação de uma data anual única para a implementação dos efeitos financeiros da promoção e/ou da progressão funcional afronta o princípio da isonomia, uma vez que equipara servidores que possuem diferentes tempos de serviço.
Ora, esta TNU já decidiu, com relação ao dies ad quem, que aos agentes da polícia federal assegura-se o direito à retroação dos efeitos financeiros da progressão funcional ao momento em que efetivamente implementados os requisitos para tanto.
Em outras palavras, o que importa, para a progressão funcional, no meu sentir, é o momento em que o servidor efetivamente ingressou no órgão respectivo e o instante em que implementou os requisitos para a promoção.
A lei até pode prever termos específicos para a efetivação financeira dos efeitos das progressões, mas esses momentos não podem se distanciar muito da realidade, não devendo, portanto, afastar-se demais do dia em que o funcionário público ingressou no órgão e da data em que implementou os pressupostos para a sua progressão"
9.Pacificada a matéria, em razão do julgado proferido pela TNU, não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 9º, X, do RI/TNU ("dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação").
10.ISTO POSTO, dou provimento ao presente Pedido de Uniformização, com fulcro no art. 9º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015), para determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação ao entendimento da TNU, consubstanciado na tese de que à União cabe proceder à revisão das progressões/promoção funcionais da parte-recorrente, considerando como marco início do período de avaliação a data em que o servidor efetivamente ingressou em exercício.
De João Pessoa para Brasília/DF, 06 de novembro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0008746-50.2009.4.04.7158
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:RICARDO HAUBERT
PROC./ADV.:SIRLEI HAUBERT
OAB:RS-68310
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

VOTO-VENCEDOR

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. TEMPO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

I) O voto do eminente relator foi proferido nos termos a seguir reproduzidos:

Cuida-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto por RICARDO HAUBERT, isurgindo-se contra Acórdão proferido pela Turma Regional de Uniformização da 4ª. Região que manteve julgados proferidos nas Instâncias inferiores em que foi acolhido parcialmente o pedido autoral, para reconhecer uma parcela dos períodos trabalhados em condições especiais, frustrando, assim, sua pretensão visando ao Benefício de Aposentadoria.

Argumenta que houve o reconhecimento judicial da prestação de serviço em condições especiais somente no lapso de 20 anos, 3 meses e 16 dias, devido a exposição "aos agentes nocivos hidrocarbonetos aromáticos e ruídos", deixando se ser acolhido o pedido quanto ao período de "18/11/1999 a 20/11/2007, laborado na empresa Andréas Stihl Moto Serras Ltda.", sustentando que o provimento de improcedência quanto a esse período decorreu do fato de a Empregadora "ter informado errado os níveis de ruídos (a) que o Recorrente estava submetido nos períodos de 13/05/2004 a 22/08/2006 e 23/08/2006 a 20/11/2007, bem como ter omitido o agente nocivo ácido crômico no primeiro PPP fornecido", documento esse, porém, substituído nos autos, por outro PPP datado de 03.02.2010, em que "a empresa corrigiu as informações".

Alega que ingressou com Recurso Inominado, juntando esse novo PPP datado de 03.02.2010, ao qual foi negado provimento pela Turma Suplementar da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, sendo, portanto, mantida a sentença de Primeiro Grau, "por considerar que a simples informação contida no campo 14.2, que corresponde à descrição das atividades do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), registrando que o Autor "atua em outro(s) posto(s) de trabalho, conforme alocação do gerente ou encarregado", por si, "é circunstância que impede a verificação da permanência e habitualidade à exposição aos agentes nocivos devidamente atestados no PPP do Recorrente", sendo certo, porém que restaram reconhecidos como laborados em condições especiais os períodos de 01.01.1994 a 05.03.1997, 06.03.1997 a 17.11.1999 e 21.11.2007 a 17.11.2008, muito embora, quanto ao intervalo de 18.11.1999 a 20.11.2007, compreendido naqueles períodos, a empresa Empregadora tenha registrado especial a prestação de serviço entre 18.11.1999 e 20.11.2007.

Acrescenta que, no aludido PPP, inexiste qualquer informação indicando que, "ao atuar em outros postos de trabalho, o Recorrente não estivesse exposto aos agentes nocivos atestados no PPP (ruídos acima dos limites de tolerância, ácido crômico e hidrocarbonetos aromáticos".

Houve interposição de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO REGIONAL, mas não foi conhecido sob o argumento de se tratar de reexame de prova, contrariando o entendimento sedimentado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, conforme acórdãos apresentados como paradigmas (AgRg no REsp 600046/RJ e REsp 354737/RS, entre outros precedentes no mesmo sentido).

Realça que as similitudes fáticas entre o assunto tratado nos autos e os acórdãos tidos como paradigmas "evidencia-se por estarem os segurados submetidos de modo habitual e permanente aos agentes nocivos: ruídos acima dos limites de tolerância e hidrocarbonetos aromáticos (óleo/graxa mineral) na mesma empresa Andreas Stihl Moto Serras Ltda., no mesmo Setor de Usinagem de Magnésio e em períodos de labor concomitantes", em que todos os Autores tiveram reconhecida a contagem como especial do tempo laborado nessas condições, mesmo constando nos respectivos PPP a mesma observação, qual seja "atua em outro(s) posto(s) de trabalho, conforme alocação do gerente ou encarregado".

Registra, por fim, que a mesma Turma Regional de Uniformização, ao julgar o Incidente de Uniformização n. 2007.70.95.014349-0, decidiu que "a denominação e a descrição das funções exercidas pelo segurado, por si sós, não descaracterizam a exposição a agente nocivo devidamente atestada em laudo técnico", incorporando entendimento sufragado por esta Turma Nacional de Uniformização no sentido de que "permanente é a exposição experimentada pelo segurado durante o exercício de função de supervisão, controle e comando em geral ou outra atividade equivalente, desde que haja exclusividade em ambientes de trabalho cuja nocividade tenha sido constatada" (PEDILEF N. 200451510619827, rel. Juíza Federal Jaqueline Michels Bilhalva, DJ 20.10.2008).

Requer, então, que seja conhecido o Incidente de Uniformização Nacional e, no mérito, que ao mesmo seja dado provimento com o fim de se unificar o entendimento no sentido de que a submissão do segurado a agentes nocivos devidamente atestada em laudos técnicos, no caso concreto, assegura em seu benefício a contagem desse lapso como especial, não havendo sua descaracterização por conta, por si só, da "denominação e a descrição das funções exercidas" por ele.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

A Lei n. 10.259, de 12.07.2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, em cujo art. 14, caput e §§ 1º e 2º, estabelece o seguinte:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º. O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º. O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

O Pedido de Uniformização Nacional deve ser conhecido.

No caso, ao interpor o presente recurso, a parte não objetivou que o conteúdo probatório colhido na fase instrutória venha a ser objeto de reavaliação pelo Colegiado.Ao contrário, o pedido se destina a obter interpretação uniforme do mesmo conjunto probatório, em particular do PPP apresentado pela parte Autora, tendo alguns períodos sido considerados como de prestação em condições especiais, enquanto outros lapsos foram rejeitados pelos Julgadores, mesmo se tratando das mesmas atividades laborais, prestadas sob idênticas condições.

Vê-se, portanto, que a parte Recorrente não visa a obter nova interpretação do conteúdo probatório. Ao contrário, aponta que as Instâncias antecedentesderam interpretação diversa ao mesmo fato, quando deveria ter decido o caso concreto, segundo alega, de forma harmônica, sem discrepância.

Assim, conheço do Incidente de Uniformização Nacional.

No mérito, a parte Recorrente se insurge contra o provimentojurisdicional deste a sentença proferida em Primeiro Grau, em que seu pedido foi julgado parcialmente procedente para conhecer, como prestados sob condições especiais, osseguintes períodos: 01.11.1994 a 05.03.1997, 06.03.1997 a 17.11.1999 e 21.11.2007 a 17.11.2008. O pedido foi julgado improcedente somente quanto ao período de 18.11.1999 a 20.11.2007.

Esse lapso não reconhecido como período em que se deu prestação em condições especiais, durante o qual a parte autoria teria trabalhado com exposição a elementos potencialmente nocivos à sua saúde, situa-se exatamente entre dois períodos que tiveram solução diversa, na esfera judicial, quais sejam 06.03.1997 a 17.11.1999 e 21.11.2007 a 17.11.2008, isto é, um dia após o primeiro período e um dia antes do segundo.

Verifica-se, no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) juntado aos autos, que o Recorrente desenvolveu suas atividades laborativas de 01.01.1987 a 31.10.1994 e de 01.11.1994 a 17.11.2008, portanto incluindo o período questionado, no setor de USINAGEM DE MAGNÉSIO, sendo explicitado que, em ambos os lapsos, suas funções consistiam em "PERPARAR E OPERAR EQUIPAMENTOS COMO FURADEIRAS, E FORNO CONVENCIONAL QUANDO TREINADO E CERTIFICADO. PREPARAR OS LÍQUIDOS PARA OS TANQUES DE BICROMATIZAÇAO E CONTROLAR A PRODUÇÃO DAS PEÇAS (BANHO), QUANDO TREINADO E CERTIFICADO. CONTROLAR A QUALIDADE DAS PEÇAS VIA INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO E O PROCESSO ATRAVÉS DOS REGISTROS DE QUALIDADE. FAZER A LIBERAÇÃO DE MÁQUINA E EXECUTAR PEQUENAS MANUTENÇÕES, LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO SOB SUA RESPONSABILIDADE CONFORMES PROCEDIMENTOS DEFINIDOS NO POSTO DE TRABALHO".

No tocante ao segundo período, entretanto, há um registro a mais: 'ATUA EM OUTRO(S) POSTO(S) DE TRABALHO CONFORME ALOCAÇÃO DO GERENTE OU ENCARREGADO", adendo esse que não serviu como obstáculo para o reconhecimento judicial, como de trabalho sob condições especiais, os períodos de 06.09.1997 a 17.11.1999 e 21.11.2007 a 11.11.2008, dentro dos quais - reitere-se - o intervalo de 18.11.1999 a 20.11.2007 rejeitado no provimento judicial recorrido.

Torna-se evidente, então, que a sentença de primeiro grau e o acórdão que a confirmou, nesse ponto, não se sustenta, seja porque reconheceram como especial períodos cuja prestação dos serviços, pelo segurado, ocorreu em condições rigorosamente iguais, seja porque absolutamente todas se desenvolveram dentro do mesmo setor, de USINAGEM DE MAGNÉSIO, na mesma empresa (ANDREAS STIHL MOTO SERRAS LTDA.), dentro do qual o empregado ficou exposto aos mesmos elementos químicos tidos como potencialmente agressivos e ao níveis de ruídos elevados, sendo registrados 91,5dB, 86,8dB, 86,3dB, 84,1dB, 89,8dB, 87,8dB e 88,1dB durante todo o lapso compreendido entre os dias 01.11.1994 e 17.11.2008.

De se concluir, portanto, que durante todo o período em que trabalhou para a mesma empresa empregadora houve exposição do segurado a agentes nocivos à sua saúde, no mesmo setor, conforme atestado em laudos técnicos, fazendo jus à sua contagem como especial, em decorrência do que o acórdão da Turma Suplementar dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul deve ser parcialmente adequado, para o fim de ser incluída, na referida contagem, também o período de 18.11.1999 a 20.11.2007, gerando os respectivos efeitos a partir de 18.11.2008 (DIB), na forma do art. 57, § 2º, da Lei n. 8.213/1991."

II) A despeito das bem lançadas razões do voto condutor, a análise da matéria jurídica conduz à compreensão de que, o quadro fático levado em conta no acórdão recorrido põe-se em consonância com a atuação regular e exauriente reservada à Turma Recursal de origem.

III) Nessa perspectiva, o pleito objeto deste PU implicaria, necessariamente, o reexame do conteúdo fático-probatório, seara vedada na jurisprudência consolidada, conforme se encontra na Súmula nº 42 da TNU , corolário do modelo legal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

IV) Tal o contexto, voto no sentido de não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Redator do acórdão.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃOS

PROCESSO:0514929-05.2012.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOÃO BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.:LEONARDO DA COSTA
OAB:AC-3584
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), LEI Nº 11.784/2008. ADICIONAL DEVIDO EM RAZÃO DO LOCAL DO TRABALHO (ART. 55, CAPUT). NATUREZA REMUNERATÓRIA RECONHECIDA. ACÓRDÃO REFORMADO. SENTENÇA RESTABELECIDA.

A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela União (Fazenda Nacional) pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de restituição do valor pago a título de imposto de renda incidente sobre a gratificação GACEN, tendo em vista o reconhecimento da natureza compensatória da verba.

Alega a recorrente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ, consolidada no AGRESP 200901311560, MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:24/08/2010, segundo a qual incide imposto de renda sobre as gratificações em geral vinculadas a cargos, empregos e funções públicas.

Assevera que, ao contrário da antiga "indenização de campo", a GACEN é incorporada aos proventos de aposentadoria do servidor; é paga aos servidores inativos (§3º do art. 55 da Lei nº 11.784/2008), integrando, de maneira indissociável, a remuneração dos servidores, acompanhando os reajustes gerais sobre a remuneração, previstos na Constituição, conforme §5º do art. 55 da Lei nº 11.784/2008, não possuindo natureza indenizatória.

Aduz que a reestruturação da remuneração dos servidores da FUNASA, instituída pela Lei nº 11.784/2008 veio para beneficiá-los, sendo criada a gratificação em tela, com natureza remuneratória, de maneira a permitir que seja incorporada aos proventos de aposentadoria, ao contrário da antiga "indenização de campo", que não era percebida pelos servidores inativos e nem se incorporava aos proventos de aposentadoria.

Sustenta que equiparar a GACEN a simples diárias significa subverter todo o regime jurídico instituído pela Lei nº 11.784/2008 e substituir a disciplina legal existente por diverso regramento incompatível com sua verdadeira natureza jurídica, o que somente pode ser feito mediante declaração de inconstitucionalidade dos arts. 54 e 55 da Lei 11.784/2008, que instituiram a GACEN com natureza remuneratória e incorporável aos proventos de aposentadoria e às pensões.

Por fim, aduz que ao considerar que a incorporação da gratificação aos proventos da aposentadoria do servidor não decorre da natureza da verba, mas sim, de opção política do legislador, o acórdão recorrido impingiu à lei grave violação ao art. 40 da Constituição Federal, que determina que a previdência tem caráter contributivo, sendo vedada a percepção de valores sem a correspondente fonte de custeio.

Entendo comprovado o dissídio jurisprudencial acerca da matéria constante entre o acórdão da Turma Recursal de origem e o julgado paradigma mencionado pelo requerente, pelo que conheço o presente incidente.

Nos termos da jurisprudência, a incidência do imposto de renda tem como fato gerador acréscimo patrimonial (art. 43, do CTN), sendo, por isso, imperioso perscrutar a natureza jurídica da verba percebida pelo contribuinte, a fim de verificar se há efetivamente a geração de riqueza nova: se a verba possui natureza indenizatória, via de regra, não retratará hipótese de incidência da exação; ou se remuneratória, ensejará a tributação (cf. REsp 1116460/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 01/02/2010; TNU, PEDILEF 0511930-45.2013.4.05.8400, Relator JOÃO BATISTA LAZZARI, j. 11/02/2015).

No caso vertente, examinando a Lei nº 11.784/2008, que instituiu a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN), verifico que o seu art. 55 determinou que essa gratificação é devida aos titulares dos empregos e cargos públicos de que trata o seu artigo 54, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Verifico que, para a percepção da vantagem, não restou estabelecida nenhuma condição específica, além da vinculação ao cargo ou emprego e ao exercício permanente das atividades mencionadas, nos locais indicados. Enfim, não tem a verba em comento a finalidade de reparar qualquer dano ou compensar a renúncia de algum direito não gozado.
Para alcançar essa conclusão, basta fazer leitura do art. 55, caput, da Lei 11.784/2008, fundamento suficiente e bastante para que seja percebida referida gratificação: "Art. 55. A GECEN e a GACEN serão devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os arts. 53 e 54 desta Lei, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas".
Segundo essa lei, a GACEN será devida, inclusive, nos afastamentos considerados de efetivo exercício, quando percebida por período igual ou superior a 12 (doze) meses (§ 2º do art. 55), devendo ainda ser reajustada na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais (§ 5º do art. 55), fatos suficientes para afastar qualquer caráter indenizatório ou compensatório que se queira atribuir à mencionada verba.
O aspecto remuneratório da vantagem em comento é revelado também na circunstância de sua incorporação aos proventos de aposentadoria ou às pensões dos servidores que a ela fazem jus, determinada pelo art. 55, § 3º, da Lei nº 11.784/2008, o que não ocorre nas verbas de caráter eminentemente indenizatório, por força do disposto no § 1º do art. 49 da Lei 8.112/91, segundo o qual "as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito".
Ademais, é de se reconhecer que a GACEN, embora substitua para todos os efeitos a vantagem de que trata o art. 16 da Lei 8.216/91 (indenização de campo), não é mero sucedâneo desta, uma vez que o servidor não é mais pura e simplesmente indenizado pelo serviço externo, mas remunerado por meio de uma gratificação específica, podendo carreá-la à aposentadoria, o que representa uma inegável vantagem em relação ao regime anterior.
Como dito acima, o fato gerador do Imposto de Renda é a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica decorrente de acréscimo patrimonial (art. 43 do CTN). Assim, as verbas de natureza salarial ou as recebidas a título de aposentadoria se mostram adequadas ao conceito de renda previsto no CTN. Diferentemente, as verbas de natureza indenizatória, recebidas como compensação pela renúncia a um direito, não constituem acréscimo patrimonial, não incidindo quanto a elas Imposto de Renda (cf. STJ, EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 671.678/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/08/2006, DJ 31/08/2006, p. 207).
Nessa esteira, entendo que efetivamente o acórdão recorrido divergiu deste entendimento,(já referendado pela TNU conforme decidido no PEDILEF 0006275-98.2012.4.01.3000, relator juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá) posto configurado no caso em exame que a gratificação em comento não se reveste de natureza jurídica indenizatória, pelo contrário, sendo inegável a sua natureza remuneratória, estando sujeita à incidência do imposto de renda, consoante art. 43 do CTN, pelo que o aresto hostilizado deve ser reformado.
Ante o exposto, conheço o Incidente de Uniformização e dou-lhe provimento para reformar o acórdão recorrido e restabelecer a sentença que julgou improcedente o pedido do autor. Honorários incabíveis.
Incidente conhecido e provido.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu do incidente de uniformização e lhe deu provimento, nos termos no voto do(a) Juiz(a) Relator(a).
Brasília/DF, de 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5006907-84.2011.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):IDA LUIZA MORSCH
PROC./ADV.:YÁRA CORRÊA
OAB:SC-4 768
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE.
1. A atribuição de efeitos modificativos aos embargos declaratórios é possível apenas em situações excepcionais, em que sanada a omissão, contradição ou obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência lógica e necessária.
2. No caso, o acórdão embargado entendeu pela ausência de similitude fático-jurídica entre decisão recorrida e as paradigmas, expondo claramente as razões para o não conhecimento do incidente de uniformização interposto pelo embargante, inexistindo a omissão alegada.
3. Não há previsão no art. 535 do CPC, quer para reabertura do debate, quer para análise de questões não abordadas nos acórdãos recorridos, notadamente quando fundados os embargos de declaração no mero inconformismo da parte.
4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais rejeitar os embargos de declaração, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:2010.51.53.004497-6
ORIGEM:RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):ELIZEU PINTO PESSANHA
PROC./ADV.:SÉRGIO LUIS DE SOUZA ALVES
OAB:RJ-127768
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA

PEDIO DE UNIFORMIZAÇÃO - NÃO CONHECIMENTO - INVOCAÇÃO DE TESE INOVADORA NÃO COGITADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO - QUESTÃO DE ORDEM N. 10-TNU - PRETENSÃO INDIRETA DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA N. 42-TNU
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela União, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
O acórdão recorrido manteve a sentença para julgar procedente o pedido de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre proventos de aposentadoria da parte autora por ser portador de sequela gravíssima decorrente de Acidente Vascular Cerebral - AVC.
Sustenta que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é "incabível interpretação extensiva do aludido benefício à situação que não se enquadre no texto expresso da lei, em conformidade com o estatuído pelo art. 111, II, do CTN".
A meu ver o incidente não merece trânsito na medida em que incide, na espécie, a Questão de Ordem no. 10, desta TNU ("não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a turma recursal no acórdão recorrido").
A conclusão a que chego, portanto, é que o pedido de uniformização faria praça se a decisão recorrida tivesse, expressamente, adotado a tese de que seria possível interpretar o art. 6º. XIV da lei 7.713/88 de forma analógica ou extensiva.
Em momento algum o fez, todavia, como se vê do acórdão impugnado, a seguir parcialmente transcrito:
"Sendo assim, estando comprovado que a recorrida enquadra-se na situação legal ensejadora da obtenção do benefício da isenção do imposto de renda na fonte, deve ser mantida a sentença de procedência".
De fato, os laudos médicos constantes dos autos e a perícia médica a que o recorrido foi submetido, conduziram à conclusão de ser ele portador de lesão gravíssima, decorrente de AVC, com incapacidade física e déficit visual, resultando no lado esquerdo totalmente inoperante, dependendo de ajuda de terceiros para exercer todas as atividades rotineiras de seu dia a dia, ou seja, como quis expressamente a sentença, posteriormente mantida pela turma, é o recorrido portador de paralisia incapacitante, uma das patologias expressamente consignadas no art. 6º. XIV, da lei 7.713/88.
De outro lado, a eventual pretensão em se rejeitar a conclusão da sentença, segundo a qual a doença carregada pelo recorrido caracteriza, efetivamente, paralisia irreversível e incapacitante importa revolver o material probatório colhido, circunstância inviável a teor do disposto na súmula 42-TNU ("não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".).
Voto pelo não conhecimento.

ACÓRDÃO

Vistos dos autos do feito em que são partes as pessoas acima assinaladas decide a Turma Nacional de Uniformização, à unanimidade, em não conhecer o pedido de uniformização.
Brasília, 21 de outubro de 2.015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5016558-33.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):ELBA FERRARI BANDEIRA
PROC./ADV.:AMARILDO MACIEL MARTINS
OAB:RS-34508
PROC./ADV.:FELIPE NÉRI DRESCH DA SILVEIRA
OAB:RS-33 779
PROC./ADV.:RUI FERNANDO HÜBNE
OAB:RS-41977
PROC./ADV.:FELIPE NÉRI DRESCH DA SILVEIRA.
OAB:DF-2194
PROC./ADV.:RUI FERNANDO HÜBNER.
OAB:DF-20117
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. SOBRESTAMENTO EM FACE DO RE 855.091. INVIABILIDADE. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS.
1. Tratam-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão deste Colegiado que negou seguimento ao agravo regimental que, por sua vez, foi interposto contra decisão que não conheceu do incidente de uniformização, considerando que "o acórdão proferido em juízo de adequação está em consonância com a orientação recente deste Colegiado uma vez que os valores recebidos pela autora (servidora pública federal aposentada) correspondem a diferenças de vencimento decorrentes do reajuste de 28,86%, que foram pagos por meio de ação de execução de sentença em ação civil pública".
2. Para efeito de prequestionamento, sustenta a embargante que o acórdão é omisso, na medida em que teria deixado de se pronunciar a respeito da violação aos arts. 5°, XXXV, 150, II c/c caput do art. 5°, da Constituição Federal, em face do art. 6°, V, da Lei n° 7.713/88. Defende, também, a ocorrência de afronta ao art. 5°, II c/c art. 150, I c/c 153, III, todos da Constituição Federal, devido ao não reconhecimento da natureza indenizatória dos juros de mora. Sucessivamente, requer o sobrestamento do presente feito, enquanto se aguarda o julgamento definitivo do Recurso Extraordinário n° 855.091, no qual a Corte Suprema reconheceu repercussão geral sobre o tema da incidência do imposto de renda sobre juros de mora.
3. Mostra-se desnecessário, para fins de prequestionamento, a referência analítica a todos os dispositivos constitucionais referidos pela parte, na medida em que o juiz não está obrigado a rechaçar um a um os argumentos por ela sustentados, bastando que indique os fundamentos de sua decisão. Todavia, a fim de evitar óbice à interposição de recurso à superior instância, dou por prequestionados os dispositivos referidos pela embargante.
4. No que concerne ao pedido de sobrestamento, em face do RE 855.091, que tramita perante o Supremo Tribunal Federal, tenho que é inviável a pretensão da embargante, na medida em que apenas eventuais recursos extraordinários sobre o tema devem permanecer sobrestados.
5. Ante o exposto, voto por acolher parcialmente os embargos de declaração, dando por prequestionados os dispositivos constitucionais acima referidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, acolher parcialmente os embargos de declaração, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 21 de outubro de 2015

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5004333-82.2011.4.04.7207
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):DOMINGOS JOÃO RODRIGUES
PROC./ADV.:MAYCON MARTINS DA ROSA
OAB:SC-15892
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INDENIZAÇÃO DO ART. 45 DA LEI 8.212/91. QUESTÃO QUANTO À LEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDADE FÁTICA. ACÓRDÃO RECORRIDO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, condenou a União à devolução dos valores cobrados a título de juros e multa sobre os valores de contribuições previdenciárias recolhidas com atraso, conforme previsto no § 4º do art. 45 da Lei nº 8.212/91.
2.A União sustenta o cabimento de pedidos de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, declararam ser o INSS parte legítima para lide envolvendo a cobrança de juros e multa sobre a indenização prevista no art. 45 da Lei 8.212/91.
3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
4.Inicialmente, observo que o incidente de uniformização foi inadmitido no âmbito da Turma Recursal de origem, sob o entendimento de que versa sobre matéria processual, não suscetível de embasar pedido de uniformização.
5.No entanto, este Colegiado já teve oportunidade de manifestar-se no sentido de flexibilizar tal entendimento, conhecendo do pedido, quando, não obstante a natureza processual da divergência, a matéria controversa repercutir no direito material: PEDILEF nº 00007344320114019330, rel. Juiz Federal GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, j. 22/03/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6.Porém, do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática e jurídica.
7.Isto porque no acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, condenou a União à devolução dos juros e multa incidentes sobre a indenização devida em caso de contagem como tempo de contribuição tempo de serviço atingido pela decadência ou para fins de contagem recíproca (art. 45, § 4º, da Lei 8.212/91):
"O cerne da questão refere-se ao pagamento, livre de multa e de juros, de indenização ao regime geral de previdência pelo segurado contribuinte individual, em período anterior a edição de MP nº 1.523/96, convertida na Lei nº 9.528/97, que acrescentou o
§ 4º ao art. 45 da Lei nº 8.212/91, estabelecendo a incidência de juros e multa sobre os
valores recolhidos em atraso.
A incidência de juros moratórios e multa sobre as verbas recolhidas em atraso obteve suporte legal com a gênese da MP nº 1.523/96, convertida na Lei nº 9.528/97, que acrescentou o § 4º ao art. 45 da Lei nº 8.212/91 Prevalece, atualmente, a redação dada pela Lei Complementar nº 128/2008. A transcrição dos artigos revogados, entretanto, é pertinente para o fim de demonstrar que a incidência de juros moratórios de um por cento ao mês e multa de dez por cento somente foi inserida na Lei de Custeio em 1997.
In casu, para apuração dos valores a serem indenizados, é de ser aplicada a legislação vigente à época que se pretende indenizar.
Sendo assim, inexistindo previsão de juros e multa moratórios em período anterior à 11/10/1996, quando da edição da MP 1.523/96, é de ser afastada sua incidência, sob
pena de aplicação retroativa da legislação previdenciária em prejuízo do segurado - verdadeira reformatio in peius.
Isso porque, antes de tal alteração legislativa, não havia sequer previsão legal dessa incidência nas contribuições apuradas a título de indenização, para fins de contagem
recíproca."
8.Nos casos paradigmas (AgRg no REsp 1055135/MG, AgRg no REsp 837.705/MG e AgRg no REsp 987.688/DF, todos do STJ), apenas se apontou a legitimidade passiva do INSS para ações em que se pleiteia a expedição de Certidão de Tempo de Serviço prestado sob regime celetista, em favor de servidor público.
9.Não trataram os paradigmas da legitimidade passiva em face da natureza dos acréscimos pecuniários incidentes sobre a indenização devida na forma do § 4º do art. 45 da Lei 8.212/91 (objeto do caso recorrido).
10.Ademais, quanto aos processos citados pela parte-recorrente, em nota de rodapé (PEDILEFs 200570620004824, 00084106120054036302, 200571950191701 e 200663020126100), entendo que não se atendeu ao disposto no art. 13 do Regimento Interno, o qual estabelece o ônus processual da instrução do incidente de uniformização com "cópia dos julgados divergentes e a demonstração do dissídio".
11.Acresça-se que em tais precedentes não se afirma expressamente a legitimidade exclusiva do INSS nas causas envolvendo os juros e multa incidentes sobre os valores previsto no art. 45 da Lei nº 8.212/91.
12.Por fim, é o caso de não se conhecer do presente incidente posto que ausente a divergência com jurisprudência dominante do STJ e da TNU, uma vez que o acórdão recorrido apontou que, "inexistindo previsão de juros e multa moratórios em período anterior à 11/10/1996, quando da edição da MP 1.523/96, é de ser afastada sua incidência", entendimento que está em conformidade com o que vem decidindo sobre a matéria o STJ e este Colegiado:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DA FAZENDA NACIONAL PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA. LEI 11.457/2007. TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE PELAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO INSS PARA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. APOSENTADORIA. RECOLHIMENTO EXTEMPORÂNEO DAS CONTRIBUIÇÕES. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS E MULTA SOMENTE A PARTIR DA EDIÇÃO DA MP 1.523/96. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
1. Trata-se, na origem, de ação ordinária que objetiva o reconhecimento da inexigibilidade de multa e juros de mora no cálculo de indenização necessária à expedição de certidão de tempo de serviço para contagem recíproca. Tal indenização relaciona-se com o recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelo recorrido, ora agravado.
2. O recolhimento dessas contribuições previdenciárias foi transferido à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo art. 2o. da Lei 11.457/07, que previu, por outro lado, em seus arts. 16 e 23, a transferência da responsabilidade pela sua cobrança judicial para
a Fazenda Nacional, de modo que à Procuradoria-Geral Federal compete apenas a representação judicial e extrajudicial do INSS.
3. Em outras palavras, da mesma forma que se atribui à Fazenda Nacional a legitimidade ativa para a cobrança judicial da dívida ativa da União Federal, atribui-se-lhe também a legitimidade, no caso, passiva, para a sua defesa em processos como o presente, em que se pleiteia a inexigibilidade de multa e juros de mora incidentes sobre o montante relativo ao recolhimento, em atraso, das contribuições previdenciárias mencionadas no art. 2o. da Lei 11.457/07.
4. Esta Corte firmou entendimento de que a obrigatoriedade imposta pelo § 4o. do art. 45 da Lei 8.212/91 quanto à incidência de juros moratórios e multa no cálculo da indenização das contribuições previdenciárias somente opera a partir da edição da MP 1.523/96 que, conferindo nova redação à Lei de Organização da Seguridade Social acrescentou tal parágrafo ao referido art. 45.
5. Recurso Especial da Fazenda Nacional desprovido."
(STJ, RESP. 1325977/SC, 1ª Turma, rel. Min. Napoleão Nunes Maia, j. 26/06/2012).

"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PARADIGMAS INVOCADOS. APOSENTADORIA. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. TRABALHADOR RURAL. JUROS E MULTA. ART. 45, § 4º, DA LEI 8.212/91. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA ANTES DA EDIÇÃO DA MP Nº 1.523/96. SIMILITUDE FÁTICA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. DIVERGÊNCIA INSTAURADA COM PRECEDENTES DESTA TNU. PARADIGMAS DA TNU QUE DIVERGEM DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. VOTO-VISTA APRESENTADO PELO JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTÔNIO SAVARIS NESTE INCIDENTE. SUPERAÇÃO DO ENTENDIMENTO ANTERIOR DESTA TNU REPRESENTADO PELOS JULGADOS PROFERIDOS NOS PROCESSOS Nº 2005.71.95.01.9170-1 E 2005.70.62.00.0482-4. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
I. Afirmam os acórdãos paradigmas, desta TNU, que o cômputo do tempo de serviço para fins de aposentadoria será considerado, desde que recolhida indenização referente às parcelas atrasadas devidas a título de contribuição previdenciária, incidindo sobre o cálculo do valor indenizatório, a teor do disposto no art. 45, §4º, da Lei nº 8.212/91, juros e multa moratória. De sua parte, o aresto recorrido sustentou que o tempo de serviço rural, em regime de economia familiar, sequer era passível de indenização ou recolhimento de contribuições, não havendo se falar em incidência de juros e multa, salvo para fins de contagem recíproca. Assim, é de rigor o reconhecimento de similitude fática, eis que configurada a divergência entre a Turma de Origem e julgados desta TNU.
II. Com efeito, esta TNUFEF´s já se pronunciou, no sentido de que a incidência de juros moratórios e multa no cálculo das contribuições pagas em atraso, referentes ao reconhecimento de tempo de serviço para fins de aposentadoria, constante no art. 45, §4º, da Lei 8.212/91, somente pode ser exigida a partir da edição da Medida Provisória n.º 1.523/96, pelo que se pode deduzir dos julgados proferidos nos Processos nº 2005.71.95.01.9170-1 e 2005.70.62.00.0482-4. Nesse mesmo sentido, foi a conclusão inicial deste Relator, no voto proferido na sessão de julgamento do dia 17/03/2011.
III. Contudo, após voto-vista do eminente juiz federal José Antônio Savaris, proferido na sessão de julgamento do dia 14/06/2011, resta manifesto o confronto existente entre a conclusão dos julgados nos Processos nº 2005.71.95.01.9170-1 e 2005.70.62.00.0482-4, desta TNU, e a jurisprudência dominante do STJ, representada pelos julgados nos Processos: AgRg no Ag 1.150.735/RS; REsp 889.095/SP; AgRg no REsp 1.143.979/SP; AgRg no Ag 1.078.841/RS; REsp 478.329/RS.
IV. Sendo assim, a jurisprudência do STJ é no sentido de que inexiste imposição de multa e juros moratórios na indenização de tempo de serviço prestado em tempo anterior à Medida Provisória nº 1.523/1996 e nem se impõe a incidência de tais penalidades a partir da publicação dessa mesma MP nº 1.523/1996. Retificação do voto anterior deste Relator para se acostar às razões do voto-vista do juiz federal José Antônio Savaris, superando-se o entendimento desta TNU que se firmou em sentido contrário ao do STJ.
V. Pedido de uniformização conhecido e improvido".
(TNU, PEDILEF 200571950176220, rel. Juiz Federal RONIVON DE ARAGÃO, j. 22/07/2011).
13.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5066199-87.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):LUIZ CARLOS COSTA PEREIRA
PROC./ADV.:AMARILDO MACIEL MARTINS
OAB:RS-34508
PROC./ADV.:SIMONE WANDSCHEER
OAB:RS-72 371
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA, EM REGRA, SOBRE JUROS MORATÓRIOS. EXCEÇÕES: (A) QUANDO PAGOS NO CONTEXTO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO; OU (B) SE A VERBA PRINCIPAL FOR ISENTA OU FORA DA INCIDÊNCIA DO ALUDIDO TRIBUTO. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Quinta Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que, em juízo de retratação, concedeu provimento ao recurso inominado da União Federal (Fazenda Nacional), assentando o entendimento de que:
(a) em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora;
(b) todavia, há exceções:
(b.1) quando os juros de mora forem pagos no contexto de despedida ou de rescisão do contrato de trabalho; e
(b.2) quando os juros de mora advierem de verba principal isenta ou fora do campo de incidência de imposto de renda.
Sustenta o autor, em seu pleito de uniformização, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema. Aponta como paradigmas os seguintes julgados: ED no AgRg no REsp n.º 1.253.196 / RS, EDcl nos EDcl no AgRg no REsp n.º 1.230.964 / RS, AgRg no REsp n.º 1.279.126 / RS e AgRg no REsp n.º 1.183.578 / SC.
2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.
3. O presente caso versa acerca da incidência, ou não, do imposto de renda sobre os juros de mora percebidos, de modo acumulado, em decorrência de ação judicial.
O Superior Tribunal de Justiça, por meio de sua Primeira Seção, no REsp n.º 1.227.133, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que não incide imposto de renda sobre juros moratórios recebidos em reclamatória trabalhista.
Entretanto, esclareceu, posteriormente, que a regra é a incidência do aludido tributo, aplicando-se a decisão do REsp n.º 1.227.133 somente nos casos de perda do emprego ou quando incidente sobre verbas trabalhistas isentas da exação.
E, de fato, no REsp n.º 1.089.720 / RS, decidiu-se que a regra é a incidência do imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.
Esse é o entendimento esposado pela referida Corte Superior (AgRg no REsp 1408928 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. HUMBERTO MARTINS, DJe 09/12/2013; AgRg no AREsp 349859 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27/11/2013; AgRg no REsp 1251171 / SC, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 02/10/2013; AgRg no AREsp 223705 / PR, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 24/09/2013; EDcl no AgRg no REsp 1239921 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/12/2012; e AgRg no AgRg no Ag 1117517 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 04/12/2012):
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA ORIUNDOS DE INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E NÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO À REGRA GERAL FIRMADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO NO JULGAMENTO DO RESP 1.089.720/RS. REGIME DE COMPETÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE VÍCIOS NO JULGADO. INSATISFAÇÃO COM O DESLINDE DA CAUSA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. 1. (...). 3. Em 10.10.2012, DJe 28.1.2012, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, por maioria, vencido o Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, firmou orientação, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, de que, segundo a regra geral, incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, também quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal, salvo: (I) quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não; e (II) nos casos em que a verba principal é isenta ou fora do campo de incidência do imposto de renda, estendendo-se a isenção aos juros de mora mesmo quando na circunstância em que não há perda do emprego, consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale". 4. Extrai-se dos autos que as verbas principais são benefícios previdenciários pagos de forma acumulada em decorrência de demanda judicial, fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho em reclamatória trabalhista, tampouco mostram-se isentas ou fora do campo de incidência do imposto de renda. Logo, não se aplica ao caso dos autos nenhuma das duas exceções apontadas à regra geral de incidência do imposto de renda sobre os juros de mora. 5. O benefício previdenciário pago acumuladamente e a destempo constitui rendimento tributável - como reconhece a jurisprudência desta Corte -, devendo ser observado o regime de competência, a revelar que as alíquotas aplicáveis são aquelas vigentes à época em que tal verba deveria ter sido recebida. 6. Contrariamente ao que defende o ora embargante, não houve nenhuma conclusão advinda de premissa equivocada, uma vez que a verificação da verba originária foi definida na origem, e sua natureza não será modificada por meros cálculos. 7. Quanto aos dispositivos apontados como inconstitucionais, a irresignação refoge à competência desta Corte. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1494279 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 13/05/2015) (grifei)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF. JUROS DE MORA. RECEBIMENTO ACUMULADO DE VALORES REFERENTES A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (APOSENTADORIA). 1. É legal o recolhimento de imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram no pagamento de valores referentes a benefício de aposentadoria, recebidos de forma acumulada. A respeito, dentre outros: REsp 1496513/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 12/02/2015; AgRg no REsp 1494279/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 03/02/2015; AgRg nos EREsp 1389660/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 10/12/2014. 2. Reconhecida a procedência de parte dos pedidos, na contestação, nos termos do § 1º do art. 19 da Lei n. 10.522/2002, e acolhida a pretensão fazendária no que foi impugnado, devem-se inverter os ônus sucumbenciais. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 381577 / RS, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 27/03/2015) (grifei)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ADMINISTRATIVO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO COM ATRASO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. 1. Cuida-se de Agravo Regimental voltado contra decisão singular que proveu o recurso da Fazenda Nacional para reconhecer a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefício previdenciário pago em atraso. Sustentam as razões de inconformismo que a matéria não está pacificada no STJ, de modo que não podia o Relator decidi-la monocraticamente. 2. O STJ firmou orientação de que, em regra, aplica-se imposto de renda sobre juros de mora (REsp 1.089.720/RS, REsp 1.089.720/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 28.11.2012). 3. O imposto de renda que recai sobre benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando-se a renda auferida mês a mês pelo segurado. (REsp 1.118.429/SP, Rel. Ministro HermanBenjamin, Primeira Seção, DJe 14/5/2010, recurso submetido à sistemática do art. 543-C do CPC). 3. A parcela de jurosmoratórios sobre benefício previdenciário pago com atraso sujeita-se à exação, por se enquadrar no disposto no art. 16 da Lei 4.506/1964. Precedentes. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 349432 / PR, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 06/12/2013) (grifei)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. Incide o imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes do pagamento a destempo de benefício previdenciário. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 237639 / RS, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 08/10/2013) (grifei)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OMISSÃO. ERRO DE PREMISSA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA ORIUNDOS DE INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E NÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO À REGRA GERAL. POSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente no acórdão, como ocorreu, in casu, por consideração de premissa fática equivocada. 2. Na espécie, as verbas principais consubstanciam-se em benefícios previdenciários pagos de forma acumulada, em decorrência de demanda judicial, cuja natureza é eminentemente remuneratória. Logo, estando fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, tampouco sendo consideradas isentas ou fora do campo de incidência do imposto derenda, não se aplica à hipótese dos autos nenhuma das duas exceções apontadas à regra geral de incidência do imposto de renda sobre os juros de mora firmada pela Primeira Seção, por maioria, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, Rel. Min. Mauro Campbell. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo regimental e para reconhecer a incidência dos jurosde mora sobre as verbas previdenciárias pagas em atraso. (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1232189 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 08/02/2013) (grifei)

Em razão do que decidiu o STJ, esta Turma Nacional de Uniformização mudou a sua jurisprudência acerca do assunto, passando a acompanhar aquele Superior Tribunal:

TRIBUTÁRIO. JUROS DE MORA DECORRENTES DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO DE URV (REAJUSTE DE 11,98%). IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. NATUREZA NÃO INDENIZATÓRIA DA VERBA. ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 24. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que reconheceu a improcedência do pedido formulado na inicial. 2. Caso em que o autor, servidor público do judiciário federal, pretende o reconhecimento da não-incidência doimposto de renda sobre valores recebidos a título de juros moratórios provenientes do pagamento extemporâneo de URV (11,98%). Sustenta que os juros moratórios teriam natureza jurídico-tributária de verba indenizatória e, por isso, seu recebimento não concretizaria a hipótese de incidência do imposto de renda. 2.1 Invoca como paradigmas: a) decisões administrativas do STF e do CNJ; b) Súmula n° 6 da TR/RS; c) ARESP 243.558, AGRESP 112.343 e Edcl no RESP 1.227.133, todos do STJ; d) julgados da TR/RJ (0013753-84.2009.4.02.5151-01) e TR/ES (0006261-19.2010.4.02.5050-01). 3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001, em relação aos julgados oriundos do STJ e da Súmula n° 6 da TR/RS. Em relação aos primeiros, neles há reconhecimento de que espelhariam jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, de forma que atendem aos parâmetros da Questão de Ordem n° 5 desta TNU. Em relação à Súmula da TR/RS, houve juntada de seu inteiro teor, bem como indicação da correspondente URL (inteligência da Questão de Ordem n° 3/TNU). 4. A respeito do tema, esta TNU tinha posicionamento consonante com o defendido no incidente de uniformização, amparada em jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS, 1a Seção, julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC). Exemplificativamente cito PEDIDO 200970570008341, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ 28/09/2012 e PEDIDO 200871540020063, Rel. Juiz Federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 01/06/2012. Todavia, a mesma 1a Seção do STJ, em 10/10/2012, no julgamento do RESP 1.089.720/RS, fixou os parâmetros para aplicação do precedente formado no RESP 1.227.133/RS, que vinha sendo aplicado de forma irrestrita pelos tribunais inferiores. Nesse julgamento o Superior Tribunal de Justiça assentou a compreensão de que: a) como regra geral, o IRPF incide sobre juros de mora, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas; b) figuram como exceções: b.1) valores recebidos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não; b.2) quando a verba principal é isenta ou está fora do campo de incidência do IR, consoante a regra de que o acessório segue a sorte do principal. 5.1 A partir desse julgamento, há diversos acórdãos proferidos no âmbito do STJ com a adoção de referido posicionamento. Exemplificativamente, cito AGARESP 201202251578, Rel. Min. Herman Benjamin, 2a Turma, DJE 12/06/2013; AERESP 200900138628, Rel. Min. Ari Pargendler, 1a Seção, DJE 13/05/2013; e RESP 200902298326, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2a Turma, DJE 18/03/2013. 6. O acórdão de origem está em estreita consonância com este entendimento. 7. Pedido de Uniformização não conhecido, nos termos da Questão de Ordem 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia". (PEDILEF 05024039420124058500, Rel. Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 20/09/2013, p. 142/188) (grifei)

Portanto, considero que, nos termos da jurisprudência do STJ e da TNU, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando pagos em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Como muito bem decidiu a Quinta Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, o caso dos autos enquadra-se na regra geral, porquanto se trata de ação movida por servidor público contra a União Federal (Fazenda Nacional), cujos juros de mora são atinentes a diferenças remuneratórias (reajuste de 28,86 %) dissociadas do contexto de perda de emprego.

4. Então, como é certo que não cabe pleito de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido (Questão de Ordem n.º 013 desta TNU), tenho que o presente incidente nacional de uniformização de jurisprudência não merece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 19 de agosto de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

DECISÕES

REPUBLICAÇÃO
PROCESSO:0003908-06.2006.4.03.6315
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):PEDRO PROENÇA CARVALHO
PROC./ADV.:MARIA JOSE VALARELLI BUFFALO
OAB:SP-22523

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão prolatado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que limitou a execução de valores de benefício já homologados judicialmente ao teto dos Juizados Especiais Federais.

É o relatório.

A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais no julgamento do PEDILEF 200932007021984 dirimiu questão jurídica com a mesma similitude fática no sentido de que "o valor da causa não se confunde com o valor da condenação, podendo este ser perfeitamente superior ao teto de sessenta salários mínimos, o que não afasta a competência dos Juizados Especiais Federais" . Eis a ementa do referido julgado:

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO IMPUTADA AO ACÓRDÃO. DIFERENÇAS RELATIVAS À APLICAÇÃO DO IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. VALOR DA CAUSA E ALÇADA. EXECUÇÃO DE VALOR SUPERIOR A SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO. IMPROVIMENTO DO INCIDENTE. AUSÊNCIA DE LIMITE À EXECUÇÃO, SALVO PARA FINS DE PAGAMENTO VIA RPV OU PRECATÓRIO. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO (LEI N.º 10.259/01, ART. 3.º, § 2.º; CPC, ART. 260). OMISSÃO RECONHECIDA. PROVIMENTO DOS EMBARGOS. - Cabem embargos declaratórios quando houver obscuridade, contradição ou omissão, inclusive para fins de prequestionamento, de matéria não enfrentada pela sentença ou acórdão. - Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de valor até sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças, mesmo superiores ao limite fixado, caso em que o pagamento far-se-á sempre por meio do precatório, facultado ao exequente a renúncia ao excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo pela via da RPV. - Para a atribuição do valor da causa quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, tomar-se-á em consideração o valor de umas e outras; mas o valor das prestações vincendas será igual a uma prestação anual, se a obrigação for por tempo indeterminado, ou por tempo superior a um ano. - Acórdão embargado que sufragou a decisão da Turma Recursal de origem, no sentido de que "o valor da causa não se confunde com o valor da condenação, podendo este ser perfeitamente superior ao teto de sessenta salários mínimos, o que não afasta a competência dos Juizados Especiais Federais", conforme entendimento fixado pela TNU (PEDILEF n.º 200833007122079, Relator Juiz Federal Eduardo do Nascimento, j. 13 set. 2010). - Sendo o valor de sessenta salários mínimos superior ao somatório das parcelas pleiteadas vencidas e vincendas à época do ajuizamento da demanda, limitadas estas últimas a doze e apuradas conforme último valor da diferença em novembro de 2003, não há superação da alçada, nem violação aos critérios de atribuição do valor da causa, ou da competência dos Juizados Especiais Federais. - Ausência de violação aos dispositivos prequestionados. - Provimento dos Embargos.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, a devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 241, no dia 02/10/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 5000939-55.2011.4.04.7017
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NEOL PETRONILHO
PROC./ADV.: SÔNIA M. BELLATO PALIN OAB: PR 25.755
PROC./ADV.: JÚNIOR FERNANDO BELLATO OAB: SP 297.285
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou parcialmente procedente o pedido de averbação de período laborado em atividade rural, porém rejeitou o pedido de aposentadoria por idade urbana, por ausência de comprovação do período mínimo de contribuição.

Sustenta a parte requerente que "o período rural anterior a 1991 da autora, além de ser computado como tempo de contribuição, também pode ser considerado para efeito de carência, pois após a edição da Lei 4.214/63 a contribuição do segurado trabalhador rural passou a ser obrigatória pelo empregador, de caráter impositivo".

É o relatório.

O recurso merece prosperar.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502674-32.2014.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ GARCIA FONTES
PROC./ADV.: MARCIEL ANTONIO DE SALES OAB: RN 9883
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que decidiu pela necessidade de devolução dos valores pagos em sede de tutela antecipada posteriormente revogada.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 16 II. do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5002681-38.2013.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ORAIDES SOARES MARTINS
PROC./ADV.: EMERSON LUIS EHRLICH OAB: RS 75.988

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que, ao revogar tutela antecipada, decidiu pela desnecessidade de devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiu de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16 II. do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000112-09.2013.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MANOEL ALBERTO FLORES
PROC./ADV.: NADIA DENISE DOS SANTOS PEDELHESOAB: RS 69.286
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que rejeitou o pedido de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16 II. do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524924-85.2011.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que rejeitou o pedido de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16 II. do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5031395-59.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARCIA CORREA FERRAZ
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTAOAB: RS 56506
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que rejeitou o pedido de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16 II. do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5036182-34.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GESSI CORREIA DE MOURA
PROC./ADV.: ANDIARA MACIEL PEREIRA OAB: RS 65408
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que rejeitou o pedido de benefício assistencial à parte autora.
O incidente de uniformização foi admitido na origem.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16 II. do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006268-04.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): OLGA ZOLONDEK IANKE
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR 47606

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que rejeitou o pedido de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16 II. do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0016190-74.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOÃO BATISTA TINO MELO E SILVA
PROC./ADV.:GUILHERME DE CARVALHO OAB:MG 97.333
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial de revisão de benefício previdenciário formulado pela parte autora.
Sustenta a parte requerente a necessidade de equivalência entre a alteração do limite máximo do salário de contribuição e o índice de reajuste dos benefícios de prestação continuada da previdência social.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os julgados oriundos do Tribunal Regional Federal e de Varas Federais não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005639-21.2012.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CATHARINA ROSSI TRAGIL
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU vigente à época.
Nas razões do agravo, sustenta a requerente, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É o relatório.
O presente recurso não comporta conhecimento.
Com efeito, a Resolução CJF 163, de 9/11/11, alterou a redação do art. 34 do RITNU (Resolução 22/08), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Insta salientar que a redação do referido dispositivo fora mantida, ipsis literis, pelo atual regimento interno (Resolução 345/2015), em seu art. 32.
Outrossim, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, da Resolução 163/2011 (art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015), os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
Dessa forma, ante a aplicação imediata da norma superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se, em matéria recursal, observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.
Nesse contexto, tendo a referida resolução sido publicada em 14/11/11, o seu texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a publicação da decisão ora agravada ocorreu em data posterior.
Cumpre consignar, por fim, que o pedido de uniformização foi inadmitido em virtude do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518395-34.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE FÁTIMA VENTURA LIMA
PROC./ADV.: ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES OAB: CE-18947
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que o conjunto probatório carreado aos autos não é suficiente para a comprovação da qualidade de segurado da requerente durante o período de carência.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual o início de prova material não precisa ser contemporâneo a todo o período de carência.
Assevera, ainda, que o exercício de atividade urbana não impede a concessão do benefício.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
A TNU já pacificou o entendimento no sentido de que
"[...] embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002906-10.2012.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SUELI CARDOSO DIAS
PROC./ADV.: ELIZABETE A. SIEGEL BARBOSA OAB: SC 12.374
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de a modificação do ato de concessão de sua aposentadoria por tempo de serviço como professora, mediante a exclusão do fator previdenciário, e o pagamento dos valores decorrentes do aumento da renda mensal gerada por essa alteração no cálculo de seu benefício.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria do entendimento da Turma Recursal de Sergipe, ao fundamento de que a aplicação do fator previdenciário sobre a aposentadoria do professor e não sobre as aposentadorias especiais em geral implica desigualdade entre benefícios assegurados constitucionalmente com a mesma natureza, ou seja, concedidos em razão das condições adversas no desempenho da atividade.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5010858-18.2013.4.04.7205, DOU 10.7.2015, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. CONDIÇÕES DIFERENCIADAS ASSEGURADAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO PROFESSOR (ART. 201, §8º). NÃO INCIDÊNCIA DO FATOR PREVIDENCIÁRIO QUANDO ACARRETAR REDUÇÃO DO VALOR DA RENDA MENSAL INICIAL. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de ação previdenciária em que a parte autora postula a revisão de sua aposentadoria por tempo de contribuição de professor (NB 57/157.418.353-0 - DIB 25/07/2012) mediante a aplicação do critério de cálculo definido no art. 29 da Lei n. 8.213/91, sem a incidência de fator previdenciário, por tratar-se de espécie de aposentadoria especial. Defende a tese de que a aposentadoria de professor possui tempo de serviço reduzido, porquanto tem por premissa a aposentadoria especial concedida pelo exercício de atividade penosa. 2. A sentença julgou improcedente o pedido, com arrimo nos fundamentos de que: A aposentadoria do professor, embora apresente regras próprias, previstas no art. 201, §8º da CF/88, não deixa de ser aposentadoria por tempo de contribuição, sendo que o fato de o segurado ver reduzido em cinco anos o tempo para se aposentar (art. 56 da Lei 8.213/91) não transmuda a aposentadoria em especial, não sendo correto concluir pelo afastamento do fator previdenciário. Por fim, vale destacar que o julgamento do REsp nº . 1.104.334-PR pelo Superior Tribunal de Justiça não influencia a presente lide. Com efeito, tal julgado tratou apenas da possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido no magistério até 14.10.1996 como atividade especial, sem versar sobre a forma de cálculo da aposentadoria dos professores, notadamente sobre a incidência do fator previdenciário. Desta feita, a pretensão da parte autora não merece prosperar. 3. A 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina negou provimento ao recurso interposto pela parte autora para confirmar a sentença pelos próprios fundamentos. 4. Em seu pedido de uniformização, a parte autora alega que a decisão da origem destoa de acórdão proferido pela Turma Recursal de Sergipe (processo 0504588-42.2011.4.05.8500), que deu provimento a recurso manejado por segurado da Previdência Social, titular de aposentadoria por tempo de serviço de professor, para excluir o fator previdenciário do cálculo da renda mensal inicial do benefício ao entendimento de que a atividade de magistério é considerada especial pela Constituição Federal, cujo art. 40 autoriza a redução do tempo de contribuição para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. 5. O pedido de uniformização foi admitido na origem. 6. Conheço do pedido de uniformização porquanto fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões, nos termos do que dispõe o § 2º do art. 14 da Lei n. 10.259/01. 7. O cerne da divergência está relacionado à aplicação do fator previdenciário na apuração da renda mensal inicial do benefício de aposentadoria em funções de magistério. 8. A Lei nº 9.876, de 1999, criou nova regra na base de cálculo dos benefícios previdenciários (artigo 29 e §§ da Lei nº 8.213/91), introduzindo o denominado fator previdenciário, que correlaciona o esforço contributivo realizado pelo segurado (tempo de contribuição x alíquota) com o tempo de manutenção do benefício a perceber (expectativa de sobrevida). Sua aplicação, segundo reza o art. 29, § 7º, faz-se a partir da utilização de equação que leva em consideração o tempo de contribuição, a idade e a expectativa de sobrevida do requerente no momento da aposentadoria. O inciso II do aludido artigo excepciona da aplicação do fator previdenciário os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial, auxílio-doença e auxílio-acidente. 8.1 Nas aposentadorias por tempo de contribuição, a aplicação do fator previdenciário permite que o valor do benefício guarde correspondência com o tempo de contribuição e o tempo de manutenção do benefício, que seria a expectativa de sobrevida do segurado no momento da aposentadoria. 8.2 Sobre o tempo de contribuição do segurado, a Lei n. 9.876/99 não criou regramento específico quanto à aplicação do fator previdenciário nos casos em que o segurado tem computados períodos de atividade especial, havendo, no tocante à atividade do professor, previsão de adição de cinco e dez anos ao tempo de contribuição computado, conforme o sexo (art. 29, §9º). 9. Ainda no tocante à aposentadoria do professor, a Lei de Benefícios dispõe que o professor (a) que comprove, conforme o sexo, 30 (trinta) ou 25 (vinte e cinco) anos em funções de magistério, poderá aposentar-se por tempo de contribuição com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário de benefício, observadas as regras atinentes ao cálculo do valor dos benefícios (art. 56). 10. Direcionava-se favoravelmente à classificação da aposentadoria do professor como aposentadoria especial a interpretação histórica das regras que, ao longo do tempo a disciplinaram, sempre procurando abreviar o tempo do trabalho, por considerá-lo penoso (Decreto nº 53.831/64), assim como as regras constitucionais que pretenderam assegurar a aposentadoria reduzida (Emenda Constitucional n. 18/1981 e art. 201, §8º, da CF/88), e, portanto, com o mínimo de prejuízo ao titular do direito. 11. Com efeito, a aplicação do fator previdenciário sobre a aposentadoria do professor e não sobre as aposentadorias especiais em geral implica desigualdade entre benefícios assegurados constitucionalmente com a mesma natureza, ou seja, concedidos em razão das condições diferenciadas no desempenho da atividade. 12. Como se observa dos dispositivos constitucionais mencionados, se o legislador constituinte tomou a cautela de fazer constar do texto constitucional uma aposentadoria com redução do tempo necessário à sua outorga, para o professor com tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio, exclusivamente, é de se concluir que entendeu dar especial proteção aos que exercem tão relevante atividade, dentre outros aspectos, pelo desgaste físico e mental, com prejuízo à saúde, daqueles profissionais. 13. A respeito do tema, peço vênia para transcrever trechos do voto complementar da lavra do Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, que compõe o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, proferido nos autos da Apelação Cível nº 5004320-12.2013.404.7111/RS : [...] A aposentadoria do professor, portanto, segundo a dicção do Supremo Tribunal Federal, não é uma aposentadoria especial, e segundo a legislação de regência, no cálculo da respectiva renda mensal inicial deve ser considerado o fator previdenciário, multiplicador que pode majorar ou diminuiu a renda mensal inicial e que, também segundo a dicção do Supremo Tribunal Federal, não é inconstitucional. Nesse sentido, considerando os precedentes do Supremo Tribunal Federal, venho entendendo pela incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial das aposentadorias por tempo de contribuição dos professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. Aprofundando a apreciação da matéria, todavia, mesmo sendo certo que segundo manifestação preliminar da Excelsa Corte o fator previdenciário é constitucional, necessário analisar a validade especificamente das normas que disciplinam a incidência do fator previdenciário na aposentadoria do professor. E esta análise está a indicar a ausência de constitucionalidade no tratamento que a Lei 8.213/91, na redação que lhe foi dada pela Lei 9.876/99, confere especificamente às aposentadorias por tempo de contribuição dos professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. Digo isso porque o § 8º do artigo 201 da Constituição Federal, ao reconhecer ao professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio o direito à aposentadoria por tempo de contribuição com redução de cincos anos, certamente conferiu à categoria e, por extensão, ao benefício, status diferenciado; agregou-lhes valor que deve ser respeitado pelo legislador ordinário. A disciplina do direito assegurado pela Constituição, assim, deve ser feita de forma adequada. Norma que restrinja de alguma forma o direito assegurado pela Constituição, portanto, somente será válida se guardar a devida proporcionalidade e o respeito às demais cláusulas constitucionais. Deve ser lembrado, ademais, que nos termos do que estabelece o artigo 6º da Constituição Federal, a previdência social é um direito social, logo direito fundamental a ser prestigiado pelo legislador infraconstitucional. A Lei 9.876/99, portanto, ao instituir o fator previdenciário, está, em rigor, a disciplinar direito. Mais do que isso, a disciplinar direito fundamental. E no caso específico dos professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, a disciplinar espécie de aposentadoria que, conquanto não seja especial, goza de indiscutível status constitucional. Se a Lei 8.213/91, com a redação que lhe foi dada pela Lei 9.876/99, disciplina, no que toca especificamente à aposentadoria dos professores, direito fundamental previsto na Constituição Federal, a margem de discrição do legislador no processo de conformação do direito no nível infraconstitucional, à evidência, está sujeita a limites. [...] Para compensar o fato de que a aposentadoria do professor se dá com tempo reduzido, determina a lei o acréscimo de tempo fictício ao tempo de contribuição (cinco anos se homem e dez anos se mulher), para obtenção do fator previdenciário. Conquanto a previsão legal possa acarretar redução dos efeitos negativos do fator previdenciário para a aposentadoria do professor, parece-me que não dá ela adequado tratamento ao direito fundamental assegurado pela Constituição, por ausência de proporcionalidade, ofendendo, ademais, o princípio da isonomia, consagrado no caput do artigo 5º da Constituição Federal, pois deixa de tratar desiguais observada a medida de suas desigualdades. Explico. O fator previdenciário, nos termos da Lei 8.213/91, é calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo fórmula constante do Anexo do citado Diploma [...] Da análise da fórmula constata-se que, a partir da situação particular do segurado, duas variáveis impactam o cálculo do fator previdenciário (multiplicador que se inferior a 1 diminuirá a renda mensal inicial do benefício, e, se superior a 1, aumentará a renda mensal inicial do benefício): (i) a idade do segurado, que, em rigor, incide duas vezes, haja vista a consideração, também, da expectativa de sobrevida na equação, e o (ii) tempo de contribuição, que, da mesma forma, incide duas vezes na equação. Mais do que isso, percebe-se que dentre as variáveis ligadas à situação particular do segurado, a idade é a que tem tendência a influir mais no valor final obtido. Com efeito, se tomarmos a situação de uma mulher com 55 anos de idade e 30 anos de tempo de contribuição, por exemplo, e que tem pela Tábua Completa de Mortalidade do IBGE uma expectativa de sobrevida de 25,5 anos, percebemos que seu fator previdenciário será igual a 0,5992. Acrescidos 10 anos ao tempo de contribuição no caso de uma mulher com cinquenta anos, haveria a obtenção de fator previdenciário superior. Teria a mulher 55 anos de idade, 40 anos de tempo de contribuição e a mesma expectativa de sobrevida (25,5 anos). O fator previdenciário seria igual a 0,8140. Agora vejamos o resultado se forem acrescidos 10 anos à idade, mantidos, todavia, 30 anos de contribuição. A mulher, neste caso, teria 30 anos de contribuição e 65 anos de idade. Sua expectativa de sobrevida seria de 18,00 anos. O fator previdenciário seria igual a 0,9005. Percebe-se, pois, que: - Tomada a situação de uma mulher com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, com média de salários-de-contribuição, suponhamos, de R$ 2.000,00, seu salário-de-benefício, com a incidência do fator previdenciário, seria de R$ 1.198,40 (R$ 2.000,00*0,5992); - Se esta mulher tivesse 55 anos de idade, mas 40 anos de contribuição, seu salário-de-benefício, com a incidência do fator previdenciário, seria de R$ 1.627,60 (R$ 2.000,00*0,8140); - Se esta mulher tivesse 30 anos de contribuição, mas 65 anos de idade, seu salário-de-benefício, com a incidência do fator previdenciário, seria de R$ 1.800,80 (R$ 2.000,00*0,9005). Os exemplos acima apresentados evidenciam que duas variáveis consideradas com base na situação particular do segurado influenciam no cálculo do fator previdenciário e, mais do que isso, a variável idade tem uma influência um pouco maior. Voltemos agora ao caso dos professores. O que fez a Lei 8.213/91 (com a redação que lhe foi dada pela Lei 9.876/99) para, considerando o valor especial conferido à aposentadoria por tempo de contribuição dos professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, conferir-lhe um tratamento ajustado à ordem constitucional? Determinou, em seu artigo 29, § 9º, o acréscimo, ao tempo de contribuição, de 05 anos, quando se tratar de professor, e de 10 anos, quando se tratar de professora. Em relação à variável idade, justamente aquela que tem maior impacto no cálculo do fator previdenciário, todavia, não foi adotada qualquer medida tendente a obviar de alguma forma os eventuais efeitos deletérios causados no cálculo do fator previdenciário. Veja-se, novamente a título ilustrativo, que se uma professora com 50 anos de idade (expectativa de sobrevida de 29,2 anos) se aposentasse atualmente com 25 anos de contribuição, o acréscimo de 10 anos ao tempo de contribuição determinado pelo artigo 29, § 9º, da Lei 8.213/91 (por ficção teria 35 anos de tempo de contribuição) acarretaria a obtenção de um fator previdenciário igual a 0,5895. Assim, seu salário-de-benefício, tomada uma média hipotética de salários-de-contribuição de R$ 2.000,00, seria de R$ 1.179,00 (R$ 2.000,00*0,5895). Se a esta mesma professora fossem acrescidos não somente 10 anos ao tempo de contribuição (por ficção teria 35 anos de tempo de contribuição), mas também 10 anos à idade (por ficção teria 60 anos de idade e expectativa de sobrevida de 21,6 anos), o fator previdenciário seria igual a 0,8935. Assim, seu salário-de-benefício, tomada a mesma média hipotética de salários-de-contribuição de R$ 2.000,00, seria de R$ 1.787,00 (R$ 2.000,00*0,8935) Os exemplos referidos no parágrafo anterior demonstram que o adequado tratamento à aposentadoria por tempo de contribuição dos professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, benefício que tem especial dignidade constitucional, somente seria alcançado, mesmo que se tenha por constitucional o fator previdenciário, se os efeitos da idade tivessem sido igualmente mitigados pelo legislador ordinário. Note-se que se a Constituição estabelece que o professor e a professora têm direito a se aposentar com 30 e 25 anos de tempo de contribuição respectivamente (enquanto os demais trabalhadores têm direito a se aposentar ordinariamente com 35 e 30 anos de tempo de contribuição) evidentemente que o constituinte ponderou o fato de que a aposentadoria, necessariamente, para os professores, ocorreria com idade inferior aos demais trabalhadores. A conclusão é lógica. [...] Trabalhemos novamente com exemplos para demonstrar o desacerto da sistemática estabelecida. Tomado o caso de um professor que tenha começado a trabalhar aos 16 anos de idade (atualmente a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho - artigo 7º inciso XXXIII, da CF, na redação dada pela EC 20/98), ao completar 30 anos de tempo de contribuição, ela terá 46 anos de idade. Menos, evidentemente, do que um homem, não professor, que terá de trabalhar 35 anos para se aposentar, e que atingirá isso aos 51 anos de idade. Por presunção, a fim de reduzir o impacto no cálculo do fator previdenciário, como determinado pela Lei 8.213/91, será considerado para o professor tempo de contribuição igual a 35 anos (acréscimo de 05 anos). Mas, cabe a pergunta: se a presunção é de que o professor trabalhou por 35 anos, embora tenha somente 46 anos de idade, seria lógico e razoável considerar que ele, também por presunção, teria ele ingressado no mercado de trabalho aos 11 anos de idade? Evidentemente que não, até porque isso atentaria contra a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Constituição Federal, que veda o trabalho dos menores de 16 anos. A conclusão que se pode extrair a partir de uma interpretação afeiçoada à Constituição Federal, é de que se ao professor com 46 anos de idade e 30 anos de contribuição reconhece-se, por determinação legal, tempo de contribuição de 35 anos, sua idade, também por presunção, necessariamente seria necessariamente de 51 anos de idade. Em outras palavras, admitida a constitucionalidade do fator previdenciário, e conferido pela lei tratamento diferenciado ao cálculo do fator previdenciário para o professor mediante consideração de mais 05 ou 10 anos de tempo de contribuição, este período acrescido, jurídica e cronologicamente, só pode ser referente ao tempo futuro; jamais ao passado. Assim, no caso dos professores, a majoração do tempo de contribuição sem a consideração dos impactos na variável idade subverte a lógica, e, consequentemente, viola o ordenamento jurídico. [...] 14. Além disso, a Segunda e a Quinta Turmas do C. STJ possuem entendimento no sentido do afastamento do FP no cálculo das aposentadorias dos professores. Seguem acórdãos sobre o tema: PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO. CABIMENTO. 1. Cinge-se a controvérsia à possibilidade de conversão do tempo de serviço especial laborado na atividade de magistério, em tempo de serviço comum. 2. Segundo a jurisprudência do STJ, "Não incide o fator previdenciário no cálculo do salário-de-benefício da aposentadoria do professor" (AgRg no REsp 1251165/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 15/10/2014) Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1485280/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 22/04/2015) AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INAPLICABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. Não incide o fator previdenciário no cálculo do salário-de-benefício da aposentadoria do professor. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1251165/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 15/10/2014) 15. Considerando a fundamentação expendida, entendo que a interpretação do §9º do art. 29 da Lei de Benefícios, com redação incluída pela Lei n. 9.876/99, deve ser compatível com a proteção conferida à Previdência Social pela Constituição Federal de 1988 que, no art. 201, §8º, assegura condições diferenciadas para a concessão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ao professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. 16. Importa destacar que a Lei Complementar n. 142/2013, que regulamenta o §1º do art. 201 da Constituição Federal, assegura a concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência mediante condições que também levam em conta a diminuição do tempo de contribuição, como no caso da aposentadoria de professor. Segundo o inciso I do art. 9º da referida LC, a aplicação do fator previdenciário na aposentadoria da pessoa com deficiência somente é autorizada se resultar em renda mensal de valor mais elevado. 17. A aposentadoria de professor, assim, por tratar-se de benefício concedido com tempo de contribuição também reduzido, comporta tratamento similar ao conferido pela LC 142/2013 no tocante ao fator previdenciário, cuja aplicação está autorizada somente quando seu resultado for superior à unidade (fator previdenciário positivo). 18. Meu voto, portanto, conhece e dá provimento ao pedido de uniformização interposto pela parte autora, firmando o entendimento de que o fator previdenciário não pode ser aplicado quando importar redução do valor da renda mensal inicial da aposentadoria em funções de magistério, sob pena de anular o benefício previsto constitucionalmente. 19. Considerando que a matéria é exclusivamente de direito e visando a dar efetividade ao princípio da celeridade, que rege os Juizados Especiais, acolho o pedido inicial e condeno o INSS a revisar a renda mensal inicial do benefício da parte autora (NB 57/157.418.353-0 - DIB 25/07/2012), para excluir o fator previdenciário do cálculo concessório, uma vez que inferior à unidade (negativo), e a pagar à segurada os valores atrasados, a contar DER/DIB, corrigidos pelo INPC, de acordo com o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, e acrescidos de juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009. Determino o retorno dos autos diretamente ao Juizado de origem para liquidação. Afastada a condenação da parte autora em honorários advocatícios nos termos da Questão de Ordem n. 2/TNU.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para determinar a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523547-29.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO RODRIGUES FARIAS
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão, em especial, não teria sido reconhecida a incapacidade.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU ao fundamento de que no caso de incapacidade parcial para o labor, se deve levar em conta as condições pessoais da parte.

É o relatório.

O presente recurso merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 47, firmou o entendimento no sentido de que, "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para avaliação das condições pessoais e sociais do segurado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500157-63.2014.4.05.8304
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EDIMILSON RIBEIRO DE SÁ
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVAOAB: PE 573-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão, em especial, não teria sido reconhecida a incapacidade.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU ao fundamento de que no caso de incapacidade parcial para o labor, deve-se levar em conta as condições pessoais da parte.

É o relatório.

O presente recurso merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 47, firmou o entendimento no sentido de que, "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para avaliação das condições pessoais e sociais do segurado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510836-37.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GENEILSON GUEDES DA SILVA
PROC./ADV.: JULIANA CAMPOS DE AZEVEDO OAB: PE-25291

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, que foi julgado parcialmente procedente, o que foi mantido pela Turma de origem.

Inconformada, a parte ora requerente formulou pedido de uniformização regional, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.

Inadmitido pelo Presidente da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, o requerente interpôs, equivocadamente, agravo para a Turma Nacional.

Desse modo, tendo em vista que a TNU não é competente para o julgamento do feito, haja vista que não foi interposto incidente nacional de uniformização, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521546-71.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO JEOVÁ ALENCAR FERREIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7576
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão, em especial, não teria sido reconhecida a incapacidade.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU ao fundamento de que no caso de incapacidade parcial para o labor, deve-se levar em conta as condições pessoais da parte.

É o relatório.

O presente recurso merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 47, firmou o entendimento no sentido de que, "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para avaliação das condições pessoais e sociais do segurado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504455-41.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FLÁVIO DUARTE SANTANA
PROC./ADV.: ADAUDETE PIRES DUARTEOAB: 18.290
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de que não restou comprovada a sua incapacidade para o trabalho.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU e STJ, no sentido de que a perícia deve ser realizada por médico especialista, pleiteando a nulidade da sentença por cerceamento de defesa.

É o relatório.

O presente recurso merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0502236-62.2012.4.05.8311, DOU 23.1.2015, firmou o entendimento nos seguintes termos:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. HANSENÍASE. DOENÇA ESTIGMATIZANTE. SENTENÇA E ACÓRDÃO GENÉRICOS. AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A Turma Recursal da Seção

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Judiciária de Pernambuco manteve por seus próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial ao deficiente. De acordo com o Colegiado, as provas existentes nos autos apontam que o núcleo familiar, não obstante a renda per capita inferior a ¼ do salário-mínimo, não se encontra em situação de miserabilidade. 2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega, em síntese, que o limite de ¼ do salário-mínimo não deve ser o único critério a ser analisado pelo julgador para aferição da miserabilidade. Com o intuito de comprovar a divergência jurisprudencial, acostou como paradigma acórdão da Primeira Turma Recursal do Mato Grosso (autos nº 2008.36.00.700052-6). Afirma, ainda, ser este o entendimento do STF e do STJ (julgado mencionado à guisa de ilustração). 3. Em seu voto o nobre Relator não conhece do incidente ao fundamento de que o acórdão trazido como paradigma está no mesmo sentido do acórdão recorrido. 4. Em que pese os judiciosos fundamentos invocados pelo N. Relator, observo dos autos que o acórdão é por demais genérico, não se pronunciando sobre as condições pessoais e sociais da recorrente. 5. De outro lado, nota-se que a recorrente é portadora de hanseníase, doença que ainda causa repulsa e estigma no meio social, estando parcialmente incapacitada, e vive com o esposo e dois filhos menores. A renda da família é proveniente apenas de aposentadoria de valor mínimo do esposo, porque a autora é vendedora ambulante de bilhetes de loteria, mas com a doença não pode andar no sol. Em que pese somente no acórdão o Relator tenha citado, de forma genérica, que não há nos autos provas de gastos excepcionais que indiquem miserabilidade, não foi feita perícia socioeconômica, não havendo elementos suficientes para aferir se realmente ficou ou não caracterizado o impedimento de longo prazo. 6. Esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento de que a generalidade do acórdão, que não se confunde com a fundamentação sucinta, a não se ater às especificidades do caso que lhe é trazido, acaba por violar o direito à fundamentação da sentença, inserto no art. 93, IX, da CF/88. Nesse sentido cito os seguintes PEDILEFs: 50647967200740581 03; 05007292520094058100; 05012457920084058100; 05058174020064058103; e 05012611820084058202. 7. Nesse passo, voto no sentido de que seja o incidente conhecido e parcialmente provido para que seja o acórdão anulado, com retorno dos autos à origem para que, se possível, seja realizado levantamento socioeconômico, a fim de apurar a real situação da recorrente, com a prolação de novo acórdão em que as condições pessoais e sociais sejam efetivamente examinadas. É como voto.
Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para avaliação das condições pessoais e sociais do segurado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519551-68.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSELIA BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉ LUIZ SIQUEIRA GOMES OAB: PE-23869

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, que foi julgado parcialmente procedente, o que foi mantido pela Turma de origem.
Inconformada, a parte ora requerente formulou pedido de uniformização regional, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.
Inadmitido pelo Presidente da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, o requerente interpôs, equivocadamente, agravo para a Turma Nacional.
Desse modo, tendo em vista que a TNU não é competente para o julgamento do feito, haja vista que não foi interposto incidente nacional de uniformização, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513472-10.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ESTELITA DOS SANTOS LOPES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, que foi julgado parcialmente procedente, o que foi mantido pela Turma de origem.
Inconformada, a parte ora requerente formulou pedido de uniformização regional, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.
Inadmitido pelo Presidente da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, o requerente interpôs, equivocadamente, agravo para a Turma Nacional.
Desse modo, tendo em vista que a TNU não é competente para o julgamento do feito, haja vista que não foi interposto incidente nacional de uniformização, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500364-71.2014.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA JOSÉ PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade, pois a renda per capita familiar ultrapassa o limite legal de ¼ do salário mínimo.
Sustenta a parte requerente que tal entendimento diverge da orientação firmada no STJ, segundo a qual o critério objetivo da renda per capita não pode ser utilizado de forma isolada, podendo ser aferida a condição de miserabilidade da parte por outros meios de prova.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:
"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).
4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.
5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.
6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.
7. Recurso Especial provido."
(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e análise das condições sociais da parte, no caso concreto.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500991-91.2013.4.05.8307
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: RÔMULO PEDROSA SARAIVA FILHO OAB: PE-25 423
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais, determinando à parte ré que conceda ao autor o benefício de auxílio-doença, sob o fundamento de que, para este benefício, foram preenchidos os requisitos legais.
Sustenta o requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência da TNU, no sentido de que, para fins de concessão de aposentadoria por invalidez, a incapacidade parcial deve ser aferida em conjunto com fatores pessoais e sociais do demandante.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 47, firmou o entendimento no sentido de que "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".
No caso vertente, verifico que o acórdão recorrido está em dissonância com o entendimento acima exposto, haja vista que não analisou detidamente as condições pessoais, após a constatação da presença de incapacidade parcial para o trabalho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado e consequente análise das condições em comento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0531510-12.2009.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOAB GUEDES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, em razão da ausência de incapacidade da parte autora para as atividades laborativas.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de Turmas Recursais de outras regiões, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus da AIDS, é necessário considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.
É o relatório.
Razão assiste à parte agravante.
A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que: "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502122-62.2012.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA MOURA
PROC./ADV.: JOSÉ RODRIGUES NETO SEGUNDO OAB: PB-13891
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade, pois a renda per capita familiar ultrapassaria o limite legal de ¼ do salário mínimo.

Sustenta a parte requerente que tal entendimento diverge da orientação firmada por Turma Recursal de outra região, segundo a qual o critério objetivo da renda per capita não pode ser utilizado de forma isolada, podendo ser aferida a condição de miserabilidade da parte por outros meios de prova.

É o relatório.

O recurso merece prosperar.

O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e análise das condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500473-02.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINA DO NASCIMENTO COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade, pois a renda per capita familiar ultrapassaria o limite legal de ¼ do salário mínimo.

Sustenta a parte requerente que tal entendimento diverge da orientação firmada no STJ, segundo a qual o critério objetivo da renda per capita não pode ser utilizado de forma isolada, podendo ser aferida a condição de miserabilidade da parte por outros meios de prova.

É o relatório.

O recurso merece prosperar.

O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e análise das condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500548-41.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: WEDSON DOUGLAS NASÁRIO PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade, pois a renda per capita familiar ultrapassaria o limite legal de ¼ do salário mínimo.

Sustenta a parte requerente que tal entendimento diverge da orientação firmada no STJ e no STF, segundo a qual o critério objetivo da renda per capita não pode ser utilizado de forma isolada, podendo ser aferida a condição de miserabilidade da parte por outros meios de prova.

É o relatório.

O recurso merece prosperar.

O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e análise das condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0510348-91.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADE
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade, pois a renda per capita familiar ultrapassaria o limite legal de ¼ do salário mínimo.
Sustenta a parte requerente que tal entendimento diverge da orientação firmada no STJ, segundo a qual o critério objetivo da renda per capita não pode ser utilizado de forma isolada, podendo ser aferida a condição de miserabilidade da parte por outros meios de prova.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:
"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).
4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.
5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.
6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.
7. Recurso Especial provido."
(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e análise das condições sociais da parte, no caso concreto.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505133-05.2012.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade, pois a renda per capita familiar ultrapassaria o limite legal de ¼ do salário mínimo.
Sustenta a parte requerente que tal entendimento diverge da orientação firmada no STJ e no STF, segundo a qual o critério objetivo da renda per capita não pode ser utilizado de forma isolada, podendo ser aferida a condição de miserabilidade da parte por outros meios de prova.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:
"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).
4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.
5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.
6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.
7. Recurso Especial provido."
(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e análise das condições sociais da parte, no caso concreto.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001774-64.2010.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ PUCETTI
PROC./ADV.: ESTELA AP FERREIRA DA SILVA OAB: SP-153365

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, modificando a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento de auxílio-doença ao autor.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos,bem como estudo socioeconômico, entenderam haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício (incapacidade e condição de segurado).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502215-54.2014.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA
PROC./ADV.: JOSÉ RODRIGUES NETO SEGUNDO OAB: PB-13891
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que a parte autora possui incapacidade apenas parcial.
Sustenta a parte requerente que a análise acerca do preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício deve ser feita juntamente com o exame das condições pessoais da parte.
É o relatório.
Esta TNU, por meio do PEDILEF 05047990420084058300, consolidou seu entendimento no sentido de que a incapacidade parcial não constitui óbice à concessão do benefício, pois, nestes casos, a incapacidade deve ser conjugada com a análise das condições pessoais da parte demandante. Vejamos:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. INCAPACIDADE PARCIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
(...) 5. Entendo que a decisão recorrida contraria a jurisprudência uniformizada desta TNU, no sentido de que é possível a concessão de benefício assistencial quando a incapacidade mostra-se ao menos parcial e/ou temporária. Isso é o que se depreende do texto das suas Súmulas de números 029 e 048 e de diversos julgados (TNU, PEDILEF 05205624020114058300, Rel. Juiz Federal ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DOU 16/08/2013; TNU, PEDILEF 50364169320114047000, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 22/03/2013; TNU, PEDILEF 05055337020084058100, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 13/07/2012; TNU, PEDILEF 05037605020094058101, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 05012039020094058101, Rel. Juiz Federal VANESSA VIEIRA DE MELLO, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 00138265320084013200, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA , DOU 09/03/2012; dentre outros). 6. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para reafirmar o entendimento desta TNU de que a incapacidade laboral para fins de benefício assistencial não necessita ser total e permanente, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado, para que seja verificada a possibilidade concreta da segurada, considerando as suas capacidades residuais que não foram afetadas pela patologia e demais condições pessoais, de obter colocação no mercado de trabalho."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado e consequente análise das condições em comento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500066-44.2014.4.05.9800
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: ARGEMIRO SANTANA DA SILVA
PROC./ADV.: GLAUBER ROCHA SILVAOAB: AL 7.945
PROC./ADV.: MARCEL GAMELEIRAOAB: AL 9.096
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença, tendo em vista a ausência de prévio requerimento administrativo.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da orientação firmada no âmbito do STJ, segundo a qual é prescindível o requerimento administrativo para fins de ajuizamento de ação judicial que tem por objetivo a concessão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
Verifica-se que a matéria em comento já fora decidida em sede de repercussão geral no Pretório Excelso, no RE 631.240/MG, verbis:
"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo - salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração -, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima - itens (i), (ii) e (iii) -, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora - que alega ser trabalhadora rural informal - a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir."(RE 631240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014)
No presente caso, conforme se observa, já houve apresentação de contestação de mérito, estando caracterizado o interesse de agir da parte autora, motivo pelo qual devem os autos retornar à origem para processamento regular do feito.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de outubro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004505-24.2011.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARTHA HARY PEREIRA PAZ
PROC./ADV.: MARTHA TAVARES DIAS OAB: RS - 46.364
PROC./ADV.: LEONOR LIMA DE FARIA OAB: RS - 46.671

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é legítimo o tratamento diferenciado entre professores ativos e inativos instituído pela Lei 9.678/98, tendo em vista a natureza da GED, cujo percentual depende da produtividade do servidor em atividade.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na PET 9600/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515258-60.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): VERA LÚCIA BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTÔNIO ALMIR DO VALE REIS JÚNIOR OAB: PE-27 685

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
O Il. Juiz Relator da TNU, juiz Murilo Wanderley Queiroga, proferiu o despacho de seguinte teor:
1Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, deferiu a concessão de benefício assistencial.
2A douta Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão da Presidência da TR/PE que inadmitiu o incidente de uniformização, determinando "a distribuição do feito".
3Analisando os autos, porém, observo que o INSS interpôs incidente de uniformização "regional", apontando divergência entre o julgado recorrido (da 1ª Turma Recursal de Pernambuco) e da 2ª TR daquela mesma Seção Judiciária da Justiça Federal da 5ª Região.
4Inadmitido o incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem, por entendê-lo contrário à jurisprudência da TNU, foi interposto agravo pelo INSS.
5Em seguida, foi encaminhado o agravo "ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Turma Nacional de Uniformização", quando, em princípio, tratando-se de incidente de uniformização regional o encaminhamento deveria ter sido à TRU da 5ª Região da Justiça Federal.
6ISTO POSTO, ante as informações acima reportadas, devolvo à secretaria desta Turma o presente pedido de uniformização, para conclusão ao Exmo. Ministro Presidente da TNU (arts. 8º, VIII, c/c 9º, I, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais/Resolução CJF n. 345/2015).
De fato, verifico equívoco na decisão exarada, ao analisar incidente de uniformização regional, como se nacional fosse, determinando a sua distribuição.
Ante o exposto, anulo a decisão proferida por esta presidência e determino o retorno dos autos à Turma de origem, a fim de que seja analisado o Pedido de Uniformização Regional.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006405-61.2012.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: OSWALDO JOSÉ GOUVEIA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que a parte possui incapacidade parcial para o trabalho.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria do entendimento da TNU e de turmas recursais de outras regiões, no sentido de que a análise acerca do preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício deve ser feita juntamente com o exame das condições pessoais da parte.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
Esta TNU, por meio do PEDILEF 0504799-04.2008.4.05.8300, consolidou seu entendimento no sentido de que a incapacidade parcial e/ou temporária não constitui óbice à concessão do benefício, pois, nestes casos, a incapacidade deve ser conjugada com a análise das condições pessoais da parte demandante. Vejamos:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. INCAPACIDADE PARCIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
(...) 5. Entendo que a decisão recorrida contraria a jurisprudência uniformizada desta TNU, no sentido de que é possível a concessão de benefício assistencial quando a incapacidade mostra-se ao menos parcial e/ou temporária. Isso é o que se depreende do texto das suas Súmulas de números 029 e 048 e de diversos julgados (TNU, PEDILEF 05205624020114058300, Rel. Juiz Federal ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DOU 16/08/2013; TNU, PEDILEF 50364169320114047000, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 22/03/2013; TNU, PEDILEF 05055337020084058100, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 13/07/2012; TNU, PEDILEF 05037605020094058101, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 05012039020094058101, Rel. Juiz Federal VANESSA VIEIRA DE MELLO, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 00138265320084013200, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA , DOU 09/03/2012; dentre outros). 6. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para reafirmar o entendimento desta TNU de que a incapacidade laboral para fins de benefício assistencial não necessita ser total e permanente, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado, para que seja verificada a possibilidade concreta da segurada, considerando as suas capacidades residuais que não foram afetadas pela patologia e demais condições pessoais, de obter colocação no mercado de trabalho."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado e consequente análise das condições em comento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0509049-81.2011.4.05.8201 / PB
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LANE KELLE AZEVEDO MEDEIROS
PROC./ADV.: SILVANO ALBERTO DE VASCONCELLOSOAB: 11.063

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de salário maternidade à parte autora, sob o fundamento de que ficou comprovada sua qualidade de segurada rural.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que ficou comprovado o exercício de atividade rural pelo período de carência exigido.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503738-15.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ADALTO MANOEL DA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB 4007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.
A Turma de origem manteve a sentença que havia julgado extinto o processo com julgamento do mérito, pela ocorrência da prescrição da pretensão deduzida na inicial, tendo em vista que o benefício foi indeferido na esfera administrativa há mais de cinco anos do ajuizamento da ação.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e desta TNU, no sentido de que, por se tratar de verbas alimentares de trato sucessivo e com efeitos permanentes não há que se cogitar da prescrição ou da decadência do fundo do direito da parte autora.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
A Turma Nacional de Uniformização havia pacificado o entendimento no sentido de que, "o direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos." (Súmula 64/TNU).
Ocorre que, com vistas a dar uma melhor interpretação ao tema, a referida Súmula foi cancelada por essa Turma Nacional, que editou, posteriormente, a Súmula 81/TNU, no sentido de que "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento, cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".
No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
Destarte, incidem, na hipótese, as Questões de Ordem 13 e 24/TNU, as quais dispõem, respectivamente, que: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" e "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005705-38.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MÁRIA BERNADETE WIENHAGE
PROC./ADV.: ERNESTO Z. MORESTONI OAB: SC-11666
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que, para efeito da aposentadoria urbana por idade, direito de aferir sua carência de acordo com a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91.
O requerente aduz que o aresto encontra-se em confronto com o REsp 535.618/RS, da relatoria da Ministra Laurita Vaz.
É o relatório.
Na espécie, a despeito de breve menção no relatório do aresto recorrido, a Corte de origem não se manifestou acerca da possibilidade de reconhecimento do tempo de serviço rural para fins de aposentadoria por idade.
Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Inexiste a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003821-31.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAIS MACIEL FERMINO
PROC./ADV.: ELLY CRISTINA DOS SANTOS LOPES ABUGATTAS OAB: SC-20918

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o direito ao INSS de cobrar valores indevidamente recebidos por se tratar de verba alimentar.
É o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Acerca desta matéria, a TNU, no julgamento do PEDILEF n. 5027095-54.2013.4.04.7100 (publicado no dia 20.3, na Seção I, do Diário Oficial da União), o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pela irrepetibilidade dos valores recebidos em sede de tutela posteriormente revogada. Senão, vejamos:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - VALORES RECEBIDOS DE BOA FÉ POR FORÇA DE TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA - IRREPETÍVEIS - RECURSO CONHECIDO - PROVIMENTO NEGADO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cujo objeto é a verificação se são repetíveis os valores recebidos por força de tutela antecipada em demanda previdenciária e posteriormente revogada. A Sentença de procedência de 1º grau (anexo 18) julgou procedente o pedido, declarando a irrepetibilidade dos valores recebidos de boa fé pela parte autora por força de decisão, em outro processo, que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, foi mantida pela Turma Recursal (anexo 44/45).
Suscitado o Pedido de Uniformização pela autarquia Ré (anexo 51), foi sustentado pelo Recorrente que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado em decisão proferida no Recurso Especial nº 1.384.418 - SC (2013/0032089-3), pela 1ª Seção do STJ, bem como, pelo Recurso Especial nº 988.171 - RS, pelo Recurso Especial 1.350.804 - PR e pelo Recurso Especial 1.384.418.
É o relatório.
Ab initio , verifica-se a similitude fática ente o acórdão recorrido e os trazidos a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido, proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça. As questões são congêneres em sua substância e o deslinde da causa se deu em contextos probatórios análogos.
A decisão impugnada, malgrado haver posições antagônicas, alinhava-se com a jurisprudência dominante pelo STJ, pela Terceira Seção e pelas Turmas que a compõem firmada à época em que prolatada, no sentido de que não estão sujeitos à repetição dos valores referentes a benefícios previdenciários recebidos de boa-fé o segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Invoco, para fundamentar esta posição, acorroboração de alguns precedentes: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. I- É incabível a devolução pelos segurados do Regime Geral da Previdência Social de valores recebidos por força de decisãojudicial antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormente revogada. II - Entendimento sustentado na boa-fé do segurado, na sua condição de hipossuficiente e na natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Aplicação da Súmula 83/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1138706/RS, Rel.Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe de 03/08/2009).
AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. RECONSIDERAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. I - Não há divergência a ser sanada na via dos presentes embargos, se a decisão apontada como dissonante foi posteriormente reconsiderada. PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES.DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO.HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 168/STJ. APLICAÇÃO. II - Na espécie, cuida-se da irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento conforme à orientação jurisprudencial desta e. Corte Superior. Aplicação da Súmula nº168/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg nos EREsp993.725/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO,julgado em 05/12/2008, DJe de 02/02/2009). PODER Ressalto que, neste caso em particular, quando o beneficiário vê-se diante de posterior indeferimento de sua pretensão e fruído tendo antecipadamente o direto material invocado, não há que se vislumbrar a inexistência da boa fé objetiva, vista a legítima confiança, ou mesmo a justificada expectativa, que o Suscitado adquiriu como legais os valores recebidos , e que os mesmos passaram a integrar definitivamente o seu patrimônio. O requisto subjetivo relativo à percepção, pelo segurado, no sentido de juridicamente estar legitimado a receber tais quantias, ao meu ver, e neste caso peculiar, reitero, acarreta o cumprimento do objetivo, assegurando o beneficiário quanto à definitividade da incorporação do patrimônio recebido via tutela antecipatória, mesmo porque, à época quando prolatada a decisão antecipatória, a jurisprudência em quase toda sua totalidade entendia pela irrepetibilidade de tais valores. A decisão guerreada que julgairrepetíveis os valores com fundamento na natureza alimentar dos benefícios previdenciários não nega, tampouco, vigência a nenhum dispositivo legal, pelo contrário, integra-o ao ordenamento jurídico, dando contornos razoáveis a sua aplicabilidade, em homenagem, sobretudo, aos princípios da boa fé e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, I, da CF). Por fim, indispensável não esquecer que as verbas pagas e recebidas de boa fé têm nítido caráter alimentar, recebidas para suprir as necessidades do segurado e de sua família. É o entendimento firmado pela Súmula 51 desta Corte,nos seguintes termos: "Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento." Concebo, diante do exposto, não ser razoável determinar a devolução das parcelas recebidas por força da tutela judicial antecipada, e posteriormente revogada pela mudança do entendimento de parte da jurisprudência até então incontroverso, devendo-se privilegiar o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, não estando obrigado o titular do direto patrimonia l de caráter alimentar a restituir ao Erário tais valores. Por tais razões, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE NEGAR PROVIMENTO"
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001798-40.2012.4.04.7210
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ANTONIA WILKE
PROC./ADV.: VANDERSON ARIEL FILIMBERTI OAB: SC-27541

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente que reconheceu o direito à aposentadoria rural
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Além disso, por meio da Súmula 14, pacificou o entendimento no sentido de que, "Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508144-79.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: NIZETE LEANDRO LEITE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB 4007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, não conheceu do pedido de concessão de auxílio-doença, tendo em vista a ausência de prévio requerimento administrativo.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da orientação firmada no âmbito do STJ, segundo a qual é prescindível o requerimento administrativo para fins de ajuizamento de ação judicial que tem por objetivo a concessão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
Verifica-se que a matéria em comento já fora decidida em sede de repercussão geral no Pretório Excelso, no RE 631.240/MG, verbis:
"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo - salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração -, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima - itens (i), (ii) e (iii) -, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora - que alega ser trabalhadora rural informal - a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir."(RE 631240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014)
No presente caso, conforme se observa, já houve apresentação de contestação de mérito, estando caracterizado o interesse de agir da parte autora, motivo pelo qual devem os autos retornar à origem para processamento regular do feito.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0002694-46.2007.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): NEIDE ARCO NAVERO CARDOSO
PROC./ADV.:DANILLO G. MARCHIONI DA SILVA OAB: SP-238989

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo acerca dos requisitos necessários à concessão do benefício previdenciário pleiteado não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003157-38.2009.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ODAIR BONAFÉ
PROC./ADV.:ANDREA CRISTINA KOBAYASHI OAB: BA-18006

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo acerca dos requisitos necessários à concessão do benefício previdenciário pleiteado não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004787-16.2006.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA SANTA TINARELI ZILI
PROC./ADV.:VANDERLEI DIVINO IAMAMOTO OAB:SP-112845

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo acerca dos requisitos necessários à concessão do benefício previdenciário pleiteado não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004547-57.2006.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FILOMENA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.:SHIRLEY RACHEL POMPERMAYEROAB: SP-230568

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo acerca dos requisitos necessários à concessão do benefício previdenciário pleiteado não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além do mais, pacífica a jurisprudência da Turma Nacional, por meio da Súmula 41, segundo a qual "a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002814-57.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILBERTO MARTINHO CABRAL FALCÃO
PROC./ADV.: ELIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, reformando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas, uma vez que se trata de instruções internas destinadas à uniformização do procedimento administrativo para o processamento dos pleitos de revisão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publi-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0034376-21.2012.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO : DELMAR RABELO
PROC./ADV.: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34 644

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, reformando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas, uma vez que se trata de instruções internas destinadas à uniformização do procedimento administrativo para o processamento dos pleitos de revisão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002236-94.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AMANDA HENRIQUE SANTOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, reformando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas, uma vez que se trata de instruções internas destinadas à uniformização do procedimento administrativo para o processamento dos pleitos de revisão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5018019-19.2012.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS DORES DOS REIS DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que determinou a revisão do benefício.
O INSS alega a ocorrência de decadência do pleito de revisão, nos termos do artigo 103 da Lei n. 8.213/91.
É o relatório.
Observo que nenhum dos precedentes trazidos aos autos versam sobre o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0044925-47.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ADEMAR MADEIRA MENDES
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, no sentido de que a criação da VPI, a qual deveria ter natureza de reajuste geral, na realidade é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maio-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

res e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512207-88.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA MARIENE CAVALCANTE
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA OAB: CE-9527
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se agravo que negou a admissão de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, interposto em face do acórdão que deu provimento ao recurso do INSS para declarar que a parte autora não possui o direito ao Benefício de Prestação Continuada, uma vez que não preencheu o requisito da renda.
Sustenta que comprovou o requisito de renda para comprovação de miserabilidade.
É o relatório.

O recurso merece prosperar.
A TNU, no julgamento do PEDILEF n. 05011828420094058402, entendeu que se presume a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo, verbis:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AMPARO ASSISTENCIAL. RENDA FAMILIAR PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO. NECESSIDADE DE EXAME DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DO REQUERENTE. AUSÊNCIA DE EXAME PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 20. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. RETORNO À TR DE ORIGEM. EXAME DAS PROVAS. [...] 10. Portanto, há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/renda per capita familiar superior a ¼ do salário mínimo) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido tomou-se a renda como fator suficiente ao indeferimento; no paradigma como fator insuficiente ao indeferimento. 11. Sobre o tema, o STJ, no Recurso Especial nº 1.112.557/MG, sob o rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC), decidiu que "a limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.". [...](PEDILEF 05011828420094058402, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 21/08/2015 PÁGINAS 235/306.)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0045295-90.2008.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZILDA DA SILVA LEMOS
PROC./ADV.: DIRCEU MARCELO HOFFMANN OAB: GO-16538
PROC./ADV.: FABIANO DOS REIS TAINO OAB: GO-21179

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu aposentadoria por invalidez.
É o relatório.
A Turma Recursal consignou que " o quadro de incompatibilidade supracitado aliado às condições pessoais da recorrente, 66 anos de idade, baixa escolaridade e qualificação profissional, permitem concluir pela existência da incapacidade total e permanente para o trabalho"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0043543-62.2012.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: EDSON ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34 644
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que negou a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento, no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas.
É o relatório.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0027579-29.2012.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: SONIA MARIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o restabelecimento de auxílio doença, ante inexistência de prova da incapacidade.
É o relatório.
Na origem, negou-se o pleito da parte requerente ao fundamento de que "não há prova robusta trazida com a inicial capaz de desautorizar a conclusão de perícia judicial, é de se ver que a perícia judicial foi esclarecedora quanto à justificativa de ausência de incapacidade laboral da autora, de forma que possui aptidão para ser acolhida como fundamento da sentença"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0045802-30.2012.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ROSALIA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, reformando a sentença, nego pleito de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os

PROIBIDA PUBLICAÇÃO PRÉVIA
PROIBIDA POR TERCEIROS

termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

ROCESSO: 0053975-68.2011.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JODACI ARAÚJO LEITE
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, interposto pela parte Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, objetivando o não pagamento de diferenças de indenização de campo no período de 2005 a 2008. A parte recorrente alega, em síntese, divergência em face do entendimento firmado no âmbito da Turma Nacional. Cita como paradigma o Processo n. 2007.30.00.90.7017-0, Rel. Juiz Federal Ronivon de Aragão, julgado em 02/02/2011.
É o relatório.
O presente incidente merece prosperar, porquanto o precedente desta TNU trazido pelo agravante expressa entendimento diametralmente oposto ao do aresto proferido na origem.
Ademais, a tese defendida pelas requerentes encontra respaldo no entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503226-06.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MÁRIO CÉSAR DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
A Turma de origem julgou prejudicado o recurso inominado da parte autora, sob o fundamento de que já existe ação com o mesmo pedido e causa de pedir transitada em julgado, ocorrendo a coisa julgada.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de Turma Recursal de outra região, que afastou a ocorrência do instituto da coisa julgada para condenar o INSS a conceder o benefício pleiteado.
É o relatório.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca da ausência da coisa julgada não é possível, tendo em vista que o acórdão impugnado expressamente afastou a similitude de objeto entre as demandas mencionadas como idênticas.
Assim, aplicável a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009922-40.2009.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANTONIO BEZERRA
PROC./ADV.: ROBERTA LUCIANA MELO DE SOUZA OAB: SP-150187

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que a parte autora não tem direito ao benefício pretendido, pela perda da sua condição se segurado especial. Aduz, ainda, que a sentença deve ser anulada, por ser ilíquida.
É, no essencial, o relatório.
O recurso da parte autora não comporta provimento.
De início, a análise acerca da tese de nulidade da sentença encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições pessoais da parte autora, entenderam haver comprovação da sua incapacidade para o trabalho, bem como o cumprimento do período de carência exigido, fazendo jus ao benefício pleiteado.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500175-66.2012.4.05.9820
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DALVA CAVALCANTI DE LUCENA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO (A): FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de extensão aos inativos de pagamento de gratificação de desempenho no mesmo patamar pago aos servidores ainda em atividade.
Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado divergiria da jurisprudência da TRU da 4ª Região, no sentido de que
"apesar da gratificação de desempenho de atividade possuir caráter individual (pro labore faciendo), ao ser concedida a todos os servidores ativos, no mesmo percentual (80%), sem a efetiva avaliação, passou a ter um caráter geral, e permanecerá com esse caráter genérico em todo período não avaliado, que, no caso da GDPST, no período em que esta rubrica permaneceu com seu caráter geral, qual seja: 01 de março/2008 (data de criação da rubrica) até a efetiva regulamentação e implementação dos resultados da primeira avaliação individual e institucional, que no caso dos autos ocorreu em junho/2011, desimportando efeitos patrimoniais pretéritos".
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
É cediço que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turma Regional de Uniformização não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514410-10.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ERONILDA LIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, acolheu pedido de cessação dos descontos feitos em seu benefício para pagamento de empréstimo bancário consignado, com a consequente devolução, pelo INSS, dos valores já descontados e a condenação da autarquia previdenciária ao pagamento de indenização por danos morais.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência de Turma Recursal do RJ, segundo a qual "o INSS não tem responsabilidade pelos danos, sejam eles morais e/ou materiais, sofridos pela parte autora, pois somente a instituição financeira concedente do empréstimo é que deve ser reputada responsável por tais prejuízos, devendo responder sozinha por toda condenação".
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Esta Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0520127-08.2007.4.05.8300, DOU 22.8.2014, pacificou o entendimento no sentido da legitimidade do INSS nas ações em que o contribuinte busca a restituição de valor descontado de seu benefício para repasse à instituição bancária, o qual teria sido efetuado empréstimo por meio de consignação. Confira-se o julgado:
EMPRÉSTIMO CONCEDIDO POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONSIGNAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALOR INDEVIDAMENTE DESCONTADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS PARA A CAUSA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. INCIDENTE IMPROVIDO. 1. Ação ajuizada pela parte autora contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pleiteando a restituição de valor descontado de seu benefício para repasse à instituição bancária na qual teria sido efetuado empréstimo por meio de consignação. 2. O MM. Juiz de 1º grau deferiu o pedido condenando solidariamente o INSS a devolver em dobro o valor descontado do benefício da parte autora, bem como ao pagamento de danos morais sofridos pela mesma. A r. sentença foi confirmada pela Turma Recursal, que negou provimento ao recurso do INSS. 3. Em contrapartida, acórdão paradigma da Turma Recursal de Goiás considerou que o INSS não apresenta legitimidade passiva para a ação em que se busca a restituição de valores descontados de benefício previdenciário para repasse à instituição financeira responsável por empréstimo bancário em consignação: havendo fraude, a legitimidade passiva seria exclusiva da instituição financeira responsável. 4. Está comprovada a divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. O incidente de uniformização de jurisprudência ultrapassa o juízo de admissibilidade. 5. O art. 6º, caput, da Lei nº 10.820/03 (com a redação atribuída pela Lei nº 10.953/04) assim dispõe: "Art. 6º. Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1o desta Lei, bem como autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS." 6. A norma legal prevê a possibilidade de a autorização de consignação ser colhida tanto pelo INSS (primeira parte) quanto pela instituição financeira (segunda parte). A interpretação da norma, porém, não autoriza pressupor que se trate de hipóteses indistintamente alternativas. A norma desmembra-se em duas hipóteses autônomas e inconfundíveis, que podem ser claramente identificadas na regulação contida na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008. 7. A primeira parte do art. 6º, caput, da Lei nº 10.820/03 dispõe que "os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º desta Lei (...)". A norma trata de situação em que o INSS deve diretamente colher a autorização para consignação. Essa parte da norma legal guarda correspondência com o art. 2º, X, da IN INSS/PRES nº 28/2008 (que revogou a IN INSS/DC nº 121/05), que se refere à instituição financeira pagadora de benefícios, definida como a instituição "autorizada a conceder empréstimo pessoal e car-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tão de crédito, por meio de troca de informações em meio magnético, com desconto no valor do benefício pelo INSS /Dataprev e repasse desse valor em data posterior". Nesse caso, o desconto no na renda mensal do benefício é feito diretamente pelo INSS com base nas informações transmitidas pela instituição financeira credora. A despeito do contrato de empréstimo ajustado entre beneficiário e instituição financeira, a autorização de desconto emitida pelo titular do benefício deve ser colhida pelo próprio INSS, porque a lei assim prevê. É nessa situação que se enquadra o caso sub judice. 8. A segunda parte do art. 6º, caput, da Lei nº 10.820/03 prevê que "os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão (...) poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato". Essa parte da norma legal trata da situação em que a autorização de consignação é colhida pela própria instituição financeira. E a condição para que a instituição financeira colha diretamente a autorização está na circunstância de ser ela a responsável não só pela concessão do empréstimo, mas também pelo pagamento do benefício previdenciário ao tomador do empréstimo. Essa situação guarda correspondência com o art. 2º, IX, da IN INSS/PRES nº 28/2008, que, ao se referir à instituição financeira mantenedora de benefícios, define-a como sendo "a instituição pagadora de benefícios da Previdência Social autorizada a conceder empréstimo pessoal e cartão de crédito, por meio de retenção no ato do pagamento do benefício". Nesse caso, o INSS repassa o valor integral da renda mensal do benefício previdenciário para a instituição financeira credora, que, por si mesma, se encarrega de efetuar o desconto no valor a ser pago ao beneficiário. Eis o que dispõe o art. 4º, § 5º, da IN INSS/DC nº 121/05: "Para a instituição financeira que realize o pagamento de benefícios e opte pela modalidade de retenção, o INSS repassará o valor integral do benefício sendo de sua total responsabilidade o desconto do valor referente ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil". Da mesma forma, o art. 36 da IN INSS/PRES nº 28/2008: "Tratando-se de operação realizada com a instituição financeira mantenedora do benefício, o INSS repassará a ela o valor integral do benefício, ficando sob sua inteira responsabilidade o desconto do valor da parcela devida pelo beneficiário". O INSS, portanto, não tem ingerência nem nenhum dever de controle sobre a consignação neste caso. 9. É somente no caso de empréstimo concedido por instituição financeira que simultaneamente se incumbe do pagamento do benefício previdenciário com consignação que a autorização de desconto deve ser colhida diretamente pelo banco, sem intervenção do INSS, uma vez que nesse caso a autarquia não tem obrigação de proceder à consignação. Em contrapartida, quando o INSS se incumbe de fazer a consignação, precisa ele próprio exigir do beneficiário a manifestação de autorização. 10. Nesse mesmo sentido, o inciso VI (incluído pelo Decreto nº 4.862/2003) do art. 154 do Decreto nº 3.048/99 dispõe que "o Instituto Nacional do Seguro Social pode descontar da renda mensal do benefício pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas ou privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta por cento do valor do benefício". A norma regulamentar igualmente prevê que o INSS precisa estar expressamente autorizado para poder proceder ao desconto na renda do benefício previdenciário. 11. As instruções normativas que trataram do assunto, porém, nunca previram a necessidade de o beneficiário apresentar a autorização de consignação diretamente ao INSS. Os sucessivos atos normativos editados pelo próprio INSS dispuseram que bastava a instituição financeira conveniada encaminhar à Dataprev arquivo magnético com os dados do contrato de empréstimo. E a Dataprev, por sua vez, disponibiliza ao INSS, "em sistema de informações próprio, os dados das operações de crédito consignado em nível gerencial e operacional, para a rotina de acompanhamento do atendimento das instituições financeiras" (art. 33 da IN INSS/PRES nº 28/2008). Com base nas informações unilateralmente prestadas pela instituição financeira, a Dataprev implementa a averbação de empréstimo no sistema informatizado em procedimento operacional que viabiliza ao INSS descontar no benefício previdenciário o valor a ser repassado para a instituição financeira conveniada. 12. O INSS alega que não tem dever de guarda dos instrumentos de contratos ajustados entre o aposentado e a instituição financeira e que, dessa forma, não tem condições de controlar a legitimidade da operação financeira. A lei realmente não atribui ao INSS o dever de condicionar a consignação à exibição do instrumento contratual. Entretanto, conforme exegese acima exposta, o INSS tem a obrigação de exigir termo de autorização expressa subscrito pelo aposentado ou pensionista. 13. O INSS não pode, com base em ato normativo infralegal editado por ele próprio, eximir-se da responsabilidade, imposta por norma legal hierarquicamente superior, de verificar se o aposentado ou pensionista manifestou a vontade de oferecer parcela dos proventos como garantia da operação financeira de crédito. Diferentemente do que preveem as sucessivas instruções normativas, o INSS deveria colher diretamente do aposentado ou pensionista o termo de autorização expressa. Ao confiar nos dados unilateralmente repassados à DATAPREV pela instituição financeira, o INSS assume o risco de efetuar descontos indevidos na renda mensal de benefícios previdenciários. 14. A propósito, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça já decidiu que o INSS tem responsabilidade subjetiva pelo desconto indevido no valor da aposentadoria ou pensão por morte paga pela Previdência Social das parcelas referentes ao pagamento de empréstimo pessoal concedido por instituições financeiras, conforme precedente a seguir destacado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADECIVIL DO ESTADO. ATO OMISSIVO DA ADMINISTRAÇÃO. INSS. CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. CABIMENTO. QUANTUMDEBEATUR. REDUÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7-STJ. 1. Hipótese em que o Tribunal a quo, soberano no exame da prova, julgou que são ilegais os descontos nos proventos de aposentadoria da autora, porquanto inexistente o acordo de empréstimo consignado, e que a autarquia previdenciária agiu com desídia ao averbar contrato falso. 2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que, caracterizada a responsabilidade subjetiva do Estado, mediante a conjugação concomitante de três elementos - dano, negligência administrativa e nexo de causalidade entre o evento danoso e o comportamento ilícito do Poder Público -, é inafastável o direito do autor à indenização ou reparação civil dos prejuízos suportados. 3. (...) 4. Recurso Especial não provido." (REsp 1.228.224, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10/05/2011) Do voto do relator do recurso especial, extrai-se o seguinte trecho: "Cingem-se os autos à condenação do INSS por danos morais e materiais por descontos indevidos no benefício de aposentadoria da ora recorrida decorrentes de falsificação de contrato de empréstimo consignado. Noticia-se nos autos que a autora da ação foi abordada por representante comercial da SUPERCRED que lhe entregou panfleto oferecendo empréstimo. A recorrida preencheu e assinou o que supostamente seria uma ficha cadastral, mas não autorizou a consignação. No entanto, valores foram descontados do seu benefício de aposentadoria (fl. 165). A sentença constatou que os contratos e as autorizações de consignação estavam assinados em branco e que a co-ré, Sul Financeira, confessou a responsabilidade pelos descontos indevidos (fl. 167). O Tribunal a quo entendeu haver responsabilidade também do Instituto de Seguridade Social - INSS, uma vez que os descontos no benefício previdenciário foram deferidos com base em formulários e contratos assinados pela autora, mas não continham o preenchimento de qualquer dos demais campos. E mais, aduz não existir sequer prova de que algum documento foi apresentado à autarquia (fl. 168). Pelos fatos narrados, observa-se a configuração de uma relação jurídica triangular entre as partes envolvidas, uma vez que a autora é beneficiária da previdência social, e ludibriada pela financeira, assinou contrato de empréstimo consignado que seria descontado em seu benefício. Como relatado, o INSS afirmou não possuir nenhum documento referente ao empréstimo consignado, mas, mesmo assim, autorizou os descontos no benefício da recorrida. Constata-se uma grande desídia por parte da autarquia em atuar com a diligência necessária para proteger os direitos de seus segurados. Sendo o instituto o responsável por gerir as aposentadorias do Estado, cabia a ele se precaver. No entanto, sua conduta foi totalmente omissiva, fazendo surgir sua responsabilidade na relação. Assim, tomando o conceito de legitimidade passiva ad causam como qualidade para estar em juízo como demandado em virtude da causa de pedir narrada na inicial e da relação de causalidade entre ela e o sujeito passivo, o INSS caracteriza-se como ré. Correto o acórdão recorrido neste ponto. Quanto à condenação da autarquia em danos morais, o Tribunal de origem consignou (fls. 206-207): Portanto, como bem ressaltou o ilustre representante do MPF nesta Corte, Dr. Roberto Luís Oppermann Thomé, "restou patente a inexistência de negócio jurídico realizado entre as partes e a desídia da autarquia federal em averbar o falso contrato e mesmo após ser alertada pela autora, não suspender os descontos, condutas ensejadoras de reprimenda para reparar o dano causado e inibir futuros casos, mormente, in casu, tratar-se de pessoa idosa com dificuldade de comunicação e morar longe das sedes das rés." (grifo no original) No processo em tela, o ilícito ficou caracterizado pelos descontos indevidos nos proventos de aposentadoria da autora, através de contrato de empréstimo consignado também indevido, porquanto o negócio jurídico subjacente era inexistente, bem como pela desídia da autarquia previdenciária na averbação do contrato falso e no cancelamento dos descontos das parcelas. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que, comprovada a responsabilidade subjetiva do Estado, mediante a conjugação concomitante de três elementos - o dano, a negligência administrativa e o nexo causal entre o evento danoso e o comportamento ilícito do Poder Público -, é inafastável o direito do autor à indenização ou reparação civil de todos os prejuízos suportados, conforme bem decidiu o Tribunal a quo no caso concreto." 15. Deve, portanto, ser uniformizado o entendimento de que o INSS, em tese, pode ter responsabilidade pela devolução de valores indevidamente descontados da renda mensal de aposentadoria ou pensão por morte para pagamento de mensalidades de empréstimo bancário em consignação. 16. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011. Isso posto, nego provimento ao incidente de uniformização interposto pela Autarquia. É como voto.

Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide, à espécie, a a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento do art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013979-26.2008.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DJANIRA MARIA VELOSO MENALDO
PROC./ADV.: FÁBIO ZINSLY DE OLIVEIRA OAB: SP-265306

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, que decidiu pela desnecessidade de devolução dos valores pagos em sede de tutela antecipada posteriormente revogada.

É o relatório.

O Recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, no julgamento do PEDILEF n. 5027095-54.2013.4.04.7100 (publicado no dia 20.3, na Seção I, do Diário Oficial da União), o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pela irrepetibilidade dos valores recebidos em sede de tutela posteriormente revogada. Senão, vejamos:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - VALORES RECEBIDOS DE BOA FÉ POR FORÇA DE TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA - IRREPETÍVEIS - RECURSO CONHECIDO - PROVIMENTO NEGADO.

Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cujo objeto é a verificação se são repetíveis os valores recebidos por força de tutela antecipada em demanda previdenciária e posteriormente revogada. A Sentença de procedência de 1º grau (anexo 18) julgou procedente o pedido, declarando a irrepetibilidade dos valores recebidos de boa fé pela parte autora por força de decisão, em outro processo, que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, foi mantida pela Turma Recursal (anexo 44/45).

Suscitado o Pedido de Uniformização pela autarquia Ré (anexo 51), foi sustentado pelo Recorrente que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado em decisão proferida no Recurso Especial nº 1.384.418 - SC (2013/0032089-3), pela 1ª Seção do STJ, bem como, pelo Recurso Especial nº 988.171 - RS, pelo Recurso Especial 1.350.804 - PR e pelo Recurso Especial 1.384.418.

É o relatório.

Ab initio , verifica-se a similitude fática ente o acórdão recorrido e os trazidos a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido, proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça. As questões são congêneres em sua substância e o deslinde da causa se deu em contextos probatórios análogos.

A decisão impugnada, malgrado haver posições antagônicas, alinhava-se com a jurisprudência dominante pelo STJ, pela Terceira Seção e pelas Turmas que a compõem firmada à época em que prolatada, no sentido de que não estão sujeitos à repetição dos valores referentes a benefícios previdenciários recebidos de boa-fé o segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Invoco, para fundamentar esta posição, acorroboração de alguns precedentes: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. I- É incabível a devolução pelos segurados do Regime Geral da Previdência Social de valores recebidos por força de decisãojudicial antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormente revogada. II - Entendimento sustentado na boa-fé do segurado, na sua condição de hipossuficiente e na natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Aplicação da Súmula 83/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1138706/RS, Rel.Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe de 03/08/2009).

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. RECONSIDERAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. I - Não há divergência a ser sanada na via dos presentes embargos, se a decisão apontada como dissonante foi posteriormente reconsiderada. PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES.DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO.HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 168/STJ. APLICAÇÃO. II - Na espécie, cuida-se da irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento conforme à orientação jurisprudencial desta e. Corte Superior. Aplicação da Súmula nº168/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg nos EREsp993.725/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO,julgado em 05/12/2008, DJe de 02/02/2009). PODER Ressalto que, neste caso em particular, quando o beneficiário vê-se diante de posterior indeferimento de sua pretensão e fruído tendo antecipadamente o direto material invocado, não há que se vislumbrar a inexistência da boa fé objetiva, vista a legítima confiança, ou mesmo a justificada expectativa, que o Suscitado adquiriu como legais os valores recebidos , e que os mesmos passaram a integrar definitivamente o seu patrimônio. O requisto subjetivo relativo à percepção, pelo segurado, no sentido de juridicamente estar legitimado a receber tais quantias, ao meu ver, e neste caso peculiar, reitero, acarreta o cumprimento do objetivo, assegurando o beneficiário quanto à definitividade da incorporação do patrimônio recebido via tutela antecipatória, mesmo porque, à época quando prolatada a decisão antecipatória, a jurisprudência em quase toda sua totalidade entendia pela irrepetibilidade de tais valores. A decisão guerreada que julga

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

irrepetíveis os valores com fundamento na natureza alimentar dos benefícios previdenciários não nega, tampouco, vigência a nenhum dispositivo legal, pelo contrário, integra-o ao ordenamento jurídico, dando contornos razoáveis a sua aplicabilidade, em homenagem, sobretudo, aos princípios da boa fé e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, I, da CF). Por fim, indispensável não esquecer que as verbas pagas e recebidas de boa fé têm nítido caráter alimentar, recebidas para suprir as necessidades do segurado e de sua família. É o entendimento firmado pela Súmula 51 desta Corte,nos seguintes termos: "Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."
Concebo, diante do exposto, não ser razoável determinar a devolução das parcelas recebidas por força da tutela judicial antecipada, e posteriormente revogada pela mudança do entendimento de parte da jurisprudência até então incontroverso, devendo-se privilegiar o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, não estando obrigado o titular do direto patrimonial de caráter alimentar a restituir ao Erário tais valores. Por tais razões, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE NEGAR PROVIMENTO"
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512495-86.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA ANA GOMES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que anulou acolheu a preliminar de não ocorrência de decadência do direito da parte autora pleitear a concessão de benefício por incapacidade e, anulando a sentença, determinou o retorno dos autos para regular processamento do feito.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que "ocorreu a prescrição do fundo de direito, uma vez que a parte foi notificada do indeferimento em 1996, mas o ajuizamento da demanda somente ocorreu em 2011, isto é, mais de cinco anos após o indeferimento administrativo".
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Nacional de Uniformização havia pacificado o entendimento no sentido de que, "o direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos." (Súmula 64/TNU).
Ocorre que, com vistas a dar uma melhor interpretação ao tema, a referida Súmula foi cancelada por essa Turma Nacional, que editou, posteriormente, a Súmula 81/TNU, no sentido de que "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".
No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
Destarte, incide, na hipótese, a Questão de Ordem 13/TNU, a qual dispõe: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518588-94.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDNA GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO OAB: PE 20.070

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de pensão por morte de filho maior inválido.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e da TNU segundo a qual há presunção relativa no caso de dependência econômica do filho maior inválido.
É o relatório.
O presente não merece prosperar.
Com efeito, a TNU, ao julgar o PEDILEF 0500518-97.2011.4.05.8300, DOU 6.12.2013, assim decidiu:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO INVÁLIDO. TITULAR DE RENDA PRÓPRIA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ART. 16, § 4º, DA LEI 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.
3. A discussão posta nesta causa diz respeito ao alcance da presunção a que se refere o § 4º do art. 16 da Lei 8.213/91. Diz a norma que a dependência econômica do cônjuge, companheiro, filho menor de 21 anos ou maior inválido ou ainda que tenha deficiência intelectual ou mental em relação ao segurado instituidor da pensão é presumida. Essa presunção só pode ser a presunção simples, relativa, já que não qualificada pela lei. Não tendo caráter absoluto, é possível à parte contrária, no caso, o INSS, derrubar a mencionada presunção relativa da dependência econômica.
4. A questão já havia sido decidida recentemente nesta Turma, no Pedilef 2010.70.61.001581-0 (DJ 11-10-2012), relator para o acórdão o Sr. Juiz Paulo Arena, no sentido de se considerar absoluta a presunção, tendo eu ficado vencido. Contudo, em 2013, uma das turmas da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que passaram a julgar causas previdenciárias, reputou relativa a presunção. Isso, no AgRg no REsp 1.369.296/RS, relator o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques; e no AgRg nos EDcl no REsp 1.250.619/RS, relator o Sr. Ministro Humberto Martins. A essas decisões somam-se, do STJ, o AgRg no REsp 1.241.558/PR, relator o Sr. Ministro Haroldo Rodrigues; e da TNU, o Pedilef 2007.71.95.020545-9, relatora a Srª Juíza Rosana Noya Kaufmann.
5. Diante das novas decisões, deve ser novamente discutida a questão, com proposição da tese de que, para fins previdenciários, a presunção de dependência econômica do filho inválido fica afastada quando este auferir renda própria, devendo ser comprovada (Lei 8.213/91, art. 16, I, § 4º).
Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a recente jurisprudência do STJ, segundo a qual dispensa o início de prova material visando a comprovação da dependência econômica dos pais para com os filhos.
Além do mais, o acórdão recorrido concluiu que restou comprovada a dependência econômica no caso concreto.
Destarte, incidem a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" e a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504514-05.2008.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUZIA MARIA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: FELIPE AUGUSTO SAMPAIO BARBOSA OAB: PE-15319

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, rejeitou a preliminar de prescrição e determinou o retorno dos autos à instância originária para regular processamento.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que "quando houver indeferimento administrativo de benefício previdenciário e/ou assistencial, ou seja, quando a Administração negar expressamente o próprio direito reclamado, a prescrição atinge o fundo do direito, e não apenas as parcelas vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação, nos exatos termos da Súmula n. 85".
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Nacional de Uniformização havia pacificado o entendimento no sentido de que, "o direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos." (Súmula 64/TNU).
Ocorre que, com vistas a dar uma melhor interpretação ao tema, a referida Súmula foi cancelada por essa Turma Nacional, que editou, posteriormente, a Súmula 81/TNU, no sentido de que "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".
No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
Destarte, incide, na hipótese, a Questão de Ordem 13/TNU, a qual dispõe, respectivamente, que: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008208-70.2012.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DELACIR OLIVEIRA DE ASSIS
PROC./ADV.: LUCAS MORI DE RESENDE OAB: DF-38015

DECISÃO

Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, interposto pela parte Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, objetivando o não pagamento de diferenças de indenização de campo no período de 2005 a 2008. A parte recorrente alega, em síntese, divergência em face do entendimento firmado no âmbito da Turma Nacional.
Cita como paradigma o Processo n. 2007.30.00.90.7017-0, Rel. Juiz Federal Ronivon de Aragão, julgado em 02/02/2011.
É o relatório.
O presente incidente merece prosperar, porquanto o precedente desta TNU trazido pelo agravante expressa entendimento diametralmente oposto ao do aresto proferido na origem.
Ademais, a tese defendida pela requerente encontra respaldo no entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000133-17.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAQUEL SANTOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK..OAB: BA-23800

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, reformando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

previdenciário não revistas, uma vez que se trata de instruções internas destinadas à uniformização do procedimento administrativo para o processamento dos pleitos de revisão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500743-03.2014.4.05.8304
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EDIVALDO ANTÔNIO DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB:CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo acerca dos requisitos necessários à concessão do referido benefício não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500126-68.2013.4.05.8307
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): DALVA MARIA MONTEIRO
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVAOAB:PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo acerca dos requisitos para concessão do referido benefício não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, os paradigmas trazidos a cotejo não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos. Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000116-22.2012.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: CICERA COELHO TEIXEIRA
PROC./ADV.: KARINE KURYLO CÂMARA OAB: TO-3058
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Tocantins que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial à autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da requerente para o trabalho, nem atendimento do requisito da miserabilidade.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0002086-74.2009.4.03.6315
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JULIO ALVES DA SILVA
PROC./ADV.:TAGINO ALVES DOS SANTOS OAB:SP-112 591
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo os mesmos rejeitados.
A parte requente busca a revisão de seu benefício previdenciário com base no salário mínimo de referência, e não no piso nacional de salários tal como realizada em abril de 1989.
É o relatório.
A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada.
Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009043-86.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ MOISES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ OAB: SC-15426
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício previdenciário, sob o fundamento de que a pretensão autoral restou fulminada pela decadência, diante do transcurso de prazo superior a dez anos entre a concessão do benefício e o ajuizamento da ação.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2008.71.61.002964-5, indicado como representativo de controvérsia, firmou entendimento alinhado ao do aresto combatido, nos seguintes termos:
"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DIREITO INTERTEMPORAL. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO. SUCESSÃO DE NORMAS REDUZINDO E AUMENTANDO O PRAZO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/6/1997.
1. A partir de 28/06/1997, começou a correr o prazo decadencial de dez anos para a revisão dos benefícios previdenciários. O prazo decadencial foi reduzido para cinco anos a partir de 21/11/1998 e tornou a ser aumentado para dez anos a partir de 20/11/2003. Quando sobreveio norma jurídica reduzindo para cinco anos o prazo decadencial em curso, prevaleceu a solução clássica de direito intertemporal concernente à retroatividade das leis sobre prazos prescricionais: se, para terminar o prazo antigo, falta tempo igual ou maior que o estabelecido pela lei nova, aplica-se esta, contando-se da data da sua vigência o novo prazo. Quando a lei tornou a aumentar o prazo de decadência para dez anos, a nova lei aplicou-se imediatamente, mas computando-se o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada.
2. Para os benefícios concedidos até 27/06/1997, aplica-se o prazo de decadência de dez anos, contado a partir de 27/6/1997; para os benefícios concedidos a partir de 28/06/1997, ao final, sempre se aplica o prazo de decadência de dez anos, contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
3. Incidente parcialmente provido.
4. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.
(PEDILEF n. 2008.71.61.002964-5; Relator: Juiz Federal Rogério Moreira Alves; julgado em 20/2/2013.)
Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001296-46.2013.4.04.7217
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AGENOR PEDRO ELIAS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício previdenciário, sob o fundamento de que a pretensão autoral restou fulminada pela decadência, diante do transcurso de prazo superior a dez anos entre a concessão do benefício e o ajuizamento da ação.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2008.71.61.002964-5, indicado como representativo de controvérsia, firmou entendimento alinhado ao do aresto combatido, nos seguintes termos:
"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DIREITO INTERTEMPORAL. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO. SUCESSÃO DE NORMAS REDUZINDO E AUMENTANDO O PRAZO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/6/1997.
1. A partir de 28/06/1997, começou a correr o prazo decadencial de dez anos para a revisão dos benefícios previdenciários. O prazo decadencial foi reduzido para cinco anos a partir de 21/11/1998 e tornou a ser aumentado para dez anos a partir de 20/11/2003. Quando so-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

breveio norma jurídica reduzindo para cinco anos o prazo decadencial em curso, prevaleceu a solução clássica de direito intertemporal concernente à retroatividade das leis sobre prazos prescricionais: se, para terminar o prazo antigo, falta tempo igual ou maior que o estabelecido pela lei nova, aplica-se esta, contando-se da data da sua vigência o novo prazo. Quando a lei tornou a aumentar o prazo de decadência para dez anos, a nova lei aplicou-se imediatamente, mas computando-se o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada.
2. Para os benefícios concedidos até 27/06/1997, aplica-se o prazo de decadência de dez anos, contado a partir de 27/6/1997; para os benefícios concedidos a partir de 28/06/1997, ao final, sempre se aplica o prazo de decadência de dez anos, contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
3. Incidente parcialmente provido.
4. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.
(PEDILEF n. 2008.71.61.002964-5; Relator: Juiz Federal Rogério Moreira Alves; julgado em 20/2/2013.)
Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005169-91.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): GERALDO CELESTINO DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA LEMOS OAB: PR 35.003

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de extensão aos inativos de pagamento da GDPST - Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, no mesmo patamar pago aos servidores ainda em atividade - 80 pontos, sem distinção acerca do valor recebido a título de aposentadoria, se integral ou proporcional.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência de turmas recursais de diferentes regiões, no sentido de que o direito de paridade da GDPST está limitado à data dos efeitos financeiros retroativos do primeiro ciclo de avaliação.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a matéria em discussão foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal, no RE 631.880/CE, em regime de repercussão geral. Confira-se:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REFORMATIO IN PEJUS. NULIDADE DO ACÓRDÃO QUE APRECIOU OS PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO DOS SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. I - O acórdão ora embargado, ao determinar a extensão aos servidores inativos do pagamento da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho - GDPST no percentual de 80% de forma permanente, implicou reformatio in pejus, pois a extensão da gratificação referida foi limitada, na origem, ao processamento do resultado do primeiro ciclo de avaliação. A questão relativa ao pagamento aos inativos da GDPST em período posterior à sua regulamentação está, portanto, acobertada pela preclusão. II - Segundos embargos de declaração acolhidos para anular o acórdão que julgou os primeiros embargos declaratórios e explicitar, nos termos da sentença, que a GDPST deve ser deferida aos inativos no valor correspondente a 80 pontos até a conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho.
(RE 631880 RG-ED-ED, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 04/12/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 05-02-2015 PUBLIC 06-02-2015)
Destarte, incide, por analogia, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005510-90.2010.4.03.6315
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTONIO JOSÉ GARCIA
PROC./ADV.: TAGINO ALVES DOS SANTOS OAB: SP-112 591
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de revisão de benefício previdenciário que foi julgado improcedente, o que foi mantido pela Turma de origem.
Inconformada, a parte autora formulou pedido de uniformização regional, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.
Inadmitido pela Juíza Federal Coordenadora das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo, a parte autora interpôs agravo para a Turma Nacional. Entretanto, verifico que não houve interposição de incidente de uniformização nacional de jurisprudência.
Desse modo, não sendo a TNU competente para o julgamento do feito, em razão da ausência de incidente nacional, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para o prosseguimento do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003833-08.2014.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GLACI GUEDES
PROC./ADV.: ALESSANDRA GRUENDLING OAB: RS-57009

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu pedido de aposentadoria por tempo de contribuição, reconhecendo tempo de serviço nos termos definidos em sentença trabalhista.
Sustenta o requerente que não haveria prova nos autos do efetivo exercício do tempo de serviço reconhecido, e que o STJ entenderia que a sentença trabalhista serve apenas como início de prova material do exercício da atividade e não como prova absoluta do referido exercício.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias analisaram todo o conjunto probatório e concluíram que a ora requerida faz jus ao benefício previdenciário requerido.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5032325-57.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: TAINARA LUISA SENNA
PROC./ADV.: JULIANA MARTINS PEREIRA OAB: PR-26382

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-reclusão.
Parecer do Ministério Público Federal pelo acolhimento do incidente.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam haver comprovação da qualidade de segurado do recluso.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013929-92.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EMILLY GONÇALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: HELDER MASQUETE CALIXTI OAB: PR-36289
REQUERIDO(A): VICTOR HUGO GONÇALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: HELDER MASQUETE CALIXTI OAB: PR-36289

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-reclusão.
Parecer do Ministério Público Federal pelo acolhimento do incidente.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam haver comprovação da qualidade de segurado do recluso.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002079-39.2011.4.04.7013
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): NEUSA SENE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FLÁVIO JOSÉ DE OLIVEIRA CHUEIRE OAB: PR-21 375

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria especial, com pagamento desde a data do requerimento administrativo, por entender que a parte autora já havia preenchido os requisitos legais para sua concessão nesse período.
Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado divergiria da jurisprudência de Turma Recursal de outra região, no sentido de que a DIB (Data de Início do Benefício) somente pode ser fixada a partir de quando efetivamente materializado o pedido, ou seja, a partir da apresentação dos documentos em juízo.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2008.70.55.002485-3, reafirmou seu entendimento no sentido de que:
"VOTO-EMENTA - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES DA TNU. SÚMULA 33/TNU. CRÉDITO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO. JUROS DE MORA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. INCIDÊNCIA IMEDIATA. APLICAÇÃO QUESTÃO ORDEM 10. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. 2. Sentença de parcial procedência do pedido, determinando a concessão do benefício desde a citação ao argumento de que foi a data em que a autarquia teve ciência da documentação comprobatória acostada ao pedido judicial. A sentença condenou o INSS as em prestações vencidas e vincendas, monetariamente corrigidas a partir do vencimento, pela variação do IGP-DI (artigo 10 da Lei nº 9.711/98), e acrescidas de juros moratórios de 1% ao mês, até 30 de junho de 2009, a partir de quando a correção monetária e os juros de mora passam a incidir, uma única vez até o efetivo pagamento, de acordo com os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (Lei nº 9.494/1997, art. 1º-F, com redação conferida pela Lei nº 11.960/2009). 3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná. 4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. 5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, bem como de precedente e súmula desta TNU. Sustenta que o termo a quo do benefício deve ser a contar do requerimento administrativo, bem como a incidência de juros de mora à razão de 1% ao mês face à natureza alimentar do benefício. 6. Inadmissão do incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem. Posteriormente, a Presidência da Turma Nacional admitiu o incidente. 8. No que diz respeito à data do início do benefício concedido judicialmente, tenho que o incidente deve ser conhecido, vez que devidamente demonstrada a divergência jurisprudência, bem como não se trata de questão de fato, mas de direito. 9. Busca a parte autora a reafirmação do entendimento desta TNU e do STJ segundo o qual tendo o segurado satisfeito os pressupostos ao benefício na data do requerimento administrativo essa é a data a ser fixada como a do início dos efeitos financeiros das prestações. 10. A questão já é pacificada nesta Turma Nacional de Uniformização, no seguinte sentido: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. EFEITOS FINANCEIROS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS QUANDO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. COMPROVAÇÃO EM JUÍZO. DISPOSIÇÃO LEGAL EXPRESSA. SÚMULA 33 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. 1. Na dicção da Súmula 33 da TNU, "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço nada data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício". 2. Segundo a teoria da norma, uma vez aperfeiçoados todos os critérios da hipótese de incidência previdenciária, desencadeia-se o juízo lógico que determina o dever jurídico do INSS conceder a prestação previdenciária. A questão da comprovação dos fatos que constituem o antecedente normativo constitui matéria estranha à disciplina da relação jurídica de benefícios e não inibem os efeitos imediatos da realização, no plano dos fatos, dos requisitos dispostos na hipótese normativa. 3. A concessão de aposentadoria gera efeitos a partir da data do requerimento administrativo quando os requisitos legais já eram aperfeiçoados pelo segurado desde então, ainda que a sua comprovação somente tenha sido possível em juízo. 4. O pagamento de diferenças desde a data da entrada do requerimento administrativo de aposentadoria não constitui instrumento de penalização da entidade previdenciária, mas exigência de norma jurídica expressa concretizadora da cláusula do direito adquirido (Lei 8.213/1991, artigos 49, inciso II, e 54). 5. É inaceitável o sacrifício de parcela de direito fundamental de uma pessoa em razão de ela - que se presume desconhecedora do complexo arranjo normativo previdenciário - não ter conseguido reunir, no âmbito administrativo, a documentação necessária para a perfeita demonstração de seu direito. 6. Precedentes: TNU, PU 2004.72.95.02.0109-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 23.03.2010; TNU, PU 2007.72.55.00.2223-6, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 09.08.2010. 7. Pedido de Uniformização conhecido e provido. (PEDILEF 200461850249096, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DOU 08/07/2011 SEÇÃO 1.)". 11. Também a Súmula 33/TNU - "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício". 12. Assim, reafirmo o entendimento desta TNU de que se o segurado satisfaz os pressupostos à concessão da aposentadoria já quando do requerimento administrativo, este será o termo inicial dos efeitos financeiros. [...]"
(PEDILEF 200870550024853, JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, TNU, DOU 13/07/2012.)
In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pelo preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício na data do requerimento administrativo, razão pela qual não merece reparos o acórdão recorrido.
Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009476-90.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA EMILIA PEREIRA DE MACEDO
PROC./ADV.: VIVIAN VIEIRA ALBRECHT OAB: RS-47180
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
A Turma de origem anulou a sentença para pronunciar a decadência do direito de revisão do ato de concessão do benefício objeto da demanda, extinguindo o feito com a resolução de seu mérito, com fulcro no art. 269, IV, do CPC.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ e turma recursal de diferente região, segundo a qual, ainda que nominado pelo legislador como prazo decadencial, em verdade, a limitação temporal estabelecida no art. 103, caput da Lei nº 8.213/91, para buscar a revisão do ato que concedeu ou negou o benefício é de natureza prescricional.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (julgado em 16.10.2013, DJe 214, de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
No presente caso, o benefício de auxílio-doença foi concedido em 4.1.2000 e a ação de revisão somente foi proposta julho/2013, quando já expirado o prazo decadencial decenal.
Verifico, dessa forma, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008303-18.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ORACELINA DA CUNHA GAMARRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OAB: BB-0000000

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso inominado e confirmou a sentença extintiva do processo sem julgamento do mérito, por considerá-lo inepto, na medida em que não comprovou a titularidade da conta poupança.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria de julgados do STJ nos sentido de que os extratos não são essenciais à propositura da demanda, desde que existindo prova da titularidade da conta, como ocorre no caso dos autos.
É o relatório.
O recurso não comporta provimento.
A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0051410-82.2007.4.01.3300, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"DIREITO CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE SALDOS EM CADERNETA DE POUPANÇA (PLANOS BRESSER, VERÃO, COLLOR I E COLLOR II). FORNECIMENTO DOS EXTRATOS PELO BANCO RÉU. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO SALDO NA CONTA. NÃO CABIMENTO. DEVER DO AUTOR DE COMPROVAR APENAS A TITULARIDADE NO PERÍODO VINDICADO. POSICIONAMENTO PACIFICADO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE O ASSUNTO. MATÉRIA, ADEMAIS, QUE REPERCUTE DIRETAMENTE NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO. AFASTAMENTO DA SÚMULA 43 DO COLEGIADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Cuida-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal interposto contra acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais Cíveis da Seção Judiciária do Estado da Bahia que confirmou sentença monocrática que julgou indeferiu a petição inicial e julgou extinta sem julgamento de mérito ação ordinária ajuizada pelo Autor contra a Caixa Econômica Federal - CEF, relativa ao pagamento das diferenças de atualização monetária sobre saldo de sua conta de caderneta de poupança (meses de junho e julho/87).
2. No que é essencial, colho do Acórdão recorrido: "3. Orientação jurisprudencial assente sobre competir à parte autora o ônus da prova a respeito da titularidade de caderneta de poupança à época dos expurgos inflacionários objeto da demanda e da existência de saldo positivo no respectivo período (...). Desincumbindo-se o consumidor do aludido ônus, impõe-se à instituição financeira depositária a exibição dos respectivos extratos, desde que tenha sido a demanda ajuizada no curso do lapso prescricional. [...]. 5. No caso concreto, apesar de a abertura da conta poupança ter sido em 03/09/1984, as anotações realizadas pelo próprio correntista no documento "controle pessoal de saldo" não são hábeis à comprovação de saldo positivo no período pertinente, mormente porque as diferenças pleiteadas deram-se a partir do ano de 1990 e seguinte. Assim, o autor não se desincumbiu de demonstrar a existência de saldo positivo nos períodos expurgados correspondentes, não merecendo, portanto, prosperar a sua irresignação. 2.1. Alega o Recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional de Uniformização, quanto ao ônus da prova, pois demonstrou a titularidade da conta de caderneta de poupança junto à CEF, à época dos planos econômicos, cabendo à instituição financeira a juntada dos respectivos extratos. Ao final, requereu o seu provimento e a reforma do acórdão recorrido, para que a TNU, reafirme a tese de que cabe à Caixa Econômica Federal o ônus de demonstrar a existência de saldo positivo nos períodos expurgados correspondentes.
3. O recurso foi admitido na origem, diante da demonstração da similitude fática e a divergência de entendimentos entre os Acórdãos confrontados, acerca do tema relativo ao ônus da prova da conta de cadernetas de poupança, e respectivos saldos, presente a controvérsia em torno de qual das duas partes contratantes (autor/titular da conta ou CEF) cabe apresentar os respectivos extratos bancários. 3.1. Pelas mesmas razões, dele o conheço, afastando a aplicação da Súmula 43/TNU, especialmente em virtude dos termos da tese, já fixada neste Colegiado, de que: "1. Cabe à parte autora, como prova do fato constitutivo do seu direito, apresentar documento que demonstre a existência e titularidade da conta de poupança. À instituição financeira caberá, em inversão do ônus da prova, apresentar os extratos bancários relativos à conta mencionada, no período a que se referem os expurgos pretendidos. 2. Incidente conhecido e parcialmente provido. (PEDILEF Nº 2007.83.00.50.7130-1-PE. RELATORA: JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN).
4. Colho da documentação existente nos autos que o Autor demonstrou a titularidade da conta de poupança, aberta em 15.08.1984. Juntou também a prova de ter solicitado ao banco recorrido os extratos relativos aos meses de junho e julho de 1987, correspondentes ao período objeto do pedido vestibular.
5. A jurisprudência de nossos Tribunais, em especial do Superior Tribunal de justiça, já solidificou o entendimento de que nas ações relativas à recomposição e atualização dos saldos de cadernetas de poupança, compete à parte autora, segundo o artigo 333, I/CPC, trazer aos autos elementos probatórios mínimos do fato constitutivo do seu direito, a saber, a existência de conta de caderneta de poupança, em seu nome, no período pleiteado. Satisfeito tal requisito, transfere-se à C.E.F. o ônus da apresentação dos respectivos extratos (Art. 6o., VIII, do CDC): "II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; […] IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fim de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. (STJ. REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, 2a. SEÇÃO, julg.14/12/2011, DJ 28/03/2012)".
6. O Art. 6o, VIII, do CDC, tem plena aplicabilidade ao caso por incorporar em seu espírito doutrina que se revela em maior harmonia com o espírito do rito especial previsto nas Leis 9.099/95 e 10.251/01, a saber: da carga, ou distribuição, dinâmica do ônus da prova. Independentemente da qualidade da parte, se autor ou réu, o Magistrado deve determinar o encargo de produzir determinada prova à parte que possui melhores condições de suportar esse ônus. No caso concreto, portanto, deve a CEF suportar tal ônus 6.1. Trata-se da redistribuição dos ônus relativos à prova, ou seja, o repartimento desse encargo não por meio de um critério estático e apriorístico (como o que consta, por exemplo, do art. 333 do CPC) e sim em razão de uma equidade baseada na situação concreta, atribuindo a quem goze de melhores condições profissionais, técnicas, ou simplesmente fáticas a incumbência de comprovar ou desvencilhar-se do alegado. Mais do que isso, trata-se de trazer para dentro do processo civil aquela mesma lógica baseada na teoria do risco que tanto influenciou, por exemplo, o Direito Privado. (Cf. Jorge W. Peyrano e Julio O. CHIAPPINI. Lineamientos de las cargas probatorias dinámicas. In: El Derecho, Tomo 107, passim). 6.2. O mesmo c. Superior Tribunal de Justiça possui vasta jurisprudência sobre o tema. Aliás não seria exagerado dizer que a posição a que se chegou sobre o fornecimento dos extratos nas ações que discutem a existência do expurgo derivou mesmo do reconhecimento pela Cassação do mencionado balanceamento sobre o ônus da prova, como se pode perceber pela leitura do seguinte acórdão: "2. Ademais, à luz da teoria da carga dinâmica da prova, não se concebe distribuir o ônus probatório de modo a retirar tal incumbência de quem poderia fazê-lo mais facilmente e atribuí-la a quem, por impossibilidade lógica e natural, não o conseguiria". (STJ. REsp 619148/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, 4a. TURMA, julgado em 20/05/2010, DJ 01/06/2010).
7. Entretanto, cumpre sindicar, por questões de coerência argumentativa, se o caso vertente não envolve matéria de ordem puramente processual, o que afastaria seu conhecimento por este Colegiado Nacional nos termos de sua Súmula 43. A resposta é negativa, porquanto esta Turma Nacional, em reiteradas ocasiões já considerou que quando a matéria pretensamente processual vem a repercutir diretamente no direito de ação da parte, que é tomado numa perspectiva material como se sabe. 7.1. De fato, esta Turma Nacional sempre permitiu concessões pontuais ao disposto em sua Súmula 43, diante de situações concretas nas quais a questão processual viesse a impactar na própria pretensão da parte: PEDILEF 200563020022909, JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, TNU, DOU 08/06/2012; PEDILEF 200635007159701, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, TNU, DJ 09/08/2010; PEDILEF 200871630021755, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, TNU, DOU 08/06/2012; PEDILEF 200770950152490, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, TNU, DJ 13/05/2010. 7.2. Pode-se dizer que, para justificar a não incidência de sua Súmula 43, esta Turma Nacional, em todos os precedentes acima colacionados, recorreu à noção de ofensa ao amplo acesso ao Judiciário e, por conseguinte, ao exercício do direito de ação. O fundamento não somente é apropriado, como foi muito bem divisado por este órgão jurisdicional colegiado, para mitigar a rigorosa limitação do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001 o qual, cegamente aplicado, poderia resultar em situações de anomia, incoerência sistêmica, ou, em termos mais singelos, restringir direitos sem que a instância uniformizadora possa intervir na definição da matéria. 7.3. Os princípios dos Juizados

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Especiais, por outro lado, supõem maior atenção na análise das relações entre o direito material e o direito processual, esferas que, como vem sendo reconhecido pela doutrina mais recente, são dinâmicas, não estáticas (José Roberto dos Santos Bedaque. Direito e Processo. 6ª. Ed. SP: Malheiros, 2011). Um dos corolários disso é o reconhecimento de que, nesse sistema, a excessiva dificuldade imposta pelo Poder Judiciário para a apreciação da demanda já repercute negativamente sobre o patrimônio da parte autora, consideradas sua fragilidade ou vulnerabilidade. 7.4. Dado que o direito de ação é direito subjetivo, sempre que a análise e decisão sobre as suas condições e demais requisitos processuais que a circundam, mostrem-se juridicamente desarrazoada, criem obstáculos desnecessários ou coloquem as partes em uma espécie de limbo, sem perspectiva de ver prestada, em tempo hábil e de forma eficiente, a jurisdição, haverá visível prejuízo aos seus interesses legítimos, razão pela qual é possível analisá-las e compreendê-las, presente essa quadra, como violação de direito material para os fins do mencionado art. 14, da Lei n.º 10.259/2001. 7.5. Para os presentes fins, portanto, é plenamente aplicável a noção do processo como tutela jurídica do direito material cunhada por Adolf Wach (Cf. Wach, Adolf: Der Rechtsschutzanspruch. Apud. Zeitschrift für deutschen Zivilprozess. Bd. 32, 1904, Págs. 1 - 34. In: Digitale Bibliothek des Max-Planck-Instituts für Europäische Rechtsgeschichte). Se a ação serve para assegurar um direito violado, a recusa injustificada de prestar a jurisdição deve ser vista, nos termos acima explicados, como verdadeira agressão a direito subjetivo: nihil aliud est actio quam ius quod sibi debeatur in iudicio persequendi (Celso, D. 44, 7, 51). 7.6. Torna-se possível, nesses termos, concluir que não incide o enunciado n. 43 da Súmula de Jurisprudência da TNU quando o não conhecimento do Incidente de Uniformização implicar grave obstáculo à parte, por não lhe permitir deduzir sua pretensão perante o Poder Judiciário.
8. Como procurei demonstrar, o caso tem nítidas repercussões sobre o direito de ação da parte. Na medida em que se impede prematuramente o seguimento da demanda, com base em mero juízo de probabilidade, sem que se dê à parte a possibilidade de trazer aos autos os únicos documentos capazes de comprovar a existência de saldo (os extratos a serem fornecidos pela Caixa Econômica Federal) estar-se-á de modo sumário blindando o exercício do direito de ação do autor. 8.1. No caso dos autos, mesmo diante da prova da titularidade, o Magistrado baseou-se numa ilação que não permite a aferição de uma conclusão realmente segura. Assim, mesmo sem qualquer outra evidência substancial, não se deu à parte oportunidade alguma para que pudesse provar seu direito. Não foram, enfim, trazidos os extratos que se encontram em poder da CEF, não se podendo dizer de modo categórico, portanto, se existia ou não existia saldo credor em favor do correntista. Logo, na prática, estar-se-ia impedindo o próprio direito de ação, pois nunca a parte promovente poderia apresentar tais documentos (ou pelo menos iria necessitar de um esforço mais do que razoável a se esperar por parte do autor). 8.2. Ademais, tal decisão deveria ser de mérito e não extintiva, pois contempla não uma condição para o exercício da ação, em princípio mensurável in statu assertionis e não com base em prova. Porém, ainda que se possa aceitar que seria necessário demonstrar um mínimo de evidências sobre a viabilidade do pleito quando da oferta da petição inicial, este mínimo seria tão-somente a comprovação da titularidade da conta e não qualquer outro documento adicional, sob pena de se exigir da parte documentos que se referem ao próprio mérito da discussão - e não aqueles que se possam chamar de elementares para o ajuizamento da ação.
9. Desse modo, forte nessas razões, conheço e dou provimento ao recurso uniformizador para, com base nos julgados do Superior Tribunal de Justiça trazidos à colação, firmar a tese de que, nas ações relativas ao pagamento das diferenças de atualização monetária sobre saldos de caderneta de poupança (Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II), com a apresentação da prova da titularidade da conta pelo autor, deve a Caixa Econômica Federal apresentar os extratos necessários a confirmar a existência de saldo positivo.
10. Ante o exposto, conheço do pedido de uniformização de jurisprudência e dou-lhe provimento para reformar o Acórdão recorrido, determinando a devolução dos autos à origem, em primeiro grau, para novo julgamento do feito segundo as regras de distribuição do ônus da prova delineadas nas teses acima postas em destaque.
11. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.
No presente caso, entretanto, o autor sequer comprovou a titularidade da conta-poupança, o que afasta a pretensão deduzida em juízo.
Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505324-64.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RITA BEZERRA DE ARAÚJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, no sentido de que a criação da VPI, na realidade, é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004954-06.2005.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SEBASTIÃO ZÂNIRATO
PROC./ADV.: KLEBER ALLAN FERNANDEZ DE SOUZA ROSA OAB: SP-248879
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma Recursal, mantendo a sentença, acolheu o pedido formulado pelo autor, reconhecendo tempo de trabalho rural e de labor em condições especiais e determinando a averbação do referido tempo, com a consequente correção do valor do benefício de aposentadoria obtido.
Entendeu, ainda, que não foram juntados, por ocasião do requerimento administrativo, documentos que representassem início de prova material do exercício de atividade especial de todos os períodos reconhecidos na sentença e que teria sido comprovado o exercício de atividade especial somente com a apresentação do laudo pericial realizado pelo expert do Juízo, razão pela qual determinou que a data de início do benefício fosse fixada na data do laudo pericial.
Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual o termo inicial do benefício pleiteado deve retroagir à data do requerimento administrativo.
É o relatório.
O presente incidente não merece prosperar.
A Turma Recursal de origem, de posse do caderno probatório dos autos, entendeu que a comprovação do preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício apenas ocorreu no momento da apresentação do laudo pericial pelo expert do juízo.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

ROCESSO: 0008570-86.2005.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LOURIVAL NUNES
PROC./ADV.: KLEBER ALLAN FERNANDEZ DE SOUZA ROSA OAB: SP-248879
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma Recursal, mantendo a sentença, acolheu o pedido formulado pelo autor, reconhecendo tempo de trabalho rural e de labor em condições especiais e determinando a averbação do referido tempo, com a consequente correção do valor do benefício de aposentadoria obtido.
Entendeu, ainda, que não foram juntados, por ocasião do requerimento administrativo, documentos que representassem início de prova material do exercício de atividade especial de todos os períodos reconhecidos na sentença e que teria sido comprovado o exercício de atividade especial somente com a apresentação do laudo pericial realizado pelo expert do Juízo, anexado aos autos em 17/05/2006, razão pela qual determinou que a data de início do benefício fosse fixada na data do laudo pericial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual o termo inicial do benefício pleiteado deve retroagir à data do requerimento administrativo.
É o relatório.
O presente incidente não merece prosperar.
A Turma Recursal de origem, de posse do caderno probatório dos autos, entendeu que a comprovação do preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício apenas ocorreu no momento da apresentação do laudo pericial pelo expert do juízo.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001301-93.2005.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EURIPEDES PESTANA DE ANDRADE
PROC./ADV.: KLEBER ALLAN FERNANDEZ DE SOUZA ROSA OAB: SP-248879
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma Recursal, mantendo a sentença, acolheu o pedido formulado pelo autor, reconhecendo tempo de trabalho em condições especiais e determinando a averbação do referido tempo, com a consequente correção do valor do benefício de aposentadoria obtido.
Definiu, ainda, que a data de início para a percepção do benefício deveria ser fixada na data do ajuizamento da ação posto que os documentos que comprovariam o exercício de atividades nocivas apenas teriam sido apresentados neste momento.
Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual o termo inicial do benefício pleiteado deve retroagir à data do requerimento administrativo.
É o relatório.
O presente incidente não merece prosperar.
A Turma Recursal de origem, de posse do caderno probatório dos autos, entendeu que a comprovação do preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício apenas ocorreu no momento do ajuizamento da ação.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001509-89.2010.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALBINO FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: GREYCE SOUZA DA MOTTA OAB: SP-283045
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença por seus próprios fundamentos.
A sentença julgou extinto o processo sem apreciação do mérito por entender que a parte autora é carecedora da ação.
Sustenta a parte requerente que a autarquia ré não adotou as normas aplicáveis para o cálculo do seu benefício.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, não houve julgamento do mérito pelas instâncias ordinárias. Assim, aplica-se à espécie a Questão de Ordem 35/TNU (O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado).
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006901-44.2009.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARILEDE DOS SANTOS CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: GREYCE SOUZA DA MOTTA OAB: SP-283045
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença por seus próprios fundamentos.
A sentença julgou extinto o processo sem apreciação do mérito por entender que a parte autora é carecedora da ação e que a petição inicial é inepta.
Sustenta a parte requerente que a autarquia ré não adotou as normas aplicáveis para o cálculo do seu benefício.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, não houve julgamento do mérito pelas instâncias ordinárias. Assim, aplica-se à espécie a Questão de Ordem 35/TNU (O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado).
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000712-16.2010.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LILIA CRISTINA MORAES DE ANDRADE
PROC./ADV.: GREYCE SOUZA DA MOTTA OAB: SP-283045
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença por seus próprios fundamentos.
A sentença julgou extinto o processo sem apreciação do mérito por entender que a parte autora é carecedora da ação e que a petição inicial é inepta.
Sustenta a parte requerente que a autarquia ré não adotou as normas aplicáveis para o cálculo do seu benefício.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, não houve julgamento do mérito pelas instâncias ordinárias. Assim, aplica-se à espécie a Questão de Ordem 35/TNU (O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado).
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002074-53.2010.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALMIR ANTONIO DE SOUZA
PROC./ADV.: GREYCE SOUZA DA MOTTA OAB: SP-283045
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença por seus próprios fundamentos.
A sentença julgou extinto o processo sem apreciação do mérito por entender que a parte autora é carecedora da ação.
Sustenta a parte requerente que a autarquia ré não adotou as normas aplicáveis para o cálculo do seu benefício.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, não houve julgamento do mérito pelas instâncias ordinárias. Assim, aplica-se à espécie a Questão de Ordem 35/TNU (O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado).
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006889-30.2009.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ELIEZER JARBES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GREYCE SOUZA DA MOTTA OAB: SP-283045
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença por seus próprios fundamentos.
A sentença julgou extinto o processo sem apreciação do mérito por entender que a parte autora é carecedora da ação e que a petição inicial é inepta.
Sustenta a parte requerente que a autarquia ré não adotou as normas aplicáveis para o cálculo do seu benefício.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, não houve julgamento do mérito pelas instâncias ordinárias. Assim, aplica-se à espécie a Questão de Ordem 35/TNU (O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado).
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000308-62.2010.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALADIO AUGUSTO DA SILVA NETO
PROC./ADV.: GREYCE SOUZA DA MOTTA OAB: SP-283045
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença por seus próprios fundamentos.
A sentença julgou extinto o processo sem apreciação do mérito por entender que a parte autora é carecedora da ação.
Sustenta a parte requerente que a autarquia ré não adotou as normas aplicáveis para o cálculo do seu benefício.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, não houve julgamento do mérito pelas instâncias ordinárias. Assim, aplica-se à espécie a Questão de Ordem 35/TNU (O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado).
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5027980-05.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:JUNIOR EDUARDO BOF DE SOUZA
PROC./ADV.:CARLOS HENRIQUE POPHAL OAB:RS-65 702
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restituição de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de verba trabalhista, reconhecendo a ocorrência de prescrição da pretensão.
Sustenta o autor que não houve prescrição no caso em exame.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo os mesmos acolhidos somente para correção de erro material.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Inafastável a incidência do óbice da QO 5/TNU, que assim dispõe: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte. (Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 30 e 31.08.2004)." - grifei.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001500-41.2013.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DIECKSON BARON ZAMBRZCKI
PROC./ADV.: ISRAEL BERARDI OAB: RS 77411

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu parcialmente o recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS proceda

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas, uma vez que se trata de instruções internas destinadas à uniformização do procedimento administrativo para o processamento dos pleitos de revisão.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501329-57.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ELEONORA DA SAÚDE DOS PASSOS MAIA
PROC./ADV.: TEREZINHA EPAMINONDAS OAB: PE-7927

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.
A sentença julgou extinto o processo com julgamento do mérito, tendo em vista a decadência do direito de a parte autora pleitear a revisão de seu benefício previdenciário.
O acórdão recorrido, por sua vez, deu provimento ao recurso inominado para afastar a decadência, ficando a procedência do pedido condicionada à verificação da existência de diferenças pela Contadoria Judicial, respeitada a prescrição quinquenal.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ e da TNU, no sentido de que as disposições que instituíram o prazo decadencial também se aplicariam à revisão do ato de indeferimento de requerimento de benefícios previdenciários ou assistenciais, inclusive se concedidos anteriormente à edição da Medida Provisória 1.523/1997.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.
O acórdão recorrido entendeu que "o fundamento adotado para a procedência do pedido não foi o reconhecimento da não incidência da decadência prevista no art. 103 da lei 8.213/91, mas o fato de a revisão pleiteada ter fundamento na lei 10.999/2004, de 15 de dezembro de 2004, que expressamente autorizou a revisão dos benefícios previdenciários concedidos com data de início posterior a fevereiro de 1994, nos moldes de seu art. 1º. Assim, não há que se falar em consumação do prazo decadencial do art. 103 da lei 8.213/91, até por se tratar de direito posterior ao ato concessório". Entretanto, os paradigmas tratam da decadência de maneira genérica.
Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003894-52.2012.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DORACINDA DA ROSA
PROC./ADV.: ACADIO DEWES OAB: RS-34270

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de restabelecimento de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que decaiu o direito da autarquia federal para a revisão do benefício anteriormente concedido.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com o Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o direito da Previdência Social de anular os atos de que decorram efeitos favoráveis a seus beneficiários, quando praticados antes da Lei nº 9.784/99, decairá apenas a partir de 1º de fevereiro de 2009, quando se completam dez anos contados do início da vigência daquele diploma.
É o relatório.
Não prospera a irresignação.
Com efeito, o STJ, ao julgar o REsp 1.114.938/AL, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 14/4/10, assim decidiu:
RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA A DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.787/99. PRAZO DECADENCIAL DE 5 ANOS, A CONTAR DA DATA D A VIGÊNCIA DA LEI 9.784/99. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. ART. 103-A DA LEI 8.213/91, ACRESCENTADO PELA MP 19.11.2003, CONVERTIDA NA LEI 10.839/2004. AUMENTO DO PRAZO DECADENCIAL PARA 10 ANOS. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, NO ENTANTO.
1 . A colenda Corte Especial do STJ firmou o entendimento de que os atos administrativos praticados antes da Lei 9.784/99 podem ser revistos pela Administração a qualquer tempo, por inexistir norma legal expressa prevendo prazo para tal iniciativa. Somente após a Lei 9.784/99 incide o prazo decadencial de 5 anos nela previsto, tendo como termo inicial a data de sua vigência (01.02.99). Ressalva do ponto de vista do Relator.
2. Antes de decorridos 5 anos da Lei 9.784/99, a matéria passou a ser tratada no âmbito previdenciário pela MP 138, de 19.11.2003, convertida na Lei 10.839/2004, que acrescentou o art. 103-A à Lei 8.213/91 (LBPS) e fixou em 10 anos o prazo decadencial para o INSS rever os seus atos de que decorram efeitos favoráveis a seus beneficiários.
3. Tendo o benefício do autor sido concedido em 30.7.1997 e o procedimento de revisão administrativa sido iniciado e m janeiro d e 2006, n ã o se consumou o prazo decadencial de 10 anos para a Autarquia Previdenciária rever o seu ato.
4. Recurso Especial do INSS provido para afastar a incidência da decadência declarada e determinar o retorno dos autos ao TRF da 5ª Região, para análise da alegada inobservância do contraditório e da ampla defesa do procedimento que culminou com a suspensão do benefício previdenciário do autor.
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500024-97.2014.4.05.8311
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): IVONE MARIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, modificando a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da sua condição de segurado especial e carência legalmente exigida.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.54.000444-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CARLOS FABRIS
PROC./ADV.: CAROLINE PORTO DE MAGALHÃES OAB: RS-65 812

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Compulsando os autos, verifica-se que foram suscitados: incidente de uniformização nacional e recurso extraordinário (ambos no evento 99).
Entretanto, apenas o incidente foi submetido ao juízo de admissibilidade por esta TNU, não havendo, nos autos, decisão acerca do recurso extraordinário.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0509229-96.2008.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIO HENRIQUE MENDES DE MELO
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB:PE-20148

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de revisão de benefício previdenciário passando a considerar a variação integral do Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM do mês de fevereiro/94 (39,67%) na atualização monetária dos salários de contribuição.
Sustenta a parte ora requerente que o prazo decadencial previsto na MP nº 1.523/97 atinge também benefícios previdenciários concedidos anteriormente a sua edição, motivo pelo qual alega que houve decadência no caso concreto.
É o relatório.
A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados.
Isso porque o acórdão recorrido deixou assente que:
"a revisão pleiteada tem fundamento na lei 10.999/2004, de 15 de dezembro de 2004, que expressamente autorizou a revisão dos benefícios previdenciários concedidos com data de início posterior a fevereiro de 1994, nos moldes de seu art. 1º. Assim, não há que se falar em consumação do prazo decadencial do art. 103 da lei 8.213/91, até por se tratar de direito posterior ao ato concessório."
Já os acórdãos colacionados pela parte requerente referem-se ao instituto da decadência de forma genérica, não sendo similares ao que foi decidido no caso em exame.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0500712-92.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RICARDO CORDEIRO SALGUEIRO
PROC./ADV.: RAFAEL EUGENIO MENEZES DE OLIVEIRA OAB: PE-22482

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos autorais, determinando a averbação de período laborado pelo autor no serviço militar, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais para tanto.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Isto porque, no caso concreto, foi determinada a averbação do período laborado no serviço militar, sob o fundamento de que "o dever do recolhimento das contribuições previdenciárias é do empregador e não do segurado (a não ser que se trate de contribuinte individual), não podendo este ser responsabilizado pela ausência de pagamento daquele", situação inocorrente no paradigma colacionado, o qual decidiu pela impossibilidade de se computar período em que o segurado esteve em gozo de benefício previdenciário por incapacidade, sem recolhimento de contribuições, para fins de carência.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0017161-80.2009.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: PAULINE MONTE DUARTE OAB: PA-13430
REQUERIDO(A): GUILHERME WALMIR DE MORAES
PROC./ADV.: ALESSANDRO COSTA OAB: PA-13370

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pará que, reformando parcialmente a sentença, acolheu o pedido de indenização por dano material ao ora requerido.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões segundo a qual é necessária prova do conteúdo da correspondência para que haja condenação da empresa em danos.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A TNU já pacificou o entendimento no sentido de que a demonstração do conteúdo da correspondência extraviada pode ser feito por outras provas admitidas no direito, como ocorreu no presente caso.
Nesse sentido a Súmula 59/TNU, segundo a qual "A ausência de declaração do objeto postado não impede a condenação da ECT a indenizar danos decorrentes do extravio, desde que o conteúdo da postagem seja demonstrado por outros meios de prova admitidos em direito".
Assim, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513933-93.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: RICARDO FERREIRA GUEDES
PROC./ADV.: GERSON MOUSINHO DE BRITO OAB: PB-1995
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de pagamento das diferenças relativas à inobservância da proporcionalidade (46,87%), instituída pela Lei nº 8.270/91, entre as diárias por trabalho de campo e a indenização prevista na Lei nº 8.216/61, a partir de 20 de outubro de 2005, quando entrou em vigor o Decreto nº 5.554/2005, sob o fundamento de que de que os acréscimos previstos no referido decreto não resultaram em reajustamento dos valores das diárias.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria do entendimento firmado no STJ e na TNU, no sentido de que a indenização de campo, criada pelo artigo 16 da Lei n. 8.216/91, deve ser reajustada na mesma data e no mesmo percentual de revisão dos valores das diárias, de modo que corresponda sempre ao percentual de 46,87% das diárias.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No que tange à matéria em discussão, cabe frisar que a Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 58, pacificou o entendimento no sentido de que: "Não é devido o reajuste na indenização de campo por força da alteração trazida pelo Decreto n. 5.554/2005".
No mesmo sentido, PEDILEF 00277148720074013600, in verbis:
"EMENTA ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO DE CAMPO. ART. 15 DA LEI Nº. 8.270/91. DECRETO Nº. 5.554/05. ADICIONAL DE DESLOCAMENTO INCIDENTE SOBRE O VALOR DAS DIÁRIAS. REAJUSTAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)
1 - O Decreto nº. 5.554/2005 não resultou em reajustamento do valor das diárias dos servidores da FUNASA, a justificar a majoração da indenização de campo. Aplica-se o mesmo raciocínio aos Decretos nºs 5.992/2006 e 6.258/2007 os quais apenas efetuaram modificações no rol de destinos que importavam no pagamento de adicional de 50% (cinqüenta por cento) - já previsto na legislação - antes conferido ao servidor, somente, quando ele se deslocava para cidades de população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes. 2 - Precedentes da TNU (v.g., PEDILEF 2007.35.00.714048-9, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgado em 18.12.2008). Reiteração e consolidação da tese por ocasião do julgamento do PEDILEF nº. 2007.30.00.907017-0/AC, julgado em 3.8.2011 consoante voto-desempate do Ministro Presidente. 3 - Incidente conhecido e provido, determinada a devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009866-14.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALEXANDRE VINICIUS FALCAO DO CARMO
PROC./ADV.: GILMAR PEREIRA ROSA OAB: MT-12544

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de pagamento das diferenças a título de auxílio-financeiro recebido pelo autor à época em que participou do curso de formação profissional na Academia Nacional de Polícia no percentual de 80% sobre o valor do subsídio do cargo.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência de Turma Recursal de outras regiões, no sentido de que desde a entrada em vigor da Lei n. 11.358/2006, com a implementação da sistemática de pagamento por subsídio para os policiais federais, o Decreto-Lei n. 2.179/1984 perdeu seu objeto e conseguintemente sua aplicabilidade sobre a fixação do auxílio-financeiro pago durante o curso de formação para ingresso nos quadros da Polícia Federal.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600, firmou o entendimento nos seguintes termos:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. AUXÍLIO-FINANCEIRO. DECRETO-LEI 2.179/84. INCOMPATIBILIDADE COM NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL (LEI 11.358/2006). APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 9.624/98. 50% DA REMENURAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso que negou provimento ao recurso da União para confirmar a sentença que julgou procedente o pedido de pagamento de auxílio-financeiro devido durante o curso de formação para ingresso nos quadros Polícia Federal, no patamar de 80% (oitenta por cento), incidente sobre a remuneração inicial do cargo. Conforme consignado
na sentença, "[...] destinando-se à toda Administração Pública Federal, a Lei 9.624, de 2 de abril de 1998, apresenta nítido caráter geral em relação ao Decreto-lei 2.179, de 4 de dezembro de 1984, que se refere apenas e especificamente ao grupo da polícia federal. Com isso, não há que se falar em revogação por antinomia jurídica, pois ambas as normas convivem harmoniosamente no ordenamento jurídico em razão dos âmbitos distintos de aplicação. Nestes termos, os agentes da polícia federal, por disporem de regramento específico quanto à remuneração do curso de formação de ingresso na carreira, consubstanciado na regra prevista no artigo 1º do Decreto-lei 2.179, de 4 de dezembro de 1984, fazem jus ao percentual de 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorreram [...]". 2. Sustenta a União que deve ser aplicado ao caso a Lei n. 9.624/98, que fixou o patamar de 50% para pagamento do auxílio-financeiro, incidente sobre a remuneração da classe inicial, passando a regular inteiramente a matéria de modo incompatível com a normatização anterior, qual seja, o Decreto-Lei n. 2.179/84. Cita, como paradigmas da divergência, acórdãos de Turmas Recursais do Rio de Janeiro e do Pará (autos n. 0006408-62.2012.4.02.5151/01 e 0017176-44.2012.4.01.3900, respectivamente). 3. Pedido de uniformização admitido na origem. 4. Entendo que a União logrou comprovar a divergência entre o acórdão recorrido e o paradigma procedente de Turma Recursal do Rio de Janeiro (processo n. 0006408-62.2012.4.02.5151/01). Isso porque a sentença, confirmada pela Turma Recursal de origem, considera que a Lei n. 9.624/98, sendo destinada à totalidade da Administração Pública Federal, detém caráter geral em relação do Decreto-Lei n. 2.179/84, que se aplica especificamente ao grupo da polícia federal. O paradigma, por seu turno, entendeu que o Decreto-Lei em questão teria deixado de produzir efeitos no mundo jurídico a partir do advento da referida lei, que passou a regular inteiramente a matéria de modo incompatível com a normatização anterior. 5. No mérito, a controvérsia cinge-se à legislação a ser aplicada acerca do percentual devido a título de auxílio-financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de agente da polícia federal. O Decreto-Lei n. 2.179/84 dispunha sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, prevendo, em seu art. 1º, que "enquanto aluno do curso de formação profissional a que alude o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, realizado para o provimento de cargos integrantes do Grupo-Polícia Federal, o candidato perceberá 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra". O recorrido, enquanto aluno do curso de formação, percebeu seu auxílio-financeiro com base na Lei n. 9.264/98, a qual prevê que "os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo" (art. 14). Abro aqui um parêntese para mencionar que tal Decreto-Lei foi revogado recentemente pela Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano. 6. Ocorre que a Lei n. 11.358/2006 instituiu o regime de subsídio em parcela única para a Carreira da Polícia Federal. Dessa forma, conforme entendimento desta Turma Nacional (Pedilef 0000051-26.2012.4.01.3201, Relator Juiz Federal Flores da Cunha, j. 12/03/2014, DOU 21/03/2014), em face desse novo regime de remuneração deve ser aplicado, para fins de pagamento do auxílio-financeiro, o disposto no art. 14 da Lei n. 9.624/98, que prevê o pagamento de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal. 7. Esse entendimento se aplica ao caso em tela, em que o requerido, aprovado em concurso público aberto por meio de edital do ano de 2004, veio a realizar o curso de formação somente em 2008, conforme se colhe da petição inicial, posteriormente, portanto, ao advento da Lei n. 11.358/2006. 8. Pedido de Uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão da Turma Recursal de Mato Grosso reafirmando a tese de que se aplica o disposto no artigo 14 da Lei 9.624/98, para pagamento de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal, a contar da Lei 11.358/2006, que instituiu o regime de subsídio em parcela única a essa organização. Afastada a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios. 9. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia..
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique.se. Intimem-se.
Brasília, 4 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0011741-43.2008.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MANUEL JESUS LENE
PROC./ADV.: CLÁUDIO TADEU MUNIZ OAB: SP-78619
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que o Supremo Tribunal Federal entendeu constitucionais os critérios de cálculo do benefício preconizados pela Lei nº 9.876/99, contestados pela requerente.
Na oportunidade, a parte, em suas razões, junta paradigma oriundo da Turma Recursal de Sorocaba, Estado de São Paulo.
É o relatório.
É cediço que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turma Recursal da mesma região não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0012119-07.2005.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de reajuste do teto do benefício, com base na aplicação imediata das Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03.
Sustenta o requerente que podem ser aplicados os novos tetos instituídos pelas referidas Emendas conforme entendimento de Turma Recursal de outra região.
É o relatório.
O recurso merece provimento.
O acórdão recorrido, ao indeferir o reajuste do benefício, se posicionou contra o entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:
DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe de 14/2/11 (grifo nosso)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001029-35.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MILTON DA SILVA
PROC./ADV.: LUCIANO MOSSMANN DE OLIVEIRA OAB: RS-49275
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial de revisão de benefício previdenciário, formulado pela parte autora, sob o fundamento de que não há provas nos autos de que não tenha sido concedido o benefício mais benéfico ao segurado.
Sustenta o requerente que o acórdão vergastado está dissonante em relação aos fundamentos da sentença recorrida e do recurso manejado contra ela, posto que não teria analisado a questão da decadência reconhecida na primeira instância.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, os paradigmas apresentados referem-se apenas à tese de nulidade do acórdão, sem qualquer manifestação a respeito da decadência ou do direito à revisão do benefício pleiteado.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5023709-93.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IVAIR JUNGLOS
PROC./ADV.: MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA OAB: PR-22717
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OAB: BB-00000

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou improcedente o pedido de condenação da CEF em indenização por danos morais decorrente da espera supostamente excessiva em fila de banco.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias analisaram todo o conjunto probatório e concluíram que a ora requerente não faz jus à indenização pretendida pela não comprovação de suposto abalo moral decorrente demora em fila, tendo em vista o curto espaço de tempo em que ficou na agencia bancária.
Destarte, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008919-74.2011.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): IRIO COLOGNI
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO OAB: SC 24692

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, julgou procedente o pedido de averbação de período laborado como rurícola, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual o início de prova material precisa ser contemporâneo a todo o período de carência.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus à averbação pretendida, pela não comprovação da sua qualidade de segurado especial.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003306-96.2013.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO CARLOS ALCORTE ALVES
PROC./ADV.: ALMIR VANDERLEI MACHADO BASTOS OAB: RS-34523
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de pagamento da diferença de 4% sobre o valor mensal do soldo percebido pelo autor, decorrente da redução da Gratificação de Habilitação Militar de 16% para 12%, a partir de maio de 2001, sob o fundamento de que o autor não possui curso de especialização, requisito exigido para a percepção da referida gratificação no percentual de 16%.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência de turma recursal de outra região e do STJ, haja vista que faz jus à Gratificação de Habilitação Militar no percentual pleiteado, 16%, por ter concluído com êxito o curso de formação de cabo.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados.
Isto porque, no caso concreto, as instâncias a quo negaram o pedido do autor, sob o fundamento de que "o índice de 16%, a título de adicional de habilitação, somente é devido ao militar que conclui um curso de especialização, aí não se incluindo os cursos de formação de soldados, cabos e sargentos".
Por sua vez, os arestos colacionados referem-se, genericamente, à Portaria 181/1999, do Ministério do Exército, e à necessidade de se assegurar o exercício da ampla defesa e do contraditório nos casos de redução do auxílio invalidez percebido por militar.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500828-14.2013.4.05.8307
ORIGEM:Turma Recursal Seção Judiciária do Goiás
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ODETE PEIXOTO DA SILVA
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS CHAVES JÚNIOR OAB:AL 5.488
PROC./ADV.:PLÍNIO MELO MONTEIRO OAB:AL-8811

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo aos mesmos negado provimento.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado pela comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005583-71.2011.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ VIERA LOPES
PROC./ADV.: GRACIANE TAÍS ALVES COELHO OAB: SC-21636
PROC./ADV.: FABIANE DALMÔNICO OAB: SC-22581
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO OAB: SC-5596
PROC./ADV.: GEOVANI COELHO OAB: SC-5987
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, concedeu em parte o pedido de averbação de tempo de trabalho em condições especiais, condenando o requerido, ao final, à concessão de aposentadoria por tempo de contribuição com 100% do salário de benefício.
Sustenta o requerente que o acórdão vergastado deixou de reconhecer como especial período plenamente comprovado de exercício de trabalho com exposição a agente nocivo.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias analisaram todo o conjunto probatório e concluíram que o ora requerente não faz jus à averbação do período requerido.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.51.60.000126-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VILMA MOREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MONICA DA MATA MEDEIROS CRUZ OAB: RJ-133686

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de condenação do ora requerente ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, em razão de descontos indevidos no benefício da segurada, por ocasião de empréstimo consignado fraudulento.
Sustenta a parte agravante que não seria parte ilegítima para responder pelos danos causados à segurada, pois se trata de contratação de empréstimo realizada de forma direta com a instituição financeira, motivo pelo qual não teria responsabilidade pelo fato ocorrido.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se pacificada no âmbito da TNU, conforme entendimento disposto no PEDILEF 05025789420124058013, que segue:
"RESPONSABILIDADE CIVIL. ATO ILÍCITO PRATICADO PELO INSS. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. DESCONTO INDEVIDO EM PROVENTOS DE APOSENTADORIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão proferido pela Turma Recursal de Alagoas que, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, julgou parcialmente procedente a demanda, deixando, contudo, de acolher o pedido de indenização por danos morais ocorridos em virtude do desconto indevido em seus proventos de aposentadoria. Alega, em suma, que o aresto impugnado contraria o entendimento da 2ª Turma Recursal de São Paulo que, nos autos de n. 0005163-51.2010.4.03.6317, condenou o INSS ao pagamento por danos morais, em decorrência de desconto em benefício previdenciário por empréstimo contraído por terceiro desconhecido. 2. Está caracterizada a divergência com o aresto de São Paulo. 3. O INSS age com base no princípio da legalidade, de acordo com normas regulamentares. Assim, se é praticado um ato administrativo em conformidade com a norma de regência, em regra, não há que se falar em responsabilidade civil por parte da autarquia previdenciária. No entanto, se o INSS atua fora do seu propósito-mor, como, por exemplo, na averbação de empréstimos feitos por instituições financeiras no cadastro do segurado, com a finalidade de facilitar o pagamento ao credor, seus atos escapam da natureza do ato administrativo stricto sensu e dão ensejo a questionamentos que desbordam da simples verificação do direito ao benefício previdenciário. Ao agir nessa seara, os atos do INSS, se ilegais e causadores de prejuízos, ensejam, sem o rigorismo do sistema ordinário, a responsabilidade civil. 4. No caso, os elementos causadores da responsabilidade civil estão presentes, acarretando o dever de indenizar. 5. Os fatos foram estabelecidos pela sentença: o autor recebe benefício previdenciário e teve realizado desconto em seus proventos, sendo evidente a ilegalidade da conduta do INSS em efetuar o referido desconto, tendo em vista que não há prova da existência da obrigação supostamente assumida pelo aposentado. 6. O desconto sem autorização do titular de benefício previdenciário decorrente de fraude na concessão de empréstimo é ato objetivamente capaz de gerar prejuízo moral, pois causa constrangimento e abalo emocional ao interessado, sobretudo quando se trata de aposentado que, como se sabe, na grande maioria dos casos, recebe aposentadoria em valor irrisório, renda essa que é indispensável a sua própria subsistência. Nesse sentido, acórdão prolatado pela 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na Apelre 200751010064817 (DJ: 22-10-2013), de relatoria do Sr. Desembargador Federal Guilherme Diefenthaeler, com a seguinte ementa, na parte que interessa: CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO DO INSS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO REALIZADO FRAUDULENTAMENTE. DANOS MATERIAIS. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO FIXADA EM VALOR EXCESSIVO. REDUÇÃO QUE SE IMPÕE. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO E DO REEXAME NECESSÁRIO. (...) 2. Dano material constituído no valor indevidamente descontado do benefício previdenciário do Autor a título de empréstimo, que deverá ser ressarcido, restando inegável, por outro lado, a caracterização do dano moral in re ipsa, de forma que demonstrado o fato, resta comprovado o dano. 7. A tarefa de fixar o valor que pudesse reparar o sofrimento da parte é árdua. O juiz não tem balizamento legal, de forma que fica solto, devendo agir dentro dos limites da razoabilidade. A indenização não deve servir para enriquecer ilicitamente a parte e, por outro lado, não pode ser mínima, sob pena de não reparar e nem mesmo educar o órgão público a não repetir o ato. Além disso, no caso específico, o arbitramento do dano moral não é de incumbência desta instância, cabendo, portanto, à turma recursal a apreciação do conjunto probatório e a fixação do valor. 8. Nos termos da Questão de Ordem n. 20, o acórdão deve ser anulado, devendo a turma recursal de origem arbitrar o valor dos danos morais. 9. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 10. Pedido de uniformização conhecido e parcialmente provido."
Assim, estando o acórdão recorrido no mesmo sentido da orientação firmada nesta TNU, no que tange ao dever de indenizar do INSS no caso concreto, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500342-29.2013.4.05.8307
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:GILBERTO AFONSO FERREIRA FILHO
PROC./ADV.:GUSTAVO HENRIQUE DE MENDONÇA FERREIRA
OAB:AL-5 729
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo aos mesmos negado provimento.
Sustenta a parte requerente que houve a comprovação da atividade de agricultor, motivo pelo qual faz jus ao benefício supracitado.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Isso porque o acórdão recorrido entendeu que:
"O CNIS do autor demonstra que o mesmo possui diversos vínculos como contribuinte individual, inclusive no período que antecedeu o requerimento do benefício, o que desnatura a condição do exercício da atividade em regime de economia familiar como exigido pela LBPS. Ademais, não é crível que um segurado especial, em razões do próprio regime de economia familiar, seja proprietário (resolúvel ou não) de tantos veículos como restou demonstrado nos autos."
Assim sendo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Quanto aos julgados paradigmas do STJ verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre eles e o acórdão recorrido, incidindo na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Por derradeiro, a parte colacionou paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal, sendo que os mesmos não ensejam a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513506-87.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA VIEIRA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20148
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco.
O juiz de piso julgou improcedente o pedido de pagamento da correção monetária e juros de mora incidentes sobre os pagamentos administrativos feitos pela ré em relação aos índices de 28,86% e 3,17%, bem como indeferiu o pleito de assistência judiciária gratuita.
A requerente interpôs recurso inominado para a Turma Recursal, não se insurgindo contra a negativa de concessão do benefício de justiça gratuita e sem o pagamento das despesas processuais.
A Turma recursal negou provimento ao recurso interposto, sob o fundamento de ausência de provas de que não houve a efetiva aplicação de índices da correção monetária pleiteada, condenando a requerente ao pagamento dos honorários advocatícios em razão da sucumbência.
Do acórdão impugnado, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados, sob o fundamento de que a matéria neles suscitada não foi debatida pela parte recorrente em sede de recurso inominado.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ, no sentido de que, afirmada a necessidade da justiça gratuita, não pode o órgão julgador declarar deserto o recurso sem se pronunciar sobre o pedido de gratuidade. Aduz, ainda, que, no que tange à correção e aos juros, o aresto recorrido divergiria do entendimento firmado pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Inicialmente, cabe frisar que a Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Destarte, não cabe incidente fundado em questão processual, qual seja, nova análise do pedido de assistência judiciária gratuita indeferido pelas instâncias a quo.
Assim, incide o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ademais, no que tange à questão de mérito, verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. O aresto oriundo da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região não enseja a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513431-48.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: DILZA DE QUEIROZ LIRA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20148
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O juiz de piso julgou improcedente o pedido de pagamento da correção monetária e juros de mora incidentes sobre os pagamentos administrativos feitos pela ré em relação aos índices de 28,86% e 3,17%, bem como indeferiu o pleito de assistência judiciária gratuita.
A requerente interpôs recurso inominado para a Turma Recursal, não se insurgindo contra a negativa de concessão do benefício de justiça gratuita e sem o pagamento das despesas processuais.
A Turma recursal negou provimento ao recurso interposto, sob o fundamento de ausência de provas de que não houve a efetiva aplicação de índices da correção monetária pleiteada, condenando a requerente ao pagamento dos honorários advocatícios em razão da sucumbência.
Do acórdão impugnado, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados, sob o fundamento de que a matéria neles suscitada não foi debatida pela parte recorrente em sede de recurso inominado.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ, no sentido de que, afirmada a necessidade da justiça gratuita, não pode o órgão julgador declarar deserto o recurso sem se pronunciar sobre o pedido de gratuidade. Aduz, ainda, que, no que tange à correção e aos juros, o aresto recorrido divergiria do entendimento firmado pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Inicialmente, cabe frisar que a Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Destarte, não cabe incidente fundado em questão processual, qual seja, nova análise do pedido de assistência judiciária gratuita indeferido pelas instâncias a quo.
Assim, incide o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ademais, no que tange à questão de mérito, verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. O aresto oriundo da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região não enseja a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513214-05.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSEFA GABRIEL FERNANDES DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20148
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco.
O juiz de piso julgou improcedente o pedido de pagamento da correção monetária e juros de mora incidentes sobre os pagamentos administrativos feitos pela ré em relação aos índices de 28,86% e 3,17%, bem como indeferiu o pleito de assistência judiciária gratuita.
A requerente interpôs recurso inominado para a Turma Recursal, não se insurgindo contra a negativa de concessão do benefício de justiça gratuita e sem o pagamento das despesas processuais.
A Turma recursal negou provimento ao recurso interposto, sob o fundamento de ausência de provas de que não houve a efetiva aplicação de índices da correção monetária pleiteada, condenando a requerente ao pagamento dos honorários advocatícios em razão da sucumbência.
Do acórdão impugnado, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados, sob o fundamento de que a matéria neles suscitada não foi debatida pela parte recorrente em sede de recurso inominado.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ, no sentido de que, afirmada a necessidade da justiça gratuita, não pode o órgão julgador declarar deserto o recurso sem se pronunciar sobre o pedido de gratuidade. Aduz, ainda, que, no que tange à correção e aos juros, o aresto recorrido divergiria do entendimento firmado pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Inicialmente, cabe frisar que a Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Destarte, não cabe incidente fundado em questão processual, qual seja, nova análise do pedido de assistência judiciária gratuita indeferido pelas instâncias a quo.
Assim, incide o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ademais, no que tange à questão de mérito, verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. O aresto oriundo da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região não enseja a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501301-06.2013.4.05.8305
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:RAFAELA MAGNA SANTOS RODRIGUES OAB:AL-7825

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria por idade rural, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para a sua concessão.
Sustenta o INSS, em síntese, que a audiência de instrução processual não pode ser conduzida por conciliador.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 43/TNU, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0518060-31.2011.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA DO NASCIMENTO SOUSA
PROC./ADV.:GENER DE SOUZA SERRALVA RODRIGUES OAB:PE-26798

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado pela comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502171-16.2011.4.05.8307
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:MARIA JOSE DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.:FELIPE ANDRE SANTOS RODRIGUES OAB:PE-29 152
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de concessão de aposentadoria por idade rural.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo aos mesmos negado provimento.
É o relatório.
A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados.
A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que o tempo de serviço do segurado trabalhador rural (sem contribuição) pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário, exceto para efeito de carência, conforme a regra do art. 55, §2º, da Lei n. 8213/91.
O acórdão recorrido, por sua vez, deixou assente que:
"Somente não é possível incluir no prazo de carência o tempo de serviço prestado antes da vigência da Lei 8.213/91 quando se tratar de trabalhador rural sem vínculo empregatício, porque ausente a contribuição para o sistema previdenciário.Cuidando-se de trabalhador rural empregado, com registro na CTPS, não há restrições a contagem do tempo de serviço para efeito de carência, pois compete ao empregador efetuar os recolhimentos das contribuições previdenciárias. Compete à empresa arrecadar a contribuição dos segurados empregados, a teor do art. 30 da Lei 8.212/91."
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500029-83.2013.4.05.8302
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:ELENO BATISTA DE SOUZA
PROC./ADV.:RENATO ANDERSON DE OLIVEIRA LEITE OAB:PE-23 218
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Por derradeiro, a parte colacionou paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal, sendo que os mesmos não ensejam a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0505274-47.2014.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):HELENO ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.:CARLOS LAMARK PEREIRA DE ARAÚJO OAB:PE-28142

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando parcialmente a sentença, manteve-a quanto ao acolhi-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

mento do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural, alterando-a somente quanto à correção e juros de mora.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo aos mesmos negado provimento.
Sustenta a parte requerente que não há falar em concessão do benefício pleiteado pois alega que o autor exerceu diversas atividades urbanas.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado pela comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que, "o exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto" (Súmula 46/TNU), o que ocorreu na espécie.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004422-17.2011.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ILARIO PAZINI
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE RODRIGUES OAB: SC 15.444

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, reviu aposentadoria por tempo de contribuição concedida ao requerido, entendendo como presente o início de prova material necessário à comprovação de atividade rural em regime de economia familiar anterior a 1991.
Sustenta a parte ora requerente que não há início de prova material contemporânea ao período anterior a 1991 nos autos para que seja possível a concessão do benefício pleiteado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Recursal de origem, de posse do caderno probatório dos autos, entendeu haver comprovação do preenchimento de todos os requisitos necessários à revisão do benefício tal qual pleiteado.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fundamento no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5003092-48.2012.4.04.7010
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:VALDEMAR ZUMBA DA PAZ
PROC./ADV.:WILSON LUIZ DE PAULA OAB:PR-18139
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O acórdão recorrido deixou assente que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial), consoante o excerto que traz-se a lume:
"No caso, o demandante comprova o retorno ao campo somente em 2003, de tal forma que inexiste comprovação documental do alegado labor rural entre 1998 e 2002, ou seja durante cinco anos da carência. Além disso, a prova testemunhal mostrou-se contraditória e pouco convincente (...) Não bastasse, todas as testemunhas afirmaram que o autor 'nunca trabalhou na área urbana', contradizendo totalmente as declarações do próprio autor que revelou trabalho urbano concomitante ao labor rural. Conclui-se, pois, que os testemunhos foram pouco espontâneos, esforçando-se para vincular o autor exclusivamente ao labor rural exercido Janiopolis, todavia em total contradição com as informações do próprio autor, o que lhes confere pouca credibilidade(...)no presente caso, a prova material é fraca e os testemunhos foram contraditórios e pouco convincentes, razão pela qual não restou comprovado com segurança em quais intervalos o autor efetivamente dedicou-se à atividade rural, ou qual era sua atividade principal - urbana ou rural."
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500340-93.2012.4.05.8307
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LUIS GALDINO DE ANDRADE
PROC./ADV.:ALESSANDRO DE ALENCASTRO LEAL CORRÊA OAB:PE-26073

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedente o pedido do autor, concedendo o benefício de aposentadoria por invalidez.
Sustenta a parte requerente que na ausência de prova testemunhal, a prova documental deve ser suficientemente robusta para autorizar o reconhecimento do trabalho rural por todo o período pretendido.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado tendo em vista a comprovação dos requisitos legais para a sua concessão.
Alega a requerente divergência jurisprudencial, e para isso, colaciona julgados do STJ que referem-se à necessidade de robustez da prova diante de ausência de prova testemunhal.
Ocorre que, verifica-se do acórdão recorrido que o mesmo julgou neste sentido, conforme o seguinte excerto que traz-se a lume:
"Por seu turno, as provas constantes dos autos são suficientes para a comprovação da qualidade de segurado especial durante o período necessário para a concessão do benefício perseguido - 12 meses de efetivo exercício na atividade rurícola, a teor do art. 25, I, da Lei nº 8.213/91. O CNIS revela que, até 31/12/1998, o segurado somente possuiu um vínculo trabalhista, sendo este na qualidade de empregado rural. Além disso, a certidão emitida pelo INCRA descreve que, em 22/12/1999, o mesmo foi beneficiado com título de domínio ou concessão de uso de gleba proveniente de programa de reforma agrária. O documento ainda narra que o segurado desenvolve atividades campesinas em regime de economia familiar. Em audiência, o depoimento do autor foi harmônico às informações constantes dos autos; o mesmo demonstrou conhecimento da atividade rurícola, respondendo com tranquilidade e firmeza as indagações que lhe foram feitas."
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5022796-14.2011.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ENOEMA DOS SANTOS
PROC./ADV.:ADONIRAN PEDROSO DE OLIVEIRA OAB:PR-19147
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
O incidente foi inadmitido na origem por ser intempestivo.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Com efeito, do exame dos autos, verifica-se que o Pedido de Uniformização interposto pela parte requerente é intempestivo.
Isso porque, consoante o art. 13 do RITNU (com a redação à época vigente), o prazo para interposição do referido incidente era de dez dias contados da publicação do acórdão que se pretende impugnar, independente do prazo informado pelo sistema.
O prazo para a interposição do incidente iniciou-se em 05.10.2012, sendo que a parte requerente só o interpôs em 19.10.12, ou seja, quando já ultrapassado o prazo regimental.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5003873-34.2011.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ESMERINDA ROSA DE JESUS NEVES
PROC./ADV.:RENATA SILVA BRANDÃO OAB:PR-30452
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5007733-09.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:VICENTINA ROSA CASSIANO
PROC./ADV.:RENATA SILVA BRANDÃO OAB:PR-30452
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5046648-33.2012.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARIA ROSA MARCHE DE FRANÇA
PROC./ADV.:ANTÔNIO MIOZZO OAB:PR 13.246
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo aos mesmos negado provimento.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5002550-30.2012.4.04.7010
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MOACIR BRAZ
PROC./ADV.:MARCIANA RODRIGUES DA SILVA OAB:PR-28329

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar.
É o relatório.
Não prospera a irresignação.
O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.321.493/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, DJ 19.12.2012, submetido ao rito do art. 543-C do CPC e Resolução 8/2008-STJ, decidiu que, devido à dificuldade probatória da condição de trabalhador boia-fria, a diminuta apresentação de prova material terá validade, desde que complementada por idônea e robusta prova testemunhal.
Dessa forma, tendo o acórdão recorrido corroborado a prova material com farta prova testemunhal, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 03.5.2013).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5018353-80.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:DEMETRIO AFONSO AYAL
PROC./ADV.:ANA LUCIA MODESTO CORTES OAB:PR-34821
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de não houve prova material para grande parcela do período equivalente à carência, bem como a prova oral mostrou-se contraditória e pouco convincente.
Sustenta a parte requerente que houve a apresentação de provas que demonstram o exercício de atividade rural.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Isso porque a pretensão de se alterar o entendimento firmado Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, o acórdão recorrido possui mais de um fundamento para sustentar o não acolhimento do pedido, isto é, além de considerar a escassez de prova material, também deixou assente que a prova testemunhal foi contraditória.
Incide, assim, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523334-23.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA VIEIRA DA COSTA
PROC./ADV.: CHARDSON G. DA SILVA OAB: CE-20593
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501259-87.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AGOSTINHO AGUIAR
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502989-15.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA LUCIA BERNARDO
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502166-75.2012.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VILANI GOMES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 05061027120134058108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA LUCIA DE PAIVA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501243-96.2014.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIANA MAIA MENDES DA SILVA
PROC./ADV.: DYEGO PEREIRA NUNES OAB: CE-20.636
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505374-51.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRASSAS DE LIMA
PROC./ADV.: DYEGO PEREIRA NUNES OAB: CE-20.636
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502120-36.2014.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VALDECI HONORATO DELFINO
PROC./ADV.: DYEGO PEREIRA NUNES OAB: CE-20 636
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5002223-31.2011.4.04.7007
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARIA CAMILO
PROC./ADV.:MATEUS FERREIRA LEITE OAB:PR-15022
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de aposentadoria por idade rural.
Foram interpostos embargos de declaração contra a sentença, sendo aos mesmos negado provimento.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, quanto à alegação de cerceamento de defesa, a mesma encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0504602-70.2013.4.05.8107
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:MARIA ZÉLIA GOMES MUNIZ
PROC./ADV.:ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB:CE-4072
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501509-69.2013.4.05.8311
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:EDMILSON NÓGUEIRA DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501059-38.2013.4.05.8308
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:JOSEFA GERALDA DA SILVA
PROC./ADV.:MARIA DO SOCORRO NUNES FERREIRA CORREIA
OAB:PE-1 163
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados, uma vez que a parte requerente colacionou paradigmas que se referem ao menor rigor quando da análise dos pressupostos previdenciários para concessão de benefícios aos trabalhadores boias-frias, enquanto o acórdão recorrido entendeu que, no caso em exame, além da ausência de início de prova material, a prova testemunhal foi insubsistente.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5009684-32.2012.4.04.7003
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:YOLANDA DE PAULA SEGANTINI
PROC./ADV.:RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB:PR-16794
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu parcialmente o pedido da autora, determinando a averbação de período de atividade rural, em regime de economia familiar, no intervalo entre 17.8.2000 e 16.3.2010, sem, no entanto, conceder o benefício de aposentadoria por idade rural, tendo em vista o não preenchimento do requisito tempo de atividade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
É cediço que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5005162-38.2012.4.04.7010
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARIA APARECIDA DA SILVA
PROC./ADV.:MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB:PR-16716
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5002223-31.2011.4.04.7007
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARIA CAMILO
PROC./ADV.:MATEUS FERREIRA LEITE OAB:PR-15022
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de aposentadoria por idade rural.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, quanto à alegação de cerceamento de defesa, além de encontrar o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), a parte requerente colacionou paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal, sendo que o mesmo não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503991-41.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CONCEIÇÃO RUFINO DE CASTRO
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502840-59.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE FÁTIMA PINHEIRO CASTRO
PROC./ADV.: CÍCERO ROBERTO DA SILVA OAB: CE-19.847
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502132-50.2014.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA NEIDE FERNANDES BERNARDO
PROC./ADV.: DYEGO PEREIRA NUNES OAB: CE-20 636

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.
A Turma de origem rejeitou a preliminar de decadência e, no mérito confirmou a sentença que havia julgado procedente o pedido de restabelecimento de benefício de auxílio-doença à parte autora.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, ao fundamento de que é quinquenal o prazo prescricional para ajuizar ações relativas ao restabelecimento de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Nacional de Uniformização havia pacificado o entendimento no sentido de que, "o direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos." (Súmula 64/TNU).
Ocorre que, com vistas a dar uma melhor interpretação ao tema, a referida Súmula foi cancelada por essa Turma Nacional, que editou, posteriormente, a Súmula 81/TNU, no sentido de que "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".
No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
Destarte, incide, na hipótese, a Questão de Ordem 13/TNU, a qual dispõe, que "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520706-61.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VALDERILO HOLANDA BENICIO
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0522254-58.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANETE MARIA RAMOS
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510599-55.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA EUZA PINHEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524966-55.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA JOSÉ DE SOUSA GOMES
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0503820-72.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4214
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511187-98.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDMILSON ALIPIO DE MACEDO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, no sentido de que a criação da VPI, a qual deveria ter natureza de reajuste geral, na realidade é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503054-53.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA NEUZA DO CARMO
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501432-65.2014.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA ARTUR SANTIAGO
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503829-34.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: HILDA LINHARES DE SOUSA
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503152-04.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA VIEIRA DA SILVA FERREIRA
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504811-93.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANA LUCIA ALVES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, no sentido de que a criação da VPI, a qual deveria ter natureza de reajuste geral, na realidade é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI, REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503949-77.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ADÃO MIGUEL FERREIRA
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503954-02.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DAS GRAÇAS BEZERRA CRUZ
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501404-97.2014.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GONÇALINHA DUTRA DE QUADRO
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502340-59.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA RODRIGUES DE SOUSA FEITOSA
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0503822-42.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA GOMES DE QUADRO
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501244-09.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO MARQUES DE PINHO
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514828-94.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DAVID LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, no sentido de que a criação da VPI, a qual deveria ter natureza de reajuste geral, na realidade é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503906-43.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA RUFINO DA SILVA
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502403-84.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE PAULA CARVALHO
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0503945-40.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO ALMEIDA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502445-36.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS ARAÚJO DA SILVEIRA
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513777-48.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, a requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511191-38.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PAULO ROBERTO FERREIRA DE ARAUJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511181-91.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ROBERTO FAUSTINO DE SOUSA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510966-18.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RUI BARBOSA DE OLIVERIA FILHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500049-40.2014.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SEBASTIÃO ANTÔNIO DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta o requerente que o acórdão vergastado negou vigência à Lei 8.213/91, quanto aos seus artigos 48, 106, 142 e 143, por entender que não haveria início de prova material da sua qualidade de segurado especial nos autos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, em razão da não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001322-37.2013.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUCIANA KROEHLING DE MOURA
PROC./ADV.: MARCOS ANDRÉ CORDEIRO DOS SANTOS OAB: TO-3627

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Tocantins.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinado o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora, a título de auxílio-alimentação, e o que foi percebido pelos servidores do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dos Tribunais Superiores, fundado no princípio constitucional da isonomia.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ e da TNU, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente incidente merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504841-71.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA LÚCIA MARTINS DOS SANTOS
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que o acórdão vergastado negou vigência à Lei 8.213/91, quanto aos seus artigos 48, 106, 142 e 143, por entender que não haveria início de prova material da sua qualidade de segurada especial nos autos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, em razão da não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001340-58.2013.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): KEILA AGUIAR COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANDRÉ CORDEIRO DOS SANTOS OAB: TO-3627

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Tocantins.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinado o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora, a título de auxílio-alimentação, e o que foi percebido pelos servidores do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dos Tribunais Superiores, fundado no princípio constitucional da isonomia.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ e da TNU, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente incidente merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001324-07.2013.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NEURACIENE AUGUSTA COELHO DE SÁ
PROC./ADV.: MARCOS ANDRÉ CORDEIRO DOS SANTOS OAB: TO-3627

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Tocantins.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinado o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora, a título de auxílio-alimentação, e o que foi percebido pelos servidores do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dos Tribunais Superiores, fundado no princípio constitucional da isonomia.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ e da TNU, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente incidente merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505583-59.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZ FERREIRA DA SILVA NETO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506256-70.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CRISTIANE DO CARMO SOUSA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que o acórdão vergastado negou vigência à Lei 8.213/91, quanto aos seus artigos 48, 106, 142 e 143, por entender que não haveria início de prova material da sua qualidade de segurada especial nos autos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, em razão da não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504925-72.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DAGMAR MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que o acórdão vergastado negou vigência à Lei 8.213/91, quanto aos seus artigos 48, 106, 142 e 143, por entender que não haveria início de prova material da sua qualidade de segurada especial nos autos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, em razão da não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513186-86.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO PEREGRINO RODRIGUES NETO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512673-21.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ADELAIDE MARIA MORAIS AVELINO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515805-86.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARCIA GORETTE LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514452-11.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AMARO HENRIQUE FONSECA MAGALHÃES
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515177-97.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: VERA LUCIA XAVIER PINTO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514442-64.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: BRUNO RAFAEL MORAIS DE MACÊDO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514427-95.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANDREA LUCIA GONDIM DE MELO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514437-42.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SILENO CIRNE TRINDADE
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512886-27.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA NAZARÉ BATISTA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514177-62.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FERNANDA WANDERLEY DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512882-87.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEVERINO ALVES DE MOURA FILHO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512858-59.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JUSSARA MARIA CORREIA AQUINO TAVARES
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502808-45.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que o acórdão vergastado negou vigência à Lei 8.213/91, quanto aos seus artigos 48, 106, 142 e 143, por entender que não haveria início de prova material da sua qualidade de segurada especial nos autos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, em razão da não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501813-95.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que o acórdão vergastado negou vigência à Lei 8.213/91, quanto aos seus artigos 48, 106, 142 e 143, por entender que não haveria início de prova material da sua qualidade de segurada especial nos autos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, em razão da não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512848-15.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LEILA MARIA ARÚJO VIDAL
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710293/SC: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0003254-53.2013.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:MARGARIDA CERQUEIRA FALCÃO
PROC./ADV.:ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB:BA-15255
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedente o pedido de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
Ademais, a Turma de origem decidiu pela aplicação da prescrição quinquenal contada da propositura da presente ação.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que, no caso concreto, deve ser aplicada a prescrição quinquenal a partir do Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS (15.4.2010).
É o relatório.
O presente incidente merece prosperar.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o seu entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Verifico, portanto, que o acórdão recorrido está em dissonância com a orientação firmada nesta Turma, no sentido de que a prescrição quinquenal deve ser contada a partir da edição do referido Memorando e não da propositura da ação.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0006080-52.2013.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:NATALIA RIBEIRO DA CUNHA
PROC./ADV.:GABRIEL YARED FORTE OAB:BA-37164
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedente o pedido de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
Ademais, a Turma de origem decidiu pela aplicação da prescrição quinquenal contada da propositura da presente ação.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que, no caso concreto, deve ser aplicada a prescrição quinquenal a partir do Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS (15.4.2010).
É o relatório.
O presente incidente merece prosperar.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o seu entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Verifico, portanto, que o acórdão recorrido está em dissonância com a orientação firmada nesta Turma, no sentido de que a prescrição quinquenal deve ser contada a partir da edição do referido Memorando e não da propositura da ação.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509098-42.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ALESSANDRA MARIA MACHADO CARVALHO
REQUERIDO (A): JOSÉ ALEXSANDRO MACHADO CARVALHO
PROC./ADV.: JULIANA BESSA SILVA OAB: CE-29158

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que não restou comprovada a qualidade de segurado especial da parte autora. Aduz, ainda, nulidade do acórdão, tendo em vista ser genérico.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade do acórdão, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da sua condição de segurado especial.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0503195-94.2011.4.05.8302
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSEFA MARIA DE ARRUDA MEDEIROS
PROC./ADV.:MARIA DE FÁTIMA GALVÃO SILVA OAB:PE-5942

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, confirmando a sentença, julgou procedente em parte o pedido inicial de reajuste do teto do benefício, com base na aplicação imediata nas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo aos mesmos negado provimento.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência de outras Turmas Recursais, segundo a qual a revisão não alcança os benefícios cuja concessão já se aperfeiçoara sob a égide da lei anterior.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
O acórdão recorrido, ao deferir o reajuste do novo teto constitucional, inclusive aos benefícios concedidos anteriormente à edição das Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, está de acordo com o entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:
"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada.
2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional.
3. Negado provimento ao recurso extraordinário. Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe de 14/2/11 (grifo nosso)"
Destarte, incide, por analogia, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0009528-64.2008.4.03.6303
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA ELIZABETE TIOSSE VIARO
PROC./ADV.:FRANCISCO CARDOSO DE OLIVEIRA OAB:SP-67563
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício previdenciário tendo em vista a ocorrência de decadência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sustenta a requerente que deve ser afastando o prazo de decadência para benefícios concedidos anteriormente à edição da MP 1.523-9, em 27.6.1997.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE, decidido em sede de repercussão geral, firmou entendimento no seguinte sentido: "DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário.
2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário.
3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição.
4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência."
Destarte, incide, por analogia, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004768-25.2012.4.04.7206
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUÍS CARLOS SAUER
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, CNJ e TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002945-89.2012.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NELZA ROSANI PICKCIUS ZADOROSNY
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, CNJ e TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002111-89.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SUSAN CRISTINE JOSINO BONONOMI
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, CNJ e TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008725-40.2012.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): BRUNO DE FARIAS FAVARO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, CNJ e TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500666-37.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE-17762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que, embora houvesse razoável prova material da qualidade de segurada especial da requerente, seu depoimento teria se mostrado frágil e inseguro, o que impediria a concessão do benefício.
Argui a requerente que o acórdão vergastado não teria levado em consideração as provas existentes nos autos.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5019663-09.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANDERSON REBELLO LIMAS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, CNJ e TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500069-34.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DA SILVA
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE-17762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a documentação apresentada pela autora é bastante recente, que ela reside em zona urbana e que os depoimentos foram incoerentes em relação ás demais provas juntadas aos autos.
Argui a requerente que o acórdão vergastado não teria levado em consideração as provas existentes nos autos, defendendo que os documentos em nome de irmão e tio da autora servem como início de prova material e que não foi considerada a entrevista rural positiva juntada.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017657-29.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUCIANO FURTADO NASCIMENTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500666-03.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA ERINEIDE DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE-17762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a prova oral produzida não contribuiu para a formação do convencimento quanto ao exercício de atividade rural em regime de economia familiar, posto que a autora não teria apresentado conhecimentos suficientes, mostrando-se insegura.
Argui a requerente que o acórdão vergastado não teria levado em consideração as provas existentes nos autos, defendendo que não foi considerada a entrevista rural positiva juntada.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013874-29.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PAULO TARCÍSIO BONELLI
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016978-29.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NELSON PAUL MARCUS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar, porquanto a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada.
Com efeito, a parte requerente não observou o requisito previsto no art. 15 do RITNU, ou seja, deixou de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5001645-89.2012.4.04.7118
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:MARLY FERRARI MOREIRA
PROC./ADV.:CLAUDIO CICERO DE OLIVEIRA MOTTA OAB:RS-55937
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de benefício de aposentadoria por idade rural.
Sustenta a requerente que permanece exercendo atividades como agricultora, motivo pelo qual requer a concessão do pedido pleiteado.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar, porquanto a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada.
Com efeito, a parte requerente não observou o requisito previsto no art. 15 do RITNU, ou seja, deixou de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002951-96.2012.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTÔNIO JOSÉ SILVA RODRIGUES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002098-90.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JULIO CESAR BURIGO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001512-19.2013.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIS FERNANDO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512078-77.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCI TIBURTINO PEREIRA
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA OAB: CE-13290
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade rural, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
Alega a requerente que o acórdão vergastado teria sua fundamentação deficiente, devendo por esse motivo ser anulado. Defende, ainda, que teria demonstrado suficientemente sua qualidade de segurada especial, entendendo ser medida de rigor a concessão do benefício pleiteado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Com efeito, a TNU, por meio do PEDILEF n. 05069407720094058100, firmou orientação no sentido de que: "EMENTA/VOTO PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO QUE MANTÉM SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO INCIDENTE, APTO, POR SI SÓ, A ANCORAR O DECRETO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. QUESTÃO DE ORDEM N. 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Este Colegiado tem anulado acórdãos genéricos que violam o constitucional direito de obtenção de uma manifestação jurisdicional que veicule adequada fundamentação, exigida pelo inciso IX do art. 93 da Carta Constitucional. Esta pecha não alcança, no entanto, acórdãos que confirmam sentenças por seus próprios e suficientes fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95, eis que tal confirmação equivale a uma encampação das razões de decidir. Hipótese dos autos, na qual o acórdão mantém incólume a sentença de improcedência do pedido de aposentadoria rural por idade. 2. Ocorre que a sentença de improcedência, longe de desprezar a documentação colacionada aos autos, afastou a pretensão da autora por verificar contradição entre o seu depoimento pessoal e o de sua testemunha, relativamente à data na qual teria havido o encerramento do labor rural. A testemunha informou que a autora trabalhou no meio rural até 2001, sendo que a partir daí parou de se dedicar ao labor e passou a viver do benefício de pensão deixado por seu marido. Não houve pois demonstração de trabalho no campo até a data do implemento da idade mínima necessária à concessão do benefício vindicado. 3. Como se vê, o decisum recorrido ancora-se em dois fundamentos e o incidente proposto ataca apenas um deles. Conquanto o primeiro fundamento do julgado - ausência de início de prova material - seja questionado no presente incidente, o segundo fundamento, relativo à contradição da prova testemunhal restou sem irresignação, situação que por si só justifica a manutenção do decreto de improcedência do pedido. 4. As razões do incidente não abrangem todos os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai, à espécie, a aplicação da questão de ordem n. 18 desta Turma Nacional, que estabelece ser inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles. 5. Incidente não conhecido."
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509668-46.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOANA DARK GOMES DE SOUSA
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA OAB: CE-13290
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade rural, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
Alega a requerente que o acórdão vergastado seria genérico, devendo por esse motivo ser anulado. Defende, ainda, que teria demonstrado suficientemente sua qualidade de segurada especial, entendendo ser medida de rigor a concessão do benefício pleiteado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Com efeito, a TNU, por meio do PEDILEF n. 05069407720094058100, firmou orientação no sentido de que: "EMENTA/VOTO PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO QUE MANTÉM SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO INCIDENTE, APTO, POR SI SÓ, A ANCORAR O DECRETO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. QUESTÃO DE ORDEM N. 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Este Colegiado tem anulado acórdãos genéricos que violam o constitucional direito de obtenção de uma manifestação jurisdicional que veicule adequada fundamentação, exigida pelo inciso IX do art. 93 da Carta Constitucional. Esta pecha não alcança, no entanto, acórdãos que confirmam sentenças por seus próprios e suficientes fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95, eis que tal confirmação equivale a uma encampação das razões de decidir. Hipótese dos autos, na qual o acórdão mantém incólume a sentença de improcedência do pedido de aposentadoria rural por idade. 2. Ocorre que a sentença de improcedência, longe de desprezar a documentação colacionada aos autos, afastou a pretensão da autora por verificar contradição entre o seu depoimento pessoal e o de sua testemunha, relativamente à data na qual teria havido o encerramento do labor rural. A testemunha informou que a autora trabalhou no meio rural até 2001, sendo que a partir daí parou de se dedicar ao labor e passou a viver do benefício de pensão deixado por seu marido. Não houve pois demonstração de trabalho no campo até a data do implemento da idade mínima necessária à concessão do benefício vindicado. 3. Como se vê, o decisum recorrido ancora-se em dois fundamentos e o incidente proposto ataca apenas um deles. Conquanto o primeiro fundamento do julgado - ausência de início de prova material - seja questionado no presente incidente, o segundo fundamento, relativo à contradição da prova testemunhal restou sem irresignação, situação que por si só justifica a manutenção do decreto de improcedência do pedido. 4. As razões do incidente não abrangem todos os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai, à espécie, a aplicação da questão de ordem n. 18 desta Turma Nacional, que estabelece ser inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles. 5. Incidente não conhecido."
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005534-78.2012.4.04.7206
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIO CEZAR PRIOTTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5019971-45.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ EDUARDO BORGES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5019775-75.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MILTON LÚCIO DE SOUZA CÔRTES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510276-41.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARGARIDA MARIA SOUZA BARRETO
PROC./ADV.: GUY NEVES OSTERNO OAB: CE-26 955
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a concessão do benefício, em especial porque: a autora reside em meio urbano, recebe pensão de natureza urbana e já teria trabalhado em meio urbano.
Argui a autora que o vínculo urbano não impede o reconhecimento de sua qualidade de segurada especial e que o preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício está suficientemente comprovado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que, "o exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto" (Súmula 46/TNU), o que ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5009604-68.2012.4.04.7003
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARCOS MARTINS
PROC./ADV.:RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB:PR-16794
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5020196-65.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANDRÉ EMÍLIO SEVERO ROMAN
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5015172-56.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARCELO DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5008749-56.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIS HENRIQUE DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002968-35.2012.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MÁRCIO ANTONIO RUTHES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002101-45.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JEAN PIERRE COSTA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002132-65.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): GUSTAVO HALLAL PRATA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001227-65.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SILVIA EILOFT PEREIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002131-80.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALANA JOICE SANTANA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5000702-35.2013.4.04.7216
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): WANTUIL RIGONI FILHO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000969-83.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTONINHO FOPPA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A Turma Recursal de origem, reformando a sentença, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016772-15.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PAULO HILÁRIO SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000973-23.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JACKES JULIANO NEUFELT
PROC./ADV.: LORIVÂNIA FONTANA OAB: SC-10255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A Turma Recursal de origem, reformando a sentença, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001011-35.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ELVICO JOSÉ FAVARETO
PROC./ADV.: LORIVÂNIA FONTANA OAB: SC-10255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A Turma Recursal de origem, reformando a sentença, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5001285-96.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ELEUSE FÁTIMA RITTER
PROC./ADV.: LORIVÂNIA FONTANA OAB: SC-10255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A Turma Recursal de origem, reformando a sentença, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001067-68.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RODRIGO ALVES MADRUGA
PROC./ADV.: LORIVÂNIA FONTANA OAB: SC-10255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A Turma Recursal de origem, reformando a sentença, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5001361-89.2013.4.04.7007
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ENESTOR SCHMIDT
PROC./ADV.:MATEUS FERREIRA LEITE OAB:PR-15022
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
Sustenta a parte requerente que deve ser reconhecida a qualidade de segurado especial daquele que labora individualmente na lida rural.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
O acórdão recorrido deixou assente que:
"In casu, a esposa do autor era professora durante quase todo o período de carência, conforme a prova testemunhal produzida e consulta ao CNIS do evento nº 24, sendo que seu salário correspondia a três ou quatro salários mínimos, segundo os extratos anexados com a sentença (evento nº 30). Essa situação é incompatível com o regime de economia familiar, ante a elevada renda proveniente de atividade urbana. Além disso, como anotado na sentença, as notas fiscais juntadas aos autos (evento nº 01) deixam claro o pequeno porte da atividade rural desempenhada pelo autor, ante os pequenos valores indicados. Assim, é perfeitamente notório que a família não vivia essencialmente da renda auferida no campo. Não se está a dizer que a existência de trabalho urbano de membro da família afaste, por si só, o regime familiar. No caso, todavia, dada a extensão da produção rural e o valor do salário auferido pela mulher do autor, fica claro que o grupo não dependia do trabalho rural, caso em que não se pode reconhecer, em favor do recorrente, a qualidade de segurado especial."
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, verifica-se que o acórdão recorrido está em consonância com o previsto na Súmula 41/TNU ("A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto").
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500599-56.2014.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOANA DARC REBOUÇAS
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, confirmando a sentença, não conheceu de recurso inominado por considerar o pedido inepto, pela existência da coisa julgada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material, o que não ocorreu no caso concreto, tendo em vista que o aresto proferido na origem não emitiu juízo de mérito.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501602-80.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, confirmando a sentença, não conheceu de recurso inominado por considerar o pedido inepto, pela existência da coisa julgada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material, o que não ocorreu no caso concreto, tendo em vista que o aresto proferido na origem não emitiu juízo de mérito.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517678-85.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA DE MORAIS DE SOUSA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO DE LIMA OAB: CE-24252
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517681-40.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO PAULINO DE SOUSA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO DE LIMA OAB: CE-24252
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:5002533-85.2012.4.04.7109
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FRANCIISCO COELHO SOARES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de aposentadoria por idade rural.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, no sentido de que o período laborado como empregado rural anterior a 1991 conta para fins de carência.
É o relatório.
O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.352.791/SP, consolidou o entendimento nos seguintes termos:
"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO DE TRABALHO RURAL COM REGISTRO EM CARTEIRA PROFISSIONAL PARA EFEITO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 55, § 2º, E 142 DA LEI 8.213/91. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.
1. Caso em que o segurado ajuizou a presente ação em face do indeferimento administrativo de aposentadoria por tempo de serviço, no qual a autarquia sustentou insuficiência de carência.
2. Mostra-se incontroverso nos autos que o autor foi contratado por empregador rural, com registro em carteira profissional desde 1958, razão pela qual não há como responsabilizá-lo pela comprovação do recolhimento das contribuições.
3. Não ofende o § 2º do art. 55 da Lei 8.213/91 o reconhecimento do tempo de serviço exercido por trabalhador rural registrado em carteira profissional para efeito de carência, tendo em vista que o empregador rural, juntamente com as demais fontes previstas na legislação de regência, eram os responsáveis pelo custeio do fundo de assistência e previdência rural (FUNRURAL).
4. Recurso especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução STJ nº 8/2008."
No caso dos autos, verifica-se que houve julgamento contrário ao entendimento que foi sedimentado pelo STJ, porquanto o acórdão recorrido deixou assente que o tempo de serviço do empregado rural prestado antes da edição da Lei n. 8.213/91 não pode ser computado para efeito de carência do benefício de aposentadoria por idade urbana.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521441-31.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ DOS SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: VÂNIA MARIA GOMES DUWE OAB: CE-12235
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501182-60.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503314-71.2014.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALICE MARIA DA CRUZ
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501404-09.2014.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LUCIA ALCANTARA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510282-14.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL BARBOSA ALVES
PROC./ADV.: VÂNIA MARIA GOMES DUWE OAB: CE-12235
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518425-69.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA
PROC./ADV.: CHARLES MAIA MENDONÇA OAB: CE-8 510
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503848-28.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ZELDA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE DE O. ALVES OAB: CE 21259
PROC./ADV.: CHARLES MAIA MENDONÇA OAB: CE-8 510
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514862-67.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA IVANIZA PESSOA CAVALCANTE
PROC./ADV.: CHARLES MAIA MENDONÇA OAB: CE-8 510
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506302-96.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ZILDA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FRANCISCA JOSELIA ESMERALDO DE OLIVEIRA OAB: CE-16690
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500552-81.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO VICENTE DA COSTA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502705-24.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA RUBENS SARAIVA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501490-07.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA MARA BARROS
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523321-24.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANGELITA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500663-63.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DA SILVA BRITO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505744-32.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE RODRIGUES DE SOUSA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506249-97.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510485-13.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO BOSCO FERREIRA CAMPOS
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507965-80.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO LOPES
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509583-60.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VICENTE BATISTA BORGES
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507967-50.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ESPEDITA TEREZA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503004-58.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501021-87.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALDENORA CRUZ SOUZA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503386-80.2013.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA IRANILDA BERNARDINO DE SOUZA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503093-04.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CELESTE DO NASCIMENTO OLIVEIRA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513455-26.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LETICIA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505000-35.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIZABETE VERAS PINTO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507814-17.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: HERMINIA DOS SANTOS MOREIRA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502498-48.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELITA AMORIM PEREIRA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511858-79.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502700-97.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA DE OLIVEIRA ALVES
PROC./ADV.: LUCIANO ALENCAR MACEDO OAB: PE-24943
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521785-75.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ARLENE DA SILVA LIMA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial/carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000577-09.2013.4.04.7203
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SABRINE GUEDES GONÇALVES DA SILVA CALHEIROS
PROC./ADV.: NEIRON LUIZ DE CARVALHO OAB: SC 2.479
PROC./ADV.: RAFAEL LUIZ DE CARVALHO OAB: SC-30300
PROC./ADV.: PRISCILA I. DE CARVALHO GARCIA OAB: SC-15481

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001349-69.2013.4.04.7203
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): KARIN ORTIGARI PALAVICINI
PROC./ADV.: RAFAEL LUIZ DE CARVALHO OAB: SC-30300
PROC./ADV.: PRISCILA I. DE CARVALHO GARCIA OAB: SC-15481

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A Turma Recursal de origem, reformando a sentença, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001010-50.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MAURO ÂNGELO TAFFAREL
PROC./ADV.: FRANCIS MAITON TESSARO OAB: SC-29 657

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A Turma Recursal de origem, reformando a sentença, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0030902-47.2009.4.01.3300
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
EMBARGANTE: TANCREDO CARNEIRO MOURA FILHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para adequação do julgado ao PEDILEF n. 5000977-50.2013.4.04.7000 (DOU de 13.4.2015), que concluiu, em consonância com a Súmula 421/STJ, não serem devidos honorários advocatícios nas causas patrocinadas pela Defensoria Pública da União, em face de entidade de direito público vinculadas à União.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição/erro material na decisão embargada, porquanto a TNU, no julgamento do PEDILEF 5000977-50.2013.4.04.7000, por maioria de votos, afirmou o entendimento no sentido de não ser possível o conhecimento do pedido de uniformização que contesta honorários advocatícios por ser matéria de direito processual.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Razão assiste à parte embargante.
A TNU, por meio do PEDILEF n. 5000977-50.2013.4.04.7000, assim decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 7 E 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que negou provimento ao recurso do INSS e condenou o recorrente vencido ao pagamento de honorários advocatícios. O acórdão proferido em embargos de declaração negou provimento aos aclaratórios ao fundamento de que: O embargante sustenta, em síntese, que é indevida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios quando a defensoria Pública da União atua contra INSS, pessoa jurídica de direito público que também está vinculada à União. Conheço dos embargos porque tempestivos. No mérito, porém, nego-lhes provimento. Esta Turma Recursal, ao julgar os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO CÍVEL Nº 5027932-89.2011.404.7000, Rel. Juiz Federal Nicolau Konkel Junior, em 13/11/2013, já decidiu no seguinte sentido: De acordo com a súmula 421, do STJ, 'os honorários advocatícios não são devidos à defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público à qual pertença'. No presente caso, contudo, a defensoria Pública da União prestou assistência jurídica à parte autora em face do INSS, pessoas jurídicas distintas, de modo que não há que se falar na ocorrência de confusão entre credor e devedor. Destaque-se, ainda, a existência de autonomia orçamentária das autarquias federais em relação à União, nos termos do disposto no art. 165, § 5º da Constituição Federal. Assim, deve ser mantida a condenação quanto ao pagamento dos honorários advocatícios. 2. Em seu incidente, o INSS alega que a decisão da origem contraria a jurisprudência consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 421 e REsp 1.199.715) no sentido de que os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença. 3. Pedido de uniformização admitido na origem. 4. A questão dos honorários advocatícios destinados à Defensoria Pública da União já foi objeto de análise por esta Turma na ocasião do julgamento do Pedilef 5026546-24.2011.4.04.7000 (Relator Juiz Federal Paulo Ernane, j. 11/02/2015), conforme ementa que segue: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELO INSS. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional interposto pelo INSS em face de Acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que condenou a autarquia ao pagamento de honorários advocatícios à parte vencedora, patrocinada pela Defensoria Pública da União. 2. Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da interpretação firmada por jurisprudência dominante do STJ, uma vez que esta preleciona não serem devidos os honorários advocatícios à Defensoria Pública da União quando atua contra pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante. Para demonstrar a alegada divergência colacionou acórdãos do STJ, bem como ressaltou o enunciado sumular nº421 de indigitada Corte. 3. Incidente foi admitido na origem, sem fundamentação específica. 4. O incidente de uniformização, todavia, não merece ser conhecido. 5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. 6. In casu a questão controversa gravita em torno da possibilidade, ou não, de condenação do INSS ao pagamento de honorários advocatícios para a Defensoria Pública da União, fato conducente à aplicação da Súmula nº 7 da TNU, qual seja: "Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual" 7. Nesse sentido, também trago recente ementa desta Corte Uniformizadora, publicada em 24/10/2014, de relatoria da d. Juíza Federal Kyu Soon Lee, no PEDILEF nº05014264520114058013: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DA TNU. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. POSSIBILIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. [...] 8. Diante do exposto, não conheço do incidente de uniformização. 5. Assim, voto pela reafirmação do entendimento proclamado no julgamento referido e deixo de conhecer do pedido de uniformização com amparo nas Súmulas 7 e 43, desta TNU."
Dessa forma, a discussão acerca de honorários advocatícios devidos pela União é de tema de natureza processual. Incide, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, acolho os embargos para, anulando a decisão anteriormente exarada, negar provimento ao agravo interposto pelo INSS, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001013-05.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALECXANDRO MODESTI
PROC./ADV.: FRANCIS MAITON TESSARO OAB: SC-29 657

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A Turma Recursal de origem, reformando a sentença, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017288-35.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): BETINA ISABEL DUARTE
PROC./ADV.: VALTER LUIZ DE SOUZA OAB: SC-4399
PROC./ADV.: FABIANO HENRIQUE SOUZA OAB: SC-27183

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003114-88.2012.4.04.7210
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALEXANDRE RODRIGO DA SILVA
PROC./ADV.: PRISCILA ZANELLA DA SILVA OAB: SC-36594

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000700-05.2012.4.04.7215
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA HELENA BECKER
PROC./ADV.: MERI TEREZINHA ZIBETTI OAB: SC-11401

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502029-47.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARLUCIA RODRIGUES TARGINO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte - GDPGTAS também aos servidores inativos.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da possibilidade de extensão da gratificação de desempenho aos servidores inativos até que seja realizado o primeiro ciclo de avaliação.
Insurge-se, ainda, contra o indeferimento do benefício da gratuidade da justiça, uma vez que não tem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejudicar o seu sustento próprio ou de sua família.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
De início, rejeito a arguição relativa ao indeferimento da assistência judiciária, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Quanto ao mérito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 633.933/DF, publicado em 1º.9.2011, firmou entendimento no seguinte sentido:
RECURSO. Extraordinário. Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte - GDPGTAS. Critérios de cálculo. Extensão. Servidores públicos inativos. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição a extensão, aos servidores públicos inativos, dos critérios de cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte - GDPGTAS estabelecidos para os servidores públicos em atividade.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004168-29.2011.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ADAO SILVA GENEROSO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001888-05.2013.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LEANDRO HENRIQUE SAUSEN
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5001886-35.2013.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANDERSON RODRIGO LUCIETI BECKER
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010867-26.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCO EDUARDO DA SILVA JARDIM
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005599-54.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FERNANDA MEIRA WERNER
PROC./ADV.: MICHAEL HOFSTAETTER OAB: SC-9081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinando o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de outras regiões, no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500898-21.2014.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOANA FERREIRA ALEXANDRE
PROC./ADV.: JOSÉ GOMES LEAL FILHO OAB: CE-17458
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que a decisão vergastada contraria o entendimento dominante na TNU e no STJ.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurada especial por todo o período de carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501946-21.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUISA EUNICE ROSA MAGALHÃES
PROC./ADV.: FABRÍCIO PINTO DE NEGREIROS OAB: CE-24 492
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que a decisão vergastada contraria o entendimento dominante na TNU e no STJ.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurada especial por todo o período de carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507980-46.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA PERES BEZERRA
PROC./ADV.: FABRÍCIO PINTO DE NEGREIROS OAB: CE-24 492
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que a decisão vergastada contraria o entendimento dominante na TNU e no STJ.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurada especial por todo o período de carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502684-65.2012.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NEUDA DE OLVIEIRA
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que a decisão vergastada contraria o entendimento dominante na TNU e no STJ.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurada especial por todo o período de carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0512227-79.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JULIANA NUNES DA COSTA E SILVA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.
A Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, do CNJ e do TJDFT a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores não eram unificados.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência de turma recursal de outra região, no sentido da possibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no mesmo sentido do acórdão recorrido, segundo o qual "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503460-88.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO SILVIO DA SILVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:

"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500132-98.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CLAUDIA MARIA DOS SANTOS THEDIGA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.
O requerente impetrou mandado de segurança contra decisão judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto, diante da não realização do preparo no prazo legal, sustentando que a não concessão do benefício da gratuidade judiciária afronta o direito fundamental do amplo acesso à justiça.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja: o indeferimento do recurso da parte autora pela ausência de preparo, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 05000971220124059840, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RECONHECIMENTO DE DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO. MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGADA A SEGURANÇA. INSTRUMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A autora ingressou com ação em face da União Federal para obter o provimento jurisdicional para que a ré fosse condenada a pagar o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, processo nº 0518580-79.2011.4.05.8400.
2. A ação foi julgada improcedente com reconhecimento da prescrição das diferenças decorrentes da URP de abril a maio de 1998. Inconformada a parte autora ingressou com recurso inominado para apreciação da Turma Recursal do Rio Grande do Norte. O recurso foi julgado deserto porque a parte autora não obteve o benefício da gratuidade judiciária e nem recolheu o valor das custas.
3. Da decisão que julgou deserto o recurso, foi impetrado Mandado de Segurança, que teve sua ordem denegada, eis que a Turma Recursal considera o writ instrumento processual inadequado para impugnar decisão que reconhece a deserção do recurso.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. O Incidente não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta Turma Nacional e distribuídos a esta relatora para análise da admissibilidade.
6. A parte recorrente acostou aos autos como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça entendendo que quando a decisão for teratológica é cabível o Mandado de Segurança. Traz à baila também, acórdão proferido pelo STJ no sentido de que cabe mandado de segurança quando a decisão que decidiu pelo indeferimento da justiça gratuita impede o conhecimento pelo tribunal ad quem. 7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". 10. Pedido de uniformização não conhecido."
(PEDILEF n. 05000971220124059840, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia, Gonçalves Cucio; TNU; Julgado em 13/11/2013; D.O.U 6/12/2013)
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502537-62.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTÔNIO DIAS BARBOSA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521430-38.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO LOURENÇO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
A Turma Recursal de origem reformou parcialmente a sentença, no que tange ao pedido de gratuidade de justiça, determinando o recolhimento das custas processuais referentes ao recurso inominado interposto, no prazo de 48 horas, sob pena de aplicação da pena de deserção.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que o requerente quedou-se inerte, não comprovando o recolhimento do preparo, o recurso inominado interposto não foi conhecido pela Turma a quo.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508116-12.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE SOUSA LIMA
PROC./ADV.: DJACI DO NASCIMENTO SILVA OAB: CE-13014
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não teria preenchido os requisitos legais para a concessão do benefício, em especial porque o início de prova material teria sido mitigado em razão dos vínculos urbanos do autor, por ele residir em zona urbana e ante a incoerência dos depoimentos prestados com as outras provas colacionados aos autos.
Argui o requerente que o vínculo urbano não impede o reconhecimento de sua qualidade de segurado especial e que as provas dos autos comprovam essa qualidade.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que, "o exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto" (Súmula 46/TNU), o que ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510008-87.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: HELENO LUÍS DA SILVA
PROC./ADV.: DJACI DO NASCIMENTO SILVA OAB: CE-13014
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que, embora houvesse início razoável de prova material nos autos, a prova oral produzida não teria contribuído para a formação do convencimento do magistrado quanto ao exercício da atividade rural em regime de economia familiar.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual o início de prova material não precisa ser contemporâneo a todo o período de carência.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A TNU já pacificou o entendimento no sentido de que
"[...] embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ademais, com base no contexto fático-probatório da lide, as instâncias de origem concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado em razão da não comprovação da sua condição de segurado especial por todo o período de carência.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos, aplicando-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500367-18.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LIDUINA ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: JOSÉ GOMES LEAL FILHO OAB: CE-17458
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, reconhecendo a presença da coisa julgada no caso.
Sustenta a requerente que não teriam sido considerados os documentos juntados que serviriam como início de prova material da sua condição de segurada especial.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as matérias discutidas são distintas.
No caso vertente, a Turma de origem reconheceu a presença do instituto da coisa julgada, não tratando do direito material, portanto. Já os paradigmas colacionados relacionam-se ao pedido inicial, qual seja, a concessão de aposentadoria por idade rural à requerente.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501532-56.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INÁCIO LUCIANO FRANCO DA SILVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ GOMES LEAL FILHO OAB: CE-17458
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta o requerente que o acórdão vergastado contraria a jurisprudência do STJ e desta TNU.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial por todo o período de carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501530-86.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA GOMES DA COSTA
PROC./ADV.: JOSÉ GOMES LEAL FILHO OAB: CE-17458
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a requerente que a decisão vergastada contraria o entendimento dominante na TNU e no STJ.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurada especial por todo o período de carência).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512246-24.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDRÉ PAULINO SANTOS DE AZEVEDO
PROC./ADV.: LUCIA MARGARETH F. DE SOUZA PINHEIRO OAB: RN-8184

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de progressão/promoção funcional à parte autora, aplicando-se o interstício de 12 meses até que seja regulamentado o art. 8º da Lei 10.855/2004, observada a prescrição quinquenal.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia, no sentido de que a regra antiga não cabe mais, devendo ser considerado o interstício de 18 meses para a progressão/promoção funcional do servidor, conforme preceitua a regra de transição prevista no art. 7º, §2º, da Lei nº. 10.855/2004.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05072370920134058500, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o prazo a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Senão, vejamos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇAO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4.4 Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, devem-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a da Lei nº 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto nº 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei nº 5.645/70.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4.5 Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei nº 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado.
4.6 Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorização para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum".
4.7 Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei nº 5.645/70 e Decreto nº 84.669/1980)."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504145-92.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA SOBRINHO
PROC./ADV.: PEDRO MARTINS PINTO OAB: RN-5625

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de progressão/promoção funcional à parte autora, aplicando-se o interstício de 12 meses até que seja regulamentado o art. 8º da Lei 10.855/2004, observada a prescrição quinquenal.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia, no sentido de que a regra antiga não cabe mais, devendo ser considerado o interstício de 18 meses para a progressão/promoção funcional do servidor, conforme preceitua a regra de transição prevista no art. 7º, §2º, da Lei nº. 10.855/2004.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05072370920134058500, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o prazo a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Senão, vejamos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇAO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4.4 Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, devem-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a da Lei nº 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto nº 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei nº 5.645/70.
4.5 Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei nº 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado.
4.6 Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorização para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum".
4.7 Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei nº 5.645/70 e Decreto nº 84.669/1980)."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503508-44.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANESSA GONÇALVES DE SOUSA
PROC./ADV.: DARLAN VÍCTOR GONÇALVES DE AMORIM OAB: RN-8 890

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de progressão/promoção funcional à parte autora, aplicando-se o interstício de 12 meses até que seja regulamentado o art. 8º da Lei 10.855/2004, observada a prescrição quinquenal.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia, no sentido de que a regra antiga não cabe mais, devendo ser considerado o interstício de 18 meses para a progressão/promoção funcional do servidor, conforme preceitua a regra de transição prevista no art. 7º, §2º, da Lei nº. 10.855/2004.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05072370920134058500, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o prazo a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Senão, vejamos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇAO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4.4 Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, devem-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a da Lei nº 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto nº 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei nº 5.645/70.
4.5 Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei nº 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado.
4.6 Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorização para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum".
4.7 Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei nº 5.645/70 e Decreto nº 84.669/1980)."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513000-72.2014.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO PEDRO DA SILVA
PROC./ADV.: DENNIS NUNES OAB: PE-28 760

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91, tendo em vista que não estão prescritas as parcelas por ela cobradas, tendo em vista que a expedição do Memorando-Circular 21/DIRBEN/PFEINSS, o qual reconheceu administrativamente o direito da parte, implicou em renúncia e interrupção do prazo prescricional.
Entendeu, ainda, a Turma de Origem, que não há falar em ausência de interesse recursal da parte autora, uma vez que a existência de ação civil pública não retira dos particulares o interesse de ajuizar ações individuais, sob pena de afronta ao princípio do acesso amplo à justiça.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o referido Memorando não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas.
Aduz, ainda, que não há interesse de agir da parte contrária, uma vez não há que os direitos discutidos em ação coletiva não o poderiam ser novamente em sede de ação individual, tendo em vista que ficariam vinculados ao que restara decidido naquela demanda, decisão esta que teria efeitos erga omnes.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
No que tange à alegação de ausência de interesse de agir, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
No tocante ao mérito, a jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0509897-57.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OTTO SHELLI GERMANO DA SILVA
PROC./ADV.: DENNIS NUNES OAB: PE-28 760

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91, tendo em vista que não estão prescritas as parcelas por ela cobradas, tendo em vista que a expedição do Memorando-Circular 21/DIRBEN/PFEINSS, o qual reconheceu administrativamente o direito da parte, implicou em renúncia e interrupção do prazo prescricional.
Entendeu, ainda, a Turma de Origem, que não há falar em ausência de interesse recursal da parte autora, uma vez que a existência de ação civil pública não retira dos particulares o interesse de ajuizar ações individuais, sob pena de afronta ao princípio do acesso amplo à justiça.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o referido Memorando não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas.
Aduz, ainda, que não há interesse de agir da parte contrária, uma vez não há que os direitos discutidos em ação coletiva não o poderiam ser novamente em sede de ação individual, tendo em vista que ficariam vinculados ao que restara decidido naquela demanda, decisão esta que teria efeitos erga omnes.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
No que tange à alegação de ausência de interesse de agir, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
No tocante ao mérito, a jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509335-48.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE ALVES SIQUEIRA SOBRINHO
PROC./ADV.: DENNIS NUNES OAB: PE-28 760

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91, tendo em vista que não estão prescritas as parcelas por ela cobradas, tendo em vista que a expedição do Memorando-Circular 21/DIRBEN/PFEINSS, o qual reconheceu administrativamente o direito da parte, implicou em renúncia e interrupção do prazo prescricional.
Entendeu, ainda, a Turma de Origem, que não há falar em ausência de interesse recursal da parte autora, uma vez que a existência de ação civil pública não retira dos particulares o interesse de ajuizar ações individuais, sob pena de afronta ao princípio do acesso amplo à justiça.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o referido Memorando não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas.
Aduz, ainda, que não há interesse de agir da parte contrária, uma vez não há que os direitos discutidos em ação coletiva não o poderiam ser novamente em sede de ação individual, tendo em vista que ficariam vinculados ao que restara decidido naquela demanda, decisão esta que teria efeitos erga omnes.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
No que tange à alegação de ausência de interesse de agir, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
No tocante ao mérito, a jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508867-84.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIS SANTANA DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: DENNIS NUNES OAB: PE-28 760

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91, tendo em vista que não estão prescritas as parcelas por ela cobradas, tendo em vista que a expedição do Memorando-Circular 21/DIRBEN/PFEINSS, o qual reconheceu administrativamente o direito da parte, implicou em renúncia e interrupção do prazo prescricional.
Entendeu, ainda, a Turma de Origem, que não há falar em ausência de interesse recursal da parte autora, uma vez que a existência de ação civil pública não retira dos particulares o interesse de ajuizar ações individuais, sob pena de afronta ao princípio do acesso amplo à justiça.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o referido Memorando não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas.
Aduz, ainda, que não há interesse de agir da parte contrária, uma vez não há que os direitos discutidos em ação coletiva não o poderiam ser novamente em sede de ação individual, tendo em vista que ficariam vinculados ao que restara decidido naquela demanda, decisão esta que teria efeitos erga omnes.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
No que tange à alegação de ausência de interesse de agir, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
No tocante ao mérito, a jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508861-77.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FABIO MENDES DA SILVA
PROC./ADV.: DENNIS NUNES OAB: PE-28 760

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91, tendo em vista que não estão prescritas as parcelas por ela cobradas, tendo em vista que a expedição do Memorando-Circular 21/DIRBEN/PFEINSS, o qual reconheceu administrativamente o direito da parte, implicou em renúncia e interrupção do prazo prescricional.
Entendeu, ainda, a Turma de Origem, que não há falar em ausência de interesse recursal da parte autora, uma vez que a existência de ação civil pública não retira dos particulares o interesse de ajuizar ações individuais, sob pena de afronta ao princípio do acesso amplo à justiça.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o referido Memorando não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas.
Aduz, ainda, que não há interesse de agir da parte contrária, uma vez não há que os direitos discutidos em ação coletiva não o poderiam ser novamente em sede de ação individual, tendo em vista que ficariam vinculados ao que restara decidido naquela demanda, decisão esta que teria efeitos erga omnes.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
No que tange à alegação de ausência de interesse de agir, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
No tocante ao mérito, a jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511007-91.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNANDE JOSÉ FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DENNIS NUNES OAB: PE-28 760

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91, tendo em vista que não estão prescritas as parcelas por ela cobradas, tendo em vista que a expedição do Memorando-Circular 21/DIRBEN/PFEINSS, o qual reconheceu administrativamente o direito da parte, implicou em renúncia e interrupção do prazo prescricional.
Entendeu, ainda, a Turma de Origem, que não há falar em ausência de interesse recursal da parte autora, uma vez que a existência de ação civil pública não retira dos particulares o interesse de ajuizar ações individuais, sob pena de afronta ao princípio do acesso amplo à justiça.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o referido Memorando não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas.
Aduz, ainda, que não há interesse de agir da parte contrária, uma vez não há que os direitos discutidos em ação coletiva não o poderiam ser novamente em sede de ação individual, tendo em vista que ficariam vinculados ao que restara decidido naquela demanda, decisão esta que teria efeitos erga omnes.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
No que tange à alegação de ausência de interesse de agir, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
No tocante ao mérito, a jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524102-46.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO NASVARONE AUGUSTO DANTAS
PROC./ADV.: MARCO ANTONIO VIEIRA COSTA FERNANDES OAB: CE-11842
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença à parte autora, sob o fundamento de que não foi preenchido o requisito da incapacidade laboral.
Sustenta a parte requerente que cumpriu todos os requisitos necessários à concessão do referido benefício.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Primeiramente, verifico que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ademais, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade para o labor).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524673-17.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO NASVARONE AUGUSTO DANTAS
PROC./ADV.: MARCO ANTÔNIO VIEIRA COSTA FERNANDES OAB: CE-11842
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença à parte autora, sob o fundamento de que não foi preenchido o requisito da incapacidade laboral.
Sustenta a parte requerente que cumpriu todos os requisitos necessários à concessão do referido benefício.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Primeiramente, verifico que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ademais, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade para o labor).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5058245-53.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LUCIA JURACI RODRIGUES BRITO
PROC./ADV.: GABRIEL DORNELLES MARCOLIN OAB: SC-29 966

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de outra região, no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS não implica em renúncia ou interrupção da prescrição sobre as parcelas de benefício previdenciário não revistas, uma vez que se trata de instruções internas destinadas à uniformização do procedimento administrativo para o processamento dos pleitos de revisão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5000417-97.2012.4.04.7015
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:GERSON PALOPOLI
PROC./ADV.:WILLYAN ROWER SOARES OAB:PR-19887
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade, deixando assente que, dentre outros motivos para a não concessão do benefício, houve prova testemunhal frágil e escassa.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003448-88.2013.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GISELE GEHRKE
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT OAB: RS-41818
PROC./ADV.: RAFAEL G. DE SOUZA MELLO LOPES OAB: RS-81590
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de seembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005565-47.2011.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: WILSON KLEBER SILVA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKER OAB: RS-31331
PROC./ADV.: KARINE RIGON SILVA BRASIL OAB: RS-72 107
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.
Compulsando os autos, verifica-se que foram suscitados incidentes de uniformização nacional e regional pela parte autora.
Entretanto, não há nos autos decisão acerca do incidente regional.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para as providências cabíeis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0052762-68.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANAMAR GONÇALVES DE ANDRADE
PROC./ADV.: ANA JÚLIA B. PIRES KACHAN OAB: SP-180541
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, concluindo que a incapacidade da requerente se deu antes do seu ingresso ao Regime Geral de Previdência, motivo pelo qual não teria direito ao benefício.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, alegando que trabalhou de julho de 2004 a dezembro de 2005 e depois de maio de 2006 a janeiro de 2008, não mais conseguindo recolocação profissional desde então diante da patologia de que é acometida. Considera, portanto, que esta última data deve ser considerada para fins de concessão de aposentadoria por invalidez.
O acórdão vergastado entendeu por configurada a doença pré-existente ao ingresso no RGPS.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Mesmo que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0010516-35.2006.4.03.6310, firmou o entendimento nos seguintes termos:
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO.
1. Pretende o autor a modificação de acórdão que reformou sentença de procedência de benefício previdenciário. Insiste ele na manutenção daquela decisão monocrática, ao argumento de ser irrelevante o reingresso ao RGPS após a instalação de incapacidade laborativa, eis que o obstáculo legal se refere exclusivamente à impossibilidade de primeira filiação subsequente a uma inaptidão laboral já instalada.
2. O paradigma apontado, originado desta TNU, se presta à configuração da necessária divergência. Ocorre que reflete entendimento que restou superado.
3. Esta julgadora esclarece que possuía entendimento no sentido de que o impedimento legal à concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez somente se configurava quando a incapacidade fosse anterior ao ingresso - considerada a primeira vinculação ao regime. Ocorre que amadureceu seu entendimento, não somente por força da pacificação da jurisprudência a respeito do tema, em sentido contrário, mas também por perceber que ele permitia a prática de verdadeiras fraudes em prejuízo de um sistema cujo equilíbrio é muito singelo. Alinhou, pois, seu posicionamento ao atualmente adotado por este Colegiado, que pacificou o entendimento de que o óbice legal da incapacidade pré-existente previsto no art. 42, § 2º, e no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social (Cf. PEDILEF nº 2007.38.00.730193-7/MG, Rel. Juiz Fed. Sebastião Ogê Muniz, DJ 07.07.2009; PEDILEF nº 2008.72.55.005224-5/SC, Rel. Juíza Fed. Joana Carolina L. Pereira, DJ 11.06.2010).
4. Incidente improvido.
Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que o óbice legal da incapacidade pré-existente (arts. 42, § 2º, e 59, par. único, da Lei 8.213/91) se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social.
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0057868-11.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROSA NUNES DE BRITO
PROC./ADV.: ANA JÚLIA B. PIRES KACHAN OAB: SP-180541
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, concluindo que a incapacidade da requerente se deu antes do seu reingresso ao Regime Geral de Previdência, motivo pelo qual não teria direito ao benefício.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que ostentava a qualidade de segurada quando realizou o pedido de benefício porque recuperou esta condição ao reingressar no sistema e pagar quatro contribuições.
É o relatório.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111300308

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Mesmo que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0010516-35.2006.4.03.6310, firmou o entendimento nos seguintes termos:
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO.
1. Pretende o autor a modificação de acórdão que reformou sentença de procedência de benefício previdenciário. Insiste ele na manutenção daquela decisão monocrática, ao argumento de ser irrelevante o reingresso ao RGPS após a instalação de incapacidade laborativa, eis que o obstáculo legal se refere exclusivamente à impossibilidade de primeira filiação subsequente a uma inaptidão laboral já instalada.
2. O paradigma apontado, originado desta TNU, se presta à configuração da necessária divergência. Ocorre que reflete entendimento que restou superado.
3. Esta julgadora esclarece que possuía entendimento no sentido de que o impedimento legal à concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez somente se configurava quando a incapacidade fosse anterior ao ingresso - considerada a primeira vinculação ao regime. Ocorre que amadureceu seu entendimento, não somente por força da pacificação da jurisprudência a respeito do tema, em sentido contrário, mas também por perceber que ele permitia a prática de verdadeiras fraudes em prejuízo de um sistema cujo equilíbrio é muito singelo. Alinhou, pois, seu posicionamento ao atualmente adotado por este Colegiado, que pacificou o entendimento de que o óbice legal da incapacidade pré-existente previsto no art. 42, § 2º, e no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social (Cf. PEDILEF nº 2007.38.00.730193-7/MG, Rel. Juiz Fed. Sebastião Ogê Muniz, DJ 07.07.2009; PEDILEF nº 2008.72.55.005224-5/SC, Rel. Juíza Fed. Joana Carolina L. Pereira, DJ 11.06.2010).
4. Incidente improvido.
Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que o óbice legal da incapacidade pré-existente (arts. 42, § 2º, e 59, par. único, da Lei 8.213/91) se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social.
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0014436-34.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ARMANDO TURRI
PROC./ADV.: GUILHERME DE CARVALHO OAB: MG 97.333
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial de revisão de benefício previdenciário formulado pela parte autora, sob o fundamento de que foi reajustado de acordo com os índices inflacionários, não podendo o magistrado alterá-lo para outro que a parte autora entenda mais vantajoso.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que sirvam como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0516265-19.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ELIZABETE GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ ARRUDA DE MIRANDA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.
O acórdão vergastado negou o benefício pleiteado por ser a renda da família da requerente superior a ¼ do salário mínimo per capita.
Sustenta a autora que a decisão atacada é contrária ao entendimento da TNU, que, por sua vez, admite a prova da condição de miserabilidade por outros meios quando a renda per capita do núcleo familiar é superior a ¼ do salário mínimo.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:
"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).
4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.
5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.
6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.
7. Recurso Especial provido."
(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e consequente análise das condições sociais da parte, no caso concreto.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501250-49.2014.4.05.8308
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: BENEDITA MARIA NUNES
PROC./ADV.: RENATO MOREIRA TORRE E SILVA OAB: -
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PAULA RODRIGUES COIMBRA SALES

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.
O acórdão vergastado negou o benefício pleiteado por ser a renda da família da requerente superior a ¼ do salário mínimo per capita.
Sustenta a autora que a decisão atacada é contrária ao entendimento da TNU, que, por sua vez, admite a prova da condição de miserabilidade por outros meios quando a renda per capita do núcleo familiar é superior a ¼ do salário mínimo.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:
"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).
4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.
5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.
6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.
7. Recurso Especial provido."
(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e consequente análise das condições sociais da parte, no caso concreto.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502650-76.2014.4.05.8102
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRE LUIZ DE ALMEIDA MENDONCA OAB: -
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PAULA RODRIGUES COIMBRA SALES

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.
O acórdão vergastado negou o benefício pleiteado por ser a renda da família da requerente superior a ¼ do salário mínimo per capita.
Sustenta a autora que a decisão atacada é contrária ao entendimento da TNU, que, por sua vez, admite a prova da condição de miserabilidade por outros meios quando a renda per capita do núcleo familiar é superior a ¼ do salário mínimo.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:
"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).
4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.
5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.
6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.
7. Recurso Especial provido."
(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para análise das condições pessoais da parte.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501250-49.2014.4.05.8308
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: BENEDITA MARIA NUNES
PROC./ADV.: RENATO MOREIRA TORRE E SILVA OAB: -
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PAULA RODRIGUES COIMBRA SALES

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de outra região segundo a qual é possível a concessão do benefício assistencial, mesmo sendo a incapacidade temporária, após a análise das condições pessoais da parte autora.
É o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
Esta TNU, por meio do PEDILEF 05047990420084058300, consolidou seu entendimento no sentido de que a incapacidade temporária não constitui óbice à concessão do benefício, pois, nestes casos, a incapacidade deve ser conjugada com a análise das condições pessoais da parte demandante. Vejamos:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. INCAPACIDADE PARCIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
(...) 5. Entendo que a decisão recorrida contraria a jurisprudência uniformizada desta TNU, no sentido de que é possível a concessão de benefício assistencial quando a incapacidade mostra-se ao menos parcial e/ou temporária. Isso é o que se depreende do texto das suas Súmulas de números 029 e 048 e de diversos julgados (TNU, PEDILEF 05205624020114058300, Rel. Juiz Federal ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DOU 16/08/2013; TNU, PEDILEF 50364169320114047000, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 22/03/2013; TNU, PEDILEF 05055337020084058100, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 13/07/2012; TNU, PEDILEF 05037605020094058101, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 05012039020094058101, Rel. Juiz Federal VANESSA VIEIRA DE MELLO, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 00138265320084013200, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA , DOU 09/03/2012; dentre outros). 6. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para reafirmar o entendimento desta TNU de que a incapacidade laboral para fins de benefício assistencial não necessita ser total e permanente, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado, para que seja verificada a possibilidade concreta da segurada, considerando as suas capacidades residuais que não foram afetadas pela patologia e demais condições pessoais, de obter colocação no mercado de trabalho."
Portanto, é possível a concessão do benefício pleiteado se houver apenas incapacidade temporária, a partir da análise das condições pessoais da parte.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para análise das condições pessoais da parte.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2012.51.60.002180-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ASSIS
PROC./ADV.: LUCIANA FERREIRA DA SILVA BRUM OAB: RJ-135 717
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, reformando a sentença, alterou o marco inicial da concessão do benefício, sob o fundamento de que se operou a coisa julgada em relação a um dos períodos pleiteados, tendo em vista que o autor, em demanda anterior, solicitou o restabelecimento de auxílio-doença, o que fora julgado improcedente, por ausência de incapacidade laborativa, e transitara em julgado.
Tendo sido opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.
Sustenta a parte requerente que não teria ocorrido o fenômeno da coisa julgada, uma vez que a situação fática destes autos não seria a mesma da demanda anterior, pois trataria de doença diversa (cardiomiopatia) daquela tratada naqueles autos (hipertensão arterial sistêmica).
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No que tange à coisa julgada, é nítido o caráter processual da matéria, razão pela qual não pode ela ser alegada em sede de pedido de uniformização, por aplicação da Súmula 43 desta TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500831-71.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IVÂNILDE PEREIRA DE CASTRO
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO OAB: CE-22693
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.
Sustenta a requerente que a Turma de origem divergiu da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual é admissível a concessão de aposentadoria por idade quando apresentado início de prova material respaldado por depoimento testemunhal.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso, a Turma Recursal manteve a sentença em que foi julgado improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a autora não comprovou a alegada incapacidade. O órgão de origem não se pronunciou sobre aposentadoria por idade e seus requisitos.
Verifica-se, portanto, que inexiste interesse em agir, e que as razões recursais estão dissociadas dos fundamentos do aresto combatido.
Aplicável in casu, por analogia, a Súmula 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518395-34.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE FÁTIMA VENTURA LIMA
PROC./ADV.: ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES OAB: CE-18947
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que o conjunto probatório carreado aos autos não é suficiente para a comprovação da qualidade de segurado da requerente durante o período de carência.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual o início de prova material não precisa ser contemporâneo a todo o período de carência.
Assevera, ainda, que o exercício de atividade urbana não impede a concessão do benefício.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
A TNU já pacificou o entendimento no sentido de que
"[...] embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508636-06.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LIDUINA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES OAB: CE-18947
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que o conjunto probatório carreado aos autos não é suficiente para a comprovação da qualidade de segurada da requerente durante o período de carência.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual o início de prova material não precisa ser contemporâneo a todo o período de carência.
Assevera, ainda, que o exercício de atividade urbana não impede a concessão do benefício.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
A TNU já pacificou o entendimento no sentido de que
"[...] embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5027734-18.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: OTILIA GOMES ARAÚJO OAB: PR-12905

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão "no sentido que a exigência da média ponderada para aferição do nível de ruído somente pode ser afastada quando o nível mínimo de ruído aferido for superior ou igual aos níveis legais de tolerância"
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002500-13.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSE RIBEIRO DE MOURA
PROC./ADV.: AUDREY ZANETTE PACHECO OAB: SC-17178
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência de decadência em ação de cunho previdenciário.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001410-85.2013.4.04.7216
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALTAMIRO ANTONIO LUIZ
PROC./ADV.: MATHEUS CARPES LAMEIRA OAB: SC-32338
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu a decadência para revisão de benefício ante a existência de reclamatória trabalhista.
É o relatório.
O aresto proferido na Turma Recursal está em confronto com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, segundo o qual, "Na hipótese de existir reclamação trabalhista em que se reconhece parcelas remuneratórias, como a do presente caso, o STJ vem sedimentando entendimento no sentido de que o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão do benefício flui a partir do trânsito da sentença trabalhista (REsp 1440868/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 02/05/2014)
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003166-74.2013.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ATALIBIO DE ABREU SERPAR
PROC./ADV.: JACIRA T. TORRES OAB: SC-9899
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente em face de acórdão que afastou o reconhecimento de tempo especial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5014261-28.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MONIQUE MARQUES MACHADO
REQUERIDO(A): RAQUEL MARQUES MACHADO
PROC./ADV.: MILENA PIERI DE MORAES OAB: PR-51 100

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não reconheceu a ocorrência de decadência em pedido de revisão de pensão por morte.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5001819-31.2012.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADRIANA CRISTINA NORONHA MOREIRA
PROC./ADV.: WILLIAM CEZAR DUARTE OAB: PR-39161

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não reconheceu a ocorrência de decadência em pleito de revisão de benefício.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004543-14.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALVINO FERREIRA
PROC./ADV.: LILIAN PENKAL OAB: PR-43 230

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não reconheceu a ocorrência de decadência na revisão de benefício.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518269-29.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): SELENE SOCORRO DA SILVA
PROC./ADV.: ANA HELENA C. PORTELA OAB: PE 1036

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, modificando a sentença, acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte - GDPGTAS também aos servidores inativos, porém, entendendo que o referido pagamento deveria ser concedido em patamar inferior.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho.
É o relatório.
Assiste razão à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido parece, em uma análise perfunctória, dissentir da jurisprudência do STJ, segundo a qual o cálculo das diferenças de GDPGTAS deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria do servidor.
Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501442-37.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ALVES PINHEIRO
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização havia pacificado o entendimento no sentido de que, "o direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos." (Súmula 64/TNU).
Ocorre que, com vistas a dar uma melhor interpretação ao tema, a referida Súmula foi cancelada por essa Turma Nacional, que editou, posteriormente, a Súmula 81/TNU, no sentido de que "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".
No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
Destarte, incidem, na hipótese, as Questões de Ordem 13 e 24/TNU, as quais dispõem, respectivamente, que: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" e "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509377-82.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS PAJEÚ
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, dirigido à Turma Nacional, em que se discute as condições para o cômputo do tempo laborado em condições nocivas à saúde.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005460-21.2006.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO ZANAKI
PROC./ADV.: FERNANDO VALDRIGHI OAB: SP-158011

DECISÃO

Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, interposto pelo INSS, objetivando o reconhecimento de tempo de serviço em atividade especial.
A parte recorrente alega, em síntese, divergência em face do entendimento firmado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
É o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013796-36.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MIGUEL GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL OAB: SP 99858
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discute a possibilidade de considerar, para efeito de carência na concessão de aposentadoria por tempo de serviço prestado em atividade rural antes da Lei nº 8213/91.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0537851-25.2007.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOÃO PAULO GUARANÁ TABOSA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte Requerente, pretendendo a reforma do acórdão que negou indenização ante o cancelamento de concurso público.
Sustenta a parte requerente indica precedente da Turma Recursal de São Paulo que consigna entendimento oposto.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503203-72.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: IZABEL TENÓRIO BARROS
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de extensão aos inativos de pagamento de gratificação de desempenho no mesmo patamar pago aos servidores ainda em atividade.
Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado divergiria da jurisprudência da TNU e de turmas recursais de outras regiões, segundo a qual o pagamento da GDPST- Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho - é devido também aos inativos, por aplicação do princípio da igualdade.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 631.880/CE, decidido em sede de repercussão geral, decidiu que:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REFORMATIO IN PEJUS. NULIDADE DO ACÓRDÃO QUE APRECIOU OS PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO DOS SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. I - O acórdão ora embargado, ao determinar a extensão aos servidores inativos do pagamento da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho - GDPST no percentual de 80% de forma permanente, implicou reformatio in pejus, pois a extensão da gratificação referida foi limitada, na origem, ao processamento do resultado do primeiro ciclo de avaliação. A questão relativa ao pagamento aos inativos da GDPST em período posterior à sua regulamentação está, portanto, acobertada pela preclusão. II - Segundos embargos de declaração acolhidos para anular o acórdão que julgou os primeiros embargos declaratórios e explicitar, nos termos da sentença, que a GDPST deve ser deferida aos inativos no valor correspondente a 80 pontos até a conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho.
(RE 631880 RG-ED-ED, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 04/12/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 05-02-2015 PUBLIC 06-02-2015)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Corte Suprema.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001583-61.2012.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DEOCLÉCIO JOSÉ BATTISTI
PROC./ADV.: DÉBORA CRISTINA BIANQUETTI OAB: RS-63144

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que o requerido faz jus ao benefício pleiteado, diante da comprovação do exercício da atividade campesina em regime de economia familiar.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000307-67.2013.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EROTILDES PEREIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: NELSON CLECIO STOHR OAB: RS-25716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, diante da não comprovação do exercício da atividade campesina em regime de economia familiar.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002044-63.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SABRINA DE LOURDES DENTE
PROC./ADV.: LUCAS MELLO OAB: RS-94187
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, diante da não comprovação do exercício da atividade campesina em regime de economia familiar durante o período mínimo de carência necessário.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009208-33.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADENIR REICHELT
PROC./ADV.: MAIKOM MAURI CRISPIM OAB: SC-34 825

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, declarou a irrepetibilidade de valores recebidos pelo requerido, sob o argumento de que as verbas foram obtidas de boa fé, ocorrendo erro administrativo.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no sentido do aresto combatido, verbis:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2; Relatora: Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio; julgado pela TNU em 07/05/2014)
O acórdão de origem, portanto, alinha-se ao entendimento desta TNU.
Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, para verificar a ocorrência ou ausência da má-fé, não se revela possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001211-09.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AURORA TERESA VEBER
PROC./ADV.: ALEXANDRE GIOVANELLA OAB: SC-19582
PROC./ADV.: ROBERTO ALONCIO CAVILIA OAB: SC-21298
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a requerente não faz jus ao benefício pleiteado, diante da não comprovação do exercício da atividade campesina em regime de economia familiar.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005945-15.2012.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DORILDA ERICA BESEKE KOCH
PROC./ADV.: DEBORAH GUMZ LAZZARIS PINTO OAB: SC-19685
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a requerente não faz jus ao benefício pleiteado, diante da não comprovação do exercício da atividade campesina em regime de economia familiar.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000913-49.2014.4.04.7115
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSA VARGAS BUENO
PROC./ADV.: ALCESTE JOÃO THEOBALD OAB: RS-43386
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de acréscimo de vinte e cinco por cento a benefício de aposentadoria por idade, relativo á assistência permanente de terceiro, sob o fundamento de impossibilidade de aplicação analógica do art. 46 da Lei 8.213/91.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A divergência com fundamento em paradigma oriundo de Turma Regional de Uniformização não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501310-96.2012.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: ERIVALDO HENRIQUE DE MELO MEDEIROS OAB: PE-18631

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, concedeu aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5014745-25.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANGELINA PRETTO BRESSAN
PROC./ADV.: SILVANA ALMEIDA KEHL OAB: SC-37133
REQUERIDO(A): INSTTUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade híbrida à parte autora, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.
Sustenta a requerente que o acórdão vergastado divergiria da jurisprudência do STJ, no sentido de que não constitui óbice à concessão da aposentadoria por idade prevista no art. 48, §3º, da Lei n. 8.213/1991, o fato de que a última atividade exercida pelo segurado, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício ou ao implemento da idade mínima, não tenha sido de natureza agrícola.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A TNU, por meio do PEDILEF 50009573320124047214, firmou entendimento, no que tange à concessão da referida aposentadoria, no sentido de que "se de natureza mista, o regime será o do artigo 48, parágrafos 3º. e 4º, da Lei 8.213, independentemente de a atividade urbana ser a preponderante no período de carência ou a vigente quando do implemento da idade". Vejamos:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA MISTA OU HÍBRIDA. CONTAGEM DE TEMPO RURAL PARA APOSENTADORIA URBANA. APLICAÇÃO EXTENSIVA DO ATUAL DO ARTIGO 48, § 3º E 4O. DA LEI DE BENEFÍCIOS. DIRETRIZ FIXADA PELA SEGUNDA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNA DE JUSTIÇA NO RECURSO ESPECIAL 1.407.613. ISONOMIA DO TRABALHADOR RURAL COM O URBANO. APOSENTADORIA POR IDADE NA FORMA HÍBRIDA PERMITIDA TAMBÉM PARA O URBANO QUANDO HOUVER, ALÉM DA IDADE, CUMPRIDO A CARÊNCIA EXIGIDA COM CONSIDERAÇÃO DOS PERÍODOS DE TRABALHO RURAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A autora completou 60 anos em 06.08.2010. Requereu aposentadoria por idade em 09.11.2010 (DER). Alega ter implementado o necessário tempo de carência (Art. 142, Lei 8.213/91), pois conta, entre períodos de trabalho rural (05/2002 a 07/2008) e trabalho urbano (10 anos, 08 meses e 20 dias - 1983, 2002 a 2010), com 174 meses, ou seja, 14 (quatorze) anos e seis meses. 1.1. Pretende (1) seja reconhecido o seu período de atividade rurícola, (2) o qual deve ser acrescido ao seu tempo de atividade urbana (cf. Lei n. 11.718/2008, que alterou o artigo 48 da Lei n. 8.213/91), para fins de (3) ser-lhe concedido o benefício previdenciário almejado (aposentadoria por idade). 1.2. Em outras palavras: requereu a Autora o reconhecimento do trabalho rural prestado nos regimes de economia individual e economia familiar em relação ao período compreendido entre maio de 2002 a julho de 2008; ato contínuo, que esse período seja acrescido ao tempo comprovado de trabalho urbano (1983, 2002 a 2010) para, nos termos do Art. 48, par. 3o., da Lei 8.213/91, uma vez implementadas a idade e a carência, condenar o INSS a conceder-lhe e implantar o benefício de aposentadoria por idade, desde a DER (09.11.2010). 2. A sentença proferida pelo Juiz Federal de Mafra/SC concedeu-lhe preliminarmente o benefício do Art. 142 da Lei 8.213/91, permitindo-lhe utilizar a regra de transição ali prevista, fixando a carência em 174 meses de contribuições, desde que devidamente comprovados os requisitos legais para a concessão da aposentadoria por idade. Analisando a prova dos autos, assim pronunciou-se o d. Juiz Federal para julgar procedente, em parte, o pedido vestibular: "Os documentos carreados aos autos vão ao encontro dos depoimentos, o que forma um início de prova material razoável. Todavia, cumpre observar que nos períodos compreendidos entre 05/02/2001 a 31/05/2002 (Redram Construtora de Obras Ltda); 01/09/2003 a 01/03/2004 (Emerson Luiz Boldori); 22/02/2004 a 10/06/2004; 21/11/2006 a 24/01/2007; 30/04/2007 a 07/07/2007 e 12/11/2007 a 26/01/2008 (Nagano Kinzi Agropastoril Ltda), a autora manteve vínculos empregatícios com registro em sua CTPS, sendo que apenas os dois primeiros períodos não estavam ligados às atividades agrícolas. Assim, há que ser reconhecida a atividade rural em regime de economia familiar, de forma descontinua, nos intervalos de 01/06/2002 a 31/08/2003; 02/03/2004 a 21/02/2004; 11/06/2004 a 20/11/2006; 25/01/2007 a 29/04/2007; 08/07/2007 a 11/11/2007 e 27/01/2008 a 31/07/2008. Ultrapassado esse ponto, resta analisar o pedido de concessão do benefício previdenciário, com fundamento no artigo 48, §3 o, da LBPS. (...) Entretanto, a Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais decidiu, recentemente, no IUJEF 0001576-05.2010.404.7251/SC, em que foi relatora a Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo, firmando entendimento pela impossibilidade de reconhecer-se, como carência de aposentadoria por idade urbana, o tempo de serviço rural. (...) Consigno que, mesmo reconhecendo a filiação anterior à vigência da Lei 8.213/91, o que autoriza a utilização da tabela prevista no artigo 142, a autora não cumpre a carência exigida pela lei, de modo que não cabe a concessão pretendida. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito (art. 269, I, do CPC), para: a) condenar o INSS a reconhecer a atividade rural, em regime de economia familiar, nos períodos de 01/06/2002 a 31/08/2003; 02/03/2004 a 21/02/2004; 11/06/2004 a 20/11/2006; 25/01/2007 a 29/04 /2007; 08/07/2007 a 11/11/2007 e 27/01/2008 a 31/07/2008." 2.1. A 2a. Turma Recursal de Santa Catarina, por unanimidade, negou provimento ao recurso inominado, nos seguintes termos: "O recurso não merece provimento. É que o entendimento vigente nesta Turma Recursal é o de que a Lei no 11.718/08 possibilitou a soma dos períodos de atividade urbana e rurícola, para fim de carência, apenas nos casos de concessão de aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais. Neste sentido, cito os processos nos 2010.72.51.000517-2 e 2010.72.51.003024-5, de minha relatoria, julgados, respectivamente, nas sessões de 26/01/2011 e de 30/03/2011. Com efeito, extrai-se da nova redação do parágrafo 3o do art. 48 da Lei no 8.213/91, dada pela Lei no 11.718/2008, que aos trabalhadores rurais que não cumprirem a carência da aposentadoria rural por idade, mas que satisfizerem essa condição se considerados períodos de contribuição sob outras categorias, poderão ter direito ao benefício quando completados 65 anos, se homem, ou 60 anos de idade, se mulher. A alteração, portanto, destina-se aos trabalhadores rurais, não aos trabalhadores tipicamente urbanos, como é o caso do(a) autor(a)." 3. Entenderam os órgãos julgadores precedentes que o favor legis instituído pelo art. 48, § 3o., da Lei 8.213/91 é destinado aos trabalhadores rurais que implementam o requisito etário enquanto estão vinculados ao trabalho no campo; esta regra de aposentadoria por idade, instituída pela Lei 11.718/2008, não se aplica àquele, que em determinado período anterior, desempenhou atividade de natureza rural, mas se afastou do trabalho no campo. 3.1. A nova disciplina inserida pela Lei 11.718/2008 tem por objetivo corrigir situações de injustiça de diversos segurados que, por terem trabalhado parte no campo, parte no meio urbano, não conseguiam implementar, in totum, a carência exigida para a concessão da aposentadoria por idade (Art. 48, Lei 8.213/91). O parágrafo 3o. do citado Art. 48 da Lei 8.213/91 permite que a carência necessária à percepção do benefício previdenciário fosse aferida consoante a forma nele prevista, para que o trabalhador rural não viesse a ser prejudicado. 4. Essa forma de aposentadoria por idade prevista no par. 3o., do Art. 48, da Lei 8.213/91, alcança o segurado/trabalhador rural, com a finalidade de tutelar a condição jurídica daqueles que, por certo tempo afetos ao trabalho urbano, viessem a retornar ao campo. 5. Examinando a quadra fática, já fixada pelas instâncias precedentes, vejo que o trabalho rural foi reconhecido apenas para os períodos indicados na sentença, com término em 31.07.2008; por sua vez, o requisito da idade foi implementado em 06.08.2010, quando a Autora não mais trabalhava no campo. 6. Conheço do presente recurso quanto ao segundo paradigma, vez que restou comprovada a divergência não só entre o Acórdão da 5a. Turma Recursal dos JEF's de SP (Processo N. 0005604-71.2010.4.03.6304), mas também do próprio Acórdão recorrido (TR-SC) na interpretação do Art. 48, par. 3o., da Lei 8.213/91. 7. Quanto ao mérito, tenho que a mais recente diretriz hermenêutica da Segunda Turma do C. STJ, fixada nos autos do Recurso Especial 1407613, da Relatoria do Min. Herman Benjamin (julgado em 14.10.2014) deu nova configuração à tese tratada nestes autos. Com efeito, esta Turma Nacional, em precedentes vários, havia entendido que a regra constante no art. 48 artigo 48, parágrafos 3º. e 4º., da Lei de Benefícios de Previdência possuía "mão única", sendo devida apenas para o trabalhador rural. 7.1.Desse modo, se o trabalhador fosse urbano, não faria jus o beneficiário ao favor legis. Com efeito, esta Turma Nacional de Uniformização, ao julgar os Pedidos de Uniformização n. 2008.50.51.001295-0 (Rel. Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros) e 5001211-58.2012.4.04.7102 (Rel. Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo), procedendo a uma interpretação sistemática dos artigos 48 e 55 da Lei 8.213/91, decidiu que a Lei 11.718/2008 apenas autorizou ao trabalhador rural utilizar as contribuições recolhidas para o regime urbano para fins de cumprimento da carência para aposentadoria por idade rural. Por outro lado, o trabalhador urbano não pode se utilizar de período rural para o preenchimento de carência com vistas à aposentadoria por idade urbana. 8. Entretanto, foi justamente essa a tese que veio a ser rechaçada pelo STJ no julgamento ora referido. Verbis: "o trabalhador tem direito a se aposentar por idade, na forma híbrida, quando atinge 65 anos (homens) ou 60 (mulheres), desde que tenha cumprido a carência exigida com a consideração dos períodos urbano e rural. Nesse caso, não faz diferença se ele está ou não exercendo atividade rural no momento em que completa a idade ou apresenta o requerimento administrativo, nem o tipo de trabalho predominante". 8.1. Segundo o em. Ministro Relator, efetivamente, "… o que define o regime jurídico da aposentadoria é o trabalho exercido no período de carência: se exclusivamente rural ou urbano, será respectivamente aposentadoria por idade rural ou urbana; se de natureza mista, o regime será o do artigo 48, parágrafos 3º. e 4º, da Lei 8.213, independentemente de a atividade urbana ser a preponderante no período de carência ou a vigente quando do implemento da idade". 8.2. Desse modo, o que decidiu a Corte Federal foi que a denominada aposentação por idade híbrida de regimes de trabalho, instituída pela Lei 11.718/08 contempla tanto os trabalhadores rurais que migraram da cidade para o campo, como o contrário (aqueles que saíram do campo e foram para a cidade). Isso porque, seja por amor ao postulado da isonomia, vez que a ratio é a mesma como ainda ante o fato de que, em sendo postulada aposentadoria urbana, de toda forma estar-se-á valorizando aquele que, muito ou pouco, contribuiu para o sistema. 9. Ante o exposto, conheço e dou provimento ao pedido de uniformização, para julgar procedente o pedido formulado na petição inicial (itens "A" e "B"). Sem honorários, por se tratar de recorrente vencedor."
In casu, a Turma de origem, em sentido contrário ao entendimento acima exposto, concluiu que "(...) a regra do art. 48, § 3º, aplica-se tão-somente aos segurados que estejam vinculados às lides campesinas quando implementarem o requisito idade. Para aqueles que são segurados urbanos, continua em vigor a regra do art. 55, § 2º, da Lei n. 8.213/1991: as atividades exercidas no meio rural não se prestam para fins de cômputo da carência.".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501025-92.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIOANL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEONILLA MARIA DE JESUS
PROC./ADV.: MÁRCIA FRANCISCA LIMA OAB: PE-17743

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de restabelecimento de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que decaiu o direito da autarquia federal para a revisão do benefício anteriormente concedido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA DOU
COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com o Superior Tribunal de Justiça segundo o qual o prazo decadencial estabelecido na Lei 9.784/99 começaria a contar a partir da vigência daquela norma legal.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
Com efeito, o STJ, ao julgar o REsp 1.114.938/AL, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 14/4/10, assim decidiu:
RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA A DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA REND A MENSAL INICIAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.787/99. PRAZO DECADENCIAL DE 5 ANOS, A CONTAR DA DATA DA VIGÊNCIA DA LEI 9.784/99. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. ART. 103-A DA LEI 8.213/91, ACRESCENTADO PELA MP 19.11.2003, CONVERTIDA NA LEI 10.839/2004. AUMENTO DO PRAZO DECADENCIAL PARA 10 ANOS. PARECER DO M INIS TÉRIO P Ú B LI C O F E D E R A L PELO DESPROVIMENTO D O RECURSO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, NO ENTANTO.
1 . A colenda Corte Especial do STJ firmou o entendimento de que os atos administrativos praticados antes da Lei 9.784/99 podem ser revistos pela Administração a qualquer tempo, por inexistir norma legal expressa prevendo prazo para tal iniciativa. Somente após a Lei 9.784/99 incide o prazo decadencial de 5 anos nela previsto, tendo como termo inicial a data de sua vigência (01.02.99). Ressalva do ponto de vista do Relator.
2. Antes de decorridos 5 anos da Lei 9.784/99, a matéria passou a ser tratada no âmbito previdenciário pela MP 138, de 19.11.2003, convertida na Lei 10.839/2004, que acrescentou o art. 103-A à Lei 8.213/91 (LBPS) e fixou em 10 anos o prazo decadencial para o INSS rever os seus atos de que decoram efeitos favoráveis a seus beneficiários.
3. Tendo o benefício do autor sido concedido em 30.7.1997 e o procedimento de revisão administrativa sido iniciado e m janeiro d e 2006, n ã o se consumou o prazo decadencial de 10 anos para a Autarquia Previdenciária rever o seu ato.
4. Recurso Especial do INSS provido para afastar a incidência da decadência declarada e determinar o retorno dos autos ao TRF da 5ª Região, para análise da alegada inobservância do contraditório e da ampla defesa do procedimento que culminou com a suspensão do benefício previdenciário do autor.
Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para aplicação do entendimento supra.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000410-02.2006.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WALDOMIRO ANDRÉ DA SILVA
PROC./ADV.: BENEDITO APARECIDO ALVES OAB: SP-104442
PROC./ADV.: ROMUALDO VERONESE ALVES OAB: SP-144 034

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Afirma o requerente que não teria sido comprovada a qualidade de segurado no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo.
É o relatório.
O STJ, por meio do Resp 1354908, determinou o sobrestamento das demandas repetitivas que debatem a questão em comento, verbis:
RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.908 - SP (2012/0247219-3) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL RECORRIDO : AZELI DE SOUZA JORGE ADVOGADOS : HERMES ARRAIS ALENCAR ADALBERTO TIVERSON MARTINS
SÉRGIO COELHO REBOUÇAS
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. COMPROVAÇÃO DO TRABALHO RURAL EM PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO. LEI 8.213/1991. AFETAÇÃO DO TEMA AO RITO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, nos autos de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade, em sede de apelação, entendeu comprovado o trabalho rural em número de meses correspondentes à carência, em período imediatamente anterior ao requerimento. O recurso especial foi interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, apontando-se como violados o art. 55, §3º e art. 143, ambos da Lei 8.213/1991, figurando como questão central a tese no sentido de que a atividade rural deve ser comprovada no período imediatamente anterior ao requerimento. O Tribunal de origem admitiu o presente recurso especial e determinou seu processamento na forma do art. 543-C do CPC, razão pela qual deve ser submetido ao julgamento da Primeira Seção/STJ. Assim, com base nos arts. 1º e 3º da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ, determino:
1) comunique-se a decisão, enviando-se cópia desta, aos demais Ministros que integram a Primeira e a Terceira Seção/STJ e aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, para a providência prevista no art. 2º, § 2º, da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ;
2) suspenda-se o julgamento dos demais recursos especiais que versem acerca da mesma controvérsia;
3) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias.
Publique-se e intimem-se. Brasília (DF), 22 de abril de 2013. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES Relator (Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 02/05/2013)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento supra.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para o sobrestamento e adequação do julgado à tese a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500497-50.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO MARCELO DA SILVA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO DIÓGENES OAB: PB-12197
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não se demonstrou a incapacidade do autor para o exercício do trabalho e dos atos da vida independente.
Sustenta o requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus HIV, é possível considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.
É o relatório.
Razão assiste à parte agravante.
A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013196-33.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NERI WIEDTHAUPER
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA OAB: RS-33075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA OAB: RS-59469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

A parte autora requer a desistência do presente pedido de uniformização de jurisprudência.
Tendo em vista a presença nos autos de instrumento de mandato com poderes específicos para tanto, homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado, com fundamento no art. 8º, XII, do RITNU.
Certificado o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003868-73.2011.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LUIZ ANTONIO DA CUNHA FARIAS
PROC./ADV.: MARTHA TAVARES DIAS OAB: RS - 46.364
PROC./ADV.: LEONOR LIMA DE FARIA OAB: RS - 46.671

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é legítimo o tratamento diferenciado entre professores ativos e inativos instituído pela Lei 9.678/98, tendo em vista a natureza da GED, cujo percentual depende da produtividade do servidor em atividade.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na PET 9600/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004151-96.2011.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DARCY AREDE LEGG
PROC./ADV.: MARTHA TAVARES DIAS OAB: RS - 46.364
PROC./ADV.: LEONOR LIMA DE FARIA OAB: RS - 46.671

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é legítimo o tratamento diferenciado entre professores ativos e inativos instituído pela Lei 9.678/98, tendo em vista a natureza da GED, cujo percentual depende da produtividade do servidor em atividade.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na PET 9600/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003872-13.2011.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): INACI ALBA NICKEL
PROC./ADV.: MARTHA TAVARES DIAS OAB: RS - 46.364
PROC./ADV.: LEONOR LIMA DE FARIA OAB: RS - 46.671

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é legítimo o tratamento diferenciado entre professores ativos e inativos instituído pela Lei 9.678/98, tendo em vista a natureza da GED, cujo percentual depende da produtividade do servidor em atividade.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na PET 9600/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007183-02.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): CAMILO CERVO
PROC./ADV.: TAISE DUTRA TRENTIN OAB: RS - 59.309
PROC./ADV.: SANDRO SEIXAS TRENTIN OAB: RS - 52.539

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é legítimo o tratamento diferenciado entre professores ativos e inativos instituído pela Lei 9.678/98, tendo em vista a natureza da GED, cujo percentual depende da produtividade do servidor em atividade.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na PET 9600/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000450-41.2013.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: TEREZINHA MORAES DA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, ou aposentadoria híbrida diante do exercício de atividade urbana posterior.
Sustenta a ora requerente que não é necessária comprovação do labor rurícola no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo para a concessão do benefício.
É o relatório.
O STJ, por meio do Resp 1354908, determinou o sobrestamento das demandas repetitivas que debatem a questão em comento, verbis:
RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.908 - SP (2012/0247219-3) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL RECORRIDO : AZELI DE SOUZA JORGE ADVOGADOS : HERMES ARRAIS ALENCAR ADALBERTO TIVERSON MARTINS
SÉRGIO COELHO REBOUÇAS
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. COMPROVAÇÃO DO TRABALHO RURAL EM PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO. LEI 8.213/1991. AFETAÇÃO DO TEMA AO RITO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, nos autos de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade, em sede de apelação, entendeu comprovado o trabalho rural em número de meses correspondentes à carência, em período imediatamente anterior ao requerimento. O recurso especial foi interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, apontando-se como violados o art. 55, §3º e art. 143, ambos da Lei 8.213/1991, figurando como questão central a tese no sentido de que a atividade rural deve ser comprovada no período imediatamente anterior ao requerimento. O Tribunal de origem admitiu o presente recurso especial e determinou seu processamento na forma do art. 543-C do CPC, razão pela qual deve ser submetido ao julgamento da Primeira Seção/STJ. Assim, com base nos arts. 1º e 3º da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ, determino:
1) comunique-se a decisão, enviando-se cópia desta, aos demais Ministros que integram a Primeira e a Terceira Seção/STJ e aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, para a providência prevista no art. 2º, § 2º, da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ;
2) suspenda-se o julgamento dos demais recursos especiais que versem acerca da mesma controvérsia;
3) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias.
Publique-se e intimem-se. Brasília (DF), 22 de abril de 2013. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES Relator (Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 02/05/2013)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento supra.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para o sobrestamento e adequação do julgado à tese a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, , 23 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001335-34.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WALTER PIOTTO
PROC./ADV.: MARIA EMÍLIA MOREIRA DRUZIANI OAB: SP-204972

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, entendendo como preenchidos todos os requisitos para tanto.
Sustenta o ora requerente que não houve comprovação do labor rurícola no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo.
É o relatório.
O STJ, por meio do Resp 1354908, determinou o sobrestamento das demandas repetitivas que debatem a questão em comento, verbis:
RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.908 - SP (2012/0247219-3) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL RECORRIDO : AZELI DE SOUZA JORGE ADVOGADOS : HERMES ARRAIS ALENCAR ADALBERTO TIVERSON MARTINS
SÉRGIO COELHO REBOUÇAS
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. COMPROVAÇÃO DO TRABALHO RURAL EM PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO. LEI 8.213/1991. AFETAÇÃO DO TEMA AO RITO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.
DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, nos autos de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade, em sede de apelação, entendeu comprovado o trabalho rural em número de meses correspondentes à carência, em período imediatamente anterior ao requerimento. O recurso especial foi interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, apontando-se como violados o art. 55, §3º e art. 143, ambos da Lei 8.213/1991, figurando como questão central a tese no sentido de que a atividade rural deve ser comprovada no período imediatamente anterior ao requerimento. O Tribunal de origem admitiu o presente recurso especial e determinou seu processamento na forma do art. 543-C do CPC, razão pela qual deve ser submetido ao julgamento da Primeira Seção/STJ. Assim, com base nos arts. 1º e 3º da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ, determino:
1) comunique-se a decisão, enviando-se cópia desta, aos demais Ministros que integram a Primeira e a Terceira Seção/STJ e aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, para a providência prevista no art. 2º, § 2º, da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ;
2) suspenda-se o julgamento dos demais recursos especiais que versem acerca da mesma controvérsia;
3) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias.
Publique-se e intimem-se. Brasília (DF), 22 de abril de 2013. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES Relator (Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 02/05/2013)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento supra.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para o sobrestamento e adequação do julgado à tese a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, , 23 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502657-05.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FERDINANDO MONTEIRO CARVALHO DIAS DA COSTA
PROC./ADV.: RAVARDIERISON CARDOSO DE NORONHA OAB: RN-10 175

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de progressão/promoção funcional à parte autora, aplicando-se o interstício de 12 meses até que seja regulamentado o art. 8º da Lei 10.855/2004.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado divergiria da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia, no sentido de que a regra aplicável ao caso é a do interstício de 18 meses para as progressões funcionais e promoções.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05072370920134058500, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o prazo a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Senão, vejamos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇAO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4.4 Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, devem-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a da Lei nº 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto nº 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei nº 5.645/70.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4.5 Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei nº 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado.
4.6 Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorização para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum".
4.7 Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei nº 5.645/70 e Decreto nº 84.669/1980)."
No caso vertente, verifico que o acórdão impugnado adotou entendimento semelhante ao acima exposto, tendo em vista que julgou procedente o pedido inicial, sob o fundamento de que a progressão funcional em comento deve obedecer ao interstício de 12 meses.
Dessa forma, incide, à espécie, o óbice da QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515103-86.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: LUZIA ANTÔNIA DE LIMA
PROC./ADV.: JOAQUIM AVELINO DE SOUZA NETO OAB: PE-15 930
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de restabelecimento de aposentadoria rural por idade, determinando a devolução dos valores recebidos até o cancelamento do benefício anteriormente concedido, sob o fundamento de que não decaiu o direito da autarquia federal para a revisão do ato de concessão, tendo-se mostrado correto o referido cancelamento.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com o Superior Tribunal de Justiça segundo o qual o prazo decadencial estabelecido na Lei 9.784/99 seria aplicável ao presente caso. Defende, ainda, que preencheria os requisitos para a concessão/manutenção do benefício e que, caso o entendimento seja contrário, seria impossível a devolução dos valores recebidos em razão da boa-fé e do caráter alimentar da verba pleiteada pelo INSS.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
O STJ, ao julgar o REsp 1.114.938/AL, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 14/4/10, assim decidiu:
RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA A DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA REND A MENSAL INICIAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.787/99. PRAZO DECADENCIAL DE 5 ANOS, A CONTAR DA DATA DA VIGÊNCIA DA LEI 9.784/99. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. ART. 103-A DA LEI 8.213/91, ACRESCENTADO PELA MP 19.11.2003, CONVERTIDA NA LEI 10.839/2004. AUMENTO DO PRAZO DECADENCIAL PARA 10 ANOS. PARECER DO M INIS TÉRIO P Ú B LI C O F E D E R A L PELO DESPROVIMENTO D O RECURSO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, NO ENTANTO.
1 . A colenda Corte Especial do STJ firmou o entendimento de que os atos administrativos praticados antes da Lei 9.784/99 podem ser revistos pela Administração a qualquer tempo, por inexistir norma legal expressa prevendo prazo para tal iniciativa. Somente após a Lei 9.784/99 incide o prazo decadencial de 5 anos nela previsto, tendo como termo inicial a data de sua vigência (01.02.99). Ressalva do ponto de vista do Relator.
2. Antes de decorridos 5 anos da Lei 9.784/99, a matéria passou a ser tratada no âmbito previdenciário pela MP 138, de 19.11.2003, convertida na Lei 10.839/2004, que acrescentou o art. 103-A à Lei 8.213/91 (LBPS) e fixou em 10 anos o prazo decadencial para o INSS rever os seus atos de que decorram efeitos favoráveis a seus beneficiários.
3. Tendo o benefício do autor sido concedido em 30.7.1997 e o procedimento de revisão administrativa sido iniciado e m janeiro d e 2006, n ã o se consumou o prazo decadencial de 10 anos para a Autarquia Previdenciária rever o seu ato.
4. Recurso Especial do INSS provido para afastar a incidência da decadência declarada e determinar o retorno dos autos ao TRF da 5ª Região, para análise da alegada inobservância do contraditório e da ampla defesa do procedimento que culminou com a suspensão do benefício previdenciário do autor.
Aplicável, ao caso, portanto, a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
No entanto, quanto à devolução dos valores já percebidos, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado na Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para adequação da decisão.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509390-51.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PAULO NOGUEIRA GRANJA
PROC./ADV.: LIBANO CARLOS DE MELO OAB: CE 11951
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial (LOAS), sob o fundamento de que não ficou comprovada a incapacidade da parte autora...
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501404-70.2014.4.05.8307
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: VALDECI IZAC DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não reconheceu a impossibilidade de reexame dos requisitos referentes ao LOAS.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008341-58.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GILBERTO DOS SANTOS PADILHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pretensão de recebimento de benefício assistencial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510521-52.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12519 REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial pleiteado.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506393-52.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DA PENHA RAIMUNDO JOSINO
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11662-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial pleiteado.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013055-35.2005.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALLAN GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discute a concessão de benefício assistencial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013160-65.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MOACIR ALBERTO DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discute a concessão de benefício assistencial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009405-45.2008.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA INES DOMINGOS ALEXANDRE
PROC./ADV.: MARIA CRISTINA DEGASPARE PATTO OAB: SP-177197

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discutem os requisitos para concessão de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006799-16.2009.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ELZA SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: ANA CAROLINA PAULINO ABDO OAB: SP-230301
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discutem os requisitos para concessão de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004159-06.2010.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIO BATISTA LUCCHESI
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discutem os requisitos para concessão de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004192-33.2009.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DARCI VIEIRA DE CAMARGO
PROC./ADV.: CAMILA FUMIS LAPERUTA OAB: SP-237985
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discutem os requisitos para concessão de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003328-41.2008.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discutem os requisitos para concessão de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003572-48.2010.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AMÉLIA BELUCI TERRA
PROC./ADV.: MARISTELA PEREIRA RAMOS OAB: SP-92010
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discutem os requisitos para concessão de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2013.51.51.025622-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ITAMAR GARCIA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial pleiteado.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501011-18.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PHILIPPE MAGALHÃES BEZERRA
PROC./ADV.: FERNANDO ANTONIO BATISTA BINO OAB: CE-21833

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem em que se discute a promoção na carreira de Procurador-Geral Federal.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503318-81.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ROBERTO BARROSO MOURA
PROC./ADV.: MANOEL ANTONIO DA SILVA NETOOAB: DF-10479

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a progressão funcional do analista/técnico do seguro social.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524924-85.2011.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que rejeitou o pedido de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16 II. do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508037-30.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DA PENHA LIRA DA SILVA
PROC./ADV.: RICARDO MADRUGA COELHO NOVAIS OAB: PB-16 730
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não teria trazido início de prova material de sua qualidade de segurada especial, embora a prova oral e a inspeção judicial tivessem se mostrado favoráveis ao pedido.
Sustenta a requerente que teria juntado aos autos documentos idôneos para servirem como início de prova material, tal qual entendimento jurisprudencial a respeito.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
A TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ademais, a Súmula 6/TNU disciplina que "A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rurícola".
Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para análise detida dos documentos juntados pela parte autora.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para análise da eventual presença de início de prova material da qualidade de segurada especial da autora nos autos.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519803-59.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO MARCELINO FILHO
PROC./ADV.: AGENILTON DA SILVA FELIX OAB: AL-9470

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, entendendo como preenchidos todos os requisitos para tanto.
Sustenta o INSS que não houve comprovação do labor rurícola no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo, o que impediria a concessão do benefício.
É o relatório.
O STJ, por meio do Resp 1354908, determinou o sobrestamento das demandas repetitivas que debatem a questão em comento, verbis:
RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.908 - SP (2012/0247219-3) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL RECORRIDO : AZELI DE SOUZA JORGE ADVOGADOS : HERMES ARRAIS ALENCAR ADALBERTO TIVERSON MARTINS
SÉRGIO COELHO REBOUÇAS
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. COMPROVAÇÃO DO TRABALHO RURAL EM PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO. LEI 8.213/1991. AFETAÇÃO DO TEMA AO RITO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, nos autos de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade, em sede de apelação, entendeu comprovado o trabalho rural em número de meses correspondentes à carência, em período imediatamente anterior ao requerimento. O recurso especial foi interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, apontando-se como violados o art. 55, §3º e art. 143, ambos da Lei 8.213/1991, figurando como questão central a tese no sentido de que a atividade rural deve ser comprovada no período imediatamente anterior ao requerimento. O Tribunal de origem admitiu o presente recurso especial e determinou seu processamento na forma do art. 543-C do CPC, razão pela qual deve ser submetido ao julgamento da Primeira Seção/STJ. Assim, com base nos arts. 1º e 3º da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ, determino:
1) comunique-se a decisão, enviando-se cópia desta, aos demais Ministros que integram a Primeira e a Terceira Seção/STJ e aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, para a providência prevista no art. 2º, § 2º, da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ;
2) suspenda-se o julgamento dos demais recursos especiais que versem acerca da mesma controvérsia;
3) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias.
Publique-se e intimem-se. Brasília (DF), 22 de abril de 2013. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES Relator (Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 02/05/2013)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento supra.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para o sobrestamento e adequação do julgado à tese a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, , 24 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501738-13.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEBASTIÃO SOARES DE AZEVEDO FILHO
PROC./ADV.: THIAGO DE AZEVEDO ARAUJO OAB: RN-11 670
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria urbana por idade à parte autora, sob o fundamento de que não é possível o reconhecimento de período de trabalho rural em regime de economia familiar para fins de preenchimento de carência para concessão daquele benefício.
Sustenta o ora requerente que é possível a concessão de aposentadoria por idade híbrida, somando-se o período de trabalho urbano com o rural, nos termos da jurisprudência do STJ.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 50009573320124047214, pacificou entendimento no sentido de que é possível a concessão de aposentadoria híbrida, conforme segue:
DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA MISTA OU HÍBRIDA. CONTAGEM DE TEMPO RURAL PARA APOSENTADORIA URBANA. APLICAÇÃO EXTENSIVA DO ATUAL DO ARTIGO 48, § 3º E 4O. DA LEI DE BENEFÍCIOS. DIRETRIZ FIXADA PELA SEGUNDA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNA DE JUSTIÇA NO RECURSO ESPECIAL 1.407.613. ISONOMIA DO TRABALHADOR RURAL COM O URBANO. APOSENTADORIA POR IDADE NA FORMA HÍBRIDA PERMITIDA TAMBÉM PARA O URBANO QUANDO HOUVER, ALÉM DA IDADE, CUMPRIDO A CARÊNCIA EXIGIDA COM CONSIDERAÇÃO DOS PERÍODOS DE TRABALHO RURAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento supra.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para adequação do julgado à tese firmada nesta Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501800-44.2009.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO MARCOLINO DE ARAÚJO
PROC./ADV.: ROSETE SOARES OAB: PE-13154

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.
A Turma de origem manteve a sentença para determinar a revisão do benefício do ora requerido, entendendo ser inaplicável o prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 9.528/97, com a redação da MP nº 1.523, de 27 de junho de 1997, aos benefícios concedidos antes de sua vigência.
Sustenta o instituto requerente que o referido prazo decadencial é aplicável também aos benefícios concedidos antes de sua vigência, conforme entendimento de Turma Recursal de outra região.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para adequação.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5012649-34.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ BENTO SANTANA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A Turma de origem, em juízo de adequação, reformou o julgado no sentido de reconhecer a atividade em condições especiais exercida pelo requerido, com exposição a agentes nocivos, mas sem adentrar na questão da decadência.
A matéria ora em debate, qual seja, a decadência, foi analisada em primeira instância, não sendo reconhecida.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STF e pleiteia o reconhecimento da decadência.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0026083-94.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARCIO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que o laudo médico pericial não atestou qualquer incapacidade do requerente e de que exames e diagnósticos apresentados por médicos particulares, não poderiam fundamentar o decreto de procedência, já que o laudo pericial realizado no Juizado é confeccionado por médico de confiança do Juiz, que prestou compromisso de bem desempenhar o mister, e pode formar o seu livre entendimento de acordo com o conjunto probatório, como a entrevista e o exame clínico realizados quando da perícia judicial.
Sustenta o requerente que os documentos médicos juntados aos autos demonstrariam que esteve incapaz por período posterior a cirurgia realizada e não teria recebido o benefício a que teria direito naquele período.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
A TNU já decidiu que:
"Tanto para a verificação da existência do direito ao benefício por incapacidade quanto para a apreciação do tempo a partir do qual tal direito deve ser exercido (DIB), o julgador não está adstrito às informações do laudo pericial. Existentes outras provas nos autos diretamente relacionadas ao direito postulado (caso de atestados médicos, formulários de internações, comprovantes de licenças, exames realizados anteriormente pelo próprio órgão previdenciário, dentre outros), estas devem ser apreciadas e valoradas, podendo causar impressão suficiente no julgador de modo a resultar em convicção, parcial ou integralmente, divergente do exposto pelo médico perito" (PEDILEF 2007.63.06.007601-0, Relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 08/01/2010).
Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para análise dos documentos médicos juntados pelo autor.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para adequação, conforme fundamentação supra.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0023347-69.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE LUIZ ANTONIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que o laudo médico pericial definiu data de início da incapacidade posterior à perda da qualidade de segurado pelo autor e de que a mera alegação de incongruência entre determinadas provas e a conclusão do Juízo fundada em seu livre convencimento acerca de todo o quadro probatório constante dos autos, não teria o condão de afastar a conclusão embasada em dados do laudo pericial elaborado por perito de confiança do Juízo, o qual goza de presunção de imparcialidade.
Sustenta o requerente que os documentos médicos juntados aos autos demonstrariam que a incapacidade que o acomete é anterior à perda da qualidade de segurado, ou seja, que se encontraria incapaz desde o momento em que ainda ostentava a qualidade de segurado do RGPS até os momentos atuais, motivo pelo qual seria medida de rigor a concessão do benefício pleiteado.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
A TNU já decidiu que:
"Tanto para a verificação da existência do direito ao benefício por incapacidade quanto para a apreciação do tempo a partir do qual tal direito deve ser exercido (DIB), o julgador não está adstrito às informações do laudo pericial. Existentes outras provas nos autos diretamente relacionadas ao direito postulado (caso de atestados médicos, formulários de internações, comprovantes de licenças, exames realizados anteriormente pelo próprio órgão previdenciário, dentre outros), estas devem ser apreciadas e valoradas, podendo causar impressão suficiente no julgador de modo a resultar em convicção, parcial ou integralmente, divergente do exposto pelo médico perito" (PEDILEF 2007.63.06.007601-0, Relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 08/01/2010).
Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para análise dos documentos médicos juntados pelo autor.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para adequação, conforme fundamentação supra.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005986-47.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): SENIRA SANTOS DE SOUZA
REQUERIDO (A): SILVANA DE SOUZA E SÁ
REQUERIDO (A): SAMUEL SANTOS DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT OAB: RS 41.818
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER OAB: RS 23.021

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do rio Grande do Sul que acolheu o pedido de condenação da União ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalhado (GDASST) no mesmo patamar pago aos servidores em atividade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgado de turma recursal de outra região, no sentido de que a questão relativa à paridade remuneratória da pensionista que adquiriu esta condição após a Emenda Constitucional 41/2003 está em sede de repercussão geral perante o STF.
É o relatório.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 603.580/RJ, reconheceu a repercussão geral do tema referente à paridade remuneratória da pensionista que adquiriu esta condição após a Emenda Constitucional 41/2003. Confira-se:
CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. DIREITO A PARIDADE E INTEGRALIDADE. APOSENTADORIA ANTERIOR AO ADVENTO DA EC 41/2003 E FALECIMENTO APÓS A SUA PROMULGAÇÃO. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001157-90.2008.4.03.6310
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA APARECIDA HENRIQUES
PROC./ADV.: SILVIA MARIA PINCINATO DOLLO OAB: SP 145959

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual a parte segurada é portadora de doença não lhe retira a sua capacidade laboral. Aduz, ainda, que, por se tratar de sentença ilíquida na origem, tal sentença deve ser anulada.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 729.884/RS (o qual substituiu o ARE n. 702.780 no âmbito da repercussão geral). Confira-se:
EXECUÇÃO DE SENTENÇA. IMPOSIÇÃO À PARTE RÉ/EXECUTADA DO DEVER DE APRESENTAR OS CÁLCULOS. MATÉRIA OBJETO DA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 219/DF. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000373-14.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): GISLAINE LUCELIA MACIEL
PROC./ADV.: FABIO CESAR LUQUE DOS SANTOS OAB: PR-42 613

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de concessão de salário-maternidade que foi julgado procedente. Na Turma Recursal, a decisão foi mantida.
Inconformada, a autarquia ora requerente formulou dois pedidos de uniformização, sendo um regional e outro nacional.
O pedido de uniformização nacional foi inadmitido pela Juíza Federal Presidente da 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, o que ensejou a interposição de agravo inominado por parte da requerente.
Quanto ao pedido de uniformização regional, a decisão foi no sentido de sobrestamento do feito para aguardar pronunciamento do STF sobre a matéria, objeto de apreciação na ADI 4357.
É o relatório.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, por meio da Questão de Ordem 28, decidiu que, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para, após pronunciamento da Turma Regional acerca do pedido a ela dirigido, conferir-lhes normal trâmite processual.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003285-18.2011.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SIMONE CIRINO DA SILVA
PROC./ADV.: APARECIDO ALBINO DECHICHE OAB: PR-11183

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de concessão de salário-maternidade que foi julgado procedente. Na Turma Recursal, a decisão foi mantida.
Inconformada, a autarquia ora requerente formulou dois pedidos de uniformização, sendo um regional e outro nacional.
O pedido de uniformização nacional foi inadmitido pela Juíza Federal Presidente da 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, o que ensejou a interposição de agravo inominado por parte da requerente.
Quanto ao pedido de uniformização regional, a decisão foi no sentido de sobrestamento do feito para aguardar pronunciamento do STF sobre a matéria, objeto de apreciação na ADI 4357.
É o relatório.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, por meio da Questão de Ordem 28, decidiu que, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para, após pronunciamento da Turma Regional acerca do pedido a ela dirigido, conferir-lhes normal trâmite processual.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002810-62.2011.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LUZIA DA SENA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ELAINE BERNARDO DA SILVA OAB: PR-35475

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de concessão de salário-maternidade que foi julgado procedente. Na Turma Recursal, a decisão foi mantida.
Inconformada, a autarquia ora requerente formulou dois pedidos de uniformização, sendo um regional e outro nacional.
O pedido de uniformização nacional foi inadmitido pela Juíza Federal Presidente da 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, o que ensejou a interposição de agravo inominado por parte da requerente.
Quanto ao pedido de uniformização regional, a decisão foi no sentido de sobrestamento do feito para aguardar pronunciamento do STF sobre a matéria, objeto de apreciação na ADI 4357.
É o relatório.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, por meio da Questão de Ordem 28, decidiu que, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para, após pronunciamento da Turma Regional acerca do pedido a ela dirigido, conferir-lhes normal trâmite processual.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005979-93.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): WILMA SQUEFF PINTO DA SILVA
PROC./ADV.: LUIZ PRADELINO MENDES JUNIOR OAB: RS 39.419

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE também aos servidores inativos.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões, no sentido da inexistência de valores a pagar em razão da realização de tais avaliações e do respectivo efeito retroativo, imposto pela legislação da GDPGPE, a 1º.1.2009.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 10.723/RJ.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de Setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000493-92.2014.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HILDA GARCIA PIMENTEL
PROC./ADV.: MARINA MORGADO OAB: PR-65608

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais da Seção Judiciária do Paraná, que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de benefício assistencial, firmando orientação no sentido de que é absoluta a presunção de miserabilidade quando a renda mensal per capita verificada é inferior ao patamar legal (1/4 do salário mínimo vigente).
Sustenta a parte requerente que tal presunção não tem caráter absoluto, mas relativo, tendo em vista que, ainda que se comprove o enquadramento objetivo da renda mensal familiar no parâmetro legal, o Magistrado poderá, à luz das provas contidas nos autos, concluir pela inexistência da situação de risco social ou miserabilidade que justifique a concessão do benefício.
Em sede de juízo de admissibilidade, o Presidente da Turma de origem determinou o sobrestamento do feito, por verificar que a matéria tratada no incidente de uniformização regional - interposto simultaneamente com o pedido ora analisado e que trata da aplicação do art. 1º-F da Lei 9494/97 para demandas contra a Fazenda Pública - encontra-se pendente de análise no Supremo Tribunal Federal.
A parte, por meio de petição simples, requereu a remessa dos autos à TNU.
É o relatório.
Primeiramente, salutar destacar que não verifico a necessidade de sobrestamento do feito em razão da matéria tratada no incidente regional, isto por que a discussão acerca do mérito - a própria concessão do benefício - é prejudicial em relação àquela trazida naquele incidente - juros e correção monetária.
Passo à análise do incidente nacional.
O presente recurso merece trânsito, pois verificada sua tempestividade, a devida realização do cotejo analítico entre os arestos em confronto, bem como o correto prequestionamento da matéria trazida a debate.
Tendo em vista a quantidade de feitos que tratam da mesma matéria e sendo evidente a divergência jurisprudencial acerca do tema, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que os autos devem ser encaminhados ao Colegiado desta Turma para melhor análise.
Assim sendo, determino a distribuição do feito, bem como a afetação do tema como representativo da controvérsia, e, no mesmo, sentido, o sobrestamento dos demais processos que tenham como fundamento a mesma questão de direito, conforme preceitua o art. 17, incisos I e II, do RITNU.
Sejam os autos, primeiramente, encaminhados à Secretaria desta TNU para o cumprimento das providências descritas no art. 17, inciso III e seguintes do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de Novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSO:0506163-23.2013.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUSCITANTE:JOÃO MATHEUS FIDELIS SANTOS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITADO(A): (A):ESTADO DE ALAGOAS
PROC./ADV.:PROCURADOR ESTADUAL
OAB:-
SUSCITADO(A):MUNICÍPIO DE ATALAIA
PROC./ADV.:PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB:-
SUSCITADO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCESSO:5061204-31.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A):RUBEM RODRIGUES PEREIRA
PROC./ADV.:MARCO AURÉLIO RIBEIRO
OAB:RS-55244
Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal:
PROCESSO:5006244-82.2013.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARIA DE LOURDES ARCHER
PROC./ADV.:DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB:SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO:5006444-89.2013.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:SUZANA COLLACO PAULO
PROC./ADV.:DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB:SC-25763
REQUERIDO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO:5005992-79.2013.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:IVANISE DEBIASE
PROC./ADV.:DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB:SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO:5005790-05.2013.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:CELIO GREGORIO DE ESPINDOLA
PROC./ADV.:NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB:SC 17.387
PROC./ADV.:DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB:SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÕES

PROCESSO: 5006856-72.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): HELIO DELPILAR CAMPOS
PROC./ADV.: RODRIGO PINTO DE CARVALHO OAB: PR-43 079

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela não ocorrência de parcial prescrição no âmbito de repetição de indébito.
A Fazenda Nacional alega dissonância interpretativa com o entendimento esposado pela TNU no PEDILEF 00062913620014036119 e pelo STJ no AgRg no REsp 1121824/SC. Aduz que, "para ações ajuizadas após o vacacio legis da LC 118/2005, deve-se considerar a prescrição em cinco anos contados do pagamento indevido, independente da data do ajuste".
É o relatório.
Como bem salientou a decisão exarada na origem, o acórdão recorrido discrepa do entendimento desta TNU e do STJ.
Ademais, observa-se que o aresto encontra-se em desacordo com o decidido pelo STF, no rito do artigo 543-B do CPC, quando julgamento do RE 566.621/RS
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0051533-61.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JANEDSON SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046973-76.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: MANOEL BRASILINO DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0051515-40.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ARIOSVALDO LOBATO
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0047047-33.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOSÉ RIBAMAR SERAFIM
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0051601-11.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS FILHO
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0049947-86.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: BENEDITO MENDES
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0050463-09.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOSÉ ALFREDO REIS
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046975-46.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOSÉ DE ARAÚJO SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0051645-30.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOÃO DE DEUS FERREIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046967-69.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ABSOLON RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0047227-49.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ODONIAS DA LUZ COSTA
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0049950-41.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: VALDEVINO SILVA ARRUDA
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046972-91.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FRANCISCO MONTEIRO DE CARVALHO
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0051413-86.2011.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARMEN VERA MARQUES BARCELLOS e OUTROS
PROC./ADV.: GERALDO MAGELA HERMÓGENES DA SILVA OAB: DF-1599

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros de mora.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 855091/RS, com relatoria do em. Ministro Dias Toffoli, em sede de repercussão geral. Confira-se:
"EMENTA TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA. ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 7.713/1988 E ART. 43, INCISO II, § 1º, DO CTN. ANTERIOR NEGATIVA DE REPERCUSSÃO. MODIFICAÇÃO DA POSIÇÃO EM FACE DA SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI FEDERAL POR TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0044020-47.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARMELUCIA RIBEIRO DA SILVA e OUTROS
PROC./ADV.: GERALDO MAGELA HERMÓGENES DA SILVA
OAB: DF-1599

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros de mora.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 855091/RS, com relatoria do em. Ministro Dias Toffoli, em sede de repercussão geral. Confira-se:
"EMENTA TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA. ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 7.713/1988 E ART. 43, INCISO II, § 1º, DO CTN. ANTERIOR NEGATIVA DE REPERCUSSÃO. MODIFICAÇÃO DA POSIÇÃO EM FACE DA SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI FEDERAL POR TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0037123-95.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ARLINDO BARBOSA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GERALDO MAGELA HERMÓGENES DA SILVA
OAB: DF-1599

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros de mora.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 855091/RS, com relatoria do em. Ministro Dias Toffoli, em sede de repercussão geral. Confira-se:
"EMENTA TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA. ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 7.713/1988 E ART. 43, INCISO II, § 1º, DO CTN. ANTERIOR NEGATIVA DE REPERCUSSÃO. MODIFICAÇÃO DA POSIÇÃO EM FACE DA SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI FEDERAL POR TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046554-90.2012.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO NONATO SOUSA SALES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros de mora.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 855091/RS, com relatoria do em. Ministro Dias Toffoli, em sede de repercussão geral. Confira-se:
"EMENTA TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA. ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 7.713/1988 E ART. 43, INCISO II, § 1º, DO CTN. ANTERIOR NEGATIVA DE REPERCUSSÃO. MODIFICAÇÃO DA POSIÇÃO EM FACE DA SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI FEDERAL POR TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5005342-63.2012.4.04.7007
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):LENIR BORDIGNON
PROC./ADV.:ALESSANDRO JOSÉ HOHMANN OAB:PR-41778

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.
Compulsando os autos, verifica-se que foram suscitados incidentes de uniformização nacional e regional pela parte autora (arquivos 00100_64_35 e 00101_64_35).
Entretanto, apenas o incidente nacional foi submetido ao juízo de admissibilidade pela Juíza Federal da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, não havendo, nos autos, decisão acerca do incidente regional da parte ora requerente.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de agosto de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5000276-88.2011.4.04.7120
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:VERA LUCIA FELLI
PROC./ADV.:ISADORA COSTA MORAES OAB:RS-43166
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
A Turma de origem, em cumprimento à determinação da TNU de retorno dos autos para fins de juízo de adequação, reformou o acórdão, dando parcial provimento ao recurso inominado da União, deixando assente que a parte autora não comprovou a ocorrência de rescisão do contrato de trabalho, motivo pelo qual não é possível a aplicação da primeira exceção prevista no REsp 1.089.720/RS, qual seja isenção de juros de mora sobre verbas rescisórias decorrentes de perda de emprego. Considerou, todavia, possível aplicar a segunda exceção constante do referido julgado do STJ (quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal), devendo ser aferida pela Contadoria quando de liquidação definitiva do julgado.
Sustenta a parte requerente a não incidência do imposto de renda sobre juros de mora, uma vez que considera que o REsp 1.227.133 não se refere ao contexto no qual foi paga a verba trabalhista.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.
Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.
No caso dos autos, consoante se verifica no acórdão recorrido, não houve comprovação da rescisão de contrato de trabalho, estando o julgado em consonância com o entendimento do STJ.
Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000959-41.2011.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO REIS DA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Acre que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de reconhecimento ao autor do direito de renunciar, a qualquer tempo, ao desconto do adicional de contribuição de 1,5% para pensão militar.
Sustenta o requerente que o acórdão impugnado divergiria do entendimento firmado no STJ, no sentido de que aqueles militares que não atenderam à determinação legal e não procederam à renúncia na via administrativa no prazo estipulado, fizeram com que a Administração Pública presumisse seu interesse pela permanência do desconto em referência e, assim, tal desconto tornou-se obrigatório, nos termos do art. 15, I, da Medida Provisória nº 2.215-10/2001.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 05071018920114058400, firmou entendimento alinhado ao do aresto combatido, nos seguintes termos:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. MILITAR. CONTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DE 1,5%. MP Nº 2.215-10/01. PENSÃO MILITAR. LEI Nº 3.765/60. PRAZO PARA A RENÚNCIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DO E. STJ. RESP Nº 1.183.535/RJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, que manteve a sentença proferida pelos próprios fundamentos. O decisum julgou improcedente o pedido do Autor de que cessasse a contribuição adicional de 1,5% do provento para o gozo das pensões da Lei nº 3.765/60, posto que não realizada a renúncia no prazo previsto no §1º do artigo 31 da Medida Provisória nº 2.215-10/01 (31/08/2001). 2. Pedido de uniformização de jurisprudência interposto, tempestivamente, pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão é divergente do entendimento do REsp nº 1.183.535/RJ e REsp nº 799.716/DF e da Turma Recursal do Rio de Janeiro (processo 2010.51.51.000237-0). 3. Incidente não admitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, vieram os autos a esta Turma após Agravo, sendo distribuídos a esta Relatora. 4. Vislumbro configurada a divergência jurisprudencial que autoriza o conhecimento do Incidente. O acórdão recorrido entende ser devida a exação de 1,5% previsto no artigo 31 da Medida Provisória nº 2.215-01 se não exercida a renúncia até o prazo estipulado no §1º da Norma citada; os acórdãos paradigmas entendem que a renúncia pode ocorrer após o prazo, quando então o militar deixa de pagar a contribuição. 5. Verifico que nos presentes autos não houve o requerimento administrativo, o que poderia caracterizar falta de interesse processual, pois inexistente o pedido para que cesse a contribuição adicional em questão junto à Administração. 6. Ocorre que a extinção do processo sem o julgamento do mérito nesta instância seria excesso de rigorismo processual, entendida como formalismo, dando ênfase na forma, em detrimento do conteúdo. Note-se que o processo existe para instrumentalizar o alcance do direito material. 7. E forte no PEDILEF nº 2004.81.10.005614-4, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michelis Bilhalva, DJ 13/05/2010, por verificar que houve contestação de mérito específica da União Federal nos presentes autos (que em momento algum alegou a ausência de requerimento administrativo), e diante dos princípios que regem os Juizados Especiais, passo a analisar o mérito propriamente dito. 8. Quanto ao exame do mérito, a Medida Provisória nº 2.131/2000 estabeleceu a continuidade do benefício de pensão militar para filhas solteiras de militares, prevista na Lei nº 3765/1960, desde que não houvesse renúncia expressa do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

militar contribuinte em determinado prazo, previsto no §1º, do art. 31 da referida norma. 9. Analisando a natureza jurídica dessa contribuição, destaco que, ainda que um tributo seja por natureza compulsório, essa natureza impositiva não se aplica plenamente no caso de algumas contribuições. Como leciona Paulo Ayres Barreto, "as prescrições constitucionais que se voltam para a espécie tributária contribuições permitem-nos inferir ser a vantagem ou especial benefício traço característico nas contribuições", para concluir que, "nas contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, a ênfase no vocábulo 'interesse'. Exige-se a contribuição em prol da categoria, de seu interesse, em benefício dos que a compõem. Em verdade, por mais tênue que seja a forma de reversão do tributo pago a esse título, não há como negar que há alguns benefícios decorrentes da organização das categorias profissionais ou econômicas." (Contribuições - Regime Jurídico, Destinação e Controle, 2ª ed., São Paulo: Noeses, 2011, pág. 116/117). 10. A relação jurídica entre os militares ativos e inativos, responsáveis pelo custeio da contribuição adicional de 1,5%, prevista na Lei 3.765/1960, bem como a vantagem que esse adicional lhes oferece, aproxima essa contribuição específica, das contribuições de interesse de categoria, razão pela qual não se deve perder de vista a relação entre custeio e benefício representada pelo termo "interesse". 11. Nesse sentido, a permissão de renúncia ao benefício e à própria contribuição, trazida pelo art. 31, apenas esclarece o sentido finalístico do tributo, a necessidade de contrapartida no pagamento da contribuição, posto ser a sua arrecadação destinada especificamente ao pagamento de pensão militar à dependente deste, observadas determinadas circunstâncias. 12. A fixação de um prazo máximo para o exercício do direito de renúncia, seria, portanto, irrelevante, se verificada a ausência do interesse na manutenção da obrigação tributária, até mesmo pela necessidade de redução do déficit da previdência militar, conforme destacado em decisão trazida como paradigma, do Superior Tribunal de Justiça, segunda a qual "o prazo indicado no art. 31 da MP 2.215-10/2001 é inteiramente inócuo, sendo possível a manifestação de renúncia após o prazo estabelecido, tendo em vista a ausência de prejuízo ao erário, convergindo a renúncia com a finalidade da nova legislação: minorar o déficit da previdência militar." (REsp nº1.183.535-RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª T, 03/08/2010). 13. Somente por amor à argumentação, mesmo que não se entenda pela facultatividade da contribuição, forçoso reconhecer que a estipulação de uma renúncia de receita condicionada a uma renúncia de despesa pela União Federal, não deveria ficar restrita a um prazo exíguo; se a desistência manifestada intempestivamente pelo autor vai de encontro à própria finalidade da renúncia em questão, conclui-se que o prazo fixado viola a razoabilidade, e reflexamente, o princípio da proporcionalidade como condicionante interpretativo dos direitos sociais. 14. A atribuição do ônus da renúncia ao militar contribuinte, portanto, não descaracteriza o fato de que por meio da MP nº 2.131/2000, a União Federal estabeleceu verdadeira renúncia de receita tributária, condicionada à cessação de uma despesa futura, o que permite concluir que, ainda que desrespeitado o prazo, possui direito o autor aos efeitos dessa renúncia. 15. Entrementes, de acordo com a Questão de Ordem nº 20 da TNU, os autos deverão retornar à Turma Recursal de origem para que, considerando a premissa de direito ora fixada, proceda à adequação do julgado. 16. Diante do quanto exposto, vislumbrada divergência jurisprudencial, dou provimento ao Incidente para (i) firmar a tese de que em razão da especificidade da contribuição adicional prevista no artigo 31, caput, da Medida Provisória nº 2.215-10/2001, a renúncia pode ser exercida após o prazo fixado no §1º do citado artigo; (ii) anular o acórdão recorrido, nos termos da Questão de Ordem nº 20, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. 17. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0513718-11.2010.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):SERGIO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO
PROC./ADV.:IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR. OAB:PE-849-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, acolheu parcialmente o pedido para reconhecer o direito à restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda sobre os juros moratórios do pagamento da diferença de conversão de URV, respeitada a prescrição quinquenal.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios sobre a diferença da URV (11,98%).

É o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, através do REsp 1.362.616/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC em 28.3.2014, no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a diferenças apuradas a título de URV (11,98%), in verbis:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS EM RECURSO ESPECIAL. DIFERENÇAS SALARIAIS PAGAS EM ATRASO. URV (11,98%). CONVERSÃO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. INCIDÊNCIA SOBRE OS JUROS DE MORA. HONORÁRIOS. INVERSÃO.

1. Esta Corte, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, consolidou o entendimento de que a regra geral é pela incidência do imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, as diferenças apuradas a título de URV (11,98%) apresentam natureza salarial e sujeitam-se à incidência do imposto de renda. Assim, aplica-se a regra geral constante do art. 16 da Lei n. 4.506/64 também aos juros de mora.

3. Julgada improcedente a demanda, ficam invertidos os ônus sucumbenciais em favor da Fazenda Pública.

4. Agravo regimental do Sindicado recorrente não provido. Agravo da Fazenda Nacional provido para fins de condenar o recorrido nas custas processuais e em honorários advocatícios, estes no aporte de R$10.000,00 (dez mil reais)."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0515220-82.2010.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):UMBERTO DA VEIGA LIRA
PROC./ADV.:IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR OAB:PE-849-A
REQUERIDO(A):VERA LUCIA BEZERRA PEIXOTO
PROC./ADV.:IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR OAB:PE-849-A
REQUERIDO(A):VERONICA PATRICIA SOUZA CORREA
PROC./ADV.:IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR OAB:PE-849-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando parcialmente a sentença, manteve-a quanto à declaração de inexistência de relação jurídico-tributária no tocante à incidência de imposto de renda pessoa física sobre as verbas correspondentes aos juros de mora decorrentes do pagamento a destempo da URV, alterando-a somente para determinar a aplicação da prescrição quinquenal.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios sobre a diferença da URV (11,98%).

É o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, através do REsp 1.362.616/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC em 28.3.2014, no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a diferenças apuradas a título de URV (11,98%), in verbis:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS EM RECURSO ESPECIAL. DIFERENÇAS SALARIAIS PAGAS EM ATRASO. URV (11,98%). CONVERSÃO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. INCIDÊNCIA SOBRE OS JUROS DE MORA. HONORÁRIOS. INVERSÃO.

1. Esta Corte, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, consolidou o entendimento de que a regra geral é pela incidência do imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, as diferenças apuradas a título de URV (11,98%) apresentam natureza salarial e sujeitam-se à incidência do imposto de renda. Assim, aplica-se a regra geral constante do art. 16 da Lei n. 4.506/64 também aos juros de mora.

3. Julgada improcedente a demanda, ficam invertidos os ônus sucumbenciais em favor da Fazenda Pública.

4. Agravo regimental do Sindicado recorrente não provido. Agravo da Fazenda Nacional provido para fins de condenar o recorrido nas custas processuais e em honorários advocatícios, estes no aporte de R$10.000,00 (dez mil reais)."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e art. 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511415-24.2010.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):COSMA ALEXANDRE BARBOSA PEIXOTO
PROC./ADV.:ANA CLÁUDIA NEIVA COELHO OAB:PE-18189

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando parcialmente a sentença, manteve-a quanto à determinação de restituição dos valores pagos a título de Imposto de Renda Pessoa Física na proporção do que foi recolhido no período de 01 de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995 (período de vigência da Lei nº 7.713/88), alterando-a para que se observe a prescrição quinquenal.

Foram interpostos embargos de declaração, sendo aos mesmos não conhecidos.

No juízo de admissibilidade, na origem, houve retratação para que fossem obedecidos os termos estipulados no processo n. 0531007-25.2008.4.05.8300, desta TNU.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de Turma Recursal, segundo a qual é necessária a adoção do ajuste anual do IR para fins de apuração de eventual montante a ser restituído.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a questão versada nos presentes autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Verifico, ademais, que a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, também se manifestou sobre a matéria, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).
Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:
a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;
b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501805-66.2009.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOSÉ MOREIRA MENDES
PROC./ADV.:ANA CLÁUDIA NEIVA COELHO OAB:PE-18189

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido para declarar a inexistência parcial de obrigação tributária relativa ao recolhimento de IRPF incidente sobre verba de suplementação/complementação de aposentadoria recebida de entidade fechada de previdência privada.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo aos mesmos improvidos.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de Turma Recursal, segundo a qual é necessária a adoção do ajuste anual do IR para fins de apuração de eventual montante a ser restituído.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a questão versada nos presentes autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:
"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).
1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).
2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."
(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)
Verifico, ademais, que a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, também se manifestou sobre a matéria, verbis:
"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".
Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).
Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:
a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;
b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500879-31.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SÉRVULO AZEVEDO DIAS
PROC./ADV.: RAVÊNIA NÁGELLA DE MEDEIROS DANTAS OAB: RN-10799

DECISÃO

Trata-se de de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu o direito à repetição de valores recolhidos a título de contribuição social acima do teto de contribuição.
É o relatório
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011435-87.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO ALBERTO CARDOSO GULARTE
PROC./ADV.: LEONARDO DA COSTA OAB: PR-23493
PROC./ADV.: BRENNER PEREIRA FERRÃO OAB: RS-79817
PROC./ADV.: JÚLIO EDUARDO LÓPEZ JÚNIOR OAB: RS-58348
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão em que se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a GACEN.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da suscitada divergência porquanto o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência trazida no incidente.
Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500638-63.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO DE ASSIS MELO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, em face de acórdão que acolheu a possibilidade de inclusão de dependentes a posteori da declaração de rendimentos.
A parte requerente apresenta dissonância interpretativa acerca do artigo 147, § 1º do CTN.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003433-62.2006.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ DE FÁTIMA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DO AMARAL SANTOS OAB: SP-183521
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discute a possibilidade a concessão de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0078238-16.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VANDERLEI LOURENÇO RAUL
PROC./ADV.: JOÃO EDUARDO PINTO OAB: SP-146741

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional em que se discute a incidência de imposto de renda sobre "Indenização sobre Horas Extras Trabalhadas" em decorrência de acordo coletivo.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PAUTA DE JULGAMENTO

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamento do dia 19 de novembro de 2015, quinta-feira, às 08h30min, a ser realizado na sede da Turma Nacional de Uniformização, Conselho da Justiça Federal, SCES - Lote 09 Trecho 3 - Polo 08 - 3º andar, na cidade de Brasília-DF, podendo, entretanto, nesta Sessão ou nas Sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou remanescentes.

PROCESSO:5002023-28.2014.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BEATRIZ VALLADÃO THIESEN
PROC./ADV.: RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0502897-94.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ FRANCISCO NETO
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0505732-55.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): VALTEIRA BRANDÃO DA SILVA
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:5004063-17.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZA HELENA LEAO FERNANDES
PROC./ADV.: RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:2008.51.51.027257-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DENIZE DE OLIVIERA ALVARENGA BARZANI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa - Ensino Superior - Serviços - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0000038-44.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: LUIS ERNESTO MINATTO
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
RECLAMADO(A): JUÍZO DA TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Cruzados Novos/Bloqueio - Expurgos Inflacionários/Planos Econômicos - Intervenção no Domínio Econômico - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:5009072-64.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
PROC./ADV.: RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO
REQUERIDO(A): GREICY PEGLOW DA SILVA
PROC./ADV.: NEIVA MARIA PEGLOW FERREIRA DA SILVA
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Exame da Ordem (OAB) - Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:5002770-75.2014.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEANDRO BRESOLIN
PROC./ADV.: RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0500437-31.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSE LUCAS DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0500443-38.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): GERMANA DANTAS DE AZEVEDO
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0501474-96.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): HILÁRIO NOGUEIRA DE S. FILHO
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0502344-47.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTONIO AUGUSTO FERREIRA DE MACEDO
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0504576-32.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): HENRIQUE PESSOA G. DOS SANTOS
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0505725-63.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PERCIVALDO DE PAIVA CAVALCANTI JUNIOR
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0507008-24.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERIKE THIELE PESSOA ADELINO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0511633-59.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REGNOBERTO GOMES DE SALES
PROC./ADV.: ISABEL BATISTA SOUTO DE ALENCAR
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0520473-37.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EDSON SILVA FEITAS
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:5007691-76.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ILENIA SCHAEFFER SELL
PROC./ADV.: FABIANO MATOS DA SILVA
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0523338-47.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SAULO MARCOS NUNES BOTELHO
PROC./ADV.: RODOLFO FERREIRA CAVALACANTI DE ALBUQUERQUE
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Remoção - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0511078-55.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES ROSAS
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Promoção/Ascensão - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0000049-73.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: MARIA GISELIA LIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
IMPETRANTE: IDENILDE ARCANJO CALDAS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0505468-27.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: TERESA MALBA DA COSTA CARVALHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:5004291-83.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AMAURI JOÃO BERTOLLO
PROC./ADV.: LUCIANA DÁRIO MELLER
PROC./ADV.: DANIELA DE LARA PRAZERES
PROC./ADV.: GUILHERME BELÉM QUERNE
PROC./ADV.: GREICE MILANESE SÔNEGO OSÓRIO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: DANIELA DE LARA PRAZERES
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:5004356-78.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: HUGO GUSTAVO HADRICH
PROC./ADV.: DANIELA DE LARA PRAZERES
PROC./ADV.: GREICE MILANESE SÔNEGO OSÓRIO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5014141-10.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALEXANDRE LUIZ DA SILVA VEIGA
PROC./ADV.: FÁBIA RAMOS BARLETTE
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0500051-09.2011.4.05.8304
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELENO DIAS XAVIER
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000853-40.2013.4.04.7203
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): BASSEL TEREZINHA RASMUSSEN
PROC./ADV.: GILSON ANTÔNIO GIUMBELLI JR
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5009720-31.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NARVA LÚCIA ROSA
PROC./ADV.: TATIANA COELHO
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5056282-44.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOÃO LUIZ PEREIRA
PROC./ADV.: LUCIANA RAMBO
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5062893-76.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO HELMUTH DE MENDONÇA UCHOA
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5066357-45.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): KURT CHRISTIANO HELLER
PROC./ADV.: NÉLIO KOCH
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0506507-30.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IBAMA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ENEDINA MELO
PROC./ADV.: PATRÍCIO WILIAM VIEIRA
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0509575-96.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: IBAMA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLENE CLARA FIUZA SAMPAIO
PROC./ADV.: JOSÉ AGUINALDO ALVES CORREIA
PROC./ADV.: CAMILE CASSIANE SOARES CORREIA
PROC./ADV.: VERA LÚCIA SOARES CORREIA
PROC./ADV.: BRUNO HENRIQUE SOARES CORREIA
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0503302-70.2013.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HENRIQUE BEZERRA DE AMORIM
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0002050-03.2011.4.02.5050
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: JOSÉ IRINEU FELISBERTO
PROC./ADV.: MARCELO MATEDI ALVES
PROC./ADV.: LEONARDO PIZZOL VINHA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5001575-52.2014.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERMELINDA BRAUNER IENSEN
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004668-57.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEUSA BEATRIZ MASSARIOL COLVERO
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004683-26.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GUSTAVO DA SILVA CAMILLO
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5001576-37.2014.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILTOM FONTOURA DE GODOY
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000131-84.2014.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALEXANDRE ARNOLD
PROC./ADV.: PABLO DRESCHER DE CASTRO
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Gratificação Incorporada/Quintos e Décimos/VPNI - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:2011.51.51.039751-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PATRICIA ALVIM FIGUEIREDO
PROC./ADV.: RAFAEL FAGUNDES PINTO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Diárias e Outras Indenizações - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5005904-17.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FREDERICO MONTEIRO DE OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: MARCELO PICININ MUZZI
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Diárias e Outras Indenizações - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0501706-06.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RAFAEL RIBEIRO RAYOL
PROC./ADV.: UBIRAJARA RAYOL FILHO
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Diárias e Outras Indenizações - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004369-53.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): BRUNO LEONARDO SANTIAGO WOLFF
PROC./ADV.: FABRINE ANJOS DE SOUZA
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Diárias e Outras Indenizações - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502050-81.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ALEXANDRE JORGE DE ANDRADE NEGRI
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Adicional de Tempo de Serviço - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502495-02.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOANA DÁRC MORAIS DA SILVEIRA FRADE
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FRDERAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Adicional de Tempo de Serviço - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0506016-83.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MONALIZA SANTOS E SOUZA LIEBIG
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Adicional de Tempo de Serviço - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0015475-14.2012.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: MARIA DO LIVRAMENTO BRITO LILMA
PROC./ADV.: MARIA AUXILIADORA BICHARRA SANTANA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Adicional de Tempo de Serviço - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0000063-57.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: JOSÉ DE MEDEIROS MACIEL E OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5011173-70.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GELSON CEZAR DE VASCONCELLOS
PROC./ADV.: ALOISIO JORGE HOLZMEIER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Aposentadoria - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5007665-47.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): EDUARDO GONÇALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MÁRIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: FUNRURAL - Contribuição Social - Contribuições - Direito Tributário
PROCESSO:5002516-07.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: CAROLINA FRAU VIGLIECCA
REQUERIDO(A): ELIZETE BRUTTI
PROC./ADV.: MAURÍCIO DAL AGNOL
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuições - Direito Tributário
PROCESSO:0506268-55.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FERNANDO CELA PINTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:0516415-59.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ OVIDIO DA SILVA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:0002420-71.2010.4.01.3812
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: OTELINO HORTENCIO PEREIRA
PROC./ADV.: ALESSANDRA SIMONE BOMFIM
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:5008678-15.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGO DOS SANTOS
PROC./ADV.: JORGE TADEO HELENO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:0503329-74.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ SOARES FILHO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:5001009-75.2011.4.04.7210
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AMARILDO LUIZ CECONI
PROC./ADV.: ELIZABETH CÁSSIA MASSOCCO
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Direito Previdenciário
PROCESSO:5010810-20.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALBERTO LUIZ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JONHSON HIPPEN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Direito Previdenciário
PROCESSO:0502622-80.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA
PROC./ADV.: LUIZ ARTUR DE OLIVEIRA LUZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0006610-50.2009.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZINHA LUIZ CUPER
PROC./ADV.: ANTONIO DONIZETE ALVES DE ARAUJO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0013534-88.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ITAMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LUIS ROBERTO PEREIRA JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001562-52.2011.4.04.7007
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VILMAR FERNANDES PARIZ
PROC./ADV.: FERNANDO SALVATTI GODOI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501059-96.2012.4.05.8203
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSEFA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0002216-18.2010.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: EUZELIA BRANDÃO TAKAHASHI
PROC./ADV.: LUCINÉIA CARLA LORENZI MARCOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0003662-59.2010.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RITA ZANES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: ALEX GOMES BALDUINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500161-08.2011.4.05.8304
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: VALDELICIO RODRIGUES DE CARVALHO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500330-73.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA CARDOSO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0512998-61.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: DULCINEA ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUBER ROCHA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2009.39.04.703153-3
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: SINÉZIO TEÓFILO TEIXEIRA NUNES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004689-54.2008.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: ERMELINDA BARRETO DA COSTA
PROC./ADV.: VALDENOR ALVES GOMES
PROC./ADV.: JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA
PROC./ADV.: WINSTON REGIS VALOIS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500944-66.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZ VICENTE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001480-90.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOECI LÚCIA DE BORTOLI SCHEFER
PROC./ADV.: RAFAEL GONÇALVES VARALLO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004689-54.2008.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: ERMELINDA BARRETO DA COSTA
PROC./ADV.: VALDENOR ALVES GOMES
PROC./ADV.: JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA
PROC./ADV.: WINSTON REGIS VALOIS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500944-66.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZ VICENTE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001480-90.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOECI LÚCIA DE BORTOLI SCHEFER
PROC./ADV.: RAFAEL GONÇALVES VARALLO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500396-55.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO PEDRO DAMASCENO FILHO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001972-86.2011.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0512171-04.2008.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ FRANCISCO DE SOUSA NETO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0532512-80.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MÁRCIO PEREIRA CAMPOS
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5047925-21.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOANA BATISTA FERRAZ
PROC./ADV.: CARLOS ROBERTO DE MACEDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501304-33.2014.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ AUGUSTO NASCICMENTO DE ARAÚJO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005970-82.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUCIANE CRISTINA MULERO MOREIRA
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0056439-02.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO CESAR FERNANDES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CAROLINA SIMÃO ODISIO HISSA
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500087-03.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO LUIS COSTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2012.51.51.008774-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO PINHEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0056439-02.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO CESAR FERNANDES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CAROLINA SIMÃO ODISIO HISSA
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500087-03.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO LUIS COSTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2012.51.51.008774-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO PINHEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004986-16.2007.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO ALVES DA COSTA
PROC./ADV.: ANA JULIA MORAES AVANSI
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005904-19.2012.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: SONIA MARIA FREIRE DE HOLANDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0021907-38.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SONIA REGINA FERNANDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004986-16.2007.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO ALVES DA COSTA
PROC./ADV.: ANA JULIA MORAES AVANSI
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005904-19.2012.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: SONIA MARIA FREIRE DE HOLANDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0021907-38.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SONIA REGINA FERNANDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5004541-60.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EUNICE BRAZ DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: NÁDIA ANDRADE NEVES MEDINA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0023402-83.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE CARLOS DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500131-93.2013.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MÁRIA DULCE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5054809-23.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLEIA CREPES DIAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501758-58.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO GUEDES ALCOFORADO FILHO
PROC./ADV.: ZUEUDON CAVALCANTI DE LUCENA
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501257-68.2014.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500760-30.2014.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RAYANE FELIPE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCIEL ANTONIO DE SALES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503597-92.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA JERLANE DA SILVA SANTIAGO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA...
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0505405-05.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUZIA COSTA DA SILVA
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2012.51.52.001055-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NILZA DE MACHADO
PROC./ADV.: LUCIANA FERREIRA DA SILVA BRUM
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503289-65.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO GERVÁSIO LEMOS DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0013139-20.2007.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: EDNA RATO SERRÃO
PROC./ADV.: WINSTON REGIS VALOIS
PROC./ADV.: JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA
PROC./ADV.: VALDENOR ALVES GOMES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0013139-20.2007.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: EDNA RATO SERRÃO
PROC./ADV.: WINSTON REGIS VALOIS
PROC./ADV.: JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA
PROC./ADV.: VALDENOR ALVES GOMES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0505402-27.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZETE ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004546-13.2009.4.02.5167
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JAINE FERREIRA SAMPAIO
PROC./ADV.: ADAUTO RODRIGUES DIAS
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5008038-72.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GLACI MEDEIROS PICCININI
PROC./ADV.: GISELE NASCIMENTO DOS SANTOS
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000039-29.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RECLAMANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECLAMADO(A): JUÍZO DA 3ª TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Auxílio-Reclusão (Art. 80) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000059-20.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECLAMADO(A): 3° TURMA RECURSAL DO PARANÁ
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Auxílio-Reclusão (Art. 80) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5008155-63.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALEXANDRE DOS SANTOS HACKE
PROC./ADV.: GUSTAVO FOLTZ LACCHINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Auxílio-Acidente (Art. 86) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502952-82.2013.4.05.8302
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSEFA JOSELIA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501537-67.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EDILEUZA ALVES DE ANDRADE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501625-02.2013.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CÍCERA MARTINS ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502100-98.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RITA MARTINS FERREIRA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503105-46.2012.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDMILSA DA SILVA TEIXEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503780-14.2009.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIANA BARBOSA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO DA SILVA
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0519319-27.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BRUNO GUSTAVO DE SOUZA RIBAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5040109-76.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SANDRA REGINA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501537-67.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EDILEUZA ALVES DE ANDRADE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501625-02.2013.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CÍCERA MARTINS ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502100-98.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RITA MARTINS FERREIRA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503105-46.2012.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDMILSA DA SILVA TEIXEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503780-14.2009.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIANA BARBOSA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO DA SILVA
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0519319-27.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BRUNO GUSTAVO DE SOUZA RIBAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5040109-76.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SANDRA REGINA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500877-35.2011.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ DE SOUZA FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500877-35.2011.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ DE SOUZA FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500611-39.2011.4.05.8307
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ MARIA DE CARVALHO GOMES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500346-74.2010.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0524027-91.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSEILDO DE SOUSA LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501729-85.2013.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: SANDRO PAULINO FERRAZ
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000016-83.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: JEAN BEZERRA DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
RECLAMADO(A): JUÍZO DA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0510815-10.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO FABIO DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5007569-26.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DALVA DA SILVA JANNING
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0517595-51.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DA PENHA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503197-39.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO JOSÉ BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503421-37.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: EMANUEL JOSÉ DA CUNHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002599-28.2013.4.04.7013
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARINA APARECIDA SANTOS TORRES
PROC./ADV.: JOSÉ FRANCISCO DO PRADO JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001164-35.2012.4.04.7116
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE: MARLENE NOELI SCHOTT SCHWINGEL
PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:5005757-77.2011.4.04.7105
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE: CARLOS EDEGAR CANDIDO NUNES
PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0003943-65.2012.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GILZA DOS SANTOS POMBO
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0026884-05.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MIZUE SADATSUNE AOKI
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0030931-22.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LINDA ZAMPERE TAVARES
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0031942-86.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ODETE DE BIASE
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0032175-83.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: WILMA GARGIULO SABIO
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0033122-40.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA APARECIDA FERREIRA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0035640-03.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO JOSE DE LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0038066-85.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PERCIO LOFFREDO
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0042191-96.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: BEATA CAMARGO
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000947-07.2006.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AMARILDO DE FRANÇA CRUZ
PROC./ADV.: KÁTIA HELENA FERNANDES SIMÃOES AMARO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:2011.51.51.033297-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NELI GOMES LEITE LOURO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Descontos dos benefícios - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:2011.51.51.033297-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NELI GOMES LEITE LOURO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Descontos dos benefícios - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0003973-87.2009.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HILDA AFINI BORTOLOTTO
PROC./ADV.: MAÍRA FERRAZ MARTELLA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0003973-87.2009.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HILDA AFINI BORTOLOTTO
PROC./ADV.: MAÍRA FERRAZ MARTELLA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:5029696-67.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JAIME TIAGO DA SILVA ASSIS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004474-28.2005.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTÔNIO CARLOS CHIOSI
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004474-28.2005.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTÔNIO CARLOS CHIOSI
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0002688-87.2013.4.03.6327
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ADILSON APARECIDO DE FARIA
PROC./ADV.: LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000032-26.2014.4.03.6327
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: WILMA CRIVILIN DE SANT´ANNA
PROC./ADV.: LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000578-81.2014.4.03.6327
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE BENEDITO BARROS DOS SANTOS
PROC./ADV.: LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0001588-97.2013.4.03.6327
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EGLI FATIMA SANTO DE CASTRO
PROC./ADV.: LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0002141-47.2013.4.03.6327
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA LIMEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000094-77.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: ODAIR ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDER BENJAMIN CÓL GÜTHER
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA RECURSAL JEF SÃO PAULO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002612-40.2012.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NILZA FIEDLER
PROC./ADV.: ALESSANDRA MENDES LAZZARI PINTO CORDEIRO
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500905-15.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDIVALDO DA SILVA DORNELAS
PROC./ADV.: GIZENE OLIVEIRA SILVA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002539-20.2011.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDEVINO DE LIMA
PROC./ADV.: JULIANE HERINGER CRÊSPO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5015537-22.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO PEDRO DA SILVA MARQUES
PROC./ADV.: DÉBORA JOANDRIA DORNELLES
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0527238-09.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ MACIANO BEZERRA FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0527238-09.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ MACIANO BEZERRA FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5049507-56.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO FOSTINONI
PROC./ADV.: ELISÂNGELA CRISTINA DE OLIVEIRA
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001103-34.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CELIO APARECIDO MAJOR
PROC./ADV.: ANDRÉ BENEDETTI DE OLIVEIRA
RELATOR(a): SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500715-94.2012.4.05.8404

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO IRIVAN ALVES
PROC./ADV.: JOSEAN ROBERTO PIRES CIRQUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:2008.33.00.706504-8
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: DANTE SEVERO GIUDICE
PROC./ADV.: CLARICE DE BRITO
PROC./ADV.: NICODEMOS S. GADELÇHA JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002217-91.2011.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIRCE PETRY
PROC./ADV.: DÉBORA CRISTINA BIANQUETTI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002523-02.2012.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS MASARINO PINHEIRO DOS SANTOS
PROC./ADV.: GIOVANA GULARTE IBANEZ
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5032304-47.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOANITA DE FÁTIMA OLIVEIRA
PROC./ADV.: LEANDRO EMILIO RAUBER
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0520215-75.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLAUDIONOR ARCELINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0505825-32.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARONILDO CLAUDINO GOMES
PROC./ADV.: LUCIMAR VILA NOVA CABRAL
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5037227-73.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROBERTO CEDREZ MACEDO
PROC./ADV.: ODILON M. GARCIA JUNIOR
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço como aluno aprendiz - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5000532-77.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VITA CONSTRUTORA LTDA
PROC./ADV.: MARILANE KEORICH DE SOUZA NOBRE
REQUERENTE: LEANDRO IMÓVEIS LTDA
PROC./ADV.: MARILANE KEORICH DE SOUZA NOBRE
REQUERIDO(A): MARISE CARDOSO DA SILVA
PROC./ADV.: HUGO TZELIKIS MUND
LITISCONSORTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Direito do Consumidor
PROCESSO:5000172-10.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VALMIR SERAFIM SUELO
PROC./ADV.: ELISANGELA GUCKERT BECKER
RELATOR(a): DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO:0000082-63.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: BALDINO SILVA LIMA E OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Assistência Judiciária Gratuita - Partes e Procuradores - Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 0520839-56.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
EMBARGANTE: AMARA PAULINA FRANCISCO FEITOZA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5036457-26.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DANILO SÉRGIO DITTERT DE CAMARGO
PROC./ADV.:MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

Brasília, 12 de novembro de 2015.
Min. OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da Turma

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 154, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Abre, em favor da Justiça Militar da União, Crédito Suplementar para reforço de dotações consignadas no orçamento do presente exercício.

O MINISTRO - PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6 o , inciso XXV, do Regimento Interno, e

Considerando o disposto no art. 4 o , incisos I, alínea "a", II, IV, alíneas "b" e "c", V, alínea "b", itens "1" e "2", VI, alínea "a", VIII, XVI, XIX, alínea "b", itens "1" e "2",e XXIII, e §§ 1 o , 4 o e 6 o , da Lei nº 13 . 115 , de 20 de abril de 201 5 , Lei Orçamentária de 201 5 - LOA/201 5 , e art. 40, §§ 1 o , 2 o , 3 o e 5 o , da Lei n o 1 3 . 080 , de 2 de janeiro de 201 5 , Lei de Diretrizes Orçamentárias para 201 5 - LDO/201 5 ;

Considerando os termos da Portaria n o 15/SOF/MP, de 28 de abril de 2015 ;

Considerando os termos do Processo n o 26 /2015 - SEPLA/CPROC, de 6 de novembro de 2015 , resolve:

Art. 1 o Abrir ao Orçamento Fiscal da Justiça Militar da União crédito suplementar no valor global de R$ 48.151 ,00 (quarenta e oito mil, cento e cinquenta e um mil reais) para atender à programação constante do Anexo I .

Art. 2 o Abrir ao Orçamento Seguridade da Justiça Militar da União crédito suplementar no valor global de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para atender à programação constante do Anexo I .

Art. 3 o Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no artigo 1 o provêm de cancelamentos de dotaç ões conforme indicado no Anexo I I.

Art. 4 o Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União
ANEXO I - ATO NORMATIVO 154/2015
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	Prestação Jurisdicional Militar							648.151
		Atividades							
02 301	0566 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							600.000
02 301	0566 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	600.000
02 331	0566 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							48.151
02 331	0566 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	48.151
TOTAL - FISCAL									48.151
TOTAL - SEGURIDADE									600.000
TOTAL - GERAL									648.151

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União
ANEXO II - ATO NORMATIVO 154/2015
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	Prestação Jurisdicional Militar							648.151
		Atividades							
02 331	0566 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							648.151
02 331	0566 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	648.151
TOTAL - FISCAL									648.151
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									648.151

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111300332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 256, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Aprova a 1ª Suplementação do Orçamento - Programa, exercício de 2015, do Conselho Federal de Biomedicina. O CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA - CFBM, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X e XVI do artigo 10, da Lei nº 6.684/79, de 03 de setembro de 1979, com a modificação contida na Lei nº 7.017 de 30 de agosto de 1982 e, o disposto no artigo 12 incisos XI e XVII do Decreto nº 88.439/83, de 28 de junho de 1983 e, cumprindo deliberação do Plenário em sua reunião realizada nesta data, na cidade de Novo Hamburgo-RS, Resolve:

Art. 1º - Aprovar a 1ª Suplementação ao Orçamento vigente, no valor de R$262.616,00 - (Duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e dezesseis reais), do Conselho Federal de Biomedicina, conforme resumo consolidado abaixo:

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA - CFBM
1ª Suplementação Orçamentária - Exercício de 2015

	RECEITA	DESPESA
RECEITAS E DESPESAS CORRENTES	3.572,616,00	3.572.616,00
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL	300.000,00	300.000,00
TOTAL	3.872.616,00	3.872.616,00

SILVIO JOSE CECCHI
Presidente do CFBM

DÁCIO EDUARDO LEANDRO CAMPOS
Secretario-Geral

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 494/2015

Fixa o valor das anuidades, para o exercício de 2016, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO que os arts. 10 e 16, da Lei nº 5.905/73, definem a receita do Cofen e dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, §1º e §2º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO o teor das Resoluções Cofen nº 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416 e 417, todas de 2011;

CONSIDERANDO que o valor exato da anuidade, o desconto para profissionais recém-inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de parcelamento e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista devem ser estabelecidos pelo Conselho Federal;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen nº 463/2014;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen em sua 471ª Reunião Ordinária em 10 de novembro de 2015 e todos os documentos acostados ao PAD Cofen nº 0657/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Na forma dos artigos seguintes, fixar o valor das anuidades devidas a cada Conselho Regional de Enfermagem no exercício de 2016.

Art. 2º Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 391/2011 (Coren-AC), passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º…
I - R$ 294,16
II - R$ 137,08
III - R$ 124,47."

Art. 3º Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 392/2011 (Coren-AL) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 268,10
II - R$ 193,35
III - R$ 154,67."

Art. 4º Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 393/2011 (Coren-AM) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 254,16
II - R$ 210,13
III - R$ 190,43."

Art. 5º Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 394/2011 (Coren-AP) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 290,30
II - R$ 154,16
III - R$ 135,80."

Art. 6º Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 395/2011 (Coren-BA) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 257,78
II - R$ 180,45
III - R$ 154,67."

Art. 7º Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 396/2011 (Coren-CE) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 277,12
II - R$ 180,45
III - R$ 154,67."

Art. 8º Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 397/2011 (Coren-DF) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 379,04
II - R$ 260,77
III - R$ 210,57."

Art. 9º Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 398/2011 (Coren-ES) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 297,39
II - R$ 156,04
III - R$ 132,76."

Art. 10º Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 399/2011 (Coren-GO) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 337,70
II - R$ 208,81
III - R$ 167,56."

Art. 11 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 400/2011 (Coren-MA) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 253,57
II - R$ 144,35
III - R$ 132,10."

Art. 12 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 401/2011 (Coren-MG) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 326,84
II - R$ 179,51
III - R$ 154,75."

Art. 13 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 402/2011 (Coren-MS) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 356,80
II - R$ 220,61
III - R$ 177,04."

Art. 14 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 403/2011 (Coren-MT) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 286,15
II - R$ 186,89
III - R$ 167,56."

Art. 15 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 404/2011 (Coren-PA) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 286,26
II - R$ 203,45
III - R$ 156,84."

Art. 16 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 405/2011
(Coren-PB) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 225,57
II - R$ 148,23
III - R$ 122,45."

Art. 17 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 406/2011 (Coren-PE) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 289,28
II - R$ 147,14
III - R$ 137,07."

Art. 18 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 407/2011 (Coren-PI) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 352,66
II - R$ 195,92
III - R$ 176,33."

Art. 19 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 408/2011 (Coren-PR) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 302,89
II - R$ 232,01
III - R$ 177,87."

Art. 20 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 409/2011 (Coren-RJ) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 257,38
II - R$ 176,80
III - R$ 157,95."

Art. 21 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 410/2011 (Coren-RN) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 265,00
II - R$ 179,17
III - R$ 152,99."

Art. 22 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 411/2011 (Coren-RO) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 299,61
II - R$ 168,50
III - R$ 140,34."

Art. 23 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 412/2011 (Coren-RR) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 297,75
II - R$ 148,87
III - R$ 127,60."

Art. 24 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 413/2011 (Coren-RS) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 307,04
II - R$ 204,27
III - R$ 141,13."

Art. 25 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 414/2011 (Coren-SC) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 274,97
II - R$ 189,05
III - R$ 158,96."

Art. 26 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 415/2011 (Coren-SE) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 283,57
II - R$ 204,94
III - R$ 167,56."

Art. 27 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 416/2011 (Coren-SP) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 344,15
II - R$ 255,21
III - R$ 220,40."

Art. 28 Os incisos I, II e III, do art. 1º, §1º, da Resolução nº 417/2011 (Coren-TO) passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 1º …
I - R$ 311,22
II - R$ 199,60
III - R$ 172,45."

Art. 29 Os incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, do art. 1º, § 2º, das Resoluções nº 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416 e 417, todas de 2011, passam a vigorar com os seguintes valores:

"Art. 1º …
§ 2º …
I - R$ 515,58 (quinhentos e quinze reais e cinquenta e oito centavos);
II - R$ 1.031,16 (mil e trinta e um reais e dezesseis centavos);
III - R$ 1.546,74 (mil quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos);
IV - R$ 2.062,33 (dois mil e sessenta e dois reais e trinta e três centavos);
V - R$ 2.577,90 (dois mil quinhentos e setenta e sete reais e noventa centavos);
VI - R$ 3.093,49 (três mil e noventa e três reais e quarenta e nove centavos);
VII - R$ 4.124,63 (quatro mil cento e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos)."

Art. 30 O inciso I, do art. 3º das Resoluções Cofen 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416 e 417 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º ...

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - com mínimo de 10% e máximo de 20% de desconto em cota única

até 31 de janeiro e desconto de até 10% nos meses de fevereiro e março, devendo o Regional baixar ato Decisório estabelecendo o valor exato do desconto."

Art. 31 Será acrescido no inciso I, do §1º, do art. 1º das Resoluções Cofen 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416 e 417, a seguinte redação:

"Art. 1º ...

§1º ...

I - Enfermeiros e Obstetrizes."

Art. 32 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,

Brasília, 10 de novembro de 2015.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Primeira-Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Nº 24.599 - Processo Administrativo nº. 240/2011. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do RIO DE JANEIRO - CRF/RJ. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2009. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/RJ DO EXERCÍCIO DE 2009, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 435ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 24.600 - Processo Administrativo nº. 468/2012. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do RIO DE JaNEIRO - CRF/RJ. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2011. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/RJ DO EXERCÍCIO DE 2011, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 435ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 24.601 - Processo Administrativo nº. 159/2014. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado dO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS IRREGULARES. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR IRREGULARES AS CONTAS DO CRF/RJ DO EXERCÍCIO DE 2012 COM INSTAURAÇÃO IMEDIATA DA OBRIGATÓRIA TOMADA DE CONTAS EXPECIAL - TCE, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 435ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 24.602 - Processos Administrativos nº. 1188/2014. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2013. CONTAS IRREGULARES. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR IRREGULARES AS CONTAS DO CRF/RJ DO EXERCÍCIO DE 2013 COM INSTAURAÇÃO IMEDIATA DA OBRIGATÓRIA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 435ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 24.603 - Processo Administrativo nº. 398/2015. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do AMAZONAS - CRF/AM. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2014. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/AM DO EXERCÍCIO DE 2014, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 436ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 24.604 - Processo Administrativo nº. 401/2015. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do MaTO GROSSO DO SUL - CRF/MS. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2014. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/MS DO EXERCÍCIO DE 2014, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 436ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 24.605 - Processo Administrativo nº. 939/2013. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado dE PERNAMBUCO - CRF/PE. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/PE DO EXERCÍCIO DE 2012, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 436ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 24.606 - Processo Administrativo nº. 926/2014. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado dE PERNAMBUCO - CRF/PE. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2013. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/PE DO EXERCÍCIO DE 2013, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 436ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 24.607 - Processo Administrativo nº. 1489/2013. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado dO RIO GRANDE DO NORTE - CRF/RN. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES AS CONTAS DO CRF/RN DO EXERCÍCIO DE 2012, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 436ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

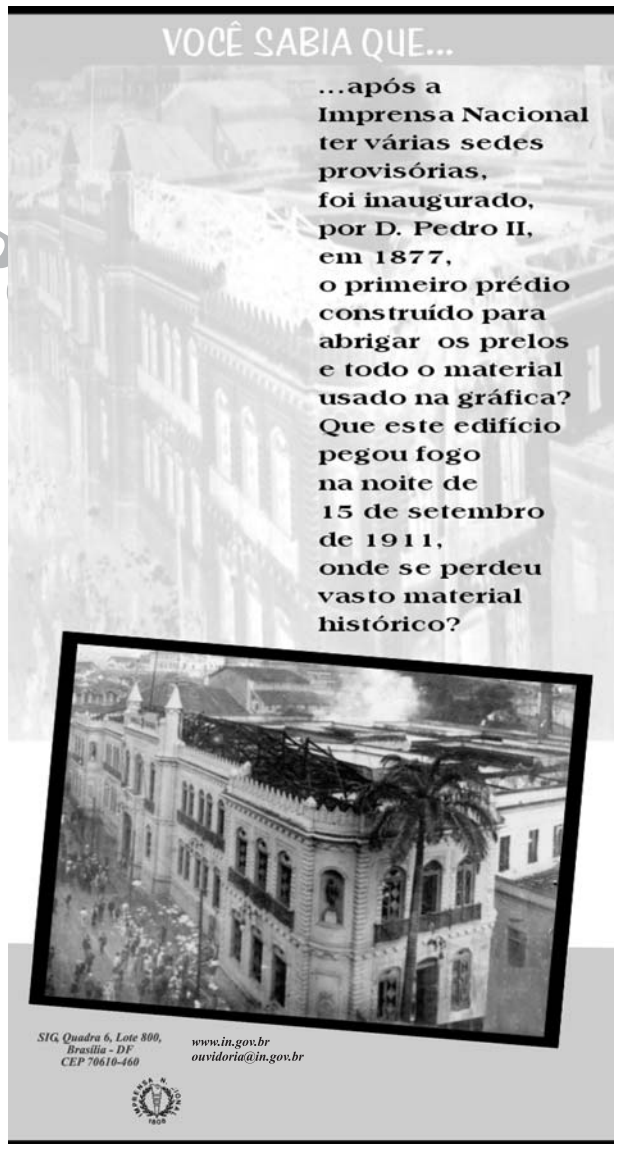
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

DECISÃO Nº 80, DE 29 DE OUTUBRO 2015

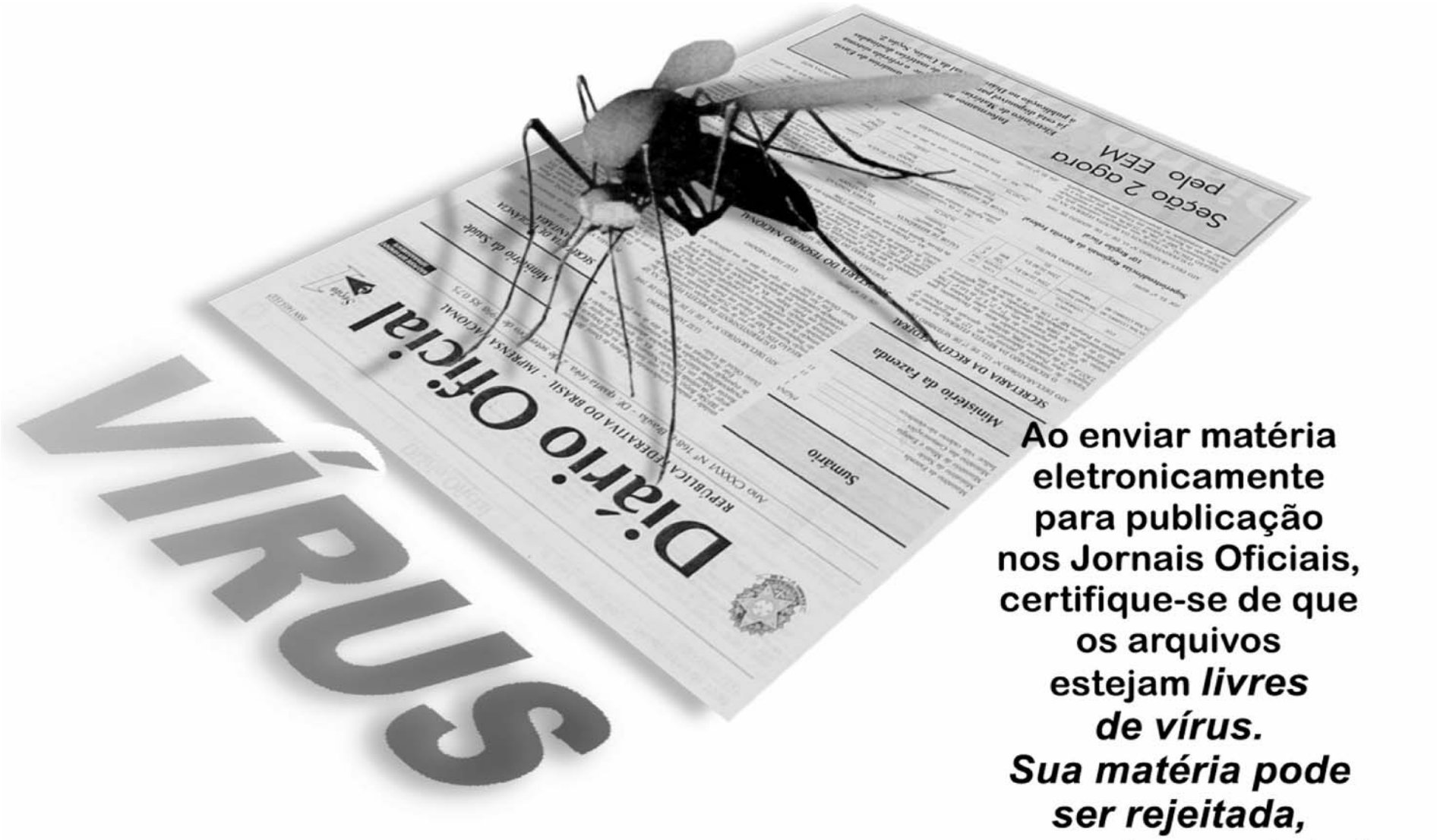
O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, no uso de suas atribuições regimentais, decide: Art. 1º Compete à UFIN - Unidade Financeira o gerenciamento da dívida e cobrança administrativa dos ativos financeiros do Coren-MG.§1º. A Ufin, nos termos da Lei nº 6.830/80, cuidará da inscrição na dívida ativa dos débitos tributários e não tributários. §2º. A parcela do débito ajuizado incluída em processo judicial, não concluído favoravelmente e, que couber nova cobrança administrativa ou judicial, será disponibilizada no SIG para este fim. Art. 2º Compete à Ufin - Unidade Financeira e à UIRC - Unidade Inscrição Registro e Cadastro e Subseções, o parcelamento dos ativos financeiros do Coren-MG. Parágrafo Único - Compete à PROGER - Procuradoria Geral proceder ao parcelamento dos ativos financeiros ajuizados pelo Coren-MG. Art. 3º Compete à PROGER a cobrança judicial da dívida ativa que se enquadre nos termos da Lei 12.514/11 e de normas do Coren/MG, bem como o controle dos respectivos processos. Parágrafo Único - A PROGER deverá informar à Ufin o depósito de valores em contas do Coren/MG, devendo informar também as situações em que deverá ser cancelado o débito em razão de decisões judiciais. Art. 4º A existência de débito não é impedimento para o inscrito requerer cancelamento de sua inscrição. § 1º Na situação referida no caput deste artigo o saldo devedor deverá ser negociado concomitantemente com a anotação de cancelamento. Art. 5º A existência de saldo devedor ou o descumprimento do parcelamento concedido ensejará o início da cobrança do débito, por meio de notificação administrativa, execução fiscal, protesto cartorial, dentre outros. Art. 6º A existência de débito não impede a concessão da transferência, devendo o Coren de destino efetuar a cobrança dos valores devidos, exceto quando houver ação judicial para cobrança do débito. Parágrafo único. A transferência da inscrição, não suspenderá o curso da ação judicial de cobrança no Coren-MG, cabendo ao mesmo, os direitos creditórios resultantes do provimento judicial. Art. 7º O saldo devedor referente às contribuições principais e acessórias, a fim de viabilizar a quitação do débito e a regularização financeira, poderá ser dividido em até 12 (doze) parcelas mensais e iguais com os acréscimos legais, em valor igual ou superior a R$50,00 (cinquenta reais). § 1º O parcelamento das contribuições obedecerá a ordem cronológica, precedendo o débito antigo ao mais recente. § 2º Os créditos das obrigações tributárias resultantes dos recebimentos dos acordos de parcelamento terão imputação de pagamento por ordem cronológica, precedendo os débitos mais antigos aos mais recentes. § 3º Caso haja honorários de sucumbência, estes serão calculados sobre o valor fixado na negociação, e a critério da Proger poderão ser dispensados como forma de viabilizar a transação, nos termos dos precedentes do Tribunal de Contas da União e Jurisprudência pacificada. § 4º O parcelamento dos honorários advocatícios e custas processuais serão inseridos nas primeiras parcelas. § 5º As contribuições acessórias, correspondentes a solicitação de serviços, não poderão ser parceladas, devendo ser incluídas integralmente na primeira parcela. Art. 8º O pagamento do valor correspondente à primeira parcela, após pactuado o acordo, poderá ser realizado até o último dia do mês subsequente ao pedido de parcelamento. § 1º Somente após o pagamento da primeira parcela ou assinatura do termo de confissão de dívida será aperfeiçoado o acordo de parcelamento e realizado o pedido de suspensão da Execução Fiscal (EF), se houver. § 2º O não pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, bem como o vencimento, sem pagamento, de uma parcela por mais de 90 (noventa) dias, rescindirá o acordo e ensejará o vencimento antecipado do saldo remanescente do débito, com os acréscimos legais, podendo o mesmo ser inscrito na dívida ativa da Autarquia para cobrança administrativa, judicial ou retomada a Execução Fiscal. § 3º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá ser concedido novo parcelamento desde que o inscrito quite 30% (trinta por cento) do saldo devedor. § 4º Após o vencimento, incidirá sobre o valor da parcela, correção monetária, multa de 2%, além do juros de mora na base de 0,03% ao dia. Art. 9º Os débitos prescritos, assim declarados pela, Proger, nos termos do art. 174 do CTN, não serão objeto de parcelamento nem passíveis de inclusão em boletos de pagamento, devendo ter essas funções bloqueadas no SIG, onde permanecerão apenas como referência histórica. § 1º Estão prescritos os débitos não ajuizados no prazo de 05 (cinco) anos, contados da data do seu vencimento original, exceto, nos casos de interrupção da prescrição. § 2º O reconhecimento da prescrição nas ações ajuizadas independe de declaração judicial. Art. 10 A certidão positiva com efeito de negativa, emitida durante a vigência do parcelamento, deverá conter prazo de validade até o vencimento da próxima parcela. Art. 11 A opção pelo parcelamento sujeita o profissional de Enfermagem a:I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos; II - renúncia expressa ao direito de ação sobre as anuidades objeto do acordo, inclusive desistência de ações judiciais eventualmente ajuizadas e lides administrativas, assim como o direito à eventual de repetição do indébito tributário; III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas; IV - atualização anual do cadastro junto ao Conselho Regional. Art. 12 Esta Decisão Normativa entra em vigor após sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2015.
MARCOS RÚBIO
Presidente do Conselho

KACIANE KRAUSS OLIVEIRA
Primeira-Secretária



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111300335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111300336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.